FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Maria João Crespo Pimentel Vilhena de Carvalho

AS ESCULTURAS DE ERNESTO JARDIM DE VILHENA.
A CONSTITUIÇÃO DE UMA COLECÇÃO NACIONAL

Tese de Doutoramento em História da Arte

Abril 2014

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História da Arte, especialidade de Museologia e Património Artístico, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor Rafael Moreira e da Prof. Doutora Raquel Henriques da Silva

Apoio financeiro da FCT, Serviço de Formação e Recursos Humanos
(SFRH/BD/40853/2007)

DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese de Doutoramento é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

_____

Lisboa, 28 de Abril de 2014

Declaro que esta tese de Doutoramento se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),

_____

Lisboa, 28 de Abril de 2014

Declaro que esta tese de Doutoramento se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),

_____

Lisboa, 28 de Abril de 2014

Em memória do meu pai.

Para a minha Mãe.

AGRADECIMENTOS

Ao longo da re-descoberta da Colecção de Esculturas e do Coleccionador Ernesto de Vilhena não estive só, pelo que agradeço aos meus Mestres, a todas as pessoas que pacientemente aguardaram o meu trabalho e a todas as instituições que colaboraram neste projecto de investigação e de tantas formas me ofereceram o seu reconhecimento.

A Fundação para a Ciência e Tecnologia, através do programa Bolsas de Doutoramento do Serviço de Formação e Recursos Humanos, após a validação da qualidade científica da minha proposta, viabilizou materialmente a minha dedicação por inteiro à investigação durante quatro anos, sem o que esta tese não teria sido possível.

A Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, por mais uma vez me ter acolhido enquanto casa do conhecimento. Ao Instituto de História da Arte, Linha de *Museum Studies*, a que o meu doutoramento está vinculado.

Um outro tributo vai para os meus co-orientadores, o Prof. Doutor Rafael Moreira e a Prof. Doutora Raquel Henriques da Silva. O primeiro, que aceitou prosseguir uma longa viagem que há muito eu iniciara consigo, desde o seu século XVI até chegar a hoje, ao século XXI, por Portugal e África, acompanhando-me sempre com o zelo do seu saber, a acutilância das suas perguntas e a amizade. À Prof. Raquel Henriques da Silva devo não só o desafio intelectual de poder contribuir científica e academicamente para a história do coleccionismo e da museologia, inscrevendo-me ousadamente nos domínios quase inéditos da patrimoniologia portuguesa que ela tanto tem desbravado, mas todo o entusiasmo e incentivo com que acolheu o meu projecto desde o início, as sábias e reconfortantes palavras com que respondeu a todas as minhas angústias e solidões, fosse nos temas, fosse nas geografias por que andarilhei durante os tempos da investigação e da escrita desta tese.

Aos herdeiros de Ernesto Jardim de Vilhena, Sr. Manuel Vilhena e sua mãe, Sra. D. Maria dos Prazeres Teixeira de Sousa, à Dra. Andrea Wagner, por terem permitido que eu invadisse a sua privacidade familiar; pela disponibilidade de acesso ao arquivo pessoal do Comandante, sem o que não teria sido possível conhecê-lo para além dos seus objectos e da sua imagem pública. Pela amizade (construída sobre muitas coincidências do destino) com que responderam sempre às minhas solicitações, a partir

de qualquer parte do mundo, e por se terem mostrado entusiastas em crescendo com o meu trabalho.

Institucionalmente, porque esta investigação também partiu da minha circunstância profissional no Museu Nacional de Arte Antiga, apesar de uma situação de licença, devo ao Dr. Manuel Bairrão Oleiro, Director do Instituto dos Museus e da Conservação no momento em que iniciei oficialmente este trabalho, o reconhecimento do valor do projecto para os museus nacionais, mas também a abertura e o acesso franqueado aos serviços dependentes, tal como aos seus arquivos. Ao Dr. José Luís Porfírio, Director do Museu Nacional de Arte Antiga até Novembro de 2004, por me ter lançado o primeiro repto para uma conferência sobre a *História da Colecção de Escultura e as Suas Exposições no MNAA,* nos idos de Maio de 2004, que me levou a prosseguir várias das linhas de investigação que depois me entusiasmaram até aqui; não esqueço também as conversas e a correspondência sobre o MNAA que manteve com esta júnior ao longo dos últimos anos. Ainda no que diz respeito ao Museu Nacional de Arte Antiga, este agradecimento é extensível aos directores que se sucederam desde aquela data, mas sobretudo ao seu Director Prof. Doutor António Filipe Pimentel e ao Director-Adjunto Dr. José Alberto Seabra de Carvalho, que pacientemente me esperaram e permitiram que terminasse a redacção do texto. Nomear alguns dos meus colegas do Museu faria de mim ingrata, porque todos os funcionários do MNAA contribuíram de algum modo para eu chegar a estas páginas, desde os que me receberam quando ali comecei a trabalhar em 1994 até aos colaboradores mais recentes. Não posso, todavia, deixar de escrever que aprendi com o Dr. Sérgio Andrade e com a Sra. D. Maria da Graça Lima, pois isso me honra para sempre. À Arqª. Teresa Pacheco Pereira e à Dra. Teresa Alarcão agradeço-lhes por terem dado continuidade à transmissão da memória de Sérgio Andrade, partilhada em muitas horas de conversas e em algumas entrevistas.

No quadro institucional, registo o meu reconhecimento à Dra. Graça Filipe que, quando Sub-directora do IMC, foi generosamente intermediária dos meus inquéritos a todos os Museus e Palácios Nacionais então sob tutela do Instituto. Neste vasto universo, o meu agradecimento é extensível à totalidade dos directores dos Museus e Palácios e aos seus técnicos que colaboraram nas minhas pesquisas e a quem, na impossibilidade de citar a todos, quero deixar escrito que sou devedora de muitas

atenções profissionais. À Dra. Clara Vaz Pinto, para além disso, por ter autorizado a consulta dos apontamentos de Maria José de Mendonça sobre a Colecção Vilhena hoje no Museu Nacional do Traje, bem como pela disponibilização das fotografias de sua própria autoria dos têxteis Vilhena conservados no Museu que dirige. À Dra. Ana Botas que me acompanhou pessoalmente nas reservas do Museu Nacional de Etnologia e me deu a conhecer os artefactos africanos originários da Lunda, uns doados pela Companhia de Diamantes de Angola e os outros depositados pelos Missionários do Espírito Santo. À Dra. Susana Flor que, em 2005 no Museu do Azulejo, por indicação do Dr. Paulo Henriques, reuniu o material do espólio do Engº. Santos Simões relativo à Colecção Vilhena. Uma nota especial para a Dra. Gabriela Cordeiro do Palácio Nacional de Mafra, que tão amavelmente me cedeu as suas reportagens fotográficas do Museu Nacional de Escultura Comparada e me guiou pelas suas salas, e para o Dr. Pedro Miguel Ferrão, pelo "seu" inestimável *Manuel Jardim*. Do mesmo modo, nos serviços centrais do IMC, embora já extintos à data em que redijo estas palavras, não posso esquecer a amiga colaboração do Dr. Paulo Costa, da Dra. Elsa Pinho, da Dra. Amélia Fernandes, tal como da Dra. Nazaré Escobar na biblioteca do Instituto José de Figueiredo.

Em outros tantos museus, de muito variadas categorias equivalentes à vastidão objectual das Colecções de Ernesto Vilhena, contei sempre com a melhor das recepções, e não posso por isso deixar de mencionar a Doutora Sonia Othon, Directora do Museu Câmara Cascudo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e a Snrta. Jacqueline Souza e Silva; o Dr. Julien Volper, Conservateur-adjoint (section ethnographie) do Musée Royal de l'Afrique Centrale, Tervuren; a Dra. Pilar Vélez, Directora do Museu Frederic Marès, em Barcelona; o Museu-Biblioteca da Casa de Bragança e a sua Directora, Dra. Maria de Jesus Monge; a Fundação Medeiros e Almeida, a Dra. Teresa Vilaça e a Dra. Maria de Lima Mayer; o Museu do Caramulo-Fundação Abel de Lacerda e ao Dr. Ricardo Baeta; o Dr. Pedro Bebiano Braga do Museu Bordalo Pinheiro da Câmara Municipal de Lisboa; a Casa-Museu Reynaldo dos Santos-Irene Quilhó e a inexcedível disponibilidade da Dra. Maria da Assunção Júdice; a Dra. Leonor Sá, Directora do Museu da Polícia Judiciária; ao Dr. Manuel Almeida Brandão, Director do Museu de Ovar e ao Dr. Ricardo M. Nunes, seu Consultor Técnico; a 2ª Tenente Dra.

Ana Tavares do Departamento de Museologia do Museu de Marinha e a Dra. Sara Moreira da Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema.

Muitas das minhas investigações de arquivo só tiveram bons frutos graças à colaboração generosa do Dr. Fernando Costa e do Dr. Paulo Tremoceiro (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), da Dra. Leonor Calvão Borges (Arquivo Histórico Parlamentar), da Dra. Teresa Fernandes (Arquivo Histórico Ultramarino), da Dra. Margarida Lages (do ex-Instituto de Apoio ao Desenvolvimento), do Dr. João Sabino (Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças), do Dr. Rui Miguel Costa (Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos), da Dra. Ana Barata (Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian) e do Dr. Ricardo Nunes (Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo do Arco do Cego). À família Bastos agradeço o acesso à documentação alfandegária dos despachantes António Augusto Viana Bastos e Humberto Viana Bastos. Ao Prof. Doutor Carlos Couto S.C., pela emotividade com que me preencheu com as memórias sobre o Dr. João Couto e pela disponibilidade amiga para conversar ou mostrar o espólio de seu avô. À Doutora Diana Andringa pela adesão imediata ao meu pedido de acesso ao documentário memorial sobre o seu regresso à Lunda, de sua autoria. Ao Dr. Paulo Duarte pelas informações sobre a família Pereira Jardim. Ao Prof. Doutor Nuno Porto pela autorização de leitura da sua então inédita tese de Doutoramento sobre o Museu do Dundo, indispensável para a compreensão da personalidade do Comandante Ernesto Vilhena; à Dra. Ana Neto, da ESCOM, por nos ter posto em contacto.

Sem o incondicional, afadigado e permanente apoio da minha irmã, Margarida Vilhena de Carvalho, bibliotecária da Biblioteca Universitária João Paulo II, da UCP, teria sido impossível concretizar o que escrevi. Foi ela quem reuniu muitos dos livros que li, possibilitando assim a consulta de que uma investigadora viajante necessita.

À Dra. Adília Alarcão pela amável disponibilidade em responder a tantas questões que lhe enviei sobre a Junta Nacional de Educação. Ao Arqº. João de Almeida por ter aceitado expor as suas ideias sobre a última montagem expositiva da Colecção de Escultura do MNAA, que ele produziu.

Foram fundamentais para o meu trabalho as memórias que colhi das conversas com o Arqº. João Teixeira; Arqº. José Lico; Sr. Lourenço Campos, da Antiquália Lda.;

Sr. José Serra, da Renascimento Leilões; Dr. Miguel Cabral Moncada, da Cabral Moncada Leilões; Dr. Luís Castelo Lopes, então na leiloeira Palácio do Correio Velho. Ao Sr. José Bénard Guedes agradeço em memória não só o tempo que comigo passou e as *estórias* que partilhou, como a consulta dos preciosos documentos que guardava dos tempos do Inventário na Casa Vilhena. Ao Sr. José Lopes, da Aqueduto, por ter salvado e conservado no seu espólio pessoal a correspondência trocada entre António Saraiva Nunes e a família Jardim de Vilhena, recuperando-a para o conhecimento do património português.

Aos meus contemporâneos de Doutoramento em História da Arte, domínio Museologia e Património, na FCSH, devo a frutífera companhia intelectual nas sessões de seminário. À velha cumplicidade com as minhas amigas Carla Alferes Pinto e Sofia Lapa juntaram-se o Hugo Xavier, a Joana Baião, a Leonor Oliveira, a Catarina Alfaro e a Emília Ferreira. Também a Madalena Cardoso da Costa, que trabalha sobre João Couto na Universidade de Coimbra e o Ricardo Mendonça da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, que estuda as colecções históricas de esculturas em gesso. Todos suscitaram ideias e enriqueceram muitas das minhas reflexões.

Mas tudo quanto segue só foi possível porque os meus amigos acreditaram em mim. Primeiro que todos, o meu querido Anísio Franco, que me entregou nas mãos a cópia da correspondência trocada por António Saraiva Nunes (o grande comprador intermediário) com Ernesto de Vilhena, o grande coleccionador, do espólio particular do Sr. José Lopes, só assim sendo possível documentar e sancionar por palavras aquilo que os meus olhos ordenavam nos corredores do Museu e nós tantas vezes discutíamos. Por tão brilhantemente me ter substituído nas minhas funções na Secção de Escultura do MNAA; que me passou a paixão sobre o coleccionismo; que me confortou nas horas mais desanimadas do tempo da escrita; por toda a amizade que não sei agradecer. A Giulia Rossi Vairo, a Celina Bastos, a Lídia Fernandes, a Margarida Tavares Conceição, a Alexandra Curvelo, a Dulce Freire, a Luísa Penalva, a Maria Antónia Athayde Amaral, a Ana Kol, a Maria João Bastos, a Helena Prata, a Catarina Alarcão, a Ana Cristina Pais, a Cristina Neiva Correia, ao Miguel Soromenho, ao Eduardo Marques, ao Joaquim Oliveira Caetano, ao Rui Afonso Santos, ao João Mário Soalheiro, ao Alexandre Pais, ao Rui Mestre, ao Ramiro Gonçalves, ao Sebastián Zavalla, ao Hugo Franco d'Araújo (em memória), a todos pela colaboração em tantos detalhes da vida e do trabalho e pela inspiração da sua amizade. À Ana Sousa pela ajuda no grafismo.

À minha mãe, pelo seu colo, incondicional presença e paciente sabedoria. À minha grande família, porque todos depositaram confiança na capacidade de concretização de algo que devia a mim própria: cada um me ajudou à sua maneira nalgum pormenor que não cabe aqui descrever. À Guida, por ter lido.

Ao André, meu parceiro e leitor de sempre, que muito para além de mim mesma, apesar dos meus dias de página em branco e da minha vontade incessante de viajar, acredita em mim.

AS ESCULTURAS DE ERNESTO JARDIM DE VILHENA.
A CONSTITUIÇÃO DE UMA COLECÇÃO NACIONAL

MARIA JOÃO CRESPO PIMENTEL VILHENA DE CARVALHO

RESUMO

O comandante Ernesto Jardim de Vilhena (n. Ferreira do Alentejo 1876 – m. Lisboa 1967) foi o mais importante coleccionador de arte em Portugal na primeira metade do século XX. Os objectos que foram sua propriedade constituem uma referência incontornável no património artístico nacional, estatal e privado. 1500 peças do núcleo de escultura foram doadas ao Estado Português pelos seus herdeiros em 1969, passando juridicamente à propriedade do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) em 1980. A classificação destas esculturas como monumentos deve-se não só à sua categoria artística intrínseca, mas também ao trabalho desenvolvido pelo MNAA.

A dicotomia – Coleccionador e Museologia construtora da história da imagem esculpida – enforma esta tese para a qual os conceitos de biografia cultural dos objectos, gosto e a definição dos padrões e modos do coleccionismo artístico português da primeira metade do século XX se afirmam igualmente como fundamentos analíticos do conceito pessoal de património de Ernesto de Vilhena.

PALAVRAS-CHAVE: Coleccionismo de arte em Portugal, Colecções de Escultura; Museologia; História dos Museus de Arte em Portugal; Biografia cultural dos objectos artísticos

THE SCULPTURES OF ERNESTO JARDIM DE VILHENA.
THE BUILDING OF A NATIONAL COLLECTION

MARIA JOÃO CRESPO PIMENTEL VILHENA DE CARVALHO

ABSTRACT

The Navy commander Ernesto Jardim de Vilhena (b. Ferreira do Alentejo 1876 – d. Lisboa 1967) was the most important art collector in Portugal during the first half of the 20th century. The objects of his legacy are unavoidable within the national heritage, whether belonging to the State or being private property. 1500 sculptures were given in donation to the Portuguese State by his heirs in 1969, and became property of the Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) in 1980. Their classification as monuments in the national heritage is due not only to their intrinsic artistic quality but also to the work developed from that moment on by the MNAA.

The dichotomy – Collector and Museology, which constructed the history of the sculpted image in Portugal – is the primary subject matter of this research. Concepts of culture and biography of objects, taste, definition of the patterns and ways of collecting for the Portuguese culture of the first half of the 20th century also contribute as analytical bases to understand the personal Ernesto de Vilhena's concept of heritage.

KEYWORDS: Art Collections in Portugal; Sculpture Collections; Museology; History of Art Museums in Portugal; Cultural Biography of artistic objects.

ÍNDICE

VOLUME I

Agradecimentos

Resumo / Abstract

Índice

Abreviaturas, siglas e símbolos

INTRODUÇÃO 1

Do Objecto 1

Das Fontes 6

Do Estado do Conhecimento 9

Do Método 18

Da Edição 24

PARTE I – Ernesto de Vilhena: a formação do coleccionador 27

I. 1. A Família Jardim de Vilhena 28

I. 1. 1. O pai, Júlio Marques de Vilhena 28

I. 1. 2. A mãe, Maria da Piedade Leite Pereira Jardim 36

I. 1. 3. O mundo familiar Jardim de Vilhena 66

I. 2. *Curriculum Vitae* 83

I. 2. 1. Formação 83

I. 2. 2. De Moçambique até Angola: estetização da experiência e programa colonial 103

I. 3. O *Mwata Kumandante*, senhor que escrevia a verde. A construção do império e da fortuna 193

PARTE II – A Colecção Vilhena. A Arquitectura de uma Colecção Nacional de Escultura 247

II. 1. O Coleccionador e a Colecção 248

II. 2. Coleccionar património português. 256

II. 2. 1. Preservar e enriquecer o património nacional 273

II. 3. A Colecção Vilhena: uma empresa coleccionista familiar 307

II. 3. 1. O sistema da compra: agentes intermediários e comércio de arte 319

II. 4. A Escultura entre os Núcleos da Colecção Vilhena 362

II. 4. 1. A Escultura 416

II. 5. Lisboa, Rua de São Bento 183-187: conservação e exposição da colecção particular 423

II. 6. O Processo da Doação Vilhena 433

II. 6. 1. 1967-1969 – Crónica de uma doação ao Estado Português 434

II. 6. 2. A resposta da política cultural tardo-salazarista. Os intervenientes 438

II. 6. 3. A dispersão dos objectos: processos e destinos diversos 454

II. 6. 4. O Estado Português recebe uma dação de obras de arte *avant la lettre*. O vazio legal português relativo à figura jurídica da dação 466

PARTE III – Do Privado ao Público: A Colecção de Escultura de Ernesto Vilhena no Museu 487

III. 1. A construção da história da imagem esculpida no Museu Nacional de Arte Antiga 489

III. 1. 1. Das salas dos gessos oitocentistas do Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia até ao Museu de Escutura Comparada: as imagens tridimensionais de um novo conceito de património 507

III. 1. 2. José de Figueiredo no Jardim das Janelas Verdes 526

III. 1. 3. João Couto e a Institucionalização da Secção de Escultura do MNAA 551

III. 1. 4. A impossível concorrência estatal com o coleccionismo privado 569

III. 2. A Colecção Vilhena no Museu Nacional de Arte Antiga 580

III. 2. 1. Os projectos de Maria José de Mendonça (1967-1974)..... 580

III. 2. 2. 1980: A incorporação definitiva sob direcção de Maria Alice Beaumont..... 594

III. 3. Sérgio Guimarães de Andrade: o *Sentido das Imagens* como história da escultura portuguesa do século XIV ao século XVIII..... 601

Conclusão 629

Fontes e Bibliografia 635

Fontes manuscritas, impressas e visuais 636

Bibliografia Activa 651

Entrevistas e registos de memória oral 656

Artigos de Dicionários e Enciclopédias 657

Catálogos de leilões 659

Bibliografia 665

VOLUME II – ANEXO DOCUMENTAL

PARTE I

DOCUMENTO I.1. 5

Arquivo Distrital de Beja, Fundos Paroquiais, Baptismos de Ferreira do Alentejo, 1876, nº 88: Registo de Baptismo de Ernesto de Vilhena, 24 de Julho de 1876.

DOCUMENTO I.2. 6

Torre do Tombo, Arquivo Distrital de Lisboa, Registos Paroquiais, Concelho de Lisboa, Freguesia Mártires, Livro B-8 de Baptismo, Baptismo de Maria Amélia, fl. 129v-130.

DOCUMENTO I.3. 8

6ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, Freguesia do Sacramento, Casamentos, Nº 21, 12/10/1907: Ernesto Jardim de Vilhena e Maria Amelia Queriol de Vasconcellos Porto.

DOCUMENTO I.4. 9

AHM/Div/1/36/31/15 - Carta de Ernesto Vilhena para Trindade Coelho sobre um memorando da loja "Solidariedade", 1/3/1913.

DOCUMENTO I.5. 10

AHM/ Div/1/36/31/43 - Carta de José António Jorge Pinto para Ernesto Vilhena em resposta ao pedido deste para lhe ser passado um atestado de quite, 10/3/1913.

DOCUMENTO I.6. 11

Casa-Museu Reynaldo dos Santos-Irene Quilhó, Fundo Reynaldo dos Santos, Correspondência recebida: Correspondência de Ernesto Jardim de Vilhena, Júlio Porto de Vilhena e João Jardim de Vilhena com Reynaldo dos Santos.

PARTE II

DOCUMENTO II.1. 15

Espólio particular, Correspondência de António Pereira Capela com Ernesto de Vilhena, Ano 1946.

DOCUMENTO II.2. 16

Espólio particular, Correspondência de José da Cruz Paz com Ernesto de Vilhena, Ano 1953.

DOCUMENTO II.3. 19

Espólio particular, Correspondência de António Saraiva Nunes com a família Porto Jardim Vilhena (Ernesto Jardim de Vilhena, Maria Amélia Porto Jardim de Vilhena e Júlio Porto Jardim de Vilhena), Anos 1924, 1925, 1932, 1933-1943.

DOCUMENTO II.4. 464

Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), *Notas sobre arte e archeologia. Vol. I. E. Vilhena*, caderno manuscrito, 1933-1952.

DOCUMENTO II.5. 579

Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), *Notas sobre arte e archeologia. Vol. II. E. Vilhena*, caderno manuscrito, 1915-1960.

DOCUMENTO II.6. 688

Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), *Notas sobre arte e archeologia. Vol. III. E. Vilhena*, caderno manuscrito, 1941-1962.

DOCUMENTO II.7. 779

CML, Arquivo Intermédio, Obra 5587, Rua de S. Bento 183-187, Projecto de Tertuliano Lacerda Marques, 1931.

DOCUMENTO II.8. 782

FCG, Espólio Raúl Lino, RLDA 354 [Casa Unifamiliar], Lisboa, 19 desenhos de arquitectura, s.d..

DOCUMENTO II.9. 792

AHME, DGESBA, Diversos, Série Nº 3, Cxa, 3027, Proc. da 3ª Secção, Lº 15, Nº 187, fls. 101, 2 de Maio de 1934, Ernesto de Vilhena pede que seja examinado por um perito, um oratório antigo que foi submetido a despacho na Delegação de Alcântara.

DOCUMENTO II.10. 793

Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Processos dos Académicos, Ernesto Jardim de Vilhena, Classe de Letras: Carta de condolências da Academia das Ciências de Lisboa dirigida ao Dr. Júlio P. de Vilhena, 17/02/1967.

DOCUMENTO II.11. 794

A) ANTT, AOS/CO/PC-71, Pt 22, Oferta pelo Prof. Doutor A. de Oliveira Salazar, à Biblioteca da Faculdade de Letras de Coimbra, dos dois primeiros volumes da Ásia, de Vilhena, 1966, nº 796-797, Cópia da carta de Ernesto Vilhena. …..... 794

B) ANTT, CDA, Caixa 1, Dossier 9, fl. 21. Agradecimento de A. de Oliveira Salazar ao Comandante Ernesto de Vilhena pela oferta dos dois primeiros volumes *Da Ásia* de João de Barros, 3 Maio 1966, cópia dactilografada. ……..... 795

C) ANTT, AOS/CO/PC-71, Pt 22, Oferta pelo Prof. Doutor A. de Oliveira Salazar, à Biblioteca da Faculdade de Letras de Coimbra, dos dois primeiros volumes da *Ásia*, de Vilhena, 1966, nº 793-794, carta manuscrita. ……..... 795

DOCUMENTO II.12. 796

Museu Nacional do Traje, Espólio Maria José de Mendonça, Dossier D17: Colecção Vilhena, s.d. [1967], manuscrito, nº1 a nº43.

DOCUMENTO II.13. 808

Museu Nacional do Traje, Espólio Maria José de Mendonça, Dossier 8: *Vários* - Tapetes de Arraiolos Colecção Vilhena, s.d. [1967], manuscrito.

DOCUMENTO II.14. 811

Museu Nacional do Azulejo, Espólio João Miguel dos Santos Simões, Dossier nº 116, "Azulejos na Colecção do Exmo. Snr. Comandante Ernesto Vilhena (Lisboa)", original manuscrito e dactilografado.

DOCUMENTO II.15. 813

Museu Nacional do Azulejo, Espólio João Miguel dos Santos Simões, Dossier nº 116, "Caderno Colecção Vilhena - Azulejos, Cerâmica", 1967, manuscrito.

DOCUMENTO II.16. 815

Museu Nacional do Azulejo, Espólio João Miguel dos Santos Simões, Dossier nº 116, "Caderno Casa Ernesto Vilhena", s.d., manuscrito.

DOCUMENTO II.17. 822

Espólio José Bénard Guedes, "Inventário de algumas peças de prata, pertencentes à Colecção do Comandante Ernesto Vilhena", dactilografado, não datado, não assinado.

DOCUMENTO II.18. 824

Espólio José Bénard Guedes, Cópia de relatório sobre peças a serem classificadas e registadas (Cerâmica e Porcelana), dactilografado não datado, não assinado.

DOCUMENTO II.19. 825

Espólio José Bénard Guedes, Conjunto de fichas dactilografadas sobre peças de Mobiliário.

DOCUMENTO II.20. 828

Espólio José Bénard Guedes, Conjunto de fichas dactilografadas e manuscritas sobre peças de Vidro, 1967.

DOCUMENTO II.21. 832

ANTT, AOS/CP/281, Pt. 7.281.1, fls. 987-991: "Apontamento não assinado sobre a Colecção de Estatuária Portuguesa da Idade Média e do Renascimento formada pelo Comandante Ernesto de Vilhena e destinada ao Estado Português pela respectiva família, ou, mais concretamente, por seu filho", Fevereiro 1968, cópia dactilografada.

DOCUMENTO II.22. 837

ANTT, AOS/CP/281, Pt. 7.281.1, fls. 992-995: Ofício de José Pereira da Costa para o DGESBA sobre o estado do trabalho de inventariação da Biblioteca do Comandante Ernesto Vilhena, 4 de Março 1968, fls. 992-995, cópia dactilografada.

DOCUMENTO II.23. 841

ANTT, Arquivo Distrital de Lisboa, 5º Cartório Notarial, Notas, Livro F-82, fls. 87v-89v.

DOCUMENTO II.24. 842

Ministério das Finanças, Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, Processo 1-D/PA-O-7-7: *Doação ao Estado da Colecção de Estatuária Portuguesa Medieval e do Renascimento, feita pelo Dr. Júlio Manuel Porto de Vilhena em 1969*.

DOCUMENTO II.25. 937

MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 64, Cópias de Correspondência Remetida, Janeiro a Junho de 1969, Nº 186-A, Proc. Nº 49-M-1, 5 de Abril 1969.

DOCUMENTO II.26. 938

MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 64, Cópias de Correspondência Remetida, Janeiro a Junho de 1969, Nº 194, Proc. Nº 49-M-1, 8 de Abril 1969.

DOCUMENTO II.27. 939

AHME, Gabinete do Ministro, 4/2833, Registo de Correspondência, 2ªs cópias: Comunicação do Ministério da Educação Nacional ao Director-Geral da Fazenda Pública sobre a recepção dos bens doados ao Estado pelo Dr. Júlio Manuel Porto de Vilhena, 1 de Maio 1969, dactilografada.

PARTE III

DOCUMENTO III.1. 941

Decreto 5240/1919 - Criação do museu escolar de escultura comparada junto da Escola de Belas Artes de Lisboa, 10 Março publicado no Diário do Governo nº 51, 13/3/1919. In *Colecção Oficial de Legislação portuguesa. Legislação publicada em Março 1919*.

DOCUMENTO III.2. 942

ANTT, Arquivo Vergílio Correia, Nº 14, *Correspondência - diversos*, datas diversas: Apontamento manuscrito sobre a criação em Lisboa de um museu estatal de escultura e epigrafia, s.d..

DOCUMENTO III.3. 944

AHME, Junta Nacional de Educação, Caixa 326, Processo 30, manuscrito e dactilografado: Diogo de Macedo, "Relatório sobre a montagem em Portugal de um Museu de Escultura Comparada [1940]", 1946.

DOCUMENTO III.4. 950

MNAA, Arquivo do Dr. João Couto, Pasta 92 – Pareceres da Junta Nacional de Educação. Proposta de Diogo de Macedo para um Museu de Escultura Comparada a edificar em Belém, 15 de Março de 1944, dactilografada.

DOCUMENTO III.5. 951

MNAA, Arquivo do Dr. João Couto, Pasta 58 – Pareceres da Junta Nacional de Educação. Assunto 6º – Compra e Venda de Obras de Arte. Proposta de João Couto e Diogo de Macedo para a criação de uma «Comissão de Compras", 22 de Abril de 1948, cópia dactilografada.

DOCUMENTO III.6. 953

MNAA, Espólio Sérgio Guimarães de Andrade, Pasta Colecção Vilhena. Diversos – Relação ordenada das peças de Escultura da Colecção Vilhena, manuscrito.

VOLUME III – ANEXO DIGITAL

Escultura da Colecção Vilhena no Museu Nacional de Arte Antiga.

Microsoft Office Access 2007 Base de Dados (.accdb)

ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ACMF – Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças

ADB – Arquivo Distrital de Beja

ADG – Arquivo Distrital da Guarda

ADL – Arquivo Distrital de Lisboa

AHCGD – Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos

AHM – Arquivo Histórico Militar

AHPGR – Arquivo Histórico da Procuradoria Geral da República

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

AHME – Arquivo Histórico do Ministério da Educação

ANBA – Academia Nacional de Belas Artes

ANIM – Arquivo Nacional de Imagens em Movimento

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AMC – Arquivo Marcello Caetano

AML – Arquivo Municipal de Lisboa

ANGOIL – Companhia do Petróleo de Angola

AOS – Arquivo de António Oliveira Salazar

APOM – Associação Portuguesa de Museologia

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra

BACL – Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

BCM/AH – Biblioteca Central da Marinha/Arquivo Histórico

BIT – *Bureau International du Travail*

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BNU – Banco Nacional Ultramarino

BUJPII – Biblioteca Universitária João Paulo II

© – *copyright*, direitos de autor

ca. – *circa* / cerca de

cf. – confrontar

CMAG – Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CMRS-IQ – Casa-Museu Reynaldo dos Santos-Irene Quilhó

CO – Correspondência oficial

Coord. – Coordenação

COTONANG – Companhia Geral dos Algodões de Angola

CP – Correspondência privada

dact. – dactilografada(o)

Dir. – Direcção

DG – *Diário do Governo*

DGBA – Direcção-Geral de Belas Artes

DGEMN – Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGESBA – Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural

DIAMANG – Companhia de Diamantes de Angola

DIALAP – Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes

DDF – Divisão de Documentação Fotográfica

DR – *Diário da República*

DS – *Diário das Sessões*

FOGERANG – Fomento Geral de Angola

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian

FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia

FMS – Fundação Mário Soares

FRESS - Fundação Ricardo Espírito Santo Silva

ICOM - International Council of Museums / Conseil International des Musées

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IHA – Instituto de História da Arte

IICT – Instituto de Investigação Científica e Tropical

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IPM – Instituto Português de Museus

IPPAAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

IPPC – Instituto Português do Património Cultural

IMC – Instituto dos Museus e da Conservação

imp. – impresso

fl. / fls. – folha / folhas; fólio / fólios

fot. – fotografia

JNE – Junta Nacional de Educação

MAS – Museu Alberto Sampaio

MB-CB – Museu-Biblioteca da Casa de Bragança

MBP – Museu Bordalo Pinheiro

MC/FAL – Museu do Caramulo/Fundação Abel de Lacerda

MEN – Ministério da Educação Nacional

MF – Ministério das Finanças

MFTPJ – Museu Francisco Tavares Proença Júnior

MGV – Museu Grão Vasco

MJVC – Maria João Vilhena de Carvalho

MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga

MNAZ – Museu Nacional do Azulejo

MNBA – Museu Nacional de Belas Artes

MNBAA – Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia

MNE – Museu Nacional de Etnologia

MNMC – Museu Nacional de Machado de Castro

MNT – Museu Nacional do Traje

ms. – manuscrito

Mu*st* – Linha de investigação *Museum Studies* do IHA-FCSH

OIT – Organização Internacional do Trabalho

op. cit. – obra citada

PCV – Palácio do Correio Velho, Sociedade de Leilões

PEMA – Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola

PNM – Palácio Nacional de Mafra

PNP – Palácio Nacional da Pena

Proc^{o} – Processo

pt. – pasta

s.d. – sem data

SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa

s.l. – sem local

SNI – Secretariado Nacional de Informação

s.p. – sem numeração de página

ss. – seguintes

UCBG – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

UNL – Universidade Nova de Lisboa

Vd. – Vide

INTRODUÇÃO

Do Objecto

Encontrei-me pela primeira vez com o Comandante Ernesto Jardim de Vilhena (1876-1967) através da leitura de Reynaldo dos Santos, logo nos primeiros anos da minha formação universitária. Em tempos não lineares, retive as histórias prodigiosas que fui ouvindo. No Museu Nacional de Arte Antiga voltámos a cruzar-nos, através da mediação material das esculturas que tinham pertencido à sua Colecção.

Entre 1994 e 2005, a minha relação com o coleccionador construiu-se, porém, sobre muitos silêncios, aprofundada apenas através das respostas que as peças davam e das quais, no limite, eu fazia interpretação segundo perspectivas puramente visualistas, formalistas e iconográficas. Avançava tendencialmente, é certo, para uma história antropológica das suas funções enquanto imagens esculpidas, porque a Colecção Vilhena que integra o acervo do Museu Nacional de Arte Antiga compõe-se fundamentalmente de imagens religiosas que abarcam uma cronologia que vai dos finais do século XIII até ao fim do século XVIII. São representações artísticas tridimensionais que tiveram uma aura sagrada que torna presente, material, visual e tactilmente, a cosmogonia e os seus actores do Ocidente peninsular, desde a Idade Média até ao fim do Iluminismo.

A vontade do alargamento metodológico e o aprofundamento científico no exercício do meu ofício de historiadora da arte a trabalhar numa colecção específica do Museu justificou o meu projecto de investigação. A minha curiosidade foi despertada e estimulada pelo facto de um único homem, português, que viveu entre o último quartel do século XIX e chegou a ultrapassar a primeira metade do século XX, ter juntado uma colecção de dimensão tamanha, constituída por obras produzidas na sua maioria em território nacional. Saber por que razão considerava as esculturas como os objectos de sua preferência no seio dos milhares de obras de arte que arrecadou na sua casa, fez crescer o meu interesse pelos temas e pelas perspectivas de interpretação subjacentes à tese que agora apresento.

A importância patrimonial e o valor que as esculturas Vilhena têm para a história da escultura em Portugal e na Península Ibérica asseguram-lhes hoje a classificação e a

fama de objectos-monumentos. Esse reconhecimento simbólico, também com expressão legal, deve-se tanto ao seu valor patrimonial intrínseco como ao trabalho que os peritos do Museu Nacional de Arte Antiga, que viria a tornar-se seu guardião, desenvolveram desde 1967 até à actualidade.

Foi, assim, nesta dicotomia de valores e conceitos, os do Coleccionador Ernesto Jardim de Vilhena e os da Museologia construtora da história da imagem esculpida em Portugal praticada desde Maria José de Mendonça a Sérgio Guimarães de Andrade, que projectei o meu trabalho.

Os limites cronológicos da abordagem cruzada situam-se entre a segunda metade do século XIX e o final do século XX/primeira década do século XXI, correspondendo à vida do Coleccionador e à concretização, em 1994, de uma exposição permanente de escultura portuguesa no Museu Nacional de Arte Antiga, que permaneceu aberta ao público até 2009.

Não estão em causa os frutos de pesquisa sobre a produção das peças coleccionadas. Dos resultados que aqui apresento, poderão trabalhar-se posteriormente, e com elementos mais seguros e sustentados, as geografias, os modelos, as encomendas, a circulação de obras, de materiais e de artistas, na longa diacronia dos objectos Vilhena. De uma colecção doada ao Estado sem quaisquer referências macro e micro históricas anexas, passará a dispor-se de um conjunto um pouco mais amplo de informações que, temos esperança, possa continuar a ser tema de investigação de molde a enriquecer o conhecimento histórico-artístico sobre a arte da imaginária em Portugal no largo arco de tempo que medeia entre meados do século XIII e o fim do século XVIII.

Entre a totalidade dos bens artísticos possuídos pelo Coleccionador, a Colecção de Escultura teve sempre o protagonismo. Este seria também admitido institucionalmente, alcançando o seu valor de património nacional em 1969, por ser a parte das Colecções de Arte do Comandante Ernesto Vilhena que o Estado Português viria a aceitar como doação da família Porto Jardim de Vilhena, após a morte do seu proprietário, em troca da isenção do pagamento do devido imposto sucessório.

Caracterizar a arquitectura deste núcleo até aqui indocumentado, os ritmos constitutivos da reunião de objectos, o território das proveniências, identificar ideias e colecções referentes, definir a metodologia de acumulação coleccionista e os processos

de intervenção no mercado de arte, constituem a base desta biografia do gosto e da cultura artística de Ernesto Vilhena, que procuro entender desde o seu período de formação e recortar conjuntural e estratigraficamente nos seus círculos social, cultural e político.

Compreender a Colecção de Escultura, implica equacioná-la entre as outras categorias de objectos artísticos, para uma correcta avaliação deste micro universo dentro do mundo macroscópico das obras de arte coleccionadas. As dimensões das Colecções de Arte Vilhena, extraordinárias quando pensadas à escala das práticas coleccionistas nacionais, têm contribuído para a construção de uma mitografia dominadora, amplamente enriquecida nos círculos do mercado de arte, havendo portanto que procurar reconstituir os acervos de Pintura, Mobiliário, Ourivesaria, Têxteis, Cerâmica, Vidros, Objectos de Arte, Arte Africana e Biblioteca/Livraria, embora este objectivo final de reconstituição extravase em muito as possibilidades deste trabalho.

A fortuna crítica da Colecção de Escultura ficou consagrada desde 1948, quando Reynaldo dos Santos publicou *A Escultura em Portugal. Séculos XII a XV* baseada em exemplares de referência da propriedade Vilhena que, desde essa data, ganharam foros de paradigma na historiografia da escultura portuguesa até à fase seguinte da sua história objectual, após a morte do Comandante. A crónica dos acontecimentos *post mortem* reporta a passagem da colecção privada de reconhecido valor à categoria de propriedade nacional inalienável, como referimos. Configura-se em Portugal, pela primeira vez, uma solução de Estado para os destinos de uma colecção de arte privada, através da concatenação de diferentes mecanismos jurídicos que, na sua aplicação prática, representam o inédito recurso à dação, com evidentes contornos políticos. A colecção, de claro pendor nacionalista, será nacionalizada.

A re-construção museológica da Colecção Vilhena no Museu Nacional de Arte Antiga e o impacto desta sobre a colecção de escultura pré-existente, caracterizada por uma história orgânica que espelha as contradições entre as (im)possibilidades do coleccionismo estatal e a riqueza privada durante o século XX, tal como a prática museológica do conceito de imagem que a sua incorporação museológica permitiu, constituem propósito último, entrecruzando património, museologia e história da arte.

Para a prossecução dos objectivos enunciados, desenhámos a estrutura da dissertação em três partes, cujos conteúdos serviram de guia seguido durante o período de investigação, orientando-nos na pesquisa das fontes e da bibliografia.

A primeira parte intitula-se "A Formação do Coleccionador", na qual acompanharemos Ernesto Vilhena, a partir dos seus primeiros anos, em Portugal, em viagem pelas capitais europeias e repetidamente por África, da Zambézia ao Dundo (Angola), desde muito cedo o seu horizonte geográfico de referência profissional.

Na segunda parte, em "A Colecção Vilhena", ensaia-se uma primeira caracterização do processo coleccionista e da globalidade dos núcleos constituintes da Colecção Vilhena, aferindo o gosto e o conceito de património do Comandante e o modo como outras personagens interagiram no seu universo pessoal e mental - a família, os círculos de amigos e conselheiros, os outros coleccionadores portugueses ou estrangeiros e os comerciantes -, tornando-se elementos e circunstâncias determinantes a reconhecer na construção individual (ou não) da colecção pelo coleccionador. Nesta parte inclui-se um tópico que remete para o futuro: criado no seio de uma cultura de doação, para lá da simples benemerência, exercitou-a em muitas ofertas a museus portugueses ou do mundo. Após a sua morte, todavia, a colecção privada dispersou-se, em diferentes processos consoante os conjuntos, conhecendo fins muito diversos daqueles que o próprio ambicionara enquanto a constituía.

Incluímos também nesta parte a exposição dedicada à arquitectura de uma Colecção Nacional de Escultura, de onde resultará a análise do tipo de compilação, dos seus *modus* e *praxis* de coleccionista. É inevitável avaliar o impacto que o estudo de Reynaldo dos Santos teve sobre a valorização nacional da colecção particular, já divulgada em muitas exposições anteriores, e o quanto terá contribuído para que, à morte de Ernesto Vilhena, tenha sido matéria da preocupação patrimonial que desencadeou o processo de doação ao Estado Português. Essa nacionalização será dissecada nos fundamentos jurídicos da solução encontrada e na intervenção das personalidades responsáveis nesse contexto político-cultural, que acabam por ser também as protagonistas do fim de um segmento de vida e o princípio de outro segmento de vida das esculturas, continuado no Museu Nacional de Arte Antiga.

Na terceira parte - "A Colecção de Escultura de Ernesto Vilhena no Museu" - reencontramos as esculturas, agora na sua qualidade de obras públicas, subordinadas aos

conceitos, às regras e aos exercícios da Museologia. O resultado da integração no acervo do MNAA transfigura-as, tal como transformará o Museu que conserva a mais significativa colecção de imaginária portuguesa e ibérica.

Esteve primeiro em causa Ernesto Vilhena, que procurámos através da sua família restrita e alargada, da sua formação escolar e dos valores mentais herdados ou por si construídos, actividades, profissões e cargos que exerceu ao longo da vida, protagonismos culturais e políticos, em toda a linha de conexões possíveis. Com este compromisso de retrato memorial, o roteiro inquisitivo foi naturalmente amplo e disperso, abrangendo uma cronologia não só lata, como muito significativa em acontecimentos na história de Portugal e do mundo. Parte do período da Monarquia Constitucional, isto é da plena actividade política paterna do conselheiro Júlio Marques de Vilhena durante a Regeneração e o Rotativismo, passando pela comoção do *Ultimatum* que teve como resposta a opção pela aprendizagem na Escola Naval e consequência na participação no processo de territorialização portuguesa de África. Os sobressaltos resultantes da queda do regime monárquico e da implantação da República - a que adere de imediato -, a aventura política republicana mas também as suas desilusões, não terminam; atravessará duas guerras Mundiais. Fica clara e manifesta a sedução pelo ressurgimento nacionalista e a ordem trazidos pelo Estado Novo e o franco activismo desempenhado na construção do Terceiro Império Português, até ao limite da sua vida que ocorre na aurora do Marcelismo. Ernesto de Vilhena morre exprimindo ter consciência de um mundo muito diferente do que conhecera e ajudara a criar, de que os movimentos de auto-determinação africanos iriam vingar e tinha chegado o tempo da europeização de Portugal.

Como *corpus* de trabalho, temos as esculturas doadas que há muito conhecemos. O conjunto foi reunido em base de dados desenhada em formato *Access* que é apresentada como Anexo. De cada ficha individual consta a inventariação básica da peça segundo os critérios museológicos apresentados por mim em publicação anterior e validados pelo Instituto Português de Museus para aplicação no sistema de documentação Matriz das colecções museológicas portuguesas (Carvalho 2004). Exclui-se a descrição, substituída pela fotografia; mantêm-se as exposições em que figurou (antes e depois de integrar a propriedade do MNAA), a bibliografia específica e a documentação conexa. Sempre que o texto as reclamar, serão incluídas em fotografia no

próprio corpo da tese ou através de remissão para o respectivo registo na base de dados. Algumas das obras terão tratamento mais desenvolvido - estudos de caso -, porque representam paradigmas do gosto e do método de coleccionar de Ernesto Vilhena, facto que, sublinhamos, não ensombrecerá qualquer outro dos objectos. Ensaia-se pontualmente a tentativa de reunião do restante acervo escultórico da colecção Vilhena, classificando-o por tipologias.

Das Fontes

Os estudos documentais sofreram sem surpresa permanentes avanços e recuos. Detiveram-se forçosamente perante algumas dificuldades que foram fruto das falhas e desorganização do tratamento e classificação arquivísticos da documentação do século XX (por vezes inacessível), outras da vontade de manter silêncio sobre a personalidade do protagonista da investigação, que ainda guarda uma imagem polémica e controversa, outras ainda que resultam da pura destruição documental ou da incúria patrimonial.

O inquérito incidiu sobre um conjunto alargado de tipologia de fontes administrativas, epistolográficas, cartográficas, jornalísticas, fotográficas, cinematográficas, entrevistas que permitiram registar memórias (Perks e Thomson 2006; Coimbra 1995: 513-526) e sobre a recolha de alguns depoimentos escritos. Não foi dada primazia a nenhuma destas categorias. Todas acabaram por enformar a representação que aqui se traz da personalidade do coleccionista Ernesto Vilhena, além de informarem sobre a vida dos objectos coleccionados, e das esculturas em particular. Destacamos, contudo, ter sido possível a consulta de alguns espólios pessoais, que experimentamos pela primeira vez, e se revelaram muito ricas bases de trabalho, embora complexas. Seriam obrigatoriamente outras as opções tomadas nesta narrativa, caso não tivesse acedido ao fragmentado espólio particular do Comandante Ernesto de Vilhena, conservado pelos seus herdeiros; ao espólio do comerciante António Saraiva Nunes, propriedade de José Lopes; ao espólio da firma Antiquália, de Lisboa; ao espólio de Santos Simões; aos papéis de Bénard Guedes; à parte do espólio de Reynaldo dos Santos; aos de Vergílio Correia, de João Couto e de Maria José de Mendonça. Com todas as truncaturas inerentes à passagem do tempo e à sua dispersão, permitem reconstruir os diferentes momentos da vida das esculturas Vilhena, que temos como objectivo recuperar.

O espólio de Ernesto Vilhena que resta no património familiar é relativamente circunscrito. Não representa a pedra de toque para todas as descobertas ansiadas pelo investigador que procurasse apenas a origem de peças, os preços, os vendedores, os contactos, como se de um registo contabilístico se tratasse. A narrativa é de uma riqueza íntegra, porque inscreve na primeira pessoa as viagens, as impressões do mundo, os pequenos e os grandes acontecimentos da sua vida. No discurso da memória privada desvela-se o sistema da organização mental do administrador e do homem de negócios, do político e do esteta coleccionador, atento a tudo, e a todos os que o rodeiam, de passagem ou em permanência, anotando com pormenor de horas e dias o desenrolar da história. Assim se desfez, no primeiro contacto, o mito da ausência de registos, da acumulação desenfreada e sem rigor, da falta de ordem, do acaso das recolhas, da inexistência de um referente de colecção.

O acervo que nos foi dado consultar compõe-se fundamentalmente de seis conjuntos caracterizáveis como fundos diferenciados por tipo.

O primeiro é fotográfico, essencialmente familiar. Não terão sobrevivido as fotografias de peças que continuamente pede aos seus angariadores de obras de arte, nem aquelas que documentavam a colecção e por vezes passava aos especialistas, que ficamos a saber terem existido através dos apontamentos registados nos restantes núcleos documentais.

O segundo conjunto guarda-se numa pasta de seda azul gravada com a inscrição *Ernesto Jardim de Vilhena* encimada pelas armas reais - testemunho material da sua formação pré-republicana -, que encerra diplomas, cartas-patente, certificados de actos de condecoração e o seu processo pessoal de Oficial da Armada portuguesa.

O terceiro núcleo reúne os *Cadernos de Viagem*, manuscritos, numerados, conservados do Nº 2 até ao Nº 19, datados, compreendendo registos e impressões das viagens realizadas exclusivamente em direcção e no seio do continente africano, desde Fevereiro de 1906 a 9 de Maio de 1944. Alguns incluem notas cartográficas executadas à mão levantada, coladas nas folhas ou nas contracapas, por vezes soltas (*Caderno de Viagem Nº 6*, por exemplo); outros guardam flores e folhas entre as páginas.

Um outro grupo, subdividido em dois tipos diferentes de suportes manuscritos, constitui aquele que classificamos na generalidade como "Diários", com anotações quotidianas. Entre 1944 e meados de Julho de 1948 escreveu-os em *Agendas de*

Gabinete, usando tinta verde; depois, entre Julho de 1948 e Dezembro de 1956, optou por utilizar cadernos pautados, de formato próximo do actual A5, continuando, quase sempre, a escrever a verde.

Um último conjunto, originalmente manuscrito, foi transcrito na íntegra e incorporado no Anexo Documental apresentado com esta tese. É composto por três volumes com as dimensões de 32 x 22 cm, encadernados a linho verde com lombadas e cantos em carneira (Vol. I e Vol. II) e a linho castanho com lombada e cantos de percalina preta (Vol. III). As capas da frente apresentam etiquetas com a inscrição autógrafa *Notas sobre arte e archeologia*, seguida da respectiva numeração do volume e a assinatura *E. Vilhena*. Um quarto livro, do mesmo tipo e dimensões, apresenta o título *Viagens em España*.

Aos documentos do espólio privado, juntam-se ainda as publicações impressas da autoria de Ernesto Jardim de Vilhena, de seu pai Júlio Marques de Vilhena e de seus irmãos Henrique, João e Júlio, que consideramos entre as fontes como bibliografia activa.

Face ao projecto original e aos objectivos enunciados de início, registam-se lacunas óbvias que desde já revelo. Consultei a documentação da Direcção-Geral do Património Cultural - que guardará obrigatoriamente o «Processo da Doação Vilhena» da tutela das instituições culturais - apenas por via indirecta, isto é, através dos ofícios que se mantêm nos arquivos de outras instituições da administração do património ou das Finanças, apesar de todos os esforços de localização empreendidos. Cheguei mesmo a traçar o rasto do dossier (?) nos arquivos do extinto Igespar, embora sem sucesso, pois resta a informação de ter sido retirado para a consulta dos serviços, rompendo-se o fio condutor. Consegui, por outro lado, localizar todo o relatório de inventariação do núcleo têxtil executado por Maria José de Mendonça, composto por fichas individuais, que se encontra à guarda da actual Direcção-Geral do Património Cultural e à espera de ver concretizada a sua transferência, sugerida no âmbito deste trabalho, para o arquivo do Museu Nacional de Arte Antiga, onde se conservam muitas dessas peças.

O processo de alienação das obras de arte desde 1969, vendidas em hasta pública pela empresa Leiria & Nascimento não fica, também ele, completamente documentado, pois apesar de diligências e tentativas contínuas não foram inexplicavelmente ultrapassadas as barreiras colocadas por intervenientes no processo, ainda vivos, e cuja

memória não pôde, assim, ser registada. Foi, aliás, em alguns segmentos do mercado da arte português que reconheci a permanência de uma certa *damnatio memoriae* do coleccionador, estranho contraponto da mais-valia transportada pelo objecto em transacção quando se conhece o facto, e dele se faz anúncio, de ter pertencido à "Colecção Ernesto Vilhena". Neste sentido, ainda está por fazer a desconstrução da mitografia do perfil do coleccionador, pontualmente explorada quando as fontes nos explicam a origem possível da estória.

Na relação com Reynaldo dos Santos, acusamos uma falha tecida pelo destino. O falecimento do artista Bartolomeu Cid dos Santos (1931-2008), neto de Reynaldo dos Santos e sobrinho-neto de Ernesto de Vilhena, para além de nos ter privado da sua memória pessoal sobre o Comandante, criou um vazio no acesso à parte do espólio do Professor, de que aquele era depositário. A correspondência trocada entre Ernesto e Reynaldo e conservada na Casa Museu Reynaldo dos Santos-Irene Quilhó, sob tutela da Câmara Municipal de Cascais, é muito escassa, não chegando para comprovar a real afinidade, e os contactos existentes entre ambos desde a juventude, alimentada pelas ligações familiares e partilha de valores estéticos que, assim, são apenas reconstituíveis através dos comentários de Vilhena.

Do Estado do Conhecimento

A produção historiográfica internacional no domínio do Coleccionismo de Arte registou nas últimas décadas um crescimento exponencial na Nova História da Arte europeia e americana, tanto em estudos do fenómeno *per si*, como nas suas relações com a história dos Museus, como o simples cotejo das referências bibliográficas que consultámos e averbámos permite apurar. As perspectivas epistemológicas vão desde estudos cronológicos, teorização e reflexão sobre o acto e fenómeno de coleccionar, o enquadramento dos significados na história cultural e na história da arte, teoria da recepção da obra de arte e a sua "espacialização" nas colecções, geografia comparativa do coleccionismo, tipologias de colecção, padrões de gosto, psicologia do coleccionador, história social dos coleccionadores e significado social das colecções, análise do capital político das colecções e dos seus possuidores, destino das colecções, mercado de arte e seus diferentes intervenientes, colecções de arte adquiridas por vias

ilícitas ou compostas por obras forjadas, até à interpretação de inventários de bens e objectos como proto-colecções.

Não é este, ainda, o estado da arte em Portugal, onde o tema não tem constituído matéria de substantiva produção intelectual. Salvaguardo no entanto a não inclusão nesta abordagem das análises respeitantes ao mercado e ao coleccionismo da arte contemporânea, assim como as relacionadas com o coleccionismo científico, que são extemporâneas e ultrapassam os universos de referência desta tese.

Se considerarmos restritamente o contexto dos estudos académicos, este está pontuado pelo contributo de João Carlos Brigola sobre os primórdios do coleccionismo e a sua relação com a criação de museus em Portugal (2000; ed. 2003), de Paula Mesquita Santos (1996; ed. 2005) e António Passos Almeida (2006-2007) sobre João Allen; de Giulia Rossi Vairo sobre Henry Burnay (2000-2001; cf. exposição de 2003 na Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves), entretanto publicados ou, mais recentemente, pelas investigações de Hugo Xavier dedicada à Colecção do Rei D. Luís (2009), de Ricardo Baeta versando a presença dos coleccionadores de arte do Porto na revista *Ilustração Moderna* entre 1926 e 1932 (2010), de Teresa Pinhal que abordou *O Coleccionismo em José Régio* (2011), de Maria Manuel Velásquez Ribeiro que analisou o coleccionismo "periférico" açoriano no estudo de caso dedicado a Manuel Coelho Baptista de Lima (2012), ou a recente apresentação sobre a colecção de José Relvas da autoria de Fernando Grilo (2012). A abertura de um Mestrado em Gestão de Mercados de Arte pela Escola de Sociologia e Política Públicas do ISCTE tenderá, naturalmente, a alterar o panorama, com obra científica incidindo sobre temáticas articuláveis com o Coleccionismo de Arte. Salienta-se, neste âmbito, a tese da autoria de Marta Marinho Nunes, que apresenta uma resenha actualizada dos protagonistas do mercado antiquário de Lisboa nas últimas duas décadas e regista os seus depoimentos (2010).

É notória, contudo, uma recente apetência por estas matérias um pouco à margem do circuito universitário tradicional, embora com ele relacionada por via dos protagonistas, que teve eco nalguns textos publicados e em dois cursos livres promovidos pelo Museu Nacional de Arte Antiga e pela Faculdade de Letras de Lisboa durante o ano de 2008, abertos à generalidade do público. O último dos eventos mencionados, resultante do desenvolvimento do projecto de investigação "O mercado leiloeiro de arte antiga e contemporânea em Lisboa" (FCT, PTDC/EAT/-

HAT/103690/2008), teve as comunicações editadas pelos coordenadores Alexandra Fernandes e Luís U. Afonso, em 2012 (Fernandes e Afonso 2012). No passado, interesse semelhante foi alimentado e divulgado pelas revistas *Artes & Leilões* (1ª Série: 1989-1996; 2ª Série: 2007-), *Arte Ibérica* (1996-2002) e *L+Arte* (2004-2011) em que é obrigatória a consulta de artigos da autoria de Francisco Hipólito Raposo, José Pedro Paço d'Arcos, Alexandre Melo, Nuno Vassallo e Silva, José Sousa Machado, Lurdes Féria, Margarida Bon de Sousa, António Sérgio Pessoa, José Jordão Felgueiras, Joaquim Oliveira Caetano, Rui Carvalho da Silva, João Júlio Teixeira, Paula Brito Medori, João Magalhães, Hugo Xavier e Anísio Franco. As três publicações periódicas mencionadas retomam o efémero ensaio de 1947, dirigido por Carlos Queiroz (1907-1949), de lançamento duma revista especializada em «*Arte Antiga & Moderna, Bibliofilia, Leilões»*. No Porto, a revista *Lusíada* fundada por Carlos Passos, num esforço de actualização com a realidade editorial europeia, anunciou também a publicação a partir de Outubro de 1960 (Nº 13) de uma rúbrica intitulada «*Bricabraque*», em que os editores apelaram à participação de colaboradores desinteressados, anónimos, e que não tivessem como objectivo «*estimular interesses mercantis que não sejam apenas os naturalmente resultantes de uma absoluta isenção de juízos, compatíveis com o plano cultural e desinteressado da revista.»* (*Lusíada*. Nº 13, Outubro 1960: 52).

Recuando muito na cronologia dos temas associados, não podemos deixar de mencionar os estudos pioneiros sobre as colecções reais constituídas a partir do reinado de D. Manuel I e sobretudo no período da rainha D. Catarina de Habsburgo (1507-1578) devidos a Annemarie Jordan (1985; 1994; 2012) ou presentes em muitos dos textos de Rafael Moreira, Sylvie Deswarte-Rosa, Pedro Dias, tal como a investigação de mestrado de Carla Alferes Pinto (1998), que incidem sobre as personalidades artísticas, mecenato, os gostos e os objectos de personagens dos séculos XV e XVI como D. Afonso de Portugal, a rainha D. Leonor, André de Resende, D. Miguel da Silva, Damião de Góis, a infanta D. Maria, ou Francisco de Holanda, só para citar os expoentes maiores e sobre os quais Madalena Brás Teixeira publicou uma síntese, avançando a sua cronologia até ao século XIX (Teixeira 2000). Destaque ainda para a pesquisa sobre as colecções ducais, e depois régias, dos Bragança que Nuno Vassallo e Silva apresentou recentemente (Silva 2003), para a tese de mestrado de Maria de Jesus Monge sobre a transformação do Paço Ducal de Vila Viçosa em Museu (Monge 2003) e para o projecto

de investigação "De Todas as Partes do Mundo. O Património do 5º Duque de Bragança D. Teodósio I" em progresso no Centro de História de Além-Mar (CHAM), sob a direcção de Jessica Hallett, Maria de Jesus Monge e Nuno Senos (PTDC/EAT-HAH/098461/2008). Em 2011, Miguel Soromenho apresentou criticamente os primeiros dados sobre coleccionadores da elite aristocrática de Seiscentos, num artigo em que, pela primeira vez em Portugal, é equacionada a edificação inovadora da tipologia arquitectónica da galeria dentro do contexto cultural do gosto, do coleccionismo e do "mostrar" (Soromenho 2011). Teresa Leonor Vale, ao trabalhar sobre a importação de obras de arte em Portugal na segunda metade do Século XVII, abordou o gosto da aristocracia e os horizontes estéticos de referência - italianos e franceses -, actuante nas encomendas, relevando a importância da figura dos agentes intermediários, deixando legitimamente interrogado se o fenómeno pode considerar-se como uma prática coleccionista ou de aquisições de prestígio (Vale 2010). Neste quadro inscrevem-se ainda a miríade de estudos e publicações à volta da personalidade de Frei Manuel do Cenáculo (Machado 1987; *«Casa dos Livros de Beja*» 2006; Vaz e Calixto 2006; Alegria e Caetano 2007) e os últimos trabalhos editados por João Brigola dedicados ao coleccionismo setecentista e dos inícios da centúria seguinte (Brigola 2009 e 2010). Todavia, a realidade científica elencada, embora repleta de novas abordagens epistemológicas, não abarca a cronologia desta dissertação.

A temática do coleccionismo de obras de arte em Portugal desenvolveu-se sobretudo como base de trabalho museológico subjacente a exposições realizadas desde a segunda metade da década de 1980, com o exercício sobre a Colecção de D. Fernando II da autoria de José Teixeira (1986). Ganha novo fôlego e consolida-se a partir da década de 1990 com as séries produzidas pelo Museu Nacional do Azulejo (*Um Século de Artes do Fogo (1890-1990). Colecção Pádua Ramos*, 1994), pelo Museu Nacional de Arqueologia (*Antiguidades Egípcias*, 1993; *Um Gosto Privado, Um Olhar Público*, 1995; *Vasos Gregos em Portugal*, 2007), pela Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves (*Azul e Branco da China: colecção Amaral Cabral*, 1997; *Pintura na colecção Amaral Cabral*, 1998; *Uma família de coleccionadores: poder e cultura, antiga colecção Palmela*, 2001; *Da Flandres e do Oriente: escultura importada. Colecção Miguel Pinto*, 2002; *Henry Burnay: de Banqueiro a Coleccionador*, 2003), pelo Museu Antropológico da Universidade de Coimbra em parceria com o Hornimam Museum (*Collectors. Expressions of Self and Other*, 2001), pela Fundação Calouste Gulbenkian

(*O Gosto do Coleccionador*, 2006; *L'Hotel Gulbenkian, 51 Avenue d'Iena. Memória do Sítio*, 2011-2012) e pelo Museu da Presidência da República (*Do Palácio de Belém,* 2005-2006). Este último, em 2005, no âmbito da investigação e da posterior exposição, publicou os textos de Raquel Henriques da Silva ("Os Tempos Republicanos: da gestão das heranças ao coleccionismo próprio") e de Hugo Xavier ("Os Tempos Monárquicos: dos faustos Joaninos ao Ateliê de D. Carlos"), preâmbulos do lançamento académico da linha *Museum Studies* do Instituto de História da Arte da FCSH a qual, desde então, tem vindo a acolher projectos de investigação quer na área da Patrimoniologia quer na do Coleccionismo.

Nos últimos três anos é importante realçar a continuidade dada pela Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves à matéria na programação das suas exposições temporárias com *Os Anos de Exílio da Rainha D. Amélia. Colecção Rémi Fénérol* constituída como preservação da memória da Rainha D. Amélia (2008-2009), *Na Sombra das Colecções - Proveniências Europeias nas Reservas da Casa-Museu* (2010) que reflecte sobre as origens do acervo e, inaugurada em 2010, no âmbito das comemorações do Centenário da Implantação da República, a mostra *Coleccionar para a Res Publica - O Legado Dr. Anastácio Gonçalves.* No catálogo deste último acontecimento expositivo, para além de todos os textos dedicados à figura do benemérito médico, do esteta, do republicano, do coleccionador e da sua colecção, publicou-se o estudo pioneiro sobre a realidade do mercado de arte português entre 1925 e 1965, da autoria de Ana Mântua (Mântua 2010).

Em 2011, o Museu Nacional de Arte Antiga produziu a exposição *Coleccionar em Portugal. Doação Castro Pina* (18 Maio-2 Outubro) que apresentou ao público a colecção reunida por Francisco Castro Pina, doada dois anos antes por sua mulher Dinorah. No catálogo, para além da caracterização dos núcleos constituintes da doação, feita pelos peritos, o texto de Celina Bastos e Anísio Franco reflecte aprofundadamente sobre o gosto do coleccionador e os mecanismos do coleccionar em Portugal, num círculo de elite, sobretudo durante as décadas de 1950 e 1960 (Bastos e Franco 2011). Neste universo encontravam-se objectos provenientes, por aquisição, da Colecção do Comandante Ernesto Vilhena (cerâmica, mobiliário, têxteis), facto que acrescenta a relevância que teve no desenvolvimento do meu trabalho. Sendo a mais recente das mostras museológicas do tema, teve, dentro do Museu Nacional de Arte Antiga, a importância de retomar, no século XXI, a prática de exposições temporárias versando

colecções de arte constituídas por particulares, interrompida desde o fim da direcção de João Couto, com excepção das exposições dedicadas ao Legado Barros e Sá, realizada em 1981, e à doação de Calouste Sarkis Gulbenkian, promovida em 1994 em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian (*Calouste Gulbenkian Coleccionador*, MNAA, Março-Maio 1994).

Numa outra linha, verifica-se a produção monográfica sobre coleccionadores/colecções. Promovido muitas das vezes pelas instituições que resultaram de doações ou legados dessas personalidades, dispomos de um leque de publicações que tem vindo paulatinamente a ser enriquecido. É o caso dos múltiplos catálogos dos núcleos da Colecção Calouste Gulbenkian, de edições do Museu da Fundação Engenheiro António de Almeida (1999), da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (1994; Orey 1998; 2000; 2003), da Fundação Medeiros e Almeida (2006; 2011; Franco 2008), da Fundação Carmona e Costa (Matos e Salgado 2002; Pais e Monteiro 2003), da Fundação Cupertino de Miranda (Sousa 2004), mas também da divulgação expositiva e estudo da Colecção António Olmos promovida pela Câmara Municipal de Cascais (2009) ou da Colecção portuense do Dr. Jaime Mota trazida a público pela equipa do Museu da Quinta das Cruzes (Sousa e Pais, Coord., 2005). Sem enquadramento institucional, destacam-se o catálogo da Colecção de Cerâmica Portuguesa do Século XVI ao Século XX coligida por António Capucho, no qual os autores pretenderam fazer o *Retrato do homem através da colecção*, como expresso no subtítulo (Arruda, Henriques, Pais e Monteiro 2004), a edição de José Alberto Ribeiro sobre *A Colecção Champalimaud* (2005), vários estudos de Henrique Manuel Pereira em torno da colecção de Guerra Junqueiro (2005; 2010) e o trabalho de Holly Raible Blades sobre D. Luís Bramão, coleccionador e doador ao Palácio Nacional da Vila (2010). Destaque ainda para a bibliografia sobre José Régio que, não versando objectivamente a sua faceta de coleccionador, reúne importantes fontes para uma investigação nessa área (Novais 2002; Ventura 2010), cujo empreendimento foi entretanto levado a cabo por Teresa Pinhal (Pinhal 2011) na perspectiva da dimensão psicológica do coleccionador com o objectivo de «*avaliar a cultura material coleccionada como projecção e reacção da e na personalidade do coleccionador*» (Idem: 2). A Maria João Neto cabe o mérito da introdução de um novo temário na prática dos estudos do coleccionismo em Portugal, o da relação dos *connaisseurs* ou

experts com os coleccionadores, e o papel desempenhado por estes enquanto intermediários na construção do gosto e dos acervos (Neto 2007).

Com divulgação internacional, a síntese de João Magalhães sobre a história e a situação presente do coleccionismo de arte em Portugal publicada em *The International Markets* (Magalhães 2008), representa o corolário das investigações do autor publicadas sectorialmente nas revistas *Mvsev* (2005) e *L+Arte.* Entre estas, averbamos o artigo sobre "O Tesouro do Comandante", por ser a edição mais recente de um estudo dedicado à Colecção Ernesto Vilhena (Magalhães 2005).

As anteriores perspectivas sintéticas sobre o fenómeno do coleccionismo em Portugal entre os séculos XVIII e XX colhem-se apenas na obra de José-Augusto França, seccionadas cronologicamente e editadas em obras de história da arte geral (França 1ª ed. 1966; cf. 1990), inscritas nas suas micro-análises (França 1998 e 2002), mas também em muitos dos «Folhetins» e críticas publicadas desde a década de 1960 (França 1984), com um substracto teórico inscrito na «*história da vida artística*» de cunho sociológico (França 1990: 11).

Estão, por conseguinte, ausentes de todas as histórias gerais da arte portuguesa publicadas até à data, organizadas e coordenadas por historiadores de arte de filiações metodológicas diferenciadas.

O percurso bibliográfico apresentado contempla apenas o estado mais actual da arte. Ou seja, na ausência de sínteses, porque não as reconhecemos no universo descrito à excepção do trabalho de Magalhães de 2008 e dos anteriores de José-Augusto França, deve somar-se a toda a produção intelectual das últimas duas décadas uma vasta e multifacetada bibliografia que interessa e deve ser tomada como fonte para os estudos do Coleccionismo em Portugal, e que procurámos consultar, publicada desde o final do século XIX. Importa, afinal de contas, conhecer a totalidade da literatura patrimonialista portuguesa, as primeiras das histórias da arte, as revistas, as monografias monumentais, as monografias locais, as crónicas de sociedade, a crítica artística, as narrativas memorialistas. Para a minha investigação concreta devo salientar a importância de uma longa lista de autores que inclui: Cyrillo Volkmar Machado (1823, ed. 1922), Raczynski (1846), F. d'Almeida Araújo (1857), Luciano Cordeiro (1874, 1875, 1876, 1896), Ramalho Ortigão (1882, 1896, 1944), Augusto Filippe Simões (1879, 1882, 1888), Fialho de Almeida (1889-1894; 1890 [1920]; 1893; 1914), Joaquim de Vasconcelos

(1875, 1883, 1909, 1914), Sousa Viterbo (1897, 1899, 1903, 1912), Gabriel Pereira (1890), Carlos Malheiros Dias (1903-1906, 1912, 1912-1913), Alfredo Keil (1905), Paulo Osório (1908), Alfredo da Cunha (1909), Alfredo Gallis (1911), Álvaro Neves (1918), Raúl Brandão (1998-2000), José de Figueiredo (1921), Gustavo de Matos Sequeira (1924), J. M. Teixeira de Carvalho (1925, 1926), Lourenço Cayolla (1928, 1934), Henrique de Campos Ferreira de Lima e Ernesto Soares (1929), João Paulo Freire [Mário] (1924, 1931-1938), Pedro Vitorino (1930), Artur de Magalhães Basto (1932), Varela Aldemira (1937), Norberto de Araújo (1939), Eduardo Schwalbach (1944), Diogo de Macedo (1946), Rafael Salinas Calado (1947), J. da Silva Nascimento (1950), Augusto Cardoso Pinto (1939, 1952), Reynaldo dos Santos e Irene Quilhó (1959), Sebastião Pessanha (1961), Maria Madalena Cagigal e Silva (1964, 1966, 1972), Fernando Emygdio da Silva (1963-1975), Santos Simões (1969, ed. 1997) os Catálogos dos Salões de Antiguidades da Fil (1963-1974), Ernesto Veiga de Oliveira (1966), Raul Lino (1967), Artur de Sandão (1970, 1976), Joaquim Paço de Arcos (1976-1979; 2008), Bernardo Ferrão de Tavares e Távora (1976, 1981), Nuno Saldanha (1989), Maria Antónia Pinto de Matos (1996), Luís Miguel Araújo (1999), Maria Manuela Mota (2000), Emília Ferreira (2001), Maria Clara Kulmacz (2001), Paulo Barata (2003), Isabel Torres (2004), Maria Manuela Cantinho (2005), Anísio Franco (2003, 2008, 2011), António Passos Almeida (2006-2007), Lourenço Chaves de Almeida (2007), Ana Luísa Janeira (2005, 2006) Paulo Simões Rodrigues (2007), Maria João Neto (2007), Aquilino Ribeiro (2008), Maria Clara Paulino (2009) e Maria da Graça Ventura (2010).

Juntar-se-á, obrigatoriamente, o conhecimento dos catálogos dos leilões, assim como um bom domínio da sua cronologia, tal como da história das exposições de arte em Portugal. A recolha de informações em fragmentos irá possibilitar, em futuros trabalhos, o avanço no conhecimento desta área ainda tão pouco explorada apesar do imenso fascínio que exerce e da multiplicidade das fontes que, afinal, estão disponíveis.

A personalidade de Ernesto Jardim de Vilhena, por seu turno, tem surgido apenas pontualmente referenciada em enciclopédias e dicionários, onde se releva a circunstância de ser filho do conselheiro Júlio Marques de Vilhena (1845-1928), o seu perfil de político (salientando-se sobretudo a sua participação, em 1917, no 3º Governo de Afonso Costa) e o facto de ter administrado, durante longo período da sua vida, a

empresa Diamang (1919-1967). A investigação que empreendemos revelou-se pioneira na recolha de fontes diversas, embora resulte menos rica e mais fragilizada pela ausência do confronto de ideias e do cotejo com interpretações distintas. Como excepção a esta regra, regista-se apenas a tese de doutoramento em Antropologia de Nuno Porto, apresentada à Universidade de Coimbra (2002) e publicada pela FCG-FCT em 2009, que investigou o Museu do Dundo, propriedade da Diamang e criação mental de Ernesto de Vilhena na sua qualidade de administrador daquela empresa. Possuímos, portanto, o outro lado do espelho: a aplicação em Angola, na Lunda dos diamantes, do conceito de colonialismo científico em todas as suas vertentes, incluindo a cultural, com a instituição dos Serviços Culturais e do Museu. Revelou-nos, para além disso, o gestor que esteve empenhado no processo de nacionalização e de afirmação da representação portuguesa e do capital nacional na empresa Diamang, e que se mantinha a par dos mais progressistas avanços no conhecimento científico no domínio das ciências da natureza, da engenharia mineira, da medicina, mas também da paleo-arqueologia, da paleontologia, da etnologia e da arte Tchkowe, congregando nas missões ao Dundo a nata dos cientistas mundiais nestas matérias. Fica assim bem claro o espírito nacionalista de um homem cosmopolita. Acrescentamos ainda que na sequência dos trabalhos de Nuno Porto, o antropólogo foi chamado a coordenar o projecto Diamang digital: «*projeto de digitalização e disponibilização em linha de materiais documentais, fotográficos e fonográficos da ex-Diamang - Companhia de Diamantes de Angola, em arquivo na Universidade de Coimbra*» (http://diamangdigital.net/).

Nos estudos sobre as colecções de arte Vilhena, e nomeadamente sobre a colecção de escultura, é necessário distinguir duas situações distintas. Primeiro, a de toda a literatura artística nacional que menciona objectos referenciais para a história da arte portuguesa em todas as suas áreas de expressão, descontextualizados do seu historial de colecção e, em segundo lugar, a investigação dedicada ao perfil do coleccionador. Enquanto na primeira linha dispomos de um imenso conjunto de títulos, praticamente com a mesma extensão da produção historiográfica portuguesa do século XX, as fontes para o conhecimento da memória artística de Ernesto Vilhena limitam-se aos textos que acompanharam as exposições *Imagens da Virgem da Colecção Vilhena* (Irisalva Moita, CML, 1971), *Imagens de Malines* (Bernardo Ferrão e Sérgio Guimarães de Andrade, MNAA, 1976) e *Coleccionar: A Colecção Ernesto Vilhena* (Sérgio Guimarães de Andrade, Palácio Nacional de Mafra, 1980).

Em 2005, Maria Margarida Rosa, no âmbito da sua dissertação de Mestrado dedicada ao bordado de Castelo Branco, chamou a atenção para o núcleo de têxteis desta tipologia como «Um caso de coleccionismo privado: a Colecção Vilhena» (Rosa 2005: 87-92). Baseando-se apenas no texto publicado por Bernardo Ferrão em 1976 e em apontamentos biográficos que constam de alguns catálogos de leilões, o trabalho resultou num exercício de compilação de ideias gerais que importa desconstruir.

A este quase vazio soma-se a total ausência de investigação sobre o historial e a origem das peças que constituem a Colecção de Escultura, que nos propomos preencher metodologicamente a partir dos próprios objectos, do entendimento que Ernesto Vilhena teve da sua história e do seu valor – para o qual são fundamentais as fontes presentes no seu espólio pessoal, a que já aludimos – e depois na re-construção museológica inter-relacionando, nos dois sentidos, a influência dos museus no gosto e na arte, segundo a proposta de Francis Haskell (*De l'Art et du Goût Jadis et* Naguère. Paris:1989).

Como epígono deste exercício, seguimos T. S. Elliot, «*for to understand the culture is to understand the people, and this means an imaginative understanding. Such understanding can never be complete: either it is abstract – and the essence escapes – or else it is lived; and in so far as it is lived, the student will tend to identify himself so completely with the people whom he studies, that he will lose the point of view from which it was worth while and possible to study it*» (Elliot 1948; ed. 1962: 41).

Do Método

Para colocarmos em conexão o universo do Património e da Museologia - nas suas múltiplas facetas - com o universo do Coleccionismo e da Colecção de Esculturas Vilhena no tempo da colecção privada e da alteração do seu estatuto para colecção nacional, trabalhámos a partir da experimentação operativa do conceito de biografia cultural dos objectos, conceito enunciado por Igor Kopytoff em 1986, no artigo pioneiro "The Cultural Biography of Things: Commoditization as Process." (*The Social Life of Things. Commodities in Cultural Perspective*, ed. Arjun Appadurai. 5ª ed., 2007: 64-91; 1ª ed., 1986).

Arjun Appadurai foi o primeiro teorizador no seio de uma antropologia económica culturalmente enformada que tem os seus pais em Malinowski (*Argonauts in*

the Southern Pacific 1922) e Marcel Mauss (*Ensaio sobre a Dádiva* 1925), e parte do contexto da vida social das coisas/objectos. Enquanto constituintes da cultura material, os objectos, assim como os indivíduos, possuem uma vida social, detêm uma utilidade/função (pode ser meramente artística, cultural, contemplativa) e como tal integram-se nas regras do sistema económico. Ou seja, os objectos são bens, mercadorias com um valor monetário, logo detentoras de uma mobilidade («*objects in motion»,* Ferguson 1988: 491), da possibilidade de troca, isto é, são «*commodities»*, embora esta "comoditização" constitua apenas uma fase determinada das suas vidas (Appadurai 1986; ed. 2007: 4-5). Detentores de vidas sociais, os objectos podem ser biografados e perspectivados nos seus diversos graus de integração social e das sucessivas alterações no seu estatuto.

Igor Kopytoff segue a linha de interpretação de Appadurai, mas para além da sua vertente social, a biografia dos objectos tem para o autor uma dimensão cultural: o objecto enquanto bem-mercadoria é também actor num processo cognitivo que o torna singular, «*commoditization homogeneizes value, while the essence of culture is discrimination*». (...) «*Culture ensures that some things remains unambiguously singular, it resists the commoditization of others; and it sometimes resingularizes what has been commoditized»* (Kopytoff 1986; ed. 2007: 73). Neste sistema, os objectos mantêm o valor de troca, mas perdem o seu valor de uso, funcional, quando se singularizam; mas quando se singularizam tornam-se também valiosos, e de novo se encontram na condição de mercadorias, o que remete de imediato para a consideração de que qualquer objecto está integrado numa dinâmica social e cultural permanente e dele se podem fazer leituras dos seus diferentes tempos de singularização/reclassificações/estatutos.

Acrescente-se que o tempo museológico dos objectos é completado pelo próprio museu e por todos os intervenientes sobre a dimensão material destes nesse mesmo segmento de vida (Stocking (Jr.) 1985: 4); todos esses acontecimentos acumulados passam a integrar a biografia dos objectos. Foi neste sentido que Ute Röschenthaler se propôs analisar em exposição o conceito de Kopytoff, ao iluminar três dimensões das histórias dos objectos. Na primeira, o seu historial patrimonial e de incorporação no museu; na segunda, a recuperação da sua história passada para o presente e a re-interpretação dos seus significados durante os vários períodos que a constituíram; na

terceira, o estatuto mutante e variável do objecto integrado na esfera económica a que pertenceu no decurso dessa história: enquanto práticas de conhecimento são acessíveis ao conservador ou ao perito do museu, que as transmitirá ao público (Röschenthaler 1999: 84-85). Em 1992, Susan Pearce, ao considerar a questão da vida dos objectos, afirmava que estes possuem, em certo sentido, o poder de trazer o passado para o presente através da sua relação "real" com os acontecimentos do passado: «*This 'reality' is fundamental to the impulses which we know as the collecting process, and equally fundamental to both the curatorial effort and of exhibition»* (Pearce 1992: 24). «*Objects are therefore actors in the story, not just the reflection of action, and themselves have a role in creating that change which we call the process of history.»* (Pearce 1992: 211).

No quadro da disciplina arqueológica, a biografia cultural dos objectos veio ampliar os seus paradigmas interpretativos, permitindo ir muito para além da arqueologia processual que registava os efeitos do uso sobre o objecto. Como expuseram Chris Gosden e Yvonne Marshall, no texto inicial de um volume da revista *World Archaeology* totalmente dedicado ao tema, «*the central idea is that, as people and objects gather time, movement and change, they are constantly transformed, and these transformations of person and object are tied up with each other*» (Gosden e Marshall 1999: 169). Nesta linha, é reconhecido que se verifica a construção de valor através de um processo mútuo entre as pessoas e as coisas, e que os contextos criam significado e produzem biografias dos objectos. Yannis Hamilakis mostrou, na prática, como os frisos do Parténon de Atenas, conservados no British Museum e reclamados pela Grécia, possuem uma biografia social única e complexa e explorou também as alterações de significado que têm tido em contextos sociais diferentes. O objectivo foi verificar como a abordagem produzida através da biografia cultural dos "mármores de Elgin" pode ser uma via muito profícua para a discussão de temas de política cultural como os da restituição do património - afinal, mercadorias disputadas, sacralizadas e singularizadas, homologia dos Gregos no exílio, do desejo de regresso à Hélade, do reconhecimento da nação grega perante os poderes imperiais -, mais útil nos seus resultados do que o tratamento jurídico que tem tido dentro dos quadros políticos da gestão do património. Por outro lado, é a mesma biografia desses objectos que problematiza com paradoxos e quase ironias a realidade do facto de se encontrarem fora da Grécia acrescentar reconhecidamente valor à economia cultural internacional. Se regressarem, perdem ao mesmo tempo a dimensão metafórica das capacidades negociais

da nação helénica, o significado de terem sido criados na sede da civilização ocidental, de valor universal, cuja cultura se encontra no ponto oposto ao do colonialismo e do imperialismo que veio a retirar os mármores de Atenas (Hamilakis 1998: 304; 314).

No campo da antropologia, Janet Hoskins examinou como é que as biografias dos indivíduos estavam relacionadas com os objectos; ou seja, inverteu o cerne da interpretação para entender os modos como os objectos criados sustentam os significados das vidas das pessoas, a partir de um modelo de inquérito aplicado em Sumba, na Indonésia extremo-oriental (Hoskins 1998: 7).

Estranhamente, a biografia cultural dos objectos só entra na *praxis* da história da arte ocidental apenas no arranque do novo milénio. A primeira publicação edita as actas do 37º Congresso Internacional de Estudos Medievais realizado em Kalamazoo, no Michigan, em 2003, e defende algo óbvio: «*art and artifacts are often presented and examined as static images, frozen in time. But all objects, like people and animate creatures, have a life*». Os textos de Appadurai e Kopytoff são convocados pelos vários autores como suportes teóricos evidenciando-se uma nova perspectiva de análise, que coube a Nicholas Penny recortar e recolocar na senda da cultura: «*In the papers collected here, art is not regarded only as part of 'material culture', although it is quite rightly emphasized that works of art were luxury commodities and prestigious possessions; nor are naïve suppositions made about the reliability of pictures as records of the ways people lived, although the clues they provide are rightly valued. The world of things, such as toothpicks and green hangings, is also a part of world of ideas, encompassing such topics as personal hygiene, the display of wealth, and domestic space. And ideas - aesthetic ideals, moral claims, superstitious beliefs - can affect the prominence in which something is presented, and perhaps even the way something is painted.»* (Penny in Olson, Reilly e Shepperd 2006: 9-10).

Em Portugal, a proposta inovadora da biografia cultural dos objectos está ausente das práticas da história da arte mas, note-se, não da sociologia da arte praticada por José-Augusto França que, já em 1968, percepcionou a abrangência do conceito: «*Uma obra de arte é um objecto de civilização, sem dúvida e por definição, mas é também, com certeza, um objecto transaccionável, isto é: um produto destinado a ser consumido. O consumo define-se aqui de duas maneiras: colectiva e privada, através de museus públicos e de colecções particulares. Num caso como no outro esse objecto,*

de civilização e de troca, reverte ao gosto de muitos, ou de poucos. Produzido, deve ser cedido, indo assim do produtor ao utente, como, por exemplo, um bacalhau ou um par de sapatos. Deixemo-nos de orgulhos, e aceitemos a comparação sociológica...» (França 1984: 184; ed. original 1968).

Mais recentemente, Isabel Luna, em sede de mestrado de museologia mas sob orientação antropológica, trabalhou segundo esta perspectiva, ao estudar a incorporação museológica, fazendo pela primeira vez uso directo das propostas de Appadurai e de Kopytoff na análise da função dos objectos no museu (Luna 2011: 14-18).

Nesta tese dedicada à Colecção de Escultura de Ernesto de Vilhena, pretendemos trabalhar num quadro epistemológico que, excluindo uma tradição do género biográfico resultante apenas da compilação de um certo número de factos ligados a um indivíduo geralmente narrados em tom acrítico e habitualmente imbuído do sentido de homenagem à heroicidade, procura reunir o biografado, neste caso o coleccionador, aos seus objectos, mesmo que estes o tenham ultrapassado na durabilidade da sua vida humana.

São apenas alguns segmentos da vida das obras de arte que temos como objectivo seguir, mas de que retiramos como consequência que nenhuma dessas vidas os esgota. Foram criadas no tempo em que desempenharam a sua função num sistema de crenças no qual a produção de imagens esculpidas respondia artística e tangivelmente. Essas mesmas funções possuem também uma vida e uma morte e têm uma existência clara no caso da imaginária esculpida, dado as imagens nascerem simbolicamente quando são sagradas, morrerem por falta de *decorum* e serem enterradas ou incineradas por terem perdido a funcionalidade. Mas mesmo destituídas dessa existência, não perdem a sua aura nem o valor de representação artística do divino e do sagrado. Há um outro tempo em que dão entrada no universo e no sistema de trocas e se transformam em mercadorias, independentemente do valor de *unicum* que continuam a possuir enquanto peças de arte. O tempo em que foram escolhidas para objectos de colecção, isto é, quando são imbuídas dos valores estético-afectivos que as ligam indelevelmente ao seu proprietário e à realidade da cultura e da sociedade em que este se move e de que é ele próprio o construtor e por ela construído. O tempo em que as esculturas entram no Museu, despojadas de todas essas vidas anteriores, mas onde se

espera que desses passados vários continuem a ser viva memória material (Alberti 2005).

Assim, nas obras de arte coleccionadas por Ernesto de Vilhena (as reais fontes primárias desta investigação) encontramo-lo através desses objectos como extensões de si (em sentido heideggeriano); aos seus tempos e circunstâncias (no sentido que lhes deu Ortega y Gassett); à sua cultura que se caracteriza como evocação patrimonialista do passado da arte nacional e da escultura portuguesa, isto é que valoriza o tempo da criação e das funções iniciais dos objectos (aqui maioritariamente o tempo medieval e moderno); tal como nos destinos finais, no museu e na história da arte.

A vida do Comandante Vilhena, as suas múltiplas actividades públicas, políticas, administrativas e coleccionistas decorreram, como lemos atrás, num período muito longo. Tendo como base essa ampla cronologia, o método de trabalho torna-se biográfico em duplo sentido, interseccionando dinamicamente a biografia cultural dos objectos com a biografia do coleccionador. Face ao constrangimento do modelo biográfico, que gera paradoxalmente o seu próprio limite narrativo (France e St. Clair 2004: 2-3), parafraseando Jean-Jacques Rousseau na máxima de que *«ninguém pode escrever a vida de um homem senão ele próprio*» (*Confessions*, 1782-1789), consideram-se os objectos como uma extensão de si enquanto indivíduo e «*arquivo de memórias»* (Leite 2000: 205). Neste exercício procuramos, no entanto, distanciar-nos do significado do objecto-fetiche ou do objecto-relíquia do biografado, meras ilusões biográficas (Albano 2007: 20 e 24-25).

Recuperam-se deste modo alguns dos princípios base e tradicionais que constituíram a disciplina da História da Arte nascida simbolicamente com as *Vitae* artísticas de Giorgio Vasari, exaltantes da fama alcançada pelos génios pessoais, conjugando-os com os princípios genéricos da interpretação histórica da personalidade biografada, ensaiando-se através desta metodologia o exercício do desenho do gosto coleccionista do indivíduo nos seus contextos de vida, de sociabilidade e as circunstâncias dos próprios objectos que procurou para si, obtendo-os ou apenas ambicionando-os, seguindo a definição de Pierre Bourdieu de que «*le goût est le principe de tout ce que l'on a, personne et choses, e de tout ce que l'ont est pour les autres, de ce par quoi on se classe et par quoi on est classé*» (Bourdieu 1979: 59).

Da Edição

Fazemos notar que não seguimos as regras estabelecidas pelo novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Na transcrição de citações de autores e de fontes foi mantida a ortografia e a pontuação originais. Encontram-se diferenciadas do texto do corpo da tese pela grafia em itálico e inseridas entre haspas: «...».

A Bibliografia da tese encontra-se dividida em seis partes. "Fontes Manuscritas, Impressas e Visuais" que contempla apenas documentação conservada em arquivo, indexada pelas respectivas instituições custodiais e seguindo os fundos consultados. Segue-se o que denominamos "Bibliografia Activa", isto é, a produção escrita e impressa dos diferentes membros da família restrita de Ernesto de Vilhena, utilizada por vezes como fonte primária. As "Entrevistas e Registos de Memória Oral" realizadas durante os anos de investigação são referenciadas pelo apelido do entrevistado, nome próprio, local e data da entrevista. No caso dos depoimentos recolhidos por escrito, a respectiva indicação segue ao local de emissão do mesmo. Destacámos uma secção de "Artigos de Dicionários e Enciclopédias" que resume grande parte do conhecimento sedimentado sobre Ernesto Jardim de Vilhena e também sobre outros membros da família, incluindo personalidades de apelido Jardim, Vasconcelos Porto e Queriol, estes últimos parentes do Comandante Vilhena por afinidade. Segue-se o elenco de "Catálogos de leilão" que contempla não só as peças em que as Colecções de Arte Vilhena foram sendo sucessivamente alienadas, como os catálogos de outras hastas onde foram verificadas revendas, ou aqueles outros onde conseguimos localizar compras de Ernesto de Vilhena. Remata a "Bibliografia", relativamente à qual optei por listar na generalidade e não subdividir nem apresentar por linhas temáticas, tornando-a mais facilmente consultável e imediatamente identificável pelo leitor, considerado o sistema de Autor/data das referências apostas ao longo do texto e das notas de rodapé.

As remissões para os Anexos da Tese, respectivamente Anexo Documental e Anexo de Bases de Dados (em suporte digital) são feitas ao longo do texto, entre parêntesis curvos, com as correspondências exemplificadas a seguir:

Doc. III.5 - Anexo Documental, Parte III, Doc. Nº 5;

BD1.Formulário Colecção de Escultura Vilhena no MNAA.250 - Base de Dados 1. Formulário Colecção de Escultura Vilhena no MNAA. Registo Nº 250;

No Anexo Documental, salvo as excepções em que são apresentados os documentos na sua cópia digital, utilizei os critérios de transcrição ensaiados antes noutras publicações de minha autoria que têm como base os princípios definidos por A. H. de Oliveira Marques, João Alves Dias e Teresa F. Rodrigues no *Álbum de Paleografia* (Lisboa: Ed. Estampa, 1987), ou seja, mantendo a ortografia e a pontuação originais, desenvolvendo abreviaturas com a devida indicação gráfica em itálico, assinalando entrelinhados entre os sinais < e >, dúvidas com interrogação dentro de parêntesis rectos [?]. Em relação às regras do *Álbum*, optámos por não fazer a indicação de partição de linha para não sobrecarregar os textos com sinais gráficos e facilitar a leitura. Mantivemos a indicação de partição e mudança de página através do sinal de barra / no que diz respeito à transcrição de livros e cadernos manuscritos, mas na transcrição de epístolas e correspondência administrativa eliminámos este mesmo sinal, por se tratar quase sempre de pequenos formatos, também para não sobrecarregar a leitura com sinalética. Qualquer outro desvio da norma referida segue assinalado em nota de rodapé.

PARTE I

ERNESTO JARDIM DE VILHENA:

A FORMAÇÃO DO COLECCIONADOR

Figura 1 - Ernesto de Vilhena, fotografia s.d., anterior a 1900 (?)
© Herdeiros do Comandante Ernesto de Vilhena

I. 1. A Família Jardim de Vilhena

No quarto Domingo do Espírito Santo, dia de São Quirino, 4 de Junho do ano de 1876[1], eram quatro horas da tarde quando nasceu Ernesto, na Rua Longa[2] da freguesia de Nossa Senhora da Assunção, em Ferreira do Alentejo. Terceiro filho varão de Júlio Marques de Vilhena e de Maria da Piedade Leite Pereira Jardim, Ernesto haveria de receber o nome do irmão que o antecedeu, e que não vingou (n. e m. 1875)[3]. Foi baptizado a 24 de Julho na igreja paroquial da vila, tendo por padrinhos José Menna Nobre de Vilhena (primo paterno) e D. Maria Jacinta de Vilhena Colaço (prima paterna), representada esta pelo procurador José Joaquim Gomes de Vilhena, 1º Visconde de Ferreira do Alentejo (Doc. I.1)[4].

I. 1.1. O pai, Júlio Marques de Vilhena

Júlio Marques de Vilhena (n. Ferreira do Alentejo 28.07.1845[5]-m. Lisboa 27.12.1928) era oriundo de família alentejana com as raízes em Ferreira, cruzando-se nele o costado Barbuda, de seu pai Francisco Marques de Barbuda (n. 1814- m. 02.04.1854), com o costado Vilhena de sua mãe Maria José de Vilhena (n. 15.08.1803- m. 12.05.1850?), casados a 13 de Junho de 1845[6], unidos com dispensa de impedimento pelo parentesco de quarto grau de consanguinidade. Para o noivo Francisco seriam as segundas núpcias, tendo primeiro desposado uma irmã de Maria José, Mariana Luísa de Vilhena (m. Ferreira do Alentejo 1843).

---

[1] Cordeiro 1876: 98, "Signo de Cancer".
[2] Nomeada rua Mouzinho de Albuquerque em 30 de Janeiro de 1896, como se lê na "Copia das actas da Camara Municipal de Ferreira do Alentejo desde 1820 a 1910": "Ano de mil oitocentos e noventa e seis em trinta de Janeiro" publicada por Júlio Marques de Vilhena. *Ferreira do Alentejo. Documentos para a sua História*. 2008: IV, 186.
[3] Pina 1998: 101, Doc. 18, Certidão de Baptismo de Ernesto, nascido em Fevereiro de 1875.
[4] Arquivo Distrital de Beja, Fundos Paroquiais, Baptismos de Ferreira do Alentejo, 1876, nº 88.
[5] A data não é consensual entre os seus biógrafos, nomeadamente na publicação de seu filho João, que aponta como data de nascimento o dia 4 de Agosto de 1845 (João Jardim de Vilhena, s.d. [1946]: 3). Contudo, o registo de baptismo relido e publicado por Pina (1998: 21) não deixa dúvidas de que o neófito é de 28 de Julho.
[6] Lara 1984: 84 - «*Os Vilhenas dos Viscondes de Ferreira e dos Almeida e Vasconcellos, a cujo ramo pertenceu o célebre Júlio Jardim de Vilhena vêm, finalmente, da Messejana e não consigo entroncar a sua linha por falta de elementos.*»

Francisco de Barbuda foi escrivão camarário[7], tal como o seu progenitor, o capitão António Pedro Marques de Barbuda[8] (casado com Tereza Aurélia de Carvalho) houvera sido, e desempenhou[9] funções na Provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Ferreira do Alentejo. Morreu cedo, aos nove anos de Júlio, que já era órfão de mãe desde os cinco. Júlio ficou então a cargo do tutor José Joaquim Gomes Nobre de Vilhena e do subtutor Dr. João Francisco de Vilhena, seus primos. O desempenho das funções de escrivão por seu pai e seu avô dão conta, tal como a passagem deles pela Provedoria da Misericórdia, que eram gente ilustrada, teriam segura formação escolar e domínio da língua escrita, integrando-se num estrato social de burocratas administrativos a nível concelhio, de reputação idónea, apesar de não lhes ser conhecida riqueza fundiária de significado.

Júlio era, assim, plebeu, «*burguês*» segundo ele mesmo assume[10]. Filho único, órfão precoce, a possibilidade de continuar a estudar seria garantida pelo amparo dos seus tutores e pelo rendimento de algum pecúlio predial que herdou e manteve até montar a sua banca de advogado em Lisboa: a inteligência e a instrução garantiram-lhe o futuro e uma notável posição social através da política.

Maria José de Vilhena, a mãe de quem Júlio tomou o apelido, era filha de João Rodrigues Nobre Guedes de Vilhena e de D. Luísa Teresa Figueira, moradores na Rua das Covas[11], também em Ferreira do Alentejo, terratenentes de algum vulto, o que na fértil região agrícola de Beja garantia riqueza[12]. Um dos seus netos, logo sobrinho de

---

[7] Como assina no livro de "Copia das actas da Camara Municipal de Ferreira do Alentejo desde 1820 a 1910": "Ano de 1846 em 15 de Julho" publicada por Júlio Marques de Vilhena. *Ferreira do Alentejo. Documentos para a sua História*. 2008: IV, 76, por exemplo.

[8] António Pedro Marques de Barbuda é identificado como «*meu avô*» pelo próprio Júlio Marques de Vilhena em *Ferreira do Alentejo. Documentos para a sua História*. 2004: II, 79, Nota 6ª.

[9] O próprio assina «*Escrivão propriatario* [sic] *da Camara*» em "Copia das actas da Camara Municipal de Ferreira do Alentejo desde 1820 a 1910": "Ano de 1820 - 12 de Outubro" publicado por Júlio Marques de Vilhena. *Op. cit*. 2008: IV, 8.

[10] Em 1916, na diatribe contra Moreira de Almeida, director do jornal *O Dia*, a propósito da crítica lançada sobre o primeiro volume do *Antes da República*, quando se insurge explosivamente contra a afirmação de ter caluniado Hintze Ribeiro: «*Ah! Mas eu não devia dizer que ele era um estadista burguez! Pois o que somos ambos nós, - ele e eu, - senão estadistas burguezes, cada um com o temperamento especial que Deus lhe Deu? Ele era filho de um negociante da praça de Lisboa; eu sou filho de um modesto proprietario do Alentejo. A nossa origem burgueza é a nossa maior honra. Ambos chegámos por nosso pé às supremas grandezas da nossa terra. Recordar o nosso nascimento humilde é desenvolver aos olhos dos outros os pergaminhos da nossa nobreza*.» (Cf. Júlio Marques de Vilhena. *Antes da República*. 1916: II, 429.

[11] Pina 1999: 96-97, Doc. 14, Testamento de Francisco Marques de Barbuda, 4 de Março 1854.

[12] Para uma análise comparativa com a posição social de proprietários fundiários alentejanos contemporâneos de Júlio de Vilhena cf. *Senhores da Terra. Diário de um Agricultor Alentejano (1832-1889)*, 1982.

Maria José e primo do pequeno, será o tutor de Júlio na sua orfandade: José Joaquim Gomes Nobre de Vilhena, que foi elevado a Visconde de Ferreira do Alentejo por D. Luís I, em 1885. As relações entre Júlio e o seu tutor mantêm-se fortes, tendo José apadrinhado Ernesto em 1876.

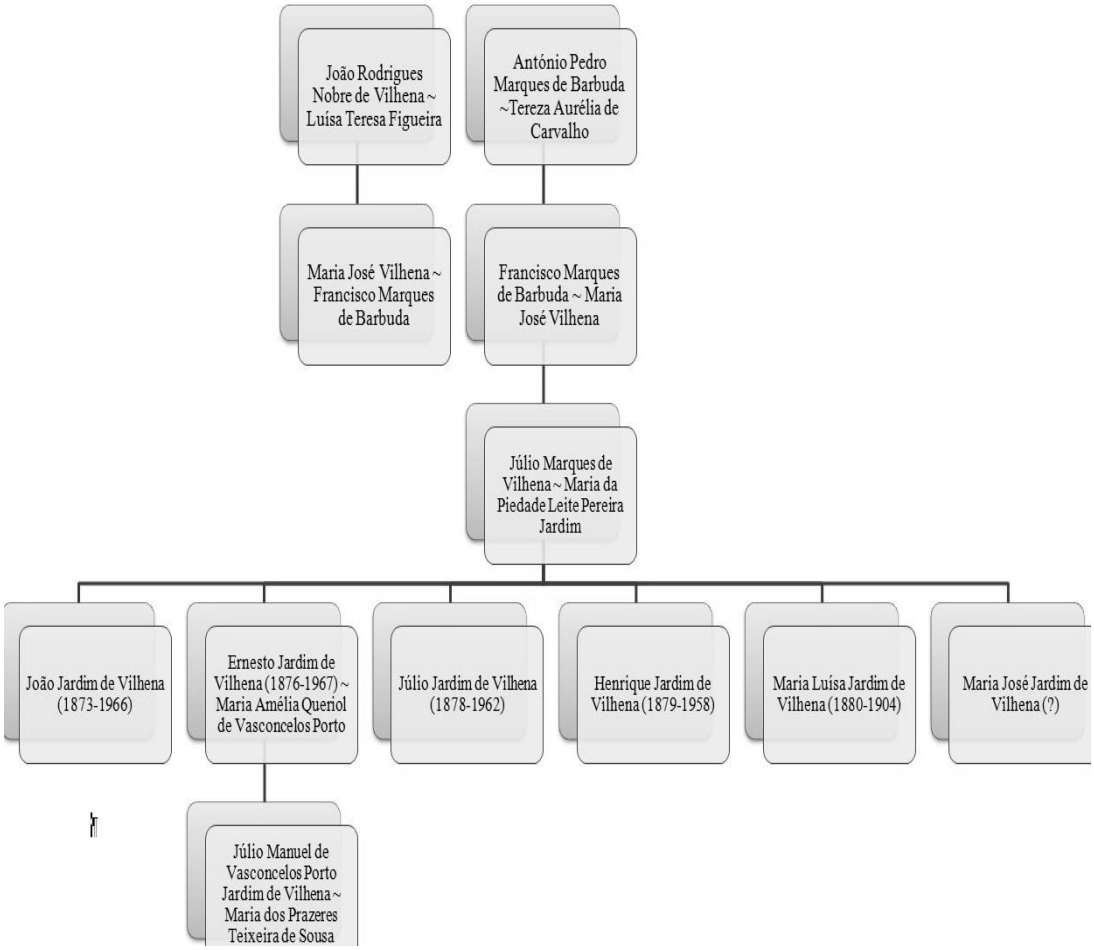


Figura 2 - Ascendência de Ernesto Jardim de Vilhena pelo lado paterno

Júlio aprendeu as primeiras letras com o mestre de Ferreira do Alentejo; em 1856, com onze anos, passa a frequentar o Liceu de Beja onde se distinguiu pelo domínio do Latim. Mudou-se para Coimbra no ano de 1863 e, no Liceu para onde foi estudar alemão, teve como contemporâneos Luís Pereira Jardim, Manuel de Moura Coutinho de Vilhena (seus futuros cunhados), Guerra Junqueiro e Chaves e Castro (padre, futuro lente de Teologia e seu contraditor numa polémica pós-republicana)[13].

[13] Silva 1963-1975: I, 47-89 - "Júlio de Vilhena e o Primado do Talento" (Elogio Académico, proferido em 30 de Março de 1846, no salão nobre da Academia das Ciências de Lisboa, em sessão solene

NO TEMPO DE ESTUDANTES... — OS DOIS CHEFES DO PARTIDO REGENERADOR, HINTZE RIBEIRO E JULIO DE VILHENA

Figura 3 - In *Serões*. 2ª Série. Vol. VI. 1908: 162.

Aos 20 anos entra na Universidade[14] (1865), inscrito em Teologia como «*aluno para o Estado eclesiástico*» (Pina 1998: 23). Data desse momento o início da sua amizade com o açoriano Ernesto Hintze Ribeiro (1849-1907). Em Coimbra partilham casa na Rua do Norte[15] onde «*corrigiram em sabbatinas a academica fluencia de seus verbos e recolheram em vigilias a elevada cultura de suas intellectualidades*», como os exaltou José Lobo d'Avila Lima na *Ilustração Portugueza* de 1906 ou quando retratados par-a-par nos *Serões* de 1908[16], representados enquanto figuras consagradas dos anais da academia coimbrã[17].

comemorativa do nascimento de Júlio de Vilhena. Repetido na Casa da Imprensa e do Livro, do Porto (antiga Associação dos Escritores e Jornalistas), em 30 de Maio seguinte.

[14] Júlio Marques de Vilhena relata sucintamente a sua passagem pela Universidade de Coimbra nos seguintes termos: «*Em 1865 apareceu matriculado como aluno para o estado eclesiastico na Faculdade de Teologia, Julio Marques de Vilhena, filho de Francisco Marques de Barbuda, natural de Ferreira, districto de Beja. Mora então no Marco da feira nº 8. Em 1866 matricula-se no 2º anno de Teologia e no 2º de direito. Mora ainda no Marco da Feira, nº 8. Deixa depois de concluir o 2º anno de Teologia, a faculdade de Teologia, seguindo somente a de direito em que se forma em 1871. No 2º de direito mora Rua do Loureiro, nº 3; no 3º no Marco da Feira, nº 13; no 4º Rua do Carmo nº 1; no 5º Marco da Feira nº 1. Doutorou-se em direito em 1873. A primeira casa em que morou, como estudante de preparatorios, em 1863, foi na Rua dos Anjos nº 9 (?) do lado direito ao ir para a Rua dos Militares.*» in "Bachareis naturaes de Ferreira do Alentejo". *Ferreira do Alentejo. Documentos para a sua História*. 2008: IV, 216.

[15] Júlio Marques de Vilhena. *Antes da República*: I, 339.

[16] Pinto 1908: 162.

[17] Lima 1906: 685-686.

No ano escolar de 1866, Júlio matricula-se no segundo ano de Teologia como aluno ordinário depois de obtida a distinção de *Accessit*, mas também no primeiro ano do curso de Direito; abandona porém os estudos teológicos[18]. Licencia-se em Direito em 1871, com a apresentação de *A prova por documentos particulares segundo o Código Civil Português,* impressa conjuntamente com a de Hintze Ribeiro sob o título *Caso Julgado e os Documentos Particulares, Segundo o Código Civil Portuguez,* com a justificação de que embora «*devidas a pennas diversas, foram motivos de se imprimirem junctas a affinidade de suas doutrinas e a estreita amizade de seus auctores*»[19]. Júlio continua no Direito, faz as conclusões magnas do seu Doutoramento com a tese sobre as *Segundas Núpcias do Direito Civil Moderno*, que dedica a António Maria de Fontes Pereira de Melo[20] (1819-1887) então presidente do Conselho de Ministros, recebendo o capelo, depois de aprovado, a 14 de Julho de 1872[21].

Os anos de 1872 e 1873 foram fecundos para Júlio Marques de Vilhena. Saem impressos os textos da sua tese de Doutoramento, publica vários artigos jurídicos na *Correspondência de Coimbra*[22], em *O Instituto*[23]. Alexandre Herculano (1810-1877) faz-lhe saber que «*Vocações como a que creio descobrir nos seus escriptos são raras por toda a parte; rarissimas àquem dos Pyreneus*»[24] intuindo-lhe as capacidades para uma carreira na História que só mais tarde, caída a monarquia, ele voltará a praticar. Camilo Castelo Branco (1825-1890) também o aprova[25]. Envolve-se em intensa polémica intelectual com Oliveira Martins (1845-1894) e Antero de Quental (1824-1891)[26], a propósito da obra *As Raças Históricas na Península Ibérica.*

---

[18] *Annuario da Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de 1866 para 1867*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866: 24, 35, 104.
[19] Albuquerque 1872-1879: 87; 190-191.
[20] António Maria Fontes Pereira de Melo começou a sua carreira na Marinha, assentando praça aos 15 anos como aluno da Academia dos Guardas-Marinhas (Paixão 1966: 5), seguindo a tradição familiar. O seu currículo ministerial foi inaugurado com a pasta da Marinha e Ultramar.
[21] Ano em que a Universidade de Coimbra comemora o centenário da Reforma Pombalina de 1772: cf. Carvalho 1872: 5.
[22] João Jardim de Vilhena. *Para memória do Conselheiro de Estado, Dr. Júlio Marques de Vilhena, natural de Ferreira do Alentejo, seu filho João Jardim de Vilhena escreveu a sua Biografia*. s.l., s.d. [1946]: 7-8. Aqui se enumeram as publicações "Constituição da Câmara dos Pares como Tribunal de Justiça" e "Reforma do Processo Civil e Política Interna" (respectivamente 1872 e 1873, in *Correspondência de Coimbra*), "Perfilhação dos filhos sacrílegos" e "Alimentos e apanagios" reunidos em *Problemas de Direito Moderno* (1873).
[23] Júlio Marques de Vilhena 1873 b.
[24] Carta de Alexandre Herculano para Júlio de Vilhena, de Vale de Lobos, datada de 11 de Novembro de 1873, publicada por João Jardim de Vilhena. *Op. cit.:* 8.
[25] João Jardim de Vilhena. "Uma carta de Camilo a Júlio de Vilhena". In *Feira da Ladra* 1929: 81-82.
[26] Vilhena, Quental e Martins 2006.

Em *As Raças Históricas na Península Ibérica, e a Sua Influência no Direito Portuguez*, seu título completo, editado em 1873, o autor, segundo a crítica francesa, «*passe en revue, dans ce remarquable mémoire, les races diverses qui ont contribué, aux époques historiques à déterminer, autant que possible, leur part respective d'influence dans le développement intellectuel de la nation espagnole et de la nation portugaise. Il parait croire à la possibilité d'attribuer aux anciens Ibères, aux Basques actuels, une origine áryenne. Il demontre avec beaucoup de force, et c'est là le but principal de son travail, qu'il en a été pour les lois comme pour le langage, et que l'élément latin est tout à fait prepondèrant dans la formation des institutions juridiques de la péninsule, particulièrement du Portugal*. *L'influence des races germaniques et sémitique n'a été que fort secondaire*»[27]. Revelando coragem, Júlio não deixou de enviar exemplares a Victor Hugo e a Michelet[28].

Internamente, Oliveira Martins e Antero de Quental reagiram no *Jornal do Comércio*. Reconhecendo a «*urbanidade e distinção*» de Vilhena, Oliveira Martins pronuncia-se sobre as opiniões que este esgrimia sobre ideias suas publicadas na *Teoria do Socialismo* (1872), ao redor das quais Antero já antes se pronunciara. Tomando a frente neste triângulo, Martins mantém-se seguro da «*importância real e activa do espírito das raças germânicas na civilização moderna*»[29], um conceito que Vilhena tomava por antiquado, tal como lhe sugeriam as ideias colhidas nas concepções positivistas de Émile Littré (1801-1881)[30].

Oliveira Martins criticava o juízo de que a Idade Média não tinha sido sequer uma crise, como Antero arguira[31]; para ele fora antes um «*retrocesso*». Opunha-se aos fundamentos evolucionistas resumidos na seguinte passagem que Vilhena imprimira em *As raças...:* «*ao contrário, marca* [a Idade Média, retenha-se] *na civilização da humanidade uma elevação de nível, um grau superior ao do mundo greco-latino, tanto na ordem política, como na ordem religiosa*». Ao mesmo tempo, Vilhena tinha invertido a premissa da superioridade das raças germânicas, ideia inscrita na cultura romântica europeia, claramente a reboque da afirmação política do império alemão e de um pangermanismo cada vez mais saliente: o fundamento do Direito peninsular era

[27] Saint Martin 1875 *apud Journal des Savants*.
[28] João Jardim de Vilhena. *Op. cit.*: 9.
[29] Vilhena, Quental e Martins 2006: 6.
[30] Littré 1883 (1ª edição data de 1867).
[31] No *Diário Popular*, 24-2-1873.

romanista e cristão, só depois sendo assimilado pelos povos bárbaros germânicos. No remate da polémica, Oliveira Martins classifica Júlio de Vilhena como um «*romântico*», um crente no progresso e na evolução continuada da Idade Média.

Como réplica, entremeadas muitas epístolas entre os contraditores, Vilhena, com «*sentimentos de consideração e estima*»[32], envia para os jornais o estudo *A Idade Média na História da Civilização*, capítulo IV de *As Raças*. Ao longo da diatribe salienta-se a ideia de história que Júlio de Vilhena defende na sua cientificidade positiva: «*Quando escrevi o livro das* Raças*, estava profundamente convencido de que um dos primeiros deveres da moderna geração literaria consistia em altear a critica historica á categoria de uma concepção puramente cientifica, apreciando os factos sem attender às exigencias das parcerias politicas ou religiosas, e recenseando as leis com a imparcialidade que deve caracterizar a sciencia. Parecia-me que todo o processo de exegese historica devia representar da parte do seu auctor um trabalho severo, inflexivel, grave, sem preconceitos de qualquer ordem, e que pessimas seriam as conclusões historicas, quando o auctor, incitado por uma affeição partidaria, quisesse accommodar os factos ao estalão de uma theoria preconcebida. (...) Escripto n'uma epocha de elaboração scientifica, quando lá fóra a philosophia comparada, a ethnografia, a archeologia monumental e prehistorica, e mythica, a symbólica, a geologia, a paleontologia humana e todas as outras sciencias que podem auxiliar a solução do problema historico, começavam a granjear foros de cidade, o meu livro, senão o primeiro que apresentava entre nós a questão das origens, com certeza o primeiro que apparecia exclusivamente romanista, era uma simples tentativa de critica historica, destinada a levantar discussão sobre muitos pontos importantes da ciencia moderna.»*[33] Método, ciência, pluridisciplinaridade, progresso, são ideias que transmitirá na educação dos seus filhos e que voltaremos a encontrar em Ernesto de Vilhena.

Ainda em Coimbra, Júlio é eleito sócio efectivo da sociedade científica O Instituto, em Fevereiro de 1873[34]. O currículo do jurista anunciava a possibilidade de

[32] *Jornal do Comércio*, 10-10-1873.
[33] Martins 1925: 81-82 (Resposta de Júlio de Vilhena a Oliveira Martins «Extraido do *Jornal do Comercio* de 6-7-8 e 9 de Agosto de 1873.).
[34] "Instituto de Coimbra: Extracto da acta da sessão da assembléa geral em 16 [e 19 de fevereiro de 1873]". *O Instituto*. Vol. XVI, 1873: 264. Em 13 de Dezembro de 1921 será eleito Sócio Honorário (cf. "Boletim do Instituto: Assembleia Geral de 13 de Dezembro de 1921". *O Instituto*. Vol. LXIX, 1922: 1-2.). Será sócio honorário em 1921.

ingresso na docência universitária, porém, no concurso de 1874, acabou preterido por Avelino Calisto e José Pereira de Paiva Pita, mais antigos[35]. No século seguinte, e já muito distante da miríade de acontecimentos que pontuou a sua vida, lê ele próprio os rumos do seu destino a partir desses anos: «*Em 1873 tinha eu escrito as Raças Históricas da Península Iberica, e essa tentativa de investigação historica, concluida no praso de tres mezes, fôra recebida com excessiva benevolencia entre nós por Herculano, Soromenho, Camilo, Inocencio e Castilho, e, no estrangeiro, por Victor Hugo, Michelet, Quetelet e Amador de los Rios, que escrevera um largo trabalho sobre o humilde folheto. As palavras de Herculano tinham estimulado o modesto principiante, e eu fixara no meu espirito a carreira a seguir: dedicar-me, obtidas as condições de independencia material, toda a vida aos estudos historicos. Esta era a minha suprema aspiração em 1874. A politica não representava para mim mais do que uma ligeira transição que não a vinha alterar substancialmente. A exclusão da Universidade, o meu estabelecimento como advogado em 1876, as relações creadas no meio politico, tudo isso deu nova orientação à minha vida, mas não apagou a indiferença fundamental que eu tinha pela política. Essa indiferença aparecia a cada passo. Nunca quis tomar, antes de ser chefe de partido, a direcção de um distrito, nem mesmo o de Beja, onde tinha influencia familiar. Nunca organisei grupo dentro do partido regenerador. Nunca manifestei aquela avidez do mando que é caracteristica dos ambiciosos politicos. Fui, é certo, como diz Sousa* [Teixeira de Sousa]*, deputado, par do reino, conselheiro de Estado, ministro diversas vezes e chefe de um grande partido, mas tudo isso fui porque o tinha de ser, sem que eu intrigasse para tal fim e sem que atropelasse ninguem para conseguir as elevadas posições que ocupei. Alistado n'um partido, promoveram-me por antiguidade.*»[36]

Acrescentamos que o seu positivismo, uma natural falta de diletantismo e a negação da fatalidade da decadência nunca o moveram para os *agapes* dos *Vencidos da Vida*. Mas Júlio de Vilhena também pertenceu à geração de 1870.

[35] Castro 1916.
[36] Júlio Marques de Vilhena. *Antes da República (Suplemento). Resposta a um livro póstumo [Teixeira de Sousa, Responsabilidades Históricas]* 1917: 74.

I. 1.2. A mãe, Maria da Piedade Leite Pereira Jardim

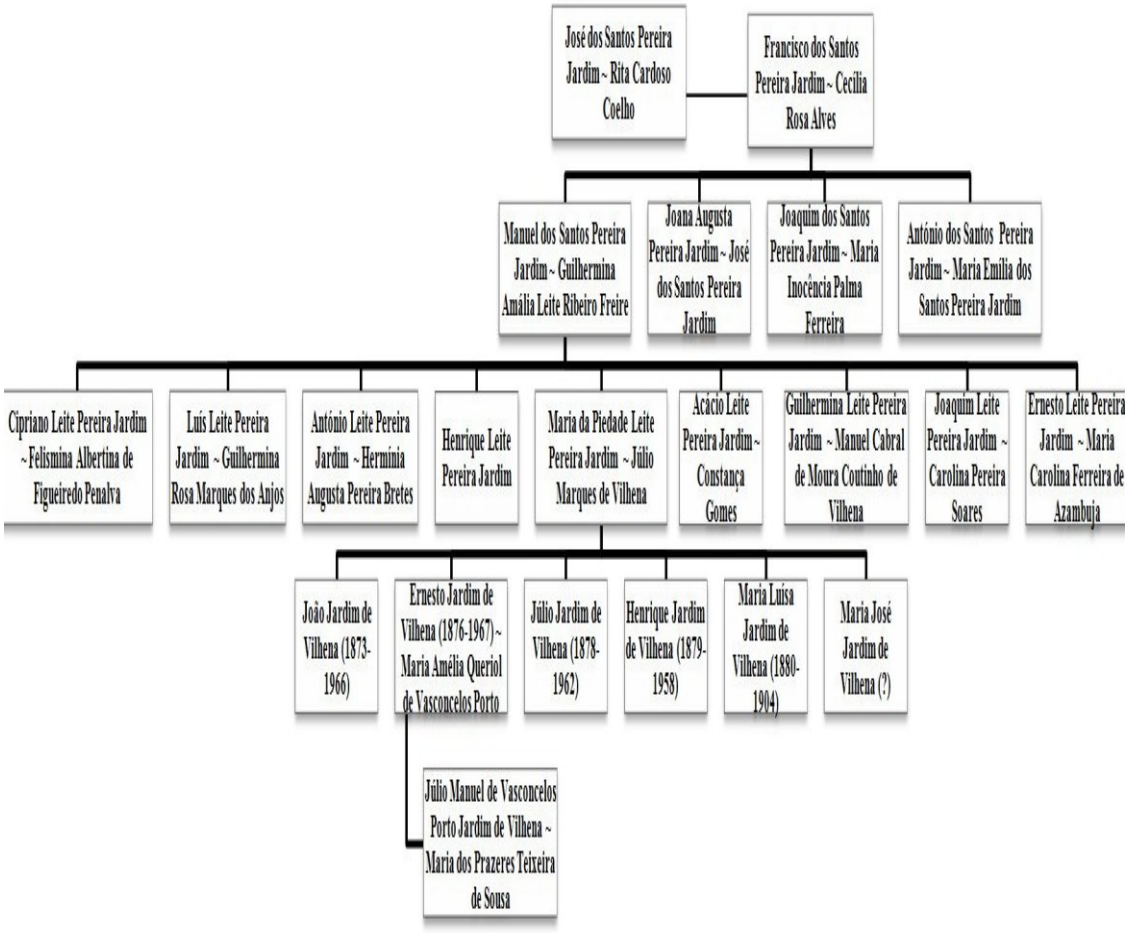


Figura 4 - Família Santos Pereira Jardim Vilhena

A mãe de Ernesto, Maria da Piedade Leite Pereira Jardim (n. Coimbra 08.11.1848-m. Lisboa 03.10.1930) nasceu e cresceu em Coimbra, provavelmente na casa situada na rua Couraça de Lisboa[37] (Figura 5), onde ainda passará algum tempo depois de casar com Júlio Marques de Vilhena[38]. Ali dará à luz João, o filho

[37] *Annuario da Universidade*...: 60.

[38] Como se depreende das memórias do seu filho João Jardim de Vilhena ao contar o seu reencontro com Amélia Janny (1838-1914, poetisa conimbricense apelidada de «última romântica», filha de Correia Caldeira, professor da Universidade de Coimbra e sobrinho do cardeal Saraiva) que lhe diz: «*Eu já o tive nos meus braços, eu já o tive no meu regaço, por sinal que nesse dia o menino esteve muito choramingas e muito embirrento. Eu era das relações íntimas de seus avós e quando seus pais vieram morar com eles, na Couraça, o menino tinha trez mezes. Tomei-o nos meus braços, e fiz-lhe momices e o menino foi muito pouco amável comigo. E agora vejo-o um homem. Já não posso pegar-lhe ao colo, mas posso abraçá-lo. Como o tempo passa, como estou velha!..»*. João Jardim de Vilhena. *Uma página das minhas memórias...Amélia Janny*. 1961: 9-10.

primogénito[39]. Era filha de Manuel dos Santos Pereira Jardim (n. Coimbra 19.07.1818-m. Lamarosa 21.04.1887) e de Guilhermina Amália Ribeiro Freire (1821-1909), os primeiros senhores a usarem o título de Viscondes de Monte São, casados em 1840[40], no ano em que Manuel Jardim obteve o Doutoramento na Universidade de Coimbra.

Figura 5 - Coimbra, Couraça de Lisboa, casa de Manuel dos Santos Pereira Jardim, publicada por Ferreira 1998, p. 107, Fig. 34

Maria da Piedade senhora «*foi de altas virtudes familiares, que a integraram, sem favor, num campo moral de toda elevação*»[41], chegando a receber o diploma de sócia honorária da Sociedade Literária Almeida Garrett[42]. Seus irmãos mais velhos foram titulares como o pai: Cipriano Leite Pereira Jardim (1841-1913) será o 2º Visconde de Monte São e Luís Leite Pereira Jardim (1842-1910) o 1º Conde de Valenças.

[39] Como consta do próprio assento de nascimento de João Jardim de Vilhena, transcrito em certidão no processo da herança do tio Henrique Leite Pereira Jardim, a fls. 40-41, cf. ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS9B//IS/08938.
[40] Pinto e Baêna 1890: 152.
[41] Henrique de Vilhena. *A Vida do Pintor Manuel Jardim.* Lisboa: 1945. Vol. I: 22-23.
[42] *In Memoriam* 1910: 18.

Figura 6 - Manuel dos Santos Pereira Jardim, 1º Visconde de Monte-São, avô materno de Ernesto Vilhena, fotografia s.d., Henrique Nunes(?) © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena Reproduzida em gravura assinada Parente, segundo fotografia de H. Nunes in *Occidente*, vol. X, nº 302, 11 Maio 1887, capa.

Figura 7 - Guilhermina Amália Leite Ribeiro Freire, 1ª Viscondessa de Monte-São, avó materna de Ernesto Vilhena, fotografia publicada em *In Memoriam (...) ao Conde de Valenças*. Lisboa, 1910: 10.

O avô materno de Ernesto, Manuel dos Santos Pereira Jardim provinha de família modesta, «*do seio do povo, de pais pouco abastados de fortuna mas respeitabilissimos pela sua probidade*», como se auto-descreveu[43]. Seu irmão António, que encontraremos mais adiante, terá ainda praticado o ofício de tanoeiro que os seus ascendentes mesteirais tinham exercido[44]. A participação na guerra civil quer dos homens da geração[45] de seu pai (Francisco dos Santos Pereira Jardim), quer destes jovens Santos Pereira Jardim do lado dos liberais e nas sucessivas comoções fratricidas que se lhe sucederam, irão promover a ascensão social, garantida depois através da educação e da entrada no corpo "dos lentes" da Universidade de Coimbra, acabando por fazer deles membros da «*elite do poder*» da Regeneração (Almeida 1995: 345).

[43] In *Album biográfico, Galeria de Notabilidades.* Janeiro de 1883 *apud* Henrique de Vilhena. *Op. cit.*: 10 e nota 2.
[44] Idem, *ibidem*.
[45] Retomamos o conceito operativo de geração como o definiu Oliveira Marques, inicialmente em 1972 e que retoma num texto final, de 2003: «*É sabido que as gerações se agrupam por conjunturas de tipo internacional e nacional, definindo-se por características comuns, bem nítidas, nas ideologias e formas de comportamento, que vão influenciar as sociedades em que surgem por espaço de tempo mais ou menos amplo, normalmente entre quinze e trinta anos. Há assim gerações e inter-gerações, estas últimas sem grande autonomia própria, dependendo antes do ideário e modo de acção das que as antecederam e se lhes seguiram.*» (cf. Marques 1972: 20 e Marques 2003: 179).

O próprio Manuel Pereira Jardim defende que a natureza da mudança social radica exclusivamente na educação e instrução, demonstrando ser bom leitor de Michelet[46]: «*Nós pensâmos d'outra maneira, e crêmos que as acções heroicas não são patrimonio exclusivo d'esta ou d'aquella classe: crêmos ainda que a maior parte do genero humano, a quem se tem chamado povo, para lhe recordar o servilismo e a escravidão, em que viverão, é capaz dos grandes pensamentos, e daquella elevação d'alma que é própria dos grandes corações. Os elementos da natureza humana são os mesmos para todos os homens, e se para todos a educação for igual, o povo será nobre como já é rei. O maior desenvolvimento das faculdades intellectuaes e a melhor educação são as unicas distinccões racionaes: ambas se podem aperfeiçoar, ambas o devem ser. Aquellas pella instrucção, e esta melhorando a sorte de milhares de famílias, a quem faltaõ as commodidades e o descanço para aperfeiçoarem os seus costumes.*» [47]

O primeiro Visconde de Monte São, de título criado em 1871[48], fora Moço Fidalgo da Casa Real[49]. Liberal, fiel à Carta, integrara o Regimento dos Voluntários da Rainha (1831-1832). Ao serviço de Coimbra, foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia (de 27 de Julho de 1862 a 26 de Julho de 1863[50]) e Presidente da Câmara Municipal entre 2 de Janeiro de 1866 e 2 de Janeiro 1868[51]. Nesta década de 1860 foi agraciado como comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1866)[52]. Apologista da hereditariedade do pariato, para cuja Câmara será elevado à dignidade de Par do Reino em 29 de Dezembro de 1881 por proposta do Partido Regenerador (Belo 2012: 344), apresenta-se ali pela primeira vez no dia 7 de Janeiro de

[46] Michelet 1974 [1ª edição 1846].
[47] M.S.P.J. In *O Liberal do Mondego*. Nº 3. 7 Junho 1851: 2-3.
[48] ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Luís I, Liv. 24, fl. 55: Carta. Título de Visconde de «*Monteção*», 10 de Janeiro de 1871.
[49] ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Pedro V, Liv. 13, fl. 165v: Apostila. Foro de Moço Fidalgo, 12 de Março de 1859 e *Idem*, Liv. 15, fl. 127v: Alvará concedendo-lhe as honras de Moço Fidalgo em atenção à sua maior idade, que obsta a não continuar no exercício do seu foro, 12 de Março de 1859.
[50] Carvalho 1872: 264 e Lopes 2002-2003. Sobre esta actividade publicou o *Relatorio da administração da Sancta Casa da Misericordia de Coimbra de 27 de julho de 1862 a 26 de julho de 1863*. Coimbra: Imprensa Literaria, 1863.
[51] Carvalho 1872: 264. Sobre o desempenho destas funções publicou o *Relatorio da gerencia da Camara Municipal de Coimbra desde 2 de janeiro até 2 de janeiro de 1868.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1878. Em 1866, juntamente com a restante vereação municipal defendeu por escrito a passagem da linha férrea da Beira Alta por Coimbra, que consideravam obrigatória (Jardim et al. 1866: discutida na sessão camarária de 21 de Março de 1866).
[52] ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Luís I, Liv. 12, fl. 236: Carta. Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, 21 de Novembro de 1866.

1882[53]. Em 1884 pronuncia-se veementemente na Câmara Alta contra a abolição do princípio da transmissão hereditária do cargo[54]. Destaca-se ainda a intervenção que a 16 de Março de 1886 faz sobre o programa de estudos dos seminários das missões ultramarinas, ao defender que «'*os seminários das missões não podem ser uma simples congregação religiosa com o fim único de ensinar a adorar a Deus' e que deviam habilitar os missionários com vastos conhecimentos científicos que lhes permitissem reconhecer as riquezas mineralógicas, zoológicas e botânicas das terras inexploradas que percorriam*» (Almeida 2005: 458). O futuro colonialismo científico do seu neto Ernesto de Vilhena terá nestas ideias alicerce.

A 5 de Março de 1903 D. Carlos I confirma-lhe o título nobiliárquico. Foi ele quem apresentou Júlio de Vilhena a Fontes Pereira de Melo.

O currículo académico de Manuel dos Santos Pereira Jardim incluíu o doutoramento em Filosofia na Universidade de Coimbra com a dissertação inaugural em agricultura[55] *Quae vegetabilia ad saccharu extractionem in Luzitania nostra anteponenda, ubi quomodo que colenda? An Beta vulgaris rubra, Beterraba, seu Acaelga vermelha vulgo dicta?*, que apresentou em 6 de Julho de 1840, e a defesa de nove teses de Física (Gomes 2007: 491 e 566). Fez depois uma passagem pela capital do reino como professor da cadeira de Filosofia Racional e Moral e Princípios de Direito Natural da Secção Ocidental do Liceu Nacional de Lisboa[56]. Regressou a Coimbra em 1844.

O relatório sobre "Instrucção" redigido e apresentado em público a 25 de Novembro de 1847 por solicitação do Conselho Superior de Instrução Pública, sediado por então na cidade de Coimbra, é indicador de que era uma personalidade comprometida com as questões educativas, destinando-se o «*Relatorio*» a apresentar o estado do ensino superior público da «*Universidade, a Eschola Polytechnica do Porto e as Escolas Medico-Cirurgicas*»[57]. Em 1851 - no âmbito da sua carreira professoral que por essa época se desdobra entre a Universidade e a docência no colégio de Santo

[53] *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*. Nº 2, 07-01-1882: 6.
[54] *Opinião sobre a hereditariedade do pariato*. Coimbra, 1883 *apud* Almeida 2005: 458.
[55] Carvalho 1872: 92.
[56] ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Maria II, Liv. 33, fl. 27v-28v: Carta. Professor da 4ª Cadeira (Filosofia Racional e Moral e Princípios de Direito Natural) da Secção Ocidental do Liceu Nacional de Lisboa, 24 de Julho de 1849.
[57] Jardim 1848: 53-55.

António da Estrela, para onde entrara em 1850[58] - desenvolve amplamente as ideias expressas em 1847, num segundo *Relatório e programma para a reforma da Philosophia racional e moral* (Jardim 1851) em que defende que «*o ensino da filosofia racional e moral, com os princípios de direito e um resumo da história da filosofia seja ministrado em todos os liceus do país, devendo criar-se no liceu de Coimbra uma cadeira de filosofia transcendente, com duas partes distintas: 1ª a filosofia da história; 2ª a história da filosofia, especialmente nos séculos XVIII e XIX, sendo o exame da tal disciplina obrigatória para a matrícula em qualquer Faculdade da Universidade*» (Ferrão 1926: 190), manifestando-se «*formalmente pela inclusão da ciência de Kant, Hegel, Schelling no âmbito dos programas de ensino* (...) *definindo-se uma linha de clivagem relativamente à predominância sensista que os Estatutos pombalinos nos tinham legado»* (Homem 1981: 16-17).

Ainda no mesmo contexto, imprime em Coimbra, em 1851, as *Breves Reflexões Ácerca do Compendio de Moral do Senhor Bernardino Joaquim da Silva Carneiro*, datadas de 12 de Junho, obra que critica veementemente junto com o Conselho Superior de Instrução Pública que cometera tal incumbência a autor não preparado para tal, «*porque o todo do livro deste professor é prejudicial ao ensino público, pela summa difficuldade na sua intelligencia para os mancebos* (...) *Em quanto aos livros, não ha senão um meio racional para obter os melhores; e este meio é o concurso.»* (Jardim 1851b: 23 e 24). Silva Carneiro vem à liça e esgrime-se a polémica, como Pereira Jardim provocadoramente reclamava no opúsculo, e sai Carneiro com *Duas Palavras em Resposta às Breves Reflexões*, de 6 de Julho (Carneiro 1851), às quais Jardim responderá de novo em letra impressa em Agosto seguinte (Jardim 1851c). As suas várias contribuições jornalísticas para o jornal *O Liberal do Mondego*, publicadas ao longo de 1852, confirmam que se especializava mais aprofundadamente nos assuntos de política de educação, abarcando todo o sistema de ensino, desde a instrução primária[59],

[58] Chagas 1887: 107.

[59] "Discurso do Dr. Manoel dos Santos Pereira Jardim lido em a sessão do Conselho Superior de Instrucção Publica de 20 do corrente". *O Liberal do Mondego*. Nº 101, 26 de Janeiro 1852: 2-4; Nº 102, 29 Janeiro 1852: 3; "Comentário ao Discurso"- "Instrucção Publica". *O Liberal do Mondego*. Nº 104, 3 Fevereiro 1852: 1 e "Discurso do Dr. M. S.P. Jardim". *O Liberal do Mondego*. Nº 104, 3 Fevereiro 1852: 3; Nº 105, 5 Fevereiro 1852: 2-3; Nº 106, 7 de Fevereiro 1852: 3; "Projecto de lei apresentado pelo Dr. M. S. P. Jardim em substituição ao do Dr. Bernardo de Serpa, na sessão do Conselho Superior de Instrucção Publica do dia 3 de Fevereiro do corrente anno". *O Liberal do Mondego*. Nº 113, 26 Fevereiro 1852: 4-5.

passando pelos liceus (de que resultou a controvérsia com Silva Carneiro), pelos preparatórios, até à Universidade[60].

Em Coimbra percorrerá todo o *cursus honorum* do professorado universitário, estando em pleno funcionamento a reforma implementada desde o ano lectivo de 1844-1845 que elevou para cinco anos a obtenção do grau de bacharelato[61] (Gomes 2007: 173). Será primeiro demonstrador da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra em 1851[62], professor substituto ordinário em 1854[63], depois Catedrático Lente de Prima da mesma Faculdade[64] em 1857[65], magistrando Princípios Gerais de Física e Química Inorgânica do primeiro ano, leccionando desde 1861-62 a 7ª Cadeira de Mineralogia, Geologia e Arte de Minas ao Quinto Ano[66]. Foi agraciado pelo rei como Professor Decano em 1876[67], mas essa qualidade já o distinguira em 1873 para o desempenho da função da «*Oração Academica Recitada na Sala Grande dos Actos da Universidade...no dia 16 de Outubro*»[68]. Nesse momento, com toda a pujança retórica,

[60] M.S.P.J. "Resposta a um artigo publicado na REFORMA e no ESCULAPIO contra a Universidade". *O Liberal do Mondego.* Nº 197, 23 Setembro 1852: 1-2.
[61] Decreto de 20 de Setembro de 1844 (cf. Gomes 2007: 485-486).
[62] ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Maria II, Liv. 35, fl. 136-137: Carta. Demonstrador da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, 22 de Outubro de 1851. Em *O Liberal do Mondego* não deixa de se comentar tal facto: «*Despacho do Sr. Dr. Jardim. - Veio finalmente despachado Demonstrador da Faculdade de Philosophia, o Sr. Dr. Manoel dos Santos Pereira Jardim, por Decreto de 30 d'Agosto ultimo*». (cf. Nº 43, 9 Setembro 1851: 4).
[63] ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Pedro V, Liv. 3, fl. 97v: Apostila. 3º Substituto ordinário da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, 27 de Dezembro de 1854.
[64] ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Pedro V, Liv. 10, fl. 192: Apostila. Lente Catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, 21 de Outubro de 1857.
[65] Faz a abertura do ano lectivo de 1858-1859 e pronuncia o "Discurso D'abertura da Aula do primeiro anno da faculdade de philosophia pelo respectivo lente." *O Instituto.* Vol. VII, 1858-1859: 181-84.
[66] Ferreira 1998: 105.
[67] ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Luís I, Liv. 29, fl. 134v: Carta. Aumento de terço do ordenado como Lente de Prima e Decano da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, 10 de Fevereiro de 1876.
[68] Em resposta à polémica travada em 1875 com o Doutor Júlio Augusto Henriques, professor de Botânica, apresenta a síntese dos seus predicados científicos: «*E já que fallo no ensino escholar, direi ao sr. Julio Henriques que - desde a edade de 22 annos, em que recebi o gráu de doutor, sempre me dediquei aos arduos deveres do magisterio. Em 1844 fui chamado aos trabalhos scientificos da Faculdade. Collaborei depois no gabinete de Physica em commissão com os srs. drs. Goulão e Simões, e em Zoologia com o respectivo professor e o sr. dr. Simões. Mais tarde fui professor de Philosofia racional e moral, tendo adquirido a cadeira d'aquella disciplina em concurso publico. As demonstrações nas cadeiras de Physica, Mineralogia e Botanica estiveram por algum tempo ao meu cuidado. Chamado a examinador de logica, fiz serviço nestes exames de habilitação para a Universidade durante muitos annos, ora como examinador, ora como presidente. O Conselho Superior de Instrucção Publica concedeu-me a singular distincção de me incumbir o relatorio da instrucção superior, que foi impresso na Revista Universal Lisbonense, de que era director o sr. Antonio Feliciano de Castilho. Emfim o* Diccionario Bibliographico *do sr. Innnocencio Francisco da Silva e a* Bibliographia da Imprensa da Universidade*, publicada pelo sr. Seabra de Albuquerque, fazem menção honrosa de alguns dos meus escriptos. As questões que na imprensa sustentei em objectos scientificos e litterarios, creio que me não deshonram.»* In Monte-São s.d. [1875]: 15.

proclama a fé no valor da ciência e sublinha a importância das universidades para o avanço da civilização, valores que veremos germinar na postura intelectual de defesa do cientismo do seu neto Ernesto de Vilhena. Segundo as palavras do Visconde, «*No meio do abalo geral das ideias que agita as nações, quando o mundo reconhece e se curva a uma civilisação sempre progressiva, é util e necessario que as universidades façam a apologia das descobertas scientificas, ou indiquem, pelo menos, os beneficios que estão prestando á humanidade.*» Mais adiante completava: «*O saber, ajudado de bons costumes e de aprimorada educação, conduz aos primeiros logares do Estado. E notae que a nobre ambição do engrandecimento individual conduz ao engrandecimento da familia, da nação e da humanidade; e foi, e será sempre, a unica fonte de todo o progresso social.*»[69].

Manuel Jardim esteve sempre ligado à Filosofia Natural, pois «*não ha estudos, que melhor possam satisfazer os nobres instinctos da alma e do coração do homem, como aquelles que estão comettidos á Faculdade de Philosophia*»[70]. Iniciara-se como primeiro observador do observatório metereológico e magnético, ainda a funcionar no Gabinete de Física da Universidade de Coimbra antes da sua autonomização em 1863-1864[71]; foi vogal da comissão encarregada de criar a Biblioteca da Faculdade de Filosofia, desde 1852[72]; eleito sócio da sociedade científica *O Instituto* na sessão de 2 de Maio de 1858[73]; integrou o Conselho da Faculdade de Filosofia pelo menos desde 1858[74] e em Dezembro desse mesmo ano exerceu actividade como Director do Laboratório Químico (Gomes 2007: 293). Foi também membro da comissão administrativa[75] do Jardim Botânico, criada por portaria de 14 de Dezembro de 1867[76], até ao termo da sua existência administrativa, em Julho de 1868. Será ainda Director da

[69] Visconde de Monte-São. "Oração Academica Recitada Na Sala Grande Dos Actos Da Universidade Pelo Visconde De Monte-São Lente De Prima, Decano E Director Da Faculdade De Philosophia No Dia 16 de Outubro de 1873." In *Annuario da Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de 1873 a 1874*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1873: 11-32, cf. 14.
[70] Visconde de Monte-São 1873: 22 e 26.
[71] Gomes 2007: 261 e Carvalho 1872: 61-62.
[72] Carvalho 1872: 58.
[73] "Instituto de Coimbra". *O Instituto. Jornal Scientifico e Litterario*. Vol. VII. 1858: 37.
[74] "Universidade de Coimbra. Faculdade de Philosophia". *O Instituto*. Vol. VII, 1858-1859: 133-134.
[75] Comissão de que faziam parte além de Manuel Pereira Jardim, os doutores Antonino José Rodrigues Vidal e Joaquim Augusto Simões de Carvalho (Henriques 1876: 44).
[76] "Relatorio". *O Instituto*. Vol. IX, 1868: 208-209.

Faculdade de Filosofia em 1875[77] e nesta qualidade presidirá às conclusões magnas do doutoramento de Bernardino Machado, em 1876 (1851-1944)[78], futuro deputado regenerador e defensor acérrimo do ensino, admirador de Júlio de Vilhena, antes de se entregar à República em 1903. O Mestre Monte São foi jubilado a 26 de Março de 1879.

Ocupou ainda o cargo de Director do Gabinete de Mineralogia, Geologia e Paleontologia do Museu de História Natural da Universidade[79], até 1878[80]. Na descrição do Museu sob sua responsabilidade, cujas colecções «*consideradas como Museus nacionaes, são pobres em numero de individuos, mas consideradas como escholas destinadas a exemplificar o ensino theorico, podem considerar-se ricas, pois que contêm a parte mais essencial ao ensino publico*»[81], defendeu que o magistério deve operar-se *in loco* - através da utilização de espécimes naturais, de modelos e fazendo recurso a ensaios físico-químicos - assinalando a importância cada vez maior do ensino experimental e dos trabalhos práticos «*para corresponder ás necessidades da civilisação*»[82]. As suas orientações teóricas eram as dos sistemas científicos dos franceses[83], notavelmente actualizados, como os dos mineralogistas Gabriel Delafosse (1876-1878), Pierre Armand Dufrenoy (1792-1857), René Just Hauy (1743-1822), Alexandre Leymerie (1801-1878) e, na taxonomia, os dos alemães Abraham Gottlob Werner (1749-1817) e Friederich Mohs (1773-1839)[84]. Da mesma exposição sobre o museu retemos a passagem em que, ao elogiar o valor internacional do acervo, dá a conhecer a organização sistemática que lhe preside a qual, apesar de distante no tempo, voltaremos a reencontrar nos princípios constitutivos da Colecção de Escultura reunida pelo seu neto Ernesto: «*A grande maioria dos exemplares, que representam os generos,*

[77] Visconde de Monte-São s.d. [1875]: 12-13, «*É de todos bem sabido (diz o auctor do folheto), que "s. ex^a, pouco depois de ser nomeado director da Faculdade se dirigira a alguns professores pedindo-lhes para elevarem o ensino das sciencias philosophicas."*».
[78] Machado 1945: 39.
[79] *Vide* Carvalho 1872: 215-216 - "Secção mineralogica", p. 217-218 - "Ensino practico da mineralogia", p. 218-222 - "Geologia", p. 222-223 - "Resumo", relatórios assinados por Manuel dos Sanctos Pereira Jardim. Cf. também Visconde de Monte-São 1877: 300-311. O Gabinete surge por vezes identificado como «*Gabinete de Zoologia, Mineralogia e Conchiologia*» (Cf. idem: 523).
[80] O estudo de Brigola (2003) versou o período anterior dos institutos de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra, ainda no Antigo Regime. Para uma abordagem sintética da história do Museu de História Natural e do Jardim Botânico de Coimbra após a reforma Pombalina cf. Delicado 2009: 106-109
[81] Visconde de Monte-São 1877: 300.
[82] Jardim 1858-1859: 182.
[83] Ferreira 1990: 53-76.
[84] Visconde de Monte-São 1877: 301, 303

as especies e variedades, são de tão subido valor, que, os livros da sciencia e os catalogos dos Museus estrangeiros, os mencionam como os mais estimados para o ensino e suas applicações ás artes e industrias. Têm ainda muitos d'elles grande valor de estimação pelo volume, perfeição, de caracteres e raridade.»[85] Mais à frente no bosquejo, encontramo-lo a aplicar às colecções científicas dois tópicos recorrentes na literatura artística e patrimonialista coeva, ou seja, por um lado, a necessidade de conhecer e expôr a génese e história das espécies e, por outro, a tristeza pelo património nacional ser espoliado com o descaminho para o estrangeiro, cujos casos concretos não deixa de mencionar: «*Infelizmente não possuimos documentos authenticos e bem positivos sobre a epocha de acquisição dos productos, e desenvolvimento successivo das collecções e sua procedencia. Faltam-nos estes registos, a que em toda a parte se dá, como é de razão, o maximo valor. Sabemos, só pelos livros francezes, que em 1800 e 1808 sairam de Portugal para França duas ricas collecções de Mineralogia e Geologia pertencentes ao estado; a primeira levada por Dolomieu, e a segunda por Geofroy de Saint-Hilaire*.»[86] Por coincidência, ou talvez não, alguns anos após a sua morte ocorrida em Abril de 1887, César Augusto Gomes Ribeiro, «*negociante vindo de Moçambique*», instalou na casa da Rua da Couraça de Lisboa, outrora habitação familiar dos Viscondes de Monte São, em Coimbra, um «*Museu Etnographico Particular*» onde se exibiram objectos provenientes da África Oriental e Ocidental e da Ásia «*e ainda uma importante colecção malacológica, acervo que foi avaliado, na altura, em cerca de vinte contos de reis*», para cuja organização foi chamado, de Lisboa, Feliciano Bordalo Pinheiro (Gouveia 1980: 6.1.).

António dos Santos Pereira Jardim (25.12.1821-27.02.1888), irmão de Manuel, portanto tio-avô de Ernesto, seguira a carreira de professor universitário de Direito, mas só depois de ter integrado o corpo do Batalhão de Voluntários Académico de Coimbra (3ª companhia[87], com o posto de furriel[88]), junto com outro irmão, Joaquim, e ter abandonado o ofício de tanoeiro e o estabelecimento na Rua das Solas[89]. Foi ferido na batalha do Alto do Viso, em 1 de Maio 1847[90], sob comando de Mouzinho de Albuquerque quandocontinua a lutar em defesa dos princípios liberais cartistas ao lado

[85] Visconde de Monte-São 1877: 300.
[86] Visconde de Monte-São 1877: 304.
[87] Jardim 1887-1888: 624-625.
[88] Flores 1888-1889: 799-802.
[89] Fonseca 1911: 49-58.
[90] Valenças 1889: 10, nota 1.

da Junta Provisória do Reino sediada no Porto. durante a Patuleia. Do conflito político em que esteve envolvido resultaria, em 1851, a subida do Marechal Duque de Saldanha à Presidência do Conselho (Sardica 1997: 297 e Bonifácio 2010: 51-58) e o início da Regeneração. De regresso a Coimbra, ingressa na Universidade e obtém o grau de bacharel nesse mesmo ano de 1851. Assume logo o cargo de administrador do concelho de Coimbra, que ocupa até 1854[91], integrando a oligarquia local[92] ainda antes de concluir o seu percurso universitário (Monteiro 1997: 361). No ano seguinte fez acto de Conclusões Magnas (11.06.1855) com a dissertação *Da limitação do direito de propriedade pela constituição da emphyteuse; e dos meios adequados para a reformar em Portugal sem lesão dos direitos adquiridos* que Joaquim Martins de Carvalho comenta em *O Conimbricense*, pois «*Viu nesse dia a cidade de Coimbra o facto, verdadeiramente extraordinario e sympathico, de um* operario*, saído do* trabalho manual*, chegar pelos seus exclusivos esforços, sem protecção e sem auxilios pecuniarios estranhos, a receber na sala dos actos grandes da Universidade a* borla doutoral*»*[93]. Em 1861 foi nomeado Substituto Extraordinário da Faculdade de Direito da

[91] Magalhães 1887-1888: 397-403.

[92] Várias fontes asseguram a correcção deste dado, como noticia Vidal (M.C.). "O actual Administrador". *O Liberal do Mondego*. Nº 1. 3 Junho 1851: 4 - «*Nunca esta cidade teve um administrador tão digno, e, não obstante, ainda não appareceu se quer uma simples noticia de que foi nomeado, e bem recebido do publico Conimbricense o Sr. Antonio dos Santos Jardim. Reparêmos esta falta, e digâmos singellamente, que a nomeação do actual administrador foi tão acertada que póde rigorosamente considerar-se como uma satisfacção á opinião publica, que o indigitava. Teremos immensa satisfacção, em que os actos do Sr. Jardim lhe assegurem sempre a estima pública, seu maior galardão.*». No *Liberal do Mondego*. Nº 10, 24 de Junho 1851: 4, assina como Presidente da Junta o Edital: «*A Junta do Lançamento da Decima e Impostos annexos d'este Concelho de Coimbra do anno Civil de 1851* (...)». Noutros números do mesmo jornal é repetidamente citado como «*Administrador do Concelho»*. Em Março de 1852 corre a notícia de que teria pedido exoneração do cargo (*O Liberal do Mondego*. Nº 121, 16 de Março 1852: 4), mas passada uma semana verifica-se a recondução no cargo como comunicado por Cunha Carvalhaes (*Idem*. Nº 124, 23 Março 1852: 3): «*Presentemente, que o governo acaba de fazer a justiça, devida ás virtudes civicas do sr. Administrador d'este Concelho* Antonio dos Santos Pereira Jardim*, por isso, que lhe ordenou por uma Portaria entrasse de novo no exercicio de suas funcções, das quaes o sr. Jardim voluntariamente se tinha desligado, dando-se assim satisfação plena ao magistrado probo, honrado; e presentemente, que o sr. Jardim se acha justificado pelo mesmo governo, que acaba de lhe dar satisfações bem merecidas, podêmos nós accrescentar á sua coroa de virtudes civicas um novo florão, que mais realce lhe irá dar. É o seguinte facto. O actual Juiz de Direito, estando em* Audiencia Geral*, disse publicamente, que tinha summo gosto em declarar, que elle Juiz, o M. P., o jury e todos, devião aos* cuidados, intelligencia e genio incansavel *do sr. Jardim relevantissimos serviços, porque este magistrado se havia em tudo o que era de sua attribuição com muito* zêlo *e* rectidão*, que elle Juiz fazia n'aquelle Tribunal aquellas declarações, por julgar era de seu dever o faze-las, e mesmo para dar a conhecer o quanto o Concelho devia a um tal magistrado. Estas poucas palavras proferidas pello illmo. Juiz são o maior testemunho, que se póde dar, da intelligencia, zelo e probidade do sr. Jardim. Honra pois e louvor a um magistrado, que pelos seus actos, que não se disgoste do logar, que tão dignamente occupa, porque isso é o que deseja, quem lhe promove dissabores, e o que desejão seus inimigos, os quaes se morderão hoje de raiva, por não poderem alcançar o fim desejado*.»

[93] Joaquim Martins de Carvalho. *O Conimbricense*, nº 4232 de 17.03.1888 *apud* Lopes 2002-2003: 243, nota 109.

Universidade de Coimbra[94] e, em 1862, Substituto Ordinário[95]. Ainda na qualidade de Substituto regerá a cadeira de Ciência e Legislação Financeira do terceiro ano jurídico, «*de moderna origem scientifica*», cujo magistério foi introduzido na Universidade de Coimbra apenas na reforma académica de 1865. O Doutor António Jardim apresentava-a aos alunos, no ano lectivo de 1867-1868, com «*programma*» e comentário próprios - substituindo os tradicionais «*compendios*» -, que dedicou à memória do «*Grande Cidadão José Xavier Mousinho da Silveira Auctor dos notaveis Decretos* (...) *que extinguiram o primitivo systema tributario de Portugal e o velho regimen*»[96].

No panegírico que lhe votou, Assis Teixeira de Magalhães reconheceu-lhe que «*acreditava cegamente no progresso, que elle concebia como uma força omnipotente*»[97]. Em 1869, «*O Velho!*» Dr. Jardim, a quem Trindade Coelho dedicou várias páginas de memórias no *In Illo Tempore* (Coelho 1902), será nomeado Lente Catedrático de Direito Civil[98].

Entre a geração dos "patriarcas" Jardim, inscreve-se ainda Joaquim dos Santos Pereira Jardim, o qual, depois de participar com o irmão António no Batalhão Académico, regressa igualmente a Coimbra onde exerce o cargo de recebedor do concelho até falecer, em 1909 (Fonseca 1911: 50). A irmã destes e de Manuel, Joana, casará com o primo José dos Santos Pereira Jardim (Júnior) (1820-1890), membro da segunda geração da linha que descende de José dos Santos Pereira Jardim estabelecida na Figueira da Foz, vila onde continuarão a radicar-se os seus descendentes[99]. O primeiro José dos Santos Pereira Jardim (1779-1876) fora também liberal da primeira ordem, feito prisioneiro no aljube de Coimbra e depois na cadeia da praça de Almeida, entre 1828 e 1829. Tal como outros familiares que irão continuar o mesmo ofício, foi tanoeiro com oficina estabelecida na Rua de Santo António, na Figueira da Foz (Fonseca 1911: 57-58). À data da morte do segundo José dos Santos Pereira Jardim (1890), casado com Joana, os herdeiros fundarão a sociedade "José dos Santos Pereira

[94] ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Pedro V, Liv. 23, fl. 227v: Carta de 16 de Outubro de 1861.
[95] ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Luís I, Liv. 1, fl. 122v: Apostila de 13 de Março de 1862.
[96] Jardim 1868-1869, cf. 2ª ed. (melhorada) 1873.
[97] Magalhães 1887-1888: 401.
[98] ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Luís I, Liv. 18, fl. 239: Carta e Apostila de 17 de Fevereiro de 1869. Em 1887, a 18 de Maio, recebe carta de aumento do terço do seu ordenado como Lente de Direito da Universidade de Coimbra (Registo Geral de Mercês, D. Luís I, Liv. 49, fl. 46v).
[99] Sobre a importância do estudo biográfico para o conhecimento das elites locais cf. Mendes 1992.

Jardim & Cª" que, além das artes da tanoaria, se dedicará à exportação de vinhos para o Brasil, actividades dependentes uma da outra (Cascão 1998: 273-274).

No campo político, nesta linha paralela da família Jardim enraizada na Figueira da Foz, permanece a ligação ao Partido Regenerador.

José dos Santos Pereira Jardim (1862-1929), filho de Júnior do mesmo nome e da prima Joana, formado em Direito na Universidade de Coimbra (1888), virá a ser governador civil de Leiria (1900-1904) e governador civil de Coimbra até à implantação da República (de 27 de Junho até 5 de Outubro 1910). Foi parlamentar, primeiro eleito em 1895 e depois em 1908, contando entre as suas intervenções na Câmara dos Senhores Deputados, a defesa dos interesses da Figueira da Foz durante a crise de exportação de vinhos comuns (1896) [100]. Era sócio e cunhado de António dos Santos Rocha (1853-1910), como ele também formado em direito, que se destacou como administrador municipal, arqueólogo e fundador do Museu Municipal da Figueira da Foz. José Jardim foi membro da Assembleia Geral do Teatro Príncipe D. Carlos (Vaquinhas 2010-2011: 120).

O irmão Joaquim Pereira Jardim (1867-1919) cursou igualmente Direito (1889) e estabeleceu-se na Figueira da Foz como advogado. Aqui será administrador do Concelho, tendo sido sob a sua gerência que se iniciou a construção do edifício dos Paços do Concelho, inaugurado em 1898; foi presidente da Câmara Municipal após a República. Membro da Câmara dos Deputados será sucessivamente eleito pelos círculos da Índia (Margão, 1901) e Leiria (1902-1904)[101].

De volta à linha familiar conimbricense, regista-se que a mulher de Manuel dos Santos Pereira Jardim e mãe de Maria da Piedade, Guilhermina Amália Leite Ribeiro Freire (26.08.1821-1909), a avó materna de Ernesto, era fidalga por descendência do pai, o comendador Cipriano Leite Ribeiro Freire (1797-1856) casado com D. Eulalia Carolina Godinho (1795-1869). Cipriano, da Ordem de Cristo e moço fidalgo da Casa Real, detinha os mesmos privilégios dos moços com exercício no Paço herdados pelos bons serviços prestados por seu antepassado, o homónimo tio-avô Cipriano Ribeiro Freire[102] (1749-1825), como acontecera com seu tio Luís António Esteves Freire[103], por

[100] Luzio 2005: 453-454.
[101] Silva e Rodrigues 2005: 452-453.
[102] Almeida 2012: 23-27.

aquele primeiro Cipriano não ter tido geração do casamento com a inglesa Agnes Francis Hudson[104] (1727-1818) celebrado em Londres em 1791.

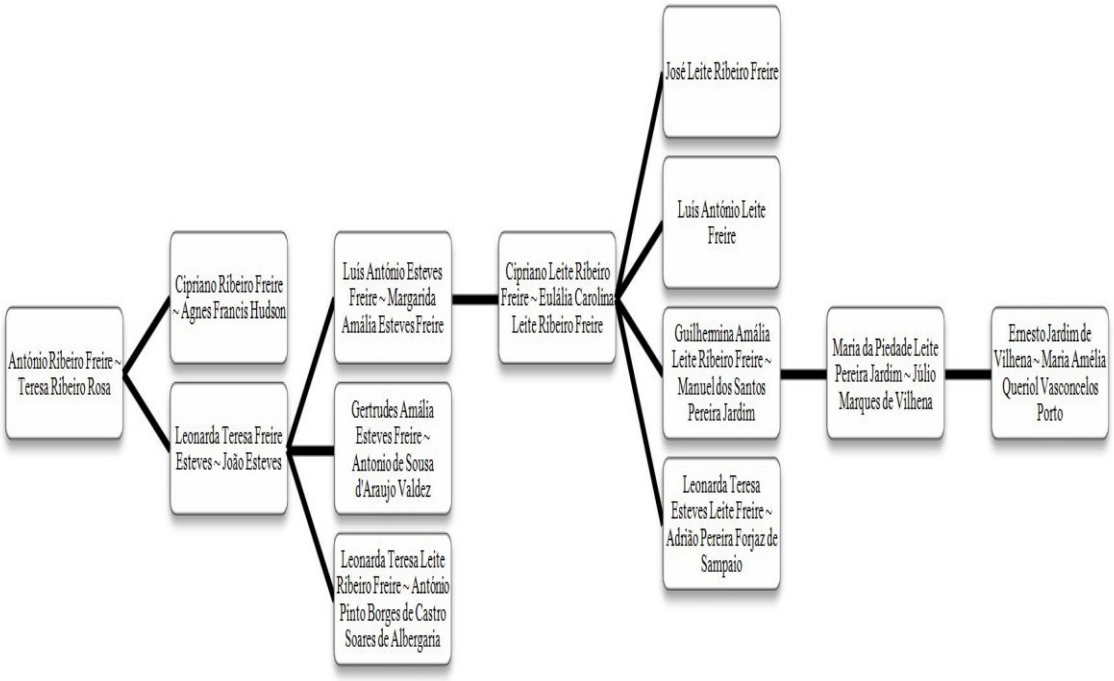
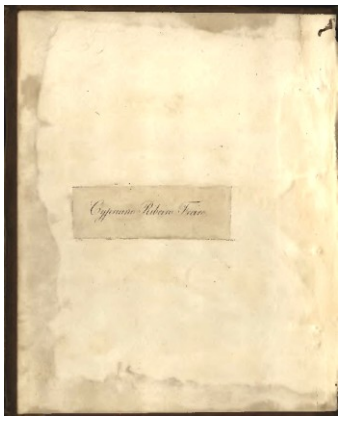


Figura 8 - Ascendência de Ernesto Jardim de Vilhena até aos pais de Cipriano Ribeiro Freire

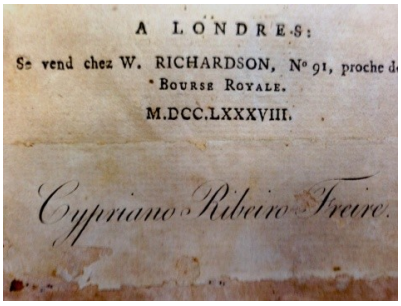
Personagem ligada aos superiores ofícios da Corte do fim do Antigo Regime, o primeiro Cipriano Ribeiro Freire, Fidalgo da Casa Real e Conselheiro de Sua Majestade D. José I, formou-se na Aula do Comércio[105] antes de ser nomeado diplomata, Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. No estrangeiro foi Secretário de Legação (1774-1783) e Encarregado dos Negócios da Corte em Londres (1783-1785 e 1788-1792)[106], de onde sai apenas em Maio de 1794. Os talentos diplomáticos que demonstrou terão pesado na sua nomeação, ainda em 1790[107], como primeiro português Ministro residente (1796) e depois Plenipotenciário (1799) na jovem república dos Estados Unidos da América[108], apresentando as suas credenciais em

[103] ANTT, Feitos Findos, Justificações de Nobreza, Maço 23, nº 28: *Autos de Justificação de Nobreza de Luís António Esteves Freire* e também Registo Geral de Mercês, D. João VI, Livro 21, fl. 51v e 52.
[104] *Exposição Que Luiz Antonio Esteves Freire, E Suas Irmãs Offerecem Ao Publico, Dos Termos Capitais Do Pleito Que Lhes Moveo Cyprianno Antonio, Pedindo-Lhes Restituição Da Herança De Seu Tio O Exc$_{mo}$ Cyprianno Ribeiro Freire, Presidente Que Foi Da Real Junta Do Commercio Com O Fundamento De Ser Do Mesmo Filho Natural*. Lisboa: Impressão Regia, 1828.
[105] Sá 1842: 2.
[106] *Exposição Que Antonio Esteves Freire* ..., 1828: 26-27, 30.
[107] Sá 1842: 9.
[108] Parte de Gravesend, na foz do Tamisa a 13 de Julho de 1794 e aporta a Nova Iorque dois meses mais tarde, acompanhado da mulher (Mendes 1973: 216-219).

Filadélfia, a George Washington (30 de Outubro de 1794) e depois a John Adams, ali mantendo a amizade com Thomas Jefferson, iniciada em Londres[109]. De regresso a Portugal em 1800, foi o Ministro Plenipotenciário escolhido para a representação de Portugal junto da corte da Suécia (1801), cargo de que não chegou a assumir pois é chamado a servir como Enviado Extraordinário a Madrid, quando rebenta a Guerra das Laranjas em 1801. Neste período participa na negociação do Tratado dos Limites e nos preparativos do Congresso de Amiens, permanecendo na capital espanhola até 1805. Em 1808, partida a corte para o Brasil mas ficando ele no Reino, será eleito em 25 de Setembro para Inspector do Real Erário e no dia imediato nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros, cargos que deixa em 25 de Outubro de 1809[110]. Desempenhou ainda as funções de Presidente da Real Junta do Comércio (1810-1821), Inspector da Fábrica das Sedas, da Obra das Águas Livres (1811). Em Outubro de 1814 é de novo indicado como Ministro Plenipotenciário em Londres, onde se manteve até 1816. A 25 de Maio de 1820 é exarada, do Rio de Janeiro, a sua nomeação para Presidente da Junta dos Juros dos Empréstimos; em 24 de Agosto de 1821, a de Inspector do Real Colégio dos Nobres e, a 26 de Agosto de 1823, renovada a de Presidente da Junta do Comércio e Inspecção da Fábrica das Sedas. Pelos relevantes ofícios prestados ao longo de toda a carreira ao serviço do Reino e do Rei, obteve os graus honoríficos de comendador de Castelo Rodrigo na Ordem de Cristo e de Cavaleiro da Ordem de Santiago da Espada (1785)[111].



9a



9b - Figura 9 a e 9 b - Marcas de posse de Cipriano Ribeiro Freire em *The Lusiad; or The Discovery of India. An Epic Poem Translated from The Original Portuguese* of Luis de Camöens by William Julius Mickle. Oxford: printed by Jackson and Lister 1778 © BNP Cam 38 A. e em *Discours Addressé A un certain Peuple sur sa Situation Presente.* A Londres: Se vend chez W. Richardson, Nº 91, proche de la Bourse Royale. M.DCC.LXXXVIII. © BNP S.C. 8438//1 V.

[109] Ribeiro 1997: I, 367-412; Silva 2007.
[110] Sá 1842: 11 e 15; cf. também Valenças 1889: "Discurso pronunciado em honra de José Leite Ribeiro Freire - 26 de Julho de 1876 (Monte-São)", 73-77, cf. nota 1 a p. 75-77.
[111] Pinto e Baêna 1890: 154.

Membro da Academia Real das Ciências de Lisboa, da Associação dos Amigos da Humanidade[112], da Royal Society of London, da Royal Society of Antiquarians e da American Philosophical Society de Filadélfia[113], Cipriano Ribeiro Freire, ainda homem do Antigo Regime, foi um estrangeirado empenhado na beneficência, um ilustrado atraído pela cultura antiquária e um bibliófilo de renome. Do seu interesse pelo coleccionismo de livros mantém-se memória material através do considerável número de espécies conservadas hoje na Biblioteca Nacional de Portugal - 132 obras - que ostentam a sua marca de propriedade[114] (Figura 9a e Figura 9b), da doação de quinze títulos impressos à American Philosophical Society[115] e de alguns manuscritos preservados na posse da família Vilhena, que constituíram parte da doação de João Jardim de Vilhena ao Arquivo da Universidade de Coimbra, em 1932[116].

Figura 10 - Cipriano Ribeiro Freire (1749-1825), retrato a pastel por James Sharples (1752-1811), 22,5x17,8 cm, Philadelphia Museum of Art, Inv. INHP INDE 11920, reproduzido em http://www.pastellists.com/Articles/Sharples.pdf

O préstito público e familiar à memória do ilustre varão de sabedoria que morreu a 4 de Junho (Carmello 1825) decorreu a 28 desse mês do ano de 1825. Ficou sepultado na igreja de Nossa Senhora dos Remédios dos Carmelitas Descalços, em Lisboa, onde naquele dia se ergueu armação sumptuosa e luminárias magníficas que serviram de cenário aos panegíricos fúnebres recitados pelo amigo José Joaquim Leal e pelo Pe. Frei

[112] Sá 1842: 8.
[113] «*LISBOA 14 de Julho. Por huma carta recebida de Filadelfia consta que Cypriano Ribeiro Freire, Ministro Residente de S. M. junto dos Estados Unidos da America, Socio Correspondente do Numero da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e Socio das Sociedades Real, e Antiquaria de Londres, fora nomeado por Membro da Sociedade Filosofica Americana estabelecida em Filadelfia, e admittido formalmente ás suas sessões como Socio effectivo.*» In *Supplemento à Gazeta de Lisboa* Numero XXVIII. Sesta feira 14 de Julho de 1797. Lisboa: 1797.
[114] Campos 2008: 7.
[115] Ribeiro 1997: I, 368.
[116] João Jardim de Vilhena. "Como foi organizada esta Colecção". In Madahil 1932: 9.

Alexandre do Monte Carmelo da Ordem de Santa Teresa, depois das exéquias celebradas pelo Cardeal Mendonça com a assistência de um coro composto pelos melhores cantores da Real Capela e por grande orquestra[117].

Figura 11 - Cipriano Ribeiro Freire © http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=68145 [acedido em 10.11.2012]

Figura 12 - Cipriano Ribeiro Freire, miniatura dupla sobre marfim. © Leiria & Nascimento 1995, lote 653, p. 146.

Figura 13 - Cipriano Ribeiro Freire, miniatura sobre marfim. © http://veritasleiloes.com/lote/miniatura-sobre-marfim-retrato-de-homem/2/33

Luís Leite Pereira Jardim, seu descendente, o primeiro conde de Valenças, descreve os retratos dos antepassados que a visita à casa familiar de Monte-São, nos arredores de Coimbra, em 1876, lhe traz à memória: «*Tudo se me aviva, senhores; e até aquelle retrato, o de Cypriano Ribeiro Freire, com sua cabelleira empoada, encostando o rosto á mão; e a miniatura em marfim de sua formosa e encantadora mulher, que, atados os cabellos a uma fita, prendia a attenção com o riso travesso de seus labios, as sympathias com a graça de seus annos, a todos incutindo respeito, saudades e pesar, porque houvesse morrido creatura tão perfeita, e que a mim, eu lhe desculpava as suas*

[117] Leal 1825 e Carmelo 1825.

ideias realengas, á conta da sua graciosidade.»[118] A descrita pose de Cipriano sugere que possa associar-se à da representação do diplomata (Figura 11), que «*Qual se vê no seu retrato, era homem de elevada estatura e robusto. De nariz aquilino, os olhos descaiam-lhe para os cantos, em phisionomia intelligente tendo a expressão de quem escuta.»*[119]. A fama granjeada pela figura de Freire foi retratada pictoricamente, e dela identificamos o pastel (Figura 10) da autoria de James Sharples (1752-1811), pintor inglês radicado nos Estados Unidos da América, a miniatura (Figura 12) que Ernesto de Vilhena possuía na colecção e só deixou de ser posse dos herdeiros após venda no leilão promovido pela Leiria & Nascimento, em 1995 (lote 653: 146), e uma outra miniatura localizada no mercado de arte de Lisboa (Figura 13), leiloada pela Veritas em 2011, apresentada sem proveniência conhecida, dita como «*Retrato de homem com cruz da ordem de Cristo. Trabalho do Séc. XVIII*» (lote 33: http://veritasleiloes.com/lote/miniatura-sobre-marfim-retrato-de-homem/2/33).

A miniatura da formosa Agnes Frances Hudson entrou na posse de Luís e tem hoje paradeiro desconhecido, mas decerto terá feito parte do álbum de memórias pictóricas dos Pereira Jardim que os filhos de Guilhermina Amália Ribeiro Freire irão herdar. Nessa herança composta de «*vasto cabedal*»[120], sinónimo da prosperidade económica, incluía-se o retrato de família pintado pelo inglês Hughes Barron em 1771, quando o ilustre diplomata Cipriano Ribeiro Freire se encontrava em Londres, e que há-

[118] Valenças 1889: "Discurso pronunciado em honra de José Leite Ribeiro Freire - 26 de Julho de 1876 (Monte-São)", p. 73-77: 74. Nesta data, como refere o autor (cf. nota 1: 77), «*O seu retrato e o de sua mulher, ambos a oleo e de tamanho natural, encontram-se em Monte-São, na casa solar de José Leite Ribeiro Freire. O auctor d'estes breves apontamentos possue, mercê de sua mãe, a formosa miniatura de que falla no texto.».*

[119] *Idem*: cf. texto da nota a p. 76.

[120] Como se descreve na *Exposição Que Luiz Antonio Esteves Freire, E Suas Irmãs* [...], 1828: 12-13 - (...) «*a herança he de huma quantia enorme, pois que consta de 42:800$000 reis em Apolices de 6 por cento, em £ 92.000 a 3 por cento no Banco de Londres, e mais £ 32.550 a 4 por cento no mesmo Banco; em 42:800$000 em moeda papel, que ficárão dentro de huma caixa de folha de Flandres; em mais 30:000$000 de reis em dinheiro de oiro, que ficárão dentro de hum armario no quarto do fallecido; mais huma burra cheia de saccos lacrados, com mais de trezentos mil cruzados; mais outra burra com dinheiro em oiro miudo, que botaria a 28:000$000 de reis; afora duas Baixellas de prata, huma que trouxe da Hespanha, outra de Londres; um Caraxá, que valía 25:000$000 de reis; hum relogio tambem de brilhantes, que vale 6:000$000 de reis; prata, oiro, trastes, livraria, seges, entre as quaes huma nova, ainda empacada, como veio de Londres; parelhas; Palacio na Rua direita de S. Domingos a Buenos aires, e hum chão defronte delle, afora outros muitos bens (...)*». O opúsculo relata o caso da acção cível colocada contra Luís António Esteves Freire e suas irmãs, sobrinhos legítimos de Cipriano Ribeiro Freire, por Cipriano António dito Ribeiro Freire (n. 1785) que se apresentava como seu suposto filho natural, de mãe desconhecida, reclamando-se o legítimo herdeiro e a respectiva herança. A acção teve como desfecho o reconhecimento dos sobrinhos como os herdeiros, em 1828.

de ser pertença dos descendentes do conde de Valenças[121], que o vendem ao Museu Nacional de Arte Antiga em 1939 (Figura 14). Segundo João Jardim de Vilhena, erudito irmão do Comandante Ernesto, reportando-se à tradição familiar, a pintura retrataria Guilherme Hudson, comerciante de fazendas inglês que vivia em Pedrouços, a mulher, e a filha Agnes Frances que veio a casar com Cipriano Ribeiro Freire[122].

Figura 14 - Retrato de família, assinado Hugues Barron, datado 1771, MNAA, Inv. 1843 Pint (Aquisição 1939: Ricardo Anjos Jardim) © Arquivo MNAA

Do mesmo modo, devemos reter que entre os distintos legados de Cipriano e através da transmissão da propriedade de José Leite Ribeiro Freire[123], tio de Maria da

[121] No processo de imposto sucessório por morte de D. Guilhermina Rosa Marques dos Anjos (1919), marquesa de Valença e mulher do falecido Luís Leite Pereira Jardim, consta do "Balanço dos Bens Deixados" o item «*Retrato de familia a oleo*», avaliado à data em 150$00, que é provável corresponder à pintura em causa. Cf. ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/06295, fl. 58.

[122] João Jardim de Vilhena. "Curiosidades e indicações úteis e preciosas extraídas de processos do «Arquivo dos Feitos Findos»". In *Feira da Ladra*. III, 1931: cf. 263-264: «*Em 1781, vivia em Lisboa o súbdito inglês Guilherme Hudson, grande negociante de fazendas e fornecedor do almoxarifado dos Armazens. Deixou uma única filha, Inês Francisca, que, à data da morte do pai, era casada com Ricardo Lohkyer, também súbdito inglês. Lohkyer, quando morreu, era coronel do exército britânico e a sua viuva casou depois com Cipriano Ribeiro Freire, que foi presidente da Junta do Comércio e tinha sido nosso representante em várias côrtes estrangeiras. O actual Conde de Valenças, sobrinho em 3º grau de Ribeiro Freire, possue em rica moldura da época o retrato-miniatura daquela senhora, quando ela tinha vinte anos e nessa moldura também está encaixilhada uma madeixa de cabelos de uma linda côr castanha. Hudson morava em Pedrouços e possuía uma magnífica galeria de quadros, alguns dos quais estão hoje na colecção Valenças, destacando-se dentre êles um que foi pintado por Huges Bassen ou Barren em Lisboa, no ano de 1772, como nele se diz. Êste quado (segundo a tradição de família) representa o negociante Hudson, sua mulher, sua filha e outra pessoa da família. No testamento de Hudson, cujo traslado está junto ao processo de habilitação de Inês Francisca, fala-se de um quadro representando a* Virgem Maria com o Menino Jesus sob a invocação de Nossa Senhora da Graça, pintado por Vieira *e que foi legado a D. Inês Antónia da Câmara.».*

[123] The National Archives, Kew, PROB 11/2022/289: Will of Dona Gertrudes Amalia Esteves Freire or Valdez, Lisboa, 3 de Junho de 1843 registado a 4 de Junho de 1845, fl. 271v: «*...to my nephew Jose Leite*

Piedade Pereira Jardim, a casa da Rua de São Bento 183-187, seguramente a partir de 1882, acolherá a família Jardim Vilhena em Lisboa, depois de ter estado arrendada ao político António Rodrigues Sampaio (1806-1882)[124]. No século XX será a sede da Colecção do Comandante Ernesto de Vilhena[125].

A paulatina construção e elevação do estatuto social dos varões da família Pereira Jardim, engrandecida pelo trabalho intelectual desenvolvido por vários dos seus membros na Universidade de Coimbra e reconhecida pelos seus comprometimentos políticos, faz-se também por via dos casamentos, comprovadamente desde a descendência de Cipriano Ribeiro Freire.

No consórcio de Júlio de Vilhena, de 27 anos, com Maria da Piedade Pereira Jardim, com 24 anos, celebrado na Lamarosa (diocese e concelho de Coimbra)[126], ocorrido no mesmo ano em que o noivo recebe o grau de Doutor tal como sucedera já com seu sogro, actua um fenómeno social idêntico ao da geração anterior: integra naturalmente o jurista através dos laços de parentesco num agregado alargado pertencente ao círculo social das elites de académicos conimbricenses de orientações liberais vincadas, mais tarde francamente adeptos da Regeneração, alguns ligados a lojas maçónicas[127], sempre defensores acérrimos da causa monárquica e da família real, o que não deixará de influenciar o futuro percurso político[128]. Marques de Vilhena tal

---

Ribeiro Freire a property consisting of houses which I possess in sao Bento Street in this city ...». José Leite Ribeiro Freire (n.?-m. 1890) foi secretário da Legação em Madrid. Faleceu na sua quinta de Monte São, junto de Coimbra. Cf. João Jardim de Vilhena. In Madahil 1932: 9 e João Jardim de Vilhena 1962: 6.

[124] João Jardim de Vilhena. *Para memória do Conselheiro de Estado, Dr. Júlio Marques de Vilhena, natural de Ferreira do Alentejo, seu filho João Jardim de Vilhena escreveu a sua Biografia*. s.l., s.d. [1946]: 5-6.

[125] No século XVIII, os pais de Cipriano Ribeiro Freire, António Ribeiro Freire e Teresa, já habitavam na paróquia de Santa Isabel, a São Bento, numa casa localizada no «*Quarteirão dos Padres Bentos*» ou «*Casas dos Padres Bentos*». Os seus nomes foram identificados por Gustavo de Matos Sequeira (1917: II, 64) através do *Rol de Confessados da freguesia de Santa Isabel*, anos de 1762 a 1764.

[126] AUC, PAR/CBR14, Paróquia da Lamarosa, Coimbra, Casamentos, 1872, fl. 5-6, Nº 8.

[127] Lopes 2002-2003.

[128] Joaquim de Carvalho no *Discurso de Recepção na Academia das Ciências do Académico Henrique de Vilhena* (1949), irmão de Ernesto, atribuiu o devido relevo social ao casamento entre Júlio de Vilhena e a filha do Visconde de Monte São: «*... o Sr. Vilhena* [Henrique] *possui a dita de haver visto a luz de progenitores ilustres, cujo relevo e significação social moverão a pena do historiador, quando em Portugal surgir o cultivo das monografias familiares, coisa diversa do reconto genealógico. Pela Mãe, a Senhora D. Maria da Piedade Pereira Jardim de Vilhena, entronca o nosso Confrade numa família representativa do século XIX, a qual surgiu à notoriedade com as campanhas liberais, se distinguiu ulteriormente na Universidade, na administração, no comércio, e se tornou inseparável da história da minha terra natal pelo muito que concorreu para o seu progresso; do pai, o Dr. Júlio Marques de Vilhena, herdou um nome denso de responsabilidades, notável nas bancadas escolares, veemente no estrado dos comícios, diserto na tribuna parlamentar, erudito na cadeira académica e prudente na poltrona do Conselho de Estado. Em todos estes lugares, o Dr. Júlio de Vilhena assinalou inconfundivelmente a sua individualidade. Os seus trinta anos de vida pública pertencem de direito à*

como Manuel dos Santos Jardim, de pouca fortuna mas senhores de grandes cabedais intelectuais e bom domínio dos negócios políticos, terão entrada, pelo casamento, e com a comunhão na defesa da monarquia constitucional, no mundo das elites universitárias, mais tarde chamadas ao exercício dos cargos administrativos. Júlio chegará mais longe, saindo de Coimbra e entrando, por via da actividade política, nos supremos negócios do Estado e da esfera da corte.

O círculo familiar é tão vasto que inclui não só o sogro de Júlio de Vilhena, como os seus irmãos, António dos Santos Pereira Jardim e Joaquim dos Santos Pereira Jardim, patriarcas da geração mais velha, mas também uma segunda geração composta pelos irmãos de Maria da Piedade, cunhados de Júlio - Cipriano, Luís, António, Henrique, Acácio, Joaquim, Ernesto e Manuel Cabral de Moura Coutinho, este por afinidade[129]. Ernesto Jardim de Vilhena virá a pertencer à geração que lhes sucede, mas a sua personalidade muito herdará dos antepassados, presentes no período de formação durante a meninice e a adolescência, como o próprio menciona nas notas pessoais que deixou.

Na linha familiar de Coimbra, da geração de Maria da Piedade e de Júlio Marques de Vilhena fazem parte os irmãos Leite Pereira Jardim junto com a irmã Guilhermina e o seu marido Manuel Cabral de Moura Coutinho de Vilhena, Fidalgo da Casa Real e proprietário do Paço de São Silvestre, a São Marcos.

Ao serviço da família Pereira Jardim, quando habitava na rua da Couraça de Lisboa, dando notícia dos seus hábitos de sociabilidade doméstica, acerca dos quais dispomos de parcas informações, contava-se a presença do velho criado preto de nome Sebastião, que acompanhava os meninos às aulas de Latim (Fonseca 1911: 32) e de um exposto, ali acolhido, que também desempenhava funções de criado (Mota 2010: 368).

Cipriano (25.09.1841-27.10.1913), o primogénito, bacharel em matemática na Universidade de Coimbra[130], seguiu carreira militar após o curso de Artilharia na Escola

---

história pátria; mas se os historiadores podem dissentir sobre o conceito do estadista e do condutor de uma corrente de opinião cívica, a nossa Companhia será sempre unânime em louvar no confrade a cintilação do talento, a sabedoria dos juízos, nutrida do suco de uma longa experiência humana, e a prudência com que, sem a adorar, acatou a filosofia política, conduzindo as verdades que alguns de nós investigam abstratamente à substância das leis.». In http://www.joaquimdecarvalho.org/artigos/artigo/214-Discursos-academicos-de-circunstancia/pag-2 [acedido em 24.09.2012].

[129] Cf. Mota 1988: 1-66.

[130] Pinto e Baêna 1890: 153.

do Exército, reformando-se com o posto de general de divisão, em 1905[131]. Foi Governador de São Tomé e Príncipe entre 1895 e 1896. Herda o nome do avô materno; a posição de fidalgo da Casa Real e de Par do Reino (1889), depois, o título de seu pai em 1903. Filiou-se no Partido Regenerador pelo qual foi eleito parlamentar durante dois mandatos, que exerceu entre 1882-1884 e 1885-1886, destacando-se com intervenções na área castrense e alguns projectos de âmbito local relacionados com a região de Coimbra. Enquanto Par do Reino os temas militares continuaram a ser o tema forte da sua acção[132]. Será agraciado com os graus de comendador da Ordem de Avis, oficial da Ordem de Santiago e Espada, cavaleiro da *Légion d'Honneur* de França e receberá a cruz de 3ª classe do Mérito Naval de Espanha. O reconhecimento das suas qualidades intelectuais fê-lo sócio correspondente do Instituto de Coimbra (1899), da Academia das Ciências de Lisboa (Secção de Ciências Matemáticas)[133] e segundo director nomeado para a Biblioteca do Ministério da Guerra , onde levou a cabo «*o primeiro trabalho de catalogação (...) e proposta de acquisição de novos livros*»[134]. Inscreve-se nos anais do Museu de História Natural de Coimbra como doador de quatro objectos provenientes de Timor[135].

Cipriano Jardim moveu-se na sociedade da época como literato[136] - em polémica com Camilo Castelo Branco em 1879 que bordejou as margens de um duelo eufemisticamente traduzido em «*pendência*» que só seria resolvida em «*tribunal de honra*» -[137], dramaturgo[138], mas também no campo das ciências matemáticas como pioneiro na investigação sobre os balões aerostáticos.

---

[131] Henrique de Vilhena. *A Vida do Pintor Manuel Jardim.* Lisboa: 1945. Vol. I: 18. Almeida 2005: 450-452.
[132] Jardim 1897.
[133] Falcão 1987: 102.
[134] In *Revista de Infanteria*, 1904 *apud* Santos 1995.
[135] Martins e Amaral 2011: cf. 9-11.
[136] Jardim 1883; Jardim 1902.
[137] Jardim 1880; Jardim 1898; Jardim 1912. Segundo Costa 1937, Cipriano «*fêz representar em Março de 1879, no teatro do Gimnásio, uma comédia intitulada* A pesca da baleia (...)» que desembocará na primeira polémica com Camilo. Acusado de plágio nesse texto, na sua folhetinesca defesa invoca Camilo, que imediatamente reage. A segunda investida tem origem na suposta crítica da dedicatória de *Amor de Perdição* a Fontes Pereira de Melo, que dá azo ao confronto resolvido com o «*tribunal de honra*» de que foram padrinhos Gerardo Augusto Pery, Abílio Eduardo da Costa Lobo, Visconde de Moreira de Rey e Antero de Quental.
[138] Costa 1937: 43-44: «*Cipriano Jardim não foi em teatro apenas o autor (?) da* Pesca da baleia. *Não. O próprio Sousa Bastos, que conta o episódio que achou* engraçadíssimo*, passado com essa comédia, lhe faz a devida justiça quando diz que êle foi escritor dramático* por vezes com bastante aplauso. *Em seguida regista as suas peças, de paternidade não contestada. Eram, ao tempo, sete: três dramas, duas comédias, uma ópera cómica e uma opereta. Dum dos dramas, alusivo à viagem de Vasco da Gama, foi representado um acto por ocasião do 4º centenário dêsse facto, no teatro D. Maria. Tôdas as outras*

Figura 15 - Cipriano Leite Pereira Jardim (1841-1913)
© http://www.exercito.pt/sites/BiblEx/Historial/Paginas/Comandantes.aspx [acedido em 22.01.2013]

Em 1885 submeteu aos seus pares da Academia Real das Ciências o projecto de um dirigível detentor de alguma autonomia - «*uma locomovel aerea*»[139]-, balão mais tarde apresentado ao público e à corte, no Teatro de S. Carlos, no mês de Abril de 1888. Um modelo miniatura que «*obediente efectuou todas as evoluções por ele indicadas, com uma docilidade que arrancou palmas aos numerosos espectadores que enchiam a sala*»[140]. Mas o feito não escapou aos comentários cáusticos de quem considerava as iniciativas da sua criação meras «*blagues*», fosse no teatro ou nas ciências. O articulista Santilhana nas páginas da *Illustração Portugueza* de 23 de Abril de 1888, não o poupa à crítica satírica, garantindo que «*Eu offereço-me para acompanhar o brilhante official por toda a parte,* calcante pedes *ou em* Sleeping-carr [sic]*; afirmo-lhe que pode contar commigo para a vida e para a morte e para tudo o mais que fôr preciso; juro-lhe que por estas (††) que o creio pae exclusivo de todas as suas peças; mas quanto a viajar com elle pelos espaços no balão Jardim...nunca jámais!*»[141].

---

peças foram à cena. Mais tarde, voltou Jardim a dedicar-se à literatura dramática. Aí por 1907 conheci-o em Coimbra, já visconde e general reformado. Passava então temporadas na sua terra natal, em casa de família que ali tinha, sua mãe, se não estou em êrro. Trabalhava por êsse tempo numa nova peça, opereta ou ópera cómica, que seria musicada pelo maestro Dias da Costa, residente em Coimbra nessa época. (...) E, já agora, mais uma nota curiosa: para escrever com sossêgo, que dizia não haver na casa em que vivia, Cipriano Jardim obteve da Câmara Municipal autorização para trabalhar num dos pavilhões do parque de Santa Cruz, o da direita de quem entra na alameda chamada do jôgo da bola*. Lá instalou o seu gabinete de trabalho, em que muitas vezes o vi, sentado à mesa, entregue à sua faina literária.».* Sobre o concurso de Teatro do Centenário da Índia e a participação de Cipriano Jardim cf. França 1998: 90.

[139] Jardim 1887-1888: 252. Cf. também Pegado 1887-1888: 269-273.

[140] In *Novidades*, 24.04.1888 *apud* Almeida 2005: 450.

[141] Santilhana 1888: 2.

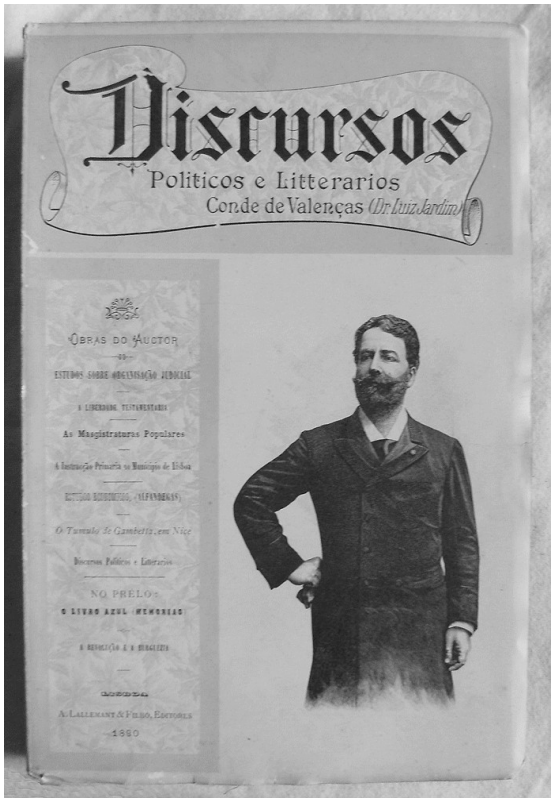


Figura 16 - Conde de Valenças (Dr. Luiz Jardim). *Discursos Politicos e Litterarios*. Lisboa: 1890.

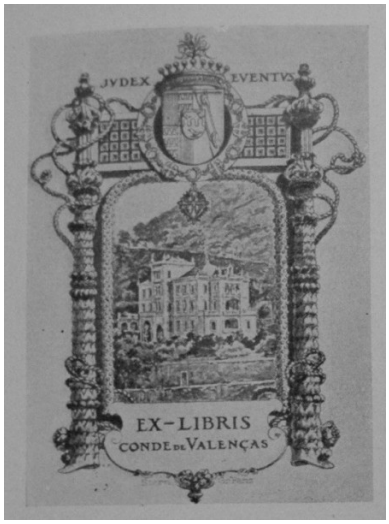


Figura 17- *Ex-libris* do Conde de Valenças. In Martha 1909: 209, Nº 9.

Luís Leite Pereira Jardim (15.09.1842-16.10.1910), o segundo filho varão receberá o título de conde de Valenças por duas vidas, a 31 de Março de 1887, agraciado pelos predicados individuais que muito o destacaram na sociedade, nos meios literários e na política do seu tempo. Licenciou-se em Direito *ex universo juri* em Janeiro de 1866[142] e obteve o grau de Doutor. Em 1871 será admitido como Lente na Universidade de Coimbra, onde ensinou durante seis anos. Nesse mesmo ano sai do prelo a sua tese *Do Regimen das Successões. Inconvenientes da Liberdade Testamentaria* (Jardim 1871). Entretanto, em 1870, fora designado como Secretário-Geral do Algarve e exerceu o cargo de Governador Civil, do qual se demitiu, optando pelo magistério universitário até 1877, ano em que por sua vez pede exoneração motivada pela nomeação, havia já dois anos antes, em 1 de Maio de 1875, como vogal da comissão encarregada de redigir o Código de Processo «*Criminal*» [Penal]. Passa a viver em Lisboa e será eleito como vereador da Câmara Municipal com o pelouro da Instrução Pública, prolongando a actividade teórica na área da educação desenvolvida pelo pai, devendo-se-lhe reformas da instrução elementar na capital. Em 1877 adquire a casa que o Barão de Porto Covo construíra para o filho, na Rua do Pau da Bandeira à

[142] Jardim 1866.

Lapa, iniciando aí amplos melhoramentos que a transformaram no "Palácio Valenças" e para cuja decoração pictórica irá chamar Lambertini, Columbano Bordalo Pinheiro (concluída em 1891)[143] e José Queirós[144].

Eleito deputado pelo Partido Progressista dirigido por José Luciano de Castro pela primeira vez em 1879, depois em 1884, em 1887 será Par do Reino por eleição. Ainda na câmara baixa, na sessão legislativa de 1880 apresenta um projecto de lei sobre a reorganização do ensino primário, e o projecto de lei nº 89 H autorizando o Governo a apoiar as celebrações do Tricentenário de Camões que instituiu o 10 de Junho, dia do aniversário da morte do Poeta, como dia da festa nacional[145]. Camões, defendeu Luís Jardim, «*affirmou-se na historia portugueza pelos tres elementos fundamentaes, que caracterisam uma nacionalidade: - a tradição, a linguagem e o territorio*»[146]. É provável que tenha travado conhecimento mais directo com Columbano durante o período de preparação da festa camoniana, quando o pintor participava nos trabalhos de ornamentação dos carros triunfais que participaram no desfile das comemorações. Antes, em Março de 1876, integrara a comissão encarregada de promover a subscrição destinada ao monumento comemorativo do Marquês de Sá da Bandeira, presidida em Lisboa pelo Duque de Palmela, anunciando-se o seu empenhamento benfeitor na celebração dos grandes vultos da história nacional[147]. As intervenções em prol da glorificação histórica continuarão pela vida fora, fosse a homenagear Mouzinho de Albuquerque, fosse a apoiar a trasladação dos restos mortais de Almeida Garrett para Santa Maria de Belém (1902).

Paralelamente às funções políticas e administrativas, Luís Leite Pereira Jardim ocupou cargos em instituições financeiras: em 1876 foi nomeado Administrador da Companhia de Crédito Predial Português e, em 1878 tal como em 1881, Administrador do Banco Nacional Ultramarino e Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses. Filantropo, será o dedicado secretário da

[143] França 1990: II, 195; Elias 2011: 103, 520, 522. Cf. também Leandro 1999: I, 493-494, a propósito da crítica à obra saída do punho de Fialho de Almeida em *Os Gatos,* de 1893.
[144] França 1990: II, 198.
[145] Valenças 1879: 129, nota 1 na p. 131 e p. 135.
[146] *In Memoriam* 1910: 20.
[147] Carta de Luís Jardim datada de Lisboa, 23 de Março de 1876, dirigida a Joaquim Martins Teixeira de Carvalho conservada na BUJPII, Biblioteca Martins de Carvalho, *Miscellanea Politica*, 18, MC-6328, Nº 31.

organização dos Albergues Noturnos de Lisboa, cuja iniciativa partira de D. Luís I em 1881.

A entrada de Luís Jardim na Câmara dos Pares data, como lemos atrás, de 1887, eleito pelo distrito de Évora[148]. Em Abril de 1890, durante a efervescência política do Ultimato, e talvez por causa dela (Teixeira 1987), chega a ser nomeado Ministro Plenipotenciário em Viena de Áustria[149] embora passe à disponibilidade logo em Outubro do mesmo ano, segundo a imprensa diplomática por ter sido substituído o Ministro António Serpa por Martens Ferrão que pessoalmente lhe confiara o cargo, no entanto a sua «*aisance discrète qu'au temps où sa mission auprès de François-Joseph lui valut les sympathies de la haute société viennoise et l'honneur d'intimes conversations de la part du souverain*»[150]. Os temas diplomáticos continuarão, porém, na sua agenda: a arbitragem dos conflitos internacionais fá-lo participar do congresso jurídico de Madrid, em 1893, onde lê a memória *Sobre a arbitragem*, logo depois publicada em Lisboa[151]. 1900 marca a sua nomeação como Par do Reino vitalício em cujas funções, logo no ano seguinte, se pronuncia a favor da proposta do Partido Regenerador para regulamentar o regime de propriedade no Ultramar, coincidindo em muitas das ideias apresentadas com as do cunhado Júlio de Vilhena[152]. O Congresso Interparlamentar da Paz reunido em Berlim em 1908 contou com a sua presença[153].

Como reconhecimento pelo seu desempenho, foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem de Isabel a Católica, a Grã-Cruz da Ordem Civil de Beneficência, de Espanha, para além de ser comendador da Ordem de Santiago. O Visconde de Saint-Léger, amigo eminente, homenageará com o seu nome uma nova espécie de orquídea, doravante identificada como *odontoglossum Valençasianum*, que descreve a partir de Paris a 20 de Outubro de 1902[154].

---

[148] Almeida 2005: 455.
[149] O Conde de Valenças foi nomeado como Ministro Plenipotenciário, Chefe de Missão na capital de Viena em 10 de Abril de 1890, tomou posse no dia 2 de Maio seguinte e foi exonerado na data de 29 de Outubro de 1890. Cf. *Annuario Diplomatico e Consular Portuguez Relativo Ao Anno de 1891 E Como Appendice ao Publicado em 1890*. Lisboa, 1892: 91. No regresso a Portugal «*esteve em Paris, para alguns dias de descanso*» onde foi homenageado por altas personalidades parisienses, segundo conta o seu sobrinho João Jardim de Vilhena (1963: 9-11).
[150] Araújo 1895: 1.
[151] Jardim 1893.
[152] Jardim 1901.
[153] Almeida 2005: 456.
[154] Saint-Léger 1902: 6-7.

Autor de extensa bibliografia que compreende o Direito - cabendo-lhe o mérito de ser um dos fundadores da *Revista Portuguesa de Legislação e Jurisprudência* que se publica desde 1867, a Instrução Pública, reflexões e relatórios sobre as obras de beneficência, a política, a literatura e a memorialística, é também Sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa (1886) e do Instituto de Coimbra (desde 1868)[155], sócio e presidente honorário da Associação dos Artistas de Coimbra (1867), presidente da Sociedade Literária de Almeida Garrett[156], sócio número 254 da Sociedade de Geografia de Lisboa (1878)[157], membro da subsecção de Heráldica da Real Associação de Architectos Civis e Archeologos Portuguezes[158], um dos proprietários dos jornais *Diario Popular*[159] (junto com o cunhado Júlio de Vilhena) e *Correio da Noite*[160] e um interveniente generoso na fundação de uma biblioteca pública em Sintra[161].

Uniu-se em matrimónio em 1874, com D. Guilhermina Rosa Marques dos Anjos (1855-1919), celebrado no oratório particular do palacete do pai da noiva, projectado por G. Cinatti[162] na Rua da Escola Politécnica[163]. Dá assim entrada na dinastia dos capitalistas Anjos, pois Guilhermina era filha de António Lopes Ferreira dos Anjos, da companhia Anjos & Cª, enriquecido nos negócios com Angola e um dos fundadores da Associação Promotora da Indústria Fabril[164]. Nascem deste enlace Ricardo (1877-1952) - que herdará o título de conde de Valenças e casará com Emília (m. 1908), uma filha de Artur Hintze Ribeiro e, em segundas núpcias (1910), com a prima Maria Isabel de Moura Cabral de Vilhena -, Estela (n. 1870), Celeste (n. 1876), Vasco (n. 1878) e Raquel Jardim (n. 1875) que, pela união com D. Luís de Castro (Professor do Instituto Superior de Agronomia) usará o título de condessa de Nova Goa. Os descendentes de

[155] Pinto e Baêna 1890: 705-707.
[156] *In Memoriam* 1910. Henrique de Vilhena. *A Vida do Pintor Manuel Jardim*. Lisboa: 1945. Vol. I: 18.
[157] *Lista de sócios para a Assembléa Geral de 1897*. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa, 189: 14.
[158] *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. 4ª Série, Nº 2, 1901: 13.
[159] Silva 1858 [Innocêncio], vol. XVI (Letras l-M): 36.
[160] *In Memoriam* 1910: 8.
[161] *Idem*: 42. Em pleno século XX, o palacete Valenças de Sintra, riscado por G. Cinatti (a construção ter-se-á iniciado c. 1877), que Luís Jardim e Guilhermina dos Anjos herdaram do pai Anjos falecido em Outubro de 1879, foi adaptado a Biblioteca Municipal, que aí funcionou até 2003. Curiosamente, o ex-libris da biblioteca pessoal do conde de Valenças toma a imagem do palacete sintrense enquadrado por uma moldura neo-manuelina (cf. figura 13).
[162] ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/06295 (Processo) - Guilhermina Anjos Jardim (condessa de Valenças): fl. 45-49.
[163] Sobre o Palacete Anjos da Rua da Escola Politécnica cf. França 1999: I, 357-358 e França 2008: 584-585.
[164] Santos 2011: 9-11.

Nova Goa cruzar-se-ão no futuro com Ernesto de Vilhena no mundo dos negócios, em particular no Banco Burnay.

Ainda em Coimbra, a 29 de Outubro de 1866, o vate Luís Jardim inflamava-se no discurso pronunciado no Sarau realizado na Associação dos Artistas de Coimbra em defesa da escultura[165] enquanto arte dos heróis que brota na quietação do pós-guerra, momento do reflorescimento artístico. É uma passagem longa, mas que vale a pena reler pela exegese da ideia da Regeneração que lhe preside e que, afinal, estava também no âmago do seu pensamento político: «*Á revolução politica de Portugal succedeu egualmente uma outra, e das mais gloriosas, que foi uma revolução litteraria. Quando a espada de nossos paes pendia em descanço, a juventude, sorriso do porvir, veiu ainda nos annos em flor pensar, discorrer e cantar, como no seculo de Augusto. D'ahi é que surgem os monumentos litterarios, assignalando a epoca mais brilhante da poesia e da litteratura portugueza; - eterna gloria de Herculano e Garrett! Assim devia ser; á lucta o repouso; depois da guerra a paz; e com ella as industrias, as sciencias e as lettras em todo o esplendor da sua vida. Das artes, mais de todas, a esculptura acompanha sempre o carro triumphante dos seculos. Encontro-a na India copiando a natureza grandiosa, divinisando a força, e deixando-nos sem definição a* sphinge *á entrada do deserto. Era o emblema de uma civilisação de gigantes que se julgavam deuses. Encontro-a depois na Grecia reflectindo a suavidade do mar da Ionia, erguendo á luz de um céo radiante e puro templos harmoniosos e serenos com todos os esplendores do marmore, e todas as melodias da forma humana. Depara-se-me na idade-média, consubstanciando a alma christã nas sombrias cathedraes que terminavam em flechas arrojadas para o céo, e como que supplices instigando os crentes á oração. Vejo-o por ultimo a modelar em bronze a figura dos heroes; e aqui a trazer-nos á lembrança as glorias portuguezas, glorias d'esta nossa terra em que são venerados os nomes de Sá de Miranda e José Maurício. Ladeando-a de varões tão celebrados, um artista nosso e de talento foi quem levantou uma estatua de rei.».* Quanto à política, Luís Jardim afirma-se partidário da que «*alarga a area da felicidade humana; a que pede firmeza de vontade para vencer difficuldades e affrontar revezes; a que põe no homem a confiança no que póde a sua propria individualidade; e a que abre a todos, amplamente,*

[165] "Discurso proferido na «Associação dos Artistas de Coimbra» - Sarau de 29 d'outubro de 1866: Estudantes e Operarios - A Politica do Futuro". In Valenças 1889, p. 7-15: 9. A Associação dos Artistas de Coimbra reunia no antigo Refeitório do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

desassombradamente, as carreiras da vida. Curvo-me ao genio moderno, alma genetrix *das novas ideias.*»[166]

Destas abundantes informações, pode sintetizar-se que a situação sócio-política das famílias Leite Pereira Jardim e Jardim Vilhena - cruzadas através de aliança matrimonial - as integra no modelo identificado genericamente como «*dinastias liberais*» (Moreira 2006), evidência do carácter endogâmico do parlamentarismo do período do constitucionalismo monárquico, cujos membros eram recrutados em círculos de amizades políticas mas também no quadro das relações familiares[167], que se prolonga e sedimenta em várias gerações, provindo na sua maioria dum estrato social de origem "plebeia", isto é, não pertencente à aristocracia de corte do final do Antigo Regime - à excepção de Cipriano Ribeiro Freire - mas em paulatina ascensão social[168]. Neste caso particular estão em causa relações filiais, de irmandade, de sobrinhos, genros, avós, tios-avós, primos e sogros, representadas nas duas Câmaras parlamentares sobretudo a partir da Regeneração, considerando apenas o final do período monárquico, pois Ernesto será exemplo da continuação desta realidade social além República.

Para caracterizar os fundamentos gerais do alinhamento e a evolução política da primeira para a segunda geração da família Leite Pereira, contemporânea de Júlio Marques de Vilhena, composta por personagens que ainda marcarão presença no crescimento de Ernesto, é a voz da crítica de Oliveira Martins (1845-1894) - delas coevo e com quase todas se cruzando - que ainda serve de interessante suporte compreensivo quando as define integradas no sistema político da segunda Regeneração e do Rotativismo[169]: «*Depois de 68 nada ha que regenerar, ou todos regeneram de um modo egual. Despois d'esta epocha, e consummada uma tal ou qual restauração da riqueza nacional, todos apparecem convertidos ao opportunismo pratico. Não ha mais distincções de partidos, ha apenas grupos diversos. Não ha mais programmas, porque ha a liberdade pratica bastante e toda a ideologia liberal morreo. Os bandos politicos já não têem rotulos, basta-lhes o nome dos chefes: é o d'este, d'aquelle outro. E uns succedem-se aos outros, até que...Ponto. Não precipitemos o discurso.*»[170] José Miguel Sardica releu o período político e sintetizou o pano de fundo: «*Por sobre o eventual*

[166] Valenças 1889: 13.
[167] Moreira 2006: 127.
[168] Almeida 1995: 22; 24.
[169] Cf. Sardica 1997: 266.
[170] Martins 1895: Tomo II, p. 367.

conflito quotidiano em torno dos meios para o progresso, a Regeneração era fundamentalmente um consenso de intenções, colocado numa ordem superior, nacional e, por isso, desejavelmente suprapartidária ou apartidária.» (Sardica 1997: 287).

Colaços de Maria da Piedade, como Cipriano e Luís que acima foram apresentados, são também o irmão António (n. 27.08.1845) que seguirá a carreira das leis e será juiz desembargador[171], Henrique (n. 22.01.1846), Guilhermina (n.1847), Acácio (n. 1851), Joaquim (n. 1852) e Ernesto (n. 1861) que trocarão Coimbra por Lisboa, onde se vêm juntar aos irmãos mais velhos e a Maria da Piedade.

Henrique e Acácio emigram para o Brasil. Henrique enriquecerá como comerciante estabelecido no Rio de Janeiro, enquanto Acácio se aventura pelo interior da Amazónia. Este último, depois de regressar a Portugal, antes de se render ao funcionalismo na Caixa Geral de Depósitos onde permanecerá até se aposentar[172], ainda volta a partir, agora para Moçambique, na campanha de António Enes contra os Vátuas [173]. Henrique, solteiro, vem morrer a Lisboa, como «*capitalista*», em 1928[174], e será sepultado na Conchada, em Coimbra; testará generosamente a favor dos seus irmãos ainda vivos e de alguns sobrinhos.

Guilhermina (6.11.1847-21.06.1890), a segunda filha dos Viscondes de Monte São, «*encantadora no trato»* e de *«educação esmerada»,* conforme a elogia o sobrinho Henrique de Vilhena[175], casa com Manuel Cabral de Moura Coutinho de Vilhena, colega do curso de Direito de Júlio Marques de Vilhena e de Hintze Ribeiro. O paço de São Silvestre, a São Marcos, em Tentúgal, foi residência do casal desde 1876[176]. Letícia Jardim Cabral, uma das cinco filhas, será a futura mulher de Manuel Jardim, pintor, seu primo direito.

---

[171] Henrique de Vilhena. *A Vida do Pintor Manuel Jardim.* Lisboa: 1945. Vol. I: 18.
[172] ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/04164 (Processo): Acácio Leite Pereira Jardim.
[173] Henrique de Vilhena. *Op. cit*: 22.
[174] ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS9B/IS/08938 (Processo): Henrique Leite Pereira Jardim.
[175] Henrique de Vilhena. *Op. cit.:* 22-23.
[176] ACMF/Arquivo/DGFP1/CMB/CMB/CONVF/002 -Conventos de Freiras e Frades, Proc. 1073, L. 3; Proc. 1022, L. 7, Proc. 2469, L. 8; Proc. 1269, L. 9, "Cópia da informação que acompanhou o ofício da Direcção de Finanças do distrito de Coimbra, Nº 1501, - Procº 207-D - 2ª Secção, de 12 de Fevereiro de 1944, fl. 10: «*CONVENTO DE S. MARCOS, DA ORDEM DE S. JERÓNIMO: Foi destruido por um incendio, quando estava na posse de uma familia Carneiro, que o tinha comprado ao Estado em hasta pública, em data que não foi possível averiguar. As ruínas do mesmo e terrenos anexos, foram seguidamente comprados por Manuel Cabral de Moura Coutinho de Vilhena, por escritura de 25 de Junho, de 1876 e actualmente as mesmas ruínas são propriedade da herdeira daquele, D. Maria Clarisse Cabral de Vilhena Gomes de Sousa, casada com Oscar Gomes de Sousa, e foram-lhe adjudicadas na partilha judicial que foi julgada por sentença de 7 de Maio de 1927.»*

Joaquim (6.11.1858-?), funcionário da alfândega de Lisboa, consorcia-se na capital com Carolina Pereira Soares, descendente dos Condes de Farrobo. Em 1894 foi eleito deputado também pelo Partido Regenerador. No desempenho das funções parlamentares foi, curiosamente, subscritor de um projecto de lei destinado a isentar de imposto de registo o legado deixado em testamento por António de Almeida e Silva à Sociedade de Albergues Nocturnos de Lisboa (Novembro de 1894)[177].

Ernesto (n. 21.05.1861), o mais novo dos irmãos Leite Pereira Jardim, funcionário da Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro, passou anos em São Tomé e Príncipe. Regressa como proprietário residente em Meãs do Campo (concelho de Montemor-o-Velho) e casa com Maria Carolina Ferreira de Azambuja. Deste matrimónio descendem a filha Raquel e o pintor Manuel Jardim (6.11.1884-7.6.1923)[178].

I. 1.3. O mundo familiar Jardim de Vilhena

Do enlace entre Júlio de Vilhena e Maria da Piedade Jardim nascem[179] primeiro João, ainda em Coimbra (07.07.1873-Lisboa 10.12.1966), depois Ernesto em Ferreira do Alentejo 1876) e seguidamente Júlio já em Lisboa (23.01.1878-10.12.1962), Henrique o rapaz mais novo (13.03.1879-14.04.1958), Maria Luísa (1880-09.12.1904[180]) e ainda uma segunda menina, Maria José (n.?-m. Coimbra?[181]).

Depois do nascimento de Ernesto o casal pouco tempo terá permanecido em Ferreira do Alentejo, passagem dir-se-á quase "acidental" na vida do futuro Comandante Vilhena. Para o pai Júlio mantém-se o apego e os constantes regressos à terra patrícia, de que deixa eco na escrita[182], e a cujo conterrâneo a edilidade faz jus a 26 de Janeiro de

[177] Luzio 2005: 452.
[178] Sobre Manuel Jardim (1884-1923) cf. Ferrão 2013.
[179] Falcão 1987: 188-193; Pina 1998: Doc. 16.
[180] ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/04173 (Processo): Luísa Jardim de Vilhena de Abreu Brandão.
[181] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., 17 Julho 1948-17 Fevereiro 1949: «*7 de Janeiro de 1949 (6ª feira) - [Coimbra] Fomos ao cemiterio vêr a campa da Zézinha e da Avó Guilhermina. Voltámos lá no dia 8, para deixar regulado o serviço de limpeza da primeira.*»
[182] Júlio Marques de Vilhena. *Ferreira do Alentejo. Documentos para a sua História*. 2004: II, 79-80, Nota 6ª: «*Fala-se no Tombo / Fl. 182 vers / nos milagres realizados por intervenção de Nossa Senhora da Conceição que está na Ermida ali descripta. A este respeito devo referir que era tradição da minha família que, pouco tempo depois de construída por meu avô, António Pedro Marques de Barbuda, a sua*

1888 ao aprovar a alteração do nome da rua da Misericórdia, onde se situava a casa em que nascera, para rua do Conselheiro Júlio de Vilhena[183] «*o qual tanto a nobilita lhe da glória, por seus inscritos e altos serviços ao pais*»[184]; quando o aplaude em entusiásticas felicitações na sua eleição para a presidência do partido Regenerador[185]; ou a quem envia o estandarte do município em repúdio simbólico dos actos ditatoriais de João Franco[186].

Figura 18- Conselheiro Júlio Marques de Vilhena, gravura s.d. (c. 1881), assinada Pastor
© Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

Figura 19 - Maria da Piedade Leite Pereira Jardim de Vilhena, fotografia s.d. (anterior a 1910)
© Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

Ernesto de Vilhena regressa a Ferreira do Alentejo anos mais tarde, mas poucas vezes, aparentando alguma mágoa pela modéstia de vida que o berço paterno lhe marcara na memória: «*É a segunda vez que aqui venho, sem menção, é claro, de aqui ter sido dado à luz. A casa em que nasci, e o pequeno Ernesto, nascido antes de mim, e morto, abriga hoje uma farmacia (Fialho); lá está a lapide comemorativa de alli ter nascido meo Pae. Casa terrea, então, muito menos corrida, ainda, do que agora, e que*

casa na rua das Covas, desabara uma abobada, debaixo da qual ficou soterrada uma irmã, já muito velha, de meu avô - a tia Mariquita lhe chamava meu pae, - e que, gritando ella cávem aqui, lhe tiraram de cima todo o entulho, encontrando-a sem a menor lesão. E, porque era muito devota de Nossa Senhora, lhe atribuiram o milagre, fazendo-se um painel referente ao caso, o qual painel esteve, durante largos annos, pendurado entre os muitos que ornavam a parede da igreja, representando temas semelhantes. Eu fui educado venerando sempre aquella imagem e nunca fui, nem irei a Ferreira, que não visite a igreja, a que estão ligadas as mais puras tradições da minha infancia.»

[183] "Copia das actas da Camara Municipal de Ferreira do Alentejo desde 1820 a 1910": "Ano de mil oitocentos e oitenta e oito em vinte e seis de Janeiro" publicada por Júlio Marques de Vilhena. *Ferreira do Alentejo. Documentos para a sua História*. 2008: IV, 180.
[184] *Idem*. "Ano de mil oitocentos noventa e cinco vinte e seis de Novembro": 183.
[185] *Ibidem*. "Ano de mil novecentos e sete em dôse de Outubro": 187-188.
[186] *Ibidem*, "Ano de mil novecentos e sete em trinta e de Dezembro": 190.

muito havia de impressionar minha Mãe, habituada à Lamaroza e às grandes casas de Coimbra. Esta pequena casa relembra toda uma vida de desillusão, de tristeza, de dedicação e de persistente cumprimento dos seus deveres, por parte da minha Mãe.» (Doc. II.6, Ferreira do Alentejo, 9 de Fevereiro de 1948).

Naquele mesmo ano de 1876, Júlio Marques de Vilhena tinha estabelecido o seu escritório de advocacia em Lisboa, à Rua dos Douradores, com a verba obtida com a venda da casa que ainda possuía em Ferreira do Alentejo[187].

No sistema político da Regeneração instalava-se paulatinamente o Rotativismo. Júlio era deputado às Cortes desde 1874, eleito pela primeira vez pelo círculo eleitoral de Felgueiras aos 27 anos, numa conjuntura de pacificação interna - da «*ascensão das raposas*» - caracterizada por um «*processo de recomposição (...) induzido por um influxo de sangue novo, que se manifesta na forte descontinuidade pessoal dos membros da "elite" governante ante e post 1851»* (Almeida 1995: 21 e 16). Estava dotado, portanto, dos requisitos exigidos para a elegibilidade: 400 mil réis de renda líquida anual ou a prova de que cursara pelo menos o liceu[188]. Enquanto jurista possuía o treino profissional necessário ao desempenho de funções legislativas e eloquentes dotes de oratória que acabariam por ficar na história parlamentar[189]. Como os restantes membros da família com a qual se consorciou, o seu destino será a filiação no Partido Regenerador, que ele próprio acaba por justificar no parlamento: «*Filiei-me no partido*

[187] João Jardim de Vilhena, s.d. [1946]: 4.
[188] Almeida 1995: 135.
[189] A crer na saborosa anedota registada por Eduardo Schwalbach ao descrevê-lo: «*Longe de ser um* terribil Perez *por seu ânimo frouxo, quando, no tremor de terra de 23 de Abril de 1909, as colunas da sala da Câmara dos Pares se inclinaram, lembrando, n'um relanço, as de Santa Maria del Sar, de Sant'Iago, e as de Santa Maria del Campo, de Corunha, tôda a sala estremecia como sacudida por mãos ciclópicas e a iminência duma derrocada surgia pavorosa - o conde de Bertiandos, que presidia à sessão, abandonava o seu pôsto e assombrado, com o pensamento em Deus, desaparecia a exclamar «Que faço eu aqui?!»; a filha dum par do reino, num ímpeto de amor filial, se lançava da galeria aos gritos de «Pai! meu Pai!» e tôda a gente fugia em tropel, caindo uns sobre os outros (por minha vez, atirado por um espavorido contínuo pelos degraus da Presidência, lá me fui arrastando pelo sobardo para o corredor, sob pés que me calcavam impiedosamente, até que, numa rodilha, já quási com os sentidos perdidos, num esfôrço milagroso, consegui pôr-me de pé, agarrado a uma estante de ferro) -; quando a Morte, com o seu riso escaveirado, esvoaçava sôbre as nossas cabeças, Júlio de Vilhena afrontava com a maior impassibilidade aquêle horrível transe. De pé, por detrás da sua carteira, discursava, ao ouvir-se de repente um ronco medonho saído das entranhas da terra, a que se seguiu quanto ficou descrito, e na mesma atitude permaneceu, sereno, imperturbável, sem um esbôço de fuga, sem um gesto aflitivo, sem um olhar de espanto, pétrea estátua de si próprio, como se nada de anormal se estivesse passando; e findo o abalo, alguns já de regresso aos seus lugares mas ainda fora de si, ouviu-se então a sua voz calma e firme «Como eu ia dizendo...» a continuar o seu discurso. Formidável! Extraordinário homem êste!».* Cf. Schwalbach 1944: 260-261. Os seus dotes de tribuno eram reconhecidos mesmo pelos opositores, como relembra Lourenço Cayolla (1863-1935), parlamentar progressista, em 1928 (cf. Cayolla 1928: 48).

regenerador de preferencia ao partido historico, porque o partido histórico é progressista nas palavras mas é reaccionario nos factos (Apoiados); porque para mim a verdadeira política não consiste em disseminar programas pelo paiz, em proferir frases sonoras e ostentar declamações oratorias. A verdadeira politica para mim é a política de acção, de factos, de energia e de vitalidade. (Muitos apoiados)»[190].

Na actividade de Júlio Marques de Vilhena na Câmara dos Senhores Deputados salientam-se as apresentações dos projectos sobre o Código de Justiça Militar (1875), as intervenções sobre as tarifas dos caminhos-de-ferro (1876)[191], a Instrução Pública, a proposta de criação de uma cadeira de «*linguística geral indo-Europeia e especialmente românica*»[192] no Curso Superior de Letras (1878), ou o Código Administrativo[193] (1878). Ainda em 1878, será o porta-voz do Partido Regenerador no que dizia respeito à reforma da Câmara dos Pares, inspirada na proposta de Casal Ribeiro (Mónica 1994: 126-127), projecto que após calorosa discussão acaba por ser aprovado[194]. O Parlamento continua a contar com ele em 1879, em 1880 e até Março de 1881, neste intervalo colaborando intensivamente no debate da reforma da instrução secundária[195] ou na questão do Tratado de Lourenço Marques que conduzirá à dissolução da Câmara e à queda do Ministério. De regresso às funções de deputado, eleito pelo círculo de Beja em 1884, será o relator do projecto de revisão da Carta Constitucional, mas pouco mais participou das sessões: a direcção e o secretariado-geral do Ministério do Reino absorvem-lhe o tempo. Nas eleições seguintes, de 1887, volta à Câmara dos Senhores Deputados, onde promove robusta oposição ao governo Progressista.

Em simultâneo com as funções parlamentares desempenhou primeiro o cargo de ajudante do Procurador-Geral da Coroa (DG, 9.05.1878[196]), sendo depois nomeado, como vimos, em Julho de 1884, para a Secretaria do Ministério do Reino. Entre 1888 e

[190] Júlio Marques de Vilhena. *Antes da República. Notas Autobiográficas.* 1916: I, 29.
[191] Júlio Marques de Vilhena 1876.
[192] Júlio Marques de Vilhena. *Antes da República.* 1916: I, 52.
[193] Júlio Marques de Vilhena. *Op. cit.*: I, 26-28; 39-46.
[194] Júlio Marques de Vilhena. *Op. cit*.: 47-48.
[195] Júlio Marques de Vilhena. *Op. cit*.: 60-65.
[196] AHPGR, *Livro de termos de juramento e posse dos Ajudantes do Procurador Geral da Coroa e Fazenda*, 1887, fl. 2: "Termo de juramento e posse conferida ao Dr. Julio Marques de Vilhena do lugar de Ajudante do Procurador Geral da Coroa e Fazenda", 4 de Maio de 1878.

1910, será juiz nomeado e presidente do Supremo Tribunal Administrativo[197] ocupando, assim, as carreiras burocráticas judiciais e políticas dentro do aparelho de Estado.

Participará pela primeira vez, em 1885, dos trabalhos da câmara alta, isto é, da Câmara dos Dignos Pares do Reino, como relator da comissão especial encarregada de apreciar o programa de reforma da Constituição, em virtude da sua anterior experiência no projecto de revisão na Câmara dos Pares, nos passados 1883 e 1884 (Belo 2012: 36 e 294). Através do Segundo Acto Adicional à Carta Constitucional, seria eliminado o princípio da hereditariedade do pariato, apesar de continuar a ser reconhecido aos descendentes imediatos dos falecidos, o direito de permanência na instituição; o número de pares vitalícios de nomeação régia foi fixado; criou-se o grupo de pares temporários eleitos por sufrágio indirecto (escolhidos pelos colégios distritais e pelos estabelecimentos científicos e de ensino universitário) que exerceriam um mandato de seis anos, podendo a Câmara Alta ser dissolvida em simultâneo ou independentemente da Câmara dos Senhores Deputados[198]. Júlio de Vilhena será então eleito Par, em 2 de Dezembro de 1885, pelo círculo da Guarda. Será depois Par nomeado, a 27 de Fevereiro de 1890, logo após o Ultimato, integrado entre os Pares do Reino vitalícios[199].

Figura 20- Rafael Bordalo Pinheiro, "A Situação". In *O António Maria*, 7 de Abril 1881.

[197] É nomeado vogal efectivo do Supremo Tribunal Administrativo por Carta de D. Luís (ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Luís, Liv. 54, fl. 146).
[198] Almeida 1995: 114.
[199] Júlio Marques de Vilhena. *Op. cit*.: I, 176 e Belo 2012: 216; 331.

Militante Regenerador e parlamentar de merecimento, Júlio de Vilhena foi chamado a desempenhar funções governativas em quatro consulados que couberam ao partido.

A 25 de Março de 1881, no Governo «*dos meninos*»[200] chefiado por António Rodrigues Sampaio (1806-1882), ocupou a pasta de Ministro da Marinha e Ultramar durante sete meses e vinte dias. Tempo suficiente, no entanto, para assinar o contrato de construção do caminho-de-ferro de Mormugão (Índia), apresentar a primeira iniciativa de criação das «*estações civilizadoras*»[201] - passo fundamental para estabelecer uma ocupação dos territórios susceptível de garantir a sua posse -, decretar a liberdade de navegação de cabotagem entre todas as províncias ultramarinas, publicar o projecto de lei para a administração geral das colónias[202] e promover a reforma do sistema tributário do Estado da Índia[203].

Entre 30 de Janeiro e 24 de Outubro de 1883, foi Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça no Gabinete de Fontes Pereira de Melo[204], prova de que mantém forte a relação com a cabeça dos Regeneradores. Numa das *soirées* na casa de Fontes, entre outros ministros e membros do partido, assinala-se a sua inevitável presença: «*n'um fauteuil, Julio de Vilhena observa com os seus olhos penetrantemente meridionaes, sorri com vivacidade aos que lhe vão fallando e retorce descuidadamente a guia esquerda do seu pequeno bigode*»[205].

Durante o consulado na Justiça, ficaram célebres as polémicas provocadas pela redução das dioceses, afirmação do poder civil a que as altas esferas do clero não puderam deixar de reagir, vencendo o lado civil com larga margem de vantagem[206]. Como herança deixará, aos ministros sucessores na pasta, seis projectos reformadores cuja actualidade não deixa de ser surpreendente, e que incluíam a dotação do clero, o

[200] Fontes Pereira de Melo foi o autor do cognome, «*pelo governo ser dominado pelos líderes da ala mais jovem e radical do Partido Regenerador*», cf. Almeida 1995: 78. Júlio de Vilhena tinha 34 anos.
[201] Júlio Marques de Vilhena. *Antes da República*. 1916: I, 73-74; 76-77.
[202] Idem. *Ibidem*: 79-83.
[203] Idem. *Ibidem*: 82-83.
[204] Neste período, entre as datas de 10 de Julho de 1884 e 26 de Novembro de 1885 ocupou simultaneamente os lugares de Secretário-Geral do Ministério do Reino e de Director-Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Reino. Cf. Almeida 1995: 353 e 355.
[205] Pimentel, 1893: "XII - A Saison Lisbonense em 1883": 103.
[206] Júlio Marques de Vilhena. *Op. cit.*: I, 100-126.

registo civil, a assistência judiciária, alterações ao regime da prisão sem culpa formada, a abolição das penas perpétuas e a revisão das sentenças criminais[207].

Abril de 1890, sob o efeito dos estilhaços provocados pelo Ultimato inglês de 11 de Janeiro aceite pelo anterior governo Progressista, marca o regresso do Partido Regenerador ao governo, sob a direcção de António Serpa Pimentel (1825-1900), e o de Júlio de Vilhena aos ministérios, agora com 44 anos. É chamado de novo à pasta dos Negócios da Marinha e do Ultramar, avançando de imediato com projectos para a construção de um caminho-de-ferro de ligação de Moçâmedes a Huíla e para o estabelecimento de uma linha de navegação regular entre a metrópole e os territórios coloniais. A conjuntura de equilíbrios estratégico-políticos desenhara-se internacionalmente complexa após a Conferência de Berlim (1884-1885) e as potências europeias disputavam entre si as terras africanas que deveriam ocupar *de facto* e não já apenas pelo reconhecimento dos direitos históricos. Os acontecimentos precipitam-se no reino, nos territórios africanos - chegando a preparar-se, em Moçambique, em Agosto de 1890, uma expedição punitiva ao régulo Mataca com o título «*Júlio de Vilhena*»[208] - e nas missões diplomáticas, como o ministro Vilhena narrará ao pormenor, e na primeira pessoa, no *Antes da República,* de 1916 (I. *1874-1907*). A 20 de Agosto é celebrado o tratado com a Inglaterra que delimitava as possessões portuguesas ao norte do Rio Zambeze, inviabilizando-se em definitivo as pretensões de ligação territorial entre Angola e Moçambique, isto é a demarcação da África Meridional Portuguesa plasmada graficamente no Mapa Cor-de-Rosa de 1886. Todavia, a Câmara dos Senhores Deputados do Reino de Portugal não o ratifica. Em Outubro o Ministério demite-se no rescaldo dos acontecimentos e da excitação pública que inflama todo o País. Enquanto isso, a Inglaterra atenua a força do garrote, através da prática da negociada convenção do *status quo,* a partir de Novembro (Teixeira 1987: 696).

Em Maio de 1891, ainda na ressaca da revolta republicana de 31 de Janeiro no Porto cujo epílogo trará os primeiros republicanos ao Parlamento, Júlio de Vilhena regressa pela terceira vez à mesma pasta sucedendo a António Enes (1848-1901), nesta ocasião no Ministério «*fora dos partidos*»[209] sob presidência de João Crisóstomo de Abreu e Sousa (1811-1895). A ratificação do novo tratado com a Inglaterra a 27 de

[207] Júlio Marques de Vilhena. *Op, cit.*: I, 146-155 e Silva 1963-1975: I, 77-78.
[208] Coutinho 1941: 193.
[209] Palavras de João Crisóstomo *apud* Teixeira 1987: 702.

Junho 1891 acalmara as tensões entre Portugal e a Grã-Bretanha: ao ministro da Marinha e Ultramar caberia aplicá-lo[210]. Neste sentido anuncia a nova orientação impressa na política ultramarina: «*Terminou a exploração scientifica*, *começa a exploração lucrativa*»[211], o que na prática foi realizado através do favorecimento da criação e consequente concessão de territórios a administrar e a explorar por companhias majestáticas, nomeadamente a Companhia de Moçambique (1891), a Companhia do Niassa (1891), e a Companhia da Zambézia (1892), consideradas como a fórmula mais adequada para o fomento económico e para a «*regeneração das colónias*»[212], que tinham como modelo o exemplo inglês da British South Africa Company de Cecil Rhodes. Procederia finalmente à reorganização administrativa de Moçambique, com a criação do Estado da África Oriental. Com este exercício da pasta da Marinha e Ultramar, terminará a sua carreira ministerial (21.5.1891-17.1.1892).

A perspectiva de Júlio Marques de Vilhena sobre a importância estratégica das colónias para Portugal é clara e exprimiu-a logo em 1888 perante a Câmara dos Deputados, primeiro em Abril no debate sobre o caminho-de-ferro de Mormugão[213], e depois em Maio de cujo discurso se colhe uma esclarecedora síntese de ideias: «*Tenho affirmado mais de uma vez n'esta assembléa, que a creação de um imperio colonial não é uma utopia; tenho affirmado mais de uma vez que Portugal não tem rasão de ser no mappa das nações da Europa senão pela consolidação do seu dominio colonial. Nós não temos uma individualidade scientifica, não temos uma individualidade litteraria, não temos uma individualidade artistica, não chegâmos a ter uma individualidade geographica. O futuro de Portugal, o seu papel no concerto europeu, a sua gloria para o futuro, a manifestação mais poderosa da sua individualidade consiste, na minha opinião, na consolidação e no robustecimento do seu dominio colonial. No dia em que deixemos enfraquecer o nosso dominio colonial, no dia em que deixemos de conservar esse dominio, que é para nós mais do que uma tradição, porque é uma affirmação de nacionalidade, n'esse dia não terei duvida em dizer que Portugal não tem rasão de existir no convivio das nações.»*[214]

[210] Júlio Marques de Vilhena. *Antes da República*. 1916: I, 239.
[211] Júlio Marques de Vilhena. *Idem*: I, 241.
[212] Idem. *Ibidem*: I, 244.
[213] Julio Marques de Vilhena. *Antes da República*. *(Suplemento)* 1917: 196 e ss.
[214] "Discurso Proferido na Sessão de 22 de Maio de 1888". In Julio de Vilhena. *A Questão Colonial. I,* 1888: 5-6.

A passagem pela pasta das Colónias foi lembrada com a honra da atribuição do seu nome a uma «*colonia*» agrícola em Angola situada nas terras de Mahabala, concelho de Pungo N'dongo, no Planalto de Benguela[215] e o baptismo do vapor da armada para navegação de cabotagem nas colónias[216], lançado à água em 1882[217] com o seu nome (Figura 21)[218].

Figura 21 - Vapor Júlio de Vilhena. In http://4.bp.blogspot.com/_-DNMN5K-aGY/S12D8CRU3-I/AAAAAAAAHjg/7LyaBWR6QrU/s1600-h/3-11+mar%C3%A7o+1882.jpg [acedido em 12.02.2013.]

Nomeado Conselheiro de Estado vitalício em 20 de Junho de 1896, esta designação representaria o coroar da militância política constante, das capacidades administrativas patenteadas na Procuradoria-Geral da Coroa e no Supremo Tribunal Administrativo, também demonstradas enquanto Governador do Banco de Portugal

[215] *Relatório da Missão de Colonização no Planalto de Benguella em 1909*. Luanda, 1910: 8 e Araújo 1900:

[216] Segundo a *Lista dos Navios de Guerra e Mercantes da Marinha Portugueza Referida ao 1º De Janeiro de 1892 [...]*: 3, o "Vilhena" era uma canhoneira de vapor com a força de 310 cavalos e possuía uma boca de fogo.

[217] «*Para serviço do distrito do Congo, foi igualmente adquirido em Inglaterra, nesse ano* [1882]*, um pequeno vapôr, o Vilhena, de 159 toneladas*». Cf. Sêna 1927: 26.

[218] A doação do livro de honra dos indianos por cuja protecção se batera em 1895, concretizada em 1909 *A Júlio de Vilhena dos Índios*. 1909. Capa de madeira entalhada e folha interior "Grande Homenagem dos Índios ao Sr. Vilhena", conservado em IICT/Arquivo Histórico Ultramarino PRA/PM486 e PRA/PM485, apesar de não se inserir na conjuntura da sua gestão da pasta da Marinha e Ultramar, associa-se conceptualmente a este conjunto de actos simbólicos. Cf. Júlio Marques de Vilhena. *Antes da República*. 1916: I, 293-298.

(3.10.1895-21.10.1907)[219], portanto do exercício das funções judiciais e de magistratura, de gestão, parlamentares e ministeriais. Consolidara a sua posição junto do rei[220], mas apesar da excelência do currículo político quase patrício e das distinções honoríficas[221], não granjeou contudo nenhum título nobiliárquico.

Figura 22 - Rafael Bordalo Pinheiro, Perfumador Árabe também dito "Perfumador Indiano", dedicado a Júlio de Vilhena, administrador do Banco de Portugal, em agradecimento por ter adiado a cobrança coerciva das dívidas da fábrica de faianças das Caldas da Rainha, 1896. © CML, Museu Bordalo Pinheiro, http://www.museubordalopinheiro.pt/images/0302/galeriapopup/0302_G09_01.jpg [acedido em 19.03.2013]. À volta desta peça cf. Porfírio 1999b.

Morto Fontes Pereira de Melo em Janeiro de 1887, depois de vinte anos de governo, faltou a cabeça do Partido Regenerador. Hintze Ribeiro, companheiro de sempre, será o sucessor de Fontes. Júlio afasta-se temporariamente da direcção do Partido Regenerador: será apenas parlamentar. As personagens dos bastidores da política e muita da crítica social apontarão sempre Júlio de Vilhena como o disponível candidato à liderança do partido e do governo enquanto os ritmos políticos das derradeiras décadas da monarquia continuarem a movimentar-se em sentido alternado para exercer o poder executivo. Contudo, esse destino "ambicionado", acabará por se cumprir só parcialmente quando, na sequência da morte do amigo Hintze (m. 1.8.1907),

[219] Santos 1900.
[220] Sobre os princípios que enformaram a instituição e a história constitucional do Conselho de Estado desde a revolução de 1820 cf. Almeida 1995: Capítulo I, 33-62.
[221] Foi distinguido com a Grã-Cruz da Ordem de Carlos III de Espanha, do Mérito Naval de Espanha, de Leopoldo da Bélgica, da Estrela Polar da Suécia, de Santo Alexandre da Bulgária, de Santa Catarina da Rússia.

a 7 de Outubro de 1907, o mesmo dia em que casa o filho Ernesto[222], será escolhido entre os seus correligionários como chefe do partido em contradita à ditadura de João Franco. Nessa acção política se consome, procurando coligações interpartidárias para enfrentar num bloco oposicionista, quer o governo ditatorial, quer a ameaça republicana. Todavia, nem as consequências do Regicídio de 1908 - cujo *fatum* a memória da época lhe selou para sempre ter anunciado na afirmação de que «*isto termina fatalmente por um crime ou por uma revolução*»[223] - lhe irão trazer a nomeação para a presidência do Ministério, anteriormente aventada como hipótese por D. Carlos I, em 1903 e em 1906 (Ramos 2006: 261). Abandona definitivamente a liderança do Partido Regenerador em 1909. Os convites seguintes de Venceslau de Lima (Dezembro 1909) e de D. Manuel II (Junho 1910) para a chefia do governo, já não lhe merecem atenção (Pina 1998:71-72).

Figura 23 - Joshua Benoliel. "Júlio de Vilhena no alpendre da sua casa, Parede, Cascais", para *Ilustração Portuguesa*, 11/11/1907 © PT/AMLSB/AF/JBN/004293.

A intrepidez e a incessante necessidade de intervenção pública levaram-no à direcção de *O Universal*, entre 1893 e 1894[224]. Outros interesses paralelos conduzem-no à Sociedade de Geografia de Lisboa em 1887, de que será o sócio número 1381[225]; à Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, em Maio de

[222] Assume a direcção uma semana depois, a 12 de Outubro de 1907. Cf. Júlio de Vilhena. *Antes da República*. *Suplemento*. 1918: 53.
[223] Cf. Ramos 2006: 277. Júlio de Vilhena. "Situação Clara". *O Popular*, 20 de Outubro 1907 *apud* Ramos 2006: 306.
[224] Júlio Marques de Vilhena. *Antes da República*: I, 269.
[225] *Lista de sócios para a Assembléa Geral de 1897*. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa, 1897: 29. É identificado como «*M.E.H.*», isto é, Ministro de Estado Honorário.

1901[226]; à Presidência da Liga Naval Portuguesa, em 1902; à organização do I Congresso Marítimo Nacional (1903) e do I Congresso Internacional Marítimo (1904), ambos na Sociedade de Geografia de Lisboa; à nomeação como sócio da Academia Real das Ciências em 1905, e à vice-presidência desta instituição no ano seguinte; à direcção do *Diário Popular* com o seu cunhado Luís Jardim, nesse mesmo ano de 1907, tribuna de onde semeia as suas ideias políticas até 1909.

A quietude política chega com a mudança de regime. Implantada a República, o crente monárquico regressa à erudição da história, dos documentos, das sessões na Academia das Ciências e aos livros que não deixa de editar. Seis anos depois, em 1916, inicia a publicação das memórias que voltam a erguê-lo ao palco das polémicas, exercícios intelectuais que ficam para a posteridade como um dos sinais do seu talento. Não pudera resistir às calúnias publicadas um ano antes nos *Documentos políticos encontrados nos palacios reaes depois da revolução republicana de 5 de outubro de 1910* (Lisboa 1915). No momento, contudo, o trabalho e a escrita partem do espaço privado, num *contemptus mundi* quase virgiliano que o leva a confessar: «*chegou-me o tempo para tudo, até para estar aqui escrevendo, depois dos setenta anos de edade, estas notas em pleno socego de espirito, ouvindo ali fora o vento a rumorejar nas palmeiras do meu quintal.».*[227] À excepção da prática da advocacia e da consultoria à Companhia de Moçambique (1912-1919), a sua dedicação às letras é total até à morte.

Durante toda a vida política de Júlio Marques de Vilhena, que se desenrolou fundamentalmente em Lisboa, Coimbra continuou a ser um porto seguro para a família que formara com Maria da Piedade. A casa que habitarão a São Bento só estará livre em 1882, quando morre o arrendatário Rodrigues Sampaio, comparsa partidário regenerador que levara pela primeira vez Júlio ao governo do reino. Ernesto passará assim os primeiros anos da infância junto dos avós Monte São, habitando provavelmente com maior permanência na morada da Lamarosa onde o visconde passa grande parte do tempo depois da jubilação académica e onde terminou os dias (1889)[228].

Serão, aliás, Manuel dos Santos Pereira Jardim, o avô ligado às "colecções de minerais e conchas" e a literata avó Guilhermina Ribeiro Freire, quem acompanha os

[226] *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. 4ª Série. Nº 3, 1901: 8.
[227] Júlio Marques de Vilhena. *Antes da República*: I, 315.
[228] AUC, PAR/CBR14, Coimbra, Paróquia da Lamarosa, Óbitos, 1887, fl. 4, Nº 12.

estudos primários do pequeno Ernesto que decorreram em Tentúgal, à distância de 1 Km da Lamarosa.

A comunidade alargada da família Pereira Jardim, embora com ponto de fixação central na cidade de Coimbra, dispunha de um conjunto de casas e propriedades fundiárias que, em rede, comporão o aro geográfico da movimentação de Ernesto de Vilhena nos tempos de meninice, onde se destacam a Lamarosa, Tentúgal, São Silvestre, Bencanta, São José de Monte São, de uma e de outra margem do Mondego, ao longo da estrada que conduz de Coimbra até à Figueira da Foz[229], outro lugar de referência na geografia da vida futura do Comandante.

No espólio pessoal de Ernesto de Vilhena conservam-se notas dos regressos a estes locais ao longo do tempo, por vezes carregadas de nostalgia, noutros casos apontando pequenos detalhes da história corrente desses sítios que continuavam a despertar-lhe o interesse e aos quais mantém uma ligação sentimental, como memórias topográficas que irão acompanhá-lo nos périplos por outros mundos. Áleas de árvores acendem-lhe a saudade; casas solarengas ou festividades despertam-lhe imagens antigas da infância[230].

Ernesto aprende as primeiras letras na escola de Tentúgal, distante 20 Km de Coimbra e a mil metros da Lamarosa, conforme aponta no diário de viagem de 1956: «*na casa da rua principal, onde eu aprendi a lêr, e onde hoje parece que se fazem pasteis*»[231]. Ali mesmo, passados dois anos, em 1958, consegue finalmente regressar e ingressar na sala de aulas: «*D'esta vez, tive maneira de subir ao interior da casa onde aprendi a ler. Saudades. (Ainda conserva os tectos de maceira, em caixotões)*»[232]. Em 1933 já comentara acerca de Tentúgal ser esta «*Terra muito do meu conhecimento; é*

[229] Estrada real, geográfica, e mítica, que marcou também as paisagens sentimentais de Vergílio Correia: «*Ultima das grandes estradas de Coimbra, a da Figueira, estrada da borda do campo, corre verdejante de choupos, e ulmeiros, e freixos, à raiz das colinas da margem direita do rio, os fundamentos empapados da agua das valas, ao lado da veiga fertil onde as sementeiras vicejam e as manadas de eguas e poldros pascem livremente. É ela que em verdade revela os saudosos campos do Mondego, que melhor nos faz conhecer e amar...*». Cf. Correia 1920: 265.

[230] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 16 Março 1953 a 21 Outubro 1953: «*7 de Abril de 1953 (3ª feira) - Passou-se mais uma Pascoa, com a sensaboria de sempre, sem o encanto que tinha na minha infancia, com a queima do Judas, as matracas em Tentugal, na Egreja do Numão e outras pequenas e grandes solemnidades, que davam a este periodo do anno, um recolhimento e uma compreenção [sic] muito particulares. Esta, de agora, passei-a em Lisbôa, trabalhando em casa, na 5ª e 6ª feira santas, e no Domingo. N'este dia, o jantar do costume, com algumas pessoas de familia.*»

[231] Doc. II.6., Tentúgal, 18 de Setembro de 1956.

[232] Doc. II.6., Tentúgal, 13 de Setembro de 1958.

sempre com ternura e saudade dos tempos idos que a visito. Ha ainda lá varias pessoas que ainda se lembram da Avó e da minha familia.» (cf. Doc.II.4).

Figura 24 - Lamarosa, casa que pertenceu a Manuel dos Santos Pereira Jardim, visconde de Monte São, publicada por Ferreira 1998, p. 108, Fig. 35.

Na Lamarosa, inscrita nos inventários artísticos das *Notas de Arte e Archeologia*, como qualquer outro ponto de passagem, a emoção acaba por trair-lhe a secura da linguagem descritiva, em 1956: «*No cemitério, lá vi, mais uma vez, o tumulo do Padre Agostinho, do meu tempo. Entrei na quinta. O cedro do largo foi suprimido, diz o feitor que em seguida a um furacão, que o derrubou. No muro, que contorna o largo, vejo agora, duas datas "feito 1674" e "reforma 1749". Não sei onde elles terão descoberto a primeira; do seculo XVIII, lembro-me eu de ter visto alli uma data. Deve ainda haver outra na verga da porta de uma pequena casa que existia na orla da mata, no meo tempo. A cupula da capella do Sr. dos Aflictos perdeo o revestimento de azulejo de tapete, do seculo XVII, de que conserva, apenas, a orla da sua base, e aparece coberta por azulejo, que imita, um pouco, o outro. Uma desconsolação. Felizmente que uma grande parte do caminho para a Capella conserva o buxo primitivo, que continua fechando por cima, em cupula. Na porta lateral da egreja, a data de 1740.*»[233]

[233] Doc. II. 6., Lamarosa, 28 de Agosto de 1956.

Figura 25 -Quinta do Paço, São Silvestre © SIPA PT020603240059, foto 00001566 (original a cores), in http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2713 [acedido em 03.08.2012]

Estes horizontes estão presentes também quando, por exemplo, regressa a São Silvestre, junto a São Marcos, «*S. Silvestre* - *Da minha infancia, e visitada numerosas vezes, em 1932 e 1933.*»[234]. Num registo de 1957, na entrada sobre "Tentúgal" não deixa de anotar: «*A novidade é que a gente de S. Silvestre comprou (?) o escudo dos Cabraes, que estava na frontaria da casa da rua principal (...)*»[235]. A 16 de Setembro do ano anterior, depois da visita à igreja, as primas Isabel e Letícia «*Deram-nos chá e boa conversa. Lembranças de antigos tempos, de quando eu vinha, em burro, visitar as "Meninas de S. Silvestre", e fazer um pouco de platonico e timido namoro à Maria Tereza*».[236] Mas ali muito perto, em São Marcos, panteão dos ilustres Silvas dos séculos XV e XVI, à revelia das leis da época, a tia Guilhermina tivera sepultura rasa em 1890 (Figura 26), com direito a visita em cada passagem, rodeada de mais antigos e «*sempre notaveis enterramentos*» sob o amparo «*complicado e movimentado*» do retábulo da capela-mor da «*renascença coimbrã*»[237].

[234] Doc. II.5. S. Silvestre.
[235] Doc. II.6. Tentúgal, 18 de Setembro de 1957.
[236] Doc. II.6. São Silvestre, 16 de Setembro de 1956.
[237] Doc. II.6. São Marcos, 18 de Setembro de 1956.

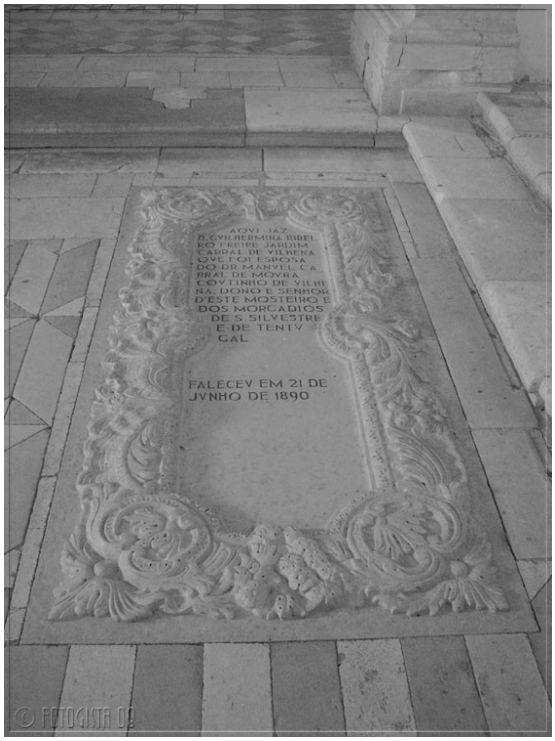


Figura 26 - Igreja do Mosteiro de São Marcos, Túmulo de Guilhermina Ribeiro Freire Jardim Cabral de Vilhena
© http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=741882&langid=5 [acedido em 24-09.2012]

À Figueira da Foz regressará todos os anos, sempre que estiver em Portugal: «*Vejo-me na Figueira com prazer, mais uma vez ouço os pregões meus velhos conhecimentos, e olho com delicia para as casas tipicas da terra, que ninguem, até agora, se lembrou de fotografar. É curiosa a sensação de bem estar que me dá a permanencia n'esta terra*».[238]

Ernesto Jardim de Vilhena estava inserido numa rede de sociabilidade familiar que tinha correspondência numa geografia sentimental, mas também topográfica, porque está repleta de lugares e de coisas. Este universo é não só evocado nas memórias que arquiva por escrito durante a vida, como irá funcionar, como veremos mais à frente, como ponto de partida para os périplos do coleccionista. Acabará por caracterizar um gosto escultórico que indelevelmente o ligará às produções das oficinas de Coimbra nos seus diferentes tempos que, no limite da interpretação - sem considerarmos existir um vínculo causal mecânico -, poderá ter nascido da ligação matricial sociogenética[239] aqui identificada.

[238] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 17 Julho 1948-17 Fevereiro 1949: «*25 de Setembro de 1948 (Sabado)*».
[239] Almeida 1995: cf. Introdução.

Figura 27 - Ernesto Jardim de Vilhena aos 20 anos. Funchal, 10 de Junho de 1896. Fotografia de A. Camacho. **© Herdeiros do Comandante Ernesto de Vilhena**

I. 2. *Curriculum Vitae*

I.2.1. Formação

Na página de notas ao dia 19 de Março de 1906[240], em viagem para Moçambique, Ernesto de Vilhena declarou intimamente que «*A herança é verdadeiramente um terrivel peso e eu sinto pena de meu pae ser conhecido».* Interrogava-se: *«mas por outro lado não é ella que me faz intelligente? E as outras bôas qualidades donde vêem? As más sei eu d'onde.*»[241]

O mundo familiar e as heranças mais ancestrais ficaram descritos atrás. Que modelação fará deles Ernesto no decorrer da vida, na exposição pública ou no recato privado, na construção da carreira profissional com vários rumos mas onde África acaba por dominar, nos círculos dos seus amigos ou dos seus contraditores? Retratá-lo, situá-lo nas esferas social, política e económica, seria inevitavelmente pouco para a descrição de uma vida tão extensa e logo naturalmente cheia. *Eppure si muove...*e em todas as circunstâncias procuram-se aqui sintomas de iniciação estética, identificar os horizontes do gosto e traçar um retrato da personalidade do coleccionador.

Pela própria natureza das fontes históricas trabalhadas - os documentos da vida pública e as narrativas saídas do punho de Vilhena - entramos metodologicamente no jogo entre a reconstrução biográfica e a auto-história (Poirier *et al* 1995: 10) ou auto-

[240] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens: *Caderno de viagem Nº 2*, ms., 1906-1907, 19 de Março de 1906.

[241] Nos panegíricos de Ernesto Vilhena o tema da herança paterna é escolha recorrente para os oradores, como acontece em 1956 com Fernando Emygdio da Silva (1886-1972) - Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, administrador do Jardim Zoológico... - ao agradecer ao Comandante a doação de uma espécie animal para o Zoológico de Lisboa: «*Cedo se familiarizou Ernesto de Vilhena com a escala dos valores de excepção. E para tanto lhe não foi sequer preciso sair de casa. Teve em seu pai, com efeito, um privilegiado modelo que desde logo se lhe apresentou para contemplar e seguir. O conselheiro Júlio de Vilhena foi por entre os da sua geração excepcional, um dos espíritos mais ricos e fulgurantes. Orgulhoso, como o apodaram, por um visível sentimento de distância em que entendia, por vezes, confinar-se, longe dos mais? Tinha razões de sobra para se orgulhar - esse homem verdadeiramente superior, porque, na mesma altitude do estadista, se encontravam o jurista, o historiador e o letrado. Não reviverão, de resto, no retraimento menos aparatoso do filho certos traços melhor escondidos de uma mesma superioridade que soube buscar outras vias para nunca desmerecer, afinal, de si mesmo? Seja como for. Cedo também, por conta própria, e longe do pai - da sua glória como seu amparo - o filho mostrou que saberia honrar as tradições do nome herdado.»* (Cf. "Palavras proferidas no Parque das Laranjeiras, em 3 de Agosto de 1956, em agradecimento a uma valiosa dádiva feita ao Zoo de Lisboa pela Companhia de Diamantes de Angola e em homenagem ao senhor Comandante Ernesto de Vilhena, insigne Dirigente da Companhia e benemérito inspirador da doação" In Silva 1963-1975: III (1964), 199-210, vd. 104-105.)

representação ilustrada pelas confissões do homem que um dia, metaforicamente confessou para si que «*Fui à fotografia "Brazil" para conversar sobre a fotografia que desejo ter de mim proprio*»[242], ou que comentou, consciente da sua importância histórica, que «*Na reunião da Direcção do Banco Burnay, o Marco falla-me da minha biografia, publicada no "Jornal do Comercio", que achou muito interessante, e certo que todos a leram, e se acham muito satisfeitos com isso. Ouço referencias elogiosas que vejo serem realmente sinceras e, francamente, ha motivo para isso, porque, de facto, dá ideia de uma vida inteira bem cheia de trabalho e de difficuldades vencidas. O Aparicio aprecia a minha actuação ministerial, e o Callens diz que lá fóra se faria uma separata em não sei que particularidades. Tenho a impressão de que todos elles só me ficaram conhecendo bem, depois de lerem o que o jornal escreveu a meu respeito!!*».[243]

Sabemos pouco da primeira infância de Ernesto, para além dos tempos vividos junto dos avós Monte São e do estudo das primeiras letras, em Tentúgal. Cresceu assim, desde cedo, estimulado pelo valor cívico de responsabilidade pelo património transmitida por Manuel Pereira Jardim mas, mais do que isso, pôde encantar-se com as colecções «*conchiológicas*» e mineralógicas de Coimbra que este administrava. Entremeadas com as brincadeiras da meninice, para além do *habitus* da convivência com as obras e os objectos de arte[244] - e com as esculturas de Coimbra em particular - que povoavam as casas familiares, teve um contacto precoce com as práticas do experimentalismo científico, a necessidade da regra, da taxonomia e da seriação inerentes à profissão do avô. Os conjuntos do mundo mineral estavam na moda do coleccionismo privado de Oitocentos, em continuidade de toda a tradição iluminista provinda do século anterior que teve importantes cultores em Portugal[245] e foi bem alimentada pela piedade devota do mundo conventual e monástico espelhada em presépios, registos e quadros repletos de conchas e conchinhas[246]. É revelador que o próprio pai Júlio de Vilhena, por certo sugestionado por todo este ambiente e pelas

[242] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 16 Março 1953 a 21 Outubro 1953: «*24 de Agosto de 1953 (2ª feira)*.».
[243] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 13 Fevereiro 1950 a 14 Agosto 1950: «*2 de Maio de 1950 (3ª feira).*».
[244] Seguimos Amalric 1995: 70 - «*Desde a infância que se é marcado pelo que surpreende: a qualidade de um objecto que se toca, a originalidade de uma imagem que se admira incitam a conservar no segredo da memória os símbolos de uma felicidade passageira. É assim que em espírito começa a colecção.*» (tradução nossa).
[245] Brigola 2003 e *Coleccionismo no Século XVIII*. João Brigola (Coord.) 2009.
[246] Bastos e Franco 2012: 6-26.

ideias de seu sogro, ao mencionar as colecções reais - a que teve acesso, pela sua proximidade com a corte e a frequência do paço -, se limite à referência das colecções de *naturalia*; a pintura e os objectos preciosos não lhe mereceram uma linha[247].

Ernesto terá sido feliz, decerto, se tivermos em conta algumas memórias que ocasionalmente regista nas agendas, como as brincadeiras de Carnaval de 1892 que, no entanto, remete conscienciosamente para um mundo já (ultra)passado: «*(3ª feira) - De Carnaval. Tudo se vae perdendo. Quando me lembro de que, ha uns 55 anos atraz (!), andava eu n'este dia, pelas ruas, com um cofió vermelho na cabeça, os meus caracoes saindo por debaixo d'elle, com uma alcofa de tremoços para atirar às meninas que estavam pelas janellas! E eu fazia furor! Não se pode dizer que as brincadeiras das ruas, com cegadas e o resto fosse tudo de muito bom gosto, mas havia coisas com graça, e reveladoras de uma insonciance* [sic]*, que desapareceu completamente.*»[248]

Durante as férias na Figueira da Foz entre 1885 e 1896, através do relatado pelo seu irmão Henrique[249], é verosímil supor que tivesse participado das aventuras arqueológicas[250] junto com Reynaldo dos Santos que também ali veraneava[251], quando acompanhavam António Santos Rocha (1853-1910), familiar dos Jardim por afinidade, advogado, presidente da Câmara, arqueólogo, fundador do museu «*archeologico e ethnographico»* municipal (1894)[252] e da Sociedade Arqueológica da Figueira da Foz (1898)[253]. Para além dos passeios e das incursões pela arqueologia no retrato de Santos Rocha retido por Henrique, ficou também assinalado o fascínio por «*uma pequena*

[247] Júlio Marques de Vilhena. *D. Pedro V e o seu Reinado*. 1922: I, 12 - «*Emquanto estudava o latim, dedicava-se tambem á música, à pintura e à história natural, coleccionando conchas e insectos afim de organizar um museu. Esta tendência para a coleccionação acompanha-o ainda nos anos seguintes. Em 4 de Junho de 1851 escreve de Sintra a Sarmento: "Consagrei a tarde a uma excursão conchiliológica com o visconde, a qual me deu oito espécies que o mano Luís lhe mostrará.". E em 1855, já depois de Rei, pede a Rodrigo da Fonseca que tenham cuidado com uns pássaros que vem do Chile para êle a bordo do patacho Indústria. Foi chamado para organizar o museu Francisco Tomás da Silveira Franco, lente de medicina no Hospital de S. José.*»

[248] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda*. De 1 de Janeiro de 1946 a 4 de Maio de 1947, ms.: 18 de Fevereiro de 1947 (3ª feira).

[249] Henrique Jardim de Vilhena. *O Dr. António dos Santos Rocha (Elogio, Notas, Bibliografia de S. R., Notas de Bibliografia Sôbre S.R.)*. Lisboa, 1937: 8-9, 22-23, 50, 67-68, 75.

[250] Aventuras que Henrique anota: «*Sem dúvida, aquelas excursões, para nós, não eram exercício de ciência, antes, é claro, divertimento infantil ou juvenil, mas também não é menos certo que muitas vezes levantámos do solo escavado, que olhávamos com a vista penetrante da infância e primeira adolescência, uma ponta de seta, um caco velhíssimo, escuríssimo, uma conta, um bocado de osso, qualquer coisa enfim que vivamente entregávamos a Santos Rocha, esperando o seu aplauso*». Idem. *Ibidem*: 75.

[251] Oliveira 2004: 7.

[252] Rocha 1905: 9; Correia 1941; *In Memoriam da Reabertura do Museu Municipal Dr. Santos Rocha 1945*. 1947.

[253] Santos Rocha estava ligado à família Jardim, ao ramo estabelecido na Figueira da Foz, por ter casado com uma filha de José dos Santos Pereira Jardim, terceiro do mesmo nome: cf. Parte I, Cap. 1. desta tese.

colecção, em compartimento do andar térreo da casa de sua mãe, entretanto, se não estou mal recordado e não cometo lapso, nesse tempo era de etnografia gentílica»[254].

Irmão mais novo três anos, nascido em Lisboa em 1879, Henrique data a primeira estada na Figueira do ano de 1885, aos seis anos, portanto aos nove de Ernesto. Ainda segundo a sua memória, essas estâncias estivais iniciadas na idade puerícia terão durado até 1895-1896[255], até «*à mocidade*»[256], ou seja, até ao final da adolescência dos jovens então com dezasseis e dezanove anos, respectivamente. Reynaldo dos Santos (n. 1880) fazia um ano de diferença de Henrique, logo quatro anos de Ernesto. A proximidade com Reynaldo - extensiva a todos os rapazes da família Jardim Vilhena - remontava, assim, à primeira juventude, sendo este um pormenor a reter como muito significante para o entendimento da relação pessoal e intelectual construída e fortalecida ao longo do tempo entre o futuro esteta historiador e o coleccionador, que mais à frente se explorará com detalhe particular.

Foi, aliás, destes e de outros momentos de vilegiatura, que ocorreram entre os meses de Julho a Setembro, que colhemos mais informações sobre esta época da vida, indício do quão importantes foram sempre os períodos sazonais de quebra das rotinas na sociabilidade familiar e cujas práticas verificamos serem as comummente vivenciadas pela alta burguesia portuguesa da época quando habitualmente se dirige para as termas ou para as praias[257]. Dos verões de 1890 e de 1893 chega-nos a notícia de os Vilhena estanciarem nas Caldas da Rainha[258]. No intervalo desses anos, em finais de Julho e Agosto de 1891, Ernesto poderá ter acompanhado os pais em viagem para as termas de Luchon[259], em França, «*a fazer uso de águas*»[260]. Em 1907, Júlio de Vilhena é fotografado por Joshua Benoliel no terraço da casa da Parede, documentando a prática de que o repouso de estio era vivido quer com as benfeitorias curativas das termas, quer

[254] Henrique Jardim de Vilhena. *Op. cit.*: 67-68.
[255] Henrique Jardim de Vilhena. *Op. cit.*: 50 - «*Amantíssimo da terra culturante e criadora, e logo o vereis se vos contar de sua vida diária na Figueira, quando especialmente participei de sua intimidade, 1885 a 1895 e 96, portanto da idade de Santos Rocha dos 32 aos 43 anos. Isto era ainda pelos meses de Julho, Agosto e Setembro.*».
[256] Henrique Jardim de Vilhena. *Op. cit.*: 23.
[257] Cascão 2011: "Termas e Praias", 249-251.
[258] Júlio Marques de Vilhena. 1916: I, 195 e João Jardim de Vilhena. "As minhas recordações de Eugénio de Castro". 1948.
[259] Luchon ou Bagnères-de-Luchon é uma estância termal nos Pirinéus franceses, na região de Haute-Garonne, próxima da fronteira com a Catalunha.
[260] Júlio Marques de Vilhena. 1916: I, 256.

sob os ares marítimos (cf. I.1 figura 23). A 2 de Setembro de 1908 o patriarca comunica que está de partida para São Pedro do Sul[261].

O início das higiénicas e retemperadoras estadias anuais no Gerês, segundo o próprio Ernesto comenta[262], data do arranque do século XX, de 1901. Quando está em Portugal, as termas nortenhas serão o destino obrigatório numa parte do Verão, a que se segue a também ritual permanência na Figueira da Foz, que nalguns anos chega mesmo estender-se pelo mês de Outubro.

Os ritmos das férias e os locais escolhidos serão valorizados na análise do processo coleccionista. Os tempos e os lugares de descanso e lazer de Ernesto de Vilhena coleccionador acontecem com uma regularidade síncrone e tiveram destinos praticamente fixos desde a juventude, mantendo a tradição familiar, mas enriquecendo-a com novos objectivos. O que de essencial ressalta é que, a partir dessas geografias precisas - somadas às "geografias familiares" e "sentimentais" a que atrás foi feita menção -, ele irá estabelecer os seus roteiros de viagens por Portugal para conhecer, para ver, e para comprar.

No resto do ano, os tempos do quotidiano, ainda à sombra da família, ter-se-ão pautado em Lisboa pelo convívio com João, o irmão mais velho (n. Coimbra 1873), e com os irmãos rapazes mais novos, Júlio (n. Lisboa 1878) e Henrique, pela frequência da escola ou pela agitação da Rua de São Bento onde veio morar, espaço de interessante mescla da cidade aristocrático-burguesa do século XIX (Silva 1997: 11). Das duas raparigas, Maria Luísa (n. Lisboa 1880) e Maria José, restam poucas notícias documentadas. Maria Luísa de Abreu Brandão, seu nome de casada, habitava ali perto, na Praça de São Bento, quando faleceu a 9 de Dezembro de 1904 com apenas vinte e quatro anos[263]. Maria José nasceu e morreu em datas não apuradas[264], em Coimbra, onde ficou sepultada junto da avó Guilhermina Monte São, no cemitério da Conchada[265]. A família nuclear acabou por restringir-se aos pais Maria da Piedade e

[261] Júlio Marques de Vilhena. 1916: II, 118.
[262] Como dá conta em carta dirigida a António de Oliveira Salazar datada de 13 de Outubro de 1958: «*Tendo deixado no Gerez (de que sou cliente desde 1901) todas as toxinas e resíduos, morais e físicos, acumulados durante um ano intenso de trabalho e fundas preocupações (...)*» (ANTT, CDA, cx. 1, Dossier 2, fl. 240).
[263] ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/04173 (Processo) - Luísa Jardim de Vilhena de Abreu Brandão. Foi casada com Abel Augusto da Cunha de Abreu Brandão (1876-1937), advogado no Banco de Portugal.
[264] Cf. Doc. II.4: visita a Semide em 1933.
[265] Cf. nesta tese I.1.

Júlio e aos quatro rapazes João, Ernesto, Júlio e Henrique, cujas diferentes histórias de vida se desenrolaram nos primeiros anos em universo e contextos comuns.

Figura 28 - Palacete Vilhena, Rua de São Bento nº 183 a 189, fotógrafo não identificado, entre 1898 e 1908
© PT-AMLSB-AF-FAN-001228

João conta que quando a mãe «*me via sossegado das minhas infantis traquinices, chamava-me para junto dela e lia-me as obras de Júlio Verne e de outros escritores contemporâneos. Meu Pai, entretinha-me com histórias em prosa e verso e recordações do seu tempo de estudante no liceu de Beja e na Universidade de Coimbra*». A adolescência decorrera «*serena e suave, sob a férula paterna e o carinho maternal*», regrada por uma «*educação muito familiar e moral, acautelada de todos os vícios*»[266].

Não é difícil imaginar que a existência de Ernesto terá sido modelada pela mesma orientação determinada pelos pais.

A Rua de São Bento tem ainda hoje o seu começo a partir do Poço dos Negros, num palácio lendário, morada da *Flor da Murta*, D. Luísa Clara de Portugal (1702-1779) casada com D. Jorge Francisco de Meneses e suposta amante de D. João V, personagem feminina que povoa as fantasias de Ernesto Vilhena desde muito cedo,

[266] João Jardim de Vilhena. *Uma página das minhas memórias...Amélia Janny.* 1961: 6.

chegando a mimetizar-se nalguns dos *flirts* de juventude[267]. A figura imaginada tomará mais tarde corpo material quando adquirir um mítico retrato da Flor da Murta[268], que integrou com destaque o núcleo de pintura da Colecção[269].

A artéria urbana era animada pelo natural - e simbólico - movimento que conduzia do Chiado em direcção ao Palácio das Cortes ou pelo vai-e-vem do «*diz-se*» da intriga circulante até ao centro do poder parlamentar[270]. Politicamente bem localizada, a casa de São Bento de Júlio Marques de Vilhena ficava próxima da residência de Hintze Ribeiro, situada um pouco acima (na actual praceta Hintze Ribeiro), ou da morada da «*velha raposa*» progressista José Luciano de Castro (1834-1914), na Rua dos Navegantes. Muitas vezes terá sido palco dos encontros mordazes com o jornalista e publicista Eduardo Schwalbach (1860-1946)[271]. Na Rua de Santo Amaro com que bordeja a Rua de São Bento, o Palácio do ilustrado Conde de Sabugosa[272] (Castro 1926: 13) guardava uma impressionante biblioteca e tantos outros objectos preciosos. Também ali perto, na Travessa de Santa Gertrudes, a Santa Isabel, ficava a casa do tio Acácio Pereira Jardim (m. 24.11.1912), casado com Constança de Jesus Gomes[273]. Na Rua Rosa Araújo habitava o tio Henrique, regressado do Brasil[274]. À Lapa, na Rua do Pau da Bandeira viviam os tios Valenças, no palácio onde ficaram famosos os saraus culturais[275], aos quais se juntaram os primos Nova Goa, na Rua do Prior.

---

[267] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de Viagens. *Caderno de Viagens Nº 3*, ms., 1906-1907; 1918: 23-11-[1918].

[268] França 1981: 43-44.

[269] ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/07183 (Processo) - Ernesto Jardim de Vilhena, "Relação de Bens deixados pelo falecido Snr. Comandante Ernesto Jardim de Vilhena morador que foi na rua de S. Bento nº 187 desta cidade": verba nº 1104.

[270] O próprio João Jardim de Vilhena, irmão de Ernesto, regista a valia política da Rua de São Bento: «*era para dizer que estando as Cortes de Deputados e Pares do Reino abertas, a Rua de S. Bento era um bom canal para conduzir aqueles representantes ao edifício das Câmaras*», cf. João Jardim de Vilhena 1963: 9.

[271] Schwalbach 1944: 43-45.

[272] António Vasco de Melo (1851-1923), conde de Sabugosa, formado em Direito, escritor, poeta, diplomata, mordomo-mor da rainha D. Amélia, historiador, fez parte do grupo dos *Vencidos da Vida*. Tal como Luís Jardim, conde de Valenças, foi membro do Instituto de Coimbra, da Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses e da Sociedade Literária Almeida Garrett. Bibliófilo de renome presidiu à Sociedade de Bibliófilos Diogo Barbosa de Machado.

[273] ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/04164 (Processo): Acácio Leite Pereira Jardim.

[274] ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS9B/IS/08938 (Processo): Henrique Leite Pereira Jardim.

[275] É sintomático que a escritora e feminista Olga Moraes Sarmento da Silveira (1881-1948) - ou apenas Olga de Moraes Sarmento -, dedique a Juliette Adam e aos Condes de Valença a sua obra datada de 1909. Juliette Adam (1836-1936), intelectual francesa, foi hóspede dos condes, em Lisboa, em 1907 (cf. Silveira 1909: 81-87).

Note-se que no bulício de São Bento as vendas de quinquilharia eram costume instalado durante a última década do século XIX, o que bem pode ter impressionado Ernesto nos primeiros contactos com os bric-à-braquistas do Mercado, inaugurado em Janeiro de 1881 e demolido em 1939. Ali, eram famosas as figuras do «*Mano João*» que vendia livros ou o «*Nobre das sucatas»*, tipos lisboetas que Joshua Benoliel (1873-1932) retratou em fotografia (Figura 29) na primeira década do século XX (1907) e que os olissipógrafos Gustavo Matos Sequeira[276] (1880-1962) e Luiz Pastor de Macedo (1901-1971) identificam e recordam ainda nos anos quarenta[277].

Em 1917, Gustavo de Matos Sequeira dera já à estampa uma realista descrição do Mercado de São Bento, fabuloso mundo do "*bric-à-brac"* onde se encontravam autênticas raridades. Terá sido, no fim de contas, o antepassado da "especialização comercial" que continua a caracterizar a Rua de São Bento contemporânea, artéria famosa pela localização de antiquários e adelos. Matos Sequeira era um frequentador habitual: «*Muitíssimas vezes lhe atravesso as ruas centrais em feitio de* ipselon*, mirando com atenção os mostruários onde se confundem objectos das mais diferentes proveniências e dos usos mais variados, desde o molho de chaves ferrugentas ou dos çapatos* [sic] *restaurados à fôrça de graxa até aos contadores de tremidos e aos aparelhos da Índia milagrosamente intactos. Apraz-me mirar aquela interminável exposição de mil nadas, alguns dos quais de hipotética utilidade e de miserável aspecto, e creio entrever em todos eles um capítulo de memórias.* (...) *Um prato da Índia, uma mantilha já sem côr, uma coisa de nada representam ali o preço com que se matou muita fome. Se dos roupavelheiros passarmos aos alfarrabistas e essa visita a fizessemos há cinco anos teríamos, sem dúvida, de entrar na loja do* mano João*, estreito corredor atulhado de livros empoeirados, onde comprei alguns volumes da minha*

[276] Sequeira 1917: II, 68-72.

[277] Sequeira e Macedo s.d. [1944?]: 101-102 - «*Vimos com entranhada pena desaparecer um dia o velho Mercado de São Bento que degenerara de estendal de frutas, carnes e hortaliças, em estendal de velharias desaproveitadas - ferros torcidos, móveis desirmanados e coxos, livros truncados e roídos de traça, quinquilharia avariada, tudo esperando o olhar de cubiça do miserável ou do curioso. E ainda hoje lembramos, com saudade, o «Mano João», uma das grandes figuras do Mercado, baixo, entroncado, bonacheirão, onde nós, na sua lura, espécie de agulheiro negro e sujo, tanta vez comprámos "quartos" e "oitavos" de estimar, por magrissimos vintens, a trôco de alguns conselhos proveitosos no agenciar dos livros que não nos interessavam. Recordamos, quási com ternura, o seu Cimeliário - misérrima estante de portas desconjuntadas - onde ele arrecadava as preciosidades que haviam de render-lhe para cima de quatro ou cinco tostões. Ao Luiz Nobre - O Nobre das sucatas - que há pouco morreu rico, e que ali começou com uma baiúca do mais rasteiro bric-á-brac, comprámos, por um modesto "quartinho", dois pedaços de barro encardido, que eram afinal, duas lindas candeias romanas. Tinham-lhas de certo vendido como cacos inúteis, e nós como utilíssimos cacos as comprámos.*».

escassa biblioteca. Uma vezes por outras ali se nos deparavam obras de pôlpa e livros bons de lei entre um aluvião de oitavos e quartos esfarrapados e truncados, e era vulgar, ao pé de dezenas de folhinhas do ano e de cadernos rabiscados de garatujas infantis, topar-se com os sermões do divino Vieira ou com alguns dos tômos do grande Bernardes. De vez em quando, do meio daquele mar-vivo de bugigangas, surgia, ao esquadrinhador paciente, alguma coisa preciosa. Foi uma dessas pescas milagrosas que o meu bom amigo Antonio César Mêna Júnior houve às mãos, no lugar do José Gordo, um desenho de Vieira Lusitano, representando o esbôço para um retrato do primeiro Patriarca de Lisboa; foi assim também que eu encontrei uma estátua de António Feliciano de Castilho, modelada em barro por Bordalo Pinheiro, e que deixei perder por demorar dois dias a sua acquisição.»[278]

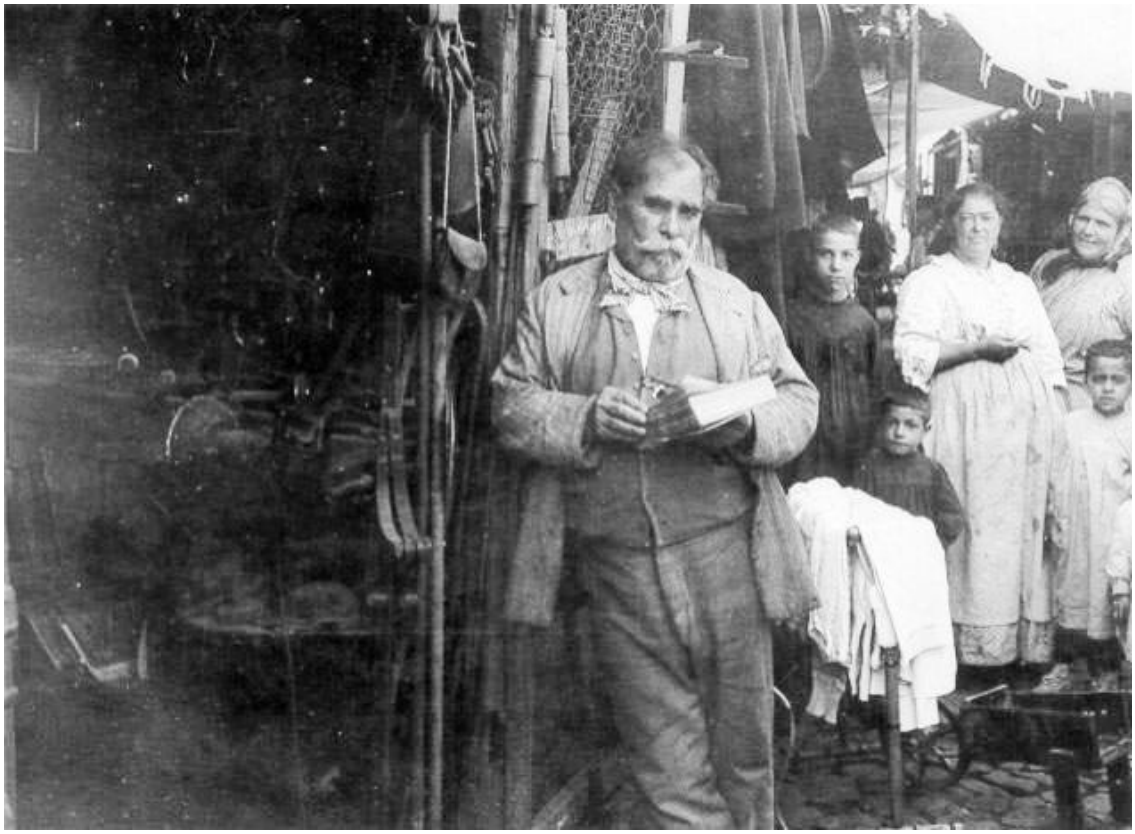


Figura 29 - Joshua Benoliel, O Alfarrabista Mano João, Mercado de São Bento, Lisboa, 1907. © PT/AMLSB/JBN/000085

São Bento será o primeiro, mas também o mais permanente cenário de referência lisboeta para Ernesto. No futuro virá a fixar aqui morada, na casa familiar, onde instalará a totalidade das colecções reunidas.

[278] Sequeira 1917: II, 70-71.

Adolescente de 14 anos em 1890, Ernesto de Vilhena pertenceu sem dúvida àquela que Oliveira Marques classificou de «*Geração do Ultimatum*»[279], na qual se nomeiam Afonso Costa, António José de Almeida, Norton de Matos, Sidónio Pais, António Maria da Silva, António Nobre, Gago Coutinho ou Alfredo da Silva. Não podendo, apesar de tudo caracterizar-se por valores, ideias ou percursos uniformes, serão os homens desta geração que irão estar em evidência na ordem do(s) poder(es) internos durante a I República, no Estado Novo e, acrescentamos, na territorialização do Império e na construção novecentista do Império Colonial Português. Entronca forçosamente aqui a interpretação de Valentim Alexandre sobre o peso da questão colonial na História de Portugal dos séculos XIX e XX, «*mais evidente em épocas de crise como a da partilha de África (entre várias outras), mas também muito clara nas fases de acalmia, estando sempre presente, não apenas num ou outro autor, neste ou naquele texto, mas no conjunto da argumentação política, pela relação que mantém com o problema central da identidade e da própria sobrevivência do país. Por isso mesmo, todas as correntes do nacionalismo português se defrontam, de uma forma ou de outra, com a opção ultramarina*.» (Alexandre 1995: 40).

Nessa perspectiva, devemos perguntar até que ponto o Ultimato inglês e a inflamação dos sentimentos pátrios feridos tiveram impacto na orientação formativa de alguns jovens. Ernesto de Vilhena pertencia a uma elite; seu pai esteve directamente ligado aos acontecimentos políticos e ocupou a sensível pasta da Marinha e do Ultramar nos meses seguintes ao desafio inglês. A influência que estes factores tiveram na opção pela Escola Naval é difícil determinar-se com exactidão, por íntimas e inexpressas as razões, mas essa causalidade eventual pode e deve ser equacionada.

Se a profunda e vibrátil comoção nacional perante o ataque da mais velha aliada no concerto das nações europeias teve imediato eco ao nível da Universidade, explodindo em Lisboa, no Porto e em Coimbra, com resultados no Congresso Académico de Coimbra em 1890 ou na representação a Espanha da Federação Académica Portuguesa[280], muitos jovens rapazes prosseguiriam a ideia patriótica e nacionalista ingressando nas escolas militares para enfileirarem no corpo destinado à

[279] Marques 1972 e 2003. Cf. Capítulo I desta dissertação, onde explanámos o conceito tal como o historiador o definiu.
[280] Montalvor 1930: I, 321-334.

defesa épica do País ultramarino[281]. Não é de estranhar, por isso, que Ernesto tenha resolvido seguir primeiro os estudos preparatórios na Politécnica que lhe permitiam a entrada na Escola Naval, tenha essa escolha sido individual ou motivada pela influência familiar que naturalmente terá existido se tivermos em conta a importância da palavra paterna na decisão do futuro académico e profissional dos jovens Vilhena. O irmão João refere-se mesmo à determinação do seu destino: «*Por vontade de meu pai, mas com forte oposição minha, matriculei-me no ano lectivo de 1890 a 91, no 1º ano da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*»[282]; enquanto filho mais velho, aguardava-se que seguisse as pisadas do progenitor. Ernesto e Júlio[283] ficarão em Lisboa, primeiro na Politécnica, depois na Escola Naval, antes de partirem para África[284]. Para Henrique, que era o mais novo, talvez a liberdade de opção inicial pela carreira de Engenharia e depois a orientação definitiva na Medicina[285] se apresentasse mais fácil, embora ambas fossem plenamente consentâneas com o estatuto social da parentela.

A geração que toma consciência de si em plena crise da decadência finissecular, do fim de regime, da desaceleração da regeneração económica, superar-se-á através da participação na construção do novo império a estabelecer nas terras de África e nela inclui-se Ernesto de Vilhena, cedo rompendo um trilho que percorrerá num futuro longo.

No decurso da história portuguesa da primeira metade do século XX, e transversalmente aos três regimes políticos da Monarquia, I República e Estado Novo, depois de ultrapassada a conjuntura da obrigatória pacificação e fixação territorial no

---

[281] Medeiros Ferreira chama, aliás, a atenção para a «*hipertrofia colonial*» das Forças Armadas portuguesas no fim da vigência do regime monárquico, fundamentalmente dirigidas para as campanhas de pacificação africana (Ferreira 2001: 29-31).

[282] João Jardim de Vilhena. *Uma página das minhas memórias...Amélia Janny*. 1961: 6.

[283] Nesta fase da vida, o irmão Júlio de Vilhena segue de muito perto as pisadas de Ernesto. Com 14 anos, é matriculado em 29 de Outubro de 1892 na primeira cadeira e na quinta cadeira na classe de ordinário, na Escola Politécnica (Escola Politécnica, *Matrículas de Exames*, Livro Nº 16, 1891-1893: fl. 119). Prossegue os estudos na Escola Naval e ingressa também na Armada.

[284] A investigação de Maria Carrilho, de 1982, reconheceu a «*persistência dos sectores dependentes do Estado como fonte de recrutamento para os quadros de comando das Forças Armadas (corpo de oficiais)*», significando que «*para as várias categorias do funcionalismo público, a carreira militar constitui uma promoção social possível*», mas «*também assegura a continuidade de ligação, em termos sociais, entre o Estado e a direcção das Forças Armadas*» (cf. Carrilho 1982: 1161).

[285] Henrique de Vilhena matricula-se em Engenharia em 1895 na Universidade de Coimbra e, em 1896, no 2º ano dos Preparatórios Médicos, também em Coimbra. Pede transferência para a Escola Politécnica de Lisboa nesse mesmo ano de 1896 e, em 1899-1900 frequenta o primeiro ano lectivo na Escola Médico-Cirúrgica onde terminou o curso médico em 1904.

ultramar africano, a falta de quadros sociais e profissionais para a cabal administração imperial irá conduzir ao recurso permanente às instituições militares[286]. «*Africanistas»*, «*colonialistas*», ou seja, quer os governadores e administradores coloniais das instituições do Estado nos seus diferentes graus de hierarquia ou as grandes figuras da economia luso-ultramarina formaram-se e em grande número foram recrutados nas academias castrenses[287]. Neste contexto a Armada teve uma importância especialmente relevante, traduzida inclusive ao nível dos enquadramentos institucionais na orgânica do Estado português ao depender dos Negócios da Marinha e do Ultramar[288] (Freire 2009: 5 e 2010: 17), para além da natural conexão com as geografias dos teatros de operações[289]. O «*Conde de Abranhos*» chegaria mesmo a Ministro da Marinha e do Ultramar no romance de Eça de Queirós! Pedro Tavares de Almeida e Paulo Silveira e Sousa (2006) calcularam que na I República, a proporção aumentou para $^{4}/_{5}$ de gente da Armada que ascendeu aos postos mais elevados da administração pública colonial, em relação aos ¾ do período decorrido entre 1851 e 1910.

Foi no quadro destes registos mentais, sociais e políticos que ficou traçado o destino da escolaridade média de Ernesto de Vilhena, com o objectivo ulterior de concurso à Escola Naval.

---

[286] Almeida e Sousa 2006.

[287] Idem, *Ibidem*: 163 - «*Looking at academic credentials, at ministerial level the dominance of university and military academy graduates was uncontested throughout the two periods: 84% [1851-1910] and 91% [1910-1926] respectively. Data on directors-general disclose a different picture: the share of directors-general with higher education was only 43% in the Monarchy, rising to 91% in the First Republic - an upward trend that reveals a changing career pattern. In contrast to most civilian ministries, usually overpopulated with law graduates, military training was the prevailing educational background of the political and administrative heads of the Colonial Office. Indeed, the armed forces were their major recruiting ground, and regime change reinforced this. On the whole, the military drawn from the Army outnumbered those from the Navy; yet, under the First Republic they were almost balanced at ministerial level (15 soldiers and 13 sailors).*».

[288] Desde 1835, quando foi criado o Ministério da Marinha e Ultramar. Após Outubro de 1910 manteve-se a mesma ligação, apesar de o título ter sido alterado para Ministério da Marinha e Colónias. Só se desvinculariam parcialmente, no que diz respeito a competências, com a reforma/reorganização de Maio de 1911. Na sequência da Constituição de 1911, o Parlamento aprovará a autonomização do Ministério das Colónias. A mudança radical da administração só se verifica com a publicação do Acto Colonial de 8 de Julho de 1930 retificado pela Constituição de 1933. Cf. Almeida e Sousa 2006: 153-161.

[289] Segundo expôs Monteiro s.d.: 9 - «*O regime das estações navais onde os mais jovens oficiais da nossa Marinha de Guerra realizavam o seu tirocínio de guardas-marinha, imediatamente à conclusão do respectivo curso, atraiu às colónias uma pleiada [sic] de oficiais, que depois vinham ocupar os mais altos cargos da administração ultramarina. (...) Desta predilecção da marinha pelas colónias talvez proviesse a ligação definitiva dos negócios da Marinha e do Ultramar*.».

A 8 de Outubro de 1892, com dezasseis anos, munido do certificado de aprovação nas disciplinas da secção de ciências dos Liceus, como era exigido[290], Ernesto matricula-se na Escola Politécnica (fundada em 1837) cujo fim estatutário contemplava «*habilitar alunos com os conhecimentos necessários para seguirem cursos das Escolas de aplicação do Exército ou da Marinha, oferecendo ao mesmo tempo os meios de propagar a instrução geral superior e de adquirir a subsidiária para outras profissões científicas*»[291]. No tempo da sua frequência, a Politécnica dependia já do Ministério do Reino, não deixando apesar de tudo de garantir o carácter prático de preparar para o ingresso nas escolas militares, mas ambicionando atingir «*ramos cada vez mais elevados da ciência contemporânea*»[292].

No ano lectivo de 1892-1893 encontramos Vilhena a cursar a 1ª Cadeira, a 5ª Cadeira e Desenho, todas na classe de ordinário, obrigado ao cumprimento das precedências. No mês de Julho de 1893 (nos dias 3, 25 e 28) sujeita-se aos exames: fica aprovado na 1ª Cadeira com a nota 15 e a qualificação Bom; com 10 e a classificação de Suficiente na 5ª Cadeira; com 11 e Suficiente a Desenho[293].

A 1ª cadeira correspondia à disciplina de Álgebra Superior, Geometria Analítica e Trigonometria Esférica e era leccionada por João Inácio do Patrocínio da Costa e Silva Ferreira (1837-1901)[294]; a 5ª cadeira à disciplina de Física Experimental e Matemática, ministrada pelo lente Pina Vidal (1841-1919)[295]. O docente de Desenho era Schiappa

[290] Ao longo da investigação não obtivemos dados nem documentos sobre a frequência do ensino liceal, o que representa uma lacuna ainda por preencher. O próprio Comandante Ernesto Vilhena não faz qualquer menção a este período da sua educação. O seu irmão Henrique frequentou o Colégio Parisiense, que funcionava na Rua da Escola Politécnica, em frente ao Palácio Palmela, perto de casa familiar portanto, pelo que não é de desprezar a hipótese dos seus irmãos mais velhos já ali terem estudado (Cf. Henrique de Vilhena. *Cartas que fui escrevendo (1954-1955)*. 1957: 88.

[291] Cunha 1937: 5.

[292] Cunha 1937: 38.

[293] Escola Politécnica, *Matrículas de Exames*, Livro Nº 16, 1891-1894: fl. 42.

[294] Macedo 1937: 17. Conhecido como Patrocínio da Costa, era natural de Braga. Pela Universidade de Coimbra foi Bacharel em Filosofia e Doutor em Ciências Matemáticas. Praticante de florete, amante da literatura e escritor de comédias. Da sua pena, dedicadas a Teófilo Braga, saíram as *Viagens no Systema Planetario. Poema Satyrico pelo Dr. Patrocinio da Costa* (Coimbra: Imprensa Literaria, 1875) cuja narrativa é guiada por Dante Alighieri (cf. Manuppella 1966: 115-119).

[295] Ferreira 1937: 9. Adriano Augusto de Pina Vidal era militar, chegando ao posto de general. Teve uma distinta carreira académica: professor de Arquitectura, Construções e Faróis na Escola do Exército, perceptor do Infante D. Afonso, director da Escola Politécnica, director do Observatório metereológico do Infante D. Luís e após 1911 professor da Secção de Ciências Fisico-Químicas da Faculdade de Ciências de Lisboa. Durante 22 anos foi Secretário-Geral da Academia das Ciências de Lisboa. Foi autor de um vasto número de obras científicas entre as quais destacamos *Curso de Metereologia*, 1869; *Elementos de Geometria Plana*, 1871; *Tratado Elementar de Óptica,* 1874; ou o *Tratado de Física Elementar*, 1882.

Monteiro de Carvalho (1838-1919) que, no passado 1880, reorganizara o programa dos dois anos lectivos de estudos[296].

Enquanto os mestres da 1ª e da 5ª Cadeira ainda podem considerar-se distantes herdeiros e transmissores da secular *praxis* da engenharia/arquitectura militar portuguesa, mesmo se envolvida pela moderna roupagem francófona do espírito *polytechnique*[297], a frequência da cadeira de Desenho permitiu a Ernesto o primeiro contacto académico directo com temáticas mais ligadas às artes visuais e plásticas.

Schiappa Monteiro de Carvalho, para além de teoreticamente manter obrigatória a conexão entre o desenho e a geometria descritiva, ministrava aos discípulos os rudimentos estéticos da disciplina[298]. O primeiro ano de Desenho estava dividido em três partes. Na primeira eram apresentadas as aguarelas, as aguadas, as tintas convencionais e a sua composição; na segunda, a «*Teoria das Sombras*»; na terceira, estudavam-se os elementos de paisagem, com prática de desenho a lápis ou a esfuminho a partir de estampas. Naquela primeira parte estava programado não só o desenho de máquinas, como a aprendizagem de noções de desenho de arquitectura que incluíam o estudo das ordens e do seu traçado, bem como as designações dos elementos constituintes de cada uma delas. A teoria das sombras colocava os alunos perante as bases gerais das leis da física óptica e depois com os princípios do claro-escuro e do comportamento da luz sobre os polígonos ou as superfícies curvas.

Concluídos com êxito os exames do primeiro ano e passadas as férias na Figueira da Foz, Ernesto de Vilhena assenta praça a 28 de Outubro de 1893 como Aspirante de Segunda Classe[299], categoria de ingresso na Escola Naval, de acordo com

---

[296] Garcia 1937: 10-11. Alfredo Augusto Schiappa Monteiro de Carvalho também foi general do Exército, da arma de artilharia. Em 1875, na Imprensa da Universidade, publicou *Mémoire de Géométrie descriptive, sur l'intersection des surfaces du second ordre et des surfaces de révolution soit entre elles-mêmes, soit avec quelques surfaces particulières*. Após 1911, passou a professor efectivo da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Foi sócio da 1ª Secção de Ciências Matemáticas da Academia das Ciências de Lisboa.

[297] Pereira 2009; Pinheiro e Vaz 2009: 86-87.

[298] O provimento da cadeira de Desenho, de acordo com o legislado pelo Decreto de 17 de Fevereiro de 1887, obrigava os candidatos a possuir um curso superior completo frequentado nas Faculdades de Matemática ou Filosofia da Universidade de Coimbra, na Escola Politécnica de Lisboa, na Academia Politécnica do Porto, o diploma de um curso da Academia de Belas Artes de Lisboa ou de um dos cursos especiais dos Institutos Industriais que incluísse a frequência e o exame de Desenho. (Cf. Garcia 1937: 10-12 e 43).

[299] *Lista Anual de Antiguidades dos Oficiais da Armada e Mais Pessoal em Serviço Dependente do Ministério da Marinha referida a 31 de Dezembro de 1911. Coordenada na Secretaria da Majoria Geral da Armada em Conformidade do Disposto no Nº 8 do Artigo 10º do Decreto de 27 de Junho de 1907.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1912: 53

o regime de formação estatuído pelo Decreto com força de lei de 7 de Julho de 1864[300]. Seguirá o curso de oficial da Marinha Militar[301].

Figura 30 - Pasta de seda azul com documentos pessoais e o Processo de Oficial do Ministério da Marinha, verba nº 1044 da "Relação de Bens deixados pelo falecido Snr. Comandante Ernesto Jardim de Vilhena morador que foi na rua de S. Bento nº 187 desta cidade" (ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/07183 (Processo) - Ernesto Jardim de Vilhena). © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena.

Ernesto irá frequentar a Escola Naval, fundada em 1845 durante o reinado de D. Maria II[302] e reformada pela terceira vez em 1887. A quarta alteração, publicada a 25 de Setembro de 1895, ocorre enquanto finaliza o período escolar, pelo que não terá provocado modificações de monta no seu programa de estudos. Pretendendo tendencialmente transformar-se numa academia de marinha que formasse todas as classes de oficiais da armada e não só futuros combatentes[303], as sucessivas reestruturações da Escola implicaram no percurso académico de Vilhena, no fundamental, mudanças curriculares com um consequente alargamento de conteúdos temáticos obrigatórios.

[300] Garcia 1937: 56.
[301] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA, Processo de Oficial da Marinha, "Notas Biográficas": fl. 1.
[302] Carta de Lei de 23 de Abril de 1845.
[303] Desde a sua criação, em 1845, na estruturação da Escola Naval confrontaram-se duas tendências antagónicas: uma mais pragmática, que considerava dever ser ministrado um ensino prático, outra mais culturalista que pressupunha a formação de oficiais de elevada cultura para além dos aspectos técnicos exclusivos da marinhagem. Cf. Marinha 1914: 176 e *Os Primeiros Cem Anos da Escola Naval.* 1945: 7-8 e 35-37.

A partir de 1887, o curso de dois anos destinado a oficiais exigia que o Corpo de Alunos da Armada frequentasse nove cadeiras: 1ª - Cálculo diferencial e integral, princípios de mecânica; 2ª - Astronomia náutica, meteorologia, princípios de geodesia e hidrografia; 3ª - Artilharia, balística, fortificação passageira, arte da guerra e táctica naval; 4ª - Elementos de teoria do navio, princípios de arquitectura naval; 5ª - Teoria das máquinas usadas na navegação, combustíveis; 6ª - Direito marítimo internacional, incluindo história marítima nacional e estrangeira; 7ª - Higiene naval e colonial, patologias exóticas; 8ª - Administração naval, contabilidade pública, legislação naval; 9ª - Hidrografia. Nos estudos práticos seriam ministrados desenho, a "nova" arte da fotografia, cálculos náuticos, uso dos instrumentos de navegação, regulação de agulhas, aparelhos e manobra, artilharia naval, torpedos e desembarques, infantaria, construção naval, esgrima, ginástica e natação.

Na estrutura curricular estava previsto um período de embarcação em navio escola fora do porto de Lisboa, durante três meses, depois da conclusão do primeiro ano, após o qual os alunos eram promovidos a aspirantes de 1ª classe. Findo o segundo ano, embarcavam por dois meses na Escola de Artilharia Naval e um mês na Escola de Torpedos[304]. Passados seis meses de embarque fora das águas continentais, recebiam a promoção a guarda-marinha. O posto de segundo-tenente era alcançado com dezoito meses de navegação.

Na sua história académica naval, Ernesto singularizou-se pelos honrosos 18 valores obtidos no ano lectivo de 1894-1895 na Cadeira de Direito Internacional Marítimo e História Marítima, ministrada por Vicente Maria de Moura Coutinho Almeida de Eça (1852-1929), então detentor do posto de capitão de mar-e-guerra[305], e com os prémios honoríficos naquela Cadeira e na Cadeira de Balística atribuídos pelo Conselho Escolar em sessão de 13 de Novembro de 1895[306]. A 30 de Outubro subira a guarda-marinha.

Encontrava-se preparado para a viagem de instrução em Janeiro de 1896, integrado como subalterno da 7ª Companhia do Corpo de Marinheiros, a bordo do navio

[304] *Os Primeiros Cem Anos...*: 42-44.
[305] Marinha 1913: 369-370.
[306] Idem, *Ibidem* e Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA, Processo de Oficial da Marinha, "Notas Biográficas": fl. 1.

Duque da Terceira comandado pelo almirante Augusto de Castilho[307]. Seis meses depois, a 10 de Junho, faz-se retratar no Funchal por A. Camacho, em fotografia que «*A sua mãe como prova de amizade e muita dedicação offerece*», publicada em epígrafe a este capítulo, captada durante a passagem pela Madeira antes de regressar a Lisboa, dado que coincide com a informação biografada pelo seu pai Júlio de Vilhena em 1916, quando o diz de volta à capital em Junho[308]. Seguiu-se o tirocínio com embarque no veleiro Pero de Alenquer, com trânsito pela baía de Lourenço Marques e Luanda, de onde sai para percorrer a costa de Angola e o rio Zaire, até Março de 1898[309].

Figura 31 - 2º Tenente Ernesto Vilhena © BCM-AH, Álbum de Oficiais nº 5, p. 26, nº 540

Terminado o tirocínio, no prosseguimento habitual da carreira será nomeado segundo-tenente em 17 de Abril de 1898. No século XX, será primeiro-tenente a 28 de Dezembro de 1907, capitão-tenente em 25 de Setembro de 1917, e capitão-de-fragata a

[307] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens. *Caderno de viagem Nº 18*, ms., anotação em 29 de Janeiro de 1944.
[308] Júlio de Vilhena. *Antes da República*. 1916: II, 65.
[309] Idem. *Ibidem*.

31 de Janeiro de 1920, até alcançar a situação de licença ilimitada definitiva em 1929[310]. Esteve embarcado durante 1536 dias (454 fora dos portos do continente), 479 dos quais no comando de navios. Prestou 1068 dias de serviço nas divisões e estações navais, 9282 dias no Ministério das Colónias e 3442 nas «*províncias ultramarinas*»[311].

Figura 32 - 1º Tenente Ernesto Vilhena © BCM-AH, Álbum de Oficiais nº 6, p. 44, nº 907

No futuro, Ernesto de Vilhena trará para sempre colado à sua personalidade o epíteto de «*Comandante*», adquirido imediatamente depois do exercício de comando da lancha-canhoneira Chuabo, em 1899[312].

[310] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA, Processo de Oficial da Marinha, "Notas Biográficas": fl. 1 e fl. 4.
[311] Idem. *Ibidem*: fl. 1.
[312] Idem, *Ibidem*: "Outras Eventualidades".

Por cada um dos serviços desempenhados perante a pátria e a Armada recebeu mercê das mais altas condecorações do Reino de Portugal, da República Portuguesa e a sua notabilidade enquanto administrador alcançou mesmo o reconhecimento da República de França. O Estado Novo coroará estes agradecimentos públicos, num outro contexto ideológico e epocal, ao atribuir-lhe a Grã-Cruz do Império Colonial, em 1944.

Em 1904, é feito Cavaleiro da «*Antiga nobilissima e esclarecida ordem de S. Thiago, de merito scientifico, literário e artistico*»[313]. Ganha a medalha de prata da classe de comportamento exemplar em 1907 e nesse mesmo ano é Cavaleiro da Real Ordem Militar de S. Bento de Avis, «*por serviços distintos*», por diploma assinado pelo rei D. Carlos nas Necessidades, a 28 de Setembro[314].

Em 29 de Janeiro de 1909, o Presidente da República Francesa atribui-lhe o grau de *Officier* da Ordem *de l'Étoile d'Anjouan*, pela qualidade de Governador do Distrito da Zambézia[315] (Figura 33).

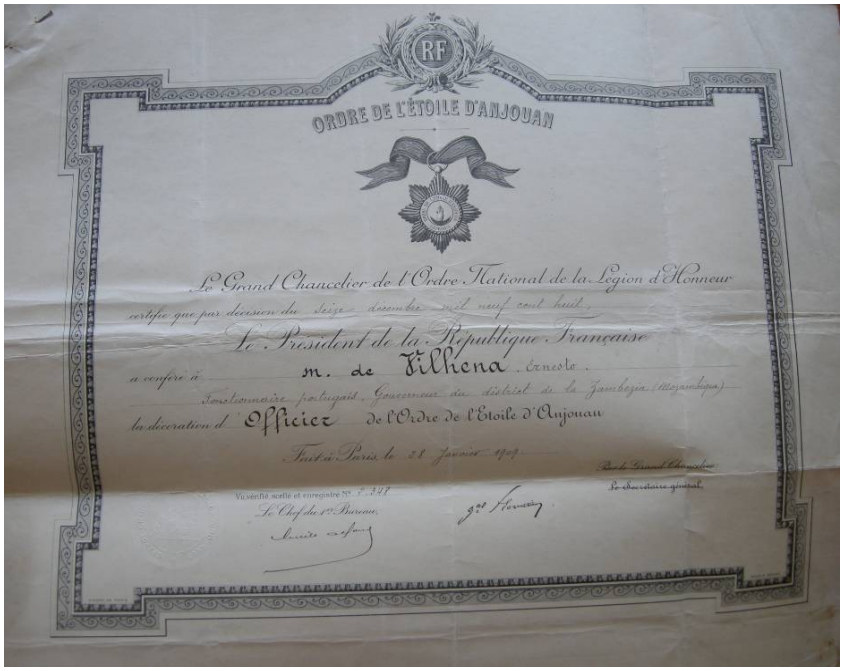


Figura 33 - Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA, Diploma de «*Officier de l'Ordre de l'Étoile d'Anjouan*», impr. e ms, 28 Janeiro 1909. © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

[313] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA, Processo de Oficial da Marinha, "Condecorações".
[314] Nº 3670, registado a fl. 57 na Secretaria do Conselho da Real Ordem Militar de S. Bento de Aviz, em 7 de Janeiro de 1908, por despacho de Miguel Antonio Garcia Gomes, General brigadeiro (cf. Idem. *Ibidem*. Diploma de Cavaleiro da Real Ordem Militar de S. Bento de Avis, impresso e manuscrito, e registo anexo, manuscrito).
[315] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA, Diploma de «*Officier de l'Ordre de l'Étoile d'Anjouan*», impresso e manuscrito, 28 Janeiro 1909.

No ano seguinte sobe a Oficial da Ordem de São Tiago e em 1910, ainda antes da República, a Comendador da mesma Ordem.

Mais tarde, por decreto de 6 de Março de 1919, é condecorado com a Comenda da Ordem Militar de Aviz. Em 1922, nomeado na condição de antigo Ministro das Colónias da República de Portugal, é agraciado com o grau de Comendador da *Legion d'Honneur* e as respectivas insígnias ser-lhe-ão entregues na Legação de França em Lisboa, a 14 de Julho (Figura 34).

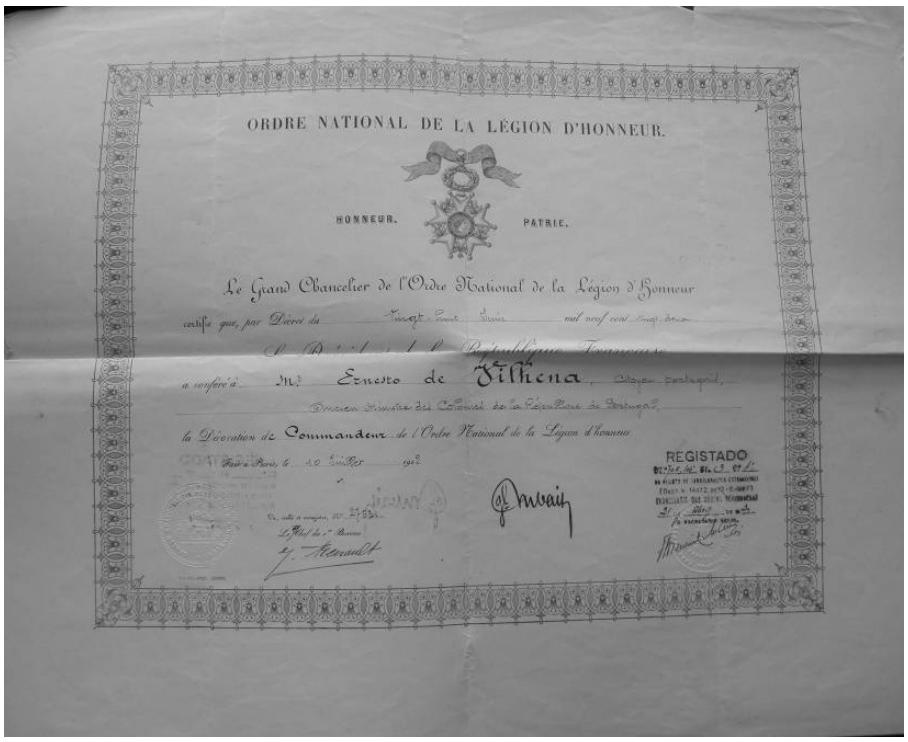


Figura 34 - Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA, Diploma de «*Commandeur de l'Ordre National de la Légion d'honneur*», impresso e manuscrito, Paris, 10 de Julho de 1922. © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

I.2.2. De Moçambique até Angola: a estetização da experiência e o programa colonial

Na folha 15 do *Caderno de Viagens Nº 3*, intercalando o discurso e sem nexo aparente com o que antecede, datado de 18 de Maio de 1907, Vilhena insere a «*Biografia*» do período que vai de 1893 até 1919: «*Sentei praça em Outubro de 1893 com 17 annos. Sahi da Escola Naval em 1895. Partida para a viagem de instrucção em Janeiro 1896. Chegada de regresso em Junho de 1896. Partida no "Pero de Alenquer em 1896, Novembro (?). Regresso no "Rainha de Portugal" em 1898 (24-5). Larguei para a Zambezia em 1899 (10-3) a bordo do "Reichstag". Cheguei a Lisboa de regresso, a bordo do "Herrprinz", em 1901 (Maio?). Segui para o Nyassa em 1902 (1-11) a bordo do "Krusier". Cheguei a Lisboa a bordo do "Gouverneur" em 1904 (Maio?). Segui para a Zambézia no "Malange" em 1905 (1-3). Cheguei a Lisboa em 1907 (2-7) a bordo do "Kronprinz". Larguei para Lourenço Marques, a bordo do S. Raphael - "Balmoral Castle" em 24 Abril de 1911. Regresso a Lisboa no "Adolph Wermanns" em 2 de Janeiro de 1912. Sahida de Lisboa para Lourenço Marques a 24 de Abril de 1911, 2ª feira às 2 da tarde. Chegada à Madeira em 26 à 1 da tarde. Ao Cabo em 9 de Maio às 6 da manhã. Às 5.30 da tarde de 10 de Maio passámos o rio Orange. Em 11 às 11 da manhã Johannesburg. Em 12 às 11 da manhã estávamos em Lourenço Marques. Até aqui, passei o Cabo da Boa Esperança 4 vezes e 6 o canal do Suez - Largada para Loanda em 12 de Novembro de 1918. Chegada a Lisboa em Outubro de 1919.*»

Uma linha separa o que a seguir escreve com o título «*Ressurreição*»: nesse momento é dia 12 de Novembro de 1918[316].

A lista anterior é rápida, seca, precisa o suficiente, trata apenas de destinos, de viagens, de datas (algumas de tal modo distantes que não as toma como absolutas), de navios, como um registo obrigatório que tem de anotar para si mas ao qual falta o conteúdo fértil e rico, preparatório da «*Ressurreição*». No intento de completar o estilo de Ernesto, regressemos à multiplicidade dos acontecimentos deste período.

[316] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens: *Caderno de viagem Nº 3*, ms., 1906-1907; 1918.

Quando parte para a Zambézia, em Moçambique, a 10 de Março de 1899, após uma breve passagem pela Direcção dos Serviços Marítimos do Arsenal (12.10.1898-3.03.1899) e, como adido, pela Majoria da Armada (3.03.1899-8-03.1899), segue integrado na Divisão Naval do Índico. Ali comandará a lancha-canhoneira "Chuabo" desde 1 de Maio de 1899 até 11 do mês de Abril de 1900, altura em que muda para o comando da "Granada"[317], desempenho que irá durar até 20 de Abril de 1901[318].

Desde a reforma administrativa de Setembro de 1891 promovida pelo ministério de Júlio Marques de Vilhena, a região constituía o Estado da África Oriental que acabaria dividido em três áreas correspondentes a três modelos diferentes de administração[319]. A área de administração directa do Estado, que abarcava fundamentalmente o território a sul do paralelo 22º e de Nampula, entre os rios Lúrio a Norte e o Ligonha a Sul, estava sob ordens de um comissário régio (denominado governador-geral a partir de 1898), com duas províncias geridas por governadores: Moçambique (com capital sediada em Cabo Delgado), a norte, e Lourenço Marques (com capital no porto do mesmo nome), a sul. Moçambique, após nova reestruturação administrativa em 1893, dividiu-se nos distritos de Cabo Delgado, Moçambique, Zambézia e Angoche; Lourenço Marques passou a contar com as divisões distritais de Lourenço Marques, Inhambane, Gaza, Manica e Sofala[320]. Parcelas destes territórios foram sucessivamente concessionadas à companhia majestática de Moçambique (a Sul do Zambeze, com o limite Sul situado no paralelo 22º), à do Niassa (regiões do Niassa e Cabo Delgado), à da Zambézia (toda a região da Zambézia e do alto Zambeze) e a algumas outras sub-concessionárias destas, como a Companhia do Luabo ou a Companhia do Boror[321], que passaram a deter os direitos de soberania para administrar

[317] Tal como a Chuabo, a Granada era uma lancha-canhoneira construída em Inglaterra, entre 1889 e 1891, destinada à navegação fluvial nos rios de Moçambique (cf. Sêna 1927: 30 e 45).
[318] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA, Processo de Oficial da Marinha, " Cargos" e "Navios em que tem embarcado" e "Outras eventualidades". No espólio conservam-se duas certidões diferentes deste processo, uma datada de 30 de Julho de 1921 e a outra de 14 de Dezembro de 1936. Apresentam pequenas discrepâncias nos formatos internos, embora quase sempre coincidam nos títulos dos capítulos. Devemos notar, no entanto, que em "Outras Eventualidades" se encontram registadas datas diferentes relativamente ao exercício de comando das lanchas. Na certidão mais antiga são referidas as datas que apontamos em texto, enquanto na de 1936 o comando da Chuabo foi exercido entre 30.01.1899 e 30.01.1900, passando nesta última data para o comando da Granada da qual foi exonerado em 14.03.1901.
[319] Segundo Gonçalo Santa Rita informa, em 1925, Ernesto de Vilhena e Lisboa de Lima apoiaram publicamente a representação dos proprietários e agricultores da Zambézia ao Governo, na qual reclamavam a restauração dessa orgânica administrativa criada em 1891 (Rita 1934: 5).
[320] Mahumane 2001: 5-6.
[321] Araújo 1900: 241-264.

civil e economicamente as regiões concedidas por carta[322]. Sob influência do modelo inglês posto em prática por Cecil Rhodes através da *British South Africa Chartered Company*[323], o sistema colonial lançado por António Enes em Moçambique, na qualidade de comissário régio, a que Júlio Marques de Vilhena adere e irá aplicar politicamente desde 1891, apresenta-se como a fórmula administrativo-económica para a ocupação dos *hinterlands* da África Oriental. Permitiria tornar efectivo o domínio que, na disputa europeia pela partilha do continente africano, não bastava reclamar com base nos direitos históricos, desde as decisões tomadas na Conferência de Berlim em 1885 e constantes da letra dos tratados subsequentes.

As concessões afiguravam-se como sendo estruturas capazes de colmatar a debilidade económico-financeira da metrópole, argumento que justificava por si a incapacidade de promover a colonização nominal ou a valorização e o desenvolvimento produtivo das províncias ultramarinas. Solução aclamada por uns, polémica e ineficaz para outros (Sociedade de Geografia de Lisboa 1891[324]; Macedo 1916; Almeida 1929) nomeadamente pelas dificuldades de capitalização financeira e pela "desnacionalização" decorrente do domínio dos accionistas estrangeiros, irá ser empreendida nesta fase final da Monarquia Constitucional a partir de Moçambique, reconhecida historicamente como região aurífera[325] e de grande potencial noutros recursos mineiros. Nesta conjuntura de «*exploração económica do Império*» (Oliveira Martins 1889), seria obrigatório quer para as Companhias, quer para o Estado português, delimitar e explorar territórios - denotando o «*carácter estratégico da geografia, que constitui em si um poder indispensável a quem domina os aparelhos de Estado*» (Guimarães 1984: 14) -, pacificar as populações indígenas e integrá-las no processo de desenvolvimento civilizacional e económico idealizado pela Europa, contando de igual modo com os papéis desempenhados tanto pelas instituições militares deslocadas do reino para o

[322] Cf. Matos 1989.
[323] Contudo, o sistema português apesar de simultâneo, paradoxalmente reagia contra o modelo inglês, na medida em que a fluidez fronteiriça nas regiões junto dos rios Zambeze, Niassa ou Chire implicou ataques directos dos ingleses aos interesses económico-territoriais portugueses.
[324] *As Concessões de Direitos Magestaticos a Emprezas Mercantis Para O Ultramar. Representações ao Governo*. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa, 1891.
[325] O império do chefe Monomotapa, na região sul do Zambeze, entre o planalto do Zimbabwe e o Oceano Índico, abrangia importantes minas de ouro, doadas a Portugal em 1607. Cf. *Afrique Du Sud-Est. Les Mines D'or de Manica & Sofala. Notices Historiques, Géographiques et Géologiques*. Paris: Compagnie de Mozambique, 1892.

teatro africano das operações, como pelas igrejas através da implantação de redes de missões evangelizadoras, preferencialmente católicas mas também protestantes.

Durante este período, pela portaria do Governo de Moçambique datada de 25 de Setembro de 1899, Ernesto de Vilhena foi nomeado para a comissão criada para dar parecer sobre as dúvidas suscitadas entre a Companhia de Moçambique[326] (fundada em 1888, com sede no porto da Beira[327], recebe poderes majestáticos em 1891) e a Companhia da Zambézia[328] (fundada em 1878, foi reconstituída em 1892) quanto ao direito de propriedade sobre algumas ilhas da margem esquerda do rio Zambeze, cujo trabalho apresentou um ano depois (25.09.1900). A questão arrastar-se-á por mais de vinte anos, mas a argumentação irá continuar a basear-se nos resultados por ele apurados e cartografados[329].

Na sequência, a 2 de Janeiro de 1901, o Secretário do Governo do Distrito da Zambézia volta a indicá-lo para tarefas idênticas, desta vez com a função de Presidente da Comissão de delimitação dos terrenos da Companhia de Moçambique no Zambeze. Munido dos conhecimentos científicos adquiridos na Escola Naval para o desempenho

---

[326] Cf. Araújo 1900: 228-240. *Anuário Colonial* 1916: 152-153 - «*Por decreto com fôrça de lei de 17 de Maio de 1897, o território cuja administração e exploração foram concedidas à Companhia de Moçambique por decretos de 11 de Janeiro, de 30 de Julho de 1891 e de 22 de Dezembro de 1893, ficou limitado: ao norte, pelo curso do Rio Zambeze, desde a sua bôca mais meridional até a confluência do Rio Luenha, compreendendo todas as ilhas que até 1891 faziam parte dos prazos da margem direita do Rio Zambeze; ao noroeste, pelo Rio Luenha; a oeste, pela fronteira da província de Moçambique, na parte compreendida entre os Rios Luenha e Limpopo, e por êste último rio no ponto em que êle é cortado pelo meridiano 32º; ao sul, por uma linha tirada dêste último ponto até a intersecção do meridiano 33º com o paralelo 22º e depois por êste paralelo até a costa, fazendo-se, porém, as inflexões necessárias para se evitar que fiquem divididas terras dum mesmo régulo e de modo que as áreas assim adquiridas pela companhia ou por esta entregues ao Govêrno sejam quanto possível equivalentes; e a leste pelo oceano.».*

[327] Duarte 2000: 22.

[328] Araújo 1900: 222-228. A Companhia da Zambézia foi reconstituída em 1892 como companhia capitalista destinada a explorar as concessões mineiras, florestais e territoriais de um conjunto de «*prazos da coroa*» situados na região do Zambeze, a oeste do rio Chire. Terá novos estatutos elaborados em 1894, correspondentes à sua reorganização e aumento de capital.

[329] "Relatorio das investigações a que procedeu o secretario de Estado dos Negocios Indigenas, sobre emigração dos indígenas, nos districtos de Quelimane e Tete, e sobre outros assumptos mencionados na portaria provincial nº 268, de 13 de Maio de 1908" dirigido a A. A. Freire de Andrade, Governador Geral da Província de Moçambique (cf. AHU, Nº 939 - DGU, 2ª R, Cx. 42, 1897-1911, Impresso não identificado: 213 - «*A questão das ilhas do Zambeze, que ha quasi vinte annos se vem debatendo com mais ou menos intensidade, com mais ou menos violência, umas vezes com desprestigio das autoridades e sempre com grave prejuízo dos indígenas, é uma das muitas controvérsias e dos mais intrincados problemas que o Governo, por mais de uma vez tem tentado resolver, só tendo conseguido, porém, protelal-os* [sic] *com os meios até hoje empregados. Depois de varios conflictos que alli houve entre os indígenas das duas Companhias, Moçambique e Zambezia, que deram logar a uma delimitação provisória de algumas ilhas, a qual veiu, por seu turno, motivar novos conflictos, procedeu-se a nova delimitação, proficientemente feita para o que basta saber-se que a essa commissão presidira o illustre colonial, então 2º tenente da armada, Ernesto de Vilhena* (...)»

destas empreitadas[330], actuará pessoalmente como agente de criação dos instrumentos de controlo, regulação e dominação geoestratégica ao serviço da construção do império colonial[331], notoriamente evidenciados no conjunto dos mapas elaborados por si e naqueles que mandará executar anos mais tarde na qualidade de Governador da Companhia do Niassa[332] (Figura 35 e Figura 36).

Nos roteiros de explorador que deixou escritos nos seus *Cadernos de Viagens* lemos a mesma prática, tanto nos desenhos à mão levantada como nas descrições, com locais geograficamente assinalados, por vezes refazendo percursos, como na Zambézia no dia 15 de Agosto de 1919 ao regressar «*de machila alta*» ao Luau do Marral onde regista as lagoas que o povoam, vindo-lhe à memória a passagem anterior por ali, em 1899.

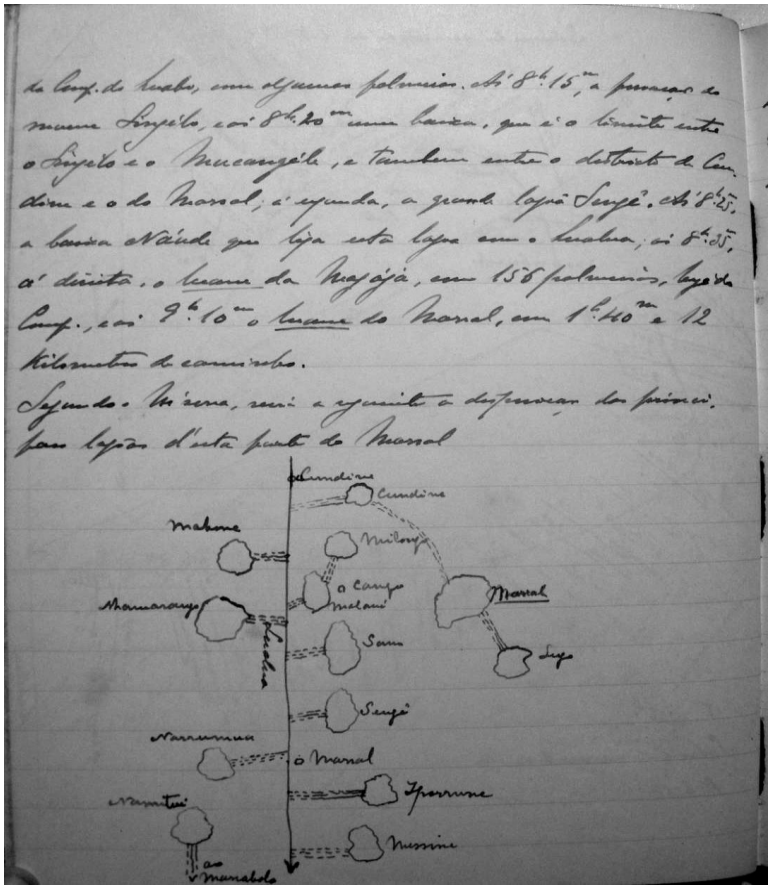


Figura 35 - Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Cadernos de Viagens. Caderno de Viagens Nº 8*, 10 de Agosto 1919-6 de Janeiro 1922: 15 Agosto 1919, lagoas do prazo Marral, na Zambézia. O prazo Marral era explorado pela Companhia do Luabo.

[330] Santos 2006b: 18.
[331] Rodrigues 2006: 2.
[332] Para além da Carta que reproduzimos, foram mostrados ao público em suporte digital outros mapas e cartas geográficas da autoria, ou executados sob ordens de Ernesto Vilhena, na exposição *Viagens e missões científicas nos trópicos: 1883-2010* (Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical), em 2010. Os originais pertencem ao acervo do IICT.

Figura 36 - Territórios da concessão da Companhia do Nyassa. Carta elaborada pelo Governador Ernesto Jardim de Vilhena sobre a carta anterior, com as últimas informações. Escala 1:750.000. 1904. Litografia de M. Diniz em papel, 66,2 x 99,2 cm © IICT - Cartoteca da Comissão de Cartografia-Centro de História, Pasta 02-011 MLITGJIU.

Do saber acumulado vai resultar o primeiro trabalho histórico de fôlego que Ernesto Jardim de Vilhena dá à estampa sob o título "De Tete a Quíloa", logo em 1901-1902, publicado na *Revista Portuguesa Colonial e Marítima* e reimpresso em 1905 nos *Estudos sobre a Zambézia: de Tete a Quíloa.*

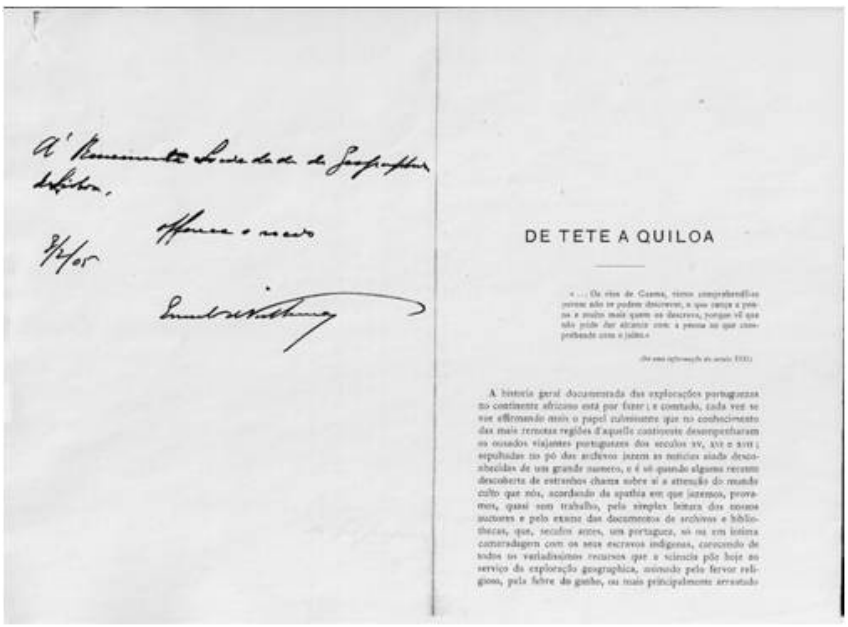

DE TETE A QUILOA

Figura 37 - Ernesto de Vilhena. *Estudos Sobre a Zambézia. De Tete a Quíloa*. Lisboa: Livraria Ferin, 1905. Exemplar da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, com autógrafo do sócio autor datado de 9.02.1905.

No primeiro ensaio "De Tete a Quíloa" destaca-se a construção histórica do assunto, isto é, a fundamentação no tempo da exploração geográfica na África dita «*Portuguesa*», com base numa sólida recolha de fontes documentais que cita com particular propriedade e erudição a partir das leituras de Francisco Barreto, António Bocarro, João de Barros, Tomé Lopes, Nicolau Godinho, Pe. André Fernandes, Frei António da Conceição, Monclaro, Filippo Pigafeta, Francisco de Sousa, Duarte Barbosa, Camões, Duarte Lopes, Fr. João dos Santos, ou dos mais contemporâneos Cardeal Saraiva, Luciano Cordeiro, Paiva e Pona e o belga A.-J. Wauters (1845-1916).

A viagem de retorno da Zambézia para Portugal, em 1901, presumivelmente a bordo do "Herr Prinz"[333], como lemos atrás, ter-se-á realizado através do Canal do Suez, passando por Aden, Jedah (na Arábia, então cidades do Império Otomano), Mar Vermelho acima, alto Egipto com paragem obrigatória em Port Said, centro de confluência de navios e marinheiros cujo comércio, de acordo com os relatos dos viajantes, como no de João Azevedo Coutinho, tanto oferecia abundante quinquilharia como tendas especializadas em porcelanas e artigos japoneses[334]. Passado o Suez, rumava-se à Ilha de Malta, cruzando o Mediterrâneo até aportar em Lisboa.

Vilhena encontra-se seguramente no Reino desde 17 de Junho de 1901, com tempo para participar no I Congresso Colonial reunido em Lisboa em Dezembro, na circunstância da passagem dos 25 anos da fundação da Sociedade de Geografia[335]. Primeiro goza de uma licença, depois cumpre funções na Direcção Geral de Marinha (até Setembro) e posteriormente na Secretaria do Conselho Superior de Marinha até Outubro de 1902 até que, a 30 do mesmo mês, recebe o encargo de uma «*Comissão no Ultramar*» que corresponde ao desempenho do cargo de Governador dos Territórios de Cabo Delgado da Companhia do Niassa[336], para que foi requisitado ao Ministério da

[333] A Empresa Nacional de Navegação, criada em 1882, abre falência em 1893 o que obrigará o Estado Português a contratar os serviços de duas companhias britânicas e uma alemã (cf. Pélissier 2006: 27-28).
[334] João de Azevedo Coutinho, regressando de Moçambique a Lisboa, em 1888, dá notícia desta mesma rota e de uma "característica" cena em que «*Um gigantesco russo, com outros companheiros certamente tripulantes de algum dos barcos esperando no pôrto passagem, ou saindo do canal, embriagados, fizeram motins e desordens numa das características lojas de louça e artigos japoneses existentes na rua principal.*» (cf. Coutinho 1941: 84).
[335] Eça 1903. O Congresso Colonial foi oficialmente inaugurado a 3 de Dezembro de 1901, contando com a presença do Rei D. Carlos, da Rainha e do Príncipe Herdeiro.
[336] A Companhia do Niassa foi constituída oficialmente pelo decreto de 26 de Setembro de 1891, com poderes majestáticos, mas efectivou-se apenas após a publicação de novo decreto em 9 de Março de 1893 que aprovou a denominação, aumentou o capital social e definiu o período de contrato, em simultâneo com a publicação dos respectivos estatutos. Entrou na posse dos seus terrenos em Moçambique apenas em Outubro de 1894, quando o governador Major Perry da Câmara entrega as terras pertencentes ao

Marinha e Ultramar, segundo constava do ofício do Comissário do Governo[337] junto daquela companhia[338]. Vicente Almeida de Eça, seu antigo professor de Direito Internacional Marítimo na Escola Naval, ocupava nesse momento o lugar de Secretário-Geral da Niassa[339] e, para ele, conforme defendeu publicamente no Congresso Colonial de 1901, chegara ao fim o período das expedições punitivas e por isso afirmava «*it is necessary to advance by constructing roads, to occupy by works, not forgetting natural fortifications, and above all to civilise by example*» (Eça 1903: 303).

A requisição de Ernesto Vilhena pela Direcção Geral do Ultramar prolongar-se-á, recheada das mais diversas missões, até ao início de Abril de 1912.

À data da partida de Lisboa, a 1 de Novembro de 1902, era ministro dos Negócios da Marinha e do Ultramar o regenerador Teixeira de Sousa (1857-1917). João António de Azevedo Coutinho (1865-1944), o «*benemérito da Pátria*» tal como era

---

antigo Distrito de Cabo Delgado para exploração da Companhia. Os territórios incluiriam os concelhos do Ibo (em 1897) e de Porto Amélia (em 1898) e as circunscrições de Macomia, Macondes, Mecufi, Mozimboa da Praia, Montepuez, Palma e Quissanga (cf. Nyassa 1912). O Estado português cessou o contrato de exploração com a Companhia do Niassa em 1929. Cf. Neil-Tomlinson 1977; Mahumane 2001: 13-17.

[337] Função desempenhada à data por Augusto Faustino dos Santos Crespo (cf. AHU, Nº 236 - DGU, 2ª R, Cx. 39, 1892-1911, Companhia da Zambézia).

[338] Ofício mandado arquivar na Majoria General da Armada em 1905 (Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA, Processo de Oficial da Marinha, "Outras Eventualidades": «(...) *Segundo oficio do Comissário do Govêrno junto à Companhia do Niassa de 19-1-1905, fica, digo, que fica arquivado na Majoria General da Armada, sob o numero de entrada 34/44 de 21-1-905, consta o seguinte: 1º - êste oficial foi requisitado ao Ministério da Marinha e Ultramar pela Administração desta Companhia nos termos da carta de lei de 12 de Abril de 1892 e do decreto regulamentar de 9 de Julho do mesmo ano e apresentou-se na séde desta Administração em Lisboa com guia da Direcção Geral da Marinha de 28-10-902, visada na Direcção Geral do Ultramar. 2º - Foi contratado para exercer as funções de Governador dos territórios da Companhia do Niassa, sendo esta nomeação confirmada por decreto de 30 de Outubro de 1902. 3º - Em 1 de Novembro de 1902, seguiu o seu destino, chegando ao Ibo em 10 de Dezembro do mesmo ano e tomando posse do Cargo de Governador dos territórios do Niassa no dia seguinte. 4º - Em 13 de Dezembro de 1902, assumiu o comando interino do vapor "Ibo", entregando o referido Comando em 17 de Agosto de 1903 ao 2º tenente António Pedro de Andrade Rodrigues. - 5º - Em 26 de Março de 1904, saiu do Ibo de regresso ao Reino. - 6º - Em 30-4-1904, apresentou-se na séde da Companhia em Lisboa, ficando encarregado dos trabalhos relativos a um novo tratado da carta dos territórios e à elaboração de relatórios para a Companhia. - 7º - Tendo concluído os trabalhos de que fôra encarregado e o tempo do seu contrato foi por esta administração mandado apresentar no Ministério da Marinha e Ultramar em 18-1-905, pago dos seus vencimentos por esta Companhia até essa data inclusivé.(...)*».). Cf. Idem. "Cargos".

[339] "Decreto confirmando a nomeação do ex.mo sr. 2º tenente da armada Ernesto Jardim de Vilhena para o logar de Governador dos Territorios de Cabo Delgado. Ministerio dos Negocios da Marinha e Ultramar. Direcção Geral do Ultramar. Segunda Repartição - Segunda Secção". *Boletim da Companhia do Nyassa. Africa Oriental Portugueza - Territorios de Cabo Delgado,* 1903. Nº 59, 31 de Janeiro: 405 - Decreto passado no Paço, a 30 de Outubro de 1902, assinado pela Rainha Regente e por Antonio Teixeira de Sousa.

aclamado desde 1890[340], personalidade com que Ernesto se cruzará doravante por numerosas vezes e em diferentes circunstâncias, fora nomeado em Abril desse mesmo ano de 1902, Governador do distrito da Zambézia, onde protagonizará a Campanha do Barué com o objectivo de pacificação de toda a região dos Macondes e seus aliados (Coutinho 1941: 531-532).

Figura 38 - Ernesto Vilhena, foto A. Bobone, 1902
© Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

Figura 39 - *Portugal em África*. Vol. 12, Nº 137. Lisboa, 1905

Vilhena chega a Moçambique, ao Ibo, no dia 10 de Dezembro, passados quarenta dias de viagem, e toma posse no dia imediato perante grande assembleia[341], em

[340] Recebe este título por moção apresentada e aprovada na Câmara dos Senhores Deputados em 15 de Setembro de 1890, quando Júlio Marques de Vilhena era Ministro da Marinha e do Ultramar (cf. Martinó 2002:64-65).

[341] "Termo de posse de S. Exa. o Governador dos Territorios da Companhia do Nyassa Ernesto Jardim de Vilhena". *Boletim da Companhia do Nyassa. Africa Oriental Portugueza - Territorios de Cabo Delgado. Anno de 1902*. Nº 58, 31 de Dezembro: 395. *SECRETARIA GERAL DO GOVERNO TERMO DE POSSE DO Ex.mo. SR. GOVERNADOR DOS TERRITORIOS DA COMPANHIA ERNESTO DE VILHENA. Copia. - Aos onze dias do mez de dezembro de mil novecentos e dois, n'esta villa do Ibo, e na residencia do Governador dos Territorios da Companhia do Nyassa, onde se achava presente o Exmo. Sr. Governador interino Henrique Carlos Lima, commigo, João Baptista Correia de Mófreita, official da secretaria geral do governo da Companhia, compareceu o Exmo. Sr. segundo tenente da Armada Real Portugueza Ernesto de Vilhena, nomeado pelo Exmo. Conselho de Administração da Companhia para exercer o cargo de Governador dos Territorios, em harmonia com as ordens do mesmo Conselho, sendo pelo Governador interino feita a entrega do Governo com as formalidades do estylo. E para constar se lavrou este termo, que depois de lido vai ser assignado pelo Governador, funccionarios do Governo e da Companhia e mais pessoas presentes, e por mim João Baptista Correia de Mófreita, que o subscrevi. - (aa) Ernesto Jardim de Vilhena - Henrique Carlos Lima - Caetano Xavier Thaumaturgo dos Remedios Furtado - Manuel de Souza Menezes - Adriano de Moraes - Alberto C. de Brito Lima - Alfredo de França Doria - Francisco C. Pedroso - Antonio Trindade dos Santos - José T. Sampaio d'Albuquerque - J. F. Carreira de Figueiredo - Antonio Francisco de Moraes Zamith - Manuel Ricardo de Miranda - Salustiano Correia - João M. Gonzaga - Antonio Chaves da Costa - Abel da Cunha - João Teixeira da Silva - José Joaquim de Figueiredo - José Maria S. Viegas - António Baptista Carrilho - Carlos de Faria*

tempo de progressiva paz, propícia aos trabalhos de reconhecimento geográfico e de fomento económico que desenvolve a partir de Porto Amélia, na baía de Pemba, para onde transferiu a sede da Companhia do Niassa, até então na ilha de Ibo (Mahumane 2001: 20 e 35).

Logo a 13 de Dezembro de 1902 recebe o comando interino do vapor Ibo, que exerce até 17 de Agosto do ano seguinte.

Em Porto Amélia, governou oficialmente a Companhia desde 11 de Dezembro de 1902 até 26 de Março de 1904[342], integrado na orgânica administrativa privada característica da empresa. Nesse período continuavam em cima da mesa questões como a demarcação das fronteiras com outras companhias de capital português ou de capital estrangeiro, ou com os territórios não concessionados por Portugal que continuavam sob administração pública directa - dúvidas só solucionadas em 1909[343] -, que implicavam primeiro o reconhecimento através da recolha de informações de exploradores e trabalho desenvolvido por missões técnicas de geógrafos, especialistas em minas ou caminhos-de-ferro, para promover a ocupação contínua e sucessiva do litoral costeiro em direcção ao interior e as suas consequentes divisões administrativa e fiscal[344].

Durante a administração de Ernesto de Vilhena verificou-se um aumento real nos resultados da cobrança do imposto de palhota[345] nas áreas de concessão da Companhia do Niassa que, de um rendimento de 1,275 £ em 1901 passa para 3,105 £ em 1903 (Neil-Tomlinson 1977: 118). Os custos das operações de conquista eram, porém, muito elevados, ressentindo-se a Companhia neste período da descapitalização e

---

Neves - Pedro Antonio Martins - Lamartine Correia Fernandes - Estevam Martins Pereira de Barros - José Dias dos Santos - Theodorico Rezende - José Izidoro - Aristides de S. Luiz Gonzaga - Affonso Portugal Henriques - Domingos da Silva - Jeronymo Conceição Romero - Vicente do Rozario Dias - João Baptista Correia de Mófreita. Está conforme. - Secretaria geral do governo dos territorios da Companhia do Nyassa, em Porto Amelia, 14 de Dezembro de 1902. O Secretario Geral, Alberto C. de Brito Lima».

[342] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA, Processo de Oficial da Marinha, "Comissões que tem desempenhado nas provincias ultramarinas".

[343] Niassa 1912: 8.

[344] Idem: 10-11 - «*Esta occupação contínua e sucessiva dos Territorios tem sido feita conforme as seguintes linhas: a) ocupação da costa maritima, hoje completamente conhecida e dominada, tendo como resultado a extinção do trafico de escravos; a) a linha de penetração, Pemba - M'tarica - Nyassa, realisada em 1900, na extensão de 900 kilometros, pela coluna de operações organisada em Lisboa em 1899; c) a linha ao longo de Rovuma até á confluencia do Lugenda, completa; d) a ocupação da costa portuguêsa do Lago Nyassa, completa; e) a ocupação da região Nordeste dos Territorios, concluida no ano corrente com a sujeição do Machemba; f) diversas linhas transversais ligando as precedentes; g) o círculo envolvente do Mataca, quasi concluido.*»

[345] Obrigação que recaía sobre cada família indígena de pagar uma quantia em dinheiro.

da falta de reinvestimento local que travam o fomento económico, os investimentos na agricultura e numa rede de comunicações - caminhos-de-ferro, estradas, portos - que alimentassem o comércio, sem os quais a longo prazo o sistema se tornaria ineficaz, realidades que foram comuns a outras companhias majestáticas denotando as fragilidades deste modelo de exploração colonial[346].

Figura 40 - Ernesto de Vilhena em 1904. Dedicatória "Á minha mãe 6-8-904 (a). Ernesto de Vilhena". Fotografia de F. Coutinho, Lisboa, R. Ivens 53 © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

A passagem de Vilhena pelo Governo dos Territórios da Companhia do Niassa foi reconhecida pelos europeus locais que vivamente manifestam pesar pela sua partida em carta assinada no Ibo a 22 de Fevereiro de 1904 por Otto Fuchs, E. Oldenburg, L. Granier, Duque de Frias, R. M. Hanner, Hermann Pass e Fritz C. Kuhlemann[347]. Os

[346] A discussão sobre o modelo tem as suas raízes históricas, mas permanece polémica na bibliografia contemporânea, com interpretações díspares da mesma realidade objectiva (cf. Neil-Tomlinson 1977a e b, discutindo muitas das conclusões de Vail 1976, com resposta de Vail 1977). Neil-Tomlinson defende que, ao contrário do que aconteceu com a Companhia do Niassa, a Companhia de Moçambique alcançou sucesso económico e correspondeu às obrigações reguladas pela Carta de Concessão, mas Veil responde que o conceito de desenvolvimento não pode ater-se aos bons resultados financeiros e ao reinvestimento na economia local identificados por Neil-Tomlinson.

[347] Ernesto Jardim de Vilhena. *Companhia do Nyassa. Relatorios e Memorias Sobre os Territorios Pelo Governador*. Lisboa: 1905 - "Annexos": 3.

indianos britânicos residentes em Ibo subscrevem idênticos sentimentos: «*Notwithstanding the great many difficulties Your Excellency has had to contend with, Your Excellency with your rare abilities, prudence, precaution and care has always been successful in maintaining order, peace and tranquility; in short Your Excellency has turned the country from caos to cosmos*»[348]. Palavras de circunstância, decerto, mas correspondem à acção realizada, que se reflecte na longa lista de medidas administrativas que adoptou: reorganização dos serviços policiais (Dezembro 1902); novo regulamento provisório para a extracção e apanha da casca do mangal (Dezembro 1902); novas aplicações dos regulamentos de sanidade no Ibo (Dezembro 1902); decisões sobre as taxas dos selos postais (Janeiro de 1903); proibição de caça e morte de elefantes cujas pontas tivessem peso inferior a 5 kg cada uma (Janeiro 1903); alteração das taxas de emolumentos pela concessão de licenças para venda de bebidas alcoólicas e fermentadas e para casas de jogos de bilhar (Janeiro 1903); aplicação do regulamento de preceitos de polícia, limpeza e sanidade pública da vila de Ibo à cidade de Porto Amélia (Janeiro 1903); determinações proibitivas do engajamento de trabalhadores indígenas para fora dos territórios da concessão (Janeiro 1903); fixação do imposto de palhota a cobrar em 1903 e anos seguintes (Janeiro 1903); obrigatoriedade do registo de talhões de propriedade em Porto Amélia com direito a receber o respectivo título de posse (Fevereiro 1903); alteração à taxação sobre o gado criado para exportação (Fevereiro 1903); isenção de licença para os indivíduos que comprem, vendam ou exportem pérolas quando não acumularem este negócio com o de pedras preciosas não lapidadas e ouro e prata não amoedado (Fevereiro 1903); instruções sobre a cobrança do imposto de palhota (Fevereiro 1903); resoluções sobre descaminho de direitos sobre objectos não taxados por irregularidades em descargas não fraudulentas (Março 1903); suspensão do regulamento para a caça ou pesca da tartaruga (Março 1903); classificação das terras dos concelhos (Março, Maio 1903); modelos para registo da cobrança do imposto de palhota (Março 1903); aplicação dos preceitos gerais sobre sanidade marítima no regulamento de saúde da Companhia do Niassa (Abril 1903); decisões sobre as funções judiciais a desempenhar pelo director de fazenda e outros oficiais da fazenda (Abril 1903); aplicação do Regulamento para o serviço de correios ultramarinos (Maio 1903); determinação das funções do comandante do Corpo de Polícia Militar (Maio 1903); taxação do comércio de gergelim, amendoim e outras sementes e substâncias

[348] Idem. *Ibidem*: 4.

oleaginosas (Junho 1903); alteração dos limites do concelho de Tungue (Junho 1903); criação do quadro dos guardas da alfândega e determinação dos vencimentos (Julho 1903); decisão que fez recair sobre o Governador dos Territórios a responsabilidade pela concessão dos terrenos de 1ª classe (Julho 1903); decisões sobre integração de territórios nos concelhos já criados (Julho 1903); decisões sobre o funcionamento administrativo e pagamentos do Corpo de Polícia Militar (Julho, Agosto 1903); determinação das taxas de exportação da borracha (Julho 1903); determinação dos direitos de importação sobre vinhos, vinagres, cervejas e outras bebidas fermentadas (Julho 1903); cancelamento das licenças para a recolha de casca de mangal no concelho de Ibo para poder repor-se a perda sofrida (Julho 1903); isenção de direitos de importação e de imposto de consumo às águas minerais de origem nacional (Outubro 1903); alterações do quadro e vencimentos do pessoal do serviço de faróis (Dezembro 1903); decisões sobre autorizações de trabalho de indígenas recrutados para fora dos territórios (Janeiro 1904); criação do concelho de Lurio, com sede no posto militar do mesmo nome (Janeiro 1904); criação da taxa provisória de exportação de casca de mangal (Janeiro 1904); autorização para exportação de milho fino (Fevereiro 1904); atribuição de louvores ao bacharel de direito Alberto Carlos de Brito Lima e ao tenente Guilherme António Pottier de Lima (Março 1904).

A 26 de Março de 1904, Ernesto termina oficialmente a sua comissão e regressa de novo a Portugal.

No final de Abril, a 30[349], apresenta-se na sede da Companhia do Niassa, em Lisboa, onde receberá novo mandato para realizar a cartografia dos territórios e redigir os respectivos relatórios, trabalhos dados por concluídos no fecho desse mesmo ano em simultâneo com o termo do contrato laboral com aquela Companhia.

Da experiência na região do Niassa, e no arquipélago de Cabo Delgado, resultou não só a primeira prática efectiva no governo e administração coloniais que lhe conferiram um lastro de reconhecimento público - de que por exemplo faz parte a

[349] Regressou de Porto Amélia a Ibo no vapor alemão Safari a 16 de Fevereiro de 1904, viajando na companhia de Otto Fuchs, representante em Ibo da Companhia de África Oriental Alemã, de acordo com as informações publicadas no *Boletim da Companhia do Nyassa (...)*. *Anno de 1904*. Nº 73, 30 de Março: 585 e Idem. Nº 76, 30 de Junho: 601. Parte de Ibo em direcção a Lisboa no dia 26 de Março de 1904, segundo a informação constante do seu processo de oficial da armada (cf. referência já citada).

atribuição do seu nome a um forte construído na região de Lomué[350] - e político de monta, mas também a redacção de alguns dos textos pioneiros da obra dedicada a África, misto ainda de trabalho histórico, registo etnográfico e de reflexão económica, mas onde expõe claras ideias com projecção no futuro.

Durante este período da passagem pelo reino esteve, assim, ocupado com os trabalhos da edição autónoma do *De Tete a Quíloa* e na versão final do seu primeiro livro, também dado à estampa no ano de 1905, ainda sob iniciativa da Companhia do Niassa. No último, os *Relatórios e Memorias sobre os Territorios pelo Governador Ernesto Jardim de Vilhena* aborda um conjunto de temas geográficos, históricos e económicos e publica os relatórios oficiais da governação. Os títulos dos capítulos são aparentemente desconexos e levariam a supor uma obra sem unidade, mas acabam por documentar não só a sua gestão, mas tudo quanto daqui colheu para apresentar superiormente e que virá a constituir parte do fundo ideológico do programa colonial próprio, abarcando desde os princípios económicos aos valores culturais dos africanos. São estes, afinal, os prolegómenos de reflexão que desenvolverá noutras conjunturas e que correspondem, como Valentim Alexandre definiu, a uma visão dos povos submetidos, «*flutuando entre o etnocentrismo e formas mais ou menos explícitas de racismo*» (Alexandre 1995: 41).

No capítulo I, "Uma viagem a Macimboa", na realidade o relatório enviado ao conselho de administração sobre a viagem feita a bordo do vapor "Ibo" em Fevereiro de 1903, segue o estilo usual de redacção dos *Cadernos* pessoais. Parte de Ibo em direcção a Macimboa, «*em viagem de estudo*» (p. 1) notavelmente detalhada quanto a horas, aos pontos de referência da navegação fluvial de cabotagem na costa de Cabo Delgado, aos tipos de embarcações «*amphibias*» (p. 5) adequadas e ancestralmente usadas pelas populações locais para o comércio. Propõe um projecto para controle e fiscalização do trato ilícito - isto é, aquele que é realizado sem pagamento de direitos à Companhia -, através da introdução de um conjunto de lanchas simultaneamente adaptáveis às águas interiores e ao meio costeiro que, para além disso, deveriam estar preparadas para o

[350] Lacerda s.d. [1939]: 44, nota 1: (...) «*A êsse novo pôsto, montado quási no coração da grande região Lomuê, a uns 300 quilómteros de Quelimane, foi dado pelo comandante da coluna, o nome de forte de «Ernesto de Vilhena», por ter sido êste governador quem, sem os reclamos e os espalhafatos do costume, só com a grande fôrça de vontade que tem de se desempenhar bem do espinhoso lugar que lhe confiaram, acaba de alargar a área de acção das nossas fôrças, aumentar os nossos domínios e implantar a gloriosa bandeira das quinas em territórios até hoje fechados ao comércio, à civilização e ao progresso. Ernesto de Vilhena, continua, pois, a merecer da Pátria e a não desmerecer da reputação de que há muito gosa.*»

reconhecimento dos portos e o estudo hidrográfico. Em terra observa palmares e diversos tipos de plantas - recolhe algumas que enviará para a metrópole (p. 11-12) -, detém-se a registar a organização das aldeias e das povoações maiores, tipo de construção das palhotas e sua distribuição pelo local de implantação, os pontos fortificados; enumera as matérias cultivadas ou recolhidas e as respectivas quantidades enviadas à Companhia, em que se destaca a borracha, para cujo esgotamento alerta (p. 14); contabiliza os impostos cobrados; descreve as gentes nas suas características físicas e até comportamentais, identifica-lhes a religião, nomeia os chefes e as tendenciais vassalagens. Acerca de diversas questões enuncia as ideias pessoais, nomeadamente para as culturas agrícolas, para as quais considera necessário «*crear jardins de ensaio, tentar experiencias de acclimação* [sic] *de especies exoticas e a cultura especial da* Landolphia*, e seguros de podermos renovar assim artificialmente as reservas, libertar e fomentar o commercio do producto com o indigena. É isto que devemos fazer; que os commerciantes vão sem peias, sem fiscalisação, sem obstaculos pela terra dentro, que na costa haja maneira efficaz de tributar o producto, que a sua exploração scientifica pela creação de novas plantas e sua diffusão nos Territorios substituam o que de intensivo e imprevidente possa ter a exploração rudimentar do indigena.*» (p. 14).

O sistema integrado de administração deveria, sob o ponto de vista que defende neste relatório, partir de um conjunto de postos fortificados instalados no litoral, que funcionassem como a base de penetração da Companhia para o interior, organizados em concelhos que centralizariam também a cobrança dos impostos e onde confluíssem os serviços de correios terrestres, «*collaborando com os navios na policia e fiscalisação geral*» (p. 18).

Os capítulos II e III sob o título "A influencia islamica na costa oriental d'Africa" (primeira e segunda partes) podem classificar-se como um ensaio etno-histórico, que por mais duas vezes voltará a ser dado à estampa, logo em 1906 no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, por iniciativa da agremiação[351], e depois em 1910, como apêndice ao texto de *A mão d'obra agrícola em Moçambique*[352].

[351] *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*. 24ª Série. 1906: 133-146; 166-180; 197-218 - «*Com a devida venia se publica este interessante estudo, extrahido do vol. intitulado* Companhia do Nyassa, Relatorios e Memorias sobre os Territorios, pelo governador Ernesto Jardim de Vilhena*, 1905*.».

[352] Ernesto Jardim de Vilhena. *A mão d'obra agricola em Moçambique. Memoria para ser presente ao Congresso Internacional de Agronomia Colonial que se reunirá em Bruxellas em Maio de 1910*. Lisboa: Ministério da Marinha e Ultramar, 1910: Apêndice.

O objectivo é encontrar para o presente a fórmula adequada para lidar com as comunidades islâmicas instaladas na Zambézia desde há séculos, para o que empreende um raciocínio de cariz histórico. O argumento baseia-se na avaliação da influência islâmica nos territórios moçambicanos, exercida a partir dos sultanatos de «*Magadoxo*» (Mogadishu ou Mogadíscio, na actual Somália), Quíloa, «*Mascata*» (Muscat ou Muscate, hoje sultanato de Omã) e Zanzibar desde os primeiros séculos após a Hégira, durante o período de viagens de Descobrimento portuguesas e após a fixação portuguesa posterior, até ao presente. Ernesto de Vilhena segue a premissa de que foram as populações islamizadas estabelecidas nos litorais africanos e nas ilhas, muitas delas exógenas ao continente africano, migrantes vindas do Oriente a partir da Índia e da Pérsia, que controlaram o comércio costeiro e dominaram as populações indígenas acantonadas no interior dos territórios. É de parecer, no entanto, que as diferentes origens destas ondas migratórias não permitem concluir que todos os grupos professassem a mesma linha do Islão, o que teve efeitos nas relações diversas entabuladas com os povos autóctones e nos modos como estes irão receber a religião de Maomé, «*muito adulterada, reduzido, pode dizer-se, a um certo numero de crenças, preceitos e usos*» (p. 22).

Com a chegada dos portugueses inicia-se a disputa entre os europeus e os islamizados pelo monopólio das rotas comerciais; dessa altura datam os primeiros estabelecimentos lusos em Moçambique de que o autor conta a história detalhada baseado nas fontes dos séculos XVI e XVII, dominando eruditamente as obras de referência impressas, tal como notório no anterior *De Tete a Quíloa*. Desses centros estratégicos terá partido a influência portuguesa que foi minando o poder islâmico durante os séculos XV-XVI e XVII. No terceiro período em que divide a análise, chegando até ao «*presente*» (p. 41), mantêm-se as dissensões e avança claramente o domínio muçulmano, com a consequente penetração no interior do continente africano (p. 44-45) sustentada pelas alianças com os indígenas, controlando quase sempre o tráfico negreiro.

Em pleno século XIX, «*cafres*» e muçulmanos seriam na verdade manipulados pelos vários intervenientes europeus na disputa por África dividida em pequenas secções de impérios gigantes. Para Ernesto Vilhena este terá sido o tempo anterior à pacificação, fixação à terra, desenvolvimento económico e até de gozo de liberdade

religiosa (p. 47-48), abrindo-se então a via da civilização europeizante. Reconhece em África a existência passada de uma estrutura económica baseada na escravidão e no comércio dos povos - que, apesar de tudo, considera subsistir envolta em novas roupagens (p. 53) -, mas defende que a par dos árabes muçulmanos em África, os portugueses foram aqueles que melhor compreenderam o indígena[353], «*aquelles que melhor souberam, como os arabes, organisar o regimen da tutela, inseparavel da administração de raças inferiores*» (p. 54). Nesta arguição irá entroncar a análise do «*regimen dos prasos da corôa*»: primeiro define as características da instituição de cariz senhorial/dominial introduzida desde o século XVII na Zambézia; apresenta a tese de Oliveira Martins[354] defendida na comissão encarregada da reforma, em 1888, mas avança conclusões próprias. O regime dos prazos não seria mais do que o aproveitamento português de instituições pré-existentes na Zambézia, de origem «*bantu»* (p. 60) e a lei corânica não teria tido qualquer influência sobre o sistema; mesmo o pagamento do *«mussoco*», o tributo devido ao senhor, encontra-se em qualquer região em que os vencidos têm de pagar imposto aos vencedores, constituindo a relação económica estabelecida entre dominado e dominante, fosse em géneros ou em trabalho. O mesmo defende relativamente às guardas pessoais dos chefes autóctones, nas quais também não reconhece particular ligação com as sociedades de religião maometana, sendo antes características de quaisquer grupos em estado de guerra permanente, nas quais os senhores das terras se rodeiam dos sipaios - «*cipais*» - que protegem as suas pessoas e domínios.

Equipara estas premissas no momento civilizacional dos povos da Zambézia, particularmente dos *bantu*, ao estádio feudal da história europeia, naquela que podemos classificar a sua dependência ideológica de uma matriz darwinista social e determinista bebida na obra de Herbert Spencer (1820-1903). No fim de contas, foi na lógica fino-oitocentista que as ideias de Ernesto tiveram a primeira maturação e nem sequer estão distantes das de Oliveira Martins, por exemplo, quando este defende o princípio de que

[353] Sobre o conceito de indígena aplicado aos povos dos territórios da Companhia do Niassa desde o final do século XIX cf. Thomaz 2012. Sobre a generalidade do conceito no império colonial português cf. Silva 2010.

[354] Oliveira Martins. *Regimen dos prasos da corôa*. Lisboa: Ministério da Marinha e do Ultramar, 1897 que publica o «Relatorio da commissão encarregada de estudar as refórmas a introduzir no systema dos prasos da corôa da Zambezia», de 15 de Fevereiro de 1888. *Apud* Ernesto Vilhena. *Op. Cit.*: 57.

a verdade social encontra-se na natureza e que os «*fenómenos sociais não são mais do que a reprodução dos naturais*».[355]

Na exposição sobre o "Imposto de palhota", no Capítulo IV, confere ao tributo o carácter da obrigação devida pelo dominado ao dominador, isto é, ao povo invasor o que explica a resistência, muitas vezes violenta, da parte do grupo sujeito. O discurso de Ernesto Vilhena é neste tema muito directo: «*Esse tributo representa, em summa, da parte do europeu a imposição de um domínio, da parte do indígena e reconhecimento d'elle e a sua acceitação. Assim, vemos que em todas as colonias, ou outras possessões africanas, o dominio do povo colonisador, base fundamental da exploração da terra nas suas mãos, é tanto mais effectivo e completo quanto maior é a facilidade e a perfeição do lançamento e arrecadação do tributo de que se trata*.» (p. 73).

Considerando que a capitação do imposto não seria exequível, defende a fórmula aplicada pela Companhia do Niassa, baseada na cobrança de uma taxa fixa por palhota, «*embora mais tarde essa fórma se modificasse, evolucionasse, em summa, como tudo evoluciona na ordem social e economica*» (p. 74). Seguindo o raciocínio descreve as relações exemplares a manter com o "bom selvagem", que não devem passar pelo exercício da força desregrada, como conhecedor praticante da filosofia das Luzes: «*Entendemos, assim que se devem evitar as expedições propriamente ditas, isto é, aquellas que se traduzem pela morte de gente, queima de palhotas, aprehensão de gado e outros haveres; que se use de justiça para com o negro; que se não roubem as suas mulheres, e se respeitem os seus usos e costumes; que se trate, sobretudo, como uma creança, impertinente ás vezes, mas fundamentalmente boa»* (p. 75). O indígena devia ser submetido militarmente quando necessário, mas o regime policial ser substituído progressivamente pelo civil, «*mais tolerante, por natureza menos despotico, mais liberal, mais malleavel*» (Idem).

Nos exemplos práticos que apresenta para a administração *in loco* neste particular da cobrança do imposto, enuncia por escrito a capacidade inventiva pessoal de organização, de sistematização, de rigor no registo do detalhe e controlo que caracterizam a sua personalidade nas múltiplas situações e actividades em que se envolverá noutras fases e espectros da vida, afinal reconhecíveis métodos muito próximos da seriação museográfica e de inventário. Assim, os recibos do imposto -

[355] *Apud* Ramos 1992: 498.

«*bilhetes*» - «*poderão ser impressos em panno branco consistente, e não absorvente, a tinta vermelha, se fôr possivel*. *No rosto teriam: Companhia do Nyassa - 190...- Concelho de ... - Nº .... No verso: Nome... - Povoação...- Chefe...-Cobrança...- O chefe do concelho... a numeração poderia ser impressa, mas distincta para cada concelho. O numero de bilhetes a imprimir variaria com a maior ou menor cobrança em cada um d'elles, e nada se perderia, porque para cada um se aproveitariam os bilhetes em deposito pelo accrescentamento, a tinta, do algarismo 4, 5, etc; a seguir às lettras já impressas do anno*.» (p. 80).

A exposição sobre a melhor forma de cobrança do imposto nos territórios adstritos à Companhia do Niassa acaba por lhe servir de mote para a descrição da geografia humana, física e política, na clara asserção de que o domínio só pode ser exercido por aqueles que detêm o conhecimento local e que depois o delegam nas chefias dos pequenos círculos administrativos (concelhos) que, na perspectiva que sustenta, devem ser os intermediários directos nas relações a estabelecer com os poderes indígenas (p. 93-95; 105).

Quanto à "Contribuição industrial, predial e outros impostos" com que se ocupa no Capítulo V, estes são considerados fundamentais à complementaridade-totalidade do regime tributário que é a fonte de receita para as nações colonizadoras (p. 125), cuja regulamentação ideal devia basear-se, conforme opina, na «*liberdade absoluta de commerciar na costa e no interior, quando e de que fórma quizessem, fiscalisação do littoral e das fronteiras de modo a assegurar a tributação efficaz dos artigos do commercio importados e exportados*» (p. 131). Para as propriedades urbanas sugere que o critério de lançamento das taxas seja estabelecido por metro quadrado, enquanto as propriedades rústicas «*nós isentaríamos por completo de contribuição*» (p. 146).

A "Importação e comércio de pólvora e armas" (Capítulo VI) reflecte todas as práticas que identificou nos Territórios da Companhia do Niassa, sujeitas a sucessivas regulamentações, que não considera contrárias ao estipulado nas resoluções da conferência de Bruxelas de 1890, cuja doutrina visava a repressão do tráfico de escravos pelo controlo do acesso às armas de fogo e material bélico enquanto instrumentos da manutenção pela força do comércio humano. A ideia de que a proibição do comércio de pólvora e armas produziria a paz é, para si, inequivocamente utópica, até pela permeabilidade dos contactos com possessões coloniais de outros países europeus (p.

164-165). De acordo com estes pressupostos, redigirá um novo regulamento para a matéria submetido à direcção da Niassa, que inclui na obra.

"A costa marítima dos Territórios" (primeira e segunda partes correspondentes aos Capítulos VII e VIII) constitui um importante excurso geográfico do espaço em que exerce o poder. Fortemente imbuído da capacidade de observação e de registo sustentados pelo rigor científico das referências aos locais e pela minúcia da descrição da natureza, mostra o quanto viajou para conhecer e identificar em terra, navegando na orla costeira ou no conjunto das ilhas que integravam a área de concessão da Niassa.

Mais do que um roteiro no sentido tradicional, podem classificar-se como retratos escritos das parcelas do espaço em que se movimenta, por vezes ampliados ao máximo, incluindo informações sobre as possibilidades de navegação, sem que todavia tenha plena consciência da amplitude do exercício próprio que qualifica apenas como «*rapido esboço da costa maritima*» (p. 185).

Compara dados colhidos pessoalmente com elementos cartografados e balizados pelos seus pares da Armada, e mesmo com os registados nas cartas produzidas por nações concorrentes - refere-se à «*carta ingleza*» com muita frequência -, recupera informações das leituras históricas e confronta-as com a experiência real do terreno[356], descreve topografias e terrenos de cultivo. Entre o discurso escapam-lhe impressões da sensibilidade pessoal: fica assinalado o seu encanto pela ilha de Ibo repleta de coqueiros, «*apesar de habituados ao luxuriante das terras tropicaes e a um certo numero de quadros que em todas se admiram, e que são ainda, para quem seja um pouco artista um dos grandes attractivos do meio, podemos dizer que é talvez o Ibo aquella que mais agradavelmente nos impressionou.*» (p. 200).

Desde este momento específico manifesta publicamente o vínculo telúrico e solar com África, construído de fascínio, que não voltará a abandonar nas descrições de sua autoria, esteja remetido para o recato da intimidade dos *Cadernos de Viagens* ou

[356] Ernesto Vilhena. *Op. Cit*.: 196 - «*Como vestígios do dominio portuguez encontramos na ilha Macaloé, junto á ponta mais occidental, as ruinas de um edificio que parece ter sido um forte: a sua posição especial, no ponto mais proximo da terra firme, como sentinella velando pela segurança dos habitadores contra o risco provavel das incursões dos naturaes, confirma a supposição. Pode vêr-se, na carta chorographica do coronel Palma Velho a sua planta, que mostra um recinto em fórma de trapezio equilatero com baluartes nos quatro angulos e, annexa á base maior, uma outra construcção em quadrado com divisões e subdivisões internas. Segundo a escala, a base do trapezio deve ter cincoenta metros de extensão. Suppomos que a orientação da planta não é a verdadeira; a base menor deveria fazer face ao continente, ou, de uma maneira geral, ás partes de onde se receava o ataque.*».

expresso no papel para outros lerem, como nesta primeira e longa passagem de carácter confessional que não tem peias em dar à estampa: «*Quadros semelhantes observam-se usualmente nas terras de entre os tropicos, mas para os reproduzir cabalmente, para dar d'elles a sensação justa e intensa, seria preciso tambem reconstituir no conjuncto o scenario inolvidavel de que fazem parte, dar a impressão forte e profunda d'esse sol brilhante, tão differente do nosso, que inunda o ceu e a terra de uma luminosidade aguda e dá cores preciosas e contornos nítidos a todas as cousas; que recorta finamente as folhas das palmeiras, tirando d'ellas brilhos metallicos, ainda não observados em outras partes; que faz rebentar da terra, densa, opulentissima de seiva, de côres bem pronunciadas, toda uma vegetação variadissima nas fórmas, nas proporções, na utilidade, que dá aos naturaes a molleza no trabalho, a voluptuosidade no amor e que, em summa, derramando a jorros a vida intensa, dá aos sentimentos maior exuberancia, ás paixões maior ímpeto, á vida de trabalho de certos europeus uma actividade e uma febre toda artificial, toda em detrimento do organismo mas, de uma producção enorme, irrealisavel nos climas temperados. Um meio tão particular, de elementos tão diversos d'aquelles que nos affectam na vida normal das terras civilisadas, só o comprehende e sente bem quem uma vez esteve sob a sua influição; fóra d'isso, a intelligencia pode reconstituil-o em parte, pode comprehender-lhe o mecanismo, reproduzir mesmo, por um trabalho todo de sympathia, parte das sensações que lhe são proprias, mas ainda assim, elle ha de permanecer sempre intraduzivel no que tem exactamente de mais caracteristico. E quem uma vez esteve submettido a essa influencia, ha de sempre, mais ou menos, sentir a sua falta, sobretudo se pertencer á classe tão especial dos homens que, de sentidos extremamente perfeitos, com uma receptividade anormal, talvez doentia, para as impressões exteriores, passam a vida accumulando sensações e dando-as em alimento a uma intelligencia insaciavel.»* (p. 202-203).

Nas sensações únicas e pessoais transmitidas pelos sentidos, que rotula de «*artísticas»,* emprega a mesma fórmula ao olhar alguns tipos de mulheres e de homens indígenas, justificando-se com uma citação transcrita de Taine[357], «*O que cada um sente é-lhe proprio e particular, como a sua natureza; o que eu sinto depende portanto do que eu sou.»* (p. 203). Algumas das raças mais próximas da natureza, menos civilizadas

[357] Hypollite Adolphe Taine (1828-1893).

portanto, são mais belas, possuem uma «*belleza natural*» superior, que mais profundamente impressiona, detalhando as características anatómicas a que se refere, esteticizando apreciações típicas da antropometria[358] (p. 204). Mostra-se sensível à proporção e à harmonia da composição dos membros dos corpos dos «*cafres*», às mãos, aos gestos: «*o que tinhamos á nossa vista era um modelo completo e perfeito de estatuaria, a perfeição na belleza mascula tão procurada pelos antigos, tão raras vezes realisada na arte, e que tanto nos impressiona ainda hoje*» (p. 205). Contudo, a adulteração do sangue trouxe consigo não só a diversidade dos caracteres físicos, como o «*abastardamento da raça*» (p. 206), a mestiçagem, de que não resultaram tipos perfeitos nos homens, ao contrário dos tipos das mulheres em «*que se mantém ainda uma certa nobreza e correcção, comquanto cheios, envoltos em carnes, outros mais finos, mais gracis, mais maleaveis, bastante afastados do primitivo fundo negro; iamos dizer, quasi typos de mulher europeia e moderna*» (Idem).

O tema entusiasmara-o e nele se alonga. As regras da descrição são as da leitura estética que mais tarde aplicará às imagens esculpidas, postulado discursivo que é importante registar, e sublinhar, e por isso aqui o transcrevemos: «*Aqui está um outro typo ainda differente, com mais arte no vestuario, apesar de mais proximo do fundo negro a que pertence. Não é mestiça, ou, se algum sangue estranho tem, é em pequena proporção; a sua cór é de macúa, mas nas linhas do rosto apparece já uma regularidade não habitual; a carapinha está bem plantada sobre o craneo, sem faltas, bem cortada, o nariz é regular, os olhos bem abertos. É alta, delgada, sem ser magra; os tornozellos finos e bem torneados elevam-se do pé, que assenta, descançado, sem esforço, cobrindo bem o solo; d'elles subindo e abrindo-se surge o corpo. Está simplesmente vestida, o clima não permitte trajos embaraçosos, apenas os pannos e o* quimão*; este, enfeitado de rendas e os pannos, lançados com elegancia, descem de alto*

[358] Sobre o desenvolvimento da antropometria em Portugal, entre os meados do século XIX e a primeira metade do século XX cf. Madureira 2003. Sobre a aplicação da Antropologia Física à construção imperial portuguesa do fim do século XIX cf. Santos 2005 e Santos 2012. Em 1910, no texto *A mão d'obra agricola em Moçambique* é mais notório o enquadramento rácico do indígena que vai buscar à "Etnografia", subdividindo a raça negra *bantu* nos tipos *botonga*, *macacanga, tonga,* (p. 20), *vatua*, *angoni* e *mafite*. (p. 15). Noutros territórios moçambicanos identifica ainda outras raças e sub-raças como os *macúa*, os *mavias,* os *macondes*, os *yaos*, os *maguangaras* (ramo da raça *zulu*), os *anhanjas* (p. 16-17), da raça dos *cafres,* os *maganjas, bororos, massingires, m'alolos, lomués, cocolas, tacuanes, encenes, mabalanes, manháuas, lycungos*, *anguros, ajáuas, machonas* (p. 18), *munhae, muzezuros, sengas, maraves, angonis, macangas, macangueiros* (p. 19), *manicas, machengué, mabuende, madanda, makalanga* (p. 20), entre outros. Para a identificação destas raças e suas sub-divisões serve-se muitas vezes das fontes históricas (Idem. *Ibidem:* 20).

a baixo em prégas e rugas, envolvendo o corpo em linhas de estatua. E todo o encanto está na forma simples e original de lançar esses pannos, na belleza decorativa da posição que tomou. As côres tambem são combinadas com grande harmonia, escuras n'este caso.» (p. 207).

Na realidade, acaba por ter de explicar-se pelo empolgamento, pois em matéria colonial nada do que diga respeito aos povos indígenas pode ser menosprezado, nem o estudo das raças, dos usos, dos costumes - o que designa como o «*seu estudo esthetico*» (p. 208) -, da distribuição e hierarquia sociais, das diferentes condições de vida dos grupos que vão desde a alimentação, a habitação, as línguas faladas, as características do mestiço, a escravidão "envergonhada" mas real, a servidão, o sexo, a vivência religiosa, a morte, concluindo que só conhecendo se coloniza e só assim se administra, em estreita comunicação entre colonizador e colonizado. Para que o colonizado possa ser compreendido devem também ser analisadas as circunstâncias ambientais de que o homem não é mais do que uma consequência lógica. Só assim se chegará a conclusões «*positivas*» (p. 221).

No capítulo IX intitulado "O Mataca" o discurso altera-se. Trata agora das expedições militares, das investidas contra o chefe indígena sublevado desde 1899 e do estabelecimento de um posto militar, que empurraria a extensão do domínio territorial da Companhia do Niassa até ao Rio Rovuma[359]. O tom é narrativo, bélico quanto convém, recheado de algum anedotário na identificação dos guerreiros indígenas e dos seus conselhos, das astúcias dos régulos nas suas vassalagens, da sucessão de rebeldias e submissões, até ao relato dos acontecimentos verificados em 1903, durante o período da sua administração, que conta passo a passo dando a conhecer a prudência e a diplomacia de que usa ao lidar com a ameaça sempre latente.

Ao partir, em 1904, considera que as rebeliões dos régulos só serão apaziguadas «*Consolidando gradualmente a occupação que existir, da costa para o interior; augmentando o numero de postos ao longo da linha de communicações, fazendo que se alastre a sua acção»* (p. 293); e, senão, restabelecendo a paz com os insubmissos através de acções militares, levadas a cabo por expedições sólidas em efectivos e meios que pudessem intervir na ocasião mais propícia.

[359] Sobre a expedição contra o Mataca cf. Pélissier 2006: 255 e ss.

Em "O Maúa (Exploração geographica dos Territorios)", Capítulo X, vai buscar o nome deste régulo lendário, que dominava sobre a área junto ao rio Lurio, para apresentar a expedição exploratória de 1902 às suas terras, encabeçada pelo 2º Sargento Carlos Humberto da Graça, que visou o reconhecimento territorial para posterior ocupação pela Niassa. Este pretexto leva-o à redacção do historial de todas as expedições empreendidas nos territórios entregues à Companhia do Niassa para dar a conhecer os esforços de investigação geográfica, de pesquisa mineira ou de qualquer outro carácter, iniciadas cronologicamente nos primeiros anos do século XVII com o itinerário de Bocarro (1616).

Os Capítulos XI, "Industrias", XII, "Agricultura", e XIII, "Commercio", são votados ao fomento económico dos territórios da Companhia. O diagnóstico da situação que encontrou nestes sectores - rudimentares actividades quando praticadas pelos locais; pouco eficientes e quase nulas quando de iniciativa europeia - serve de base ao lançamento de propostas efectivas de desenvolvimento e novas regulamentações, que desde logo acredita dependerem em absoluto da construção do caminho-de-ferro. Quanto ao comércio com a metrópole, era urgente o «*estabelecimento definitivo*» (p. 427) de carreiras regulares de vapores da «*Empreza Nacional*» (Idem) entre Lisboa e os portos moçambicanos, até então prejudicado «*pela incerteza das carreiras da Deutsche Ost Afrika Linie e tambem pela longa duração das viagens*» (Idem).

Do período decorrido entre 1902 e 1905, o espólio pessoal de Ernesto de Vilhena conserva fundamentalmente os dados relativos às nomeações para os sucessivos cargos que ocupa, como o historial na hierarquia da Armada, além das fotografias pessoais. Da colecção dos *Cadernos de Viagens* perdeu-se o *Nº 1* (ou reaproveitou-o o autor para os seus textos impressos?) que, com toda a probabilidade, diria respeito a este intervalo de tempo. Iniciou a redacção do *Nº 2* em Fevereiro de 1906, portanto já na Zambézia, como adiante acompanharemos. Apesar disso, as publicações que comentámos, a cartografia e as fotografias de sua autoria que mostramos, enriquecem o seu retrato de personalidade e têm de ser consideradas em qualquer biografia de gosto.

O discurso fotográfico de Ernesto de Vilhena em termos de utilização técnica, com excepção feita para os trabalhos de alguns dos fotógrafos que participaram nas

expedições exploratórias, encarregados de registar novas realidades e alteridades[360], constitui um caso ainda raro de produção pessoal entre os seus pares colonialistas[361] devido sobretudo à falta de divulgação dos espólios. O código fotográfico podia fornecer uma descrição científica, descritiva, logo realista e demonstrativa[362], ser um modo de conhecimento e notação etnográfica, mas como vemos nestas provas poderia resultar daqui uma expressividade essencialmente icónica, própria do executante amador.

Sabemos que frequentou aulas de fotografia na Escola Naval e estes exemplares de sua autoria executados no início do século XX demonstram a rápida adesão de Vilhena a tão moderno processo de reprodução do real. O Comandante continuará na sua profissão de administrador de grandes empresas coloniais a recorrer a ele enquanto instrumento e documentário, como Nuno Porto mostrou no âmbito da análise do Museu do Dundo da Companhia de Diamantes de Angola, onde foi reservado à fotografia um importante papel mediador entre imagem, conhecimento e dominação[363]. Ao nível da simbologia dos objectos, Nuno Porto dá a notícia de, ainda em Novembro de 1998, o Museu Nacional do Dundo conservar uma das primeiras câmaras fotográficas pessoais, de película, «*utilizada pelo Comandante Ernesto de Vilhena aquando da sua visita às explorações, em 1922*» (Porto 2002: 163). Ao longo desta tese procuramos deixar também documentada a associável necessidade do auto-retrato fotográfico, da

[360] Matéria que em Portugal só desde o início desta nossa década começa a suscitar significativo interesse científico e editorial, com destaque para o mais recente *Moçambique / Manoel Pereira (1815-1894). Fotógrafo comissionado pelo Governo Português*, publicado por Luísa Villarinho Pereira e lançado na BNP em 15 de Maio 2013, dedicado ao trabalho de Manoel Romão Pereira, fotógrafo da *Expedição Photographica* de Moçambique proposta ao Ministro Ressano Garcia. Destacamos também aqui o trabalho do fotógrafo Manuel Sertório de Almeida Aguiar (1843-1909) que acompanhou Henrique Augusto Dias de Carvalho na expedição ao Muatianvua, entre 1884 e 1887 e a registou em 287 fotografias organizadas em Álbum (BNP Purl 23726). A obra de Henrique de Carvalho foi publicada posteriormente, em 1892, e dedicada ao «*Conselheiro Julio de Vilhena*» (Carvalho 1892). Uma perspectiva sobre «*ocupação imagética*» das colónias pode ser consultada em Martins 2012. A abertura do campo epistemológico implica a definição de uma cultura visual colonial a que, no entanto, a bibliografia portuguesa tem sido apenas sectorialmente sensível, destacando-se as obras de Pereira 2010 e Martins 2012.

[361] O registo fotográfico feito por militares destacados em África ainda é terreno praticamente virgem de investigação, salvaguardados os resultados tratados pelo IICT e disponibilizados ao público em plataforma digital. Note-se, por exemplo, que Eduardo de Noronha (1859-1948), oficial do exército, futuro jornalista e director do *Novidades*, durante o tirocínio em Moçambique não só escreveu um diário que mais tarde lhe serviu para as narrativas publicadas no *Em Redor de África*, como lhe juntou 34 fotografias, como faz constar do subtítulo da obra *Narrativa succinta de factos verdadeiros e de impressões colhidas em flagrante. Ornada com Trinta e Quatro Reproducções Photographicas* (cf. Noronha 1915).

[362] Barthe 2011: 154-157

[363] Porto (Coord.) 1999.

presentificação em lugares e épocas, da memorização pessoal nos diferentes estádios da vida de Ernesto de Vilhena.

Em Março de 1902, Vilhena dedica-se ao registo "coleccionista" de tipos humanos. Parte da observação antropológica no terreno. Em Zanzibar inventaria na realidade presente o "outro" e o "exótico", em situações que vai recuperar da sua memória visual construída literariamente, tomando em consideração as fontes que localizámos para os seus clichés e que aqui seguem reproduzidas. Tal acontece designadamente com duas das peças que ilustram a então recentíssima obra de Charles Simond, *Les Français en Afrique au XIX^e Siècle*, publicada em Paris em 1901 e cujo subtítulo *Ouvrage orné de 43 cartes et de 247 photographies* nos dá a dimensão da importância que a arte fotográfica passara a ter nos discursos de construção dos impérios[364], na senda da que a representação cartográfica tinha adquirido há muito quanto ao domínio do espaço. Todavia, apesar da repetição estereotipada das poses e dos adereços dos retratados, os diferentes ensaios das mulheres com cântaro denotam o gosto de Vilhena pela fotografia enquanto imagem e, atrevemo-nos a dizer, enquanto imagem imbuída de beleza, que empurram inevitavelmente estas provas fotográficas para a categoria de ícones, para lá do valor documental de que estão carregadas e de funcionarem como padrões de evidência semelhantes aos das ciências da natureza (Novaes 2009: 13).

Se na obra de Simond as fotografias inseridas ao longo do texto figuram muitas vezes como notas de rodapé fora de sítio, desarticuladas da narrativa imediata, a existência autónoma das experiências fotográficas de Vilhena permite atribuir-lhes uma classificação equidistante dos seus textos: o relatado no texto escrito e o visualmente impresso completam-se, as sensações são semelhantes, a apropriação do real faz-se do mesmo modo, só o *medium* se transforma.

[364] Silva 2009; Barradas 2009; Jerónimo 2010: 17-21.

Figura 41 e Figura 42 - Ernesto de Vilhena. Mulher com um cântaro (2). 15 Abril 1902, papel directo de colódio ou gelatina © IICT-AHU

Figura 43 - "Femme nubienne". In Simond 1901: 237.

Figura 44 - Ernesto Jardim de Vilhena, 15 de Abril 1902 © IICT/AHU

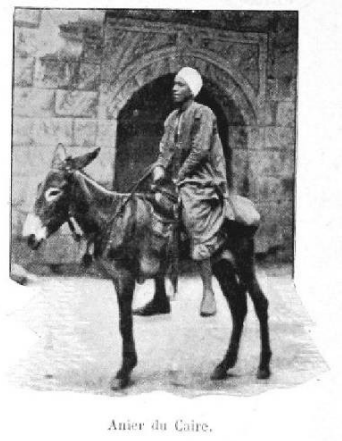


Figura 45 - "Anier du Caire". In Simond 1901: 268.

Neste primeiro conjunto há ainda a salientar a notícia de que estas fotografias, datadas de 1902, terão sido reveladas no Cairo. Passado o Suez e alcançada Alexandria, aproveita a oportunidade para dali partir (em caminho de ferro?) e visitar a histórica metrópole egípcia, como era costume dos viajantes do *Grand Tour* mediterrânico, de acordo com a sua curiosidade cultural e o fascínio pelo Oriente partilhado com a sua geração.

Nas paisagens de 1905, Vilhena torna-se mais descritivo, aplicando os dotes fotográficos para dar loquacidade à notação histórica e documental. Para além da sensibilidade ao poder das belezas naturais que tão expressivamente deixara escrita e se mimetiza no retrato do rio Chilomo, são as provas da construção da Companhia do Zambeze que fixa para a memória da posteridade.

46

47

48

Figuras 46, 47 e 48 - Ernesto Jardim de Vilhena. Chilomo, Moçambique: Vistas das Instalações da Companhia do Zambeze. 1905. Albuminas sobre papel. © IICT/AHU

Nos primeiros dias de Janeiro de 1905, posicionado na hierarquia naval como 1º tenente da Armada, é nomeado para o cargo de Governador do distrito da Zambézia[365]. A 23 do mesmo mês, assume o comando interino da esquadrilha do Zambeze, decorrente do exercício das novas funções governativas que irá desempenhar até 18 de Abril de 1907. Apresenta-se ao serviço em Quelimane a 29 de Março seguinte. Regressa, mais uma vez, a terras de Moçambique.

Figura 49 - Ernesto de Vilhena, 12 Setembro 1905. Fotografia de J. P. Fernandes Photographer © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

João de Azevedo Coutinho era agora o Governador-Geral da província de Moçambique. Ernesto de Vilhena visita-o em Lourenço Marques, onde é convidado para o palácio[366]. A relação de ambos irá perdurar em Lisboa logo a seguir à estada na Zambézia, entre 1909 e 1910, na altura em que Ernesto de Vilhena é chamado à chefia do gabinete do «*herói do Barué*», então Ministro da Marinha e do Ultramar (1908-1910).

[365] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA. Carta patente com a nomeação de Governador do Distrito da Zambézia, assinada por D. Carlos, datada de 4 de Janeiro de 1905.

[366] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de Viagens. *Caderno de Viagens Nº 2*, ms., 1906-1907: [22 de Abril 1906] «*Aqui fico effectivamente durante toda a minha permanencia, de 22 a 16 (...)*».

Em Outubro e Novembro de 1905 destaca-se pelas medidas tomadas durante a epidemia de peste bubónica que assolou a região de Chinde, preventivas de um temido alastramento a Quelimane[367]. Por esses relevantes serviços será louvado pelo Governador-Geral da província de Moçambique, em face do zelo e dedicação empregues com «*enexcediveis esforços para a debelar e evitar a sua propagação*»[368]. Na governação da Zambézia não terá agido de modo muito diverso do já experimentado ao serviço da Companhia do Niassa. Viaja com frequência pelos territórios, facto documentado também pelos seus subordinados, como aconteceu com o itinerário até Maganja da Costa que o alferes ajudante Artur Meireles de Vasconcelos passou a carta[369].

Os apontamentos anotados nos *Cadernos* dão conta de deslocações permanentes aos diferentes prazos de onde colhe notícias sobre dimensões fundiárias, produção agrícola, modos e qualidade do trabalho ou pagamento de impostos. Visita missões, que considera centros fundamentais para a promoção da pacificação e da civilização do indígena[370]. Neste contexto é notória a reflexão sobre um novo tema da ciência colonizadora, isto é, a educação do indígena e as bases em que se deve constituir o sistema educativo na Província e, em particular, no distrito que governa, matéria que será reportada superiormente[371].

Após analisar os diferentes modos como outros países colonizadores entendem a questão do ensino e os métodos que aplicam, explica o modelo pessoal cujas premissas fundadoras são «*A simples analyse geographica da terra e do seu clima, das condições physicas e mentaes do indigena e da forma por que se realizou a colonização*» (p. 352),

---

[367] AHU, Direcção Geral do Ultramar-Direcção Geral das Colónias. Nº 217 - DGU, 2ª R, 1895-1915, Companhia de Moçambique, 1ª S, Procº 15- a).

[368] Conforme Portaria Provincial de Moçambique publicada em 29 de Março de 1906: cf. Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA. Processo de Oficial da Marinha, "Louvores".

[369] Maganja da Costa: *Itinerarios da Viagem do Exmº Governador Ernesto de Vilhena*. 1906. Por Arthur de Meyrelles de Vasconcellos, Alf. aju.te. Escala 1:250 000 ; [S.l. : s.n.], 1906. Manuscrito colorido sobre tela. IICT- HU, Pasta04-005 MLITGJIU.

[370] Visitas de que, por exemplo, Monsenhor Gustavo Couto deixou memória impressa em 1926, ao transcrever as palavras de Ernesto Vilhena no *Livro dos visitantes da Missão de S. Luiz Gonzaga do Malatana em Angoxe, província de Moçambique* quando ali regressou em 13 de Julho de 1919*: «Sempre advoguei a conservação e multiplicação das missões religiosas portuguezas catholicas, como um dos mais efficazes instrumentos da grandiosa obra da occupação do nosso territorio africano e da civilização - bem compreendido - dos seus indigenas. A missão de Malatane com as suas edificações, as suas amplas culturas e officinas, tudo creado e regido pela incontestavel competencia e força moral dos seus Padres, é mais um exemplo, que poderei apresentar em defeza das minhas ideias*.» (Couto 1926: 125-126).

[371] Ernesto Jardim de Vilhena. "Nota-relatório enviada à Secretaria Geral em 12 de Janeiro de 1907. In *Relatorios e Informações, ano de 1910*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1910: 350-355.

subentendendo-se a importância que detinha a moderna ciência da climatologia quer na diferenciação geográfica, quer na determinação de paradigmas de colonização e de processos de civilização. Lourenço Marques, povoada por nacionais e estrangeiros, constitui um ponto de transição entre o Cabo e os trópicos. Aqui a «*facilidade de adaptação dos europeus é maior do que nos districtos do norte, mas o indigena não é um elemento dispensavel.*» (p. 353) Perante esta realidade social a estrutura escolar deve prever uma instrução primária especial para brancos, uma instrução primária elementar para o indígena «*que o torne menos selvagem, menos arredio, mais apto a aprender os conhecimentos proprios do mister que será chamado a desempenhar, que abra um pouco, não digo a intelligencia, mas essa esperteza natural do negro»* (p. 354). Desta forma alargar-se-iam os pontos de contacto entre brancos e negros, previdentes de desinteligências. Aos indígenas mais expeditos nas letras, uma instrução complementar desenvolveria o espírito, colocá-los-ia perante as ideias do europeu e forneceria material humano para cargos simples de administração. Para os mais capazes manualmente, o ensino devia ocorrer em escolas oficinais aptas a formar mão-de-obra tecnicamente hábil. As escolas comerciais seriam vias de instrução secundária que ministrariam escrituração, contabilidade e línguas estrangeiras. Seria ainda importante formar mestres da escola primária entre os indígenas, necessários para ensinar as populações em crescimento.

A Zambézia, acentuadamente tropical, estava «*destinada pelas leis fataes da colonização a conservar o seu caracter de colonia de exploração propriamente dita, em que os recursos da terra serão sempre aproveitados por agencia de um reduzido numero de brancos governando a massa submissa dos indigenas. Chegou o portuguez seculos antes, conquistou, submetteu, pacificou e organizou o paiz.*» (p. 354). A economia necessitaria portanto da força braçal, mas também do negro operário e artífice, capataz e feitor, pelo que bastaria uma educação primária básica.

A tese em causa, quanto a Ernesto de Vilhena, não era exactamente como «*instruir*», mas antes «*Ensinar, mas ensinar com parcimónia*.» (p. 355). Na realidade, os seus pressupostos sobre a educação do indígena têm paralelo nas teorias saídas da pena de Eduardo da Costa, antigo governador do distrito de Moçambique[372], no *Estudo*

[372] Pélissier 2006: 242.

sobre a Administração Civil das Nossas Possessões Africanas de 1903[373] e herdeiro de muitas das ideias defendidas décadas antes por António Enes ou Mouzinho da Silveira (Alexandre 1998: 139), e integram-se na temática mais alargada da missão civilizadora da colonização europeia, portuguesa em particular, com conexão imediata às questões do trabalho e do estatuto do indígena tal como o estudo de Manuel Bandeira Jerónimo veio recentemente pôr em relevo (Jerónimo 2010). Em poucas palavras, tratava-se de «*Educar pelo trabalho*» (Rodrigues 2007: 195).

Nos relatórios apresentados sobre a cultura da borracha e sobre a cultura do algodão, na vertente económica da administração do distrito, denota o conhecimento apurado das capacidades de rentabilização dos diferentes territórios e antigos prazos agora na alçada da sua jurisdição e também sobre a laboração praticada nestes sectores produtivos, por companhias como a Luabo e a Boror, subsidiárias da Companhia de Moçambique, no que dizia respeito ao algodão. Quanto à borracha, sugere a aplicação do que já ensaiara, com bons resultados, no aproveitamento deste recurso vegetal na legislação redigida anos antes para a Companhia do Niassa[374].

Por vezes o ânimo e o vigor empregues na gestão são quebrados pelo *spleen,* pelas contradições de sentimentos, pela paixão amorosa que domina sobre a da terra de África. Na noite de 21 para 22 de Fevereiro de 1906, um violento temporal ciclónico varreu Quelimane. No rescaldo matinal lamenta a queda do eucalipto grande do quintal «*que era uma bella arvore* (...).» e, nostálgico, confessa: *«Tive pena d'ella, lembrava-me muito o eucalyptho grande da Lamarosa, a quinta e toda a minha vida de então».* De seguida regista que está a ler uma obra sobre Jules Michelet (1798-1878), autor em quem admira a prodigiosa actividade intelectual e «*que era, incontestavelmente, um genio»* mas todavia, manifesta não entendê-lo, «*como elle amava ao mesmo tempo, e que baralhada faz dos marcos do amor com os da historia. Custa-me perceber como é que um homem tão profundamente instruído (...) acreditava ainda no amor, e amava com intensidade, uma blas-bleu que não era ella outra cousa. Que homem! Aquelle desejo de querer elevar a mulher ao seu nivel sempre é uma tal utopia (...)».*

[373] *Apud* Alexandre 1995: 44 e nota 6.
[374] Ernesto Jardim de Vilhena. "Cultura da borracha. Districto de Quelimane. Informações do governador Ernesto Jardim de Vilhena". In *Relatorios e Informações. Annexo ao «Boletim Official»*. Lourenço Marques, 1908: 17-19 e "Cultura do algodão. Districto de Quelimane. Informações do governador Ernesto Jardim de Vilhena". In *Relatorios e Informações. Annexo ao «Boletim Official»*. Lourenço Marques, 1908: 38-39.

Na página seguinte, dias passados, novo desabafo: «*Hoje, 27 de Fevereiro olho em volta de mim e nada vejo que me anime a viver. (...) Leio a carta d'ella e não me animo, olho para as minhas janelas é ainda o mesmo. Que será de mim?*». Na linha de baixo exclamará, já em «*10-3 - Mas como é o nosso espirito! Hontem ao dizerem-me que o Amear* [sic] *não conseguirá a renovação do meu documento fiquei contente, por me parecer o meu relatorio deveria ter contribuido para isso, quando, no fim de contas nem mesmo sei se chegou a ser enviado para Lisboa! (...) Fico contente por me parecer que tudo isto é o resultado do meu esforço.».* A 19 de Março escreve «*Passa o tempo rapidamente. Aqui ha dias deu-me como que uma especie de aborrecimento e passei a sentir o cansaço de escrever. E então segue o desejo intenso de a ter ao pé de mim. Amo-a eu finalmente? Não sei: umas vezes ardentemente, outras nada. Não sei. No fim a verdade é que eu não sou bem como as outras creaturas, creio que não fui feito para ter amores ou amizades. Sou talvez dos que nasceram condemnados a viver sós, desejando e não podendo (...)».*[375]

Figura 50- Maria Amélia Queriol Vasconcelos Porto aos 20 anos. Foto Vidal & Fonseca, Lisboa, 1904. © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

[375] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens*: Caderno de viagem Nº 2*, ms, 1906-1907.

No dia 16 de Abril de 1906 assinala a vermelho sobre o texto escrito no mesmo *Caderno de Viagem Nº 2: «1ª Viagem a L*ourenço *M*arques*»*, onde aporta a 22. Segundo Massano de Amorim, a 2 de Maio está presente na conferência sobre a ocupação interior dos distritos de Quelimane e de Moçambique, à qual assistiram João Azevedo Coutinho, Alfredo Baptista Coelho (1865-1952), Chefe do Estado-Maior da Província, e Pedro Massano de Amorim, como Governador do Distrito de Lourenço Marques (1862-1929)[376].

A 15 de Maio recebe guia de marcha para Quelimane. Em 17 de Junho encontra-se no Chinde. Daqui parte em expedição no mês de Agosto. A páginas tantas pergunta-se o que aconteceu de importante desde o regresso de Lourenço Marques, e escreve: «*Não colho tão bom resultado como esperava porque me vejo amarello, um tanto abatido e cançado* [sic]*, para o que certamente terá contribuido tambem a exoneração do Julio*[377] *e as cartas da Amelia. No Governo nada de muito importante*»[378]. Os tempos eram, todavia, de alguma turbulência. Continuava em causa a penetração e ocupação territorial do interior dos distritos de Quelimane e de Moçambique dirigida por Pedro Massano de Amorim, campanha que ficará conhecida como a segunda «*ocupação de Angoche*»[379], sultanato resistente que só viria a ser conquistado em definitivo em 1910[380]. Segundo a biografia que Júlio de Vilhena traçou do filho, publicada em 1916, deve mencionar-se aqui a importante actuação de Ernesto que, «*de combinação com o governador de Moçambique»,* promoveu *«a ligação dos dois distritos pelo interior por uma linha de postos militares*»[381].

A 30 de Janeiro de 1907, Vilhena vê renovada a colocação em Quelimane. Passados seis meses entrega o cargo ao 1º tenente Ernesto Tavares de Almeida Carvalho e volta ao reino onde inicia um novo ciclo de vida ao casar em Outubro, devidamente

[376] Amorim 1911: 153.
[377] O irmão Júlio Jardim de Vilhena foi exonerado do cargo de governador do Distrito de Inhambane em 1905. A questão encontra-se documentada parcialmente no espólio de João de Azevedo Coutinho conservado na Torre do Tombo (cf. ANTT, Arquivos Particulares, João de Azevedo Coutinho, Cx. 1, 7-Cartas de Ministros, Governadores e Militares).
[378] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens*: Caderno de viagem Nº 2*, ms., 1906-1907.
[379] Amorim 1911. *Vide* Coutinho 1935.
[380] Sobre as "conquistas" de Angoche cf. Lupi 1907 e Pélissier 2006: 306-309.
[381] Júlio Marques de Vilhena. *Antes da República*. 1916: II, 66.

autorizado pela hierarquia da Armada, com Maria Amélia Queriol de Vasconcelos Porto[382]. A paixão consumara-se.

Figura 51 - Maria Amélia Queriol Vasconcelos Porto aos 22 anos. Fotografia de A. Bobone, Lisboa, Junho 1906. © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

Desde agora, a partir destas primeiras experiências enquanto administrador colonial ao serviço da Armada e/ou das companhias majestáticas criadas em Moçambique durante a gestão da pasta da Marinha e Ultramar por seu pai, Ernesto de Vilhena transfigura-se em actor de uma ideologia de ocupação científico-económica de África e segue, com carácter definitivo, uma estratégia de construção imperial que tem não só alicerces epocais, mas que em absoluto está vinculada à sua formação e aos universos pessoais que paulatinamente alarga através do saber adquirido, sempre com o horizonte de referência no continente africano.

Esse projecto individual foi desenvolvido em dois cenários sócio-políticos, ou seja, em Portugal, independentemente dos regimes, e nos territórios ultramarinos, em Moçambique primeiro e depois em Angola. Replicará na sua vida o "mítico" Mapa Cor-de-Rosa, cartografado através do exercício da profissão de colonialista que desempenhará até ao derradeiro sopro de ânimo, muitas décadas passadas.

Em Lisboa, os pais amparam-no no regresso e organizam os preparativos para o casamento. A 8 de Maio, Júlio de Vilhena entrega na Câmara Municipal um pedido de

[382] «*Em 1-10-907, concedida licença para contrair matrimónio, com D. Maria Amélia Queriol de Vasconcelos Pôrto.*» in Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA encimada pelas armas reais: Ministério da Marinha. Comando Geral da Armada. Oficiais. Outras Eventualidades.

autorização de obras na casa de São Bento, pretendendo no segundo andar «*mandar fazer uma divisão de tabique para formar um corredor junto à escada e tapar um vão de janella na mesma casa e abrir outro que já tem cantaria, sendo estes vãos para o lado da rua de Sto. Amaro e reparações interiores e exteriores*»[383].

Figura 52 - Família Queriol Vasconcelos Porto: Miguel (n. 1888), Rosa Queriol, Luiz (n. 1887), Nuno Vasconcelos Porto, Nuno Alberto (n. 1886), Maria Luísa (n. 1890) e Maria Amélia (n. 1884). Fotografia de Henrique Goes, Lisboa, s.d. © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

Maria Amélia, nascida a 20 de Fevereiro de 1884, baptizada a 27 na igreja de Nossa Senhora dos Mártires em Lisboa (Doc. I.2), era filha de Rosa de Freitas Queriol (1859-1954), natural das Mercês em Lisboa, e de Nuno António Coelho de Vasconcelos Porto (1858-1952), médico-cirurgião originário da ilha do Faial[384]. Vivia com os pais na Rua Nova da Trindade. Casou com Ernesto aos 23 anos, num sábado, dia 12 de Outubro de 1907 (Doc. I.3.). Ignoramos outros factos da vida pré-nupcial de Maria Amélia, mas é de admitir que tivesse feito os estudos a que se dedicavam as meninas das classes da alta burguesia de Lisboa naquele tempo, incluindo cultura geral, línguas e piano. O espólio familiar de Vilhena guarda a fotografia da pequena Amélia pousando junto do

[383] CML, Arquivo Intermédio, Obra Nº 5587: requerimento de 8 de Maio de 1907. Em 1906, a 6 de Junho já tinha pedido autorização camarária para obras, «*desejando mandar fazer madeiramento novo, reconstruir cinco vãos de trapeiras, sendo três na frente principal e dois para a frente posterior, canalisar aguas pluviaes e fazer umas reparações interiores e exteriores*.».

[384] Maria Amélia era neta paterna de Nuno António Porto e de Maria Carlota Coelho de Vasconcelos Vilas Boas, e materna de Miguel Ferreira de Gouveia Pimentel Franco Queriol e de Felicidade Amélia de Freitas (Doc. I.2). Os seus pais casaram na igreja paroquial de Santa Engrácia (Barbadinhos), em Lisboa, como Ernesto de Vilhena dá notícia nos seus apontamentos: «*É a egreja onde casou a minha sogra, e de cuja irmandade foi presidente o velho Queriol*» (cf. Doc. II. 4).

seu professor, o pianista Hernâni Braga[385], que sustenta a hipótese. Do círculo familiar de Amélia fazia parte o Ministro dos Negócios da Guerra, General Vasconcelos Porto (1862-1945, ministro de João Franco entre 11.5.1906 e 4.2.1908), seu tio paterno. A profissão do pai, médico da casa real, colocado na proximidade de Júlio Marques de Vilhena, terá facilitado o encontro com Ernesto de Vilhena.

Figura 53 - Maria Amélia Queriol Vasconcelos Porto e Hernani Braga. Fotografia de A. Fillon, Lisboa, s.d. © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

O enlace «*High-Life*» teve o devido destaque na imprensa lisboeta, que no dia seguinte descreveu ao pormenor aquele autêntico repositório do gosto e da sociabilidade da alta burguesia da capital que caracterizou o acontecimento: «*Na egreja do Sacramento, realisou-se hontem, pelas 11 horas e meia da manhã, o casamento da sr^a^. D. Maria Amelia Queriol Vasconcellos Porto, gentilissima filha da sr^a^. D. Rosa Queriol Vasconcellos Porto e do sr. dr. Nuno Porto, com o sr. Ernesto Vilhena 2º tenente da armada, e filho da sr^a^. D. Maria Piedade Leite Jardim Vilhena e do sr. conselheiro*

[385] Hernâni Braga, natural do Porto, fez o curso do Conservatório em Lisboa e, em Paris, foi discípulo de Antoine François Marmontel (1816-1898).

Julio de Vilhena. Foi celebrante o digno prior rev. Manuel Frederico d'Almeida, que proferiu uma brilhante allocução aos noivos, tendo tambem rezado missa. Serviram de madrinhas as sr^as.^ D. Maria Carlota Vasconcellos Porto, avó da noiva, e D. Maria Piedade Jardim Vilhena, mãe do noivo, e de padrinhos, os srs. Miguel Freitas Queriol, avô da noiva, e conselheiro Júlio de Vilhena, pae do noivo. A noiva vestia uma valiosa e elegante "toilette crepe de chine", e longo véo de "tulle", enfeitado com flor de laranja. O noivo trajava o grande uniforme da nossa marinha de guerra. A cerimonia foi revestida da maior intimidade, tendo assistido as senhoras de familia e das relações mais intimas dos nubentes, e os srs. conselheiro Vasconcellos Porto, ministro da Guerra, coronel Jacintho Parreira, capitão de mar e guerra Vicente d'Almeida Eça, capitão de fragata Nuno Queriol, D. Thomaz de Mello Breyner, Antonio Macieira, capitão Carlos Porto, conselheiro Jayme Forjaz de Serpa Pimentel, Eduardo Romero, Eduardo John, conselheiro José dos Santos Pereira Jardim, etc. Finda a cerimonia religiosa, foi servido, em casa do sr. dr. Nuno Porto, um finissimo "lunch", fornecido pela acreditada Pastelaria Marques. O "menu" foi o seguinte: CHAUDS - Consommé de volaille en taces, Filets de sole à la Duchesse, estomac de perdreaux farci truffé, Croustades à la Maréchale. FROIDS - Jambon de Praga à la gelée, Chaud froid d'homard aux capres, Foie-gras de Strasbourg en coquilles, Galantine de chapon aux pistaches, Petits pains de Bordeaux remplis de purée, Viandes froides mélangées en sandwiches. ENTREMETS - Gelée de volaille au liqueur d'or, Ananas au naturel, Glace, Comtesse Marie et pralinée, Gaufrettes. DESSERT - Petits fours variées, Oeufs petits gâteaux, Condés, tartalettes, palmiers et salambas, Pate d'amande aux fruits en caisses, Surprises d'oeufs à la ville de Lisbonne, Carré de fruits du Auvergne au caramel, Dates et boules de coco à la portugaise, Marrons, dragés et bombons du Boissier et Marquis, Cérises et raisins déguisées en chemise. VINS - Collares, Bucellas, Port vieux, Madère Dry et Champagne de Reims frappé, Café et liqueurs. Na "corbeille" da noiva viam-se riquissimos e valiosos «cadeaux», cuja lista não publicamos, por absoluta falta de espaço. Os noivos partiram, no "Rapido" da tarde, para Coimbra, onde vão passar a lua de mel.»[386].

[386] In *Diario Illustrado. Regenerador Liberal*. Nº 12:358, Domingo, 13 de Outubro de 1907: 3.

Figura 54 - Casamento de Maria Amélia Queriol de Vasconcelos Porto com Ernesto Jardim de Vilhena. Lisboa, Igreja do Sacramento, 12 de Outubro 1907 © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

A correspondência trocada a propósito do casamento dos jovens é sintomática das relações pessoais que a família Vilhena mantinha com Henri Burnay (1838-1909) e que irão prolongar-se na vida profissional de Ernesto, ficando por apurar a influência que possa ter exercido na sua personalidade de coleccionador. Ausente em Paris, na véspera, dia 11, o Conde congratula o Conselheiro Júlio de Vilhena, que responde em telegrama a 14, agradecendo os votos de felicidades endereçados aos noivos. A 22, Ernesto e Maria Amélia ainda em Coimbra, reiteram o agradecimento paterno[387].

[387] ANTT, Arquivo Henry Burnay, Correspondência, Cx. 46, Nº 408:
1) – «*Carta do Conde de Burnay a Júlio de Vilhena 1907*
[sobrescrito] Paris, 11 d'Outubro
Consº - Julio de Vilhena //
Conselheiro Julio de Vilhena.
Lisboa.
Congratulo V. Excia. pelo casamento de seu filho com uma tão bondosa e symphatica menina e desejo aos noivos todas as felicidades e venturas.
a) Conde de Burnay
- 2) Telegrama 1*, de Júlio de Vilhena para Henry Burnay. 1907*
Lisboa, 14 Outubro
Julio de Vilhena
R 16 Outubro

A viver no reino desde 1907, vamos encontrar Ernesto de Vilhena a exercer funções nos altos quadros do Estado.

Em Março de 1908 é escolhido para secretário da «*Comissão encarregada de estudar os diferentes processos relativos aos projectos de construção do Caminho de Ferro de Quelimane ao Chire nas diversas fases por que tem passado para poder formular o seu parecer sobre a solução que mais pratica se lhe afigure para a realização de tão importante assunto e a escolha do respectivo traçado*»[388].

Regenerador, como Júlio de Vilhena, após o regicídio será eleito deputado às cortes pelo círculo nº 23 do Funchal nas eleições de Abril de 1908[389], eleição que não deixou de gerar controvérsia, a ter em conta a memória do pai que, em 1916, repõe a justiça e a oportunidade da sua integração nas listas partidárias. Júlio refaz o historial da polémica esgrimida em Março anterior ao acto eleitoral na imprensa de Lisboa, com a explanação detalhada do currículo biográfico do «*ilustre oficial da armada, que tem, embora n'uma edade pouco adiantada, uma gloriosa folha de serviços*», de modo a não restar margem pública quanto a quaisquer dúvidas levantadas. Vai mais longe ainda, ao indicar que por várias vezes o falecido Hintze Ribeiro teria instado Ernesto para a vida parlamentar, convites que o jovem marinheiro recusara por interesse maior nos serviços militares. Nesta defesa, o chefe dos regeneradores mostra o quão desgostoso ficara. Afinal, os ataques dirigiam-se contra si enquanto cabeça do partido, «*de tal modo que nem lhe consentiam que elegesse deputado o proprio filho!*».[390].

Na primeira experiência parlamentar iniciada com a proclamação de deputado a 30 de Abril, ajuramentado a 2 de Maio seguinte, destacam-se a eleição, em 15 de Maio - quase coincidindo com a data da carta patente de D. Manuel II que o nomeou 1º tenente da Armada, passada a 14[391]-, para a Comissão Parlamentar da Marinha com 65 votos[392]

Muitos Cordiaes Agradecimentos
a) Julio Vilhenas [sic]
- 3) Telegrama II, *de Amélia e Ernesto Vilhena para Henry Burnay, 1907*
Coimbra 22 de Outubro
Amelia e Ernesto de Vilhena
R 24 Outubro
Agradecemos Vosas [sic] excellencias seus amaveis cumprimentos
a) Amélia Ernesto Vilhena».

[388] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA, Processo de Oficial da Marinha, "Outras eventualidades".
[389] AHP, Livros Políticos, 1908-1910: Ernesto Jardim de Vilhena.
[390] Júlio de Vilhena. *Antes da República*. 1916: II, 65-68.
[391] ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Manuel II, Liv. 1, fl. 134v.

e, a 19 seguinte, os 69 votos que contabiliza para a Comissão Parlamentar do Ultramar[393]. Até ao final da sessão legislativa (8 de Setembro) submete à Câmara um conjunto significativo de requerimentos nos quais pede informações detalhadas sobre procedimentos administrativos e financeiros verificados nas províncias de Moçambique e de Angola, o que denota preocupação em munir-se do conhecimento do lado metropolitano das políticas que acompanhara e aplicara no terreno. Os projectos de lei apresentados enquanto relator, ou na qualidade de mero subscritor, enquadram-se neste mesmo espectro de temas.

No mês de Setembro é nomeado para a Comissão Interparlamentar de Colonização, que trabalha inclusive nos períodos de interregno. Na sessão legislativa seguinte (28 de Fevereiro-18 de Maio e 19 de Julho-22 de Outubro de 1909), mantém-se ainda na comissão de Marinha.

Em Fevereiro de 1909, enquanto militante regenerador, apresenta nas páginas do *Diário Popular,* por ocasião do congresso partidário, aquele que a seu ver «*deveria ser o plano colonial do partido*»[394] erigido sobre dois pilares: a descentralização administrativa e a autonomia financeira das colónias. Nos fundamentos estava uma ciência, a moderna ciência colonial. Na alínea "Estatuto constitucional das colónias" prevê algo que pode surpreender ainda hoje uma historiografia pouco sensível à capacidade de construção ideológica de Vilhena num período tão recuado da sua vida, ou seja, a defesa da autonomia administrativa e financeira graduada ao desenvolvimento de cada uma das colónias. Pressupunha a delegação dos poderes executivo e legislativo nos governadores e corpos de representação local nos termos em que essa autonomia fosse concedida e a «*designação de Estados da Africa oriental, da Africa occidental e India, para as actuaes provincias d'estas partes do mundo*»[395], com círculos eleitorais próprios e a presença de representantes coloniais na Câmara alta. Todavia, o pensamento enunciado não é mais rápido do que a evolução histórica, pois deixa claro que «*por estas palavras não entendemos uma fórma de representação local analoga á das avançadas colonias de "governo responsavel"* [...Austrália, Canadá], *a qual não poderá ter logar, visto que a população não é homogénea, antes dividida entre raças*

[392] *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Nº 009, 15-05-1908: 8-9.
[393] *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Nº 012, 19-05-1908: 7.
[394] Ernesto Jardim de Vilhena. "Esboço de um programa colonial". In *Questões Coloniaes*. Lisboa: 1910: 369-393, cf. 370.
[395] Idem. *Ibidem*: 372.

diversas, algumas das quaes inhabeis ainda para usar de direitos politicos», subscrevendo a «*autonomia graduada segundo as circunstancias*»[396]. Para a metrópole devia constituir missão nacional nobre e elevada ajudar as colónias a organizar sociedades novas, capazes de se autonomizarem até à independência. A dúvida que lança, e lhe permanece no espírito, ajuíza sobre a capacidade dos governos portugueses estarem à altura do desempenho de tal missão civilizadora. Por comparação, segundo Vilhena, essa inépcia equivaleria à impossibilidade de ressuscitar o municipalismo e, «*n'esse caso, morta a molecula, está morto o corpo inteiro: é estender o pescoço á canga e puxar o carro a que nos atrelarem com a passividade, senão com a força, das bestas inconscientes*.»[397].

A 6 de Março de 1909, é autorizado a acumular o cargo de deputado com outras tarefas. Irá exercê-las enquanto membro de comissões, continuando requisitado à Armada, lembramos, mas também na qualidade de chefe de gabinete do amigo João de Azevedo Coutinho[398], então ministro da Marinha e do Ultramar no efémero governo de "independentes" presidido por Sebastião Sousa Teles (1847-1921) que esteve no poder apenas entre 11 de Abril e 14 de Maio desse 1909.

Aquela curta passagem pelo Ministério foi, no entanto, tempo suficiente para preparar a Proposta de Lei relativa à Questão do Álcool de Angola[399], assunto estudado aprofundadamente por Ernesto na sessão legislativa anterior, considerando o conjunto de pedidos de esclarecimento apresentados na Câmara nos quais solicitou informações aos serviços e repartições implicadas. Vilhena tratava, pela primeira vez, de propostas de fomento que colmatassem o défice de Angola e pudessem «*transformar uma colonia*

[396] Idem. *Ibidem*: 389 e 390.
[397] Idem. *Ibidem*: 393.
[398] A amizade e o respeito que Ernesto de Vilhena nutre por João de Azevedo Coutinho mantêm-se ao longo da vida, como o prova a sua resposta de 1936 a um pedido relacionado com a Diamang conservado em ANTT, Arquivos Particulares, João de Azevedo Coutinho, Cx. 1, 7- Cartas de Ministros, Governadores e Militares: «*Lxª 14/7/36. Meu Caro Comandante. O que me diz sobre a Senhora D. Ignez, na sua carta de 3 do corrente, deixa-me compungido, porque não fazia a mínima ideia de tal situação. Espero, em Deus, que V. Exª se engane. Li com toda a attenção, o que o Comandante me diz sobre a Comp. de Diamantes. Não pode dizer-se que haja vagas no Conselho, porque a que o fallecimento de Pedro de Gusmão […], não é preenchida, por decisão, já antiga, da Assemblea Geral, de reduzir o numero de vagas do Conselho que, assim mesmo, é hoje, ainda de 17. Com toda a minha melhor boa vontade, e muito prazer teria em ter o comandante aqui, como collega, não vejo possibilidade de dar seguimento aos seus desejos. Quanto ao seu Filho, de quem tenho boa impressão, escusado é dizer que, se alguma vez tiver ocasião de lhe ser prestavel, o farei com prazer.*
Com os meus respeitos para a Senhora D. Ignez, peço-lhe me creia, com toda a estima. Amor e Amigo Attº Obgº. a) Ernesto de Vilhena».
[399] *A Questão Do Alcool De Angola. Proposta De Lei Para Ser Presente Á Camara Dos Senhores Deputados Pelo Ministro Da Marinha E Ultramar João De Azevedo Coutinho*, 1910.

que ate hoje tem sido, quasi exclusivamente, uma feitoria commercial em uma fazenda agricola de productos variados para consumo local e exportação.». Na introdução da proposta de lei[400], que acreditamos ter sido redigida a duas mãos, até pelas comparações constantes com a realidade histórica da Zambézia antes explorada por Ernesto de Vilhena nos seus textos, enunciava-se a ideia imperial[401], Angola era terra para constituir «*um novo Brasil*»[402].

Fora do Parlamento, a 10 de Setembro, irá integrar nova comissão de estudo presidida pelo Director Geral do Ultramar, mandatada para coligir elementos e redigir relatórios sobre os temas agendados pelo Congresso Internacional de Agronomia Colonial e Tropical, com realização prevista para Bruxelas no mês de Maio de 1910. João de Azevedo Coutinho privará aqui, de novo, com Ernesto de Vilhena[403]. Os resultados deste último trabalho saem impressos sob o título *A mão d'obra agrícola em Moçambique,* publicado por iniciativa do próprio Ministério da Marinha e do Ultramar[404]. Enquanto relator ao Congresso, a comunicação a apresentar devia responder aos quesitos colocados previamente a todos os países participantes. Vilhena elabora o relatório de acordo com a série de alíneas propostas pela organização[405], a que

---

[400] Tratava-se da proibição de produção de álcool em Angola, o que implicava a limitação da cultura de produtos fermentáveis, a proibição de funcionamento de instalações e equipamentos de destilaria e a promoção da entrada do vinho produzido na metrópole, questão que envolvia importantes interesses corporativos quer na província, quer em Portugal, e que está por detrás da publicação de um conjunto de textos como *O Regimen Do Alcool Em Angola. Relatorio E Projecto entregues ao Ministro Da Marinha e Ultramar em Agosto de 1909 Elaborados Pela Gerencia Da Companhia Agricola De Ambaca Séde No Porto*. Porto: 1909. Com o passar do tempo o assunto transforma-se genericamente na questão do "Vinho para o Preto" (cf. Carvalho e Freire 1994).

[401] Ideia confirmada pelo próprio Ernesto Vilhena, em 1911, durante a entrevista dada ao *República: «Olhe o caso do álcool de Angola. Tive occasião de o estudar detidamente por incumbência de um dos ministros da marinha, e de apresentar a seu respeito um desenvolvido relatorio. Não imagina que triste impressão me causou e que desanimadoras conclusões são obrigados a tirar todos os que leem aquelle trabalho. Note que corre impresso: não estou fazendo confidencias.*». In "O Problema Colonial. O sr. Ernesto Vilhena emitte novas opiniões". *República*. 16 de Março 1911: 3.

[402] *A Questão Do Alcool De Angola*...1910: 4.

[403] Martinó 2002: 146.

[404] Ernesto Jardim de Vilhena. *A mão d'obra agrícola em Moçambique. Memoria para ser presente ao Congresso Internacional de Agronomia Colonial que se reunirá em Bruxellas em Maio de 1910*. Lisboa: Ministério da Marinha e do Ultramar, 1910.

[405] Assim, no âmbito geral da Província de Moçambique, na alínea A) expõe as «*Condições geraes de habitabilidade que apresentam para os trabalhadores, no exercício do seu mistér, os centros de produção*»; na alínea B), a «*Natureza dos trabalhos a executar nos centros de producção e de trabalho. Condições de prosperidade actual e futura d'esses centros*»; na alínea C), as «*Condições economicas do trabalho; condições de existencia dos trabalhadores*»; na alínea D), as «*Condições dos paizes de origem dos trabalhadores*»; na alínea E), as «*Condições de deslocamento dos trabalhadores*»; na alínea F), as «*Condições de engajamento dos trabalhadores*»; na alínea G), as «*Insituições tendentes a promover o bem estar dos trabalhadores agricolas nos centros de producção*»; na alínea H), as «*Questões de applicação geral*». Nas respostas aos quesitos destacam-se os conhecimentos de geografia física, meteorologia, hidrografia, navegação, geografia humana e «*ethnographia*», quando identifica raças e suas

faz seguir as «*Conclusões»*. No âmbito geral da Província de Moçambique, tal como reporta, reconhece uma indolência inata ao indígena de raça negra, mas o contacto com o branco e a progressiva civilização, teriam transportado para as novas gerações diferentes capacidades de trabalho, provado o facto de a «*suave compulsão*» (p. 150) ter efeitos positivos sobre as alterações nos hábitos laborais. Entre os mais civilizados deveria ser adoptado o «*princípio da obrigação moral e legal do trabalho*» (idem). Nos dois estádios de evolução, isto é, em «*um e outro systema*» (p. 151), os trabalhadores teriam direito a «*bom tratamento e o pagamento integral em dinheiro, ou em generos, mas só quando expressamente o desejem, de um salario proporcional ao esforço exigido*» (idem). Desta forma, em Moçambique a legislação do trabalho indígena orientava-se pelas premissas da «*humanidade para com o negro*, *satisfação das necessidades de mão d'obra do colono branco, feição prática e positiva das disposições, pela inserção de penas para trabalhadores e patrões e facilidade da sua aplicação»*, garantindo à colónia um futuro brilhante baseado na «*exploração intensiva, agricola e industrial, do seu territorio*» (idem).

Neste texto, quanto à questão rácica que lhe é transversal, e que enquanto escritor especialista classifica dentro da ciência da «*Ethnographia*» (p. 15), enquadra a sua *praxis* de campo numa ideologia construída de "palimpsestos". Detectam-se na exposição princípios colhidos em autores como o francês Pierre Paul Broca (1824-1880), antropólogo físico, ou o filósofo e biólogo alemão Ernst Haeckel (1834-1919), apologistas do darwinismo social, ou nas fórmulas reinterpretadas pelos intelectuais portugueses. Em Portugal, Ernesto pode ter lido directamente os autores citados ou, em segunda mão, através das obras do pai Júlio Marques de Vilhena, de Bernardino Ribeiro Machado (1851-1944) ou Oliveira Martins. Machado, que encabeçou a escola de antropologia portuguesa de Coimbra, autonomizada do fundo comum da Faculdade de Filosofia Natural, sustentou que tanto a diversidade social como a cultural seriam produto de diferenças físicas e naturais na estrutura da raça (Santos 2012). Para Júlio Marques de Vilhena seria no universo das raças europeias e dos seus diferentes estádios civilizacionais, no progresso da história, que o direito europeu, ibérico e português teria de ser estudado. Oliveira Martins, verdadeiro sistematizador do tema, revê as diferenças civilizacionais no processo de hominização à maneira de Haeckel (Alexandre 1996:

sub-divisões e a adequação de cada uma ao meio físico e as respectivas capacidades de trabalho. Cf. Idem. *Ibidem.*

187) que apresentara uma tábua de derivação rácica a partir de quatro raças base, três com origem em África (hotentote, cafre, negra) e uma na Oceânia (papua) das quais dimanariam doze raças e destas as sub-raças. Na perspectiva martiniana, a ontogénese causaria as dissemelhanças das espécies e a hierarquia racial, tese que estende à reflexão sobre o império colonial português e na qual as ideias que Ernesto Vilhena defende em 1910 ainda se inspiram - ou as de correligionários maçons que com ele também privaram[406] - tal como mais tarde irá perpetuar-se na argumentação racista de teóricos do regime do Estado Novo[407].

Em 1909, ano, como vemos, repleto dos mais variados acontecimentos, será pai quando, em Julho, nasce o filho único e herdeiro, Júlio Manuel.

Figura 55 - Família Queriol Vasconcelos Porto com Ernesto de Vilhena e Maria Amélia de Vilhena, por ocasião do baptizado do filho de ambos, Júlio Manuel, Lisboa, 1909. Fotógrafo não identificado © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

No início de 1910, outra comissão espera Ernesto de Vilhena: desta feita incumbida de estudar a reorganização dos serviços administrativos da província de

[406] O fundo DCD - Documentos Carvalhão Duarte/Simões Raposo pertencente à Fundação Mário Soares conserva a tradução para português da obra de Ernesto Haeckel. *Bases do Monismo*. Lisboa: Traduzido e editado pelo gremio "Solidariedade", 1910 (em anexo à versão portuguesa impressa encontra-se uma versão manuscrita em francês). Disponível online: (1910), "Bases do Monismo", CasaComum.org, HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_147242 [Acedido em 9-8-2013].

[407] «*A "família humana" estaria por isso mesmo dividida em "espécies" ou "raças naturais", biologicamente distintas, diferenciáveis através das suas características anatómicas. Cada uma de tais raças "naturais" ou "primitivas" dividia-se, por seu turno, em "variedades", denominadas "raças históricas", «para cuja formação concorreram a acção do clima, os cruzamentos, as instituições e os acasos e condições da existência de cada qual". Válidos para "expor o sistema das raças naturais", os "caracteres anatómicos" seriam de todo impróprios para guiar a análise das raças históricas": neste ponto, os "motivos sociais" passam a predominar sobre os "naturais", a antropologia dá lugar à etnologia.*» (Cf. Alexandre 1996: 188, citando Oliveira Martins em *Elementos de Antropologia* [1ª ed.: 1880]).

Moçambique. Em Março e Abril esteve quase sempre ausente das sessões da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Em Junho, também são raras as presenças documentadas no parlamento, ficando por conhecer se terão sido notas de desinteresse político ou de um maior envolvimento na administração da Companhia do Boror e no estudo teórico das questões coloniais. Em Maio estivera em Bruxelas e fora relator no congresso europeu dedicado à mão de obra colonial. Em que actividades se ocupa, então, até à reviravolta da queda do regime monárquico? Sem respostas muito precisas para estas interrogações, podemos, no entanto, avançar que este interregno lhe serviu pelo menos para preparar outro livro.

Ainda em 1910 publica *Questões Coloniaes* que, como o subtítulo anuncia, compila uma série de *Discursos* proferidos na Câmara dos Deputados (25 de Junho, 2 e 3 de Agosto de 1908; 22 de Março de 1909)[408] e *Artigos* saídos nas páginas do *Diário Popular* (2 a 26 de Fevereiro, Maio a Agosto e 12 e 13 de Novembro de 1909)[409] nessas datas dirigido por Júlio Marques de Vilhena (cf. I.1.), antes do fim da Monarquia. É reconhecido publicamente como perito em questões coloniais e elemento de referência entre a *intelligentsia* africanista[410]. Pessoalmente a obra publicada representa agora algo mais. Trata-se de expor a ciência da profissão de colonialista pela qual optou, seduzido, em África, demonstrada no trabalho desenvolvido, como explica: «*A presente publicação não tem a sua origem em um intuito pouco louvavel de ostentação das producções proprias. Motiva-a, principalmente, o pagamento de uma divida que contrahi para com o ultramar, o qual, em um periodo critico da minha vida, quando o espirito desanimado e incerto descria já de qualquer esforço e de um futuro proprio, lhe incutiu uma orientação, sympathica, nobilitadora e productiva. Dedicando-me aos*

[408] "A questão do alcool em Angola - Assucares coloniaes"; "A proposito de creditos especiais para Angola"; "A autonomia de Moçambique" in Ernesto Jardim de Vilhena. In *Questões Coloniaes*. Lisboa: 1910.
[409] "O Tratado com o Transvaal"; "Esboço de um programa colonial"; "Apuramento" in Ernesto Jardim de Vilhena. *Idem*.
[410] A categoria de *expert* africanista, e desde logo sobre a Zambézia, será contínua no tempo como se infere, por exemplo do panegírico que Almeida de Eça lhe dispensa em 1953: «*O Sr. Comandante Ernesto Jardim de Vilhena - antigo governador de Quelimane e do Niassa, ministro das Colónias, membro do Conselho Ultramarino por Moçambique, etc., ilustre académico e consagrado autor de notabilíssimos estudos históricos moçambicanos -, é, como se sabe, um erudito e experimentado colonialista e profundo conhecedor da Zambézia e do Zambeze, Eis, com a devida vénia, o que ele nos diz numa gentilíssima carta datada de 16-VIII-1953: - 'Inúmeras vezes passei perto da antiga aringa do Bonga - de que havia ainda uns restos - e sempre surpreendido de que local tão acessível, e relativamente fácil de bater, houvesse dado tanto trabalho e produzisse tantas vítimas.' Estas palavras de um tão distinto oficial superior da nossa Marinha de Guerra, confirmam plenamente quanto transcrevemos e dizemos neste e noutros capítulos da presente obra.*» (Cf. Eça 1953-1954: I, 32, nota 1).

estudos coloniaes desde que na Zambezia, em 1899, recebi a influencia d'essa terra attrahente e seductora, cuja historia é feita dos trabalhos seculares dos portuguezes (...) *cumpria-me continuar publicando regularmente o resultado dos meus trabalhos, por modestos que elles fossem*. *Funccionario colonial desde muito novo, foi tambem minha intenção provar aos que uma vez me distinguiram, escolhendo-me para o desempenho de honrosa e não faceis commissões, que a sua confiança não foi illudida, que desde então me não desviei do caminho traçado, e que incessantemente me preparo para continuar a servir o meu paiz como até ahi o servira.*»[411].

A situação do momento era «*excepcionalmente melindrosa*» (p. VII) e agravou-se sucessivamente pela mediocridade, falta de orientação, incoerência e desordem da política continental, residindo aqui a posição mais crítica face ao regime, muito perto da viragem republicana. O nome do indefectível monárquico João Azevedo Coutinho é apontado como o do potencial "ordenador" do caos instalado, indício de que partes dos textos terão sido redigidas em datas muito próximas às da passagem de Vilhena pelo Gabinete do amigo Ministro da Marinha e do Ultramar (Abril-Maio 1909). Todavia, enquanto autor "especialista" permite-se algumas considerações divergentes, nomeadamente sobre a necessidade de separar as pastas da Marinha e do Ultramar em dois ministérios distintos, à profissionalização e habilitação dos funcionários superiores da administração, quer *in loco*, quer nos gabinetes e repartições políticas da metrópole. Convicto, não deixa de afirmar que «*para os que trabalham no ultramar e n'elle crearam interesses, a administração central* falliu.[412]». No conjunto da obra *Questões Coloniaes* merecem destaque os capítulos "Esboço de um programa colonial" e "Apuramento", que vimos comentando há algumas páginas, enquanto enunciados da construção de um programa ideológico pelo qual se bate durante as duas primeiras décadas do século XX.

A manutenção na cena política após a implantação da República não constituiu, como alguma historiografia algo apressadamente o tem classificado, simples acto de homem «*adesivo*» por via da proximidade com Afonso Costa, nem uma oportuna "limpeza" de um suposto vínculo partidário a João Franco (Marques 1986: 1495; Valente 2010: 98), porque simplesmente, Ernesto Vilhena nunca fora franquista, apesar de alguns dos seus mais ferozes antagonistas o acusarem da ligação ao dissidente

[411] Ernesto Jardim de Vilhena. *Op. cit.:* V-VI.
[412] Idem. *Ibidem*: X.

regenerador liberal e ditador monárquico (Leal 1959), esquecendo que durante o "período franquista" Vilhena se encontrava longe do palco da política de Lisboa, em Moçambique.

A questão da sua imediata "republicanização" é complexa, sobretudo porque havia que gerir sensibilidades familiares e ligações pessoais melindrosas.

Embora não disponhamos da sua prosa quanto ao tema - os *Cadernos de Viagens* que abarcam esta cronologia são isso mesmo, cadernos de viagens -, o irmão Henrique levantou a ponta do véu sobre o teatro das ocorrências, ao relatar os efeitos da sua própria filiação política ainda antes de 1910. Para Henrique, o republicanismo perfilara-se como a ideologia a defender, pelo menos desde 1907, pois confirma que aderiu nessa data ao Partido Republicano Português (PRP)[413]. Contudo, Júlio Marques de Vilhena dirigia, nesse exacto momento, o Partido Regenerador; a família Jardim, também ela, se projectara socialmente pelas suas extensivas ligações ao partido, mantendo-se nele tradicionalmente activa e como sempre fiel ao rei, tal como acompanhámos no capítulo anterior. O ano de 1907 esteve repleto de atribulações entre putativos dirigentes regeneradores, com ataques contínuos dirigidos a Júlio. Quando o *Mundo*, em Janeiro de 1908 publicou a notícia da suposta filiação de Henrique no PRP, oficializando partidariamente uma ideologia a cuja simpatia o jovem médico professava em público ser sensível desde 1899-1900, instalou-se o incómodo, pela maneira como o facto tinha sido apresentado e aproveitado pela imprensa monárquica para colocar em cheque Júlio de Vilhena. Testemunha Henrique que os acontecimentos «*causaram em meu pai e em certos dos membros da minha família pelo lado materno, uma impressão de grande descontentamento.*»[414]

João Jardim de Vilhena, o primogénito dos irmãos que chegara a desempenhar as funções de Governador Civil de Beja em 1908 por instâncias directas do pai Júlio, narra sob outro prisma os efeitos da revolução republicana e os "aliciamentos" a que terão estado sujeitos alguns dos altos quadros administrativos da Monarquia final, em pleno período de reconversão das oligarquias: «*Já em República, num dos ministérios*

[413] Henrique de Vilhena. *Pelo Caminho*. 1957: cap. III, "Entrada na vida política", 111-129.
[414] Henrique de Vilhena. *Op. Cit*: 114-115. Particulariza ainda mais o drama familiar entretanto instalado: «*Alguns dos meus tios e primos, Jardins pelo seu nome, que era o de minha mãe, tinham ocupado cargos e usavam de títulos de representação no regímen monárquico. Era natural que, uns dêles, se sentissem ou ressentissem. Não menciono factos que o provem (dois, pelo menos, me alcançaram com extraordinária animosidade) e limito-me ao que disse, fazendo-o apenas porque poude ter alguma importância para o seguimento de meus actos*.».

em que entrou o Dr. Bernardino Machado, como ministro dos estrangeiros [1910-Setembro 1911]*, fui convocado por ele para uma conferência. Acedi e com bastante surpresa minha ofereceu-me o lugar de governador civil de Beja, com o fim de eu atrair ao regimem republicano os meus primos Vilhenas, de Ferreira do Alentejo, e com eles todos os seus partidários e apaniguados do concelho de Ferreira, visto eles poderem influir numa próxima eleição de deputados. Agradeci-lhe a lembrança, mas não aceitei por várias razões.».* Acrescenta ainda, e aqui pode estar o âmago mais imediato da explicação, que «*Se esse oferecimento tivesse sido feito logo após a proclamação da República, eu teria aceitado. Ninguém se admiraria da minha passagem da Monarquia para a República, porque iria na onda de meus dois irmãos que assim procederam ao verem que a Monarquia desfeiteara nosso pai, desprezando-lhe os serviços e a sua dedicação à causa monárquica. Agora, se eu aceitasse, os republicanos de Beja não me veriam com bons olhos e haviam de guerrear quem os havia perseguido anos antes.*»[415]

Noutra circunstância será ainda João quem volta a esclarecer o recorte de complexidade da "republicanização dos vários membros da família Vilhena", insistindo no mesmo motivo de que já falara. Para ele, como tinha acontecido aos seus irmãos, tudo se basearia no desprezo com que a realeza tratou a lealdade monárquica e o sentido de Estado demonstrado por Júlio de Vilhena, durante o período decorrido entre 1908 e 1910, comportamentos que, por sua vez, os republicanos sempre honraram e respeitaram mesmo nos momentos de maior convulsão do regime, em 1914, 1921 ou em 1926[416].

Quanto a Ernesto de Vilhena, não chegou até nós um rasto de significativo repúdio da Monarquia enquanto sistema, excepto nas questões da evidente falência política na gestão do tema colonial. Do empenho futuro na defesa da ideia republicana, construída ou não sobre dramas familiares, conservam-se todavia dados seguros, sintomáticos de uma certa postura classificável de "pragmatismo evolucionista" que estava de acordo com a personalidade carregada de íntimo optimismo existencial, bem contrária ao decadentismo céptico ou apocalíptico de tantos seus contemporâneos.[417]

[415] João Jardim de Vilhena. "Uma página das minhas memórias. Um ano no Governo Civil de Beja". *Arquivo de Beja*. Vol. XVI. 1959: 103-112; vol. XVII, 1960: cf. 120.
[416] João Jardim de Vilhena. *Para memória do Conselheiro de Estado, Dr. Julio Marques de Vilhena...*.[1946]: 15-16.
[417] Matos 2013.

A rápida conversão não seria, pois, estranha ao reconhecimento da revolução natural que conduzira de um regime ao outro, pelo esgotamento e malogro da monarquia constitucional que por si própria dera azo à substituição da ordem política. Para além disso, a posição que detinha na Armada e a constatação do papel por ela desempenhado no 5 de Outubro, o seu pedido de adesão à maçonaria, um empenhamento diligente na própria Sociedade de Geografia de Lisboa, a intervenção na União Colonial, círculos dominadas pelo republicanismo, são outros tantos sinais claros de que se transforma num convicto partidário republicano, sem ostentar mácula de nostalgias realengas de qualquer tipo. Anos mais tarde manifestará reiteradamente a inequívoca lealdade republicana nos seus contornos exactos, como aconteceu no Parlamento, no dramático ano de 1916, ao proferir que, «*Tem se dito muito mal da República, Sr. Presidente, e compete a nós todos, não só àqueles que trabalharam sempre por ela, mas àqueles que a ela mais tarde se ligaram, com a mais lial* [sic] *dedicação e dando-lhe o máximo do seu esfôrço, rebater essas afirmações e mostrar que a República tem exercido em todos os ramos da pública administração uma acção de profunda e benéfica reforma*.»[418]

Logo após a instauração da República, em 26 de Novembro de 1910, Ernesto de Vilhena será nomeado vogal-secretário da Comissão Encarregada de Estudar a Revisão das Pautas Alfandegárias da Província de Angola, presidida por João de Sousa Calvet de Magalhães (antigo ministro das Obras Públicas no Governo «*de acalmação*» dirigido por Ferreira do Amaral, em 1908), Chefe de Repartição da Administração Geral das Alfândegas. Quatro dias depois integra a comissão que deveria apresentar «*com toda a urgência*»[419] um Projecto de Reorganização Administrativa da Província de Angola, coordenada por Artur Almeida Ribeiro (1865-1943), Juiz da Relação de Lisboa, republicano do Partido Democrático e futuro ministro das Colónias de quem Ernesto virá, anos mais tarde, a ser chefe de gabinete.

O periódico *República,* em Março de 1911[420], ouve Ernesto de Vilhena pronunciar-se sobre o ultramar. A importância geoestratégica de Portugal entre as restantes nações europeias - até ao nível da manutenção da independência nacional -

[418] *Diário da Câmara dos Deputados*. Nº 15, Sessão de 06-01-1916: 10.
[419] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA, Processo de Oficial da Marinha, "Outras eventualidades".
[420] "A questão colonial. Portugal não pode viver sem colonias. Di-lo o sr. Ernesto de Vilhena". *República*. 12 de Março 1911: 1-2.

reside nos seus domínios além-mar cobiçados pela França, Alemanha, Inglaterra, Bélgica (pré-anunciando-se confrontos entre as ententes...), sem escamotear que «*tão vasto imperio impõe pesadas e inilludiveis* [sic] *responsabilidades aos governos do paiz*», exigindo um plano de conjunto e a aplicação da colonização como «*uma verdadeira sciencia, com as suas leis precisas e inexoraveis»*[421]. Defende a adopção de uma «*politica colonial propriamente dita*», porque positivamente considera «*Nunca a tivemos»*; nunca fora aplicado um sistema verdadeiramente científico, com medidas perdidas entre devaneios «*abstractamente theoricos*»[422].

A conversão republicana será reconhecida pelos novos pares políticos através do regresso a Moçambique. Nomeado para o cargo de Governador do Distrito de Lourenço Marques, por decreto de 29 de Março de 1911 registado em carta patente passada a 21 de Abril, assinada por Teófilo Braga (1843-1924), Presidente do Governo Provisório, e pelo Ministro da Marinha e Ultramar, Amaro Azevedo Gomes (1852-1928)[423],Vilhena assumiu funções em Maio seguinte[424], mas desempenhou-as apenas até à véspera de Natal, por ter sido extinto o lugar.

---

[421] Idem. *Ibidem*. Na definição pessoal da ciência da colonização usa de uma curiosa metáfora que decerto não deixou de elucidar o público sobre a ideia: «*... estamos em Mombaça perto do equador. Aquillo que ali vae parece um cogumello a andar, não é verdade? Pois engana-se: é simplesmente um inglez esguio que leva na cabeça a ultima palavra em chapeo para climas tropicaes. Repare nelle: é leve como uma penna, formado por tres coberturas sobrepostas, com intervallos para arejar, de uma substancia levissima, paredes duplas, forradas de verde. Não assenta directamente sobre a cabeça, mas por meio de um aro interior, que deixa á roda espaço para a passagem do ar. Pois bem: para attingir aquella perfeição houve sabios que meditaram no silencio dos seus gabinetes, eruditos conferentes dissertaram no meio de assemblêas de homens graves e doutos sobre os perigos da insolação e meios de a evitar, fabricantes que repelliram, vezes seguidas, as suas producções, por imperfeitas. Por causa d'aquelle chapeo trocou-se larga correspondencia entre colonos das partes as mais remotas do mundo e os fabricantes do Reino-Unido. Mas, tal como ali vae, elle representa a ultima palavra, e o inglez que o usa caminha debaixo delle com o orgulho de quem se sente devidamente armado contra um sol de 40º, a prumo. Olhe agora para S. Thomé, e repare que na praia ha portuguezes de chapeu de coco e fato preto; vá a muitos outros pontos da nossa Africa e note as casas ligadas á terra, com janellas que se abrem directamente para o exterior, sem a commoda e arejada varanda que hoje se reputa um accessorio obrigado d'estas construcções. Ahi tem alguns exemplos da nossa falta de preparação scientifica.*».

[422] "O Problema Colonial. O sr. Ernesto Vilhena emitte novas opiniões". *República*. 16 de Março 1911: 3.

[423] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA, Processo de Oficial da Marinha, "Outras eventualidades", Carta patente de nomeação como Governador do Distrito de Lourenço Marques, manuscrita.

[424] Viagem descrita meticulosamente no *Caderno de Viagens*. *Nº 3*: «*Sahida de Lisboa para Lourenço Marques a 24 de Abril de 1911, 2ª feira às 2 da tarde. Chegada à Madeira em 26 à 1 da tarde. Ao Cabo em 9 de Maio às 6 da manhã. Às 5.30 da tarde de 10 de Maio passámos o rio Orange. Em 11 às 11 da manhã Johannesburg. Em 12 às 11 da manhã estávamos em Lourenço Marques.*».

Figura 56 - Fotografia de grupo em Gaza, 24 de Outubro de 1911: Ernesto Vilhena está ao centro, fardado. Com dedicatória no verso: "Off^ce^ A V. E^a^ o Governador de Lourenço Marques (a) ilegível". © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

No contexto político-partidário, a dissensão das forças republicanas em três facções (Democráticos, Evolucionistas e Unionistas) no pós-Congresso de Outubro de 1911, a organização clientelar e a «*cartelização*» progressiva do histórico PRP-Partido Democrático (Leal 2008: 24; 47) haviam colocado Ernesto de Vilhena no seio da oligarquia liderada por Afonso Costa, com quem manterá relações pessoais que irão perdurar muito para além da passagem de ambos pelo poder executivo republicano.

Na sessão do dia 4 de Março 1911, foi eleito vogal para os corpos sociais da Sociedade de Geografia na direcção presidida por Bernardino Machado[425], agremiação de que era sócio pelo menos desde 1901[426], ligado à Secção Profissional de Ciências

[425] "Direcção da Sociedade de Geographia de Lisboa (Eleita em 22 de Fevereiro de 1911)". In *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*. 29ª Série. Nº 1, Janeiro 1911. "Movimento Social". In *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*. 29ª Série. Nº 8, Agosto 1911: 288-289 - «*Março - Dia 4 - Sessão administrativa (continuação) - Eleição d'um director-vogal, sendo eleito o sr. Ernesto Jardim de Vilhena.* (...) *Dia 6 - Reunião da Direcção para posse dos cargos*.»

[426] SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA. *Lista de Socios em 31 de Dezembro de 1909*. Lisboa, 1910: 52 - «*Registo 4936, Vilhena, Ernesto Jardim-23. Profissão Official da Armada. Ano de admissão 1901*.»

Navais e Comunicações Marítimas[427], no encadeamento mais do que lógico da sua experiência ultramarina. O retomar desta ligação é mais uma pista que vem confirmar a sintonia com a República, pelo sentido de renovação que se impregnara na Sociedade, na geral defesa de um colonialismo activo e patriótico que os últimos dos Braganças teriam atraiçoado quando se mostraram fracos perante a ameaça inglesa em 1891. Em 1912, a 3 de Junho recebeu a nomeação de vogal permanente[428].

Como muitas das personalidades dos núcleos sócio-profissionais onde se movimenta, adere à maçonaria em 1911 e integra a loja Solidariedade do Grande Oriente Lusitano Unido, recebendo o baptismo simbólico de «*Rhodes*»[429] que vai buscar ao "herói" Cecil Rhodes[430]. Apesar de o seu nome não surgir identificado entre os membros[431] da Comissão Colonial do Grande Oriente Lusitano (nomeada em 9 de Março de 1912) que fará imprimir o *Relatório e Projectos da Comissão Colonial nomeada pelo Conselho da Ordem do Grande Oriente Lusitano Unido*, contendo os projectos de organização do Ministério das Colónias, do Conselho Colonial, da construção de caminhos-de-ferro em Angola e Moçambique, de bases para as reformas

---

[427] A Secção 23 da SGL denominava-se Secção Profissional de Ciências Navais e Comunicações Marítimas. Segundo consignado nos § 1º e § 2º dos Estatutos, «*as secções profissionais têm por fim o estudo, elucidação e consulta dos assuntos sociais que, respectivamente, as caracterizam pela denominação das mesmas Secções e pelas aptidões ou profissões predominantes dos sócios que as constituem. § 2º - Cada Secção compõe-se de vogais, nela e por ela propostos e admitidos, até ao número de cinquenta, residentes em Lisboa*» (SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA. *Estatuto Geral Aprovado pela Assembleia Geral em sessão de 3 de Junho e sancionado por alvará de 3 de Julho de 1895*. Nova Edição. Porto, 1953: 29).

[428] D.G., 12 de Junho 1912.

[429] Marques 1986: 1495.

[430] Para Ernesto de Vilhena Cecil Rhodes alcançara o estatuto de «*super-homem*», como ele próprio escreve após a visita à Casa-Museu da Cidade do Cabo, em 1919: «*Nada notei no Cabo, de novo. O mesmo movimento, a mesma alegria buliçosa. Tornei a visitar o museu de pintura, e fui a Groot Schuur de automovel. Não pude subir até ao monumento, por a estrada estar má, no dizer do chauffeur, mas visitei a casa de habitação, antigo solar hollandez, destruido pelo fogo e depois novamente reconstruido pelo archit. Beker, protegido de Cecil Rhodes. Interessantissima habitação, estylo hollandez colonial: arcas numerosas de teca ou madeira semelhante, com guarnições de metal amarello, cadeiras variadas de generosa antiguidade, admiraveis relogios de columna, de Amsterdam e Rotterdam, com figuras de movimento, bellos couiros de Cordova, porce/lana da China, de toda a antiguidade, contadores hespanhoes, uma mesa Boyle, fogões de ferragens datadas do seculo XVII etc etc. Uma collecção riquissima, do mais alto valor artistico e de grande bom gosto. Ao mesmo tempo que fazia esta visita, lia a "Vida particular" do C. Rhodes, pelo seu "secretario particular", e fiquei fazendo uma ideia exacta do seu admiravel caracter e grande bondade. Era, realmente, um super-homem.*» (Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens: *Caderno de viagem Nº 8*, ms., 10 Agosto 1919 - 6 Janeiro 1922, fl. 51v, Cidade do Cabo, 29 e 30 de Setembro de 1919).

[431] Composta pelos irmãos Ernesto de Vasconcelos, Eduardo Alberto de Lima Basto, José de Freitas Ribeiro, António Augusto Pereira Cabral, António Paiva Gomes, José Mendes Cabeçadas Júnior, Baltasar de Aguiam, Alberto Nogueira de Lemos e Álvaro Nunes Ribeiro (cf. "Circular do Secretário do Conselho da Ordem", 1912. Disponível *online* em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_147308 [acedido em 13-8-2013]. Os trabalhos da comissão deveriam ser apresentados ao Parlamento.

pautal, financeira, administrativa, do regime de propriedade e da reforma judiciária[432], deve reconhecer-se a similitude ideológica das questões abordadas, dada a proximidade *ipsis verbis* de grande parte dos postulados do relatório maçónico com os textos de Ernesto de Vilhena.

Afastar-se-á da maçonaria em 1913, após uma polémica travada com o irmão «*Renovador*» (Henrique da Trindade Coelho?[433]) o qual, em nome da Loja Solidariedade, defende desde finais de 1912 a venda das colónias[434] portuguesas como via para a salvação económica nacional[435]. Nesta sequência Vilhena pede atestado de quite, que lhe é inicialmente negado[436] (Doc. I.5), não deixando primeiro de se dirigir directa e pessoalmente ao opositor[437] (Doc. I.4). O desabafo[438] de António Macieira (1875-1918; Ministro dos Negócios Estrangeiros nessa data) trocado a 25 de Março de 1913 com Manuel Teixeira Gomes (1860-1941; ministro plenipotenciário na Embaixada de Portugal em Londres nessa data) acerca de Vilhena prender-se-á com a hipótese de as colónias estarem de facto a servir como caução de um empréstimo externo a conceder à República, tal como propagandeava publicamente Trindade Coelho, posição contrária à do Comandante que tinha o apoio de outro "peso pesado" colonial, Freire de Andrade

[432] Disponível *online* em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_147309 [acedido em 9-8-2013].

[433] Henrique da Trindade Coelho (1885-1934), director de *O Século*, foi diplomata, Ministro de Portugal em Roma em 1927 e Ministro de Portugal no Vaticano em 1929; Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1929. Homem de confiança do marechal Gomes da Costa, apoiou o golpe que instaurou a Ditadura em 1926.

[434] Desde o século XIX, uma linha defendia a venda das colónias, ideia que reapareceu sistematicamente em períodos de maior debilidade financeira, sem nunca ter sido considerada hipótese a aplicar pelos diferentes regimes políticos que se sucederam. Sobre a questão cf. Alexandre 2000. De acordo com Rui Ramos, o capitalista Henry Burnay, em conjuntura anterior à que tratamos aqui, seria defensor da ideia (Ramos 1994: 146), dado que interessa relacionar com a anterior posição de Ernesto Vilhena, ele próprio informando que anos antes ponderara a defesa dessa hipótese (vd. AHM/Div/1/36/31/15: Carta de Ernesto Vilhena para Trindade Coelho sobre um memorando da loja "Solidariedade" transcrita em nota que segue), provavelmente influenciado pelo "círculo Burnay" em que se movimentava.

[435] «*(...) A Loja Solidariedade; mantendo a sua inabalavel fé na regeneração nacional sob o regimen republicano, resolve: a) Pedir a todas as lojas que compõem o "Grande Oriente Lusitano Unido" que se unam e cerrem fileiras á volta dos problemas da Defêsa e Fomento Nacionaes: b) Que intimem o governo português, em nome da Salvação Publica e da Dignidade Nacional a proceder immediatamente ás negociações para um grande emprestimo com a garantia hypothecaria de Macau e Timor ou então á venda pura e simples d'estas duas colonias que são hoje, apenas, para nós, os romanticos padrões d'um passado glorioso em que fomos grandes - precisamente por termos sido fortes. Lisboa, 20 de Novembro de 1912. (a) Renovador*» (cf. "Proposta do maçon Renovador, da Loja Solidariedade". 1912. Disponível *online* em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_147330 [acedido em 13-8-2013]).

[436] AHM/Div/1/36/31/43: Carta de José António Jorge Pinto para Ernesto Vilhena em resposta ao pedido deste para lhe ser passado um atestado de quite, 10/3/1913.

[437] AHM/Div/1/36/31/15: Carta de Ernesto Vilhena para Trindade Coelho sobre um memorando da loja "Solidariedade", 1/3/1913.

[438] Fundação Mário Soares, DTE. Pasta 08079.040. Carta de António Macieira dirigida a Manuel Teixeira Gomes, datada de 25 de Março de 1913, excerto: «*O Freire Andrade e o E. Vilhena, susceptibilisados retiraram-se e o ministro acha-se embaraçado. O Eusebio faz, pois, falta. Que diz?*».

(1859-1929), o Governador-Geral de Moçambique entre 1906 e 1910, também convertido à República, que nesse momento era o Director Geral das Colónias (1911-1913). Em plena ordem do dia, o assunto era alvo de gestão política com a maior das sensibilidades diplomáticas perante os rumores correntes sobre as supostas negociações secretas que estariam em curso entre a Inglaterra e a Alemanha com o fito na partilha entre si das colónias portuguesas[439].

Nos círculos do associativismo científico ligados às elites intelectuais do republicanismo, a Sociedade Nacional de História, criada em 1911 e posteriormente denominada Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos (1914)[440], contou com Vilhena logo no ano da fundação[441], junto com o "programador" Fidelino de Figueiredo (1889-1967), Cristóvão Ayres de Magalhães Sepúlveda (1853-1930), David Lopes (1867-1942), José Leite de Vasconcelos (1858-1941), Fortunato de Almeida (1869-1933), João Lúcio de Azevedo (1855-1933), Edgar Prestage (1869-1951) e o irmão Henrique de Vilhena, entre outros[442]. Em 1912, o olissipógrafo Nogueira de Brito (1883-1946), na Associação dos Arqueólogos Portugueses, regozijava-se perante os seus confrades pelo louvável empreendimento anunciado por aquela Sociedade de objectivos congéneres que tinha em vista a protecção e conservação dos cartórios eclesiásticos do País abrangidos pela Lei de Separação do Estado das Igrejas[443]. Nesse mesmo ano, a Sociedade dava início à publicação da *Revista de História* (Lisboa, 1912-1928). A relação de Ernesto de Vilhena com a investigação histórica - como parte do conhecimento e tendo por detrás o axioma da construção social da identidade nacional - tem nesta associação a primeira projecção pública que, desde logo, não resulta apenas da publicação dos trabalhos de sua autoria. Por residual que possa considerar-se, repetir-

[439] Boatos que teriam fundamento em acontecimentos reais, segundo apresentado por A. J. P. Taylor. *The Struggle for Mastery in Europe: 1848-1918*. 1954 *apud* Martins 2000: 147 e nota 24, ao documentar que na Primavera de 1912, britânicos do Colonial Office com o conhecimento do Ministro dos Negócios Estrangeiros Edward Grey defenderam a hipótese da partilha das colónias portuguesas servir de plataforma de entendimento com a Alemanha. Da documentação portuguesa, no espólio de Afonso Costa conservado no Arquivo da Fundação Mário Soares, Afonso Costa em carta de 22 de Janeiro de 1912 dirigida a Germano Martins comenta a notícia publicada no *Saturday Review* segundo a qual o *Foreign Office* não se opunha à venda de Angola e São Tomé e Príncipe aos alemães, alertando para a necessidade de desmentir esses boatos (cf. DFC, Pasta 072118.008).

[440] Torgal, Mendes e Catroga 1998: Torgal, 257-262; Brito 2012.

[441] O seu nome integra a Lista dos primeiros sócios publicada na capa da *Revista de História*. Nº 1. Lisboa, 1912.

[442] Henrique de Vilhena. *Pelo Caminho*. Lisboa, 1957: 15 e nota 1. Henrique Jardim de Vilhena foi vogal da Direcção em 1913 (cf. Brito 2012: 59).

[443] "Acta Nº 70. Sessão da Assembleia Geral de 28 de Março de 1912". *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*. 5ª Série. Tomo XII, nº 10, Abril-Junho 1912: 485-486.

se-á sucessivamente na pertença a outras sociedades culturais e científicas, na vertente histórica do programa colonial que irá continuamente desenvolver, mas sobretudo na ideologia de coleccionador de livros e de objectos.

Na sua área de acção colonial, ainda no campo das participações associativas, destacam-se também, nestes primórdios da República, a passagem pela Vice-Presidência da União Colonial Portuguesa e pela Liga Ultramarina[444]. A primeira, fundada nos últimos meses de 1910, propunha-se elaborar um programa de trabalhos que impulsionasse o desenvolvimento das colónias através do aproveitamento dos próprios recursos e uma mais conveniente utilização das suas condições naturais. Pugnava também pela necessidade de intensificar a acção «*civilisadora entre os elementos indigenas ainda não assimilados*»[445]. Sediada em Lisboa, na Travessa da Espera, os primeiros sócios directores com Ernesto Jardim de Vilhena foram António José Pires Avelanoso, Julio Manuel Pereira, Antonio da Silva Gouveia, Francisco Mantero, Francisco Dulio Ribeiro e Alfredo Lopes de Figueiredo[446]. Em Julho de 1911, o grupo foi intermediário político da reclamada "autonomia" colonial quando enviou ao Presidente da Câmara Constituinte o pedido de extinção da representação das colónias no parlamento metropolitano, reivindicando a descentralização compatível com o grau de desenvolvimento de cada território, através da aplicação de legislação especial - as cartas orgânicas - a elaborar de acordo com as circunstâncias económicas, físicas e sociais das diferentes colónias (Silva 2003: 182). O resultado do *lobbying* foi eficaz e a Constituição aprovada em Agosto de 1911 consagrou estes princípios no Título V, artigo 67º, afirmando genericamente que «*Na administração das províncias ultramarinas predominará o regime de descentralização, com leis especiais adequadas ao estado de civilização de cada uma delas*»[447].

---

[444] Tal como informa o *República*. 12 Março 1911.

[445] União Colonial Portugueza. *Appello aos Habitantes das Colonias Para que Com Ella Cooperem Activamente*. Lisboa, 1914: 3 (doravante Portugueza 1914).

[446] Portugueza 1914: 7.

[447] Constituição de 21 de Agosto de 1911, texto disponível *online* em http://debates.parlamento.pt/Constituicoes_PDF/CRP-1911.pdf [acedido em 08-09-2013]. Neste ponto, torna-se evidente a "Revolução Republicana", quando posta em contraste a letra da Constituição sobre o texto da última portaria de D. Manuel II convocatória de uma comissão para o estudo da reforma administrativa das colónias: «*Sua Majestade o Rei, considerando que a reorganização administrativa das possessões ultramarinas portuguesas é uma das primeiras, se não a primeira, das medidas conducentes ao seu desenvolvimento cujo estudo se impõe com inadiável necessidade. Tendo em conta que, se é certo no haver ainda, por circunstâncias de ordem vária, o Ultramar português alcançado, nem o progresso material, nem o espírito da nacionalidade própria que tornam possível, sem perigo para ele, uma vasta autonomia, é verdade também que ao seu crescente desenvolvimento corresponde um movimento de*

A Liga Ultramarina, organizada em Lisboa também em 1910, de carácter cívico, tinha como objectivo «*servir de laço fraternal a união de todas as colónias, promovendo a defesa dos seus legítimos direitos e empenhando-se em elevar o seu nível intelectual e moral*» (Gonçalves 1999: 53, nota 6).

Face à mudança de regime, o que não se verifica na postura intelectual de Vilhena é uma viragem no pensamento e nas ciências coloniais em que se formou, tendo-se verificado o mesmo com outras personalidades actuantes na política colonial portuguesa antes e depois da implantação da República, como Norton de Matos (1867-1955), da mesma "geração"[448], ou até como Afonso Costa.

Não houve de facto nem uma ruptura com o sistema de ideias[449], nem uma imediata descontinuidade nas perspectivas sobre os territórios ultramarinos[450]; o que mudaria haveria de ser de carácter administrativo ao colocar a tónica na

---

ordem moral que se traduz na consciência, cada dia mais forte, do seu valor, e tal facto não pode, sem acentuada injustiça deixar de ser levado em devida conta. Atendendo que é por isso preciso contrabalançar a concessão de liberdades com uma fiscalização por parte da Metrópole, que não pode no próprio interesse das províncias ultramarinas deixar de existir. Sendo necessário considerar as suas justas aspirações de modo a que nem por uma excessiva centralização travar-lhes a actividade nem, caindo no excesso contrário, desembocar por ventura fugaz, na situação de difícil solução» (DG., Nº 18. 1910 *apud* Wilensky 1968: 35).

[448] Silva 2003: 180-181 - «*Com a implantação da República pode dizer-se que o esforço político-administrativo e económico de colonização em África prosseguiu dentro do paradigma fomentista ou modernizador posto em prática pelas grandes potências coloniais. O que nos permite afirmar a presença do modelo forjado durante o regime monárquico: um nacionalismo pró-capitalista, liberal e filantrópico, com raízes na leitura de obras-chave (...) e em doutrinas que frutificaram em França e em Inglaterra como foi o caso do saint-simonismo (...). Projecto absorvido pela teoria colonial de Jules Ferry, em plena III República Francesa, e passível de ser subscrito por ilustres colonialistas portugueses - Paiva Couceiro, Freire de Andrade, João Belo e, em especial, Norton de Matos, cujos textos mais representativos permitem conotá-lo com o "programa colonial" traçado, cerca de oitenta anos antes, pelo Marquês de Sá da Bandeira e com uma postura político-ideológica e mental marcada pela concepção antropológica liberal e respectiva ordem sócio-económica (liberdade do humano face ao divino, primazia da razão, axiologia fundante de uma sociedade de homens livres, iguais e justos, apologia da livre iniciativa e da dinâmica comercial, defesa aberta da propriedade e intervenção controlada na esfera fiscal) e ainda pela natural afirmação do cientismo de raiz positivista.*».

[449] A exemplaridade da obra colonial da I República continua, apesar da inflexão centralizadora que o Acto Colonial introduziu em 1930, a ser louvada nesse mesmo ano por Francisco Toscano e Julião Quintinha: «*E a obra da República nas colónias, salvo pequenas restrições, merece o apoio de todos os portugueses; tem muita coisa de apreciável que se documenta nas estatísticas e se pode considerar dos melhores trabalhos do regime, embora as deficiências. Olhando os vinte anos de administração colonial republicana, neles ressaltam superiores resultados aos conseguidos na administração monárquica; foi a República quem criou o primeiro ministério das Colónias, quem concedeu a maior descentralização colonial - essa descentralização defendida por Mousinho - e quem completou a ocupação e realizou as mais importantes obras de fomento. Mas, para se conseguir essa marcha relativamente progressiva, foram precisos os sacrifícios e os esforços de António Ennes, de Mousinho e dos seus companheiros.*» Cf. Toscano e Quintinha 1930: 361.

[450] A interpretação de René Pélissier é taxativa: «*a revolução de 1910 não marca qualquer inversão profunda da situação imperial de Portugal*» (Pélissier 2006: 315). A historiografia mais recente orienta-se no mesmo sentido, vd. Meneses e Oliveira 2011: 11; Teixeira 2011: 24-33.

descentralização, tal como a insistência contínua na necessidade de promover o fomento económico e na aplicação de uma ciência que devia nascer alicerçada no conhecimento prático, que só os africanistas podiam deter. O próprio Comandante Vilhena pronunciara-se nesse sentido nacionalista nos momentos finais da Monarquia, ao publicar sem falsa modéstia que «*o nosso esboço de um programma colonial deveria ser abstrahido de idéas partidarias, apresentando-se, não como um plano a recommendar ao partido regenerador, mas a todos os partidos, uma especie de "programa colonial nacional", imposto pela opinião a todos os governos e executado, consequentemente com uma persistencia nas idéas e nos processos que até hoje teem faltado na administração superior do ultramar.*»[451] A questão colonial permanecerá como um «*paradigma multissecular*» (Torres 2000: 55) estruturante da identidade nacional portuguesa. Em 1911, Vilhena ao resumir a estratégia pessoal na trilogia «*descentralização, fomento e honestidade*», pretende deixar os factos bem claros perante a opinião pública. Recorre para isso a uma metáfora arquitectónica, ao interpelar o jornalista: «*Lembra-se d'aquellas gravuras antigas que nos descrevem as construcções das grandes cathedraes: aqui o architecto, com a fronte sobre a mão mede, com um compasso exagerado, suppostas distancias, em um mappa que tem diante; ali um simples aprendiz ajoujado ao peso do material, e outros içando por meio de complicadas machinas, em que os cabos e os cadernaes abundam, peças já preparadas; e todos concentrados na perfeição da sua obra? Reproduzamos o quadro: Sejamos, sobretudo, constructores, cada um na medida das suas forças: construamos, embora devagar, solidamente, e sobre bem lançados alicerces.*»[452]. Anos mais tarde, o discurso será directo: «*o domínio colonial português representa, sem dúvida, na futura reorganização da nacionalidade, empreendida pelo regime republicano, três factores primaciais: o factor moral, o factor económico e o factor de ordem política internacional*»[453].

No seu percurso profissional, encontrando-se de volta a Lisboa em Janeiro de 1912, logo em Fevereiro foi eleito vogal do Conselho Colonial[454] com a representação

[451] Ernesto Vilhena."Esboço de um programa colonial". In *Questões Coloniaes*. Lisboa: 1910: 369-393, cf. 383.
[452] "O Problema Colonial. O sr. Ernesto Vilhena emitte novas opiniões". *República*. 16 de Março 1911: 3.
[453] *Diário da Câmara dos Deputados*. Nº 47, sesão de 23-02-1916: 14.
[454] O Conselho Colonial foi uma instituição criada pela I República, na sequência da reforma do Ministério da Marinha e Colónias (27 Maio 1911), substituindo o Conselho de Pautas Ultramarinas, a

da Província de Moçambique[455], órgão político-administrativo de carácter consultivo, no qual irá permanecer até 1920[456].

No ano de 1912 terminam as suas comissões de serviço por requisição à Marinha. A 13 de Abril de 1912 é mandado regressar ao serviço da arma e, em Junho, integra o quadro dos oficiais de Marinha da 6ª Repartição da Direcção-Geral das Colónias[457]. Meses depois, em Agosto, será nomeado membro da Comissão de Cartografia, onde antes desempenhava funções interinas, reputada instituição criada em 1876 pelo ministro João Andrade Corvo (1824-1890) junto do Ministério da Marinha e do Ultramar, dividida em três secções das quais uma, a de Geografia, havia de ser integrada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 1880 e renomeada em 1883 como Comissão Central de Geografia. Após a reforma administrativa de Maio de 1911 que reorganizou a Direcção-Geral das Colónias, à Comissão de Cartografia ficaram vinculados os oficiais da marinha da 6ª Repartição, com competências consultivas, como aconteceu com Ernesto de Vilhena, aos quais incumbia estudar e informar sobre delimitação de fronteiras (Lobato 2008).

Ainda integrado na orgânica da Marinha foi chamado, em Agosto de 1913, para desempenhar serviço gratuito na comissão encarregada de propor as alterações a introduzir na legislação que instituiu a Marinha Colonial (Lei de 10.07.1912).

Ao longo de 1912 Ernesto de Vilhena não deixou de emitir considerações sobre questões coloniais, insistindo recorrentemente no «*espírito scientifico*» com que

---

Junta Consultiva do Ultramar e o Conselho de Magistratura. No Estado Novo irá suceder-lhe o Conselho do Império (cf. Caetano 1943 e Caetano 1967; Proença 2008: 124-125).

[455] É de sua autoria o parecer Nº 128, de 1914: «*CONSELHO COLONIAL, Nº 128, 1914 - CONSULTA Nº 110 - SERVIÇO DA REPÚBLICA - A Companhia de Moçambique em oficio de 24 de dezembro de 1913 dirigido ao Comissario que junto d'ela representa o Governo solicitou que do Regulamento mineiro em vigor nos territórios de Manica e Sofala fosse eliminado o Artº 69º fazendo-se a sua substituição pelo Artº 70º e alem d'isso que na numeração geral dos Artigos do mesmo Regulamento figurasse com o Nº 70 um novo para o qual propunha a redacção que se segue: (...) Lisboa em sessão do Conselho aos 12 de Junho de 1914 – assina Ernesto de Vilhena*» (cf. AHU, Direcção Geral do Ultramar - Direcção Geral das Colónias, Nº 222 - DGU, 2ª R, Cx. 48, 1903-1919, Companhia de Moçambique).

[456] Missão que termina a 30 de Junho de 1920. Cf. Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA encimada pelas armas reais: Ministério da Marinha. Comando Geral da Armada. Oficiais. "Outras Eventualidades."

[457] DG, Nº 136, 12 de Junho 1912: 2095: «*MINISTERIO DAS COLONIAS. Direcção Geral das Colónias. 1ª Repartição. Em portaria de 3 do corrente: Primeiro tenente de marinha, Ernesto Jardim de Vilhena - nomeado para fazer interinamente parte do quadro dos oficiais de marinha da 6ª Repartição da Direcção Geral das Colónias. Direcção Geral das Colónias, em 11 de Junho de 1912. = O Director Geral, A. Freire de Andrade.».* A mesma informação consta in Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA encimada pelas armas reais: Ministério da Marinha. Comando Geral da Armada. Oficiais. "Outras Eventualidades"

deveriam ser tratadas. Ancorado na sua experiência, participa com vigor da construção do novo regime político e publicita o programa colonial que defende, pondo em confronto aquilo que denomina *ideologia* com o pragmatismo inerente ao *positivismo* orientador[458]. A imprensa dar-lhe-á oportuno espaço e fará eco das controvérsias que geram algumas das propostas apresentadas.

Em Março, crítica em *O Século* a utilização dos recursos das colónias como contribuição para o fundo especial destinado ao aproveitamento dos baldios continentais[459]. Ezequiel de Campos (1874-1965), engenheiro, deputado e autor do Projecto de Lei de Utilização de Terrenos Incultos, replica-lhe volvidos cinco dias[460] expondo que, na sua perspectiva, a colonização africana estava inelutavelmente dependente da valorização da terra continental apenas alcançável através do progresso da agricultura.

Entre os finais de 1912 e os primeiros meses de 1913, Vilhena envolveu-se directamente, como lemos acima, na polémica sobre a venda das colónias.

Durante os meses de Novembro e Dezembro de 1912 traz ainda outros temas à colação. Mais uma vez em *O Século,* sublinha logo no título do artigo a problemática de fundo: «"*A Questão Colonial é uma Questão Nacional*"»[461]. Na ordem do dia está a construção do programa republicano para as Colónias, a orientação basilar da política do novo regime. Reconhece que a «*democracia*» é a fórmula perfeita para «*povos civilisados»*, mas comprovadamente desadequada «*quando aplicada prematuramente a sociedades primitivas*». A mera conquista não passara de uma «*empreza imperialista*», própria dos sistemas políticos aristocráticos e fazia parte do passado. Na República portuguesa, fazendo uso da «*ciencia da colonisação»,* é mister desenhar o plano correcto - alertados «*contra as tendencias do proprio espirito democratico*

[458] «*Andam aí os catedráticos da política internacional a berrar nas suas revistas que em Portugal se instalou um governo de ideologos, que, dizem eles, é o peor de todos. Mostremos a esses pregadores que o positivismo não nos serviu somente para banir a religião do organismo oficial, mas que ha de inspirar as nossas concepções e dirigir praticamente todas as medidas que adotarmos para as colonias*.»: Ernesto de Vilhena. "A Questão Colonial é uma Questão Nacional. Na preparação de um plano devemos começar por definir princípios". *O Século*. 29 de Novembro 1912: 1; os sublinhados correspondem aos destaques em itálico no original.

[459] Ernesto de Vilhena. "Deixemos às Colonias os Seus Recursos Proprios". *O Século*. 22 de Março 1912: 2.

[460] "Deixemos às Colonias os Seus Recursos Proprios. O sr. Ezequiel de Campos responde ao artigo do sr. Ernesto de Vilhena, publicado no «Seculo»". *O Século*. 27 de Março 1912: 2.

[461] Ernesto de Vilhena. "A Questão Colonial é uma Questão Nacional. Na preparação de um plano devemos começar por definir princípios". *O Século*. 29 de Novembro 1912: 1-2.

metropolitano, evitar certas generalisações excessivas de doutrinas avançadas, corrigil-as [sic] *pela ciencia positiva do que é verdadeiramente a colonisação de paizes tropicaes*» -, que impõe o «*metodo*, *a coerencia e a concatenação*». Ou seja, o modelo deverá ser uma obra de construção harmónica, pois um edifício «*alem de ser solido e adequado ao fim a que ha de servir, deve obedecer a uma idéa artistica, como qualquer monumento ou simples* bibelot*.»,* quase transpondo o *decorum* estético religioso e a *concinnitas* clássica e renascentista para o programa ultramarino. Há, assim, que começar pelo princípio e, segundo sustenta, a reforma colonial deve partir «*de preceitos constitucionaes adequados, completados pela elaboração das leis organicas das colonias, passemos depois à reorganisação da administração central, á reforma do regimen financeiro e do regimen aduaneiro; consolidamos o conjunto pela regularisação da nossa situação internacional. Do tronco subiremos depois aos ramos: das medidas fundamentaes passaremos ás medidas particulares a cada colonia, cuja orientação e forma de execução teem, forçosamente, de ser uma consequencia logica das primeiras*.».

Um mês depois expõe com maior detalhe a ideia "harmónica" defendida, na asserção de que *«*"*Uma constituição cientificamente elaborada deve, na parte relativa às colonias, consignar a delegação do poder legislativo*"»[462]. O primeiro quesito é que «*as colonias devem ser regidas por leis especiais*» - e aqui faz o rastreio histórico, geográfico e teórico -, e «*Especial tem aqui a significação de cientificamente deduzido do estudo objectivo das condições especiaes da terra e dos homens*». As leis coloniais não podem ser elaboradas a partir de ideologias estanques. Na colónia a administração tem uma «*feição acentuadamente* dinamica*, e a lei tem de ser* maleavel e aperfeiçoada gradualmente[463], *a curtos intervalos*» e, para isso, o sistema parlamentar em vigor na Europa, centralizado, não possui resposta adequada, de onde infere que «*Impõe-se uma primeira e lata delegação do poder legislativo sobre o executivo da metrópole».* A primeira delegação de poderes deve recair sobre o Ministro das Colónias, atento aos conhecimentos coloniais, coadjuvado por um «*conselho superior de caracter essencialmente tecnico*». Em segundo lugar, haverá que conceder parcela de poder

[462] Ernesto de Vilhena. "A Questão Colonial é uma Questão Nacional. Uma constituição cientificamente elaborada deve, na parte relativa às colonias, consignar a delegação do poder legislativo". *O Século*. 29 de Dezembro 1912: 1.
[463] Destacados a itálico no original.

legislativo aos governadores e aos corpos representativos das colónias, mesmo que essa delegação seja limitada.

Nos textos jornalísticos, o discurso é teoricamente fundamentado, com menção de autores, recorrendo por vezes à citação, que transmite como referentes da ciência colonial, como fará também nos excursos históricos ao mencionar o conde da Taipa (1794-1866), Mirabeau (1749-1791), Boissy d'Anglas (1756-1826), ou quando se revela leitor das ciências sociais e vai buscar R. E. Dénnett (comerciante, viveu entre 1878 e 1884 no Congo francês), Gustave Le Bon (1841-1931), Saussure (1857-1913), Kelsey (Francis Willey Kelsey?, 1858-1927, americano, Professor de Latim, expedicionário em África, arqueólogo), Snoro (?), Reinsch (Paul Samuel Reinsch, professor americano de Direito Internacional[464], 1869-1923), Fox (Charles James Fox?, 1749-1806, Parlamentar inglês) ou John Stuart Mill (1806-1873).

Entre 1912 e 1917 são, portanto, contínuos os seus combates pela ideia cujas raízes tinha trazido a lume em 1909[465], a de uma progressiva descentralização de cariz nacionalista que deveria atribuir às províncias ultramarinas - unas com a metrópole, é claro[466] - uma tendencial autonomia administrativa a promulgar nas «*cartas orgânicas*».

O Comandante Vilhena colaborou directamente na preparação legislativa das primeiras cartas orgânicas da I República, quando desempenhou, entre Janeiro de 1913 e Fevereiro de 1914, o lugar de chefe de gabinete do Ministro das Colónias Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro[467] (1865-1943) a cuja autoria são imputadas, no primeiro governo presidido por Afonso Costa[468]. Saem desse Ministério a Lei nº 277, *Lei Orgânica da Administração Civil das Províncias Ultramarinas* e a Lei nº 278, *Lei Orgânica Financeira das Províncias Ultramarinas*, promulgadas a 15 de Agosto de

[464] Autor da obra *Colonial Administration, an Inroduction to the study of colonial institutions*, 1905.
[465] Expressa também em "A autonomia de Moçambique", discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 22 de Março de 1909 e publicado em *Questões Coloniaes* 1910: 345-368.
[466] Em 1909, no "Esboço...", distinguira bem dois conceitos de Descentralização e de Autonomia, cf. 388: «*Para nós, e em materia de administração colonial,* descentralisação *é a medida ou o systema pelo qual se transfere para os funccionarios ou corpos de uma colonia afastada, poderes que até certo momento residiam nas auctoridades da metropole;* autonomia *o systema pelo qual se concede a uma colonia o direito de se governar a si propria, o que, na sua fórma de realisação mais perfeita e completa exige a egualdade de direitos politicos, e o exercicio d'elles em um corpo representativo eleito por um suffragio amplo.*».
[467] Ocupou a pasta do Ministério das Colónias entre 09.01.1913 -09.02.1914. As ideias de Vilhena eram partilhadas pelo "seu" Ministro Almeida Ribeiro como se depreende das publicações de sua autoria, nomeadamente Ribeiro 1917 e Ribeiro 1946.
[468] F. Clement Egerton atribui a autoria do preâmbulo das leis a Ernesto de Vilhena (cf. Egerton 1957: 97).

1914 e já assinadas pelo ministro Alfredo Augusto Lisboa de Lima (1867-1935), que determinaram o regime de autonomia administrativa e financeira de cada colónia portuguesa, em cumprimento do enunciado da Constituição de 1911[469]. Segundo Vilhena as classifica, foram «*a mais profunda e benéfica reforma que jamais se efectuara, entre nós, desde que Portugal decretou a abolição do estado de escravidão nas colónias portuguesas, leis que marcam uma mudança radical da orientação na administração ultramarina, que hão-de abrir às colónias novos e mais rasgados horizontes, leis que são, verdadeiramente a carta de alforria do ultramar português*»[470].

Londres acolheu-o em Junho 1914, quando participou no III Congresso Internacional de Agricultura Tropical (23 a 30 de Junho), reunido no Imperial Institute por ocasião da Exposição Internacional de Produtos Tropicais e Indústrias Correlativas, na qualidade de antigo Governador de Lourenço Marques, como co-autor - com Henrique José Monteiro de Mendonça, Vice-Governador do Banco Nacional Ultramarino, e José Dionísio de Sousa e Faro, ex-Governador da Zambézia - do *Rapport sur le Crédit Agricole dans les Colonies Portugaises*. Apresentou o Relatório no dia 26 de Junho, na sessão dedicada aos Bancos de Crédito Agrícola e Sociedade Cooperativas[471]. A colaboração no congresso anterior, realizado em Bruxelas em 1910, terá sido apreciada pelo Comité organizador que voltou a incluí-lo no grupo dos técnicos portugueses.

Todas as circunstâncias intelectuais e políticas se conjugam no homem público para que o filólogo Cândido de Figueiredo (1846-1925) o proponha como sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, na Classe de Letras, Secção de Ciências Económicas e Administrativas, na sessão de 1 de Julho de 1915. O parecer exaltou o significado altamente patriótico dos trabalhos coloniais publicados e «*também a contribuição, que êles representam para o mais amplo e profícuo estudo dos grandes problemas económicos e sociais que preocupam o mundo contemporâneo*»[472]. Foi nomeado em 11 de Novembro, agradecendo pessoalmente, uma semana depois, a honra

[469] Cf. Proença 2008: 116-117; Proença 2009: 206.
[470] *Diário da Câmara dos Deputados*. Nº 14, Sessão de 13-07-1915: 17.
[471] Cf. Agriculture 1914: vi, 204-205.
[472] Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Processos dos Académicos, Ernesto Jardim de Vilhena, Classe de Letras, depois impresso: Cândido de Figueiredo. "Parecer redigido pelo Sr. Cândido de Figueiredo ácêrca da candidatura do Sr. Ernesto Jardim de Vilhena a sócio correspondente. Sessão de 1 de Julho de 1915." In *Boletim da Segunda Classe. Actas e Pareceres. Estudos, Documentos e Notícias*. Vol. IX. Lisboa, 1914-1915: 1915: 318-319.

concedida pela Academia[473]. Mantém a qualidade de académico até Janeiro de 1948, momento em que por iniciativa própria, justificado pelos seus afazeres que o impedem de ser um colaborador activo, pede demissão de Sócio correspondente[474].

1915 será um ano cheio. Ernesto de Vilhena desdobrou-se em múltiplas actividades políticas e associativas. Nas Sociedades científicas, para além da Academia das Ciências, irá de novo fazer parte dos corpos gerentes da Sociedade de Geografia de Lisboa[475].

Indicado pelo Conselho Colonial, integrou pela primeira vez nesse ano a Junta Central do Trabalho e Emigração[476], dependente da 2ª Repartição da Direcção-Geral das Colónias, instituída pelo Decreto nº 951 de 14 de Outubro de 1914 que aprovou o Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas[477].

Ao Conselho Colonial apresenta, em Junho, o relatório sobre o Regime dos Prazos da Zambézia, um tema já trabalhado na publicação de 1905, perspectivando-o não só historicamente, mas também à luz do fomento económico da Colónia de Moçambique[478]. Parte da caracterização legal em vigor naquele momento presente para caracterizar o sistema, concluindo que grande parte do território antes dividido pelos prazos se encontrava concessionado às Companhias e afecto a um regime diverso de

[473] Carta de Ernesto Vilhena ao Secretário da Academia das Ciências de Lisboa a agradecer a eleição para sócio correspondente datada de 17 de Novembro, manuscrita (Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Processos dos Académicos, Ernesto Jardim de Vilhena, Classe de Letras)

[474] Carta de Ernesto Vilhena dirigida ao Sr. Dr. Joaquim Leitão, Secretário Geral da Academia das Ciências de Lisboa, dactilografada: «*Lisboa, 19 de Janeiro de 1948. Exmo. Senhor Dr. Joaquim Leitão. Digmº Secretário Geral da Academia de Ciências de Lisboa. LISBOA. Em resposta ao ofício circular de 14 do corrente, venho dizer a V. Exa., para conhecimento do Exmo. Senhor Presidente da Classe de Letras, que a feição contínua e absorvente dos meus afazeres de ordem particular me impede de concorrer para a actividade da Academia com qualquer trabalho ou comunicação. Lamentando o facto, e reconhecendo que a Academia tem o direito de exigir dos seus Sócios que para ela trabalhem, peço a V. Exa o favor de apresentar à entidade competente dessa douta Associação a minha demissão de seu Sócio correspondente. Com toda a consideração sou, de V. Exª. Mtº Attº e Venr. (a) Ernesto Vilhena*» (Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Processos dos Académicos, Ernesto Jardim de Vilhena, Classe de Letras d).

[475] *Relatorio da Gerencia e Parecer da Comissão de Contas Referido a 31 de Dezembro de 1915*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1915.

[476] *Anuário Colonial*. 1916: 112.

[477] Publicado durante a administração do Ministério das Colónias por Alfredo Augusto Lisboa de Lima. O Cap. VIII do Regulamento criou em Lisboa uma «*Junta Central de Trabalho e Emigração formada por quatro membros do Conselho Colonial eleitos por este e por quatro proprietários agrícolo-coloniais, residentes na metrópole e eleitos pelos agricultores, comerciantes e industriais aqui residentes*», in DG. Série I, Nº 187 de 14 de Outubro de 1914: 948-977, cf. p. 971.

[478] James Duffy considerou que o estudo de Vilhena trazia implícita uma crítica geral da política colonial que falhara tanto na promoção dos interesses de Portugal em Moçambique, como na promoção da civilização às tribos negras, cf. Duffy 1959: 87-88.cAN

colonização, notoriamente mais produtivo[479]. O sistema dera azo a abusos, quando o prazeiro se tornara fornecedor de mão-de-obra para outros pontos da província ou para terras exteriores à colónia e daí derivara uma ténue fixação dos indígenas ao território. As conclusões, no entanto, põem em relevo o carácter original da instituição dos Prazos e a sua longa duração no território, a levar em conta no processo de qualquer reforma. O Relatório será dado à estampa no ano seguinte, em 1916, sob o título genérico de *Regime dos Prazos da Zambézia*[480].

Nas segundas eleições gerais legislativas da I República, convocadas para 13 de Junho de 1915, destinadas a formar a Câmara dos Deputados para três anos de legislatura, é eleito pelo círculo de Aljustrel nas listas do Partido Democrático. Durante a 1ª Sessão Legislativa virá a ser escolhido pelos seus pares para as comissões Parlamentares de Marinha[481], de que será presidente (15.12.1915), de Colónias e do Orçamento. Neste contexto, e desde a sua primeira intervenção a 13 de Julho, têm destaque os vários discursos versando sobre verbas relativas às colónias, sempre em defesa do preceituado nas Leis Nº 277 e Nº 278, tal como acontece na subscrição de pareceres emanados das várias Comissões e depois presentes ao Senado. Aponta que as verbas destinadas às colónias inscritas no projecto de Orçamento do Estado não deveriam ali constar, nomeadamente os réditos das companhias coloniais que representam a compensação das concessões e deveriam ser propriedade das províncias ultramarinas a que dizem respeito, tal como a partilha dos lucros do BNU: «*o fisco metropolitano aproveita da lei aquelas disposições que lançam sôbre as colónias certas despesas; mas não cumpre, paralelamente, as disposições que beneficiavam as colónias, dando-lhes receitas*»[482]. Todas as propostas de sua autoria serão sucessivamente aprovadas.

No dia 12 de Agosto pede autorização para gozar uma licença de 30 dias, que lhe é concedida. A 15 visita Canha (concelho do Montijo), numa viagem de Lisboa para

[479] Almeida 1978: 132.
[480] Ernesto de Vilhena. *Regime dos Prazos da Zambézia relatório apresentado ao Conselho Colonial, em Junho de 1915, pelo vogal representante da província de Moçambique, Ernesto de Vilhena; parecer do mesmo Conselho de 22 d'outubro dêsse ano*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1916. O relatório foi reeditado pelo Conselho Ultramarino como homenagem do autor, falecido nesse ano, sob o título "Regime dos Prazos da Zambézia. Relatório apresentado ao Conselho, em Junho de 1915, pelo vogal representante da Província de Moçambique, Ernesto de Vilhena". In *Annaes do Conselho Ultramarino*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1967. 35-72.
[481] *Diário da Câmara dos Deputados*. Nº 5, Sessão de 30-06-1915: 8.
[482] *Diário da Câmara dos Deputados.* Nº 14, Sessão de 13-07-1915: 20.

Elvas, segundo anotação posterior que inscreveu avulsamente no volume II das suas *Notas sobre arte e archeologia* (1915-1960), manuscritas: nesta data era garantidamente um coleccionador (Doc. II.5. «*Districto de Setubal,* cf. *Canha*»).

No Parlamento, no ano seguinte, em 1916, às comissões anteriores somam-se os trabalhos na Comissão Interparlamentar do Comércio e na Comissão encarregada de regulamentar as bases orgânicas e financeiras das Colónias[483]. Nas intervenções, constantes ao longo desta sessão legislativa nos temas coloniais que lhe ocupam o tempo quase por completo, destaca-se por instar a retoma das obras do caminho-de-ferro de Quelimane ao Chire, em Moçambique (Janeiro) e por discutir acesamente as alterações a introduzir nas bases das leis orgânicas. Todavia, aborda também um conjunto mais heterogéneo de temas, subscritos ou relatados, como uma questão relativa à Comarca de Ourique, à tutela da inspecção química da Casa da Moeda, do projecto de lei que facultaria a inscrição como sócios do Montepio Oficial dos Oficiais do Exército Metropolitano e Colonial e da Armada que contassem à data mais de 40 anos de idade, ou do parecer sobre serviços florestais.

No final do primeiro semestre de 1916 ausenta-se por duas vezes do País, no mês de Maio (entre 5 e 7) e no mês de Junho (pelo menos entre 14 e 17), para se deslocar a Paris. Portugal entrara no conflito mundial *de facto* a partir de 9 de Março do ano de 1916, com a declaração de guerra feita pela Alemanha na sequência do arresto dos barcos alemães ancorados nos portos portugueses, a 23 de Fevereiro. As conjunturas externas e internas eram catastróficas. O mundo mudava ao som da metralha. Para a República Portuguesa tudo estava em jogo, desde a manutenção das colónias até ao reconhecimento internacional do regime, ainda "ilhado" na Europa monárquica e dos Impérios, face à ameaçadora "neutralidade" germanófila da vizinha Espanha, para além da solidariedade para com os Aliados, com a Grã-Bretanha em particular, manifestada unanimemente no Parlamento logo após o deflagrar do conflito, em Agosto de 1914[484]. Ernesto de Vilhena, membro do partido Democrático e movendo-se no círculo pró-beligerância ao lado dos Aliados, virá a ser chamado para

[483] *Anuário Colonial* 1916: 537-538.
[484] Sobre as conjunturas da intervenção portuguesa na I Guerra Mundial e a importância que nelas teve a Aliança Inglesa cf. Ramos 2011: 81-109. Uma interessante perspectiva cronológica da participação nacional no conflito pode ser consultada numa fonte da época: "Portugal at War: 1916-1917." *The Times History and Encyclopaedia of the War*. Vol. 17, fasc. 218, 1918.

participar de duas missões de Estado directamente relacionadas com a Primeira Grande Guerra durante a vigência do governo da União Sagrada.

Figura 57 - In *Ilustração* Portugueza. IIª Série. Nº 534. 15 de Maio 1916: 572.

Em Maio parte para Paris na delegação parlamentar presidida por António Macieira (também deputado Democrático e presidente da delegação), com João de Melo Barreto (1873-1935, então deputado e redactor da Câmara dos Deputados) e o senador Herculano Galhardo (1868-1944), convidada para participar na «*Conferência Económica de Paris*», isto é, na conferência parlamentar internacional de Comércio inter-Aliados, sobejamente noticiada na imprensa[485].

Tal como Macieira Coelho descreveu no regresso, a representação colocara Portugal a par das outras nações europeias, «*Portugal, país pequeno (se é que há países pequenos) sob o ponto de vista do seu território continental, mas grande sob o ponto de vista das suas tradições, Portugal foi recebido e acolhido como de igual para igual, tendo nas respectivas ocasiões, quer nos trabalhos da Conferência, quer nas reuniões oficiais, quer nos banquetes, em todos êles o lugar que legitimamente lhe competia* (...)

[485] Ministère de la Guerre et des Affaires Étrangères. *Bulletin Quotidien de Presse Etrangere*. Paris, 10 mai 1916: 3: «*Portugal - MM. Ant. Macieira, Mello Barreto, E. Vilhena et H. Galhardo, qui faisaient partie de la conférence économique des Alliés, viennent de rentrer à Lisbonne. Ils ont fait part de leur profonde admiration pour le peuple français et dit qu'on leur avait fait visiter des tranchées françaises qui ne se trouvaient qu'à 200 métres de celles des Allemands. Ils sont enchantés de l'amabilité avec laquelle ils furent partout accueillis et affirment que la plus grande tranquilité régne à Paris, où l'on a la conviction absolue de la défaite de l'Allemagne. - Primeiro de Janeiro, 6.5.*».

aí se defendeu sem hesitações, sem duvidas, sem ideas tendenciosas, o direito tanto das grandes nacionalidades como das pequenas nacionalidades.»[486].

Contra a reacção que correra em Lisboa, Macieira vem defender a bondade e a qualidade que tinham investido a participação do grupo português - «*Houve quem suposesse neste País, onde há ainda pessoas que não são positivamente o melhor da população portuguesa, que a Conferencia era uma mera diligencia, como muitas outras, que muito fortificaria em banquetes, que muito se elevaria em recepções.»* (Idem: 12). Segundo o deputado, saldou-se no reconhecimento da cortesia dos anfitriões, na apreciação da «*galhardia e heróica confiança com que o exército francês põe em prática a sua obra humanitária*», e aqui acrescenta a descrição da visita à frente de batalha, a comoção sentida pela delegação em Reims perante as impiedades que os alemães infligiam aos homens e à civilização. Nestas circunstâncias, não dispondo do sentimento de Ernesto de Vilhena vivido neste cenário, citamos a longa narrativa de António Macieira, quando relata que «*Percorremos as ruas da cidade de Reims, toda ela mais ou menos ferida pela metralha. A cidade de Reims na parte mais rica acha-se arruinada. Tivemos ocasião de a visitar em passeio acidentado, saltando por cima das ruínas ao mesmo tempo que o canhão troava fazendo lembrar as atrocidades cometidas, as contravenções de direito internacional, o rasgar de tratados e convenções que assentam em princípios de honra, e lembrando-nos os processos de guerra que levam à morte por combustão, asfixia e envenamento empregados pelos alemães, lembrando-nos emfim todos os processos actuais de guerra que são a condenação formal duma cultura que se supõe civilização. E que recordação mais viva e angustiosa do que a dessa ruína da famosa catedral de Reims! Que recordação mais dolorosa do que a da profanação dêsse templo de arte, abatido ou ferido nos seus rendilhados, nas suas rótulas graciosas, nas suas estátuas de expressões angelicais, nos seus vitrais antigos, de côres encantadoramente harmoniosas! Famosa relíquia de arte, a respeito da qual um escritor disse que os olhos franceses, depois de chorarem a perda dos seus filhos, ainda tiveram lágrimas para chorar a perda da sua catedral. Tivemos ainda, Sr. Presidente, o feliz e agradabilíssimo ensejo de visitarmos a primeira linha de batalha. E, apesar dalguns perigos a que nos expusemos, nós fizemo-lo com verdadeiro prazer, com íntima alegria, porque principalmente, íamos ver de perto, junto a nós,*

[486] *Diário da Câmara dos Deputados.* Nº 83, Sessão de 08-05-1918: 11.

êsses bravos soldados da França, que, com um heroísmo e uma fé inexcedíveis, se batiam pela honra da sua Pátria e pela liberdade e direito dos povos. Arriscámos um pouco as nossas comodidades, arrostámos com as possíveis consequências da nossa curiosidade, mas tivemos a suprema e inesquecível consolação de nos encontrarmos na frente das trincheiras alemãs, como que mostrando-lhes que nós, representantes de Portugal, nos achamos bem irmanados na causa sagrada dos aliados.» (Idem: 12-13).

Ernesto de Vilhena regressa a Paris logo no mês seguinte, durante o período de interregno parlamentar. A 14 de Junho, a Conferência Económica dos Governos Aliados inaugurou solenemente sob a presidência da França, prolongando-se até ao dia 17[487]. A Guerra jogava-se não só nas frentes de batalha, mas também no terreno económico, onde se travava, e sobreviveria após o restabelecimento da paz, uma luta pelo controlo da produção de matérias-primas e sobre o domínio dos mercados, pressupondo que fosse organizado o regime da aliança económica entre as nações com medidas a tomar durante o tempo de guerra - interditando o comércio com o inimigo, proibindo a entrada das suas mercadorias, rescindindo contratos anteriores sem direito a indemnização (conforme proposto pela delegação portuguesa), sequestrando as suas casas comerciais, proibindo a exportação e o contrabando de guerra -, com medidas transitórias a aplicar no período de reconstituição económica e com a definição das medidas permanentes de entreajuda e colaboração entre os Aliados.

Desta delegação portuguesa faziam parte Afonso Costa, ministro das Finanças, acompanhado de U. Rodrigues, seu chefe de gabinete, Augusto Vieira Soares (1873-1954), ministro dos Negócios Estrangeiros e o deputado Vilhena que participa na qualidade de «*secretário*» do ministro Soares. Logo após a primeira sessão, Ernesto é ainda escolhido para secretariar os representantes nacionais junto do Secretariado Geral da Conferência. Enquanto «*délégué tecnhique*»[488], desenvolve a proposta de emenda defendida por Afonso Costa, que reclamava não só a protecção das matérias-primas, mas também a dos produtos fabricados, recusada por Clémentel, Ministro do Comércio e da Indústria de França e *chairman* da Conferência, pois essa moção implicaria criar um regime aduaneiro comum... Ernesto de Vilhena veio a ser, como assistimos, actor numa das reuniões mais significativas da história da participação portuguesa na I Guerra

[487] *Conférence Économique des Gouvernements Alliés Tenue à Paris les 14,15,16 et 17 juin 1916. Programme. Délégations. Procès-Verbaux des Scéances et Acte de la Conférence*. Paris, 1916.
[488] Idem: 43.

Mundial (Macedo 1916: 192-193), que terá contribuído depois para a sua nomeação como Representante de Portugal no Comité permanente *d'Action Economique*, sediado em Paris[489].

Fora da actividade no Parlamento, a par da notória movimentação nos círculos governativos que se esboçou ao longo do ano de 1916, na qualidade de membro do Conselho Colonial, fora eleito, a 26 de Fevereiro, para a comissão dos Prazos da Zambézia, encarregada do estudo das alterações legislativas destinadas a promover o desenvolvimento económico da região da Zambézia e a melhoria das condições dos colonos portugueses detentores de prazos[490]. O Relatório apresentado meses antes desta eleição, como lemos atrás, garantiu-lhe a posição de candidato natural ao lugar.

Os trabalhos parlamentares da sessão de 1917 tiveram, para Vilhena, uma duração curta. Saldaram-se em algumas contribuições legislativas a partir da Comissão Parlamentar da Marinha[491]. O ano, porém, será vivido com intensidade.

A sua nomeação para o Conselho Económico Nacional alcançou todavia efeitos políticos imediatos. O Conselho foi instituído pelo Decreto 3092 de 18 de Abril de 1917, saído da Presidência do Ministério de António José de Almeida (1866-1929), com o objectivo de secundar o Governo com estudos económicos e sociais que ajudassem este a enfrentar os problemas presentes e «*dominar as dificuldades futuras*», de molde a «*concorrer com a sua autoridade e saber para o formidável trabalho de organização económica nacional e para o fecundo aproveitamento e maior expansão das nossas energias produtoras*»[492]. O Parlamento reagiu ao acto legislativo, considerando que

---

[489] DG. IIª Série. Nº 228, 27 Setembro 1916: «*MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares. 1ª Repartição. Tendo sido criado, pelo decreto nº 2:609-G, de 4 de Setembro de 1916, a Comissão Portuguesa de Acção Económica contra o inimigo; hei por bem nomear, nos termos do artigo 1º do mesmo decreto, para constituírem a referida Comissão: Dr. Augusto Frederico Rodrigues Lima, director geral dos Negócios Comerciais e Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que servirá de presidente. Francisco António Correia, sub-inspector das alfândegas e professor do Instituto Superior de Comércio. Dr. Albino Vieira da Rocha, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Carlos Gomes, presidente honorário da Associação Comercial de Lisboa. José Maria Álvares, industrial. Ernesto Jardim de Vilhena, delegado do Comité Inernacional d'Action Economique. Os Ministros das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e de Instrução Pública assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Govêrno da República, 23 de Setembro de 1916. – BERNARDINO MACHADO – Afonso Costa – Augusto Luís Vieira Soares – Joaquim Pedro Martins.»*. Em Junho de 1917, por ser Ministro das Colónias, será substituído em Paris por João Carlos de Melo Barreto (Marques 1977: 140).

[490] *Anuário Colonial* 1916: 537.

[491] *Diário da Câmara dos Deputados*. Nº 53, Sessão de 29-03-1917: 29-30.

[492] DG. Série I. Nº 61, 18 de Abril 1917: No preâmbulo explicava-se a circunstância que levara à criação do organismo consultor: «*A guerra da Europa abriu para todos os povos uma temerosa crise económica e financeira, a qual veio tambem perturbar fundamente a nossa vida nacional, mormente depois que a*

assim se duplicavam funções. A questão acaba por colocar um ponto final na tentativa de convivência conciliatória entre Evolucionistas e Democráticos, garante do ministério da União Sagrada[493], que acaba por cair dois dias depois da promulgação do Decreto. Afonso Costa é chamado a formar Governo a 23, sem a presença de Evolucionistas, apenas sustentado por um acordo parlamentar negociado e assegurado por António José de Almeida[494].

Alemanha, declarando-nos guerra, nos obrigou a entrar activamente no tremendo conflito que convulsiona o mundo». O Parlamento reage de imediato, considerando que assim se duplicavam funções. A questão acaba por colocar um ponto final na convivência entre Evolucionistas e Democráticos garante do Ministério da União Sagrada, que acaba por cair dois dias depois da promulgação do Decreto 3:092. Afonso Costa é chamado a formar Governo, sem a presença de Evolucionistas, apenas sustentado por acordo parlamentar garantido por António José de Almeida. Na Sessão de 19 de Maio de 1917 do Conselho de Ministros, o Ministro das Colónias Ernesto de Vilhena, ele próprio, expõe o historial da sua participação no Conselho: «*diz que fez parte do Conselho Económico, a pedido do D. António José de Almeida. Aceitou esse convite, porque nunca soube negar o seu concurso e a sua colaboração quando se trata de trabalhar para bem do País. Assistiu às primeiras sessões e teve imediatamente a impressão de que a maior parte dos que lá apareciam tratavam apenas dos seus interesses materiais – ou eram representantes de negócios, ou queriam colocar-se a si próprios como secretários, ou directores-gerais. Trabalhou bastante para que no Conselho não houvesse um secretário-geral, pago pelo Governo; e conseguiu-o. Entende que esse organismo não é necessário, nem sequer para assegurar a solidariedade das tais* forças vivas*. Ele, ministro, já foi procurado pelas Associações Coloniais, do Comércio e da Indústria que, num espírito amistoso, lhe prometeram todo o seu apoio.»* (Marques 1977: 98). Sobre o Conselho Económico Nacional vd. também Pires 2009: 335-336.

[493] Meneses 2009: 277-286.

[494] "Situação Política. A constituição do novo governo. Annunciam-se modificações nos sub-secretários". *A Capital*. 25 Abril de 1917: 1 - «*Hontem na Camara dos Deputados, a reunião da commissão eleita no grupo democratico com o sr. Dr. Affonso Costa e os leaders do partido nas duas casas do parlamento demorou quatro horas e meia. Principiou às 16 e 10 e terminou às 20 e 50. Não temos ideia de ter havido, nas ultimas crises ministeriaes, uma tão prolongada troca de impressões para a constituição d'um novo governo. Entre as varias pessoas que ficaram nos Passos perdidos e nos corredores da Camara á espera do resultado da reunião chegou a constar, a certa altura, que já se podia noticiar a queda d'um novo governo…É que - dizia-se - quando estava tudo prompto, pastas distribuidas, sub-secretarios já escolhidos, aconteceu qualquer coisa, uma inesperada complicação, e esse novo governo cahiu! Se assim foi, tornou a levantar-se, porque a constituição definitiva do ministerio veio a ser aquella que se apontava hontem á noite, como resultado da reunião da Camara. É certo que o sr. Dr. Affonso Costa ainda foi a casa do sr. Dr. António José de Almeida, depois de jantar, fazer uma ultima tentativa para a organisação d'um governo em que entrassem democraticos e evolucionistas. Mas sabia-se de antemão que essa démarche não seria coroada de exito. Temos então que o governo é constituido pelos srs. Dr. Affonso Costa, na presidencia e finanças, dr. Almeida Ribeiro, no interior, dr. Alexandre Braga, na justiça, Norton de Mattos, na guerra, Arantes Pedroso, na marinha, dr. Augusto Soares, nos estrangeiros, Herculano Galhardo, no fomento, Ernesto Vilhena, nas colonias, Lima Basto, no trabalho e dr. Barbosa de Magalhães na instrucção. Deus lhe ponha a virtude, mas a presença do sr. Dr. Almeida Ribeiro nos ministerios não costuma ser precisamente um elixir de longa vida. São ministros pela primeira vez, os srs. Arantes Pedroso e Ernesto de Vilhena. O primeiro é um distincto official da armada, intelligente, sabedor, dotado de um senso pratico que muito o pode auxiliar na gerencia da pasta que lhe foi confiada. O segundo, tambem official de marinha, tem-se dedicado mais especialmente, e de longa data, ao estudo dos nossos problemas coloniaes, tendo fama de pessoa erudita e com notaveis faculdades de trabalho. (...) Quanto a sub-secretários vae haver mudanças. (...) Nas colonias diz-se que não haverá sub-secretário. O sr. Ernesto de Vilhena não quer ajudante e deseja que o cargo seja supprimido. (...) E é isto tudo o que sabemos, de mais palpitante, sobre o governo que acaba de constituir-se. Pois é verdade, que Deus lhe ponha a virtude, ou que a Senhora da Conceição se interesse pela sua sorte, e não nos desampare a todos nós.»*

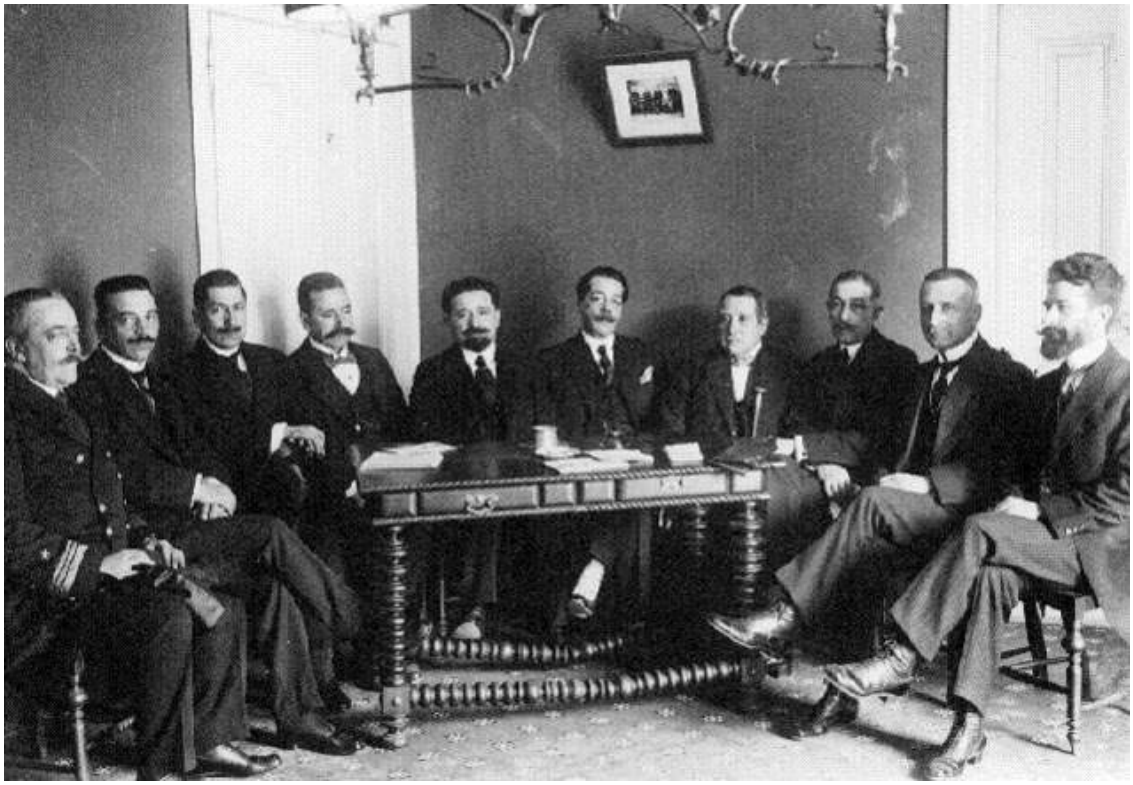


Figura 58 - Joshua Benoliel, "O 3º Governo Presidido por Afonso Costa", publicada em *Ilustração Portuguesa*, 7 de Maio de 1917. Ernesto Vilhena é o terceiro a contar da esquerda. © PT/AMLSB/AF/JBN/001951

No novo Gabinete, Ernesto de Vilhena recebe o consulado de Ministro das Colónias, sucedendo na pasta a António José de Almeida que a acumulara com a presidência do conselho. Inicia funções a 25 de Abril, junto com Norton de Matos (Guerra), Augusto Soares (Negócios Estrangeiros), Vilhena Barbosa de Magalhães (Instrução), Eduardo Lima Basto (Trabalho), Artur Almeida Ribeiro (Interior), Alexandre Braga (Justiça), Arantes Pedroso (Marinha) e Herculano Galhardo (Fomento).

Integrava, assim, o terceiro governo encabeçado por Afonso Costa que por sua vez se mantém à frente das Finanças. Governo frágil, pouco reconhecido pelos correligionários, reflectia a incongruência do regime incapaz de lidar com a Guerra e com os seus efeitos enquanto o próprio gabinete se organizara a partir do grupo que defendia a participação de Portugal no conflito. Era essa a imagem apontada a dedo por Jaime Cortesão, logo em Junho de 1917[495], «*Primeiro defeito saltando aos olhos: a*

[495] Cortesão 1969 (1ª ed. 1919): 49-50. A interpretação historiográfica prossegue nesta mesma leitura, como acontece com Telo 1978: 109 e ss; cf. 124-125: «*O Partido Democrático ainda era, neste período, uma espécie de coligação de classes urbanas, herdeiro de grande parte da base de apoio popular do velho partido republicano, da qual neste momento só restaria uma parte da pequena burguesia, empregados, pequenos patrões, pequenos funcionários, etc, e onde preponderava uma média e grande burguesia (não monopolista) muito ligada às colónias. A isto haveria a acrescentar uma facção de*

organização do Ministério. Alguns daqueles nomes nem os mesmos partidários julgam neste momento com arcaboiço para investidura tamanha. O Presidente do Ministério tem a atenção focada sobre tão alto escopo, que não enxerga as misérias cá de baixo. Nem o suspeita, estou em crer. Do contrário não se julgava com abastança para substituir a pouquidade governativa dalguns seus colegas. Ao menos os nomes desses ministros deveriam conciliar o maior número de simpatias públicas. Desde logo se oferecia menos corpo ao ataque. Não aconteceu tal, e compondo-se o Ministério com alguns nomes excelentes, outros ali há dos que mais irritam uma boa parte da opinião. E assente, por hipótese, a necessidade de um ministério partidário, dado que ao partido democrático caiba governar neste momento, iremos desacreditar com o organismo político que mais defendeu a guerra a própria obra da nossa participação.»[496].

As debilidades internas não escapavam a ninguém, economicamente vincadas pela inflação e pela crise das subsistências que adensavam a agitação laboral e social. Em termos políticos, o republicanismo esboroava-se em facções cada vez mais inconciliáveis. Ernesto de Vilhena, enquanto Ministro das Colónias, estará na dependência absoluta da política externa: a "dramática" presença na frente de guerra europeia ao lado da velha aliada Inglaterra e a defesa da soberania nos territórios coloniais de Angola e Moçambique ameaçada pela Alemanha irão condicionar as "possíveis" acções governativas saídas do seu punho. Todas estas circunstâncias tiveram impacto na efemeridade do Terceiro Governo de Afonso Costa, que caiu politicamente na sequência das frustrações gerais, do rompimento de solidariedades entre os próprios Democráticos, que deu azo a uma profunda crise parlamentar, e acabariam por explodir na revolta militar desencadeada a 5 Dezembro de 1917, contrapostas as promessas de solidez sidonista à inoperabilidade da gestão política, social e económica demonstrada pelo governo.

Durante o curto período em que o Comandante Ernesto de Vilhena tutelou oficialmente as Colónias, isto é, entre 26 de Abril e 8 de Dezembro de 1917[497], além da

---

adesivos ex-monárquicos que, apesar de o Partido Democrático se apresentar como partido republicano com ares mais radicais, tinham aderido a ele devido ao facto de ser o partido do poder, e constituíam o principal sustentáculo da organização afonsista na província».

[496] Um excerto mais alargado deste texto de Jaime Cortesão foi publicado por Marques 1977: 12-20.

[497] Foi secretariado por Mariano Gracias (1871-1931), natural de Goa, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, com carreira administrativa em Lisboa, em Moçambique e em Goa. Paralelamente, desenvolveu carreira literária e poética. Cf. Cardoso 1918: 174.

gestão político-administrativa do Ministério, consensual e aplaudida[498], teve o poder de materializar parte do programa que vinha delineando, mas foi também obrigado a acompanhar as operações militares em África que, para os portugueses, veio a ser um palco tanto ou mais sangrento quanto o da frente europeia. Participou em contínuo das sessões parlamentares, no Senado e no Congresso, para prestar informações e esclarecimentos sobre o avanço das tropas e a situação dos territórios. Nestas circunstâncias assistiu à Sessão Secreta da Câmara dos Deputados realizada em 17 de Julho de 1917 dedicada à participação de Portugal na I Grande Guerra, do lado de Afonso Costa, na qual Alexandre Vasconcelos e Sá (1872-1929), republicano centrista, não poupou Costa a uma violenta diatribe, ao acusá-lo de atribuir responsabilidades a homens, referindo-se mesmo ao nome de Vilhena, que haviam defendido a venda das colónias durante o período monárquico, esse, sim, um verdadeiro motivo de ameaça para a obtenção da paz (Mira 2002: 98).

Um sumário das medidas tomadas por Ernesto de Vilhena enquanto Ministro das Colónias em 1917 compreende quase uma dezena de Leis e pelo menos quatro dezenas de Decretos[499], sem fazer entrar nesta contabilidade nem portarias, nem despachos. Para além de algumas reformas internas do Ministério[500], concretizou, pela primeira vez, a

[498] Como no artigo encomiástico saído no *Heraldo*, publicado em Goa, 15 Junho 1917, citado por Júlio Marques de Vilhena 1917: 193, nota 1 - «*O novo ministro das colonias é filho do eminente estadista e colonial sr. Dr. Julio de Vilhena, e a India espera que o filho d'aquele homem de Estado deixará vestigios da sua passagem pelo ministerio das colonias, como deixara o seu ilustre pae. Estadistas na vigencia da Monarchia, ou agora no novo regimen, a India nunca esquecerá o rasgo de generosidade e liberalidade de que aquele homem de Estado deu provas. O seu codigo administrativo é um diploma, o mais liberal e generoso que jamais tinha sido outorgado às colonias portuguezas. Do novo ministro das colonias nada mais queremos senão as tradições liberaes de seu ilustre pae, dos tempos da Monarchia, porque dificilmente se pode conceber um codigo administrativo com condições mais liberaes do que ele as concebeu, e que a propria colonia, sob a pressão do burocratismo local, engeitou, secundada pelo inepto e servil elemento local.*»

[499] Cf. *Colecção De Legislação Portuguesa Pertencente Ao Ano De 1917*. Coimbra, 1917.

[500] Lei nº 749 de 27 de Julho de 1917; Lei nº 750 de 28 de Julho de 1917; Decreto Nº 3312 de 24 de Agosto. Mas é o próprio Ernesto Vilhena a reconhecer que o ministério «*tal como está hoje organizado, é um orgão absolutamente incapaz de exercer na administração colonial a função que lhe compete. O seu defeito fundamental consiste em ser um imitação servil da típica e caracteristicamente burocrática organização dos outros ministerios. (...) É este ministerio um orgão de coordenação e de orientação dos trabalhos das administrações locais, mas terá de ser, forçosamente, tambem, um orgão de impulsão, uma sentinela vigilante da marcha da administração colonial, que intervenha, incitando-a, sempre que ela retardar. Lembremo-nos que a colonia é uma nação embrionaria, que pretende alcançar, por uma evolução muito rapida, o estadio avançado das velhas civilizações. Se a administração dela na metropole, pela sua organização ou pela composição do seu pessoal, for uma administração parada, improgressiva, desinteressada, ou descrente, essa administração será para a colonia, não o desejado guia que lhe desembarace e alumie o caminho, mas um peso morto que ela arrastará penosamente, e que lhe empatará a vida, amargurando-lhe a existencia.*» in José de Vale. "«O Mundo e o Problema Colonial. Tres assuntos urgentes: Reforma do Ministerio das colonias; Tratar da colonia de Angola; as Colonias depois da Guerra". *O Mundo*. 26 de Novembro 1917.

regulamentação das Leis Orgânicas do Ultramar Português promulgadas em 1914 (as referidas Leis Nº 277 e Nº 278), em cuja redacção interviera, dando aplicação prática ao enunciado de princípios de descentralização das colónias aceite pelo regime republicano em consenso quase total. O Ministro trabalhou sobretudo na determinação das fórmulas de administração local, executiva, de administração financeira e da administração judicial de Cabo Verde, Guiné, Índia, São Tomé e Príncipe, Timor, Macau e Angola, faltando apenas promulgar a carta de Moçambique. Apesar de uma primeira vigência efémera destes diplomas legais, pois o governo sidonista revogou-os em Julho de 1918[501], voltaram a entrar em vigor por decreto de 10 de Maio de 1919 que, por seu turno, veio a anular aqueles que foram exarados no consulado de Sidónio Pais.

No Conselho de Ministros realizado no dia 2 de Maio de 1917 expôs perante o Gabinete o diagnóstico dos serviços ministeriais, «*tendo lá processos atrasadíssimos, e constatando irregularidades de vária ordem*» (Marques 1977: 47), o respectivo programa de governo e a situação geral de cada colónia, quer no plano nacional, quer sob os efeitos da guerra (Idem: 48-50). Da leitura das Actas dos Conselhos seguintes conclui-se que o desenrolar do conflito militar no continente africano e as decorrentes crises económicas (escoamento das matérias primas, subsistências, transportes, deficits financeiros das províncias, medidas restritivas do intercâmbio comercial impostas pela Guerra, despovoamento e desorganização dos quadros administrativos provocados pela mobilização) foram os temas das suas intervenções e sobre os quais os seus pares o interpelaram.

Destacamos na gestão da pasta das Colónias, o despacho ministerial de 24 de Agosto que contemplou a criação de uma linha editorial dedicada à publicitação das actividades ultramarinas e que devia também ser dedicada aos estudos históricos[502].,

[501] Barreto 1938: 371; Proença 2008: 18-19.

[502] «*Despacho Ministerial de 24 de Agosto de 1917. O bom acolhimento que recebeu o «Arquivo das Colónias» por parte de todos os que se interessam pela história colonial, a abundância de documentos antigos a publicar e a necessidade de não adiar a divulgação de outros recentes, leva-me a determinar que se inicie uma outra publicação onde se reunirão os relatórios pouco extensos e informações avulsas sobre o ultramar, que seja útil conhecer. Essa publicação intitular-se-há «Relatórios e Informações», e será do tipo da sua congénere da província de Moçambique. Os relatórios volumosos continuarão a ser publicados em separado. O serviço acima indicado ficará a cargo da Repartição competente da Direcção Geral das Colónias. 24-VIII-917. - ERNESTO DE VILHENA*». In Ernesto de Vilhena. "Apresentação". In *Relatórios e informações*...Coimbra, 1918. A mesma ideia depreende-se da informação transmitida por Teixeira Botelho em 1921: «*Passadas algumas semanas (...) o sr. dr. António José de Almeida deixou o ministério, sucedendo-lhe na pasta das colónias o sr. Ernesto de Vilhena, que tanto se evidenciara pelos seus conhecimentos sobre as nossas possessões ultramarinas, e especialmente a respeito da província de Moçambique, onde servira largo tempo. Chamou-me S. Exª ao seu gabinete em Setembro do mesmo ano*

Este pode considerar-se o primeiro acto oficial de registo de memória do presente e do passado, na vida pública de Ernesto de Vilhena, um prolongamento ideológico do exercício de escrita íntima diária. Em todas as actividades do seu futuro, esta ideografia ultrapassa o nível da propaganda, apesar de ele próprio a classificar como tal[503], traduzida em suportes como as publicações das empresas que vai administrar, em exposições de actividades por elas desenvolvidas e, no limite, na Diamang (Companhia de Diamantes de Angola), estará presente no desenvolvimento de um programa articulado que compreende a instituição dos Serviços Culturais, as séries de publicações técnicas, as publicações científicas, as publicações históricas, como ainda a fundação do "museu da empresa" na terra diamantífera da Lunda. No território do coleccionador, os cadernos de *Notas d'Arte e Archeologia* desempenham esta mesma função. O tema é-lhe tão caro que, em 1920, nas páginas da revista *Atlântida*[504], expõe ao detalhe as acções empreendidas neste contexto, remontando a 1910, data em que apresentara ao ministro João de Azevedo Coutinho a ideia de iniciar uma publicação que divulgasse os documentos de interesse para a história do Ultramar português, à semelhança da *Collection de documents inédits pour l'histoire de France*, da *Colleccion de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y colonisacion de las*

de 1917 e informado do meu trabalho, disse-me que desejava, de acôrdo com o ministério, sôbre cada uma das nossas duas grandes províncias africanas, uma obra histórico-militar tão completa quanto possível, fazendo-se depois sôbre elas uns resumos para vulgarização. Desde logo me incumbiu da parte relativa a Moçambique, pondo à minha disposição os arquivos públicos, e fixou-me uma remuneração mensal, arbitrada em conselho de ministros, que aliás me foi suspensa alguns meses depois por motivos que ainda hoje ignoro e sem qualquer aviso ou indicação oficial. Tambem por essa ocasião me disse S. Exª que os seus colegas do gabinete entendiam que eu devia ir à província de Moçambique para estudar "in loco" certas questões que mais bem estudadas seriam no seu próprio teatro, o que aceitei com prazer, lamentando muitas vezes, no decurso dos meus trabalhos, não poder, por culpa alheia, pôr em prática tal cláusula.» (Cf. Botelho 1921: vi-viii).

[503] Ernesto de Vilhena. "A questão colonial. XIII". Atlântida. Ano V. Vol. XII, nºs 46-47, 1920: 267, 268 e 269 - «*Estão de ha muito reconhecidos em todos os paizes os utilíssimos resultados eu de uma bem orientada propaganda podem obter-se para o desenvolvimento colonial. Entre nós, ao contrario, essa propaganda, quando emprehendida pelas estações officiaes, ficou sempre limitada a reduzidas proporções (...). Tal estado de coisas não podia deixar de merecer da minha parte cuidadosa attenção. Pelo que diz respeito, propriamente, á propaganda dos recursos do nosso ultramar, á preparação e reunião de todos os elementos de estudo indispensáveis aos emprehendimentos de agricultores, commerciantes e industriaes, projectava eu, aquando da reforma do ministerio, crear uma «Repartição de estatística e informações» com funcção análoga á do «Office colonial» francez, e ao «Imperial Institute» de Londres. No relativo à publicidade geral, procurei, em primeiro logar, desenvolver no funcionalismo colonial o gosto pela elaboração de relatorios e informações cuidadas, para o que se expediram as ordens necessarias, e fiz exhumar dos archivos e publicar, louvando os seus auctores, alguns documentos d'essa espécie, mais apreciaves uns avulsos por mais volumosos, outros em colecção que chamei de «Relatorios e informações», como a publicaão congenere iniciada por Freire d'Andrade em Moçambique. (...) Cuidei, tambem, de divulgar largamente, os documentos de interesse para a historia do nosso Ultramar. Ha, a este respeito, uma monumental tarefa de ressurreição a emprehender.*»

[504] Ernesto de Vilhena. "A questão colonial. XIII". Atlântida. Ano V. Vol. XII, nºs 46-47, 1920: 267-272.

possessiones españolas…sacadas del real archivo de Indias, entre outras famosas que se estavam publicando. Se a proposta não saíra do papel, cabia agora empreender nova «*tarefa de ressurreição*» (Idem: 269), publicar documentos conservados na Torre do Tombo, das Bibliotecas Nacional, de Évora, da Ajuda e da Academia das Ciências, nas colecções particulares de Cadaval, Palmela…«*inéditos de grande valor para a historia do ultramar, entre os quaes alguns da minha propria livraria. Perdoe-se-me a vaidade, desculpavel no bibliofilo que me prezo de ser.»* (Idem: 270). Tratava-se, na realidade, de um projecto global de educação colonialista fundamentado nos métodos do registo histórico do positivismo.

Ao longo dos meses de Novembro e Dezembro de 1917, até à véspera da revolução que irá depor o Governo, Ernesto de Vilhena concede uma série de entrevistas ao jornal *O Mundo*, todas dedicadas, é claro, à questão colonial.

Propaganda dos seus actos, de que é cultor, por um lado, diagnóstico da complexa vida política nacional, identificação do impacto gravíssimo que a Guerra militar e económica tem sobre as colónias, as suas palavras espelham não só a conjuntura, como também podem classificar-se de exposição da forma e da energia de vida, de gestão pessoal, que vale a pena reter quando declara: «*O nosso problema colonial, já complicado por multíplices questões, talvez fáceis de resolver, na origem, mas hoje consideravelmente agravadas, assumiu o estado agudo em consequencia da guerra europeia. Já se não resolve, permita-me a expressão, com panos quentes ou com meias medidas. Precisamos, a todo o transe, abandonar a improdutiva rotina de até agora, abraçar sem hesitação processos novos, lançar mão de providencias radicais e caminhar* a corta mato *em direcção ao objectivo. Nem hesitações, nem tibieza, nem aquele facil espirito critico e negativista, de* diletantismo*, que, reclamando-se de inteligente não é mais que sistema para encobrir uma fundamentada incapacidade ou impotência. Não é obra para pessoas de alma cançada* [sic]*, nem para scepticos ou desalentados: exige-se muita fé, crença forte, e vontade bem temperada. E não deixemos que essa obra seja prejudicada pela necessidade paralela de atender a outras*

exigências que, sendo tambem, de importância, não o são na rialidade [sic], *tanto como as derivadas da nossa acção colonial.*»[505].

Não deixa, todavia, de ser bombástico, na afirmação de uma inteligente consciência geo-estratégica: «(…) *esta guerra foi providencial – se tal palavra pode aplicar-se-lhe – para nós, sob o ponto de vista colonial. Mais alguns anos de pacifico desenvolvimento do imperialismo alemão, e o projecto da "Mittelafrika", paralelo e complemento ultramarino da "Mitteleuropa" seria uma realidade. A guerra salvou-nos.»*[506]. Tal como noutros textos, regressa ao enunciado da trilogia programática da «*Descentralização», «Fomento»* e *«Nacionalização»*[507]. A nação «*República Portuguesa*», com um passado glorioso, recebeu de herança um encargo pesado que é o «*ser colonial*» (Idem) e isso significa, recorrendo mais uma vez à fundamentação no modelo naturalista e biológico que agora vai buscar à autoridade de Sprenger[508], que a acção colonialista «*é intensificar, cada vez mais por todos os processos, a acção da sua língua, do seu comércio, da sua marinha, de todos os elementos da sua civilização, em suma* (…); *é não desprezar um vestígio, sequer das passadas grandezas, mas procurá-las, intensificá-las e incutir-lhes vida e pujança. "Examine the past! Life from it all is beautiful and end if create the future*" *dizia o velho Sprenger. É necessario, pois, que a velha e formidavel metropole dos seculos XVI e XVII use com renovada energia, fazendo subir as mais pequenas ramificações do seu organismo a mesma forte vitalidade com que nesses seculos subjugou o mundo*» (Idem).

Na entrevista de 26 de Novembro pronuncia-se sobre Angola[509], a única colónia «*que nos oferece campo e condições acentuadamente favoráveis para realizarmos uma obra grandiosa de colonização essencialmente portuguesa*» (Idem). No seu ponto de vista, havia que começar pelo saneamento financeiro, de molde a permitir atravessar a presente conjuntura de dificuldades, até ser possível pôr novas fontes de receita a produzir, nomeadamente através da revisão do regime tributário, da montagem do

[505] José do Vale. "«O Mundo e» e o Problema Colonial. Entrevista com o sr. Ministro das Colonias. Situação de um problema importante e planos que o podem resolver". In *O Mundo*. 20 de Novembro 1917.
[506] Idem. *Ibidem*.
[507] José do Vale. "«O Mundo e» e o Problema Colonial. Necessidade urgente: Vencer na Europa, Vencer na África – eis o programa do ministro das colónias sr. Ernesto de Vilhena". In *O Mundo*. 21 de Novembro 1917.
[508] Carl Ludwig Sprenger (1846-1917), botânico alemão que criou a classificação científica de géneros e espécies, dando origem ao «*padrão Sprenger*».
[509] José de Vale. "«O Mundo e o Problema Colonial. Tres assuntos urgentes: Reforma do Ministerio das colonias; Tratar da colonia de Angola; as Colonias depois da Guerra". *O Mundo*. 26 de Novembro 1917.

aparelho económico e da valorização de todas as riquezas naturais. Condições *sine quae non* seriam a pacificação e a ocupação definitiva do território, premissas que já se tinham colocado, e que presenciara na colónia de Moçambique. Caminhos-de-ferro, estradas, estudo da navegabilidade dos rios, apetrechamento dos portos de mar iriam garantir o desenvolvimento comercial em todo o território e possibilitar quer a exploração intensiva e extensiva das matérias-primas agrícolas e do subsolo, quer a instalação industrial. Põe ainda a nu uma realidade nova - que virá a ser a do seu futuro próximo -, resultante da riqueza mineira de Angola, onde existem carvão, cobre, diamantes, ouro, petróleo, platina e galena, a explorar por empresas «*em que estão interessados não só candidatos portugueses, mas tambem franceses, belgas e americanos*» (Idem). Poucos meses antes, em 16 de Outubro, fora fundada a Companhia de Diamantes de Angola, sucessora da Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola, mas disso não faz publicidade. Financeiramente, há que dotar a colónia de moeda própria e rever o regime pautal no pós-Guerra.

A 6 de Dezembro desse ano de 1917, apenas umas horas depois do arranque do golpe militar que conduziu à queda do Governo, *O Mundo* continua a publicar a entrevista feita ao ainda Ministro das Colónias[510]. Nestas páginas não fica registado nenhum eco do tumulto que grassa nas ruas. Vilhena expõe o que pensa sobre a situação colonial no cenário hipotético que pode desenhar-se após o restabelecimento da paz mundial. Para ele falira o «*internacionalismo*» (Idem) em todos os aspectos, mas detém-se na descrição do fim do liberalismo económico e nas políticas do *bloco económico* e do *self-supporting Empire* que a França e a Grã-Bretanha vinham pondo em prática. Portugal, por seu lado, depende e continuará a depender da colocação dos produtos coloniais nos grandes mercados consumidores da Europa, concluindo um velho raciocínio económico que hoje sabemos não ter sido ultrapassado, isto é, que a solução podia encontrar-se no desenvolvimento do consumo interno, «*e ainda procurando mercados novos que até aqui, e devido a habitos adquiridos, tinhamos desprezado um pouco, como o da vizinha Espanha e o da America do Norte. Este objectivo terá de conseguir-se, em grande parte, pela acção diplomática, mas muito poderá concorrer para ele a creação, nos grandes centros consumidores da Inglaterra, America, França e Espanha, de agentes comerciais das colonias que, em relação directa com elas, lhes*

[510] José do Vale. "«O Mundo e o Problema Colonial. E depois da guerra? - A colocação dos produtos coloniais. O trabalho de um ministro". *O Mundo*. 6 de Dezembro 1917.

proporcionem as indicações e as facilidades indispensáveis à colocação dos seus produtos.» (Idem).

No dia 8 de Dezembro, o Ministro das Colónias é exonerado do cargo: o Governo capitulava forçado pelo golpe militar encabeçado por Sidónio Pais e a Junta Revolucionária assume o poder[511]. Afonso Costa é preso no Porto, junto com Augusto Soares. A 12, Bernardino Machado é destituído da Presidência da República. O bastião dos Democráticos fora atingido de morte.

A relação com Afonso Costa, que Vilhena apelidara de «*solidíssima coluna (...), robustíssimo arcaboiço que em tam grande parte tem suportado, até hoje, a Pátria e a República*»[512], sustenta-se para além do correligionarismo Democrático. As afinidades não se esgotam na política ou na administração, de que fazem parte os negócios bancários em que Afonso Costa continua a ter intervenção causídica à distância, como aconteceu na questão da passagem da casa Burnay onde Ernesto de Vilhena trabalhará desde o ano de 1918, então sociedade por quotas, a uma sociedade anónima de responsabilidade limitada com a designação de Banco Burnay, em 1925 (Câmara 1998: 54). Mesmo no exílio, Costa continuará a ser o conselheiro jurídico da Companhia dos Diamantes de Angola[513], cargo que só por ordem directa de Oliveira Salazar deixa de ocupar em 1935 (Marques 1977: 61).

---

[511] Samara 2009: 371-395.

[512] *Diário da Câmara dos Deputados*. Nº 014, 13-07-1915: 17.

[513] Actividade de que por vezes manda notícias à família, como no caso da missiva dirigida à filha Maria Emília, em 5 de Novembro de 1921: «*Ainda relativamente ao Fernando* [genro de Afonso Costa], *recebi do Dr. Ulrich uma carta em que me diz o seguinte: «Ao falarmos sobre esta materia aludiu o Vilhena à liquidação de uma nota de honorarios apresentada por seu genro. Se a Companhia, de facto, estivesse em funções e tivesse vida propria, eu seria o primeiro a aconselhar o imediato pagamento do que é devido e em tão razoaveis termos arbitrado. Como, todavia, a Sociedade apenas existe, repito, no papel, alvitrei pedirmos ao Dr. F. de Castro o favor de aguardar a definitiva solução deste assunto, a menos que o Martinet entendesse dever ele proprio liquidar por si, desde já, aquela nota de honorarios, ficando-lhe salvo o direito de rehaver da Companhia, quando ela na verdade exista, o desembolso agora efectuado. Isto seria até o mais razoavel pois, para o servir, se fez o que está feito. Esperar que o Banco forneça os fundos necessarios ao custeio de qualquer encargo da Companhia enquanto ela permanecer na sua actual postura, parece-me errado critério, e submeter o caso ao meu conselho é embaraçoso para mim, para si, para todos, dado o caracter unicamente gracioso e de favor que, desde o inicio imprimimos à intervenção que até esta data temos tido na questão. De resto eu, que conheço os seus melindres em hipoteses desta natureza, de antemão sei que, neste particular, como alias em tantos outros, as nossas opiniões se casam.» Em face desta discursata, não respondi nada. A carta chegou ontem e como tratava d'outros assuntos, e aqui consta que o Ulrich vem agora a Paris, telegrafei-lhe a perguntar quando chega para lhe escrever se ele não fizer a viagem, e conversar com ele em caso contrário. Isto me dá tempo de receber a informação do Fernando sobre o que se passou ai com o Vilhena e o Ulrich. Este tinha outra opinião quando aqui esteve em Agosto. E eu hei de lhe lembrar esse facto, se ao Fernando não parecer desnecessario ou prejudicial. (...)*» (Arquivo da Fundação Mário Soares, DAC, Pasta 07218.143). Sobre outras intervenções de Afonso Costa em negociações que envolviam Ernesto de

Em Paris vêem-se com regularidade, quando Vilhena vai a negócios ou em visita ao jovem filho Júlio que ali estudava e onde terminará por cursar Direito na Sorbonne[514]. São encontros ansiados, muitos ocorridos decerto no *hôtel* familiar da *rue Vernet* (Péllerin 2009: 126), como se depreende das confidências enviadas por Costa para Lisboa, a 19 de Outubro de 1925 - «*A Mamã gosta muito de ter cá portugueses inteligentes e bons conversadores a jantar, como tem acontecido ultimamente. Agora está cá o Vilhena com a mulher e o filho, e por isso há mais esses conversadores d'élite, porque os Carmonas, por exº, não sabiam falar senão sobre chochices…*»[515] - ou, dois anos mais tarde, no início de Janeiro de 1927 - «*Naturalmente a Mamã virá com os Vilhenas, que decerto não tardarão a partir, tanto mais que o Vilhena tem que fazer em Bruxelas e Londres… Em 5. Interrompi ontem esta carta por ser já tarde. Venho agora concluí-la, devendo dizer-te que hoje não recebemos carta alguma d'ai, nem telegrama a anunciar a vinda da Mamã. O Vilhenita tambem não teve informações precisas ácerca do problema da vinda dos pais, que nos interessa tanto a todos nós tres.*»[516].

Figura 59 - Júlio Porto de Vilhena, fotógrafo não identificado. Legenda no verso: «*Paris 1926 (17 ans) Au Bois*» © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

Vilhena devem consultar-se também os documentos conservados na Torre do Tombo, Arquivo Burnay, Correspondência, Cx. 40, nº 24 (inéditos).

[514] Informação fornecida por Manuel de Vilhena, herdeiro do Comandante Ernesto de Vilhena.

[515] Arquivo da Fundação Mário Soares, DAC, Pasta 07218.143).

[516] Idem, Pasta 07219.169.

Figura 60 - Maria Amélia Vasconcelos Porto de Vilhena, Vichy, 1927 © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

A «*Ressurreição»* vital que Ernesto de Vilhena datou de 12 de Novembro de 1918 foi o dia jubiloso seguinte ao Armistício de Compiègne assinado entre os Aliados e os representantes da Tríplice Entente, que pôs fim à I Grande Guerra: nascia uma nova ordem internacional (Meneses e Oliveira 2011). Lisboa também celebrou, esquecida por instantes das dissensões entre os militantes pró e contra a beligerância portuguesa, lembrando os soldados ainda retidos nas trincheiras da Europa e de África. A Guerra fora Grande para todos.

A vida de Ernesto de Vilhena conhece uma inflexão em 1918. Afastou-se da política partidária. Não voltará a exercer cargos governativos, nem a integrar o Parlamento; esporadicamente participará em comissões técnicas; o Conselho Colonial vai contar com ele por mais dois anos. Os seus horizontes permanecem, contudo, em África, dedicado por completo à administração de empresas e agremiações ligadas ao Ultramar.

Em Dezembro de 1918 parte numa longa viagem para África, tendo Angola como primeiro destino. Nesse momento, ainda preso à vontade de aplicação do plano político de descentralização que defendeu, manifesta que «*Reconheço que isto é vasto, grandioso demais para um homem só: Crear o "Estado da Africa Occidental" abrangendo Angola e S. Thomé, com um Alto-Commissario da Republica, personagem*

consensualmente representativo, diplomatico e orientador. Governadores geraes de Angola-Norte e Angola-Sul, subordinados áquelle. Em S. Thomé, um tenente-governador. Alto-Comissario movel, visitando as colonias limitrofes, residindo, alternadamente, nas colonias componentes. Conselhos provinciaes de representação, com funções, sobretudo, consultivas, mas deliberativas em certos casos. Orçamentos parciaes, mas orçamento geral do Estado, como na A. O. Franceza.»[517].

O futuro será outro. Consciente do peso da história da pátria, apaixonado africanista, doravante será construtor de impérios económicos: «*Novamente reanimo as minha antiga força de colonial ardente. É curioso como sinto agitarem-se dentro de mim forças violentas que, conscientemente afloradas, transformariam mundos. Sinto que poderei, com pouco custo, abranger, rapidamente, todo o problema d'essa grande herança, e fazer, talvez no ramo da sua economia, o que não me deixaram fazer no administrativo*.»[518]

Na partida, com o novo rumo de vida traçado, anota que «*Novamente observo em mim o fenomeno, a que me referi ao viajar no "Malange"* [quando parte para a Zambézia, em 1905], *de o meo espirito se voltar para Africa, e aplicar automaticamente ao que lhe diz respeito. É curioso, como, horas depois de deixada Lisboa se põem de parte quasi completamente o que n'ella se passa, e se trata logo do que fica em frente e nos interessa. E que vigor e entusiasmo se apossa de mim. Como volta, acima todo, o antigo casco de conhecimentos e de crença! Não ha duvida, e não sei porque estranhas leis e canaes me veio esta qualidade, que em mim está um grande pro-*consul*, que, infelizmente, não chega a realizar-se por inteiro.*» No navio tem a companhia de «*Gomes da Costa»* - médico e amigo coleccionador,*« illustrado, com uma noção exacta do nosso imperialismo. Converso muito com elle sobre coisas d'Africa. Conhece o Albuquerque, e ainda ha pouco nós dois dissemos, com o respeito devido: "Senhor, quando esta carta escrevo a Vossa Allteza, tenho na garganta um mui grande soluço, que é signal de morte." E eu lembrei-lhe aquella outra affirmação d'elle:*

[517] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens: *Caderno de viagem Nº 3*, ms., 1906-1907; 1918, [Luanda, Dezembro 1918].
[518] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens: *Caderno de viagem Nº 3*, ms., 1906-1907; 1918, [Novembro 1918, em viagem para Luanda].

"Senhor. Não ha em Portugal coisa de honra que valha metade da grandeza da governança da India". Grande homem e grandes palavras.»[519]

No longo périplo africano, no período que decorre entre 12 de Novembro de 1918 e 31 de Outubro de 1919, em Angola, regista nos *Cadernos de Viagem* a passagem por Luanda, pelos campos de petróleo de Dande, pelas minas de Queilumgo e Calucala, Malange, Canoalala, Quissol, Quijia, Capichungo, N'dala Tando, Cazengo, Dondo, Calele, pelas margens do Cuanza. Passa o ano «*da maneira mais agradavel por que podia passa-lo: subindo o Quanza, visitando a antiga fortaleza de Cambaube, e contemplando os rapidos proximos, do alto morro que os domina*»[520]. A expedição, com carácter de "prospecção" económica, que nem mesmo a gripe espanhola de que é vítima nas primeiras semanas do ano impede de concretizar, viajando de barco, comboio, carro e charrete, prossegue pelo porto de Numbondo, Mossâmedes, Porto Amélia, Saco, Porto Alexandre, Baía dos Tigres, Baía do Cuio, Benguela, Lobito, Cassequel, Ganda, Huambo, margem do rio Cuando, Bié, Belmonte, Cuíto, até ao início de Abril de 1919, momento em que regressa a Lourenço Marques. Em Maio segue para a Ilha de Moçambique, depois Quelimane, Inhambane, Bartolomeu Dias, Beira, Cabaceira Grande, Namarral. Em Junho visita Nacala, Nampula, de novo a Ilha de Moçambique, Angoche, Nacuqunda, Calipo, região de M'lela; em Julho, Tapata, a aringa da Maganja, estação de Maley, Porto Belo, Vila Valdez, missão católica de Malatane, Quelimane de novo, região do Chinde e salinas. Regressa à Beira de onde sai dias depois para Lourenço Marques quando, com alguma ponta de orgulho, relata «*occupo-me, activamente, dos assumptos pendentes, do Boror, do Luabo, do Recrutamento, tendo o prazer de constatar que tudo corre bem, e que a minha influencia aplana todas as difficuldades.*»[521] Daqui inicia nova viagem em direcção a Angola, via Cabo da Boa Esperança e Cidade do Cabo. Do Cabo passa a Mossâmedes, ao Lobito e a Luanda. A 12 de Outubro enceta o regresso a Portugal, com escala em São Tomé, na Madeira, até entrar a 31, às 11 horas da manhã, no porto de Lisboa.

[519] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens: *Caderno de viagem Nº 3*, ms., 1906-1907; 1918: [Novembro 1918].
[520] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens: *Caderno de viagem Nº 4*, ms., 1918-1919: 1 Janeiro 1949, 4ª feira.
[521] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens: *Caderno de viagem Nº 8*, ms., 10 Agosto 1919 - 6 Janeiro 1922, Setembro 1919: fl. 44v.

O desempenho das funções de estudo e consultoria especializada já no passado se intercalara com as actividades na administração das empresas coloniais, e estas só temporariamente foram interrompidas quando ocupou cargos no aparelho governativo do Estado e no Parlamento. Abandonadas em definitivo as lides partidárias, logrará assim participar de várias instituições, desmultiplicando-se em conselhos de administração financeiros e em outros tantos da administração económica colonial.

Os primeiros trabalhos durante o regime republicano tinham sido, desde 1910 na Companhia do Boror e na do Luabo e, em 1912, na Companhia dos Caminhos de Ferro da Zambézia[522].

Na Assembleia Geral de 7 de Janeiro de 1910 foi eleito Administrador da Companhia do Boror, implantada na Zambézia e vocacionada para a exploração agrícola e pecuária, produção de açúcar e recolha de borracha[523]. Interrompe o trabalho na Companhia em Novembro, para trabalhar na revisão das pautas alfandegárias e no projecto de reorganização Administrativa de Angola. Estará ausente até 1912 quando, em 26 de Fevereiro for nomeado Administrador-delegado Adjunto e Vice-Presidente do Conselho de Administração e nessa qualidade encontramos vários relatórios do seu punho enviados ao Director Geral das Colónias, maioritariamente sobre as questões económicas moçambicanas[524]. Em 27 de Abril de 1917 pede a demissão ao ser sido nomeado Ministro, mas regressa logo em 7 de Fevereiro de 1918 ao seu cargo de Administrador-Delegado, tal como aconteceu com Augusto Soares, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e colega na administração (Lains 2008: 278). O mês de Dezembro de 1918 marca, como lemos atrás, o início de um longo périplo por África, durante o qual se ocupa também dos negócios da Boror. Em Abril de 1921 viaja para o estrangeiro e em Dezembro comunica que partirá em breve para África e, de facto, passará todo o ano de 1922 em Angola, conforme documentado nas notas dos *Cadernos de Viagens*. Regressado a Portugal, terá ocupado o cargo anterior, pois há notícia de, em

[522] Envio de balancetes da Companhia de Caminhos de Ferro da Zambézia, que assina (AHU, Direcção Geral do Ultramar - Direcção Geral das Colónias, Nº 941 - DGU, 2ª R, Cx., 1901-1916, Companhia da Zambézia, Companhia de Caminhos de Ferro da Zambézia (1911-1912), Ofício 124, Ofício 126, Ofício 127.
[523] Lupi 1907: 65-66.
[524] Relatório sobre a Companhia do Boror e questões de pessoal dirigido ao Director Geral das Colónias, datado de 5 de Junho de 1912 (AHU, Direcção Geral do Ultramar-Direcção Geral das Colónias, Nº 939 - DGU, 2ª R, Cx. 42, 1897-1911, Companhia do Boror, 5).

23 de Julho de 1923 reincidir num pedido de demissão. A 15 de Março de 1924 retoma as funções de Administrador da Boror[525].

Também em 1918, regressara novamente à Companhia da Zambézia como vice-presidente do conselho de administração, e é convidado para a presidência do Grémio dos Produtores e Agricultores da Zambézia. Neste mesmo ano foi nomeado gerente da Secção do Ultramar[526] da Firma Henry Burnay & C[a][527], instituição financeira a que irá permanecer ligado até ao fim da vida, ao ocupar sucessivamente os cargos de Presidente da Assembleia Geral do Banco Burnay em 1927, de Presidente do Conselho de Administração no período compreendido entre 1930 e 1955 e de Presidente Honorário entre os anos de 1956 e 1960 (Câmara 1985). O vínculo à Henry Burnay & C[a] irá relacioná-lo com a PEMA (Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola) que o elege seu representante na Comissão de Defesa da Integridade das Colónias[528]. Tal como acontecera no passado, contribui com o seu nome e com os seus textos para o histórico das actividades em que estivera envolvido e sai impressa a "Apresentação" da obra *Relatórios e Pareceres* (de 1911 a 1917)[529].

No que diz respeito a Angola, uma lista mais completa de companhias coloniais e sociedades administradas por Ernesto de Vilhena compreende em primeiro lugar a PEMA[530], depois uma série de subsidiárias[531] como a FOGERANG (Fomento Geral de

[525] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA, "Datas da Eleição e Nomeação do Excmº Senhor ERNESTO JARDIM DE VILHENA para Administrador da COMPANHIA DO BOROR", dactilografado.

[526] Bastos (Org.) 1945. "Banco Burnay": 165-166, cf. 166: «*(...) dilatou a sua acção ao nosso império colonial, nomeadamente à colónia de Angola, onde possue hoje importantes interesses na Companhia de Diamantes de Angola, Companhia Geral dos Algodões de Angola e Companhia de Combustíveis do Lobito; e em S. Tomé, onde está interessado na Roça Porto Alegre, que é uma das maiores propriedades da Ilha*.»

[527] "Discours du President de Vilhena". In *Commemoration du 75e Anniversaire de la Maison Henry Burnay & Cie. et du 25e Anniversaire du Banco Burnay*. Lisboa: Banco Burnay, 1950: 13 e ss.

[528] *Questões Coloniais e Económicas. Conclusões e Pareceres. 1913-1918*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa: 81-85, cf. 84.

[529] Ernesto de Vilhena. "Apresentação". In *Relatórios e informações: do fomento em Cabo Verde, 1911 e1912, do orçamento de Moçambique, 1916-1917, das propostas do govêrno de Angola sobre a divisão administrativa, instrução pública, comunicações, da organização dos serviços de automoveis, abril de 1917, acêrca da produção de trigo na Huíla e Benguela, 1917*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.

[530] A PEMA foi constituída a 4 de Setembro de 1912 Os direitos de prospecção diamantífera detidos pela PEMA são transferidos para a DIAMANG a 6 de Junho de 1917: cf. nesta tese I.3..

[531] No Relatório do Conselho de Administração da FOGERANG relativo ao exercício de 1931 apresentou a árvore de filiais e companhias subsidiárias, tal como descrevemos. Cf. AHU, Direcção Geral das Colónias do Ocidente, Repartição de Angola e S. Tomé – Assuntos Diversos: XIV, Relatório do Conselho de Administração do Fomento Geral de Angola para ser presente à Assembleia Geral Ordinária que há-de realizar-se em 28 de Dezembro de 1932.

Angola) de que foi Administrador Delegado[532], da sociedade filial desta denominada ANGOPEIXE (Companhia de Pescarias de Angola) de que veio a ser Presidente do Conselho de Administração, a COTONANG (Companhia Geral dos Algodões de Angola), a CARBONANG (Companhia de Combustíveis do Lobito), a PALMERANG (Companhia de Palmares de Angola), a CERVEJANG (Companhia de Cervejas de Angola), a ANGOIL (Companhia do Petróleo de Angola) da qual foi também o Administrador Delegado[533], que nasce igualmente da PEMA tal como sucedeu com a DIAMANG (Companhia dos Diamantes de Angola) e, mais tarde, a DIALAP

[532] Segundo Muralha s.d. [1924]: 115-116, Ernesto de Vilhena foi o responsável pelo investimento da FOGERANG em 24 mil hectares de terrenos situados na região de Santo António do Zaire que receberam a plantação da folha de tabaco "Sumatra-Peco", o que lhe valeu logo os maiores elogios, tal como conta: «*E na região do Zaire, como em toda a parte nde são conhecidos os resultados da experiência dessa fonte de riqueza, se pronuncia o nome dum homem, com os mais rasgados elogios e a maior admiração pelo seu grande arrojo. Esse homem é o sr. Ernesto de Vilhena. E são bem merecidos tais elogios.* (…) *o sr. Ernesto de Vilhena pensou um dia poder produzir a riquíssima folha de tabaco holandez. Pagou generosamente a um dos mais hábeis técnicos alemães e facultou que, tanto em Malange como no Enclave, onde o Fomento Geral de Angola possue 14 mil hectares de terrenos, se fizessem essas experiências. Mas não encontrou aí terrenos que reunissem por completo as condições precisas. Se fôsse outro homem que não tivesse o espirito de tenacidade e de persistência que possue o sr. Ernesto de Vilhena, teria desanimado e posto a ideia de parte, para se lançar noutros empreendimentos de lucros mais seguros. Há, porém, teimosos abençoados, e o ilustre director do Fomento Geral de Angola é um deles. Facultou outras experiências nos terrenos que o Fomento possue na margem esquerda do rio Zaire. E depois de um aturado estudo, em que enormes despezas não eram poupadas, o sr. Ernesto de Vilhena viu, finalmente, o seu sonho transformado na mais bela realidade. O Sumatra, esse tão precioso Sumatra, estava descoberto, e a Holanda viu assim um concorrente a um dos seus mais rendosos exclusivos.».* Em 1931, na qualidade de administrador delegado, é autor do Relatório do Conselho de Administração da Companhia: cf. AHU, Direcção Geral das Colónias do Ocidente, Repartição de Angola e S. Tomé - Assuntos Diversos, 31 de dezembro.

[533] Em Abril de 1922 a ANGOIL celebrou um contrato com o Governo de Angola pelo qual adquiriu o direito exclusivo de pesquisas e exploração dos jazigos demarcados até 15 de Agosto de 1936 (Mello 1945: 32). Ernesto de Vilhena interveio directamente nas negociações, segundo se depreende do documento ANTT, Arquivo Burnay, Correspondência, Cx. 40, Nº 24: Ernesto de Vilhena. "Relatório sobre a consolidação de direitos": *«COMPANHIA DE PETROLEO DE ANGOLA - H/A.* [Sobrescrito] *Loanda 15 de Abril de 1922. Companhia de Petroleo de Angola Rua dos Fanqueiros, 12 - 2° Lisboa*
Relatorio sobre a consolidação de direitos. Exmos. srs.
1) - Não me é possível remeter já a V. Exas. e aos bureaux de New York e de Bruxelles, por esta mala, o relatorio, que estou preparando, sobre a consolidação dos direitos de concessão da nossa Companhia. 2) - Dividi-o em duas partes. A primeira historia as diligencias effectuadas para conseguir essa consolidação, desde que em tal se pensou e, mais especialmente, as negociações por mim conduzidas, e a segunda expõe o processo de formação de cada uma das disposições do decreto cento e vinte e um, de 28 de Março; e, como esse relatorio é longo, e sou obrigado a ocupar-me, ao mesmo tempo, dos outros assumptos que aqui me trouxeram, não me foi possivel ainda terminal-o.
3) - O desenvolvimento que lhe estou dando poderá parecer, à primeira vista dispensavel. Mas entendi que era do meu dever proceder assim. Na effectivação de contractos tão complexos são sempre de esperar duvidas de interpretação, que só podem ser convenientemente esclarecidas pelo estudo da génese e evolução das disposições discutidas; e lembrei-me tambem, de que, se em Angola se descobrir o vasto campo petrolifero que todos desejamos, e a sua influencia no progresso e na vida geral da Colonia vier a ser de intenso beneficio, como é natural, será sempre interessante e aproveitavel um documento que dê sobre os factos determinantes d'esses acontecimentos pormenorisada informação. Sem mais, sou de V. Exas., com a maior consideração e estima, Colega e Amigo Attº. e Obgdo. (a) Ernesto de Vilhena adm. Deleg. / c.c. New York / Bruxelles / Andrada /Aa.»

(Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes), subsidiária desta última[534]. Quanto a Moçambique, mantém-se na Companhia do Boror e na Companhia da Zambézia, como apontámos acima, na Companhia do Luabo e na Companhia Carbonífera de Moçambique (1951-1956). Será ainda Administrador da Companhia do Petróleo de Timor (em 1920), subsidiária da PEMA que obteve o exclusivo de pesquisas petrolíferas na ilha asiática (Mello 1945: 54-55).

COMPANHIA DO PETROLEO DE ANGOLA
(ANGOIL)
Sociedade anonima de responsabilidade limitada
Com o Capital de Esc. 4:281.615$00 (ouro)
Pesquizas e exploração do petroleo em Angola
SÉDE SOCIAL: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12, 2.º
Teleg. ANGOIL
Comité Tecnico em Nova York — Escritorios em Bruxelas
Presidente do Conselho de Administração
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO
Administrador delegado
ERNESTO DE VILHENA
Direcção tecnica
"Sinclair Consolidated Oil Corporation,,
45, Nassau Street, New York
Representação e direcção tecnica em Africa
REPRESENTANTE
Coronel Eduardo Marques
Caixa Postal 332 — Tel.: ANGOIL
LOANDA
DIRECTOR TECNICO
MR. V. E. Gothe
Caixa Postal 315 — Teleg.: SINGOLA
LOANDA

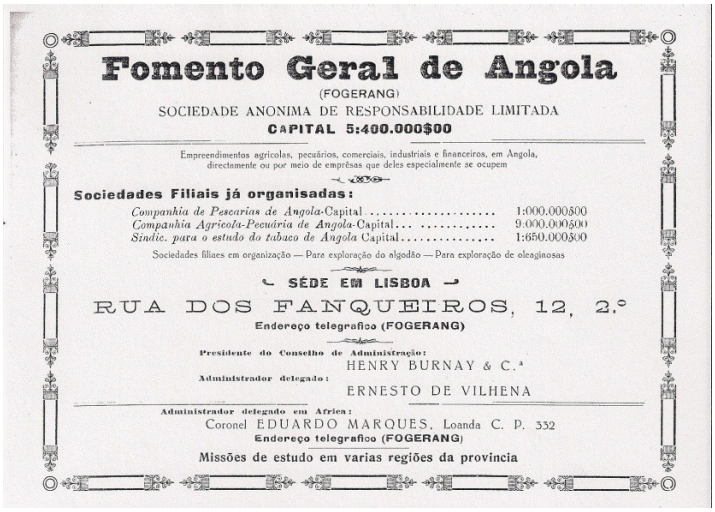

Fomento Geral de Angola
(FOGERANG)
SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
CAPITAL 5:400.000$00
Empreendimentos agricolas, pecuários, comerciais, industriais e financeiros, em Angola, directamente ou por meio de empresas que deles especialmente se ocupem
Sociedades Filiais já organisadas:
Companhia de Pescarias de Angola-Capital ..... 1:000.000$00
Companhia Agricola-Pecuária de Angola-Capital... ..... 9:000.000$00
Sindic. para o estudo do tabaco de Angola Capital..... 1:650.000$00
Sociedades filiaes em organização — Para exploração do algodão — Para exploração de oleaginosas
SÉDE EM LISBOA
RUA DOS FANQUEIROS, 12, 2.º
Endereço telegrafico (FOGERANG)
Presidente do Conselho de Administração: HENRY BURNAY & C.ª
Administrador delegado: ERNESTO DE VILHENA
Administrador delegado em Africa: Coronel EDUARDO MARQUES, Loanda C. P. 352
Endereço telegrafico (FOGERANG)
Missões de estudo em varias regiões da provincia

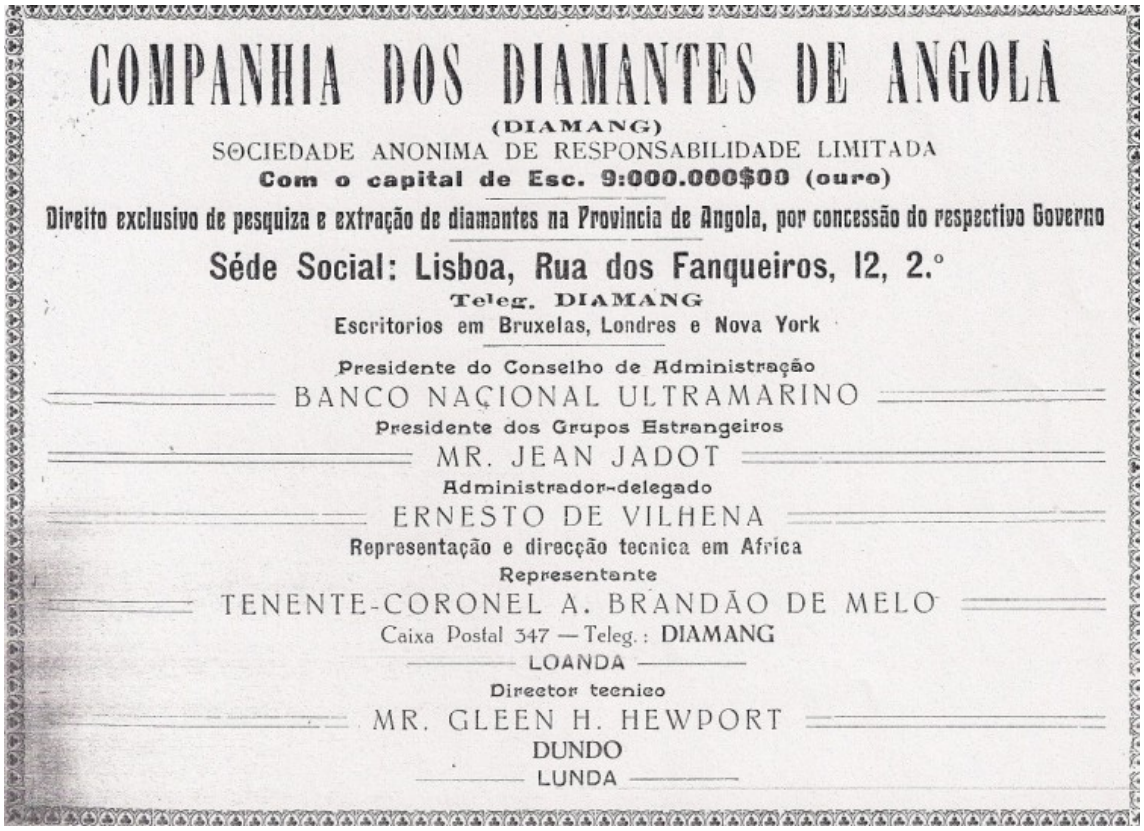
Figura 61 - Anúncio da ANGOIL, 1927 **Figura 62 - Anúncio comercial da FOGERANG, 1927**

Ainda no mundo das finanças, em 1924, entrou em funções no Banco Nacional Ultramarino com o cargo de vice-governador que ocupou até Junho de 1928 quando, por efeito da entrada em vigor do Decreto 15:538 de 1 de Junho, foi abrangido pela incompatibilidade com o exercício de outras funções públicas. Na distribuição de

[534] Nos apontamentos dos *Cadernos de Viagens* do ano de 1922, uma série de notas indicam que está em Angola e se dedica ao trabalho nestas diferentes empresas, como na passagem em que relata a conversa mantida com o Dr. Alves da Cunha, em 14 de Janeiro: «*Acompanhou, de perto, tudo o que se tem passado, relativamente a diamantes e a petroleo, e a acha que a realização dos contractos feitos com a primeira companhia e com a C. Mineira de Moçambique justificam, realmente, só por si, a instituição dos Altos Comissariados, pois que tem sido impossivel obte-los tão vantajosos pela interferencia do Ministerio das Colonias, cuja indifferença por tudo isto é bem conhecida. Sobre diamantes digo-lhe que assim é, e explico-lhe tudo o que se tem dado com a satisfação dos encargos de £200 ouro, e as difficuldades na venda de diamantes. Sobre o petroleo, ponho-o ao facto do dinheiro já gasto, alem do capital, já ha muito absorvido das primeiras emissões. Mostra-se admirado, mas diz-me que lhe fez muito bôa impressão o que teve ocasião de observar no Dundo; que a orientação ou melhor, a intransigencia anterior diminuira muito, e lhe parece indispensavel resolver-se o assumpto, definitivamente. Não acredita nas affirmações antes feitas da existencia de petroleo escondido. (...) Falo-lhe depois no Fomento, e descrevo-lhe toda a nossa organização, os nossos objectivos e os planos que estavamos adoptando para os realizar. Diz-me que, realmente é conveniente torna-los conhecidos, porque durante muito tempo, não se havia percebido bem, aqui, o que é que nós desejávamos, embora a attitude anterior para connosco haja melhorado consideravelmente. É curioso que, a proposito de oleoginosas me falla, logo, no Alfredo da Silva e do seu suposto desejo de ter em Angola logar preponderante. Responde-lhe que, infelizmente, assim não é, mas que gostaria de com elle poder contar para uma empreza com aquelle objectivo*.». Cf. Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens. *Caderno de viagem Nº 9*, ms., 6 Janeiro 1922 - 8 Abril 1922: 14 Janeiro 1922**,** fl. 15-16.

serviço teve a responsabilidade dos assuntos relativos à colónia de Angola, do arquivo e biblioteca, correspondência e informações e neste mesmo âmbito será da sua mão a organização do processo Sousa Machado, em 1926[535]. Em 1925 fora vogal da Comissão encarregada de rever o regulamento do regimento bancário do Ultramar, função que abandona a pedido seu no final desse mesmo ano[536].

No universo das empresas coloniais, o momento chave da sua história futura acontece no dia 7 de Novembro de 1919, data em que Ernesto de Vilhena é nomeado administrador-delegado da Companhia de Diamantes de Angola.


COMPANHIA DOS DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Com o capital de Esc. 9:000.000$00 (ouro)

Direito exclusivo de pesquiza e extração de diamantes na Provincia de Angola, por concessão do respectivo Governo

Séde Social: Lisboa, Rua dos Fanqueiros, 12, 2.º

Teleg. DIAMANG

Escritorios em Bruxelas, Londres e Nova York

Presidente do Conselho de Administração

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

Presidente dos Grupos Estrangeiros

MR. JEAN JADOT

Administrador-delegado

ERNESTO DE VILHENA

Representação e direcção tecnica em Africa

Representante

TENENTE-CORONEL A. BRANDÃO DE MELO

Caixa Postal 347 — Teleg.: DIAMANG

LOANDA

Director tecnico

MR. GLEEN H. HEWPORT

DUNDO

LUNDA

Figura 63 - Anúncio comercial da DIAMANG, 1927.

[535] Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos, Fundo do BNU, AG 002.15/110: Sousa Machado & Companhia (Angola): "Dossier organizado pelo executor Ernesto de Vilhena".

[536] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA encimada pelas armas reais: Ministério da Marinha. Comando Geral da Armada. Oficiais. "Outras Eventualidades".

I.3. O *Mwata Kumandante*, senhor que escrevia a verde. A construção do império e da fortuna

Na língua dos Lundas de Angola, *Mwata Kumandante* significa Filho do Grande Senhor e Chefe (Carvalho 1890: 364-365), do *Mwata Yamvo*, o fundador do reino da Lunda no século XVI, que os portugueses baptizaram de Muatiânvua. Os povos locais receberam com este nome honorífico o Comandante Ernesto de Vilhena nas terras diamantíferas situadas na Lunda (entre os paralelos 7º e 9º Sul e os meridianos 20º e 22 Este), na bacia do rio Cassai, que delimitava a fronteira com o Congo Belga (depois Zaire e actual República Democrática do Congo), primeiro centro da exploração diamantífera angolana. A distinção era imperial e tinha correspondência na estrutura de poder dos Lundas. A atribuição deste título ao grande homem branco que chegou de longe e os regeu era reverencial, um símbolo significativo do reconhecimento do carácter fora do comum intrínseco a um chefe. Para os brancos que trabalharam e viveram nesse mesmo território, Ernesto de Vilhena foi cultuado como Comandante no exercício da função de administrador máximo da Companhia de Diamantes de Angola, a Diamang, a instituição económica que se teria auto-determinado como um «*Estado dentro do Estado*», no seio da Colónia de Angola/Província Ultramarina. Para si próprio, Ernesto guardou África, e consideramos ter sido esta a razão pela qual escreveu a verde sempre que pôde, escolhendo a cor simbólica do continente.

Se, tal como apresentado nas páginas anteriores, podemos concluir que os trabalhos de Ernesto de Vilhena nas empresas votadas ao desenvolvimento económico colonial marcaram o período da «*Ressurreição*» pessoal iniciada com o fim da I Grande Guerra, no futuro da sua história de vida acabou por ser a relação com Angola, mas sobretudo com a Diamang, a guardar um espaço cativo na memória portuguesa contemporânea e por cunhar-lhe o perfil público cujos traços mitografados chegam até aos dias de hoje. Começou a trabalhar na Companhia de Diamantes de Angola em 1919, no cargo de administrador-delegado. No dia 1 de Março de 1955, passou a acumular também as funções de Presidente do Conselho de Administração e de Presidente da Assembleia Geral de Accionistas, e com estas categorias exerceu a sua acção até ao dia 21 de Janeiro de 1967, após ter sido eleito Presidente do Conselho Geral, poucas semanas antes de morrer, a 14 de Fevereiro.

Figura 64 - Angola, Lunda, Dundo: António Duarte, Monumento ao Comandante Ernesto Vilhena, inaugurado a 21 de Setembro de 1969 pelo Governador-Geral de Angola em representação do Ministro do Ultramar
©http:\\www.diamang.comALundaDundoMonumentos10402983_WQ4nVZ#!i=720643405&k=s26w2&lb=1&s=M720643405_s26w2-M[1] [acedido em 15.09.2012]

Vilhena prosseguiu, nos anos 20 do século XX, a ideia do «*desenvolvimento económico efectivo*», três décadas depois de se ter colocado a Portugal a necessidade da «*ocupação de facto*» dos territórios coloniais. Aplicará o programa colonial que construíra sobre bases científicas, mas agora segundo uma fórmula capitalista, isto é, através da gestão das empresas que, trabalhando sobretudo a partir do sector primário das colónias, se inseriram no sistema económico transnacional dominado por grupos empresariais e *holdings* determinantes das redes de circulação do capital. De Portugal receberam a benesse de se manterem, quase todas elas, em regime de monopólio. Algum investimento será feito na colónia fora do âmbito da actuação empresarial, mas foi sobretudo nas áreas geográficas das concessões que se fomentou a aplicação dos lucros auferidos, primeiro nas infra-estruturas fundamentais ao negócio, depois na "colonização civilizadora" acorde com as matrizes ideológicas vigentes.

A exploração mineira das colónias africanas fora reclamada desde o fim de Oitocentos, muitas vezes a partir da sede da Sociedade de Geografia de Lisboa, fundada em 1875, como condição «*indispensavel, imprescindivel para o seu desenvolvimento*

agricola e industrial» (Malheiro 1881: 23). Um sistema racional de administração e de desenvolvimento económico implicava, necessariamente, o conhecimento e o aproveitamento das riquezas do subsolo[537]. Foi neste contexto que foram criadas as Companhias de que Ernesto de Vilhena veio a fazer parte, como foi ainda o do fomento colonial defendido ao longo do século XX. O coronel António Brandão de Melo (1879-1950)[538], representante da Diamang em África, assim elaborou esta mesma ideia no estudo apresentado ao II Congresso da União Nacional de Maio de 1944, ao afirmar perante os fiéis do Estado Novo, numa conjuntura política já muito diversa da I República, que a mineração era um dos melhores factores de colonização, gerava emprego para colonos, atraía técnicos, promovia o desenvolvimento agrícola, pela necessidade de alimentar o pessoal, tal como o desenvolvimento do comércio e da indústria, gerava a fixação populacional e o crescimento urbano de que bons exemplos eram nessa data a Vila Henrique de Carvalho, Andrada e o Dundo, fruto e dependentes da exploração diamantífera. Para além de tudo isso, a mineração era o factor promotor das rotas de escoamento comercial, dando origem à melhoria das redes de comunicação viária, ferroviária, fluvial e marítima (Mello 1945: 59-60). Pôr o programa em prática pressupunha o investimento de grandes capitais, deter «*uma larga autonomia financeira administrativa, em que os seus administradores, apoiados no seu conselho técnico, tenham ampla liberdade de decisão. O Estado deveria limitar-se, em troca do seu auxílio, ao direito de nomear uma parte dos administradores escolhidos entre pessoas que fôssem competentes e coloniais de facto, com larga permanência nas Colónias, e que ali tivessem estado em situações de bem as conhecer em todos os seus aspectos.*» (Idem: 66).

A Diamang, empresa que cumpriu todos os requisitos do enunciado por Brandão de Melo, teve existência legal entre 1917 e 1988, mas a história em que a vida do Comandante Ernesto de Vilhena se torna indissociável da instituição, indirectamente

[537] Lourenço Malheiro sugere que o modelo a seguir pelos empreendedores portugueses seja o americano exposto como guia pelo geólogo Hayden em *Explorações geographicas e geologicas dos Territorios dos Estados Unidos* (Malheiro 1881: 24).

[538] António Brandão de Mello Mimoso era militar da arma de Artilharia. Iniciou a sua carreira ultramarina em 1909 como ajudante de campo do general Alves Roçadas, Governador-geral de Angola nessa data. Após a implantação da República veio a ser Governador do distrito de Mossâmedes e, em 1912, Inspector do Material de Guerra em Angola. Contratado em 1913 pela *Société Générale de Belgique*, ingressa por essa via na PEMA. Participa na prospecção geral da Lunda realizada pelo engenheiro americano Claude Brown. (Figueiredo 2009: 76), apresentando em 1914 o relatório *Ocupação da Lunda* (Mello s.d. [1925]: 31). Criada a Diamang, integra os quadros desta Companhia. Em 1942 foi nomeado Administrador Representante em Angola. *Vd.* também Diamang s.d. [1970]: 10-14.

desde a data da fundação, e oficialmente entre 1919 e 1967, divide-se por vários estratos de realidades, com significados distintos[539].

É importante considerar uma pré-história relacionada com a PEMA, a empresa-mãe da qual a Diamang descende. Foi constituída a 4 de Setembro de 1912, com o objectivo de proceder à prospecção mineira em Angola, assim como à delimitação das jazidas de diamantes rastreadas no Nordeste do território, na bacia hidrográfica do Cassai, fronteira com o Congo Belga, conforme veio a ser legislado pelo Decreto nº 81 de 21 de Agosto de 1913. A 16 de Outubro de 1917, por escritura pública, foi fundada a Diamang, sociedade anónima de responsabilidade limitada, ainda como filial da PEMA, com sede social em Lisboa na Rua dos Fanqueiros nº 12, mas resultante de um consórcio internacional do qual faziam parte a *Forminière-Société Génerale de Belgique*[540] e a *Mutualité Coloniale,* belgas, o *Banque de l'Union Parisienne*, francês, os *Bartanato Brothers*, ingleses, a *The Anglo-American Corporation of South Africa* do Grupo *Oppenheimer*, o *Morgan Bank* e *Thomas Ryan e Guggenheim* da empresa americana *Guaranty Trust.* Tinha, por essa razão constituinte, outros escritórios de representação localizados em Bruxelas, em Paris, em Londres e em Nova Iorque.

A firma Henry Burnay & Cª era a accionista portuguesa mais importante da Diamang, a que se seguia o Banco Nacional Ultramarino. Percebe-se, assim, que foi do trabalho e da ligação de Ernesto de Vilhena à financeira Henry Burnay (também presente na PEMA), que já contava com os avultados capitais belgas e franceses da *Société Générale de Belgique* e do *Banque de l'Union Parisienne*, e depois ao Banco

---

[539] Ernesto de Vilhena contava com o respaldo familiar, para além da experiência de que dera mostras até à entrada na Diamang, embora o nexo exacto das relações não esteja ainda totalmente documentado, de molde a caracterizá-lo com propriedade. Tal facto é sugerido na passagem escrita pelo pai Júlio de Vilhena no *Antes da República* (1916: I, 303-310): «*Em novembro de 1902 o ministro das colonias, Teixeira de Souza, lembrou-se de promover a formação d'uma companhia destinada á exploração comercial, agricola, mineira e florestal do distrito da Lunda, provincia de Angola. Convidou-me, na minha qualidade de governador do Banco de Portugal, e devendo por isso estar em contacto com os principais capitalistas e comerciantes portuguezes, a empregar esforços para a congregação dos capitaes indispensaveis á referida empreza. Reunidos os comerciantes da capital, foi nomeada uma comissão que expoz ao ministro as condições, em que seria possível a concorrencia dos capitaes nacionaes. Depois de trocada a correspondencia necessaria, em que a questão foi tratada largamente, chegou-se às seguintes conclusões; (...) A meu ver, as garantias dadas pelo governo eram mais que suficientes para a constituição da companhia, mas, segundo o costume, os capitaes nacionaes fugiam mais uma vez das emprezas ultramarinas.*».

[540] A *Société Internationale Forestière et Minière du Congo, Forminière*, foi fundada em 1906. Os primeiros diamantes foram encontrados no Congo em 1907, no âmbito das actividades desta Companhia. A complementaridade geográfica da Lunda/rio Cassai com a região daquelas recolhas faria supôr a existência de diamantes no Nordeste Angolano, onde as pesquisas exploratórias foram iniciadas em 1912 (Diamang 1963).

Burnay[541], que resultou o seu envolvimento na gestão das restantes companhias ultramarinas cuja actividade tinha base na colónia de Angola, segundo um modelo ramificado de empresas subsidiárias e sub-concessionárias que veio a caracterizar um quinhão significativo da economia luso-colonial[542].

A 6 de Junho de 1918, a PEMA seria autorizada a transferir «*para a Companhia de Diamantes de Angola, na parte relativa exclusivamente a diamantes, da reserva para pesquizas mineiras, com excepção de petróleo*»[543]. Regista-se assim que desde cedo a exploração dos diamantes e a exploração do petróleo foram distintas, separação que haveria de ter várias consequências na história de Angola.

A partir desse momento, a Diamang deterá o exclusivo operacional da prospecção e da exploração diamantífera angolanas. As primeiras extracções de diamantes, de aluvião e kimberlíticos, registaram-se em 1920, na circunscrição do Chitato, onde a urbanização do Dundo veio a ser construída como sede da zona de concessão. A área geográfica, disputada entre Lundas e Tschokwe[544], encontrava-se em fase de pacificação, após a batalha de Kalendende que infligiu uma pesada derrota aos povos da etnia Tschokwe.

Naquele mesmo ano de 1920 ficaram definidos os estatutos da Companhia (8 de Outubro) e, a 4 de Dezembro, foi assinado por Norton de Matos e por Ernesto de Vilhena o *Contrato provisório realizado em Bruxelas entre o Alto Comissário da República e a Companhia de Diamantes de Angola*[545]. No contrato fixaram-se as condições base da concessão, as áreas de incidência, a duração do acordo, assim como as isenções tributárias directas e indirectas de que a Diamang poderia gozar, a qual, pela sua parte, se comprometeu a intensificar as pesquisas e as explorações e a respeitar as contrapartidas financeiras acordadas, registando por escrito que «*este contrato tem o carácter de uma verdadeira associação da Colónia com a Companhia para a exploração, em benefício de ambas e da comunidade, de uma das grandes riquezas do*

[541] "Discours du President de Vilhena". In *Commemoration du 75e Anniversaire de la Maison Henry Burnay & Cie. et du 25e Anniversaire du Banco Burnay*. Lisboa: Banco Burnay, 1950: 13 e ss.
[542] A importância da participação da *Henri Burnay & Cie* nos negócios coloniais desde o século XIX já foi salientada por Mata 2004: 4.
[543] *DG.* Nº 136. Série II. 12 de Junho 1918 in Diamang 1925: 14 e Diamang 1955: 21.
[544] Situação política que, no século XIX, foi descrita por Henrique de Carvalho, nos relatos da expedição de 1886 (Carvalho 1890). A viagem de Henrique de Carvalho e a intervenção diplomática junto dos reinos dos Lundas e dos Tschokwe foi analisada por Rosa e Verde 2013: cap. 9.
[545] Diamang 1955: 23-27.

território, até há pouco absolutamente ignorada e cuja descoberta se deve, exclusivamente, aos trabalhos da Companhia.»[546].

A 18 de Maio de 1921, é celebrado o primeiro contrato definitivo entre o Estado e a Diamang[547]. Por ele se atribuiu à empresa o direito exclusivo da extracção de diamantes em todas as minas já demarcadas, ou que viesse a demarcar, durante o prazo de trinta e cinco anos, em contrapartida da entrega à Colónia de 5% do capital realizado, da entrada do Governo de Angola como accionista com direito a representação nas assembleias-gerais, da participação anual de 40% nos lucros líquidos da Companhia e da concessão a Angola de empréstimos e de créditos abertos nos anos sequentes à celebração do acordo, tendo como limite máximo o valor de 50% dos rendimentos equivalentes a metade dos quilates de diamantes registados nas reservas das concessões[548].

A Diamang comprometia-se de novo a intensificar as pesquisas e a exploração, enquanto ao governo da colónia caberia o encargo de zelar pelas boas condições e o eficaz exercício da Companhia, nomeadamente impedindo que terceiros dificultassem o perfeito aproveitamento das concessões, e contrariando de todos os modos o roubo e a receptação de diamantes. Em troca, aquela ficaria isenta de todos os direitos, taxas, contribuições e impostos actuais ou futuros que incidissem sobre a instituição ou sobre o seu pessoal, tal como dos direitos de exportação da produção e de importação dos maquinismos e artigos indispensáveis à pesquisa e à extracção dos materiais.

Em Julho de 1922, no dia 8, realizou-se em Luanda a assinatura de um suplemento ao contrato anterior[549], na qual intervirá Ernesto de Vilhena, «*capitão de fragata*, *Administrador-Delegado da Companhia de Angola*»[550]. À data reviu-se a taxa da participação anual de Angola nos lucros, que diminui, determinou-se que a contabilidade da Companhia passasse a ser praticada em escudos ouro e que todos os encargos fossem pagos nesta moeda. Em caso de contestação do contrato pelo Governo, por infracção cometida pela Diamang, concordam que a mesma deveria ser comunicada

[546] Idem: 26.
[547] Antecedido pelo Decreto nº 9 do Alto Comissariado da República, de 6 de Maio de 1921, e constante do Decreto Nº 11, de 12 de Maio de 1921 (cf. Diamang 1955: 29 e 31-39). A escritura do contrato é celebrada pelos outorgantes em Luanda, a 18 de Maio de 1921 (Idem: 41-49).
[548] Diamang 1925: 15-22.
[549] É antecedido pela promulgação do Decreto Nº 176 do Alto Comissariado da República, datado do dia 4 de Julho de 1922 (Diamang 1955: 51-53).
[550] Diamang 1925: 23-26; Diamang 1955: 55-58.

à representação em Luanda e à sede social em Lisboa, sem a qual a Companhia não se responsabilizaria por qualquer dolo e não poderia haver lugar para a anulação do contratado.

Figura 65 - Ernesto de Vilhena, Luanda 1922. Legenda manuscrita por trás (autógrafa): «Na casa da Cª do Fomento Geral de Angola, em que habitou. Altura da realização de vários contratos: - Diamang, - Petróleos de Angola» © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

Os sucessos de Ernesto de Vilhena em 1922 foram, assim, de monta, como ele próprio não deixou de reconhecer no último dia do ano, ao escrever a bordo do navio que o trouxe de volta a Lisboa: «*Acaba-se o anno e, lançando um olhar sobre elle, sou obrigado a reconhecer que se portou bem comigo. Realisei uma grande obra, no exercicio pleno e potente de todas as minhas faculdades, e encontrei, junto de mim,*

pessoas dedicadas, que me ajudaram na minha tarefa. Não obstante todos os contratempos, não tenho razão de queixa. Considero o ano de 1922, como um dos mais bellos, mais cheios e mais util de toda a minha vida.»[551].

A totalidade dos contratos celebrados entre Angola e a Diamang até 1923, como aconteceu também com a negociação, em 1924, de um empréstimo da Companhia que acabou por não ser ratificado[552], ocorreu durante o governo do general Norton de Matos como Alto Comissário da República na Colónia de Angola (Abril 1920-Junho 1924)[553].

---

[551] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens: *Caderno de viagem Nº 11*, ms.: fl. 79v, «*Dia 13 de Dezembro de 1922 (Domingo)*».

[552] AHU, Direcção Geral das Colónias do Ocidente, Repartição de Angola e S. Tomé - Assuntos Diversos, Nº 537, Proc. Nº 153, Nº 153D, Nº 153E, Nº 153K - Companhia de Diamantes de Angola, TERMO DO CONTRACTO PROVISORIO FEITO ENTRE O ESTADO E A COMPANHIA DOS DIAMANTES DE ANGOLA – CÓPIA (dactilografada): «*Aos cinco dias do mês de Junho de mil novecentos e vinte e quatro nesta cidade de Londres e escritório da Agencia de Angola, compareceram: Sua Excelência o Alto Comissário da República e Governador Geral da Provincia de Angola, General José Mendes Ribeiro Norton de Matos, primeiro outorgante; e O Exmo. Senhor Ernesto Jardim de Vilhena, administrador delegado da Companhia de Diamantes de Angola, na qualidade de representante desta Companhia, segundo outorgante. (...)*».

[553] Cf. Telo 1994: 234 e ss. sobre a caracterização da política económica do Alto Comissário Norton de Matos. Sobre a Diamang, Norton de Matos desvelou nas suas memórias a importância que teve no programa de fomento delineado para Angola: «*Passaram, de facto, os anos, e fui obrigado a levantar, de novo, a minha voz, apenas com a autoridade, do meu passado, e escrevi o que se segue:*
«Em Angola a exploração de diamantes tem-se mantido, há mais de duas dezenas de anos, dentro de um programa, cujas linhas fundamentais se fixaram por contrato em 1921: - aumento de produção; auxílio cada vez maior à vida financeira e económica da Província; melhoria constante das condições de vidas dos trabalhadores indígenas. Os trabalhadores indígenas da Companhia de Diamantes de Angola, são hoje, na grande maioria, recrutados na Lunda, isto é, na região das minas. Numa tese que apresentei a um Congresso Colonial, escrevi, quando me referi aos graves inconvenientes do deslocamento dos indígenas para regiões diferentes daquelas em que habitam, e quando afirmei que estes deslocamentos têm sido uma das principais causas da diminuição da população indígena de Angola e tem dado lugar muitas vezes à destruição das famílias indígenas e ao completo desaparecimento de populosas aldeias, o seguinte: "Se necessidades agrícolas ou industriais o indicarem, isto é, se for necessário montar uma exploração agrícola ou uma indústria, de real vantagem para a comunidade, numa região não povoada, só um caminho há a seguir: - criar colónias de famílias indígenas convenientemente agrupadas em povoações construídas em locais saudáveis, com todos os requisitos sanitários, onde os trabalhadores indígenas encontrem condições de vida superiores àquelas que deixaram nas terras donde vieram." Acrescentei noutra parte da mesma tese que estas povoações deviam ser de tipo rural, onde o trabalhador indígena pudesse descansar no seio da família e no meio de cultivadores da terra, de quando a quando, e mais tarde tivesse a vida decente e, a casa e o campo, a que adquirira direito após anos de trabalho como assalariado industrial. Quando se iniciou a exploração dos diamantes na Lunda, impossível era encontrar na região quaisquer trabalhadores. – A população era escassa e não reconhecia a nossa autoridade. Pouco a pouco, graças à nossa admirável política indígena, auxiliada pelos esforços da Companhia, tudo se transformou. São hoje poucos os trabalhadores que se vão buscar fora da Lunda e em volta das minas surgiram aldeias indígenas que fornecem não só mão de obra, mas também a maior parte dos géneros necessários para a sua alimentação, a mandioca, o amendoim, o milho…Criou a Companhia um "Serviço de Propaganda e Assistência à Mão de Obra Indígena" que segundo informações que me têm chegado, está fazendo verdadeiros milagres no meio indígena do ângulo nordeste da Lunda. Estou certo que a sua acção conduzirá às aldeias modelos, em que as palhotas serão inteiramente substituídas por habitações dignas deste nome, em que a nudez desaparecerá por completo, em que a vida limpa e sã, será a regra geral e em que, além dos trabalhadores a fornecer à indústria vizinha, salvadora e civilizadora, criada por brancos, ainda sobrem braços para tirar da terra

Pelo lado de Angola, Norton de Matos dava curso à aplicação dos princípios de descentralização, das autonomias administrativa e financeira, garantidas pela legislação republicana de que Vilhena fora um dos autores. Para o Alto Comissário, «*A metrópole* (...) *não tem direito de fechar a Angola os mercados mundiais e de pagar os seus produtos por menos do que eles valem; não tem direito, também, de evitar que o produto ouro da exportação angolense entre e fiquem em quantidade tão grande quanto possível, na região exportadora; não tem direito, finalmente, de entravar o desenvolvimento industrial da Província, com receio de que se feche um importante mercado a alguns dos seus produtos manufacturados*» *(apud* Alexandre 1993b: 1124). A afluência do capital estrangeiro seria bem recebida[554]. Em representação da Companhia, Ernesto de Vilhena irá desempenhar o papel de agente efectivo da descentralização/desconcentração económica[555].

---

os géneros agrícolas que tenham mercado assegurado. Sei que é este o caminho que se está seguindo na região dos diamantes da Lunda. – A assistência médica e sanitária continua sem desfalecimentos em toda a região mineira e também nas regiões vizinhas, e registou-se baixa no índice necrológico; prosseguiu a campanha da profilaxia contra a doença do sono que é mister fazer desaparecer por completo, fazendo-se 1394 tratamentos a indígenas, sendo visitadas1149 aldeias indígenas pelas ambulâncias sanitárias, efectuando-se 61780 inspecções individuais e percorrendo-se 6236 quilómetros, no ano de 1940. Mas ainda se averiguaram 47 casos novos de tripanosomiase. O saneamento e a melhoria das aldeias continuou durante o ano de 1941: - foram reparadas 900 habitações e construídas 48, em diversas aldeias. Sei que muito mais é preciso fazer, que os Estados e as empresas europeias têm de transformar rapidamente a África, que a vida miserável e baixa em que vive a grande maioria dos seus habitantes, tem de se transformar rapidamente. Mas o que tem feito a Companhia dos Diamantes mostra à evidência como não é utopia o que venho apregoando desde 1912, como uma das principais maneiras de transformar a vida primitiva dos pretos sem impedir a actividade dos brancos, e apoia, ao mesmo tempo, fortemente, os protestos que sempre levantei em face de regressos ao passado, de tentativas de destruição da atitude de Portugal perante a mão de obra indígena, que se definiu e praticou após a proclamação da República e que o Acto Colonial, parte integrante da Constituição da República Portuguesa, de 9 de Abril de 1933, tão brilhantemente estabelece no seu título II, que todos os portugueses, brancos ou de cor, devem decorar e recitar como uma oração. Um dos artigos desse título, diz: "O regime do contrato do trabalho dos indígenas assenta na liberdade individual e no direito a justo salário e assistência, intervindo a autoridade pública somente para fiscalização"». (Mattos 1944: III, 217-220).

[554] AHU, Direcção Geral das Colónias do Ocidente, Repartição de Angola e S. Tomé - Assuntos Diversos, Nº 537, Proc. Nº 153, Nº 153D, Nº 153E, Nº 153K - Companhia de Diamantes de Angola) - DIAMANG. Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal Relativos ao Exercicio de 1923 Para serem presentes á Assembleia Geral Ordinaria de 22 de Dezembro de 1924. Lisboa: Pap. e Tip. Emilio Braga, s.d.: 6 - «*Relações com o Governo da Provincia. Durante o exercício de 1923, as nossas relações com as autoridades da Provincia decorreram sem incidentes desagradáveis. Elucidadas sobre o programa de trabalhos da Companhia e fazendo justiça ás intenções dela, a sua atitude modificou-se sensivelmente, tendo-nos prestado certos auxílios na remoção dos principais obstáculos que se opõem á boa marcha das operações em Africa. De S. Exa. o Alto Comissario, General Norton de Mattos, obtivemos a adopção de diversas providencias que, se forem executadas com continuidade e o sincero desejo de nos auxiliar, deverão produzir uma melhoria sensível na obtenção dos trabalhadores que são indispensáveis ao desenvolvimento da nossa exploração.*»

[555] Ernesto de Vilhena mantém-se fiel à relação do seu contemporâneo Norton de Matos, averbada nos relatos de encontros ao longo dos anos como acontece, por exemplo, em 1944: «*28 de Julho 1944 (6ª feira) (...) Esteve o Norton de Mattos que vinha offerecer-me os dois volumes das Memorias. Conversa*

A economia angolana nesse período, tendo o fomento como projecto político subjacente, sofrendo ainda o impacto da I Guerra Mundial (Lains 1998: 484), regista um défice elevado assim como os efeitos do endividamento progressivo que vieram a constituir verdadeiros óbices ao desenvolvimento intensivo promovido por parte da administração colonial, que Norton de Matos defendia, acabando as grandes empresas instaladas no território por vir a substituir-se ao Estado português[556]. Os princípios republicanos de descentralização caíam por terra por via da inoperacionalidade financeira, vencendo sobre eles as teses da centralização, do controlo metropolitano e da "nacionalização imperial", cuja linha ideológica dominará, em alargado consenso, durante o Estado Novo.

Por ironia, será a plutocracia dos agentes republicanos partidários da descentralização, como Ernesto de Vilhena, afastados embora da administração política e do aparelho governativo, mas jogando nos bastidores da economia, que cunhará em grande medida o futuro colonial[557].

Por ter caducado a concessão de exploração de diamantes à Companhia de Moçâmedes (hoje Namibe) em 1923, a mesma foi transferida para a Diamang, que

---

sobre a situação politica, famosa, etc.» (Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), *Agenda Gabinete 1944*, ms.).

[556] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens: *Caderno de viagem Nº 9*, ms., 6 Janeiro 1922 - 8 Abril 1922, fl. 15-16: «*Conversa com o Dr. Alves da Cunha - 14 Janeiro 1922 (...) Acompanhou, de perto, tudo o que se tem passado, relativamente a diamantes e a petroleo, e acha que a realização dos contractos feitos com a primeira companhia e com a C. Mineira de Moçambique justificam, realmente, só por si, a instituição dos Altos Comissariados, pois que tem sido impossivel obte-los tão vantajosos pela interferencia do Ministerio das Colonias, cuja indifferença por tudo isto é bem conhecida. Sobre diamantes digo-lhe que assim é, e explico-lhe tudo o que se tem dado com a satisfação dos encargos de £200 ouro, e as difficuldades na venda de diamantes. Sobre o petroleo, ponho-o ao facto do dinheiro já gasto, alem do capital, já ha muito absorvido das primeiras emissões. Mostra-se admirado, mas diz-me que lhe fez muito bôa impressão o que teve ocasião de observar no Dundo; que a orientação ou melhor, a intransigencia anterior diminuira muito, e lhe parece indispensavel resolver-se o assumpto, definitivamente. Não acredita nas affirmações antes feitas da existencia de petroleo escondido. (...) Falo-lhe depois no Fomento, e descrevo-lhe toda a nossa organização, os nossos objectivos e os planos que estavamos adoptando para os realizar. Diz-me que, realmente é conveniente torna-los conhecidos, porque durante muito tempo, não se havia percebido bem, aqui, o que é que nós desejávmos, embora a attitude anterior para connosco haja melhorado consideravelmente. É curioso que, a proposito de oleoginosas me falla, logo, no Alfredo da Silva e do seu suposto desejo de ter em Angola logar preponderante. Responde-lhe que, infelizmente, assim não é, mas que gostaria de com elle poder contar para uma empreza com aquelle objectivo.*».

[557] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens: *Caderno de viagem Nº 8*, ms., 10 Agosto 1919 - 6 Janeiro 1922, fl. 69: «*5 de Janeiro de 1922 (Quinta-feira). E recomeça realmente. Cá vou, outra vez. Largada de Lisboa, em 29 de Dezembro de 1921, às 1h30m, no vapor allemão "Wagon", para Teneriffe, Las Palmas e Loanda. (...) Grandes coisas planeadas, e até realizadas, entre a minha ultima chegada a Africa e esta partida. Grandes coisas, grandes, como mais ninguem será capaz de projectar e de realizar. A propria vinda ao caes do C. Guedes mostra bem o prestigio que fiz attingir ao "Fomento Geral de Angola".*».

assim vê os seus direitos alargados aos territórios detidos por aquela[558]. Estava delineado o regime do monopólio de que a Diamang virá a gozar, estatuído numa *Zona Única de Protecção* pelo decreto nº 12148 de 19 de Agosto de 1926[559], ampliada pela Portaria Provincial nº 9549 de 5 de Dezembro de 1956 (Diamang 1968: 3-10, 44-45). A Zona Única findou apenas em meados da década de 1960, por iniciativa do governo de Angola, fruto de uma decisão política contra a qual o vetusto Ernesto de Vilhena se manifestou com veemência na Assembleia Geral dos Accionistas, em 30 de Junho de 1965. Classificou então o acto como «*monstruosidade*», não deixando de usar acutilantes palavras de sarcasmo e continuando a revelar ter plena consciência dos novos tempos, pois «*se tal caso admitisse humorismo, poderia dizer que se tratava de uma manifestação de "Bossa Nova Ultramarina", esta de um Governador-Geral pedir o aumento da produção de diamantes e, ao mesmo tempo, suprimir o sistema que, desde a origem da indústria em Angola, era a maior garantia de que "as pedrinhas", como depreciativamente um governador da Lunda (há pouco retirado) lhes chamava, não eram desviadas do seu verdadeiro destino*» (Diamang 1965: 8).

O Decreto-lei nº 27.898 de 28 de Julho de 1937 consignou um novo contrato a celebrar com a Diamang, lavrado em acto público no dia 31 seguinte[560]. Na vigência plena da Constituição de 1933, o Estado Novo, por delegação do governo presidido por António de Oliveira Salazar, através do Ministro das Colónias Vieira Machado (1898-1972, ministro entre 1936 e 1939), que provinha da direcção do BNU, promoveu um conjunto de alterações aos contratos anteriores, assim como novas disposições que ficaram exaradas nas vinte e três bases anexas ao mencionado diploma legislativo[561].

A concessão é prorrogada por mais 20 anos, para além dos 30 anteriores, e a Companhia mantém a exclusividade da pesquisa e da extracção de diamantes nas áreas delimitadas. A Colónia de Angola verá elevada a participação nos lucros de 40 para 50%, com efeitos a partir do exercício financeiro de 1936. A Diamang abre a Angola um crédito de 250.000 libras esterlinas nos 30 dias após a assinatura do acordo,

[558] Diamang 1955: 59.
[559] Estabelece uma zona única de protecção das explorações de diamantes, delimitada a Norte pela fronteira com o Congo Belga e o paralelo de 7º 17'S, até encontrar o rio Lóvua, a Oeste, este rio, no seu curso para montante, até o actual limite Sul da circunscrição de fronteira do Chitato, este limite até ao rio Chicapa e este rio, para montante, até ao paralelo de 8ºS, a Sul, este paralelo até encontrar o rio Chiumbe, este rio para montante, até ao paralelo de 8º 20'S e este paralelo até ao rio Cassai, a Leste, o curso deste rio.
[560] Diamang 1955: 83-100.
[561] Diamang 1955: 65-82.

podendo esta levantar a importância de uma só vez ou em cinco prestações semestrais de 50.000 libras.

As bases XI e XII do contrato de 1937 constituíram, na prática, a legitimação política para a imperialização da Companhia de Diamantes de Angola. O auxílio do Governo da Colónia previsto nas negociações anteriores irá abranger, a partir deste momento, a contratação de «*indígenas que para ali queiram deslocar-se de regiões agricolamente desfavorecidas*» (Idem: 72). Dado o elevado número de empregados indígenas contratados, a administração é autorizada a diminuir os requisitos documentais e formalidades para tal, mantendo-se obrigada a prestar-lhes assistência médica e hospitalar, «*elevar-lhes o nível moral e de instrução e, duma maneira geral, promover o melhoramento das suas condições materiais e morais*» (Idem), o que significava que a contratualização do trabalho ficava sujeita à missão civilizadora determinada pelo poder político[562].

A base XII permitia à Companhia, nas zonas de exploração e pesquisa, «*o aproveitamento temporário, sem dependência de concessão, dos terrenos não concedidos a terceiros e por ela considerados necessários para estabelecimento de centros administrativos ou mineiros, com construções destinadas a alojamento do pessoal europeu e trabalhadores indígenas, hospitais, escritórios, oficinas, armazéns e outras instalações próprias dos diversos serviços; para aproveitamentos hidroeléctricos; para hortas, pomares e culturas de géneros indígenas utilizados na alimentação dos trabalhadores, e ainda para se ocorrer a outras necessidades dos mesmos centros*.» (Idem: 73).

A contrapartida de Angola ficou contemplada na Base XV, obrigando-se a Diamang a despender na Colónia, por cada três anos, uma importância não inferior a 25% do valor dos diamantes exportados no mesmo período (Idem: 76).

O processo de "nacionalização" da Companhia também é consignado e, daí em diante, sempre que possível, o pessoal europeu de nacionalidade portuguesa deveria constituir não menos de 70% do total dos funcionários em serviço (Base XVII: 77).

[562] A contratualização inseriu os povos indígenas num sistema de «*humanidade reduzida*», segundo expresso por Barbeitos 1997: 311 - «*On peut dire que le colonialisme avait abouti en Angola à un abaissement de l'homme noir auquel n'était parvenu ni le trafic, ni la captivité, Avec cet arrière-plan, malgré leur habillage bienvellant, car ils visaient à perpétuer une humanité réduite à la condition de main-d'oeuvre, dont on voulait qu'elle acceptât docilement sa subordination.».*

O acordado com a Companhia dos Diamantes de Angola enquadrava-se nas linhas gerais de reestruturação financeira e da centralização da economia que caracterizaram a política salazarista na conjuntura sequente à promulgação do Acto Colonial de 1930 e da Constituição de 1933, sendo que nas colónias continuavam a sentir-se os efeitos da grande depressão mundial do início da década de 1930, com o «*império à beira da falência*» (Rosas 1994: 131)[563].

Contudo, apesar da tendência nacionalista e anti-liberal da política económica vigente, a constituição do capital da Diamang escapa-lhe em absoluto, com a anuência tácita do poder central[564]. O «*nacionalismo rígido tanto no desenvolvimento das colónias, como no aproveitamento dos recursos e dos mercados das metrópoles*»[565], defendido pelo Ministro das Colónias João Belo (1878-1928, ministro entre 1926 e 1927) durante a Ditadura, ou a consideração da «*Inutilidade também de excessiva abundância de capitais para o êxito de uma grande obra colonizadora*»[566], defendida por Armindo Monteiro (1896-1955, ministro entre 1931 e 1934[567]), que ocupa a mesma pasta, não diminuíram a importância alcançada pelos monopólios económicos "estrangeirados" no sector mineiro angolano[568]. Os belgas continuaram a estar presentes na economia colonial portuguesa, tal como tinham estado no fim da I República, fosse por representarem um pequeno país sobrevivente aos grandes potentados coloniais ou pela tradicional capacidade de negociações discretas, segundo a interpretação de Clarence-Smith (Clarence-Smith 1985: 2)[569]. No que diz respeito a Angola, a

[563] Clarence-Smith 1985: 1, 3; Lains 1998: 484; Rosas 1994: 131.
[564] Telo 1994: 242.
[565] Belo 1927.
[566] Monteiro 1933: 9. O ministro vai ainda mais longe no reconhecimento da oposição entre os interesses das grandes empresas e dos grandes colonos, para concluir que a média e a pequena colonização teriam maior poder de resistência do que os grandes capitais: «*Constituíram-se em muitos casos grandes acumulações de capital, com fins que se diziam coloniais: no fundo visavam o sustento de certas indústrias europeias ou simples manobras de Bôlsa.*» (Idem: 11).
[567] Sobre Armindo Monteiro cf. Ramos 1988: 53-64; Rosas, Barros e Oliveira 1996.
[568] Fernando Rosas denominou esta anuência tácita do poder central como «*delicada engenharia económico-social*» que o Estado Novo utilizou, dos anos 30 aos anos 50, considerando *«não se poder falar com rigor numa política económica do regime, mas em medidas e intervenções económicas avulsas, aparentemente incoerentes, cujo sentido último era determinado por uma política de valorização absoluta da estabilidade*», com «*o primado indiscutível do político sobre o económico, mesmo quando de economia se trata*». (Rosas 2012: 300 e 303).
[569] Realidade que a visita de Armindo Monteiro à secção da Diamang em Antuérpia não desmente, conforme descrito em "A Viagem Do Sr. Ministro Das Colónias". *Boletim da Agência Geral das Colónias*. Nº 78, Dezembro 1931: 208-329, cf p. 242-24: «*No dia 20, organizou-se um numeroso cortejo que acompanhou o sr. Ministro das Colónias de Portugal e a sua «suite» na sua visita a Antuérpia, sendo-lhes preparada uma recepção pela Companhia de Diamantes de Angola, Forminière e Compagnie Belge Maritime. O primeiro gesto do sr. Dr. Armindo Monteiro ao chegar a Antuérpia foi ir depôr uma coroa de flores nessa impressionante obra de arte que é o Monumento aos Mortos da Grande Guerra,*

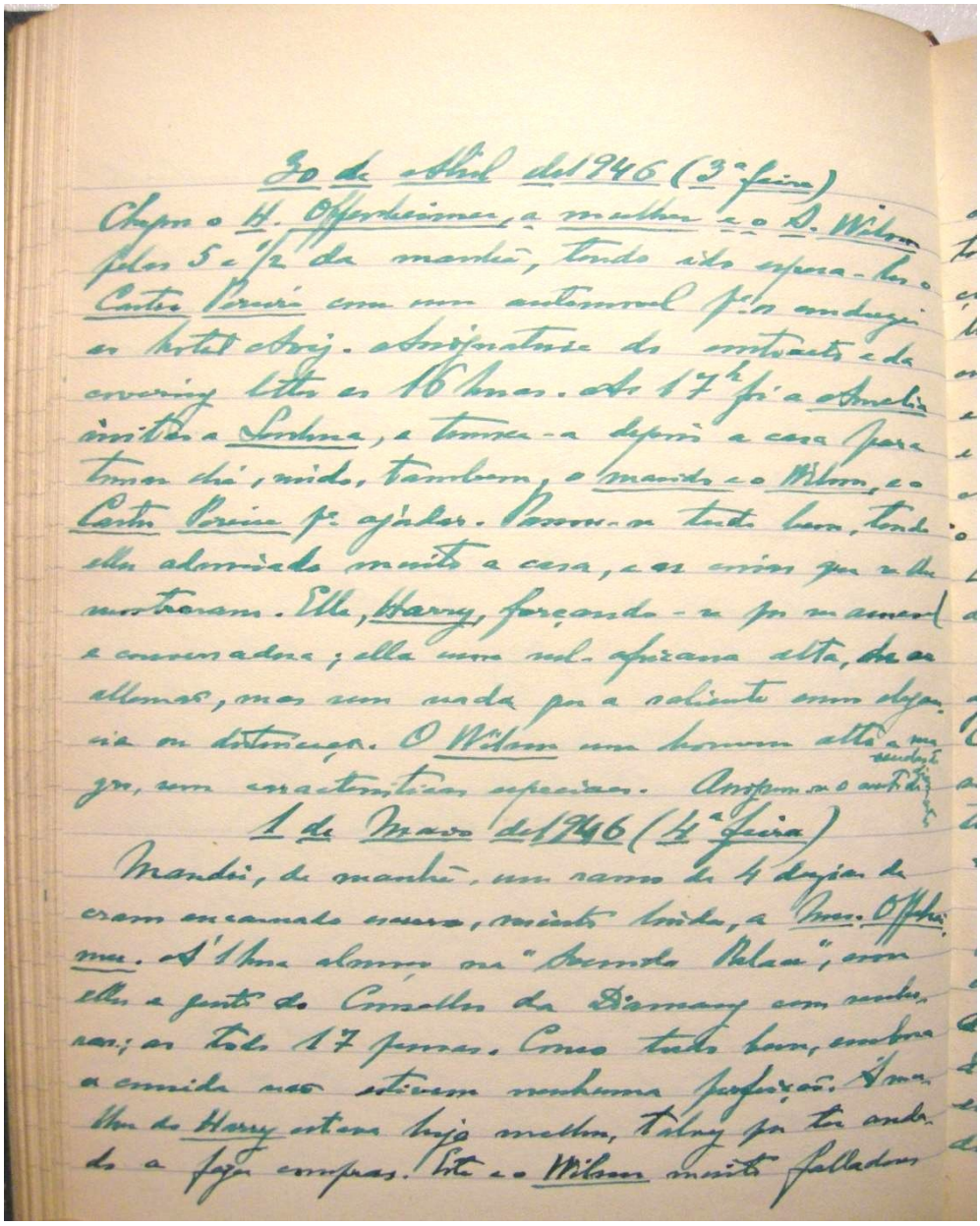
proximidade geográfica e a fronteira com o então Congo Belga favoreciam igualmente a canalização de capital para o investimento na colónia portuguesa. A subsidariedade das empresas garantiu a legalidade da aplicação do sistema, mesmo nos períodos em que o proteccionismo foi apregoado como esteio da sobrevivência económica de Portugal e, por consequência, das colónias, consideradas dentro do mesmo espaço económico nacional e em comunhão absoluta com a metrópole.

No que respeitava à colocação dos diamantes no mercado, as negociações foram empreendidas por Ernesto Vilhena e os acordos selados com o Sindicato de Londres, isto é, com o London Diamond Syndicate, controlado desde 1924 pelos Oppenheimer[570] do grupo De Beers-Anglo American Corporation, juntamente com outras empresas intermediárias agregadas na Central Selling Organisation, em 1930; na Diamond

sendo acompanhado nessa cerimónia também pelo sr. Junes, representando a Administração Comunal e estando presentes os membros da colónia portuguesa tendo à sua frente o sr. Sousa Mendes, cônsul geral de Portugal em Antuérpia. O ministro e a comitiva dirigiram-se depois aos escritórios da Companhia dos Diamantes de Angola, sendo recebidos pelos srs. Van Brée, administrador, Shaler, Dewysoelaere e Eggermont, directores. Numa das salas foram examinados alguns diamantes em bruto provenientes de Angola, e o sr. Major Cayen, em nome da Forminière, evocou a descoberta do diamante no Congo belga e em Angola, descoberta cujo 20º aniversário se festejava, salientando-se os estreitos lações que unem as duas colónias. Visitaram-se a seguir as oficinas de lapidação de diamantes, tendo o sr. Walck mostrado as diferentes operações da indústria.»

[570] Potentado económico fundado por Ernest Oppenheimer (1880-1957), a que sucede o filho Harry Oppenheimer (1908-2000) e o sobrinho Philip Oppenheimer (1911-1995). São muitas as referências anotadas por Ernesto de Vilhena sobre os Oppenheimer, como aquela que reproduzimos aqui colhida na página escrita a verde da sua Agenda de 1946. Transcrevemos, pelo seu carácter de manifestação analítica, a apreciação que envia a Salazar sobre Sir Ernest após o falecimento deste e a preocupação patenteada com a sucessão na De Beers. «*Agradeço, reconhecido, a Vossa Excellencia o seu cartão de 30 do mez passado, que muito me comoveo. Eu tinha em grande apreço Sir Ernest Oppenheimer, pela sua notavel intelligencia, larga visão e tenacidade nos propositos; e em grande estima, tambem, pela maneira simples e modesta da sua vida e as suas preocupações de ordem cultural e philantropica. O seu desaparecimento representa uma perda muito sensível para a manutenção do regímen da industria e comercio de diamantes por elle criado, o qual, com não ser perfeito, concorreo, largamente, para o desenvolvimento e prosperidade de todos os productores n'elle associados. Há quem duvide de que o Filho, Harry Oppenheimer, e successor esteja à altura do Pae. Eu confio em que a suspeita se não confirme; conheço-o e sei que de há muito elle ocupava logar importante na direcção dos avultados e variados interesses do Grupo. Designadamente quanto à futura Sociedade portuguesa de lapidagem, estou certo de que manterá a orientação do Pae; é provável, até, que a ultima carta que recebi de Sir Ernest a tal respeito, e que Vossa Excellencia conhece, só haja sido escrita de acordo com o Filho, tão inesperada terá sido, para todos os interessados n'este negocio, a "novidade" n'ella contida: a franca anuência a que a "Diamond Corporation" apareça como participante em uma Empreza de lapidagem, caso unico na vida do Grupo financeiro. Envio, juntas, a Vossa Excellencia copias: do telegrama que expedi, de condolencias, a Harry Oppenheimer em 26 de Novembro, e dos de 28 e 29, relativos ao nosso convite a que elle sucedesse ao Pae no Conselho de Administração da Diamang e à sua acceitação. A Imprensa ingleza tem-se ocupado largamente do desaparecimento de Sir Ernest, das suas qualidades e da subsistência da obra por elle realizada. Talvez a noticia mais interessante seja a do "The Times" de 26 de Novembro, que peço licença para enviar em anexo. Sem outro assumpto, por agora, sou, de Vossa Execellencia, como sempre, com a maior consideração e respeito, Seu Muito Attento e Grato (a) Ernesto de Vilhena*» (ANTT, CDA, cx.. 1, Dossier 2, fl. 144-149, cópia dactilografada, da carta de 4 de Dezembro de 1957 enviada a Salazar).

Trading Company, em 1934, a qual chegou a absorver 90% da produção mundial de diamantes; e, em 1946, também na Industrial Distributors. Estes canais de distribuição constituíram mais uma adição ao espectro internacionalista da actividade da Diamang e à integração nos monopólios capitalistas da economia mundial. Na gestão das vendas, por seu turno, a Companhia de Diamantes de Angola jogou através da manutenção de fundos de reserva dos diamantes produzidos, disponibilizados no mercado à medida das oscilações da procura, fórmula que serviu de garantia à racional sustentabilidade económica da empresa, até 1975[571].



30 de Abril de 1946 (3ª feira)
Chegou o H. Offenheimer, a mulher e o D. Wilson
pelas 5 e 1/2 da manhã, tendo ido esperá-los o
Carlos Pereira com um automóvel p.ª os conduzir
ao Hotel Avenida. Assinaturas do contrato e da
escritura até as 16 horas. As 17 h. p.ª a Amélia
visitar a Senhora, e tomar-a depois a casa para
tomar chá; vindo, também, o marido e o Wilson, e o
Carlos Pereira p.ª ajudar. Passou-se tudo bem, tendo
ela admirado muito a casa, e as coisas que lhe
mostraram. Ele, Harry, forçando-se por ser amável
e conversador; ela uma mulher esperta alta, de as
olheiras, mas com muita graça e saliente uma elegân-
cia e distinção. O Wilson um homem alto e
gordo, um exactamente especiais. Ambos se acharam
1 de Maio de 1946 (4ª feira)
Mandei, de manhã, um ramo de 4 dúzias de
cravos encarnados muito bonitos, à Mrs. Offen-
heim. A'hora almoço na "Avenida Palace", com
ele e gente da Companhia da Diamang com muito
agrado; ao todo 17 pessoas. Correu tudo bem, embora
a comida não estivesse nenhuma perfeição. A mu-
lher de Harry estava hoje melhor, falou já mais
do que fez compras. Este e o Wilson muito falladores

Figura 66 - *Agenda. De 1 de Janeiro de 1946 a 4 de Maio 1947*, manuscrita, página de 30 de Abril de 1946 © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

[571] O sistema surge descrito em detalhe em Diamang 1959: 27-31.

Um ano após o contrato de 1937, as explorações da Lunda são visitadas oficialmente por Francisco Vieira Machado (1898-1972, Ministro das Colónias entre 1936 e 1943), acompanhado do Governador-Geral de Angola, do Governador da Província da Lunda e suas famílias[572], por ocasião da viagem oficial do Presidente da República Óscar Carmona (1869-1951) a África, em Agosto de 1938. Durante os grandes festejos e nas visitas às minas e infra-estruturas já construídas, Brandão de Melo foi a voz oficial da Companhia. Assegurou aos presentes que a cooperação com o Estado tinha ficado mais sólida com o novo contrato assinado, fruto do «*alto espírito de colaboração da Companhia na obra do ressurgimento de Angola, a que o Estado Novo (...) meteu ombros*.»[573] Vieira Machado respondeu, de ânimo elevado pela visão do «*grandioso*» desfile de 7000 indígenas a gritarem o nome de Portugal perante duas centenas de europeus, e assegurou: «*Na Companhia dos Diamantes estão investidos importantes capitais estrangeiros. Não importa. Pelos seus estatutos é a Companhia uma emprêsa portuguesa, mas mais do que pela fôrça da lei e dos estatutos é portuguesa pelo espírito que a orienta e pela dedicação e entusiasmo de todos que aqui trabalham*.» Comentaria o repórter que o Ministro, «*referindo-se ao contrato que negociara, notou que a sua assinatura assentava numa base de grande confiança. Assim se tornava necessário a uma comunhão dos interêsses e à obra de colonização que a Companhia dos Diamantes tem desenvolvido*». Terminou brindando pelos corpos gerentes, «*em particular pelo seu administrador-delegado, sr. Ernesto de Vilhena, e pelo sr. Brandão de Melo, brinde a que todos os convivas com calor se associaram*».[574]

Compreende-se deste modo, nesta conjuntura específica que tem início na década de 1930, que Ernesto de Vilhena tenha sido convidado para ocupar o cargo de procurador à Câmara Corporativa e que a chamada fosse formalizada pessoalmente pelo Presidente do Conselho, por carta datada de 18 de Novembro de 1938[575], já previamente

[572] "Dedicado À Viagem de Sua Excelência O Senhor Presidente da República À África Acompanhado Por Sua Excelência O Senhor Ministro das Colónias." *Boletim Geral das Colónias.* Ano 14º. Nº 162. Dezembro 1938.
[573] Idem: 540.
[574] Idem: 544.
[575] ANTT, CDA, Cx. 1, Dossier 1, fl. 15-18: «*PRESIDENCIA DO CONSELHO - Gabinete do Presidente - Exmo. Senhor Comandante, O Conselho Corporativo que neste momento se ocupa da organização da futura Camara Corporativa encarrega-me de convidar V. Exa. a aceitar um lugar de procurador. Escusado é acrescentar o empenho que pessoalmente ponho em que V. Exa. aceda a este pedido e se digne de aceitar. Parece-me necessario que pelas Colonias na proxima legislatura se dê um impulso serio a certo numero de problemas pendentes e sobre os quais a Camara Corporativa deverá pronunciar-se. A competencia de V. Exa. indica-o tão naturalmente para se ocupar na Camara desses*

munido de boa informação sobre o visado[576]. Apesar do aliciamento, o compromisso maior do Comandante era, contudo, para com a Diamang, como não deixou de esclarecer na resposta dada a Salazar[577]. Não obstante, a missão é-lhe oficialmente

---

assuntos que mal posso insistir. Uma duvida tenho apenas – é a do estado de saude de V. Exa. Faço votos por que esta o não obrigue a renunciar ao lugar que eu tenho o maior prazer em ver ocupado e servido por V. Exa. Peço a V. Exa. me desculpe a insistencia e me creia com toda a consideração. De V. Exa. Mtº Atº Vor e Ob. (a) Oliveira Salazar

P.S. – Não posso deixar de acrescentar que continuo a aguardar a conclusão do trabalho de V. Exa»

[576] A informação anónima sobre Ernesto Vilhena, entregue a Salazar por «*pessoa amiga e que muito considero mas cujo nome não devo revelar*», elucida a imagem do Comandante no seio dos núcleos duros do Estado Novo, no final da década de 1930: «*O PROBLEMA COLONIAL. Vi com prazer que V. Exa. conferenciou há dias com o Ernesto de Vilhena, e espero que fosse sobre os problemas coloniais. O Vilhena foi ministro das Colónias no tempo dos partidos, mas hoje está inteiramente fora da política e dedica-se exclusivamente ao Banco Burnay e à Companhia dos Diamantes, onde exerce importante acção. Tem a inteligência e cultura do pai (Júlio de Vilhena), mas acrescidas do tino prático e sentido das realidades de que o pai era por completo destituído, pois nunca passou, politicamente, de um "urso" de Coimbra. Desde Bruxelas que me habituei a conversar com o Vilhena sobre colonias e ainda há dias tive uma conversa com ele de três horas acerca de Angola. Queria "folheá-lo" sobre as diversas lérias e logares-comuns que constantemente se ouvem sobre a crise das colonias, dificuldades de transferências, necessidade de capitais para fomento, planos de emigração colonizadora sistemática, riscos de penetração alemã, espectro do separatismo ultimamente evocado pelo sr. Paiva Couceiro, possibilidades mineiras, etc. Sempre o Ernesto Vilhena me respondia, em Bruxelas, com nítida objectividade, sagacidade e bom-senso, e por isso estava mais desejoso de o ouvir agora. Apesar das suas antigas ligações politicas encontrei-o sempre sincero admirador da obra política e económica de V. Exa., embora o mesmo não lhe sucedesse com a generalidade dos titulares das pastas das Colónias. Da nossa conversa de há dias inferi que nada se passa de anormal nem de mais desfavorável e que aquela colónia, sempre pelo meu interlocutor considerada pobre, em contraposição às ilimitadas riquezas que se lhe atribuem, lá vai progredindo com lentidão inevitável e principalmente precisada de que se acuda, nas devidas oportunidades, a este ou àquele produto cuja venda ou cuja cultura exija especiais facilidades, como neste momento o café, o algodão. Julga ainda o Vilhena que a maior tarefa do Estado tem de ser, por enquanto a de averiguar por uma vez quais são, na verdade, as possibilidades do sub-solo angolense, àcerca das quais se tem vivido em regime de ilusão e quimera. Há que gastar o necessário para se estabelecer a carta geológica de Angola como base de quaisquer planos de fomento. E crê ele que, sem cair em exageros, algo se obterá de tal estudo. A colonização sistemática deixa-o aceptico, até porque os famosos planaltos não possuem as condições climatéricas e de fertilidade que por cá se apregoam. Tambem sobre o futuro da via férrea do Lobito lhe ouvi apreciações menos cor de rosa do que muita gente imagina ou afirma. A organização da Companhia dos Diamantes parece modelar e os seus resultados estão à vista: de ali provem a maior receita da Provincia. O que atraz fica são simples apontamentos sumários, mas estou certo que que [sic] V. E. não encontrará aqui muitos consultores e informadores mais úteis sobre as nossas colónias da África ocidental.*» (ANTT, CDA, Cx. 1, Dossier 1, Lisboa, 24 de Janeiro 1938, fl. 2-3).

[577] «*A carta que V. Exa. se dignou dirigir-me, em 18 de Novembro último, para minha casa, só por mim foi recebida, em Bruxellas, onde me encontrava, em 21, e eu imediatamente não respondi a V. Exa. é porque, devendo retirar para Lisboa em 23, me reservava para expôr, de viva voz, a V. Exa., os fortes motivos que me levaram a pedir escusa do convite que V. Exa., tão amavel e penhorantemente, me dirigia para fazer parte da Camara Corporativa. Se eu não considerasse quasi um crime o ser menos verdadeiro nas minhas relações com V. Exa. eu poderia recorrer á razão de incomodos de saude, a que V. Exa. faz referencia, para motivar a minha escusa. Não a isso recorri, porem, por que, embora não disponha já da resistencia de outros tempos, e me tenha encontrado, na primavera passada, á beira de um quase esgotamento mesmo, cansado pelo excesso de trabalho e preocupações de serviço, sinto-me quasi refeito, e tenho podido continuar, como até então, a fazer face a todo o trabalho exigido pelas sociedades de cujo governo sou o principal responsavel. Não é essa, pois, a razão determinante da escusa que apresento, mas sim a falta absoluta de tempo para desempenhar, cabalmente, as novas funções que V. Exa. desejaria confiar-me. Tenho por norma da minha vida entregar-me, intensa e dedicadamente, ás ocupações que acatei, e estou convencido de que não poderia proceder da mesma forma em relação ás de membro da Camara Corporativa. Não desejaria tomar tempo a V. Exa., entrando em pormenores*

confiada, vindo a ser nomeado como Procurador à Câmara Corporativa na II Legislatura do Estado Novo (DG 23 de Novembro 1938), integrado no Agrupamento da Administração Pública e, por Despacho do Presidente, na Secção de Economia e Política Coloniais[578]. Nunca chegou a desempenhar o cargo, como se depreende da informação enviada em Janeiro de 1940 aos serviços da Assembleia Nacional. Embora o seu pedido de escusa não tenha sido atendido, mas não havendo sido substituído, solicita que os seus dados biográficos fossem retirados dos Anais da Câmara (Carvalho 2005: 771).

Após o fim da segunda Grande Guerra de 1939-1945, as profundas alterações na economia mundial justificam a celebração de um novo contrato entre Angola e a Diamang. Este foi legalmente fixado pelo Decreto-Lei nº 35.668 de 28 de Maio de 1946[579], no ano XX da Revolução Nacional, e celebrado em acto notarial público a 25 de Junho, na presença de Marcelo Caetano (1906-1980), Ministro das Colónias[580], em representação do Governo e da Colónia de Angola, e de Ernesto de Vilhena em representação da Diamang[581]. Não se verificando mudanças nos preceitos do contratado nos documentos anteriores, o fundamento deste será a abertura pela Companhia dos

---

sobre o peso do trabalho que suporto; direi, apenas, que há cerca de 20 annos, desde que deixei o serviço publico, que desempenhei durante outros 22, e com a unica excepção de outros periodos de ferias, a minha vida consta em vir para o escriptorio de manhã, almoçar, cerca das 3h. da tarde, aqui mesmo, em um quarto de mesa, e estou ainda, perto das 8h. a arranjar correspondencia, para depois trabalhar, novamente, em casa, até muito tarde. Parecerá exagero o que digo, porque muitos dos que dirigem empresas se não julgam obrigados a tanto, mas a verdade é que, em nosso paiz onde não ha, nem collaboradores nem continuadores, e onde uma grande parte das empresas coloniaes, digo particulares, designadamente as coloniaes, lutam com difficuldades de toda a especie, só por aquele processo foi possivel, entre outros resultados, fazer da Companhia de Diamantes o que ella hoje é no quadro da economia angolana, e mante-la no caminho do incessante progresso e aperfeiçoamento, que ao Estado tanto interessa. Desculpe-me V. Exa. este desabafo, em que eu, talvez, um tanto doentio, mas elle era indispensavel para bem explicar a V. Exa. que só a incompatibilidade de assumir outros encargos e responsabilidades, permanentes, a mais d'aquellas que já suporto, me levam a declinar o convite de V. Exa. Mas creia V. Exa., tambem, que lhe estou muito reconhecido, e que nunca esquecerei o que elle representa de attenção pessoal e de imerecido apreço para comigo. (...)» (ANTT, AOS/CP-280, Pasta 7280.18, fl. 389-393 e ANTT, CDA, Cx. 1, Dossier 1, cópia dactilografada).

[578] *Diário das Sessões da Câmara Corporativa*. Nº 5. Suplemento, 2 de Dezembro 1938.

[579] Diamang 1955: 133-136.

[580] Em carta do chefe de gabinete do Ministro das Colónias, José Maria Ribeiro da Silva, datada de 8 de Fevereiro de 1946, é perguntado ao Conselho de Administração da Diamang se deseja associar-se às negociações do empréstimo a Angola para realização do plano do Fundo de Fomento (ANTT, AMC, Cx. 8, Diamang - Gabinete do Ministro, Correspondência com o Administrador-Delegado em Lisboa, nº 1). Em carta de 12 de Março de 1936, Ernesto de Vilhena responde directamente ao Ministro sobre a questão colocada: «*4) Peço licença para, francamente, dizer ao Senhor Ministro que a Companhia nenhum interesse tem, de ordem material, em fazer à Colónia o empréstimo desejado por Sua Excelência, e se tão rapidamente se poz à sua disposição para esse efeito, é porque está na sua tradição e considera do seu dever, o colaborar com os responsáveis pelo desenvolvimento de Angola, em tudo quanto possa ser útil à Colónia.*» (Idem, Ibidem, nº 3, fl. 1 2 fl. 2).

[581] Diamang 1955: 137-140.

Diamantes de Angola de um crédito no valor de um milhão de escudos a favor da colónia, justificado pela necessidade de aumento das receitas do fundo de fomento. Em compensação, na Base IV, vão ficar reconhecidos os «*sistemas especiais de trabalho*» adoptados pela Companhia, «*enquanto proporcionarem ao pessoal ao seu serviço vantagens de ordem material e moral que em conjunto se mostrem superiores às mínimas que resultem do regime comum*.» (Idem: 136). Marcelo Caetano, que ocupou a pasta das Colónias entre Setembro de 1944 e Fevereiro de 1947, tinha-se deslocado pessoalmente à Lunda no ano anterior à conclusão do contrato[582]. Ali, no jantar oferecido pela administração da Diamang em África, em 11 de Julho de 1945, apresentara o seu juízo sobre a companhia e sobre o que lhe tinha sido mostrado. Excedidas as expectativas, considera-a como o exemplo positivo dentro da geral desumanidade da acção capitalista, o que o leva a exortar para que «*Continue a Companhia dos Diamantes de Angola a dar, no meio, por enquanto tão egoísta, da vida económica portuguesa, este admirável exemplo de patriotismo e de solidariedade humana.»* (Caetano 1946: 23). Nas suas memórias, publicadas em 1977, nota que «*Era importante ver com os meus olhos como estavam montados os serviços, como eram tratados os trabalhadores. O Administrador – delegado em Lisboa, o velho Comandante Ernesto de Vilhena, antigo Ministro de Afonso Costa – insistira comigo para que fosse visitar a zona mineira: e fui.»* (Caetano 1977: 208).

À distância de muitos anos, no exílio brasileiro, na memória retomada averba os paradoxos da perspectiva fixada nos anos 40, seguidos do presságio triste do fim da empresa colonial: «*A partir dos limites da área da Diamang eram melhores as estradas (embora sempre de terra batida), mais aprimoradas as obras de arte que as serviam, mais disciplinada a Natureza. E ao chegarmos à primeira povoação da Companhia colhia-nos de surpresa o deslumbramento: cuidadosamente planeada, nas ruas bem pavimentadas havia lindas casas com fachadas de tijolo à vista rodeadas de jardins; os bairros dos trabalhadores estavam igualmente ordenados e alinhados; e a visita mais acrescentava a admiração, ao encontrar os hospitais magníficos, os clubes, os campos de esporte, as igrejas, o museu, os grandes armazéns abastecidos de tudo… sem esquecer nunca a comodidade dos nativos, embora de harmonia com os seus gostos e*

[582] "No Dundo". In *Boletim Geral das Colónias Dedicado à Viagem de S. Exa. O Ministro Das Colónias a África, em 1945*. Ano XXII, IIª série. Nº 247, Julho 1946: 187.

dentro do seu habitat. *Eram meia dúzia, ou mais, essas povoações dentro do couto mineiro, todas primorosas. Mas passei por uma ou duas em ruínas: aquela zona deixara de ter interesse para a exploração e fora abandonada, pelo que, a partir dai, as casas ficavam entregues à rápida destruição pelo tempo e pela Natureza. Apercebi-me então, com melancolia, que aquele centro supercivilizado era como uma linda mulher roída secretamente por um cancro. Servindo apenas em função da extracção de diamantes para albergar empregados, sem possibilidades de enraizamento das pessoas, no dia em que a riqueza mineira se esgotasse, com toda a probabilidade as povoações desapareceriam também. Não me pareceu, aliás, que os empregados ali alojados com tanta comodidade, bem remunerados e bem tratados, fossem felizes. Afastados do resto do mundo, formando uma comunidade fechada onde todos se viam todos os dias, sujeitos à estrita disciplina exigida pela defesa contra o contrabando e também contra a neurastenia (mais grave nessa região de constantes nuvens baixas e frequentes trovoadas) os brancos tinham um ar melancólico. Não os pretos. Esses, na maior parte pertencentes às tribos dos quiocos e dos balubas, aldeados aos milhares, estavam no seu meio e entre si continuavam a praticar os seus hábitos, dançando os seus batuques ao som dos tam-tans que pela calada da noite repercutia interminavelmente na quente e densa atmosfera sertaneja. As recordações mais vivas que me ficaram dos dias passados no Dundo foram o primor do arranjo e da limpeza dos lugares, a ordem e a disciplina no trabalho, o peso do ambiente e o tormento da poeira. À chegada fui tomar banho de tina, ensaboei-me, esfreguei-me bem, e a água ficou vermelha como se fosse tinta de sangue. Ao limpar-me, a toalha encheu-se de manchas encarnadas. Tornei a encher a tina, meti-me outra vez na água, ensaboei-me novamente para tirar o resto do pó rubro entranhado nos poros: e ainda o banho ficou vermelho e ainda a toalha vermelha ficou… Desesperado, meti-me debaixo do chuveiro… Não havia nada a fazer!»* (Idem: 209-210).

Em 1954, O Decreto-Lei nº 39920 de 22 de Novembro, promulgado pelo Ministro do Ultramar Sarmento Rodrigues (1899-1979), fez nova revisão dos contratos anteriores. O acordo foi selado em definitivo no acto notarial datado de 10 de Fevereiro de 1955[583]. O capital social da Diamang aumentou para 294 milhões e cem mil escudos, correspondente à subida do valor nominal das acções e a uma nova emissão de 100 000

[583] Diamang 1955: 141-150; 151-162.

títulos a entregar à Província Ultramarina. Pelo presente volta a ser concedido mais um empréstimo, para além de serem reguladas as fórmulas de cálculo das obrigações financeiras da Diamang para com Angola, determinadas pelos acordos antecedentes.

Um novo empréstimo da Diamang a Angola será ainda negociado em 1963, calculado em 150 milhões de escudos, reembolsáveis num período de vinte anos (Diamang 1963: 103).

Seguindo a simples cronologia institucional, o nome de Ernesto de Vilhena surge algumas vezes, na qualidade de administrador-delegado da Companhia de Diamantes de Angola e, por esse motivo, seu representante legal. As menções fugazes nos diplomas legais contrastam, no entanto, com o verdadeiro trabalho de bastidores, de gestão e de negociação, desenvolvido em todos os acontecimentos descritos. Podemos mesmo afirmar que o processo de associação de Vilhena com a Diamang, até à personificação, resulta e depende do empenhamento do próprio Comandante no crescimento, no avanço no terreno, no poder e no paulatino aumento da representação portuguesa nos capitais e na gestão da Companhia dos Diamantes. Exerce a ciência colonial tal como a concebera.

No arranque da empresa, a promoção do fomento e a criação de infra-estruturas pela administração colonial portuguesa em Angola coincidiu com os interesses da Diamang, que apresentou muito rapidamente resultados líquidos impressionantes: no final da década de 1920, passou do capital inicial de 20.000 para 2.000.000 de libras esterlinas, e as vendas subiram, de c. 4100 até aos 312000 quilates[584], o que auspiciava um futuro risonho aos concessionários e lhes garantia francas perspectivas de engrandecimento.

A mudança de regime após o golpe militar de 1926 e a constituição do Estado Novo, embora tenha introduzido diferenças no estatuto político do território relativamente ao passado, em termos económicos não travou o crescimento capitalista da Companhia, que compreendia tanto o seu carácter monopolista, como a captação e a manutenção pela autoridade da força de trabalho local (*shibalo*[585]), através do aproveitamento das alterações jurídicas dos estatutos sociopolíticos dos povos indígenas, resultantes da aplicação sucessiva do Estatuto Político, Social e Criminal dos

[584] Castro 1929: 49.
[585] Cleveland 2008.

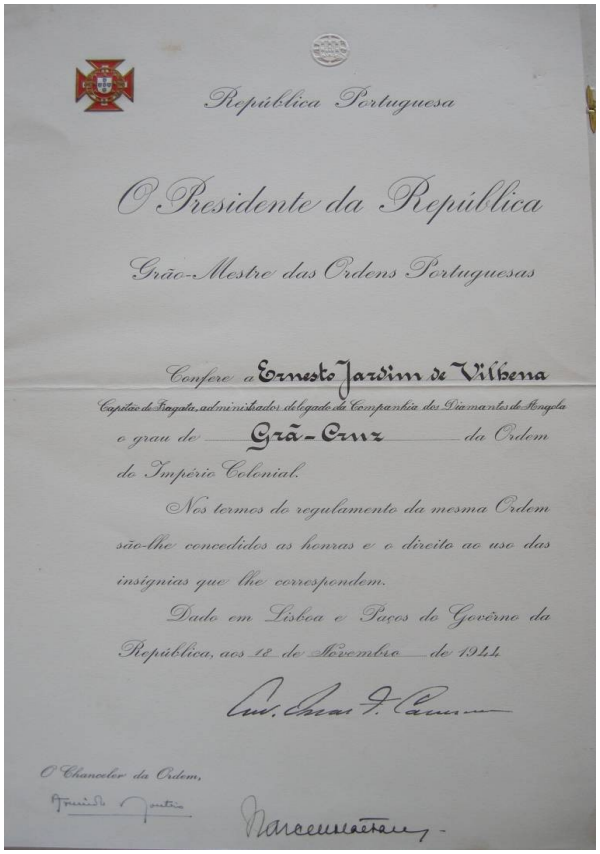
Indígenas de Angola e Moçambique de 1926, do Código do Trabalho dos Indígenas de 1928, do Acto Colonial de 1930, da Constituição de 1933[586], da Carta Orgânica do Império Colonial Português e Reforma Administrativa Ultramarina, também de 1933, como, mais tarde, do Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique de 1954. No terreno, beneficiou da estreita colaboração das estruturas da administração colonial, que não só participaram nos sistemas de recrutamento do pessoal, como garantiram o *status quo* da Zona Única de Protecção.

Na vigência do Estado Novo é notório, porém, um modo de actuação de Ernesto de Vilhena que pode considerar-se divergente do praticado durante a I República. No sucesso da «*empresa de colonização*» (Vilhena *in* Diamang 1959: 104), que contribuía para o bem da nação, espiritual e territorialmente una conforme entendeu ideologicamente o regime[587] e Vilhena não discutiu em público, está consolidada a ideia da construção de um império próprio da instituição económica, estruturado e superiormente orientado, capaz de afirmar-se no mundo pelo crédito dos seus resultados operacionais, isto é, pelos lucros que competem, sem concorrência, com o restante sistema económico colonial[588]. Em carta a Salazar não hesita em transmitir esta ideia, quando «*Sem vaidade podemos afirmar que conseguimos criar, dentro d'aquella classe de emprehendimentos* [organizações capitalistas] *e, designadamente, no campo ultramarino, um "caso novo", cuja originalidade e grandeza muita gente não comprehende, porque excedem a sua capacidade de comprehensão*»[589].

Não são de estranhar, pelo exposto, quer o vínculo estabelecido por Ernesto de Vilhena com o novo regime que pôs fim ao caos partidário e parlamentar da I República, quer o encanto com a nova ordem nacional, apesar de todas as solidariedades republicanas que continua a manter pessoalmente activas. O que estava em causa eram as colónias e neste terreno havia convergência ideológica total. Todavia, há que

[586] O artigo 146ª manteve no seu enunciado a legalidade do trabalho forçado colonial.
[587] Sousa 2008.
[588] Ernesto de Vilhena completa, deste modo, a construção da sua personagem de empresário, segundo um modelo que Maria Eugénia Mata identificou para Henry Burnay: «*Businessmen are usually very careful about preserving good political relations with all political parties and governments, whatever their leanings may be. This is a first rule. Another very important rule is to keep the political arena at an arm's lenght, but keep friendly but independent, at the same time. As Thimoty Alborn puts it: "Companies (...) have always existed to an important extent as political institutions themselves, with some degree of accountability (...), sharing the modern state's basic need of maintaining a semblance of legitimacy to survive".»* (Mata 2004: 16-17).
[589] Carta de Ernesto de Vilhena para Oliveira Salazar, datada de Lisboa 26 de Março de 1952, ANTT, CDA, cx. 1, Dossier 1, fl. 28-29.

reconhecer a habilidade inteligente com que o Comandante lida com o sistema salazarista, isto é, com o poder governativo e o aparelho de Estado, com o seu chefe Salazar colocado acima de todos pela quantidade e qualidade das decisões nele centralizadas (Pinto 2000-2001: 2), e com o mundo financeiro nacional e ultramarino, que lhe são necessários para executar o programa "empresarial total" concebido cientificamente.



República Portuguesa

O Presidente da República

Grão-Mestre das Ordens Portuguesas

Confere a Ernesto Jardim de Vilhena

Capitão de Fragata, administrador delegado da Companhia dos Diamantes de Angola

o grau de Grã-Cruz da Ordem

de Império Colonial.

Nos termos do regulamento da mesma Ordem são-lhe concedidos as honras e o direito ao uso das insignias que lhe correspondem.

Dado em Lisboa e Paços do Governo da República, aos 12 de Novembro de 1944

O Chanceler da Ordem,

Figura 67 - Diploma da Grã-Cruz da Ordem do Império Colonial © Herdeiros do Comandante Ernesto de Vilhena

A atribuição, em 27 de Novembro de 1944, da Grã-Cruz da Grande Ordem do Império, por ocasião da passagem dos 25 anos de serviço na qualidade de administrador delegado da Diamang, é consequência, e desde logo a sanciona politicamente, da peculiar situação pessoal do Comandante face ao poder instituído.

Contudo, as anotações datadas de Outubro e Novembro desse ano que arquivou nos cadernos pessoais, entretanto transformados em registos diários nas *Agendas de Gabinete*[590], são bem esclarecedoras da sagacidade com que se move perante diferentes

[590] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda Gabinete 1944*, ms.: «*24 de Outubro de 1944 (3ª feira) - O Dr. Simões Neves tem tido varias conversas com o S*[erra]*. Guedes sobre o caso da Gran-cruz. Diz elle que fallou ao Dr. Salazar, e que este concordou logo: que achava muito bem; que não poderia ser senão uma gran-cruz; que se, por qualquer razão de ordem juridica não poder ser a do*

actores, eivadas de um paternalismo complacente em que também se mescla a sobranceria assegurada pela auto-consciência da grandeza do trabalho desenvolvido de há décadas a essa parte[591]. Até ao fim da sua actividade profissional encontrá-lo-emos tanto a cumprimentar Salazar[592], como a enunciar perspicazes análises sobre a personalidade do Presidente do Conselho[593], sem que a atitude seja de oposição política ao regime, como faz saber em ocasiões críticas[594], porque a admiração pela obra de

---

Imperio, seria outra; que sentira que eu lhe tivesse mandado dizer que os medicos me impunham moderação no trabalho, porque pensava incumbir-me mais altas funcções. Dissera-lhe o S. N. que eu preparei uma Nota em sentido de manter em Lisbôa a concentração de serviços estabelecidos durante a guerra que o S. comentaria que só por isso eu merecia uma gran-cruz. Hoje, perguntou-me o S. Guedes se não seria interessante que o pessoal se associasse à projectada manifestação, ao que eu respondi que o não desejava, porque como me deixara ao acto para proceder em relação a elle, como entendesse. O S. Guedes tem tomado muito a peito, todo este caso. Mais de uma vez lhe tenho dito que sou avesso a manifestações d'esta especie e que, se aceito esta, é porque ella se reflecte no publico, a favor da Companhia, que é o que me interessa. 30 de Outubro de 1944 (Segunda-feira) O caso da condecoração continua a ser conduzido pelo S. Neves, com grande desejo de chegar a bom resultado tem a decidida vontade do Ministro das Colonias e fallando com o Salazar, conta que este lhe disse que eu merecia mais a Grã-Cruz do Imperio do que elle que apenas publicara o Acto Colonial. Contraria-o o facto de terem sido nomeados, pelo proprio Dr. M. Caetano, para o Conselho da Ordem, o Armindo, o Machado e o Magalhães Correia. 18 de Novembro de 1944 (Sábado) (...) Pelas 9h 30m fallou, pelo telefone o Dr Marcello Caetano, para me dizer que o sr. Presidente da Republica, reunido com o Conselho da Ordem, resolveu condecorar-me com o grau de Gran cruz da Ordem do Imperio Colonial, comunicando-se, assim, à manifestação do Conselho por ocasião de eu completar 25 anos como administrador-delegado da C[a] de Diamantes. Que tinha muito prazer em m'o comunicar, porque, de facto, a minha vida colonial era uma carreira brilhante. Agradeci nos termos que me pareceram mais proprios. Que cara faria o Machado quando teve de apreciar a proposta? E que cara farão muitos adventicios coloniais, como Fontoura, Cayolla e outros que nada valem, e teem adquirido fama e medrado dentro do Estado Novo?».

[591] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda Gabinete 1945*, ms.: «*17 de Janeiro de 1945 (4[a] feira) (...) Fui a S. Bento fallar ao secretario do Salazar, para lhe dizer que communicasse a este a minha visita de agradecimento pela parte que tomara na atribuição da grã-cruz. E deixei-lhe uma collecção de documentos que serviram de justificação ao pedido do Conselho ao Ministro das Colonias.*»

[592] As referências constantes no espólio pessoal e no espólio institucional são inúmeras, mas citamos como exemplo a registada a 27 de Abril de 1948, uma terça feira: «*De manhã, fui ao edificio da Assembleia Nacional inscrever-me nas listas, pelos 20 anos de governo do Salazar*». Cf. Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda. De 5 de Maio de 1947 a 16 de Julho de 1948*, ms.

[593] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., 17 de Julho 1948-17 de Fevereiro 1949: «*3 de Novembro de 1948 (4[a] feira) (...) Nas conversas passadas, com o Simões Neves, falla-se muito do Salazar, da sua attitude esfrigina n'este caso, e das suas qualidades e defeitos. Digo-lhe eu que não chego a comprehender, como é que um chefe de governo, possa governar e administrar um paiz, que não conhece, porque, digam o que disserem, elle conhece menos esse paiz e os homens que o povoam do que qualquer de nós. O isolamento a que se vota, o horror a tomar contacto com o mundo, em geral, não podem deixar de falsear a sua maneira de vêr, e de apreciar as coisas e as pessoas. Elle comanda; que sempre foi assim, etc.».*

[594] Na sequência das eleições presidenciais de 1949 em que Norton de Matos concorre contra Óscar Carmona, o capítulo II do *Relatório Mensal dos Administradores por Parte do Govêrno na Companhia de Diamantes de Angola (Fevereiro de 1949)*, intitulado "A Eleição Presidencial na Lunda" (pp. 3-4), dá conta da manifesta adesão de Vilhena ao regime, através do ordenado à Diamang: «*Realizou-se no dia 13 do corrente o acto eleitoral para eleição do Presidente da República. Durante a campanha eleitoral, em que houve dois candidatos, foram-se tornando cada vez mais claros os objectivos das forças em oposição. Tornou-se evidente, a certa altura, que a luta não era infelizmente entre os dois candidatos, mas entre duas doutrinas opostas. De um lado, a infiltração comunista e do outro a defesa da actual civilização, cristã e ocidental como claramente definiu o discurso do Sr. Presidente do Conselho, pronunciado no Porto em 7 de Janeiro. É notório que a Companhia de Diamantes tem sido sempre*

ressurgimento nacional será permanente, fabricada sobre o substrato ideológico da defesa do império colonial português.

O programa do colonialismo científico, concebido e maturado por Ernesto de Vilhena desde o início da sua experiência africana, veio, portanto, a ser aplicado em todas as suas linhas no território da Lunda e nas áreas concessionadas à exploração de diamantes. Se o quisermos sintetizar em breves palavras, tratou-se de edificar, nacionalizar e consolidar uma empresa capitalista que se transformou no veículo colonizador, como metaforicamente se interpreta da nota do Comandante ao chegar ao Dundo, a 20 de Setembro de 1941, que «*A entrada da concessão está marcada com uma placa com a designação "Cantão Dundo", e logo se nota a differença de regimen, porque a estrada passa a ser boa, definitivamente*»[595], diferença que todos os relatos dos visitantes irão salientar ao longo do tempo.

Pelo poder adquirido e sancionado quer pelas instituições político-administrativas ultramarinas, quer pelas centrais portuguesas, pela riqueza efectivamente obtida e distribuída pelos seus accionistas, a empresa conseguiu auto-determinar-se e transformar-se num corpo económico autónomo[596].

A Diamang foi construída como um microcosmos, onde a produção de diamantes devia servir de força motriz ao processo «*civilizador*», como vimos atrás. O plano global de gestão foi aplicado ao homem desde a subsistência[597], passando pela

---

solícita em colaborar com o Estado, seu associado, na defeza e resolução de importantes problemas nacionais. Por esta razão especial, e posta a questão eleitoral nos termos acima enunciados, à Companhia de Diamantes, que é uma entidade de ordem, amante da paz e tranquilidade da Nação, não podia nem devia ser indiferente o que se estava passando. Tendo chegado ao seu conhecimento que havia quem suspeitasse de que alguns dos seus empregados não apoiariam a candidatura da União Nacional e possivelmente votariam na da oposição, a Companhia não hesitou, por intermédio do seu Administrador-Delegado - Comandante Ernesto de Vilhena, em chamar a atenção do Director Geral da Lunda e do seu Representante em Luanda, para que estes o transmitissem aos seus subordinados, para o que ela entendia - e entendia bem - ser do interêsse da Nação, da própria Companhia e consequentemente dos seus empregados. (Vejam-se cópias dos telegramas em anexo). Se porventura entre o seu pessoal existiu quem mostrasse tendências contrárias à eleição do Sr. Marechal Carmona, essas atitudes desvaneceram-se e o mesmo candidato obteve a seguinte votação: 90%.» (ANTT, AOS/CO-UL-84A, fl. 62-81: 66-67).

[595] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens: *Caderno de viagem Nº 15*, ms., 26 de Dezembro 1929-13 Outubro 1941: «*20 de Setembro de 1941*.»

[596] Identificado institucionalmente pela Companhia: «*A existência, em Angola, de uma companhia de exploração mineira com as atribuições da Diamang, o volume do seu capital e a massa dos seus trabalhadores, constitui um forte motivo para, facilmente, justificar as razões da formação de uma economia própria que dela vive e por ela se desenvolve*.» (Diamang 1963: 109).

[597] A necessidade de providenciar alimento aos trabalhadores e funcionários da Diamang em Angola esteve na origem da criação de uma companhia subsidiária, logo em 1923, denominada CAPA. A criação de bovinos destinados quer à alimentação, quer ao transporte pesado, trouxe consigo a contratação de médicos veterinários privativos da Companhia de Diamantes de Angola, cf. Matos 2005: 215-216.

saúde[598] e condições sanitárias, pela educação literária, pela educação física, pela educação moral, pelo entretenimento, pela urbanização «*do estilo nacional-como-racional*»[599], pela reflorestação[600], pela valorização através do conhecimento do *ethos* e do território indígenas, pelo registo permanente dos factos para a memória da Companhia, pela fundação de um Museu[601] «*vivo*»[602] (em cuja organização, Vilhena se mostra ciente dos «*ensinamentos da moderna museografia*»[603]), pelo exercício das ciências positivas, puras ou técnicas, quer nas práticas da exploração diamantífera, quer no estudo da geologia, da zoologia, da botânica, da paleontologia, da etnografia, da história ou da medicina. Ordenou-se a Lunda e em simultâneo foi criado um «*monopólio da representação para o exterior*» (Porto 2002: 32), através de métodos de comunicação dos saberes institucionais da empresa (primeiro através da *Secção de Representação* e depois dos *Serviços Culturais da Diamang*), de operações de propaganda, da chamada ao Dundo da nata dos cientistas mundiais[604] e dos convites à

[598] Porto 2001; Varanda 2004.

[599] ANTT, AOS/CO-UL-84A: fls. 116-129, *Relatório Mensal dos Administradores por Parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola (Maio de 1949)*, p. 12: fl. 128.

[600] Diamang 1963: 81-82; Varanda 2007.

[601] Nuno Porto estudou o Museu da Diamang, fundado na Lunda nos finais da década de 1930, «enquanto ícone da colonização da Lunda», que «ostenta (no sentido etimológico da palavra) uma civilidade colonial baseada na ordenação disciplinar do universo sob ocupação, ordenação essa que inclui, sugerindo posições relativas, os diferentes agentes em presença» (Porto 2002: 3). A série de apontamentos de Ernesto de Vilhena nos seus "Diários" corrobora a perspectiva do autor, informando sobre a intervenção directa do Comandante em todos os pormenores da organização, confirmada nos trechos que transcrevemos aqui. Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens: *Caderno de viagem Nº 15*, ms., 26 Dezembro 1929 - 13 Outubro 1941: «*28 de Setembro de 1941 (Domingo) (...) Visita ao "Museu". Ainda antes do jantar, visito o Museo do Dundo, que é já uma muito notavel collecção de objectos dizendo respeito à etnografia indigena, e que espécie raras [sic]. Alguns objectos prehistoricos. Os que certo doutor belga tinha reunido n'esta casa. Não lhe foram entregues, e ainda aqui estão. (...) Ainda em relação ao Museu, que já está apertado, resolvido estudar um projecto de edificio adequado e mais vasto, aproveitando-se a casa actual para Cantina*.». Idem. *Caderno de viagem Nº 18*, ms., 14 Junho 1942 - 11 Julho 1942; 18 Novembro 1943 -27 Fevereiro 1944: «*3 de Janeiro de 1944 (2ª feira) - (...) Vejo, tambem, um projecto de novo edificio para Museu. O actual Museo ficará para Bibliotheca.*». Ibidem. *Caderno de viagem Nº 19*, ms., 28 Fevereiro 1944 - 9 Maio 1944: «*15 de Março de 1944 (4ª feira) (...) Continuo, depois, o exame do Museu com o Redinha. Recomendo-lhe que faça acompanhar as reproducções de desenhos muraes, e falo-lhe das "arvores e anima-las", entre as quaes aquellas de que lhe mandei nota.*». Idem. *Diário*, ms., 7 de Julho 1949 - 10 Fevereiro 1950: «*4 de Outubro de 1949 (3ª feira) - Veio o Dr. Dias de Carvalho, o nosso amigo dos Serviços Aduaneiros, trazer-me uma reprodução ampliada, em grande, de uma fotografia do Avô [Henrique de Carvalho], o General, que elle destina ao Museo do Dundo, e uma outra mais pequena, que seria para a Sede. A reprodução grande está, realmente, imponente, e conviria obter outra egual para a sala do Conselho, porque a mais pequena não tem dimensão sufficiente. A difficuldade está em consegui-la sem que o meu amigo gaste dinheiro.*».

[602] Diamang 1963: 14.

[603] Carta de Ernesto de Vilhena para J. Tavares Paulo, Director Geral da Diamang na Lunda, datada de 14 de Abril de 1956 sobre a recepção de Marie-Louise Bastin na Lunda, publicada por Porto 2002: 481.

[604] Entre outros, segundo os dados fornecidos por Porto (2002 e 2010), destaca-se a presença continuada de J. Janmart, L. S. B. Leakey (Janeiro 1948), Abbée Henri Breuil (1948 e 1954), Olga Boone (1949), E. Polinard (1949), John Gossweiler, A. de Barros Machado (1948-1950), Albert Maesen (1954), Franz

investigação (sistematicamente dada à estampa através das Publicações Culturais da Companhia de Diamantes de Angola), para além do extenso rol de visitas de Estado, que deram a conhecer o centro modelar de colonização, bem como a manutenção de uma rede de contactos e trocas com instituições científicas, nacionais e internacionais.

Figura 68 - Museu do Dundo (in. 1946), Lunda, Angola, conjunto de fotografias enviadas em 21 de Novembro de 1963 por Júlio de Vilhena a João Couto para integrarem o Arquivo Museológico © Arquivo MNAA

Figura 69 - Museu do Dundo, Sala de Honra, conjunto de fotografias enviadas em 21 de Novembro de 1963 por Júlio de Vilhena a João Couto para integrarem o Arquivo Museológico © Arquivo MNAA

Olbrechts (1955), Marie Louise Bastin (1956), Jorge Dias (1956), Desmond Clark (1959), René Pélissier (1967).

Nuno Porto chamou a atenção para a divergência de fundo entre os mecanismos de «*imaginação do Império*» metropolitanos na sedimentação do projecto colonial do Estado Novo e a realidade da Diamang, que é importante retomar aqui como sintoma da ideologia de Vilhena, transvertida noutros universos de experiências de resgate da memória. Segundo o autor constatou, «*na metrópole, fazem-se exposições de massas, materializando contextos de formulação de uma identidade gloriosa cujo modelo assentava no passado (remoto) dos Descobrimentos. No Dundo, começa a construir-se um Museu sob o objectivo principal de resgatar uma 'cultura nativa' que a colonização estaria a aniquilar*.» (Idem: 15).

Se o paradigma (e o capital) teve a sua fonte na experiência dos belgas no Congo, é necessário salientar que este só se edifica e é construído pela intervenção de Vilhena que, de há muito, pugnava pela cientificidade metodológica de todas as práticas coloniais, fazendo congregar todas as "ciências outras" na ciência da colonização. Para além disso, há ainda a contar com o facto de a própria estrutura orgânica empresarial fazer depender qualquer projecto de acção do superior aval da administração, o que, inequivocamente, colocava Vilhena no centro de qualquer acto decisório[605].

Figura 70 - Comandante Ernesto de Vilhena, Angola, Setembro 1941. Legenda no verso: «*Xassengue - Setembro 1941. Vida de matto - a melhor que se pode viver (...)*» © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

[605] Segundo Nuno Porto, «*o facto do Administrador Delegado da Diamang se constituir um ponto de passagem obrigatório, enuncia a lógica autoritária da organização da empresa, mas também a participação apriorística dos seus campos de actividade, distinguindo, de cima para baixo, campos definidos como expressivos de diferentes interesses - 'político', 'colonial', 'nacional', 'museológico' ou 'científico' - mas que necessitam ser traduzidos, no topo, como interesse 'empresarial'.* (Cf. Porto 2002: 62).

O Comandante está sempre presente na Companhia. Em África, onde faz longas estadias em Angola desde os anos de 1918-1919, como vimos atrás, e depois em 1921 e 1922, em 1929 e 1930, em 1941 (de Agosto a Dezembro), em 1942 (de Abril a Junho e de novo em Novembro e Dezembro), em 1943 (até Maio, acompanhado pelo filho Júlio) e em 1956-1957 (Dezembro a Abril).

Na Europa, Bruxelas, Paris e Londres são destinos de trabalho anuais. Madrid, por vezes (1950, 1959), mas quase sempre em trânsito, quando viaja de avião[606]. Acabará por ser um "africanista cosmopolita", circulando entre os "donos do mundo", mantendo relações profissionais e convivendo de perto com homens que também ficaram na história pelos seus interesses coleccionistas, como os Oppenheimer e os Guggenheim. Uma das importantes redes de sociabilidade de Ernesto de Vilhena construiu-se, tanto a nível nacional, como internacional, em redor da Diamang e da Diamong Trading Company[607]. Dispôs de total liberdade de viagem, que não era comum aos seus patrícios, dado o ensimesmamento a que Portugal esteve votado. Como embaixador da Diamang teria, em simultâneo, a oportunidade de visitar, de ver, de conhecer o mercado internacional de arte, e de avaliá-lo anualmente, de fazer as suas escolhas e de comprar. Comprou para si, como veremos mais adiante, tal como comprou para a Companhia, devendo-se-lhe a entrada no Museu do Dundo de artefactos

[606] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 15 de Agosto 1950 a 26 de Fevereiro 1950: «*20 de Outubro de 1950 (6ª feira) - Levanto-me cedo e embarco no avião da Sabena às 8h30. Chegamos rapidamente a Madrid, aeroporto de Barajas. Viva a cidade espanhola (...). Chegamos sem novidade, a Bruxellas, onde estão colegas nossos, a gente do bureau, com Van Brée e Gillet*.».

[607] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., 18 Fevereiro 1949 - 6 Julho 1949: «[Em Londres] *6 de Maio de 1949 (6ª feira) - De manhã, às 11 horas, com Sir Ernest. Vejo-o muito emagrecido, e com tendencia para a tremura. Relembra a morte do irmão Otto, que eram todos muito amigos, que o irmão Louis tambem já está muito caido, que elle, Sir Ernest, foi prohibido, pelos medicos, de andar de avião, e que está chegado a uma edade, e situação, em que aprecia muito sentir reunidos, à volta de si, os seus velhos amigos, etc. etc. Que está muito satisfeito de me vêr, uma velha associação etc. etc. (...) À noute, jantar no hotel, com o Chapple e o Cohen. O primeiro desfaz-se em amabilidades para comigo; relembram-se os velhos tempos do Ivrette e outros; Affonso Costa, que os punha nervosos; sem um querer elogiar-me, dirá que, com superioridade, receberam outro com tenacidade, e por isso tenho a estima e o respeito de todos d'aqui. Dizem que o futuro contracto se faça em Lisbôa, etc. Depois do jantar, fomos despedir Sir Ernest e a Mulher, que vão passar 15 dias em Italia. Ficou combinado com elle que iria passar uns dias a Lisboa, chegando lá em 3 de Junho, para regressar uns dias depois.* (...) *7 de Maio de 1949 (Sabado) - Vamos almoçar à casa de campo de Philip Oppenheimer a 40 milhas de Londres. Uma casa de campo como outra qualquer das d'aqui, com um pequeno parque, onde ha pequenos parterres de tulipas e outras plantas e arvores proprias do paiz. Está o Eggermont. Aparece a mulher do Philip, rasoavelmente bonita, mas sem nada de muito especial. Falla, com repugnancia, o seu bocado de francez. Vejo que procura interessar-se, sem o conseguir. É possivel que me engane, mas tenho a impressão de pender para a nostalgia, não sei de quê, de resto, para o spleen, que é uma palavra e uma sensação muito ingleza. Aparece uma pequena de 7 anos, e dizem-me que tem um rapaz de 12. É curioso, então, não a ter eu visto, em outras ocasiões em que vim a Londres.*»

africanos localizados em Londres, como uma cabeça de bronze do Benim[608], dentro da lógica do «*resgate*» enunciada por Nuno Porto.

Figura 71 - *Cassipourea vilhenae*, recolhida por J. Gossweiler, Lunda, Dundo, Luachimo em 10-09-1946 © IICT LISC002388

No mundo da economia colonial e da política portuguesa, a unidade do discurso interno da Companhia de Diamantes de Angola ficou definida pela *praxis* de Ernesto de Vilhena. Nas reuniões da Assembleia Geral dos Accionistas, a sua figura carismática reúne o beneplácito e faz dele alvo contínuo de elogios reconhecidos, nem sequer importando a presença do personagem, excepto pontuais situações de oposição que, nessa sede, foram quase todas protagonizadas pelo engenheiro Francisco Cunha Leal (1888-1970), entre 1956 e 1959[609].

[608] Cf. Parte II desta dissertação.

[609] Engenheiro militar, destacou-se na actividade política na I República como deputado, presidente do Ministério (16.12.1921-7.2.1922), ministro das Finanças (1920 e 1921) e fundador da União Liberal Republicana (1926). Apoiante inicial de António de Oliveira Salazar, cedo se incompatibiliza com ele e promoverá tenaz oposição ao regime. Na década de 1950, manteve com o Comandante Ernesto de Vilhena uma sequência de polémicas que chega a divulgar em livros, publicados em 1957 e 1959. Representava pequenos accionistas na Assembleia Geral da Diamang. A resposta de Ernesto de Vilhena ao libelo acusatório promovido por Cunha Leal é publicada na *Acta da 54ª Reunião da Assembleia*

O louvor foi, por conseguinte, produzido pelos órgãos máximos da instituição, ficou exarado nas actas, como um incontornável ponto da agenda ou serviu de epígrafe nas publicações[610], inexoravelmente assimilando a sua pessoa à memória da Companhia[611].

No ano da morte de Ernesto de Vilhena, em 1967, toda a empresa está de luto, como foi comunicado aos accionistas: «*Um doloroso acontecimento veio enlutar a nossa Empresa: em 14 de Fevereiro último faleceu, com 90 anos, o nosso saudoso colega Sr. Comandante Ernesto de Vilhena, que exerceu as funções de administrador-delegado desde 1919 e também as de presidente do Conselho de Administração a partir de 1955. O Sr. Comandante Ernesto de Vilhena, por virtude já do seu precário estado de saúde, afastara-se pouco tempo antes, por sua expressa vontade, do desempenho das mesmas funções. Nelas revelou espírito de iniciativa e invulgares qualidades de inteligência, saber e dedicação, a par da firmeza de ânimo e inquebrantável fé nos destinos da nossa Companhia. E revelou ainda, em alto grau, devoção patriótica. Ao ilustre extinto e à sua larga visão dos problemas ficamos, sem dúvida, a dever o engrandecimento e prestígio de que, a tantos títulos, a nossa Companhia*»[612].

(Ordinária) dos Accionistas da Companhia de Diamantes de Angola, realizada no dia 30 de Junho de 1959 (Terça-Feira). Comentários do Administrador-Delegado da Mesma Companhia ao Volume que o Accionista Sr. Cunha Leal Acaba de Publicar, Criticando os Actos da Sua Administração, Seguidamente à Realização da Referida Assembleia Geral (Diamang 1959). Numa longa carta enviada a Oliveira Salazar, datada de 4 de Agosto de 1959, expõe detalhadamente a polémica com Cunha Leal (cf. ANTT, AOS/CP-280, Pasta 7290.18, fl. 496-538 e ANTT, CDA, cx. 1, Dossier 3, fl. 17-53). O estudo mais completo e actualizado sobre Cunha Leal deve-se a Farinha 2003; as questões com a Diamang são tratadas no Capítulo XI.

[610] Diamang 1963: Epígrafe de Ernesto de Vilhena, «*O que não se aperfeiçoa – fossiliza-se».* A nota editorial de Henrique de Sousa e Mello informa ainda que «*Desta breve notícia imprimiram-se dez exemplares em papel especial, homenagem do seu coordenador ao Excelentíssimo Senhor COMANDANTE ERNESTO DE VILHENA extraordinário obreiro da COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA em 45 anos do mais intenso e patriótico labor».*

[611] Na Acta da 55ª reunião da Assembleia Geral, realizada no dia 30 de Maio de 1960, constitui a proposta nº 6 posta à discussão: «*que aproveis um voto de louvor ao Conselho de Administração pelo são critério e zelo com que, neste exercício, desempenhou as suas funções, com referência especial ao seu Presidente e Administrador-delegado, Sr. Ernesto de Vilhena, que, com a sua persistente dedicação e as suas invulgares capacidades de trabalho, de maneira tão notável tem acrescentado a eficiente acção da Companhia.»* A reunião termina com mais um reconhecimento do presidente da assembleia, que pede licença «*para que a homenagem da Assembleia fosse dirigida ao senhor Comandante Ernesto de Vilhena, É ele quem verdadeiramente a merece, como alma e obreiro desta grande Empresa. A Assembleia aplaude o senhor Presidente do Conselho de Administração e Administrador-delegado com uma entusiástica, carinhosa e muito prolongada salva de palmas, que o senhor Ernesto de Vilhena agradece, sensibilizado.»* (cf. Diamang 1960: 49, 56-57).

[612] ANTT, AOS/CO/UL-8A8 – Companhias Coloniais – Companhia de Diamantes de Angola – Diamang: relatórios (1966-1967). *Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 1966 para serem presentes à Assembleia Geral Ordinária de 30 de Junho de 1967*: 51.

Figura 72 - Atelier do escultor António Duarte, Janeiro 1968: modelo em gesso à escala 1:1 para a estátua do Comandante Ernesto de Vilhena © Herdeiros do Comandante Ernesto de Vilhena

O epílogo dessa associação duradoura situa-se para além da morte do Comandante, no discurso pronunciado por Guilherme Luizello Alves Moreira (1896-1989), o administrador-delegado que o regime cautelosamente escolheu entre os fiéis a Salazar e partidários da «*situação»* para suceder a Ernesto de Vilhena[613], durante a cerimónia de descerramento solene do monumento estatuário (21 de Setembro de 1969) encomendado ao escultor António Duarte (1912-1998), erigido na Lunda em memória de Vilhena (Figura 64 e Figura 72). Comunicou o "sucessor", que «*A história da*

[613] Guilherme Moreira, nascido em Coimbra, formado em Direito, viria ser professor de António de Oliveira Salazar que logo em Julho de 1929, enquanto Ministro das Finanças da Ditadura, o nomeia para administrador com funções de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos e depois Administrador-Geral, em Abril de 1932, instituição bancária onde virá a permanecer até 1959, quando se aposenta. Enquanto colecionador, Guilherme Moreira mimetizou Ernesto de Vilhena, comprando peças da Colecção pessoal do antecessor, no leilão organizado pela Leiria & Nascimento, em 1970. A primeira abordagem do perfil de colecionador de Guilherme Moreira pode consultar-se em Bastos e Franco 2011: 11-12.

Companhia de Diamantes de Angola há-de ser escrita e publicada. Assim o prometi e ordenei já como homenagem à vida, exemplar em dedicação e patriotismo, do Comandante Ernesto de Vilhena. Em verdade, a vida do Comandante Ernesto de Vilhena confunde-se com a vida da Companhia dos Diamantes de Angola. Por isso ele fica como símbolo do mérito e do trabalho que, em si, a Companhia representa.» (Diamang s.d. [1970]: 7).

Um processo de identificação semelhante ocorreu no Banco Burnay, a partir do momento em que Ernesto de Vilhena presidiu superiormente aos seus destinos. Assume especial relevância nos actos comemorativos, como o da passagem do 25º Aniversário do Banco, em 1950. A publicação comemorativa da efeméride, modelada no formato muito ensaiado na Diamang, é demonstrativa. Abre com uma mensagem do Pessoal do Banco Burnay ao seu Presidente do Conselho de Administração. Seguem-se as palavras de Vilhena, num tom elevado, primeiro elegíaco da história da casa e dos corpos gerentes entretanto desaparecidos, depois aparatosamente exortativo da energia dos funcionários no activo através das chamadas boers contra os ingleses - «*All shall come right / All shall come right»* - e do enaltecimento pro activo da grandeza da alma que ultrapassa a dor, cantada por Fernando Pessoa na *Mensagem*, para terminar com a lembrança de todos aqueles que acompanharam os Grandes dos Descobrimentos como metáfora para trazer à memória os colaboradores do passado e do presente da instituição bancária. O texto de Ernesto Empis (1883-1968), decano dos funcionários do Banco e também administrador da Diamang (membro do Conselho Fiscal), segue-se ao de Vilhena e é o mais expressivo na evidência do culto fascista ao chefe, i.e. ao Comandante Ernesto de Vilhena, «*Chef dans toute l'acceptation du terme, chef qui commande non pas en limitant ses efforts, mais en se dépensant sans compter, nous vérifions tous avec joie et admiration que vous puisez dans la labeur intense de chaque jour la force et le ressort pour la journée à venir».* Empis traça-lhe depois a biografia e, num remate, agradece-lhe a inspirada inflexão feita na vida profissional que, para felicidade de todos, não o afastou das questões coloniais e, através da Diamang, criou «*notamment dans la brousse lointaine de l'Angola un des témoins les plus vivaces et les plus féconds de la colonisation portugaise, par la perfection de son organisation technique et administrative, sociale et même de bienfaisance. Nous pouvons jeter un*

regard sur tout que vous avez, avec méthode et ténacité, conçu, exécuté et fait exécuter pour la réorganisation, la consolidation et le développement de cette Banque (...)»[614].

Na memória colonial, a Diamang ganhou foros de estado dentro do estado e o já venerando título naval do Comandante Ernesto de Vilhena perdeu a conotação originária de oficial marinheiro ao transfigurá-lo no comandante-chefe da Companhia. Esta categoria acabaria por ter resultados cuja complexidade e projecção extravasam o registo da simples história biográfica, em que podem enunciar-se a simultânea demonização da instituição empresarial e da figura de Vilhena que a personifica, também no imaginário colectivo. Ao longo do tempo a empresa-concessão-instrumento de colonização transformou-se numa presença económica incómoda, que só poderia ser afrontada com forte respaldo político, pois era inegável o poder adquirido através do monopólio dos diamantes de Angola.

Entre as elites do governo colonial na província, esse poder chegou a ser denunciado na praça pública (tanto quanto era possível). As questões entre Angola e a Diamang/Ernesto de Vilhena chegaram ao rubro por diversas vezes, mas alcançaram o zénite com o processo que lhe foi movido, «*por injúrias à autoridade*»[615], pelo Governador-Geral de Angola, José Agapito da Silva Carvalho (1897-?, governador entre 1947 e 1955), em Janeiro de 1953, durante o período de renegociação do contrato que veio a ser assinado em 1954. Nesta ocasião, Ernesto de Vilhena apela a Salazar para intervir directamente em sua defesa pessoal, para que este o ajude a não «*terminar a sua vida de 53 anos de actividade colonial no "banco dos réus" de um tribunal de Luanda, com grande gáudio do capitão Agapito e do pessoal que o rodeia»* (Idem), sem todavia deixar de anunciar que «s*e a situação, tal como se apresenta neste momento, tiver o seguimento que deseja o Governador Geral de Angola, sem que o Governo lhe ponha termo, eu considerar-me-ei inibido de continuar exercendo, na Companhia, as funções que actualmente nela ocupo»* (Idem: fl. 59). O processo judicial acabou por tornar-se complexo, transitando de Luanda para a Relação de Lisboa, só ficando arquivado em 1956. Pelo meio restabeleceu-se a *pax diamang*, o Governador-Geral foi substituído e as negociações do novo contrato da Companhia de Diamantes de Angola com o Estado português ficaram concluídas.

---

[614] *Commemoration du 75e Anniversaire de la Maison Henry Burnay & Cie. et du 25e Anniversaire du Banco Burnay*. Lisboa: Banco Burnay, 1950: 13 e ss.
[615] ANTT, CDA, cx. 1, Dossier 1, fl. 44-73, cf. 58.

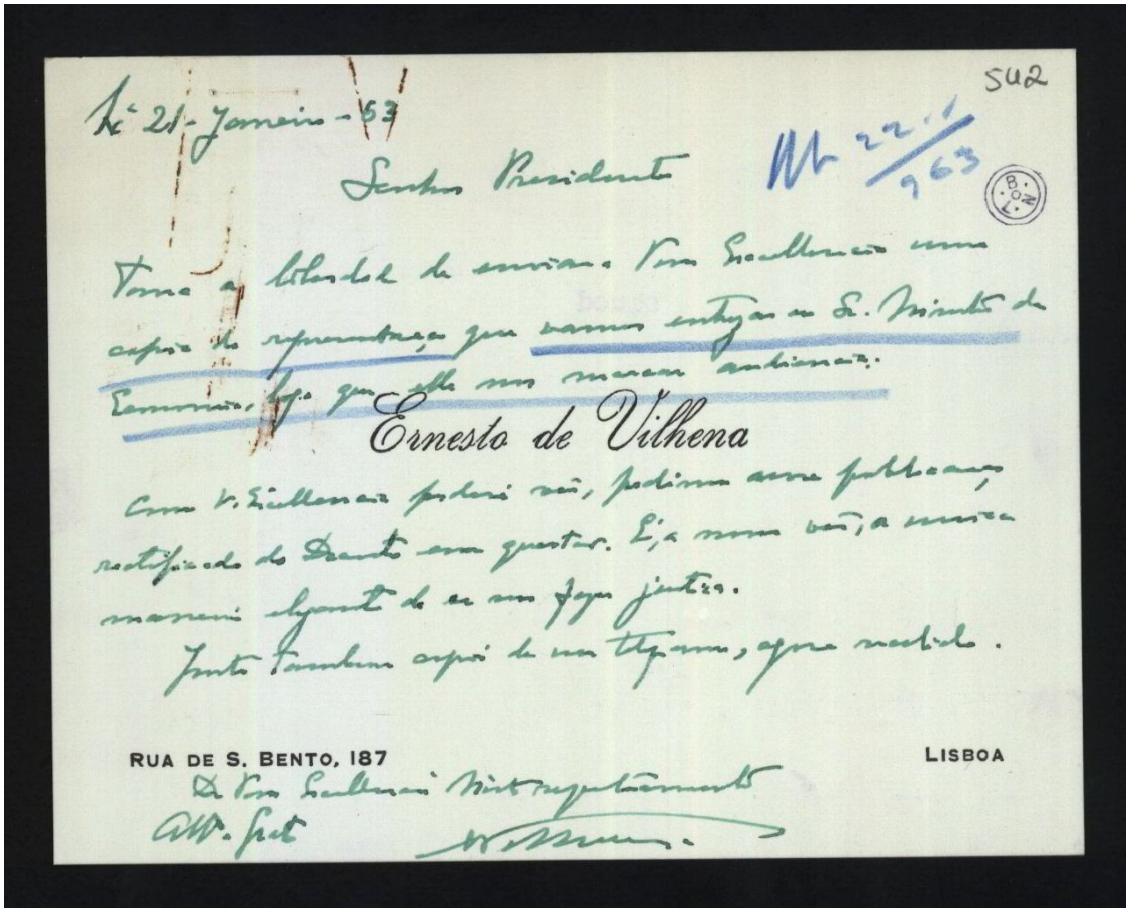


Figura 73- Cartão de Ernesto de Vilhena dirigido a António Oliveira Salazar, datado de Lisboa, 21 de Janeiro 1953, ms. a verde © ANTT, AOS/CP-281, Pasta 7281, fl. 542.

As controvérsias, como a descrita, tiveram sempre eco político nos gabinetes de Lisboa. Governadores de um lado, Ministros das Colónias e do Ultramar por outro (desde o 28 de Maio de 1926, Ernesto de Vilhena trabalhou com vinte e um ministros), aguardando a ordem negociada em última instância entre Salazar e Vilhena[616],

[616] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 16 Dezembro 1955 a 18 Novembro 1956: «*28 de Dezembro de 1955 (4ª feira)* (...) *Como no dia 26, de tarde, o secretario do Salazar me telefonara para me dizer que o Presidente me receberia "um bocadinho" hontem, 27, às 6h, porque as 6h 30m tinha marcado uma outra conferencia, lá estive a essa hora na casa de habitação d'elle, cuja porta deita para a rua da Imprensa. Era já escuro, mas, tanto quanto pude observar, a casa tem bôa aparencia e deve estar bem guarnecida internamente, a avaliar pelas salas onde penetrei, porque me recebeu em uma das salas de visitas; em uma d'ellas, estão duas figuras de anjos tocheiros, não altos, mas bem proporcionados, que me fizeram lembrar aquellas outras figuras de pretos tambem, mas pequenas, que comprei ao Lemos da R. da Atalaya. A sala onde elle apareceo estava pouco illuminada, propositadamente, segundo vi, porque, tendo elle mandado dar mais luz para eu ler os apontamentos que levava, elle conservou, continuamente, a mão encolhendo me tanto os olhos para contra a luz. Está avelhado, mas pareceo-me conservar toda a sua lucidez, e uma grande curiosidade em relação aos assumptos que lhe apresentava. Comecei por lhe dizer que, pouco depois de realizado o novo contracto com o Estado, tinha querido falar-lhe para lhe agradecer a sua intervenção no contracto, que eu sabia ter sido final e decisiva n'esse contracto, como o fôra, tambem o sabiamos no de 1937. Que outras coisas se haviam entromettido, até que o novo problema que me era posto pelo Ministro do Ultramar, me levou a insistir para ser recebido, e tambem, e sobretudo, porque gostava de alguma cousa lhe dizer sobre a nossa situação, presente e a futura, as difficuldades que temos tido e outras que poderia sobrevir etc. Disse-lhe que eu ficara muito preocupado pela enorme despeza que haviamos sido forçados a fazer por*

envolveram-se durante décadas em estratégias de negociação com o capital diamantífero, para reclamarem acerca de quatro questões fundamentais: em primeiro lugar, dos excessos monopolistas obtidos pela Companhia[617]; em segundo, da parte que cabia à administração de Angola dos rendimentos distribuídos e a concessão de empréstimos[618]; em terceiro, sobre a questão dos cambiais (Telo 1994: 239-241); ou,

---

effeito, em parte do contracto, e, tambem, dos enormes encargos provenientes da installação hydro-electrica do Luachimo, do Suk & Float e da mecanização geral da Exploração, calculados em cerca de 300 000 contos; que só com o emprestimo de 100 000 contos, de participação nos lucros que cabem à Colonia e o pagamento do complemento de dividendo, isso tudo se elevara, ou melhor, me lesou a 237.000 contos; sei que elle apreciou as grandes cifras, que lhe fizeram impressão. Disse-lhe que tinha considerado a Companhia como atravessando uma crise, porque não era só a grande despesa que estavam fazendo, mas as difficuldades na produção, pela necessidade de trabalhar cascalhos com fraco teor, procurar novas formações geologicas, por as secundarias, dos ribeiros serem já muito menos frequentes; que tambem a qualidade das pedras não ajudava, porque eram de qualidade inferior às anteriores. Que, em todo o caso, as coisas iam indo, mercê do alto nivel de mercado, mas que era, em grande parte, devido ao facto de termos um bom contracto de vendas, e de o mercado continuar em estado de bom. Aproveitei a occasião para lhe dizer que o bom era, por sua natureza, aleatorio e perigoso, e que seriam as consequencias da sua baixa, e como o que se via que as grandes reservas e provisões, que tão criticadas tinham sido, eram o elemento que nos garantiu a possibilidade dos grandes desembolsos, do mecanismo e de installarmos força hydraulica. Aproveitei para lhe dizer quem era o Souza Machado, e que quasi o havia mettido na cadeia, quando, em 1926, fôra vice-governador do Banco Ultramarino, e elle um fiel depositario, que se havia aproveitado do deposito, que lhe havia sido comprado. Aproveitei, tambem, para lhe explicar as vantagens que tiravamos do novo contracto e das participações nas Companhias filiais da Diamond Corporation, descrevendo-lhe o mapa das receitas d'aí obtidas, que estavam, já, em mais de 3.000.000 de libras. A proposito do projecto de alteração do regimen de vendas, disse-lhe que era uma fantasia pensar em que seria possivel criar aqui um grande centro internacional de diamantes, para o que seria necessario a existencia de materia prima, ou seja, do bruto de diamantes, em quantidade e em qualidades variadas, e não somente nas exiguas quantidades e qualidades das exploraveis na Lunda; a proposito do que lhe deixei o mapa das pedras, superiores a 10 quilates, frisando o seu pequeno numero e os frequentes defeitos que apresentavam. Disse-lhe que não estavamos em condição de usar esse "cinto", não só pelas razões apresentadas, mas tambem porque, internamente, a nossa gente rica não estava habituada nem tinha tendencia para capitalizar em pedras preciosas, mas, pelo contrario, em terrenos, em predios e em titulos; e que, internacionalmente, haviam de ter contra nós as "cinturas" já existentes, que haviam de não querer perder a sua clientela. Fallei da questão da mão d'obra, do periodo do contracto, do despacho do Ventura, e de o Agapito o ter metido na gaveta; expliquei-lhe que receava que o novo Governador Geral, desconhecedor do Ultramar, poderia deixar-se levar pelo que acaso lhe dissessem da Companhia. Ao que elle retorquio que, de facto, o novo Governador, era um homem serio, que fallassemos com elle, e que elle proprio Salazar lhe escreveria, ou me mandaria um bilhete de apresentação para elle. Falei-lhe, ainda, no caso do complemento da legislação penal, e do "crime impunivel". Vi que elle ligara muita importancia a cifras, que apreciava quando elevadas, e tanto que gostou muito da cifra das vendas de 1956, e da sua expressão em dollares e em libras. Sobre que poderiamos vender, em 1957, o que não fora vendido em 55 e 56. Como o tempo ia passando, e o Ministro dos Estrangeiros estava esperando, disse-me que lhe mandasse exposições sobre os diversos pontos narrados, e recebeu, com gosto os papeis que lhe deixei, e foram: a nota das vendas de 1955; alem dos diamantes inferiores a 10 quilates; a relação das receitas das participações nas companhias revendedoras e, tambem, a distribuição do capital segundo a assembleia geral de 1955 (ano 1954). Via-se bem que estava ouvindo com gosto, e apreciando a maneira franca como eu lhe estava expondo as coisas. Acompanhou-me tomando-me o braço até ao meio do jardim, estranhando que eu não tivesse entrado com o carro. À saida, eu disse-lhe que na Companhia elle não tinha só admiradores, mas amigos e "que podia sacar sobre mim à sua vontade". Achou graça, e ria-se muito. Devo dizer que nunca esperei um acolhimento tão agradavel e sem cerimonia.».

[617] Pinto 1926.

[618] *Vide,* entre outros, a resposta sobre o tema publicada por Ernesto de Vilhena em "Os diamantes. Uma carta." *Diário de Lisboa*. Nº 1403, 3 de Novembro 1925: 2.

ainda, sobre a questão da participação nos lucros, de valores extraordinários, obtidos pela administração da Diamang. Mais tarde, as pressões internacionais sobre a manutenção do império colonial português, em que o sistema de exploração do trabalho indígena constituirá um ponto fulcral da agenda, nomeadamente através das conclusões apresentadas pelas agências especializadas das Nações Unidas às quais foi permitido entrar "no terreno", como o BIT (1961) e depois a OIT, firmam um linha de polémica com a Companhia mantida desde 1950[619], que passará a estar continuamente sob fogo cerrado, a par do Estado e em convergência ideológica com ele, e que só terminou com a independência de Angola.

A questão dos vencimentos dos corpos gerentes da Companhia foi publicamente despoletada na Assembleia Nacional pelo deputado Paulo Cancela de Abreu (1885-1974), durante a sessão de 17 de Abril de 1958[620]. Veio a constituir o objecto de

[619] ANTT, AOS/CO-UL-84A, fl. 739-742: Carta confidencial de Mário Costa, Representante da Diamang em Luanda, dirigida a Ernesto de Vilhena acerca das opiniões sobre redução de indígenas ao serviço das grandes empresas, emitidas durante a visita particular do Governador-Geral de Angola ao Congo Belga, datada de Luanda, 24 de Outubro de 1950, cópia de original dactilografado.

[620] *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*. Nº 40, 17 de Abril 1958: 855-874. Paulo Cancela de Abreu passa em revista todos os confrontos havidos entre a Companhia e o Estado Português até ao momento, que transcrevemos aqui por apresentarem a cronologia sintetizada das intervenções de Ernesto de Vilhena. Começa por interrogar, «*Mas foram sempre cordiais as relações entre o Estado e a Companhia?»*, a que segue longa exposição. «*Poucos ignoram que não; e a verdade manda dizer que, por vezes, as polémicas revestiram aspecto desagradável, quase conflituoso, contrário ao princípio da autoridade, expressa em deliberações e, ordens dos governos, cujas reacções deviam sor mais fortes e rigorosas; e creio bem que não o foram por ser mister ter os olhos postos nos interesses de Angola, que a tudo deviam sobrepor-se e maravilhosamente facilitaram as intolerâncias da Diamang. Cito os seguintes casos, a que encontrei referências: Logo em 1923 houve desinteligências sérias com o próprio Alto-Comissário, por motivo das intenções reservadas que este atribuiu à alteração - que, aliás, admitira - de certa cláusula do contrato inicial feita no de 1922, e ainda quanto à participação da Província nos lucros de 1921, à escrituração das contas, etc. Com o Ministro do Ultramar saudoso Prof. Armindo Monteiro estabeleceu-se em 1932 demorada polémica por a Companhia não se julgar obrigada pelos contratos a entregar à Província as cambiais de exportação estabelecidas ou alteradas num novo regulamento do Fundo Cambial; e foi necessário o despacho ministerial interpretativo de 15 de Janeiro de 1933, assinado pelo Sr. Presidente do Conselho, confirmativo do ponto de vista do Ministro. Larga e rude controvérsia houve também no governo do capitão Silva Carvalho sobre o prazo máximo de duração dos contratos de trabalho dos aborígenes e seus salários e aplicação das respectivas taxas oficiais, tendo um despacho, ministerial atendido, numa parte, as reclamações da Companhia. Porém, o incidente mais prolongado e mais sério, antipático e desagradável sob todos os aspectos, foi provocado pela exorbitância das participações dos corpos gerentes da Companhia nos lucros líquidos das gerências. De tal modo a sua administração se conduziu na defesa da intangibilidade do seu apetecível quinhão que quase pode dizer-se que bateu o pé ao Governo. E, infelizmente, nessa conjuntura não foram os interesses do Angola e da Companhia que a inspiraram. Pelo contrário. Indo ao encontro da opinião pública e baseado nos princípios informadores da política nova e da sã moral, o Governo publicara o Decreto-Lei n.º 20 115, de 23 de Novembro de 1935, que, no artigo 27.º, proibiu expressamente a atribuição de vencimentos superiores aos dos Ministros aos directores e administradores de estabelecimentos do Estado, de sociedades, companhias ou empresas concessionárias ou mandatárias em que o Estado tem o direito a participação nos lucros ou é accionista por força do diploma legal a que a constituição das mesmas entidades está sujeita. Estabeleceu, assim, também um são princípio de hierarquia social. Porém, a Companhia não respeitou este Decreto-Lei n.º 26 115 e continuou a atribuir*

arremesso mais agressivo da frente anti-Diamang, ao retomar um tema que desde o início da institucionalização da empresa se levantou, e serviu de aguilhão recorrente para a ferroada pública contra a *plutocracia*, lembrando a necessária aplicação dos preceitos do Decreto-Lei nº 26115 de 23 de Novembro de 1935 (promulgou a reforma de vencimentos do funcionalismo civil), que a Companhia sustentou em todas as instâncias não lhe ser aplicável, e cuja resolução só se verificou, cortando a eito, com a entrada em vigor da Lei nº 2105 de 6 de Junho de 1960 que veio clarificar as disposições relativas a remunerações, acumulações e incompatibilidades dos membros dos corpos gerentes de certas empresas. Vilhena chegará a ser apelidado de «*Avô Plutus*» (Pélissier [1967] 1979: 237). No Arquivo de Oliveira Salazar, um núcleo substantivo do espólio relacionado com a Diamang reúne a documentação organizada para manter o Presidente do Conselho informado em contínuo sobre o tema dos vencimentos dos administradores (ANTT, AOS/CO/UL 20 e AOS/CO/UL-22/2).

---

sem limite aos corpos gerentes, ano a ano e durante mais de dez anos, a participação individual nos lucros líquidos, até que o Ministro do Ultramar, nosso colega Sr. Capitão Teófilo Duarte, interveio. E fê-lo com decisão. Em 1947, consultou a Procuradoria-Geral da República especificamente sobre o significado e amplitude da expressão «vencimentos», e a Procuradoria, em douto parecer, pronunciou-se no sentido de que esta expressão abrangia as participações nos lucros. Depois foi o assunto a Conselhos de Ministros, e este, ao abrigo do artigo 46.º do aludido decreto, proferiu, em 23 de Junho de 1948, o conhecido despacho subscrito pelo Sr. Presidente do Conselho, Professor Oliveira Salazar, onde se fez a interpretação autêntica daquele artigo 27º do Decreto-Lei n.º 26 115, no sentido de que a expressão «Estado» ali empregada abrange as autarquias locais e as províncias ultramarinas, quando numas e noutras se verifiquem as condições que o artigo estabelece. Parecia que a questão devia morrer aqui. Mas não sucedeu assim. A Diamang não acatou a determinação do Governo e, entretanto, preparava a defensiva, munindo-se de extensíssimos e doutos pareceres jurídicos, com os quais, porém, não logrou convencer os dois ilustres membros do Tribunal Arbitral, vencedores no Acórdão de 31 de Outubro de 1953, que confirmou a doutrina oficial, e do qual a Companhia não interpôs recurso na parte desfavorável, não obstante o termo do compromisso arbitral ter rejeitado o julgamento ex aequo et bono. Mas, pelo seu lado, o Governo não cedeu. O Ministro, através do Subsecretário de Estado e do Gabinete, recomendou, em repetidos ofícios dirigidos aos falecidos administradores por parte do Governo, que prestassem atenção àquele despacho do Conselho de Ministros, o invocassem nas assembleias gerais e votassem contra as deliberações que estivessem em desacordância com a sua doutrina. Ainda desta vez a Companhia, não se submeteu. E foi então que se recorreu à arbitragem, que o Governo acabou por considerar o caminho possível para resolver um lamentável conflito que se eternizava, com todos os seus inconvenientes, em tudo e para todos. Por isso a propôs. Foram ouvidas as duas partes, tendo a resposta do ilustre Ministro Sr. Comodoro Sarmento Rodrigues sustentado judiciosamente ser da jurisprudência a doutrina de que a «autonomia da vontade» tem os limites marcados na lei e não pode afectar uma medida de ordem geral que estabelece um máximo das remunerações. Há mais. Nessa, resposta do Sr. Comodoro Sarmento Rodrigues diz-se acertadamente: Os contratos criaram situações subjectivas para o Estado e para a Companhia, mas nenhuma criaram para os corpos gerentes. Realmente, os contratantes foram o Estado e a Companhia, e não aquele e os membros dos corpos gerentes dela, individual ou mesmo colectivamente considerados. Consequentemente, o que estava em causa era o interesse pessoal de cada beneficiário, em conflito com o do Estado e até, financeiramente, com a própria Companhia e seus accionistas, manifestamente afectado pela intromissão dela nesta res inter alios. Nestas condições, nunca podia invocar-se, em defesa daquele interesse exclusivamente pessoal, a «autonomia da vontade» à sombra de um contrato em que, nessa qualidade, eles não outorgaram. (...)»

A intervenção de Cancela de Abreu - discurso produzido por um destacado membro da União Nacional - acaba por coincidir no tempo com as posições assumidas pelo oposicionista militante contra a situação e também accionista da Diamang, o Engº Cunha Leal. Ambas são sintomáticas da unidade de alguma opinião política e pública face à dimensão alcançada pelo império da Companhia de Diamantes de Angola, durante esses anos do fim da década de 1950[621].

O rendimento auferido por Ernesto de Vilhena na qualidade de administrador-delegado, não só através da remuneração salarial ordinária, mas sobretudo graças ao montante da participação nos lucros da Diamang distribuído pelos corpos gerentes (calculado em 10% dos rendimentos empresariais até 1954 e em 6% a partir dessa data), constituía uma garantia segura para qualquer investimento cultural que pretendesse fazer. Os valores em causa não tinham equiparação no plano dos ordenados médios portugueses, nem sequer quando se tratava de remunerações dos membros do governo ou dos altos quadros da administração pública. Segundo os cálculos de Cancela de Abreu, trabalhados a partir da consulta das declarações fiscais de rendimentos de Ernesto de Vilhena apresentadas entre 1946 e 1956, os valores declarados pelo administrador-delegado para avaliação do imposto complementar rondaram a média anual de 1.860.421$15, ou seja, quase mil e novecentos contos[622].

Cunha Leal acusou-o de ganhar o quádruplo do salário atribuído ao Presidente da República (Diamang 1959: 59), mas o argumento acabou por ser rebatido com outra legitimação de sentido, no contraditório esgrimido pelo accionista Taborda Ferreira (n. 1923), jurista de formação, pois, segundo ele, «*Na realidade, as grandes obras só se fazem sabendo remunerar os homens. Desde os países nórdicos, onde existe uma espécie de socialismo, até à Inglaterra, que tantos aspectos tem de admirar, e à Bélgica, que está ligada ao nosso empreendimento, sempre se consentiu que os grandes promotores do desenvolvimento industrial, os grandes homens capazes de fazer grandes obras, aufiram montantes elevados».* No que dizia respeito à comparação com o vencimento do Presidente da República, esta não teria fundamento: «*Na realidade, todos nós na vida seguimos caminhos diversos. A vida é um conjunto de valores diferentes. O Presidente da República dirige uma nação, e essa actividade tem um valor*

[621] A contestação mantém-se para além da morte de Ernesto de Vilhena, com ataques recorrentes quer na imprensa metropolitana e angolana, quer em livro, *vide* por exemplo Vilaça 1972 ou Costa 1973.
[622] *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*. Nº 40, 17 de Abril 1958: 864.

político, tem objectivos para além dos objectivos verdadeiramente monetários. Com os grandes industriais não é assim. Têm, sem dúvida, o interesse nacional a salvaguardar, se são patriotas – e são esses que queremos defender -, mas admite-se que tenham também interesses materiais a realizar, que lhes são irrecusáveis.» (Diamang 1959: 65).

Ainda aquando da memorável assembleia geral reunida em 1958, Ernesto de Vilhena introduz um tema novo na sua retórica de defesa. Comunica ele próprio aos accionistas que, «*Nas despesas gerais incluímos, também, os encargos da nossa actividade cultural e investigação científica, ramo em constante desenvolvimento e pelo qual a nossa Sociedade já está sendo mais conhecida nos meios culturais e científicos mundiais do que propriamente como Empresa mineira produtora de diamantes.*» (Diamang 1959: 33-34).

A nível pessoal, em 1960, em tom frio, remete a Salazar cópia da exposição que dirigira ao Ministro do Ultramar Vasco Lopes Alves (1898-1976, ministro entre 1958-1961) sobre a parte da Lei nº 2105 que dizia respeito aos vencimentos da Companhia. Ciente da posição do Presidente do Conselho - «*nenhuma dúvida tenho do que Vossa Excelência pensa a esse respeito»* - justifica -se, «*tenho utilizado todos esses dinheiros em constituir qualquer coisa de grande em memória do nome que herdei mas, sobretudo, em benefício último da Nação»*[623]. Na "Relação dos Bens Deixados pelo Falecido Snr. Comandante Ernesto Jardim de Vilhena", apresentada pelos herdeiros às Finanças na data de 2 de Novembro de 1967[624], a fonte mais positiva acerca do padrão, ou perfil[625], da fortuna realmente possuída, ficou averbada a posse de acções da Diamang, da Cotonang, da Dialap, do Banco Burnay, da Empor (Empreendimentos Comerciais e Financeiros), da Companhia do Boror, depósitos no BNU, no Banco Fonsecas & Burnay, no banco Crédit Franco Portugais, no Banco Lisboa e Açores, no Anglo-Portuguese Bank, a participação nos lucros do exercício de 1966 da Diamang no valor de 5 389 347$60, o ordenado líquido de administrador-delegado relativo ao mês de Fevereiro de 1967 que foi de 9 700$00 e o mesmo recebido como administrador da Cotonang, no valor de 10 356$20.

[623] ANTT, CDA, Cx. 1, Dossier 3, fl. 134-136, cf. 135.
[624] ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/07183 (Processo) - Ernesto Jardim de Vilhena.
[625] Lima 2009 introduziu o conceito de «*perfil de fortuna*» no estudo das grandes fortunas lisboetas de Oitocentos.

Figura 74 - Cartão de Boas Festas enviado a Oliveira Salazar: «*Que o Archanjo acompanhe sempre o Doutor Salazar na grande luta que, por todos nós, está travando, e que com elle e a ajuda de Deus, sem duvida será vencida. São os ardentes votos dos dois, dedicados e gratos (aa) Ernesto de Vilhena e Amelia Vasconcellos Porto de Vilhena Lxª 20 de Dezembro de 1963*». © ANTT, AOS/CP-281, Pasta 7281.1, fl. 817-818.

Que Vilhena construiu o império da Diamang, não fica margem para dúvidas, segundo uma interpretação objectiva dos factos documentados. Que este império tenha competido autonomamente com o império colonial português na vigência do Estado Novo não colhe, porém, validação segura.

As estratégias de colonização da companhia instalada no terreno nunca puseram em causa a "portugalização" do território da concessão (atingiu os 50 000 Km^2 na vigência do contrato de 1963), por mais "livre" que fosse a gestão exercida pela Diamang. Esta asserção torna-se mais evidente nos períodos de crise, sobretudo quando as guerrilhas congolesas activas na fronteira, permeável, perturbaram o normal funcionamento da máquina empresarial[626] ou quando, na sequência dos acontecimentos

[626] ANTT, AOS/CP-280, Pasta 7280.18, fl. 492-495, 533-539; ANTT, CDA, Cx. 1, Dossier 3, fl. 53-55.

de 1961, a guerra eclode em Angola[627], em que a unidade com a "pátria-mãe" nunca é questionada. Nesta conjuntura, a Diamang afirma-se, sem lugar para equívocos, do lado da «*situação*», como Ernesto de Vilhena frisa na correspondência com Salazar[628].

A própria Diamang tem necessidade de reverter a imagem criada de «*Estado dentro do Estado*». Ernesto de Vilhena é o primeiro a repor a questão nos trilhos devidos. No momento de maior fúria dos ataques, apresenta a questão metódica e ordenadamente, como foi sempre seu costume: «*A Companhia de Diamantes tem de ser apreciada e julgada, não somente, nem especialmente, como uma simples empresa mineira, que extrai diamantes e os vende, em condições de proporcionar ao Estado e aos accionistas dela participações e dividendos avultados. Esta empresa, em consequência das muito particulares condições em que foi criada, e do que logo de início lhe foi pedido, do seu contacto directo com uma colónia estrangeira e do seu relativo isolamento em relação ao resto da Província; do facto de lhe serem por isso, e por dispor de grandes recursos atribuídas certas missões e encargos que, naturalmente, competiam ao Estado; de haver iniciado e sucessivamente desenvolvido certos trabalhos de investigação científica que lhe deram fama mundial; de estar contribuindo para a missionação católica em toda a província e, por vezes, na Metrópole – evoluiu no sentido de ser mais uma "empresa de colonização" do que um simples empreendimento mineiro, e, como tal, tem de ser apreciada e julgada, não pela forma "rastejante", chamemos-lhe assim, de que usam todos aqueles que não sabem elevar-se às grandes concepções, mas por pessoas suficientemente inteligentes e conhecedoras das condições especiais de Angola, das suas possibilidades e da necessidade instante de as desenvolver e aperfeiçoar.*» (Diamang 1959: 104).

A Companhia fá-lo-á prosseguindo estrategicamente a utilização dos veículos de propaganda experimentados noutras áreas, incluindo os textos técnicos produzidos em Portugal, onde se inscreve o artigo de José Pires Lourenço publicado na revista *Economia Lusitana* editada pelo Instituto Superior Técnico. Este aborda a questão e critica-a em função do papel social que deveria ser reconhecido à empresa, pois «*Estabelecendo um regime de associação com o Estado e a província de Angola, a*

[627] Desde 1961, a Diamang colabora com o Estado português para a defesa do território, afectando 1% dos seus lucros para tal tarefa (Diamang 1971: 7).
[628] ANTT, AOS/CP- 280, Pasta 7280.18, fl. 540-549: Cartão de visita de Ernesto Vilhena a acompanhar documentos anexos dactilografados, enviado da Figueira da Foz e datado de 10 de Setembro de 1959, manuscrito.

Companhia pretendeu, além da boa vontade das autoridades para resolver os problemas levantados, vincar o aspecto social que preside à sua actividade. Poderiam os seus dirigentes ter querido seguir o caminho oposto – o da independência – e reverterem-se à situação mais comodista; poderiam ter desejado organizar-se quase em Estado dentro do Estado e impor ou forçar a realização dos seus interesses próprios. Não o fizeram, contudo, talvez por neles radicar a compreensão nítida de que a função da empresa capitalista é mais do que obter uma remuneração do capital nela investido. O seu objectivo não pode ser contrário ou divergente com os fins superiores do Estado. Reconhecendo este princípio como ponto de partida de uma política social, o objectivo da Companhia de Diamantes é, não apenas produzir riqueza, mas também distribuí-la; é contribuir para a elevação do nível de vida das populações dos territórios em que exerce a sua actividade; velar pelos interesses, pelas condições de trabalho dos seus agentes; proporcionar-lhes as comodidades consentâneas com uma natureza humana; encará-los e tratá-los como homens e não apenas como peças de um gigantesco sistema de obtenção de lucros.» (Lourenço 1958: 8).

No domínio do desenvolvimento das actividades e da justificação das fórmulas de gestão da Companhia, que se fizeram sentir com mais premência nos períodos das crises provocadas por factores exógenos, mas que constituíram prática característica da Diamang pelo menos desde os finais da década de 1930, as ideias do cientismo colonial de Ernesto de Vilhena estavam totalmente sedimentadas, como, aliás, já tentara aplicar através do Despacho Ministerial de 24 de Agosto de 1917, exarado quando ocupou a pasta das Colónias.

Foi o método típico da propaganda, que resultou na paulatina aplicação de um programa concertado de *lobbying* da cultura da empresa, da qual a personalidade social de Vilhena, enquanto administrador e enquanto coleccionador, permanecem indistintas, como se descortina exemplarmente na nota publicada pela historiadora Virgínia Rau (1907-1973), em 1956, no prefácio ao volume 30 da colecção Museu do Dundo. Estudos de História: «*Por seu turno, a laboriosa e paciente actividade dos colecionadores completa, suplementa e suplanta, na nobre tarefa de salvar e de guardar os vestígios do passado, os esforços oficiais, sempre alerta e vigilante quando surgem «peças» que urge entesourar e venerar. O «Livro de Rezão» agora dado à estampa, e que pertenceu a António Coelho Guerreiro, é dos raros livros portugueses*

de contabilidade mercantil do século XVII que nos tem sido dado examinar e estudar. Foi ele preservado do desbarato e do esquecimento pela acção do Exm.º Senhor Comandante Ernesto de Vilhena, para quem o afã de colecionador se completa com a persistente preocupação de resguardar valores culturais que, sem a sua intervenção, já teriam «emigrado» ou estariam perdidos» (Rau 1956: 11)[629].

O programa concretizou-se, desta feita, pela afirmação a nível internacional do centro científico do Dundo, pelas publicações culturais (74 números editados entre 1947 e 1967), pelos convites feitos aos representantes do Estado para visitarem as explorações e a sociedade re-criada em seu torno, por manifestações de beneficência no Portugal metropolitano[630] e colonial[631], pela participação em exposições em Angola[632],

[629] No espólio pessoal de Ernesto de Vilhena conservam-se apontamentos sobre as relações mantidas com Virgínia Rau, motivadas por este trabalho. Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 22 Outubro 1953 a 31 Maio 1954: «*Dia 13 de Fevereiro de 1954 (Sabado) - Vem, às 11h a Dr. Virginia Rau para conversar comigo sobre a possibilidade de ella se encarregar do comentario do livro de contas do mercador do seculo XVII. Ella mostra-se entusiasmada com o codice e o trabalho a fazer, diz coisas sobre o que já leu, pensa que proporcionará um trabalho muito interessante. Somente, só mais tarde, em Abril, poderá começar esse trabalho, porque tem entre mãos um outro para o Congresso de São Paulo*.». Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 1 Junho 1954 a 14 Março 1955: «*8 de Novembro de 1954 (2ª feira) - Na Bertrand, encontro com a Dr. Virginia Rau, que está, fisicamente, interessante, e com a qual converso sobre o trabalho que ella tem entre mãos.*». As relações que cria com o Pe. Domigos Maurício Gomes dos Santos (S.J.) (1896-1978) - erudito autor de *O Mosteiro de Jesus de Aveiro,* também publicado pela Diamang (vol. I-II, 1963-1967) -, são construídas de modo idêntico às que teceu com Virgínia Rau, como lemos: «*5 de Março de 1956 (2ª feira) (...) O Padre Mauricio veio ao escriptorio as 11h.30m como combinado, para fallarmos sobre o manuscrito do seculo XV, que trata dos donativos da Princesa Sta. Joana ao convento de Aveiro. E como eu não apareci, retido não sei por que seria, fui à rua da Broteria falar-lhe. É um grande estudioso; o remarcação [sic] de que elle se encarregou é uma obra enorme, a que elle se dedicou inteiramente. Era um Codice da Casa Tarouca, que, segundo o Padre diz, deve ter sido já vendido, talvez para o Estrangeiro! O Padre leva-me a visitar toda a biblioteca, que é enorme, e está dividida por varias salas reservadas e dispostas para esse fim. Biblioteca constituida com o objectivo especial de servir com elementos de estudo os redactores da Brotéria e outros escriptores da Companhia J. Uma interessante vista do rio e do estuario etc. Na Capella da Casa um Abade de madeira, restaurado e pintado, infelizmente. Simpatico o Padre Mauricio, e o ambiente em que trabalha. 6 de Março de 1956 (3ª feira) - Compro na Bucholz o Archivo allemão, que o Padre Mauricio não podia adquirir, porque lhe custaria 900$00 e mando-lho, como lembrança da agradavel tarde, que com elle passei etc (custou 910$00)*.». Cf. Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 16 Dezembro 1955 a 18 Novembro 1956).

[630] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 22 de Outubro 1953 a 31 de Maio 1955: «*18 de Dezembro de 1953 (3ª feira) - (...) Às 5 horas romagem, eu e S. Neves recebidos pelo Patriarcha, com quem se conversou longamente, entre outras coisas sobre os "padres-operarios", tendo trocado impressão com elle sobre a questão, sobre isto, collecção da esculptura, que elle desejaria vêr, como me disse, etc. Bom conversador, amavel, muito intelligente. Só lhe fallei na Senhora do convento de Salzedas, da Senhora do convento de Odivellas, dos S. Cosme e São Damião, e da molestia da falta de medicos assistentes, etc. Visivelmente satisfeito com a entrega do cheque de 500 contos. Conhecia já "Les Saints vont en enfer", cujo conteudo discutimos*.».

[631] ANTT, AOS/CP-281, Pt. 7821, fl. 461-470: "Natal-1962. Lista de donativos da Companhia de Diamantes de Angola". 21 de Dezembro de 1962, dactilografada.

[632] DIAMANG. *Breve Notícia Sobre a Representação da Companhia de Diamantes de Angola na Feira das Indústrias Portuguesas Luanda - Maio de 1954*. Luanda, 1954.

na metrópole[633] e nos circuitos internacionais (técnicas e de arte[634]), pela divulgação das acções cultural[635], técnica e científica[636] nos canais da imprensa estrangeira, pela produção de um filme - *O Romance do Luachimo*[637] -, pela doação de fotografias, de objectos, de artefactos e de registos sonoros aos museus e bibliotecas de todo o mundo (Porto 2010). Do lado político, inevitavelmente, traduziu-se nos apoios financeiro, logístico e para-militar a Portugal, quando a guerra eclodiu em Angola.

[633] Como a participação na *Exposição de Arte Sacra Missionária*, mostrada em Madrid em 1951 e repetida em Lisboa em 1952, que o Comandante Ernesto de Vilhena comenta: «*13 de Junho de 1951 (4ª feira) (...) No fim de contas, os objectos de arte indígena, de influencia missionaria, não chegaram a tempo de alcançarem ainda aberta, a exposição de Madrid, mas o Banha da Silva pensa poder reunir aqui, em uma das salas do S. N. de Inspecção esses objectos, e os que figuraram em Madrid em uma outra exposição que, embora limitada, não deixará de ser interessante. Tambem o Julio está pensando realisar, no mesmo local, uma exposição das mais importantes fotografias tiradas pelo Dr. Artur Santos durante a primeira missão de folclore musical.» (...) «25 de Julho de 1951 (4ª feira) (...) Banha da Silva veio hoje vêr os objectos de arte missionaria chegados do Museo do Dundo, e aos quaes a Alfandega de Lisboa aplicou, a cada um d'elles, na base, felizmente, o carimbo da casa. Trata-me por Sr. Conselheiro, e eu deixo-o, porque não vale a pena desiludi-lo. É nos Jeronymos que pensam repetir a exposiçao, mas com, parece, todos os objectos da primitiva, porque me diz deverem vir os objectos apresentados pelo Vaticano*.» Cf. Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 27 Fevereiro 1951 a 28 Setembro 1951.

[634] Exposição Internacional Colonial e Marítima de Antuérpia 1930; Exposição Colonial Internacional de Paris (Vincennes) 1931; Exposição Colonial do Porto 1934; Pavilhão Etnográfico da Diamang na Feira de Luanda 1938; Exposição do Mundo Português, Lisboa 1940; Exposição do Tricentenário de Luanda 1948; Missão Folclórica do Prof. Arthur Santos à Lunda e Alto Zambeze - Alguns documentos fotográficos da Missão, Lisboa, SNI, 1951; Exposição do Museu do Dundo - Exposição de Fotografias relativas ao Folclore Musical Angolano (Região do Alto Zambeze), Rio de Janeiro 1952; L'Art des Batshioko, peuple de l'Angola, Paris 1958; A Arte de um Povo de Angola, Salvador da Baía 1959; L'Art des Batshioko, peuple de l'Angola, Marselha 1959; Die Kunst der Vatchivokwe, einnes Volksstammes in Angola, Colónia 1961; Exposición de Arte Negro (del pueblo quioco, de Lunda - Angola), Madrid e Barcelona 1962; Tshokwe in Angola, Kunst eines afrikanischen Stammes", Viena 1965; A Arte de um Povo de Angola: Quiocos da Lunda, Porto 1966.

[635] Cf. "Bela Obra de Colonização de uma Empresa Capitalista." *Portugal em África.* Ano VI, 2ª Série, no. 35, Setembro-Outubro (1949): 257-63; Oliveira 1954; Azevedo 1958; Diamang 1958; *National Geographic Magazine* 1961 (*apud* Porto 2002: 326; 494); Diamang 1963; Silva 1969; Silva 1970.

[636] São estratégias delineadas e postas concertadamente em prática, como se depreende do registo de Ernesto de Vilhena: «*24 de Junho de 1949 (6ª feira) - (...) O Julio vae, a convite do Alexandre Castilho, almoçar com o Mendes Correia e o Bacelar da Silva, em um restaurante do Bairro Alto, na rua do Norte. Almoço animado, em que se falla nos trabalhos culturaes da Companhia e da Junta das Missões, na recolha do folclore, na falta de fundos para poder trabalhar, e na falta de collaboradores, no desinteresse do Ministro, e na burrice e má criação d'este. Bôa ocasião de travar aos de cultura relações uteis*.». In Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., 18 Fevereiro 1949 - 6 Julho 1949.

[637] DIAMANG. *O Romance Do Luachimo - Lunda, Terra De Diamantes: Argumento do Filme* s.l.: Companhia de Diamantes de Angola, exemplar dactilografado e autografado por Ernesto de Vilhena, 1965 (BNP S.A. 31103 V.).

Figura 75 - Ernesto Jardim de Vilhena com o Cardeal Patriarca de Lisboa, fotografia sem data © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

Nuno Porto caracterizou esta fase, que seria particularmente intensa entre 1950 e 1963, como o período em que se terá verificado «*a articulação de uma identidade corporativa por parte da Diamang, com o projecto colonial do Estado», «promovendo a noção segundo a qual ali também é Portugal*» (Porto 2002: 393). Nesta confluência das práticas, mas não necessariamente na formulação das ideias, Ernesto de Vilhena publica a última das suas polémicas, sustentada com Gilberto Freyre (1900-1987), que será divulgada para o público nacional, muito para além do uso interno da Diamang.

A narrativa dos acontecimentos demonstra como a Companhia, sempre com Vilhena à cabeça, procurou estrategicamente beneficiar do apoio ideologizado que Freyre trouxe a Portugal, mas nesta intenção acabaria por ser traída nas suas expectativas, enredada nos meandros do processo. No período em que Portugal enfrentava no plano internacional a censura mais forte, pela manutenção isolada de um modelo colonial serôdio e anacrónico, as ideias defendidas por Gilberto Freyre, o pai do luso-tropicalismo[638], foram acalentadas e apropriadas pela retórica do poder (e até pelas correntes pró-reformistas no seio do regime), que as considerou e as promoveu enquanto legitimação antropo-sociológica da capacidade de relacionamento dos portugueses com outros povos, ao enunciar «*um modo português de estar no mundo*»,

[638] Sobre o tema do Luso-Tropicalismo cf. Barbeitos 1997; Lucas 1997; Castelo 1998; Alexandre 1999; Moreira 2000; Pinto 2009.

que sancionaria a «*imunidade dos portugueses ao racismo*» (Castelo 1999: 14), comprovada pela miscigenação e pelo ecumenismo[639].

Freyre veio a Portugal em 1951, a convite do Ministro do Ultramar Sarmento Rodrigues, a quem José Osório de Oliveira (1887-1977) sugerira a ideia, deslocando-se depois às colónias portuguesas. Dentro da estratégia da Diamang, apresentava-se uma oportunidade de divulgação internacional de alcance inigualável, como Ernesto de Vilhena apontou no resumo dos acontecimentos marcantes dos dias 6 e 7 de Novembro de 1951: «*Tem-se tratado de ver com Gilberto Freire, no sentido de elle não deixar de nos visitar, quando for a Angola. Tem intervindo no caso um José Osório de Oliveira*[640], *que é um delegado do Secretariado de Informação junto da Agencia Geral das Colonias (é o contrario), e o Julio* [Júlio de Vilhena, filho[641]] *teve reunião de fallas, pelo telefone, com o próprio G. Freire sobre a sua ida à Lunda; como elle vae agora a Africa, mas deve regressar d'aqui a um mez, combinou-se que, à sua volta, eu conversaria, então, com elle. Confirma-se que o Cavaca*[642] *dissera, a respeito d'essa visita, que a Companhia "é o melhor que temos"*»[643]. A presença de uma missiva de Vilhena no arquivo documental de Gilberto Freyre, datada de 1951, corrobora o estabelecimento de um contacto directo junto do sociólogo (Castelo 2002: 441).

Em Lisboa, Freyre será alvo de todas as atenções por parte da Diamang. Vilhena anota que, a 14 de Dezembro, o filho Júlio vai ao cais para se despedir dele à partida para África, «*mas não o encontra; telegrafa-lhe para bordo*»[644]. A 29 de Dezembro, um telefonema do gabinete do Ministro Sarmento Rodrigues comunica que a visita à Lunda

[639] Andrade 1953.
[640] José Osório de Oliveira foi o intelectual e literato que dedicou parte significativa da sua obra à cultura e literaturas africanas de língua portuguesa. Destacou-se como um dos mais atentos leitores de Gilberto Freyre, devendo-se-lhe a divulgação em Portugal das ideias do sociólogo brasileiro (cf. Castelo 1999 e Castelo 2002). Colaborou com os Serviços Culturais da Diamang em várias ocasiões, de que resultaram publicações sobre o Museu do Dundo e a sua acção cultural (*Uma Acção Cultural em África*. 1954), como textos significativos sobre arte negra, nomeadamente sobre a escultura Tschokwe, que acompanharam exposições promovidas pela Companhia dos Diamantes em Bruxelas, em Paris, em Marselha, na Baía e em Colónia. Na sequência da publicação de *Aventura e Rotina,* afastara-se do mestre brasileiro, em total discordância com as opiniões manifestadas sobre o Museu do Dundo.
[641] Júlio Porto de Vilhena, filho do Comandante Ernesto de Vilhena, desempenhava neste momento funções na Diamang, no cargo de Administrador-director Administrativo, com responsabilidade directa pelos Serviços Culturais da Diamang.
[642] Rogério Augusto Cavaca, natural do Redondo, era engenheiro de Minas, pertenceu ao Serviço de Fomento Mineiro e foi director-geral dos Serviços de Prospecção da Junta de Energia Nuclear.
[643] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 28 de Setembro 1951 a 18 de Fevereiro 1952: «*6 e 7 de Novembro de 1951 (3ª feira)*».
[644] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 28 de Setembro 1951 a 18 de Fevereiro 1952I: «*14 de Dezembro de 1951 (6ª feira)*».

fora incluída no roteiro da viagem de Freyre[645]. Passado o ano, o distinto intelectual brasileiro está de regresso a Lisboa e, nesse momento, Vilhena comenta, satisfeito: «*O Gilberto Freire voltou de Angola e Moçambique e, segundo o Grillo, a quem o José Osório fizera confidencias, as suas impressões da Lunda (onde esteve um dia) são o de que tudo está muitissimo bem organizado e muito perfeito, em ordem, em disciplina e em acabamento, mas que não sente calor nas relações dos individuos entre si - suponho que queria referir-se sobretudo só às relações de brancos com pretos, que a organização é perfeita mas o conjuncto lhe faz lembrar um Estado totalitario, em que tudo estivesse disposto para conseguir um mesmo objectivo, bem regulado, mas sem margem para expressões individuaes fóra da pauta adoptada. O Julio contesta bem estas afirmações, é possivel que se falle a esse respeito, no jantar que o Grillo dá hoje ao G. Freire, e para o qual convidou, alem do Julio, o casal Luiz Trigueiros*[646] *e o José Osorio de Oliveira e mulher. (...) Realisou-se o jantar a que acima me refiro, tendo-se passado agradavelmente, com a ajuda do Champagne, de que eu mandara ao Grillo uma caixa. O Julio fez mais algumas deixas do folclore recolhido pela missão que na Lunda se ocupa n'esse serviço, deixas que, segundo parece o G. Freire, apreciou, tendo dito, no fim, ao Julio, que eram muito bonitas.*»[647].

Uma semana mais tarde, os acontecimentos sucedem-se, como o Comandante reporta: «*29 de Janeiro de 1952 (3ª feira) - Preparo, e entrego ao Julio, a carta pela qual agradeço ao Gilberto Freire a sua visita à Lunda, e lhe ofereço o livro sobre a restauração da Bahia. (...). 30 de Janeiro de 1952 (4ª feira) - (...) Gilberto Freyre seguiu, por mar, para o Brazil, tendo ido à despedida o Julio. Antes havia eu enviado uma carta em que agradecia a visita feita à Lunda, embora lamentando que só lá tivesse estado só um dia, e com a qual lhe enviasse o livro hespanhol de 1676 sobre a Restauração da Bahia, em tempo de Philipe IV de España (3º de Portugal). O Julio esteve a bordo, conversando com o homem, fallou ao Ministro e recebeo um abraço de despedida, com cumprimentos para mim etc. Parece que a lembrança que se lhe deo lhe agradou, houve referencias à carta que lhe escrevi etc. Diz-se que elle pensa vir, de novo, a Portugal, para, sem prisões nem compromissos officiaes, poder dedicar-se aos*

[645] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 28 de Setembro 1951 a 18 de Fevereiro 1952I: «*29 de Dezembro de 1951 (Sabado)*».
[646] Luís Forjaz Trigueiros (1915-2000), literato, ensaísta, jornalista, era neste data director do *Diário Popular*.
[647] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 28 de Setembro 1951 a 18 de Fevereiro 1952: «*23 de Janeiro de 1952 (4ª feira)*».

seus usuaes estudos.»[648]. Não havia, portanto, grandes motivos para falta de confiança no resultado da operação.

Gilberto Freyre visitou a Lunda em Dezembro de 1951, como vimos. Em 1953, no Rio de Janeiro sai do prelo *Aventura e Rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*[649], o diário da viagem ao «*mundo português*», do qual constam as impressões registadas sobre o Dundo. Em Lisboa não tardam as reacções; do lado do governo foram amplamente celebradas, mas na Diamang caiem mal. Antes do Natal desse ano, Ernesto de Vilhena comenta que Simões Neves (administrador representante do Governo na Diamang) «*leu o livro do Gilberto Freire, e está indignado, com razão: o homem parece, até, estar maluco, pelas sandices que diz; grande elogio do Agapito, etc. Tenho de o lêr.*»[650]. Dias mais tarde, acrescenta que Simão Neves, «*que já leo o livro do Gilberto Freire, chama-lhe "macaco", e que eu devo responder-lhe por aquella maneira que "o sr. Vilhena" tão bem sabe fazer". Eu ainda não o li, mas, pelo que ouço, parece que despertou a toda a gente, até ao do Cameira, que o acompanhava, na qualidade de policia do Governador Geral*.»[651]. Entre Fevereiro e Junho de 1954[652], Vilhena ocupa-se em casa na leitura aturada da obra de Freyre, preparatória da sua resposta[653]. Em meados do mês seguinte, a réplica está pronta para publicar. Sai a 16 de Julho, em duas páginas inteiras de *O Diário de Notícias*[654], e depois num opúsculo de trinta e seis páginas dado à estampa em

---

[648] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 28 de Setembro 1951 a 18 de Fevereiro 1952.

[649] A edição portuguesa é do ano seguinte, Lisboa: Livros do Brasil, 1954.

[650] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 22 de Outubro 1953 a 31 de Maio 1953: «*21 de Dezembro de 1953 (2ª feira)*».

[651] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 22 de Outubro 1953 a 31 de Maio 1953: «*De 24 a 27 de Dezembro de 1953 (5ª feira a Domingo)*».

[652] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 22 de Outubro 1953 a 31 de Maio 1953: «*21 de Fevereiro de 1954 (Domingo) - Na cama, idem. Trabalhando, e relendo o livro do Gilberto Freire, a vêr por onde lhe hei de pegar. (...).28 de Fevereiro, 1 e 2 de Março 1954 (Domingo, 2ª e 3ª feira do Entrudo) - Em casa, trabalhando no comentario ao livro do Gilberto Freyre. (...). 21 de Março de 1954 (Domingo). - (...) Às voltas com o Gilberto Freyre. 22 de Março de 1954 (2ª feira). Fico em casa, amarrado ao Gilberto Freyre, que me está dando bastante trabalho. (...) 25 de Março de 1954 (5ª feira). - Mando dizer ao Simão Neves que pouco teria a dizer-lhe, em reunião ordinaria, e me dispense, porque vou ficar em casa para adiantar o comentario ao Gilberto Freyre. (...) 5 de Abril de 1954 (2ª feira) - (...) Hontem, domingo, quiz ocupar-me da resposta ao Gilberto Freyre, mas não me senti com disposição para isso. (...). 15 e 16 de Abril de 1954 (5ª e 6ª feira santas) - Em casa, tratando da Nota sobre o Gilberto Freyre, e lendo relatorio da Companhia. (...) 5 de Maio de 1954 (4ª feira) - Fico em casa, porque me sinto muito constipado, e para adiantar a resposta ao Gilberto Freyre*».

[653] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 1 Junho 1954 a 14 Março 1955. - *10 de Junho de 1954 (4ª feira) - Em casa, trabalhando. Começo a ver o fim da "Aventura e Rotina".*»

[654] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 1 Junho 1954 a 14 Março 1955. «*14 de Julho de 1954 (4ª feira) - (...) Trabalha-se para fazer publicar o artigo sobre Gilberto Freyre, amanhã,*

Luanda[655]. As repercussões do confronto não tardaram, chegando quer do círculo da Diamang, quer do aparelho de Estado e dos correligionários do regime. Vilhena cumpriu a tarefa de defesa e por ela foi aplaudido. Regista no *Diário* ter feito «*sensação*»: «*Telefonemas, cartões e cartas de felicitações. Vê-se que muita gente desejara depois, ou que eu dissesse ao G. Freyre, aquillo que eu disse, e não tinham coragem para o fazer. Até o Lupi. apesar da sua conformidade com tudo. Fallou o Dr. Marcello Caetano, como era natural, visto eu o ter citado. Uma das primeiras pessoas a falar-me foi o Dr. Brandão, do que gostei. O Callens murmurou que lhe servia para aprender portuguez, e o Empis nada disse*»[656]. Em Agosto, a contradita ainda estava na ordem do dia; Vilhena continuou a receber manifestações de apoio[657]. José Osório de Oliveira visita-o, assinalando-lhe a importância da publicação da resposta a Gilberto Freyre no Brasil, para onde está de partida, mas o Comandante recusa, não pretendendo dar mais ênfase à polémica[658].

O argumento de *A Crítica de Uma Crítica*, subtítulo da resposta de Ernesto de Vilhena a *Aventura e Rotina* de Gilberto Freyre, não tem como objectivo pôr em causa o conceito de luso-tropicalismo, que *«está certo, na sua essência*»[659] (p. 5), mas recusa a importância da miscigenação e da mestiçagem enquanto valores absolutos da acção portuguesa em África.

O discurso estrutura-se de modo remissivo, ao divulgar ao leitor as apreciações publicadas por Freyre e ao rebatê-las ponto a ponto. O que ressalta da sua leitura é a notação impressionista, empírica e apressada dedicada à Lunda, ao Dundo e à Diamang, quando Vilhena esperava, como não poderia deixar de ser, «*a feição de verdade científica*» (p. 6). Contrapõe ao «*lamentável exagero*» (p. 10) do opositor a clarificação

---

no "Diário de Notícias". (...) A 1ª prova do artigo vem mais limpa, sem as notas que empatam a leitura geral dos jornaes diarios. (...) 15 de Julho de 1954 (5ª feira) - (...) O artigo sobre o Gilberto Freyre deve sair amanhã no "Diário de Noticias".»

[655] *Aventura e Rotina. Crítica de uma Crítica* terá uma segunda edição no ano imediato, publicada desta feita em Lisboa, em 1955.

[656] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 1 Junho 1954 a 14 Março 1955: «*16 de Julho de 1954 (6ª feira)*».

[657] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 1 Junho 1954 a 14 Março 1955: «*5 de Agosto de 1954 (5ª feira) - Bastante embaraçado com as respostas a dar a toda a gente, que me disse coisas pelo artigo publicado no "Diario de Noticias".*»

[658] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 1 Junho 1954 a 14 Março 1955. «7 de Agosto de 1954 (Sabado) - (...) *Hoje, veio o J. Osorio de Oliveira despedir-se, de viagem para o Brazil. Lá lhe disse o que tinha a dizer. Queria elle que eu publicasse o meo artigo no Brazil, com um outro titulo; expliquei-lhe as razões porque não podia dar seguimento à ideia, entre as quaes, o de que eu não estava em posição, nem tinha tempo, para sustentar a polemica, que viesse a produzir-se.»*

[659] Citamos a partir de Ernesto Vilhena. *Aventura e rotina: crítica de uma crítica*. Luanda, 1954.

do que é a Companhia, qual o seu projecto, o que é o Dundo e o *«mundo*» (p. 11) Diamang, «*um enorme complexo de órgãos humanos e mecânicos cuja concatenação e funcionamento harmónico exigem um código e regulamentos adequados, e um comando que a tudo presida e tudo decida em última instância*» (Idem). São as ideias sobejamente apresentadas por si em textos anteriores, que constituem o modelo de colonização que defende e pratica, sedimentadas no organicismo cientista em que hierarquia, ordem, método, trabalho intenso e produtivo confluem para o sucesso da empresa, da fórmula de colonização e, em última instância, da civilização (p. 12).

O que Freyre não encontrou e esperava encontrar foi, segundo Vilhena, o «*democraticamente mestiço»* (idem). Desmente a impressão transmitida do Dundo como um espaço policiado, friamente vigiado, "hospitalizado", que considera só ser possível numa perspectiva de fantasia cinematográfica (p. 13) que nada tem a ver com a realidade do centro operacional da Companhia.

O que se registava, naquele momento, na conjuntura política internacional e nas atitudes perante as colónias, era um caminho «*em marcha acelerada e desordenada para objectivos ainda mal definidos, ou que, quando realizados, o foram por fórmulas políticas que a ninguém satisfizeram, e deixaram de pé os anteriores problemas da raça e do trabalho, do convívio social, do esforço e acção superiormente orientados em vista do bem geral da comunidade*» (p. 15). Questões como a habitação, a mecanização, a política indígena, as influências belgas do sistema – ao nível de um «*racismo, que é de origem belga*» (Freyre *apud* Vilhena: 19) -, não teriam fundamento, nos moldes em que Freyre as colocara. A conduta da Diamang para com os indígenas não era racista, antes «*a clássica e tradicional orientação portuguesa, que considera o negro como um companheiro útil, simpático, de todos os dias, que o incita ao trabalho, mas a quem (...) se proporciona tudo*» (p. 21). O paternalismo bem compreendido pelo indígena, com quem se estabelecia uma relação familiar era, para o Comandante, o que melhor explicaria o «*sucesso do português junto do indígena africano*» (Idem); não havia lugar para a defesa da mestiçagem, tal como pretendia Freyre. "Arrumação" dos indígenas como objectos de museu, proletarização, segregação em função das actividades económicas, destribalização, desintegração cultural «*sob o impacto do industrialismo capitalista»* (Freyre *apud* Vilhena: 22) são afirmações do antropólogo brasileiro ao nível da abstração, que Ernesto de Vilhena confronta com a necessidade da

experimentação, do «*contacto in loco durante períodos assás* [sic] *longos*» (p. 22), para concluir que as culturas dos negros (sem almejarem alcançar a distinção da civilização) só pela acção dos brancos «*têm podido conservar-se e por vezes, aperfeiçoar-se*» (Idem) e, mesmo quando depuradas dos seus «*caracteres menos aceitáveis*» (p. 23), revelam-se «*pobres de elementos aproveitáveis, salvo no relativo a certas artes, como a música, a pintura rupestre, a fundição em bronze* (…)*, a escultura, designadamente em madeira, que neste momento é alvo de justificada curiosidade e interesse mas que, nem por isso deixa de se revestir de uma feição caricatural e infantil que logo revela o seu primitivismo, o qual poderia talvez evolucionar no sentido das modernas produções chamadas "abstractas", mas sem que, a meu ver, dessa eventual evolução viesse a resultar perfeição ou enriquecimento dos valores essenciais das artes referidas*» (p. 23). Defende mesmo a *«incapacidade evolutiva dessas culturas indígenas, antes do contacto com o branco e da influência alteradora nelas produzida*» (idem), o que pressupunha o abandono das culturas próprias e a adopção dos valores da «*nossa civilização*» (idem) para o alcance do progresso (p. 24).

A exploração dos recursos naturais do continente africano, dever imperativo das nações coloniais, teria sempre impacto sobre a mão-de-obra indígena, o que implicava, fatalmente, a destribalização, e assim explica que «*nós, Companhia, constatando esse fenómeno, fazemos o possível para o atenuar e para conservar, dessas culturas em via de desaparecimento, tudo o que possa concorrer para não serem definitivamente esquecidas pelos próprios que as produziram, e se não percam, inteiramente, para a Ciência, algumas das suas características- A criação e sucessivo engrandecimento do Museu do Dundo e a recolha do folclore musical dos povos da região não têm outros objectivos*» (p. 25). A reposição dos «*valores ancestrais*» ou a criação de «*uma nova base de desenvolvimento pessoal e social*» (Freyre *apud* Vilhena: 25), só poderia acontecer pela inclusão dos indígenas na *«nossa civilização*» (p. 25), pelo trabalho, pelos rendimentos sociais e morais adquiridos através desse trabalho, conforme sancionado pela prática e pela doutrina da religião cristã.

Segundo o Comandante Vilhena, o desconforto perante a "civilidade" do Dundo manifestado por Freyre sucedeu porque o observado «*não correspondeu ao que ele esperava, ou melhor, ao que desejava encontrar*» (p. 26). Não encaixaria nos quadros pré-estabelecidos pelo visitante, porque na Lunda não encontrou nem «*aventura*», nem

«rotina», quando colocado perante uma organização criada segundo princípios científicos, actuante com técnicas arrojadas e que contrariava activamente a ideia de «*miscegenação»* através da promoção da reunião das famílias dos trabalhadores indígenas nos centros de produção. O conceito que Freyre procurara não tinha nem o carácter geral, nem era indispensável para a fixação do europeu em África, porque nestas condições, no «*mundo português*», só existiria no Brasil e em Cabo Verde. A miscigenação teria acontecido no período de «*adaptação*» (p. 27) aos novos territórios, mas a esse seguiram-se os tempos da *«penetração»* e da *«exploração»* (idem), e o progresso civilizacional só viria a ser alcançado através da intervenção de «*raças de proveniência exterior, mais avançadas*» (idem). O Brasil era todo um mundo diferente, em que reconhece a mestiçagem como um *«substratum»,* mas não como força motriz civilizacional, sobre o qual intervinham muitas outras culturas.

Quanto a Angola, a miscigenação não constituía o elemento indispensável para o futuro «*da Província*» (p. 28). Angola não era um «*novo Brasil*» (p. 29), não tinha sequer a mesma importância territorial, natural e etnográfica. Vilhena preconiza, então, que no futuro ela possa *«vir a ser uma extensão étnica, política, económica do Portugal Continental, com o predomínio, nos órgãos provinciais, do Governo e da administração de elementos nacionais de raça branca, o que não impedirá a colaboração de nativos, porque, neste particular, é ainda a fórmula de Cecil Rhodes: "Equal rights for all civilized men*", *a única justa e sensata, que aparece, sobrevivendo e dominando toda essa confusa multidão de fantasiosas teorias com que actualmente e a tal respeito pretendem submergir-nos*.» (p. 28-29). Retoma as velhas ideias de descentralização, relativizada pelo grau de civilização adquirido por cada colónia, que sempre defendera, mas moldadas à política do tempo corrente, com a pretensa unidade nacional/administrativa do Minho a Timor no horizonte, ao considerar a colónia como uma extensão da metrópole, como ficara consagrado na Constituição de 1951. Tal extensão só seria possível, quanto a si, a Angola, «*integrada no mundo atlântico*» (Caetano *apud* Vilhena: 30), isolada, diversa da conexão índica de Moçambique (p. 30).

Nesta sequência de ideias, "esquecendo-se" de mencionar Freyre, traz à colação toda a sua experiência de africanista e o conhecimento de duas realidades distintas, separadas cinquenta anos, para apresentar os factores que, quanto a si, seriam os determinantes da destribalização e do fenómeno da «*destropicalização do continente*

africano» (p. 35): a «*humanização das condições climatéricas»* (p. 32), a transformação da habitabilidade dos territórios, a ecologia humana e social (p. 34), o domínio da civilização europeia, o progresso (idem). Nestas vias, «*a vida da Metrópole e dos que a habitam e a do Ultramar se vão entretecendo cada vez mais apertadamente*» (p. 35), naquele que considerou dever ser «*o futuro*, *ou destino, se assim quiserem, da nossa Angola*».

Na construção do texto, Ernesto de Vilhena faz convergir todo o seu passado e manifesta os compromissos públicos com o presente. A empresa coleccionista é edificada em tempos paralelos, segundo um modelo de organização similar, como veremos a seguir.

PARTE II

A COLECÇÃO VILHENA. ARQUITECTURA DE UMA COLECÇÃO NACIONAL DE ESCULTURA.

Figura 76 - Ernesto Jardim de Vilhena, in Leiria e Nascimento. Leilão Colecção Comandante Ernesto Vilhena. Parte II, 27 Novembro 2001 © Leiria e Nascimento, Lda

II. 1. O Coleccionador e a Colecção

Ernesto de Vilhena foi "cientificamente" coleccionador, tal como foi sistematicamente gestor e cientista da colonização. Essas condições ser-lhe-iam naturais, como a qualquer outra personagem que tivesse participado nas revoluções cientistas, sobretudo quando interpretadas à luz da importância que objectos, textos, linguagem e nomenclatura/classificação tiveram na raiz da educação tardo-oitocentista recebida por Vilhena em herança e na qual se formou[660]. O Comandante não foi, todavia, um coleccionador de *naturalia*, nem de *mineralia*, nem de objectos da cultura científica, nem sequer se especializou nos artefactos da cultura material africana de que esteve sempre próximo. Esse mundo exógeno ficou reservado apenas aos territórios da Diamang.

Para si próprio, para guardar na privacidade doméstica ou para mostrar aos outros como propriedade etiquetada sob o seu nome[661], coleccionou aqueles objectos que considerou serem obras de arte e livros. Nos parâmetros que lhe guiaram as escolhas e nos métodos com que operou estiveram subjacentes, no entanto, normas classificatórias, que mentalmente o conduziram na procura de caracteres definidos e das diferenças ou variantes das peças. Não se entenda, apesar disso, que no primeiro acto de coleccionar terá partido de uma ideia absoluta do que pretendia, o que, aliás, contrariaria a compulsão coleccionista que, como veremos adiante, o moveu - a "coleccionite"[662], visceral e apaixonada por definição[663] -, mas antes, que o processo de construção do património objectual se regeu por regras.

Do mesmo modo, a descoberta das artes, experiencial, terá resultado de um sistema ordenador e de categorização dos objectos que adquiriu e a partir dos quais empreendeu as pesquisas de espécies que deles derivavam: buscas que, suscitadas pelo gosto, intuitivo sexto sentido, foram concretizadas em territórios geográficos precisos que podem ser mapeados através das viagens de re-conhecimento. O mundo estava

[660] Eddy 2008: 283-292.
[661] Braudillard 1994: 8 -«*Thus any given object can have two functions: it can be utilized, or it can be possessed. The first function has to do with the subject's project of asserting practical control within the real world, the second with an enterprise of abstract mastery whereby the subject seeks to assert himself as an autonomous totality outside the world. The two functions are mutually exclusive.»*
[662] Pierrat 2011.
[663] Molfino e Molfino 1997.

repleto de coisas e de artefactos que devia avaliar obrigatoriamente pela materialidade, pela estética e pela história, procurando obras únicas ou formando séries e preenchendo lacunas. A abundância de obras que caracteriza a colecção Vilhena ilumina-se assim de significado, ideologicamente próxima da polivalência artística das *kunstkammer* tal como as entendeu Julius von Schlosser[664]. A especialização em domínios artísticos determinados, não o conduziu à exclusão de outros, os objectos explicavam-se entre si porquanto explicavam a história e a cultura e a sua própria estória.

Afirma-se em público como um coleccionador de fragmentos históricos e construtor de um feito memorável para Portugal. A partir dos valores presentes nessa auto-leitura, poderá ser percepcionado como um antiquário no sentido habitual do termo[665], sujeito ao domínio da história, considerando os objectos a partir dos seus espaços, nos seus tempos. Apesar da manifesta distância de uma atitude arqueológica, as preferências de gosto, que perpassam através das peças que acumulou, traduzem uma incessante vontade de representação da identidade nacional nas artes, no que conflui ideologicamente com o espírito da época e com uma ideia de cultura nacional veiculada pela elite intelectual portuguesa da primeira metade do século XX, por mais ideossincrasias que a este conjunto social possam ser assacadas ou nele serem identificadas.

A voracidade de Vilhena ao coleccionar torna-se evidente perante as dimensões que a colecção atingiu. Uma empresa desta envergadura supôs um método preciso no qual, analiticamente se identificam fases sucessivas, primeiro da especificação do coleccionável; segundo da aquisição sistemática e terceiro, da inserção de cada um dos objectos na colecção[666]. A primeira fase correspondeu à procura, que implicou saber reconhecer o que de interessante existia e, de entre as peças, escolher aquelas que, para ele, tinham verdadeira importância. Todos estes actos pressupunham investimentos de

[664] Schlosser (1908, utilizamos a ed. espanhola de 1988) operou com uma noção extensa e integral da arte, considerando as Belas Artes e as Artes Decorativas ou aplicadas, não distintas em maiores ou menores, também com fronteiras muito ténues entre a produção artística e a criação dos objectos extraordinários. (cf. Pomian 2005: 45-46). Neste nosso entendimento não entra a reavaliação dos conceitos empregues por Schlosser promovida pela historiografia contemporânea (cf. Falguières 2010).

[665] Rudolph 2006: 6 - «*Antiquarianism being a form of the study of the past that is based on physical as well as literary remains, typically with an aim toward classification rather than a comprehensive historical view*».

[666] Seguimos *grosso modo* o modelo de análise definida por Biasi 1980 sobre o sistema e os desvios da colecção, em que o autor se debruça sobre a estrutura produtiva e processual da personagem do coleccionador criada por Balzac em *Le Cousin Pons* [Paris, 1846-1847, in *Les Parents Pauvres*. Paris: Chlendowski et Pétion, 1847-1848.].

tempo e de energia, assim como a prática científica da observação. A segunda fase, a da operação da compra, demonstra o conhecimento e o negócio, ou seja, a recolha de informação sobre cada objecto a adquirir, as relações estabelecidas com os intermediários e os vendedores. Na última etapa, a peça entra na colecção e adquire o estatuto de obra de arte coleccionada, transformada em objecto de posse, de prazer e desfrute, contribuindo para a construção da memória individual do coleccionador, por um lado, e "resgatando"[667] a cultura e a arte nacionais, por outro.

Encontramos assim um sistema operativo aplicado com um fim ideal, a empresa coleccionista, onde Vilhena actua como profissional, com o propósito exacto tomado à letra, muito diverso da actividade de uma personagem mimetizadora dos gestos do esteta virtuoso, ou do curioso dos estereotipos dos coleccionadores europeus e americanos seus contemporâneos.

Não tratou os objectos adquiridos como meros entesouramentos, nem a actividade coleccionista resultou da simples consciência do valor económico da arte (de que era conhecedor) e muito menos de uma cultura de consumo[668]. O padrão de aplicação da riqueza obtida teve pouco em comum com outros pares sociais portugueses. Não investiu em bens imóveis, fossem eles urbanos ou rústicos[669]; a única propriedade imobiliária que deteve foi a casa de Lisboa, como será o jazigo cuja aquisição providencia[670]. Embora o investimento da fortuna na compra de objectos artísticos tenha sido efectivo, no entanto, a empresa propunha-se um objectivo maior e nacional.

A construção da colecção Vilhena, a reunião total dos objectos, terminou no momento da morte do coleccionador. O conjunto patrimonial ficou fechado em 1967 e

---

[667] Recuperamos o termo de Porto 2001, quando este autor aplica o conceito de «*resgate*» à empresa de construção de memória da Diamang realizada por Vilhena.

[668] Pinchera 2006.

[669] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*., ms. de 16 de Dezembro 1955 a 18 de Novembro 1956: «*15 de Maio de 1956 (3ª feira) - (...) Bessa conta que em um almoço em que estão varios, se falla de antiguidades, e de mim, dizendo o Bessa que eu não tenho nem predios nem titulo, e que vê tudo aquillo, mas com um enorme valor. Ora em certa altura, o Lumbrales diz que eu compro coisas muito baratas ao Padreco! A Besta!*».

[670] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*., ms. de 16 de Dezembro 1955 a 18 de Novembro 1956: «*4 de Março de 1956 (Domingo) - (...) Da gare fomos vêr o jazigo dos Prazeres, que está a acabar e me querem vender. Custa 85.000$00. Aceitamos e vamos escolher um advogado que trate de tudo o que houver a fazer para a aquisição se effectuar.*». Idem: «*4 de Maio de 1956 (6ª feira) - Às 11 horas estive no notario Teixeira Lopes, rua da Victoria 94, 1º para assignar a escritura da compra do jazigo no cemiterio dos Prazeres. A venda foi feita por D. Maria Rosa de Jesus Bento, por 85.000$00, dos quaes 20.000$00 foram de signal.*».

os seus contornos identitários podem caracterizar-se como absolutos apenas a partir dessa data. Teve, no entanto, ritmos de constituição, pelos despertares sucessivos do Comandante Ernesto de Vilhena para áreas determinadas, motivados quer pela descoberta das artes, quer pelo eco público que os núcleos que foi mostrando acabaram por ter, conduzindo-o em simultâneo a uma exploração contínua de novos rumos de interesses. As fontes escritas produzidas directamente por Ernesto de Vilhena[671] permitem operar um corte estratigráfico de cinquenta anos, decorridos entre 1906 e 1956, nos seus noventa e um anos de vida. Nos registos pessoais constantes dos *Cadernos de Viagem*, *Diários* e das *Agendas*, todos tipologicamente classificáveis como diários, ao longo dessas cinco décadas expõe-se a personalidade de um comprador compulsivo e indómito. Em todos os lugares, quaisquer ocasiões e circunstâncias foram pretexto para comprar, desde as viagens por África ao assinalar aquisições[672] ou ao reconhecer que após a pesquisa nada encontrou[673], no caminho para férias[674] ou para as jornadas de prospecção de peças, nas capitais europeias onde se deslocou em trabalho[675] ou nos actos comuns e mais correntes do quotidiano[676].

[671] Cf. Introdução, "Das Fontes".

[672] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens: *Caderno de viagem Nº 8*, ms., 10 Agosto 1919 - 6 Janeiro 1922, fl. 51v, Cidade do Cabo, 29 e 30 de Setembro de 1919: «*Comprei muitos livros no Cabo, tendo gasto, n'elles e em outras cousas cerca de £ 35.*».

[673] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens: *Caderno de viagem Nº 5*, ms., Janeiro 1919 - Março 1919: «*17-Fevereiro - 1919 (...) Fui fazer compras, andei por muitas lojas, vi muitos rapazes brancos de pé descalço, muitos caixeiros brancos, tambem, e muitos gardões pretos, com o nariz fincado sobre a borda do balcão, pedindo coisas varias. Grande falta de artigos, e quasi absoluta ausencia de generos e productos estrangeiros*.».

[674] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda Gabinete 1945*, ms.: «*3 de Agosto de 1945 (6ª feira). Largámos, pelas 9h 30m para o Porto, com passagem na Foz do Arelho, onde almoçámos com o Julio, e em Alcobaça, onde comprei 11 cobertas da terra ao Vazão.*».

[675] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), *Agenda*. *De 5 de Maio de 1947 a 16 de Julho de 1948*, ms.: «*28 de Novembro de 1947 (6ª feira)* - [Em Bruxelas] *Vamos, de manhã, ao oculista e procurar as perolas - imitação que a Amelia deseja. (...) 29 de Novembro de 1947 (Sabado) - Vamos as joalharias da rue d'chauburg, onde vejo a "acqua-marine", que elles conseguiram arranjar e que é boa. Compro-a por 33.000 f.b. e mais um azul com ametista por 28.500. Total 61.500, que levanto no bureau. Procuro, ainda, as perolas, sem as encontrar, e vamos a uma exposição de antiguidades, que não estava mal, mas sem nada de muito especial*.». Idem. *Diário*, ms., de 15 Março 1955 a 13 Dezembro 1955: «*24 de Maio de 1955 (3ª feira) (...)* [Em Bruxelas] *Compras diversas.*». Idem. *Diário*, ms., 18 Fevereiro 1949 - 6 Julho 1949: «[Em Bruxelas] *28 de Abril de 1949 (5ª feira) - De manhã, fomos a compras: medicamentos, rendas. A seguir no bureau.*». Idem. *Diário*, ms., de 1 Junho 1954 a 14 Março 1955: «[Paris] *30 de Novembro 1954 (3ª feira) - Compras*.».

[676] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 1 Junho 1954 a 14 Março 1955: «*31 de Dezembro de 1954 (6ª feira) - Dia ainda mais atarefado, para ser o ultimo do ano. Chamado ao Gamito, comprei lá uma mesa indiana, "olho de perdiz", um pouco maior do que a que tinhamos; pela tarde, vem o Kamenesky com um bôa colcha do seculo XVII, e vou ao Pinto, da rua do Mundo, a comprar aquella Senhora com Menino, que elle tinha em casa, e trouxera para a loja*.».

A compra foi, porém, especializada, votada às «*antiguidades*», às peças «*antigas*», vocábulos que ele próprio utiliza por exemplo nas anotações das diversas passagens por Alcobaça, pela casa comercial Vazão[677], como lemos em «*7 de Agosto de 1946 (4ª feira)*»: *«Largamos pelas 10h 30m para a Curia, pela Foz do Arelho onde chegamos duas horas depois, e almoçamos com o Julio. Estão as filhas do Costa das Meias[678], e conversa-se sobre antiguidades. Chegada à Curia pelas 7 horas, depois de uma paragem no Vazão, em Alcobaça*»[679]; e em «*9 de Setembro de 1952 (3ª feira)*»: *Fizémos bem a viagem de Lisbôa até aqui, com paragem em Alcobaça, onde o Vazão, que está cheio de imagens de madeira, de 3 almas, algumas das quaes conta vender (e vende!) em Paris (!) me vende 3 travessas de ceramica de Alcobaça, mas de cores menos berrantes, e dá a noticia de que se não encontram já as conhecidas cobertas, antigas; tudo esgotado.*»[680].

A origem da apetência antiquária não pode datar-se com precisão, mas o que se verifica nas narrativas, desde a juventude, é que as «*antiguidades*» se transformam em obsessão. Dominam-no, regista-as em contínuo nas diferentes ocorrências da vida, ao anotar, insaciavelmente atento, tudo aquilo que lhe é dado ver[681]. Velórios e funerais daqueles que com ele se cruzaram[682], também são momentos em que se detém a observar e a descrever não só as pessoas, mas também os objectos que o rodeiam, como

---

[677] Trata-se de Luís de Campos Vazão, comerciante de antiguidades de Alcobaça, várias vezes mencionado por António Saraiva Nunes na correspondência com a família Vilhena. Cf. Doc. II.3. Ano 1934, Cartões postais ilustrados de Saraiva Nunes para Maria Amélia de Vilhena, Coimbra, 28 de Outubro.

[678] Pedro Costa, proprietário da Loja das Meias em Lisboa, era coleccionador reputado.

[679] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda*. De 1 de Janeiro de 1946 a 4 de Maio de 1947, ms.: «*7 de Agosto de 1946 (4ª feira)*».

[680] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 26 de Agosto 1952 a 14 de Março 1953: «*9 de Setembro de 1952 (3ª feira)*».

[681] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., De 22 Outubro 1953 a 31 Maio 1954: «*4 de Maio de 1954 (3ª feira) - Esqueceo de escrever acima, que hontem, 2ª feira, fui à Sociedade de Geografia ouvir a conferencia do Frederico Cruz sobre "O Mundo Angolano" (...). Tive ocasião de vêr os dois grandes bronzes do Benim, que existiam já no meo tempo da guarda-marinha, mas que eu não tive nunca occasião de examinar de perto*.».

[682] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., 17 Julho 1948-17 Fevereiro 1949: «*4 de Janeiro de 1949 (3ª feira) - Enterro no cemiterio das Lapas; depois da missa de corpo presente na Egreja do mesmo nome. Grande concorrencia; muitas corôas de flores. Entregaram-me a chave da urna, que devo conservar na mão, durante a cerimonia. Observam aqui muito mais estreitamente que no sul as tradições, e costumes relacionados com a religião. Voltamos a Gaya, onde almoçamos. Saimos, depois do almoço, a vêr antiguidades, e voltámos, à noute, a Gaya, a despedirmo-nos.*». Idem. *Diário*, ms., 18 Fevereiro 1949 - 6 Julho 1949: «*15 de Abril de 1949 (6ª feira) - Falleceu hontem, o Paulo Ferreira, o que me fez muita pena, porque era um homem agradavel, bem educado e grande amador de livros e de coisas antigas. Enterrou-se hoje pelas 5 horas nos Prazeres. Estive com a Amelia na casa, nova, d'elles, na Praça Almirante Reis, no cemiterio. Muita gente. Doença do coração, que se lhe deve ter agravado com a operação que sofreu e, provavelmente, o trabalho da montagem da nova casa.*».

aconteceu durante as cerimónias fúnebres de Brandão de Melo[683] (*vide* Parte I, I.3) ou nas de Fausto de Figueiredo (1880-1950), presidente do conselho de administração da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses e fundador da Sociedade Estoril[684], por vezes reiterando ou, então, desfazendo impressões mais antigas[685]. Situações idênticas repetem-se nas visitas aos colaboradores das empresas a que estava ligado: entrar na intimidade dos que lhe eram próximos significava assinalar e classificar os objectos que estes possuíam[686].

---

[683] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., 7 de Julho 1949 - 10 Fevereiro 1950: «*12 de Fevereiro de 1950 (Domingo) De manhã, recebo comunicação, de casa da D. Izabel, de que, pelas 6 horas da manhã, havia fallecido o Brandão de Mello. Fallo para o Castro, que ainda às 10h estava mettido na cama, e digo-lhe para prevenir os membros do Conselho de Administração e Fiscal, e que eu, pelas 2h30m estarei em casa do fallecido. A essa hora lá encontro os collegas, que me esperavam à porta, e com os quaes entro. O Coronel está na cama pequena, de ferro, ao lado da enorme cama Imperio, que eu fui em tempo observar, e me diz, agora, a D. Eugenia, que era da casa da Torre de Murça e que, segundo a tradicção, n'ella terá dormido a D. Maria, rainha. Está vestido á militar, com condecorações.*». A descrição continua no *Diário* seguinte (de 13 Fevereiro 1950 a 14 Agosto 1950): «*12 de Fevereiro de 1950 (Domingo) - (...) Estavam varias pessoas da familia, entre as quaes uma rapariga nova, que me foi apresentada como prima, a Condessa (ou Viscondessa?) de Arcos de Val de Vez, e a viuva do Ayres de Ornellas a Dona Jajão, que está meio tarouca, e, que, depois de perguntar varias vezes, se eu era o Vilhena, chega à falla comigo, e relembra tempos antigos, em que eu jantava em casa d'ella em Lourenço Marques, e aqui em Lisboa, etc.*».

[684] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 13 Fevereiro 1950 a 14 Agosto 1950: «*6 de Abril de 1950 (5ª feira Santa) (...) Fui ao Estoril ao enterro do Fausto de Figueiredo. Casa sem grande interesse, salvas algumas peças do serviço Princeza, em armario, em sala que eu suponho seja a de jantar.*».

[685] Numa visita a Fausto de Figueiredo considerara com mais atenção as espécies coleccionadas, como lemos no [Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros)] *Diário* de 19 Fevereiro 1952 a 26 Agosto 1952: «*21 de Agosto de 1952 (5ª feira) - Vamos hoje jantar a casa do Fausto de Figueiredo, que nos convida no intuito, principalmente, de nos mostrar um jogo completo dos "Grés of London", que lhe comprou, em Londres, o Duff, e que lhe custou, diz o Julio, talvez à roda de 100 contos. O Duff tambem m'o disse, mas citando uma cifra em libras, um tanto mais basica.* (...) *Jantar em casa do Fausto. Notavelmente interessante a collecção dos "Crés of London"; creio ainda mais e harmoniosos. Algumas salas com livros, uma parte d'elles, pelos menos, em grande confusão; pelo chão, envelopes, ainda por abrir. Em uma das salas, obras de grande valor, pela sua raridade e assumpto tratado. A collecção de mapas, nas paredes, interessante tambem.*».

[686] Espólio de Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens: *Caderno de viagem Nº 12*, ms., 25 de Outubro 1922-27 Junho 1929, fl. 81-81V: «*9 de Junho 29 - Domingo. Boa viagem, de Lisboa à Madeira, o que não admira n'esta epoca. (...)* [Na Madeira] *Almoço com o Neves (...). Interior modesto, com alguns moveis apreciaveis, entre elles um cadeirão como aquelle que me custou 30.000 reis. Gravuras inglezas, coloridas, de um album do meado do seculo XIX, interessantes. Tambem, algumas grandes formas mezo-tint inglezas.*». Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 27 Fevereiro 1951 a 28 Setembro 1951: «*9 de Julho de 1951 (2ª feira) - (...) Almoço em casa do Morna. É um primeiro andar esquerdo, de uma enorme casa da rua Duque de Palmela, d'estas que ultimamente se construiram para se alugarem em andares e apartamentos. Casa nova, mobilada à moderna, em parte com moveis trazidos da India, de sissó; de interessante, sómente uma cama, em que elle dorme, d'essa madeira, tambem, alta, de columnas e docel, com cabeceira pouco alta, de typo completamente inedito, entre nós, aqui no continente; as cabeceiras são de desenho original, grossas e cavadas, em espiral, digo, em helice, pouco profundamente. Mostrou-me, tambem, um quarto com duas camas, para as duas suas irmãs, diz elle. Ha um terraço onde não fomos, com chapeo de sol de panos e côres. Na saleta da entrada, um retrato do dono da casa, a côres, não sei se em pintura; elle deve ficar muito vaidoso, só de olhar para tanta grandeza.*». Álvaro de Freitas Morna (1885-1961), capitão de mar e guerra, fora

Esta permanente avidez perante o mundo que tinha à sua volta, que o revela como coleccionador, não se distingue quando transposta para o universo individual. Nos comentários, fica implícito o sucessivo povoamento do mundo íntimo com os objectos. Qualquer pretexto serve para recordar as suas peças como, longe em Angola, no domingo de 10 de Junho de 1942, por exemplo, ao almoçar na ilha de Luanda com o capitão Barros e a família, *«conto coisas sobre antiguidades e a minha casa, disposição interior das casas antigas, alcovas, camas etc.*»[687]. Em cada item comprado e que lhe merece anotação, segundo as fontes que nos chegaram, repete-se o mesmo ritual, isto é, relaciona aquilo que vê com o que possui e, por hábito, valoriza o que entretanto tinha integrado na colecção, como se fará notar mais à frente. Vilhena é um coleccionador autêntico, um apaixonado por coligir peças e elas mantêm-se em permanência na sua memória.

Mostrar a colecção, torná-la acessível apesar do carácter privado da propriedade, constituiu um móbil de enriquecimento social e político que capitalizou simbolicamente a fama de Ernesto de Vilhena. Em paralelo, a divulgação pública, tal como a concomitante intervenção beneficente e magnânima junto de instituições culturais e sociais, estimularam pesquisas e despertaram linhas de interesse diversificadas no programa coleccionista. Ao rodear-se de especialistas, de profissionais nas ciências relativas a cada uma das áreas das suas posses, franqueando-lhes as portas da casa e desvelando-lhes o entesourado, colaborava com eles em missões de produção de conhecimento para o progresso da cultura, e tornava também evidente a necessidade do seu património para a história de Portugal, cuja antologia doravante só podia ser feita tendo em conta os objectos reunidos por si.

Qual o propósito atribuído, afinal, à colecção, é território de interpretação complexa. Por ter ido muito além do deleite obtido com as peças amadas, por ter criado um método de coleccionar de tal modo sistemático que o resultado lhe trouxe a glória e permitiu projectá-lo como quintessência de uma empresa que o celebrizou pelo "resgate" das peças da história da arte portuguesa, voltemos ao conceito, ultrapassou a sua temporalidade de indivíduo. Contudo, é no *modus operandi,* e no sentido final de

Governador-Geral de Angola, entre 1942 e 1943, antes de se tornar administrador da Diamang (cf. Keese 2003).

[687] Jorge Figueiredo de Barros, militar de infantaria, era funcionário da Diamang em Luanda. Cf. Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens: *Caderno de viagem Nº 17,* ms., 6 Fevereiro 1942 - 14 Junho 1942: «*Dia 10 de Maio de 1942 (Domingo)*».

que acaba por imbuir-se, que pode residir a resposta. A inexorabilidade da duração, da permanência, que perseguiu em toda a vida profissional repete-se, com a coerência de um indicador de personalidade, no coleccionador Ernesto de Vilhena, a quem os objectos garantiram a perpetuidade e que através deles continua presente no imaginário do património nacional.

Assim, a imagem social de Ernesto de Vilhena cresceu com a colecção, miticamente, à medida da sua riqueza privada e da distância real do mundo do português comum contemporâneo que a sua profissão lhe permitiu, como o irmão João o disse em público, em 1959: «*Porque, é certo que um homem rico, pode adquirir tudo quanto a sua fantasia deseja. E paga sem hesitar. Está neste caso um que eu conheço, que na sua moradia que data do tempo do Marquês de Pombal, e que foi de dois homens ilustres da Monarquia, acumula tudo quanto a sua fantasia e a sua esmerada educação de oficial de marinha, antigo governador colonial, administrador de grandes empresas, consegue encontrar. E são os raríssimos livros, as mais finas porcelanas chinesas, os preciosos trabalhos em marfim, as rendilhadas obras de vidraria, ferragens, quadros, imagens, tapeçarias, curiosidades artísticas de todos os feitios, um mundo de tantas coisas belas, que a nossa vista se perturba e fatiga.*»[688].

[688] João Jardim de Vilhena. "Colecções e Coleccionadores". In *Diário de Lisboa*. 4 de Outubro 1950: 10-11.

II. 2. Coleccionar património português

O valor da história era um dado adquirido no pensamento complexo de Ernesto de Vilhena, por herança, por formação e por erudição. Defendeu a sua aplicação na prática governativa e na prática empresarial, sob a influência do conceito de progresso subordinado ao poder da função social, cultural e política do conhecimento e da divulgação histórica, que poderiam servir de «*vínculo moral de coesão», «estímulo de resistência e impulso para novos destinos*» (Matos 1992: 51).

Enquanto indivíduo, segundo a consciência histórica pessoal, classificará os objectos do passado como valores culturais[689]. A cultura artística, ou melhor, a «*esthetica»*[690] como disse*,* teve fonte no sensualismo de H. Taine, como já vimos em capítulo anterior[691], mas ao longo da "carreira" de cientista coleccionador, esta aprofunda-se. Tal como no discurso histórico-antropológico em que se formou eram definidos e considerados diferentes estádios de civilização, e esteve subjacente na moldura conceptual dos vários textos de Vilhena, o mesmo aconteceu com a noção de cultura. Os objectos artísticos seriam-no também de civilização, não sendo portanto distintos dos objectos de cultura, como se depreende da transcrição de uma conversa mantida com o arqueólogo Scarlat Lambrino[692] e o cientista Herculano Amorim Ferreira[693], no primeiro dia de 1950, na casa de Simão Neves: «*O chá do costume, em casa do Simão Neves, no Estoril. Está o Amorim Ferreira, que vejo fallar bem o francez, e se envolve em discussão (amena) com o Professor Lambrinos (?), o mesmo que a Companhia ajudou a vir para a Faculdade de Lettras sobre "cultura popular". Quer elle dizer "arte popular"; o A. Ferreira sustenta que não ha uma "cultura popular", mas devia haver. Eu, pelo meu lado, lembro-lhe que a palavra "cultura", se emprega hoje para indicar um "estado de civilisação", atrazado ou adiantado, prehistorico, mesmo, e que, n'esta sciencia, o vocabulo é usual e corrente. Ao Professor, que sustenta que, em francez, cultura so se aplica ao que é material, advirto-*

[689] Crane 2000: 6-7.
[690] *Relatórios e Memorias sobre os Territorios pelo Governador Ernesto Jardim de Vilhena*. 1905: 208.
[691] Cf. Parte I.2.2.
[692] Refere-se a Scarlat Lambrino, arqueólogo romeno (Bucareste 1891-Lisboa 1964), especialista em epigrafia, antigo director do Museu de Antiguidades de Bucareste, radicou-se em Portugal onde foi professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
[693] Herculano Amorim Ferreira (1895-1974) foi professor catedrático de Física e, entre 1946 e 1965, dirigiu o Serviço Metereológico Nacional.

o, eu, de que elle acaba, precisamente, de empregar a palavra cultural.»[694]. Civilização aproxima-se do significado de cultura, implicando necessariamente a cultura material, seguindo o mesmo curso que a disciplina da antropologia coeva percorreu.

Em 1950, como lemos acima, Vilhena exprimia uma quase proximidade intelectiva com o historiador de arte Henri Focillon (1881-1943), cuja teoria enunciou as obras de arte enquanto objectos de civilização e de cultura, combinação de matéria e de conteúdo, mas sobretudo morfologia, a partir do ensaio *Vie des Formes*, de 1934[695]: todos os objectos tinham uma forma distinta que poderia ser confrontada com as formas de outros objectos relacionados com eles[696]. A associação que apresentamos não é ocasional, pois Ernesto de Vilhena conheceu a obra de Focillon, provavelmente a partir da sua apetência pela medievalidade, mas ela calará fundo no seu modo de coleccionar. Na Biblioteca, o título *Art d'Occident. Le Moyen Âge Roman et Gothique* encontra-se nas duas primeiras edições, tanto na de 1938[697], como na de 1947[698].

Noutro registo, documentado numa leitura muito sumária dos catálogos dos leilões nos quais se dispersou a Livraria Vilhena, pode reconhecer-se que na literatura artística explorou o estudo dos métodos do *connaisseur*, desencadeados pelas teorias de Giovanni Morelli (1816-1891), e se interessou pelas monografias de monumentos específicos, a par dos trabalhos enciclopédicos monumentais e dos compêndios iconográficos. Tendo em conta a dispersão do conjunto bibliófilo, estes dados ainda são meramente indicativos, não chegando para aferir com acuidade a cultura teórico-

[694] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., 7 de Julho 1949 - 10 Fevereiro 1950: «*1 de Janeiro de 1950 (Domingo)*».

[695] Henri Foccillon. *Vie des Formes*. Paris, 1934: 5-6 - «*Les problèmes posés par l'interprétation de l'oeuvre d'art se présentent sous l'aspect de contradictions presques obsédantes. L'oeuvre d'art est une tentative vers l'unique, elle s'affirme comme un tout, comme un absolu, et, en même temps, elle appartient à un système de relations complexes. Elle résulte d'une activité indépendente, elle traduit une rêverie supérieure et libre, mais on voit aussi converger en elle les énergies des civilisations. Enfin (pour respecter provisoirement les termes d'une opposition toute apparente) elle est matière et elle est esprit, elle est forme et elle est contenu. Les hommes qui s'emploient à la définir la qualifient selon les besoins de leur nature et la particularité de leurs recherches. Celui qui la fait, lorsqu'il s'arrête à la considérer, se place sur un autre plan que celui qui la commente et, s'il se sert de mêmes termes, c'est dans un autre sens. Celui qui en jouiy avec profondeur et qui, peut-être, est le plus délicat et le plus sage, la chérit pour elle-même; il croit l'atteindre, la posséder essentiellement - et il l'enveloppe du réseau de ses propres songes. Elle plonge dans la mobilité du temps, et elle appartient à l´éternité. Elle est particulière, locale, individuelle, et elle est un témoin universell. Mais elles domine ses diverses acceptions et, servant à illustrer l'histoire, l'homme et le monde même, elle est créatrice de l'homme, créatrice du monde, et elle installe dans l'histoire un ordre qui ne se réduit à rien d'autre.»*

[696] Smith 2001: 5.

[697] Paris: Librairie Armand Colin, 1938, leiloada a partir da Biblioteca de Jorge de Brito, *vide* Renascimento 2008, Lote 518.

[698] 2ª edição. Paris: Librairie Armand Colin, 1947, leiloada por Leiria e Nascimento 1998, Leilão IX, lote 506.

artística que Ernesto de Vilhena adquiriu por via literária, na sua aproximação erudita ao objecto (Morán e Checa 1985: 139).

Se a prática colonial das primeiras décadas do século XX o revelou estudioso através do registo das suas impressões, letrado, descritor curioso e entusiasta inventariante de África, o interesse pelo património material aí ficou patente desde cedo. As descrições urbanas das cidades de fundação portuguesa demonstram observações pormenorizadas, ao distinguir espaços, diferentes intervenções ao longo do tempo, particularidades construtivas, identificando edifícios, túmulos, padrões históricos e objectos[699]. Anuncia cuidados: «*Escrevi ao Ernesto de Vasconcellos para a Sociedade de Geografia requisitasse tudo para o seo Museo.*»[700]. Anos mais tarde, o mote *credere et agere* que manda estampar nos volumes das Publicações Culturais da Companhia de Diamantes de Angola, a partir de 1946, resume a razão da sua actuação: o culto do espírito exige acção.

Na metrópole, logo após a fixação mais duradoura de Vilhena, a absolutização de um interesse patrimonial veio a dar corpo à «*esthética*» antes manifestada em África. No processo subjectivo de construção de uma "identidade patrimonial" pessoal, estamos em presença de um nacionalismo, na vertente de uma "consciência nacional", por mais abstracto que este conceito aqui possa parecer, mas no qual o registo da memória visual do próprio Ernesto de Vilhena vai definir as fronteiras entre o que pertence ao passado e o que é do presente, logo entre aquilo que deve ser alvo da sua curiosidade, por isso

[699] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens: *Caderno de viagem Nº 6*, ms., Março 1919 - Julho 1919 [Moçambique]: «*5 - Junho - 1019 - Quinta - feira. Visito a capella da Praça, à esquerda do fundo, de quem entra. A Corôa e escudo sobre a porta de entrada suprimidos. O mesmo na frontaria da capella e algumas cruzes que, segundo me dizem, encimavam a muralha dos baluartes, suprimidas, tambem. Campas diversas dos seculos 16º e 18º; uma do Garcia de Saa, outra de um Sebastião de Moraes, primeiro bispo do Japão; tambem de mulheres. O pavimento parece ter sido todo coberto a cimento por um qualquer capitão Cruz, e depois limpo, mas só em partes. Deve haver outras campas ainda cobertas. Dois florões em pedra aos lados da entrada para a capella-mór, Fóra duas gargulas, que devem ser interessantes cobertas a cal. Interessantissimo padrão da nossa antiga grandeza, esta pequena capella, fóra da ruina da fortaleza, debruçada sobre o canal por onde entravam e saiam os navios da carreira da India, e por onde os navios hollandezes vieram por cerco à praça. Em tempos antigos era n'esta ponta que se concentrava toda a vida da ilha; o resto d'ella estava ocupado pelos mouros, governador por seu xeque, descendente d'aquelle mesmo que apareceo a Vasco da Gama á sua chegada. Incuria e esquecimento das nossas mais gloriosas tradições. A sepultura mais antiga é de 1516. Fóra da Praça, no Campo, uma Campa, reforçada por um tosco padrão de alvenaria. De notar é, tambem, o antigo convento ou capella de Sto. Antonio na ponta da ilha. Na sala grande do palacio duas mezas indianas de olho de perdiz, com pés divergentes, torneados, tambem com embutidos analogos. Em um estojo, com tampa de vidro, sobre a parede, um bastão com castão e ornatos de ouro, um collar de ouro, que dizem ter servido aos antigos governadores; as chaves da fortaleza e um cordão, do bastão, provavelmente. Dentro de algum tempo, tudo desaparecerá!*»

[700] Idem.

susceptível de interesse memoratório e passível de ser colectado, de acordo com os valores que para si constituíam a matriz cultural-material portuguesa.

Cronologicamente, este processo detectável em Ernesto de Vilhena coincide com o envolvimento do Estado, primeiro do regime Republicano, depois do regime do Estado Novo, na valorização do património artístico móvel e não apenas do património monumental, através da definição dos mecanismos de registo de inventário[701] dos bens na sua qualidade de heranças e elementos essenciais para a identificação material da identidade nacional[702]. Ficaram malogrados os ensaios republicanos de proteccionismo dos objectos com o propósito de *«educação e elevação do povo português»*[703], inscritos num modelo de pertença a uma naturalidade étnico-territorial e na cidadania vertido no Decreto com força de Lei de 26 de Maio de 1911[704]. A ideia perdurava enquanto projecto político ainda em 1921, através das tentativas do Director-Geral das Belas Artes em congregar os esforços dos Conselhos de Arte e Arqueologia das três Circunscrições para a elaboração do «*inventário descritivo e fotográfico de todos os objectos de valor artístico e arqueológico existentes em todos os logares do Território da República Portuguêsa»*[705]. Em 1923, António Augusto Gonçalves (1848-1932) clamaria que «*A inventariação total deste precioso espólio só por iniciativa do Estado pode ser levado a efeito. É forçoso que não seja protraído este abandono injurioso para a arte e que agrava a civilização dum povo*»[706], mas em 1928 confessa sem espanto a

[701] Sobre o Inventário do Património Móvel na República e no Estado Novo cf. Mata 2010: 181-186. Sobre a problemática geral do inventário patrimonial português cf. Custódio 2008 e Custódio 2011: I, 149-154, 266-275, 598-602.

[702] Sobre os conceitos de nacionalismo, identidade nacional, "consciência nacional", o leitor dispõe de uma vasta bibliografia portuguesa. Remetemos para Ramos 1994: 565; Lira 1997; Torgal 1998; Leal 1998; Leal 1999; Sobral 1999; Lira 2000; Sobral 2003; Matos 2008; Trindade 2008.

[703] *Bases para um projecto de lei de protecção artística*. Lisboa, s.d. [1910] *apud* Custódio 2011: I, 600.

[704] Decreto que legisla a "Reorganização dos Serviços Artísticos e Archeologicos e das Escolas de Bellas Artes de Lisboa e Porto", publicado no *DG*, nº 124, de 29 de Maio de 1911.

[705] AHME, AH351, Conselho d'Arte e Archeologia, 2ª Circunscripção, Coimbra. Livro das Actas, 1911-1923: Acta nº 79, 5 de Maio de 1921. Em 16 de Janeiro de 1921, João Couto, vogal do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição propusera já *«que se iniciasse a organização do inventário das riquezas artísticas da circunscrição, não só dos monumentos e do que dentro deles existe como dos objectos na posse dos Museus e das várias corporações, e, nos limites do possível, das colecções particulares. Foi aprovado.»* (Idem, Acta nº 76: 16 de Janeiro de 1921).

[706] Gonçalves 1923: 41. As acusações de ineficácia do inventário vem continuamente a público durante a I República, como é exemplo o excerto da notícia "Inventário das obras d'arte e peças arqueologicas", assinada por D.: «*Desde que chegou ao conhecimento do Conselho de Arte e Arquologia, que não era respeitado o Decreto que reorganizou os serviços artísticos e arqueologicos, oficiou ao governador civil, chamando a sua atenção para esse facto e pedindo providencias, no sentido de se evitar, que o resto do nosso patrimonio artistico, não viesse a ser pertença do estrangeiro.Este sabe muito bem o nenhum amor que se tem pelas nossas preciosidades artisticas e como a falta de patriotismo é manifesta em tudo, eles, com o seu ouro, conseguem levar para fóra do país, o pouco que ainda nos resta. Mas não é só a venda*

Vergílio Correia a incredulidade na sua concretização: «*É por isso que não creio na realização do inventario geral, em que já se falava no tempo da monarquia! E chegou a ter começo! O decreto dos serviços d'arte continua a ser a conhecida pantomima! O conto do vigário! Estamo-nos a intrujar mutuamente! ... Ora! ...*»[707].

A importância da história para a legitimação ideológica do regime estadonovista pressupôs também a produção de um corpo legislativo matricial de um aparelho cultural promotor do nacionalismo, repositor dos supostos valores ancestrais da portugalidade de que o património constituía o legado espiritual e material. O preâmbulo do Decreto Nº 20977, de 5 de Março 1932, que "restaura" a Academia Nacional de Belas-Artes é, nesse sentido, esclarecedor: «*À Academia Nacional de Belas Artes ficam agora somente reservadas funções académicas e especulativas, mas essas sem outro limite que não seja o da maior atenção que hão-de merecer-lhe os interesses artísticos propriamente portugueses, como o exige o título de Nacional que ela tem. Ocupar-se-ão assim os académicos, de tudo o que à arte respeite, dando porém maior importância ao que fôr nacional, isto é, pelo que respeita às obras de arte, daquelas em que, no dizer de um grande erudito, «salta aos olhos a maneira dos séculos e da Nação*»[708]. À ANBA caberiam por este motivo, não só as tarefas de defesa, divulgação e estudo da história e tradição da cultura artística nacionais, mas igualmente a sua protecção patrimonial

dos objectos, o que já é muito, como o vandalismo que se pratica a cada passo com as imagens dispersas pelas diferentes freguesias do país e sem que haja alguem, que possuindo um pouco de sentimento artistico, livrasse essas preciosidades do seu completo aniquilamento. Existem algumas imagens, que não estando expostas ao culto e sujeitas a todos os ultrajes, deviam ser entregues ao Museu para aí serem guardadas e conservadas, mas por mais palavras que se empreguem para o conseguir, nada demove os possuidores delas, porque preferem o seu aniquilamento, a entrega-las à guarda e conservação duma instituição que é pertença do Estado.Ha dias, o director do Museu Machado de Castro e o vice-presidente do Conselho de Arte, percorreram algumas freguesias da area da 2ª Circunscrição e todos os objectos que encontravam com valor artistico e arqueologico, puseram-lhe uma etiqueta e o respectivo numero e oficiaram aos presidentes das Juntas de Freguesias, tornando-os responsáveis pela conservação e segurança dos mesmos. Desde que não ha respeito pelas leis do pais e nenhum sentimento inspira essas pessoas que constituem as Juntas de Freguesia, para que não desapareça de todo, o pouco que nos resta, é preciso proceder desta maneira.» (*Gazeta de Coimbra*, Nº 1802, 29 Setembro 1925). Na vigência da Ditadura militar, João Couto pronuncia-se no mesmo sentido, dando continuidade à intervenção no âmbito do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição: «*E depois o Estado deveria promover, sem o que a história da arte se fará de uma maneira precária, a publicação integral dos inventários de todas as colecções, não só das dos objectos existentes fora, como das nacionais. Porque não basta o esforço dos particulares beneméritos que deitaram ombros à empresa*.» (Couto 1929: 33).

[707] ANTT, Arquivo Vergílio Correia, Nº 13, *Correspondência - Diversos*, datas diversas, Carta de A. Augusto Gonçalves para Vergílio Correia, Coimbra, 4 de Abril 1938, ms.

[708] *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*. I, 1932: 9-13

«*colaborando no inventário descritivo dos monumentos, obras de arte e objectos de valor artístico e arqueológico*»[709].

Entre os dois tempos com formulações doutrinário-ideológicas diversas, o da cultura cívica da *res publica* e o da afirmação autoritária e conservadora da nação ressurgida, embora estivessem ambas fundamentadas nos vestígios histórico-artísticos do passado português, Vilhena constrói uma colecção que pretende nacional, tanto que por vezes chega a adjectivar as suas peças como «*nacionalistas*»[710], aceita para a colecção o epíteto de «*nacionalista*» que outros lhe conferem[711] e cujo móbil final, tal como expõe directamente a Salazar, é «*constituir qualquer coisa de grande em memória do nome que herdei mas, sobretudo, em benefício último da Nação*»[712]. Trabalhando para o bem comum, a colecção privada terá, inevitavelmente, um uso social e, no limite, um valor político.

Figura 77 - *N. S. do Rosário da V.ª do Barreiro 1786,* adquirida por Ernesto de Vilhena em data anterior a 1947. © Leiria e Nascimento 1995, lote 602.

Figura 78 - *VERA EFIGIES DE N. S.ª DO ROZARIO DA V.ª DO BARREIRO,* pintura sobre vidro © Leiria e Nascimento 4 Dezembro 1992, lote 79.

[709] Idem. Artigo 2º, 3º.
[710] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda.* De 5 de Maio de 1947 a 16 de Julho de 1948, ms.: «*8 de Julho de 1947 (3ª feira) - (...) Comprei hoje uma pintura sobre vidro, representando N. Sª do Rosario da Villa do Barreiro, que temos, tambem, em azulejo. Sob o ponto de vista nacionalista, é uma peça magnifica*.». A mencionada pintura sobre vidro representando a Virgem com o Menino sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário do Barreiro foi vendida como lote 79 na hasta pública promovida pela Leiria e Nascimento, em 4 de Dezembro de 1992 (Figura 78).
[711] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 22 Outubro 1953 a 31 Maio 1954: «*18 de Janeiro de 1954 (2ª feira) (...) No relativo à 6ª feira passada, esqueceu dizer que, mais uma vez, fomos a casa do Dr. Fernando Emygdio, para receber um qualquer senhor "honoris causa". Estava lá o Dr. Carneiro Pacheco que se fez encontrado e que, muito cordialmente, me fallou na nossa collecção, seu caracter nacionalista etc. Pergunto a mim proprio o que é que elle quererá*.».
[712] ANTT, CDA, Cx. 1, Dossier 3, fl. 134-136, cf. 135. Excerto de carta já citada na Parte I desta tese.

Na colecção de Ernesto de Vilhena existe, portanto, algo mais do que os objectos e que, por força, completará o sentido do universo material coligido.

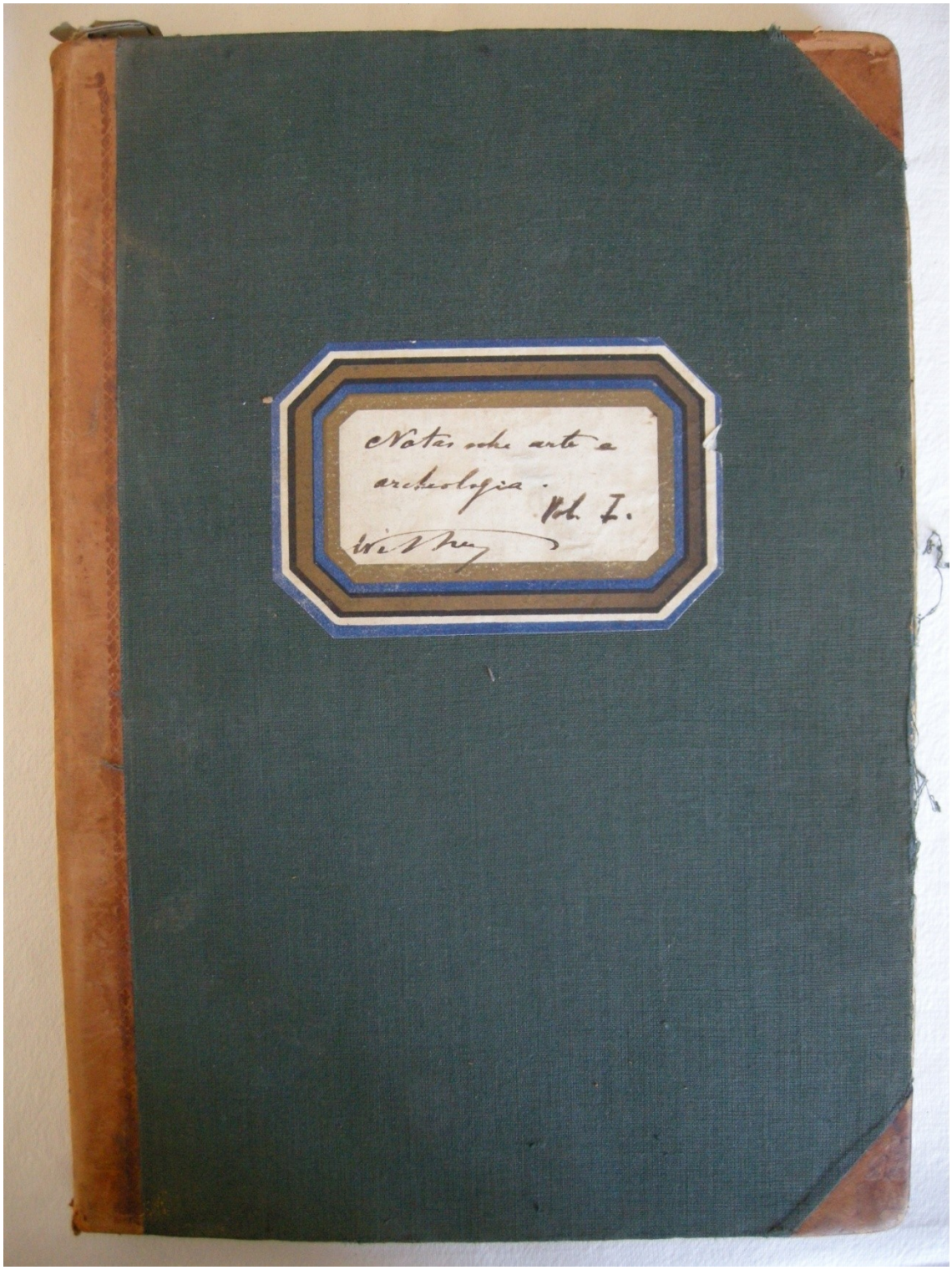


Figura 79 - *Notas sobre arte e archeologia*. Vol. I. *E. Vilhena*, caderno manuscrito, 1933-1952. © Herdeiros do Comandante Ernesto de Vilhena

Experiente redactor de diários, Vilhena escreve, em paralelo, aquelas que intitulou *Notas sobre arte e archeologia*, pelo menos desde 1933[713], indo até 1962 (Doc. II.4, II.5, II.6). Na prática, substituem, privadamente, o inventário que o Estado só depois de 1939 começou de facto a concretizar e cujos resultados só viriam a lume numa prolongada cadência.

As *Notas* encontram-se reunidas em três grandes cadernos com uma organização interna sistemática e idêntica. Essas «*Digressões e viagens de estudo e investigação*», como também as intitula, separam-se pelos diferentes distritos de Portugal[714]. O inventário está ancorado no território, não se trata aqui de uma exposição impressionista confessional. As reportagens prosseguem de uns cadernos para os outros, continuando a narrativa geográfica no tempo que, assim, acaba por intercalar localidades e noticiar a repetição de visitas a locais específicos. No fim de cada caderno, um índice resume todas as deslocações, com a indicação do dia, mês, ano e o itinerário percorrido.

A estrutura de base repete-se metodicamente em cada entrada. Sublinha primeiro a localidade, indica a data da viagem, os percursos, e na continuação descreve espaço a espaço. É habitual começar pela paisagem envolvente, segue-se o exterior dos edifícios e depois os interiores, e aqui detém-se a esgotar todos os pormenores do que é, ou do que está, visível. Por vezes remete para o «*Guia*», isto é, para o *Guia de Portugal*[715], «*vade-mecum da beleza*»[716], da paisagem física e cultural, do próprio País enquanto património[717]. Este sentido, o da viagem por Portugal para ver e registar a memória nacional colhe-se do registo lançado no *Diário* a 25 de Setembro de 1949, informando[-se] « *Na 6ª feira passada, 23, chegámos de regresso de ferias. Nada digo da viagem,*

[713] Regista-se uma passagem datada de 1915, constante do Vol. II, mas é avulsa, não tem continuidade, podendo tratar-se da recolha de um apontamento desta data incorporado mais tarde nas *Notas (vide* Doc. II. 5). Contudo, no meio do texto surgem referências dispersas a viagens em datas anteriores a 1933. Como exemplo, regista que visitou o Mosteiro de Tibães pela segunda vez em Agosto de 1931 (Doc. II.4).

[714] «*Districto de Coimbra*», «*Districto de Braga*», «*Districto de Leiria*», «*Districto de Villa Real*», «*Districto da Guarda*», «*Districto de Aveiro*», «*Districto de Vizeo*», «*Districto do Porto*», «*Districto de Lisboa*», «*Districto de Santarem*», «*Districto de Evora*», «*Districto de Setubal*», «*Districto de Bragança*», «*Districto de Castello-Branco*», «*Districto de Beja*», «*Districto de Faro*», «*Districto de Portalegre*».

[715] *Guia de Portugal*. 5 volumes publicados em 7 tomos. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa (vol. I-III)-Fundação Calouste Gulbenkian (vol. IV-V), 1924-1970. Os dois primeiros volumes (1924; 1927) foram organizados por Raul Proença e os restantes por Sant'anna Dionísio; o grafismo é da autoria de Raul Lino.

[716] Raul Proença, "Prefácio". *Guia de Portugal*. Vol. I. Lisboa, 1924.

[717] Sobre a importância do *Guia de Portugal* e importância de Raul Proença no projecto, com o objectivo de reaproximar os Portugueses de Portugal, *vide* Reis 2001: 427-435.

cujo itinerario consta do livro em que ellas são lançadas, mas que ella foi muito interessante, designadamente na parte relativa ao Alto Alentejo e à Beira Baixa e Beira Serra. Designadamente, a primeira produziu-me funda impressão da nobreza e da austeridade, com os seus numerosos castellos, todos de goarda às fronteiras e prontos a repelir invasões, suas numerosas casas nobres, já privadas dos restos das antigas raças, dos quaes não resta nenhum outro vestigio, os aspectos especiaes da sua terra e paysagem geral, e especial maneira de ser dos seus habitantes. A estrada da Figueira da Foz agradavel como de costume.»[718].

Através das *Notas* ficamos a saber que nunca deixa de visitar os museus. Ali detalha os acervos, sala a sala, do mesmo modo que procede nas visitas às casas particulares que lhe são dadas a ver. À medida que a ANBA publica os seus inventários, passa a servir-se deles para se documentar previamente à viagem, como acontece na região de Santarém em Agosto de 1950, «*aproveitando o Inventario Mattos Sequeira, recentemente publicado*»[719] (Doc. II.4), mas relativamente a alguns objectos apreciados não deixa de fazer notar que *«O Inventario não o regista*» (Idem).

Se, por um lado, as *Notas* se inscrevem na linhagem dos guias de viagem românticos (ou da literatura das *Viagens na Minha Terra* garretianas[720]), representam à semelhança do *Guia de Portugal,* a construção de uma outra colecção, neste caso a colectânea do conhecimento visual que pertence ao indivíduo, de paisagens, edifícios e obras, concretizada num repertório-compêndio monumental que Vilhena pretende que seja exaustivo. Em simultâneo, as paisagens naturais, as paisagens construídas e os conjuntos objectuais constituem elementos de referência para a memória privada daquilo que pode vir a integrar as suas colecções de objectos. Coleccionador de viagens, enquanto viajante no território português[721], tal como viajante por África, a quem não bastam as viagens imaginárias, verifica presencialmente informações anteriores, muitas delas colhidas, como refere pontualmente, em outros guias, em relatos de viagens de estrangeiros por Portugal, na literatura regionalista, que em grande parte desempenhava

[718] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*. ms., 7 de Julho 1949 - 10 Fevereiro 1950: «*25 de Setembro de 1949 (Domingo)*».
[719] Sequeira 1949.
[720] *Vide* Pereira 2009, "A Doutrinação Estética de Almeida Garrett", cf. 46.
[721] Um quarto caderno intitula-se *Viagens em España*, com datas extremas de redacção situadas entre 1934 e 1956. As visitas também são programadas e acompanhadas com base nos guias como o *Catálogo Monumental y artístico de España,* de Manuel Gómez Moreno (1870-1970) e, mais tarde, o *Guide Bleau*, como refere.

o papel substitutivo dos ensaios de fundo de história da arte e que, abundantes na Biblioteca-Livraria, eram denotadores da sua consciência neo-romântica localista e municipalista. Inúmeras vezes relembra que a viagem constitui o princípio do conhecimento artístico, como quando afirma «*Quem quizer escrever a historia do azulejo em Portugal, muito terá de percorrer e de estudar!*» (Doc. II.5).

A análise exaustiva da riqueza de conteúdo das *Notas de Arte e Archeologia* implicaria uma dissertação complementar, tomando-as como únicas fontes documentais, como se infere da leitura dos originais que apresentamos transcritos em Anexo, mas é obrigatório tecer agora algumas considerações abrangentes.

Explanado em frases de redacção curta, o preciosismo discursivo de Ernesto Vilhena espanta pela mestria de *connaisseur*. Domina como perito o método descritivo de diferentes artes. Revela uma erudição lexical que encontra justificação no conhecimento adquirido através da frequência recorrente à literatura artística. Na visita a Leça do Balio, realizada no dia 17 de Julho de 1938 (Doc. II.4), emprega inclusive o termo «*iconologia*», surpreendentemente conhecedor do sentido contemporâneo que lhe era atribuído pela vanguarda da história da arte nesse momento exacto, constituindo um exemplo quase inédito no panorama cultural português.

É manifesta a preocupação que tem na enumeração do detalhe. Repete visitas com o objectivo de fazer um «*inventario*» mais pormenorizado[722] (Doc. II.5), pois descobre «*de cada vez, coisas novas*»[723] (Doc. II.4), de onde se infere que mesmo já antes de dar início ao sistema de registo das *Notas*, viajara com os mesmos propósitos e colhera apontamentos[724]. Grossos sublinhados a lápis, vermelhos e azuis, não permitem duvidar de que relê *a posteriori* todas as anotações, quando destaca determinadas peças. Não é raro encontrar a palavra antes salientada também tracejada na diagonal e acompanhada da indicação «*Comprada*».

Os regressos podem reforçar ideias construídas no passado, todavia alguns dão conta do que vai aprendendo a cada ano. Num novo olhar sobre uma imagem da *Virgem*

[722] Doc. II.5: «*Oliveira do Hospital - Estive aqui em 1934, mas não encontro referencias, n'este inventario, ao que aqui tenha visto. Nova visita em 26 de Agosto de 1950*». E, por exemplo neste mesmo documento, entre outras referências semelhantes: «*Nazareth - Embora aqui tenha estado, ha muitos annos atraz, nada inscrevi n'este inventario.*»
[723] Doc. II.4: Visita a Montemor-o-Velho, em 14 de Setembro de 1933.
[724] Doc. II.5: «*Ança. Visitada em 3 de Julho de 1933. Terra classsica, pela origem da sua pedra calcarea, tão fácil à esculptura. Tenho o seguinte, nos meus apontamentos anteriores (...)*».

de Jazente, em 30 de Agosto de 1947, confessa que «*Mantem-se o que disse da primeira visita, dez anos antes, mas devo reconhecer que a Virgem não tem o enorme merecimento que alli expressei. Passaram-se já dez annos, durante os quais vimos, e adquirimos mesmo, imagens superiores a esta. A flor muito junto á mão, a face muito achatada, o panejamento um tanto confuso, e outras feições imperfeitas diminuem bastante a apreciação que d'esta imagem conservavamos.»* (Doc. II.6). No ano seguinte, exprime-se do mesmo modo: «*algumas das imagens anteriormente relacionadas já me não produzem o mesmo effeito que n'esse tempo, em que pouco conheciamos.»* (Doc. II.5, visita a Samuel, Colos, em 20 de Setembro de 1948). Notas sobre o *«colorido que parece da epoca»,* ou de outras singularidades inusitadas registadas nos acabamentos das esculturas, dão conta dessa aprendizagem visual contínua.

Desenhos ingénuos pretendem assinalar particularidades da construção de arcos e de abóbadas, motivos decorativos, formatos de pregas ou qualquer estranha gestualidade e postura observadas nas imagens. Pagelas, por vezes intercaladas com recortes de jornais, coladas no início e/ou no fim dos cadernos documentam visitas, peças entretanto adquiridas ou, até, algumas peças trocadas por sua iniciativa. Igualmente, no início, inclui listas várias de obras com determinadas iconografias entretanto elencadas, já vistas ou em perspectiva de exame em futuras viagens: no volume I, "*Egrejas romanicas*», «*série de santos negros»;* no volume II, «*Aldeias caracteristicas*», «*Christos do século XV e anteriores (incluindo transição para o sec. XVI*)», «*Outros Christos»*, «*Senhoras do Ó*», «*Mais Christos»*. Nos três volumes, refere estudos que deverá fazer, «*mais demorado e minucioso*», como no caso dos "Espíritos Santos" (i.e. imagens da Santíssima Trindade), das "Virgens" góticas, e até de alguns objectos especificamente identificados.

Ao longo dos textos, embora pontuados por elementos apreciativos da arte "contemporânea"[725], verifica-se que a sua atenção é dirigida para as obras antigas, inscrevendo a consequente notação de ex-votos, azulejos, inscrições e cronogramas, sepulturas, mobiliário litúrgico, têxteis (paramentos, tapetes, colchas), retábulos de talha, pintura, cruzes processionais, castiçais e lampadários, pratos de esmolas, faianças,

[725] De visita ao MNSR em 4 de Setembro de 1937, aprecia a pintura de Sequeira, pinturas de «*Henrique Pousão, pequenas ma muito interessantes*» e as «*esculturas modernas de Soares dos Reis, entre as quaes "O Desterrado"*», *vide* Doc. II. 4:

ferragens, modelos dos tectos e até de soalhos. No exterior, nunca deixa de mencionar os cataventos («*grimpas*»), os cruzeiros, os pelourinhos e o arvoredo envolvente das edificações. Informações importantes a reter para os seus trabalhos de investigação futuros são os nomes dos acompanhantes na viagem, dos padres, dos sacristãos, dos membros das fábricas das igrejas ou dos detentores das chaves do que pretende ver, muitas vezes para voltar a ver.

Nas visitas aos museus mostra-se atento às secções arqueológicas, como acontece nas várias passagens pelo Museu Santos Rocha da Figueira da Foz e pela Sociedade Martins Sarmento de Guimarães. Nestas ocasiões dá por vezes notícia de peças que possui e que se integram em tipologias da colecção Vilhena habitualmente não consideradas, como o machado de bronze pré-histórico de que se afirma proprietário (Doc. II.4, visita ao Museu Santos Rocha em 18 de Setembro de 1933).

Na descrição de outras idas ao Museu da Figueira, lamenta que «*na parte que mais directamente me interessa, não possua grande abundancia de peças, tem algumas coisas curiosas, e dignas de estudo, e mostra, mais uma vez, que existem ainda, e sobretudo, existiam, numerosissimos exemplares de estatuaria dos seculos XIV e XVI*»[726] (Doc. II. 4). Será exactamente essa constatação que o moverá em todas as páginas dos três cadernos. Desde 1933, data dos primeiros registos regulares nas *Notas*, declara-se o interesse dominador e sem par pela escultura. Muitas entradas relativas a lugares sagrados, desde as catedrais, igrejas, pequenas ermidas, capelas, a quintas ou até a casas privadas, são quase integralmente dedicadas ao averbamento de imagens, e essa tendência acentua-se à medida que os anos passam. Independentemente de outros gostos, e da real aquisição de antiguidades de qualquer outro tipo, as *Notas* traduzem a necessidade absoluta de ver, comparar, averbar, memorizar para compra nas outras sequências do processo coleccionista, e classificar no quadro de um sistema próprio, a escultura disponível no território. Chega mesmo a escrever «*Nada de interessante, sob o ponto de vista que me interessa*»[727]. Interessam-lhe de facto as imagens esculpidas, de tal modo que acaba por descrever alguns tipos humanos que encontra como delas se tratasse, numa forma de esculturação das personagens, como acontece na visita por Penela em Setembro de 1934 ao contar que «*ha na villa uma velha de máo genio, que*

[726] Visita ao Museu municipal da Figueira da Foz em 13 de Setembro de 1933.
[727] Doc. II.4, em visita ao Museu de Ílhavo, em Julho de 1938.

parece uma imagem em pedra, mutilada, que parece um esboço, Renascença decadente» (Doc. II.5).

O vocabulário e a terminologia que emprega demonstram, por sua vez, o seu sistema classificatório da escultura portuguesa, em construção paulatina. Desde os anos iniciais da década de 1930 encontram-se referências a obras que atribui ao «*Mestre do Passa Piolho*», «*Mestre das Duas Manas*», «*Mestre de Santa Bárbara da nossa colecção*», «*Mestre do Caminheiro*», «*Mestre do Cristo*», «*Mestre Pero*», «*Mestre Afonso*», «*Mestre da Senhora do Ó da Lourinhã*», «*autor da* [Santa Ana com o Menino] *do Museo de Coimbra», «typo definido, do género das que nós chamámos "Senhoras de Castello"», «Espirito Santo genero "lavadeiros"», «Mestre do nosso S. Braz», «factura geral dos Pires, mas em grande estylo,* «*Diogo Pires*», «*Mestre da Senhora dos olhos verdes», «Diogo Pires o Moço»*.

Se, deste elenco, alguns mestres escultores eram nomes reconhecidos pela história da arte, com outros a serem documentados pela primeira vez na historiografia durante o período em que as *Notas* são escritas, a grande maioria das identificações são experiências semânticas que resultam da *expertise* de Vilhena, enformada pela acuidade visual e pela educação do olhar que, quer a colecção de peças, quer a de viagens, lhe dão autoridade para verbalizar.

O padrão classificatório de Vilhena segue, aliás, a par da prática dos estudos historiográficos da escultura portuguesa até sensivelmente os meados do século XX, que acusava os efeitos da efectiva falta de resultados operativos do positivismo de Oitocentos com consequências evidentes na parca informação documental publicada, salvaguardadas as excepções compendiadas por Francisco de Sousa Viterbo[728] (1845-1910) e pelo cónego Prudêncio Quintino Garcia (1837-1908)[729]. Na perspectiva crítica subjacente à disciplina, a escultura medieval seria genuinamente anónima, pois encontrava-se subordinada às regras de um sistema oficinal rígido para o qual as autorias não podiam servir de paradigma analítico, sendo indiscutivelmente mais importante discernir os valores plásticos que caracterizariam a identidade artística portuguesa e reconhecer o quanto de «*infiltrações exóticas*»[730] poderiam ser

[728] Viterbo 1892; Viterbo 1988 [1899]; Viterbo 1900b.
[729] Garcia 1913; Garcia 1923.
[730] "A Escultura em Portugal no Século XIV". In *Biblos.* Vol. V. 1929, reunido em Correia 1953: 35-55, cf. 39.

determinadas no desenvolvimento da arte escultórica em Portugal. Na *Estatuária Lapidar no Museu Machado de Castro* de António Augusto Gonçalves (1923), só encontramos nomes de escultores no período da «*Renascença*». Quanto ao método, Gonçalves considera que «*só pela comparação das obras ainda existentes será possível seleccioná-las, pelos traços distintivos de diferenciação que as caracterizem, formando agrupamentos de identidade pelas suas analogias típicas. Só por este processo se podem adquirir parcelas de verdade, e, pouco a pouco, elementos depurados de convicção*» (Gonçalves 1923: 158). Nas primeiras sínteses sobre a escultura medieval portuguesa de Vergílio Correia (1888-1944), a referenciação de autoria enquanto *topos* conceptual é similar à que Vilhena utiliza. Para Correia, em 1929, o túmulo da Rainha Santa Isabel é dado ao *«Mestre de Santa Clara*», que por essa data distingue de um suposto mestre diferente activo em Coimbra, com obra dispersa por todo um vasto aro geográfico, identificado como «*Mestre das Virgens da Espectação* [sic], *ou da Anunciação*» que, por sua vez, associa ao «*Mestre Pero*»[731], nome que Alberto Feio (1882-1956) trouxera a lume em 1925, na publicação do contrato para a obra do túmulo do Arcebispo D. Gonçalo Pereira[732]. No que diz respeito a Mestre Afonso, ou João Afonso, Vergílio Correia, em 1924[733] e de novo em 1936, reconhece o túmulo de Fernão Gomes de Góis como «*excepção», «rutilante, na obscuridade que envolve a maioria das obras primas da escultura anterior ao século XVI»*[734], dado a inscrição na arca assinalar o nome do mestre[735]. E, tal como A. Gonçalves fizera, congregou na obra deste mestre um conjunto de peças do MNMC, na lógica «*consequência do agrupamento de peças congéneres*»[736]. Para Vilhena, mesmo os exemplares mais arruinados são úteis para o estudo comparativo de uma determinada espécie de escultura (Doc. II.6).

Na escrita de Ernesto de Vilhena, das variadas atribuições de estilo pode deduzir-se conclusão similar à da atribuição de autorias, como o domínio da linha

[731] Idem: 47-48, 54.
[732] Feio 1925.
[733] *Três Túmulos*. Coimbra, 1924: "B. Sepultura de Fernão Gomes de Góis em Oliveira do Conde", compilado em Correia 1978: 201-204.
[734] "O Túmulo de Fernão Gomes de Gois Senhor de Oliveira do Conde". *Diário de Coimbra*. 31 de Agosto 1936, compilado em Correia 1953: 57-60.
[735] Ernesto de Vilhena regista nas *Notas* a visita a Oliveira do Conde em 1953, onde não ia há 20 anos, e não deixa de mencionar que foi o túmulo com jacente e a inscrição que levou à descoberta do «*Mestre Affonso*» (Doc. II.5).
[736] Idem: 59.

cronológica da história da arte europeia, e da historiografia da escultura portuguesa em particular, quando se aponta o emprego de termos e expressões como «*romanico*», «*de epoca incerta*», «*fundo romanico», «estylo do Mestre Pero*», *«estylo gótico primitivo»,* «*maior cunho gotico», «genero Borgonha», «typo francez*», *«não é um sec. XV, como outros conhecidos; parece-me antes, uma Renascença, não perfeita, como a do nosso Espirito Santo, mas talvez ainda influenciado por ela», «Renascença*», «*escola de João de Ruão», «puro João de Ruão», «tipo classico da da Alcáçova de M. Mór e do Museu de Coimbra»,* «*pura Renascença*», *«Renascença decadente»,* «*puchando a manuelina*», «*obra flamenga*», *«à maneira flamenga»,* «*estylo Renascimento», «estylo seculo XVII», «imagem relativamente moderna»,* «*imagem moderna», «imagens de escultura popular do seculo XVIII».* Quanto à imaginária do período barroco faz apenas menção ao século; o uso do termo estilo «*barroco»* documenta-se apenas em 1946[737] ou, quando usado, só em relação à «*talha barroca*»[738]. Depois dessa data regressa à mesma fórmula das referências anteriores, como quando vê uma *«boa esculptura do seculo XVIII»,* apesar de poder classificar uma escultura pelo seu «*barroquismo*». Ainda no quadro formalista do sistema dos estilos, emprega as classificações de «*tipico*», «*genero*», «*prototypo»,* «*tipo*»; o «*genero*» torna-se «*clássico»* em algumas peças, «*já com academia*»; passa de «*estilo puro*» a «*estilo decadente*», incluindo interrogações sobre se o objecto não será «*já uma variação mais plastica, da pureza classica, primitiva; seculo XVII?»*. «*Officina»* e «*escola*» são também recorrentes na linguagem.

Os modelos e os objectos que definem o gosto do coleccionador revelam-se no léxico descritivo, adjectivado quanto baste: «*interessantes», «curiosa», «imagem muito rude», «bem lançada», «é notavel dentro das suas pequenas proporções», «esculptura pouco cuidada», «notavel», «imagens de menor apreço», «forma original», «pouco de apreciavel», «esculptura popular», «sem grande valor», «é bem a mais perfeita que tenho visto»,* «*Formas barbaras, um verdadeiro icone»,* «*grosseiro*», *«bonita», «com grande valor», «escultura rude», «boa escultura», «verdadeiramente interessante, por muito differente das conhecidas», «bem equilibradas», «sem merecimento artistico», «do typo normal», «boas imagens», «sem grande arte, mas curiosa», «escultura adoravel»,* «*curioso sob o ponto de vista iconografico», «trabalho primevo», «escultura*

[737] Eco da leitura da obra de Eugenio d'Ors*, Lo Barroco*, editada dois anos antes, em Madrid?
[738] Doc. II.6, visita a Pombeiro em 31 de Agosto 1947.

popular, mas com forte cunho arcaico», «sem barroquismo», «exemplar unico no genero», «*unico em Portugal*».

Mas há ainda apreciações que denotam aquilo que reconhece como autêntico na imaginária portuguesa e no purismo artístico monumental. Na visita ao Museu de Viseu, em 13 de Julho de 1938, não se coíbe de comentar que «*o homem* [Almeida Moreira] *mandou lavar tudo, o que junta à sensaboria da pedra a mediocridade de muitas das peças*» (Doc. II.4), enquanto em Setembro de 1957 ao entrar por instantes na Sé Velha de Coimbra confessa fazer-lhe impressão «*vêr os pilares despidos do azulejo hispano-arabe que os revestia*» (Doc. II.6).

Expõe também o que considera não ter «gosto *nem graça*», como o *«estylo Artes Decorativas, que é um horror* [igreja]», como o Santuário do Sameiro, visitado em 29 de Agosto de 1936, onde vê «*muita coisa feia, uma pretensão a monumental*» (Doc. II.4), quando revela que «*para mim, os marmores me deem sempre a impressão de novo-riquismo*» (Doc. II.5) ou, em torno das esculturas da igreja de São Domingos de Benfica, se pronuncia dizendo que «*é, tambem, do M*[anuel] *Pereira o Christo que se vê à D. e de que eu não gosto*». (Doc. II.4)

O ponto focal das *Notas de Arte e Archeologia* é, portanto, o olhar de Ernesto de Vilhena. De tal modo que um dos paradigmas mais marcantes do discurso é a comparação permanente do que vê com as peças que possui[739], primeiro, e depois de núcleos específicos da colecção com colecções construídas por outrem ou albergadas em museus. No Museu de Beja, em 1948, chega a afirmar sem embaraço que embora rico em «*azulejos mourisco-bizantino*, *alguns muito raros e, talvez mesmo, unicos, mas devo dizer que a nossa collecção, embora lhe faltem alguns exemplares raros d'aqui, não é inferior a esta, em qualidade*» (Doc. II.6). Dez anos mais tarde, no Museu Alberto Sampaio de Guimarães, considera que «*a collecção de tecidos exposta é incomparavelmente inferior à nossa»* (Doc. II.6).

[739] São exemplos, em elenco não exaustivo, no Doc. II.4, um «*prato de esmolas (...) egual ao nosso*», «*uma Santa Luzia em pedra, egual, valor e coloração à que possuímos», a Senhora das Neves da «série das Virgens déhanchées, de que temos diversos exemplares», «é semelhante, de uma maneira geral à nossa Viana», «o autor d'esta imagem, é sem duvida, o mesmo da Virgem sentada, grande, da minha colecção», «grupos congeneres que possuimos», «do genero do nosso Sto André», «Nas mangas, lembra (...) o typo "harmonio", de que temos exemplares»*; no Doc. II.5, *«faz lembrar as duas colchas que temos», «uma boa machineta sec. XVIII, de forma e estylo da pequena que temos em casa»;* no Doc. II.6 «*Uma Senhora com Menino, flamenga, como outras nossas*».

De acordo com o "sistema Vilhena" tal como exposto nas *Notas de Arte e Archeologia*, é pois legítimo interrogar se a colecção que constrói é constituída como um acto de exclusão/espoliação daquilo que seria suposto permanecer no domínio do usufruto público (independentemente da sua propriedade original ser privada, como no caso da Igreja Católica), como uma actividade de "rapina", ou como uma forma de resgate da história e de construção patrimonial projectada como fim[740]. Para Ernesto de Vilhena, independentemente da mais-valia obtida com a grandiosidade da sua propriedade artística, o móbil da colecção foi um acto de resgate da memória nacional. Estava longe do conceito contemporâneo da salvaguarda construído na relação dupla entre património-território, parece-nos incontestável, mas ficou a dever-se-lhe a sobrevivência do maior conjunto de imaginária portuguesa medieval e da Idade Moderna, dando corpo à bipolaridade permanente que caracteriza qualquer passagem dos objectos pelas colecções privadas nas suas biografias culturais.

[740] Doc. II. 4, Visita à Capela de São Frutuoso de Montélios, em 29 de Agosto 1933: «*Capella de S. Fructuoso - A pequena distancia da cidade, no caminho de Telões; já classificado monumento nacional. Extraordinariamente original e interessante. Em estado de restituição avançado. Columnas, capiteis, cordões e frisos, curiosissimos. Curiosa, tambem, a fa/ma da egreja, ou capella. Nos frisos, empregaram o calcario (de Coimbra?) e o marmore. A reconstituição parece intelligentemente feita; trouxe um bocado de friso. Arrecadação com numerosos fragmentos, para estudo e aproveitamento. Curiosos os arcos em ferradura; mais antigo do que a Lourosa. Tratam da restauração os engenheiros Baltazar de Castro e ___[?] Coutinho e um dr. Louro, que parece ter levado para sua casa uma imagem de pedra que existia na capella (Visita em 29-8-33). Ver Guia. Parece ser um sec. XVI cabeça nova < do Candido Pinto>.*»

II.2.1. Preservar e enriquecer o património nacional

Figura 80 - São Pedro, MNAA
Inv. 1061 Esc IFN 19591 © DGPC-DDF

Figura 81 - São Paulo ?, MNAA
Inv. 946 Esc IFN 19610 © DGPC-DDF

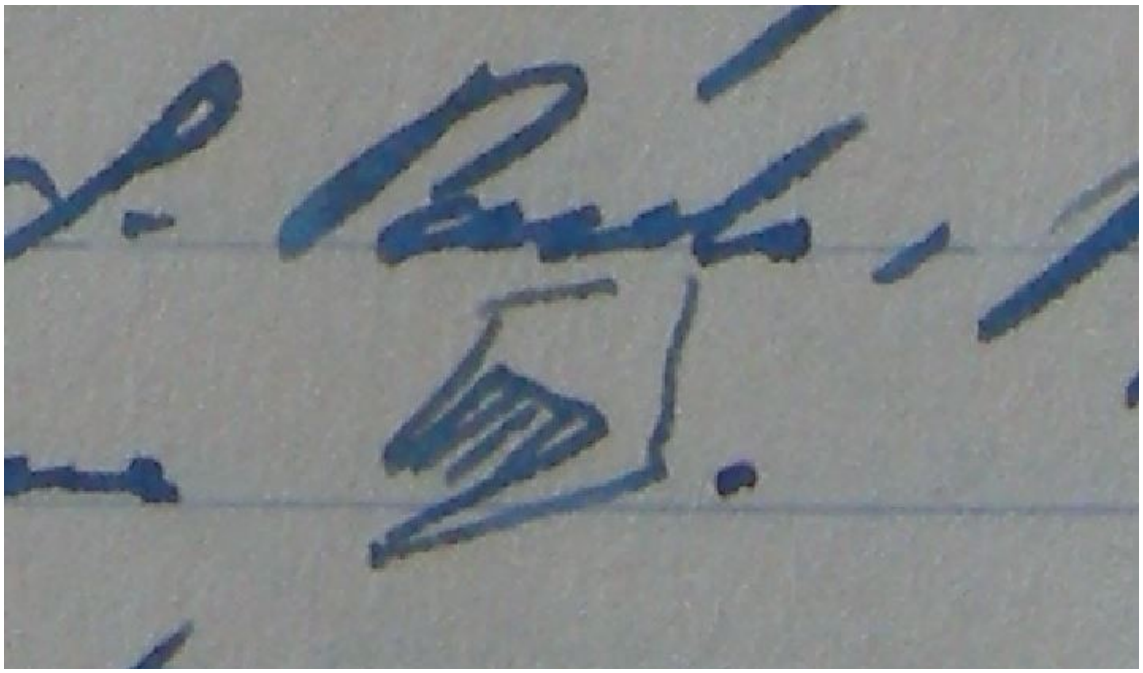


Figura 82 - Doc. II.4 «*Cette - Visitada, de novo a Egreja, em 3 de Setembro de 1937 (6ª feira). Viemos aqui, especialmente para estudar o S. Pedro. O Julio atribue-o a Mestre Pero e, de facto, a conformação da planta do pé, em angulo agudo, o firmal, o blusado etc parecem indica-lo. Mas se o é, tambem é do Pero o nosso S. Paulo, porque a disposição da mão que agarra o livro é a mesma.*»

Figura 83 - Túmulo com jacente de Dona Isabel de Aragão, a rainha santa, Coimbra, Santa Clara-a-Nova. Mestre Pero (?). Fotografia de José Custódio Vieira da Silva © Imago: http://imago.fcsh.unl.pt/upload/escultura/IMGP5241.JPG

Fora do universo privado, as primeiras expressões do envolvimento de Ernesto de Vilhena nos meios da cultura e da preservação/conhecimento do património de Portugal estão documentadas desde 1921, ano em que esteve ocupado com as negociações do primeiro contrato entre a Diamang e o Estado português.

Torna-se membro titular do Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga, passando a contribuir com a cota de 20$00[741], e (o que é facto da maior relevância) será também o mecenas do "restauro" do Túmulo da Rainha Santa Isabel em Santa Clara de Coimbra, executado pelo escultor João Machado. A imprensa local[742] desde logo enfatizou o acto. O sarcófago, classificado *monumento nacional* desde 1911[743], encontrava-se ao canto da epístola do coro baixo do mosteiro de Santa Clara-a-

[741] *Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga. Relação dos Sócios. Contas - Ofertas*. Lisboa, 1921: 4 e Casa Museu Reynaldo dos Santos Irene Quilhó, Caixa Amigos do MNAA, Pasta Amigos do Museu, sócio nº 408. A associação ao Grupo dos Amigos do MNAA vem na senda da anterior do seu irmão Júlio Jardim de Vilhena, sócio nº 309, que em 1921 aumenta a cota de 6$00 para 12$00.

[742] "Tumulo da Rainha Santa". *O Despertar*. Nº 485, 30 de Novembro 1921; "Tumulo da Rainha Santa". *Gazeta de Coimbra*. Nº 1241, 13 de Dezembro 1921; "O tumulo de pedra da Rainha Santa". *O Despertar*. Nº 491, 21 de Dezembro 1921; "Tumulo da Rainha Santa". *Gazeta de Coimbra*. Nº 1245, 22 de Dezembro 1921.

[743] Classificado pelo Decreto de 20 de Maio de 1911 (*DG*, nº 119, de 23 de Maio).

Nova e viria a ser transferido em Dezembro para o centro do coro[744]. Segundo o repórter de *O Despertar*, na visita que o «*comandante de mar e guerra sr. Ernesto Jardim de Vilhena*» fizera com sua mulher, em Agosto anterior, notara que o túmulo estava encostado à parede, não podendo por isso ser observado nas suas quatro faces[745]. De acordo com aqueles que eram também os anseios da Mesa da Confraria da Rainha Santa, Vilhena propôs-se despender os 500$00 em que orçava a mudança para local mais adequado, o que aconteceu solenemente perante os confrades e de uma copiosa missão de membros do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição, entre os quais os eminentes António Augusto Gonçalves e António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (1860-1941), que assistiram à abertura da caixa e à recolocação da tampa com o jacente da Rainha, repondo-a de acordo com as descrições do monumento anteriores à abertura realizada no século XVII. Ernesto, «*por impedimento oficial», «não poude achar-se presente*»; dias depois partia em longa viagem por África.

Figura 84 - Virgem com o Menino MNAA Inv. 984 Esc © DGPC-DDF

Figura 85 - Santa Clara MNAA Inv. 1077 Esc © DGPC-DDF

Figura 86 - São Tiago MNAA Inv. 992 Esc visto pela primeira vez por Ernesto de Vilhena em Avenal, a 11 de Julho de 1939. © DGPC-DDF

[744] Cf. Macedo 2006: 696-697.

[745] Situação para a qual o erudito António Garcia Ribeiro de Vasconcelos tinha alertado nos finais do século XIX (cf. Macedo 2006: 696-697).

A sedução pela obra do mestre escultor do Túmulo da Rainha Santa perdurará. Fica patente tanto na colecção de escultura onde coligiu muitas imagens que reconheceu formalmente próximas, como na passagem das *Notas de Arte e Arqueologia* onde reporta a visita o monumento do Arcebispo D. Gonçalo Pereira, em 27 de Agosto de 1937 (data posterior àquela em que a crítica histórica associou o nome de Mestre Pero ao trabalho do túmulo da Rainha) e concluiu que «*Algumas das figuras dos nichos são muito interessantes e lembram as d'aquelle tumulo. A. A.*[746] *affirma, categoricamente, que é do Mestre Pero. É necessario rever o que se escreveo a respeito delle*»[747]. Anos mais tarde, de novo na Capela da Senhora da Glória da Sé de Braga (26 de Agosto de 1945), o encanto mantém-se, assim como demonstra não ter quaisquer dúvidas na associação entre os dois sarcófagos, tema sobre o qual continua a informar-se como se depreende da passagem em que comenta «*Adoravel o tumulo de D. Gonçalo Pereira. Na testeira do lado da cabeça da estatua jacente, um Calvario, na dos pés a Virgem e anjos, retabulos deliciosos, no puro estylo do Mestre Pero. Entre os Apostolos, o Santiago tem um barrete como o nosso, que veio do Avenal. Factura identica à do tumulo de Sta. Clara; mas não me digam, como querem o homem do lampadario*[748] *e o das conchas de S. Pedro de Muel*[749]*, que os tumulos de Alcobaça são da mesma mão!*» (Doc. II.6).

Voltou a ser pródigo nas suas contribuições na região de Coimbra[750]. O próprio relata que participou financeiramente no arranjo do telhado da igreja de São Salvador de

[746] Refere-se a António Augusto Gonçalves.
[747] Doc. II. 4. Braga. Sé, 27 de Agosto de 1937.
[748] Refere-se a Lourenço Chaves de Almeida (1876-1952), autor do Lampadário ou *Chama da Pátria* do Túmulo do Soldado Desconhecido no Mosteiro da Batalha, funcionário do Museu Machado de Castro, que publicara recentemente *Os Túmulos de Alcobaça e os Artistas de Coimbra*. Lisboa: 1944. *Vide* as memórias do autor em Ferreira 2007.
[749] Refere-se provavelmente a Manuel Vieira Natividade (1860-1918), autor de *Ignez de Castro e Pedro o Cru perante a Iconografia dos seus Tumulos*. Lisboa: 1910.
[750] Na vida privada deu mostras de benemerência que, por vezes, regista nos diários: «*14 de Outubro de 1948 (5ª feira) - (...) Veio, de tarde, aquelle Dr. Estevão Pinto, que fora chefe do serviço da instrucção, em Angola, que está agora no Secretariado da Propaganda, e me veio pedir o emprestimo de 5.000$00 para pagar despezas da matricula de uma filha que está estudando musica em Paris. Resovi dar-lhe o dinheiro, que o Julio lhe entregará amanhã.*» (Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*. ms., 17 Julho 1948-17 Fevereiro 1949). Das actividades da Diamang constava por norma a contribuição financeira para "obras pias" que, em Lisboa, era simbolicamente entregue ao Cardeal Patriarca, como relata a propósito da conversa que entabularam em 1953: «*18 de Dezembro de 1953 (3ª feira) (...) Às 5 horas romagem, eu e S. Neves recebidos pelo Patriarcha, com quem se conversou longamente, entre outras coisas sobre os "padres-operarios", tendo trocado impressão com elle sobre a questão, sobre isto, collecção da esculptura, que elle desejaria vêr, como me disse, etc. Bom conversador, amavel, muito intelligente. Só lhe fallei na Senhora do convento de Salzedas, da Senhora do convento de Odivellas, dos*

Coimbra (Doc. II.6[751]), como em outras ocasiões, durante as suas viagens, se refere a dádivas para obras[752], ou a esmolas "piedosas", para intermediarem em futuras compras, que "deixa" acompanhadas do cartão[753]. Nas *Notas* chega a reconhecer que a sua intervenção directa poderia influenciar o empenho e o cuidado de outros com a conservação patrimonial, como exclama após a visita à igreja matriz de Tentúgal, em 8 de Janeiro de 1947: «*Em outro qualquer paiz, já esta egreja estava restaurada, e a Senhora tirada do retabullo, a que não pertence e collocada, isolada, em local e pedestal proprio, de modo a valorisa-la, permittindo, ao mesmo tempo, o seu exame e estudo. E isto e por eu não pedir, ao Padre que agora morreo»* (Doc. II.6).

O culto dos heróis nacionais também faz parte das suas actividades beneméritas. Na visita a São Miguel de Seide, em meados da década de 1950, «*logar principal do drama camiliano*», deixa cartão a lembrar que o empreendimento de renovação da casa e a intenção de erguer uma «*estatua ao grande romancista na esplanada fronteira ao edificio*» devia ser concluído «*por "subscripção nacional", para a qual eu tambem contribuiria*»[754]. Em 1937, o *Diário de Coimbra* identificou-o como «*o maior*» subscritor do monumento do bispo-conde D. Manuel Correia de Bastos Pina (1830-1913)[755], também ele importante mecenas da cultura durante o período final da monarquia.

Cultivar a benfeitoria, o patrocínio e a doação foi um valor entre os Jardim de Vilhena, em várias circunstâncias e perante diferentes tipos de instituições. Neste campo, a família comporta-se *à la page* com os grupos da alta burguesia europeia construtora da pré-modernidade, praticantes mecenas que incluíram dádivas aos Museus nas grandes metrópoles[756]. Em Paris, os Camondo[757] ou os Rothschild[758] entram no

---

S. Cosme e São Damião, e da molestia da falta de medicos assistentes, etc. Visivelmente satisfeito com a entrega do cheque de 500 contos. Conhecia já "Les Saints vont en enfer", cujo conteudo discutimos.»

[751] «*São Salvador - Visita em 7 de Janeiro de 1945. Sempre interessante, esta antiga egreja romanica, para cujo telhado, eu já em tempo contribui.»* (Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*. ms., de 22 Outubro 1953 a 31 Maio 1954).

[752] Doc. II.5: [Tentúgal, visita em 13 de Setembro de 1951] «*No convento de Santa Clara, o Padre está preparando a parte contigua à portaria, para sua residencia, com dinheiro de subscripções, no qual o meu já figura tambem (2.000$00).*».

[753] Doc. II.6: [Póvoa do Bispo, visita em 12 de Setembro de 1945] «*Capella da Senhora do Ó (...). Deixei 50$00 e o meu cartão.*»

[754] Doc. II.6: visita a São Miguel de Seide, em 1 de Setembro de 1955.

[755] *Diário de Coimbra*. 20 de Abril 1937: 1.

[756] Pomian 2005: 45.

[757] Isaac de Camondo (1851-1911) faz doação ao Louvre dos seus Manet, Cézanne, Degas, Van Gogh, Monet, Renoir, Poussin, Pissaro, Boudin, Jongkind, Sisley e Toulouse Lautrec, Corot, a colecção de estampas japonesas e um vasto conjunto de objectos de arte do século XVIII, hoje distribuídos pelos

Louvre através das doações de obras de arte[759]; em Milão, o legado Poldi-Pezzoli[760] permitira abrir a galeria do coleccionador em 1881; em Londres, a Wallace Collection dera entrada no património público em 1897 e inaugurara em 1900; em Moscovo, a antiga Galeria Tetriakov[761] passou a museu estatal em 1918. Mantendo à parte qualquer interpretação mimética, tendo em consideração as variantes de escala e de motivação em causa, importa aqui enquadrar os comportamentos da família Vilhena, quanto ao culto de doações culturais, que são comuns a grupos sociais paritários na Europa do seu tempo.

A prática benemerente radica em Júlio Marques de Vilhena, e assim se pode entender a intervenção, na qualidade de Governador do Banco de Portugal, na solução encontrada para manter em funcionamento a Fábrica de Faianças Bordalo Pinheiro, que foi reconhecida e retribuída com a criação do *Perfumador Árabe,* em 1896[762]. Os quatro filhos seguirão as pisadas paternas.

João Jardim de Vilhena, erudito na ciência da história, começa por doar um importante conjunto de Cartas e Manuscritos ao Arquivo da Universidade de Coimbra, em 1932[763], que conseguira «*salvar da voragem das fábricas de papel*»[764]. Reputado coleccionador de ex-libris, membro da Academia Portuguesa de Ex-Libris, doará a sua colecção referencial à Biblioteca da Universidade de Coimbra[765], intenção que era antiga, como rememora em 1963, ao relatar um encontro com o exilado D. Manuel II, estante em Vichy, a quem pede um *ex-libris* «*para a minha colecção que eu tencionava doar à Biblioteca da Universidade de Coimbra*»[766]. Também para Coimbra, cidade berço de João Jardim, e para o MNMC, guardara uma colecção de registos de santos e um conjunto de gravuras em madeira, italianos, oferecidos durante a direcção de

diferentes museus nacionais de Paris. Moïse de Camondo (1860-1935), primo daquele, legou à *Union Centrale des Arts Décoratifs* o conjunto do seu *Hôtel* parisiense e a totalidade do recheio.

[758] Linha do Barão Edmond de Rothschild (1845-1934), estabelecida em Paris, significativos doadores e patronos do Louvre desde o final do século XIX.

[759] Long 2001: 45-54.

[760] Gian Giacomo Poldi Pezzoli (1822-1879)

[761] Com origem nas colecções de Pavel Mikhalulovich Tetryakov (1832-1898), abertas ao público em 1892.

[762] Cf. Parte I. 1.3. "O mundo familiar Jardim de Vilhena", figura 22.

[763] Madahil 1932.

[764] AUC. Correspondência recebida no arquivo, 28 de Fevereiro de 1936, *apud* Ana Maria Leitão Bandeira. "O Fabrico do Papel no Distrito de Coimbra ao longo dos séculos XVI-XIX: um percurso histórico"in http://www.bib-lousa.rcts.pt/papel_industria2.htm.

[765] Catarino 1980.

[766] João Jardim de Vilhena. *Recordações de um velho de boa memória (1895-1908).* Lisboa, 1963: 10.

António Augusto Gonçalves[767] e posteriormente, ao mesmo museu sob direcção de Vergílio Correia, em data anterior a 1944[768], vários objectos-memória da família, que acaba por reclamar ao Estado, em 1961, por terem sido retirados de exposição[769].

Das informações colhidas sobre Júlio Jardim de Vilhena, oficial da Marinha como o irmão Ernesto, localizam-se os fardamentos do fim do período monárquico doados ao Museu da Marinha pelos seus herdeiros (Capa e Batina Inv. FV-I-476;

[767] João Jardim de Vilhena. "Há por aí alguém que sirva para Director do Museu Machado de Castro?". *Gazeta de Coimbra*. 22 de Novembro 1947:1.

[768] O próprio Vergílio Correia salienta estes objectos entre as peças que povoavam a «*Sala da Curiosidade*» do MNMC, criada por António Augusto Gonçalves e alargada por ele em 1936: «*Noutras ainda, bandejas de metal e charão, candeias de barro, instrumentos de flagelação e penitência, calcografias de gravuras antigas, lote importante oferecido pelo Dr. João Jardim de Vilhena, que igualmente cedeu ao Museu, em vitrine própria, variadas peças curiosas, nacionais e exóticas, além de uma colecção de registos agiológicos*.» (Cf. Vergílio Correia. "Curiosidade e Iconografia". *Diário de Coimbra*, 8 Março 1937. Consultado no ANTT, Arquivo Vergílio Correia. Nº 17, *Recortes de Imprensa,* 1930-1944. Capilha 1937).

[769] Arquivo Igespar, Fundo DGESBA, Livro 5-K/303 (1961-1963), Exposição de João Jardim de Vilhena ao Ministro da Educação Nacional sobre objectos por si doados ao MNMC, 15 de Maio 1961: «*Exmo. Senhor Ministro da Educação Nacional, João Jardim de Vilhena, funcionario do Estado, aposentado, natural de Coimbra, morador na Rua Castilho, 15, 2º pede a Vossa Excelência licença para expôr o seguinte: - O falecido Director do Museu Machado de Castro, em Coimbra, Dr. Virgilio Correia, creou no Museu uma sala destinada à exposição de objectos miudos, de valôr historico ou artistico. E eu, como era muito seu amigo, concorri com os seguintes objectos: - Um busto em bronze, de pequeno formato, da Rainha D. Maria 2ª, que fôra dado por El-Rei D. Luiz, a meu Pae, quando Ministro da Marinha e Ultramar. - Uma faca em marfim, com uma cegonha encastoada em madreperola, dadiva a meu Pae, pelos povos de Gôa, quando nesta foi instalado o Codigo Administrativo de 1878. - Um Napoleão, em bronze, a cavalo, joia de familia. - Duas miniaturas pintadas em marfim, encaixilhadas, herdadas de um nosso antepassado que em tempo do Rei Dom José fora presidente do Real Erario e ministro em Londres, chamado Cipriano Ribeiro Freire. - Moedas em prata, chamadas tarins, do tempo do bailio de Malta, Frei António Manuel de Vilhena. - Um licoreiro em vidro coalhado. Joia de familia. - Uma miniatura religiosa encastoada em prata, joia de familia. - E outros objectos miudos, facilmente reconheciveis. Infelizmente o Dr. Virgilio Correia pouco tempo viveu e foi substituido pelo senhor Luiz dos Reis Santos que desmanchou a sala e relegou os meus objectos e os de outras pessoas para a arrecadação de coisas inuteis e indesejaveis. O mesmo acontecendo a uma caixa contendo uma colecção de registos religiosos e uma colecção de gravuras em madeira, religiosas, impressas em Italia. Tanto os registos como as gravuras foram por mim oferecidas, em tempo do director Antonio Augusto Gonçalves, que muito as apreciou. Parece-me que pouca importancia se dá hoje a estas duas colecções, porque, querendo eu vê-las, ninguem soube dizer o seu paradeiro. Assim, peço a V. Exª se digne ordenar que todos os objectos acima mencionados me sejam restituidos, para eu lhes destinar outros museus onde eles possam ser admitidos com carinho e admirados pelo seu valor historico e artistico. Quanto à colecção dos registos e gravuras religiosas, desejo que a Biblioteca da Universidade de Coimbra, possuidora de uma colecção, ou começo, da mesma especie, ela se torne possuidora dessas colecções, e as veja aumentadas pelas dadivas que eu farei, de hoje em deante. Pede deferimento. A bem da Nação. Lisboa em 15 de Maio de 1961. (a) João Jardim de Vilhena*.» A solução do assunto prolongou-se e, ainda em 1963, o Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes continuava a oficiar ao director do MNMC para dar resposta, sucessivamente protelada com fundamentos vários. O último ofício constante do processo, do Director do MNMC ao Director da DGESBA, datado de 6 de Novembro desse ano, remata com o parecer de que, «*atendendo, porém, à insistência com que o Sr. João Jardim de Vilhena pede uma resolução acerca do assunto e ao diminuto valor das referidas peças, afigura-me aconselhável devolvê-las àquele Senhor, tanto mais que os Museus do Estado não devem, quanto ao signatário, converter-se em "depósitos de recordações de família*".».

Jaqueta Inv. FV-I-478; sobrecasaca, Inv. FV-I-477; Talim Nº 1, Inv. FV-III-64; Talim Nº 2, Inv. FV-III-65).

Henrique Jardim de Vilhena, médico anatomista e esteta, doará o espólio paterno que lhe coube em herança à Academia das Ciências de Lisboa, instituição de que era membro e à qual o progenitor presidira. Entre o conjunto de documentos, entregues com a intermediação de Júlio Dantas, contavam-se alguns inéditos[770], epistolografia e papéis com notas autógrafas de D. Pedro V[771]. Igualmente a Henrique de Vilhena ficou a dever-se a alargada doação de obras do pintor Manuel Jardim, composta por pintura (51 peças) e desenho (296 peças), distribuída entre a Universidade de Coimbra (onde fora reitor entre 1925-1926) e o MNMC, em 1952[772], corolário do seu empenho em divulgar e estudar a figura do malogrado primo artista (m. 1923) cuja biografia trouxera a lume em dois volumes publicados em 1945 e 1948[773]. Conforme comentou, «*Pode parecer estranho que façamos a doação de uma tão valiosa e maravilhosa colecção, em que se juntou o que é identificado e pudémos com efeito reunir. (...) Mas oferecer esta colecção ao Estado, melhor dizendo, à Nação portuguesa, à nossa Terra, não é da nossa parte um mérito a apreciar-se e a permitir ou a consentir de modo algum uma ou qualquer recompensa.»*[774]. Explicou que, «*Sempre considerámos - podemos agora dizê-lo - esta Colecção como um depósito que o Destino nos fez, ao qual deveríamos dar, na primeira ou maior oportunidade, a aplicação mais adequada e consentânea. É esta que designámos: à nossa terra e a Coimbra, o que será por intermédio da Universidade e do Museu de Machado de Castro*»[775]. O processo correu por intermédio do Reitor da Universidade, Maximino Correia (1893-1969) e de Luís Reis Santos (1898-1967), director do MNMC, intervindo António Nogueira Gonçalves (1901-1998) e Joaquim de Carvalho (1892-1958); seria superiormente acompanhado pelo director-geral da DGESBA, como historia Henrique de Vilhena e se documenta no espólio pessoal de

[770] Henrique de Vilhena. "Nota a «D. Pedro V e o seu reinado» de Júlio de Vilhena". In *Novos Escritos*. Lisboa, 1939: 11-18 [publicado originalmente in *Vida Contemporanea*. Ano I, nº 1, Maio 1934].
[771] Henrique de Vilhena. "Alguns outros papéis de Júlio de Vilhena - Destino que lhes demos". In *Diversos Escritos*. Lisboa, 1954: 41-45, cf. 43.
[772] Henrique de Vilhena "Doação, em 1952, da Colecção de Pintura e Desenho de Manuel Jardim". In *Diversos Escritos*. Lisboa, 1954: 153-162 [publicação original em *Diário de Lisboa*. Nº 10799, 24-XII-1952, p. 11].
[773] Henrique de Vilhena. *A Vida do Pintor Manuel Jardim*. 2 vols. Lisboa,1945-1948.
[774] Henrique de Vilhena. "Doação...": 156.
[775] Idem: 158.

João de Almeida (?-1977)[776], responsável por este serviço cultural do Estado. No acordo ficou expresso o compromisso da exposição permanente das obras, no que dizia respeito ao MNMC[777].

Ernesto de Vilhena cultiva a doação desde cedo. Na primeira década do século XX, são muitas e frequentes as ofertas de livros e opúsculos à Sociedade de Geografia de Lisboa, como já vimos. Esses actos prolongam-se durante todo o resto da vida e deles colhem-se ecos em algumas das suas anotações, como sucedeu em 1945, quando regista na *Agenda* que «*Resolvo fazer presente ao "Museo de Angola" de um dos meus exemplares da "Gente de Angola".*»[778] Culminarão com a dádiva dos dois volumes da *Ásia* de João de Barros a António de Oliveira Salazar, em 28 de Abril de 1966[779], provavelmente os exemplares que comprara em Agosto de 1954[780].

À medida que enriquece o património pessoal com obras de arte e com livros, concretizará outros actos "mecenáticos", muitos deles também em função dos compromissos empresariais da Diamang e enquadrados dentro do sistema de construção ideológica da empresa, como quando põe manuscritos de sua propriedade à disposição

[776] Arquivo Distrital da Guarda, fundo Dr. João Alexandre Almeida, Cx. 16, *Carta de Luís Reis Santos ao Dr. João de Almeida*, Coimbra, 9 Outubro 1952: «*LUÍS REIS-SANTOS. RUA PINHEIRO CHAGAS, 35 R/C. COIMBRA – PORTUGAL. S/Casa, Coimbra, 9 de Outubro de 1952. Meu Exmo. e M^to^ prezado Amigo, Acabo de receber a carta que junto remeto e a minuta da Doação da Colecção Manuel Jardim do Dr. Henrique de Vilhena.O núcleo é realmente muito interessante e valoriza, consideravelmente, o nosso Museu. Parece-me que o Doador deverá estabelecer prévia e rigorosamente o que ficará pertencendo ao Museu e à Universidade.Para isso afigura-se-me que o Dr. Vilhena e o Director do Museu Machado de Castro devem inventariar os dois núcleos antes de eu pedir ao meu Director Geral a licença necessária para se receber a Doação. Concorda? Muito agradeço o favor do seu valioso conselho a-fim de poder responder ao Dr. Vilhena. Trato do assunto em carta particular, porque penso não dever ocupar-me dele oficialmente, no estado em que ainda estão as negociações. Obsequeia-me devolvendo, com a resposta, a carta e a minuta. E aceite afectuosas lembranças do seu dedicado amigo e convicto admirador (a) Luís Reis Santos. ANEXO: Carta de Henrique de Vilhena a Luís Reis Santos, Lisboa, 8 Outubro 1952. Exmo. Sr. Luis Reis Santos, meu prezado Amigo, Mando-lhe a Minuta da Doação da Colecção Manuel Jardim, que já foi presente ao Professor Maximino Corrêa, que achou bem, e agora peço a opinião do meu Exmo. Amigo. O que entender que é razoavelmente para ser emendado ou explicado ou acrescentado, peço-lhe tenha a bondade de me informar. Por fim se fará o texto definitivo. Maximino Corrêa lembrou apenas alguma coisa que possa exprimir um dia a parte que pertence à Universidade e a que pertence ao Museu. Sugeri qualquer coisa como isto: "Quando a Universidade ou o Museu entendam que se deverá especificar a parte que pertence especialmente a <cada uma> dessas Instituições, nomeará cada uma o seu Representante, os quais presididos por alguém escolhido de comum acordo, estabelecerão, com equanimidade pelo lado artístico e os fundamentos jurídicos mais apropriados, a parte que pertence a uma e a outra." Rogo-lhe também me diga sobre isto. Creia-me com toda a estima, e eu mt^o^ at^o^ e vene^or^ (a) Henrique de Vilhena 8-X-52. Lisboa*».

[777] Cf. *Coimbra e seus pintores nas Colecções da Cidade*. 2001; Ferrão 2013.

[778] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda Gabinete 1945*. ms.: «*26 de Fevereiro de 1945 (2ª feira)*».

[779] Cf. capítulo final desta Parte II, onde se enquadrará a oferta a Salazar.

[780] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*. *ms,* de 1 Junho a 1954 a 14 Março 1955: «*8 e 9 de Agosto de 1954 (Domingo e 2ª feira). (...) Compra da collecção das Decadas Barros e Couto ao Pais (Roberto Clara).*».

dos historiadores para serem transcritos, estudados e publicados nas "Publicações Culturais da Diamang"[781], ou por exemplo ao oferecer um retrato fotográfico autografado ao Soba Satxissenga, entregue em 1943 no Dundo (Porto 2002: 151-153). Mas, por vezes, consegue desfazer-se de peças que possui, e assim se colhe a notícia de ter dado uma «*cruz de latão seculo XVI*» à filha de Callens, em 1948[782], funcionário belga do Banco Burnay, e até das "suas" esculturas, como acontece com a oferta de um busto-relicário de Santa Bárbara a Van Brée, outro elemento do seu círculo empresarial, em 1955[783], em nome de reconhecimentos profissionais.

A cultura da dádiva não se esgota, todavia, nos pequenos gestos particulares, nem na Acção Cultural da Diamang que incluiu doações a referentes centros culturais mundiais e a uma vasta lista de instituições, desde a Bélgica, o Brasil, Estados Unidos da América, África do Sul, Moçambique, e o resgate de peças de arte africana em Portugal e na Europa para as colecções do Museu do Dundo (Porto 2002: 383-384). Colaborou empenhado com os museus mediante o empréstimo das suas peças, como adiante veremos, mas também com ofertas de obras de arte, sintomáticas da ligação intelectual e visual que cria e mantém quer com os estabelecimentos-acervos expostos, quer com as personalidades ligadas a estes.

O Museu Machado de Castro de Coimbra mereceu a atenção beneficente de Ernesto de Vilhena durante a direcção de Vergílio Correia (director entre 1929 e 1944), selando-se a afinidade de interesses pela escultura que ambos mantiveram até à morte de Correia[784]. Vilhena, aliás, foi visita fiel e assídua em todas as suas deslocações a Coimbra e esses acontecimentos ficaram historiados nas memórias do museu[785].

---

[781] Cf. Parte I.3.

[782] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda. De 5 de Maio de 1947 a 16 de Julho de 1948,* ms.: «*9 de Abril de 1948 (6ª feira)*».

[783] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*. ms, de 15 Março 1955 a 13 Dezembro 1955: «*1 de Dezembro de 1955 (5ª feira) - Partio o Van Brée, pelo Sud-Express para Mouton, onde terá a Companhia do Dr. Motturelle. Como hontem, no almoço, elle fallasse em S. Francisco e em Sta. Barbara, e em que precisava de uma religião d'esta ultima, mandei-lhe, pelo C. Pereira, o busto pequeno, da Santa com reliquia, e a sua tira no braço esquerdo, que tinhamos ha muito, e que e, realmente, um exemplar, no genero, muito interessante, e que elle muito apreciará*.».

[784] ANTT, Arquivo Vergílio Correia, Nº 5, Correspondência – diversos, datas diversas. Cartão ms. de Júlio de Vilhena dirigido a Vergílio Correia: «*Lisbôa, 23 de Maio de 1944. Exmo. Sr. Doutor Virgílio Correia. Estimo que V. Exa. tenha regressado bem da sua ida a Coimbra. Meu Pai, a quem referi a passagem de V. Exa. pela Companhia, encarrega-me de dizer que na proxima sexta-feira, 26, das 3h da tarde para as 5h, se encontra disponível para o caso de V. Exa. aqui poder vir. Agradecendo o favor da sua resposta, peço me creia, com muita consideração, de V. Exa. attº, Ven. e obrido (a) Júlio Vilhena*.».

[785] ANTT, Arquivo Vergílio Correia, Nº 6, *Correspondência – diversos*, datas diversas. 1942. Carta de Jacinto Tinto, funcionário do Museu Machado de Castro dirigida a Vergílio Correia: «*Exmo. Senhor*

Entre as doações Vilhena, a primeira oferta que documentámos foi a de um prato de esmolas dito de Nuremberga, em Outubro de 1935, por intermédio de António Saraiva Nunes que comunica para Lisboa que o director «*ficou radiante*»[786], «*agradece muito*», «*elogia muito a colecção (...) de pedras e só diz é bom é bom, ele arranjar a sua colecção e eu a minha*»[787].

O museu conimbricense reunia e representava a escultura produzida em Coimbra e situava-se em pleno coração do território sentimental do Comandante. Vergílio Correia virá a ser uma das personagens-chave neste universo de referências, fosse por comungar dos gostos de Vilhena, ou por estar envolvido, como sombra, no mundo do coleccionador, mesmo involuntariamente.

Na reprogramação do Museu Nacional de Machado de Castro, tal como expôs em 1935, o projecto de intenções de Correia era fazer dele «*oficialmente, o Museu Nacional de Escultura, tal como o de Valladolid, em Espanha*». Modernamente museografado com os conhecimentos adquiridos durante a viagem por França do ano anterior concedia «*À escultura (...) a maior importância*», o que tenderia a colocar o museu de Coimbra no honorífico segundo posto relativamente à pinacoteca nacional "idealizada" por José de Figueiredo para o Museu Nacional de Arte Antiga. A importância superlativa das colecções de escultura ficaria patente na mostra, por esta colecção pela qual «*de facto, o Museu se superiorisa, com as suas admiraveis séries que vão da época romana, ao século XVIII*». Correia pretende fazê-la crescer, para o que aplicará a dotação para compras em uma «*vintena de imagens góticas, das quais nove adquiridas em antiquários de Lisboa*»[788].

Parecia resolver-se deste modo o alvoraçado diferendo pessoal existente entre Correia e Figueiredo, dois vultos referenciais da história da arte e da museologia portuguesa, que teve como desfecho a saída de Vergílio Correia do MNAA. Passados

---

Director. Só hoje foi recebida a ordem de pagamento da dotação, e vencimentos, e todas as instruções dadas por V. Exa. já foram cumpridas. Envio a única correspondencia recebida, e informo V. Exa. que aqui pelo Museu continua correndo tudo bem. (...) Acompanhado pela esposa, esteve no Museu, o Comandante sr. Ernesto de Vilhena, que me pediu para felicitar V. Exa. pela bela aquesição [sic] da imagem de Podentes; em relação á imagem do S. Matheus do Botão, não fêz grande reparo, a senhora é que manifestou o seu agrado. (...) Com os meus respeitosos cumprimentos subscrevo-me D. V^a Ex^a C^do e M^to Ob^do (a) Jacinto Tito [da Silva] 30/9/942.».

[786] Doc. II. 3. Ano 1935. Cartão postal de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena. Coimbra, 12 de Outubro 1935.

[787] Doc. II. 3. Ano 1935. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 16 de Outubro 1935.

[788] ANTT, Arquivo Vergílio Correia, Nº 17, *Recortes de Imprensa*, 1930, 1932-1944. Capilha 1935: CORREIA, Vergílio. "Como se faz um Museu". *Diário de Coimbra*, 7 Maio 1935.

anos, o Museu Machado de Castro dirigido por Vergílio Correia ao incorporar as premissas antiquárias das instituições que estiveram na sua origem, como o Museu de Arqueologia/Museu de Antiguidades de O Instituto de Coimbra, virá a apresentar aquela que poderia considerar-se como a "escola portuguesa de escultura", dada a macrocefalia produtiva da região nas artes escultóricas desde a Alta Idade Média apresentada e afirmada como *topos* em toda a literatura crítica.

Ernesto de Vilhena encontrará aqui terreno fértil para a sua apetência escultórica e em Vergílio Correia um interlocutor sempre atento. É, aliás, neste sentido de comunhão de gostos que pode interpretar-se a informação de, a dado momento, Vilhena e Correia se empenharem em fazer «*moldagens de gesso*» a partir do protótipo da Virgem do Leite da igreja velha de Gondar (Figura 87), também conhecida por *Senhora da Cadeira*, datada com o milésimo CCCCLXX (Santos 1948: Fig. 98; Barroca 2002: 176), durante a passagem da escultura por Coimbra para ser restaurada[789]. Desta cumplicidade ficou rasto material na Colecção Vilhena[790] (Figura 88) e a imagem conservada no MAS de Guimarães (Figura 89), em cujo acervo deu entrada por compra, hipoteticamente por estas moldagens de gesso (que respondiam ao conceito de escultura comparada ao reproduzirem exemplares considerados de referência na história da arte nacional) terem entrado nos circuitos do mercado já sem se reportarem ao objecto-paradigma que lhes serviu de fonte. Prolongando-as no tempo, pode ainda ser-lhes associada a interpretação passada a granito conservada hoje na igreja de Gondar (Figura 90). Nas *Notas*, Vilhena menciona o episódio, embora com subtileza, ao analisar uma «*Senhora Sentada, de 0m,35, coroada* (...) *do typo dáquella que foi reproduzida em Coimbra*» (Doc. II. 4, visita a Vilar Seco, 10 de Setembro 1940).

[789] Doc. II. 3. Ano. Ano 1936. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 7 de Outubro de 1936: (...) «*E depois sigo para Rio Meão, para ver o que se passa referente aquela senhora de pedra sentada com o menino ao colo, ahi 0,34 de alto, igual aquela que tantos carinhos de V. Exa. e do Dr. Vergilio Correia, levantou e que mandaram fazer moldagens em gesso, que estava aqui num pintor para reparar. Como sabe ha mais Marias na terra, e aquela santa não era unica.».*

[790] Doc. II. 3. Ano 1938. Carta de Saraiva Nunes para Júlio de Vilhena, Coimbra, 27 de Novembro 1938: «(...) *Encarreguei e indiquei ao sr. Adelino de Carvalho de Oliveira de Azemeis para ele tratar da aquisição de uma pequena imagem coroada, senhora com menino ao colo, sentada, que por diversas vezes tenho falado nela e que se encontra na igreihja românica de Rio Meão, perto de Espinho. Segundo este senhor agora me comunica, está em vias de faser* [sic] *essa aquisição, pois meteu de permeio pessoas daquele* [sic] *região onde ele é muito conhecido, e eu aqui de á* [sic] *4 anos a esta parte não tinha nenhumas facilidades de faser essa compra. Ele se entenderá directamente com V. Exas.* [Nota manuscrita: *a) Esta peça é idêntica a uma do Museu M. Castro que ali está copiada em gesso e de que creio V. Exas. teem outra copia.*]». Em 1940, Saraiva volta a referir-se a estas peças: «*Fui hoje ver á rua do Arnado, casa de um Canteiro uma pequena imagem gotica cavada com Menino ao colo, igual á que em tempos fizeram para V. Exa. e Museu, mas não se vende por dinheiro algum.»* (Doc. II. 3. Ano 1940. Cartão de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 14 de Junho).

Figura 87 - Virgem do Leite dita Nossa Senhora da Cadeira, proveniente da Igreja Velha de Gondar © Pedro Barros, 2014

Figura 88- Virgem do Leite, MNAA Inv. 2307 Esc © MNAA, Arquivo Fotográfico

Figura 89 - Virgem do Leite, MAS E 27 IFN 14435 © DGPC - DDF

Figura 90- Nossa Senhora de Gondar, reprodução em granito, Igreja Velha de Gondar ©Pedro Barros 2014

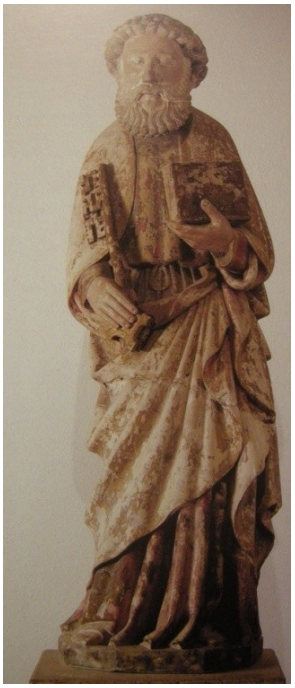


Figura 91 - São Pedro, atribuído a João Afonso, c. 1450 © *O Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca. História e Arte. O Brilho de Cister*. 2003: 89.

Vilhena chega a pagar do seu bolso a deslocação de Vergílio Correia ao Mosteiro de Arouca para a classificação da imagem gótica de São Pedro[791], obra que sempre admirara e que era «*sem dúvida, a mais harmoniosa e característica escultura do século XV que existe em Portugal*»[792] (Figura 91). Através de uma carta de António Saraiva Nunes, seu intermediário de Coimbra, somos informados que pede fotografias da peça. Executadas por um funcionário do Museu Machado de Castro, as provas chegarão a Lisboa em Agosto de 1936[793]. Segundo explica mais tarde nas *Notas de Arte e Archeologia,* «*Pela segunda vez, viemos aqui, em 6 de Setembro de 1955 (3ª feira), para vermos o Mosteiro, que haviamos visitado, pela primeira vez, em 1936 (vêr no volume I), aquando descobri, na Sala do Capitulo aquelle exemplar unico de S. Pedro*[794]*, grande, do Mestre Affonso, que eu quiz fazer transferir, sem exito, para o*

[791] Doc. II. 3. Ano 1937. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 14 de Janeiro: «*Fui ao Museu, falar com o Dr. V. Correia, sobre as avaliações (...). Que ele mesmo não tem dinheiro para comprar, e a proposito contou-me que tamanha é a penúria que até as aviagens etc á Arouca por causa do S. Pedro, foi V. Exa. que as subsidiou e que V. Exa. se ofereceu mesmo para uma monografia do dito S. Pedro. É falso ele ir publicar um livro sobre S. Pedro, como aqui disse a V. Exa. e como me disseram*.».

[792] Vitorino 1937: 28.

[793] Doc. II. 3. Ano 1936, Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, 26 de Agosto: «(...) *Entreguei logo ao fotografo do Museu, o recado para ele ir arranjar as fotos do S. Pedro de Arouca, tinha-o encontrado hontem e tinha-lhe dado a direcção de V. Exa. disendo que sahia por estes dias e portanto que as enviasse ele directamente a V. Exa. O homem veio aqui hoje e disse-me que já as tinha enviado, mas creio que seguiram hoje para ahi.».*

[794] Sublinhado a vermelho.

Museu Machado de Castro, o que não consegui, e hoje, restaurado, se acha na Exposição portugueza de Londres. Reli o que, a respeito d'esta imagem, havia escrito, no "livro de honra", em 1936, e deitei nova prosa, dizendo que via com grande satisfação etc.» (Vol. III, cf. Doc.II.6, visita a Arouca).

Neste contexto, e do contentamento que sabia produzir no também arqueólogo Correia, Vilhena faz doação de «*pedras provenientes de Geria: uma base de estatua e um fragmento de cipo funerário romano, com inscripção portoguesa»*[795], que são incorporadas no museu em 1939. Outra fonte é mais eloquente. Através da correspondência do intermediário António Saraiva Nunes com o Comandante, ficamos a saber que poucos dias depois de Ernesto de Vilhena ter passado por Coimbra, o Museu Machado de Castro manda buscar estas peças e três pedreiros transportam-nas de carroça. Nunes informa ainda Correia que Vilhena lhe ofereceria qualquer pedra que encontrasse proveniente da Quinta da Geria[796], situada na freguesia de Antuzede, então propriedade dos Forjaz de Sampaio, ainda aparentados com a família Jardim de Vilhena, originariamente de D. André de Almada, seu proprietário no século XVII.

A entrada na Colecção Vilhena de um conjunto de imagens góticas que durante tempos estiveram expostas primeiro no Museu Arqueológico do Instituto de Coimbra e depois no Museu Machado de Castro, pertencentes a diferentes depositantes, relaciona-se igualmente com a ligação indelével que o Comandante manteve com o(s) Museu(s) de Coimbra.

Quando, em 1894, António Augusto Gonçalves assumiu o lugar de conservador do museu arqueológico o acervo original conheceu uma ampliação para a qual contribuíram as obras depositadas por ele, por J. Martins Teixeira de Carvalho (1861-1921) ou outras personalidades (Serra 2002: 116). A natureza das colecções alterou-se assim, o que se traduziu na própria denominação institucional, que passou a *Museu de Antiguidades*, até 1911. Anunciando uma conceptualização inovadora que ultrapassava a mera recolha de espécies arqueológicas, Gonçalves alertava que este museu apresentava apenas núcleos iniciais, «*em volta dos quais virão agregar-se de futuro exemplares congeneres»* que estariam na origem da mostra de séries completas, «*que só*

[795] Museu Nacional Machado de Castro, *Diário*. *Janeiro 1934-1943*: «Abril 1939. 30».
[796] Doc. II. 3. Ano 1939. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 22 de Julho.

poderão conseguir-se com tempo, persistencia e recursos de outra ordem»[797]. Os depósitos iriam contribuir para o desejado enriquecimento patrimonial. Após a República, quando da criação em Coimbra do Museu Machado de Castro, os objectos que eram propriedade de O Instituto são cedidos, em 1912, ao Estado, passando a incorporar o novo museu (Serra 2002: 135). Por consequência, as obras depositadas também serão transferidas para a nova instituição.

Ernesto de Vilhena virá, anos depois, já em tempos da direcção de Vergílio Correia, a colher peças deste núcleo. A primeira, negociada entre 1931 e 1932, terá sido uma imagem da *Virgem do Ó* que Tomás da Fonseca[798] (1878-1968) ali depositara, proveniente de Carregal do Sal, tal como Saraiva Nunes lembra em correspondência com Vilhena no ano de 1939[799]. A venda suscitou natural polémica em Coimbra, envolvendo também Vergílio Correia[800] - que não se lhe opôs -, os funcionários do Museu Machado de Castro e Lourenço Chaves de Almeida (discípulo de António Augusto Gonçalves, artista do ferro, vogal do Conselho de Arte e Arqueologia e nessa data colaborador do museu)[801], o jovem tirocinante João Gaspar Simões (1903-1987, sobrinho por afinidade de Gonçalves, então auxiliar do Museu) e, à distância, Belisário Pimenta (1879-1969), preocupado ex-presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição, que acaba por detalhar a estória[802].

---

[797] A. "Bagatellas". *Resistência*. Nº 128, Coimbra, 10 de Maio 1896: 1, col. 5 *apud* Serra 2002: 118.

[798] Professor, poeta, jornalista, republicano, foi vice-presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição, sediado em Coimbra.

[799] Doc. II. 3. Ano 1939. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, 29 de Março 1929: «*Em Carregal do Sal, estive uns momentos, com o meu amigo Thomaz da Fonseca, que me disse, que procurando nos tempos em que exerceu em Coimbra o magistério e ainda a diversas pessoas de Portugal, nunca mais teve conhecimento de outra imagem como aquela que vendeu a V. Exa. e ainda como qualquer das restantes que se conhecem.*».

[800] ANTT, Arquivo Vergílio Correia, Nº 98, *Museus*, datas diversas. Capilha "A Virgem Pejada" de Tomas da Fonseca. Dezembro 1931: inclui a carta de Tomás da Fonseca dirigida a Vergílio Correia, nas datada de 24 de Dezembro 1931 e duas missivas de Lourenço Chaves de Almeida sobre o mesmo assunto, datadas de 23 de Dezembro 1931 e de 29 de Dezembro de 1931.

[801] O excerto da carta de Lourenço Chaves de Almeida de 23 de Dezembro é esclarecedor: *Isto é pasmozo.V. Ex^cia Senhor Director, que tem procorado [sic] enriquecer esta colecção, já hoje a melhor do Mundo, não deve auxiliar a saida de um bom exemplar como este é, para o confronto das de egual invocação que lá ha. Lá porque um Vilhena que por intermedio do Viana quer propor um negocio ao Tomas e ele esquece; perante duas ou tres centenas de escudos: o que, como antejo presidente que foi do Conselho, deve ao Museu Machado de Castro. Eu sou membro do Conselho, e tenho-me sacrificado muito pelo Museu para consentir numa coisa destas; se ele insistir irei até ao fim… não sai a imagem do Museu. Desculpe meu amigo se o meu proceder o magou-a* [sic]*, mas isto tem que ser assim defendido, e creia-me muito e muito dedicado amigo todo seu (...)*». Cf. Idem, ibidem.

[802] UCBG, Espólio Belisário Pimenta. *Memórias* [ms.]: *diário ao correr da pena*, 1907-1965. Vol. 8, *1928-1932* (Ms. 3363-5/19): 22 de Dezembro 1931, 30 de Dezembro 1931, 3 de Janeiro 1932, 17 de Janeiro 1932, 19 de Janeiro 1932.

Figura 92 - Virgem do Ó, MNAA Inv. 1086 Esc, IFN 17590_1 © DGPC - DDF

Vilhena comprará, por intermédio do agente António Viana, a escultura gótica por «*certa quantia importante*»[803], na realidade três contos de reis[804], a Tomás da Fonseca, que a tinha depositado no Museu Machado de Castro, gesto sobre o qual não recebera o respectivo documento comprovativo. A fotografia que Fonseca tirou e que despertara a curiosidade desassossegada dos funcionários, colocando Lourenço Chaves de Almeida em alerta, não chegou até hoje. Não é possível descriminar com total exactidão esta imagem entre o conjunto de Virgens do Ó que Vilhena possuíu. Entre elas, a data da compra conhecida assinala-a como sendo uma das primeiras esculturas deste tipo a integrar a colecção e uma das primeiras conquistas do coleccionador que, através das *Notas* se mostra permanente e empenhadamente interessado na representação escultórica do tema. O próprio coleccionador, na visita à Sé de Évora em 17 de Setembro de 1934, regista a presença de uma Senhora do Ó ao mencionar que seria do «*genero da nossa (grande)*»[805], referindo-se a uma peça adquirida antes daquela data, hipoteticamente à de Tomás da Fonseca e plausivelmente, segundo consideramos, à escultura conservada no MNAA com o Inv. 1086 Esc (Figura 92).

[803] Idem, 17 de Janeiro 1932.
[804] ANTT, Arquivo Vergílio Correia, Nº 15, *Correspondência - diversos*, datas diversas. Carta de A. Saraiva Nunes para Vergílio Correia, Coimbra 17 de Dezembro 1932: «(...) *o Viana, que é hoje o maior capitalista de antiguidades. Cada Santo dá-lhe em media 3 contos. Foi quanto lhe deu a Santa do sr. Thomaz da Fonseca.*»
[805] Doc. II. 5.: «*Districto de Evora*»: [Sé], visita em 17 de Setembro de 1934].

Figura 93 - Coimbra, Museu Archeologico do Instituto, Sala Medieval, posterior a 1899 © MNAA, Arquivo Fotográfico

Figura 94 - Virgem do Leite, MNAA Inv. 950 Esc © MNAA, Arquivo Fotográfico

Figura 95 - Coimbra Museu Archeologico do Instituto, Sala Medieval (postal) © MNAA, Arquivo Fotográfico

Figura 96 - Virgem do Leite, MNAA Inv. 1859 Esc © MNAA, Arquivo Fotográfico

Duas imagens pétreas da Virgem do Leite, ambas góticas, uma do século XIV e a segunda do início do século XV, que integraram a propriedade Vilhena, documentam-se nas antigas salas do Museu do Instituto (Figura 93 e Figura 95). A partir daí entraram no Museu Machado de Castro como parte do espólio depositado por António Augusto Gonçalves[806], saindo da instituição após a morte do Mestre, vendidas pelos herdeiros no fim de 1932[807], não sem que mais uma vez os protestos locais se tenham feito ouvir[808].

[806] *Relação dos objectos, que não pertencem ao Estado e foram depositados no Museu Machado de Castro por empréstimo voluntario dos seus proprietarios, nos termos do §1º do art. 39 do Decreto Com força de Lei de 26 de Maio de 1911, com a expressa condição de poderem ser retirados, sem embargos*

O próprio Comandante Ernesto de Vilhena menciona compras realizadas na herança de António Augusto Gonçalves no texto das *Notas*, ao comparar a coroa de uma Virgem de Abiul com a da imagem que apresentamos[809], que figurara em público desde a exposiçao na Sala Medieval do Museu Arqueologico de Coimbra (Figura 95 e Figura 96).

Uma imagem de uma Santa representada apenas com o Livro fechado como atributo, trecentista, atribuível a Mestre Pero, pertencente à Colecção Vilhena e hoje no MNAA, terá de incluir-se neste grupo, associada à peça identificada nas fontes como *Santa Catarina* oferecida a Gonçalves por Belisário Pimenta, proveniente de Cantanhede (Figura 97 e Figura 98)[810]. Saraiva Nunes foi entregá-la directamente a Vilhena, no Hotel Astória, em Coimbra, a 6 de Dezembro de 1932[811].

---

de qualquer ordem, quando sejam reclamados. Coimbra, 10 de Setembro de 1914. A. Augusto Gonçalves: *«"2. Objectos Diversos" - Nº de ordem - 1 / Designação - Imagem da Virgem amamentando o menino - sec. XIV / Dimensões - H. 1,22 m / Colocação - 37 S. Mediev. / Depositante - A. Gonçalves / Observações - Calcário de Portunhos"*».

[807] As últimas disposições redigidas por António Augusto Gonçalves são mencionadas nas memórias de Lourenço Chaves de Almeida que menciona a lista de objectos depositados no Museu Machado de Castro (cf. Almeida 2007: 172).

[808] Doc. II. 3. 1932. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 6 de Dezembro: «*Os jornaes de Coimbra d'hoje dedicam grandes artigos de protesto, contra a saida das colecções do Museu. Estam combinadas para esta noute reuniões dos representantes das forças vivas da Cidade, para compra do espolio e para fazer regressar o que foi vendido. Insurjem-se contra os novos ricos e bric á bracs. Vái por aqui o diabo, mas do Museu a meu ver é que tiveram a culpa de deixar sair, antes do governo se pronunciar.*». Na missiva datada de 14 de Dezembro 1932 anexa o recorte do artigo assinado por Alexandre A. Pais da Silva, "O Nacionalismo na Arte. Não devemos deixar sair para o estrangeiro objectos que valorizam qualquer dos nossos museus", publicado na *Gazeta de Coimbra* de 13 Dezembro 1932, em que o autor se insurge claramente contra os acontecimentos e contra a falta de tomada de decisões do Estado face a situações depauperantes do património como aquela a que os conimbricenses assistiam.

[809] Doc. II. 4, visita a Abiul em 23 de Setembro 1933: «*A corôa lembra, em mais alto, a da Virgem coroada que comprei na herança do A. A. Gonçalves*».

[810] *Relação dos objectos, que não pertencem ao Estado e foram depositados no Museu Machado de Castro por empréstimo voluntario dos seus proprietarios, nos termos do §1º do art. 39 do Decreto Com força de Lei de 26 de Maio de 1911, com a expressa condição de poderem ser retirados, sem embargos de qualquer ordem, quando sejam reclamados. Coimbra, 10 de Setembro de 1914. A. Augusto Gonçalves*: «*"2. Objectos Diversos". Nº de ordem - 250 / Designação - Imagem, em pedra, de Sta. Catarina (escultura do sec. XIV). Proveniência - Cantanhede - Oferecida ao depositante por intermédio do Major Belisário Pimenta / Dimensões - H. 0m,70 / Colocação - S. Medieval / Depositante - António A. Gonçalves / Observações - 27 Agosto 1919"*».

[811] Doc. II. 3. Ano 1932. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 6 de Dezembro: «*Mandei buscar ao Astoria a Sta. Catarina e o Silva entregou-me uma carta com um carimbo duma casa comercial que eu ás 11 horas ali fui a entregar e que V. Exa. não chegou a ler, (carta essa motivada por eu momentos antes o não ter encontrado já no Astoria) e entregou-me mais 50.00 que V. Exa. ali deixou, não sei para quê.*»

Figura 97 - Santa não identificada, MNAA Inv. 2382 Esc © DGPC-DDF IFN 16904 várias, MNAA © MNAA, Espólio João Couto

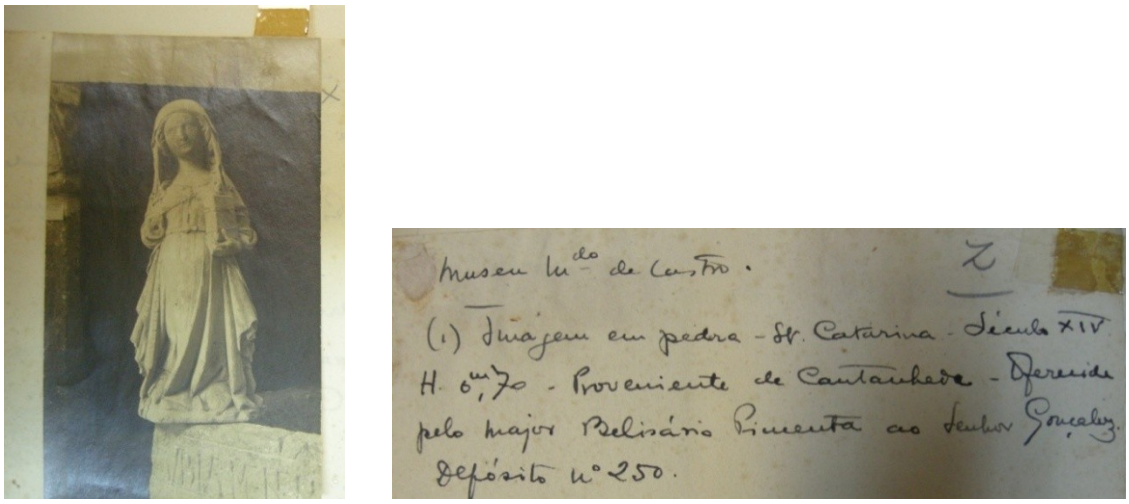


Figura 98 - Fotografia e anotação de João Couto conservada num dossier de recortes de imprensa e notas

No início da década de 1950, a reputação de Vilhena como coleccionador e a excelência das suas colecções são factos socialmente manifestos nos meios da cultura e da política portuguesa. É, então, tempo seguro para exprimir materialmente a sua qualidade de mecenas dos museus portugueses. Na esteira do interesse de seu pai pela obra de Rafael Bordalo Pinheiro, faz doação, em Fevereiro de 1952, ao Museu Bordalo Pinheiro do Município de Lisboa, em nome próprio e de sua mulher, de uma aguarela representando um jovem *Vendedor de palitos e rocas*, assinada pelo pintor e datada de 1862 (Figura 99), que havia figurado na Exposição de 1872 promovida pela Sociedade Promotora de Belas Artes em Portugal, recebida pela 1ª Conservadora Julieta Ferrão

(1899-1974). Coube a Luís Pastor de Macedo, vice-presidente da edilidade, agradecer a «*valiosa oferta*»[812].

Figura 99 - Rafael Bordalo Pinheiro, *Vendedor de palitos e rocas*, 21 de Abril 1867, aguarela, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Doação de Ernesto e Maria Amélia de Vilhena 1952 © MRBP.PINT.084

Quanto ao Museu do Caramulo criado por Abel de Lacerda (1921-1957), o processo de doações de Ernesto de Vilhena remonta ao momento em que ambos travam conhecimento, no início de 1953, e de cujo encontro Vilhena dá notícia, a 30 de

[812] Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo Arco do Cego, Processo nº 104 de 1952: O Museu de Rafael Bordalo Pinheiro comunica a oferta de uma aguarela de Rafael Bordalo Pinheiro por Ernesto Vilhena e esposa, 1952 - PT/AMLSB/AL/CMLSB/CULT/01/0702.

Janeiro[813]. Estabelecem cordiais relações e, em resposta ao projecto fundacional do Museu do Caramulo - «*museu de coleccionadores amantes das artes plásticas*»[814]-, Ernesto de Vilhena faz uma primeira doação de dois pratos «*Companhia das Índias*» (Figura 100a e Figura 100b), que Abel de Lacerda agradece pessoalmente no final de Agosto de 1953[815].

a

b

Figura 100a- - Prato (*O Julgamento de Páris*), Inv. FAL 31; 100b - Prato (*A Ceifa do Trigo)*, Inv. FAL 33; Doação Comandante Ernesto Vilhena © Fundação Abel de Lacerda - Museu do Caramulo

Para além das porcelanas, mais cinco peças ficarão associadas ao seu mecenato: um fragmento de sacrário em pedra com Cristo ressuscitado em alto-relevo, produção de Coimbra do século XVI, um painel de madeira em relevo policromado com a

[813] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário.* ms., de 26 de Agosto 1952 a 14 de Março 1953: «*30 de Janeiro de 1953 (6ª feira) -* «*Ás 5h estou com o Ministro do Ultramar, mas, antes, o Pamplona, a quem eu sempre pergunto pela Mulher, apresentou-me a um Dr. Lacerda, que eu logo vejo ser o medico do Caramulo, que colleciona esculturas, quadros e outras obras de arte. Muito communicativo, falla muito, pergunta-me pela collecção, conta-me da exposição de arte sacra que conseguio organisar para o districto de Tondella, digo concelho, e dá-me, com dedicatoria, que pôs mesmo elle, um exemplar do catalogo d'essa exposição. Que fez essa exposição para não meter medo aos expositores, para não verem, n'aquillo, a pretensão de proceder a "inventarios", mas que vae ver se consegue organisar, depois, com as coisas que já sabem onde estão, um bom museo. Diz mais cousas a respeito de eu ser o collecionador mais conhecido, convida-me para, quando fôr ao Norte, ir à casa d'elle, e eu, pelo meo lado, convido-o a ir á minha, um dia, não agora, porque vae regressar (já) ao Caramulo. É um typo agradavel, fallador, e parece bôa pessôa.*».

[814] Cf. *Colecção da Fundação Abel de Lacerda* 2003: 1.

[815] Fundação Abel de Lacerda - Museu do Caramulo, C-33: «*Nº 108. Exmo. Senhor Comandante Ernesto de Vilhena. Rua de S. Bento, 187, LISBOA. Quiz V. Exa. dar um especial relevo à consideração que lhe mereceu o nosso empreendimento, enviando-nos 2 magníficos pratos de porcelana da China dos fins do século XVIII: PRATO DA COMPANHIA DAS ÍNDIAS, com motivos europeus: o julgamento de Páris. Decoração polícroma. Diam. 23 cm. PRATO DA COMPANHIA DAS INDIAS, com motivos europeus: a ceifa do trigo. Decoração policroma. Diam. 23 cm. A obra verdadeiramente nacional que V. Exa. vem desenvolvendo tanto no campo económico como no domínio das belas-artes, de há muito o impõe à consideração e respeito de todos os portugueses; mas o fidalgo e generosíssimo acolhimento que V. Exa. dispensou ao Museu do Caramulo excedeu em muito tudo quanto nos era lícito esperar! Bem-haja pois V. Exa. pela significativa e valiosa colaboração que nos prestou e que nunca desmereceremos. A BEM DA NAÇÃO. Caramulo, 27 de Agosto de 1953. O PRESIDENTE DA JUNTA (a) Abel de Lacerda.».*

representação da Adoração dos Magos do século XVII, um painel retabular barroco com a Santíssima Trindade[816], um armário-oratório pintado e ainda um banco de sacristia de três cadeiras e sobrecéu entalhado, do século XVIII. A numeração de inventário destas obras, relativamente baixa e sequencial, sugere que as ofertas tenham sido pouco distanciadas no tempo (Figuras 101a, b,c, d e).

a

b

c

d

e

Figura 101a- *Sacrário* (fragmento), Inv. FAL 23; 101b - *Adoração dos Magos*, Inv. FAL 26; 101c - *Santíssima Trindade*, Inv. FAL 25; 101d - *Banco de Sacristia*, Inv. Fal 27; 101e - *Armário-oratório*, Inv. FAL 24, Doação Comandante Ernesto Vilhena © Fundação Abel de Lacerda - Museu do Caramulo

Os apontamentos de Ernesto de Vilhena sobre «*o Dr. Lacerda do Caramulo*» nesse mês de Agosto dão conta, não só de que este o visitara na casa de São Bento, como referira a Colecção que ali conhecera a Oliveira Salazar, de quem era próximo, o que Azeredo Perdigão (1896-1993), advogado da Diamang, também confirmara em conversa[817]. Lacerda será visita atenta da colecção Vilhena[818], percebendo-se que as

[816] Carvalho 2003: 26-41.

[817] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 16 Março 1953 a 21 Outubro 1953: «*3 de Agosto de 1953 (2ª feira) - Conta o Perdigão que almoçou com o Dr. Lacerda o do Caramulo, que lhe disse que o Salazar tinha grande consideração por mim, e que se lamentava que eu não estivesse com 50 annos; o Simão Neves confirma que a elle proprio, o Salazar, dissera já o mesmo.*». Idem: «*19 de Agosto de 1953 (4ª feira) - Perdigão conta que almoçou com o Dr. Lacerda, e que este lhe contou a visita que fizéra á nossa casa, e que descrevera ao Salazar o que tinha visto, é que era uma collecção preciosa etc etc, e que aquelle dissera que não admirava que tivesse podido reunir essa collecção, porque houve annos em que eu ganhei 2.000 ou 2.500 contos etc.*».

[818] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 1 Junho 1954 a 14 Março 1955: «*27, 28 e 29 de Janeiro de 1955 (5ª, 6ª e Sabado) - Tivémos, na rua de S. Bento, mais uma vez, a visita do Dr.*

duas figuras comungam do mesmo universo de interesses e de práticas coleccionistas[819]. Contudo, por alguma razão que não é dita, a certo passo o Comandante comenta que «*Trato de esfriar as antigas relações com o Dr. Abel de Lacerda.*»[820]. Tal não significou real rompimento, mas antes que podem ter estado em causa "questões" de peças e compras, provavelmente envolvendo terceiros[821]. Em 1956, Ernesto de Vilhena seria mesmo interveniente na fase final da concretização do Museu do Caramulo, cuja inauguração ocorre em 1958, já depois da morte de Abel de Lacerda, a que o Comandante assiste (Doc. II.5. Visita ao Caramulo, 27 de Setembro de 1958).

Figura 102- *São Bartolomeu*. Pintura catalã, Século XV, adquirido em 1956 à viúva de Ricardo do Espírito Santo Silva, vendido por Leiria e Nascimento, leilão de 4 de Dez 1992, lote 90 © Leiria e Nascimento, Lda.

As passagens do diário íntimo daquele ano de 1956 dão notícia da "concorrência coleccionista" que se mantém entre os dois. Vilhena compra um "primitivo" catalão

---

Abel de Lacerda, d'esta vez acompanhado pelo Irmã, que me dizem casado com um hespanhol. Ella vinha para fallar de uma caixa, que elle comprou aqui perto, segundo diz, do seculo XVI, ou mesmo, talvez, do sec. XV. Ella verdadeiramente entusiasmada.»

[819] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Diário, ms., de 15 Março 1955 a 13 Dezembro 1955: «*30 de Março de 1955 (4ª feira) - Por fim, apareceo o Abel de Lacerda que, dizia elle, vinha consultar-me sobre o que havia de fazer, a um pedido de um Padre, o mesmo que nos pedio o S. Miguel, e a quem elle havia comprado, em tempos, uma Senhora, que agora o Padre lhe vinha pedir, tambem, para poder mover um processo aos seus parochianos, que o acusavam de ter vendido o Santo por 800 contos, parar aproveitar o dinheiro em beneficio do seu sobrinho! Diz o Lacerda que a esse valor seria entregue a peça ao Museo (não sei n'este momento qual, se o d'elle, se o de Arte Antiga, e diser, depois ao Padre que a imagem "está integrada no patrimonio nacional". Concordo, inteiramente, com elle. Falla-me, depois, no caso do continuo do Moraes, e na offensa que o Ministro prestaria em relação ao Dr. Couto.*»

[820] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 15 Março 1955 a 13 Dezembro 1955: «*9 de Outubro de 1955 (Domingo).*».

[821] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 16 Dezembro 1955 a 18 Novembro 1956: «*3 de Maio de 1956 (3ª feira) (...) À noute, estando cá o Duff, o Dr. Alberto Lacerda veio falar-lhe, como haviamos combinado, e demoraram-se os dois até depois da 1 hora da noute*.».

(Figura 102) que pertencera à colecção de Ricardo Espírito Santo Silva (1900-1955), competindo abertamente com Lacerda: «*Compro, não obstante, o Abel de Lacerda, para casa, um santo catalão que era do Ricardo Espirito Santo, por 20.000$00.*»[822] No dia seguinte: «*Apareceo o Dr. Abel de Lacerda, que deve estar furioso comigo, mas que, aparentemente está calmo e placido, e me veio trazer o Estatuto, catalogo e varios outros papeis apresentados na reunião, que hontem se realizou, e a que eu não fui. Conversa curta, em que se não fallou no quadro catalão, que eu comprei, por vir do Mardel, à viuva do Espírito Santo*»[823].

a

b

Figura 103a - *Virgem e São João Evangelista* (de Calvário), Inv. FAL 408 e Figura 103b - *Calvário*, Inv. FAL 409, Doação de Maria Amélia Vasconcelos Porto de Vilhena © Fundação Alberto Lacerda - Museu do Caramulo

Três das peças com maior significado na colecção de escultura do Museu do Caramulo, uma *Virgem Maria* e um *São João Evangelista*, de Calvário, em madeira policromada do século XIV e uma quatrocentista placa de alabastro de Nottingham representando o *Calvário* (Figura 103a e Figura 103b) foram doadas em nome de Maria Amélia Vasconcelos Porto de Vilhena, sua mulher. Os números de inventário, relativamente altos, sugerem terem sido oferecidas em data diversa das anteriores.

Com o Museu Nacional de Arte Antiga, a relação de Ernesto de Vilhena estabeleceu-se em diferentes níveis. Na base esteve decerto o verdadeiro interesse que

[822] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 16 Dezembro 1955 a 18 Novembro 1956: «*29 de Julho de 1956 (Domingo).*»
[823] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), *Diário*, manuscrito, de 16 Dezembro 1955 a 18 Novembro 1956: «*30 de Julho de 1956 (2ª feira)*».

lhe despertava qualquer museu, o que encontramos bem explícito nas *Notas de Arte e Archeologia* e nos Diários[824]*,* bem como a importância que deu às visitas aos grandes museus nacionais que não deixa de ver sempre que viaja pela Europa, seja em Londres[825], em Bruxelas[826] ou em Paris[827]. A importância do MNAA, «*o Museu*» como lhe chama[828], sem precisar de identificação mais precisa, fá-lo não só membro do Grupo dos Amigos do Museu[829] desde 1921, mas sobretudo um visitante das colecções e das exposições temporárias[830] de que foi assíduo sobretudo no período em que estas se

[824] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Cadernos de viagens*: *Caderno de viagem Nº 18,* ms., 14 Junho 1942 - 11 Julho 1942; 18 Novembro 1943 -27 Fevereiro 1944: «*20 de Novembro de 1943 (Sabado) (...) De tarde, na collecção Guerra Junqueiro, de que o Julio gostou muito, sobretudo do grupo dos anjos musicos. Os moveis portuguezes, muito bem encerados. Mas, para mim, continua a ser a Senhora hespanhola sentada, a melhor peça. A collecção de hispano-arabes é tambem notavel. Fomos, ainda, ao Manoel Correia, mas elle não estava*.» (...) «*21 de Novembro de 1943 (Domingo) - Fomos vêr o Museo do Porto, que o Julio ainda não conhecia. O Christo do Alfredo Silva, continua a impôr-me desconfiança, e ao Julio tambem, por causa do raio, que tem geitos futuristas. Na collecção de esculpturas não ha augmento. A nossa de cruzes processionaes é muito superior. Nos paramentos, do que vejo pouco cousa, a casula com bordados a coral, que parece ter vindo de Santa Clara, é notavel, mas sec. XVIII. Na pintura continuam a destacar-se os dois quadros do Silva Porto, das margens do Marne e os quadritos pequenos do H. Pousão, sobre Capri. Os dois Clouet e um Christovão de Figueiredo. Algumas faianças portuguezas interessantes. Algumas jóias.*».

[825] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda Gabinete 1945*, ms.: «*29 de Novembro de 1945 (6ª feira) - Em um dos dias anteriores, estivemos no "Victoria & Albert", a vêr a exposição das esculpturas em bronze dourado e em pedra, que tinham, durante a guerra, retirado da Westminster Abbey. Interessantes os jacentes dos reis e rainha e algumas das imagens, mas pequenas, em pedra.*»

[826] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda*. De 5 de Maio de 1947 a 16 de Julho de 1948, ms.: «*30 de Novembro de 1947 (Domingo) [Em Bruxelas] Vamos, de manhã, ao Museo de Pintura, que eu já conhecia, mas que é sempre interessante de tornar a vêr. Van der Weyden primeiro, Rubens, não dos melhores, mas bons, Van Dick, idem, e retratistas, outros, de valor. Como não acendem a luz electrica o rez do chão via-se mal. Mao agrupamento dos quadros*.». Idem. *Diário*, ms., de 15 Agosto 1950 a 26 Fevereiro 1950: «[Em Bruxelas] *23 de Outubro de 1950 (2ª feira) - (...) De tarde, fui, com o Castro Pereira ao Palais des Beaux-Arts vêr a exposição de quadros provenientes dos Museus de Berlim. Coisas lindas, e entre todas uma grande tela retrato da nossa marqueza de Van Dyck, imponente e adoravel, ao mesmo tempo.*»

[827] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 1 Junho 1954 a 14 Março 1955: «*28 de Novembro de 1954 (Domingo) - (...) De tarde, no "Musée de l'Homme", no Trocadero. Só vimos a parte africana, onde ha, de facto, exemplares muito interessantes, das diversas edades do homem, mas, em todo o caso, e apesar de numerosos cranios, ossos e mesmo esqueletos completos, parece-me que as series estão incompletas, não actualisadas. Algumas reproduções de pinturas rupestres, muitos instrumentos prehistoricos, alguns bons exemplares de tambores, de grande tamanho. Aqui, como em tudo, sinto um certo desconhecimento, um como que abandono, ou relaxação (desesperança?).*»; «*1 de Dezembro de 1954 (4ª feira) - Dia feriado em Lisbôa. Fomos ao Museo de Cluny, de que só vimos uma parte, a já renovada, e bem classificada. O resto só estará pronto para Janeiro*.»

[828] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda Gabinete 1945*, ms.: «*27 de Março de 1945 (3ª feira) Estive com a Amelia na Exposição de colchas sec. XVII e XVIII no Museu. Em conjuncto, pobre, embora com alguns exemplares caracteristicos.*».

[829] Sobre o Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga cf. Bastos e Carvalho 2012

[830] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda*. De 1 de Janeiro de 1946 a 4 de Maio de 1947, ms.: «*23 de Fevereiro de 1947 (Domingo) - (...) fui com a Amelia e o Julio ao Museo de Arte antiga.*». Idem, *Agenda*. De 5 de Maio de 1947 a 16 de Julho de 1948, ms.: «*2 de Julho de 1947 (4ª feira) - (...) Fui com a Amelia à exposição de Lisboa, no Museu das Janellas Verdes.*». Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 15 Março 1955 a 13 Dezembro 1955: «*14 de Maio de 1955 (Sabado) - Vou vêr a Exposição dos quadros da Madeira, e novamente, a de artes luso-indianas*.».

multiplicam, durante a direcção de João Couto (entre 1938 e 1962). Nestas circunstâncias frequenta o Museu na qualidade de observador[831] mas não podemos deixar de considerar o seu papel de emprestador de obras de arte, uma colaboração sempre generosa.

Mediadores entre os papéis do observador e do emprestador surgem personagens que o motivam e que acabam por tornar-se razão de um maior envolvimento com a instituição. Citamos especialmente Santos Simões[832] (1907-1972) e Maria José de Mendonça (1905-1984), , ambos conservadores, e João Couto (1892-1968), director.

Os dois conservadores entram no mundo privado de Ernesto de Vilhena pela sua reputação de especialistas, o primeiro em Azulejaria e a segunda em Têxteis. As primeiras referências escritas do Comandante a Santos Simões remontam a 1945, data em que assiste a uma conferência sobre «*Azulejos archaicos*» que o leva a considerar que os estudos aprofundados fazem dele «*erudito, e pode completar o que o José Queiróz e Virgílio Correia haviam começado*»[833]. Em 1947, o engenheiro vai ver os azulejos na Casa Vilhena[834], provavelmente no âmbito do trabalho mostrado na *6ª Exposição Temporária - Azulejos* (MNAA, Março 1947) e, em 1948 termina o primeiro inventário de setenta e um painéis de azulejaria (Doc. II.14).

As afinidades entre Maria José de Mendonça, conservadora efectiva do MNAA desde 1944[835], e Ernesto de Vilhena serão profícuas para ambos. A importância de Mendonça ultrapassará inclusive a morte do Comandante, pois a ela tem de reconhecer-se a intervenção efectiva na passagem da vida dos objectos da Colecção Vilhena para o património do Estado Português, quer quanto à Colecção de Escultura, quer quanto a um elevado número de peças têxteis cuja história acabou por integrar no acervo do MNAA. Travaram conhecimento, porém, muito antes, por via da especialização técnico-científica de Mendonça na arte têxtil que a conduz, inevitavelmente, à Casa

[831] Reyero 2008.
[832] *João Miguel dos Santos Simões. 1907-1972*. 2007.
[833] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda Gabinete 1945*, ms.: «*3 de Maio de 1945 (5ª feira) - Eu e o Julio vamos ao Carmo ouvir a conferencia do engenheiro Santos Simões sobre "Azulejos archaicos", ou sejam, os que se chamam "hispano-arabes" e seus imediatos antecedentes*.»
[834] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda*. De 1 de Janeiro de 1946 a 4 de Maio de 1947, manuscrita: «*5 de Março de 1947 (4ª feira) - (...) De tarde, às 4h (sairam às 8h) o engº Santos Simões, D. Julieta Ferrão e uma filha do Francisco Mello Breyner, que vieram o primeiro para ver azulejo e as outras duas em ligação com a exposição ulyssiponense*.»
[835] Lapa 2012.

Vilhena, desde 1945[836] e durante anos sucessivos, sempre que ali havia novidades, como apontado nos Diários[837].

Figura 104 - Ernesto de Vilhena, João Couto e o Cardeal Gonçalves Cerejeira, fotografia não identificada provavelmente captada na inauguração da exposição *A Virgem na Arte Portuguesa*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1954 (Vilhena está de luto pelo falecimento de Rosa Queriol, sua sogra, em 1954) © Herdeiros do Comandante Ernesto de Vilhena

Neste círculo entraria inevitavelmente João Couto na qualidade de director do MNAA, atento à riqueza da Colecção Vilhena e procurando aí razões de proximidade com o seu trabalho museológico. O relato do jantar que Vilhena lhe oferece no dia 10 de Junho de 1951, poucos dias depois do Comandante ter completado 75 anos, é uma antologia de observação psicológica e de reconhecimento identificador de gostos, que

[836] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda Gabinete 1945*, ms.: «*27 de Maio de 1945 (Domingo)* **-** *Estiveram em casa, de tarde, o Sanches a Mulher, Luiz Maciani e Heloisa, a Luiza e o Sebastião, o Paulo Ferreira e a das "olheiras", o pintor Abel Manta e Maria José Mendonça, conservadora do Museo das Janellas Verdes. Colchas, paramentos, etc. Esta ultima ficou para jantar. Estiveram, tambem, o Dr. Gomes da Costa e a D. Emilia, sua mulher.*».

[837] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 16 Março 1953 a 21 Outubro 1953: «*12 de Agosto de 1953 (4ª feira) - Vem a D. Maria Mendonça, vêr colchas achegadas ha pouco, varias outras e tecidos diversos, que ella muito aprecia. O curioso é que, vindo especialmente para vêr certo album de tecidos da India, que ella mencionára, não chegou a vê-lo*.». Idem. *Diário*, ms., de 1 Junho 1954 a 14 Março 1955: «*16 de Outubro de 1954 (Sabado) (...) A D. Maria Mendonça vem a casa às 3 horas, para vêr a colcha indo-portuguesa que comprámos ao Lemos*.». Idem. Ibidem: «*9 de Março de 1955 (4ª feira) (...) Veio a casa a D. Maria Mendonça vêr um pano grande bordado a matiz que comprei ao Kamenesky*.».

importa reproduzir na íntegra. Conta o coleccionador: «*Realizou-se, finalmente, a celebrada visita do Dr. Couto, director do Museo de Arte Antiga à nossa Casa. É um typo muito differente do Reynaldo dos Santos, menos fino de aparencia, menos brilhante, mas talvez de sciencia mais sabida. Deve ser homem franco, onde recorrer, e homem de caracter. Como todos os outros, vê-se que, em certa altura estava já cansado de vêr escultura, porque, praticamente, foi a unica coisa que vio. No tocante à capacidade de comprehensão da estatuaria, vê-se que elle não sabe muito (quem é que sabe, entre nós?), mas vi-o accessivel à arte popular, chegando a ter expressão de admiração por imagens d'uma chave, que o Reynaldo não tragaria, entre ellas, pello Santiago, "querido", como elle diz, que está na sala de baixo da casa do pateo. Fui-lhe dizendo, logo de entrada, que aqui não havia maravilhas, ao contrario do que muita gente diz; que se tratava de uma collecção recondita, nacional mesmo, e que, sendo-o já hoje, irá a se-lo, mais ainda, mais tarde. Apreciou, muito, coisas pequenas, como os copos pintados da Vista Alegre, os tocheiros ornamentaes etc. Continuam na ideia de fazerem, primeiro, pequenas exposições com alguns objectos, escolhidos, de alguns collecionadores, mas, depois, exposições maiores, a nossa, por exemplo, de tecidos em larga escala. Estava, tambem, a Maria Mendonça, que continua sabendo pouco, confirmando-o, de tecidos, apesar de, em certo momento, alguem me ter dito que ella estará especialisando-se só n'este ramo, na Amoreira do Rato. Ficou o Couto de voltar, afim de vêr a colecção de tecidos.*»[838]

Estes dados relacionais são suficientes para perceber quanto o MNAA poderia integrar da Colecção Vilhena nas suas mostras temporárias e quanto de orgulho de coleccionador o Comandante delas colheria.

Nesta teia de relações, Ernesto de Vilhena será generoso para com o património nacional, ao fazer doação de livros à Biblioteca do MNAA, em 1951[839]. Oferece anos depois, em Abril de 1955 uma imagem esculpida da *Virgem com o Menino* (MNAA Inv. 794 Esc)[840], à qual não foi alheia a mediação de Maria José de Mendonça. Quando

[838] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 27 Fevereiro 1951 a 28 Setembro 1951: «*10 de Junho de 1951 (Domingo)*».

[839] MNAA, Biblioteca, *Registo de Entradas*, Nº 4. Agradecemos à Dra. Anne Marie Chapert, voluntária no MNAA, a pesquisa que efectuou nos Livros de Registo. A doação ficou também registada em uma placa que nomeou Ernesto de Vilhena como doador à Biblioteca do MNAA, exposta na mostra *Museografias* (MNAA 2008-2009).

[840] MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 36, Cópias de Correspondência Remetida, Janeiro a Junho de 1955, Nº 199, Proc. Nº 3-M-2: «*Exmo. Senhor Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes.*

o Comandante historia esta oferta refere ter sido nas circunstâncias decorrentes desta sua concreta acção de mecenato, que João Couto comentara que *«considerava a nossa casa* [i.e. a Casa Vilhena] *como uma extenção* [sic] *do Museo de Arte Antiga*[841].

Figura 105 - *Virgem com o Menino* MNAA, Inv. 794 Esc. Publicada in *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. Vol. II, Fasc. Nº 2 (Janeiro 1954-Dezembro 1955), 1956.

Tenho a honra de pedir a V. Exa. autorização para aceitar para o Museu, a seguinte peça: Uma escultura de pedra, policromada, do século XVI, com 0m,645 representando a Virgem de pé com o Menino ao colo, brincando este com um colar. A oferta é feita pelo Exmo. Senhor Comandante Ernesto de Vilhena, e tem muito interesse para o Museu. Oportunamente se mandará fotografia. Apresento a V. Exa. os meus cumprimentos. A Bem da Nação. Lisboa, 31 de Março de 1955. O Director: João Couto.» Idem, Nº 215, Proc. Nº 3-M-2: «*Exmo. Senhor Comandante Ernesto de Vilhena. Venho por este meio, e em nome do Museu que dirijo, agradecer a V. Exa. a oferta da escultura em pedra do século XVI, representando a Virgem com o Menino. A valiosa oferta representa mais um contributo para enriquecer a reduzida colecção de imagens e outras peças escultóricas que o Museu guarda. Apresento a V. Exa. os meus cumprimentos. A Bem da Nação. Lisboa, 6 de Abril de 1955. O Director: João Couto*.». Ibidem, Livro 37, Cópias de Correspondência Remetida, Julho a Dezembro de 1955, Nº 597, Proc. Nº 3-M-2: «*Exmo. Senhor Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Em referência ao ofício nº 225, 5-E, de 27 de Agosto findo, junto remeto a V. Exa. uma cópia do recibo comprovativo da entrega a este Museu da escultura em pedra do século XVI, representando a Virgem com o Menino. Junta-se fotografia, solicitada, da referida escultura. Apresento a V. Exa. os meus cumprimentos. A Bem da Nação. Lisboa, 23 de Setembro de 1955. O Director: João Couto*.».

[841] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 15 Março 1955 a 13 Dezembro 1955: «*30 de Março de 1955 (4ª feira) - Como dei á Maria Mendonça, quando ella veio vêr a colcha do Kamenesky, uma imagem em pedra, e Senhora com o Menino, para o Museo, na ideia de consolar, um tanto, o Dr. Couto, este tentou varias vezes telefonar-me e hoje, finalmente, pude fallar com elle. Está, coitado, bastante aborrecido, e agradeceo-me muito, o "rebuçado" que lhe havia mandado, que gostava muito de coisas que lhe lembrassem a sua terra etc. Eu disse-lhe que tinha muito prazer, e que nao seria, sem duvida, a ultima a ir. Pedio-me licença para, em um livro que estava fazendo, fazer figurar o nosso Frey Carlos, talvez mesmo em estampa colorida, com o que eu logo concordei. Confesso que fui muito sensivel ao facto de, segundo a Maria Mendonça, elle considerava a nossa casa como uma extenção [sic] do Museo de Arte Antiga*.».

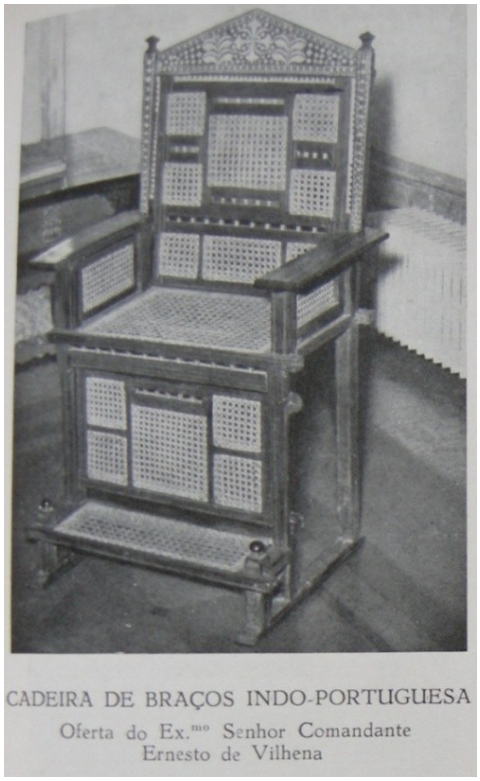


Figura 106 - Cadeira, MNAA Inv. 1518 Mov. Publicada in *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. Vol. III, Fasc. nº 3 (Janeiro-Dezembro 1956), 1957.

É plausível considerar outra doação ao MNAA, em Janeiro de 1956, de uma cadeira de braços classificada como indo-portuguesa (MNAA Inv. 1518 Mov) como uma das peças preparatórias de uma exposição que veio a ter lugar no ano seguinte, dedicada ao tema da *Influência do Oriente na Arte Portuguesa Continental. A arte nas províncias do Ultramar,* integrada no III Colóquio Internacional Luso-Brasileiro (MNAA 1957). Vilhena desempenhará a função de emprestador na exposição, mostra pública de uma das mais significativas parcelas da sua colecção dedicada às artes do império enquanto artes nacionais.

Noutro contexto, diverso dos museus, mas nestes mesmos anos (1956 e 1957), Ernesto de Vilhena manifesta abertamente a sua preocupação com a herança patrimonial portuguesa em Angola.

Em carta datada de 13 de Maio de 1957, o Comandante inicia o processo de alerta a António de Oliveira Salazar quanto à necessidade de intervir superiormente para travar o que considera ser a destruição da cidade antiga de São Paulo de Luanda[842], através dos atentados que se verificavam contra a história, a tradição e a estética.

[842] ANTT, CDA, Cxa. 1, Dossier 2 (01.01.1957-31.12.1957), fl. 4-5: «*Venho comunicar a Vossa Excelência que regressei de Angola, pelo avião de 29 do passado mês de Abril, e que logo retomei as minhas funções no escritório da Companhia de Diamantes. (...) Junto encontrará Vossa Excelência,*

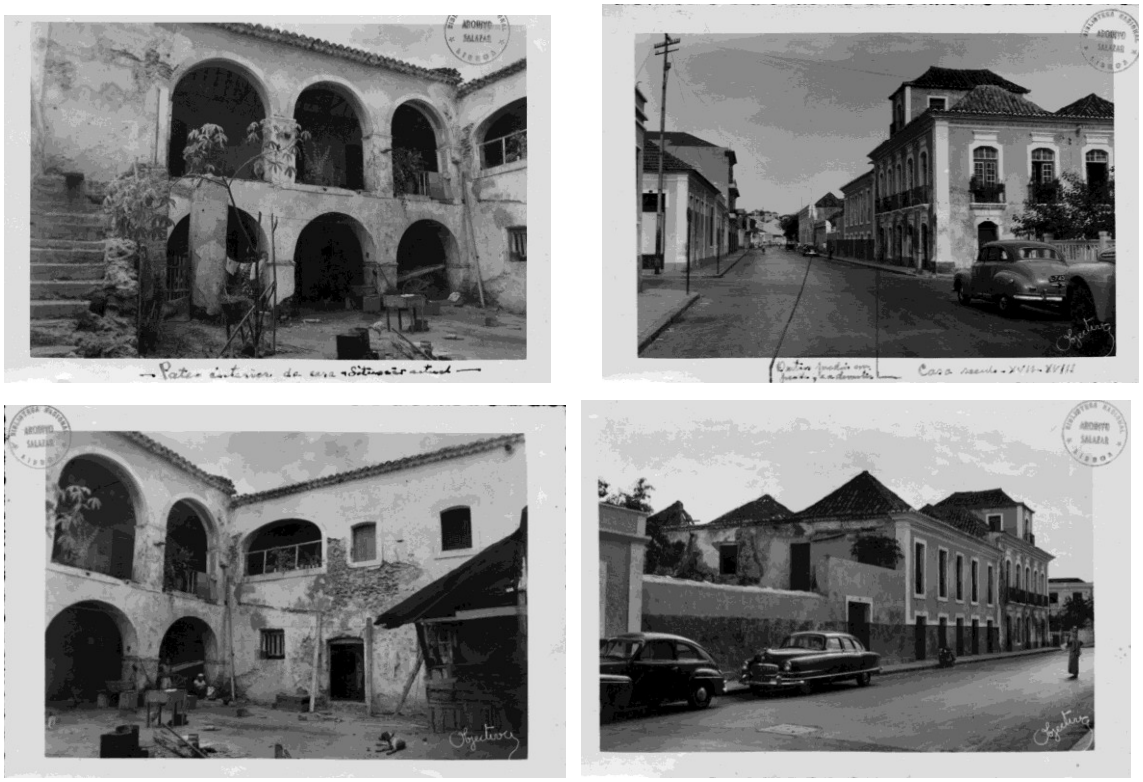


Figura 107- Fotografias anexas à carta dirigida por Ernesto Vilhena a António de Oliveira Salazar, datada de Lisboa, 26 de Julho 1957. Foto Objectiva, s.d. [1957] ©ANTT, AOS/CP-280, Pasta 7280.18, fl. 424-427.

No *post scriptum*, informa que anexa as fotografias da «*Casa Grande dos Lencastres»* (comprada pela Diamang em 1953, Figura 107) e salienta, como atento leitor de Gilberto Freire, que «*É curioso como se manteve a designação de "casa grande" - brasileira - dos "clássicos" engenhos do assucar*»[843].

Salazar parece compreendê-lo, como dá notícia no cartão de resposta de 29 de Maio[844]. Vilhena insiste no tema. A 26 de Julho, numa longa missiva em que ainda

também, o texto do que por mim foi dito em um jantar que o Senhor Governador Geral fez o favor de nos oferecer na véspera da minha partida de Luanda. Como Vossa Excelência fará o favor de vêr, pareceu-me ser essa a ocasião própria para pedir ao Senhor Governador a sua atenção para as verdadeiras "barbaridades", que se têm cometido na urbanização de Luanda, contra a História, contra a Tradição, contra a Estética e até contra o simples Bom senso. O que então disse traduz, com veemência, sem dúvida, mas com absoluta exactidão o que se fez, e o que daí resultou, e que é uma vergonha. Não quererá Vossa Excelência concorrer, com a sua suprema autoridade, para salvar o que ainda pode ser salvo, e modificar o actual estado de coisas, que nos deshonra, humilha e desacredita perante nacionais e estrangeiros? Seria um relevante serviço a juntar aos muitos que Angola deve já a Vossa Excelência.»

[843] Idem: fl. 5.

[844] ANTT, CDA, Cxa. 1, Dossier 2 (01.01.1957-31.12.1957), fl. 41-45: «*Ao Cte. Ernesto de Vilhena. Muito agradeço a V. Exa. a sua carta de 13 do corrente e a cópia dos dois discursos que proferiu em Angola. Um versa assuntos já meus conhecidos e interessou-me menos. Mas o outro sobre a restauração de Luanda, invadida por estes pseudo arranha céus que nós estamos erguendo aqui e lá interessou-me imenso. Eu tinha a ideia contrária. Pensava que faziam modernismo nos terrenos vagos e tinham respeitado a cidade histórica e secular. Vejo pelo discurso de V. Exa. que a doença invade tudo e não poupa nada. Não sei que disposição terá o Governador para estes problemas e se estará de acordo connosco, e se, estando de acordo, terá forças para salvar o que ainda possa ser salvo. Em Lisboa onde está o Governo, e a Câmara, e estão os técnicos e artistas, penso que tenha de desistir. Em todo o caso,*

afirma «*que a minha maneira de ver acompanha, neste importante assunto, a de Vossa Excelência*»[845], vai mais longe, acusa a falta de aplicação do legislado em matéria de protecção histórico-monumental em Angola onde, apesar das disposições do governo de Lisboa terem sido adoptadas desde 1950 e de ali ter sido criado um "Gabinete de Urbanização", mesmo assim «*se tenha deixado arrazar a antiga Luanda, para se lhe substituir aquele amontoado confuso de edifícios, pretensiosos ou ridículos, de modelo estrangeiro, do mais avançado mesmo que se faz lá fora*».

Não obstante a visão tradicionalista que dali ecoa, Vilhena pede para que seja aplicada no Ultramar a doutrina do continente, apelando que tal se faça «*com a definição ainda mais clara, dos objectivos que se pretende atingir e com a recomendação expressa, pela Presidência do Conselho, às autoridades superiores, de investigarem tudo o que possa ser abrangido pela doutrina estabelecida, e de adoptarem as disposições de estudo, guarda e conservação que se impuzerem. Assim se acudirá, penso eu, ao mais urgente; mas há também, que reconhecer que, de uma maneira geral, a legislação defensora do património nacional, no tocante a arqueologia, arte e bibliografia, necessita revisão.*»[846]

Salazar não volta a pronunciar-se sobre o tema patrimonial com Vilhena.

A Diamang avança com as obras de recuperação e renovação da Casa dos Lencastres (1957-1960). Ali irão ficar sediados os escritórios de Luanda, cujo projecto o Comandante vinha discutindo com o arquitecto Vasco Regaleira (1897-1968) desde 1950[847], depois a efémera Casa-Museu Ernesto de Vilhena (1973), onde, desde 1976, se

---

não sabendo se V. Exa. mandou ao nosso Ministro do Ultramar cópia do trabalho, vou mandar-lha eu a que possuo. Far-se-á alguma coisa?».

[845] ANTT, AOS/CP-280, Pasta 7280.18: Carta de Ernesto Vilhena dirigida a António Oliveira Salazar, datada de Lisboa, 26 de Julho 1957, dactilografada, acompanhada de fotografias e de cópia da Acta Nº 15 da Sessão dos Monumentos de 3 de Maio, fl. 419-431, cf. fl. 419.

[846] Idem: fl. 421.

[847] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 13 Fevereiro 1950 a 14 Agosto 1950: «*1 de Junho de 1950 (5ª feira) (...) Em seguida, o architecto Vasco Regaleira, com o qual adiantamos, um tanto, o estudo do que deverá ser o edificio para escriptorios da Companhia em Loanda*.». Neste contexto manifesta-se contra a lassidão de Salazar em impôr-se na defesa do tradicionalismo, já que o arquitecto dizia que o Presidente do Conselho era contra o que estava acontecendo com a reconstrução da cidade universitária de Coimbra, algo em que Ernesto de Vilhena não faz fé, como se depreende: «*27 de Abril de 1951 (Sexta-feira) (...) Regaleira continua a queixar-se de que na Camara Municipal ninguem tem senso artistico; conta varios casos que muito lhe desagradam e, mais uma vez diz que o Salazar lastimava o que se estava fazendo em Coimbra, que gostaria de fazer com elle, "Regaleira, um pacto para impôr concepções tradicionalistas no que houvesse se se fazer, de futuro, etc. Cantigas! Era a elle que cabia visita-los a todos e não o tem feito: por desanimo, por timidez, por fraqueza ou já impotencia para impôr a sua vontade?*» (Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 27 Fevereiro 1951 a 28 Setembro 1951).

abriga o Museu Nacional de Antropologia da República Popular de Angola (Batalha 2006: 200-204).

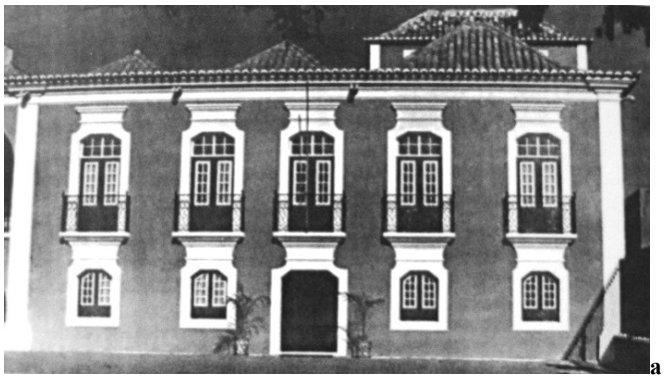
 a b

Figura 108a - Sede da Diamang em Luanda na Casa dos Lencastres, fachada lateral; Figura 108b - Interior após renovação de 1957-1960 © Batalha 2006

II. 3. Colecção Vilhena: uma empresa coleccionista familiar

Figura 109 - Maria Amélia e Ernesto de Vilhena, fotografia não identificada e não datada.
© Herdeiros do Comandante Ernesto de Vilhena

Um dos episódios mais significativos na história da Colecção Vilhena remonta a 1937. Tem por base e prende-se com a compra, no Picoto dos Barbados (freguesia de Santo António dos Olivais, Coimbra), de uma escultura representando São Pedro, do século XVI. Nos acontecimentos intervêm Ernesto de Vilhena, Maria Amélia, sua mulher, e Júlio, seu filho, ambos actores através do discurso do Comandante, e Vergílio Correia.

António Saraiva Nunes, intermediário, avistara o São Pedro no ano anterior, como comunica por escrito para Lisboa, em 27 de Maio[848]. Vilhena visita o Picoto no dia 7 de Fevereiro de 1937, um domingo (Doc. II.5, "Digressões e viagens de estudo e investigação"). Em Abril, a imagem estava integrada na Colecção, tendo sido comprada ao filho do mestre-de-obras Benjamim Ventura[849].

A trama desencadeia-se quando Vergílio Correia, na qualidade de membro da Academia Nacional de Belas Artes e nesse período inventariante do Património Cultural da Nação, chefe da brigada do centro (Cidade e Distrito de Coimbra)[850], publica um alerta público sobre "A Capela do Tesoureiro e as estátuas do seu retábulo", no *Diário de Coimbra* de 9 de Abril de 1937[851]. Tratava-se da defesa patrimonial da capela

[848] Doc. II. 3. Ano 1936. Carta de A. Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 27 de Maio: «(...) *Disseram-me á* [sic] *pouco que nos Tovins, para o lado dos Olivaes, está uma Imagem de pedra, que pertenceu á capela do Tesoureiro da Sofia e dali saiu á anos, vou tratar de averiguar o caso e tirar a respectiva fotografia para enviar a V. Exa.».*

[849] Doc. II. 3. Ano 1938. Carta de A. Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 26 de Fevereiro: «*No Picoto dos Barbados, acima dos Oliváes, comprou V. Exa. ao filho do mestre de Obras Bemjamim* [sic] *Ventura, o celebre Sam Pedro de J. Ruão*.».

[850] Correia 1940: 19-28.

[851] ANTT, Arquivo Vergílio Correia, Nº 17, Recortes de Imprensa, 1930, 1932-1944. Capilha 1937: Vergílio Correia. "A Capela do Tesoureiro e as estátuas do seu retábulo". *Diário de Coimbra*, 9 Abril 1937: 1-2 - «*Tenho diante dos olhos uma fotografia antiga, de Sartoris, representando a Capela do Tesoureiro. Sob a abóbada plena, quadriculada de réguas e painéis de calcáreo que imitam uma cobertura de madeira ergue-se imponente o retábulo de Nossa Senhora da Assunção, repartido em corpos sobrepostos, magnificente dos grupos icónicos que o enobrecem, e das estátuas isoladas que o adornavam. No corpo central, a Senhora aureolada ascende ao céu acompanhada da jocunda ronda angelical, seguida pelos olhares enternecidos dos Apóstolos apinhados em terra. No nicho superior arqueado, o Padre Eterno e Cristo coroam a Virgem. Querubins carnudos ocupam risonhos as tarjas frisaes dos entablamentos. Toda a facúndia ornatal renascentista reveste os membros arquitectónicos, animando de relevos túmidos ou secos toda a superfície do retábulo. Em nichos laterais quatro estátuas quasi do tamanho natural entre as colunas e os colunelos dos corpos mais vastos, enquadravam as composições sagradas: S. Pedro e S. Paulo; outros dois santos, inferiormente. Estava ali, completa, uma das mais importantes obras realizadas pelo insigne imaginário João de Ruão, em Coimbra. Gasta pela acção de mais de três séculos de influências atmosféricas sobre a pedra alva de Ançã em que foi talhada, mas intacta na sua estructura e pormenores. Abandonada na sua enormidade, a igreja inacabada de S. Domingos, levantada na Sofia pelos esforços de Frei Martinho de Ledesma, auxiliado pelo Duque de Aveiro, serviu após a extinção das ordens religiosas a destinos avessos à intenção dos fundadores, tendo, nos últimos decénios sido utilizada a vasta área coberta da capela-mor, para serralharia, «remise» de carros e finalmente, garagem. Desde longe, porém, o interesse artístico do destroçado monumento,*

abandonada entre as ruínas do mosteiro de São Domingos de Coimbra, extinto em 1834, acusando o progressivo estado de destruição do retábulo.

Constituindo obra documentada de João de Ruão (act. 1529-1580), executada entre 1558 e 1565, de indiscutível importância no Renascimento, as imagens que tinham composto a estrutura retabular encontrar-se-iam recolhidas e dispersas por casas de particulares. Correia insurge-se contra o descaminho das esculturas, insinuando nas entrelinhas que o seu desaparecimento pudesse estar relacionado com os interesses coleccionistas de Ernesto de Vilhena.

---

provocou da parte dos poderes públicos medidas de protecção ao imóvel, incluído na lista dos Monumentos Nacionais de 1908. Apesar de propriedade particular, tal como o Mosteiro de S. Marcos ou a Capela de Varziela, a capela-mor da igreja de S. Domingos foi declarada monumento nacional, precisamente devido ao valiosíssimo retábulo que o compartimento do lado esquerdo dessa capela mor albrigava [sic]; *isto além da atenção que mereciam as belas abóbadas que cobrem essa parte da igreja conventual dos dominicanos de Coimbra. A razão do nome que recebeu a abside do Evangelho, é conhecida. Foi o tesoureiro da Sé, Francisco Monteiro, que, contratou em 1553 com Frei Martinho de Ledesma a fazer essa capela à sua custa, levantando também nela um retábulo a Nossa Senhora da Assunção, destinando a piedosa construção a sepulcro privativo, ajustando a obra com o imaginário João de Ruão, ainda em plena celebridade nessa altura, apesar de roçar já os sessenta anos. Falecido o tesoureiro, completou a obra seu filho António Monteiro, e de vários pormenores de pagamento, escalado ao longo dos sextos e sétimo decénios de Quinhentos, nos ficou memória nos documentos do Arquivo de S. Domingos, extractados e publicados pelo cónego Prudêncio Garcia no seu livro* João de Ruão. *A Capela do Tesoureiro mereceu há uma dúzia de anos a carinhosa atenção do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª circunscrição, particularmente a do vogal sr. Coronel Abel Urbano que projectou, para melhor conservação do notável monumento, a abertura de uma rua perpendicular à Sofia que ladeasse a Capela, permitindo o seu isolamento e a comunicação directa dela com a rede vial da cidade, sem necessidade de se passar pelo resto do edifício. Pela mesma altura pediu-se e obteve-se nova declaração de monumentalidade, a favor da Capela, estabelecida pelo decreto de 20 de Junho de 1923. Não era necessária, mas serviu para evitar maiores depradações, pois o retábulo fora já então despojado das quatro estátuas que o enriqueciam. Por falta, porventura, de continuidade da protecção oficial, essas estátuas não foram reencorporadas no retábulo, pensando porém fazê-lo a Direcção dos Monumentos quando chegasse a ocasião de ocupar-se da Capela, o que até agora não sucedeu por ser o edifício propriedade particular. Um incidente recente veio trazer para a publicidade o grave problema da Capela do Tesoureiro. Dois jornais citadinos noticiaram que uma das imagens durante muitos anos na posse do falecido construtor civil Benjamim Ventura, - a quem fora oferecida pelo antigo dono do edifício, Manuel José da Costa Soares -, fora vendida. Essa imagem, a de S. Pedro, adornara a vivenda que ele possuia no Picoto e fizera até atribuir a essa vivenda o nome de Casa do Pescador. Como a imagem de S. Paulo se encontra no Museu Machado de Castro, para onde Mestre Gonçalves conseguiu levá-la, catequisando o seu detentor, a quem fora oferecida em condições idênticas, alvitra o Despertar que a imagem de S. Pedro, ao voltar para Coimbra seja entregue ao Museu, onde ficará melhor do que em qualquer parte. Assim seria, se o retábulo não fosse reconstituído. Mas reconstituído este, é evidente que o S. Paulo deve voltar para a armação de que fazia parte, e a essa reintegração nada tenho a opor. E convencido estou de que o comprador do S. Pedro procederá da mesma maneira, porque nem sequer tem validade a compra que fez. Monumento nacional pertencente a um particular, não podia este distratar desse monumento peças para oferecer, doar ou transaccionar. Não sendo valida a oferta, muito menos o é a venda feita pelo herdeiro de Benjamim Ventura. É claro que cada qual é dono do que é seu, e pode dar ou vender peças artísticas que possua. Mas se aquilo que possuir estiver no arrolamento dos bens de interesse nacional, a oferta ou venda não são válidas, sem que o Estado, pelos órgãos competentes, aprove as transferências. Quanto ao S. Pedro e S. Paulo, parece-me pois que poderemos estar tranquilos. Mas onde foram parar os outros dois santos que se vêem na fotografia de Sartoris, e que há muito não se encontram no retábulo? VERGILIO CORREIA*»

Ernesto de Vilhena não teme a polémica e replica de imediato, a 12 de Abril, numa carta publicada na íntegra como direito de resposta pelo *Diário de Coimbra,* a 20 desse mês, que é o testemunho mais rico do conceito pessoal de coleccionismo[852]. A passagem é longa, mas fundamental para o entendermos:

«*Leitor costumado dos seus interessantes artigos sobre Arte e Arqueologia no «Diário de Coimbra», não podia deixar de conhecer o publicado por V. Exa. em o número de 9 do corrente. Como é fácil de calcular, pois são escassos os coleccionadores de escultura, no País, fui eu o comprador do São Pedro do Picoto. Fez-nos penas o pobresinho* [sic] *– exposto, há, certamente, mais de 25 anos, ao sol e à chuva, naquele alto desabrigado, sem nenhuma protecção particular, ou oficial, que lhe evitasse, pelo menos, o desgaste que tais elementos produzem sempre, e êle começou a sentir, na sensível pedra de Ançã. Limpo e lavado do musgo e detritos que o cobriam – e corroíam – já parece outro o bom São Pedro; e ainda que maior recompensa não recebessem, da operação de salvamento a que procederam os três modestos coleccionadores-nacionalistas desta sua casa, bastar-lhes-ia o sorriso com que o grande Apóstolo parece estar agradecendo a oportuna intervenção. Talvez ela tenha, tambem, evitado que, ao cabo de sucessivas transacções, esta escultura, caída em mãos menos escrupulosas tomasse o caminho do estrangeiro, o que é sempre de recear em relação a peças importantes, como tem acontecido a várias outras. É nula a venda, como V. Exa. diz? Não o creio, e tenho fortes argumentos para o contestar. Este aspecto da questão perde, porém, toda a sua importancia perante o que V. Ex^a^ expõe, no seu artigo, sobre os projectos, que eu ignorava, da Direcção dos Monumentos Nacionais, para a reconstituição da chamada «Capela do Tesoureiro», com a abertura de uma rua perpendicular à da Sofia e outras providencias que, certamente, aquela ilustre e competente Direcção não deixará de adoptar para tornar acessível, ao estudo e admiração de toda a gente, um monumento que merece, de facto, todos os cuidados e atenções que lhe dediquem. Tais projectos impõem àqueles que possam concorrer para a sua completa realização o fazê-lo, e nós, cujo objectivo reunindo colecções de arte portuguesa é mais procurar constituir um fundo que possa, mais tarde, servir de lição e fornecer documentação aos futuros artistas e arqueólogos do que o prazer pessoal de possuir, teremos muita satisfação, se, como V. Exa. afirma e a sua especial autoridade*

[852] ANTT, Arquivo Vergílio Correia, Nº 17, Recortes de Imprensa, 1930, 1932-1944. Capilha 1937. Ernesto de Vilhena. "Carta resposta a «A Capela do Tesoureiro e as estátuas do seu retábulo»". *Diário de Coimbra*, 20 Abril 1937: 1-2.

nos faz acreditar, o São Pedro esteve no retábulo da referida Capela, em o pôr à disposição da entidade competente, quando aquela reconstituição se efectuar. Estudando, agora, a escultura por mim adquirida, sou levado a supôr que uma outra, que possuímos há muitos anos, embora de factura muito inferior aquela, tenha saído da mesma oficina. É um São Thiago, do tamanho, aproximado, do São Pedro; se se reconhecer conveniente utilizá-lo na referida reconstituição, muito prazer teremos também, em o ceder. Experimentamos, assim, a grande satisfação de contribuir para a reconstituição de um dos monumentos de Coimbra, cidade a que nos ligam fortes recordações. Pena é que entre os seus habitantes, e, designadamente, os mais abastados, se não observe aquele interesse pelo passado artistico da cidade que seria licito esperar deles – a tal ponto que, até para concluir o busto do egrégio Bispo Conde, foi necessário recorrer ao auxílio de estranhos! Com toda a consideração, sou de V. Exª, Mtº Atento e Admirador. Lisboa, 12 de Abril de 1937. Ernesto de Vilhena».

a

b

Figura 110a - Retábulo da Capela do Tesoureiro, fotografia de J. Sartoris, fim do sec. XIX © Casa-Museu Reynaldo dos Santos-Irene Quilhó; Figura 110b - Retábulo da Capela do Tesoureiro, fotografia da década de 1930, não identificada © MNAA, Arquivo Fotográfico

Figura 110c - Museu Nacional Machado de Castro, Retábulo da Capela do Tesoureiro, IFN 13702 TC, fotografia de José Pessoa, 1995 © DGPC - MNMC

Figura 111 - São Pedro, João de Ruão, 1558-1565 © MNMC Inv. 11223; E 147

Figura 112 - São Tiago, João de Ruão, 1558-1565 © MNMC Inv. 11224; E 148

Verdadeiro manifesto do coleccionador, a carta apresenta linearmente a organização do sistema coleccionista que nesta data estava criado.

Perante a questão da suposta invalidade da compra da imagem de São Pedro, que Correia coloca sem dúvida entre as desaparecidas do Retábulo da Capela do Tesoureiro classificado como Património Nacional, a resposta é clara[853]: não havia margem para anular a aquisição privada. Vilhena, coleccionador de escultura sem émulos em Portugal, contribuíra para o resgate do património ao adquirir a perdida escultura no Picoto. Completaria o acto com uma doação se as instituições do Estado encarregadas de salvaguardar a obra actuassem em conformidade, isto é, se a Capela e o seu Retábulo fossem protegidas e restauradas pela DGEMN, o que não aconteceu, apesar de outras reiteradas chamadas de atenção de Vergílio Correia[854]. Contudo, o Comandante não estava sozinho nesta missão, eram três «*modestos coleccionadores-nacionalistas*» que agiam de modo combinado, trabalhando para que a herança artística portuguesa não tomasse descaminho para o estrangeiro e pudesse servir de lição documental aos vindouros arqueólogos e artistas, o que significava que a cultura material da Nação fosse preservada no seu próprio solo. O estatuto da empresa e o alcance dos feitos praticados atribuíam-lhe a autoridade para relacionar a escultura comprada com outras que possuía. Com uma ponta de orgulho, permite-se informar que a Colecção albergava também outras esculturas cuja forma e a importância histórico-artísticas eram análogas à peça em causa[855], o que se comprovou *a posteriori* e permitiu, em 1980, repor o *São*

[853] A propósito da intervenção de Vergílio Correia, António Saraiva Nunes escreve a Vilhena, uma carta de total apoio, na qual não poupa de virulência o historiador e director do Museu Machado de Castro. Segundo nota manuscrita no original Ernesto de Vilhena ter-lhe-á respondido sobre o mesmo assunto em 29 de Abril. Cf. Doc. II. 3. Ano 1937. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 20 de Abril.

[854] ANTT, Arquivo Vergílio Correia, Nº 17, *Recortes de Imprensa*, 1930, 1932-1944. Capilha 1937: Vergílio Correia. "Restituições". *Diário de Coimbra*, 12 Agosto 1937: «(...) *Tinha razão Teixeira de Carvalho; e que a tinha demonstra-o a Formosíssima floração de museus regionais pelo país, nas capitais dos distritos e em outras cidades. Em si, as imagens, os quadros, as peças de mobiliário, de cerâmica ou metal, não perdem o interêsse por se deslocarem do seu destino primitivo, pois a sua categoria de moveis justifica a sua apresentação em qualquer ambiente artístico. Já o mesmo não sucede, porém, se as peças fizerem parte de conjuntos, se se tratar de elementos complementares de uma construção – painéis ou figuras de retábulo -, que fica prejudicada pela ablação desses elementos. É o caso das estátuas dos nichos laterais da Capela do Tesoureiro, monumento nacional, cuja restituição aos postos respectivos se impõe.*».

[855] Ernesto de Vilhena continuará atento ao desenrolar dos acontecimentos envolvendo a Capela do Tesoureiro, como anota em 9 de Janeiro de 1945: «*Capella do Thesoureiro - Visita em 9 de Janeiro de 1945. Meteram-lhe uma armação a aguentar a abobada. O que ainda existe de esculptura, muito deteriorado. O Vicente, da R. da Sofia diz que julga saber onde está o S. João Evangelista, que falta.* Em 15-9-56 - Nós já o vimos em uma casa isolada. Tosco! [Nota à margem: Em Set*embro* 56, tinham aberto porta sobre a travessa. Desmantelado.». (Cf. Doc. II.6). Em Agosto de 1949 volta referir-se ao São João

Pedro e o *São Tiago* no Retábulo da Capela do Tesoureiro trasladado para o MNMC (Borges 1980; Franco 1984).

Retenha-se, então, que Vilhena se declara um coleccionador de escultura e que, no sistema coleccionista, operava uma empresa composta por Ernesto, Maria Amélia e Júlio. Segundo a organização mental do empresário, o trabalho teria de ser executado profissionalmente, adoptando trâmites e processos determinados. Se os propósitos eram teleológicos, imbuídos do sentido da história e inspirados por uma estética, havia que gerir em conformidade, como em uma ciência da coleccionação.

Neste quadro é muito simples traçar a estrutura orgânica e identificar o modelo de funcionamento. A empresa tinha a sua sede social em Lisboa, na casa da rua de São Bento, Nº 183-187. O director era o Comandante Ernesto de Vilhena, secundado pela mulher e pelo filho, também à cabeça da firma, com autoridade e competência para responderem por ele durante as suas ausências ou impedimentos. A carta de Júlio de Vilhena para os pais inclusa no Vol. I das *Notas* (Doc. II.4), enviada de Entre-os-Rios a 10 de Agosto de 1934, dá conta de que nesse momento trabalhava como coleccionador participante. Na mesma linha podem interpretar-se as missivas dirigidas por António Saraiva Nunes directamente a Maria Amélia, em Março e Outubro de 1933, em Junho e Novembro de 1934, ou a Júlio em Novembro de 1935, Maio e Junho de 1936, Junho 1937, Junho e Novembro de 1938, Junho de 1939, Outubro a Dezembro de 1941 e ao longo de todo o ano de 1942 (Doc. II.3). Significavam que Ernesto de Vilhena estava ausente, dado ser habitual viajar ao serviço da Diamang e do Banco Burnay para Paris no mês de Maio, para Bruxelas em Junho, e para Londres em Dezembro. Entre Agosto de 1941 e Dezembro de 1942, o Comandante Vilhena encontrava-se em Angola.

A tríade, secundada por especialistas autorizados que haviam ganho confiança bastante para privarem com as colecções através dos seus saberes e conhecimentos, informava-se, estudava, comparava. Por essa razão viajava, olhava, via, observava, anotava, registava. Constituía, em simultâneo às colecções de arte, uma biblioteca especializada nas matérias coleccionadas, que existia paralelamente à Livraria

---

Baptista: «*Não longe da Capella visinha do Calhabé, de que acima se falla, na frontaria de uma casa particular, um grande S. João Baptista, Renascença, pouco cuidado, que julgo eu a imagem d'este santo, que o Vicente da Sofia diz que descobrio, como aquelle que falta na Capella do Tezoureiro. Como tamanho é possivel que seja, mas não se compara com as outras tres que conhecemos. Sem interesse.*» (Doc. II. 6, visita a Coimbra, Calhabé, em Agosto de 1949).

construída como colecção autónoma repleta de livros-objectos e de conteúdos das ciências coloniais.

Para coleccionar havia que coligir, adquirir, o que podia ser realizado por vias diversas e nunca exclusivas. Ou seja, compravam intensivamente no mercado de arte nas suas formas tradicionais, nos leilões, nos antiquários, nos *bric-à-braquistas* ou directamente aos proprietários particulares, e operavam tanto a nível nacional como a nível internacional.

A originalidade da metodologia reside na criação, em solo português, de uma rede de intermediários, actuantes no terreno que abarca desde os pontos de mercado até à pesquisa das obras de arte em toda a geografia do território. Se o objectivo era coleccionar as artes do portuguesismo, havia que procurá-las *in loco*.

Aos agentes recrutados é-lhes pedido que executem prospecções sistemáticas, recolham informações, produzam relatórios escritos, apresentem documentação fotográfica e intervenham como mediadores das compras. Com alguns, a correspondência teria uma frequência quase diária. Em determinadas circunstâncias, a rede poderia desdobrar-se e sub-contratar. Todos os elementos são reunidos na sede social de Lisboa, analisados e muitas vezes postos à prova através dos re-conhecimentos efectuados nas viagens nas quais é corrente a menção de outros participantes, ou guias, que orientam ou acompanham os roteiros dos coleccionadores. Alturas há, em que recebem as obras em Lisboa, ainda como mostra, sem compromisso de aquisição.

Os ritmos das compras concretizadas fora dos circuitos comerciais mais comuns, isto é, das casas de antiguidades e dos leilões, são determinados pelas saídas de Lisboa, dependentes da disponibilidade do Comandante, ditada pelas férias ou por temporadas de trabalho menos intenso nas instituições económico-financeiras que dirige. Por regra, ocorrem no final dos anos civis-início de Janeiro, durante a Primavera em coincidência com os períodos das festividades do Carnaval e da Páscoa e no Verão, desde 15 de Agosto, prolongando-se por vezes até ao mês de Outubro. Nessas épocas, o primeiro destino é Coimbra, onde se alojam no Hotel Astória. No Verão, pelo menos Ernesto e Maria Amélia, podem partir daqui para o Norte, via Porto, em direcção às termas do Gerês, o outro ponto geográfico de fixação sazonal. Depois regressam a Coimbra e estanciam na Figueira da Foz. O tempo da Colecção Vilhena esteve sempre dependente

destas rotinas muito determinadas, tanto como da sistematização quase normativa da aquisição das obras.

Sem dispormos de uma história do mercado de arte em Portugal na primeira metade século XX[856], o desenho apresentado é factível através de fontes primárias diversas. Antes de mais, pelos relatos do coleccionador principal, pelos registos de memória oral que ainda foi possível colher, pela documentação das instituições culturais que acompanharam com maior ou menor distância o processo em curso e pelos muitos dados revelados pela correspondência de um dos mais activos agentes da empresa, António Saraiva Nunes, comerciante de Antiguidades sediado em Coimbra (Doc. II.3).

Os coleccionistas Vilhena, ou antes, a Colecção Vilhena enquanto empresa comprou massivamente ao longo de várias décadas e dominou todos os modos de aquisição. A organização encontrava-se em pleno funcionamento em 1937, como indica a carta de Ernesto acima transcrita, facto corroborado pelas notícias fornecidas pela investigação mandada empreender pela Junta Nacional de Educação através do seu vogal Almeida Moreira relativamente à situação de outras imagens adquiridas na freguesia da Pocariça nesse período exacto[857]. Contudo, a cronologia dada pela leitura

[856] A única excepção entra-se nas investigações publicadas por Mântua em 2010. Ressalvo que esta consideração abarca apenas a primeira metade do século XX, dado que para a segunda parte do século, tal como para os primórdios do século XXI, contam-se alguns títulos de bibliografia analítica fruto do interesse pelas temáticas do coleccionismo de arte.

[857] Casa-Museu Reynaldo dos Santos-Irene Quilhó, Cxa. Junta Nacional de Educação, Pasta Pareceres, 6ª secção e também em MNAA, Arquivo do Dr. João Couto, Pasta 58 – Pareceres da Junta Nacional de Educação: «*MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL. JUNTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 6ª Secção - 1ª Sub-Secção. A Junta de Freguesia de Pocariça, Concelho de Cantanhede, pretende vender umas imagens de pedra representando S. Pedro, Santo André e uma placa também de pedra (calcáreo) que simboliza o Padre-Eterno. E nessa conformidade dirigiu-se à Comissão Jurisdicional dos Bens Cultuais pedindo a necessária autorização. Essa Comissão, por sua vez. Dirige-se ao Snr. Presidente da J.N.E. pedindo que um delegado desta sub-secção examine as ditas imagens e placa a-fim-de se averiguar o seu valor. É êste ofício a única peça do processo que passo a relatar. PARECER. No dia 15 do corrente mês de Abril, fui ao local indicado, nos arredores de Coimbra, e aí encontrei o Sr. António Saraiva Nunes, depositário das referidas imagens e placa, que me deu as seguintes informações: 1º - Essas imagens e placa já foram vendidas por outra junta de freguesia - que a actual substituiu - ao Sr. Dr. Ernesto de Vilhena. Presume o mesmo Snr que para regularização do assunto é que agora se pede a autorização para a venda, e acrescenta que, 2º - Os referidos objectos foram vendidos por 3 contos e a junta que vendeu já recebeu essa importância. 3º - Examinando as duas imagens - S. Pedro e Santo André - é minha opinião que nem uma nem outra têm interesse de maior. A 1ª, que não deve representar S. Pedro, está muito mutilada, sem parte do antebraço e mão direita e na mão esquerda, apoiada ao joelho, tem um livro aberto. A 2ª, representando Santo André, tem muito pouco relevo, porque o bloco de calcáreo é muito pouco profundo, sendo um trabalho muito inferior. 4º - Já o mesmo não sucede quanto à placa (assim chamada porque o bloco de calcáreo tem pouca espessura) que representa a Santíssima Trindade, figurando o Padre Eterno de grande cabeleira que se espalha fartamente sôbre os ombros e sôbre a qual assenta a coroa. A pomba simbólica do Espírito Santo sai-lhe da boca, destacando-se sôbre a larga barba. Nas mãos sustenta a cruz em que Cristo está crucificado. Não conheço outro exemplar assim em que a Pomba do Espírito Santo saia da boca do Padre Eterno, pois geralmente está pousada na*

das *Notas de Arte e Archeologia* (Docs. II.4., II.5 e II.6) permite concluir que o sistema estava sedimentado anos antes, em 1933, com indícios de que procedimentos idênticos ao modelo na sua edificação final teriam ocorrido em datas anteriores a esta. O conjunto de informações ganha mais sentido se considerarmos que o Comandante regressara de uma anterior estada prolongada em Angola (Junho a Dezembro de 1929 e Janeiro a Março de 1930) no início do segundo trimestre de 1930. O raciocínio não implica, porém, que qualquer uma das datas mencionadas balize o início da prática coleccionista de Ernesto de Vilhena, pois desde as primeiras viagens para África encontramos bem expressa a vocação aquisitiva de antiguidades.

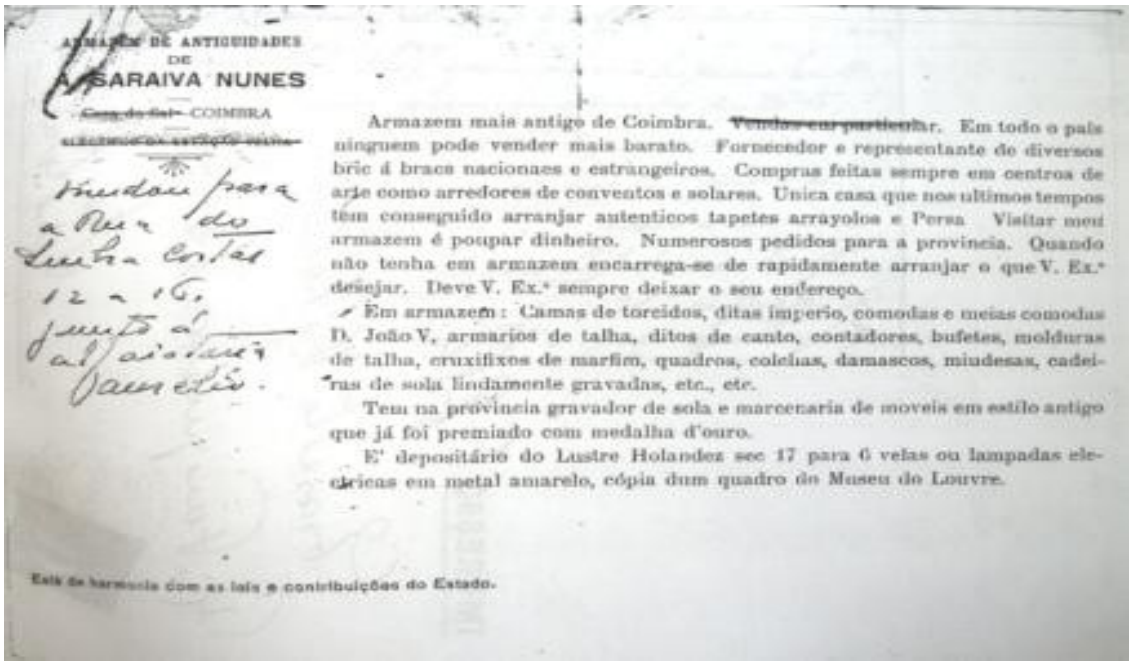
Figura 113 - *Tête-à-tête*. Vista Alegre, 1836-1851, porcelana. © Cabral Moncada, Leilão Nº 73, 2005, lote 123

O primeiro empréstimo de obras de arte para uma exposição pública ocorre em 1924, quando o Comandante Ernesto de Vilhena contribui com objectos seus para a mostra de celebração do Centenário da Fundação da Fábrica da Vista Alegre, realizada no Museu das Janelas Verdes (cat. nº 253)[858].

haste horisontal da cruz. Nestas condições é meu parecer que esta placa representando a Santíssima Trindade não seja vendida, devendo ser requisitada à Comissão dos Bens Cultuais, a-fim de dar entrada num dos nossos Museus, no de Coimbra, por exemplo, visto estar na região, embora êsse Museu seja muito rico em escultura. As outras duas péças poderão ser entregues ao comprador por serem falhas de interesse artístico e já estarem pagas. O Relator (a) F. de Almeida Moreira.».

[858] *Centenário da Fundação da Fábrica da Vista Alegre, 1824-1924. Exposição Retrospectiva dos Seus Cristais e Porcelanas no Palácio das Janelas Verdes em Maio de 1924*. Lisboa: Museu das Janelas Verdes, 1924: 24 - «*Armário IX - 1838-1869, nº 253 - Téte-á-Téte policromo, do Exmo. Sr. Ernesto de Vilhena, Lisboa*.».

A coincidência cronológica, de 1924, com a carta de apresentação que António Saraiva Nunes lhe envia em Agosto[859], reiterada pelos postais impressos no verso com a descrição das vertentes de negócios antiquários oferecidas, são indícios bastantes para que possamos situar no início da década de 1920 o impulso mais intensivo para o coleccionismo de obras de arte.


ARMAZEM DE ANTIGUIDADES
DE
A. SARAIVA NUNES
~~Casa do Sal~~ COIMBRA
~~ELECTRICIDADE ESTAÇÃO NOVA~~

Mudou para a Rua do Loureiro Cortes 12 a 16, junto ao Jardim Manuel.

Armazem mais antigo de Coimbra. ~~Vendas em particular~~. Em todo o país ninguem pode vender mais barato. Fornecedor e representante de diversos brics á braca nacionaes e estrangeiros. Compras feitas sempre em centros de arte como arredores de conventos e solares. Unica casa que nos ultimos tempos tem conseguido arranjar autenticos tapetes arrayolos e Persa. Visitar meu armazem é poupar dinheiro. Numerosos pedidos para a provincia. Quando não tenha em armazem encarrega-se de rapidamente arranjar o que V. Ex.ª desejar. Deve V. Ex.ª sempre deixar o seu endereço.

Em armazem: Camas de torcidos, ditas imperio, comodas e meias comodas D. João V, armarios de talha, ditos de canto, contadores, bufetes, molduras de talha, cruxifixos de marfim, quadros, colchas, damascos, miudesas, cadeiras de sola lindamente gravadas, etc., etc.

Tem na provincia gravador de sola e marcenaria de moveis em estilo antigo que já foi premiado com medalha d'ouro.

E' depositário do Lustre Holandez sec 17 para 6 velas ou lampadas electricas em metal amarelo, cópia dum quadro do Museu do Louvre.

Está de harmonia com as leis e contribuições do Estado.

Figura 114 - Doc. II.3. Ano 1925. Cartão postal de António Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena

[859] Doc. II.3. Ano 1924. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra 29 de Agosto.

II. 3.1. O sistema da compra: agentes intermediários e comércio de arte

Os dados colhidos das *Notas de Arte e Archeologia* (Doc. II.4, Doc. II.5 e Doc. II.6) permitem recuperar alguns nomes de colaboradores com a Colecção-«*Firma Vilhena*»[860]. Na função de guias, o Comandante menciona Martinho Júlio da Costa, «*com o qual temos feito estas digressões à volta da Guarda*» (Doc. II. 4); o Dr. Carlos Frazão que acompanha a visita ao Sabugal, em 1949; Ílidio Marta, em Pinhel; Távora Lobo, em várias zonas do Distrito de Coimbra e de Aveiro; José da Cruz Paz, funcionário dos correios de Montemor-o-Velho, que também virá a ser intermediário, tal como João Nascimento, António Viana ou António Saraiva Nunes, que não só participam das viagens, mas também desempenham, como veremos, o papel de compradores activos.

Entre os vendedores citados nos textos de Vilhena, recuperados também no conjunto dos Diários, alguns são reconhecíveis e tinham casa comercial aberta, os seus apelidos surgem por vezes entre os fornecedores dos museus nacionais e de outros coleccionadores de renome[861]. Todavia, quase todos personificam a realidade ainda desconhecida do mercado de arte português fora do centro de Lisboa desde os anos 30 até à primeira metade da década de 1960. Vazão (Alcobaça), Pedro Nolasco (Lisboa), Teixeira Bastos (Guimarães), Georges Duff (Lisboa), Eliezer Kamenesky (Lisboa), Jacques Kughel (Lisboa), encontram-se entre os indivíduos identificáveis, tal como Miguel Pinto (Lisboa), João Nascimento da Leiria & Nascimento (Lisboa), António Campos «*da Antiqualia*» (de Lisboa), Barjona de Freitas (Porto), ou «*o Carneiro da Póvoa*»[862] (Póvoa do Varzim). Mas ignoramos quais seriam as funções de uma longa lista de nomeados como «*a mulher de Penafiel*»[863] ou de Joaquim Pereira da Cunha também de Penafiel, R. Freitas Ribeiro, Manuel de Abreu (Coimbra), António

[860] A designação surge na documentação oficial da Junta Nacional de Educação relativa à importação de imagens em madeira em 1937: «*O senhor Presidente [Engº Gomes da Silva] apresentou o parecer relativo a um processo referente ao pedido da Alfândega de Lisboa para que fôssem examinadas três figuras de madeira que a firma E. de Vilhena pretende que fiquem ao abrigo do disposto no nº 10 do artigo 85 dos preliminares das pautas aprovadas pelo decreto número 17.823. Aprovado*.» (ANTT, Junta Nacional de Educação, Livro 96, Actas das Sessões da 1ª Subsecção da 6ª Secção, 8ª Sessão, 8/12/1937, fl. 28).
[861] Mântua 2010.
[862] Franco 2000: 46-47.
[863] Através da correspondência de António Saraiva Nunes conclui-se que seria Emília Magalhães, fornecedora junto com seu filho: Doc. II. 3. Ano 1936. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 7 de Novembro.

Gonçalves Rosa (Tondela), Camossa (Águeda), Cesário Grego[864] (Torres Novas), Costa Encarnado, Carvalho (Munde), João do Nascimento (m. 1941), Rucabado[865], Baumberg (Coimbra)[866], José Ataíde (de Ponte da Barca), Francisco Canijo Conte (Fronteira), D. Inês (Braga)[867], Moreira (Gonçalo), o «*Caldeira das colchas*»[868], o «*homem do "Bons Tempos" do Porto*»[869], D. Sara (Porto), Emílio Braga[870] (Lisboa), Lemos[871], Machado (Lisboa, Calçada de Santa Ana), Gamito (Lisboa)[872], Pinto[873] (Lisboa, rua do Mundo), Jacinto[874].

A correspondência de António Saraiva Nunes com Ernesto, Maria Amélia e Júlio de Vilhena, preservada no espólio de José Lopes e transcrita na íntegra no Anexo Documental (Doc. II.3), abarca uma faixa cronológica muito determinada, mas a sua análise permite operar por amostragem para o delineamento da organização coleccionista do trabalho no terreno. O primeiro contacto de Saraiva Nunes data de 1924, como referido. Em 1925, novas insistências: a fama do coleccionador anunciava negócio. As trocas de cartas tornam-se regulares a partir de Setembro de 1932 e perduram até 1942. Em 1943, apenas duas missivas chegam de Saraiva Nunes até à casa Vilhena, uma dirigida a Júlio e a derradeira a Ernesto. Dispomos, deste modo, de

[864] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda.* De 5 de Maio de 1947 a 16 de Julho de 1948, ms.: «*Dia 21 de Setembro de 1947 (Domingo) - Voltámos da Figueira para Lisboa, com paragem em Villa Nova de Ourem, para almoçar, e, em Torres Novas, para estar com o Cesario Grego*.».

[865] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 22 Outubro 1953 a 31 Maio 1954: «*17 de Fevereiro de 1954 (4ª feira) (...) Veio o Rucabado, o homem, hespanhol, das esculturas espanholas. Bem fallante, sympatico, lá liquidámos os casos pendentes.*»

[866] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., 17 Julho 1948-17 Fevereiro 1949: «*30 de Setembro de 1948 (5ª feira) - Fomos a Coimbra e d'ali, com o Baumberg a Soure e a Samuel. Fomos, tambem, vêr, a uma quinta chamada da Cruz, uma colcha que me havia sido indicada pelo Baumberg. Os Marcos passaram, hontem, aqui pelo hotel, sem nos encontrarem.*».

[867] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda Gabinete 1945*, ms.: «*4 de Agosto de 1945 (Sabado) -Do Porto ao Gerez, com paragem e almoço em Braga. Na D. Ignez comprei um Christo em granito, e vejo a Senhora sentada do Freitas Ribeiro.*»

[868] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., De 15 Março 1955 a 13 Dezembro 1955: «*1 de Julho de 1955 (6ª feira) - Vem o Caldeira, a quem compro uma cruz, e recuso a sua "colcha de piano".* (...) *4 de julho de 1955 (Segunda-feira) - Fallei com o Dr. Mario Madeira, governador civil, explicando o que se passara com o Caldeira, das colchas*.».

[869] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., De 16 Dezembro 1955 a 18 Novembro 1956: «*29 de Março de 1956 (5ª feira)».*

[870] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda*. De 1 de Janeiro de 1946 a 4 de Maio de 1947, ms.: «*19 de Outubro de 1946 (Sabado)*

[871] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., De 1 Junho 1954 a 14 Março 1955: «*16 de Outubro de 1954 (Sabado)».*

[872] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 1 Junho 1954 a 14 Março 1955: «*31 de Dezembro de 1954 (6ª feira).*

[873] Idem, Ibidem.

[874] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 16 Dezembro 1955 a 18 Novembro 1956: «*29 de Maio de 1956 (3ª feira) (...) Vem o Jacinto, com os 12 contos do preço da compra da Senhora, que eu lhe entrego*.»

referências relativas a dez anos da prestação de serviços do intermediário, através das quais é possível não só entender a metodologia das operações, os interesses manifestados pelos coleccionistas, como identificar proveniências de algumas das obras coligidas. Pelos motivos apontados, esta fonte rica em informação revela-se muito loquaz, enquanto retrato da realidade patrimonial portuguesa neste período, e mais significativa se a equacionamos entre as atribulações do fim da República, a instauração da Ditadura e a plena afirmação ideológica do Estado Novo, com todas as alterações de "políticas culturais" implicadas. Representa, ainda, a conjuntura particular vivida no período pós-Concordata com a Igreja Católica, celebrada com a Santa Sé em 1940.

A biografia de António Saraiva Nunes da Rocha, seu nome completo, é narrada pelo próprio, ao longo do epistolário, também ele notável pelos inúmeros pormenores e peripécias da vida quotidiana de que vai dando conta a Ernesto de Vilhena. O empenho demonstrado na relação com o coleccionador levará o Comandante a manifestar-lhe que, de entre todos os seus fornecedores, «*o senhor é o unico que toma isto a serio o que muito aprecio*»[875].

Quando Saraiva Nunes apresenta o negócio a Vilhena, em 1924 e em 1925, tinha casa comercial de antiguidades aberta em Coimbra, no Largo da Casa do Sal, e armazém situado no antigo Convento dos Lázaros[876]. Em 1929 escreve a Vergílio Correia da Antiquaria de Coimbra, situada no Largo da Sé Velha[877], mas em 1932 muda morada e armazém para a Estrada da Beira[878] e depois para a Quinta de D. João à Arregaça. Antes de se ter iniciado no ramo antiquário, teria trabalhado como inspector numa extinta companhia de seguros, segundo conta[879]. Era natural de Trancoso[880], tendo frequentado o 5º ano no Liceu José Falcão, em Coimbra, e o 7º ano de Letras no Liceu Passos Manuel, em Lisboa[881], altura em procedeu à «*organisação duma grande comissão com o fim de estudar os trabalhos de escavações nos passos das Muralhas de*

[875] Doc. II. 3. Ano 1934. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 4 de Dezembro.
[876] Doc. II. 3. Ano 1924. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 29 de Agosto.
[877] ANTT, Arquivo Vergílio Correia, Nº 6, *Correspondência – diversos*, datas diversas. Carta de A. Saraiva Nunes para Vergílio Correia, Coimbra, 26 de Dezembro 1929, dactilografada.
[878] Doc. II. 3. Ano 1934. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 15 de Junho.
[879] Doc. II. 3. Ano 1932. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 21 de Outubro.
[880] ANTT, Arquivo Vergílio Correia, Nº 10, *Correspondência - diversos*, datas diversas. Carta de A. Saraiva Nunes para Vergílio Correia, Coimbra, 26 de Abril 1938, dactilografada.
[881] ANTT, Arquivo Vergílio Correia, Nº 12, *Correspondência - diversos*, datas diversas. Carta de A. Saraiva Nunes para Vergílio Correia, Coimbra, 12 de Fevereiro 1932.

Trancoso, e ameamento das mesmas»[882], o que lhe terá trazido à vontade na lida com os assuntos de arte. Depois de consolidada a intimidade com o coleccionador Vilhena, permite-se informá-lo que desde os 12 anos «*já era possuidor da melhor das colecções de moedas portuguezas, romanas e visigodas, que existiam nos distritos de Viseu e Guarda*»[883]. Nunes foi casado em primeiras núpcias com Regina Baptista[884], de quem teve duas filhas[885], e era cunhado do escrivão de direito Almeida Campos[886]. Após grandes atribulações que envolveram compra, venda e "desvio" de antiguidades, a estória recambolesca de uma cruz medieval desaparecida[887], e da partida da mulher para Lisboa - onde esta também se dedicará ao comércio dos objectos antigos e a ensombrecer o seu bom nome[888]-, consegue obter o divórcio, em 1933[889]. Vive em comunhão com a governante Aurora, mãe do filho mais novo, que receberá as atenções de Amélia e de Ernesto de Vilhena[890].

Saraiva Nunes começou por oferecer os seus préstimos à Colecção Vilhena informado de que Ernesto de Vilhena, a quem então trata por «*Conselheiro*», «*tem o culto por imagens, em pedra - madeira - quadros - colchas etc*»[891]. Por alguma razão, hipoteticamente relacionada com as funções de um outro intermediário activo em Coimbra, António Viana, nessa data secretário do Museu Machado de Castro[892], as perspectivas de negócio anunciadas por Nunes não terão tido de imediato sequência

[882] Doc. II. 3. Ano 1934. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 4 de Dezembro.
[883] Idem. Ibidem.
[884] Doc. II. 3. Ano 1932. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 27 de Setembro.
[885] Doc. II. 3. Ano 1934. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 23 de Julho.
[886] Doc. II. 3. Ano 1932. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 21 de Outubro.
[887] ANTT, Arquivo Vergílio Correia, Nº 15, *Correspondência - diversos*, datas diversas. Carta de A. Saraiva Nunes para Vergílio Correia, Coimbra, 17 de Dezembro 1932.
[888] Doc. II. 3. Ano 1932. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 6 de Dezembro. Idem. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 28 de Dezembro: «*Minha mulher esteve á* [sic] *dias em Aveiro, negocieia forte e com grandes capitaes*.».
[889] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Trancoso, 6 de Maio.
[890] Doc. II. 3. Ano 1935. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 17 de Janeiro.
[891] Doc. II. 3. Ano 1924. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 29 de Agosto.
[892] António Viana actuou como intermediário de Vilhena na cidade de Coimbra. Fora funcionário do Museu Machado de Castro, nomeado para o lugar de fiel em 1914 (AHME, AH351, Conselho d'Arte e Archeologia, 2ª Circunscripção, Coimbra. Livro das Actas, 1911-1923: 36ª Acta - 29 de Novembro de 1914). No final de 1927, apresentado como Secretário do Museu, é iniciado um processo de averiguação aos seus actos que veio a dar lugar a uma sindicância com base na verificação de desvio por Viana de objectos incorporados no Machado de Castro, assim como várias manifestações de desrespeito tidas com António Augusto Gonçalves, concluída em 1932 que teve como resultado o seu afastamento do Museu (Idem. Ibidem: Acta Nº 146 - 20 de Novembro de 1927; Acta Nº 149 - 5 de Fevereiro de 1928; Acta Nº 154 - 1 de Julho de 1928; Acta Nº 156 - 11 de Novembro de 1928; Acta Nº 158 - 23 de Dezembro de 1928. Sobre o assunto cf. outras fontes como UCBG, Espólio Belisário Pimenta. *Memórias* [ms.]: *diário ao correr da pena*, 1907-1965. Vol. 8, *1928-1932* (Ms. 3363-5/19); AHME, AH 343, Nº 861 e Nº 862, fl. 83v e fl. 84; Almeida 2007).

proveitosa. Aquilo que os documentos preservados asseguram é que, anos depois, em Setembro de 1932, António Saraiva Nunes trabalhava como "efectivo" para a Colecção Vilhena, ganhando a correspondência um ritmo contínuo, a partir de agora. Apesar de António Viana continuar ao serviço dos coleccionadores, de os acompanhar quando se deslocavam a Coimbra[893], de ser uma sombra permanente nas actividades de Nunes[894], este acaba por conquistar o seu espaço de agente. Em 1939, queixa-se ao Comandante pelo «*imenso que fazer, em virtude de ser eu apenas a tratar de todos os districtos*»[895], o que significaria manter em actividade a rede de informadores e de prospectores de vendas subcontratados, não só no distrito de Coimbra, mas em todos os outros distritos situados a Norte e a Sul.

Figura 115 - Santo António, MNAA Inv. 1151 Esc © MNAA - Arquivo Fotográfico

[893] Doc. II. 3. Ano 1932. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 10 de Setembro: «(...) *Quando V. Exa. aqui veio nem eu nem a minha governanta, estavamos em casa. Foi-me dito que V. Exas. tinham cá vindo com o senhor Viana*.».

[894] António Saraiva Nunes queixa-se de António Viana também a Vergílio Correia: «(...) *E é este cidadão Antonio Viana, que pretende um dia, entrar triunfante no Museu de Coimbra, e dizer eu sou o Secretario! Nem na Rússia se consentia o que está a acontecer, e muito menos o que poderá acontecer. É só a este cidadão que as alusões dos jornaes servem. Eu nem sei onde estam as antiguidades nem quem são os herdeiros, nem fui ouvido ou chamado para cousa alguma. Sei quem tem vindo e os comboios em que veem, hotéis para onde vão e o que levam. E mais nada! Os meus negocios com o Grande politico e grande capitalista limitam-se ao que vou expor-lhe. Há 6 mezes tinha aqui 2 esculturas e 1 armario Renascença. 1 escultura o Santo Antão comprado em Maiorca a um particular, conhecido do sr. Dr. Afonso Duarte. 1 Santa com menino ao colo, comprada em Soure, estava na capela do sr. Malva Gerente da Atlantida e 1 armario Renascença – Vendeu-mo o Sr. Dr. Couceiro, medico em Tentúgal. O Viana viu tudo isto aqui, e poz imediato por conta dele. No dia seguinte veio o Vilhena e comprou-lho a ele. Vendi mais tarde ao Sr. Vilhena a parte dos meus livros d'arte, ferragens e santito de barro. Depois combinou o Viana com cidadão Vilhena que eu estava doido. A minha governanta é que me contou. (...)*». Cf. ANTT, Arquivo Vergílio Correia, Nº 15, *Correspondência - diversos, datas diversas*. Carta de Saraiva Nunes para Vergílio Correia, datada de Coimbra, 17 de Dezembro 1932. A Ernesto de Vilhena chega a comunicar «*Não ponha V. Exa. o Sr. Viana como intermediario ou meu tutor ou meu abonador, que não temos nada feito. Faço tenção que na minha mão essas peças nem a sombra veja.* (...) *Não ter dinheiro é o unico defeito que posso ter. Agora eu pelo facto de estar na miseria, eu sujeitar-me ao Sr. Antonio Viana, isso não! Ainda não perdi a dignidade.».* Cf. Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 26 de Janeiro.

[895] Doc. II. 3. Ano 1939. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 10 de Maio.

As primeiras compras feitas a Saraiva Nunes foram poucas, incluíram escultura - um Santo António de barro[896], vendido por 100$00 (Figura 115) -, livros a pedido de Maria Amélia[897] e ferragens. É importante notar que, apesar dos parcos negócios concretizados, Nunes inicia desde logo as prospecções de objectos passíveis de interessar Vilhena, tanto entre proprietários particulares, como nas igrejas, nesta primeira fase sobretudo entre as localizadas nas áreas do Distrito de Coimbra e do litoral de Aveiro. Menciona com frequência ter referenciado cruzes de metal, peças de marfim, colchas, pratas, azulejos, pintura sobre cobre, «*pratos flamengos*» (pratos de esmolas em cobre), esculturas em barro das oficinas de Aveiro[898]. Em Novembro de 1932 começa a produzir relatos mais detalhados dedicados ao «*negócio de Santos*»[899], mas o comércio para a Colecção Vilhena na área específica da escultura parece só ganhar verdadeiro fôlego a partir de 1933.

Figura 116 - Santa Quitéria, adquirida por intermédio de António Saraiva Nunes em 1933, proveniente de capela particular de Avô, MNAA Inv. 1102 Esc IFN 25708 © DGPC - DDF

Pelo teor das respostas de Saraiva Nunes depreende-se que Ernesto de Vilhena vai solicitando tipos específicos de objectos, ou pedindo a sua atenção não só para com as ferragens[900], os «*retalhos e paramentos antigos*»[901], os almofarizes[902], mas também

[896] Doc. II. 3. Ano 1932. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 24 de Setembro.
[897] Doc. II. 3. Ano 1932. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 27 de Setembro e Idem, Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra 21 de Outubro.
[898] Doc. II. 3. Ano 1933. Carya de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 20 de Março.
[899] Doc. II. 3. Ano 1932. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 6 de Dezembro.
[900] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbr, 29 de Abril.
[901] Doc. II. 3. Ano 1933, Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 19 de Maio.

quanto a esculturas. Logo em Janeiro de 1933, Nunes responde-lhe que *S. Pedros é difícil arranjar, como V. Exa. sábe*»[903], meses antes informara que ia apurar quem poderia possuir «*santos Goticos de pedra*»[904]. Vilhena terá encomendado igualmente imagens semelhantes à *«Rosa Mystica*» da Igreja do Botão, peça dos meados do século XV[905] que se encontrava arrolada entre o património artístico da Nação[906]. A páginas tantas o agente comunica que «*Espíritos Santos, creio que não devo comprar mais, pois me parece que V. Exa. já tem em abundancia e variedade*»[907]. Permanecem nas entrelinhas os interesses específicos manifestados por Ernesto de Vilhena quanto às cronologias preferenciais dos objectos a que Saraiva Nunes deveria dedicar-se nas pesquisas empreendidas localmente. Todavia, quando o agente apresenta os relatórios extensos, alarga-se nos comentários, listando quase sempre temas que constariam das indicações do coleccionador. Neste caso, são constantes, e estendidas a todas as regiões sob investigação, as referências às Senhoras do Ó, às imagens de São Pedro, do Espírito Santo, de São Sebastião, de Virgens do Leite[908] e a Cristos de madeira[909], estes últimos sobretudo a partir de 1939.

Figura 117 - São Pedro, MNAA Inv. 2350 Esc, 958 Esc, 969 Esc © MNAA, Arquivo Fotográfico

[902] Doc. II. 3, Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 21 de Junho.
[903] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 17 de Janeiro.
[904] Doc. II. 3. Ano 1932. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 10 de Novembro.
[905] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Aveiro, 1 de Junho.
[906] AHME, AH343, Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscripção. Coimbra, Correspondência expedida (Copiador). Nº 2, 1924-1932: Nº 684, 1925.
[907] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernerto de Vilhena, Aveiro, 25 de Abril. O agente volta a referir-se ao mesmo assunto em 1936: «*(...) não tirei fotografia, por não saber se V. Exa. o quereria* [imagem do Espírito Santo, de Larça], *pois que vi em casa de V. Exa. uns 20 ou 30, e não sei se disto quererá mais. V. Exa. dirá.»* (Idem. Ano 1936. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 21 de Maio).
[908] Doc. II. 3. Ano 1938. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 3 de Julho.
[909] Doc. II. 3. Ano 1939. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 2 de Maio.

Numa carta longa enviado a 8 de Agosto de 1933 para Lisboa, o intermediário incluiu em anexo aqueles que descreve serem «*documentos importantes para a historia da arte em Portugal*». Tais documentos resumiam as «*Esculturas de pedra de Igreijas, com nomes de terras Vendidas a V. Exas.»,* que somaram 31 peças provenientes na sua maioria do distrito de Coimbra e do Vale do Vouga, e das «*Esculturas Sacras de pedra De Particulares Vendidas a V. Exas»* [910], em número de 18, totalizando, apenas no primeiro semestre de 1933, o número de 49 (quarenta e nove) imagens esculpidas. O «*Tombo artistico de Esculturas Sacras de Pedra*», constante da mesma missiva, apresentava o ponto de situação sobre as imagens que apurara existirem disponíveis nas áreas investigadas, entretanto alargadas à Beira Alta. À margem desta passagem do relatório, os coleccionadores Vilhena apontaram «*Ir»*, ou «*Já visto»*[911], o que correspondia às viagens a realizar ou às já notadas nos cadernos de *Arte e Archeologia*, denunciadora da coordenação permanente entre as actividades dos diferentes agentes participantes da empresa coleccionista.

É usual Nunes informar Ernesto de Vilhena de que faz as pesquisas «*sempre compulsando os apontamentos de V. Exa. (...) tomei nota de todas as epocas das imagens e de tudo quanto V. Exa. dizia*»[912], «*irei tratando de tudo quanto me indicou*»[913], «*darei tambem umas voltas para ver se consigo alguma cousa dos apontamentos (3 papeis) que tenho com indicações de V. Exa*»[914].

De acordo com o prometido, o agente contribuiria para que «*sendo as suas colecções de grande importancia, o que todo o mundo culto sabe, eu farei com que elas aumentem muito e muito mais»*[915]. Sempre em diálogo, comunicará do mesmo modo a não concretização de negócios[916].

Durante a primeira fase de relações com a Colecção Vilhena, Saraiva Nunes reúne as peças em Coimbra (depois em Aveiro[917]), paga-as, embala-as, envia-as por caminho-de-ferro para Lisboa ou entrega-as directamente a Vilhena quando este vai a

[910] Doc. II. 3. Ano 1932. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 8 de Agosto.
[911] Idem. Ibidem.
[912] Doc. II. 3. Ano 1935. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 16 de Março.
[913] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Aveiro, 4 de Outubro.
[914] Doc. II. 3. Ano 1934. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 26 de Abril.
[915] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Aveiro, 25 de Abril.
[916] Doc. II. 3. Ano. 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra 14 de Novembro: «*Portanto tirar V. Exa. mais isto da lista em que haveria duvidas de se vender ou não*».
[917] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 19 de Maio: «*Arrendei proximo do Museu* [de Aveiro] *uma loja para recolha e embalagens.».*

Coimbra[918], e recebe o pagamento em cheque, na volta do correio, mantendo uma conta aberta com o coleccionador, de que envia contabilidade de todas as despesas efectuadas e as somas globais[919].

Quando as peças chegam em mau estado à casa da Rua de São Bento, o agente comprador lamenta e promete maiores cuidados[920], embora quanto àquelas que apresentam as mazelas do tempo não se coíbe em lembrar que «*o seu habil artista o concertará*»[921], do que se infere que todo um conjunto de funcionários, incluindo restauradores, gravita em torno da Colecção.

A progressão das actividades levará Nunes a propor uma reorganização do sistema operativo com a justificação de que «*quanto mais dinheiro tiver em meu poder, mais me ocupando* [sic] *e por conseguinte mais compras faço*»[922]. A multiplicação dos trabalhos de prospecção, cada vez mais amplificados a áreas distantes de Coimbra, a subcontratação de agentes em regiões longínquas do centro de actividade habitual (Minho, Trás-os-Montes, Beira Alta, Beira Baixa, Ribatejo, Estremadura e Alto Alentejo), e o aumento consequente das aquisições coleccionistas dão motivo a Saraiva Nunes para continuar a solicitar alterações na relação comercial. Em 1935, projectada uma deslocação demorada para os concelhos da Lourinhã, Torres Vedras e Alenquer, sugere o ajustamento de 800$00 mensais que iriam cobrir «*viagens, alimentação itenerarios de charrete ou a cavalo, isto é bater aquela região e outras bem, para se não estar ao fim do mez a descriminar contas*», com as condições de que se realizar negócio, «*desaparece a importancia supra e é descontada nas compras que V. Exa. faça*»[923]. No entanto, Ernesto de Vilhena continua a pagar à peça e, na compra de

[918] Doc. II. 3. Ano 1934. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 4 de Abril: «*Isto referente ao S. Bento que V. Exa. levou no auto. Tive que alem disso pagar os caixotes a mais e carreto até à estrada e daqui para a estação e hotel*».
[919] Cf. entre outros exemplos, Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Aveiro, 11 de Junho.
[920] Doc. II. 3. Ano 1935. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 16 de Março: «*sou a lamentar a chegada do S. Sebastião partido aos bocados, sou infeliz com os Mártires. De futuro tenho eu que assistir á embalagem*.».
[921] Doc. II. 3. Ano. 1935. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 17 de Maio.
[922] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Aveiro, 24 de Abril.
[923] Doc. II. 3. Ano 1935. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 26 de Janeiro.

imagens, é ele próprio quem atribui o valor a cada uma delas[924], como Nunes explica com detalhe a Júlio por ocasião de uma das ausências paternas[925].

Dos procedimentos habituais deveria ainda constar a arbitragem do interesse dos objectos para a Colecção. A avaliação podia ser feita presencialmente na situação de os coleccionadores viajarem para os locais da compra, de peças entretanto reunidas por Saraiva Nunes nos seus depósitos[926], quando deixam descriminadas em antiquários obras que Nunes deve recolher[927], ou em Lisboa, para onde as peças são enviadas para amostra[928], podendo ser recusadas[929] e devolvidas. E, quando referenciadas para aquisição através da correspondência de Vilhena para o intermediário, seriam sempre apresentadas através de fotografias ou, eventualmente, por desenho[930].

Através dos desenhos de pormenor de uma peça (Figuras 120 a e b) remetidos por Saraiva Nunes em carta datada de 28 de Junho de 1934, é possível identificar na Colecção Vilhena a escultura que de início o agente denomina «*S. Pedro sentado de madeira*»[931] sobre a qual o Comandante já lhe teria deixado recomendações[932], depois corrige para «*S. Paulo*», localizada em Salzedas, de que apresenta descrição alargada[933].

---

[924] Doc. II. 3. Ano 1939. Carta de Saraiva Nues para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 21 de Janeiro 1939: «*(...) S. Bartolomeu (...) peço preço. (...) S. Mateus (...). Vende-se, peço preço.*».

[925] Doc. II. 3. Ano 1942. Carta de Saraiva Nunes para Júlio de Vilhena, Coimbra, 11 de Maio: «*Com referencia a preço, tenho a diser que o Exmo. Senhor seu Pai, aprecia muito este genero de escultura, e ele é que faz sempre o preço, Mas como ele cá não está, eu fasendo um preço barato, em relação ao que me custou e despesas que fiz, para a adquirir, e ja incluindo despesas de envio, faço 500$00*».

[926] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 14 de Fevereiro: «*Da mesma igreija recebi 2 imagens que aguardam a visita de V. Exa.*». Idem. Ano 1934. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 27 de Dezembro: «(...) *Santa de Madeira - está arrecadada em Ovar, quando V. Exa. vier, vou busca-la para V. Exa. apreciar.*».

[927] Doc. II. 3. Ano 1935. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 14 de Setembro: «*Das outras cousas que V. Exa. ali deixou em vista* [Aveiro] *e com preços mais nada adquiri.*».

[928] Doc. II. 3. Ano 1933. Cartão postal de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 6 de Fevereiro: «*Hontem 5, tomei a liberdade de enviar a V. Exa. como encomenda postal um prato flamengo.*».

[929] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Aveiro 4 de Outubro: «*A Santa Barbara é na verdade curiosa despida de merecimento artístico. A tal outra santa, da cabeça do menino cortada. Fará V. Exa. a amabilidade de ma mandar não para aqui, mas sim para Coimbra Estrada Beira Nº 41. Com referencia ao S. Francisco como V. Exa. tambem o não quer a minha pequena mais velha o irá para a semana ahi buscar e é um presente que lhe dei.*».

[930] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Maria Amélia Porto de Vilhena, Coimbra, 29 de Março: «*envio hoje os desenhos mal tirados de 2 espelhos que estavam nas Portas lateráes da igreija de Páço, no Vale do Vouga e que consegui convencer o padre a que mos vendesse.*».

[931] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 18 de Novembro.

[932] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Aveiro, 13 de Junho: «*S. Pedro sentado, ainda não arranjei o de Madeira, voi amanhã ao Porto procurar.*».

[933] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 28 de Novembro: «*Segui para Salzedas, ali como agora tenho melhores olhos de ver. Verifiquei que o tal Santo sentado não é S. Pedro, mas sim S. Paulo. O tamanho aqui o indicarei a V. Exa. É um bloco grande em castanho,*

Contrariamente à avaliação de Saraiva Nunes, o Santo evangelista, na verdade um *São Marcos*, não era obra da «*Escola Lamacense*», estava assinado *Cornelis de hollanda* e, pela localização[934], poderá considerar-se proveniente da grande máquina retabular quinhentista da capela-mor da igreja do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Salzedas, que a crónica da casa monástica descreve como «*dos melhores que se podem achar em Espanha, tem vinte E hum palneis com figuras de vulto grandes, afora outras pequenas que na obra se puserao*»[935].

Figura 118 - São Marcos, MNAA Inv. 1201 Esc IFN 4387 © DGPC-DDF

pezo ahi 120k (Baixo relevo), S. Paulo sentado em cadeira abacial, trajos ricos e espaventosos cadeira severa. Rosto imponente. Barbas bem lançadas, uma mão desfolha um livro colocado em cima duma estante, aos pés um leão. Grande obra, digna dum grande mestre. Não consegui comprar neste dia, voltei no dia seguinte de Lamego ali e tambem nada. No entanto ficaram-me esperanças. O tamanho e dosposição aqui em Coimbra, o darei a V. Exa. em carvão e folhas de papel em tamanho natural. Julgo ser obra tambem do sec. 17º Escola Lamacense escultura em madeira, influenciada pelas tabuas desta riquissima região, unica em pintura no paiz.»

[934] Extinto em 1834, alguns dos bens móveis do Mosteiro que não foram vendidos em hasta pública, foram arrecadados pelo Pe. António Correia de Proença Roma, cura de Salzedas, que os repartiu pelas paróquias de Salzedas, Ucanha, Mondim, Dalvares e Gouviães, segundo Armando Leitão (Leitão 1963: 100-101.

[935] Frei Baltasar dos Reis. *Breve Relação da fundação e antiguidade do Mosteiro de Santa Maria de Salzeda*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1934 [ms. do século XVII]: 20-21, *apud* Albuquerque 2003: 27.

a

b

Figura 119a - São Marcos, MNAA Inv. 1201 Esc IFN 4387 © DGPC-DDF; Figura 119b - pormenor da cadeira © MNAA, Secção de Escultura; Figura 43c - pormenor da assinatura relevada no tinteiro © MNAA, Secção de Escultura

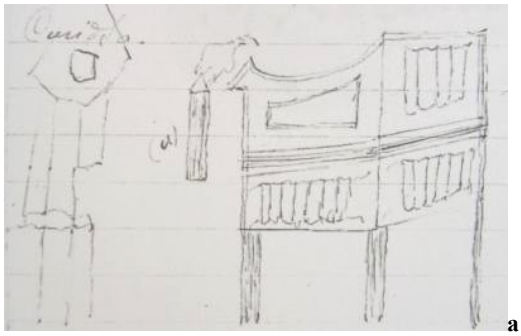
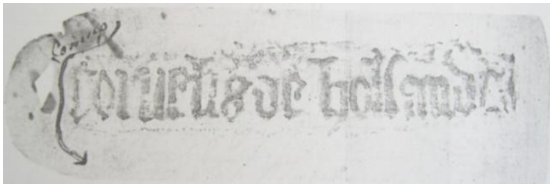

a

b

Figura 120a e Figura 120b - Desenhos de Saraiva Nunes ennviados na carta para Ernesto Vilhena, Coimbra, 28 de Junho 1934

Nunes recebe a peça em Coimbra em 27 de Junho de 1934[936], e arrisca enviar apenas os desenhos. Mandará assim o «*S. Paulo*» directamente para Lisboa, por ser «*Bom e raro*»[937], sem que o Comandante o tivesse anteriormente avaliado. Na conta registada no mês seguinte pede 1000$00 pelo santo, num total de 1970$00 das despesas contabilizadas. Ernesto de Vilhena responde-lhe para Aveiro e envia um cheque no valor de apenas 1870$00[938].

O São Marcos, de Cornelis de Holanda (MNAA 1201 Esc, Figura 118), documenta uma linha de apetências de gosto diversa da escultura pétrea presente na

[936] Doc. II. 3. Ano 1934. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 28 de Junho.
[937] Doc. II. 3. Ano 1934. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 29 de Março.
[938] Doc. II. 3. Ano 1934. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 12 de Julho, com anotação manuscrita no topo: «*R. em 16/7/34 e cheque de 1870$00 s/ Aveiro*».

Colecção Vilhena, na qual o coleccionador se manifesta sensível à expressividade da madeira policromada e sapiente da historicidade da presença nórdica/"flamenga" na arte portuguesa entre o fim do século XV e o século XVI, que é perceptível no número generoso de imagens hoje integradas no acervo do MNAA. Saraiva Nunes estava bem avisado e chega a comentar que «*das madeiras entalhadas, não adquiri, nada se vende sem V. Exa. as ver, como é meu dever*»[939].

Figura 121- Virgem, MNAA Inv. 1266 Esc; Virgem do Rosário MNAA Inv. 1350 Esc; Virgem com o Menino, MNAA Inv. 1252 Esc; Santa Bárbara MNAA Inv. 1221 Esc © MNAA, Secção de Escultura

Figura 122 - São Tiago MNAA Inv. 1436 Esc; São João Evangelista (de Calvário) MNAA Inv. 2145 Esc; São João Baptista MNAA Inv. 2469 Esc © MNAA, Secção de Escultura

A aquisição vem contrariar, além do mais, uma das ideias generalizadas sobre a Colecção original, de que esta estaria votada sobretudo à imaginária portuguesa dos séculos XIV a XVI produzida em pedra. Apesar do predomínio numérico dessas

[939] Doc. II. 3. Ano 1940. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 30 de Outubro.

imagens, que tem correspondência com a sua real disponibilidade para compra, porque se conservavam em grande número no património nacional por inequívocas razões históricas e antropológicas relacionadas com a necessidade da materialidade (táctil) da imagem esculpida para o culto cristão vivido de modos cada vez mais humanizados, Vilhena não deixa de se interessar por outras tipologias escultóricas em pedra, em madeira ou em barro. Do mesmo modo, não deixa de se interessar pela imaginária e por qualquer outra tipologia de escultura dos séculos anteriores ao XIV, embora menos acessível nos mercados; como se entusiasma igualmente com a imaginária dos séculos XVII[940] e XVIII, sendo este último gosto bem perceptível a partir das memórias escrituradas pelo coleccionador quanto aos seus Anjos Tocheiros barrocos, adquiridos em data anterior a 1933[941] (Figura 123).

Figura 123 - Tocheiro (exemplar de um par), Portugal, 1726 (datados). Propriedade Particular. Fotografia dos Estúdios Mário Novaes, datada de 1970. Legenda na ficha de inventário da prova fotográfica: *«Par de Anjos, candelabro". Escultura em madeira policromada. Trab. Português». (Pertenceu à colecção Ernesto Vilhena, vendido em leilão em 1970). Está inventariado. Datado 1726.*» © MNAA, Arquivo Fotográfico

[940] Doc. II. 6. Viagem a Travassô e visita à Igreja Matriz, em 17 de Setembro 1949: «*Em uma capella à E., em nicho, uma Trindade[940] em madeira, colorida, do seculo XVII (ou XVIII), de boas proporções, pela qual offereci 1.200$00.*».

[941] Doc. II. 4. Visita ao Museu Alberto Sampaio, em Guimarães, em 30 de Agosto 1933: «*dois anjos tocheiros, sec. XVIII (os nossos são melhores).*»

O que estava em causa era a arte da escultura portuguesa, o que parece ter deixado claro a Saraiva Nunes em alguma das suas recomendações, pois a certo passo depreende-se que o Comandante lhe terá afirmado conhecer bem as «*obras de estatuaria estrangeiras*», não havendo margem para que qualquer comerciante pudesse induzi-lo em engano, ao que Nunes responde que «*o recheio de pedras de V. Exa. pode bem igualar a qualquer bom estrangeiro*»[942].

Figura 124 - Lápide funerária de D. Justa e de D. Aparício, pais do presbítero Domingos Aparício (Calvário, Virgem com o Menino e Doadores), MNAA Inv. 1100 Esc, IFN 19563 © DGPC - DDF

O «*Assunto Cantanhede*» apresentado por Saraiva Nunes na correspondência de Março de 1935[943] diz respeito à compra de uma lápide funerária com inscrição e relevos insculturados, datada do século XIV[944] (Figura 124). Ernesto de Vilhena já teria conhecimento da sua existência e localização[945], provavelmente através de Vergílio Correia que pretenderia adquirir a obra para o Museu Machado de Castro. Saraiva entra em conversações com José Mendes da Cruz, morador em Cantanhede, tesoureiro da Caixa Geral de Depósitos em Coimbra, actuante como intermediário do proprietário da

[942] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 1 de Novembro.
[943] Doc. II. 3. Ano 1935. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 16 de Março.
[944] Sobre a Lápide Funerária de D. Justa e de D. Aparício, pais do prelado Domingos Aparício, de Coimbra, cf. Carvalho 2004: 150-154; Barroca 2000: 1545-1554; Santos 1948.
[945] Idem. Ibidem: «*V. Exa. tambem foi inteligente em apanhar pouco mais ou menos ahi ao Dr. V. Correia o nome do homem, e a fotografia.*».

obra no projectado negócio. A «*pedra*» pertencia a um cunhado seu; o filho, estudante de Direito em Coimbra, fotografara-a e dera conta da peça a Vergílio Correia. Saraiva começa por oferecer a Mendes da Cruz 1000$00, mas continua a negociar. Depois de se deslocar uma noite para vê-la em Cantanhede, informa para Lisboa que «*Não tem defeitos, é uma maravilha muito bem conservada que parece renda da mais fina. Será dos fins do sec. 13? Se se conseguir é uma Lança em Africa e joia de alto valor»*. Perante a importância do caso seria obrigatória uma acção diligente[946]. O negócio concretiza-se a favor de Ernesto de Vilhena em poucos dias. O dono da lápide funerária era Manuel da Costa Perpetua Junior, empregado na Companhia União Fabril de Cantanhede; custou 700$00 pagos ao proprietário, a que somaram 600$00 da comissão entregue aos Mendes da Cruz, pai e filho[947], quase tanto como o valor atribuído à peça. O Comandante pede ainda um recibo da compra[948], que Perpetua Junior envia em formato de postal a Saraiva Nunes, em 22 de Março de 1935[949], data de encerramento da transacção.

A obra tinha apenas comparação com outras integradas no valioso conjunto conservado no acervo do Museu Machado de Castro, que incluía a lápide de Domingos Aparício, o clérigo encomendante da pedra funerária lavrada em memória dos seus pais que Vilhena comprou, ambas aplicadas originariamente na Capela de São Julião da Sé Velha de Coimbra (Barroca 2000), o que explica a atenção conhecedora de Vergílio Correia. Reynaldo dos Santos, embora confundindo as lápides, dar-lhe-á amplo relevo na síntese sobre a escultura medieval portuguesa (Santos 1948: Est. CI).

A importância da fotografia na constituição da Colecção Vilhena foi absoluta, e não só para a categorização das peças coligíveis. Paralelamente à documentação escrita produzida pelos coleccionadores e pelos intermediários, que deu origem às *Notas* e ao epistolário de Saraiva Nunes, tal como a outros conjuntos de documentação escrita desaparecidos com a dispersão das Colecções e do património Vilhena, sobrevivem inúmeros indícios da existência de documentos fotográficos das peças e da importância que detinham na orgânica interna do sistema da coleccionação.

[946] Doc. II. 3. Ano 1935. Cartão postal de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, s.l. [Coimbra?], 18 de Março: «*Depois de enviar a carta* registada *fio para a Caixa G. Depositos. O homem começou a dizer que queria mais e que eram 3 pessoas a ganhar. Não estive com mais cousas, aluguei um automovel, meti dentro pai e filho e mais bocado menos bocado paguei e truxeI.».*
[947] Doc. II. 3. Ano 1935. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 19 de Março.
[948] Doc. II. 3. Ano 1935. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 20 de Março.
[949] Doc. II. 3. Ano 1935. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Tomar, 23 de Março, Anexo I.

O interesse de Ernesto de Vilhena pela arte da fotografia remontava aos primeiros anos do século XX[950] e combinava com a possibilidade de que o homem culto dispunha para compendiar as suas colecções de objectos. Vilhena sempre experimentou a vanguarda técnica na gestão das empresas e aplicou os mesmos métodos na orientação do sistema coleccionista, pelo que a relação entre a fotografia e as artes se afigura natural. Constituir um *corpus* fotográfico de escultura era, aliás, uma prática contemporânea, experimentada quase desde os primórdios da técnica fotográfica[951]. Virá inclusive a ser teorizada por historiadores da arte como Heinrich Wölfflin (1864-1945) que, no mesmo ano em que publicou os *Princípios Fundamentais da História da Arte* (1915), fez imprimir o texto *Wie man Skulpturen aufnehmen soll* (*Como fotografar as esculturas*)[952], ou por Émile Mâle (1862-1954) que cedo compreendeu a necessidade de criação dos reportórios fotográficos como elementos fundamentais para a classificação estilística, para a descrição objectiva das formas e para a comparação, ideias que desembocariam no conceito de *Museu Imaginário* (1ª ed. 1947) de André Malraux (1901-1976), produtos intelectuais das elites eruditas da história da arte, mas todos contemporâneos das actividades de Ernesto de Vilhena e todos eles autores presentes na sua biblioteca.

Na viagem de Portugal para Angola, em 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, Vilhena coincide com Guy de Schoutheete de Tervarent, antigo ministro da Bélgica no Cairo, ou seja, com o iconologista Guy de Tervarent (1891-2000), e sobre o encontro narra: «*Pedio-me para vêr as fotografias das imagens da Collecção, e deo-me, depois, para eu ler uma obra d'elle em 2 volumes, intitulada "Les Enigmes de l'Art du Moyen Age" (Les editeurs d'art et d'histoire, Paris, 1941). Como é que este homem consegue fazer imprimir esta obra em Paris, n'estes tempos?*»[953]. Retemos não só o espanto de Vilhena com a obra do escritor, mas é igualmente notável a informação de que viajava para África acompanhado das fotografias da sua colecção de esculturas.

[950] Cf. Parte I, *vide* 1.2.1 e 1.2.2.
[951] *Gegossenes Licht. Cast Light* 2008. Para Portugal cf. *Carlos Relvas e a Casa da Fotografia*. 2003 e Baptista 2010.
[952] Na senda de dois textos anteriores, "Wie man Skulpturen aufnehmen soll (Teil I)". In *Zeitschrift für bildende Kunst*. Neue Folge. Leipzig: Ed. Seemann, 1896; Idem (Teil II). *Ibidem*, 1897. *Vide* Wölfflin 2008.
[953] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Cadernos de viagens*: *Caderno de viagem Nº 18,* ms., 14 Junho 1942 - 11 Julho 1942: «*Dias 3 a 6 de Julho de 1942 (Sexta-feira a Segunda-feira)*».

Aos intermediários da Colecção Vilhena eram pedidas fotografias, como a leitura da correspondência de Saraiva Nunes não deixa margem para dúvidas. A dificuldade que isso representava, obrigando à disponibilidade de um fotógrafo acompanhante[954], e sobretudo a morosidade do procedimento, acabaram por levar Ernesto de Vilhena a recomendar a compra de uma máquina fotográfica, no início de 1935[955], concretizada em Maio, conforme o agente avisa «*Já tenho a maquina. Daqui por deante vou enche-lo de fotografias.*»[956]. As fotografias tiradas por Saraiva serão os documentos reunidos até 1939, mas nesse momento decidem recorrer a um outro processo em paralelo.

O *Inventário Artístico de Portugal* da responsabilidade da Academia Nacional de Belas Artes avançava e Vergílio Correia era o encarregado da brigada de trabalho sobre a *Cidade* e sobre o *Distrito de Coimbra*. Manuel Abreu, amigo de há anos de Saraiva Nunes[957] e seu vizinho na Estrada da Beira, fora contratado como fotógrafo. Nunes mantém Vilhena constantemente a par dos progressos no terreno, informado «*de tudo em segredo»,* pois «*V. Correia anda como um cão farejando todos os recantos das igreijas e apontando tudo, o que é de mais notável é fotografado»,* o que o leva a sugerir - reiterando sempre *«muito em segredo*», porque «*O V. Correia proibiu o fotografo de ficár com alguma foto, e de lhe entregar rapidamente as chapas, mas o*

[954] Doc. II. 3. Ano 1934. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 26 de Dezembro: «*O fotografo envergonhou-se e mandou tirar fotografias novas ao S. Pedro, de que hoje envio uma*».

[955] Doc. II. 3. Ano 1935. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 14 de Janeiro: «*Tomei nota de todas as recomendações de V. Exa. que são:* - (...) *Compra de maquina foto*. (...)».

[956] Doc. II. 3. Ano 1935. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 5 de Maio.

[957] Doc. II. 3. Ano 1937. Carta de Saraiva Nunes para Júlio de Vilhena, Coimbra, 17 de Junho 1937: «(...) *O Manuel Abreu está como fotografo no Campo de aviação de Tancos, e nas horas vagas entetem-se a fotografar monumentos daquela região. Enviou-me esta semana esses trabalhos, que achei tam interessantes que não tive coragem de ficar com eles, e enviei-os a V. Exa. que sei isso muito aprecia. Este Abreu é o autor de todos os postais que estam á venda em Aveiro, O. Azemeis, varias terras do Vale do Vouga e parte dos de Coimbra. É fotografo oficial do Museu de Aveiro e Coimbra e tem feito varios trabalhos para os Monumentos Nacionaes. Tem paisagens marinhas da ria de Aveiro, que é d'um artista. Muito meticuloso, basta dizer-lhe que para tirar uma foto postal boa ao Tumulo da Princeza Santa Joana em Aveiro, que está numa sala com pouquissima luz, teve a objectiva 2 horas aberta. Em Tancos tinham maquinas, mas não tinham pessoa que as entendesse, foi para lá contratado. Ele foi ali encontrar 2 maquinas compradas á ano e meio, que ainda estavam encaixotadas, pezando cada uma 30k, custaram 30 contos cada. Creio que compraram agora outra por 12 contos, um pasmo de preços. As de 30 são alemãs. Ele enviou-me hoje um postal com o Castelo de Almourol tendo perto a vista da igreija de Tancos, onde está o E. Santo. É outra produção de bom gosto. Já hoje pedi para enviar a V. Exa. Não me esqueço de lhe fazer as perguntas da marca do aparelho, em que se serviu para estas vistas. Creio que o aparelho é mesmo dele, porque os do Campo de aviação devem ser pezados. A saida deste homem fez-me muita falta, agora mando as chapas a revelar ao Instituto de Medicina Legal e ficam-me uma cousa horrivel. A casas de especialidade não convem, e é assim uma tragedia. Tinha uma serie de fotografias de ultimos trabalhos para enviar a V. Exa. e não me atrevo, enviarei as chapas. Veja V. Exa. as 3 provas que envio junto. São de 3 paineis dourados, e na foto parecem uma macacada. Como é uma cousa leve, mando-os para amostra, amanhã com a escultura de madeira.*».

homem precisa de dinheiro...»[958] - a compra por intermédio do fotógrafo de provas das peças registadas no âmbito do Inventário[959]. Vilhena comunica a sua anuência e Saraiva Nunes responde logo que «*O fotografo está ao dispor de V. Exa. para crendo* [sic] *mandar uma copia de cada foto, levando a indicação das igreijas, localidades e capelas a que pertençam, bastando para isso V. Exa. dár suas ordens.*»[960]. O fotógrafo é apresentado a Vilhena[961] e, em 20 de Julho de 1939, ficamos a saber por Saraiva Nunes que o primeiro lote de fotografias já chegara a Lisboa, somando à data o total de 30 espécimens[962] pelas quais Manuel Abreu recebe pagamento, ajustado a 6$00 o exemplar, em 29 de Julho[963].

Figura 125 -Santo António
MNAA Inv. 1351 Esc IFN 13297
© DGPC - DDF

Figura 126 - In CORREIA e GONÇALVES 1953
Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Coimbra
EST. XLVI. "Freguesia de Cantanhede.."

[958] Doc. II. 3. Ano 1939. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 9 de Maio.
[959] Doc. II. 3. Ano 1939. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 2 de Maio.
[960] Doc. II. 3. Ano 1939. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra 4 de Maio.
[961] Doc. II. 3. Ano 1939. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 12 de Julho.
[962] Doc. II. 3. Ano 1939, Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 22 de Julho.
[963] Doc. II. 3. Ano 1939. Nota de Manuel Abreu para Saraiva Nunes, Coimbra, 29 de Julho.

O procedimento terá continuado, apenas a ritmo mais lento após o início da II Guerra Mundial, na altura em que Ernesto de Vilhena manda abrandar o ritmo de compra[964] e diminuir para 5$00 o pagamento de cada fotografia. A 1 de Outubro de 1939, o coleccionador paga 77 provas fotográficas, no valor de 385$00[965]; no ano seguinte, entre outros pagamentos, a 19 de Junho, Abreu passa um recibo de 215$00 respeitante a 43 fotografias[966]; em 1942, Saraiva Nunes acusa a Júlio a recepção de 100$00[967]. Manuel Abreu morre em Abril de 1946[968], terminando esta ligação.

XII
Santa Catarina. Escultura em pedra policromada do século XV

Figura 127 - Santa Catarina. Reproduzida por Luís Keil. "Uma ficha do Inventário Artístico de Portugal". *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*. VI. 1940; Idem. *Inventário Artístico de Portugal*. Vol. I. *Distrito de Portalegre.* Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1943. Ernesto de Vilhena. *Notas de Arte e Archeologia*. Vol. III (Doc. II.6), «[19 de Agosto de 1949] *Crato...Egreja matriz... Em uma arrecadação, a E. varias imagens retiradas do culto, entre as quaes, uma Santa Catarina, do sec. XV-XVI* [Sublinhado a vermelho. Na margem direita da página, escreve a nota: *"Devolvida (a pedido)"*.]» Idem. *Diário*. ms., de 16 Dezembro 1955 a 18 Novembro 1956: «*28 de Maio de 1956 (2ª feira) (...) Ando aqui às voltas com o Bispo de Portalegre, por causa da imagem Renascença, que, vinda da egreja do Crato, eu comprara ao Jacinto em Fevereiro de 1955.*»

A interpretação literal de que as compras de peças poderiam, seguindo esta metodologia, ter sido feitas pelo Comandante "a partir de catálogo", ao aceder às

[964] Doc. II. 3. Ano 1939. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 19 de Setembro: «*O fotografo Abreu, mandou-me por varias vezes, fotos que tenho aqui. Eu mostrei-lhe até a correspondencia de V. Exa. em que declara nada comprár, de modo que lhe disse que não sabia se V. Exa as aceitava ou não, visto estár agora resolvido a não fazer despesas, tenho-as como digo aqui em meu poder, são interessantes algumas, V. Exa. dirá se quer que lhas envie ou se as entrego ao Abreu*».
[965] Doc. II. 3. Ano 1939. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 1 de Outubro.
[966] Doc. II. 3. Ano 1940. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 22 de Junho. Recibo Anexo.
[967] Doc. II. 3. Ano 1942. Carta de Saraiva Nunes para Júlio de Vilhena, Coimbra, 10 de Fevereiro.
[968] Doc. II. 1. Ano 1946. Cartão postal de António Pereira Capela para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 23 de Abril.

reportagens fotográficas destinadas ao *Inventário Artístico de Portugal*, mitificada pela pequena história e pela tradição oral em que algumas efabulações sobre aquisições menos lícitas entraram de permeio, terá, contudo, de ser devidamente equacionada.

Ernesto de Vilhena tinha da maioria das obras em causa um conhecimento anterior, embora nas *Notas de Arte e Archeologia* deixasse por escrito a lembrança de que a visita a Cordinhã (concelho de Cantanhede) «*Foi, tambem, uma qualquer fotografia do Inventario que me deo a ideia de vir aqui*» (Doc. II.6: 30 de Agosto de 1946). Três anos mais tarde aponta acerca de Sortelha, que tem ideia de possuir «*fotografias tiradas para o Inventario por aquelle fotografo de Coimbra, que me não deixou saudades*» (Doc. (II. 4: 28 de Agosto de 1949).

O mais bizarro, mas sem que o facto indique uma explicação imediata e esclarecedora, é que algumas das peças em questão, no momento em que são editorialmente dadas à estampa, como é o caso do *Inventário Artístico de Portugal Distrito de Coimbra* publicado em 1953, surgem referenciadas nos seus locais originais, quando, à data, já tinham incorporado a Colecção Vilhena, encontrando-se em Lisboa[969]. Entre as imagens integradas no MNAA permanecem exemplos variados de peças nestas circunstâncias (Figura 125 a Figura 131).

O São João Baptista (Figura 128), de longas barbas, muito característico pela inscrição gravada na filactera que desenrola à frente do tronco, é a imagem reproduzida em 1953, localizada na Capela da Piedade da Lousã (Figura 129). Ernesto de Vilhena conhecia-a desde 1934, como escreve nas *Notas* ao avistá-la em 9 de Julho [970], em cujo texto respectivo surge sublinhada a grosso lápis vermelho. Conserva-se no acervo do MNAA, onde foi incorporada sem a compacta repolicromia que é legível na fotografia do *Inventário Artístico* e que a dissimulou durante anos, tornando a associação aparentemente inadmissível. Contudo, no relatório de uma observação técnica sumária executada no Museu[971], em 1987, ficou registada a presença de abundantes vestígios de

[969] A acessibilidade ao Arquivo da Academia Nacional de Belas Artes poderá esclarecer os contornos destas circunstâncias, o que não foi possível durante a realização desta tese.

[970] Doc. II.5: Visita em 9 de Julho de 1934 - «*Louza Santuario da Senhora da Piedade - Santuario de muita devoção, constituido por uma serie de capellas em andares mecanicos em uma eminencia fronteira ao Castello, ou ao que d'elle resta, da Louzã. Logar muito pitoresco como paysagem, é interessante pela disposição das capellas, limpeza, ajardinado etc. A capella mais interessante é a menos alta, da S^a da Piedade. No altar principal, frontal de azulejo azul-amarello do sec. XVII. Ao centro S. João Baptista em pedra sobre um pedestal; altura, com este, de 1m,00. O Santo tem atravessada uma fita com inscripção, que parece ser em letras goticas. Sec. XV ou XVI (?).*».

[971] MNAA, Arquivo da Secção de Escultura. Dossier de peça 995 Esc.

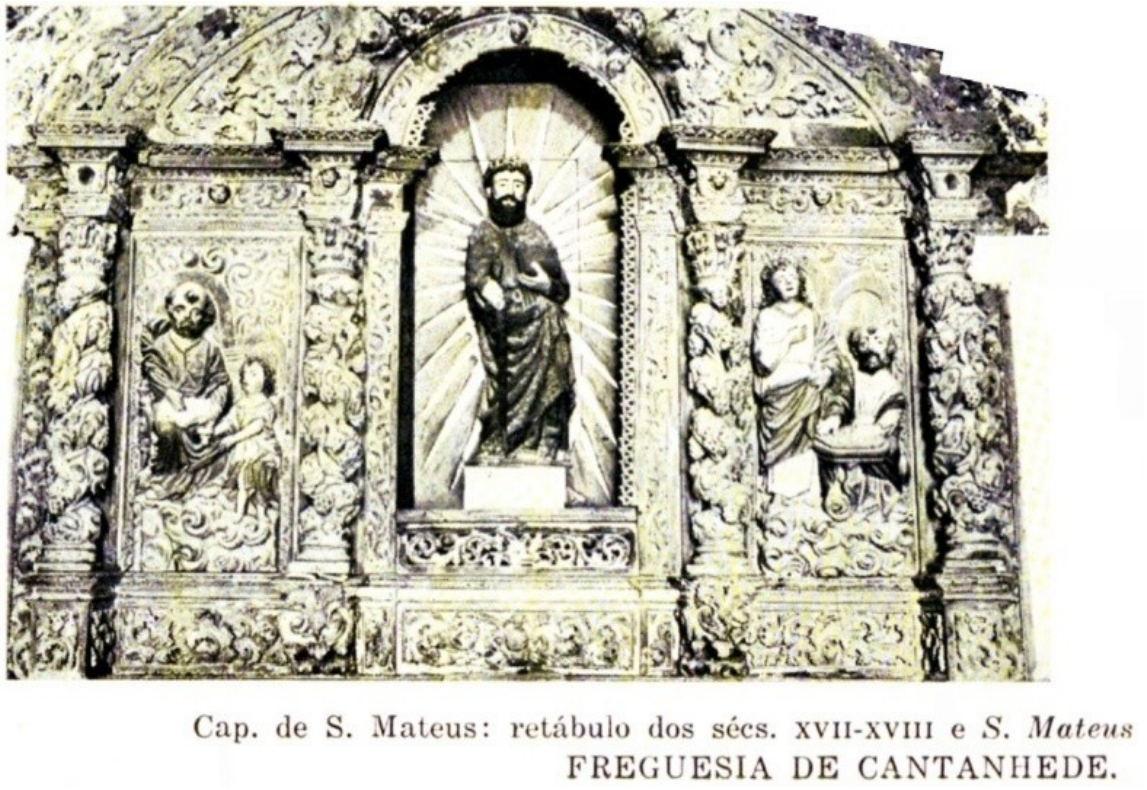
estratos diversos de policromias, a marca da aplicação geral de uma matéria não identificada sobre a generalidade da superfície pétrea e ainda a inserção de massas na zona dos olhos, informações que documentam materialmente uma intervenção sobre a escultura durante a sua passagem pela Colecção Vilhena, que lhe terá retirado as densas camadas superiores da pintura que ostentava na fotografia.

Figura 128 - São João Baptista
MNAA Inv. 995 Esc
© MNAA, Arquivo Fotográfico

Figura 129 - CORREIA e GONÇALVES 1953
Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Coimbra.
EST. CIV. "Freguesia da Lousã. Capela da Piedade: (...) S. João."

O São Paulo (Figura 131), escultura coimbrã, atribuível ao Mestre do São Pedro de Arouca, insere-se neste conjunto de peças registadas no *Inventário Artístico*, mas os contornos do seu historial de proveniência são ainda mais rebuscados. A primeira referência que Ernesto Vilhena faz a esta imagem data de Setembro de 1932[972]: era cultuada como São Mateus e estava colocada no altar-mór da Capela dessa mesma invocação localizada junto do Cemitério de Cantanhede. No texto das *Notas* surge, como no caso anterior do São João Baptista, sublinhada a vermelho. Em 1934, volta a mencionar o dito São Mateus, em comparação com outro citado em Soure.

[972] Doc. II. 4. Visita a Cantanhede em Setembro de 1932: «*Capella de S. Matheus (S. Matheusinho), ao pé do cemiterio. No altar-mór, no alto <vêr em outro lugar>, S. Matheus em pedra, sec. XV, muito pintado, com roupagens interessantes. É santo de grande devoção, com bons rendimentos*.».



Cap. de S. Mateus: retábulo dos sécs. XVII-XVIII e *S. Mateus*
FREGUESIA DE CANTANHEDE.

Figura 130 - CORREIA e GONÇALVES 1953. *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Coimbra*. EST. XLVIII. "Freguesia de Cantanhede."

Figura 131- São Paulo, MNAA Inv. 2331 Esc
© MNAA, Arquivo Fotográfico

Figura 132 - Ernesto de Vilhena. *Notas de Arte e Archeologia. Vol. III: "*Pagela de S. Matteus (app.)"

Nova deslocação a Cantanhede, em Setembro de 1951, acaba por esclarecer os equívocos iconográficos e historiar acontecimentos recentes verificados na «*Capella de S. Mateus* - *Que, no fim de contas nos sae como S. Paulo* [sublinhado a vermelho] *com*

uma espada (vêr registo, na entrada do vol. III d'este Inventario). Houve, aqui, grande barafunda. Dizem que entraram, na Capella, ladrões, ou simples destruidores, e que o S. Paulo apareceu com a cabeça separada do tronco, e, elle proprio, esforçado, mas encontrou-se o pedaço que faltava. E como são todos muito intelligentes, vae o Padre e mette a imagem e seus bocados dentro de uma especie de caixa de madeira que agora faz as vezes de altar. Ha uma imagem, essa de S. Mateus, que o Padre mandou fazer, ao que parece, que está na Egreja, e só vem para aqui na ocasião das festas. O altar da capella mostra talha interessante, com dois pequenos paineis da vida do Santo (S. Paulo appostolo).»[973]. Naquele mesmo volume das *Notas*, mais à frente, na reportagem da visita efectuada em 5 de Outubro de 1952, o Comandante Vilhena esclarece que «*No fim de contas, o São Mateus* [sublinhado a vermelho] *foi parar, levado pelo Carneiro da Povoa, à rua se S. Bento, 187.»*[974]. O livro III das *Notas* guarda uma pagela colada do *S. Matheus app.* de Cantanhede[975], com a indicação manuscrita que confirma a compra (Figura 132). No ano seguinte, em 1953, quando o *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Coimbra* publica a imagem ainda *in situ*, com a legenda da invocação de São Mateus sob o retábulo com cenas da hagiografia de São Paulo, localizada na Capela de S. Mateus da freguesia de Cantanhede (Figura 130), a escultura encontrava-se na Colecção Vilhena, em Lisboa.

Episódios como os anteriores contribuíram para formatar a mitologia da Colecção Vilhena, associados à dimensão realmente extraordinária que esta teve na sociedade e nos círculos da arte portuguesas da época, sendo necessário desconstruí-los. Não pode escamotear-se a margem ténue que detectamos entre a protecção e o resgate patrimonial, princípios segundo os quais Ernesto de Vilhena solidificou efectivamente a empresa coleccionista, a adaptada versatilidade dos modos empregues para o fazer perante as diferentes conjunturas patrimoniais e a ambiguidade ética dos agentes intermediários que operavam no território.

Do punho do Comandante Ernesto de Vilhena escaparam comentários sobre a aura que (também) o perseguia, envolvendo sobretudo a compra de imaginária nas igrejas portuguesas. Na entrada de 4 de Novembro de 1953 do *Diário*, provavelmente relacionada com a história das aquisições do São João Baptista da Lousã ou do São

[973] Doc. II. 5. Visita a Cantanhede em Setembro de 1951.
[974] Doc. II. 5. Visita a Cantanhede em 5 de Outubro de 1952.
[975] Doc. II. 6.

Paulo de Cantanhede, apontou que «*Vieram, com carta de apresentação do Bispo de Coimbra, um conego e o parocho de Vilarinho da Louzã para tratar do caso das duas imagens compradas ao Carneiro da Povoa do Varzim; aproveito para lhes dar uma licção, dizendo-lhes tudo o que penso a respeito da maneira por que elles se conduzem no relativo à conservação e reparação das suas egrejas, dando a ganhar a esses compradores, muitissimo dinheiro. O Conego pareceu-me illustrado, o outro mais novo, parvo, ouvindo sem espanto, nem reacção, tudo o que, duro, eu lhe digo.*»[976].

Neste âmbito a epistolografia de Saraiva Nunes é pródiga em narrativas extravagantes, quase aventureiras, de muitas compras efectuadas, de outras tantas tentadas e de momentos em que ele próprio tem de argumentar quando a bondade do negócio é posta em dúvida, como aconteceu em Março de 1936, segundo conta em carta enviada a Ernesto de Vilhena. Em Alfarelos, onde devia despachar um «*Calvario de Montemor o Velho*», apareceu-lhe o «*Campos a barafustar em plena rua e malcreadamente, alegando que nós eramos uns criminosos e que lhe estavamos a tirar todas as peças antigas, da terra, e alto e bom som lia um Diario do Governo antigo em que pela lei de 70 nada podia sair das terras para o estrangeiro. Vi-me parvo para acomodar o bruto do homem, e faser-lhe ver que nada ia para o estrangeiro e que da mesma forma tudo ficava a constituir patrimonio nacional, enfim um mau bocado».*[977]

Ernesto de Vilhena já era bem conhecido como comprador, como Nunes lhe afiança, logo o sigilo necessário aos negócios de pouco valia[978].

A missiva enviada, em Agosto de 1938, por Saraiva Nunes a Adelino de Carvalho, proprietário de um prato de esmolas e indivíduo interessado em agenciar comércios futuros, é simbólica do nível de domínio do mercado artístico de antiguidades em Portugal atingido pela Colecção Vilhena, como o intermediário Nunes acaba por explicar através de duro palavriado: «*Sobre o caso do Snr. Vilhena não sei o que lhe diga. Naturalmente ele está convencido que não ofereceu mais de 1.600$00. Ele como tenho dito tem em Portugal muitos comerciantes e particulares e alguns de alto destáque, que só trabalham para ele. Ninguem no mundo a não ser ele oferecia a verba*

[976] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 22 Outubro 1953 a 31 Maio 1954: «*4 de Novembro de 1953 (4ª feira)*».
[977] Doc. II. 3. Ano 1936. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 30 de Março.
[978] Doc. II. 3. Ano 1935. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 3 de Julho: «*Sciente de tudo o que V. Exa. diz em sua carta, mas com referencia a eu falar em V. Exa. lá fora a ninguem o digo, o que é, é que toda a gente sabe que é V. Exa. o comprador de antiguidades e especialmente os padres. V. Exa. é nesta região de Coimbra e seus arredores muito conhecido.».*

fantástica de 400$00 pelo seu prato, quando ele não vale mais de 150 a 200.00 bem puxados, e o meu amigo foi-lhe dizer que já tinha a verba de 450.00?! O Meu amigo é muito boa pessoa, mas é comerciante demais. Lamento te-los posto em contacto e terem-se zangado. O Exmo Senhor Ernesto de Vilhena está habituado com toda a gente em Portugal e no estrangeiro a fazer a sua generosa oferta e esta ser imediato aceite. O meu amigo procedeu ao contrario de todos. Julgou que havia muitos senhores Vilhenas em Portugal e dahi fazer o seu jogo. Puro engano e ilusão amigo. Quando o Senhor Vilhena se fartár [sic] *de santos, teem de se guizar com batatas.»*[979].

Entre vendas promovidas por Juntas de Paróquia[980] e a implicação de grupos rivais que a elas se opunham, vendas de objectos pelos padres[981] à revelia das comissões fabriqueiras[982], das populações[983] e das autorizações superiores do episcopado[984],

[979] Doc. II. 3. Ano 1938. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 17 de Agosto: Anexo.

[980] Doc. II. 3. Ano 1937. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 15 de Fevereiro: «*Ás 3 da tarde de hoje recebi aqui em Casa a Junta de Paroquia de Pocariça, ao pé de Cantanhede. Vieram a Coimbra falar com o Bispo (que caso unico, auctorizou a venda) mas que tem receio que de futuro surjam complicações. Disse-lhe que estivessem por um lado descançados pois que casos idênticos se teem dado e nada até ao presente houve, e que dada a Categoria de V. Exa. isso seria caso que de futuro se resolveria por Lisboa. Ficaram descançados neste ponto de vista. Depois alegaram que o dinheiro não chegava para o resto das obras, e que queriam ver se V. Exa. daria mais alguma cousa. Disse-lhes que se dirigissem a V. Exa. pois que eu faria e pagaria o que V. Exa. ordenar. Deve V. Exa. ahi receber carta deles. É uma Junta com umas cantigas extraordinarias*.»

[981] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 17 de Janeiro: «*Está na região de Aveiro* [imagem de São Pedro]. *Está à minha ordem na junta. Tenho de entregar 1 conto de reis á junta, e 100.00 aos pobres protegidos do padre. Não tenho dinheiro, como arranjar isto?*. Em carta posterior, datada de Coimbra, 23 de Janeiro, Saraiva propõe: «*Uma ideia pratica. Não conhece ninguem em Aveiro? Ha pelo menos ali um padre que em tempos pediu a V. Exa. qualquer favor e V. Exa. atenciosamente respondeu. Ele tem V. Exa. em grande consideração. Entendia eu o seguinte: V. Exa. depositava em Aveiro mil e cem escudos, essa pessoa a quem mandasse o dinheiro, V. Exa. dizia-me o nome e eu iria lá e punha-a em contacto com o padre e junta da terra do S. Pedro, o S. Pedro ia a Lisboa, agradando ficava e V. Exa. depois daria-me o meu lucro. É o unico meio. Não á* [sic] *outro. Compra directa de Santos de pedra não faço.».* Situação inversa verifica-se na circunstância relatada em Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 8 de Abril: «*Junto uma carta que em Março recebi de Pombeiro, concelho de Arganil. (...)*.» Anexo: Carta de Benjamim Dias de Carvalho, datada de Pombeiro 7-2-1933: «*Tenho na verdade cá na freguesia diversas imagens de pedra, mas não lhe posso vender nenhuma, porque sei que isso seria mal recebido pela freguesia e podia até levantar celeuma. Da minha parte eu não tinha duvida em alienar algumas, mas não quero indispor-me com os paroquianos.»*

[982] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 14 de Fevereiro.

[983] Doc. II. 3. Ano 1935. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 26 de Julho: «*Fomos a certo sitio para trasermos uma virgem, gotica, mas o reverendo não soube faser* [sic] *o serviço, e o resultado foi levar uns supapos [sic] do Zé povo, e com tanta sorte que nós quando ali chegamos ás tres da manhã, sem sabermos de nada, mal tivemos tempo para meter o padre no carro, que ali nos esperava cheio de susto, temendo tambem por nós, e abandonar a terra numa fuga veloz deixando casa, creada e haveres ao Deus dará, e tambem a Virgem, que o povo ficou de repor nesse dia no altar da igreija. E tudo isto longe e bem longe do concelho de Coimbra, mas…tudo ficou em familia e até hoje os jornaes dessas redondezas, nada disseram do sucedido*.»

[984] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 11 de Abril: «*Vai ser creado um Bispado, que em tempos já existiu, em Aveiro. É feito com terras das dioceses de Coimbra,*

revoltas populares provocadas pela saída de imagens[985], museus pessoais criados por párocos[986] e bispos[987], ofertas de substituição de peças "velhas" por novas às

Vizeu e Porto, de modo que é neste campo que ando a trabalhar porque os padres e em especial os da diocese de Coimbra, já não obedecem ao Bispo nem lhe pedem auctorização, eles é que põem e dispõem».

[985] Doc. II. 3. Ano 1939. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 5 de Dezembro: «*Dia 23, sahi de Nellas em automovel e fui á séde da freguesia de Alcafáxe, e fui de automovel para dar cumprimento á carta que junto envio – e que nesse mez tinha recebido, e para traser no carro a rica senhora da Piedade, que ali me deveria estár reservada. Mas fatalidade desta viagem, estava neste dia o povo em revolta, abandonado dos seus trabalhos agrícolas e em casa e eu desprevenido por aqueles quelhos e ruelas, fui ter á casa do padre. Este não estava, desgostoso do sucedido: de manhã tinha avisado o povo de que alguem que ele estimava (e esse alguem era eu) ali chegaria pela parte da tarde para levar a senhora da Piedade, e nessa ocasião ele padre mandou juiz da irmandade com os outros membros á capela no meio do povo, capela antiquíssima, com alpendre como se encontram algumas nesta região, para levarem para a residencia dele a dita senhora da Piedade, mas o povo revoltou-se – ainda fez menção de os sinos a rebate querer tocar e a senhora não deixou sair da sua capela <de> varios centos de anos. Isto me contou a creada a chorar junto do ribeiro a lavar, e que eu desculpasse, mas que o senhor abade envergonhado, corrido e vexado tinha ido para a sua anexa de Lobelhe. Vim triste e abatido, porque contava com esta imagem, e a minha resolução de ir para a Beira, motivada foi em parte, julgando uma boa peça enviar a V. Exa. (...). Não quiz abandonar a terra de Alcafáxe, apesar do povo estar desgostoso com o seu abáde, sem ver a matriz, que eu já sabia nada ter (...) Tive ainda coragem, o motorista era dali conhecido o Luiz Cândido tambem de visitar a capela da Senhora da Piedade e de ver esta rica imagem dum tamanho ahi de 0,70 de alto, sentada com seu filho nos braços, colorida. E depois veio-me ao pensamento ao ver a gente do povo, humilde e ajoelhada, sem dár fé quasi da nossa entrada, que o padre fez mál em querer tirár ao povo a imagem dos seus pensamentos e devoção. Para mais é esta capela grandiosa para este povo, a capela chamada da Senhora da Piedade, visto que mais nenhuma imagem aqui existe. Vi tambem que este padre é um pouco leviano, visto querer tirár ao povo o que ele tinha de mais grato*.»

[986] Doc. II. 3. Ano 1939. Relatório de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 31 de Agosto: [Sernancelhe] «*O sr. abáde, teve a pachorra de me mostrar aquilo a que chama o seu museu e que na verdade é digno disso. Entrando numa especie de casa forte, encontramos varios armarios de castanho e ainda um grande e fórte arcáz. Aberto este, mostrou-me as alfaias de prata de que desconhece a origem, mas que é facil de prever que eram desses conventos: Uma grande e riquissima cruz de prata, uma custódia de um tamanho e pezo enorme, conservando ainda a caixa de couro encarnado dourada e forrada a seda, rodeada de pedras preciosas. Uma enorme caixa hostiário de prata dourada, turibulos, mais cruzes, naveta etc, tudo em prata, e ainda um bom prato flamengo, com cruzes ao centro e gomos e letras goticas, que o padre diz, que o Director do Museu de Viseu, já lhe quiz comprar. Abertos os armarios dos paramentos, ali encontramos de tudo o que é rico e bom. É notável uma casula roxa, com tecido de brocado, com assuntos chineses, e um grande frontal, primorosamente bordado a seda, tendo ao centro bordado a seda e ouro alcachofrado em tamanho enorme as armas do convento de Tabósa. É uma preciosidade. Amontoam-se depois todos os tecidos e brocados e profusão de lhamas. Que maravilhosas coisas ali se podiam aproveitar, mas o padre é inflexível, nada quer vender, nada*.»

[987] Doc. II. 3. Ano 1939. Relatório de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 31 de Agosto: «*Em 18, resolvi visitar sua Exa. Dom José o Bispo desta Diocese e seu irmão Padre Antonio, pessoas minhas conhecidas de há 12 anos, quando andava na compra dos veludos, e que estando ali á pouco não só me venderam um valioso lote de brocádos, como tambem me deram varias facilidades no Bispado. Por estupidez minha abandonei não só a visita extraordinaria e com a minha diplomacia para com o irmão fui recebido, e durante largo tempo conversámos. A 1ª pergunta que D. José me fez, foi diser-me que já tinha autorisado a venda do Sam Pedro de Forninhos, visto agora a igreija necessitar de dinheiro e eu há anos o ter querido comprar. Respondi-lhe que ainda o não tinha visto, mas que agradecia e o iria buscár. Pedi-lhe depois auctorisação para a Santa Catarina de Infias e Santa de Fornos de Algodres, respondeu-me que imediatamente seria dada a auctorisação, logo a seguir ao sr. padre a pedir. Este padre de Fornos de Algodres ainda a não pediu porque lhe morreu a mãe á poucos dias. Prometeu-me depois todas as facilidades que eu pedir. Disse-lhes que seria bom venderem o que estivesse arrumado visto o Inventario Artistico; disseram-me que conheciam isso. O irmão andou-me depois a mostrár as*

paróquias[988], informantes sediados nos museus[989] ou desempenhando as funções de sacristãos[990], propostas de trocas ao Museu de Aveiro[991], "quarentenas de segurança"[992], compras em lote para conseguir obter os objectos pretendidos[993], compromissos com as localidades de que seriam devolvidos os artigos adquiridos caso surgissem problemas com o Governo[994], necessidade de devoluções efectivas[995], pela celeuma popular que

---

antiguidades que tem conseguido – junto dos padres da Diocese. Devo dizer que eles não tinham nada, há 12 anos quando vieram para aqui.»

[988] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 11 de Abril: «*No vale do Vouga há uma igreija em que pretendem substituir a cadeira da igreija. Junto desenho explicativo das condições em que está e época. Se V. Exa. quizer por troca mande uma nova tambem de couro gravado e de braços igual ou semelhante a esta. O padre o que quer é uma cadeira nova gravada, para as festas de agora, e de braços.».*

[989] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 17 de Abril: «*O Alabastro - foi-me vendido pelo proprio secretario do Museu d'Aveiro sr. José de Pinho, este e o Dr. Alberto Souto Director e os guardas muito me teem indicado e estam a indicar, porque eles para comprarem não teem dinheiro.».*

[990] Doc. II. 3. Ano 1934. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Alcobaça, 21 de Abril: «*Ás Caldas não vou, por varios motivos e ainda porque V. Exa. ali tem como disse em tempos o Sacristão d'uma igreija que trata disto para V. Exa.».*

[991] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 2 de Maio: «*Espirito Santo M. Aveiro - sem pintura, tambem ja tinha reparado nele e vou amanhã, naturalmente sem resultado, ver se é do Museu ou particular e ainda se poderei tentar uma troca. Nada podendo fazer de harmonia com o que suponho, verei em futuras viagens se poderei adquirir um semelhante.»* Idem. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Aveiro, 4 de Outubro: «*Estive agora no meu armazem com o Dr. Souto a quem propuz a troca da cadeira alta por o Espirito Santo do Museu, que V. Exa. ultimamente me indicou, disse-me que não podia ser pois que tudo estava arrolado e que são imensas as pessoas do concelho d'arte etc e engenheiros dos monumentos que por ali passam e que tudo notam. Disse-me ter pena de não poder comprar a cadeira, mas que não tem verba e que apelava para a minha generosidade, mas a minha bolsa esta completa em presente de 300.00 que V. Exa. poz.».*

[992] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Aveiro, 26 de Junho.

[993] Doc. II. 3. Ano 1934. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Aveiro, 12 de Maio: «*Em 10 como lhe comuniquei nada fiz com os Santos, mas voltei aqui novamente hoje. O paroco nas ultimas tentativas de 10 disse-me que não fazia negocio sem eu ficar com mais 2 que lá tinha e que julgava muito secundarios, mas que os melhores ajudavam a venda destes. Hoje 12 fechei o negocio e trouxe as peças nas condições que o padre pretendia.».* Idem. Ano 1934. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 12 de Dezembro: «*A Santa Ovaia e a de madeira, só mas venderam juntas e teem a autorisação por escrito do Bispo do Porto e Junta de Paroquia etc. Isto não quer dizer que eu lhas queira vender em conjuncto como fazia o Nolasco. Não senhor! V. Exa. escolhe o que quizer, e eu mando.».*

[994] Doc. II. 3. Ano 1934. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 13 de Setembro: «*O S. Sebastião da Louza tive que ir daqui no dia 10 de carro e estive lá todo o dia, reuniu-se a meza composta pelo Presidente da Camara, pessoas gradas da terra etc e tive que fazer uma declaração em como me comprometia a dar o Santo e eles os Mil escudos se o Governo mais tarde fizesse qualquer opozição. Disseram eles não deve haver nada, mas nós queremos esta segurança e só assim a entregaram.».*

[995] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Aveiro, 25 de Julho: «(...) *vou falar num assunto que bastante me prejudica, e que a V. Exa. o váe arreliar, mas paciencia, temos que os dois ser prejudicados no caso. Acontece que hoje me vieram amigavelmente entrevistar 8 representantes do povo de Alquerubim. É a proposito daquela Santa Marinha, que tem uma palma na mão e em baixo na báze 3 cordeiros ou cousa parecida em relevo. Esta imagem é a padroeira de Alquerubim. Eu devia ter reparado, visto que ela encimava a porta principal da igreija, que daria sarilho. Os representantes do povo católico, alegam que o padre a vendeu sem falar com o povo. Que o padre ali está á* [sic] *8 mezes, que é idiota etc… que o povo quando passava para o trabalho a não via, e que fazem questão do caso, e que esperavam pelo regresso dela com festas de arromba e com 2 bandas de musica. Para o meu nome*

chega à imprensa, ou por ordem judicial[996], queixas à polícia[997], parece desfiar-se um rol de ilícitos vivenciados quer por Saraiva Nunes, quer por outros agentes que se depreende terem tido interveniência nos acontecimentos.

O próprio Ernesto de Vilhena revela ter trocado imagens (Figura 133), sem que o facto tivesse qualquer relevância[998], como também escreve sobre "devolução" de imagens às paróquias (*vd.* Figura 127), sem que a evidência dos "enganos" de identificação cometidos pelos párocos pareçam afectar, já na década de 1950, a dimensão e as características da Colecção de Escultura, como se depreende do episódio ocorrido com o padre de Lagares da Beira: «*De manhã, veio o Padre de Lagares da Beira procurar a Santa Catarina, que elle diz, e deve ser verdade, que desappareceu da egreja; pareceo encontra-la em uma de pedra que eu comprara ao Jacinto por 2.500$00. Enganou-se porque a outra era de madeira; deu-me o que lhe pedi, 2.500$00 e levou-a com grandes protestos e a promessa de um queijo da Serra, que aceitei; quer me parecer que elle era sincero, e estava deveras atrapalhado.*[999]» Nenhuma das práticas era, aliás, desconhecida dos membros da hierarquia católica, desde os finais da Monarquia, segundo A. Augusto Gonçalves nos informa quanto à necessidade de revitalização do recheio das igrejas sentida e tentada pelo venerando bispo Bastos Pina que «*levado pela sua iniciativa reformadora, tentou um dia iniciar esta empresa de alto valor: - trocar essas imagens arcaicas por outras, que despertassem ressonâncias afáveis de íntimo agrado na alma dos fiéis. Mas encontrou as hesitações de moleza e desleixo por parte de alguns párocos, incapazes de perceber o alcance deste acto de carinho disciplinar, para decoro do templo e efeito de mais confiante ardência, a elevar a prece do fundo das almas dos orantes. Verifica-se este facto estupendo: - as imagens*

---

não andar envolvido em jornáes, porque com isso nada lucro, V. Exa. faria o favor mandar-ma em grande velocidade, porte a pagar cá com a brevidade que a V. Exa. fôr possivel.»

[996] Doc. II. 3. Ano 1938. Carta de Saraiva Nunes para Júlio de Vilhena, Coimbra, 9 de Junho, em que refere a necessidade de devolução de uma das imagens da Pucariça: «*Tenho já preparada a Placa do E. Espirito [sic] Santo, para mandar para a Junta de Paroquia da Pucariça, e neste dia enviei para V. Exa. as duas imagens que aqui estavam de que junto guia de caminho de ferro, imagens estas que aqui estavam aguardando ordens do Ministerio da Justiça.*».

[997] Doc. II. 3. Ano 1934. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 9 de Agosto.

[998] Doc. II. 4: «*Gerez - A antiga capella foi substituida por uma outra mais ampla mas à qual tiveram o bom senso de conservar a formusura da antiga e as pedras e imagens. Coberta de telha mourisca, como a antiga. O azulejo moderno do lambri interior, é imitação do seculo XVII, e que era escovado. Em Agosto de 1936 comprei à Junta a imagem de Santa Eufêmia.*»

[999] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 15 Março 1955 a 13 Dezembro 1955: «*9 de Maio de 1955 (2ª feira)*». Corrige mais à frente: «*10 de Maio de 1955 (3ª feira - (...) No fim de contas foi na manhã de hoje, e não hontem, que o padre de Lagares da Beira veio procurar, e bem, a imagem de Sta. Catarina, que lhe havia desaparecido da Igreja.*». (Idem. Ibidem).

de pedra, de mais irreverente e repulsiva fealdade exterior, eram aquelas sobre as quais a insensibilidade popular, por aberração de inconsciência, fazia incidir a preferência das suas predilecções devotas! Tal é neste ponto o atraso das populações rústicas, respeitado e mantido pela tolerância e conivência de pastores de almas!... Diante da inércia entorpecida destes sacerdotes a desistência impunha-se, porque só pela coadjuvação desvelada de cooperadores esclarecidos o empreendimento poderia ser viável. E não foi por diante esta piedosa obra de purificação moral e mística, que na santidade dos templos, juntamente com a bênção de Deus, lançaria nas almas simples uma centelha afável e consoladora das divinas emoções da arte!» (Gonçalves 1923: 110-11).

SANTA EUFÊMIA

INAUGURAÇÃO DA NOVA CAPELA, NA ESTANCIA DO BEREZ
EM 19 DE AGOSTO DE 1934

Oração

Senhor, Vós que, entre os demais prodígios da Vossa Omnipotência, ainda ao sexo frágil conferistes a vitória do martírio, concedei-nos que, recordando devotamente a memória da Virgem e Mártir Santa Eufêmia, imitemos também intrèpidamente a sua constância na fé. Por Jesus Cristo, Nosso Senhor. Amen.

Concedemos 100 dias de indulgências a quem devotamente rezar a presente oração a Santa Eufêmia, que se venera no Berez.

Braga, 11 de Agosto de 1934.

† Antônio, Arcebispo Primaz.

Figura 133 - Santa Eufêmia, pagela. In Doc. II. 4. Imagem não integrada na Doação Vilhena ao Estado, localização desconhecida. Em Agosto de 1933, Ernesto de Vilhena anota-a: «*A imagem em madeira, de S. Eufemia, é interessante sec. XVIII.*» (Doc. II. 4. Gerez - Capella).

Por mais romanescas que todas estas questões possam soar hoje, as histórias descritas por Saraiva Nunes são as da crua realidade patrimonial portuguesa balizada entre o fim da I República e do período de afirmação do Estado Novo (Custódio 2011). Mostram-nos a dimensão da distância cavada entre uma legislação salvaguardora, promotora do progresso através da conservação edificante da arte e da história, actuante

com modelos de instituições de funcionamento centralizado, e a verdade da vida nacional face aos seus monumentos e objectos artísticos. Os pesados efeitos da nacionalização dos bens da Igreja, após a Lei da Separação e a sua consequente entrada no domínio público, continuavam a fazer-se sentir. A gestão patrimonial pulverizava-se no território, entre a administração das Juntas de Paróquia, o usufruto litúrgico dos bens a que a Igreja Católica permaneceu autorizada e a depauperação efectiva do património eclesiástico, a piedade devocional enraizada na generalidade das populações e o estranho caso da transferência "psicológica" da propriedade simbólica dos fiéis cristãos para o domínio do povo, revoltado quando os sinos tocavam a rebate em alerta pelos "seus" santos. Foi neste mundo que os intermediários de Ernesto de Vilhena actuaram. O Comandante coordenou à distância, porque conhecia bem o País e intervinha como gestor sapiente e com grandes recursos nas diferentes áreas de mercado onde era evidente o déficit de fiscalização e o alheamento das instituições (Custódio 2011: II, 259), sem que possam ser-lhe imputados reais actos ilegítimos.

É não só notável a informação provida por Nunes sobre esta realidade, como a adaptação que o agente revela ter perante as mudanças experimentadas no terreno, provocadas pelas transformações da "política cultural" introduzidas pela legislação de 1932, vincadas após 1936, as de 1939, preparatórias das Comemorações Centenárias - quando se efectiva o Inventário Artístico -, e das alterações no período imediato à assinatura da Concordata.

Saraiva Nunes apresenta a Ernesto de Vilhena as suas várias tácticas de abordagem[1000] e envia a correspondência trocada com os párocos para ser verificada em Lisboa. Trabalha com esperteza sobre a base do empobrecimento das paróquias, da necessidade de dinheiro para conservar e renovar igrejas, da possibilidade de troca de objectos, dos interesses casuísticos (e até pessoais) dos Bispos (notória na relação que

[1000] Doc. II. 3. Ano 1939. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 2 de Maio: «(...) *Fui à Moita da Anadia e a outras terras da região de Aveiro, expúz o caso para esconderem, explicando o iminente arrolamento artistico, uns acreditavam, mas a maior parte, não. Aqui em Coimbra teem estado em Retiro Espiritual varios padres desta Diocese, com quem depois me avistei, diziam que isso era uma habilidade minha, para os obrigar a vender ou a arrecadár. Tenho escrito desenas [sic] de cartas e postais, áqueles com quem tenho mais confiança, mas mudei de táctica, não falando no arrolamento artistico, por isso ser prejudicial e eles não acreditam, a minha táctica tem consistido em oferecer quantias á doida, quasi ou mesmo o que V. Exa. marcou em suas diversas viagens. Um deles teve mesmo a gentileza de no dia 26 passado, vir aqui a casa, foi o Padre do Rabaçal, deste não lhe escrevi para me vender – pois nada tem, mas sim como amigo para influir junto dos colegas daquela região, visto ele ser arcipreste, nenhumas esperanças me deixou.*».

revela manter com o prelado de Viseu[1001]) das informações que sigilosamente obtém sobre o avanço do Inventário Artístico[1002], chegando a manobrar as personalidades responsáveis perante o Estado pela protecção do património e da arte, como aconteceu com Vergílio Correia[1003], ou quando ardilosamente procurava desviar das suas actividades a atenção de Francisco Almeida Moreira[1004].

A pretexto do Inventário Artístico, Saraiva Nunes "ameaça" os interlocutores no terreno com o arrolamento: convinha vender, antes que tudo aquilo que restava nas igrejas voltasse a "perder-se" para o Estado. O considerando teve acolhimento em algumas circunstâncias e em determinados locais. Mesmo enquanto espectro, e sem validade legal para arrolar, o Inventário Artístico funcionou efectivamente como instrumento eficaz da salvaguarda patrimonial. Acima de Nunes, esclarecido, Ernesto Vilhena contraria-o, tendo mesmo de explicar ao padre de Ançã, na visita de 7 de Janeiro de 1947, «*a differença entre arrolamento e inventario*» (Doc. II.6).

Ainda na conjuntura da Concordata com a Santa Sé, novo argumento ocorre ao comerciante para apresentar às paróquias: a convenção viria supostamente a liberalizar a

[1001] Doc. II.3. Ano 1939. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Viseu, 20 de Agosto: «*Na sexta-feira passada, apezar de não ser dia em que recebe, sua Em^a^ o Sr. D. José Bispo desta Diocese, recebeu-me extraordinariamente e com ele e com o irmão Pe. Antonio, conversei demoradamente visto que já á muitos anos não nos viamos. Sua Em^a^ desde que seja bem pago ou razoavelmente, concede-me todas as auctorisações que os parocos lhe façam a meu favor. Creio que isto é extraordinário na epoca que passa!*».

[1002] Doc. II. 3. Ano 1939. Relatório de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 31 de Agosto: «*Mesmo em Coimbra e sua região, é tolice alguém já trabalhar, já dadas as dificuldades existentes, já porque o Bispo-Conde tudo preveniu e o Padre Nogueira actual Conservador do Museu M. de Castro, já pelo Inventario Artistico que vae em grande aumento, pela actividade de Vergilio Correia em tudo chancelar depressa e pela aproximação do Inverno em que nada pode faser [sic].*».

[1003] Doc. II. 3. Ano 1939. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbram 17 de Junho: «*(...) Inventario Artistico, estive há dias no <café> Santa Cruz, com o Dr. Vergilio Correia, que me pregou uma massada de bem duas horas, falou-me nas suas investigações, que eu já conhecia, por intermedio do fotografo, disse-me que agora nada se tem feito, devido aos exames da Universidade, que ainda lhe falta no concelho de Arganil, a Teixeira (cimo da serra), que ele nem daqui por um ano tem o districto de Coimbra, que, depois passa ao de Aveiro, que o seu colega Keil, no Alentejo nada de importante tem feito e que em imagens de pedra, apenas uma ou duas em cada grande concelho. Animou-me cinicamente a eu continuar com as minhas compras, visto que ele váe devagar por cada concelho, mas ao mesmo tempo disendo que neste districto pouco posso fazer, visto que os padres mais ou menos estam precavidos. Que em breve e logo que largue Arganil, segue para o concelho de Cantanhede. Terminou disendo, o Saraiva é que estava como peixe em agua, para tratar de auxiliar, mas……não pode ser! Por fim perguntou pelo sr. Comandante, se tem feito muitas aquisições, disse-lhe, nada e não menti.*».

[1004] Doc. II.3. Ano 1939. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 22 de Dezembro: «*Deve V. Exa. saber pelos jornais da morte do Capitão Almeida Moreira, Deus o tenha em bom descanço [sic] mas para estes negocios foi um alivio. Cheguei a encontrár varios padres naquele districto que tendo vendido, tinham mais medo dele do que do Bispo. E outros que vendiam mas tinham da mesma forma medo dele. Desanuviou-se bastante o negocio para aqueles lados, ficando apenas como competidor o irmão do Bispo. Há 10 anos, no tempo dos veludos fez-me ele passar máus bocados, quando eu comprei um palio em Ribeiradio, tendo feito a queixa e mandado noticias para os jornais que ainda hoje conservo. Enfim Deus o tenha em bom descanso e muito tempo sem nós*.»

venda de bens pelos párocos, nada havia a temer com as transacções que pudessem vir a ser então efectuadas[1005]. Depreende-se que Vilhena lhe terá explicado o que estava em jogo[1006] e, na carta seguinte, Saraiva afiança que «*Vi tudo quanto V. Exa. diz, na parte referente à Concordata, farei o que V. Exa. diz*»[1007]. Passados meses, em Outubro de 1940, insistirá no assunto. A apoiá-lo, transmite a pretensa posição de Vergílio Correia, mas o que acaba por ficar expresso é *o modus operandi* de que se vale: «*Na semana passada (princípios) disse-me* [Abreu, o fotógrafo] *que em conversa com o V. Correia este lhe disse claramente, que em face das novas leis, os padres agora podiam vender se quizessem. Seria interessante V. Exa. depois de ter as fotos de todo o Districto de Coimbra, me enviasse uma nota, por igreijas, freguesias e concelhos daquelas que fossem boas. E depois de futuro fazer-se uma escolha detalhada junto dos padres, alegando a "Concordata" pois creio que alguma coisa se conseguirá. Claro que o Districto de Coimbra, nem em Agosto de 1941, está terminado*.»[1008].

Apesar de tudo, o ano de 1940 não correu bem a Saraiva Nunes, que se queixa: «*Isto de santos está mesmo muito máu. A não ser que haja pessoas que lhe cáiam do céo, eu não vejo grandes probabilidades de serem fornecidas Boas peças a V. Exa. Eu que viajo imenso, que tenho numerosos agentes, e que escrevo imenso, <u>este ano de 1940</u>, é com este S. Miguel, apenas <u>Sete pedra</u>* [sic] *imagens que lhe adquiro. É pasmoso!*»[1009]. Durante a Segunda Guerra Mundial, uma nova modalidade de enriquecimento "desviou" muitos indivíduos para o negócio do volfrâmio o que, de

[1005] Doc. II. 3. Ano 1940. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 2 de Junho: «(...) *Todos os padres desta região me teem dito que agora ja podem vender, pois que a Concordata, os auctorisa!? Eles estam nessa doce impressão e eu digo-lhes que sim.*».

[1006] Tratava-se, nomeadamente, da aplicação dos artigos 4º e 6º da convenção celebrada a 7 de Maio de 1940 entre a Santa Sé e a República Portuguesa: «*Artigo 4.° - As associações ou organizações a que se refere o artigo anterior [associações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica], podem adquirir bens e dispor deles nos mesmos termos por que o podem fazer, segundo a legislação vigente, as outras pessoas morais perpétuas, e administram-se livremente sob a vigilância e fiscalização da competente Autoridade eclesiástica. (...). Artigo 6.° É reconhecida à Igreja Católica em Portugal a propriedade dos bens que anteriormente lhe pertenciam e estão ainda na posse do Estado, como templos, paços episcopais e residências paroquiais com seus passais, seminários com suas cercas, casas de institutos religiosos, paramentos, alfaias e outros objectos afectos ao culto e religião católica, salvo os que se encontrem actualmente aplicados a serviços públicos ou classificados como «monumentos nacionais» ou como «imóveis de interesse público». (...) Os objectos destinados ao culto que se encontrem em algum museu do Estado ou das autarquias locais ou institucionais serão sempre cedidos para as cerimónias religiosas no templo a que pertenciam, quando este se ache na mesma localidade onde os ditos objectos são guardados. A cedência far-se-á a requisição da competente Autoridade eclesiástica, que velará pela guarda dos objectos cedidos, sob a responsabilidade de fiel depositário*.»

[1007] Doc. II. 3. Ano 1940. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 8 de Junho.

[1008] Doc. II. 3. Ano 1940. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 24 de Outubro.

[1009] Doc. II. 3. Ano 1940. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 25 de Agosto.

acordo com Nunes terá interferido com a arregimentação local e com os resultados positivos que antes provara ter, como descreveu ao Comandante no pormenorizado retrato de época: «*Vou-lhe dár uma ideia do que passiei no ano de 1941, e em que procurando antiguidades diversas, em 1º procurava sempre imagens. Não calcula o que eu escrevi mas dá a impressão que as imagens de pedra se sumiram pelo chão abaixo. Escrevi para terras da Beira, mas aqui por estes tempos, nem pensár em comprár imagens. A terra portuguesa está cheia de dinheiro e quanto mais fraca for a aldeia, mais dinheiro tem. Veem-se labregos de gabardines caras, com relógios caros, comendo em bons hotéis, bebendo só vinho fino e cerveja, e ostentando nas festas e feiras metidas entre as fitas do chapeu, notas de 500 e Mil esc. Veem-se padres como o padre José de Trancoso a receberem aos 680 contos, e veem-se guardadores de gado como um de Viseu, que só de uma assentada recebeu 35 mil contos. Ve-se ainda um cavalheiro de Castro Daire que á* [sic] *20 anos quando se casou ter ficado a dever a cama do casamento no valor de 3$50, e hoje ter uma fortuna de mais de cem mil contos. E tudo isto pela abundancia fantastica que Portugal tem de Wolframio, tanto de aluvião, como em minas, que as melhores passáram e estam a passar para as mãos dos ingleses e alemães. É destes e doutros países que vem esta riquesa – fantastica, que a maioria estraga e desperdiça. Estudantes há, que este ano não vieram a estudar e dois conheço eu, que mandaram diser que viriam em breve a Coimbra para queimar os livros que por cá deixaram. É uma luta tremenda, entre o homem e a terra, e que neste ano de miseria, se vão ver os resultados, visto que a maioria da terra não é cultivada. Quem visitar a Penitenciária de Coimbra e as cadeias do paiz, encontra creaturas de todas as posições sociais, roubo e pancada, tudo pela ambição do Minerio. Feliz ou infelismente, este ano não á* [sic] *crise de trabalho. Motivado pelas condições expostas, a minha actividade em estatuaria, redundou no ano findo, em zero.*»[1010].

O que podemos concluir é que durante o período em que a relação comercial de Saraiva Nunes com a Colecção Vilhena esteve activa, face às convulsões políticas, o intermediário, sozinho ou delegando numa rede subsidiária, trabalhou energicamente no terreno, de tal modo que acabaria por ser possível apresentar a Ernesto de Vilhena a forma mais eficaz para adquirir objectos. Consciente das suas habilidades, mencionou por vezes "campanhas" em que participara anteriormente - a "dos veludos" na região de

[1010] Doc. II. 3. Ano 1942. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 28 de Janeiro.

Viseu, a que Almeida Moreira se mostrara atento[1011], ou a dos «*retalhos e paramentos antigos*»[1012] -, afiançou que «*não há nada como a região de Coimbra para escultura*»[1013], mas a concorrência era feroz[1014], era necessário alargar as áreas de pesquisa como aconteceu com o Bispado de Viseu onde percebeu não estar «*nada batido, por pessoas que como eu se dedicam ao comercio de antiguidades*»[1015]. Quando Ernesto Vilhena não comprava ou quando lhe devolvia o que não teria interesse para a Colecção, Saraiva sobreviveu através das vendas aos museus e a outros coleccionadores, entre os quais nomeia com frequência o médico conimbricense Bissaya Barreto (1886-1974), «*um brasileiro*» Brandão[1016], ou Campos Henriques, residentes em Lisboa.

Os negócios com Vilhena pouco resistem após a estada prolongada do Comandante em Angola, e durante esse período os objectos que ele teria antes declinado, foram alvo do apetite voraz de outros comerciantes[1017]. As relações esfriam entre ambos, correm intrigas de outros intermediários que as irão minar definitivamente. Na derradeira carta, datada de 23 de Junho de 1943, Saraiva Nunes limita-se a informar

[1011] Saraiva Nunes refere-se com frequência a esta campanha de compras têxteis, como pode ler-se em notas anteriores, ou na carta para Ernesto de Vilhena datada de 7 de Outubro de 1940 (cf. Doc. II. 3).

[1012] Doc. II. 3. Ano 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 19 de Maio: «*Retalhos e paramentos antigos – Tomo nota, e verei o que se pode arranjar. Á [sic] 4 e 5 anos fiz grandes compras para o estrangeiro.*». Em 4 de Abril de 1940, de Coimbra, menciona a Ernesto de Vilhena o «*tempo da compra dos palios*» (Cf. Doc. II. 3. Ano 1940, Coimbra).

[1013] Doc. II. 3. Ano 1934. Cartão postal de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Viana do Castelo, 24 de Agosto.

[1014] Doc. II. 3. Ano 1936. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 21 de Maio: «*Devo fazer uma pausa nesta minha exposição para declarar que esta região do districto de Coimbra, está imensamente movimentada por antiquarios e outros que para isso andam a praticar. Há tempos estava em Maiorca e passado um pouco chegava um carro com dois sujeitos de Montemór, o farmaceutico Abel e o veterenario Antonio Curto, que andavam tambem á procura de antiguidades. Em Tentugal andava estes dias o Damas de Lisboa e mais outro sujeito. Teem comprado toda a quantidade de sucata. Ainda á pouco me contaram que de Montemór já levaram para Lisboa, Damas e companhia, aquele mono que V. Exa. viu em Montemór e não quiz e deu até ao farrapeiro de Alfarelos 50$00 aqui agora á porta do Astoria, para o indemnisar. Na mesma terra e casa onde eu comprei a Senhora do Leite em Casaes de Anta a que atráz me refiro, existia tambem um Espirito Santo que eu não quis, por o encontrar muito abrutado e sem arte, tinha o Cristo, pregado na cruz já sem cabeça, a pomba tinha já desaparecido e as barbas do E. Santo estavam fortemente esmurradas; pois tambem o lá foram buscar, creio que o Nascimento e o levou para Lisboa. O Viana escreveu-me em 10 do corrente, tratando-me por seu (querido amigo), e a procurar se eu teria por cá louças antigas. Era um pé para cá vir. Dizem-me que tem aqui vindo, mas eu não lhe apareci nem apareço.*».

[1015] Doc. II. 3. Ano 1939. Relatório de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 21 de Agosto.

[1016] Doc. II. 3. Ano 1932. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 27 de Setembro.

[1017] Doc. II. 3. Ano 1942. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 28 de Janeiro: «*Assistiu-se a uma coisa curiosa, toda a mônaria de imagens que V. Exa. não cria* [sic]*, negociantes de Lisboa, mas especialmente do Porto e Braga, andaram pelo districto de Aveiro e Vale do Vouga e tudo leváram. Museus, exemplo o de Braga e coleccionadores varios estam cheios desta sucáta. Para ali se teem deslocado negociantes que antes não vinham, como Nascimento dos leilões de Lisboa – Costa Guerra – Pedro da Silva – Nunes de Braga e tantos outros.*».

que nada tem a ver com os negócios realizados por Adelino Carvalho (Oliveira de Azeméis) com Pedro Nolasco.

António Pedro Nolasco (m. 1961), comerciante de antiguidades com loja aberta junto à Sé de Lisboa, também ele coleccionador[1018], acabou por substituir Nunes, granjeando graças ao trabalho para Ernesto de Vilhena grande parte do seu sucesso comercial[1019]. Nos apontamentos diários, Ernesto de Vilhena regista em Julho de 1946: «*Vou ao Nolasco, que continua descobrindo coisas interessantes, ao passo que os outros nada teem.*»[1020].

Figura 134 - António Pedro Nolasco. In Soares e Mendonça, Lda. 1967.

O sistema de agenciamento dos intermediários não esgotou os modos com que a compra das antiguidades e das esculturas em particular foi feita para a Colecção Vilhena. O Comandante Vilhena foi um *habituée* dos leilões, de que a memória de

[1018] Sequeira 1961.
[1019] Soares & Mendonça, Lda. 1967: [s.p.] «*A numerosa colecção de esculturas antigas, fechada no palacete do falecido Comandante Ernesto de Vilhena, conta muitas obras - e por certo das melhores - adquiridas a Nolasco. Umas, descobria-as ele, perdidas em arrecadações de sacristias, outras levavam-lhas os "batedores" que encontravam em Nolasco um comprador que pagava bem, conscienciosamente, tudo em que ele vislumbrasse um interesse, geralmente bem fundado.*».
[1020] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda*. De 1 de Janeiro de 1946 a 4 de Maio de 1947, ms.: «*11 de Julho de 1946 (5ª feira)*».

algumas testemunhas ainda guarda a presença durante a velhice[1021], assim como frequentador de livrarias e de antiquários, rotinas lisboetas que menciona nos Diários[1022] e destinos obrigatórios sempre que viaja por Portugal (Doc. II.4, II. 5. II. 6) e pela Europa.

Figura 135 - São Roque, MNAA Inv. 2458 Esc
© MNAA, Secção de Escultura

Figura 136 - São Sebastião, MNAA
Inv. 1108 Esc IFN 19577 © DGPC - DDF

O que é importante sublinhar é que as direcções do gosto foram as mesmas nos diferentes meios do mercado, nomeadamente quando compra escultura nos leilões de Lisboa, de que salientamos dois exemplos documentados. A 25 de Novembro de 1948, a Leiria & Nascimento leva à praça seis esculturas, entre as quais um Anjo em barro (ou faiança?) policromado, de oficina italiana, atribuído ao atelier de Benedetto da Maiano, reproduzido em catálogo (Leiria & Nascimento 1948: 9, lote 15) e um amaneirado São Roque (Figura 135) de escultura nórdica em madeira policromada, pelo qual opta (idem:

[1021] Entrevista a João Teixeira, Lisboa, 4 de Julho 2011; entrevista a Lourenço Campos (Antiquália), Lisboa, 23 de Março 2011.

[1022] Para além das *Notas de Arte e Archeologia*, quando descreve no Caderno de viagem para Angola, com passagem pelo Porto, antes de seguir para Leixões, em 20 de Novembro de 1943: «*Installado em um bom quarto, com varios estrados, bons para dar topadas com os pés. De manhã, vamos ao Dr. Barjona, onde compro varias coisas interessantes, entre as quaes dez metros de renda de Bruxellas, e um armario baixo, sec. XVII, com pintura portugueza; fui, também, às Bandeiras e D. Sára.*». Cf. Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Cadernos de viagens*. *Caderno de viagem Nº 18,* ms., 14 Junho 1942 - 11 Julho 1942; 18 Novembro 1943 -27 Fevereiro 1944.

11, lote 18)[1023]. Dez anos depois, também na Leiria & Nascimento, compra a imagem portuguesa de um São Sebastião (Leiria & Nascimento 1958: lote 1), monogramado m.p., que vem completar não só a série de esculturas deste tema, mas também a série de peças monogramadas dos séculos XV e XVI que possuiu na Colecção, quase todas integradas actualmente no acervo do MNAA (Figura 136). O São Sebastião foi adquirido na almoeda onde se dispersaram objectos de um «*amador»* de arte não nomeado, que por sua vez teria adquirido muitos deles na Colecção do heraldista e genealogista Afonso Dornelas (1880-1944), perpetuando-se a transferência de peças inter-coleccionadores, marca de distinção do coleccionismo burguês do século XX (Carvalho 2002; Bastos e Franco 2011).

A aquisição nos mercados estrangeiros, fosse durante as suas viagens, fosse pela compra de peças importadas para Portugal através de *marchands* como Georges Robert Duff[1024] com quem o Coleccionador manteve relações de proximidade desde a década de 1940, ou outros que nos são desconhecidos e que o procuram pela fama da Colecção[1025], foi uma constante e verifica-se para todas os núcleos constituintes, seguindo sempre o princípio de que as obras teriam por algum motivo significado para a arte em Portugal, com um sentido de gosto eminentemente histórico. Assim, não é de estranhar que encontremos entre a escultura números expressivos de peças em madeira de produção norte europeia, com correspondência no gosto português do fim do século

[1023] Não integrou a Doação da Colecção Vilhena ao Estado Português em 1969, mas conserva-se no Museu Nacional de Arte Antiga, Inv. 2458 Esc, tendo sido adquirido no Leilão Leiria e Nascimento 1995, lote 163.

[1024] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms. 18 Fevereiro 1949 - 6 Julho 1949: «*8 de Abril de 1949 (6ª feira) - Logo da parte da manhã, apareceo-me no escriptorio o Duff.»* Idem. *Diário*, ms., de 28 Setembro 1951 a 18 Fevereiro 1952: «*13 de Janeiro de 1952 (Domingo) (...) O Duff traz-me, adquirida na Dinamarca, a edição allemã da "Verdadeira informação" do Pe. Francisco Alvarez por 1.380$00!!*». Idem. *Diário*, ms., de 15 Março 1955 a 13 Dezembro 1955: «*15 de Março de 1955 (3ª feira) - Entrei, de manhã, em casa do Duff, para vêr o que elle teria trazido de Londres. Aproveitei para vêr as salvas de prata, de que elle me fallou varias vezes. São interessantes, e pedi-lhe para m'as mandar a casa, para a Sª D. Amelia as vêr, tambem (e eu as levar ao Reynaldo). Á noute, vamos a casa d'este, e mostramos-lhas. Nem todas teem o mesmo valor. Fico com uma pequena, seculo XV, e com mais oito bandejas, do seculo XVII, mais ou menos. Fica uma collecção muito interessante.*». Idem. *Diário*, ms., de 15 Março 1955 a 13 Dezembro 1955: «*28 de Setembro de 1955 (4ª feira) -(...) De tarde, fui a S. Pedro do Estoril vêr a casa que o Duff está construindo, e varios objectos por elle trazidos de Londres.» 30 de Setembro de 1955 (6ª feira) - Vou a casa do Duff vêr coisas que elle lá tem, entre as quaes varios incunabulos e outros livros interessantes. O Duff está agora um tanto cuidado com as mesas que vae vender ao Fausto, o seu "tapete persa", do seculo XVII, que elle pretende seja do XVI, e algumas outras coisas sem grande interesse para mim.*»

[1025] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda*. De 1 de Janeiro de 1946 a 4 de Maio de 1947, ms.: «*1 de Abril de 1946 (2ª feira) - (...) Levantei-me de dia e estive no escriptorio a receber um finlandez, que queria vender-me uma imagem em madeira do sec. XVII ou XVIII, sem valor. Vio a collecção de imagens e gostou; mas vê-se que não percebe nada do assumpto.*».

XV e XVI, bem como as peças de produção inglesa de que Portugal foi um importante centro importador durante todo o século XV (Andrade 1981; Carvalho 2003), que Vilhena retoma através da colecção de alabastros[1026], que pelo menos desde 1936 o seduziam[1027].

Figura 137 - Santo Bispo, Santa Margarida, Santo, Ecce Homo, Escultura inglesa, Século XV, alabastro, Leilão Leiria & Nascimento, 1969. Fotografia de Mário Novais © FCG-BA Espólio Mário Novais, Cx. 2730, CFT003 070519.ia, CFT003 070540.ia, CFT003 070553.ia e CFT003 070544.ia

Figura 138 - Natividade, Coroação da Virgem, Santíssima Trindade, Escultura inglesa, Século XV, alabastro, Leilão Leiria & Nascimento, 1969. Fotografia de Mário Novais © FCG-BA Espólio Mário Novais, Cx. 2730, CFT003 070551.ia, CFT003 070549.ia e CFT003070547.ia

[1026] Nenhum exemplar de alabastro medieval inglês integrou a Doação ao Estado Português da Colecção de Escultura Ernesto de Vilhena.
[1027] Doc. II.4. visita a Barrozelas em Agosto de 1936.

Figura 139 - Guerreiro (São Jorge ?), vendido no Leilão Leiria e Nascimento de 4 de Dezembro 1992, lote 119.
Localização: Lisboa, Antiguidades António Costa
© Antiguidades António Costa

Figura 140 - Santa Ana e a Virgem, vendida no Leilão Leiria e Nascimento de 4 de Dezembro 1992, lote 159.
Localização desconhecida
© Leiria e Nascimento 1992

Figura 141 - Piedade e Santos, vendido no Leilão Leiria e Nascimento de 4 de Dezembro 1992, lote 169.
Localização desconhecida
© Leiria e Nascimento 1992

Figura 142 - Virgem da Piedade, vendida no Leilão Leiria e Nascimento de 4 de De4 de Dezembro 1992, lote 168.
Localização desconhecida
© Leiria e Nascimento 1992

A indisponibilidade de documentação detalhada permite apenas identificar como destino habitual de Ernesto de Vilhena nas viagens para Londres, a Spanish Art Gallery[1028], casa antiquária com boas relações estabelecidas com outros clientes

[1028] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda Gabinete 1945*, ms.: «*27 de Novembro de 1945 (3ª feira)* -[Em Londres] *(...) Estive na Spanish Art Gallery onde vi algumas esculpturas*

portugueses - foi ali que Reynaldo dos Santos intermediou a compra da tábua da *Lamentação* do retábulo da Madre de Deus pintado por Quentin Metsys, em 1938[1029] -, e a Wolray «*da Bankfloam Gate*»[1030] cujas visitas de 1945 o Comandante descreve ao pormenor, noticiando quer as peças que o tentaram, quer aquelas que acabou por comprar[1031].

A importação de objectos artísticos em datas anteriores às mencionadas deslocações a Londres, para os quais teve necessidade de autorização alfandegária e dos serviços artísticos, sugerem que, pelo menos desde a década de 1930, enriqueceu os diferentes núcleos da colecção com peças adquiridas no estrangeiro, como aconteceu com um oratório «*antigo*», vindo da capital inglesa em Abril de 1934, avaliado por José de Figueiredo[1032], ou uma imagem dita da Virgem com o Menino, entrada em Portugal no ano de 1937.

---

interessantes, tres capas de asperges idem, e um Vargerio, que é uma bella peça. E longe; o dono ou gerente, que vivia alli é um senhor Harris; um prato hispano-arabe no centro bolla. Mas para peças: um S.Tiago em madeira, hespanhol sec. XV, £ 400; uma Virgem com o Menino, a branco, fazem caza £380; uma capa de asperges, de velludo vermelho, com uma espécie de flor de liz ligada a uma da corda em verde £170.»

[1029] "Dr. Salazar - Collector". *The Daily Telegraph*. 23 Jul 1938; "Dr. Salazar's Art Adviser". *Dayly Telegraph Morning Post*. 1 August 1938.

[1030] Idem, Ibidem: «*28 de Novembro de 1945 (4ª feira) - 28 - Fomos, de tarde, ao Wolray da Bankfloam Gate. Pouca coisa de notavel em esculptura, ou mesmo nada, o que elles proprios reconhecem. Em cofres pequenos, tem, apenas, allemão, com um inscripção qualquer. Tiveram dois anjos musicos que venderam. Os preços reconhecem elles que augmentaram, de 1 para 4. Uma mesa inglesa, d'estas que teem, nas pernas bolbos, £ 1500! Eu só a quereria para vender! Mas, no fim, deixei-me tentar com um armario allemão do seculo XVI, peça verdadeiramente de collecção, mas que tive de pagar por bom preço, e não sei onde a Amelia o vae metter*.».

[1031] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda*. De 1 de Janeiro de 1946 a 4 de Maio de 1947, ms.: «*18 de Junho de 1946 (3ª feira) - (...) Chegou, hontem, o armario que eu havia comprado ao Wolsey [Londres]*.».

[1032] Doc. II. 9: AHME, DGESBA, Diversos, Série Nº 3, Caixa 3027, Proc. da 3ª Secção, Lº 15, Nº 187, Fls. 101: *«"E. de Vilhena Pede que seja examinado por um perito, um oratório antigo que foi submetido a despacho na Delegação de Alcantara. Entrado na Repartição em 2 de Maio de 1934. EXPEDIENTE. Distribuído na sessão de 4 de Maio 1934 ao Exmo. Vice-Presidente, Dr. José de Figueiredo. O secretario (a) Julio [ilegível]. Examinei o movel, em 3 de Julho de 1934 e apuz no respectivo despacho (nº de ordem 1654) o seguinte parecer: "O movel a que se refere este despacho, pela sua antiguidade e relativo valor artistico, está ao abrigo da lei, que permite a entrada com isenção de direitos. Lisboa, 3 de Julho de 1934. (a) José de Figueiredo. INFORMAÇÕES. Para ser presente ao CSBA. Em 4/5/934. O chefe de* ...[ilegível, tal como a assinatura]». O Processo inclui requerimento com carimbo de entrada no «*Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 3ª Secção, Entrada em 2 de Maio de 1934. Lº 15 Proc. 187: Exmº. Sr. Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. E. de Vilhena desejando importar livre de direitos ao abrigo do §10 do Artigo 85 dos p.p., um oratorio antigo, vindo de Londres pelo vapor "Highland Princess" o qual foi submetido a despacho pelo bilhete nº de ordem 1654 da Delegação d'Alcantara; Vem por este meio requisitar a peritagem d'arte afim de se poder informar a Alfandega se o aludido objecto tem, ou não, valor artistico. Lhe defira como requer. Lisboa, 30 de Abril de 1934. Pelo Requerente. (a) F. Van Zeller de Roure. Despachante Official. Cédula 277 2ª Série*.».

Figura 143 - Casa Vilhena, década de 1950: Anjos Músicos e Virgem com o Menino adquiridos no mercado internacional. In Santos e Quilhó 1959, II: foto 130

Para a década de 1950, por via da obrigatoriedade legal do pedido de isenção de direitos de importação de objectos de arte, que daria azo a arrolamento consequente, como veremos mais à frente, é possível dispor de dados mais circunstanciados. Neste período, quase todos os anos chegam peças a Lisboa, entre as quais se contam outra imagem da Virgem com o Menino em madeira, em 1950, duas imagens de santos músicos em madeira, em 1951 (Figura 143), uma Virgem de madeira classificada de «*franco-flamenga*», em 1952 (Figura 143); uma imagem de Santa Ana com a Virgem sob baldaquino, em 1954 (Figura 140); e cinco objectos artísticos em 1958, que incluíam um Busto de Nossa Senhora em madeira estofada, um São Lucas, em

mármore, uma Piedade de alabastro (Figura 142), um Calvário de alabastro e a imagem de um guerreiro prateado (São Jorge?) (Figura 139), nenhum deles incluído posteriormente na Doação de Escultura ao Estado Português.

Os coleccionadores Vilhena praticaram assim, nos moldes descritos, diferentes métodos de aquisição de obras de arte, não só aqueles de que tradicionalmente todos os seus pares se valeram para a constituição das suas colecções, desde a compra através dos antiquários, adelos, bricabraquistas ou leilões, inseridos num sistema de mercado e sujeitos às regras comerciais, mas também recorreram a outros modos que caracterizam a Colecção Vilhena na especialidade e foram gerados por uma multiplicidade de factores. O estatuto social e económico dos proprietários permitiu manter o sistema de coleccionação alargado aos centros europeus e aos mercados de referência das antiguidades artísticas europeias, beneficiando a empresa de um cosmopolitismo pouco comum na sociedade portuguesa, sobretudo durante o Estado Novo. Possibilitou o conhecimento de outras colecções que se constituíam no estrangeiro, nomeadamente através dos contactos profissionais que Ernesto de Vilhena mantinha com praticantes coleccionadores sobejamente conhecidos como os Gughenheim, os Oppenheimer (cf. Parte I.3) ou até Hans Heinrich Thyssen, com quem contacta em Lisboa[1033]. Horizontes de possibilidades tão alargados não motivaram Vilhena para optar pelas artes europeias, gosto consensual e alinhadamente seguro. A conexão com a arte internacional passou sempre pelo crivo das relações com o portuguesismo artístico, seguindo o princípio do resgate nacionalista. Por essa razão, acabou por ser o domínio total do mercado português e o recurso a todos os meios de prospecção de material colectável no território que diferenciou a Colecção Vilhena que, por essa via, cresceu e adquiriu simultaneamente a sua dimensão aurática.

[1033] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 22 Outubro 1953 a 31 Maio 1954: «*23 de Novembro de 1953 (2ª feira) - Almoço no "Aviz", a convite da Tyssem, com este, o Van Brée e o Motorelle. Tyssem diz que comprou, ha pouco, no Porto, um Calvario colorido, e quer, por força vir ver a collecção de esculturas, aqui da casa. Falla muito, sem despejar, dos betuminosos de Angola e das suas emprezas d'aqui; vê-se que é, incontestavelmente, um homem emprehendedor, e, como elle diz, de tendencias marciaes, que tem feito isto e aquillo, em favor dos seus empregados.*».

II.4. A Escultura Entre os Núcleos da Colecção Vilhena

As fontes compulsadas transmitem a ideia da preponderância da Colecção de Escultura sobre os outros núcleos constituintes da Colecção Vilhena. No imaginário patrimonial português a Colecção Vilhena é, aliás, uma referência sinónima de uma colecção de escultura que, segundo consideramos, tem fundamento em três motivos principais. Primeiro, pela projecção histórica que alcançou a partir da *Escultura em Portugal* de Reynaldo dos Santos, publicada em 1948-1950 e elaborada em grande parte à sua medida. Em segundo lugar, pela memória que ainda perdura da doação extraordinária ao Estado português com a sua permanência material nas colecções do Museu Nacional de Arte Antiga. Por último, pelo quanto de mistérios e fantasias foram sendo explorados em todo o território nacional em torno da personagem do coleccionador Vilhena, com base numa recordação muito difusa e mitificada das estórias que acompanhámos no capítulo anterior.

Para operar a desconstrução desse paradigma, confirmando-o ou infirmando-o, a fórmula menos comprometida com a subjectividade é a sua tradução em números, passíveis de serem interpretados *a posteriori* de modo a responder a interrogações sobre padrões de gosto, a reconstruir os núcleos constituintes da Colecção e apurar se estavam, ou não, de acordo com o argumento geral já apresentado da edificação de uma colecção de arte nacional.

Face à dispersão das colecções Vilhena após a morte do Comandante, alienadas em hasta pública e em operações comerciais particulares, para além da doação da Colecção de Escultura ao Estado, reedificar a sua identidade de modo menos lacunar é possível através das operações hermenêuticas sobre dois documentos fundamentais.

O documento base é composto pelo processo de liquidação do imposto sucessório devido pela herança de Ernesto de Vilhena e inclui a "Relação de Bens", ou seja, o inventário *post mortem* entregue no Ministério das Finanças[1034] (identificado como *Inventário 1967-1969* daqui em diante), cujas datas extremas correspondem, a inicial, ao ano do óbito e à respectiva instrução (14 de Fevereiro), e a final ao ano da entrada do último despacho exarado no processo (23 de Agosto). Dada a complexidade

[1034] ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/07183 (Processo) - Ernesto Jardim de Vilhena.

da avaliação dos bens em causa, partilhados através da escritura lavrada na data de 23 de Janeiro de 1968 e celebrada entre os herdeiros Maria Amélia Queriol de Vasconcelos Porto de Vilhena, viúva, e Júlio Manuel Porto de Vilhena, filho, a Repartição Central de Finanças encontrou sérias dificuldades na indicação de pessoa ou pessoas qualificadas para essa verificação, «*dado que a natureza dos bens a avaliar se estendia por uma variedade e quantidade de objectos de vultoso* [sic] *valor artístico*» (Idem). Em partilhas, no que às obras de arte e livraria importa, coube a Maria Amélia a totalidade do recheio da casa da Rua de São Bento e os objectos em prata, estes avaliados por Jaime Eduardo de Sá Simões, enquanto Júlio herdou a «*Colecção de Estatuária Medieval»* e as Bibliotecas Antiga e Geral. A estimativa do recheio da casa, assim como da mencionada Colecção de Estatuária Medieval «*foi levada a efeito pelo antiquário João Filipe da Silva Nascimento»*, proprietário da leiloeira Leiria & Nascimento, de Lisboa (Idem), e as respectivas listagens integradas na "Relação de Bens" onde, no total, constavam de 3937 verbas de património activo e 2 de passivo.

Dizendo apenas respeito à escultura, a segunda base documental considerada é a relação intitulada "Estatuária", integrada no Processo 1-D/PA-O-7-7: *Doação ao Estado da Colecção de Estatuária Portuguesa Medieval e do Renascimento, feita pelo Dr. Júlio Manuel Porto de Vilhena em 1969* (Doc. II. 24[1035]), «*com a obrigação de o Estado ficar com o encargo do pagamento da totalidade do imposto sucessório liquidado em relação à herança deixada pelo Comandante Ernesto de Vilhena»,* no valor total de vinte e quatro milhões cento e quarenta e sete mil e trezentes escudos (24.147.300$00), conforme exarado na escritura notarial lavrada em 21 de Fevereiro de 1969 (Doc. II.23). Como efeito desta doação, os herdeiros de Ernesto de Vilhena ficaram isentos da totalidade do ónus tributário sobre a transmissão de propriedade do falecido.

Através do cruzamento dos dados constantes nos dois documentos mencionados, é exequível aferir a real dimensão quantitativa e as tipologias de obras de arte e de livros que constituíram de facto o património de Ernesto de Vilhena, que vão para além das informações passíveis de análise até agora e respeitantes apenas à escultura doada e posteriormente incorporada no acervo do Museu Nacional de Arte Antiga, no ano de 1980 (cf. cap. II.6).

[1035] Ministério das Finanças, Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. Uma cópia da lista integra o processo 5-M-2 do Arquivo do MNAA.

Deixamos para investigações futuras o tratamento dos valores atribuídos aos objectos, pela total ausência de padrões de comparação ou de séries de preços praticados no mercado de arte em Portugal, estabilizadas para o período em causa, que seriam fundamentais para formular um juízo histórico-económico correcto.

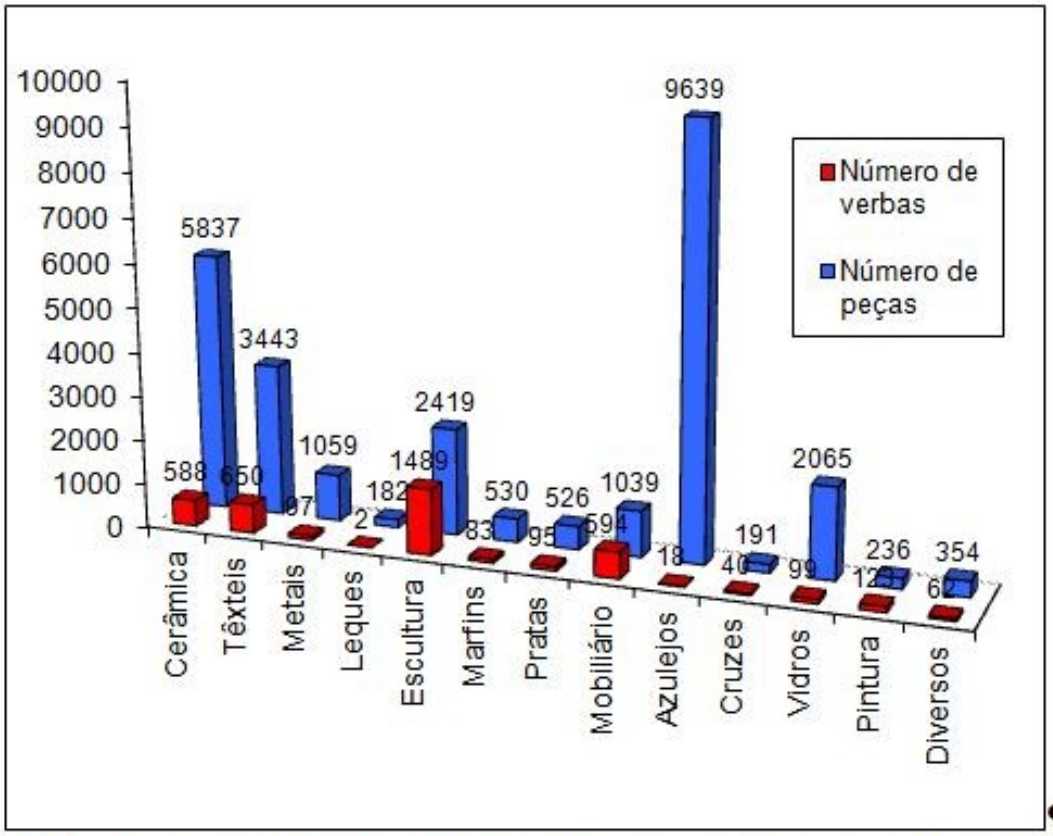


Figura 144 - Fonte: ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/07183 (Processo) - Ernesto Jardim de Vilhena

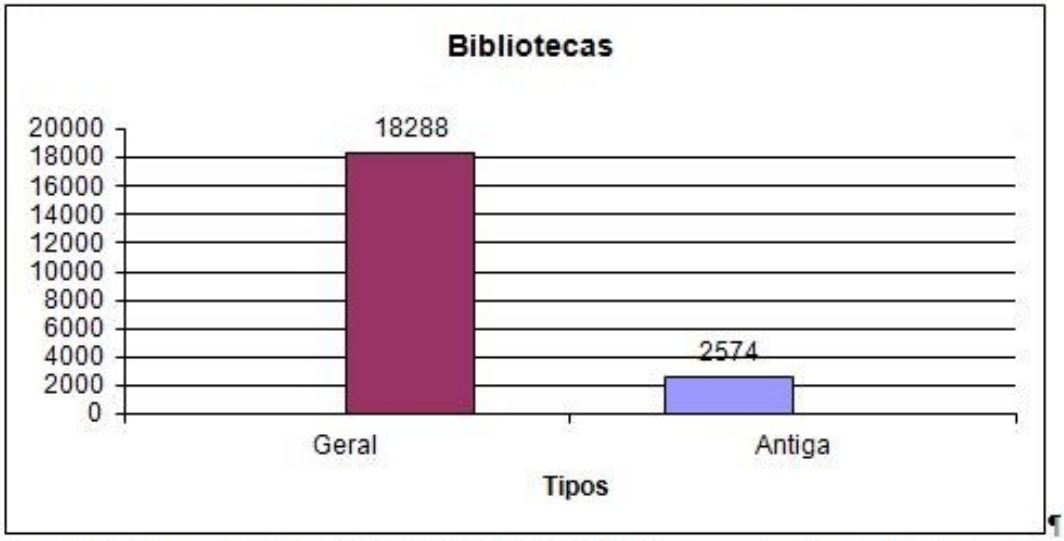


Figura 145 - Fonte: ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/07183 (Processo) - Ernesto Jardim de Vilhena

As categorias da análise que estabelecemos (Figura 144) correspondem a objectos de *musealia* (Desvallées e Mairesse 2011) de artes plásticas e de artes decorativas. No núcleo Diversos estão maioritariamente incluídas algumas peças de *memorabilia* familiar, os denominados "Objectos de Arte" e os "Objectos de Virtude", por recurso às traduções literais das fórmulas francesas de *objets d'art* e de *objets de virtue*, no qual pontuava um «*pequeno cofre com cabelos de Inês de Castro*» (verba Nº 1044). A autonomização de um núcleo de Leques justifica-se pelo significado do seu número, assim como a de um núcleo de Cruzes separado do núcleo dos Metais quer um, quer o outro, identificados em fontes complementares como "colecção" autónoma. Todos os núcleos considerados surgem distribuídos no eixo horizontal do gráfico, seguindo a ordem de verbas constante do documento original.

Da imagem gráfica apresentada salienta-se de imediato a grandiosidade da Colecção Vilhena enquanto conjunto, cujos valores absolutos apontam o total de 27 520 objectos, levando em consideração que cada uma das verbas do *Inventário 1967-1969* respeita a mais do que uma unidade/espécie/objecto.

Ao número anterior têm ainda de ser acrescentados os items que compunham a categoria Livraria (Figura 145) e que ficaram listados em duas verbas distintas: a verba correspondente à «*Biblioteca Geral*» (18288 obras correspondentes a 23939 volumes; 400 gravuras e mapas; 5856 registos de santos) e a verba respeitante à «*Biblioteca de livros antigos*» (2574 obras correspondentes a 2800 volumes).

A soma de todas as espécies de objectos de arte e de livros dá-nos, grosso modo, o número total de 60 515 peças. Por padrão de referência, indicamos que o acervo do Museu Nacional de Arte Antiga é composto, em 2014, por cerca de quarenta e oito mil obras de arte registadas no sistema Matriz de documentação de colecções.

Quanto aos totais somados por cada uma das categorias mostrados no gráfico (Figura 144), sobressaem os números dos núcleos de Azulejo e de Cerâmica. Contudo, tal como surgem enunciados nas verbas, estes dados não correspondem exclusivamente a espécies unitárias. Na lista surgem casos de painéis de azulejos que podem ter referência de um número de objecto único, ou de $\varkappa$ unidades dentro de uma só verba, situação que é semelhante, por exemplo, à dos conjuntos dos serviços de jantar dentro da tipologia de peças incluídas no núcleo de Cerâmica. Em relação aos objectos têxteis, aos objectos em prata ou aos objectos em vidro regista-se fenómeno idêntico. O mesmo

não se passa na maioria das verbas respeitantes às peças de Escultura, Marfins, Pintura, dadas as suas próprias naturezas objectuais.

Tendo em consideração o exposto, se traçarmos a hierarquia quantitativa dos diferentes núcleos constituintes a partir dos números das verbas respectivas temos um desenho apurado que situa a Escultura em primeiro lugar, seguindo-se por ordem os Têxteis, o Mobiliário, a Cerâmica, a Pintura, os Vidros, os Metais, as Pratas, os Marfins, os Diversos, as Cruzes, o Azulejo e os Leques, com exclusão dos livros.

Relativamente ao número de peças/unidades correspondentes, a hierarquia altera-se, passando a ordenar-se na sequência dos núcleos de Azulejo, Cerâmica, Têxteis, Escultura, Vidros, Metais, Mobiliário, Marfins, Pratas, Diversos, Pintura, Cruzes e Leques, como mostramos a seguir, caso a caso.

Note-se, a partir daqueles desvios, que a Escultura face às suas características tipológicas, continua a figurar em lugar destacado, bem à frente da Pintura ou até do Mobiliário.

AZULEJO

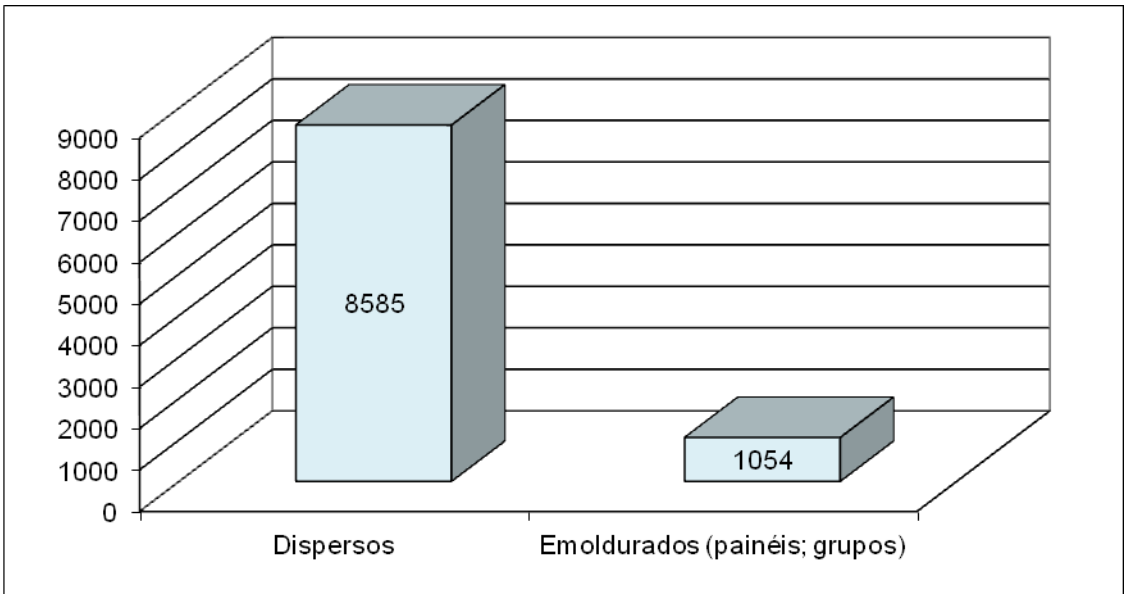


Figura 146 - Fonte: ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/07183 (Processo) - Ernesto Jardim de Vilhena

A partir do *Inventário 1967-1969,* o gráfico obtido para o Núcleo de Azulejo (Figura 146) distribui-se entre peças dispersas-unitárias (Figura 147), que representam a maioria, e um valor muito menor, mas significativo em termos absolutos, de azulejos

que constituíam painéis conjuntos (Figura 148 e Figura 149) ou que se conservavam emoldurados por grupos.

A importância do Núcleo de Azulejo Vilhena explica o inventário a que Santos Simões procedeu do conjunto logo em 1948 (Doc. II.14), verbeteado em 71 fichas correspondentes apenas a painéis, que, fazemos notar pela coincidência significante, foi produzido no mesmo ano em que Reynaldo dos Santos publicou *A Escultura em Portugal*. *Séculos XII a XV*. Santos Simões resume a proveniência das peças informando que o coleccionador as teria adquirido «*ou no mercado antiquário ou directamente aos proprietários, nestes casos quando era sabedor de que os prédios onde se encontravam corriam o risco de desaparecer ou os azulejos eram desprezados e, daí, condenados a extravio»*, do que conclui, no sentido de resgate patrimonial da acção Vilhena que já encontrámos em outras circunstâncias e perante outros tipos de objectos que, ainda segundo o autor, «*foi certamente uma meritória obra esta do Comandante Vilhena - por vezes criticado de animo leve - e sem a sua intervenção muitos desses paineis que tanto valorizão* [sic] *a colecção, ter-se-hiam perdido ou pelo menos dispersado, sem vantagem para o património artístico nacional*» (Doc. II.14).

Simões salientou naquela data o valor de cerca de duas dezenas de peças que se apresentavam cronografadas, mas considerou o conjunto na sua totalidade como ecléctico quanto a cronologias, fabricos e temáticas representadas. Duas décadas depois, em 1969, encarregado pela DGESBA da inventariação da Azulejaria da Colecção Vilhena após a morte do Comandante (cf. cap. II.6), indica obras produzidas em Sevilha, Toledo, Valência, Holanda e Goa. Nas publicações de sua autoria destacou os azulejos mudéjares, os registos de santos azulejares dos séculos XVII e XVIII de produção lisboeta, informando ainda que alguns deles tinham no passado integrado a Colecção de José Queiroz (Simões 1997, 1ª ed. 1969: 104). Chamou a atenção para o facto de muitas espécies azulejares, identificadas tradicionalmente como produzidas na Península Ibérica, serem na verdade de origem goesa, algumas delas provenientes do Convento de Santa Mónica de Goa (Simões 1990; 1ª ed. 1969: 54 e nota 39).

Na correspondência de António Saraiva Nunes também fica explícito o interesse permanente demonstrado pelo coleccionador quanto à prospecção e à compra de azulejaria, avulsa ou de conjunto. Em Julho de 1935 por exemplo, o agente procede a

um volumoso envio de 121 «*bons azulejos*» cobrados a 5$00 a unidade[1036], que não seria, aliás, caso único durante o período em que colaborou com a empresa coleccionista. Nas *Notas de Arte e Archeologia* de Ernesto de Vilhena, a curiosidade demonstrada pela azulejaria é notória, bem patente na recorrência e na pormenorização com que a descreve nos espaços visitados ou quando noticia compras, como aconteceu em Coimbra em Janeiro de 1945, ao registar «*Na rua da Trindade, ou de José Falcão, nº 62, um painel de azulejo, sec. XVIII (?), talvez Brioso, de 17x7 peças, Senhora da Conceição (?) e azul, com outros mais amarellos. Bordo recortado. Encomendei a compra d'elle, a Manuel d'Abreu, em 6 de Janeiro de 1945, dia em que vi o dito painel*.» (Doc. II. 6, visita a Coimbra).

Figura 147 - Leilão Leiria e Nascimento, Março 1995, Lotes 527 a 530 © Leiria e Nascimento, Lda.

Figura 148 - MNAZ inv. 7256 Az adquirido no leilão Leiria e Nascimento 2001-I, lote 168

[1036] Doc. II.3. Ano 1935. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 8 de Julho 1935: «*Caixote comprido e estreito – escolhidos azulejos do sec. XVII de tapete, sem defeitos. Repare bem V. Exa., no seu bom estado, eram cousas para aqui ver, mas como não sei quando virá resolvi mandar. São - Figura isolada -2; 4 quadrados de fundo branco, e assunto azul - 16; 3 quadrados de fundo branco e desenho de azul e amarelo - 12; 1 quadrado de fundo branco e desenho azul e amarelo -.4 (34). Caixote o maior – contem azulejos sevilhanos - .71. Em estado magnifico de conservação, como V. Exa. terá ocasião de ver. A embalagem é modelar indo cada embrulado [sic] em papel e tudo envolto em serradura. São muitos de desenhos fora do vulgar, que aparece á venda. Caixa pequena – contem ainda azulejos arabes: 4 quadrados, sendo cada quadro um assunto completo - 16. Total azulejos -121.*».

Quanto à cronologia dos objectos azulejares, entre as peças apresentadas em leilões desde o início da década de 1990[1037] e as que se conservam no Museu Nacional do Azulejo, visto que o *Inventário de 1967-1969* não fornece pormenores quanto à classificação, ela é muito lata, com balizas compreendidas entre o século XV (contando com a presença pontual de alguns exemplares anteriores) e o século XIX. Entre os temas e as funções inscreve-se a presença de painéis hagiográficos, com representações de diferentes invocações da Virgem Maria (Imaculada, do Carmo, da Saúde, da Natividade, do Rosário, das Dores, da Paz, da Nazaré, da Penha, Mãe dos Homens), Sagrada Família, Santa Ana ensinando a Virgem a Ler, Santo António, São Marçal, São Bento, São Francisco, São Pedro, Arcanjo São Miguel, Santa Bárbara, São Jerónimo São João Baptista, a Crucifixão, Adoração do Santíssimo Sacramento, Almas do Purgatório, de cenas historiadas galantes, de alguns painéis com sequências narrativas bíblicas, painéis decorativos de demarcação murária ("entrepanos"), figuras de convite, brasões, albarradas, frontais de altar e um número muito elevado de módulos de azulejos tapete dos séculos XVI ao Século XVIII.

Figura 149 - Painel de azulejos datado de 1790, com a representação da Imaculada Conceição ladeada por São Marçal e por Santo António com São Pedro de Alcântara, Real Fábrica de Louça (?), MNAZ inv. 6105 Az, proveniente de Lisboa, Rua de São Marçal nº 51 (*Real Fábrica de Louça ao Rato* 2003: cat. 231)

Para além da fortíssima dominância dos painéis icónicos, próxima do valor representacional da imaginária esculpida, no Núcleo de Azulejaria em toda a sua

[1037] Cf. Leiria e Nascimento, Lda, leilões de 4 Novembro de 1993, de 5 e 6 de Março 1995, de 7 e 8 de Novembro 1995, de 24 de Outubro 2001, de 27 de Novembro 2001. Um número muito significativo de painéis hagiográficos foi adquirido pelo coleccionador Joe Berardo e integra hoje o núcleo das suas colecções conservado na Madeira (cf. Bento 2009).

vastidão, ficava historiada a arte do azulejo em Portugal desde o fim da Idade Média até ao século XIX, tal como em todas as suas funcionalidades e utilizações, o culto do gosto azulejar português durante todo esse tempo longo que Ernesto de Vilhena retoma, a par e passo, na sua Colecção.

CERÂMICA

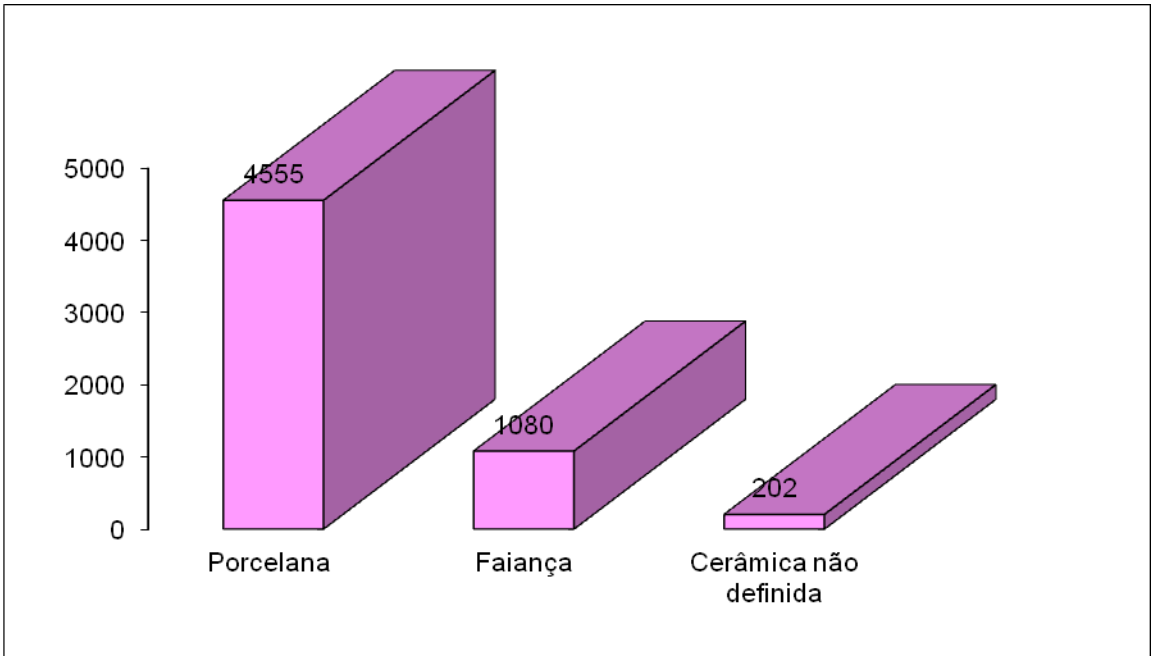


Figura 150 - Fonte: ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/07183 (Processo) - Ernesto Jardim de Vilhena

No *Inventário 1967-1969* emerge um vultuoso Núcleo de Cerâmica totalmente autónomo da Azulejaria, com as peças averbadas por distinção técnica de produção e de origem. Foram, assim, registados pelos avaliadores objectos em porcelana e em faiança, e ainda peças cerâmicas sem classificação específica como «*barro*», «*grés*», «*louça», «louça inglesa»,* embora em número muito residual em relação aos anteriores, como é visível no gráfico (Figura 150).

Figuram isolados entre as verbas alguns espécimens arqueológicos, identificados como *«vasos de barro romanos com tripés de ferro».*

Quanto à Porcelana, juntando-se à portuguesa Vista Alegre, com exemplares de todos os períodos de fabricação, desde 1835, entre a de origem europeia são mencionadas peças de *«porcelana europeia branca», «porcelana branca francesa»* ou simplesmente *«porcelana francesa»,* e também a porcelana alemã, *«de Saxe».* A mais frequente é, contudo, a muito variada porcelana dita «*oriental*», identificada segundo categorias genéricas como «*porcelana oriental com a decoração caracteristica do*

Sião»; «porcelana da China», «porcelana da Cª das Indias»; «ceramica oriental monocroma», «porcelana de Cantão», «porcelana japonesa», «porcelana da China Mandarim». Em algumas das verbas são particularizadas referências, como «*brazonado*», ou surgem indicações de imagens («*santos de porcelana policromada*»).

Figura 151 - Prato, Família Rosa com Jogadores de Cartas, China, Cantão, c. 1740, Christie's, Leilão 6863, The J. Louis Binder Collection of Chinese Export Art, Londres, 17 de Junho 2003, Lote 61, proveniente da Colecção do Comandante Ernesto de Vilhena © Christie's

Para a Faiança recolhem-se identificações generalistas e tão variadas como «*faiança antiga*»; «*faiança policromada*»; «*faiança popular*»; «*faiança estrangeira*»; «*faiança espanhola*»; «*pratos de faiança de decoração diferente a azul. Sec. XVII*»; «*faiança inglesa*»; «*faiança inglesa Davenport*»; «*faiança de Delft*»; «*faiança de Talavera*».

Relativamente aos objectos de produção portuguesa, o inventário averba designações como «*faiança portuguesa de tipo popular*»; «*faiança portuguesa Fábrica Bica do Sapato*»; «*faiança branca*»; «*faiança portuguesa com decoração de renda*»; «*vasos de faiança portuguesa decorados a azul marcado FR período T. Bruneto*»; «*faiança policromada marcada Cifka*»; «*faiança portuguesa de Miragaia, Fábrica Rocha Soares*»; «*faiança portuguesa de Viana*».

Neste Núcleo de Cerâmica, tanto em porcelana como na faiança, destacam-se desde logo os objectos de produção asiáticos e os peninsulares. O fabrico português, no que diz respeito, nomeadamente, à faiança dos séculos XVII a XIX, mas também à porcelana Vista Alegre, representa uma opção clara em relação às peças de outras origens europeias. Em simultâneo, o gosto pela porcelana oriental de exportação, tradicional entre os padrões de consumo dos portugueses, evidencia-se de imediato no

Inventário 1967-1969. Dentro deste último conjunto sobressai o número generoso de peças de serviço armoriadas com os brasões de António Xavier de Sousa Lobo Salema Cabral e Paiva, António de Sousa Falcão de Saldanha Coutinho Sampaio e Melo, Anselmo da Cruz Sobral, Francisco de Melo e Vasconcelos, Pereira Pinto Guedes e Pimentel, armas de Portugal. Na mesma linha inscrevem-se os exemplares do serviço encomendado pelo Município de Lisboa à Companhia das Índias com a representação da Estátua Equestre de D. José[1038]. Denotando uma apetência heráldica que pode ser entendida neste contexto, a Colecção Vilhena juntava também na faiança várias séries de peças decoradas com insígnias episcopais, emblemas de Misericórdias e Confrarias e armas monástico-conventuais variadas. A riqueza emblemática da heráldica representada na Colecção conheceu fama, pois, em 1954, Ernesto de Vilhena comenta visitas de Manuel de Melo, do SNI, encarregado pelo Secretariado de promover uma exposição de heráldica, realizadas com o propósito de conhecer especificamente peças a ela destinadas[1039].

Os efeitos que a dispersão patrimonial acarretou sobre o Núcleo de Cerâmica implicaram a complexificação de qualquer análise e estudo perante outras áreas da Colecção, desde logo pela "pulverização" das espécies no mercado de arte nacional (Figuras 152, 154 a 159) e internacional onde, até hoje, podemos observar que a referência ao coleccionador Ernesto de Vilhena continua a ser veiculada como uma mais-valia biográfica, financeira e simbólica de qualidade coleccionista para os objectos em circulação (cf. Figura 151 e Figura 153).

Quanto à história do gosto, afirma-se no Núcleo de Cerâmica Vilhena a conjunção de orientações que já vinham moldando colecções portuguesas do século XIX e que continuarão, até à contemporaneidade a caracterizar o coleccionismo de antiguidades em Portugal. Ou seja, repete-se a apetência oitocentista pelos objectos luxuosos e/ou de aparato, no passado usados nos interiores domésticos do Antigo

[1038] Valente 1949: 23 e ss.

[1039] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 22 Outubro 1953 a 31 Maio 1954: «*27 de Janeiro de 1954 (4ª feira) - (...) À tarde, já bastante tarde, aparece ao Sá Carneiro um D. Manuel de Mello, que trabalha no Secretariado, e está incumbido (de fazer uma certa cousa) digo, (estou com sono) de organizar a exposição de heraldica. Falámos largamente, e digo-lhe que tenho pouco do que deseja, e para abrilhantar a exposição. Virá, um dia, aqui a casa para fallar. Este Mello é um rapaz novo, sympatico; parece intelligente, e comprehende alguma coisa de coisas d'arte. Ficámos em que elle viria, um dia, aqui a casa para vêr, do pouco que he, o que poderia servir-lhe. (...) 31 de Janeiro de 1954 (Domingo) - Veio às 4h.30m, e saio às 8 horas o Manuel de Mello, do Secretariado Nacional de Informação, para vêr peças de heraldica. Viu-as, e a casa, em geral.*».

Regime, correntes nas casas nobres, nas dos grandes eclesiásticos e nas moradas das gentes ligadas à mercancia internacional, expressivas de riqueza, de estatuto social e de cosmopolitismo. Segundo este modelo tradicionalista, muitas colecções portuguesas constituídas em período anterior[1040], contemporâneas e posteriores à Colecção Vilhena contaram e contam inevitavelmente com parcelas de Cerâmica oriental, porcelana ou faiança, significativas em termos histórico-artísticos nacionais e internacionais, definindo-se um padrão coleccionista dito «*português»,* já reconhecido e sublinhado em toda a vasta bibliografia da especialidade. Todavia, no seio da Colecção Vilhena importa destacar, mais uma vez, a extensão de qualquer um destes núcleos, e a exaustividade da representação material de todas as produções, entre as orientais, mas também entre as nacionais, sintomáticas da função coleccionista dos objectos despidos do seu valor utilitário. Dentro do conjunto de peças portuguesas, salienta-se igualmente a presença de exemplares produzidos pelas diferentes olarias e manufacturas activas no território desde o século XV até ao século XIX, a partir das quais Ernesto de Vilhena constituiu séries completas de sequências cronológicas e de formas/funcionalidades de objectos, de modelos decorativos e de representações icónicas.

Figura 152 - Expositores com Porcelana oriental. Leilão Leiria & Nascimento, 1969. Fotografia de Mário Novais © FCG-BA Espólio Mário Novais, Cx. 1949, CFT003 031474.ia, CFT003 031493.ia. e CFT03 031499.ia

[1040] Pereira 2005: 89-162.

Figura 153 - Prato, China, Família Rosa para o mercado indiano, c. 1780, Christie's, Leilão 6672, The Dr. Anton C. R. Dreesmann Collection European Furniture, Londres, 10 Abril 2002, Lote 465, adquirido por Dreesman em leilão Christie's, Mónaco, 22 de Junho 1998, lote 120A, pertenceu à Colecção do Comandante Ernesto de Vilhena, vendido no Leilão Leiria & Nascimento de 22 de Janeiro 1970, lote 312 © Christie's

Figura 154 - Porcelana oriental. Leilão Leiria & Nascimento, 1969. Fotografia de Mário Novais © FCG-BA Espólio Mário Novais, Cx. 1949, CFT003 031492.ia, CFT003 031473.ia, CFT003 31485.ia e CFT003 31484.ia

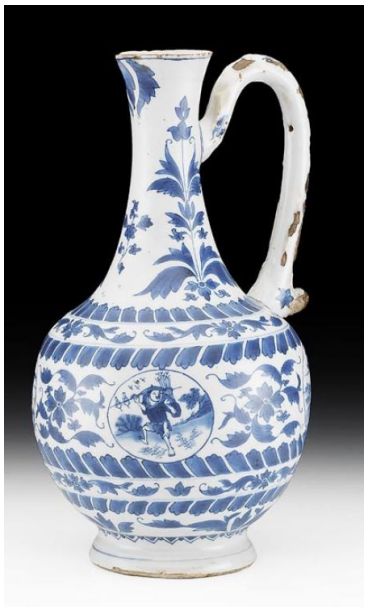


Figura 155 - Correio-Velho, Leilão 150
7 de Junho 2005, lote 46 © Palácio do Correio-Velho

Figura 156 - Veritas, Leilão I 2011
lote 9; vendido no Leilão Leiria e Nascimento
7-8 Novembro 1995, lote 617 © Veritas

Figura 157 - Expositores com faiança portuguesa. Leilão Leiria & Nascimento, 1969. Fotografia de Mário Novais © FCG-BA Espólio Mário Novais, Cx. 1949, CFT003 031825.ia, CFT003 031801.ia e CFT003 031812.ia

Figura 158 - Prato, Correio-Velho, Leilão Hipólito Raposo I, 27-28 Abril 1999, Lote 126 © Palácio do Correio-Velho

Figura 159 - Prato, Correio-Velho, Leilão 150, 7 Junho 2005, lote 172, proveniente da Colecção Ameal, integrou a colecção Ernesto de Vilhena e posteriormente a colecção Maldonado de Freitas © Palácio do Correio-Velho

TÊXTEIS

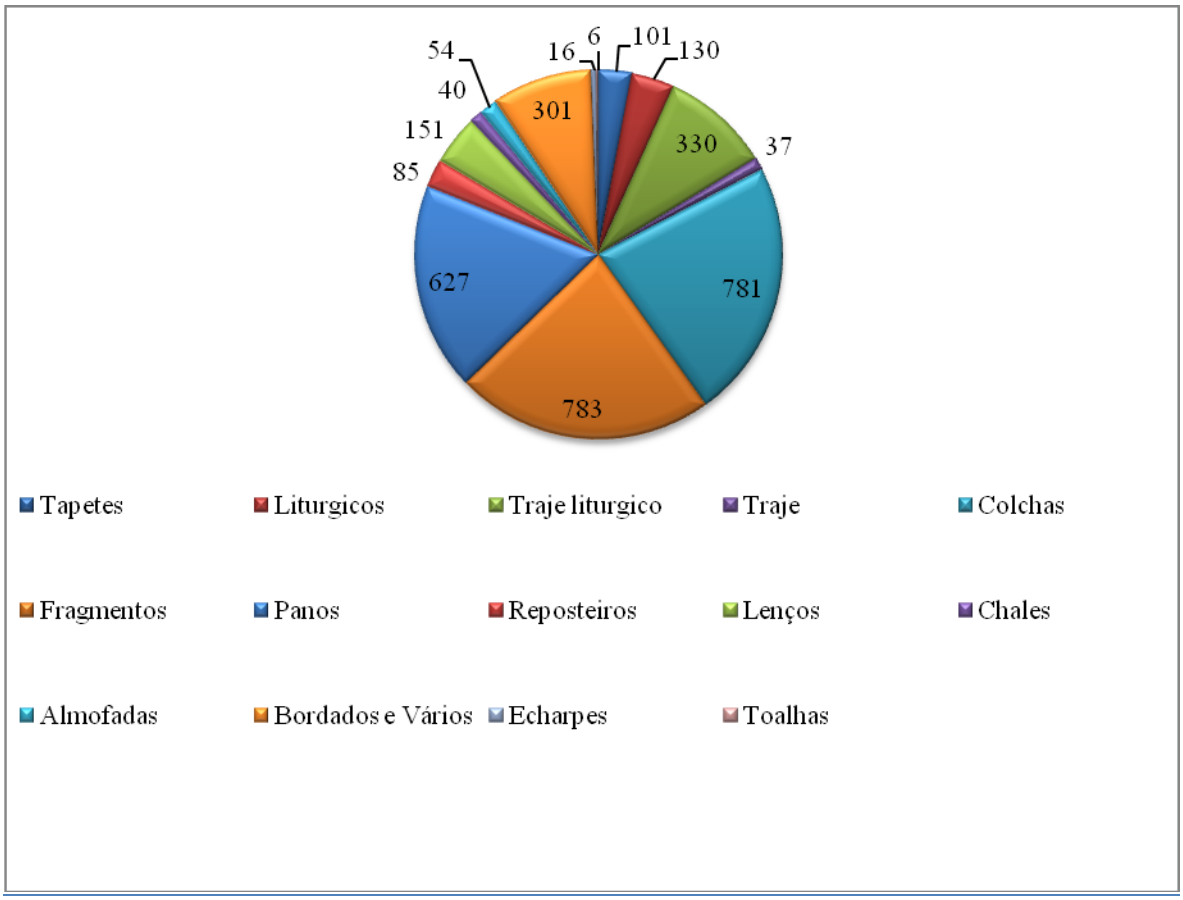


Figura 260 - Fonte: ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/07183 (Processo) - Ernesto Jardim de Vilhena

O Núcleo de Têxteis, no *Inventário 1967-1969,* configura-se com simplicidade e fornece elementos de sub-categorização imediatos (Figura 160). Desde logo, divide-se entre peças litúrgicas e peças de carácter profano. Neste conjunto incluem-se os tapetes (627), as colchas (781) e o traje, a que seriam funcionalmente agregados, sem dúvida, os xailes (*«chales»* no documento) e as écharpes. Peças identificadas como «*panos*», «*reposteiros*», «*almofadas*», «*bordados*», «*toalhas*», *«lenços*», «*fragmentos*» são de arrumação mais dúbia, podendo muitas delas categorizar-se num ou noutro conjunto, na ausência de informações complementares. Quanto às técnicas, a única distinção fornecida, é relativa aos «*bordados*». A legibilidade desta relação implica uma análise complexa que deverá suscitar investigações de envergadura global, à semelhança da escultura. O número total dos objectos, 3443 conforme apurado (Figura 144), é todavia revelador do interesse que a arte têxtil tinha para o coleccionador, mas cujo pendor ornamental intrínseco parece escapar ao iconismo procurado nos outros núcleos da colecção. Se estaria imbuído apenas de mero valor de reportório histórico, enquanto conjunto exaustivo que documentava a indústria, é questão que permanece em aberto, mas um pouco simplificada face à elaboração de raciocínio de Vilhena.

Nas *Notas* (Doc. II.4., II.5., II.6), permanentes desde 1933, ficou manifesta a curiosidade sobre todos estes tipos de peças. Para além das menções deixadas no registo das viagens e inventário pessoal, sabemos que o Comandante foi generoso emprestador para exposições, nomeadamente *Tecidos e Sirgaria Antigos* promovida pelo Clube Internacional de Trocas, realizada em Lisboa em 1933*,* e *Exposição Têxtil Internacional* realizada em Julho e Agosto de 1958, no Palácio de Cristal do Porto. Estamos perante datas importantes de equacionar, a que se junta a aquisição da colecção têxtil de Sebastião Pessanha (1892-1975), em 1953, em grande parte constituída por «*fragmentos*». Em Setembro desse ano Vilhena compra em bloco[1041] uma colecção rica que, desde 1918, Sebastião Pessanha fazia questão de divulgar publicamente como matéria para o estudo «*da arte textil da Europa nos seculos XIV a XVII».* Era composta por exemplares quase na totalidade adquiridos em Portugal, o que permitia acompanhar

[1041] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 16 Março 1953 a 21 Outubro 1953: «*21 de Setembro de 1953 (2ª feira) - Fomos a Cintra, a casa do D. Sebastião Pessanha a quem comprei a collecção de tecidos, que elle conserva, ainda, embora já disseminada por vendas diversas, como a que fez ao Museo de Guimarães. Grande collecção de peças de natureza etnographica, estudos a que elle se dedica. No meio de toda essa acumulação, algumas peças de colecção interessantes*.».

os movimentos da importação têxtil portuguesa e os factores que a potenciaram (Pessanha 1919: 11).

Figura 161 - Fragmento de tecido lavrado, Espanha, Séc. XIV, alt. 29 x larg. 36 cm, MNAA Inv. 3810 Tec, comprado à Antiquália em 1972, proveniente da Colecção Ernesto de Vilhena que o adquiriu a Sebastião Pessanha. Terá sido recolhido num túmulo da Sé de Lisboa em data anterior a 1923

Ernesto de Vilhena anotou referências aos têxteis nos diários em períodos muito determinados - em 1946[1042] e entre 1953 e 1956[1043] -, e nessa altura os registos são abundantes, em especial no que diz respeito a tapetes, nos primeiros anos e depois a colchas[1044], aludindo a Maria José de Mendonça. Em 1953 descreve o uso de aparato

[1042] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda*. De 1 de Janeiro de 1946 a 4 de Maio de 1947, ms.: «*28 de Setembro de 1946 (Sabado) - Em 27, hontem, fui ao Estoril, vêr o Ispahan do Pacheco de Carvalho, mas não tive coragem para o comprar, porque continuo a achá-lo muito gasto.*». Idem. *Diário*, ms., 20 Novembro 1956 a 23 de Dezembro 1956: «*22 de Novembro de 1956 (5ª feira) (...) Fui à exposição de "O Portico", na rua de S. Roque (Misericordia) de tapetes de Arrayolos, e comprei um, que é a reprodução de um outro estante no mosteiro do Lorvão.*».

[1043] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 16 Dezembro 1955 a 18 Novembro 1956: «*30 de Julho de 1956 (2ª feira) - Aparece, finalmente, o Caldeira, ajudante do Dr. Mario Madeira, que parece estar encarregado de uma colonia de ferias, do Governo Civil, na Ericeira, para me fallar em um frontal bordado a preto, que me mandara, para vêr se eu o queria. Pediam, ou pedio elle, 22 contos! Lá lhe disse o que tinha a dizer, e parece que elle ficou embuchado, esperando, talvez, uma contra offerta.*».

[1044] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda*. De 1 de Janeiro de 1946 a 4 de Maio de 1947, ms.: «*19 de Outubro de 1946 (Sabado) - Depois de varias consignações, o Castro Pereira, convence que um Caludo [?], actual proprietário da colcha "persa", que me foi mostrada no escriptorio, a leve ao Emilio Braga, para eu a vêr, novamente, na ideia de que seja a que vi em Braga, digo Coimbra. Mas não era; esta é inferior à outra e não está no excellente estado em que a outra se encontra. Parece-me mesmo que houve aqui pequena aldrabice do C. Pereira (para ter uma comissão?), porque se ficassemos por ella (como a outra) andara dentro de uma valise, e tinha ido a Coimbra, o que não era verdade*.». Idem. *Diário*, ms., de 16 Março 1953 a 21 Outubro 1953: «*20 de Março de 1953 (6ª feira) (...)*

que fazem das colchas nas varandas de São Bento, por ocasião de festas públicas: «*27 de Abril de 1953 (2ª feira) - Tenho o escriptorio aberto até depois do almoço, para deixar o pessoal ir vêr os cortejos e as festas. De manhã, em casa, antes de sair, em face do muito que aparece pelas janellas, combino com a Amelia pôr nas janellas, da rua de S. Bento, colchas portuguezas do seculo XVII, ponto de cadeira, e vejo, à volta para casa, que fazem um excellente effeito. O cortejo desfaz-se, como estava previsto, na nossa rua, e é, de facto, enorme a quantidade de bandeiras e de delegações diversas que passam, porque é por aqui que retiram todas as pessoas e carros que se agruparam e continuaram nas Côrtes e nas ruas vizinhas. Durante horas passaram por aqui milhares (sem duvida) de automoveis, de toda a especie, particulares e officiaes, cujos ocupantes, sobretudo quando mulheres, olhavam com curiosidade para as janellas, com*

A Mulher do Ministro das Communicações, vem tomar chá, mais a filha d'ella, a Angela Lopes Alves e a nora, a Lupi, e o Beça, como promotor da reunião e mestre de cerimonias. Tudo se passou bem, como dia a Amelia; houve grande estendal de colchas, mas parece que, não obstante ter sido a senhora quem pedio a reunião, ella não parece perceber grande coisa do assumpto.». Idem: «*12 de Agosto de 1953 (4ª feira) - Vem a D. Maria Mendonça, vêr colchas achegadas ha pouco, varias outras e tecidos diversos, que ella muito aprecia. O curioso é que, vindo especialmente para vêr certo album de tecidos da India, que ella mencionára, não chegou a vê-lo*.». Idem. *Diário*, ms., de 1 Junho 1954 a 14 Março 1955: «*16 de Outubro de 1954 (Sabado) (...) A D. Maria Mendonça vem a casa às 3 horas, para vêr a colcha indo-portuguesa que comprámos ao Lemos*.». Idem: «*29 de Março de 1955 (3ª feira) - Fallo à D. Maria Mendonça em uma colcha que o Kamenesky me tinha offerecido, e ella prontifica-se a vir aqui a casa ve-la, se eu lhe mandar o carro, o que faço. A colcha é apreciavel como documento, da transição, das outras indianas, que temos, para as hoje nossas. Fundo amarello, largamente bordada; offereço ao Kamenesky 9.000$00, nem mais, mas, elle retira-a.*». Idem: «*4 de Maio de 1955 (4ª feira) (...) Fui à casa indicada pelo Duff de M^me^ Mello e Abreu, na rua Rodrigo da Fonseca 158 - 2º- E, para vêr a colcha de Castello Branco. Não é má; ficou por 6 contos que na 6ª feira mandarei pagar e recolher o objecto*.». Idem: «*1 de Junho de 1955 (4ª feira) - Veio o Caldeira, o tal amigo do Governador Civil, para fallar da grande colcha, que alguem, de que elle é intermediario, quer vender por 40 contos. Que o dono diz que elle Caldeira ganhou muito com a venda da colcha anterior, e que essa poude elle, porque o Governador Civil deu 8.000 escudos por uma outra colcha pequena, que elle lhe vendera.*».Idem: «*1 de Julho de 1955 (6ª feira) - Vem o Caldeira, a quem compro uma cruz, e recuso a sua "colcha de piano"*.» (...) *4 de julho de 1955 (Segunda-feira) - Fallei com o Dr. Mario Madeira, governador civil, explicando o que se passara com o Caldeira, das colchas*.». Idem: «*16 de Outubro de 1955 (Domingo) - Visita do Katchansky, por convite nosso, foi acompanhada pelo Callens e Senhora, Sá Carneiro e Senhora, e Maria José Mendonça. Estava, tambem o Julio. O homem percebe alguma coisa de esculptura, mais de pintura e, quanto a tecidos, elle proprio confessa que não percebe nada. Agradavel, para o fim, cansado. A Maria José Mendonça, muito interessada, ficou ainda depois dos outros, admirou-se de ver agora, colchas que não tinha ainda visto, e resolveo, com a Amelia, vir de vez em quando, trabalhar no inventario d'ellas. (...) 5 de Novembro de 1955 (Sabado) - (...) 2ª sessão de colchas com a D. Maria Mendonça. (...) 23 de Novembro de 1955 (4ª feira) - Veio o Caldeira, a quem acabei de comprar a colcha, bordada a amarello, seculo XVII*.». Idem. Diário, ms., de 16 Dezembro 1955 a 18 Novembro 1956: «*9 de Abril de 1956 (2ª feira) - (...) A colcha vermelha, seculo XVII, com navios, que levara para o escriptorio para mandar ao Novaes, foi mostrada no escriptorio, aos administradores, e a outros, que quizeram ve-la. É verdadeiramente notavel.». Idem: «10 de Julho de 1956 (3ª feira) (...) Aparece o Kamenesky que, não obstante todo o meu naturismo, esteve muito tempo doente de cama, com nefrite. Traz uma colcha, pela qual pedem 90 contos; estão malucos, pois valerá, quando muito, 12 ou 13*.»

admiração. Observou-se mesmo que algumas manifestavam, claramente, o seu espanto pelo que viam, e indicavam aos maridos que vissem tambem.»[1045].

O pitoresco da cena, que ficou decerto na memória da cidade, não pode deixar para trás a informação da data em que ocorreu. Vilhena conta ter exposto colchas portuguesas do século XVII e, como conhecedor científico, detalhou serem executadas «*em ponto de cadeia»,* sintoma da aprendizagem técnica sobre cada uma das peças que se dedicou a juntar. Referência a considerar para investigações futuras, face ao determinismo cronológico apresentado nas fontes relativas ao têxtil.

VIDROS

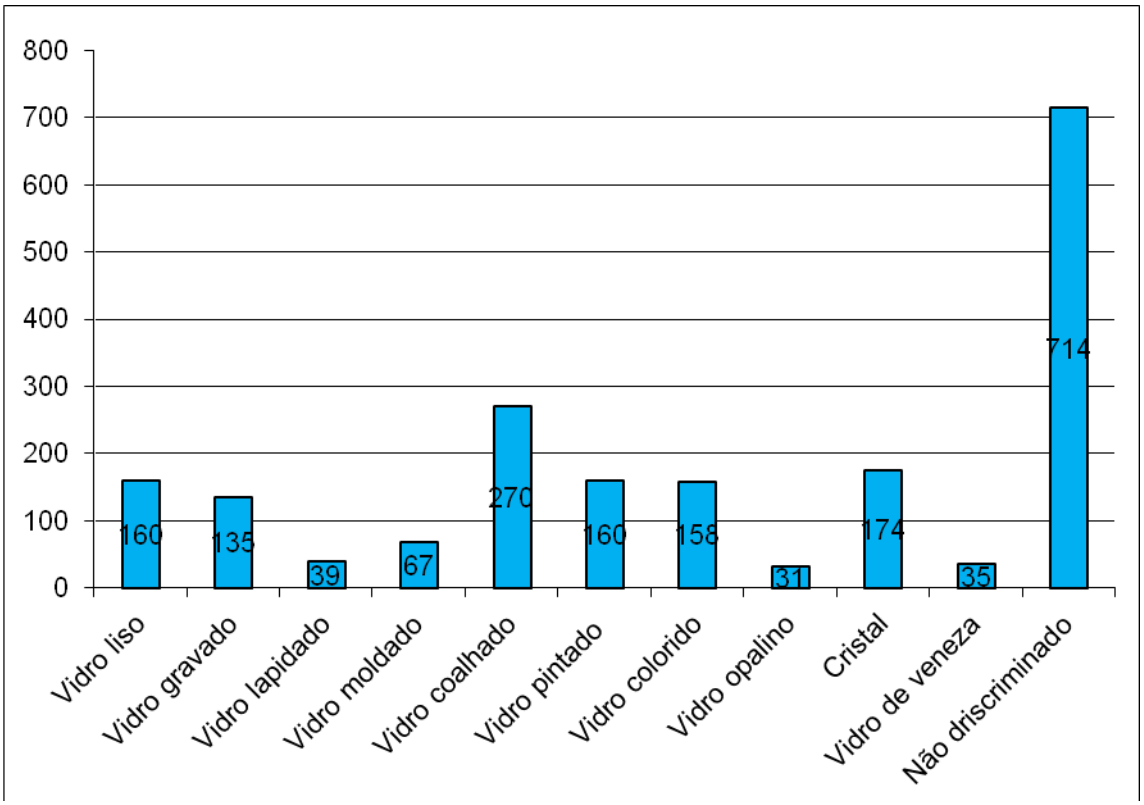


Figura 162 - Fonte: ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/07183 (Processo) - Ernesto Jardim de Vilhena

Na sua definição final, os valores presentes no Núcleo de Vidros podem ser interpretados à semelhança dos que ficaram patentes no Núcleo de Cerâmica. Conforme expresso no gráfico que analisa as espécies descritas no *Inventário 1967-1969* (Figura 162), o conjunto exprime a vontade de coligir exaustivamente todas as técnicas. Para além dos vidros não descriminados, que supomos em grande parte de produção nacional como pode depreender-se das fotografias dos expositores do leilão Leiria & Nascimento

[1045] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 16 Março 1953 a 21 Outubro 1953.

de 1969 (Figura 163 e Figura 164), a menção específica às diferentes tecnologias vítreas representadas na Colecção corrobora o carácter extensivo com que qualquer um dos núcleos de peças de artes decorativas foi encarado na perspectiva colectora de Vilhena, na sua vontade de completude das sequências materiais (im)possíveis. Não estava em causa o preenchimento do recheio de uma casa, à semelhança de outros gostos também afirmados na constituição de outras colecções reunidas anteriormente em Portugal, neste campo provavelmente mimetizadoras da colecção real de D. Fernando II (Teixeira 1986) e também motivadas pelas mostras progressivamente mais enriquecidas dos acervos dos museus nacionais como se verificou quer no MNAA, quer no MNSR para onde seria destinada a compra pelo Estado, em 1947, do importante núcleo de vidros da Colecção do comerciante portuense Manuel José de Barros (1863-1915), (Magalhães 2005).

Figura 163 - Exposição para o Leilão da Colecção Vilhena realizado pela Leiria & Nascimento em Outubro de 1969, pormenor de fotografia de Mário Novais © FCG, Biblioteca de Arte, Espólio Mário Novais, Cxa. 1949, CFT003031808.ia

Figura 164 - Exposição para o Leilão da Colecção Vilhena realizado pela Leiria & Nascimento em Outubro de 1969, pormenor de fotografia de Mário Novais © FCG, Biblioteca de Arte, Espólio Mário Novais, Cxa. 1949, CFT003031814.ia

Em 1956, Ernesto de Vilhena regista a visita de algumas personalidades à Casa da Rua de São Bento para verem especificamente a sua colecção de vidros, nota de que esta já teria alcançado dimensão pública[1046]. Na mesma época, poucos meses antes, escrevera no *Diário* que *«Apareceo o homem do copo "Vista Alegre", enviado pelo Dr. Cardozo, de Evora. Peça interessante, com o forte de S. Julião da Barra. Ofereci*

[1046] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms. de 16 Dezembro 1955 a 18 Novembro 1956: «*22 de Março de 1956 (5ª feira) (...) Vieram a casa, "vêr os vidros", as mulheres do Grillo, do Andrade e Silva e Luiz Trigueiros. Mais tarde vieram os maridos da primeira e da ultima*.».

4.000$00, mas o homem quer um emprego, e dará o copo a quem lhe der o emprego.»[1047]. O Coleccionador não deixará de possuir pelo menos um exemplar (Figura 165).

Figura 165 - Copos, cristal (inglês?), início séc. XIX, in Leilão Leiria e Nascimento 2000-II, lotes 109, 110, 111, 112, 113,115 © Leiria e Nascimento, Lda.

A dimensão figurativa dos gostos de Ernesto de Vilhena fica igualmente documentada neste Núcleo de Vidros. Às paisagens e aos monumentos históricos representados em pintura nos exemplares que aqui seleccionamos, e que foram alienados em hasta pública, juntavam-se outras séries completas de claro pendor iconográfico, entre as quais são de mencionar uma constituída por efígies régias sobre cristal da Vista Alegre (2ª metade da década de 1820), uma de imagens de Santo António pintadas sobre vidros no Século XVIII, que apareceram com destaque na exposição iconográfica dedicada ao tema em 1947, ou outra de vidro coalhado ornamentado com pinturas de cenas galantes, do mesmo século XVIII (Figura 166), todas rastreáveis em leilões.

Figura 166 - Copos, vidro coalhado pintado, século XVIII, in Leilão Aqueduto 2007, lotes 39, 40, 41 e 42 e leilão Leiria e Nascimento 2000-I, lotes 122, 123, 124, 125 © Leiria e Nascimento, Lda.

[1047] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 16 Dezembro 1955 a 18 Novembro 1956: «*1 de Maio de 1956 (3ª feira).*».

PRATAS

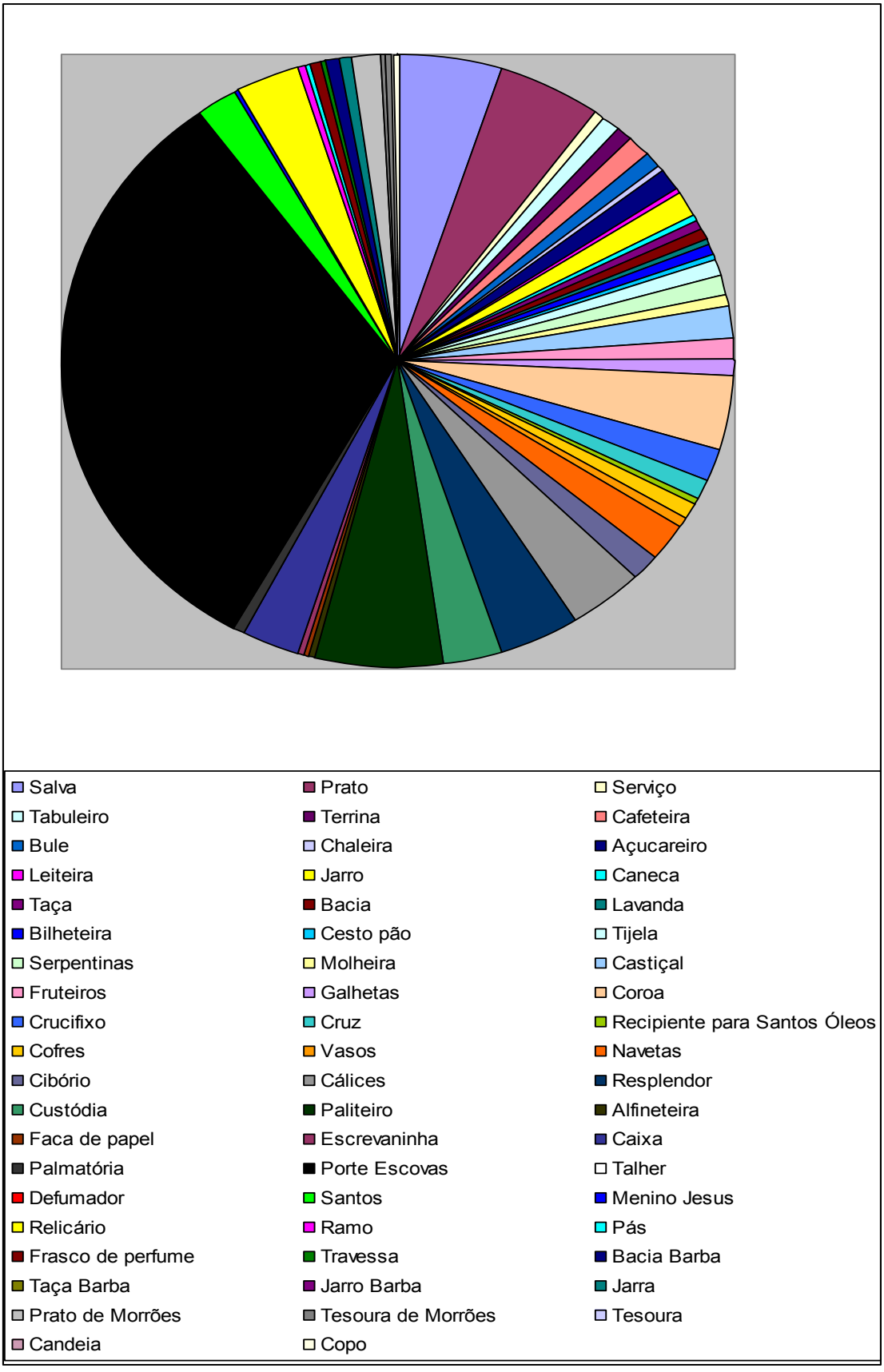


Figura 167 - Fonte: ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/07183 (Processo) - Ernesto Jardim de Vilhena

Por serem produzidas em metal precioso, as Pratas foram sujeitas a avaliação complementar por um oficial de contrastaria. Somaram um total de 529 peças entre as quais ressalta a variedade funcional dos objectos (Figura 167). O *Inventario 1967-1969* provê informação com detalhe suficiente para permitir distinguir entre as peças de cariz religioso, logo compondo um verdadeiro conjunto coleccionado, e as peças de uso civil em que algumas se mantinham decerto ao serviço dos proprietários, como a sua reprodução nos catálogos dos leilões onde muitas foram alienadas deixa inferir, obrigando à necessária precaução na diferenciação entre coleccionáveis e bens de uso doméstico.

Entre os objectos associados ao culto e à liturgia cristãs são discriminados crucifixos, cibórios, relicários, cálices, navetas, galhetas, recipientes para os Santos Óleos, vasos, imagens de santos (entre elas mereceram menção especial as do Menino Jesus), ramos, coroas, resplendores, e alguns cofres associáveis a funções de contenção de relíquias ou à Eucaristia, embora estes últimos tenham sempre uma arrumação pouco clara ao longo de diferentes núcleos constituintes da Colecção Vilhena. Salvas, tabuleiros, bules, leiteiras, bilheteiras, serpentinas, fruteiros, facas de papel, palmatórias, defumadores, frascos de perfume, taças, bacias e jarros para a barba, pratos e tesouras de morrões, candeias, pratos, terrinas, chaleiras, jarros, bacias, cestos de pão, molheiras, paliteiros, escrivaninhas, porta escovas, travessas, copos, cafeteiras, açucareiros, canecas, lavandas, tijelas, castiçais, alfineteiras, caixas, pás, jarras, tesouras, talheres e serviços compunham a parafernália da prataria civil.

Uma rara colher do século XVI (Figura 168) divulgada por Reynaldo dos Santos e Irene Quilhó ou o Gomil de Asa Perdida D. João V vendido em leilão em 2001[1048], não levantam grandes dúvidas sobre a sua classificação entre os coleccionáveis sendo, mais uma vez, exemplo do padrão de procura constante das peças portuguesas pelo coleccionador, em todas as cronologias possíveis. Peças a algum título curiosas, como todas aquelas que integraram a selecção de Irene Quilhó e Reynaldo dos Santos para a antologia da *Ourivesaria Portuguesa em Colecções Particulares* (1959-1960), mas entre as quais destacamos uma salva escavada (Figura 169), de produção quinhentista, de marcada forma arquitectónica naquilo que de mais escultórico a arquitectura pode carregar sobre a sua estrutura, ou a caixa-coruja, de prata com olhos vermelhos

[1048] «Gomil de Asa Perdida D. João V», prata portuguesa, contraste de Lisboa, 1ª metade século XVIII, marca do fabricante I.S.I., in Leiria e Nascimento 2001-I, lote 206.

engastados (Figura 170), destinada à fixação dos têxteis litúrgicos sobre os altares, à semelhança de exemplares conservados no acervo do MNMC, não espantam, esteticamente, pela sua presença na Colecção Vilhena.

Figura 168 - Colher, prata portuguesa, Século XVI, 1º quartel, in Leiria e Nascimento 2001-I, lote 209. Publicada por Santos e Quilhó 1960: II, 213. © Leiria e Nascimento, Lda.

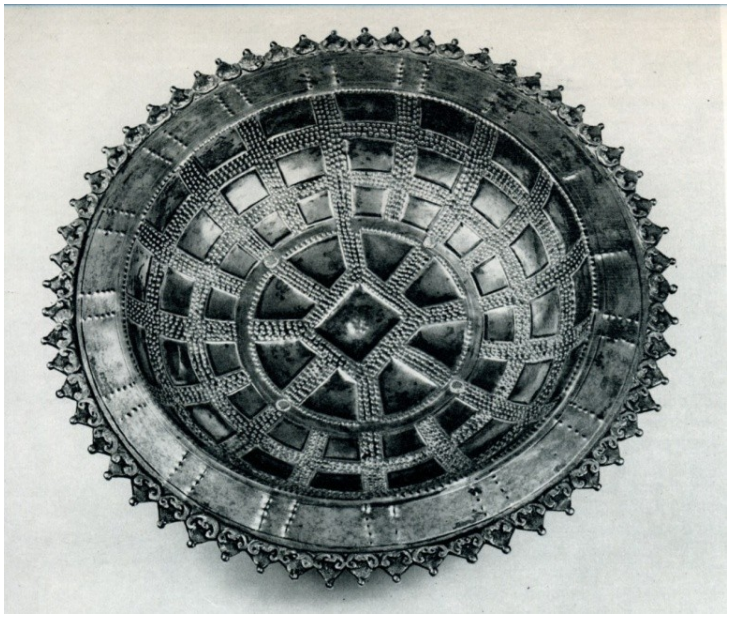


Figura 169 - Salva, prata, Portugal (?), Século XVI, publicada por Santos e Quilhó 1960: II, 215.

Figura 170 - Coruja, prata portuguesa Século XVII, publicada por Santos e Quilhó 1960: II, 217

Como breve referência colhida para a pequena história das personagens ligadas à Colecção Vilhena, foram estes objectos que permitiram a Irene Quilhó travar

conhecimento com Reynaldo dos Santos, segundo a lembrança anotada pela historiadora no seu diário, em 28 de Setembro de 1951[1049].

Informação complementar, colhida na bibliografia da especialidade, dá conta do princípio de completude cronológica que presidiu também à reunião das pratas. Nos *Diários* de Vilhena, apesar de tudo pouco prolixos sobre peças de ourivesaria concretas, destaca-se a interferência e o gosto de Maria Amélia na construção dos núcleos. Para além disso, em 1954 e em 1955, é noticiada a sanção esperada da *expertise* de Reynaldo dos Santos, mais aguardada ainda no momento em que Vilhena escreve, porque coincide com as sequências de produção da exposição *Les Trésors de l'orfèvrerie au Portugal* no Museu de Artes Decorativas de Paris[1050], da preparação da mostra *Portuguese Art*, em Londres[1051] e a sequente exposição de Ourivesaria Portuguesa e Francesa, em Lisboa, na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva[1052]. Simultaneamente, a passagem do texto do Comandante interessa por quanto e quanto de espontâneo revela sobre o apetite súbito que pode ser suscitado no espírito de um coleccionador para dar início a uma série («*bandejas*»), motivado por um qualquer objecto contemplado, como se colhe da passagem de um dia de Março de 1955: «*Entrei, de manhã, em casa do Duff, para vêr o que elle teria trazido de Londres. Aproveitei para vêr as salvas de prata, de que elle me fallou varias vezes. São interessantes, e pedi-lhe para m'as mandar a casa, para a Sª D. Amelia as vêr, tambem (e eu as levar ao Reynaldo). Á noute, vamos a casa d'este, e mostramos-lhas. Nem todas teem o mesmo valor. Fico com uma pequena, seculo XV, e com mais oito bandejas, do seculo XVII, mais ou menos. Fica uma collecção muito interessante.*»[1053].

[1049] Casa-Museu Reynaldo dos Santos-Irene Quilhó, Fundo Irene Quilhó, Diários, 1951: «*"Remembering..." - 28 Dezembro 1951 First day I met Reynaldo. I went to his house to ask hum an introduction to Comandante Ernesto Vilhena. We spoke together since 10h,30 to 13h*.».

[1050] - Ernesto de Vilhena visita a exposição de Paris, como relata: «*27 de Novembro de 1954 (Sabado) (...) De tarde, na "Exposição portugueza, de pratas", onde encontrámos o Reynaldo dos Santos e a Quilhó, esta muito pizjouete, agradavel, sympatica, e muito bem de pernas. Exposição muito bem organizada, tudo bem apresentado e posto em relevo. A Senhora, de prata, da Rainha Santa está logo na primeira sala, inteiramente só, bem destacada, como convém*.» (Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 1 Junho 1954 a 14 Março 1955:).

[1051] *Exhibition of Portuguese Art 800-1800*. 1955. London: Royal Academy of Arts.

[1052] *Exposição de Ourivesaria Portuguesa e Francesa. Inaugurada por Suas Excelências O Presidente dos Estados Unidos do Brasil e O Presidente da República Portuguesa*, 27 de Abril de 1955. 1955. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva.

[1053] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 15 Março 1955 a 13 Dezembro 1955: «*15 de Março de 1955 (3ª feira)*».

Foi, aliás, neste contexto da exposição de inauguração da FRESS que Ernesto de Vilhena se assumiu como coleccionador de ourivesaria, equiparado (e equiparando-se) a Ricardo Espírito Santo (1900-1955), através do empréstimo de vinte e uma peças[1054] para figurarem na mostra, sobre a qual comentou, em dias sucessivos: «*24 de Abril de 1955 (Domingo) (...) A Amelia foi hoje levar uma naveta à projectada Exposição de pratas, e lá algum dos presentes disse que o Ricardo Espírito Santo afirmara, em vida, que muito desejaria que na Exposição figurasse uma sala com objectos nossos, e a que daria o meu nome! Nunca esperei tanta generosidade! 27 de Abril de 1955 (4ª feira) (...) Estive, eu e a Amelia na inauguração da exposição das pratas, na Fundação Ricardo Espirito Santo. Presidiu à inauguração o Café Filho. A Quilhó-Irene - muito ataviada. Peças interessantes, algumas notaveis, vindas de Londres e Nova York. Reynaldo, muito "pecego", à Picadilly. Conheço alli os Marquezes de Sá da Bandeira (...) Ouvimos, por detraz de nós, mais de uma vez citar o meo nome, como de pessoal que comprou coisas que agora estão aqui expostas*»[1055]. É inegável que o desaparecimento de Ricardo Espírito Santo lhe sossegou o ânimo, e que o tenha provocado a mostrar o que de melhor tinha na sua colecção de prataria, acontecimento a que poderá não ter sido estranha a intervenção e a responsabilidade directa do amigo Reynaldo dos Santos, junto com Irene Quilhó, na organização da exposição.

O Comandante era rival de Espírito Santo, como perpassa subtilmente nas fontes da história económica, mas a disputa que se apura do lado de Vilhena é completamente assumida no campo do coleccionismo[1056] e comentada em diferentes episódios até à morte do banqueiro[1057]: os padrões de gosto coincidiam apenas quanto a alguns objectos e a vertente europeia nunca representou o maior dos interesses para Ernesto.

[1054] Catálogo nºs 37, 47, 55, 83, 89, 115, 123, 238[1+2], 285, 302, 352, 521, 523, 536.

[1055] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 15 Março 1955 a 13 Dezembro 1955.

[1056] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 22 Outubro 1953 a 31 Maio 1954: «*6 a 8 de Janeiro de 1954 (4ª a 6ª feira) (...) N'este dia [7, 5ª feira] tivemos a jantar, convidados pelo Julio, o Olindo Leitão, e um Pinto Basto do Conselho Fiscal do Banco Santos & Viana, pessoa rica. Tudo se passa bem, e mostra-se-lhes a casa. Referencias do Pinto Basto ao Espirito Santo, em mostrar de, em face do que vê, não considerar este colleccionador*.».

[1057] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 28 Setembro 1951 a 18 Fevereiro 1952: «*15 de Novembro de 1951 (5ª feira) (...) Jantar do Banco de Angola: Muita gente (...) Fiquei entre o Vasconcellos Correia do Banco Lisbôa & Açores e o Antunes. Aquelle está muito velho, limitado a galinha cosida e arroz branco; conta coisas do tempo da Escola Naval, rememorando coisas antigas. Gente de Bancos; vejo em frente de mim, o Ricardo Espirito Santo (...). Não desgostei de assistir a este jantar, onde encontrei muita gente conhecida, e onde fui bem tratado. O Espirito Santo, cumprimentando-me do outro lado da meza!*». Idem, de 1 Junho 1954 a 14 Março 1955: «*1 e 2 de Fevereiro de 1955 (3ª-4ª feira) - (...) Em 2, de manhã, conheceu-se a morte do Ricardo Espirito Santo. Ha alvoroço entre os maiorais do Banco, fallando o Brandão em se constituir uma "delegação", para ir*

METAIS

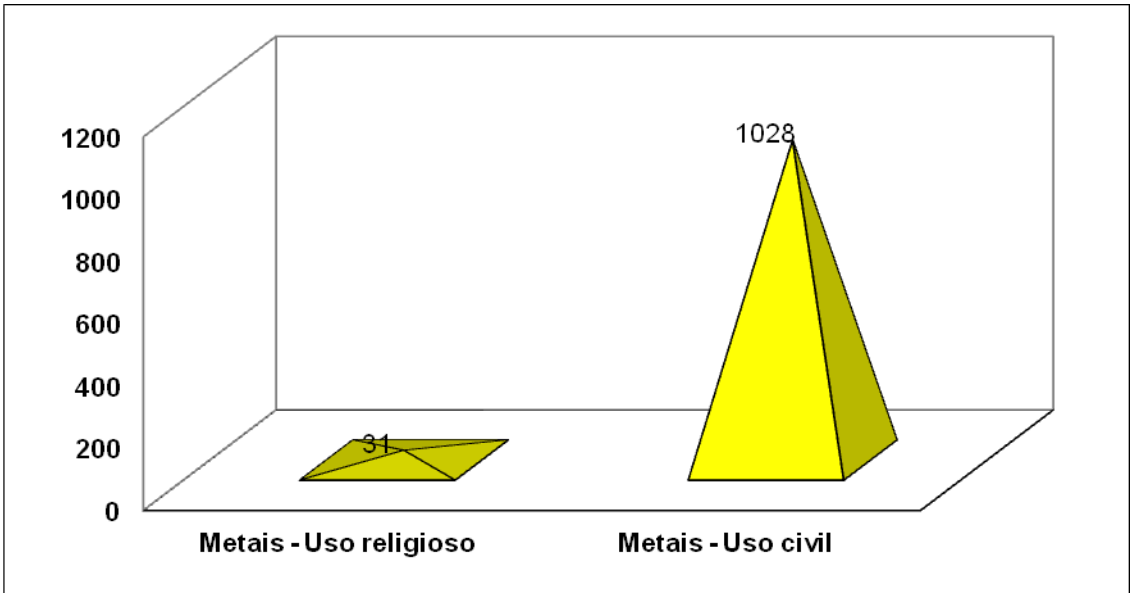


Figura 171 - Fonte: ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/07183 (Processo) - Ernesto Jardim de Vilhena

No universo dos objectos metálicos estão presentes facetas matriciais da Colecção Vilhena que caracterizam outros núcleos de artes decorativas. Desde logo, podem distinguir-se entre objectos de uso religioso e objectos de uso civil (Figura 171), à semelhança do núcleo das Pratas, repetindo-se entre as peças ligadas à liturgia, agora executadas em latão, cobre, estanho, «*metal dourado*» e em bronze as séries de galhetas, cálices, relicários, caldeirinhas, híssopes, custódias, navetas, grinaldas, coroas de imagem ou varas de pendão. Um sino datado de 1674 completava o conjunto (*Inventário 1967-1969*, verba Nº 2106).

Destaca-se pelo seu carácter exaustivo, de entre todos os objectos litúrgicos, o agrupamento de pratos de esmolas, os ditos *«pratos de Nuremberga»* (Figura 172), nas suas múltiplas iconografias e padrões ornamentais. Provenientes do centro da Europa, genericamente da "Flandres" (as denominadas *dinanderies*, de cobre e latão, correntes

---

apresentar condolencias. Falla-me depois o Callens, com o qual concorda em que se mande uma carta ao Banco Espirito Santo, e que alguem fosse representar o Banco Burnay. Escreveu-se a carta, e nomeei o Nova Gôa para representar o Banco. 3 de Fevereiro de 1955 (5ª feira) - Realizou-se o funeral do Ricardo Espirito Santo, com grande representação official e particular, estando presentes varios ministros e o Salazar. Longos artigos nos jornaes, n'alguns jornaes, e entre elles o "Diario de Noticias", com fundo do A. de Castro ao seu "querido e saudoso amigo" etc. Manifestação absolutamente desproporcionada, com evidente exagero, e mesmo escandalosamente imoral, porque, diz o Julio, e bem, se se fez uma manifestação d'esta ordem a um homem de senilidade notoria, defraudador, durante longos anos, do patrimonio nacional, elemento dominante no meio bancario e de negocios, que manifestação pode reservar-se para um alto valor mental, humilde, modesto, que tenha passado a vida a trabalhar com alto sentido patriotico e verdadeiro interesse nacional? Este homem soube enganar todo o mundo, a criar-se uma influencia desproporcionada com o seu merecimento!».

na cultura material portuguesa desde o século XV), tornaram-se produtos da indústria artística que gozaram de grande popularidade nas colecções privadas nacionais desde o século de Oitocentos, sendo a mais famosa reunida por Guerra Junqueiro[1058], emulada por Ernesto de Vilhena.

Entre o conjunto dos objectos de uso civil inclui-se uma série de «*tabuleiros de folha de ferro pintada*» (*Inventário 1967-1969)* com episódios alusivos às invasões napoleónicas[1059], retratos régios e cenas galantes, que integrava a sequência lógica da colecção de «*bandejas*» de prata, prolongada ainda pelos tabuleiros em madeira e em laca de produção asiática, que o Comandante entusiaticamente reuniu.

Figura 172 - Exposição para o Leilão da Colecção Vilhena realizado pela Leiria & Nascimento em Outubro de 1969, fotografia de Mário Novais © FCG, Biblioteca de Arte, Espólio Mário Novais, Cxa. 1949, CFT003031481.ia

[1058] *Os Pratos de Nuremberga da Casa-Museu de Guerra Junqueiro* 1965.
[1059] *Vd.* Leiria e Nascimento 1992, lotes 105-107; Leiria e Nascimento 1994, lote 81A; Leiria e Nascimento 1995, lotes 170-182.

Outros conjuntos como o de jarras, lâmpadas de suspensão, defumadores, braseiras, palmatórias, candeias, tinteiros, bilhas, castiçais, candeeiros de azeite, campaínhas, estantes, lamparinas, produzidas em ferro, estanho, cobre, latão, bronze ou metal dourado, introduzem-nos por um lado no mundo das indústrias artísticas portuguesas numa longa diacronia, tal como concebido na etnologia de José Leite de Vasconcelos, ou por Joaquim de Vasconcelos (Leandro 2008), e por outro lado também nos cenários eclécticos produzidos pelos amantes e exploradores do "bric-a-braquismo". Nesse sentido, a presença do gosto fim de século XIX terá tido forte impacto sobre a constituição deste núcleo, notório em vários apontamentos materiais do orientalismo[1060] das imagens chinesas, floreiras, perfumadores e jarras, identificados na listagem do inventário como peças trabalhadas em metal com acabamento *cloisonée* (Figura 173).

Figura 173 - Exposição para o Leilão da Colecção Vilhena realizado pela Leiria & Nascimento em Outubro de 1969, fotografia de Mário Novais © FCG, Biblioteca de Arte, Espólio Mário Novais, Cxa. 1949, CFT003031478.ia

Na procura da variedade completa de tipos, o núcleo agregava também pesos romanos, um conjunto de pesos manuelinos (verba Nº 1412), uma acarinhada colecção de almofarizes[1061] (Figura 174) e outra de ferragens para a qual Vilhena mantinha os

[1060] *O Orientalismo em Portugal [Séculos XVI-XX]*. 1999.

[1061] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 7 de Julho 1949 - 10 Fevereiro 1950: «*18 de Novembro de 1949 (Domingo) - O Manuel descobre que desapareceram 6 almofarizes, da collecção d'elles, que estava na cada interior do salão dos santos. O filho do Benjamim - pedreiro é o suspeito. 19 a 23 de Dezembro de 1949 (2ª a 6ª feira) - (...) O Manuel descobrio os almofarizes em um*

seus agentes prospectores alerta e cujo conceito é associável ao dos fragmentos têxteis, como se deduz da descrição de uma das verbas constantes do *Inventário 1967-1969* «*Colecção de cento e cinco cartões com oitocentos e oitenta e sete chaves, três chaves soltas, um cartão com quatro cravos, duas pontas de lança, tesoura grande pá para brazeira, um parafuso e um prego, um cartão com um ferrolho, um ferrolho com fechadura, duas chaves e um escudete de ferro e outro cartão com quatro pás para brazeira, de latão com o valor de quinze mil escudos»* (Verba Nº 2191).

Figura 174- Exposição para o Leilão da Colecção Vilhena realizado pela Leiria & Nascimento em Outubro de 1969, pormenor de fotografia de Mário Novais © FCG, Biblioteca de Arte, Espólio Mário Novais, Cxa. 1949, CFT003031821.ia

*ferro-velho da Rua da Rosa, chamou um policia para testemunhar a existencia d'elles (5 almofarizes e 2 mãos) e prevenio-me. Eu pedi a intervenção do agente Ribeiro, que veio na 4ª feira 21, de manhã. Levou-se o rapaz ao ferro-velho que o reconheceu e as coisas roubadas vieram para casa. Não se foi mais longe, para não tornar impossivel ao Pae o continuar a trabalhar connosco, aqui em casa. Ficou, assim, este caso arrumado, se bem que se desconfia do desaparecimento de dois ou tres jógos de pesos pequenos, d'aquelles do feitio de tronco de em*a.». Idem, de 27 Fevereiro 1951 a 28 Setembro 1951: «*Domingo, 8 de Abril de 1951 (Domingo) - Em casa, como de costume, agarrado aos papeis da Companhia. Veio o Beça, trazendo, de presente, um almofariz*.».

METAIS: Cruzes e terços

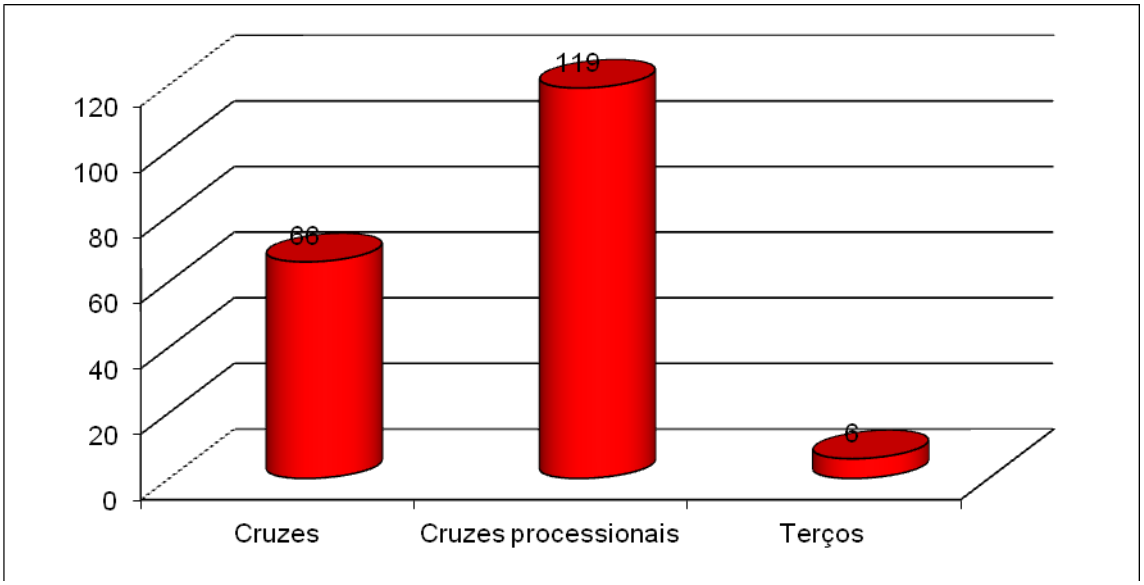


Figura 175 - Fonte: ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/07183 (Processo) - Ernesto Jardim de Vilhena

À semelhança do conjunto de pratos de esmola, deveria incluir-se no núcleo de Metais o número significativo de cruzes processionais presente na Colecção Vilhena. Contudo, a sua representatividade colhida noutras fontes, indicam que o Comandante as considerou como grupo específico no universo dos objectos que lhe interessavam[1062], facto que leva a separá-las aqui e se torna mais evidente pela ponderação do número em causa (Figura 175). Nas missivas de Saraiva Nunes (Doc. II.3) as cruzes foram tema de permanente troca de informações e, por vezes, será o próprio agente a chamar a atenção do coleccionador para a existência de determinadas peças disponíveis para compra. Alertava para a excelência das oportunidades e das geografias em que elas se poderiam adquirir, muito relacionadas com as regiões fronteiriças da antiga Castela e Leão, dados importantes para o historial destes objectos e para a história das práticas litúrgicas do reino de Portugal ao longo da Idade Média e da Idade Moderna, face à sua cronologia, que justificaram as aquisições de alguns exemplares no mercado leiloeiro pelo Museu Nacional de Arte Antiga, em 1995 (Franco 2003).

Ernesto de Vilhena não interrompe a coleccionação de cruzes após a ruptura em 1943 da sua relação com Nunes. Durante a década seguinte continua a fazer-lhes

[1062] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros): *Caderno de viagem Nº 18*, ms., 14 Junho 1942 - 11 Julho 1942; 18 Novembro 1943 -27 Fevereiro 1944:«*21 de Novembro de 1943 (Domingo) - Fomos vêr o Museo do Porto (...)A nossa de cruzes processionaes é muito superior.*».

referência nos diários[1063] e, terá sido mesmo à volta de uma cruz comprada no Porto, proveniente da região de Braga, cujos exactos contornos negociais estão ainda por apurar, que será chamado a prestar declarações perante as autoridades policiais, como dá conta em várias passagens do processo, entre Março e Outubro de 1956: «*29 de Março de 1956 (5ª feira - (...) Em tempo. Falta-me sempre qualquer coisa a escrever no dia proprio. Na 4ª feira passada, comparece na 2ª Divisão da P.S.P. um Thomaz Ribeiro, para depor no caso da cruz processional, que me foi vendida pelo homem do "Bons Tempos", do Porto. À testa d'ella está um capitão, rapaz novo, um tanto garrido, mas delicado. Depois, juntando fotografias da carta do Padre para mim, e da carta e factura da loja vendedora. (...) 2 de Abril de 1956 (2ª feira) (...) Hoje, no escriptorio, fallei ao Dr. Fernando de Castro no caso da cruz, afim de saber se elle conhecia algum advogado em Braga, a quem se poderia pedir informações, e que acompanhasse o assumpto. Disse-me que conhecia, e que ia escrever-lhe. (...) 22 de Maio de 1956 (3ª feira) (...) Sou convocado para ir à Policia Judiciária, para ser ouvido sobre o caso da cruz de Braga, para 23 às 3h.30m, e que leve a fotografia d'ella.* (...) *23 de Maio de 1956 (4ª feira) - Vou ao Torel, o agente, que é um sr. Pina, de quem o Ribeiro diz bastante mal, pergunta-me se eu confirmo a declaração que fiz na P.S. Pública, e eu digo-lhe que sim. Explica que não tive tempo de fazer fotografias a cruz, mas que já encomendei o serviço, e é possível que possa trazer-lha amanhã. O homem concorda. À noute, o Clara, vem a casa tirar a fotografia da cruz.* (...) *16 de Outubro de 1956 (3ª feira)* (...) *Intimado para ir à Policia Judiciária por causa da cruz de Braga, e que leve a cruz. O agente era um rapaz novo, Abrantes, que precisava da cruz para, segundo o pedido de Braga ser identificada por peritos. O que se seguio é tudo o que pode haver de comico, porque, depois de termos entrado em uma loja de moveis, o cujo deve ser dono, logo, não percebe nada d'aquilo, fomos mais abaixo, à rua de S. José, a uma outra casa, penhoradora de moveis, cujo dono, que não percebia tambem nada de antiguidades, se prontificou a dar parecer sobre o objecto, o qual se limitou a medida, e a referir as imagem que sobre ella estavam cravadas, e, conclue assim, por uma*

[1063] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 15 Março 1955 a 13 Dezembro 1955: «*1 de Julho de 1955 (6ª feira) - Vem o Caldeira, a quem compro uma cruz, e recuso a sua "colcha de piano".*».

forma tão superficial que não poderia haver identificação possivel. E temos, de novo, a cruz, porque assim estava estabelecido.»[1064].

MOBILIÁRIO

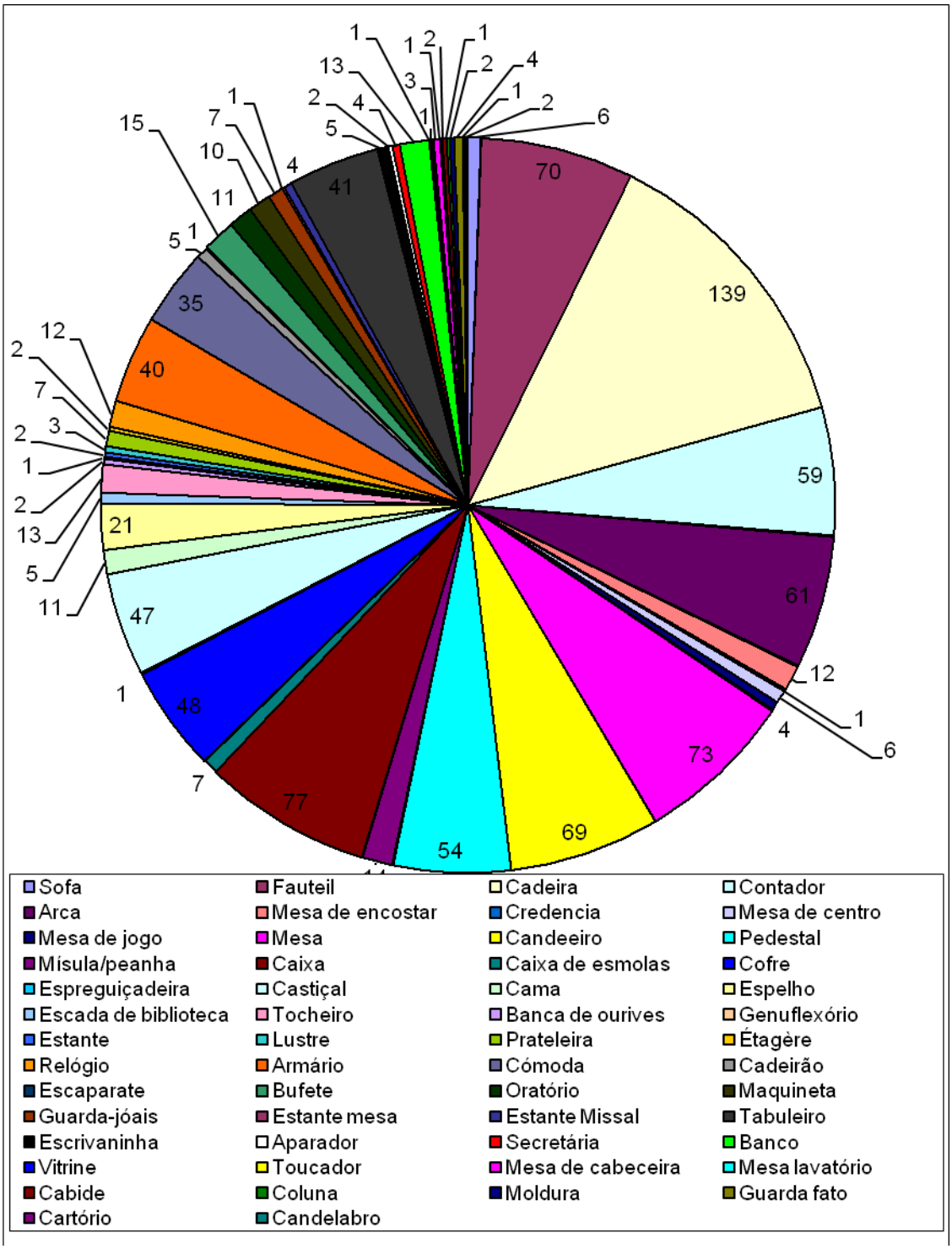


Figura 176 - Fonte: ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/07183 (Processo) - Ernesto Jardim de Vilhena

[1064] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 16 Dezembro 1955 a 18 Novembro 1956.

Para o Núcleo de Mobiliário o gráfico baseado nos indicadores do *Inventário de 1967-1969* (Figura 176), sugere uma leitura de princípios idênticos aos que nortearam a definição do Núcleo de Pratas. Pulverização dos tipos de objectos, diferenciação entre bens de decoração da casa e peças de colecção, presença de mobiliário litúrgico, e em número elevado.

Figura 177 - Armário policromado, Século XVII, Portugal. In Quilhó 1970: s.p.

Os objectos funcionais, de uso corrente e quotidiano, são facilmente identificados, quanto mais não seja pelo seu número reduzido. Os guarda-fatos, toucadores, mesas-de-cabeceira, mesas de lavatório, cabides, camas, sofás, escadas de biblioteca, secretárias não fariam, assim, parte dos coleccionáveis. No agrupamento notam-se os números averbados dos móveis-expositores destinados à contenção, mostra e suporte das peças coleccionadas, como os 54 pedestais, 7 prateleiras, 2 étagères, 1 escaparate, 1 vitrina, 1 coluna e ainda os 40 armários, móveis que colocaremos na fronteira entre as funções de conservação/exposição e a reunião coleccionista (Figura 177). Outras tipologias enumeradas denotam o predomínio do mobiliário de assento a que se juntam mesas, mesas de encostar e bufetes. Domina, contudo, em absoluto a

tipologia de móveis-contentores: arcas, contadores, maquinetas, cómodas, caixas de esmolas, guarda-jóias. Caixas e caixinhas cuja função fora preservar algo, foram coleccionadas para nada conter, apenas por elas próprias.

Pontua ainda um número considerável de relógios de caixa alta, peças ligadas à escrita, como as escrivaninhas, e associadas à leitura, como as estantes de mesa e as de missal.

Durante o "período Vilhena", algumas das peças foram reveladas por Irene Quilhó, no capítulo "Mobiliário" incluído no volume III dos *Oito Séculos de Arte Portuguesa. História e Espírito* (Quilhó 1970: 417-480). Publicação póstuma saída ainda com a indicação da direcção de Reynaldo dos Santos (m. 1970), e também posterior à morte do Comandante, identifica as peças como pertencentes à colecção de Maria Amélia de Vilhena. A informação, cronologicamente correcta quanto à propriedade efectiva dos objectos à data, simboliza a importância da coleccionadora na constituição das diferentes parcelas da Colecção. O seu papel deve ser equacionado na avaliação de qualquer um dos núcleos constituintes, interpretação que sugerem alguns dos dados transmitidos pelas fontes primárias. Conhecer melhor a intervenção da mulher de Ernesto de Vilhena permitiria esclarecer uma série de questões cientificamente ainda polémicas e em discussão na historiografia do tema. Neste período concreto da história do coleccionismo português, uma parcela significativa dos comerciantes de arte eram mulheres (cf. Mântua 2010), o universo dos conservadores dos museus e *experts* começava a ser maioritariamente feminino. Surgem e movimentam-se no mundo português das colecções artísticas personagens com o protagonismo individual, embora discreto, da marquesa de Valenças, familiar dos Vilhena, de Olga de Morais Sarmento (1881-1948), de Olga Álvares Pereira de Melo (1900-1996), marquesa de Cadaval, ou da exuberante Genoveva Lima Mayer Ulrich (Veva de Lima, 1886-1963). Haverá pois, motivos bastantes para equacionar se este mundo seria reservadamente masculino, ou se a prática da colecção, e dos amantes da arte, podia realizar-se - e ser conseguida - no feminino, e qual o enquadramento social, ultrapassando assim uma simples narrativa de género.

Figura 178 - Armário, Século XVI, 1ª metade. In Quilhó 1970: 426, foto 527.

Figura 179 - Maria Amélia de Vilhena, fotografia em data não identificada. © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

Figura 180 - Cadeira de tesoura, Portugal, Século XVIII. Vendida por Cabral Moncada, Leilão 151, 2013, lote 106 © Cabral Moncada Leilões

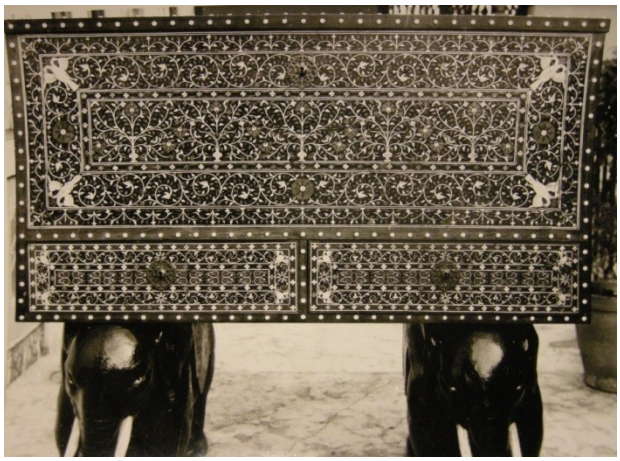
Figura 181 - Cadeira de criança, Portugal, Século XVIII. Vendida pelo Palácio do Correio-Velho, Leilão 150, 2005, lote 156 © Palácio do Correio-Velho

Como se percebe em documentação complementar à do *Inventário 1967-1969*[1065], os móveis Vilhena traduzem a linha cronológica da história do mobiliário português (Figura 179 a Figura 181), das ilhas (Açores), ibérico e pontualmente europeu, adquirindo peças no mercado internacional quando se mostrava necessário completar lacunas materiais do património português (Figura 178)[1066]. Neste grupo, sobressaiem algumas obras emblemáticas, "históricas", como a Arca dos Gamas (Figura 219), peças datadas, peças com inscrições (Quilhó 1970, foto 532), peças ornamentadas com heráldica (Quilhó 1970: 435) e um número considerável de móveis pintados ou ornamentados com embutidos. Juntam-se as produções africanas (Figura 156), do mediterrâneo oriental (Figura 182), e as asiáticas, desde as ditas indo-portuguesas (Figura 183) até às Nanban (Figura 184). O padrão de gosto não foge, portanto, às linhas mestras dos núcleos anteriores.

[1065] *Exposição de Arte Sacra Missionária. Edição comemorativa*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952; *A Arte nas Províncias Portuguesas do Ultramar*. Lisboa: MNAA, 1956; Cagigal 1964 e 1966; Quilhó 1970; Ferrão 1990; *Via Orientalis* 1991; *De Lisboa a Goa* 1991; *A Herança de Rauluchantin*. 1996.

[1066] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda*. De 1 de Janeiro de 1946 a 4 de Maio de 1947, ms.: «*18 de Junho de 1946 (3ª feira) - (...) Chegou, hontem, o armario que eu havia comprado ao Wolsey [Londres]*.».

Figura 182 - Arca, proveniente da Col. Ernesto de Vilhena, depósito Amaral Cabral, Paço Ducal de Vila Viçosa, Sala de Hércules. In http://360portugal.com/Distritos.QTVR/Evora.VR/vilas.cidades/VilaVicosa/PalacioDucal/index.html [acedido em 16.01.2014]



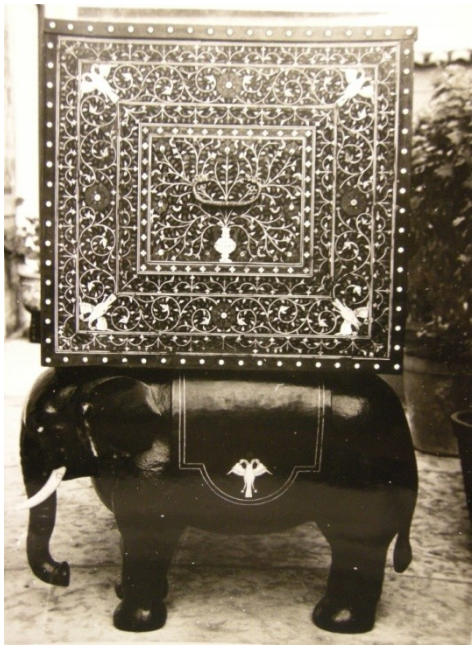


Figura 183 - Contador, Propriedade particular, Espólio Madalena Cagigal e Silva: fotografia sem indicação de autor, não datadas. Legenda no verso: «*Vilhena Coll. Esta pus em não publicar. Colecção Vilhena*».

Figura 184 - Escritório, Namban, Século XVII, localização não apurada © http://japanesembassies.wordpress.com/tsuba-and-other-namban-pieces/ [acedido em 19.11.2013]

O interesse pelo mobiliário de origem colonial vinha de longe e, note-se, esta apetência concreta não é fruto do relacionamento estético de Ernesto de Vilhena com Reynaldo dos Santos que teoricamente só se dedicará à questão a partir de 1936 (Cf. Conferência "O Império Português e a Arte")[1067]. Desde muito cedo o regista nos seus *Cadernos de Viagem* e em descrições etnográficas de diferentes regiões de África, entre as quais destacaremos as peças de mobiliário que ele identifica nas casas da ilha de Ibo, na Zambézia. Informa o Comandante que nas casas mais europeizadas da região, «*São muito usadas, e não só aqui como em toda a costa, as mobilias da India, de ebano, esculpidas por artistas d'alli, que teem um cunho accentuadamente exotico, e não são desprovidas de belleza. A cadeira de descanso aparece tambem e está em todas as habitações. Ella só por si nos diz que estamos nos tropicos.*» (Ernesto Jardim de Vilhena. *Companhia do Niassa...,* 1905: 223). Em habitações mais características da própria ilha, «*no primeiro compartimento, o que dá sobre a varanda fizeram a sala, modesta na verdade, mas por isso mesmo muito mais em harmonia com o meio e mais perto da mediania usada. Pelas paredes vemos oleographias suspensas sobre a cal muito branca; em baixo, rente às paredes, cadeiras de braços com assento de palhinha em quadrado, de uma configuração especial, que provêm também da India, muito commodas (...)*» (Idem: 224).

[1067] Sobre as questões teóricas em torno do conceito de arte colonial portuguesa cf. a vasta bibliografia de Rafael Moreira, e Pinto 2014.

MARFINS

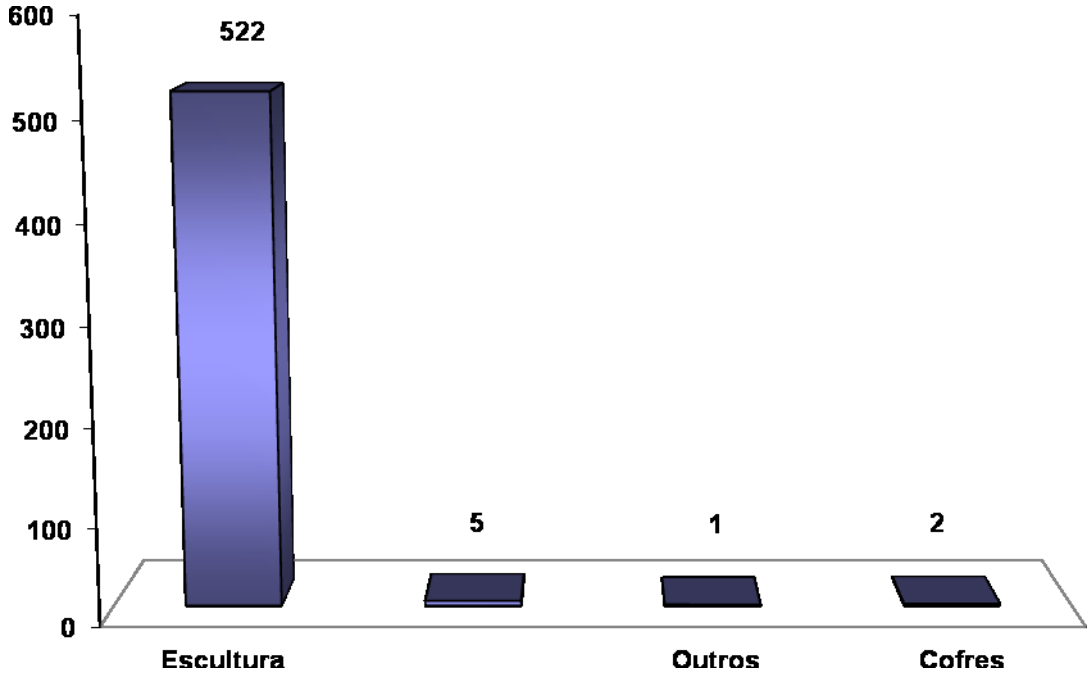


Figura 185 - Fonte: ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/07183 (Processo) - Ernesto Jardim de Vilhenafalta a legenda dos objectos de uso civil

Afiançando o interesse que lhe suscitava esta arte (Figura 185), em certo momento dos seus registos diários, Ernesto de Vilhena afirma-se um bom conhecedor de escultura em marfim: «*30 de Novembro de 1951 (6ª feira) (...) Diz o Van Brée que o novo Ministro não pode ser comparado com o que saiu. Digo-lhe eu, a este respeito; que sucedeo em o processo de um objecto portuguez de arte, que os belgas desejavam offerecer ao Van der Elt, e que o não teriam encontrado, se eu não chamasse a mim o encargo de o encontrar, e foi uma linda imagem em marfim, da Virgem, trabalho portuguez, do seculo XVIII, que eu tive comprada para mim. Elles não queriam gastar alem de 10.000 escudos, e a coisa saio-lhe por oito (8.000$00).*»[1068].

[1068] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 28 Setembro 1951 a 18 Fevereiro 1952.

Figura 186 - Exposição para o Leilão da Colecção Vilhena realizado pela Leiria & Nascimento em Outubro de 1969, pormenor de fotografia de Mário Novais © FCG, Biblioteca de Arte, Espólio Mário Novais, Cxa. 1949, CFT003031821.ia

Contudo, o núcleo de Marfins da Colecção Vilhena constitui, ainda em 2014, um enigma por esclarecer. À data do primeiro leilão promovido pela Leiria & Nascimento, em 1969 (Figura 186), a voz de Bernardo Ferrão[1069] foi a primeira a erguer-se em alerta para a irreparabilidade que significava o desbaratar do conjunto[1070] (Ferrão 1969), dando à estampa como exemplo um Menino Jesus Bom Pastor de grandes dimensões e superior qualidade de execução (Figura 187). Não ficara perceptível a motivação nem dos doadores, nem do Estado, em aceitar que da Doação da Colecção de Escultura estivesse ausente qualquer peça ebúrnea, nomeadamente pela excelência de alguns dos exemplares coleccionados e pelo valor do agregado das peças de produção luso-oriental.

[1069] Sobre Bernardo Ferrão e o seu papel patrimonialista cf. Pinto 2014.
[1070] Cf. Parte II.6.3., mais à frente nesta tese.

Figura 187 -«*Bom Pastor. Trabalho do séc. XVII das oficinas goesas (...) Antiga colecção do Com^te^ Ernesto de Vilhena, Lisboa*». In Ferrão 1969: 79.

Verificamos que os números fornecidos pelo *Inventário de 1967-1969* dão razão ao autor. Na realidade, tratava-se de uma parcela importante da Colecção de Escultura, correspondente a núcleos entendidos por Ernesto de Vilhena como "portugueses" na sua origem imperial ou então aqueles que englobavam obras correspondentes à sedução orientalizante de cunho oitocentista, como se vem tornando notório ao longo da análise de outros conjuntos já aqui apresentados. Por força desta lógica, a imaginária em marfim integraria o núcleo escultórico, estando por isso em falta de representatividade no conjunto elaborado após a morte do coleccionador.

A dispersão tornou-se um facto consumado e só muito pontualmente têm surgido peças no mercado de arte originárias deste grupo[1071]. Uma eventual saída em bloco para o estrangeiro, segundo algumas interpretações veiculadas por outros coleccionadores[1072], pode estar por detrás desta ausência; perguntamo-nos todavia se a explicação não poderá residir na continuidade da apetência coleccionista por este tipo de objectos, continuando a conservá-los e a mantê-los como mais-valia em propriedade privada.

LEQUES

Os 182 leques distribuídos por duas verbas no *Inventário 1967-1969* dão conta, mais uma vez, da vontade de abarcar todo o universo de objectos coleccionáveis, e

[1071] A São Roque Antiguidades & Galeria de Arte teve à venda o Menino Jesus Bom Pastor publicado por Bernardo Ferrão em 1969, identificado como proveniente da Colecção do Comandante Ernesto de Vilhena pelo selo.
[1072] Entrevista a José Lico. Lisboa, 8 de Junho 2011.

alinha com o gosto europeu sedimentado entre os coleccionadores desde os meados do século XIX e que teve francos adeptos entre os portugueses em cujas colecções (ou nos recheios das casas) passaram a ter lugar obrigatório, como na colecção de Manuel José de Barros, do Porto (Magalhães 2005: 165), ou como claramente patente nas colecções do Museu Nogueira da Silva, em Braga, ou na Casa-Museu Medeiros e Almeida, em Lisboa. Para além da sua permanência funcional na cultura material do país, continuavam a seduzir pela linguagem misteriosa e pela etiqueta, quase hermética, associada ao seu uso de origens reputadas como ancestrais. O preciosismo e os requintes de execução ou a possibilidade de servirem de suporte pictórico, acabarão por transformá-los em objectos decorativos e metamorfoseá-los em peças de colecção. O fenómeno consolida-se com a atracção orientalista.

Na colecção Vilhena, tendo em conta os exemplares que surgiram em hasta pública desde a década de 1990, é uma vez mais reconhecível a vontade de reunir as origens mais comuns dos leques usados em Portugal, os leques espanhóis, franceses, com aplicações de rendas de Bruxelas, e os mais variados leques e ventarolas do Extremo Oriente, em laca, papel, tecido pintado, penas, madrepérola, tartaruga ou marfim entalhados, os leques mandarim da China, em sândalo da Índia. Para além destes, destaca-se um conjunto curioso de leques historiados, "comemorativos", entre os quais se salientam as memórias portuguesas do Leque do 4º Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, um exemplar com gravuras da autoria de Rafael Bordalo Pinheiro alusivo ao casamento de D. Carlos com D. Amélia, em 1886, ou o francês com a representação de Luís XIV entre a sua corte (Leiria e Nascimento, 7 e 8 de Novembro 1995, lotes 311 a 353; Leiria e Nascimento 24 de Outubro 2001-I, lotes 143 a 151).

PINTURA

O Núcleo de Pintura é consideravelmente restrito perante os números apurados para os agrupamentos que dizem respeito às artes decorativas (Figura 188). Soma o total de 236 peças, distribuídas por 123 verbas no *Inventário 1967-1969.* A maioria é constituída por obras pictóricas sobre tela e sobre madeira, mas referem-se também

pinturas sobre tecido, número abundante de pintura sobre «*lâmina*» de metal (cobre), sobre vidro e alguma pintura sobre couro[1073] e sobre pergaminho.

Um número avultado de registos de santos foi agregado pelos inventariantes a este conjunto pictórico, sobretudo quando se tratou das peças emolduradas[1074], acabando muitos deles por serem considerados na qualidade de gravuras. Todavia, embora o valor das espécies gravadas seja significativo, tem de ser muito relativizado, pois a Biblioteca Geral continha, em verbas totalmente distintas das do recheio da Casa, mais 400 gravuras e mapas e juntava ainda a quantidade generosa de 5856 registos de santos que não foram descritos *per si*, e que de acordo com o mesmo princípio, completariam o grupo presente no Núcleo de Pintura.

Segundo estas premissas apresentadas, determina-se no núcleo agregado ao conjunto de registos de santos, a complementaridade "documental" da Colecção de Escultura, ou seja os mesmos valores representacionais das imagens presentes no Núcleo escultórico, reproduzidos em técnicas e em suportes diferentes[1075].

Salienta-se também a exiguidade das existências de desenho, no qual a presença de algumas obras atribuídas a Francisco Vieira Lusitano merecia óbvio destaque[1076].

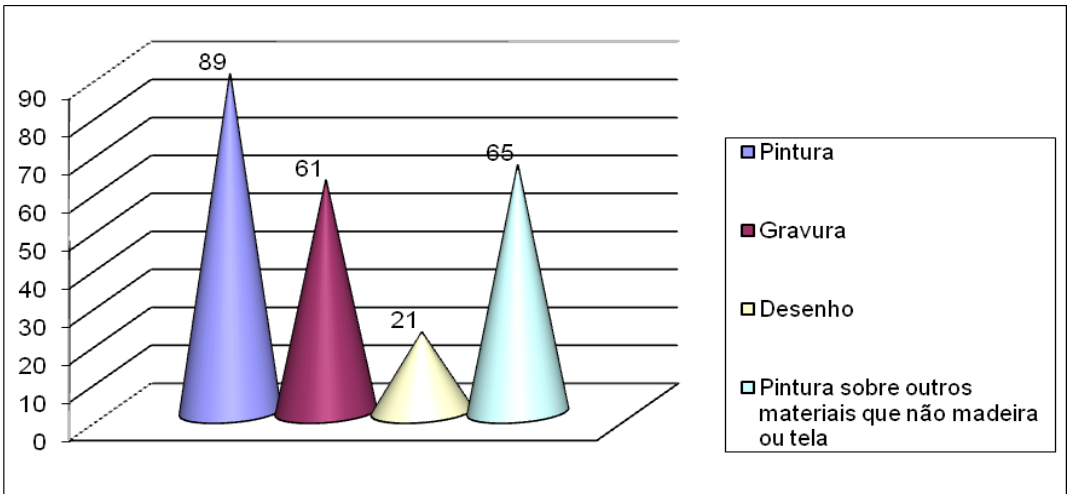


Figura 188 - Fonte: ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/07183 (Processo) - Ernesto Jardim de Vilhena

[1073] Leiria e Nascimento 1992, lotes 87 e 88, pinturas com a função de frontais de altar.
[1074] Cf. Leiria e Nascimento 1992, lotes 76 e 77, por exemplo.
[1075] A localização e investigação posterior sobre os registos de santos que constituíram parte da Biblioteca serão linhas de trabalho importantes no próprio estudo da Escultura Vilhena porquanto nos poderão informar sobre as imagens, seus cultos e proveniências originais. Registe-se o facto, até agora sem explicação coerente com os processos de alienação do património Vilhena, que não há referências sobre o destino deste conjunto de peças, nem sequer se apresentaram nas hastas públicas realizadas durante a década de 1990, até 2001.
[1076] Idem, lote 84.

Os números mais significativos entre a pintura restante não vão muito além destes princípios icónicos, visualmente sintéticos e monumentalizantes da cristologia e das hagiografias, o que também poderá explicar algumas das verbas que indicam a existência de ícones da «*Escola Grega*» (*Inventário 1967-1969,* verbas 212, 215, 470, 995*)*, presenças pouco correntes nas colecções portuguesas deste período, mas que o enquadramento na cultura visual de Ernesto de Vilhena acaba por esclarecer[1077]. Ou seja, Vilhena coleccionou muitos "retratos de santos" em todos os suportes (cf. Figura 102 e Figuras 190 e 191). Juntou-lhes alguma pintura narrativa e alegórica (neste caso, abarcando as técnicas da pintura sobre cobre[1078] e da gravura[1079]), cenas de género[1080], paisagem, naturezas mortas e retratos históricos, se considerados os números relativos dos objectos perante a totalidade do Núcleo[1081].

Figura 189 - Exposição para o Leilão da Colecção Vilhena realizado pela Leiria & Nascimento em Outubro de 1969, pormenor de fotografia de Mário Novais © FCG, Biblioteca de Arte, Espólio Mário Novais, Cxa. 1949, CFT003031490.ia

[1077] O lote nº 1158 da Colecção dos Condes de Burnay, alienada no Palácio da Junqueira em 1934, com fotografia no catálogo do leilão, apresenta como proveniente do Quarto de Cama Nº 3 uma pintura deste tipo representando três santos e o Padre Eterno, integrados em moldura de prata relevada (Cf. *Catálogo dos Quadros* ...1934, lote 1158), pontuando um gosto que Ernesto Vilhena conhecia bem e replicou na sua colecção, embora seja ainda tema de incipiente estudo.
[1078] Leilão Leiria e Nascimento, 7 e 8 de Novembro 1995, lotes 192, 194.
[1079] Cf. Leiria e Nascimento 1992, lotes 83, 86. No leilão Leiria e Nascimento de 26 e 27 de Outubro de 1994, foram à praça as alegorias das Quatro Estações, gravadas (lote 152).
[1080] Em 1992 a Leiria e Nascimento levou à praça a Jardim dos Amores, cópia antiga de Rubens (Idem, lote 85).
[1081] Um painel dito das *Alminhas* foi publicado em fotografia e respectiva legenda em *Artes e Colecções Arte Antiga e Moderna, Bibliofilia, Leilões*. Dir. Carlos Queiroz. Volume I, Nº 2, Julho 1947: capa - "Painel das «Alminhas» - Pintura Portuguesa do Sec. XVII - Colecção Ernesto Vilhena". Trata-se, na realidade um Julgamento Final, como vemos revelado e aplaudido nos círculos coleccionistas dos finais dos anos 40 (o que seria sintomático dos novos gostos por expressões impressivamente mais vernáculas da cultura visual portuguesa) e na sua formulação pictórica acaba por sintetizar todos estes gostos, mesmo que expressos de uma forma considerada como "arte popular".

Dentro do grupo que denominamos "icónico", sobressaem as pinturas sobre madeira dos séculos XV e XVI, de produção catalã, portuguesa e flamenga, representando santos, bispos, alguns arcanjos São Miguel, Santos António, e ainda as incontornáveis devoções marianas da Virgem do Leite, e igualmente da Virgem Maria acompanhada pelo Menino Jesus e São João Baptista. De entre as flamengas sobressaía um busto feminino, atribuído em 1967 a Dierick Bouts (*Inventário 1967-1969*, verba Nº 210) que deveria dizer respeito à Virgem orante vendida em leilão pela Leiria e Nascimento em Julho de 2000 (lote 484) com a identificação de ser «*pintura a óleo sobre madeira de carvalho, escola flamenga séc. XVI*».

Figura 190 - Arquivo Fotográfico MNAA. «Pintura Portuguesa. Mestre de Viseu. S. Miguel. Séc. XVI. Lisboa - pertence ao Exmo. Senhor Ernesto de Vilhena. Cliché de Coutinho. Prova de Coutinho. Neg. 2171. Cx. 160. D. 18 x 24. Data 1938.». Vendido no Leilão Leiria e Nascimento, 4 de Dezembro 1992, lote 89 © MNAA, Arquivo Fotográfico

Figura 191 - Santo António, pintura portuguesa,Século XVI. Vendido no Leilão Leiria e Nascimento, 27 de Novembro 2001, lote 141.Figurou na Exposição *Santo António* 1947, cat. nº 12, atribuído à oficina de Gregório Lopes. © Leiria e Nascimento, Lda.

Ainda de produção espanhola, que não conseguimos apurar ter sido adquirida em Portugal ou directamente nas viagens por Espanha, averbavam-se um Calvário (Figura 192) também classificado como catalão em 1967 (*Inventário 1967-1969*, verba Nº 216) e uma Piedade dada ao leonardesco Luis de Morales (ca. 1509-1586), que sabemos ser pintor pelo qual Maria Amélia de Vilhena nutriu especial interesse (Figura

193)[1082], ambas alienadas no leilão de 1969 realizado pela Leiria & Nascimento conforme revelam as fotografias de Mário Novais.

Figura 192 - Calvário, pintura catalã (atrib.), Exposição para o Leilão da Colecção Vilhena realizado pela Leiria & Nascimento em Outubro de 1969, pormenor de fotografia de Mário Novais © FCG, Biblioteca de Arte, Espólio Mário Novais, Cxa. 1949, CFT003031488.ia

Figura 193 - Virgem da Piedade, pintura espanhola Luis de Morales (atrib.), Exposição para o Leilão da Colecção Vilhena realizado pela Leiria & Nascimento em Outubro de 1969, pormenor de fotografia de Mário Novais © FCG, Biblioteca de Arte, Espólio Mário Novais, Cxa. 1949, CFT003031488.ia

A partir deste conjunto apura-se que, em dado momento, Ernesto de Vilhena se dedica a criar um núcleo de pintura com alguma coesão, que à época seria classificável entre os «*primitivos*» portugueses, mas sem furtar protagonismo a produções originárias de outras regiões da Península Ibérica. Entende-se o empenho empregue na compra do Bispo catalão proveniente da Colecção de Ricardo Espírito Santo Silva em 1956, como lemos atrás, como em décadas antes do Arcanjo São Miguel, seguramente na Colecção Vilhena pelo menos desde 1938 (Figura 191), ou do tríptico da Deposição na Cruz

[1082] Doc. II. 6, visita a Elvas em 17 de Agosto 1949: «*Egreja do Collegio (...) Na sacristia tres quadros grandes, que a Amelia atribue ao Morales, embora eu tenha minhas duvidas, e, ao alto, na parede, um frontal grande com as conhecidas guarnições bordadas, do seculo XVI*».

atribuído a Frei Carlos, hoje no MNAA, cujo processo de aquisição ocupou o Comandante desde 1952 até 1954 (Figura 194).

Figura 194- Frei Carlos, Tríptico: Calvário - São Jerónimo e Santa Eustáquia - São João Baptista, 1520-1530, pintura sobre madeira, MNAA, Inv. 2173 Pint © DGPC- DDF

O historial da compra do tríptico, descrito em detalhe nos apontamentos de Ernesto de Vilhena, denota método e procedimentos semelhantes aos praticados perante a imaginária portuguesa. Luís Reis Santos publicitara a existência da pintura em 1950, localizando-a em uma capela particular «*da Estremadura*»[1083]. Em Maio de 1952, num domingo, Vilhena desloca-se à quinta de D. Maria de Jesus [Almeida Lima], em Paio Pires e ali, na ermida de São José da Palmeira, verá a pintura que a proprietária pretende vender. Nesse momento é acompanhado por um intermediário que identifica como «*Scharr*» (Von Udo Schau, na realidade)[1084], alemão residente em Portugal que seria

[1083] MNAA, Arquivo da Secção de Pintura, Dossier de Peça 2173 Pint: Luís Reis Santos. "Estudos de Pintura Antiga - Notável Tríptico de Frei Carlos". *Diário Popular*. 11 de Outubro 1950: 1 e 9.

[1084] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 19 Fevereiro 1952 a 26 Agosto 1952: «*4 de Maio de 1952 (Domingo) - Fomos a Paio Pires, á quinta de uma Senhora Dona Maria de Jezus, que tem uma "Ermida de S. Jozé da Palmeira" vêr um tryptico que, pode atribuir-se a Frey Carlos, e que ella quer vender. Acompanharam-me o Scharr, o allemão, que ensina esta lingua, e é casado com uma senhora que lecciona em dança, afilhada da Amelia, filho do João Cid e da Nazareth*.»

próximo da família de Reynaldo dos Santos. Depois desta visita inicial, mantém silêncio. No final do ano seguinte, em Dezembro de 1953, retoma as notas sobre o assunto: irá de novo à capela de Paio Pires, mais uma vez acompanhado por «*Scharr»,* e também por Reynaldo dos Santos, que garante tratar-se de uma obra de Frei Carlos «*do melhor que elle tinha produzido: finura dos rostos, das mãos, composição d'elles etc.*»[1085].

O negócio caminha para o desfecho em Março de 1954, altura em que outro intermediário, desta feita Adelino Costa[1086] é mencionado. O pagamento é feito no início de Abril; dias depois a peça é recebida na casa da Rua de São Bento[1087]. Contactado Fernando Mardel (1884-1960) para realizar o restauro, o tríptico sai para a oficina no mês seguinte[1088], onde, «*durante a reparação*», Vilhena o vê «*explendido*»[1089]. A importante tábua pintada terá sido motivo de conversa com vários interlocutores, como se depreende nas entrelinhas do Diário, dividindo-se entre «*os que percebem»* e aqueles «*que veem o Frey Carlos*», isto é, apenas um famoso nome de pintor[1090]. O coleccionador mantém-se seduzido, visita a peça no atelier do restaurador, agrada-lhe que João Couto se interesse pela pintura e que lhe peça para a publicar. Exterioriza a curiosidade sobre as informações descobertas durante a intervenção e o pormenor de a moldura ser executada em madeira de carvalho, logo portuguesa[1091].

[1085] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 22 Outubro 1953 a 31 Maio 1954: «*28 de Dezembro de 1953 (2ª feira) (...) Fui hoje, com Scharr e o Dr. Reynaldo dos Santos a Paio Pires, á quinta chamada da Palmeira, para este ultimo me dar a sua opinião sobre o merecimento do triptico de Frey Carlos, que está na Capella..*».

[1086] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 22 Outubro 1953 a 31 Maio 1954: «*23 de Março de 1954 (3ª feira) (...) Vem conversar comigo o Dr. Adelino Costa, sobre "o triptico" e, de passagem, sobre o Visconde do Marco.*».

[1087] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 22 Outubro 1953 a 31 Maio 1954: «*5 de Abril de 1954 (2ª feira) (...) Vem o Dr. Albino Costa, tratar do caso do recibo a passar pela D. Maria de Jesus de Almeida Lima pela venda do tryptico do Frey Carlos. (...) 15 e 16 de Abril de 1954 (5ª e 6ª feira santas) (...) No Sabado passado fui ao Mardel annunciar-lhe que o tryptico estava já em nossa casa, e combinou-se que só lh'o mandasse no fim do mez, porque tinha a casa cheia. Na 3ª feira veio o retabulo para aqui, o 187 da Rua de S. Bento.*».

[1088] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 22 Outubro 1953 a 31 Maio 1954: «*12 de Maio de 1954 (4ª feira) (...) Foi para o Mardel o tryptico de Paio Pires.*».

[1089] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 1 Junho 1954 a 14 Março 1955: «*16 de Outubro de 1954 (Sabado)*».

[1090] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 1 Junho 1954 a 14 Março 1955: «9 de Março de 1955 (4ª feira) - (...) *Veio a casa a D. Maria Mendonça vêr um pano grande bordado a matiz que comprei ao Kamenesky. Confirma-se o agrado com que todos os que percebem, e mesmo os que não percebem veem o quadro do Frey Carlos.*».

[1091] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 15 Março 1955 a 13 Dezembro 1955: «*2 de Abril de 1955 (Sabado) - (...) De tarde, vou à officina do Museo de Arte Antiga. O Frey Carlos está concluido, estando a tratar-se, agora, da moldura, a qual é, facto curioso, de carvalho. O Dr. Couto está*

Na linha da apetência pela retratística, mas já no domínio das personalidades da história, Vilhena será proprietário de conjuntos de obras reunidas segundo lógicas coerentes dentro desta temática.

Figura 195 - Retrato de D. Miguel fardado e com condecorações, Exposição para o Leilão da Colecção Vilhena realizado pela Leiria & Nascimento em Outubro de 1969, pormenor de fotografia de Mário Novais © FCG, Biblioteca de Arte, Espólio Mário Novais Cxa.1949, CFT003031819.ia

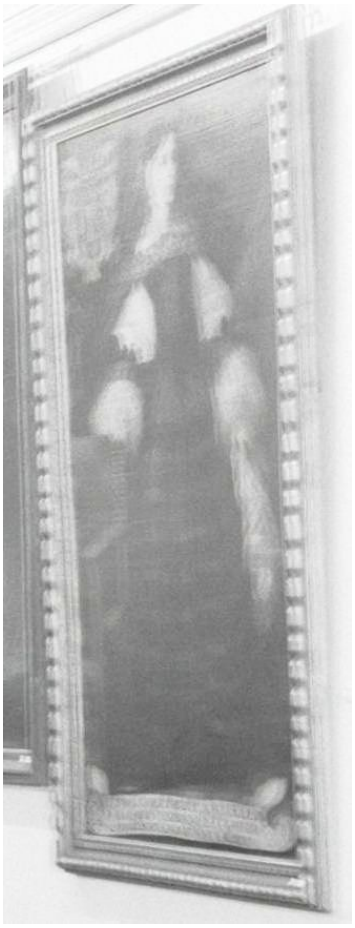


Figura 196 - Retrato de D. Joana Carroz Pardo de La Casta, Exposição para o Leilão da Colecção Vilhena realizado pela Leiria & Nascimento em Outubro de 1969, pormenor de fotografia de Mário Novais © FCG, Biblioteca de Arte, Espólio Mário Novais, Cxa. 1949, CFT003031819.ia

No *Inventário 1967-1969* diferencia-se um núcleo de retratos civis, "históricos", de personalidades como a Rainha Santa Isabel (verba Nº 1856), Santa Joana Princesa de Portugal (verba Nº 1990), Duarte Pacheco Pereira[1092] (verba Nº 1265), D. Joana Carroz Pardo de La Casta (verba Nº 1103, Figura 196), D. Luísa Clara de Portugal dita a Flor da Murta (verba Nº 1104 - Figura 197), D. Miguel em trajo civil sobre tela (verba Nº

escrevendo um trabalho sobre o Frey Carlos, e pedio-me licença para fotografar a cores; disse-lhe que sim, e que fizesse o que entendesse.».

[1092] Vendido no leilão Leiria e Nascimento 2001-II, lote 139.

2744) ou o busto de D. Miguel fardado e com condecorações (verba Nº 2745, Figura 195).

Figura 197 - D. Luísa Clara de Portugal, a Flor da Murta (1702-1779), casa dos Castelo Melhor, aia da rainha D. Maria Ana de Áustria e amante de D. João VI, pintura sobre tela, propriedade particular

A Flor da Murta, enigmático retrato que a historiografia umas vezes identifica como francês, outras como pintura portuguesa sem paralelo no panorama pictórico nacional (França 1981), representando uma personagem da especial veneração de Ernesto de Vilhena[1093], histórica moradora da Rua de São Bento, terminou por ser um ícone da própria Colecção quando propagandeada nos jornais de 1967 a ilustrar o alerta público sobre a possível dispersão patrimonial (cf. II.6).

Interpretáveis como quase "múltiplos" destas obras pictóricas maiores, a Colecção reunia também um conjunto muito vasto de peças portadoras de retratos, algumas das quais os inventariantes de 1967 incluíram entre a Pintura. Assim, a espécimens como um retrato de Serpa Pinto estampado em seda (verba Nº 205), um retrato de Camilo desenhado à pena e assinado E. Vianna (verba Nº 2192), testemunho

[1093] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Cadernos de viagens*: *Caderno de viagem Nº 3*, ms., 1906-1907; 1918, [29 Novembro 1918, em viagem para Luanda]: compara uma jovem companheira de viagem à «*Flor da Murta*».

do culto camiliano de Ernesto de Vilhena presente na Biblioteca, juntavam-se gravuras com retratos de D. Miguel, D. João VI a guache sobre papel (verba Nº 1030), miniaturas e pequenos objectos (tabaqueiras, caixas de rapé, medalhas, pisa-papéis, placas) decorados com efígies régias, passíveis de serem classificados mais como uma panóplia de "coleccionáveis", fruto do espírito burguês do curioso fim do século XIX. Ernesto de Vilhena, por força desta realidade material torna-se uma referência entre os coleccionadores interessados na figura de D. Miguel (Barros 1965), o próprio dando conta de que não deixara de visitar a exposição iconográfica de D. Miguel, realizada em 1952[1094].

Figura 198 - Josefa de Óbidos, Menino Jesus Salvador do Mundo, assinado, datado 1682, pintura a óleo sobre tela, Proprietário particular. © Leiria e Nascimento, Lda.

Na pintura portuguesa tinha ainda destaque uma incontornável "Josefa", representando um Menino Jesus Salvador do Mundo (Figura 198), datado de 1682,

[1094] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Diário, ms., de 19 Fevereiro 1952 a 26 Agosto 1952: «18 de Maio de 1952 (Domingo) - Van Brée e De Brauer chegam às 5h45m, a tabella pelo Sud-Express. Antes tinha estado, com a Amelia na Exposição Iconografica de D. Miguel.».

comprado no leilão da Leiria & Nascimento de 11 de Novembro de 1954[1095], propriedade anterior da família Dinis, da Carapinheira (Montemor-o-Velho)[1096] e uma Adoração dos Magos atribuída a Vieira Lusitano[1097] (verba Nº 1105).

Figura 199a - Exposição para o Leilão da Colecção Vilhena realizado pela Leiria & Nascimento em Outubro de 1969, pormenor de fotografia de Mário Novais © FCG, Biblioteca de Arte, Espólio Mário Novais, Cxa. 1949, CFT003031488.ia

Figura 199b - Natureza morta com parras, uvas e melão aberto sobre prato de decoração oriental, escola de Baltasar Gomes Figueira (atrib.) © Correio-Velho, 1998, lote 124, p. 58

No mesmo padrão de gosto integram-se algumas naturezas mortas, dispersas em 1969, entre elas um óleo sobre tela com a representação de parras, uvas e melão aberto sobre prato de decoração oriental, atribuída à escola de Baltasar Gomes Figueira[1098] que se manteve no mercado de arte nacional, revendida em leilão pelo Palácio do Correio-Velho em 1998 (Figura 199 e Figura 199b). Teria par numa outra tela (?) com cesto de abóboras (?) e queijos, vendida igualmente em 1969, documentada em fotografia de Mário Novais, sem paradeiro conhecido (Figura 200).

[1095] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 1 Junho 1954 a 14 Março 1955: «*11 de Novembro de 1954 (5ª feira) - (...) Nascimento previne-me de que tem á noite leitão, de qualidade. Vou lá e faço arrematar um delicioso Menino Jesus de "Josefa em Óbidos" [sic], que era do Jorge Diniz da Carapinheira; muito interessante.*».

[1096] Foi vendido no leilão Leiria e Nascimento de 16 de Janeiro de 2001, como propriedade de D. Caetano de Portugal que o adquiriu em 1970, na Leiria & Nascimento, proveniente da antiga Colecção de Ernesto Vilhena. Ernesto de Vilhena adquiriu-o em leilão, sendo antes propriedade da família Diniz, da Carapinheira (Montemor-o-Velho). Na posse de Maria José Diniz, figurou na *Exposição das Pinturas de Josefa de Óbidos Promovida pela Junta de Província da Estremadura* (MNAA 1949, cat. 33: 25).

[1097] Leiria e Nascimento Março 1995, lote 200.

[1098] Correio-Velho, 25-26 Novembro 1998, lote 124, p. 58; *Rouge et Or* 2001: 96-97, cat. 4; Azambuja 2009: 116.

Figura 200 - Exposição para o Leilão da Colecção Vilhena realizado pela Leiria & Nascimento em Outubro de 1969, pormenor de fotografia de Mário Novais © FCG, Biblioteca de Arte, Espólio Mário Novais, Cxa. 1949, CFT003031819.ia

II.4.1. ESCULTURA

Da cultura artística de Vilhena expressa nos seus objectos ressalta o entendimento pessoal que tinha das artes do "portuguesismo" em sentido lato, abarcando toda a geografia do Império Português, o que determinou a presença de duas orientações nos vários núcleos constituintes: a do carácter português dos tipos e, em simultâneo, todas as marcas da cultura material, artística e do gosto nacionais que foram ficando nas formas e nos objectos produzidos em África e na Ásia, ou seja, as marcas da civilização portuguesa, segundo o conceito e a organização mental do coleccionador.

Contudo, mais do que a partir desta caracterização genérica, é através dos números que se depreende o carácter de ideal enciclopédico, a vontade de esgotamento de todos os tipos de vestígios materiais das indústrias artísticas portuguesas e das variantes nelas identificáveis. O agrupamento é multiforme, ecléctico na sua definição, mas não miscelâneo como mera acumulação, tem coerência produzida com método orientado pelas regras quer da coleccionação, quer das intrínsecas a cada uma das artes do que foi coleccionado. Em alguns dos seus segmentos construiu-se de *showpieces* (Aikema 2005: 37), pelo valor extraordinário, consensualmente reconhecível pelos estetas, pelos coleccionadores e pelos especialistas em cada área de arrumação dos objectos. Mas nem todos constituíam *masterpieces*: a série, o único e o seu múltiplo, a ambição do protótipo e não necessariamente a sua conseguida posse. Tratou-se antes de cumprir o resgate da cultura material, da mesma maneira que, na Diamang, se elegeu

como objectivo o salvamento da cultura dos Lundas-Quiocos (José Osório de Oliveira 1963 *apud* Porto 2002: 474-475).

Em termos plásticos, a transversalidade do valor icónico a todos os conjuntos de obras, ou a sua iniludível presença em muitos sub-grupos de núcleos onde pela força do carácter objectual intrínseco das peças não poderia ser tão claro, como nos têxteis ou no mobiliário, é o traço mais claro no desenho da Colecção Vilhena.

Ernesto de Vilhena não seguiu a moda dos coleccionadores portugueses, criou-a ele próprio, não se registando em Portugal, até hoje, colecções de escultura capazes de emparceirar com a dele, consciência que cedo manifestou nas *Notas de Arte e Archeologia*, como vimos, acusada na linguagem através dos possessivos «*nossa*» e, ainda com mais veemência, quando se referiu a esculturas «*da minha colecção*»[1099].

A preferência pelo sentido icónico da imaginária ficou igualmente impressa nos seus escritos privados. Apesar de reconhecer o valor ornamental e a qualidade da talha portuguesa, que não deixa de averbar - «*Talha*, *as demais, interessante sempre pela feição genericamente portuguesa d'ella*»[1100] -, não a coleccionou, optando pelas esculturas avulsas, exentas, compondo um panteão de personagens santas.

No núcleo de escultura original, ainda sem a escolha selectiva para a doação que se encontra reunida no MNAA, foram também estes os eixos de identidade. Mais uma vez considerando os números fornecidos pelo *Inventário 1967-1969*[1101] (Figura 201), vemos que a escultura em pedra era dominante, mas seguida de muito perto pela talhada em madeira, o que desde logo obriga a reequacionar ideias sobre esta colecção. As esculturas em marfim, 522 peças, têm por força de ser agregadas na composição do conjunto escultórico coligido, sublinhamos, alterando também os horizontes geográficos de produção que doravante devem ser considerados. As esculturas em alabastro alargam igualmente o universo do gosto que presidiu à selecção coleccionista, revelando-se muito mais coerente com a própria história da escultura em Portugal, ou melhor, com a história da escultura conservada em Portugal, se levarmos em conta que a maioria das

[1099] Doc. II. 4, visita a Montemor-oVelho em 18 de Setembro de 1933 e visita a São Paulo de Frades em 26 de Fevereiro de 1933.
[1100] Doc. II. 4, visita a Rio Caldo em Agosto de 1933.
[1101] A selecção consta do segundo documento base por nós considerado, Doc. II. 24: *Doação ao Estado da Colecção de Estatuária Portuguesa Medieval e do Renascimento, feita pelo Dr. Júlio Manuel Porto de Vilhena em 1969.*

peças alabastrinas era de produção medieval inglesa ou, pontualmente, de origem italiana, mas em qualquer dos casos de importação.

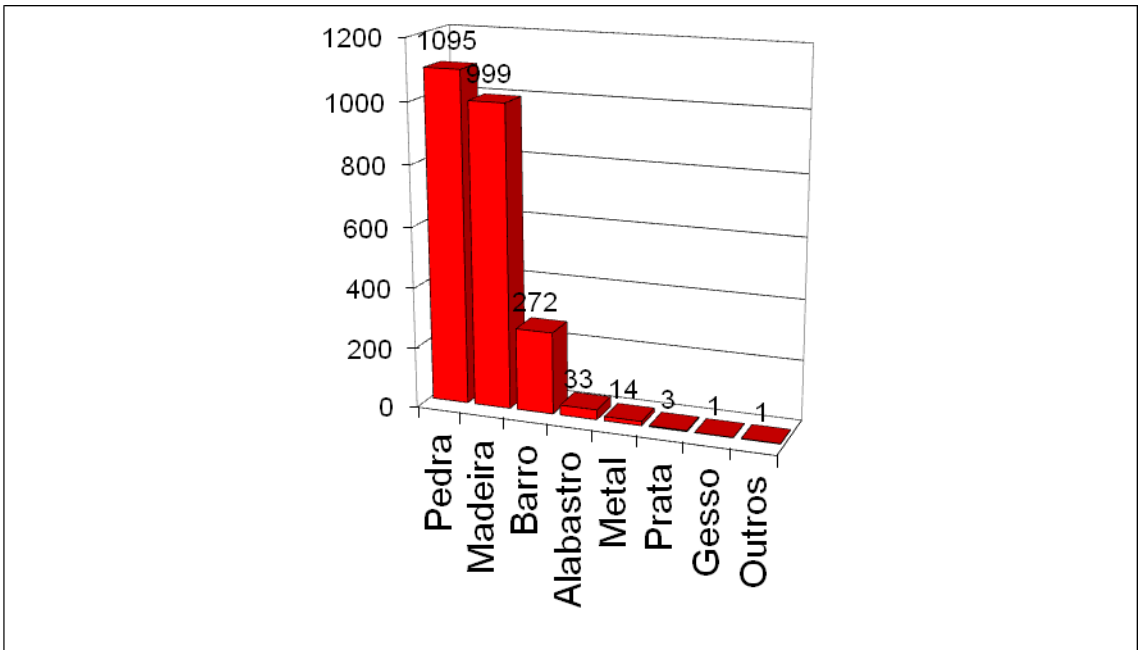


Figura 201 - Fonte: ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/07183 (Processo) - Ernesto Jardim de Vilhena

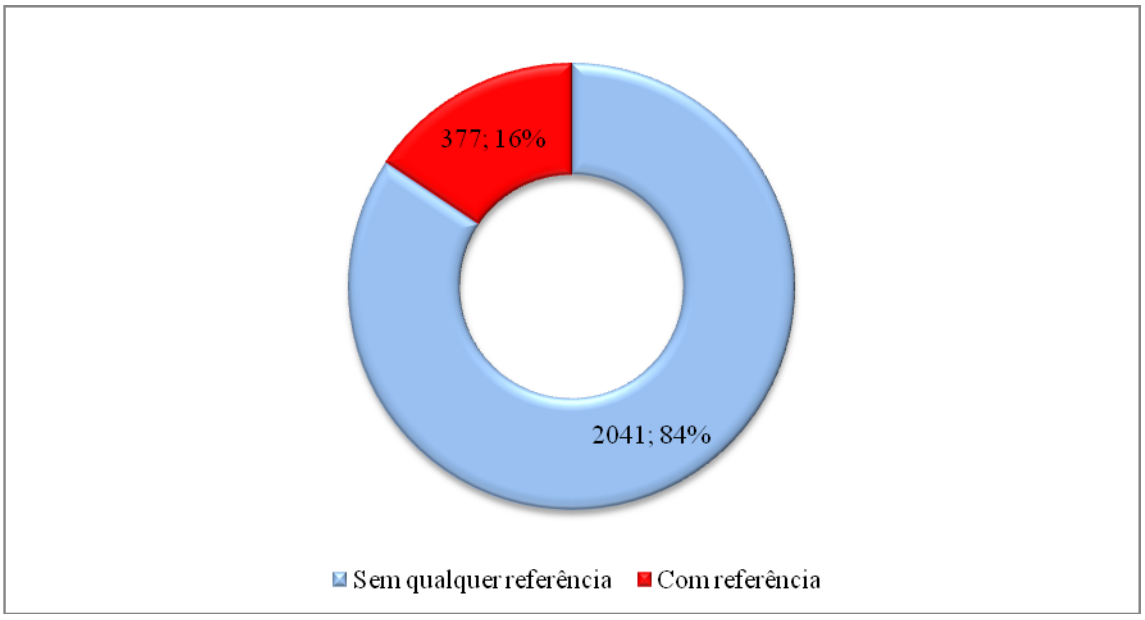


Figura 202 - Fonte: ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/07183 (Processo) - Ernesto Jardim de Vilhena

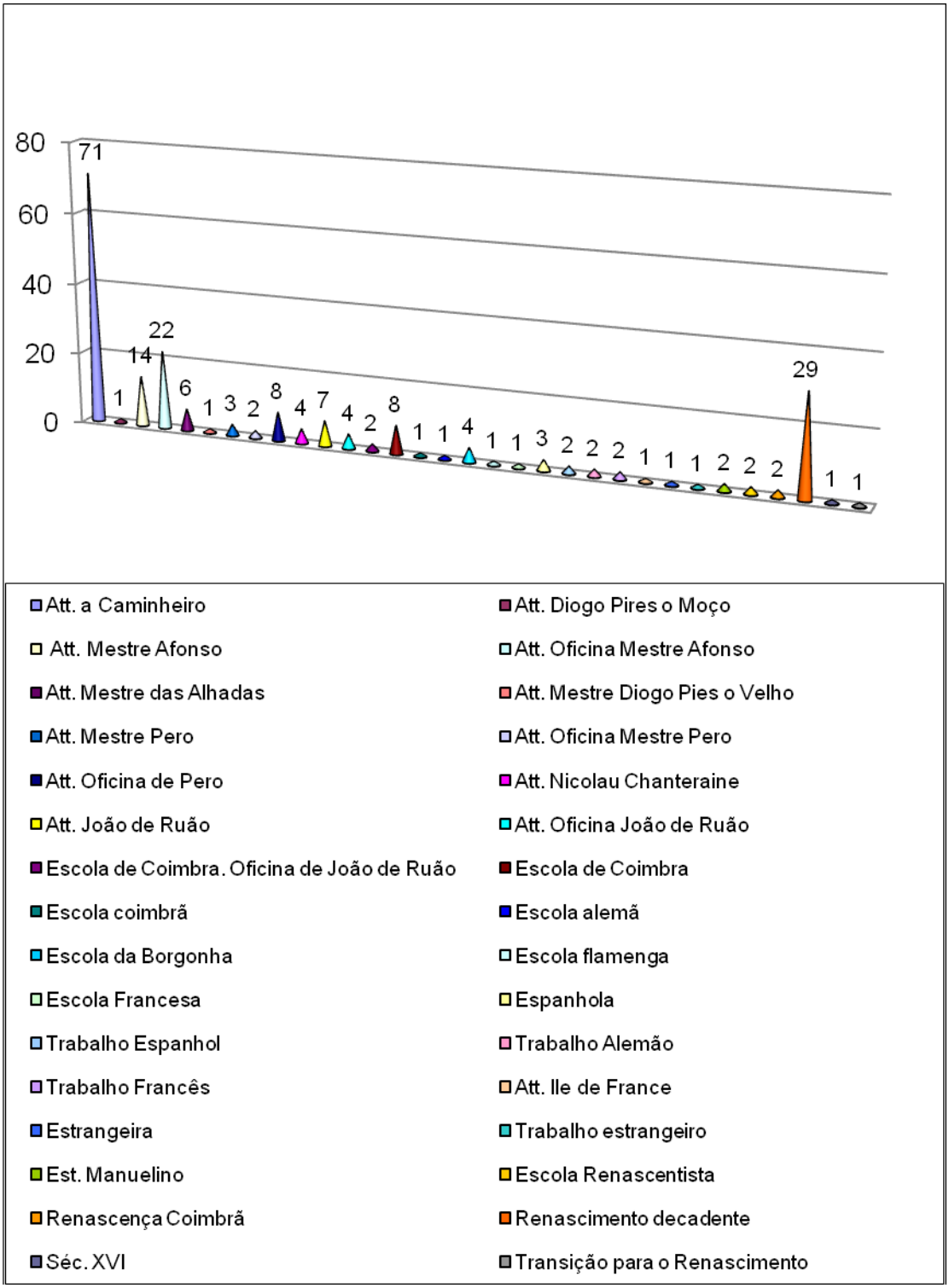


Figura 203 - Fonte: ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/07183 (Processo) - Ernesto Jardim de Vilhena

O *Inventário 1967-1969* é muito parco em identificações de autoria ou classificações (Figura 202). O dado mais imediato é a diferença entre a escultura designada «*estrangeira*» e «*trabalho estrangeiro*», praticamente residual face à "nacional", donde se infere ser toda a restante. Aqui, coincide com a identidade

constituinte do conjunto doado ao Estado no qual domina a escultura portuguesa ou, quando exterior a ela, aquela que se relaciona com a sua matriz identitária e artística, isto é, a escultura ibérica e, historicamente relacionadas a francesa, a hispano-flamenga, a flamenga; a escultura funcionalmente religiosa, devocional, de escala humana.

Quando são fornecidas informações no documento, verifica-se que foi empregue o sistema classificatório de Ernesto Vilhena e o resultado numérico do elenco acaba "contaminado" pelo seu empirismo intuitivo. Do «*Caminheiro»*, não se conhece real existência, é um "mestre" nascido da *expertise* experimental e visual do Comandante, todavia mantém forte representação no conjunto inventariado (Figura 203). O mesmo fenómeno se regista quanto às cronologias e aos estilos determinados, nomeadamente no que diz respeito à escultura do século XVI à qual os inventariantes aplicaram bitolas de classificação como «*Estilo manuelino», «Renascença coimbrã», «Século XVI», «Escola Renascentista», «Renascimento decadente»*, «*transição para o Renascimento»*, fórmulas utilizadas por Vilhena diante de obras específicas, em lugares concretos, mas que perdem significado quando tomadas de *per si.*

Na historiografia, tal como irá acontecer com o trabalho museológico produzido no período de vida pós-doação das obras de arte, perdeu-se a perspectiva do coleccionador sobre as suas esculturas, passando a dominar e a utilizar-se a morfogénese de Reynaldo dos Santos (Santos 1948).

Amigos de longa data[1102], unidos por relações familiares[1103], movimentando-se em círculos sociais de proximidade[1104] (Doc. I.6), Ernesto e Reynaldo foram estetas

[1102] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 13 Fevereiro 1950 a 14 Agosto 1950: «*17 de Março de 1950 (6ª feira) - De manhã, às 11h, fui á egreja de S. Sebastião da Pedreira, á missa por alma da mulher do Reynaldo Santos*.»

[1103] João Cid dos Santos, filho de Reynaldo dos Santos, casou com Nazaré Anjos de Vilhena, filha de João Jardim de Vilhena, irmão de Ernesto, logo sua sobrinha. Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda Gabinete 1945*, ms.: «*12 de Julho de 1945 (5ª feira) (...) à noite, jantar em casa do Reynaldo dos Santos, com a Amelia, D. Suzana, o filho, a Nazareth e o Minister inglez Mr. Ashley Clarke, e a Mulher. (...) O Balalhu (Bartolomeu) offereceu-me um dos tapetes persas do Avô, por tira - não chegou a dizer com quê! O Julio, que tambem jantou, levou o album de fotografias da collecção, nas quaes o Reynaldo escolheo muitas, de cujos originaes já se não lembrava. Bom café, que eu fiz virem em cama, de sorvete, repetidas vezes.*».

[1104] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda*. De 1 de Janeiro de 1946 a 4 de Maio de 1947, ms.: «*3 de Dezembro de 1946 (3ª feira) - (...) Chá em casa do Reynaldo, com, mais ou menos, as pessoas do costume. Dia de annos d'elle*.». Idem. *Diário*, ms., de 16 Dezembro 1955 a 18 Novembro 1956: «*3 de Abril de 1956 (2ª feira) - Um tanto cansado. Tem hoje lugar o almoço offerecido ao Dr. Reynaldo dos Santos, a que presidio o Dr. Marcello Caetano, que discursou no fim, respondendo-lhe o Reynaldo. Bastante gente, na Casa do Leão. Fiquei junto do Sarmento Rodrigues*.».

cúmplices[1105] em cuja ligação intelectual é difícil discriminar um sentido único de orientação. Reynaldo dos Santos representava a dignidade erudita e o historiador de nomeada, Vilhena sem dúvida que o reconheceu e admirou, todavia é interessante notar que em algumas fontes primárias parece ser Ernesto o motivador do trabalho de Reynaldo dedicado à escultura, como escapa da passagem: «*22 de Abril de 1945 (Domingo) -Vem o Reynaldo dos Santos conversar comigo sobre o seu projecto de estudo-ensaio sobre um quadro geral da esculptura medieval. Revista da collecção, projectos de fotografias. O homem está muito animado, e parece que começa a comprehender o que elle chamava "bonecagem".*»[1106] Ao longo das tarefas preparatórias para *A Escultura em Portugal*, o Comandante envia informações ao autor, resultantes tanto do "seu" próprio conhecimento[1107], consequência do "seu" inventário, tal como depois irá reclamando a atenção para um necessário estudo de imagens de Cristo crucificado. Reynaldo dos Santos responderá apenas nas suas últimas publicações, quando nos *Oito Séculos de Arte Portuguesa. História e Espírito* dedicar ao tema um pequeno excurso.

Publicamente, foi a morfogénese da escultura portuguesa perspectivada cientificamente segundo ciclos por Reynaldo dos Santos que vingou, assim como a imagem que deixou impressa sobre a Colecção foi mistificada segundo as suas premissas. Vilhena autenticou[1108] a consagração da sua obra coleccionista. Todavia, o

---

[1105] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., 17 Julho 1948-17 Fevereiro 1949: «*1 de Agosto de 1948 (Domingo) - Paramos, vindo daqui, pela casa que o Reynaldo tem alugada perto da casa do Carr, para fins de semana. Este homem é feliz, e no necessario; curioso conversador e dizendo coisas interessantes sobre arte, pintura etc. Vae agora a Santander, fazer uma conferencia sobre Velasquez*.». Idem, *Diário*, ms., de 15 Agosto 1950 a 26 Fevereiro 1950: «*21 de Novembro de 1950 (3ª feira) - (...) Á noute, continuam aqui, em casa, o Reynaldo Santos, a Nazareth e o Bartolomeo, apreciando a imagem da Senhora com o Menino que mandei vir de Inglaterra*.».

[1106] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda Gabinete 1945*, ms..

[1107] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda Gabinete 1945*, ms.: «*8 de Julho de 1945 (Domingo) -Vem o Reynaldo dos Santos continuar o trabalho da escolha de esculpturas para o trabalho d'elle sobre Edade media e Renascença. Vieram, depois, a Dra. Suzana, o filho e a Nazareth.*». Idem: «*25 de Outubro de 1945 (5ª feira) - (...) Vem o Dr. Reynaldo para conversar sobre santos, e mostrar fotografias. Continua a não perceber nada do Caminheiro, mas, enfim, sempre porá na obra duas ou tres fotos do nosso homem. Brilhante, agradavel, regropattrico [?], muito verniz, umas vezes tanto no ar*.».

[1108] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), *Agenda*. *De 5 de Maio de 1947 a 16 de Julho de 1948*, ms.: «30 de Março de 1948 (3ª feira) - O Callens aparece de manhã para rever o Balanço, com a Menina. Dei a esta um exemplar do livro do Reinaldo dos Santos, e mando-a ao Museu de Arte Antiga com o Castro Pereira.» (...) *11 de Abril de 1948 (Domingo) - (...) Hontem, escrevi ao Van Brée, anunciando-lhe que mandava pelo Callens, um exemplar de "A Esculptura em Portugal"*.» Idem. *Diário*, ms., 17 Julho 1948-17 Fevereiro 1949: «*3 de Agosto de 1948 (3ª feira) - (...) Mando uma carta à Mrs, Mc. Call no Estoril, cumprimentando-a e enviando-lhe um exemplar do livro do Dr. Reynaldo dos Santos.*». Idem. *Diário*, ms., 7 de Julho 1949-10 Fevereiro 1950: «*10 de Outubro de 1949 (2ª feira) - (...) Mando ao engenheiro Neré de Nesergnies o livro do Reynaldo sobre a esculptura medieval portugueza*.».

sentido preambular das palavras do historiador que citamos em seguida, ilumina-se perante os novos dados sobre o coleccionador apresentados nesta tese: «*Duas bases renovadoras permitem-nos hoje esboçar, pela primeira vez, a história da Escultura em Portugal. A primeira devemo-la às revelações do «Inventário Artístico» que esta Academia* [Nacional de Belas Artes] *foi encarregada de organizar, e que já abrange, nos seus ficheiros, os distritos de Braga, Santarém, Portalegre e Coimbra, este último particularmente rico em escultura. A segunda devemo-la ao estudo da notável colecção do Exmo. Comandante Ernesto de Vilhena, rica de mais de mil espécies, a maior parte das quais do período gótico, e onde estão representadas não só algumas das obras essenciais da imaginária dos séculos XIV e XV, mas numerosas réplicas regionais que revelam a influência e irradiação dos protótipos. Os aspectos da imaginária popular ou regional, que já A. A. Gonçalves exaltara na sua «Estatuaria Lapidar» são particularmente caros à sensibilidade do ilustre coleccionador de Lisboa. Formas que, sem alcançarem a hierarquia artística dos protótipos das oficinas coimbrãs, traduzem em ingenuidade rude, ternura, expressão sumária das formas ou particularidades iconográficas, tradições originais da plástica popular. Esta colecção, feita à custa de tenazes, repetidas e metódicas excursões a todos os cantos do País, mesmo aos sítios menos facilmente acessíveis, representa o amor e o sonho de arte duma vida, salvando dezenas e dezenas de imagens que a incúria ou a incultura desprezara, abandonara, substituira, enterrara ou vendera sem a menor compreensão do seu sentido. O País deve-lhe a salvação de uma grande parte da imaginária medieval, e nós ficámos devendo à amizade com que nos abriu a porta do seu* templo*, o poder renovar e ilustrar a história da Escultura medieval sobre novas bases, inéditas. Este estudo, fundado na análise de mais de 1.500 esculturas, levou-nos à conclusão de que a Escultura foi, entre nós, uma das mais castiças expresões da sensibilidade nacional, talvez a de mais constante unidade de sentimento através dos múltiplos ciclos da sua evolução*[1109]*.»* (Santos 1948: in "Preâmbulo").

[1109] Grafia destacada no original.

II.5. Lisboa, Rua de São Bento 183-187: conservação e exposição da colecção particular

Segundo a definição de Peter Burke, o cerne da história social das colecções é a história da sua acessibilidade (Burke 2005: 53). O território da Colecção Vilhena foi a Rua de São Bento, "sede social" da empresa coleccionista, aberto à visita dos seus parceiros sociais e culturais, como museu privado.

A casa que pertenceu outrora a Ernesto de Vilhena localiza-se em Lisboa, na Rua de São Bento, no ângulo do quarteirão que faz esquina com a Rua de São Bernardo, com os números de polícia 183 a 187. Aqui se conservavam todos os livros e os objectos coleccionados, sem excepção. Palacete construído no século XVII, propriedade da linha familiar Ribeiro Freire, veio a ser habitado pelos pais Júlio e Maria da Piedade e acabou por ser a morada permanente do casal Ernesto e Maria Amélia, e sua propriedade desde a morte da mãe a 3 de Outubro de 1930. Após essa data, renovaram-na de modo a poder receber e albergar a totalidade dos milhares de amados objectos e livros que iam juntando e que ali se mantiveram até à sua dispersão.

Criado e sediado na residência, o "museu Vilhena" deteria várias funções[1110] (Moran e Checa 1995). Residencial, primeiro, é certo; espaço de conservação e exposição privada, em segundo lugar; e espaço social tanto dos coleccionadores como da colecção, que a partir daqui se projectou para o domínio do público. António Saraiva Nunes, colaborador da empresa que temos acompanhado, assim se lhe refere quando comunica com o Comandante, falando-lhe no «*seu Museu», «no Museu de V. Exa.»*, no *«Museu-Casa de V. Exa.»*[1111].

[1110] Moran e Checa 1985: 15. O tema da privacidade ou publicidade da colecção incide sobre ela própria sob muito diversos pontos de vista: desde a maneira como o conjunto de objectos se percebe, à sua disposição num contexto arquitectónico e museal, para não falar dos diferentes graus de fruição que a sua observação e posse produzem.

[1111] Doc. II.3: Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, sem local, sem data [Dezembro 1932?]. (...) *Creio V. Exa. ficar para o seu Museu, que me dizem ser cousa importante com a melhor Cruz, não sei, mas talvez, única. (Refiro-me aos esmaltes)*; 1933. Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 18 de Junho, (...) *No Museu de V. Exa. pode ir vendo, ponto de destaque para essas esculturas custodias Vizigoticas com baixos relevos, dizeres, capiteis etc*; 1940- Carta de Saraiva Nunes para Ernesto de Vilhena, Coimbra, 18 de Novembro, (...) *Durante 8 anos que nos conhecemos nunca telefonei a V. Exa. por motivos de negocio. Apenas uma vez de Santarem, num domingo, para visitar o Museu de V. Exa*. (...) *Ainda á [sic] 12 dias me escreveu a dizer que esteve em Lisboa, que viu o Museu-Casa de V. Exa. e ficou maravilhado*.».

Desde 1931, a Casa Vilhena será objecto de transformações que incluirão reformas internas e pequenas alterações de vãos ao nível das fachadas (Doc. II.7) voltadas para a rua de São Bento e para a rua de Santo Amaro. Ficam completas com a reformulação do jardim e da biblioteca (Doc. II.8), obra iniciada no final da década de 1940 e concluída em meados de 1950[1112].

Figura 204 - Casa Vilhena, Fachada voltada para o jardim da casa da Rua de São Bento, suporte para os painéis de azulejo coleccionados, fotografia anterior a 1995 © Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

[1112] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 1 Junho 1954 a 14 Março 1955: «*De 21 a 29 de Dezembro de 1954 (3ª feira a 4ª feira) - (...) Grandes arranjos na sala encarnada do fundo: "chaufage, electricidade etc. Amelia muito interessada.*». Idem. *Diário*, ms., de 15 Março 1955 a 13 Dezembro 1955: «*12 de Junho de 1955 (Domingo) - Trabalhando em casa, e arrumando livros na "livraria nova", e na velha.*» (...) «*2 de Outubro de 1955 (Domingo) - O mesmo regimen de sempre. Começa-se a collocação das coisas da casa, que teem de ir para o seu lugar.*» Idem. *Diário*, ms., de 16 Dezembro 1955 a 18 Novembro 1956: «*24 de Dezembro de 1955 (Sabado) -Vesperas do Natal. Uma afluencia immensa nas ruas, a de S. Bento parece uma pista para corrida de automoveis. A casa apresenta muito melhor aspecto interior, em grande parte devido ao trabalho da Amelia.*».

Figura 205 - Casa Vilhena, fachada voltada para o jardim, fotografia sem data, anterior a 1995, in Leiria e Nascimento Leilão 24 Outubro 2001-I © Leiria e Nascimento, Lda.

O projecto de alteração dos interiores foi pedido ao arquitecto Tertuliano Lacerda Marques (1883-1942), enquanto os ba Biblioteca e do jardim são entregues a Raúl Lino[1113] (1879-1974), selecção natural para o gosto dos encomendantes, ambos com fortes ligações aos seus círculos de sociabilidade.

Tertuliano Lacerda Marques formara-se na *École Nationale et Spéciale des Beaux-Arts* de Paris. Em Lisboa, fora autor da fachada do cinema Chiado Terrasse (1911), da renovação do Teatro São Luís (1916), do edifício do Banco Nacional Ultramarino (1920). Interpretou uma linguagem ecléctica, tendente à grandiosidade barroca na Casa de São Cristóvão, para o industrial Alfredo da Silva, no Monte Estoril, de 1917, ou na remodelação do palacete Ulrich, à Cova da Moura (1921), na casa de Reynaldo dos Santos[1114] situada na Av. António Augusto de Aguiar (de finais da década de 1920), dos valores da "*casa portuguesa*"[1115] patentes no projecto da casa de Andronico de Souza Melo (Cascais), na casa de Júlio de Macedo (Praia das Maçãs,

[1113] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda*. De 1 de Janeiro de 1946 a 4 de Maio de 1947, ms.: «*1 de Fevereiro de 1947 (Sabado) - (...) Por conselho do Reynaldo, consultado, perguntou-se ao Raul Lino se queria encarregar-se do projecto do jazigo que queremos reconstruir na Conchada, em Coimbra; respondeo que, com muito prazer, e que até agradecia o terem-se lembrado d'elle*.».

[1114] Oliveira 2004: 99-100.

[1115] "Arquitectura portuguesa tradicional. Casa do Exmo. Sr. Julio de Macedo. Na Praia das Maçans. Arquitecto, Tertuliano de Lacerda Marques". *A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna Colaborada por Arquitectos.* Ano XIV. Nº 7, Julho 1921: 25-28.

1921) e na própria morada em São João do Estoril, ou de modernistas linhas em prédios de rendimento na Av. Praia da Vitória (Lisboa). Do seu portfolio constariam também riscos de monumentos de forte pendor escultórico como o chafariz implantado em frente da Câmara Municipal de Sintra (1914), o Altar da Pátria integrado no complexo arquitectónico do Cemitério Militar Português de Richebourg l'Avoué (inaugurado em 1932) ou, em co-autoria com Costa Mota (Sobrinho), a estátua em memória de António Augusto Gonçalves a erigir no Museu Machado de Castro de Coimbra (1935)[1116].

Figura 206 - Casa Vilhena, interior, «*Sala de Saída*», fotografia não datada, in Leiria e Nascimento Leilão 24 Outubro 2001-I © Leiria e Nascimento, Lda.

Em 1932 será escolhido pelos seus pares para presidente do Conselho Directivo da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, o último, voltando a ser nomeado para o renovado Sindicato Nacional dos Arquitectos, no mesmo ano em que, em parceria com o seu filho Vasco Lacerda Marques, projectou o edifício do Rádio Clube Português de Jorge Botelho Moniz e Alberto Lima Basto, na Parede, ainda durante o desempenho das suas funções de arquitecto da Câmara Municipal de Cascais. Foi vogal da 1ª Sub-secção

[1116] ANTT, Empresa Pública Jornal *O Século*, Álbum Nº 037 (letra J - 5ª parte), 1935-09-05/1935, doc. 1897 J, fotografia sem autor identificado publicada em 4 de Outubro de 1935 (cf. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0037/1897J).

da 6ª Secção da Junta Nacional de Educação entre 1937 e 1942, nomeado na qualidade de Presidente da Sociedade Nacional de Belas Artes, cargo que ocupou durante esses anos. Relacionados com a obra que lhe é encomendada por Ernesto Vilhena e denotando uma experiência na decoração de interiores que não pode ser alheia ao encargo da modernização da casa de São Bento. Destacam-se ainda outros projectos de construção de interiores, também esteticamente ecléticos e trabalhados a partir de um experiencialismo vagamente marcado pelo espírito *art nouveau,* passando quase inevitavelmente pelo revivalismo historicista e monumentalizante, até um subtil modernismo a que adere, com Cristino da Silva e Carlos Ramos desde 1924 (Pereira 2009: 263).

A distribuição resultante da obra constituiu o cenário da colecção e daqui nasceu também uma topografia verbal dos espaços, de uso dos proprietários-coleccionador, mas transmitida também para o exterior, como o relatório de inventário de Santos Simões, como elenca (Doc. II. 16), onde se distinguem, em três pisos e sótão: no rés-do-chão, o átrio de entrada, a casa das loiças, a casa dos Santos, a casa do chão empedrado,o escritório; no primeiro andar, a sala da Louça Azul, a sala Azul e Branca, a sala vermelha, o quarto da Sra. D. Amélia Vilhena, o quarto de vestir, o quarto de cama do Sr. Comandante E. Vilhena, a sala da esquina, a casa de jantar, a capela, a sala da roupa, a casa da louça; no sótão, a casa dos cofres.

A partir dos registos das *Notas* de Vilhena, o espaço é preenchido com obras de arte que o coleccionador nunca deixa de mencionar[1117], donde se conclui que na Casa da Rua de São Bento existiu uma espacialização das colecções, não informe.

[1117] Doc. II. 4: visita ao Louriçal, 9 de Setembro de 1936: «*oratorio da nossa casa*»; visita a Pombal, 3 de Janeiro de 1937: «*Senhora de João de Ruão parece-se muito com a que temos no escriptorio*»; visita a Arouca, 5 de Setembro de 1937: «*No Museu: augmentou o numero das arcas, uma d'ellas com ferragens à indiana como a nossa da "sala verde".*»; visita a São Pedro de Aradas, 18 de Julho de 1938: «*um delicioso São Pedro, do Mestre Affonsom sentado (...) Deve ser do estylo do nosso da "sala verde";* visita a Aveiro, Museu, em em 1 de Setembro de 1943: «*estivemos, mais uma vez, no Museu, que continua em obras. Terá de ser visto, em pormenor, terminadas ellas. Internamente tectos, que conviria fotografar, para servirem de modelo para os nossos futuros.*»; visita a Lamas, 8 de Setembro de 1946: «[igreja, Senhora com coroa com o Menino sobre o braço] *Lembra a nossa flamenga, da salla vermelha»;* visita a Cete, igreja, 30 de Agosto de 1933: «*Virgem com Menino e pomba, Renascença, decadente, lembrando muito, mas menos perfeitam a nossa do alto da escada».* Doc. II.5.: visita a Viseu, Museu, Setembro 1940 - «*um grande pano de brocado Luiz XIV, como o do meu quarto de cama*»; visita a Guimarães, 26 de Agosto 1939, capela de São Miguel: «*uma cadeira muito velha como a que tenho no meu quarto, e que dizem ter servido ao primeiro rei*»; visita a Pereira, igreja matriz, 7 de Julho 1934: «*Na sachristia (...) uma Virgem com o Menino, e este agarrando uma ave. Renascença, genero J. de Ruão, com avental, como a nossa do alto da escada*»; visita a Cozinheiro, 9 de Setembro de 1936, capela de São Miguel, sacristia: «*o velho S. Miguel (...) é do typo dos S. Miguel que existem no museo M. de Castro e em nossa*

207

208

Figura 207 e Figura 208 - Casa dos Santos. "Doação feita pelo Dr. Júlio de Vilhena ao Estado, de um conjunto de obras de arte que seu pai, o falecido comandante Ernesto de Vilhena, reunira ao longo de 50 anos. Presente, o ministro da Educação Nacional, Dr. José Hermano Saraiva". *O Século*, 22 d22 de de Fevereiro 1969, fotógrafo não identificado.© PT/TT/EPJS/SF/001-001/0187/0726AU e PT/TT/EPJS/SF/001-001/0187/0730AU

---

casa»; visita a Igreja matriz de Penela, 9 de Fevereiro 1937: «*A Senhora do Rosario é um typo francez, que lembra a que tenho no quarto de cama, e veio do Norte*»; visita a Coimbra, Santa Clara-a-Nova, em 24 de Setembro 1938: «*Entre as peças menos conhecidas, ha a apontar um Sto Amaro pintado, Renascença, como aquelle que temos na sala saída, mas menos delicado*»; visita a Bragança, Museu do Abade do Baçal, em 21 de Agosto 1935: «*Em ferragens, uma grimpa interessante: anjo com espada, cruz e galo, bastante grande (...) e uma candeia de ferro como a que eu tenho à cabeceira*»; visita a Coimbra, Santa Clara-a-Nova, 5 de Setembro 1946: «*e ainda, em uma cruz de madreperola com inscripção a preto, de grande formato, mais antiga, sem duvida do que aquella do oratorio da parte da cama da Amelia»*. Doc. II.6: visita a Braga, Igreja do Desterro, em Setembro 1946: «*Em um d'elles* [altares laterais] *uma Senhora em madeira, com o manto caido ao lado como a grande que temos na sala da esquina*»; visita a Elvas, Museu arqueológico, 17 de Agosto 1949: «*Um S. Vicente, de madeira* (...) *cara de pensador de certa edade, e não de menino como o nosso da livraria»*; visita a Buarcos, igreja paroquial, em 9 de Outubro 1953: «*Tres cadeiras de coiro, como as que temos para a meza de jantar*».

Figura 209 - Maria Amélia de Vilhena fotografada no interior da Casa Vilhena, fotografia não datada, in Leiria e Nascimento Leilão 24 Outubro 2001-I © Leiria e Nascimento, Lda.

Se a mitologia do coleccionar transformou a prática num jogo entre mostra e segredo, entre revelação e discrição, só o conhecimento público a tornou socialmente reconhecida. Na colecção Vilhena, a exposição pública potenciou o alargamento dos campos explorados, abrindo novas secções, ou enriquecendo-as, no universo do seu mundo coleccionado. Ernesto de Vilhena foi desde cedo um emprestador, em diferentes circunstâncias e para diversos cenários[1118], desde 1924. Mas o eco exterior ao seu círculo de íntimos que teve a exibição das peças acabou por ter igual impacto na progressão do processo coleccionista[1119].

[1118] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda*. De 1 de Janeiro de 1946 a 4 de Maio de 1947, ms.: «*26 de Janeiro de 1947 (Domingo) -Veio ao meio dia a D. Julieta Ferrão para tomar apontamentos de imagens de Sto. Antonio e outros objectos relativos ao santo, para uma exposição que a Camara quer realizar em Junho d'este ano, na Sé de Lisboa. Saiu às 3 horas, e creio que, para o fim, já não via coisa alguma*.».

[1119] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 16 Dezembro 1955 a 18 Novembro 1956: «*2 de Março de 1956 (6ª feira) - (...) Van Brée veio a casa cumprimentar a Amelia, e gostou de a vêr a trabalhar nos vidros, que sairam de armarios e das arcas, e estão todos agora, no chão, em mezas, e um pouco por toda a parte. Levo-o ao primeiro andar, sala da entrada, onde elle gostou, visivelmente, de vêr o seu retrato que está agora, ao pé do do Patriarca*.».

Uma das importantes redes de sociabilidade de Ernesto Vilhena construiu-se, tanto a nível nacional, como internacional, em redor da Diamang e da Diamong Trading Company[1120]. Dentro deste círculo, em Lisboa, mostra igualmente a colecção pessoal de obras de arte e apresenta as novidades com que a vai enriquecendo, como acontece quando recebe Henry Oppenheimer e A. Wilson em 1946, na altura em que estes se deslocaram a Lisboa para a assinatura de um contrato[1121]. Com todo o brio, toma nota das visitas e do interesse manifestado pelos seus objectos no diário: «*Vieram o sr. Colin Smith e mulher, apresentados pelo Welsey, vêr a collecção; e veio, tambem a Mme Baptista convidada por mim, para ajudar à conversa. Viram tudo, interessando-se muito pelos tecidos e esculpturas antigas. A M. Baptista tem uma certa cultura, gosta muito de livros, e deo signal de satisfação, logo que deo fé do Fernão Mendes Pinto. Parece ser boa pessoa. Tudo se passou bem, dizendo o Colin que nunca supoz vir encontrar uma collecção tão consideravel.*»[1122] Em Março de 1948, no jantar na representação diplomática belga em Lisboa, ao Lumiar, aprecia o que vê e o modo como são mostradas as obras de arte[1123], mas para além disso regista o comentário do ministro

[1120] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), *Diário*, ms., 18 Fevereiro 1949 - 6 Julho 1949: «[Em Londres] *6 de Maio de 1949 (6ª feira) - De manhã, às 11 horas, com Sir Ernest. Vejo-o muito emagrecido, e com tendencia para a tremura. Relembra a morte do irmão Otto, que eram todos muito amigos, que o irmão Louis tambem já está muito caido, que elle, Sir Ernest, foi prohibido, pelos medicos, de andar de avião, e que está chegado a uma edade, e situação, em que aprecia muito sentir reunidos, à volta de si, os seus velhos amigos, etc. etc. Que está muito satisfeito de me vêr, uma velha associação etc. etc. (...) À noute, jantar no hotel, com o Chapple e o Cohen. O primeiro desfaz-se em amabilidades para comigo; relembram-se os velhos tempos do Ivrette e outros; Affonso Costa, que os punha nervosos; sem um querer elogiar-me, dirá que, com superioridade, receberam outro com tenacidade, e por isso tenho a estima e o respeito de todos d'aqui. Dizem que o futuro contracto se faça em Lisbôa, etc. Depois do jantar, fomos despedir Sir Ernest e a Mulher, que vão passar 15 dias em Italia. Ficou combinado com elle que iria passar uns dias a Lisboa, chegando lá em 3 de Junho, para regressar uns dias depois.* (...) *7 de Maio de 1949 (Sabado) - Vamos almoçar à casa de campo de Philip Oppenheimer a 40 milhas de Londres. Uma casa de campo como outra qualquer das d'aqui, com um pequeno parque, onde ha pequenos parterres de tulipas e outras plantas e arvores proprias do paiz. Está o Eggermont. Aparece a mulher do Philip, rasoavelmente bonita, mas sem nada de muito especial. Falla, com repugnancia, o seu bocado de francez. Vejo que procura interessar-se, sem o conseguir. É possivel que me engane, mas tenho a impressão de pender para a nostalgia, não sei de quê, de resto, para o spleen, que é uma palavra e uma sensação muito ingleza. Aparece uma pequena de 7 anos, e dizem-me que tem um rapaz de 12. É curioso, então, não a ter eu visto, em outras ocasiões em que vim a Londres.*»

[1121] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), *Agenda*. De 1 de Janeiro de 1946 a 4 de Maio de 1947, ms.: «*30 de Abril de 1946 (3ª feira) - Chegou o H. Oppenheimer, a mulher e o A. Wilson pelas 5 e 1/2 da manhã, tendo ido espera-los o Castro Pereira com um automovel para os conduzir ao hotel Aviz. Assignatura do contracto e da covering letter as 16 horas. As 17h foi a Amelia visitar a Senhora, e trouxe-a depois a casa para tomar chá, vindo, tambem, o marido e o Wilson, e o Castro Pereira para ajudar. Passou-se tudo bem, tendo elles admirado muito a casa. e as coisas que se lhe mostraram*.».

[1122] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), *Agenda*. De 1 de Janeiro de 1946 a 4 de Maio de 1947, ms.: «*5 de Outubro de 1946 (Sabado)*».

[1123] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), *Agenda*. De 5 de Maio de 1947 a 16 de Julho de 1948, ms.: «*9 de Março de 1948 (3ª feira) - Hontem, fallou-me o Regnier pelo telefone, dizendo-me que o Ministro da Belgica me convidava para jantar hoje, na casa que elle alugou, no Lumiar, e é dos*

das Colónias, Teófilo Duarte (1898-1958, ministro entre 1947 e 1950) que também esteve presente, «*dizendo que eu* Com^te^ *Vilhena era um grande colleccionador e tinha a melhor biblioteca de livros coloniaes*»[1124].

Na sua casa, recebe por várias vezes Callens, representante belga no Banco Burnay e na Diamang[1125]. Em Abril de 1946, Callens «g*ostou da casa, apreciou as antiguidades, disse varias graças, gostou da palmeira, andou muitas pelas casas, sempre muito amavel»*[1126]. Anos mais tarde, visita de novo Vilhena acompanhado pela sua filha, tendo ambos ficado «*admirados da quantidade e qualidade de coisas que viam*»[1127]. Nos chás oferecidos aos altos quadros portugueses e estrangeiros da Diamang ou do Banco Burnay, fazia parte obrigatória do programa a mostra das suas preciosidades, «*Exposição de tecidos e do resto*», como na tarde de segunda-feira, 19 de Abril de 1948[1128], ou na do Domingo, 4 de Dezembro de 1949, quando foram dadas a ver «*algumas salas e uma parte das colchas»*[1129]. O mesmo se repete durante uma visita do administrador Van Brée[1130], em 1953, «*que desejava cumprimentar M^me^ Vilhena e, por isso, com elle vou à casa da rua de S. Bento. Curta demora, é claro; vio um pouco da esculptura, constatando que eu continuava a augmentar a collecção, o que elle*

Palmellas, penso que na ideia de se poder encontrar o Ministro das Colonias, que lá iria, tambem. (Creio que deve ter sido o proprio Regnier a propor-lhe que me convidasse, porque elle, até agora, não encontrou grande interesse em ter relações comigo. Lá fui. Era um jantar grande, de mais de 30 pessoas, entre as quaes o Ministro das Colonias, o Sub-secretario da Economia, Ministro da Hollanda e da Suecia, segundo parece, os membros das Missões que ali estão, para tratar da relação luso-belga, o Dumantier, o engenheiro Azevedo, sobrinho do José de Almada, o Regnier, o Gerard etc. Tem o Ministro duas filhas, louras e novas, sem grande interesse. Vê-se que é rico, elle ou a Mulher, algumas tapeçarias, peças de estatuaria do Oriente, um grande relevo, uma serie de quadros flamengos do seculo XV, grandes, e alguns outros, pequenos com fundos dourados ou prateados, que elle pôs em destaque por meio de um dispositivo de luz, que em uma sala quasi às escuras, faz sobresahir aquellas côres; coisa mesmo estrangeira, e que ninguem entre nós se lembraria de inventar e de installar.»

[1124] Idem.

[1125] Auguste Callens, administrador de nacionalidade belga, entre 1930 e 1947 (cf. Câmara 1985: 176).

[1126] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda*. De 1 de Janeiro de 1946 a 4 de Maio de 1947, ms.: «*12 de Abril de 1946 (6ª feira)*».

[1127] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda*. De 5 de Maio de 1947 a 16 de Julho de 1948, ms.: «*1 de Abril de 1948 (5ª feira)*» e «*9 de Abril de 1948 (6ª feira)*».

[1128] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Agenda*. De 5 de Maio de 1947 a 16 de Julho de 1948, ms.: «*19 de Abril de 1948 (2ª feira) (...) Chá offerecido ao Borromini em casa, com a assistencia da gente do Banco, do Fausto e mulher, do Castro Pereira e mulher, e do José Franco. A mesa estava muito bem montada, e todos conversaram bem, incluindo o Borromini (...). Exposição de tecidos e do resto.*»

[1129] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., 7 de Julho 1949 - 10 Fevereiro 1950: «*4 de Dezembro de 1949 (Domingo) - Chá ao J. Collares e mulher; Marco e mulher; R. Empis e mulher, Nova-Goa e mulher. Com grande trabalho da Amelia, foi tudo bem organisado, nada tendo succedido de desagradavel. Mostraram-se algumas salas e uma parte das colchas; espanto do Collares etc.*».

[1130] Firmin Van Brée, belga, foi director do Banco Burnay entre 1925 e 1955, e da Diamang em representação da *Forminière* (m. 1960), tal como Mutterelle e Georges Regnier (Câmara 1985: 131; 176.)

disse, depois, a alguns administradores, bebe um copo de agua, diz duas cousas amaveis, e retiramo-nos para o escriptorio.»[1131].

Nesta rede, alargada aos amigos dos amigos, a fama de coleccionar cola-se a si próprio e à figura do empresário colonial. Ernesto de Vilhena surpreende pelas suas colecções e orgulha-se da sua categoria de coleccionador. Por sistema, aponta-a para si, como acontece em 1949, com os comentários tecidos pela mulher do arqueólogo romeno Scarlat Lambrino: «*falla-me da nossa casa, das "preciosidades que ella contem", que toda a gente lhe diz etc, e acaba por me perguntar, perante as minhas restrições, se eu estou ou não convencido de que assim é.*»[1132.] De facto, estava convencido, como lemos na descrição do almoço de 9 de Março de 1950: «*Almoço em casa decorreo muito bem. A mulher que veio é, de facto, uma bôa cosinheira, e que aprecia o Cantão, e diz que o sr. Espirito Santo*[1133] *devia vir vêr o que é uma "casa rica". Julio ajudando nos bastidores. Estavam, alem do Van Brée*[1134] *e Mutterelle, o Ministro da Belgica, o Regnier e a Mulher, o Simão Neves e a Mulher, o Empis*[1135] *e a Mulher e o Morna*[1136]*. Depois do almoço, passeei o Ministro, que queria vêr tudo, pela casa e pelas collecções; muitas perguntas, muitas admirações e o desejo de se vêr tudo, um dia, com a Mulher; e como esta disia já à Amelia que viria com as duas filhas, a Amelia terá que fazer.*»

[1131] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., de 26 de Agosto 1952 a 14 de Março 1953: «*11 de Março de 1953 (4ª feira)*».

[1132] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). *Diário*, ms., 18 Fevereiro 1949 - 6 Julho 1949: «*23 de Abril de 1949 (Sabado) - Chá na casa do Dr. Simões Neves, no Estoril, e que elle queria aproveitar para conversa com o Dr. Mario de Figueiredo, o que teria sido muito interessante, mas elle não veio, com o fundamento, que, se não é verdadeiro é, pelo menos, bem achado, de ter, excepcionalmente, sessão da Assembleia Nacional, na qual se estava discutindo uma proposta de lei do Governo, sobre doenças infecciosas, ou cousa parecida. Estavam, tambem, o Professor Lambrino e a Senhora, o tal romeno que a Companhia ajudou e veio para Portugal, com o director, à Universidade, de 35.000$00 (?), o Lopes Mateus e a Mulher e varias outras pessoas, entre as quaes, o Luiz Trigueiros, director do Diario Popular, e mulher. A Mulher do Lambrino, que, embora de certa idade, é muito viva e conversadeira* (...).».

[1133] Ricardo do Espírito Santo Silva (1900-1955).

[1134] Firmin Van Brée, belga, foi director do Banco Burnay entre 1925 e 1955, e da Diamang em representação da *Forminière* (m. 1960), tal como Mutterelle e Georges Regnier (Câmara 1985: 131; 176.)

[1135] Raul Júlio Empis (1887-1960), Director do Banco Burnay e da Diamang, ou Ernesto Empis, quadro do Banco Burnay e Presidente do Conselho Fiscal da Diamang?

[1136] Comandante Álvaro de Freitas Morna (1885-1961), administrador da Diamang com funções especiais, tendo sido Governador-Geral de Angola entre 1942 e 1943. Era originário de Coimbra, com família residente em São Martinho do Bispo, freguesia à qual a família Jardim de Vilhena tinha ligações ancestrais.

II. 6. O Processo da Doação Vilhena

Figura 210
António de Oliveira Salazar com Ernesto Jardim de Vilhena, 1966 (?)
© Herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena

II.6.1. 1967-1969 - Crónica de uma doação ao Estado Português

Às vinte e três horas e quarenta e cinco minutos do dia 14 de Fevereiro de 1967, Ernesto Jardim de Vilhena sucumbiu a uma broncopneumonia, na sua casa da Rua de São Bento, em Lisboa[1137]. O coleccionador descansava, por fim, tinha 91 anos incompletos.

Nos jornais da capital[1138], nos dois dias seguintes, multiplicaram-se as notícias sobre a sua intrépida e longa vida. Enumeraram-lhe os altos cargos que ocupara, a partir de biografias decerto há anos prontas nas gavetas das redacções, descreveram as cerimónias fúnebres, de São Bento à igreja de Santa Isabel e ao Cemitério dos Prazeres, não sem deixarem de notar as presenças e as ausências de personalidades da Situação e as das Companhias e Bancos a que o Comandante estivera ligado durante a sua vida profissional. As instituições cívicas e culturais a que pertencera enviaram votos de pesar[1139]. Na pequena Lisboa, entre os círculos da política, da economia ou da cultura, começava agora a jogar-se, entre os muitos rumores e o silêncio, o destino futuro das Colecções de Arte do Comandante Ernesto Jardim de Vilhena.

Sem lhes deixar testamento redigido ou últimas vontades apontadas, Maria Amélia, sua mulher, e Júlio, seu filho, casado com Maria dos Prazeres Teixeira de Sousa Vilhena, sobreviveram-lhe. Passados os dias da comoção e da perda, árduos iriam ser os tempos. Iria começar a dispersão da(s) Colecção(ões) Vilhena.

O Comandante, nos seus apontamentos diários, poucas referências anota quanto ao destino que quer dar aos seus objectos. Afinal, pertenciam à "empresa familiar" (e dessa empresa viviam ainda os herdeiros), conservavam-se na "sede", sempre preparada para abrir as portas aos amadores das belas-artes, das antiguidades e dos livros, apta para emprestar aos museus ou a mostrar em exposições as suas mais importantes

[1137] 5ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, Freguesia de Santa Isabel, Óbitos, Nº 141, 14/02/1967.

[1138] "Faleceu o Comandante Ernesto de Vilhena". *Diário de Lisboa*, 15 Fevereiro 1967, p. 1 e 14; "Faleceu o Comandante Ernesto de Vilhena". *O Século*, 16 Fevereiro 1967, p. 10; "Faleceu o Comandante Ernesto de Vilhena antigo oficial da Armada e grande figura da vida ultramarina portuguesa". *Diário de Notícias*, 16 Fevereiro 1967; "O funeral do Comandante Ernesto de Vilhena". *Diário de Lisboa*, 16 de Fevereiro 1967, p. 24

[1139] Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Processos dos Académicos, Ernesto Jardim de Vilhena, Classe de Letras: Carta de condolências da Academia das Ciências de Lisboa dirigida ao Dr. Júlio P. de Vilhena, cf. DOC. II.10.

preciosidades, muitas das quais eram reconhecidas como parte das riquezas do património nacional português.

A 2 de Outubro de 1954, num almoço de despedida de van Brée, um dos directores da Diamang por representação da Forminière lembramos, na casa de S. Bento onde compareceram outros membros do "círculo Diamang", Ernesto de Vilhena congratulara-se com o sucesso da refeição: «*O Menu estava bem feito, as pessoas bem dispostas, a ponto de terem feito o tour do proprietário, como, no fim, cansaço geral, mas admiração profunda e sincera do que estavam vendo. Foi no meio de tudo isto que, insensivelmente, se fallou (eu fallei) em "Fundação", que o Van Brée chamava o "Museu Vilhena". Tinha de ser.*»[1140] Depois deste comentário apenas o silêncio; até que dez anos antes da sua morte e ainda senhor de todas as suas capacidades intelectuais, não negou a outros amigos interlocutores a ideia de uma "Fundação Vilhena", à semelhança d que estava em curso para a colecção Gulbenkian. Chega mesmo a registar a opinião deles no seu diário... [1141]

Ainda hoje circula a memória da ira nascida de uma suposta zanga com Salazar, que justificaria a recusa de Ernesto de Vilhena em fazer qualquer dádiva ao Estado e, do outro lado, qualquer possível aceitação de obras de arte. Contudo, os afastamentos e as discórdias com Salazar não se bastaram apenas nesta derradeira refrega, sem que outros conflitos a tivessem antecedido, de igual ou superior gravidade. Esta última resultaria supostamente da falta de apoio sentida pelo Comandante na disputa que mantinha com o Governador-Geral de Angola, Rebocho Vaz (como já acontecera com outros Governadores Gerais, tal como já vimos atrás); pelo facto de as empresas diamantíferas portuguesas sob presidência de Vilhena (a Diamang e a Dialap, a empresa de lapidação) estarem ameaçadas da perda dos monopólios; e ainda da ideia, partilhada por muitos, da necessidade de se encontrar um administrador mais jovem. Ernesto Vilhena, embora reconhecesse a sua inevitabilidade, não entendia que o momento já chegara[1142]. Mas não

[1140] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), *Diário*, ms., de 1 de Junho 1954 a 14 de Março 1955, 2 de Outubro de 1954 (Sábado).
[1141] Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), *Diário*, ms., de 16 Dezembro 1955 a 18 Novembro 1956, 16 de Outubro de 1956 (3ª feira): *«(...) Veio agora a casa o Dr. Lopes de Oliveira, encarregado pela Enciclopedia brasileira de trabalhar na letra V, e quer a minha biografia. Veio com a sua Mulher, que é uma rapariga activa, desembaraçada, instruida e nova; viram a casa e elle logo decreta que é indispensavel constituir com tudo isto uma "Fundação Vilhena (...)».* Sublinhados no original.
[1142] Já na primeira metade da década de 1950 se colocava a questão da sua saída da direcção da Diamang, mas Ernesto Vilhena, dois dias depois de completar 77 anos tinha ideias precisas sobre o assunto, como

parece ter sido este o móbil, nem dele se encontram ecos na memorialística oficial de Salazar saída da pena de Franco Nogueira. Ernesto Vilhena, sem dúvida membro grado da elite económica do regime e do sistema colonial português, criara há muito o seu espaço próprio. Em primeiro lugar, porque a adesão do antigo ministro Vilhena ao Estado Novo se fez paulatinamente, à medida que os resíduos do seu republicanismo e da amizade com Afonso Costa iam esmorecendo, e de acordo com o justo equilíbrio das necessidades de afirmação nacional da Diamang, como lemos na Parte I e que resulta clara na correspondência pessoal trocada entre Salazar e Vilhena, entre 1938 e 1966[1143]. Depois, porque quer Ernesto Vilhena, quer Oliveira Salazar, foram sempre "senhores dos seus Conselhos", comungavam ideologicamente do autoritarismo e, embora mais por acaso do destino, ambos "dirigiam" a partir das suas "sedes" localizadas a São Bento, ao longo das muitas décadas em que conviveram por força da economia e dos diamantes de Angola.

Se tal diferendo final aconteceu, terminou em paz. Em 1966, Ernesto oferece a Oliveira Salazar pelo seu aniversário (28 de Abril) os dois primeiros volumes da *Ásia*, de João de Barros. Uma semana depois, Salazar, manifestamente agradecido pelo gesto[1144], faz deles doação à Biblioteca da Universidade de Coimbra[1145]. A 8 de Agosto, cansado, o Comandante pede uma audiência para discutir a sua substituição no cargo de Director da Companhia de Diamantes de Angola. Apenas na sequência da correspondência que se lhe seguiu se poderão colher eventuais ecos do tal suposto enredo mitificado pela pequena história. Vilhena lamenta-se: «*Com 90 anos já feitos, gasto, cansado e doente, farto de suportar - sem nenhum auxílio oficial - as prepotências e disparates do actual Governador Geral de Angola, eu venho pedir a Vossa Excelência para ser substituído no exercício do cargo que desempenho na Companhia de Diamantes. É este o objectivo principal deste pedido de audiência.*

deixa escapar em *Diário*: «*Digo-lhe* [a Sá Carneiro, funcionário superior da Diamang] *o que penso sobre a forma de effectuar a minha substituição na direcção da Companhia quando eu pensar em me retirar d'ella.»* Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), *Diário*, ms., de 16 Março 1953 a 21 Outubro 1953: 6 de Junho de 1953 (Sábado).

[1143] Conservada nos fundos AOS/CP/280, pt. 7.280.18, fls. 389-552: *Cartas de Ernesto de Vilhena* (2 Dezembro 1938-15 Outubro 1959) e AOS/CP/281, pt. 7.281.1, fls. 1-995: *Cartas de Ernesto de Vilhena* (10 Fevereiro 1960-4 Março 1968) e ANTT/DIAMANG/Correspondência, Dossiers 1-9 (1956-1966).

[1144] ANTT/CDA, Caixa 1, Dossier 9, fl. 21, cf. Doc. II.11. B), junto com o original manuscrito, a fls. 22 e 23.

[1145] ANTT/AOS/CO/PC-71, Pt 22: *Oferta pelo Prof. Doutor A. de Oliveira Salazar, à Biblioteca da Faculdade de Letras de Coimbra, dos dois primeiros volumes da Ásia, de Vilhena* (1966), cf. Doc. II.11 A) e C).

Seguidamente, se Vossa Excelência m'o permittir, direi o que tem sido a perseguição (é o termo) em Angola, contra a Instituição que dirijo (...)»[1146]. Salazar responde de pronto, a 12 de Agosto[1147], mas não sem deixar escapar uma ponta de melífluo cinismo "administrativo": «*Recebi a carta de V. Exa. de 8. Compreendo a situação, mas a retirada de V. Exª da C. de Diamantes, se se efectuar, entristece-me profundamente. Habituado a tratar com V. Exª alguns assuntos da Companhia, é para mim muito doloroso vê-lo afastar-se dela. Desgosta-me também que os actos da administração de Angola possam ser interpretados como de inimizade ou perseguição. No Governo, todos admiram as suas qualidades e excepcionais serviços prestados. Peço a V. Exª que não esteja descontente nem irritado.* (...)». Pouco mais de um mês depois, a 19 de Setembro, o Presidente do Conselho acede ao pedido de audiência: ele próprio fará a deferência de se deslocar à Rua de São Bento nº 183 [a 187], no dia 21[1148], onde esteve entre as 18 e as 19 horas[1149]. A conferência põe fim à questão, deixando Vilhena sensibilizado[1150].

Por outro lado, e talvez possamos apontar esta como a mais forte razão para não atribuirmos demasiados foros de realidade à pequena história da zanga com Oliveira Salazar, suficientemente saborosa, mas pouco coerente com as personagens em questão, Ernesto Jardim de Vilhena era dotado de um gosto muito claro pela doação. Praticou-o por muitas vezes ao longo da vida e perante múltiplas, e diferentes, instituições, numa atitude que podendo ter, ainda que vagamente, alguma inspiração no valor da caridade cristã, decorria certamente de uma poderosa e fortíssima herança familiar, comum quer a seu pai, o conselheiro Júlio Marques de Vilhena, quer aos seus irmãos Henrique, João

[1146] ANTT/DIAMANG, Cxa. 1, Dossier 9, fl. 25.
[1147] ANTT/DIAMANG, Cxa. 1, Dossier 9, fl. 26.
[1148] ANTT/DIAMANG, Cxa. 1, Dossier 9, fl. 34: "(...) *Tenho demorado a fixação da entrevista por hesitar no local para evitar a V. Exª sobretudo a subida de escadas. Nem o Forte de Santo António, nem a residencia da Estrela, nem o Palácio de S. Bento oferecem condições convenientes. Lembrei-me de que seria melhor eu deslocar-me à casa de V. Exª amanhã 3ª feira, às 18h, para mim a hora mais conveniente e que V. Exª dirá francamente se lhe convem ou não, podendo escolher-se outra. Diga-me portanto V. Exa. quando pode receber-me; eu comparecerei no dia e hora marcados. Estimo que continue de saúde.* (...)".
[1149] ANTT/AOS/1/155, *Diário,* 2º vol. 1966, 21 Setembro.
[1150] ANTT/AOS/CP-281, pt. 7821.1 e ANTT/DIAMANG, Cxa. 1, Dossier 9, fl. 33: "(...) *Tenho a honra de acusar a carta de Vossa Excelência de 19 do corrente e muito agradeço os cuidados por Vossa Excelência postos na forma de me conceder a audiência por mim pedida. De acordo, pois, com as indicações que Vossa Excelência fez favor de me enviar, com o maior prazer receberei Vossa Excelência naquela sua casa da Rua de S. Bento, 187, pelas 18 horas de amanhã, 21.* (...)".

ou Júlio, todos eles documentados doadores, como pudemos verificar em capítulo anterior.

Aparentemente enigmática, a ausência final de uma grande decisão acerca das suas colecções na muito organizada vida e personalidade de Ernesto Vilhena - que demonstrara a capacidade de construir os impérios que pretendia -, pode ser explicada simplesmente por querer manter viva *ad infinitum* a ilusão de que a "empresa coleccionista" estava formada e os seus corpos gerentes a iriam continuar.

A perenidade dos objectos materiais pode ser, contudo, menor do que a simples memória dos homens que fácil e rapidamente actua mistificadoramente, sobretudo no reino fabuloso do coleccionismo onde as peças participam como elementos activos na construção de um universo fantástico, inalcançável e quase incompreensível se avaliado sob os parâmetros da realidade do quotidiano comum.

II.6.2. A resposta da política cultural tardo-salazarista. Os intervenientes

Em 1967, algum nervosismo vinha agitando o mercado de arte nacional, comerciantes e coleccionadores incluídos, provocado pelo aparente impasse no destino das Colecções Vilhena. O nervosismo, traduzido em rumores, fica expresso nas memórias dos vivos[1151] e em letra de forma, primeiro a partir do Porto, no *Diário do Norte*, a 24 de Junho de 1967 quando, sem peias, pela primeira vez se coloca abertamente a questão: «*Nem de longe, nem de perto, claramente ou através do recurso a sofismas, queremos deixar aqui uma só palavra que toque, ainda que de leve, nos respeitáveis direitos que assistem aos legítimos herdeiros do saudoso comandante Vilhena. O seu a seu dono! Mas está em causa, neste particular e neste momento, o próprio interesse nacional. E esse nos obriga a uma reflexão. Diz-se, na roda estreita dos coleccionadores, que se admite a possibilidade de virem a ser postos em almoeda as colecções reunidas por Ernesto de Vilhena. A efectuar-se o leilão – e até há quem*

[1151] Entrevistas a José Bénard Guedes, José Lico, João Teixeira, Lourenço Campos, José Serra. Lisboa, 2010-2011.

assinale, já, uma data: Outubro próximo – ele seria um dos maiores leilões do século, quando não o maior de todos. E acrescenta-se, na mesma roda estreita, que peritos estrangeiros estariam já a deslocar-se até Lisboa, no propósito de estudar algumas das colecções Vilhena. Assim teria acontecido, ainda há pouco ainda, com delegados do Victoria and Albert Museum, de Londres, que fotografaram – acrescenta-se – cinquenta colchas indo-portuguesas. Aqui nos fazemos eco do que corre por aí, sem juntar ao que se diz outra palavra que não seja a de apelo. Não comentamos, não criticamos: só apelamos. Apelamos, sim, para quem de direito, no sentido de acautelar a total dispersão das colecções que reuniu, ao longo da sua vida, o comandante Ernesto de Vilhena. Importa defender, ao menos, as mais representativas dessas colecções ou a parte mais significativa de qualquer delas, se for impossível mantê-las no seu conjunto. Importa evitar que seja levado para o estrangeiro tudo quanto ali está e é, verdadeiramente, património nacional.» [1152]

A alegação ideológica do texto jornalístico é a corrente desde o século XIX. Estaria em causa a saída do património nacional para o estrangeiro, argumento a que tantas vezes Ernesto de Vilhena recorrera para justificar as suas "recolhas" de objectos e, em particular, de tantas imagens esculpidas. Estamos, assim, perante a perenidade do conceito de *jus territorialis*, não só como aquele que definiu a base jurídica da protecção legal do património móvel português desde 1901, atravessando a Primeira República e o Estado Novo, mas também a sua utilização como o considerando da razão e do fundamento da empenhada defesa cívica desses bens culturais[1153].

[1152] "O que vai acontecer às Colecções de Arte do Comandante Vilhena?". *Diário do Norte*. Porto: 24 Junho 1967, p. 1 e p. 5.

[1153] Carlos Malheiro Dias, em 1905, a propósito do Leilão Arroio, descreve o quadro da situação com a significante argúcia que registamos também pela actualidade que mantém nos dias de hoje: «*Mais uma collecção de arte que desapparece depois do terremoto de 1755, que tantas subverteu! Que nos lembre são, pela sua ordem chronologica, as do duque de Lafões, dos marquezes de Borba, Angeja, Penalva, Louriçal, Tancos, do conde da Ericeira, de Silva Oeirense, do barão de Alcochete, de D. Fernando, do visconde de Daupias, de Zea Bermudes, de Fernando Palha, do marquez da Foz, do dr. Teixeira de Aragão, para só falar dos nucleos de collecções e galerias de mais renome, pondo de parte, pela impossibilidade de as inscrever a todas, as grandes casas antigas, contendo riquezas agglomeradas no decorrer de numerosas gerações e que a lei dos morgadios e extincção dos vinculos, as partilhas entre herdeiros, as decadencias inevitaveis em tudo o que é transitorio, dispersaram. Com um muzeu nacional pouco menos do que pobre, só nos restam, depois dos paços reaes, as collecções dos srs. duques de Palmella, preciosissimas, e o bric-à-brac abundante dos srs. condes de Burnay, onde, ao lado de vulgaridades ostentosas, ha algumas peças artisticas de extraordinario valor. Aqui e além, nas mãos da nobreza, em raras casas de artistas, pelas salas de banqueiros e dos negociantes ricos, guardam-se ainda um ou outro movel, quadro, porcellana de merecimento e preço. Mas tudo isso, como poeira e de ouro exposta ao vento, não resistirá ao trabalho dispersivo de duas outras gerações, quando muito. Seria*

O eco público transformava a Colecção Vilhena numa questão política. Era chegado o tempo de as instituições responsáveis agirem e o *locus* do poder era o Governo (Pinto 2000-2001: 5). A solução do problema devia seguir as hierarquias do Ministério da Educação Nacional: primeiro, o processo correria pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, Inspecção Superior das Belas-Artes que, criada em 1965[1154], dependia daquela e actuava agora directamente sobre as questões do património museológico, e ainda pela Junta Nacional de Educação, nas suas funções consultivas.

O contexto da política e administração patrimoniais em que a questão se integra é, portanto, o da pós-reforma de 1965 realizada através do Decreto-Lei nº 46 758 que dispõe sobre «*a extraordinária maturidade e actualização do pensamento museológico português, claramente marcada pelo magistério do Director do MNAA, mas também por personalidades mais jovens, então emergentes*» (Silva 2001: 88)[1155], assim a considerar como legislação de charneira cuja análise deita por terra a perspectivação da política museológica do Estado Novo como um bloco único. Juntando-se ao nascimento simultâneo da APOM, o mencionado acto legislativo pode classificar-se como um "facto patrimonial total", ousadamente aplicando aqui o paralelismo sociológico e cultural com "o facto artístico total" enunciado por José-Augusto França (França 1997 [1974]). Um notável *aggionarmento* com as práticas e as ideias internacionais resultou

necessario que o culto das artes se radicasse na educação das maiorias, proporcionalmente a um augmento sensivel da fortuna particular, para que nos fosse consentida a esperança legitima na mobilisação, dentro do paiz, das preciosidades artisticas ainda n'elle existentes. Cousa alguma, infelizmente, nos permitte essa esperança. Póde-se mesmo calcular que, dentro de um seculo, o estrangeiro terá seleccionado tudo quanto de precioso ainda existe extraviado da sua gula nas nossas mãos, deixando-nos apenas o joio. Ninguem, entre aquelles a quem interessam as artes, guarda duvidas a este respeito. Os unicos correctivos a este exodo de riqueza nacional são da attribuição do Estado, Tanto vale dizer que debalde esperariamos d'ahi o reedio. O Estado é, em Portugal, iconoclasta por tradição e por indole. Inutilmente se tem appellado para elle, no sentido de empregar os meios repressivos á exportação de objectos de arte e simultaneamente facilitar a sua entrada no reino. A sua surdez é obstinada. Vivemos ainda no regimen de livre sahida e de importação sujeita a enormes direitos sumptuarios. O fisco fecha obstinadamente os olhos a tudo o que sahe e tem-nos ferozmente, vigilantemente, abertos sobre tudo o que entra. A perdurar esse regimen absurdo restava um unico correctivo salvador a contrapôr-lhe: a acquisição, pelo Estado, por meio da licitação em hasta publica, ou por compra a particulares, dos objectos artisticos de reconhecido valor. O ridiculo subsidio dado ao Muzeu Nacional de Bellas-Artes antes parece, porém, traduzir um escarneo do ministerio que o sancciona do que a mingua do tesouro que o arbitra.». Cf. Dias 1903-1906. II: 241-243.

[1154] Decreto-Lei nº 47 319, de 19 de Novembro de 1966, que altera o quadro de pessoal da DGESBA e insere disposições relativas aos serviços da referida Direcção-Geral e Decreto-Lei nº 46 758, de 18 de Dezembro de 1965, que promulga o Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia, publicado no *Diário de Governo* nº 286, Série I, de 18 de Dezembro 1965, Título IV: Inspecção de Museus.

[1155] Ver também Ramos 1993: 50-61; Raposo 1995: 14-18; Gouveia 1997: II, 5-6; Lira 2001; Brigola *et al.* 2003: 41; Pimentel 2005: 145; Luna 2011.

numa nova definição legal de museu, na criação de um curso de conservadores junto do MNAA - classificado de "museu normal" - e no "ressurgimento" de uma Inspecção Superior dependente da DGESBA[1156].

Instituía-se dentro do aparelho do Estado um serviço especializado e coordenador das funções e actividades ligadas aos Museus e aos bens culturais móveis[1157], até então dispersas pelos Ministério da Educação Nacional, das Finanças e das Obras Públicas, por via de um novo organismo reclamado lucidamente desde pelo menos havia uma década. No seio da administração pública, era defendido de há anos a esta parte pelos serviços do MEN, como se depreende da leitura das Informações de João de Almeida (1888-1994), Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, enviadas a Oliveira Salazar em 26 de Abril de 1952, 20 de Dezembro de 1952 e ainda a 21 de Junho de 1955, ou da informação do próprio ministro da Educação Nacional F. Leite Pinto[1158] (1902-2000), de 2 Junho de 1956[1159]. Fora do quadro administrativo da cultura, estava implícito nas ideias discutidas nas sessões da Assembleia Nacional, como aconteceu no debate suscitado pelo aviso prévio apresentado pelo deputado Abel de Lacerda (1921-1957) sobre a "Situação dos museus, palácios e monumentos nacionais", que decorreu entre 1 e 8 de Fevereiro de 1956[1160]. Se o elenco dos problemas fundamentais estava desenhado desde o início da década de 50, como vemos, o tempo lento do Estado Novo fazia-se sentir cada vez mais lento no tardo-salazarismo: apenas passada uma década se produziria a novel legislação, publicada finalmente a 18 de Dezembro de 1965[1161].

[1156] Aplicamos o termo ressurgimento, pois a legislação de 1965 vai beber dos princípios atribuídos à "inspecção dos museus de arte e arqueologia do Estado e dos que por ele forem subvencionados ou tutelados" que funcionou junto da Direcção Geral das Belas Artes, conforme o enunciado da Lei Nº 1700/1924, CAPÍTULO IV, "Dos Museus", Artº 29º e 30º.

[1157] Sobre o conceito de Bem Cultural Móvel vd. Alexandrino 2009; Duarte e Albuquerque s.d..

[1158] Ministro da Educação Nacional entre 7 de Julho de 1955 e 4 de Maio de 1961.

[1159] ANTT, AOS/CO/Educação, Cx. 3, Pt. 7, fls. 198-246: *Análise da situação dos Museus,* Junho 1956.

[1160] Assembleia Nacional, *DS*, nº 121 a nº 125, 02-02-1956 -09-08-02-1956, p. 412-419; 423-431; 435-446; 447-460.

[1161] Da inércia e da vacuidade dos resultados dos debates após o Aviso Prévio dá conta João Couto, em 1962: «*Faz aflição como, num determinado momento, pessoas responsáveis debatem assuntos da mais transcendente importância e, logo depois, tudo esquece, como se copiosos escritos não tivessem abarrotado as colunas dos orgãos de opinião mais circunspectos. Refiro-me ao debate provocado pelo aviso prévio do malogrado amigo e deputado Abel de Lacerda, que decorreu na Assembleia Nacional nos dias 2, 3, 4, 8 e 9 de Fevereiro de 1956. Foi tratado da forma mais clara e convincente o problema das belas-artes em Portugal. O que se disse, bastaria para resolver um assunto do qual depende a vida dos nossos estabelecimentos educativos no campo das belas-artes plásticas e para solucionar temas cruciais como o do turismo nacional. Muito se falou, bastante se escreveu e, no fim, tudo ficou esquecido e na mesma.*» (Couto 1962: 236-237 - "Coisas que passam").

Dois anos depois da entrada em vigor do novo instrumento legislativo, nas reuniões de 1967 da 2ª secção de Antiguidades e Belas Artes da JNE[1162], o caso Vilhena terá sido debatido com mero carácter informal, segundo os dados que colhemos das notas de Maria José de Mendonça (em 1967, directora do Museu Nacional de Arte Antiga e vogal da JNE por inerência de cargo), mas também da memória de Adília Alarcão[1163] (igualmente vogal da JNE), embora nada conste nas *Actas das Sessões*[1164].

Continuando, então, a seguir Mendonça, sabemos que João Manuel Bairrão Oleiro (1923-2000), no desempenho das suas funções de primeiro Inspector Superior de Belas-Artes, estava a par da questão, pois a directora teria já abordado o problema no MNAA. Era comum a ambos a certeza de que urgia dar-lhe solução (Doc. II. 12.1)), que seria inevitavelmente complexa, dados os muitos e diversos conjuntos de objectos que constituíam a Colecção Vilhena. O *Diário do Norte*, ingenuamente afirmava que, se as instituições estatais não correspondessem aos apelos de salvaguarda, em última instância «*a benemérita Fundação Gulbenkian*»[1165] não deixaria de lhes dar ouvidos...

Mas, subitamente, em 28 de Setembro de 1967, tudo se precipita. O burburinho explode em rebuliço, com a publicação, agora a partir de Lisboa, no *Diário de Notícias*, com o título bombástico de "Ameaça e Expectativa. O Maior Espólio Artístico e a Maior Biblioteca do País Correm o Risco de Saída para o Estrangeiro", do artigo assinado por António Valdemar[1166], ilustrado com fotografias de peças que não podiam deixar de ter forte impacto sobre o público: logo a abrir uma Virgem com o Menino, de grande escala, do século XIV e influência francesa, o retrato da Flor da Murta, uma tábua do tríptico do Calvário de Frei Carlos, o São João Baptista da melhor escultura portuguesa do Renascimento e, no remate, com a lápide funerária dita na altura "de Domingos Aparício", estela insculturada do século XIV português. Era sintomático de que a discussão subterrânea já corria desabrida nos corredores da Educação e nas

[1162] A Junta de Educação Nacional foi instituída pela Lei nº 1941, de 11 de Abril de 1936. Foi reformada a 22 de Maio de 1965, passando a designar-se Junta Nacional da Educação com novo regimento exarado no Decreto-Lei nº 46 348, de 22 de Maio de 1965, a partir do qual as competências da antiga 1ª Subsecção da 6ª Secção (Antiguidades e Belas-Artes) passaram para a 2ª Secção.
[1163] Depoimento escrito de Adília Alarcão, Espinhal, 19 de Junho de 2010.
[1164] ANTT, JNE, Livro 60, Actas da 2ª Subsecção da 2ª Secção da Junta Nacional de Educação, 11.03.1966-06.04.1971 e ANTT, JNE, Livro 61, Actas da 3ª Subsecção da 2ª Secção da Junta Nacional de Educação, 27.01.1967-08.05.1971.
[1165] *Diário do Norte*, op. cit., p. 5.
[1166] António Valdemar. "Ameaça e Expectativa. O Maior Espólio Artístico e a Maior Biblioteca do País Correm o Risco da Saída para o Estrangeiro." *Diário de Notícias*. Lisboa: 28 Setembro 1967.

instituições da cultura, decerto bem alimentada pelos intervenientes no comércio de arte, começando a escapar ao lápis azul do censor. O Ministério, presidido pelo reformista Inocêncio Galvão Teles[1167] (1917-2010), não descansaria nessa noite.

No dia seguinte (29 de Setembro), o mesmo jornal insiste. Avança o redactor com novo título "O caso do Espólio Artístico de Ernesto de Vilhena. Está em curso o arrolamento - Esclarece o Ministério da Educação Nacional" e "Um alvitre: a futura instalação da colecção Vilhena"[1168].

Incómodo, aquele artigo de dia 28 - «*deplorável*», segundo as palavras de Maria José de Mendonça -, obrigara o MEN a tomar posição pública. Ultrapassaria muito oportunamente as fronteiras da metrópole até Luanda, onde o tema se alimentava com a curiosidade sobre o "fabuloso" património do administrador colonial[1169].

Segundo as notas de Mendonça, a 26 ou 27 de Setembro, Bairrão Oleiro teria reunido com Júlio de Vilhena e, no próprio dia 28, teria sido recebido na Casa da Rua de São Bento para as primeiras apresentações à viúva das pessoas «*nomeadas pelo Ministro da Educação Nacional para se ocuparem desse assunto, cumprir formalidades legais (documentos) e para fazer a visita à colecção*.» Terão sido estes os factos a transpirar para o exterior, sem o devido enquadramento? É possível, tal como o desabafo confessado por D. Maria Amélia de Vilhena a Maria José de Mendonça e que

[1167] Ministro da Educação Nacional entre 4 de Dezembro de 1962 e 19 de Agosto de 1968. Sucede-lhe na pasta José Hermano Saraiva, que ocupa o lugar entre 19 de Agosto de 1968 e 15 de Janeiro de 1970. Cf. Braga 2010, p. 28-29.

[1168] António Valdemar, "O caso do Espólio Artístico de Ernesto de Vilhena. Está em curso o arrolamento – Esclarece o Ministério da Educação Nacional. Um alvitre: A futura instalação da Colecção Vilhena". *Diário de Notícias*. Lisboa: 29 Setembro 1967, p. 1 e p. 5.

[1169] "A repercussão de um artigo do "Diário de Notícias". Angola e o espólio de Ernesto de Vilhena". *Diário de Notícias*, 11 de Outubro 1967: «*Luanda, 10 - "Angola e o fabuloso espólio de Vilhena" é o título de um extenso artigo a três colunas publicado na edição de anteontem do jornal "O Comercio" desta cidade, em que se faz eco do artigo sobre a mesma colecção de arte da autoria do jornalista António Valdemar, recentemente inserto nas colunas do matutino lisboeta "Diário de Notícias" e se formulam oportunas considerações acerca do destino do espólio artístico do falecido comandante Ernesto de Vilhena. "Não hesitamos em classificar de muito útil o gesto de António Valdemar, pese a quem pesar...", acentua o articulista do jornal "O Comércio", após o que observa: "Apresentado o problema, a opinião pública emocionou-se, o que depõe a seu favor. Nem tudo a deixa em mornidão frívola. (...) A concluir, o articulista tece algumas considerações sobre a posição de Angola relativamente ao espólio: "Angola, cuja presença na vida financeira do extinto ganhou sempre relevo muito especial, não terá de ser vista como merecedora de atenção também especial? Os diamantes, o petróleo, o fomento geral, as actividades mineiras. Cremos que o falecido sempre mostrou particular interesse por esta província - aliás com total justiça. Afigura-se-nos que, dentro do quadro da Nação Portuguesa, Angola não seria por ele esquecida. Dificilmente podemos admitir uma hipótese em contrário. Nem os herdeiros, com certeza. Nem o Governo.*»

esta não deixou de apontar, - decerto só permitido pela intimidade construída entre ambas através da admiração que a coleccionadora herdeira tinha pela investigadora da história dos têxteis que, de há anos a esta data, fazia dela visita regular da Casa Vilhena: «*Disse-me a D. Amelia, e por varias vezes que nunca pensaram em fazer leilão. O que foi feito foi o inventario de tudo quanto existe na casa.*»[1170]. Esse inventário de existências, decorrente da decisão familiar, era, aliás, absolutamente necessário para a fixação do valor do imposto sucessório a pagar e o posterior registo dos novos proprietários.

Também a 29 de Setembro, *O Diário Popular* transmitirá aos leitores a segurança que fora buscar à sua fonte, declaradamente a família Vilhena, "Onde se fala do espólio artístico que não corre (e nunca correu) perigo de ser disperso em leilão"[1171]: os dois lados da história completavam-se, as consciências apaziguavam-se.

Politicamente comunicava o *Diário de Notícias* que «*O ministro da Educação Nacional, logo após o falecimento do comandante Ernesto de Vilhena, determinou que se procedesse ao estudo das suas colecções de arte e da sua livraria, a fim de se efectuar a inventariação das peças que, pelo seu valor, devam considerar-se elementos do património artístico, bibliográfico e documental da Nação. O respectivo despacho teve imediato início de execução e os herdeiros do comandante Vilhena concederam todas as facilidades para a realização das diligências que se impõem.*»[1172] E a família Vilhena corrobora ao *Diário Popular*: «*o espólio artístico do coleccionador nunca correu nem corre o perigo de ser disperso em leilão. E isto, por exclusiva decisão dos herdeiros, visto que não existe testamento nem qualquer outra declaração verbal ou escrita do coleccionador. Parte do espólio - a colecção de estatuária medieval, foi doada ao estado. Quanto à restante, não oferece perigo de ser leiloada.*»[1173]

Por coincidência, ou talvez não, as notas de João Miguel dos Santos Simões registam que no dia 30 de Setembro de 1967 participou na reunião no Ministério da Educação Nacional para «*tratar do problema da inventariação das Colecções Ernesto*

[1170] MNT, Espólio Maria José de Mendonça, Dossier D17: Colecção Vilhena, s.d. [1967], manuscrito: cf. Doc. II. 12.1).
[1171] "Onde se fala do espólio artístico que não corre (e nunca correu) perigo de ser disperso em leilão." e "O destino de um valioso espólio: Colecção de Estatuária (valor aproximado: 25000 contos) doada (há muito) ao Estado". *Diário Popular.* Lisboa: 29 de Setembro de 1967.
[1172] In *Diário de Notícias*. Lisboa: 29 Setembro 1967, p. 1.
[1173] In *Diário Popular*, op. cit.

Vilhena»[1174]. Deste encontro resultou a constituição final da equipa de técnicos especialistas que iria proceder aos trabalhos[1175]. O grupo ficou sendo presidido por Maria José de Mendonça (Directora do MNAA), coordenadora, para além de responsável pelo levantamento dos objectos têxteis de todas tipologias e nesta tarefa específica secundada por Maria José Taxinha, técnica de restauro têxtil do Instituto José de Figueiredo (1912-2003); Armindo Ayres de Carvalho (Conservador do Palácio Nacional da Ajuda, 1911-1997) incumbido de verificar a escultura; o pintor e restaurador Abel de Moura (1911-2003) que seria encarregado do núcleo de pintura; Santos Simões ocupar-se-ia dos azulejos e da cerâmica; Carlos Barros (1928-1995) trataria dos vidros; José Bénard Guedes Salgado (1931-2012) faria a verificação das pratas e de alguns núcleos de escultura e a Maria Helena Mendes Pinto (n. 1923)[1176] competiria o trabalho nas colecções de mobiliário português e extra-europeu, sendo os três últimos conservadores ajudantes do Museu Nacional de Arte Antiga[1177]. Contavam ainda com a participação do fotógrafo Alberto Abreu Nunes.

O mesmo processo foi aplicado na Biblioteca e Livraria: constituição de um grupo de trabalho coordenado por José Pereira da Costa (1922-2010), director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo desde 19 de Julho de 1966, e integrado por bibliotecários-arquivistas[1178], que deveria identificar os núcleos constituintes, catalogar as espécies e elaborar a lista das que deveriam ser inventariadas, conforme consta do relatório apresentado.

Os trabalhos de inventário dos objectos artísticos começaram de imediato, a 2 de Outubro de 1967, às 15h, segundo Santos Simões, no que coincide com o relato de

[1174] MNAZ, Espólio João Miguel dos Santos Simões, Dossier nº 116, "Caderno Colecção Vilhena - Azulejos - Cerâmica", 1967, manuscrito: cf. Doc. II.15.
[1175] MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 64, Cópias de Correspondência Remetida, Janeiro a Junho de 1969, Nº 186-A, Proc. Nº 49-M-1: cf. Doc. II.25.
[1176] Apesar dos nossos pedidos, invocando razões de saúde e de trabalho, Maria Helena Mendes Pinto não acedeu a responder às questões que lhe colocámos directamente sobre este assunto, facto que muito lamentamos pela inigualável qualidade do testemunho que ela poderia transmitir sobre esta conjuntura e todo o processo de Doação da Colecção Vilhena.
[1177] Carlos Vitorino da Silva Barros (n. 10-9-1928-m.1995), nomeado Conservador ajudante (nos termos do artigo único do Decreto nº 45 351, de 13 de Novembro de 1963) por despacho de 28-4-1965 publicado no *DG,* II série, nº 133 de 5-6-1965; José Bénard Guedes Salgado (n. 6-6-1931), nomeado Conservador ajudante (nos termos do artigo único do Decreto nº 45 351, de 13 de Novembro de 1963) por despacho de 23-11-1963 publicado no *DG*, II série, nº 275 de 23-11-1963; Maria Helena Caleia Serra Mendes Pinto (n. 12-7-1923), nomeada Conservadora ajudante (nos termos do artigo único do Decreto nº 45 351, de 13 de Novembro de 1963), por despacho de 23-11-1963 publicado no *DG*, II série, nº 275 de 23-11-1963.
[1178] Grupo de que fizeram parte Durval Pires de Lima, Maria de Fátima Vila Pouca, Carlota Gil Pereira e Maria Francisca de Andrade (cf. Doc. II.22).

Maria José de Mendonça nas notas que temos vindo a seguir. Os trabalhos de inventariação das espécies artísticas estavam concluídos no final desse ano. Para o efeito, cada um dos responsáveis por cada área criou um sistema de registo das obras em fichas, fazendo-se a verificação a partir da topografia da casa - elementos da maior importância para a reconstituição da distribuição (ou da acumulação) original das peças feita pelos coleccionadores -, executando na prática uma intuitiva "arqueologia dos objectos" que, mais tarde, seria reconvertida em listas e relatórios a entregar à tutela. Nos espólios consultados verificamos que foi quase sempre este o sistema de trabalho empregue quer por Santos Simões, Bénard Guedes ou Maria José de Mendonça. Bénard Guedes conservava ainda pequenas fichas da autoria de Carlos Barros, cópias dactilografadas de algumas fichas relativas a mobiliário, listagens de cerâmica e ourivesaria, todas elas elementos fundamentais e muito preciosos para a reconstituição do método utilizado pelos peritos, considerando a inacessibilidade ou o desaparecimento de alguns espólios pessoais dos intervenientes[1179].

O que estava em causa era a inventariação dos objectos, primeiro passo para o possível arrolamento pelo Estado, à data o único instrumento legal de protecção e de salvaguarda dos bens móveis com valor artístico e histórico não integrados em nenhum imóvel protegido, fossem eles propriedade estatal ou propriedade privada, consignado nas leis patrimoniais portuguesas desde 1910 até à Lei Nº 107/2001, isto é, até à publicação da Lei de Bases da Política e Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, promulgada nove décadas depois[1180].

O primeiro arrolamento de imagens esculpidas da Colecção do Comandante Ernesto de Vilhena - uma «*escultura de madeira do século XV da "Virgem com o Menino" por ele comprada em Londres*» - ocorrera três décadas atrás e datava de 1937. Em 1938, quando ele ainda não deixara de estar sob a mira dos vogais da JNE graças à polémica compra das esculturas pertencentes à Capela do Tesoureiro havia um ano antes, o escultor Diogo de Macedo «*comunicou por escrito que, havendo consultado o senhor Ernesto de Vilhena, averiguara* (...) *se encontra em seu poder*». Mais informava

[1179] Cf. Doc. II.17 a Doc. II.20.
[1180] *Vd.* Pinho 2011; actualização de Pinho 2002.

que, «*essa estátua foi arrolada no nosso Inventário Artístico em Abril de 1937*»[1181], aplicando-lhe o enquadramento legal desenhado na década de 1930 através da Lei Nº 20.586/1931, do Decreto Nº 30.985/1932 e do Decreto-Lei Nº 26.611/1936.

Em Dezembro de 1937, ao pedido pela Alfândega de Lisboa «*para que fôssem examinadas três figuras de madeira que a firma E. de Vilhena* [pretende importar]*»* o vice-presidente da 1ª Subsecção da 6ª secção da JNE, Engenheiro Henrique Gomes da Silva (1890-1969) apresenta na 8ª sessão, reunida a 8 desse mês, o seu parecer positivo, «*para que fiquem ao abrigo do disposto no nº 10 do artigo 85 dos preliminares das pautas aprovadas pelo decreto número 17.823*»[1182], diploma emanado do Ministério das Finanças e respeitante às alfândegas cujo articulado isentava do pagamento de direitos de importação «*As obras de arte ou com valor histórico, portuguesas ou estrangeiras, nos termos do decreto de 19 de Novembro de 1910*» (Decreto nº 17.823/1929). Tratando-se de questão meramente financeira, não implicou o arrolamento das espécies examinadas, nem a sua classificação. As mesmas circunstâncias, idêntico processo e igual desfecho tivera já no ano de 1934 a entrada em Portugal de um oratório «*antigo*», a que o Dr. José de Figueiredo deu parecer favorável, encontrando-se o «*móvel ao abrigo da lei, que permite a entrada com isenção de direitos*»[1183].

Aliás, a questão do inventário e arrolamento a partir do controle exercido sobre a importação de obras de arte não era pacífica, nem mesmo entre os membros da Junta Nacional de Educação. João Couto, a 30 de Março de 1938 «*lamentou que se incomodem funcionários dos museus para informar quanto a objectos que, muitas vezes se destinam a leilões»*, ao que Gomes da Silva, nessa mesma sede responde *«ser conveniente rever a lei e propor as modificações necessárias, de modo a não favorecer o negócio de obras de arte, sem enriquecimento do património nacional»*, incumbindo Couto de estudar e elaborar um relatório para a Subsecção[1184], o que este concretiza em 2 de Julho no "projecto de bases a apresentar à Direcção-Geral das Alfândegas sobre a

[1181] ANTT, JNE, Livro 96, Actas da 1ª Subsecção da 6ª Secção de 09/06/1937 a 29/06/1939, Acta Nº 12ª de 24/02/1938
[1182] ANTT, JNE, *Idem*, Acta Nº 8 de 08/12/1937, fl. 28.
[1183] AHME, DGESBA, Diversos, Série Nº 3, Cxa, 3027, Proc. da 3ª Secção, Lº 15, Nº 187, fls. 101, 2 de Maio de 1934: cf. Doc. II.9.
[1184] ANTT, JNE, *Idem*, Acta Nº 15 de 30/03/1938, fls. 50-51.

importação e exportação de obras de arte"[1185]. Vemos assim, continuamente, misturarem-se e confundirem-se questões de classificação e de protecção artística dos bens móveis com questões de movimento comercial (ainda mais complexas por se tratar de propriedade privada), tornando-se uma característica "quase endémica" do património português a que, nem mesmo no século XXI, as políticas têm escapado, apesar da diversidade de conjunturas. A garantia mínima de salvaguarda dos bens móveis particulares foi e é, apesar de tudo, o seu arrolamento pelo Estado através dos mecanismos do registo de inventário e classificação e neste âmbito, sem dúvida, Diogo de Macedo por ele se batia patrioticamente, explicando ao público (e aos privados) que «*as obras de arte, quando são obras-primas, isto é, de primeira classe e portanto de mérito raro, encontrando-se em mãos particulares e sujeitas, como tal, a vendas, ruinas ou desvios de qualquer espécie, sem a defesa justa que uma cultura nacional impõe, e pertencendo embora a quem as possui e delas pode condicionalmente dispor, fazem parte do "Património da Nação" (...)*».[1186]

De acordo com a análise de Elsa Pinho no estudo da história, variantes, tendências e diplomas legais respeitantes ao inventário e consequente arrolamento dos bens móveis, ter-se-á atingido na década de 1950 o número mais elevado de classificações justificado pela aplicação do «*Decreto-Lei Nº 38 906, com valor de Lei, emanado pela Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, em 10 de Setembro de 1952. No seu Artigo 2º, determinava o referido diploma que* "*Independentemente da inventariação, o simples reconhecimento pelo Ministério da Educação Nacional, em despacho publicado no Diário do Governo, do valor artístico ou histórico de móveis importa, nos termos do artigo 52º da Constituição Política da República Portuguesa, a impossibilidade da sua alienação em favor de estrangeiros. O infractor será punido com a multa de cinco vezes o valor da coisa alienada.*"» (Pinho 2011: s.p.) [1187].

Registamos, neste contexto que, em 1967, à data da morte do Comandante Ernesto de Vilhena, entre os seus cerca de quatro milhares de esculturas, apenas sete

[1185] *Idem*, *ibidem,* Acta Nº 20 de 02/07/1938, fl. 64. Uma cópia do texto dactilografado pode ler-se em MNAA, Arquivo do Dr. João Couto, Pasta 81 – *Junta Nacional de Educação*: "BASES A PROPOR À DIRECÇÃO GERAL DAS ALFÂNDEGAS REFERENTES À IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE OBRAS DE ARTE".
[1186] Macedo, Diogo de. "Sobre arrolamentos e patriotismo". *Diário Popular*, 3 de Junho 1946, p. 1.
[1187] Cf. também Amador 2002: 75-77.

imagens tinham sido declaradas inventariadas e arroladas, a primeira, como vimos em 1937, uma por despacho de 1954 e as restantes em declaração conjunta de arrolamento, em 1958. As últimas seis foram classificações algo aleatórias, actos circunstanciais fruto da aplicação da norma administrativa, cumprindo a deliberação do Conselho Permanente da Acção Educativa que dispôs, segundo parecer de 21 de Janeiro de 1952, redigido por Mário de Figueiredo (1891-1969) enquanto presidente da Junta Nacional de Educação, «*que a Junta Nacional de Educação só deve pronunciar-se favoravelmente àquela isenção desde que se verifique tratar-se de objectos considerados de valor artístico tal, que justifique o seu imediato arrolamento, nos termos do Decreto nº 20.985, de 7 de Março de 1932, e a sua sujeição ao regime respectivo»* [1188]. Em 9 de Abril de 1954, Armando Figueiredo de Lucena (1886-1975) apresentava à JNE o parecer favorável ao pedido de Ernesto de Vilhena para importar um grupo escultórico de Santa Ana com a Virgem e o Menino. Homologado a 13 desse mês[1189], a peça era arrolada logo a 17 e o respectivo despacho exarado no DG[1190]. Em Agosto do ano de 1958, será novamente o pintor Lucena a emitir o parecer favorável à importação, com isenção de direitos, de cinco objectos de arte que o Comandante Ernesto de Vilhena pretendia levar a efeito (cf. Figuras 139 a 142); autorizado o pedido, são inventariados por despacho de 12 do mesmo mês publicado no DG de 27[1191]. Estas

[1188] MNAA, Arquivo do Dr. João Couto, Pasta 81 – *Junta Nacional de Educação*.

[1189] ANTT, JNE, Livro 99, Actas da 1ª Subsecção da 6ª Secção, 06/07/1951 a 09/04/1954, Acta Nº 207 de 09/04/1954, fl. 99v.

[1190] DG, Série II, nº 95, 22/04/1954, p. 2452: «*MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. Para os devidos efeitos se declara que, por virtude de despacho de S. Exa. o Subsecretário de Estado da Educação Nacional de 13 do corrente, foi, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 38 906, de 10 de Setembro de 1952, mandado inventariar o seguinte móvel: Uma escultura de madeira representando um grupo de Santa Ana com a Virgem e o Menino, obra possivelmente do século XV, talhada em carvalho. O grupo abriga-se sob um baldaquino da mesma madeira e em estilo gótico. O grupo pesa 7,750 Kg e mede de altura 0,62m e de largura máxima 0,24m. Pertence a Ernesto de Vilhena, morador na Rua de S. Bento, 187, em Lisboa. Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, 17 de Abril de 1954. – Pelo Director-Geral, Mário de Andrade.»*

[1191] *DG, Série II, nº 200, 27/08/1958, p. 6909: «MINISTERIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes Serviços das Belas-Artes. Para os devidos efeitos se declara que, por virtude de despacho de 12 do corrente, ficam sujeitas ao regime estabelecido no artigo 2º e seu § único do Decreto-Lei nº 38 906, de 10 de Setembro de 1952, as seguintes espécies: Uma escultura de madeira, estofada, representando um busto de Nossa Senhora, com o peso, incluída a peanha, de 3,730 Kg. Uma imagem de S. Lucas acompanhado do seu atributo – o boi -, executada num mármore pintado. Falta-lhe a mão direita e pesa 22,370 Kg. Um baixo-relevo de alabastro figurando uma Piedade. Pesa 3,150 Kg. Um baixo-relevo de alabastro representando a cena do Calvário; além do Crucificado, conta com figuras alegóricas ao acto e dispostas de ambos os lados e em sentido vertical. Mede 0,265m x 0,50m. Uma escultura de madeira, estofada, de gesso prateado, representando um cavaleiro com a respectiva armadura. Pesa. 4,590 Kg. Pertencem a Ernesto de Vilhena, morador na Rua de S. Bento, 187, em Lisboa. Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, 22 de Agosto de 1958. – O Director-Geral, João Alexandre Ferreira de Almeida.*»

são, efectivamente, classificações que derivam dos pedidos de importação, não significando necessariamente a maior qualidade artística ou histórica destes objectos face a outros que constituíam a colecção e que tinham tantas vezes sido apresentados em público em exposições, como mais atrás mostrámos. As excepções que não deram lugar ao consequente arrolamento - que só confirmam as regras vigentes - correspondem a solicitações de autorização para entrada no país de obras de arte que Vilhena faz chegar ao longo dos anos à JNE, quase todos fundamentados pelos pareceres de Armando de Lucena[1192], em Novembro de 1950[1193], Outubro de 1951, Abril e Dezembro de 1952 (este com parecer de Diogo de Macedo) e Abril de 1954[1194]. O mesmo procedimento foi inclusivamente aplicado ao pedido apresentado em nome de Ernesto de Vilhena, em Agosto de 1954, referente a uma cabeça em bronze do Benim, que meses depois, em Outubro, propõe que seja transferida como propriedade da Companhia dos Diamantes de Angola «*para o museu da mesma Companhia situado no Dundo*», com parecer exposto mais uma vez por Lucena[1195].

Em matéria de classificação que garantisse a protecção legal dos bens móveis quer da colecção de escultura, quer de qualquer outro núcleo constituinte das Colecções Vilhena, tudo, ou quase tudo como vimos atrás, estava então por fazer. Havia que se começar com o processo de inventário.

[1192] O espólio de Armando de Lucena, por nós localizado nos reservados do centro de documentação da Escola Secundária António Arroyo, em Lisboa, esteve inacessível durante todo o período em que decorreu a investigação para esta tese, encaixotado e armazenado, por virtude das obras de renovação total e requalificação daquela Escola, levadas a efeito pela Parque Escolar. A sua consulta revelará decerto novos dados nesta matéria.

[1193] MNAA, Arquivo do Dr. João Couto, Pasta 81 – *Junta Nacional de Educação:* Assº 21 – Alfândegas, Parecer de Armando Lucena (cópia dactilografada): Lº A-9 - Nº 431/776. *Aprovado em sessão da 1ª Subsecção da 6ª Secção da Junta Nacional de Educação, de 10 de Novembro de 1950. - O Vice-Presidente, (a) Henrique Gomes da Silva. DESPACHO MINISTERIAL: "Homologo". 14-11-50. (a) Pires de Lima. Exmo. Senhor Presidente da 1ª Subsecção da 6ª Secção da Junta Nacional de Educação. Parecer No cumprimento do despacho por V. Exa. exarado à margem do ofício Nº. 10163, livro 9, proc. S-1/12, da Alfândega de Lisboa, dirigi-me à delegação aduaneira do Jardim do Tabaco, com o fim de examinar e dar parecer sobre uma imagem de madeira contida numa caixa que ERNESTO DE VILHENA, por intermédio do despachante oficial Francisco Pinto Matos Silva, submeteu a despacho pelo bilhete nº de ordem 8258, da citada casa fiscal e pretende importar com isenção de direitos. Trata-se de uma esplêndida peça de imaginária quinhentista, representando a Virgem e o Menino; a figura principal é coroada à maneira da época. Como o seu autor é falecido há mais de um século, entende o relator que ela pode ser importada com a isenção de direitos, prevista pela legislação em vigor. Lisboa, 10 de Novembro de 1950. O RELATOR, (a) Armando de Lucena.*

[1194] ANTT, JNE, Livro 98, Actas da 1ª Subsecção da 6ª Secção, 08/11/1946 a 08/06/1951, Acta Nº 162 de 10/11/1950, fl. 169; Idem, Livro 98, Actas de 06/07/1951 a 09/04/1954, Acta Nº 173 de 12/10/1951, fl. 8, Acta Nº 179 de 11/04/1952, fl. 26, Acta Nº 187 de 12/12/1952, fl. 49v; Acta nº 207 de 09/04/1954, fl. 99v.

[1195] ANTT, JNE, Livro 100, Actas da 1ª Subsecção da 6ª Secção de 14/05/1954 a 14/12/1956, Acta Nº 211 de 13/08/1954, fl. 11 e Acta Nº 213ª de 08/09/1954, fl. 16v.

Surgem assim três tipos de inventário, que por vezes se cruzam, que se completam e não se anulam. O primeiro deles, como já referido, será inevitavelmente o inventário de arrolamento dos bens culturais da Nação que sujeita os proprietários das obras de arte a condições específicas, tanto nos processos decorrentes da conservação como da alienação, e incluía os bens escultóricos que assinalámos.

Um segundo inventário regista-se para quase todas as tipologias de objectos de arte, das Belas-Artes e Artes Decorativas, constituindo um inventário dito "Inventário Vilhena" iniciado por orientação do proprietário (mandado continuar pelos herdeiros) e executado com o apoio de peritos do mercado de arte nacional, nomeadamente por funcionários da Casa Leiria & Nascimento, Lda, Casa Liquidadora, gerida pelo amigo João Nascimento[1196].

Um terceiro inventário, executado por mandato do MEN, ficou a cargo da comissão de peritos dependente da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. Os dois últimos funcionarão em paralelo, ou seja, os peritos levam em conta as marcações originais do(s) proprietário(s), como nos dão conta as listagens de "Ceramica Movel" conservadas no espólio de José Bénard Guedes (Doc. II.18) - «*tinha etiqueta de inventário nº 881*» - ou, de um modo ainda mais claro, as fichas de mobiliário onde ficou claramente expresso que «*Para consulta das fichas convém saber que o número da etiqueta branca corresponde ao do inventário feito pelos herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena e que o número da etiqueta verde indica o da selecção por mim feita.*(...)». E aqui mesmo surge uma explicação importante a fixar para o entendimento correcto da morosidade do processo: «*Como da primeira selecção, constituída por peças de interesse, nem todas foram consideradas de registar, a numeração das etiquetas verdes não aparece seguida nas fichas.*» (Doc. II.19). Em muitos dos objectos que constituíram as Colecções Vilhena conservam-se ainda as duas marcações.

O que de essencial ressalta e devemos reter é que o acto de inventariação a que procediam os peritos de arte nomeados pela DGESBA teve como objectivo a actualização da listagem de peças sujeitas ao inventário e arrolamento pelo Estado português nas tipologias de Tecidos, Pintura, Cerâmica (louça e azulejos), Mobiliário e

[1196] Ao longo dos seus *Diários* e nos *Cadernos de Arte e Arqueologia*, Ernesto de Vilhena faz várias referências a João Nascimento, companheiro dos seus interesses artísticos até ao fim da vida.

Vidros, o que garantia aos objectos a devida protecção patrimonial. Assim se contextualiza tanto o conteúdo dos ofícios enviado poucos meses depois ao DGESBA, a 5 e a 8 de Abril de 1969 (Doc. II.25 e Doc. II.26)[1197], como a nota informativa (inédita) da coordenadora Maria José de Mendonça redigida para futura publicação no *Boletim do MNAA* na rubrica "Colaboração prestada por conservadores do Museu", reportando a 1967 e 1968, de que foi prestada «*Colaboração na inventariação das obras de arte do espólio do Comandante Vilhena, por um grupo de conservadores do MNAA dirigidos pela Directora do Museu; sob a orientação do Inspector Superior de Belas Artes. Os trabalhos começaram a 26 de Outubro de 1967, e inventariaram-se um total de 744 peças seleccionadas*.»[1198] Estavam terminados os trabalhos.

As esculturas não estavam abrangidas naquele conjunto de 744 objectos[1199]. Mas estavam numeradas com o "Inventário Vilhena" (com a respectiva marcação *in situ*), listadas, sumariamente identificadas e descritas como sendo de pedra ou de madeira, classificadas como "Estatuária: Românico de transição para o gótico" e "Renascimento" e tinham valor atribuído, somando um total de 24.147.300$00 (vinte e quatro milhões cento e quarenta e sete mil e trezentos escudos), assumindo-se plenamente a decisão de doação ao Estado Português tomada pelos herdeiros. Em 19 de Outubro de 1967, a nota manuscrita «*Conferidas as verbas até aqui. 19/10/67*», que surge na fl. 70 da "Relação Completa de Esculturas de Pedra e de Madeira"[1200] informa que esta listagem estava

[1197] Não conseguimos localizar em arquivo os relatórios mencionados no referido ofício. Segundo podemos depreender pelo seu desenrolar, o processo deve estar arquivado no espólio da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, ano de 1968 em diante, mas não consta nem do AHME, nem do fundo JNE conservado no ANTT, nem do arquivo histórico do ex-IGESPAR. Hipoteticamente, poderá encontrar-se nos fundos de arquivo intermédio ou de arquivo corrente da BNP, considerando que esta Direcção funcionou nas suas instalações desde a inauguração no Campo Grande. Solicitámos informação à BNP, mas não obtivemos resposta à questão.

[1198] MNAA, Arquivo de Inventário, Pasta Boletim. Maria José Mendonça.

[1199] Em 7 de Agosto de 1969, o número de peças a incluir no inventário aumenta para 758, resultante da classificação de mais 14 peças de ourivesaria proposta por José Bénard Guedes, como dá conta o ofício de Maria José de Mendonça dirigido ao Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes: (...) "No seguimento do meu ofício nº 186/49-M-1 datado de 5 de Abril p.p., tenho a honra de apresentar a V. Exa. o parecer do Senhor José Benard Guedes, conservador ajudante do Museu Nacional de Arte Antiga, com a proposta de inventariação de peças de ourivesaria da Colecção Ernesto Vilhena. O Senhor José Benard Guedes fez parte do grupo de trabalho, superiormente designado para esse fim. O núcleo de ourivesaria mencionado nesse parecer é constituído por 14 peças, o que eleva para 758 o número de espécies da Colecção Vilhena proposto para inventariação (...)". Cf. MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 65, Cópias de Correspondência Remetida, Julho a Dezembro de 1969, Nº 386, Proc. Nº 49-M-1.

[1200] MNAA, Arquivo de Secretaria, Processo 5-M-2: sob o título citado, este dossier contém uma cópia da lista original presente ao acto notarial de doação da Colecção feita por Júlio de Vilhena e que consta do processo conservado no Ministério das Finanças, Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, Processo 1-D/PA-O-7-7 (Doc. II.24).

pronta, portanto pelo menos dois meses antes da equipa de peritos da DGESBA ter os seus dados recolhidos nos restantes núcleos de objectos. A Colecção de Escultura teria, em definitivo, diferente destino, com trâmites processuais pouco comuns na história do património português.

UMA DÁDIVA QUE NÃO TEM PREÇO

23-2-69

1300 ESCULTURAS

DO SÉCULO XIII AO SÉCULO XVIII

QUE PERTENCERAM AO COMANDANTE ERNESTO DE VILHENA

FORAM DOADAS AO ESTADO

● SÃO TANTAS COMO AS EXISTENTES NOS MUSEUS NACIONAIS

VÃO SER CRIADOS O MUSEU NACIONAL DE ESCULTURA E CENTROS DE CULTURA EM TODO O PAÍS, QUE RECEBERÃO O PRIVILÉGIO DE GUARDAR PARTE DO PATRIMÓNIO AGORA DOADO (NA 6.ª PÁG.)

Pratos de esmolas de Nuremberga e esculturas de todas as épocas

Figura 211 -*Diário de Notícias*, 23 de Fevereiro 1969

II. 6.3. A dispersão dos objectos: processos e destinos diversos

Na saída das obras de arte e livros do universo do coleccionador acabaram por desenhar-se cenários diversos, uns dependentes das deliberações da política cultural do Estado e outros, mais libertos da intervenção patrimonial oficial, sujeitos à decisão privada dos coleccionadores herdeiros sobre a sua propriedade. Na primeira linha ficou inexoravelmente decidida a vida futura das Esculturas Vilhena, conforme detalhado mais à frente. Os outros núcleos, sobre os quais o Estado interveio fluidamente, através dos instrumentos de inventário e do arrolamento, tiveram destinos diferentes, passando do tempo longo em que foram colhidos segundo as estratégias do coleccionador, para uma nova sujeição a estratégias do mercado, necessariamente mais curtas e imbuídas de uma outra lógica, diferente do resgate, do gosto e do coleccionismo.

a

b **Figura 212a e 212b b- Colecção João Teixeira, proveniente da Colecção de Ernesto Vilhena. Conserva pintado nas costas o nº 464. Pertenceu à Igreja de São Sebastião, em Serra del Rei (Peniche), onde ainda se conservava em 6 de Setembro de 1946, segundo documento fotográfico de J. M. dos Santos Simões (Tomar. Cliché 2313, no Arquivo Fotográfico do MNAA), cf. Carvalho 2003 © Fotografia da autora e MNAA, Arquivo Fotográfico.**

É então necessário notar que o núcleo de Escultura integrou maioritariamente a Doação ao Estado da Colecção de Estatuária do Comandante Ernesto de Vilhena promovida pelos seus Herdeiros em 1969, mas não a esgotou. Exemplares de referência mantiveram-se na propriedade familiar e foram paulatinamente colocados em leilão a

partir daquele ano; os que foram objecto de reprodução catalográfica constituem um conjunto facilmente rastreável e, na sua maioria, conservam-se em colecções albergadas em território nacional (Figura 212a e 212b.). O conjunto de alabastros medievais ingleses, significativas peças luso-flamengas ou de escultura nórdica, imagens barrocas como os grandiosos anjos tocheiros conventuais, um Profeta assinado por José de Almeida, têm paradeiro conhecido em colecções que, de algum modo, constituem pequenos núcleos miméticos da Colecção Vilhena. Desde 1990, foram compradas para o Museu Nacional de Arte Antiga três esculturas nestas circunstâncias, que complementam a identidade da colecção estatal e preenchem algumas lacunas acusadas na lógica do conjunto doado.

O destino das peças esculpidas em marfim foi completamente diverso, o que desde logo colocou Bernardo Ferrão na primeira linha dos especialistas que alertaram para a implacabilidade da dispersão logo em Dezembro de 1969, fazendo notar a disparidade de intervenções do Estado português relativamente aos conjuntos constituintes da colecção de escultura, ignorando-se publicamente se algumas das obras indo-portuguesas teriam sido sujeitas a inventariação e arrolamento enquanto o seu destino estava naturalmente sendo a almoeda. Nessa altura, o autor classificou o núcleo indo-português como «*notável», «composto de centenas de peças de desigual valor, mas único pela variedade e abundância e, até, porque alguns exemplares possuía ímpares pelo modelo, dimensões e raridade dos motivos*» (Ferrão 1969: 77), e de entre elas reproduz em fotografia o *Bom Pastor* policromado, do século XVII, de Goa, notável pela iconografia e escala (idem: 79). A voz de Bernardo Ferrão soará, aliás, por várias vezes após 1969, para chamar a atenção para alguns dos objectos Vilhena, como os cofres (Ferrão 1970: 35), antes do primeiro esboço de caracterização do coleccionista ensaiado no catálogo de *Imagens de Malines*, em que colaborou a convite de Sérgio Guimarães de Andrade[1201].

Os núcleos de Cerâmica, Azulejaria, Pintura, Metais, Pratas, Marfins, Mobiliário, Leques, Objectos de Virtude, Memorabilia e a parcela da Biblioteca Geral da Colecção foram sucessivamente alienados em hasta pública, vendidos no mercado de arte nacional, ou directamente apresentados a instituições culturais (conjuntos de azulejaria, por exemplo) pelos herdeiros para selecção e compra. Os destinos foram, na

[1201] *Imagens de Malines. Colecção do Museu Nacional de Arte Antiga*. 1976.

maior parte dos casos, os privados e, em algumas situações, as colecções públicas, verificando-se em período mais recente a tentativa de aquisição de certos objectos para o património museológico nacional, de molde a completar séries integradas, mas sempre conformes e dependentes das disponibilidades orçamentais do Estado no momento em que vão à praça.

LEILÃO

DE ANTIGUIDADES

HOJE E AMANHÃ ÀS 21 HORAS

CONFORME ANÚNCIOS A PUBLICAR, CONTINUA A VENDA EM LEILÃO NOS SALÕES DAS NOSSAS NOVAS E MELHORADAS INSTALAÇÕES DA

CASA LIQUIDADORA

N.º 30-1.º — RUA DA EMENDA — TELEF. 300406

DA MAIOR E MAIS ESCOLHIDA

COLECÇÃO DE ARTE ANTIGA
CERÂMICA, BRONZES, CAIXAS E COFRES, MÓVEIS,
COLECÇÃO DE VIDROS COALHADOS E DIVERSOS

LEIRIA & NASCIMENTO, LDA. — CASA LIQUIDADORA

N.º 30-1.º — RUA DA EMENDA — TELEF. 300406

Figura 213 - Anúncio publicitário do Leilão da Colecção Vilhena. In *Diário de Lisboa*. 17 de Outubro 1969, p. 9.

A grande maioria dos objectos veio a ser colocada em almoeda, desde os primeiros leilões efectuados entre 1969 e 1973, organizados pela firma Leiria & Nascimento, com João Nascimento como responsável (retomando a experiência que tivera na elaboração do *Inventário 1967-1969* e a reputação de grande leiloeiro já firmada[1202]), realizados sem catálogo, até aos mais recentes realizados pela leiloeira com o mesmo nome, mas com nova propriedade desde 1986[1203], que promoveu leilões anunciados desde 1990 até 2001 como dedicados quase em exclusivo às peças Vilhena.

[1202] Plantier 1969, entrevista a João Nascimento em 26 de Junho, que afirma «*Posso gabar-me de ter feito a maior parte dos melhores leilões do País nos últimos anos. Quer que lhe relembre alguns? Vou só indicar-lhe os mais importantes: a casa Burnay, a casa Sotto-Mayor, na Calçada da Estrela, onde hoje mora o Dr. Salazar: a casa Barros, no Porto, que rendeu, isso em 1947, cerca de 5 mil contos; o palácio Monserrate, o leilão do Barros* [sic]*, da Casa das Meias, onde havia autênticas preciosidades, eu sei lá...Tantos, tos.*».

[1203] Comprada nesta data por Clara Ferreira Marques.

A partir desses dois conjuntos de hastas públicas que se sucederam no tempo, a colecção Vilhena entrou na dinâmica da economia portuguesa e alimentou abundantemente o sector do comércio de arte. Ajudou a consolidar posições empresariais entre casas leiloeiras, nomeadamente da Leiria e Nascimento[1204], e continua, ainda hoje, a ser sinónimo de lucro para qualquer antiquário.

Figura 214 - Leilão do Espólio do comandante Ernesto de Vilhena, nas instalações da firma Leiria e Nascimento, 17 de Outubro 1969, in *O Século*. © PT/TT/EPJS/SF/001-001/0190/4031AU

[1204] "Entrevista a Clara Ferreira Marques - Sócia-Gerente da Leiria & Nascimento. 22 de Abril de 2009". In Nunes 2010: 97-105, p. 102: «*Qual foi o melhor leilão? (em termos de volume de negócio; número de retirados; assistência; presença de meios de comunicação, entre outros). CFM - Talvez o primeiro leilão* [Leilão do espólio de Miguel Quina, Quinta da Fonte Santa, 1986] *tivesse sido em termos de assistência o que mais sucesso teve; em termos de facturação foi um leilão do Comandante Ernesto de Vilhena, um não, dois ou três, por exemplo numa noite num destes leilões facturamos quinhentos mil contos, que são dois milhões e meio de euros. Em termos de publicidae ou de imprensa ou de visibilidade, sem dúvida que os leilões do Comandante Ernesto de Vilhena e do Dr. Miguel Quina, porque era diferente, também porque era o primeiro.»*

Depois de encerrado o processo da herança Vilhena (23 de Agosto de 1969), em meados de Outubro de 1969 é publicitado o primeiro grande leilão, com «*lotes em número superior a 400*», a realizar em duas sessões, a 17 e 18 de Outubro, nas salas da Rua da Emenda da Leiria & Nascimento, Lda[1205], levadas à praça por João da Silva Nascimento, com pregão de António Soares. *O Século* destaca em crónica o valor de mais de 110 contos alcançado na licitação de duas peças de porcelana chinesa por um cidadão americano, mas sossegaram-se os leitores com a nota informativa de serem nacionais os outros arrematantes, «*como que a calar receios já expressos e, em qualquer dos casos, mantendo a disputa em valores apreciáveis*»[1206].

O elevado número de peças, a relativa rapidez dos procedimentos não permitem a edição de catálogo, deixando irremediavelmente por documentar a primeira alienação significativa dos diferentes conjuntos constitutivos da colecção original. O acontecimento é reconstituível através de algumas fotografias publicadas na imprensa (Figura 214) e por um conjunto de imagens tomadas pelos Estúdios Mário Novais no espaço do leilão, conservadas no espólio do fotógrafo à guarda da Fundação Calouste Gulbenkian.[1207].

Figura 215 - Selos de peças vendidadas nos leilões Leiria & Nascimento 1969 e Outubro 1973

[1205] A empresa, fundada em 1882 por José Pedro da Luz Leiria com a denominação "Bazar Católico", foi palco de importantes leilões em Lisboa. Após 1935, Maria Guilhermina de Jesus, viúva de José Pedro da Luz Leiria, assumiu a gerência da leiloeira, que passa a intitular-se Casa Liquidadora, entrando para a sociedade o seu filho, Mário Leiria, e o antiquário João Filipe da Silva Nascimento que, em 1945 detinha a propriedade total. *Vide* "O Comercio da Avenida da Liberdade. Casa Liquidadora. Antigo Bazar Católico. Importante Agencia de Leilões". 1935. *Diário de Lisboa*, 9 de Janeiro: 8; Bastos (Org.) 1945: "Casa Liquidadora de Leiria & Nascimento, Lda. Rua do Ouro 292-Iº E.".
[1206] "Muito Concorrido o Leilão do Espólio de Ernesto Vilhena". *O Século.* 18 de Outubro 1969: 9.
[1207] FCG, Biblioteca de Arte, Espólio Estúdio Mário Novais, Cxa. 1949, "Leiria & Nascimento, Colecção Vilhena".

Até 1973, a Leiria & Nascimento continuou a produzir leilões Vilhena. Alguns dos objectos presentes ficam documentados através do rasto deixado pelas etiquetas especialmente desenhadas para o efeito (Figura 215) e que a memória de alguns participantes atentos[1208] refere como sendo da autoria de Francisco Hipólito Raposo (1933?-2000), coleccionador também ele e sem dúvida seduzido pelo fenómeno Vilhena, se atentarmos no número significativo de objectos que reuniu e tiveram passagem anterior pela propriedade do Comandante[1209].

As restantes peças, contando-se por milhares, continuam até hoje a alimentar o mercado de arte em Portugal e, pelo menos desde 1970, há notícia de vendas de "peças Vilhena" também no mercado internacional, como afiançam os exemplares de porcelana mostrados em capítulo anterior.

Figura 216- Cómoda. Lacada a vermelho e ouro. Portugal. Século XVIII. Colecção Ernesto de Vilhena conforme atesta a etiqueta colada no tardoz. Alienada em hasta pública. Leiria & Nascimento 1993, lote 207. Foi propriedade de Jorge de Brito, vendida no Leilão 42 da firma Renascimento, em 17 de Março de 2011.

As múltiplas revendas, em todos os segmentos do mercado, vão, assim, muito para além da notoriedade que a casa leiloeira Leiria & Nascimento veio a alcançar com as vendas iniciais e consolidada pela empresa sucessora e homónima até 2001 que, em acordo com os herdeiros Vilhena[1210], simbolicamente retomou a experimentada prática de selagem dos objectos com etiquetas similares às que João Nascimento usara décadas antes (Figura 217).

[1208] Entrevista a João Teixeira, Lisboa, 4 de Julho 2011; entrevista a José Serra Serra,Lisboa, 2 de Junho 2011.
[1209] Palácio do Correio-Velho, Leilões 1999, 2002 e 2004.
[1210] Entrevista a Manuel de Vilhena, Klagenfurt, 3 de Março 2011 e Estoril, 27 de Maio 2011.

Figura 217 - Selo de peça vendida no leilão Leiria e Nascimento de 4 de Novembro de 1993 © Fotografia da autora

A proveniência «antiga Colecção Vilhena» perdura como marca de qualidade coleccionista para quase todos os tipos de objectos de arte, mesmo entre coleccionadores que entretanto ganharam fama e protagonismo próprios, como no caso evidente de Jorge de Brito (1927-2006), (Figura 216), de núcleos específicos da Colecção Berardo e de uma série de outras colecções de menor projecção pública mas que devem considerar-se quanto ao sentido de retoma de valores presentes na Colecção Vilhena, como a colecção de Francisco de Castro Pina, doada pela sua mulher ao MNAA, em 2009 (*Coleccionar em Portugal*. 2011). Parte significativa da actual colecção de azulejos Berardo é proveniente da Colecção Vilhena, adquiridos fundamentalmente nos leilões Leiria e Nascimento de 1995, entre os quais se contam 24 exemplares de *Registos* e alguns painéis de azulejo de tipo padrão, conservados hoje no Jardim Tropical Monte Palace, na Madeira[1211] (Bento 2009: I, 12-13, 16, 51.). Verifica-se, deste modo, a perpetuidade do conceito de genealogia coleccionista, com os objectos a movimentarem-se em círculos relativamente circunscritos e fechados. O dado é válido, como aferido, para o mercado português, mas poderá trazer conclusões futuras, se colocado em comparação com comportamentos de outros circuitos coleccionistas europeus.

Na história recente do mercado de arte antiga, o sucesso nas vendas em hasta pública alcançado pelas peças Vilhena esteve também implicado no *boom* comercial no

[1211] Bento 2009: I, 12-13, 16, 51; III, "Inventário".

segmento das antiguidades verificado na década de 1980 e cujos efeitos se prolongam, mitigados apenas com o início no século XXI da recessão económica mundial[1212].

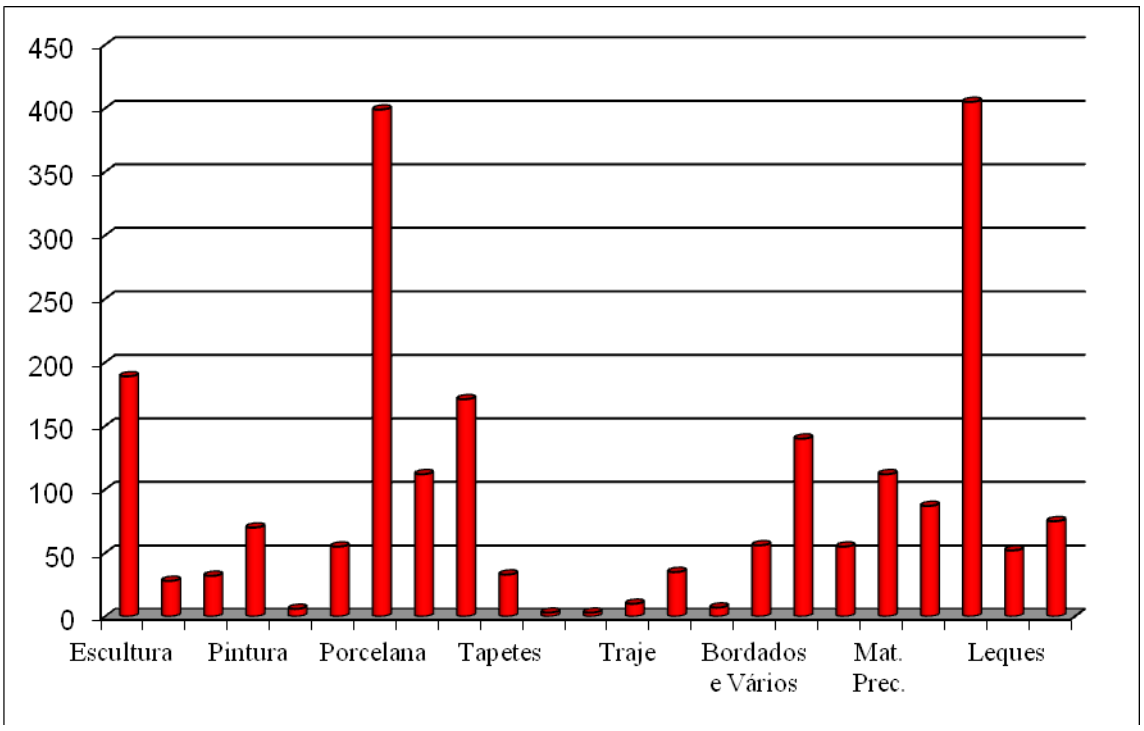


Figura 218 - Projecção dos números de algumas categorias de objectos Vilhena vendidos em leilão pela Leiria e Nascimento Lda. entre 1992 e 2009. Fonte: catálogos de 1990, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1999, 2000, 2001, 2003, 2005, 2008 e 2009.

Em estranho contraponto, apesar desta notável realidade documentada nos catálogos do mercado leiloeiro português das últimas décadas[1213] - percepcionáveis a partir do gráfico apresentado na Figura 218, construído com base na análise das vendas da Leiria e Nascimento Lda. -, que enriqueceu e continua a enriquecer colecções privadas e museus, o conhecimento produzido sobre os objectos, tal como sobre a história da sua vida pré-colecção é paradoxalmente circunscrito.

O extenso número de obras de arte dispersas em leilões, desde 1969, não esgotou, todavia, os modos de dispersão. Maria Amélia de Vilhena seguirá, aliás, o exemplo de Ernesto e doará a "mítica" Arca dita dos Gamas ao Museu de Marinha (Figura...), tal como Maria dos Prazeres Teixeira de Sousa, sua nora, virá a fazer doação ao Museu Grão Vasco de uma imagem da Virgem Maria esculpida em madeira, do século XVIII (MGV, Inv. 1009). Em 1994, um conjunto substantivo de azulejos foi

[1212] Sobre o comportamento do mercado leiloeiro nesta cronologia recente cf. Nunes 2010 e Fernandes e Afonso (Eds.) 2012.
[1213] Entre outros menos sonantes, encontram-se nos leilões de referência das Colecções Hipólito Raposo (Correio-Velho 1999 e Correio-Velho 2004); José Abecassis (Correio-Velho 1996); Jorge de Brito, biblioteca (Renascimento 2008 e 2009), obras de arte (Renascimento 2011).

proposto directamente por Manuel de Vilhena ao Museu Nacional do Azulejo para escolha dos exemplares mais significantes, que hoje ali se conservam (MNAZ Inv. 6103, 6105, 6106, 6107, 6108, 6109, 6110, 6112, 6114, 6115, 6116, 6117, 6176, 6178, 6179, 6372), de par com as outras peças que o Estado adquiriu nas vendas leiloeiras.

a

b

Figura 219 a e 219b - Arca dos Gamas, Museu de Marinha Inv. MB-66 © Museu de Marinha

Os Têxteis Vilhena constituem o segundo caso de resgate estatal de Núcleos da Colecção quando a parcela significativa de 494 objectos foi retirada do circuito comercial e terminou incorporada no acervo do MNAA, no final de um processo célere, que decorreu em 1973 (daqui para a frente referido como *MNAA Proc.º I-M-3*). A firma

Antiquália[1214] adquirira directamente na herança Vilhena, por intermédio do advogado Almeida Rocha, um conjunto de peças têxteis onde se incluíam colchas, vestes litúrgicas, «*mostruário*» de tecidos da Idade Média ao século XIX, produzidos em Portugal e noutros centros europeus, constituído por 468 fragmentos, e uma série de 26 aplicações de tapeçaria copta. Maria José de Mendonça tomara conhecimento do facto e ciente do que significava, alertara o Director-Geral dos Assuntos Culturais para a perda lamentável que a dispersão e a quebra de unidade do conjunto representariam para o património nacional (*MNAA Procº I-M-3*/160[1215]).

A Antiquália contacta Maria José de Mendonça e apresenta para venda o «*mostruário*» e as peças coptas, pelos quais pede a quantia de 350 000$00 (*MNAA Procº I-M-3*/379*)*, a que a directora contrapropõe o valor mais baixo, de 300 000$00, que é aceite pelos antiquários. O procedimento seguinte implicava o pedido de autorização superior, a que Mendonça deu continuidade, afiançando que, «*Posso afirmar, porque a conhecia há longos anos, que os elementos mais importantes da Colecção Vilhena, para se estudar a arte do tecido são constituídos por núcleos de espécies de que se propõe a aquisição para o Estado*» (*MNAA Procº I-M-3/*410), mantendo-a coesa e em bloco. A especialista, primeira inventariante das peças na sua situação original de Colecção, anota que mediante o exame[1216] a que procedera registara a falha de três fragmentos têxteis e de um fragmento copta relativamente ao inventário, que deveriam ser substituídos. Para o pagamento total da da verba acordada, o Museu teria de dispor ainda de valor orçamental extraordinário que lhe permitisse pagar o imposto de transacção, autorização que é concedida em Agosto seguinte, acto administrativo com que encerra o processo (*MNAA Procº I-M-3*/410*).*

[1214] Entrevista a Lourenço Campos, Lisboa, 23 de Março 2011.

[1215] *MNAA Procº I-M-3*/160: (...) «*Conforme escrevi no meu Relatório dirigido, em Abril de 1969, à Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, é profundamente lamentável que esta colecção seja dispersa porque, embora não tenha para a arte nacional a importância da colecção de escultura, da mesma proveniência, o facto da sua dispersão constitui um empobrecimento do património nacional, no sector da arte do tecido, mesmo que as peças mais preciosas não saiam do país por estarem arroladas. A colecção tem cerca de 2000 espécies sendo a maior e mais valiosa colecção de tecidos reunida no país, tanto por particulares como por organismos do Estado. Sugeri então a urgência de se estudar os meios da colecção ser incorporada em museus do Estado, para que se não perdesse a oportunidade de recolher, em colecções de carácter permanente, núcleos de tecidos reunidos ao longo de muitos anos, pelo maior coleccionador da especialidade que tem havido entre nós. Nada porém se conseguiu e chegou agora o momento dessa preciosa colecção ser vendida.* (...).».

[1216] Secundada por Maria José Taxinha, Chefe da Oficina de Têxteis do Instituto José de Figueiredo *(MNAA Procº I-M-3*/282).

Os conjuntos têxteis não adquiridos pelo Estado continuaram no mercado, sendo muitas peças alienadas internacionalmente com mediação da Christie's, de Londres[1217].

A livraria e a biblioteca tiveram destino diferente e na sua maioria foram vendidas directamente por Maria Amélia de Vilhena a Jorge de Brito, «*por 26 mil contos*» (Wong e Salema 1997), que veio a alienar um primeiro conjunto de espécies na Alemanha, em 1989, através da leiloeira Reiss & Auvermann[1218]. Para a casa de leilões, a hasta foi um marco, «*The international breakthrouh»,* ilustrado na crónica da história da empresa com uma das notícias publicadas acerca do evento nos jornais portugueses, a 9 de Março desse ano (Figura 220). O conjunto restante ficou na posse do empresário e depois da sua morte na dos seus herdeiros, até à venda em hasta pública pela Renascimento Leilões, em 2008 e 2009 (Renascimento 2008 e Renascimento 2009).

PORTUGAL VAI LÁ PARA CHORAR

VAI realizar-se em Glashütten, perto de Frankfurt, na RFA, um importante leilão de uma colecção de obras muito raras, datadas entre 1600 e 1850, sobre viagens e descobrimentos, na sua maior parte. A importância deste acontecimento, para nós, reside no facto de grande percentagem das obras, mais de 50%, serem portuguesas, para além das que embora noutras línguas, são de autores portugueses, as de autores estrangeiros traduzidas para o português e as castelhanas escritas ou editadas durante o período da dominação filipina. Quer isto dizer que Portugal é a presença mais forte em todo este conjunto riquíssimo de obras que engloba mais de dois mil manuscritos, livros, atlas e impressos raros que, tudo indica, fizeram parte da biblioteca de um rico coleccionador português. Diz-se por aí que Jorge de Brito a terá comprado e, como bom homem de negócios que sempre foi, terá resolvido fazer o leilão lá fora para deixar os preços trepar mais alto...

Está ainda em estudo a representação oficial portuguesa neste leilão. Felizmente, ao conferir as obras, chegou-se à conclusão que a maior parte, no que toca às impressas, existem cá. Depois há os manuscritos que, pela sua própria natureza, são únicos. Muitos deles são portugueses e alguns iluminados, aliando ao seu interesse histórico. Estes são, como seria de esperar, os mais caros, com bases de licitação na ordem dos 30 a 50 mil marcos (entre os 24 e os 40 mil contos). Se pensarmos que o preço final é cinco a dez vezes o valor da base de licitação..., torna-se um tanto utópico pensar que o magro orçamento do nosso Governo pode comportar tais quantias!

Portugal é a presença mais forte neste leilão de mais de dois mil manuscritos, livros, atlas e impressos raros que, tudo indica, fizeram parte da biblioteca de um rico coleccionador português...

Os temas principais dizem respeito a África, América Latina, Índia Oriental, Japão, Portugal e Espanha.

Para dar uma ideia da raridade e do interesse destes documentos, passamos a descrever alguns. Sobre África, merece destaque um manuscrito de extraordinária importância e beleza sobre o reino de Angola.

Datado de 1764, trata-se de um relato de Guilherme Joaquim Paes de Menezes (membro da família real), mandado executar pelo marquês de Pombal. As descrições são extraordinariamente minuciosas e são acompanhadas de várias aguarelas com panoramas de fortes e colónias portuguesas em Angola. A base de licitação é de 50 mil marcos. No campo dos impressos, referimos a primeira edição do primeiro livro europeu sobre a Abissínia, surgida em 1640 em Lisboa. Nesta obra, Francisco Álvares dá testemunho da sua estada durante vários anos na Etiópia, onde conviveu com o rei David, que identifica com essa figura misteriosa que é Preste João das Índias, o tão procurado líder do reino cristão perdido durante séculos na designação, ainda vaga, de Oriente. A base de licitação é 25 mil marcos.

Há manuscritos, pela sua natureza únicos, que Portugal teria todo o interesse em comprar. Mas como são os mais caros, será difícil arranjar verbas no magro orçamento que o nosso governo atribui à cultura.

E há muito mais a aguçar o interesse, tanto do coleccionador como do investigador: o relato das viagens do primeiro europeu ao Tibete, escrito pelo padre jesuíta António de Andrade e editado em Lisboa em 1626; uma primeira edição de um livro impresso em Pequeim, em 1701, sobre a luta entre os jesuítas e os outros missionários, em português, com caracteres chineses e impresso em madeira sobre papel da China; o livro mais famoso sobre drogas e plantas medicinais do Extremo Oriente, impresso em Goa em 1563; vários relatos sobre a Restauração e a Inquisição e, entre eles, listas de condenados com dados sobre os respectivos delitos.

A todos os títulos notável, com um valor total estimado na ordem dos quatro milhões de marcos, este leilão vai, sem dúvida atrair à pequena cidade de Glashütten coleccionadores de todo o Mundo. Portugal, se estiver representado, fará o que lhe for possível. Talvez faça uma flor e compre um, mas vai decerto chorar a incapacidade de evitar a «diáspora» da maior parte. □

9 MAR(

Figura 220 - «*Portugal vai lá para chorar*». Fonte: http://reiss-sohn.eu/php/showimage.php?img=../images/chronik/1989.jpg

[1217] Entrevista a Lourenço Campos, Lisboa, 23 de Março 2011..

[1218] Reiss & Auvermann 1989. A firma, com sede nas proximidades de Frankfurt, na Alemanha, era propriedade de Godebert M. Reiss e Detlev Auvermann.

Por seu turno, a parte da livraria e biblioteca que se conservara na herança Vilhena após a morte de Maria Amélia, foi vendida em hasta pública num processo semelhante ao das obras de arte, pela firma Leiria e Nascimento, durante o ano de 1997 e em 1998[1219]. Nos indíces dos catálogos destes leilões, o prefácio de Diogo Ramada Curto ensaia a primeira problematização da prática bibliófila de Ernesto de Vilhena, associando-lhe a do pai Júlio que, para além de fornecer um marco cronológico para o coleccionismo de livros assumido por Ernesto - seguramente desde 1919, quando Edgar Prestage o refere em notícia publicada no *Boletim de Segunda Classe de Letras* da Academia das Ciências de Lisboa -, coloca questões fundamentais, conceptualmente alargáveis aos restantes universos de coleccionismo Vilhena[1220] quanto ao rasto de uma consciência cívica familiar cuja semente foi Júlio de Vilhena e que ultrapassa o mero sentido da disponibilidade económico-financeira das personagens implicadas.

[1219] Leiria e Nascimento I-VIII 1997 e 1998.

[1220] Curto 1997: 5 - «*As condições financeiras em que foi formada a biblioteca dos Vilhenas, pai e filho, são bem conhecidas: a administração colonial e, sobretudo, a exploração dos diamantes de Angola foram as principais fontes de receita. Contudo, se a riqueza é condição de base, dificilmente pode ser vista como equivalente de um investimento ou como base de determinação das opções de gosto e de selecção que orientaram a formação de tão valiosa biblioteca. Num país levado para a periferia do mercado da arte e do livro, o trabalho de construção de uma biblioteca privada correspondeu a um certo tipo de consciência cívica - que Júlio de Vilhena sintetizava na ideia de "bom serviço". A este mesmo quadro de responsabilidades, pertencem também as intervenções e cargos políticos assumidos por Ernesto Vilhena, bem como os seus livros sobre projectos e ideologias coloniais, que culminaram com o debate* Aventura e Rotina - Resposta a Gilberto Freire *(1954)*.».

II.6.4. O Estado Português recebe uma dação de obras de arte *avant la lettre.* O vazio legal português relativo à figura jurídica da dação

Figura 3
Casa Vilhena, 23 de Fevereiro de 1969
© ANTT-TT-SNI-RP-03-6902-63436

Figura 222
Casa Vilhena, 23 de Fevereiro de 1969
© ANTT-TT-SNI-RP-03-6902-63439

Na história das Colecções Vilhena o ano de 1968 decorreu com menor projecção pública face ao transacto, da morte do coleccionador. No entanto, será na singular conjuntura histórica portuguesa deste ano e do seguinte, que se jogarão os seus destinos finais, com contornos bem mais políticos do que artísticos ou culturais.

A doação da «Colecção de Estatuária Portuguesa da Idade Média e do Renascimento, formada pelo Comandante Ernesto de Vilhena e destinada ao Estado Português pela respectiva família, ou mais concretamente, por seu filho» era um dado adquirido em 1968, sob o consulado do ministro Galvão Teles na Educação. Foi objecto de apontamento, infelizmente não assinado, para o Presidente do Conselho logo em Fevereiro desse ano (Doc. II.21). Depreende-se que as negociações de Júlio de Vilhena com a DGESBA tinham tido sucesso, tal como se notificava a Salazar naquele documento. Primeiro, no que dizia respeito à apresentação da Colecção sob o nome de "Comandante Ernesto de Vilhena" (como homenagem ao seu criador); depois, quanto à sua unidade, «*pois permite o conhecimento da evolução da imaginária desde a época Românica até ao fim do Renascimento decadente*»; sobre a sua retirada da casa da Rua de São Bento, para que, enquanto ali se mantivesse, coubesse ao Estado o ónus do seguro de incêndio até, finalmente, «*Que sobre o valor da colecção entregue não seja liquidado imposto sucessório (uma vez que ela reverte a favor da Nação).*»

O que continuava em discussão e em «*aberto*» era a localização e a mostra da Colecção - na realidade, o seu destino final -, decisões sem as quais não seria possível

dar continuidade ao processo de liquidação fiscal do imposto obrigatório devido pela herança.

A questão do destino das peças de «*Estatuária*» é identificada no mesmo Apontamento como «*condição c)*» à volta da qual são tecidas várias considerações, com dados de relevo. Noutras circunstâncias político-financeiras menos difíceis daquelas que o País atravessava no momento, fragilizado pelos «*acontecimentos do Ultramar*», dispondo de outras possibilidades de ordem material e jurídicas, subentende-se que a família Vilhena não abdicaria quer de sancionar a escolha do destino da sua mostra pública, quer da aplicação da cláusula da obrigatoriedade da exposição pelo Estado num curto prazo de tempo.

Os próprios herdeiros haviam contactado peritos de arte (e profundos conhecedores da Colecção, sublinhe-se) para colher opiniões sólidas sobre o local e, como se deduz no Apontamento, também sobre os critérios expositivos. Reynaldo dos Santos teria lembrado Mafra, onde as peças deviam ser expostas «*dentro do rigoroso critério didáctico, não importando, consequentemente, harmonia estética entre as peças apresentadas e o local de exposição*». Irene Quilhó defenderia, por seu lado, a «*obtenção do máximo de expressão estética das espécies apresentadas, por meio da concessão, a seu favor, de um ambiente coevo*», sugerindo por isso o Castelo de São Jorge «*visto a parte mais importante da Colecção consistir em esculturas da época medieval. Neste caso*, *a parte relativa ao Renascimento, menos numerosa, seria acondicionada em sala a constituir no mesmo local, no desenvolvimento da colecção*». O relator do Apontamento menciona as duas orientações, mostrando-se, no entanto, a favor da opção sugerida por Quilhó. Contra Mafra acusava-se a proximidade contaminadora do Museu de Escultura Comparada (aberto em 1963) que, apresentando reproduções do «*Românico e Gótico francês, de tipo, para mais, monumental, viria diminuir o valor artístico da Colecção, <u>que representa</u>*[1221], *a escultura em Portugal*». A coincidência de épocas das imagens Vilhena com a do Castelo de São Jorge deveria ser, portanto, um factor a considerar. Para além do mais, ainda segundo o ponto de vista do narrador, estava também em causa o cenário expositivo, mais adequado àquele tipo de obras concebidas «*para figurar sobre fundo de pedra, e, por outro lado, os valores de penumbra, próprios das construções de tal época, concedem-lhe o máximo de*

[1221] Sublinhado no original.

expressão. O valor didáctico não se perderia, porque seria obtido na sequência de apresentação de tipo cronológico.» Somava-se ainda um argumento de peso, de todo desprezível: «*a Colecção seria susceptível, pelo conhecimento que dela há, entre nós e, um tanto também, no estrangeiro, de se tornar, ali*, *motivo de apreciável fluxo turístico; e, portanto*, *de fonte de receita para o Estado*.» A anónima conclusão lembra com clareza que «*A localização da Colecção em Lisboa ou seus arredores parece impôr-se, visto que não se trata de conjunto de tipo regional, mas sim nacional.*»[1222] Pela primeira vez, do lado do Estado, assumia-se e inscrevia-se a *Colecção de Escultura de Ernesto de Vilhena* na categoria de "nacional".

A listagem de avaliação que identificámos atrás, da responsabilidade dos herdeiros, rematara já com a exaltação da qualidade nacional, mas os termos eram ainda os da emoção do amador de arte como se pode julgar através do contraste de linguagens: «*A presente avaliação refere-se ao valôr que em nossa opinião tem cada uma das peças relacionadas, não abrangendo, portanto, a colecção propriamente dita considerada no seu conjunto, que essa, se se atender à qualidade e ao numero de exemplares que a compõem e ao seu valor museográfico e iconográfico, ter um valor inestimável*» (Doc. II.24).

Em 1968, o clima de mudança vivido em muitos países europeus alcançou Portugal, e os seus efeitos acabaram por reflectir-se sobre o processo Vilhena que decorria agora no interior dos gabinetes. As alterações verificaram-se de imediato, porque mudou o ministro e junto com ele as formas de actuação da tutela na política educativa, cultural e museológica por arrastamento. Depois, porque na "questão Vilhena" continuava a ser urgente resolver perante o Estado as pendências tributárias dos herdeiros e suas respectivas execuções fiscais. Assistia-se, no entanto, a um tempo de avanços e de recuos, paradoxos que acabarão por caracterizar a "nacionalização" da Colecção. Na última remodelação ministerial do Salazarismo, o jurista Inocêncio Galvão Teles foi substituído pelo professor José Hermano Saraiva (1919 - 2012) que toma posse a 19 de Agosto. António de Oliveira Salazar dá entrada no hospital da Cruz Vermelha de Lisboa, a 6 de Setembro do mesmo ano. O delfim Marcelo Caetano assume a Presidência do Conselho, encarnando expectativas de mudança que rapidamente se revelariam defraudadas. Os museus continuavam a reger-se pela lei de

[1222] As citações anteriores reportam-se todas ao Doc. II.24.

1965; na Inspecção Superior de Belas-Artes permanece João Manuel Bairrão Oleiro. No Museu Nacional de Arte Antiga sente-se a perda de João Couto, falecido a 11 de Julho, mas Maria José de Mendonça actualiza a sua herança e imprime um novo ritmo, internacionalizando o ofício com a 1ª Reunião da Secção Portuguesa do ICOM.

Em França, Maio foi um mês agitado, mas o ano cultural encerraria com a promulgação da lei nº 68-1251 de 31 de Dezembro sobre as Doações e as Dações que abriu a possibilidade da Dação em pagamento ser feita em obras de arte, livros, objectos de colecção, documentos de grande valor artístico e histórico, da iniciativa do Ministério dos Assuntos Culturais presidido por André Malraux[1223] (1901-1976), regulamentada no ano seguinte[1224]. À data, a lei da Dação em pagamento pode considerar-se como um verdadeiro acontecimento nacional para a continuidade de crescimento das colecções de arte estatais de França. Este instrumento legal do Direito das Sucessões e Obrigações, com regras formuladas nos códigos tributários - cujos antecedentes mais recuados alguns autores reconhecem nos ordenamentos jurídicos anglo-saxónicos pelo estímulo tradicionalmente promovido por estes quanto à aquisição privada de obras de arte e à sua transmissão a instituições de carácter fundacional ou a entidades públicas[1225] - ganhará suprema importância, não só como meio de protecção patrimonial, mas também como o instrumento fiscal fundamental para prosseguir com o enriquecimento dos acervos museológicos. Significou na prática a disponibilidade de aplicação no universo do património cultural de um instrumento jurídico-financeiro que permitia que o pagamento de impostos devidos por transmissão de herança - o imposto sucessório - fosse executado com bens de interesse cultural, assim garantindo a sua preservação em território nacional e enquanto propriedade pública/estatal, logo sujeitos ao princípio da inalienabilidade[1226]. Na senda desta primeira legislação francesa (revista nos artigos 1716 bis, 384A do Anexo II e 310 G do Anexo II do *Code Général des Impôts* em vigor desde 1996), verifica-se o impacto que classificaríamos de muito "extensivo" no tempo nas várias políticas culturais europeias e seus respectivos ordenamentos jurídicos. Espanha, em 1981, com o projecto de Lei do *Patrimonio Histórico Español* deu os primeiros passos, mas regulamenta definitivamente a Dação

[1223] Changeux 1990; Saint-Pulgent 1993; Poirrier 2007.
[1224] Regulamentada pelo Decreto nº 70-1046 de 10 de Novembro de 1970, reunidas no Código Geral dos Impostos, artigos 1131 e 1716.
[1225] Alvaréz Álvarez 1989: 602 *apud* Peñuelas I Reixach 2001: 36-39.
[1226] Chatelain e Taugourdeau 2011: 18-20.

em pagamento só em 1985 (Lei 16/1985 de 25 de Junho); a Itália, em 1982 (Lei nº 512 de Agosto de 1982); a Bélgica, em 1985 (Lei de 1 de Agosto de 1985); a Suiça, em 1995 (Lei D 3 35.01 de 1 Dezembro 1995, regulamentada em 30 Setembro 1996)[1227].

Em Julho de 1985, logo próxima das restantes regulamentações legislativas europeias que atrás mencionámos, apesar de muito distante da vanguardista e nacionalista França de 1969/1970, a Lei de Base do Património Cultural Português (Lei nº 13/1985), embora não mencione a figura de dação em pagamento, no seu artigo 46º, nº 2, alínea c) prevê ser possível a "*redução a um terço do valor matricial dos imóveis classificados para fins de liquidação do imposto sucessório em relação às transmissões* mortis causa *de bens classificados, desde que os bens revertam para o Estado ou para a autarquia local à data da morte do primeiro herdeiro ou legatário*.» Mas a dação em pagamento está ainda ausente enquanto instrumento jurídico autónomo e o universo de aplicação é fundamentalmente o dos bens imóveis tal como aconteceu inicialmente nas restantes legislações europeias, salvaguardado o caso francês. Apenas no arranque do século XXI, em 2001, a dação em pagamento enquanto medida fiscal com valor de protecção do património cultural português surge definida na Lei nº 107/01 de Bases do Património Português quando, no artigo 36º, sujeita a sua aplicação a todo o tipo de bens classificados descritos no artigo 15º; a fórmula continua, porém, a ser vaga e apenas genérica do «*Dever de comunicação da transmissão*» dos bens.

Em Portugal foi, assim, preciso esperar pela Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto, isto é pela Lei-Quadro dos Museus Portugueses, para que, no Regime geral dos museus nacionais se considere a Incorporação de bens culturais como uma das funções do Museu (artº 7º, b)) e a «*dação em pagamento*» como uma das modalidades da Incorporação (artº 13º, alínea l)).

Ora, a legislação aplicável à preservação e protecção por integração de bens móveis no património museológico nacional português, em 1967, em 1968 ou no ano seguinte, era a do já mencionado Decreto-Lei 46758/1965, de 18 de Dezembro, que no Art. 15º, considerava que nos museus dariam entrada «a) *obras adquiridas pelas respectivas dotações orçamentais; b) obras adquiridas com verbas extraordinárias que o Estado ou as câmaras municipais obrigadas a contribuir para a manutenção do*

[1227] Quirosa García 2008: 278-281.

museu concedam especialmente para esse fim; c) obras legadas ou doadas; d) obras adquiridas pelo rendimento de legados ou doações; e) obras que, em virtude de disposições legais especiais, sejam propriedade do Estado». Por seu lado, o pagamento do imposto sucessório puro e simples regia-se pelo Decreto-Lei nº 43.574/1961, que introduziu alterações ao Código da Sisa e do Imposto sobre as Sucessões e as Doações anteriormente promulgado no Decreto-Lei Nº 41969/1958, devendo cobrar-se a taxa de 25% devida pelo sucessor descendente, de acordo com o estipulado no mencionado diploma de 1961.

Conclui-se que nada do que estava acordado entre Júlio de Vilhena enquanto herdeiro da Colecção do Comandante Ernesto Vilhena cabia nestes enunciados. Entregar ao Estado Português a «*Colecção de Estatuária Portuguesa da Idade Média e do Renascimento*» e que «*sobre o valor da colecção entregue não seja liquidado imposto sucessório (uma vez que ela reverte a favor da Nação*)» (Doc. II.24), teria de ter outros fundamentos jurídicos, embora nos factos deva reconhecer-se a aplicação inequívoca e simples dos mesmos princípios enunciados na Dação em Pagamento da lei Malraux.

Na crónica do processo de doação tem de matizar-se, por força da nossa investigação, a narrativa construída nas memórias do Ministro da Educação Nacional, pasta de que era detentor José Hermano Saraiva desde 19 de Agosto de 1968[1228]. De facto, os procedimentos iniciaram-se logo após a morte do Comandante Ernesto Vilhena, em Fevereiro de 1967. As negociações entre os herdeiros e o Estado decorreram sem sobressaltos e, como vimos, as propostas de Júlio Porto de Vilhena foram bem acolhidas, chegando-se por via indirecta e informal à inédita e vanguardista solução de uma dação em pagamento. Coube sem dúvida a Hermano Saraiva o protagonismo da conclusão administrativa do acto da doação e a consequente estatização das esculturas doadas, indispensável pelas várias ordens de razões a que aludimos, mas também devido ao precário estado de saúde de Júlio de Vilhena, tal como foi declarado em 16 de Janeiro de 1969 por sua mãe e por sua mulher (Doc. II.24).

[1228] Em 2011, apesar da amável e imediata anuência ao nosso pedido de conversa sobre os factos, cuja franca adesão agradecemos e honramos, a já então muito frágil saúde do prof. José Hermano Saraiva não permitiu a concretização deste nosso encontro. Leia-se a sua narrativa em Saraiva 2007: 49-51.

Figura 223 - In GUIMARÃES, Luís. José *Hermano Saraiva Percorre...Os Labirintos Da Memória*. Alpiarça: Garrido Editores, 2002.

Mas deve-se-lhe, também, a ampla propaganda do acontecimento que iniciou com a simbólica visita à Casa Vilhena, a 22 de Fevereiro, no dia imediato ao da assinatura do Auto de Doação ao Estado (Doc. II.23), onde se deslocou, acompanhado por César Moreira Baptista (Secretário de Estado da Informação e Turismo), por Caetano de Carvalho (Director-Geral dos Espectáculos e Cultura Popular), pelo Subsecretário de Estado da Administração Escolar e pelos directores do Instituto José de Figueiredo e da Escola Superior de Belas Artes. Na "Sala dos Santos", foram amplamente fotografados, aparecendo logo no dia seguinte nos jornais nacionais, e filmados figurarem nos apontamentos das "Imagens de Portugal" visionados nos cinemas nacionais[1229].

[1229] "Uma Dádiva Que Não Tem Preço." *Diário de Notícias*. Lisboa: 23 Fevereiro 1969, p. 1 e 6.
"Mais de 1300 Esculturas de Todas as Épocas e Estilos da Colecção Ernesto de Vilhena Entraram na posse do Estado". *Primeiro de Janeiro*. Porto: 23 de Fevereiro 1969.
"Colecção Preciosa". *Diário de Lisboa*. Lisboa: 23 de Fevereiro 1969, p. 2.
"Colecção Ernesto Vilhena". In *Ocidente, Revista Portuguesa Mensal*. Vol.76, nº 369-374, 1969, p. 192.
ANIM, Imagens de Portugal: 427, 1969 - "Apontamento: Os herdeiros de Ernesto Vilhena doam ao Estado português grande parte do espólio".

Figura 224 - "Doação feita pelo dr. Júlio de Vilhena ao Estado, de um conjunto de obras de arte que seu pai, o falecido comandante Ernesto de Vilhena, reunira ao longo de 50 anos. Presente, o ministro da Educação Nacional, dr. José Hermano Saraiva". *O Século*, 22 de de Fevereiro 1969. fotógrafo não identificado.© PT/TT/EPJS/SF/001-001/0187/0729AU

Demonstrativa do valor propagandístico do acto é igualmente a conservação de um número muito significativo das fotografias que documentam a visita das entidades oficiais naquele 22 de Fevereiro de 1969, nos arquivos do SNI, onde 18 clichés do fotógrafo Olavo estão guardados sob o título "A maior colecção de escultura Medieval religiosa vai ser exposta na Biblioteca Nacional. Membros do governo apreciaram a colecção constituída por mais de 1700 obras de arte reunidas pelo Comandante Ernesto de Vilhena"[1230]. O rótulo atribuído pelos Serviços de Informação anuncia algumas das intenções políticas quanto ao futuro próximo das esculturas doadas que seriam veiculadas pelo MEN à imprensa nesse momento tão marcante, pois pela via dos meios

[1230] PT/TT/SNI/RP/03-6902.

de comunicação faz-se conhecer de imediato ao público que «*Vão ser criados o Museu Nacional de Escultura e núcleos de cultura espalhados pelo País. Segundo nos informou o sr. Ministro da Educação Nacional, a colecção Vilhena, legada ao Estado, vai ficar temporariamente arrecadada, em condições ideais, nas salas vagas da nova Biblioteca Nacional. Mas só enquanto não se construir em Lisboa o Museu Nacional de Escultura, onde serão recolhidas peças dispersas por museus nacionais e não se criarem os já projectados Centros de Cultura, a disseminar por todo o país e que incluirão muitas das obras existentes aqui em duplicado. Assim se devolverá à província alguma coisa daquilo que ela, ao longo dos séculos, foi perdendo - os testemunhos da sua própria criação artística*»[1231]. Este era o plano ministerial de José Hermano Saraiva, só parcialmente posto em prática através de duas exposições cujos objectivos foram vincadamente políticos, como veremos.

A doação seria então formulada com base no articulado do decreto-lei nº 31 156 de 3 de Março de 1941 (artºs 1º e 2º) [1232], que atribuía exclusivamente ao Ministro das Finanças o acto decisório sobre a aceitação de doações ao Estado, cabendo à Direcção-Geral da Fazenda Pública providenciar a organização desse processo de aceitação e averiguar da conveniência ou exequibilidade dos seus fins. Teria ainda de ser ouvida a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos quanto à consideração e possibilidade legal de ser concedida a isenção de imposto sucessório solicitada e a cujos serviços teriam de chegar os elementos necessários para análise da questão, ou seja, a avaliação

[1231] "Uma Dádiva Que Não Tem Preço." *Diário de Notícias*. Lisboa: 23 Fevereiro 1969, p. 6.

[1232] Cujo preâmbulo insiste na exclusividade atribuída ao Ministério das Finanças para proceder em tais actos, traduzindo o domínio das Finanças sobre os outros Ministérios na continuidade das orientações do ministro António de Oliveira Salazar na direcção anterior da pasta: «*Atendendo que o decreto-lei nº 24.489, de 13 de Setembro, conferiu ao Ministro das Finanças, pela Direcção Geral da Fazenda Pública, a competência exclusiva para decidir sobre a compra, para o património do Estado, de bens imóveis ou direitos a eles inerentes, e bem assim a distribuição desses bens pelos diversos Ministérios e serviços públicos conforme as necessidades destes; Atendendo a que, pela mesma razão, deve pertencer a este Ministério, pela referida Direcção Geral decidir sobre a aceitação de doações, legados ou da instituição de herdeiro quando deferidos a favor do Estado, propriamente, ou de qualquer dos seus serviços, estabelecimentos ou organismos deles dependentes. Atendendo a que a integração ou encorporação destes bens no património do Estado deve ser feita de forma a que se preencham e observem escrupulosamente os fins que tiverem em vista os instituidores destes actos de generosidade e de civismo (...)*». Contra esta realidade política e administrativa, o MEN Francisco Leite Pinto no ponto 4. da *Análise da Situação dos Museus* (doc. cit.), em Junho de 1956, continuava a insurgir-se, tendo para isso matéria de facto: «*O Ministério das Finanças tem procedido à aquisição de obras e colecções de arte sem audiência do Ministério da Educação Nacional que é o único a dispor de órgãos qualificados para se pronunciarem, no aspecto artístico, sobre essas aquisições; podia falar-se da compra de várias peças, como, entre outras, os biombos japoneses; podia falar-se, duma maneira geral, das aquisições destinadas à decoração dos palácios nacionais (...)*».

dos bens a doar. Dado tratar-se de «*objectos de carácter artístico e que naturalmente ficarão afectos a Museus, parece que o Ministério da Educação Nacional deve ser ouvido sobre a conveniência em se aceitar a doação* (...)»[1233]. O procedimento foi seguido à letra e os respectivos passos constam do processo arquivado na Direcção-Geral do Tesouro e das Finanças sob a referência 1-D/PA-O-7-7 (Doc. II.24), baseados nos necessários pareceres de José Pedro Fernandes, Chefe de Repartição do Património - exarado em 14 de Fevereiro de 1969 -, de António Cândido Mouteira Guerreiro enquanto Director Geral da Fazenda Pública - em 17 de Fevereiro - e de João Luís da Costa André, Subsecretário de Estado do Tesouro - em 19 de Fevereiro, culminando a 21 do mesmo mês na celebração da escritura de «Doação ao Estado da Colecção de Estatuária Medieval e do Renascimento» na residência de São Bento[1234].

Faltava agora, na realidade, aplicar as decisões sobre o destino da Colecção doada ao Estado Português e essa será forçosa e obrigatoriamente a responsabilidade que tem de imputar-se ao gabinete de José Hermano Saraiva após a transferência de propriedade das peças das Finanças para a Educação. Para tal, a Direcção-Geral da Fazenda Pública cederia os bens artísticos ao MEN que ficaria encarregue do seu levantamento, isto é, da retirada da Casa Vilhena, para instituições do Estado, depois de conferidos pelo perito nomeado pela Fazenda, o Conservador Ayres de Carvalho. As esculturas contariam com a garantia de um seguro de permanência na Casa de São Bento feito pelo Estado apenas até ao dia 29 de Abril de 1969.

Segundo o despacho de Costa André de 24 de Fevereiro, o perito «*ao proceder à conferência das peças doadas deverá procurar identificar aquelas que possam interessar aos palácios nacionais*», acrescentando que «*O Sr. Ministro da Educação Nacional - a quem falei no assunto - manifestou-se disposto a considerar essa pretensão, nomeadamente no que se refere ao Paço de Guimarães»* (Doc. II.24). A crónica dos acontecimentos segue mais uma vez a ordem estrita do processo administrativo em curso. Ayres de Carvalho recebe a notificação do despacho logo a 26 de Fevereiro, na mesma data em que Mouteira Guerreiro comunica oficialmente ao

[1233] Ministério das Finanças, Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, Processo 1-D/PA-O-7-7: Doação ao Estado da Colecção de Estatuária Portuguesa Medieval e do Renascimento, feita pelo Dr. Júlio Manuel Porto de Vilhena em 1969 (Doc. II.24): Informação de 14 de Fevereiro de 1969.
[1234] O original da referida escritura conserva-se no ANTT, ADL, 5º Cartório Notarial, Livro F-82, fl. 87v-89v.

Chefe de Gabinete do Ministro da Educação Nacional todas as informações que mencionamos acima: que estava autorizada a cedência da *Colecção de Estatuária Medieval e do Renascimento* ao MEN e a designação de Armindo Ayres de Carvalho, Conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais em serviço no Palácio Nacional da Ajuda, como representante da Fazenda para executar as conferências de inventário e peritagens técnicas. O recibo a passar ao doador ficaria dependente dessa verificação das espécies e da comunicação do seu resultado à Direcção-Geral do Tesouro. Ainda na mesma data, idêntica informação é enviada ao Director Geral das Contribuições e Impostos.

Os factos ficam consumados no papel em Fevereiro de 1969. Logo a 4 de Março seguinte, do MEN sai a manifestação do regozijo pela cedência que «*tornou possível ultimar a aquisição, por parte do Estado, de um conjunto artístico que vem enriquecer extraordinariamente o património cultural português*». A 12 do mesmo mês, na Assembleia Nacional, o deputado Teófilo Frazão (n. 1911), representante da União Nacional pelo círculo de Beja, região natal de Ernesto Vilhena, inclina-se «*perante a nobreza tamanha e a generosidade não menos grande da doação feita há dias por membros distintos da família Vilhena» (...)* exaltando tão «*Enobrecida e grande família é esta de sul-alentejanos do mais vincado e merecido destaque, agora culminada no acto tão generoso praticado por vergônteas suas, excelentes no querer dotar o País de um valor cultural inestimável. Ainda não conhecemos essa colecção escultórica maravilhosa, de mais de mil e trezentas peças, "igual em número às existentes actualmente nos museus nacionais", na afirmação do Sr. Ministro da Educação Nacional. Temos esperança de em breve podermos contactar e nos deleitarmos com tanta preciosidade, mas para ajuizar do seu valor nem é preciso ver-se, basta saber-se que só através desta colecção ora doada "foi possível escrever com segurança, como o fez o Prof. Reinaldo dos Santos, a história da escultura portuguesa a partir do século XIII até ao século XV". A promessa da parte restante para o Estado, que não é pequena, fê-la a Sr.ª D. Maria Amélia de Vilhena, num condicionalismo que nem queremos acreditar que não se verifique. Por tudo quanto acabam de fazer e pelo prometimento do que farão, vai para aquela tão digna senhora e seu filho o nosso bem haja muito sentido. A divulgação que se impõe deste valor extraordinário agora recebido anunciou-a logo, e para muito breve, o Sr. Ministro da Educação Nacional, a*

quem pedimos para Beja, pelo direito que lhe cabe de ser cabeça do distrito que viu nascer o comandante Ernesto de Vilhena, um dos centros de cultura que vão ser disseminados pelo País. Beja ficará, por isso, sumamente honrada e reconhecida. Disse.»[1235]

Nos relatórios exarados do Palácio Nacional da Ajuda a 26 de Fevereiro e depois a 8 de Abril, que depois entrarão nas "Informação de Serviços Nº 72/69" de 15 e de 25 de Abril da Direcção-Geral da Fazenda Pública, Ayres de Carvalho notifica que iniciara os trabalhos logo no dia 6 de Março juntamente com o representante do MEN e Inspector Superior de Belas-Artes, Bairrão Oleiro. Assinala a morosidade da verificação, alegando que «*o inventário da doação, com sumárias descrições e respectivos valores, num total de 1.509 espécies, com a numeração alternada*[1236]*, só poderia ser examinado conscientemente com a elaboração dum índice numérico e das respectivas páginas, assim como uma planta de cada uma das salas (sete) indicando o lugar de cada uma das espécies, destacando ainda o material de cada uma das esculturas, isto é, em madeira, em barro e em bronze»* (Doc. II.24). Desta conferência surge a numeração que, no Museu Nacional de Arte Antiga, mais tarde, se convencionará como "Inventário da DG" (Inventário da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes), complementando o anterior "Inventário Vilhena"[1237].

Das descrições do Conservador Ayres de Carvalho destaca-se um conjunto de questões que importa expôr, por se prenderem com o futuro próximo dos objectos e pelo carácter de *expertise* que adquire a sua intervenção tanto no âmbito do que estava anteriormente definido pelos serviços do Ministério das Finanças, como na concretização (ou não concretização) do projecto do Ministro da Educação Nacional para a Colecção de Escultura Vilhena. Primeiro, haverá que salientar o vagar da tarefa «*de todos os dias e todas as horas, quase sempre até às 20 horas*», concluída à data mas à qual faltavam obras, assim enviando junto «*uma nota provisória das faltas de espécies que até agora não apareceram. Aguardo ainda que a Exma. Senhora D. Amélia Jardim de Vilhena, dado que o estado de saúde de seu filho não é de molde a poder tratar*

[1235] República Portuguesa, DS, N.º 191, 1969, 12 de Março: 3460-3461.
[1236] Trata-se da listagem feita a cargo dos herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena que temos tomado como referência.
[1237] E, após 1980, o número de inventário do Museu, razão pela qual as Esculturas provenientes da Doação dos Herdeiros do Comandante Ernesto de Vilhena possuem três numerações de inventário, que dão conta deste complexo historial, como iremos expor mais detalhadamente na Parte IV desta tese.

destes assuntos, procure encontrar as espécies em falta, devidamente relacionadas no inventário da doação». Mas acrescenta mais, e dele colhemos a longa citação pela importância do conteúdo: «*(...) Tendo sua Excelência o Ministro da Educação Nacional decidido fazer uma exposição das esculturas em pedra desta colecção, no próximo mês de Abril, quando da inauguração da Biblioteca Nacional, mais de 800 destas espécies para ali foram transportadas o mais rapidamente possível e com bastantes riscos. Muitas delas, dada a pedra mole, de Ançã, em que foram esculpidas e a humidade dos lugares donde foram retiradas, de quase todas as igrejas do país, sobretudo da região de Coimbra, esboroaram-se ou partiram-se por forma a ficarem inutilizadas e sem possibilidade de restauro* [!!![1238]]. *Quanto às espécies escultóricas em madeira encontram-se ainda nas mesmas salas onde foram verificadas, aguardando o transporte para o Instituto de Restauro José de Figueiredo, para serem desinfestadas e expurgadas. Foi da mesma forma organizado um ficheiro numérico para todas as espécies, dando-se assim cabal cumprimento às superiores determinações recebidas. Quanto ao exame das espécies, consideradas no inventário abrangendo esculturas desde o Medieval até ao Renascimento, tive ocasião, embora apressadamente, de anotar mais de meia centena de esculturas, sobretudo em madeira, dos séculos XVII e XVIII (...)*» (Doc. II.24), o que desde logo contrariava a ideia construída e geralmente difundida sobre o conteúdo e a cronologia da Colecção de Escultura Vilhena.

Quando se refere a «*(...) Estas últimas* [as peças mais tardias, incluindo as madeiras]*, de que darei uma nota aproximada, e indo ao encontro da primeira ideia de Sua Excelência o Presidente do Conselho (...)*» - salientamos que a nota juntamente com o Apontamento anónimo conservado no Arquivo Salazar serão até agora os únicos indícios em letra de forma de um anterior interesse pessoal de Oliveira Salazar na questão da Colecção Vilhena - «*(...) teriam o seu lugar condigno numa das salas anexas ao Museu de Escultura Comparada e ao Museu de Arte Sacra do Palácio Nacional de Mafra (...)*». No cumprimento do sugerido pelos funcionários das Finanças, «*procedendo à escolha de algumas peças que possam interessar aos Palácios Nacionais, designadamente ao Paço dos Duques, em Guimarães (...) em virtude de predominarem espécies escultóricas dos séculos XIV, XV e XVI, parecia-me indicado, salvo melhor opinião, que além do Paço dos Duques, apenas se escolhessem algumas*

[1238] Exclamação nossa.

para o Palácio Nacional de Sintra. Nestas condições procurei escolher espécies não essenciais ao estudo da Escultura Portuguesa, certamente destinadas a um futuro Museu de Escultura. Acresce a circunstância de existirem na colecção muitos exemplares repetidos, oriundos de labor oficinal, que certamente serão espalhados por outros Museus, havendo certamente ocasião de mais algumas dessas espécies virem enriquecer também o Património dos nossos Palácios Nacionais. (...)» (Doc. II.24).

Salienta-se, portanto, que as esculturas doadas abarcavam com efeito uma cronologia que ultrapassava a Idade Média e o Renascimento e que a classificação da Colecção devia ser avançada pelo menos até ao Século XVIII. As peças mais tardias deviam ter como destino «*as salas do Palácio Nacional de Mafra, de forma a constituirem um valioso complemento aos Museus de Arte Sacra*[1239] *e de Escultura Comparada já existentes naquele Palácio*» (Doc. II.24).

Depois, dentro de todo o conjunto, o Conservador - seguindo as determinações do Secretário de Estado do Tesouro -, lembramos, actuando ainda sob antigas orientações salazaristas quanto ao programa idealizado para o Paço Ducal de Guimarães[1240] - listou as peças que poderiam ser entregues aos Palácios Nacionais, nomeadamente ao Paço dos Duques, a que junta uma lista de outras que separaria para o Palácio Nacional de Sintra, os espaços naturalmente destinados a receber os objectos classificáveis entre os séculos XIV e XVI, pela lógica da adequação cronológica. De qualquer modo, tal selecção não devia macular a integridade artística do conjunto restante que reunia peças que podiam vir a integrar «*naturalmente*» um futuro «*Museu da Escultura*», pelo que os exemplares destacados seriam aqueles que, ou não lhe pareciam ser essenciais ao estudo da escultura portuguesa, ou aqueles outros que correspondiam a repetições fruto do «*labor oficinal*» (Doc. II.24).

Deu também notícia de que a «*a parte constituída pelas esculturas em pedra já foi levantada e encontra-se exposta na Biblioteca Nacional*» (Doc. II.24). As esculturas em pedra foram deslocadas, saindo definitivamente da Casa Vilhena para a exposição

[1239] Inaugurado em 29 de Junho de 1946: cf. Lucena 2003: 91-94, "Abriu ontem em Mafra uma notável Galeria de Arte Sacra", publicado originalmente no *Diário de Notícias*. 30 de Junho 1946.

[1240] O Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, fora, entre 1945 e 1955, objecto de amplas obras de restauro integradas na campanha de ressurgimento patrimonial patrocinada desde 1939-1940 pelo Estado Novo, mas contemplando também o simbólico projecto de instalação da residência do Presidente da República na cidade «berço da Nação» cuja decoração devia ser a adequada a um «*espaço de representação inscrito num discurso nacionalista*» (cf. Bastos e Sousa, no prelo: s.p.).

Estatuária de Pedra. I - Colecção do Comandante Ernesto de Vilhena, que Hermano Saraiva fez coincidir com a inauguração, a 10 de Abril, da Biblioteca Nacional no novo edifício do Campo Grande, a que assistiu ampla representação do Estado e do regime composta pelo Presidente da República almirante Américo Tomás, pelo Presidente do Conselho de Ministros Marcelo Caetano, pelo Patriarca de Lisboa D. Manuel Gonçalves Cerejeira, juntamente com o Subsecretário das Obras Públicas Joaquim da Silva Pinto, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa António França Borges, o Secretário de Estado da Informação e Turismo César Moreira Baptista, para além do próprio Ministro da Educação Nacional que os recebeu. Tratou-se, é claro, de um acontecimento politicamente significativo, também por estar integrado na inauguração da nova Biblioteca Nacional a que, mais uma vez, não só a imprensa escrita deu o devido relevo[1241], registado em reportagem fotográfica[1242], como o noticiário propagandístico a passar nos cinemas mostrou com oportuno desenvolvimento na suas "Imagens de Portugal", tal como já tinha ficado assinalado para a posteridade no momento simbólico da Doação[1243].

Figura 45 -- Estatuária em Pedra, Inauguração da Biblioteca Nacional, 10 Abril 1969, fotografias de Henrique de Sousa Amaral, 1969 © PT/AMLSB/HAS/I00045

[1241] "O Presidente da República Inaugura Amanhã o Novo Edifício da Biblioteca Nacional". *Diário de Notícia*s, 9 de Abril 1969.
Peres de Campos. "As Esculturas da Colecção do Comandante Ernesto Vilhena". *Letras e Artes*. Nº 15, 21 Abril 1969.
[1242]Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico: AMARAL, Henrique de Sousa. "Inauguração da Biblioteca Nacional", 10/04/1969 - PT/AMLSB/AF/HAS/I000045, 48, 51, 52, 53, 54.
[1243] ANIM, Imagens de Portugal: 432, 1969 - "Apontamento: inauguração das novas instalações da Biblioteca Nacional de Lisboa - exposição de estatuária do espólio de Ernesto de Vilhena".

Figura 226 - Estatuária em Pedra, Inauguração da Biblioteca Nacional, 10 Abril 1969, fotografias de Henrique de Sousa Amaral, 1969 © PT/AMLSB/HAS/ I00052

A 28 de Maio, na festa da instauração da Ditadura, inaugurava-se a parte *II - Estatuária de Madeira*, no mesmo local[1244]. Falecido Júlio de Vilhena a 9 de Maio[1245], contou com a presença da sua viúva. Iniciava-se o período seguinte da biografia das esculturas Vilhena. Foram retiradas para sempre do universo privado e particular dos coleccionadores para o universo patrimonial da Nação, da qual passaram a ser inalienáveis. Essa garantia era dada pelos documentos arquivados no processo datados desse mês de Maio de 1969 e de que fazem parte as comunicações oficiais do MEN para o Director-Geral da Fazenda Pública de que já recebera todos os bens doados ao Estado (1 de Maio) e o respectivo recibo assinado por António Cândido Mouteira Guerreiro

[1244] "Esculturas de Madeira da Colecção Vilhena estão expostas desde hoje na Biblioteca Nacional". *A Capital*, 30 de Maio 1969: 6.

[1245] FCG, Espólio Diogo de Macedo, DM 332.191: "Falecimentos. Dr. Júlio Manuel Porto de Vilhena" [11/05/1969]: «*No palácio de sua residência, na Rua de S. Bento, 187, faleceu o sr. dr. Julio Manuel Porto de Vilhena, de 61 anos, administrador-director da Companhia de Diamantes de Angola, cargo que exercia há 23 anos. O extinto, filho do falecido comandante Ernesto Vilhena e da sra. D. Maria Amélia Vilhena, era casado com a sr[a] D. Maria dos Prazeres Teixeira de Sousa de Vilhena. Depois da morte de seu pai, ocorrida há pouco mais de dois anos, o sr. dr. Julio de Vilhena deu continuidade ao desvelado sentido coleccionador da família Vilhena, que fez do solar oitocentista da Rua de S. Bento um verdadeiro museu de arte. O filho do comandante Ernesto Vilhena, que herdara do pai o gosto de coleccionar obras artísticas, foi bem o continuador de uma actividade que enriqueceu extraordinariamente o património artístico nacional. Em Fevereiro deste ano, o sr. dr. Julio de Vilhena teve um gesto que, pelo seu altruismo, dispensa outras adjectivações: espontaneamente, fez entrega ao Estado de sessenta por cento do legado artístico de seu pai. Deu assim realidade ao intuito de honrar a memória de um homem que tudo fez para defender de cobiças estranhas o seu valioso espólio artístico, não admitindo qualquer hipótese de dispersão de um património que moralmente pertencia ao País. Nessa ocasião, o ministro da Educação Nacional esteve no palácio da Rua de S. Bento, onde pôde admirar as valiosíssimas esculturas que hoje estão no novo edifício da Biblioteca Nacional, aguardando a criação já prometida do Museu Nacional de Escultura. O funeral do dr. Julio de Vilhena realiza-se hoje, ás 12 horas, da igreja de Santa Isabel para o cemitério dos Prazeres, após missa de corpo presente, que será celebrada às 11 horas*.».

passado com a data de 9 de Maio que, coincidindo com a data do falecimento do herdeiro Júlio, haveria de ser passado em nome de Maria Amélia Queriol de Vasconcelos Porto de Vilhena. Punha-se o fim no processo de liquidação do imposto sobre as sucessões e doações.

Figura 227 - Estatuária em Madeira, Inauguração da Biblioteca Nacional, 28 de Maio 1969, fotografia de Olavo, 1969 © Pt-TT-SNI-RP-03-6902-63539

Nos bastidores das duas primeiras exposições promovidas pelo Estado que legitimaram perante a opinião pública a solidez da actuação governamental na solução do problema que dois anos antes se colocara tão vivamente, outras batalhas se travavam. A exposição *Estatuária em Madeira* contara, igualmente, com amplo contingente de governantes na inauguração[1246] e tornara notório o "piscar de olhos" à Fundação Calouste Gulbenkian através da presença muito sublinhada do presidente do Conselho de Administração, José de Azeredo Perdigão (1896-1893). Esta mostra, afirmava-se, era

[1246] Regista-se, porém, a ausência de José Hermano Saraiva, representado pelo Subsecretário de Estado da Administração Escolar. Para além de Azeredo Perdigão, faziam-se notar também as presenças do director da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (Joaquim Correia); vários professores daquela Escola, incluindo António Duarte, Lagoa Henriques; o director do Conservatório Nacional (Ivo Cruz); o comissário da Mocidade Portuguesa e a comissária para a Mocidade Portuguesa Feminina para o Ultramar (Cecília Supico Pinto); o director-geral do Ensino Superior e das Belas-Artes; o inspector [superior das Belas-Artes] Vítor Pavão; Júdice da Costa, da Secretaria de Estado da Informação e Turismo; Julieta Ferrão, da Câmara Municipal de Lisboa; directores de Museus, entre o quais o da «*Oficina de Pintura e Restauros do Museu de Arte Antiga*»; vários directores de escolas técnicas, entre os quais Santos Pinheiro, director da Escola Industrial Marquês de Pombal. Cf. *A Capital*. 30 Maio 1969: 6.

apenas a segunda de uma série de iniciativas pelas quais o público devia aguardar. Segundo o relato de *A Capital*[1247], transmitindo um vago eco de ideias defendidas pelo conservador Ayres de Carvalho, *"ficará para breve a exposição de outras esculturas em madeira, estas já de expressão popular*".

O próprio ministro recorda nas suas memórias aqueles confrontos de ideias e práticas e deles nos deixa o testemunho escrito, demonstrando a importância política dos factos: «*Considerei indispensável uma exposição pública de todas as peças, para que o país pudesse ver com os seus olhos os motivos daquela isenção de imposto. Mandei fazer uma exposição no edifício da Biblioteca Nacional, edifício recentemente inaugurado e que nessa altura ainda estava devoluto, ainda não tinha lá os livros que foram levados do Convento de S. Francisco. Mas essa exposição provocou oposição e celeuma. Os técnicos dizem que uma exposição destas demora mais de um ano a organizar. Procurei convencê-los da urgência política. Argumentei que todas as peças estavam já estudadas e classificadas pelo comandante Vilhena. Expliquei que se podia dizer que se apresentava ao público no preciso estado em que se encontrava na data da dação em pagamento. Tudo foi inútil. "O senhor não sabe o que é uma exposição. Os nossos especialistas de arte são muito competentes, mas exigem sempre muito tempo."*» (Saraiva 2007: 50-51).

A celeuma não foi, contudo, apenas científica e alcançou foros de um enfrentamento de forças, como podemos ler no ofício enviado por Maria José de Mendonça ao Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, saído do MNAA na data exacta da inauguração da exposição *Estatuária de Pedra:* «*(...) Em cumprimento da ordem ministerial que me foi comunicada, telefonicamente, no dia 9, cerca das 9,30, todo o pessoal menor do Museu Nacional de Arte Antiga foi deslocado, em taxis e na carrinha do Instituto José de Figueiredo, para o novo edifício da Biblioteca Nacional, onde chegou cerca das 10 horas. O chefe do pessoal apresentou-se ao funcionário que superintendia na organização da exposição das esculturas da Colecção Vilhena, comunicando que, dos quinze guardas presentes, quatro não se encontravam em condições de saúde para prestarem serviço nos trabalhos de montagem da exposição. Por esse motivo quatro guardas regressaram imediatamente ao Museu, o que tornou possível o funcionamento dos Serviços Administrativos e da Biblioteca, dentro do*

[1247] *Idem.*: 6.

horário normal, bem assim como a realização da palestra dum curso que está a cargo do Prof. Rio-Carvalho. O encerramento das instalações do principal museu dum país, em plena época de turismo internacional, para todo o seu pessoal menor auxiliar a montagem duma exposição, deve ser um facto inédito na vida dos museus em qualquer parte do mundo. Os prejuízos de ordem moral causados à irradiação e prestígio da cultura portuguesa e aos princípios de disciplina e dignidade que devem reger os museus são imprevisíveis, estabelecendo-se um precedente que pode ser extremamente nocivo para a boa administração dos museus do país. Por esses motivos, não posso deixar de vir junto de V. Exa. protestar, veementemente, contra a ordem que me foi imposta. (...)»[1248]. Previamente, nas primeiras iniciativas tomadas para a exposição da *Estatuária de Madeira*, antes do ministro chamar a si próprio a resolução *ad-hoc* dos problemas levantados, Maria José de Mendonça chamara a atenção dos responsáveis da sua tutela para as questões museográficas e logísticas implicadas: as peças deveriam sair listadas da Casa Vilhena para o MNAA, e dessa listagem teria de ser dado conhecimento à direcção da instituição que, além disso, para as poder receber, deveria poder dispor de verba para mandar fazer suportes para a sua correcta acomodação no Museu onde, só a partir de então, se poderia proceder aos devidos estudos preparatórios de qualquer exposição a apresentar ao público[1249]. Um mês mais tarde, não deixará de

[1248] MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 64, Cópias de Correspondência Remetida, Janeiro a Junho de 1969, Nº 198, Proc. Nº 35-P, Ofício dirigido ao Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 10 de Abril de 1969.

[1249] MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 64, Cópias de Correspondência Remetida, Janeiro a Junho de 1969, Nº 183, Proc. Nº 5-M-2, Ofício dirigido ao Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 2 de Abril de 1969: «*Exmo. Senhor Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Em referência ao ofício de V. Exa. DV6/13(14), recebido neste Museu em 1 do corrente, tenho a honra de comunicar o seguinte: Para dar cumprimento ao despacho proferido por Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional, em 28 de Março p.p., torna-se necessário: 1º) O Director do Museu tomar conhecimento directo do agrupamento de esculturas de madeira que se encontra na residência da Família Vilhena, a fim de estudar a transferência e acomodação no Museu Nacional de Arte Antiga. 2º) Dispor de verba para mandar fazer uma armação metálica em forma de bancada, para instalação das esculturas. O estudo dessa armação foi feito tendo em vista a instalação da totalidade da colecção Vilhena, importando o custo em cerca de escudos 58 000$00. Tratando-se agora de menor número de peças, e menos pesadas, o custo desse material deve importar em menos de metade. 3º) Só depois das peças estarem devidamente instaladas no Museu, será possível proceder ao estudo da organização da exposição e apresentar um programa de trabalho de que constará a relação do material de exposição que se tornar necessário adquirir, para apresentar as esculturas. Nestas condições o Director do Museu Nacional de Arte Antiga não pode tomar compromissos no que respeita a data de abertura da exposição. 4º) O Director do Museu Nacional de Arte Antiga solicita uma verba extraordinária destinada às despesas a fazer com o transporte das esculturas, montagem da exposição e publicação de um pequeno roteiro. Apresento a V. Exa. os meus atenciosos cumprimentos. A bem da Nação. Museu Nacional de Arte Antiga, 2 de Abril de 1969. A Directora, Maria José de Mendonça.*».

enviar a lista das horas extraordinárias prestadas pelos funcionários do MNAA nas exposições da Biblioteca Nacional durante Abril, Maio e Junho.[1250]

Figura 228 a e b - MEN, *Colecção do Comandante Ernesto de Vilhena* [desdobráveis das exposições]
I - *Estatuária de Pedra*, 10 de Abril **II - *Estatuária de Madeira*, 28 de Maio**
Lisboa: Biblioteca Nacional, 1969.

Foram estas as respostas musculadas da directora do Museu Nacional de Arte Antiga aos métodos adoptados circunstancialmente pelo MEN e que, sem qualquer prejuízo moral, José Hermano Saraiva nos deixa descritos em versão complementar como a sua memória dos acontecimentos: «*Não os podia forçar e tive de recorrer à prata da casa. Chamei um colaborador muito dedicado, a quem já fiz referência, o Mário Henriques dos Santos, e disse: "São precisas estantes muito sólidas, de ferro e madeira, nestas salas. Estas estátuas vão ser transportadas com todo o cuidado e em completa segurança." Os funcionários que se ofereceram para isso - pessoal do meu gabinete - foram colocados dentro do edifício. Era-lhes fornecida alimentação e ninguém saía dali enquanto a exposição não estivesse pronta. Em vez do tal ano que me diziam indispensável, ao fim de quinze dias mandaram-me dizer*: "*Pode vir ver a exposição". A exposição abriu, passaram por lá milhares e milhares de portugueses*, *e*

[1250] MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 65, Cópias de Correspondência Remetida, Julho a Dezembro de 1969, Ofício Nº 343/7-P dirigido ao Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 3 de Julho de 1969.

todas essas peças pertencem hoje a Portugal e podem ser admiradas por todos.» (Saraiva 2007: 51).

Afinal, apesar da questão da propriedade se mostrar resolvida, o destino das Esculturas Vilhena não estava ainda traçado. Mais uma vez, as decisões de fundo de uma política cultural na área do património e da museologia ficavam à mercê dos programas pessoais dos ministros da tutela e eram geridas casuisticamente.

José Hermano Saraiva abandonará a pasta do MEN em Janeiro de 1970. Entre a vaidade do projecto de um Museu de Escultura nunca saído das palavras, de centros de cultura a criar por todo o país de provável inspiração francesa[1251], por entre as sugestões de distribuição decorativa das esculturas pelos Palácios Nacionais que continuaram a sair da Fazenda (ainda se insiste em 30 de Novembro de 1970), inscreve-se a palavra do bom senso no despacho do Director Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, com a qual anuiu o novo MEN, José Veiga Simão (n. 1929): «*Para que se possa determinar com rigor quais são, na colecção de escultura do Comandante Ernesto de Vilhena, as peças essenciais e as peças marginais, é necessário um estudo global e em profundidade da referida colecção que de modo algum está sequer esboçado. Embora o início de tal estudo se afigure urgente pode desde já prever-se, dado o elevado número de peças e os vários exames a que terão de ser submetidas, que será certamente trabalho moroso. Enquanto tal estudo não estiver concluído, parece de toda a conveniência que a Colecção se mantenha una, não sendo portanto de aconselhar a cedência, por ora, das peças indicadas na lista junta.*» (Doc. II.24).

Esse estudo será promovido museologicamente por João Manuel Bairrão Oleiro e Maria José de Mendonça. A eles se juntarão Pais da Silva e Sérgio Guimarães de Andrade. O cenário, doravante, será o do Museu Nacional de Arte Antiga.

[1251] Seria uma cultura de elites, ou burguesa, em confronto com a cultura "portuguesista" e folclorista da rede de casas do povo há tanto instituída? Ou um mero discurso inspirado (mais uma vez) na democratizante intenção francesa de Malraux, anunciada em 1959, que pretendeu criar uma rede de casas de cultura, impossível de aplicar numa estrutura de poder de cariz autoritário e profundamente hierarquizada como a portuguesa? Cf. Ó 1999; Melo 2001; Alves 2007; Damasceno 2010.

PARTE III

DO PRIVADO AO PÚBLICO.

A COLECÇÃO DE ESCULTURA DE ERNESTO VILHENA NO MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA

Em 2011, Lisa Le Feuvre, *Head of Sculpture Studies* do *Henry Moore Institute*, na apresentação da nova colecção intitulada "Subject/Object: New Studies in Sculpture" que abre o volume *Sculpture and the Museum*, publicado pelo Instituto Henry Moore (Leeds, Reino Unido), justifica-a com o imperativo «*to open this study by considering sculpture through other disciplines - be these thematic, monographic, art historical or the material contexts within which sculpture operates*» (...) «*interested in the contestation of sculpture as an autonomous discipline, seeking to produce* dissensus *rather than* consensus *in order to open the possibilities of perceiving, making and engaging with the object of sculpture*»[1252]. Reconheçamos que é ainda ambição impossível à historiografia portuguesa coetânea cumprir tal desiderato. Pelo contrário, entre nós, o estudo da história da escultura enquanto disciplina autónoma tem poucos cultores - temos de criar o consenso antes de chegar à dissensão -, e menos ainda quando passamos do terreno académico para o do conhecimento museológico, vivendo-se na distância profissional, quase de ruptura, que caracteriza dois mundos encerrados sobre si próprios e orgulhosos dos seus saberes. Afinal, ambos os universos comungam da mesma origem disciplinar e no presente são afectados pela estranha realidade de uma conjuntura idêntica. A relação com a materialidade da obra de arte, também eco da desmaterialização da cultura contemporânea, tem vindo a tornar-se cada vez mais distante, no caso da museologia pelo quase impossível acesso profissional às carreiras nos museus públicos e no caso da história da arte produzida em meio académico pela profunda alteração dos cânones de ensino[1253].

[1252] Le Feuvre 2011: xvii-xviii.

[1253] Contrariando esta tendência, generalista, talvez demasiado céptica e pessimista mas ainda assim realista, podemos contudo afirmar que na história da arte portuguesa e da patrimoniologia vivemos o presente do ano II, desde 2010, da construção de uma história diversa, graças ao progresso do projecto *Sources for the History of Art Museums in Portugal* no Instituto de História da Arte da FCSH da UNL

Mas os desafios de Le Feuvre fazem, afinal, sentido. É possível começar a estudar a escultura em museu, tendo como base as categorias da sua essência criativa, material e objectual (entre a história, a estética e a fenomenologia) e pensar modelos de investigação e da sua transmissão ao público através da linguagem museológica, respondendo ao desafio dos objectos com fundamentos científicos fortalecidos por um conhecimento mais estruturado das fontes históricas e antropológicas que documentam os múltiplos estratos das suas biografias culturais. É importante reconhecer que as obras de arte têm uma espessura histórica dentro da instituição museal, não atemporal nem neutra (Bolaños Atienza 2009); que devem ser objecto de estudo desde a criação e integradas nos diferentes tempos que as conduziram até ali, nas formas da história da instituição e no consenso ou na dissensão com outras colecções que traçaram a identidade do museu; no modo como contribuíram para enformar e continuam a dar vida a este espaço de representação da memória nacional através da intervenção de todos aqueles que actuam sobre elas, desde os directores, passando pelos conservadores, até aos técnicos que as manipulam, as iluminam ou as guardam. Através das exposições - das permanentes ou das temporárias - mostram-se ao público, simultaneamente receptor no processo de comunicação organizado pelo museu, mas também seu proprietário, embora esta propriedade possa residir apenas numa memória inconsciente, colectiva (Halbwachs 1950), e que tem como referente mais profundo as próprias matrizes identitárias da cultura e da arte.

É nestes contextos que trazemos aqui a continuidade da biografia cultural das Esculturas da Colecção Vilhena, agora integrada na história da Colecção de Escultura do Museu Nacional de Arte Antiga. Recolhidas ao tempo e ao espaço do Museu, as esculturas metamorfosearam-se, como qualquer outro objecto museológico, trasladadas inexoravelmente do domínio privado para o domínio público, parodoxalmente institucionalizadas mas despersonalizadas das suas vidas anteriores (Burke 2005: 52).

sob a responsabilidade da investigadora Prof. Doutora Raquel Henriques da Silva, reconhecido e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/EAT-MUS/101463/2008).

III.1 A construção da história da imagem esculpida no Museu Nacional de Arte Antiga

Nos 130 anos que medeiam entre 1884 - data da fundação do Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia - e 2014, o acervo escultórico e a sua mostra pública no *primus inter pares* dos museus nacionais portugueses conheceu conjunturas muito diversas que foram fruto de outras tantas histórias do Museu Nacional de Arte Antiga e das diferentes perspectivas com que a escultura enquanto disciplina artística e enquanto colecção de objectos patrimoniais foi sendo entendida e valorizada. Mas esta história foi sobretudo marcada pela forma de constituição da Colecção/Secção de Escultura que é caso ímpar na globalidade do património do MNAA.

Para além de todos os modos de incorporação de obras de arte que são transversais às outras colecções, a Escultura conheceu não só um crescimento exponencial desde 1980, data em que foi definitivamente integrado na sua propriedade o conjunto das esculturas doadas ao Estado português pelos herdeiros do Comandante Ernesto de Vilhena, como desse facto resultará a profunda alteração da identidade desta Colecção que se vinha definindo ao longo de quase todo um século. Essa foi a data charneira. Muito para além do crescimento do número de objectos, a Colecção adquire o seu carácter de referência nacional. Foi então possível construir uma exposição permanente de escultura portuguesa, arquitectada e mostrada seguindo a cronologia das demais colecções do MNAA, consistente com a história da arte entre os séculos XIV e a primeira metade do século XIX.

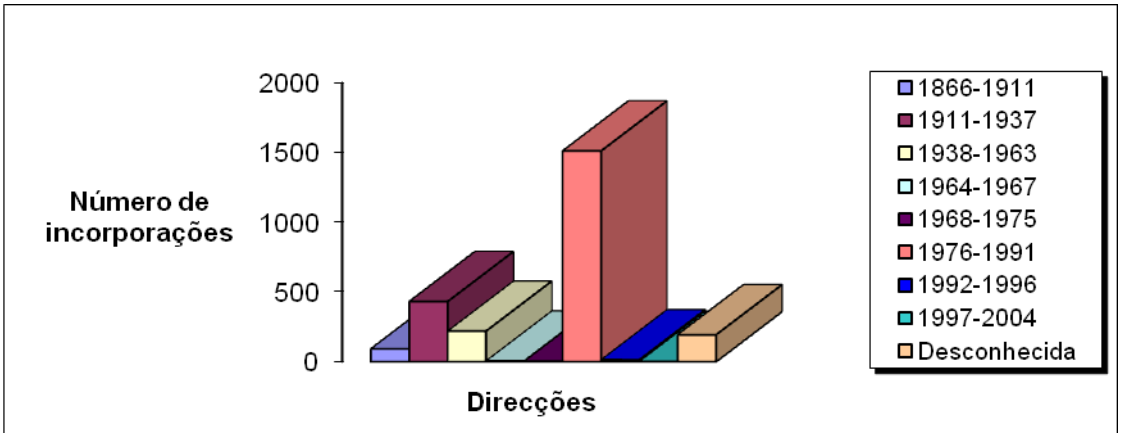


Figura 229 - Número de esculturas incorporadas no MNAA segundo a cronologia das direcções
Fonte: Inventário da Colecção de Escultura do MNAA.

A incorporação das esculturas seguiu, até 1980, o padrão global da história do património artístico do MNAA. Como limite mais recuado das entradas destas obras de arte temos o século XIX, a partir do denominado "Fundo Antigo". Na realidade, embora constitua um núcleo de historial em grande parte desconhecido e matéria por desbravar[1254], esta designação corresponde às peças integradas como Bens Próprios da Fazenda Nacional, que eram provenientes dos depósitos da Academia de Belas Artes de Lisboa e que ali haviam dado entrada através das recolhas feitas nos edifícios das congregações religiosas extintas no Liberalismo, num processo iniciado desde 1834 nas Ordens regulares masculinas[1255]; por via de generosas doações (do abade António Dâmaso de Castro e Sousa, em 1841[1256], 1843[1257]; do Duque de Palmela[1258], em 1850; de Husson da Câmara[1259], em 1864, só para citarmos alguns dos exemplos mais sonantes); por transferência de outras dependências e instituições públicas como aconteceu com as peças recolhidas dos estaleiros do Palácio da Ajuda[1260], ou por compras[1261], em muitos casos só tornadas possíveis por dotações extraordinárias de D. Fernando II[1262] ou outras realizadas por intermediários no estrangeiro, como no caso das peças adquiridas através de Henri Burnay, em 1875[1263].

Aos objectos oriundos da Academia, desse "Fundo Antigo", somavam-se ainda outras esculturas que, por diferentes motivos e circunstâncias variadas, permaneceram no edifício do Palácio Alvor às Janelas Verdes após o encerramento da *Exposição*

[1254] A disponibilização do acesso externo à documentação da Academia Nacional de Belas Artes de Lisboa através das suas reproduções digitalizadas disponíveis na plataforma Digitarq (http:// digitarq.gov.pt/details?id=4601727) sediada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (código de referência PT/ANBA/ANBA) irá permitir a investigação sobre este fundo e conhecer o historial "perdido" da grande maioria destas peças que fizeram parte do museu académico ou até mesmo da Galeria Nacional de Pintura. Sobre o tema decorre a investigação subjacente à tese de Hugo Xavier, *A Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas Artes de Lisboa: da formação do acervo à criação do Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia (1834-1884)* a apresentar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

[1255] Cf. Correia 1974; Silveira 1980; Silva 1989, cf. sobre o destino dos bens móveis: 87-117.

[1256] MNAA, Arquivo Histórico, Caixa 1, Pasta 1, Academia Real de Bellas Artes. Documentação Geral 1838/1864, Doc. 4, apontamento manuscrito.

[1257] IMC, *Efemérides Artísticas*, "Em 28 de Julho de 1843".

[1258] Idem, "Em 31 de Agosto de 1850".

[1259] Idem, "Em 3 de Março de 1864".

[1260] Idem, "Em 29 de Agosto de 1851".

[1261] MNAA, Arquivo Histórico, Caixa 1, Pasta 1, Academia Real de Bellas Artes. Documentação Geral 1838/1864, Doc. 6, Declaração manuscrita de venda de esculturas em cera. MNAA, Arquivo Histórico, Caixa 1, Pasta 5, Academia Real de Bellas Artes. Documentação Geral 1870/1875, Doc. 7. Idem, Caixa 1, Pasta 6, Academia Real de Bellas Artes. Documentação Geral 1876, Doc. 9.

[1262] IMC, *Op. Cit.*, "Em 26 de Fevereiro de 1870".

[1263] MNAA, Arquivo Histórico, Caixa 1, Pasta 7, Academia Real de Bellas Artes. Documentação Geral 1877/79, Doc. 4.

Retrospectiva de Arte Ornamental Portugueza e Hespanhola, em 1882, que só por si tinha reunido à volta de três dezenas de peças identificadas individualmente como esculturas[1264].

Em 1884, existia assim um conjunto muito heteróclito de obras em que se mesclavam esculturas de autores contemporâneos, cópias em gesso de obras-primas da escultura internacional e nacional, tal como reproduções de arte ornamental arquitectónica nesse mesmo material (as chamadas moldagens), com imagens religiosas e peças da Antiguidade "verdadeiras". Um número significativo adicionar-se-lhes-á por via da continuidade da transferência das instituições religiosas, feita ao ritmo da progressiva supressão e encerramento dos conventos femininos que se prolongou pela primeira década do século XX, assim como das propriedades diocesanas e paroquiais, fruto da aplicação da lei republicana da separação do Estado das Igrejas (1911) com peças de escultura desta proveniência a serem recebidas ainda em 1936[1265]. Das colecções reais reclamaram-se, após 1910, os medalhões Della Robbia que tinham feito parte da Colecção de D. Fernando II, provenientes do Mosteiro da Madre de Deus em Lisboa[1266]. Doações, legados e aquisições, recebidos e protagonizados pelas direcções sucessivas, constituíram, como até à nossa contemporaneidade, os modos complementares de enriquecimento patrimonial a registar nesta secção das colecções do Museu[1267].

Entre 1884 e 1980 verifica-se a ausência de uma linha condutora permanente. Não existiu um ideal de referência único ao longo da história da constituição da colecção nem da sua mostra. A Colecção de Escultura pode caracterizar-se como uma ensamblagem, fruto de sucessivas circunstâncias que tiveram consequências nos diferentes programas e estratégias narrativas para o acervo, quer no quadro intelectual-teórico, quer no espacial-tópico. O organicismo desta história torna-se óbvio na museografia. As obras foram sendo expostas ao público de modo genericamente

[1264] Este número não incluía as moldagens de escultura de vulto, arquitectónica ou funerária. Cf. *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental*. *Catalogo*[s]. *Salas A, B, C, H;* e *D, E, P, Q,* R; e *F;* e *G. I, J, K, L*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882 [1883].

[1265] *Lei da Separação* 1911; *Regimento interno (...)* 1911; Oliveira 1914 a e b; Marques 1972; Neto 1996; Madureira 2003; *A Igreja e o Estado em Portugal* 2004; Meneses 2010; Roque 2010.

[1266] Carvalho e Franco 2009.

[1267] Tomamos como data limite para esta análise das incorporações o ano de 2004, correspondente ao termo da direcção de José Luís Porfírio (director entre 01/02/1996 e 03/11/2004). Após esta data foram incorporadas na Colecção de Escultura do MNAA mais 48 esculturas resultantes de transferência de propriedade do Estado (Palácio Silva Amado), aquisições no mercado de arte e de doações, contando-se no fim de Junho de 2012, com 2520 números de inventário.

dispersivo, embora a "dispersão" tenha variado de sentido ao longo dos diferentes tempos do MNAA.

A indelével ligação da *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portugueza e Hespanhola* de 1882 com a fundação do Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia e a sua instalação no Palácio Alvor são hoje dados adquiridos e consensuais na história dos museus portugueses, resultado das investigações de António Manuel Gonçalves (1960, 1989), Emília Ferreira (2001, 2007, 2010), Sandra Leandro (1997, 2008), Carvalho e Carvalho (2009), tal como o público pôde ver através da exposição *Carlos Relvas e a Casa da Fotografia,* comissariada por José Pessoa e Vitória Mesquita (MNAA 2003). Mas esta também é uma circunstância perfeitamente assumida pela história institucional do Museu, saída pela primeira vez da letra de Manuel de Macedo (o primeiro conservador nomeado para exercer funções no Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia, no ano de 1884), ao reconhecer que «*os factos provaram que era sem duvida o caminho mais pratico e mais breve para se chegar à fundação de um Muzeu Nacional de Belas Artes*»[1268]; assim como mais recentemente ficou consagrado e se apresentou no catálogo da Exposição de Bona dedicada ao MNAA (Porfírio 1999)[1269].

a

b

Figura 230 a e 2 b - *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola*, 1882, Sala Q, *Profeta*, Prov. Convento de Cristo de Tomar. Fotografias de Carlos Relvas © MNAA, Arquivo Fotográfico.

[1268] [Manuel de Macedo]. *O Muzeu Nacional de Bellas Artes. Apontamentos*. Coimbra: 1892: 4.

[1269] *Die Grossen Sammlungen. VIII. Museu Nacional De Arte Antiga. Lissabon*. Bonn: Kunst und Ausstellungshalle der Bundesrepublik Deutschland, 1999; edição portuguesa sob o título *A Arte no Ocidente da Europa. O Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: 1999, cf. Porfírio 1999: 36-43.

a

Figura 231 a e 231 b - *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portugueza e Hespanhola*, 1882. Relevos das Quadrigas, Séc. I (atr.), Colecção do Duque de Loulé, Fotografias de Carlos Relvas © MNAA, Arquivo Fotográfico

b

A sequência que se dirá natural entre os dois acontecimentos foi repetidamente defendida perante o público desde 1882 (Ferreira 2001, Ferreira 2010: 24, 174-178, 327-330) e venceu as vozes que lhe eram contrárias[1270]. Delfim Deodato Guedes (1842-1895), o Inspector da Academia de Belas Artes de Lisboa e director da comissão encarregada de preparar a Exposição, no balanço das contas tinha deixado a ideia bem clara, sustentando os pressupostos de que os objectos expostos que pertenciam à

[1270] O facto tem sido salientado por Ferreira 2007: 48 e, de novo, por Ferreira 2010: 174-178. Na investigação de 2010 a autora apresenta um detalhado elenco da literatura da época (e posterior leitura historiográfica) que nos dá conta de que, concomitantemente a esta associação inequívoca, registam-se as vozes contrárias à manutenção do espaço expositivo da *Exposição Portugueza de Arte Ornamental Portugueza e Hespanhola* e surge uma linha de defensores do abandono do Palácio Alvor Pombal, pela sua desadequação funcional e implantação no território que lhe retiravam aptidão para receber qualquer museu e conservar obras de arte. (Brito Rebelo 1882 *apud* Machado 1954: 73-74). A crítica à localização do Museu - que os próprios directores da instituição desde que esta foi fundada não deixaram nunca de considerar - constitui, portanto, um *topos* a considerar na reclamação da herança da Exposição de 1882. Sobre o tema, participei na apresentação pública "Museu Nacional de Arte Antiga: «à medida dos nossos desejos» realizada pelo grupo de Mu*st* do IHA-FCSH, que decorreu no MNAA, em 25 de Junho de 2010.

Academia Real de Belas Artes «*servirão para o Museu Nacional*"[1271] tal como o mobiliário expositivo que havia sido adquirido, salvaguardando ainda que o saldo positivo remanescente do orçamento «*seria sufficiente para desde já poder organisar e abrir ao publico o museu para que foi arrendado o palacio das Janellas Verdes*»[1272]. Não havia razão para não dar cumprimento ao enunciado na Reforma da Academia Real de Belas Artes de Lisboa, de 22 de Março de 1881, em que se declaravam como funções da Academia, primeiro a conservação e o restauro dos monumentos nacionais, depois a promoção dos estudos arqueológicos e, por fim, a criação de um museu de Belas Artes (artº 2º, nº 2)[1273].

Dois anos depois da grande Exposição, a ideia voltou a ser bem frisada perante a assembleia da Academia de Belas Artes que, como veremos, manterá a tutela imediata do MNBAA, na noite de 23 de Fevereiro de 1884, na exposição redigida por Francisco de Sousa Viterbo (1845-1910) e lida por Delfim Guedes que deveria ser apresentada ao Ministro e Secretário dos Negócios do Reino[1274]. Nas páginas da acta revivemos o reiterar do "pedido fundacional". Viterbo expôs, reconhecendo com lamento, que «*(...) A Exposição de Arte Ornamental afigurou-se a todos que marcaria uma epoca de renascimento artistico para o paiz e que seria o definitivo ponto de partida para se organisar o Museu. Essa expectativa não ficou de todo illudida. O palacio renovou-se convenientemente; as salas foram adaptadas ao seu fim especial; transferiu-se para ali grande parte das collecções academicas; disposeram-se do modo que se julgou mais razoavel; os quadros ornamentam as paredes; as peças d'ourivesaria resplendem nas prateleiras das vitrines; os moveis, as louças, os medalhões de faiança, os marmores, as sedas e tapeçarias, as reproduções diversas, dão um aspecto variado a todo o interior do edificio, mas tudo isto está vedado ao publico, incommunicavel, como mumia ricamente conservada, receiosa dos olhos profanos, no mais fundo e recondito*

[1271] Ferreira 2010: 326-327: Carta de Delfim Guedes dirigida ao Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda, de 22 de Novembro de 1882, in MNAA, Arquivo, Dossier 39. "Exposição de Arte Ornamental em Lisboa". Doc. s. nº.
[1272] Idem, *ibidem*: 328.
[1273] *Reforma da Academia Real de Bellas Artes*. Lisboa: 1884, 3-5: "Decreto de 22 de Março de 1881", assinado por Anselmo José Braamcamp, Ministro do Reino. (cf. Lisboa 2007: 64 e ss.).
[1274] ANBA, *Actas da Assembleia Geral da Academia de Belas Artes*, 1883-1910, fl. 6-8v: Acta da assembleia de 23 de Fevereiro de 1884, lavrada pelo secretário António José Nunes Júnior, na qual estiveram presentes, conforme as assinaturas, os académicos Conde de Almedina (Delfim Guedes), António Tomás da Fonseca, António Victor Figueiredo de Bastos, José Luís Monteiro, José Severini, António Carvalho da Silva Porto, José António Gaspar, João José dos Santos, António Alberto Nunes, José Ferreira Chaves, José Simões d'Almeida Júnior e Joaquim Prieto.

do seu sarcophago real. (...)»[1275]. Ainda no mesmo discurso, mais à frente, a voz ergue-se em petição final ao declarar que «*A Academia ousa portante pedir a V. Ex.ª se digne empregar a sua attenção n'este assumpto tanto quanto o está reclamando o interesse geral do paiz e quanto o reclama até a elevadissima intelligencia de V. Ex.ª, para quem, de certo, seria superfluo e até offensivo o querer demonstrar as vantagens da existencia d'um Museu Nacional de Bellas-Artes. No momento em que se trata de divulgar o ensino artistico e industrial pelo paiz, seria deploravel inconsequencia que se não expozessem ao publico as mais importantes collecções artisticas que possuimos. De que depende tudo isto? Apenas d'uma modesta dotação para o pessoal encarregado de velar pela segurança e conservação dos objectos. Decerto que o parlamento não se negará a sanccionar qualquer medida que o governo adopte desde já, provisoria ou definitivamente, n'este sentido. O sacrificio será pequeno, a compensação será grande.*»[1276]

O brado patriótico desta vez resultaria. Lisboa passou a contar com o seu museu nacional como as demais capitais "civilizadas" da Europa. A abertura oficial do Museu Real de Belas Artes e Arqueologia no Palácio das Janelas Verdes realizou-se no domingo de 11 de Maio de 1884, pelas 14 horas, «*com a presença de Suas Majestades el-rei D. Luís I e a rainha D. Maria Pia, junto com Sua Alteza D. Fernando II, o Presidente do Conselho do Reino Augusto Cesar Barjona de Freitas, o Duque de Palmela e outros convidados*»[1277]. Na segunda-feira imediata, abriu gratuitamente ao público. Em Julho, o académico professor pintor António Tomás da Fonseca (1822-1894) foi nomeado responsável pelo Museu; o pintor ilustrador Manuel de Macedo (1839-1915) coadjuva-o como conservador[1278].

Salienta-se, neste contexto, que a orientação do MNBAA, tal como a sua gestão financeira, os processos de constituição e os programas de exposição do acervo se mantêm na dependência directa da Academia Real de Belas Artes de Lisboa. Ou seja, aquilo que anacronicamente se classificaria de "política museológica" passava, por razões inevitáveis, pelo que se discutia nas salas das sessões reunidas no Convento de São Francisco de Lisboa, sendo a Academia a interlocutora, a maior parte das vezes, nas

[1275] *Idem.*
[1276] *Ibidem.*
[1277] *Diário de Notícias*, 12 de Maio 1884 *apud* Gonçalves 1989: 79.
[1278] "Manuel de Macedo". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. I, Nº 3, Janeiro-Dezembro 1946: 174 - «*Nomeado conservador-secretário do Museu Nacional de Arte Antiga por portaria de 1 de Julho de 1884, tendo-se conservado nas Janelas Verdes até 1913.*»

relações com a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública e das Belas Artes criada em 1890[1279]. Vivia-se numa conjuntura política e mental (que tinha nos académicos os seus activos defensores cívicos) em que é esta instituição que reivindica deter a consciência dos valores histórico-artísticos dos objectos (Custódio 2008: 274)[1280]. Só a queda do regime monárquico e a implantação da República alterarão o estado das coisas; mas esse será outro tempo, quando chega José de Figueiredo.

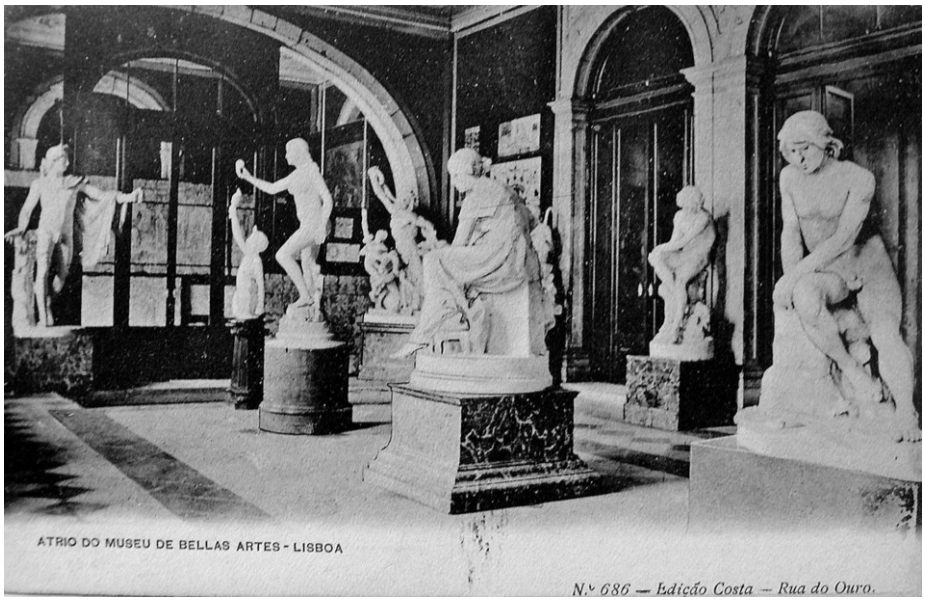


Figura 232 - MNBAA, Postal com vista do Átrio das Janelas Verdes, s.d. [anterior a 1900] © Arquivo MNAA

Em 1892, da participação do conservador Manuel de Macedo no *Congresso Pedagogico Hispano-Portuguez-Americano* em Madrid, resultou a publicação de *O Muzeu Nacional de Bellas Artes. Apontamentos*, editado em Coimbra, embora sem indicação do seu nome. Na narração descritiva, bastante pormenorizada, faz notar a colecção arqueológica adquirida pela Academia durante a direcção do Marquês de Sousa Holstein ([Macedo] 1892: 4). O andar nobre do Palácio dividia-se em 16 compartimentos e alguns gabinetes, identificados pelas letras do alfabeto tal como acontecera na "*Arte Ornamental"* (mais um espaço do que na Exposição de 1882).

[1279] DG, Nº 191, de 25 de Agosto 1890, p. 1978-1981: Decreto de 22 de Agosto que aprova a Organização da Secretaria de Estado de Negócios da Instrução Pública e das Belas Artes. Sobre a constituição e orgânica do Ministério da Instrução Pública cf. Custódio 2008: 272 e ss e ainda Carneiro e Afonso 2011: 43.

[1280] A relação ambígua entre a Academia e o Museu parece estar por detrás da discussão dos académicos em Julho de 1895: (…) «*Teve a palavra o Sr. Prieto para dizer que a Academia devia superintender na organização do Museu, afim de evitar que um individuo extranho collocasse quadros como entendia, sem se saber quem o tinha encarregado d'esse serviço. Respondeu o Sr. Presidente dizendo que não tendo sido nunca consultada a Academia n'esses casos, não podia tomar deliberação alguma n'este sentido*.» (cf. ANBA, Acta de 4 de Julho 1895, in *Actas das Sessões da Assembleia Geral das Academia Real de Belas Artes*, 1883-1910 [ANBA 1-A-SEC.018]).

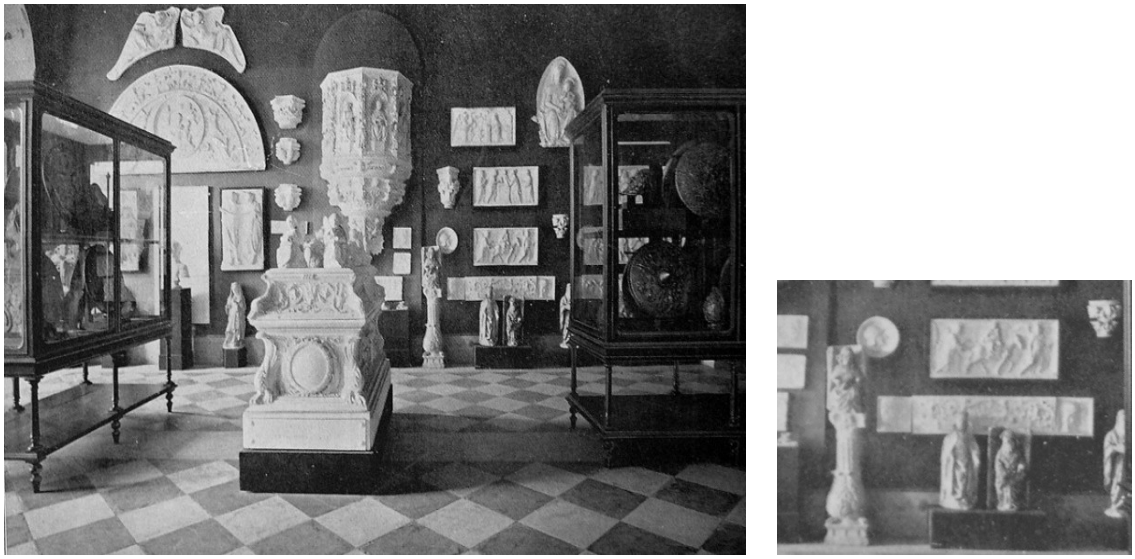


Figura 233 - MNBAA, piso térreo, sala da escultura I e pormenor © MNAA, Arquivo fotográfico. Reprodução em Viterbo 1900.

No primeiro piso destacavam-se três salas, a primeira com alguns exemplares de escultura, entre os quais algumas obras «originais» de artistas portugueses e modelos de monumentos; na segunda sala podia-se admirar uma autêntica exposição de moldagens reproduzindo retábulos e elementos de ornamento arquitectónico, junto com algumas peças de imaginária medieval e renascentista, medalhões e estátuas; a sala seguinte contava com os coches de aparato ali colocados desde 1882.

Figura 234 - MNBAA, piso térreo, sala da escultura I, perspectiva oposta à da figura anterior. © MNAA, Arquivo fotográfico. Reprodução em Viterbo 1900.

Figura 235 - MNBAA, Piso térreo: coches, século XVIII
© MNAA, Arquivo Fotográfico, Fotografia de Carlos Relvas

Informava ainda Manuel de Macedo que a secção de escultura tinha vindo a desenvolver-se ultimamente pela aquisição de algumas estátuas e bustos, trabalhos de escultores nacionais expostos no átrio, tendo sido também recolhidos alguns fragmentos de ornamentação arquitectónica, percebendo-se assim que o carácter geral da colecção continuava a ser idêntico ao da data de abertura ao público. Na sequência das peças esculpidas mencionava ainda as antiguidades, expostas em gabinetes.[1281]

Figura 236 - MNBAA, Átrio das Janelas Verdes, Bustos mencionados por Manuel de Macedo.
© MNAA, Arquivo Fotográfico. Reprodução em Viterbo 1900.

[1281] Em 1895, o "Noticiario" da *Arte Portugueza* (Ano I, nº 5, Maio 1895: 120) dava conta do crescimento da Colecção sempre no mesmo sentido: «*A secção de estatuaria e de reproducções moldadas sobre esculptura, do Museu Nacional de Bellas-Artes, que occupa duas salas e o atrio do edificio, foi recentemente ampliada com algumas estatuas, baixos-relevos, etc., - moldagens de specimens existentes em museus extrangeiros*.».

A sua descrição do museu de Lisboa apresentada em Madrid, onde decerto mencionou os baixos-relevos que eram propriedade do Duque de Loulé e que haviam ficado em depósito após 1882, teve ecos imediatos. O helenista Théophile Homolle (1848-1925), arqueólogo francês e então director da *École Française d'Athènes,* publicará ainda nesse ano "Deux bas-reliefs néo-attiques du Musée de Lisbonne (VIII-IX)" no *Bulletin de correspondance hellénique* (Vol. 16, 1892: 325-343).

Imagem um pouco diferente fica-nos do Museu Nacional de Bellas Artes que o guia Baedeker apresenta na *Casa das Janellas Verdes* em 1900, agora dirigida pelo pintor António José Nunes Júnior[1282] (1840-1905), e de que anuncia o catálogo em preparação[1283]. À data ainda estavam os coches no rés-do-chão, depois seguia-se uma sala com mobiliário e escultura portuguesa em madeira cuja fotografia conservada no Arquivo do MNAA revela a presença do *Santo Onofre* (MNAA Inv. 350 Esc), imagem de José de Almeida (1700-1769) que após ser exclaustrada do convento da Trindade e Redenção dos Cativos de Lisboa serviu de modelo de estudo na Academia, junto com baixos-relevos aplicados parietalmente, recolhidos em 1889 no convento da Esperança, em Lisboa (*Anjos,* Inv. 118 e 119 Esc), em 1898 no convento dos Remédios, em Braga (*Última Ceia*, Inv. 3 Esc), e nesse mesmo ano de 1900, no Porto, em São Bento da Avé Maria (*Eucaristia*, Inv. 182 Esc).

Mas como mostra da riqueza portuguesa nesta domínio artístico era ainda muito pouco, como lastima Alfredo Keil em 1905, estabelecendo uma interessante comparação com o Museu de Cluny[1284], cuja imagem romântica, como veremos mais adiante, irá constituir uma referência recorrente em Portugal tanto para críticos, coleccionadores, conservadores, como para os historiadores da arte da escultura: «*Assim como o museu de Cluny em Paris, ostenta no seu parque, por entre massissos de verdura, uma exposição de antigas e interessantes janellas e porticos, admiravelmente esculpidos em pedra, trazidos de diversos pontos da França, e levantados depois n'aquelle recinto, despertando nos visitantes viva curiosidade; assim tambem a reconstituição de uma serie de capellas das nossas antigas egrejas, seria motivo de estudo profundo para os que se dedicam á arte da esculptura em madeira. Desejaria*

[1282] Nomeado director em 1896, ocupa o cargo até Julho de 1905, sucedendo-lhe Carlos Reis.
[1283] Baedeker 1900: 503-505.
[1284] Emery e Morowitz 2003: 67-70.

sinceramente que se organizasse esta secção de arte, por peças completas. Seria tão facil ao governo impedir que tudo, tudo vá para o estrangeiro!...»[1285].

Um ano antes, em 1904, através das crónicas de sociedade de Carlos Malheiro Dias[1286], ficara a saber-se que, numa noite de quarta-feira, três dos coches de aparato tinham sido retirados do rés-do-chão do Palácio das Janelas Verdes para o Real Picadeiro, quedando assim «*pouco menos que reduzido a um mediocre museu de pintura, com um annexo, ainda valioso, de arte sacra, ornamental e de ourivesaria, alguns especimens, raros, de arte profana, uma salinha de cerâmica e um pouco do mobiliário esparso pelas salas do andar nobre*».

Figura 237 - MNBAA, Sala da talha e escultura em madeira © MNAA, Arquivo fotográfico, fotografia s.d., posterior a 1900.

Continuando a seguir o famoso guia alemão de 1900, o visitante iria encontrar as salas da Doação do Conde de Carvalhido (1817-1900), inauguradas em Abril de 1896, onde a representação do filho do benemérito, o jovem Conde Emilio que falecera subitamente em 1898, surgia num busto em gesso da autoria da escultora francesa Mme. Elisa Bloch (1848-1904) e duas estatuetas de bronze figuravam Vénus, a primeira sendo cópia em dimensão reduzida por Victor Paillard (1805-1886) a partir do original de

[1285] Keil 1905: 33.
[1286] Dias 1904, editado em 1905: 310. A referência à retirada dos coches também surge em Keil 1905: 36.

Falconet (1716-1791) e a segunda, cópia do mesmo artista a partir da matriz de Christophe-Gabriel Allegrain (1710-1795)[1287].

A seguir, mais escultura, sem que se diga exactamente qual, embora a partir da documentação fotográfica do MNAA se possa concluir tratar-se de um grupo do século XVIII - a *Fuga para o Egipto* (Inv. 173 Esc) -, dentro da sua singela maquineta colocada sobre uma sumptuosa mesa de volumoso entalhe que rematava, aliás, uma série de mesas de diversos estilos e cronologias distribuídas em linha no centro da sala e que serviam de base à «*Estatuaria*» doada por Carvalhido. O grupo escultórico, por muito tempo atribuída ao virtuoso Joaquim Machado de Castro, fora recolhido pela Academia de Lisboa, em 1899, no Convento do Paraíso de Évora.

Figura 238 - MNBAA, *Fuga para o Egipto* © MNAA, Arquivo fotográfico, fotografia posterior a 1899

No primeiro andar, e ainda com Baedeker por companhia, na sequência linear das dez salas dispostas segundo o alfabeto (da sala A até à sala J) apenas se via pintura, sem qualquer mácula de peças esculpidas de permeio, até que nas duas seguintes - provavelmente as salas K e L -, se descobriam, entre os vidros, porcelanas e faianças de

[1287] *Catalogo da Collecção de Quadros Offerecida ao Estado pelo Exmo. Sr. Conde de Carvalhido*. Lisboa: Museu Nacional de Bellas Artes, 1898: "Estatuaria - Objectos de Arte".

origem portuguesa, três belos relevos ditos «*à maneira dos Della Robbia*», atribuídos a Niculoso de Pisa[1288].

Figura 239 - MNBAA, sala com medalhão Della Robbia representando Dario © MNAA, Arquivo fotográfico. Reprodução em Viterbo 1900.

O Museu que Baedeker convidava a visitar era o mesmo que Francisco de Sousa Viterbo apresentou em França nesse mesmo ano de 1900, fortemente marcado pela sua dependência relativamente à Academia de Belas Artes de Lisboa, até mesmo espacial e visualmente, como se destaca do cotejo das abundantes reproduções fotográficas das salas do Museu com as das diferentes aulas da Academia de que faz uso na publicação do seu *L'Enseignement des Beaux Arts au Portugal,* resenha do ensino artístico em Portugal apresentada à Exposição Universal de Paris de 1900. Mas logo aí se transmite mais uma vez, como quase sempre, a imagem do país em epidémica crise económica, defendendo que, sem verbas, não era possível fazer progredir os Museus que «*sont indiscutiblement un des moyens le plus puissants, quoique indirects, d'encouragement des beaux-arts, mais sur ce point notre pays est encore loin d'atteindre le but souhaité*. *La somme destinée à l'acquisition de tableaux, oeuvres de sculpture et autres objets, est insignifiante, presque nulle*»... (Viterbo 1900:16). Desde então escoaram-se cento e catorze anos, mudou o milénio, e a crise passou a ser endémica.

[1288] *Idem*: 505.

Figura 240 - MNBAA, piso térreo, sala da escultura II © MNAA, Arquivo fotográfico. Reprodução em Viterbo 1900.

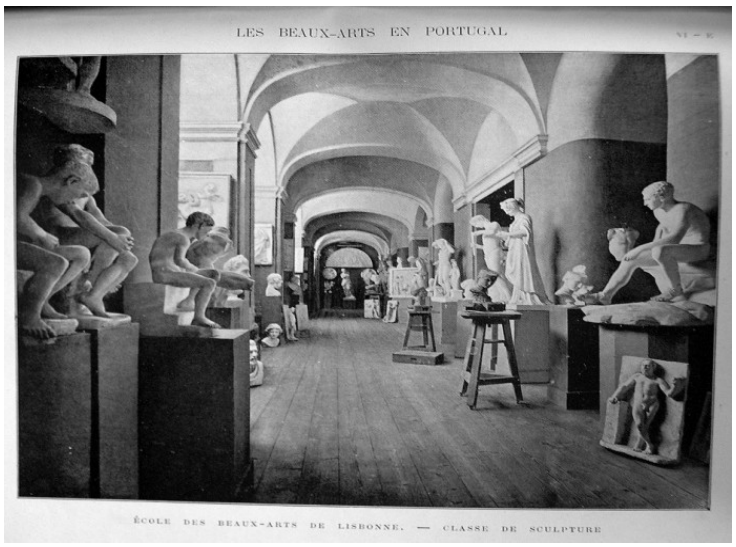


Figura 241 - Sousa Viterbo, "École des Beaux-Arts de Lisbonne - Classe de Sculpture". In *L'Enseignement des Beaux Arts en Portugal*. Lisbonne: 1900.

Em 1903, Gabriel Pereira propunha uma visita com um percurso um pouco mais detalhado. Teria franco sucesso, chegando o seu guia à 5ª edição em 1908, informação importante enquanto marco temporal, pois permite aferir quais as peças de escultura dadas a ver ao público nas vésperas das grandes mudanças que, em definitivo, marcarão o Museu em 1911. Nessa primeira publicação de 1903 notava sobre os gessos presentes nos documentos fotográficos que «*Pouco e pouco tambem se reuniram moldagens e reproducções de obras d'arte mais singulares» (...),* lembrando ao visitante que «*Ornam esta casa algumas reproducções em gesso de estatuas antigas consideradas primores da grande arte classica: o Apollo do Belvedere, cujo original pertence ao museu Pio Clementino de Roma; o torso de Hercules*, *do mesmo museu; Venus, e Diana, do museu*

do Louvre, o Laocoonte e os filhos luctando com as serpentes, do já referido museu Pio Clementino.»[1289] No grande vestíbulo das Janelas Verdes, obras de Teixeira Lopes, Moreira Rato, Simões [de Almeida (Tio)], Tomás da Costa, encontravam-se junto com os mencionados gessos da escultura clássica, por entre mosaicos romanos, azulejos soltos e painéis tal como a «*Grande Vista de Lisboa*». Ainda no rés-do-chão, à direita (Sala Q), uma «*escultura de Sousa Holstein*» [isto é, o modelo em gesso do cenotáfio de D. Alexandre de Sousa Holstein da autoria de Antonio Canova (1757-1822) cujo original se encontra na igreja de Santo António dos Portugueses, em Roma], oferecido por Sousa Holstein, seu neto e académico, em 31 de Agosto de 1850[1290], peças do francês Charles Auguste Arnaud (1825-1883), um *Cupido* de Lorenzo Bartolini (1770-1850) datado de 1848[1291], os modelos da estátua equestre de D. José I (em madeira) e de D. Maria I (em madeira e metal) e do monumento a D. Pedro IV no Rossio (em gesso), outros modelos em gesso de pormenores da estátua de D. José I, peças de Soares dos Reis e bustos da autoria de Simões de Almeida retratando Tomás José da Anunciação e Miguel Ângelo Lupi, surgiam todos colocados individualmente sobre seus plintos. O sentido verticalizante das bases e respectivas obras criava um interessante contraste com a horizontalidade estruturada pela disposição das tapeçarias, dos tapetes de arraiolos e das grandes telas das *Vistas de Lisboa e de Goa* que os enquadravam como cenário. A disposição museográfica não era descuidada, pois todas as esculturas possuíam o seu suporte próprio, executado em madeira ou em pedra, seguindo a concepção clássica da mostra da disciplina escultórica na qual ao objecto deve corresponder um plinto ou um pedestal que o sustenta individualmente, erguendo-o até aos olhos do visitante e elevando-o - ou sagrando-o - à categoria de obra de arte[1292], tema sobre o qual Carlos Reis (1862-1940), director do Museu em 1909[1293], elucida a imprensa: «*Ao despedirmo-nos do illustre director do Muzeu Nacional das Janellas Verdes, na galeria de esculptura, ousámos perguntar-lhe a razão por que alguns dos bellos trabalhos ali*

[1289]Pereira 1903: 4, 5.
[1290] IMC, *Efemérides Artísticas*: «*Em 31 de Agosto de 1850": Toma-se conhecimento da oferta feita pelo Duque de Palmella, de uma reprodução em gesso, do baixo relevo executado por Canova para o túmulo do pai do oferente*».
[1291] Identificado por Leticia Azcue Brea quando visionava fotografias das salas do MNAA mostradas pelo Conservador Anísio Franco no «I Encuentro europeo de museos con colecciones de escultura» realizado no Museu Nacional de Escultura, em Valladolid, em Maio de 2010. Figurou em seguida na exposição *Lorenzo Bartolini. Beauty and Truth in Marble* (Florença, Galleria dell'Accademia, 31 Maio-6 Novembro), 2011, cat. 62: 334.
[1292] Sobre o tema *vd*. Penny 2008.
[1293] Director do MNBA entre Julho 1905 e Maio de 1911. Cf. Gonçalves 1963.

expostos se encontram sobre plinthos de mármore, ao passo que outros descansam em plinthos de madeira. O professor Carlos Reis esclareceu, sorrindo-se: - Trata-se, simplesmente, d'uma questão de administração. Em França, onde o dinheiro abunda e a vida da arte não soffre as angustias de que enferma entre nós, verifica-se, no muzeu de Luxemburgo, que tantas maravilhas de esculptura encerra, que estas descançam sobre plinthos de madeira, não só porque são muitíssimo mais baratos, mas tambem porque se removem com uma facilidade incomparável. Em Portugal, como não há dinheiro, adquirem-se plinthos de mármore, despendendo-se n'elles importâncias que, reunidas, davam ensejo a custear reparações no muzeu, quando não permitissem a compra de trabalhos artísticos. E quando for preciso remover, para effeito da collocação de nova esculptura, qualquer dos que se erguem sobre plinthos de pedra, imagine a duplicação de esforço exigido por essa mudança…».[1294].

Avançando a visita acompanhados por Gabriel Pereira, à esquerda do Vestíbulo, na Sala R dispunham-se os grandes gessos que representavam o púlpito de Santa Cruz de Coimbra, dois retábulos do Claustro do Silêncio do mesmo mosteiro e cópias das lâminas funerárias de bronze da igreja dos Lóios de Évora. Em vitrine, um pequeno conjunto de antiguidades romanas, que se relacionava com uma estátua feminina proveniente das ruínas romanas de Cetóbriga (Tróia) e com o Sileno achado no teatro romano de Lisboa. Pelo meio, esculturas de alabastro inglês; «*imagens antigas*, *pequenas estatuas (originaes)» e «*grande numero de gessos de relevos e esculpturas *portuguezas, dos sec. XV e XVI»*[1295], na realidade dois anjos músicos e um profeta provenientes do Mosteiro de Santa Maria da Vitória que já tinham figurado na *Exposição de Arte Ornamental* (Inv. 36, 37 e 545 Esc), mesclando-se com as ditas reproduções de imaginária quatrocentista. Ainda no mesmo local, dois baixos-relevos em mármore com cercadura em majólica surgiam colocados no topo tal como reconhecemos nas fotografias conservadas no MNAA.

Sequente à Sala R, a Sala S ainda guardava os coches em 1903 e do lado oposto a eles, em grandes vitrines, uma «*rica série de figuras de barro cosido, coloridas, ou não, de Joaquim Machado de Castro, ceramista insigne, de Faustino José da Rocha,*

[1294] "Vida artística - Á volta do museu". *O Século*. 19 de Junho 1909.
[1295] Pereira 1903: 7.

etc»[1296]*,* entre um vasto conjunto de armaria e alabardas, e ainda outras vitrines que encerravam os bronzes antigos e modernos, peças de metal, vidro e cerâmicas romanas, junto com vasos gregos. Em 1908, a sala mostrava «*a preciosa collecção de antiguidades egypcias generosamente offerecida por S. M. a Rainha D. Amelia*»[1297].

No piso nobre, os espaços expositivos corriam o alfabeto a partir do início, mas só chegados à Sala K se encontrava um medalhão Della Robbia. Era necessário descer de novo à sobreloja[1298] - que «*consta de uma serie de gabinetes, com janellas para o jardim»* [1299]-, para daí voltar a descer até outra pequena sala onde «*ha mobiliario antigo, esculpturas de madeira»*, seguindo-se os compartimentos que acolhiam a doação Carvalhido e uma última sala onde, junto com o mobiliário conventual, se fechava o percurso da disciplina escultórica com «*molduras de alto relevo*, *imagens de santos (sec. XVI a XVIII) em madeira e barro, etc.*».[1300]

Em 1908, no vestíbulo dera entrada o *Fiat Lux* da autoria da Duquesa de Palmela (1841-1909). Na Sala R, Gabriel Pereira chama a atenção para algumas das imagens religiosas originais dos séculos XIV e XVI que «*conservam o primitivo colorido ou dourado*.» Entre as novidades, viam-se as chamadas "Pilastras do Paraíso" *«que pertenceram ao refeitorio do convento do Paraizo de Evora, com os seus ornatos do renascimento e finos medalhões à romana. Uma tem a data 1533»*[1301].

A escadaria ficava solene e simbolicamente presidida por um busto em bronze de Delfim Deodato Guedes, entretanto elevado a conde de Almedina.

Do lado do público criticava-se: «*Custa realmente a acreditar que ainda haja na Europa, em 1909, um museu nacional que não possua um catálogo das suas colecções,*

[1296] *Ibidem*: o autor faz confusão com Faustino José Rodrigues (1760-1829), pai de Francisco Assis Rodrigues (1801-1877), director e professor da aula de escultura da Academia de Artes de Lisboa que foi responsável pela identificação da autoria de muitos dos modelos de imaginária e estatuária em barro que se conservam no acervo do MNAA, como se lê nas etiquetas coladas nas bases de muitas dessas peças.
[1297] Pereira 1908: 7.
[1298] Na actual topografia do MNAA corresponderá à denominada "Mezanine".
[1299] Pereira 1908: 16.
[1300] Pereira 1903: 18.
[1301] Pereira 1908: 7. Entre as peças do Renascimento, uma pilastra, um capitel e um espaldar de fonte, foram escolhidos no Convento do Paraíso de Évora para darem entrada no Museu da Academia Real de Belas Artes, em 1899. Com excepção do espaldar de fonte que se conserva no Jardim do MNAA, as peças restantes regressaram a Évora em 1946 (ANTT, JNE, Livro 97. Actas da 1ª Subsecção da 6ª Secção de 13/07/1939 a 11/10/1946, Acta nº 105 de 10/05/1946, fl. 92, segundo parecer do vogal Dr. João Couto) e encontram-se expostas no Museu (ME Inv 4501; ME 1771). Cf. também MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 23, Cópias de Correspondência Remetida, Janeiro a Junho de 1946, Livro 3º, Nº 439, Proc. Nº 11 e Idem Nº 659.

quando em toda a parte já se contam as edições que esses livros têm tido. Pois sucede esse caso estranho no Museu das Janelas Verdes!»[1302].

III.1.1. Das salas dos gessos oitocentistas do Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia até ao Museu de Escultura Comparada: as imagens tridimensionais de um novo conceito de património

Das notas de Manuel de Macedo (s.a. 1892) destaca-se a ideia de que a formação da colecção de escultura acompanhara a constituição do próprio Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia. Todavia, recolhe-se em simultâneo a imagem de um conjunto muito heterogéneo que não poderia corresponder ao objectivo das *Observações Sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal (...),* de 1875, onde "anonimamente" Sousa Holstein (1838-1878), o vice-inspector da Academia de Belas Artes de Lisboa, defendera que «*Em Lisboa deveria haver um museu central, subdividido em secções, scientificamente classificadas cada uma: pintura, esculptura, desenho, arte ornamental nas suas variadissimas classes, gravuras, modelos architectonicos, archeologia, etc*»[1303]. Nos meados da década de 1870 disputava-se ainda sobre a criação desse museu, apresentando-se a orgânica de uma instituição que se enunciava complexa e abrangendo todas as artes.

Ou seja, com a escultura do acervo do MNBAA, apesar do estatuto de "Colecção Nacional" que lhe advinha da sua situação realmente assegurada de propriedade do domínio público, constituída por obras que iam da Antiguidade até à Contemporaneidade, não era possível construir-se um discurso sobre a história nacional da disciplina, nem a história da arte da escultura existente em território nacional. A Colecção não se estabelecia, muito menos, como uma referência artística para a escultura europeia, mesmo mostrando o que de internacional nos tinha restado no património português, como era o caso dos medalhões cerâmicos saídos das oficinas florentinas.

[1302] Silva 1958, publicando uma crónica datada de 18 de Junho de 1909: 358.
[1303] *Observações Sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal. A organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Históricos e da Arqueologia Offerecidas à Commissão Nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 por Um Vogal da Mesma Commissão*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875: 29.

Quanto à própria escultura em madeira, como o levantamento fotográfico prova, surgia agrupada com a arte da talha arquitectónica e ornamental, primeiríssima mostra de uma associação que se mantém viva na historiografia portuguesa até aos nossos dias, sem levar em conta que os artistas que produziam cada uma delas trabalhavam, na maior parte dos casos, em autonomia e tinham distintas formações e filiações oficinais[1304]. A agregação dos modelos em gesso das obras-primas consideradas universais, das moldagens de escultura arquitectónica ornamental, retabular e de alguma escultura funerária, executadas a partir dos monumentos nacionais, junto com a colecção de reproduções da Antiguidade Greco-Romana, supriria naturalmente essas lacunas: a história poderia fazer-se com "não-obras-de-arte".

Os *Apontamentos* de Macedo sugerem, neste sentido, uma leitura complementar, denotando que à mostra das espécies presidia uma outra ideologia, menos monumental e histórica e assumidamente mais académica, formativa e pedagógica, como afinal não poderia deixar de ser num Museu que era ainda o filho desejado e dilecto da Academia de Belas Artes e cujos promotores tinham o *South Kensington Museum* de Londres como o seu museu ideal e paradigma.

Os conceitos de reprodução e de cópia inerentes à nossa classificação contemporânea destes objectos não possuíam, nessas datas, conotação negativa. Muito menos se justificava a sua erradicação de um museu e demonstravam mesmo a urgência da sua criação, tal como Luciano Cordeiro (1844-1900) não deixa de anotar nos seus relatos de viagem pelo estrangeiro onde reconhecia que «*Estes museus de gessos ou reproducções são muito usados na Allemanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos, e em toda a parte onde se estuda e se presa seriamente a Arte. Quando não se possam ter os originaes que se tenham, ao menos, as copias. Em Portugal nem copias nem originaes!*»[1305].

As moldagens de escultura em gesso foram, em sentido oposto à sua menoridade, peças produzidas em contextos de encomendas carregadas de forte significado simbólico, alcançando o nível de actos políticos[1306] e movimentando grandes interesses nas suas transacções no comércio nacional e internacional. Eram,

[1304] Sobre este tema cf. Carvalho 2012 [no prelo].
[1305] Cordeiro 1875: 117-118.
[1306] Desde 1867 quando, na Exposição Universal de Paris, Henry Cole (o primeiro director do *South Kensington Museum*), consegue que quinze países retifiquem um acordo internacional de permutas de moldagens.

funcionalmente, preciosos elementos didácticos para a formação nas Belas Artes. Museograficamente complementavam as falhas históricas das colecções em qualquer género de museu. Detinham, em simultâneo, o valor de transposição tridimensional de um inventário das riquezas artísticas da linha histórica da arte universal e das nações, que urgia proteger. Adquiriam, assim, o estatuto físico e matérico de "verbetes" ou de "fichas" de inventariação patrimonial. Ao mesmo tempo, os artífices e os artistas tinham oportunidade de treinar as suas mãos e os seus olhos através da apropriação sensível e material da obra de arte permitida pela modelação.

De todo este conjunto vasto de sentidos, que esteve na origem de uma verdadeira "gessomania" que varreu a Europa na segunda metade do século XIX[1307] e ultrapassou o anterior valor de representação da Antiguidade que as reproduções detinham para o coleccionismo real, erudito ou até mesmo artístico (Haskell e Penny 1999), interessa-nos perceber que, em Portugal, nos séculos XIX e XX, subjazem à constituição das colecções de gessos enquanto complementos das colecções de Escultura, duas linhas de pensamento diversas, embora ambas tenham um fundo comum. No seu cerne está o reconhecimento da necessidade de um Museu Nacional de Escultura e a associação da mais-valia das moldagens enquanto objectos de ilustração. Ambas nascem da ideia académica simultânea à da criação de um Museu Nacional e foram ensaiadas na utilização (e reprodução) dos gessos na Academia de Belas Artes de Lisboa ao longo de décadas, na Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental, num sem número de outras exposições durante o século XIX e o princípio do século XX[1308], nos museus industriais[1309] e nos museus arqueológicos e, como vimos, concretizar-se-á também no MNBAA.[1310]

[1307] O tema tem despertado grande interesse na historiografia da última década, o que se reflecte em abundante bibliografia e publicações resultantes de reuniões científicas. Referimos, como síntese e reportório temático mais completo, a edição de Frederiksen e Marchand 2010. Em contexto museológico, o interesse pela "gessomania" pode também seguir-se *online* através de múltiplos *sites*, entre os quais destacamos o do Victoria & Albert Museum dedicado às suas colecções de moldagens: http://www.vam.ac.uk/content/articles/t/the-cast-courts/ [acedido em 10.07.2012].

[1308] Leandro 2008: 284-285; 293-294; 385.

[1309] Leandro 2008: 289

[1310] Não aprofundo aqui a história da gessomania, nem da constituição das colecções de moldagens na Europa, em Portugal, nem mesmo na Academia de Belas Artes de Lisboa, para a qual existem fontes em número e com valor de informação consideráveis. O tema está a ser investigado por Ricardo Jorge dos Reis Mendonça no âmbito da sua tese de Doutoramento orientada pelo Professor Doutor José Fernandes Pereira, na Faculdade de Belas Artes de Lisboa, que será entregue ainda no decorrer do ano de 2014. Uma primeira síntese sobre os gessos e o seu papel na formação académica em Portugal surge em Lisboa 2007: 278-287. Sobre o Museu de Escultura Comparada, em Mafra, cf. Carnaxide 2010, que o classifica como "Museu Romântico".

Na primeira linha, a importância atribuída ao valor didáctico dos gessos preside à defesa de um Museu de Escultura Comparada. Esta adquire ainda maior fôlego quando se encadeia a necessidade de reforma do ensino artístico com a defesa do ensino industrial (Leandro 2008) ou se equaciona o valor da Arte e o das artes aplicadas, isto é, o das Belas Artes com o da arte ornamental e o das artes decorativas (Pomian 2005: 45-46).

Na segunda linha de pensamento exprime-se um ideário diferente, de inventário do património nacional. Os gessos servem de elementos tridimensionais que fazem prova desse *corpus* material, figurativo, arquitectónico ou meramente ornamental, que urge reunir num Museu Nacional de Escultura, trazendo para dentro dele todas as obras - incluindo aquelas que por se conservarem *in situ* e por não deverem ser removidas será mister serem substituídas pela sua reprodução -, de modo a construir a história artística da disciplina nas suas várias vertentes, irmanando na sua qualidade representacional os objectos considerados originais com as ditas cópias.

Em Portugal, na história portuguesa das colecções de gesso e moldagens só a primeira das linhas vingou institucionalmente, com a criação oficial do Museu Nacional de Escultura Comparada, aberto no Palácio Nacional de Mafra, concretizada em 1963[1311]. No universo do Museu Nacional de Arte Antiga, entre conservadores, no decorrer de 1958 ainda se colocou a hipótese, rapidamente abandonada, da instalação do «*Museu de Moldagens*» na Igreja da Madre de Deus[1312]. Muitas vozes tinham defendido este museu, mas sobre todas elas sobressairá a de Diogo de Macedo (1889-1959).

[1311] Decreto-Lei n.º 45.413, 7/12/63. In DG, I Série, n.º 287: p. 1943. *Museu de Escultura Comparada. Gipsoteca* 1963. Para o efeito, foram cedidas pelo Ministério das Finanças ao Ministério da Educação Nacional nove salas do pavimento térreo do torreão norte do Palácio Nacional de Mafra em comunicação directa com o átrio. O conservador do PNM, pintor Ayres de Carvalho, superintendeu a comissão instaladora (Arquivo Histórico do Igespar, Fundo DGESBA, Livro 6K/2594: Auto de Cessão, 2 Abril de 1964). Sobre o Museu de Escultura Comparada de Mafra cf. Carnaxide 2010.

[1312] Arquivo Histórico do Igespar, Fundo DGESBA, Livro 5H/728: Museu Nacional de Arte Antiga. Instalação nas salas da Madre de Deus de um "Museu de Moldagens", 1958-1959. O parecer de João Couto, enviado ao Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, sintetiza a questão tal como se colocava após o encerramento da exposição "Rainha D. Leonor" (7 de Janeiro 1959): «*...levanta-se o problema do aproveitamento das salas, agora arranjadas daquele edifício, anexo do Museu Nacional de Arte Antiga. O problema tem sido por mim levantado e largamente discutido nas sessões dos conservadores (terças-feiras). Apreciou-se a hipótese de ali se montar um museu de "Azulejos", mas parece que a ideia não é de considerar. Teve mais aceitação o parecer de instalar na Madre de Deus o Museu das Moldagens. (...) Neste momento surgiu a hipótese de levar as moldagens para o Mosteiro de Mafra. É esse o local adequado para as receber? O problema não pode ser apreciado de ânimo leve, e se vão sujeitar as reproduções a novas andanças, convem ponderá-lo convenientemente. Mafra é um local distante de Lisboa. E na verdade o Museu de moldagens é um museu essencialmente didáctico que tem de ficar, a nosso ver, perto de uma Escola de Belas Artes. Sei que a Fundação Calouste Gulbenkian se*

Apesar de tudo, há uma história do museu de escultura em Portugal (na realidade, a história de um não-museu) que está por narrar, seja ela orientada por qualquer um dos rumos que expusemos. Ambos se confundem por vezes, pela simples razão de os cultores e dos defensores deste museu conjugarem as duas ideias nas suas personalidades intelectuais e artísticas, concatenando (ou sublimando) a necessidade de um museu nacional de escultura com a necessidade de um museu de escultura comparada.

Ainda antes da criação do MNBAA, a Academia de Belas Artes de Lisboa recebeu, em 1856, a incumbência oficial de «*proceder aos estudos necessarios para a factura de uma galeria, e bem assim, de um laboratorio de escultura, sendo nomeada uma comissão para esse fim*»[1313]. No dia 5 de Agosto desse mesmo ano e local, discutiu-se o projecto de galeria e laboratório a construir no convento de São Francisco apresentado pelo arquitecto João Pires da Fonte (1796-1873), que orçava em 17:000:000 de réis! Apesar do voto negativo do pintor António Manuel da Fonseca (1796-1890), a proposta foi aprovada[1314].

Por volta de 1847, um anónimo viajante inglês de passagem pelo convento de São Francisco notara «*nothing very good in the statuary gallery: it is principally occupied with plaster-casts from the antique*».[1315]

Em 1862, em pleno contexto antecedente à fundação da Galeria Nacional de Pintura, foi cometido ao académico professor de desenho Joaquim Pedro de Sousa (1818-1878) o encargo da elaboração do *Regulamento para a Galeria de Pinturas, Desenhos e Esculturas*[1316] indicador de que continuava a defender-se a ideia de um

---

propõe mandar mais uma vez consertar esse valioso material em risco de se perder e que não veria com maus olhos a sua instalação na Madre de Deus. Damos inteiro aplauso à ideia. (...) *Lisboa, 19 de Dezembro de 1958. a) João Couto*».

[1313] IMC, *Efemérides Artísticas*: "Em 14 de Fevereiro de 1856".

[1314] Idem: "Em 5 de Agosto de 1856". Gonçalves 1957: 56, explica com mais detalhe o historial desta proposta, de onde se depreende a redução substancial de um valor inicialmente apresentado para o projecto: «*O fim da conferência de 5 de Agosto* [de 1856] *foi o exame dos projectos elaborados pelo Professor Pires da Fonte, de acordo com a Comissão, para uma Galeria e um Laboratório de Escultura. Fonseca combateu os projectos, por achá-los excessivamente dispendiosos para a pobreza do Tesouro Público. O plano previa o gasto de 37000$000 réis, e Pires da Fonte observou que se não fosse possível a obtenção desta quantia, conviria mais à Academia o Laboratório de Escultura (do que a Galeria de Pintura) que importava apenas em 17 contos de réis. Com excepção de Fonseca, todos aprovaram os projectos.»*.

[1315] *Journal of a few months's residence in Portugal and glimpses of the South of Spain*. London, 1847: Vol. II, 25-26.

[1316] Gonçalves 1957: 71.

museu central composto por várias secções, como atrás lemos nas palavras do vice-inspector, das quais não estava forçosamente dispensada a da Escultura.

No Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arte Antiga guarda-se um relatório inédito do Marquês de Sousa Holstein sobre o estado da Academia lisboeta, datado de 29 de Fevereiro de 1864[1317], que dá conta no respectivo ponto 11 que, afinal, nada do projectado havia sido feito: «*Nas estatuas e gessos destinados para estudo das aulas de dezenho e esculptura não houve nenhum augmento. E ainda mal porque é insignificante o numero dos que possui a Academia. Faltão-nos reproducções d'estatuas de primeira ordem. Museo d'esculptura ainda o não possuimos. São insignificantes os objectos em marmore que existem n'Academia. Comtudo (sic) seria talvez facil reunir n'um musêo os que por ventura existão no nosso paiz. Não faltão nos edificios arruinados esculpturas de merecimento artistico e de valor historico. Algumas infelismente teem já sido destruidas, outras exportadas, mas de muitas temos ainda conhecimento que se achão despresadas, maltratadas e expostas a eminente ruina. Não conviria formar com ellas um museo onde se pudesse estudar a historia da arte do nosso paiz? Onde o artista pudesse achar modêlos, e o erudito documentos?* (…).»

Podemos concluir que, tal como o Marquês de Sousa Holstein defendeu a criação da Galeria Nacional de Pintura, concretizada em Março de 1868, para si estava implícito que devia existir em paralelo uma Galeria Nacional de Escultura, como o escreveu em 1875: «*O museu de esculptura ainda é menos custoso de organisar: póde em grande parte constar de copias. Estas copias são faceis de conseguir, ou por compras, ou por doações dos governos estrangeiros ou por trocas com outros museus. É mister tambem, não só para estas trocas, mas tambem para o augmento directo do museu, mandar formar as mais notaveis peças de esculptura e de estatuaria que existem nos portaes de muitas das nossas igrejas. Em 1867, e para apresentar em Paris na secção da historia do trabalho da exposição universal, alguns exemplares da nossa antiga estatuaria, pediu o commissario portuguez encarregado d'esta secção, que o auctorisassem a mandar formar algumas poucas estatuas e ornamentos de differentes periodos, para poder dar idéa, ainda que succinta, da historia da esculptura em*

[1317] MNAA, Arquivo Histórico, Caixa 1, Pasta 11, Academia Real de Bellas Artes. Relatórios 1863/1880, Doc. 1: «Relatorio do Exmo. Vice-Jnspector Marquez de Souza Holstein, dirigido ao Exmo. Ministro do Reino, em 29 de Fevereiro de 1864, mencionando o estado em que se achava a Academia, as alterações que ocorreram desde Junho de 1862, e apontando algumas providencias para melhorar o mesmo Estabelecimento.»

Portugal: assim se fez, e na academia de Lisboa conservam-se, vasados em gesso, varios fragmentos de Belem, da Batalha, de Alcobaça, de Santa Cruz e da Sé Velha de Coimbra. Não houve tempo nem dinheiro para mais. Este ensaio provou comtudo que a idéa era pratica e de facil execução. Bastam pequenos recursos para que, dadas as salas necessarias, se forme com rapidez em Lisboa um museu bastante completo de esculptura, desde as reproduções de Niniveh [sic] *e Persepolis até as afeminadas obras da escola dos Arpinos e Berninis. N'este museu aprenderia o alumno artista, estudaria o archeologo, e deleitar-se-iam os visitantes.»* (*Observações...*1875: 30-31)[1318]

Será ainda dentro destes princípios académicos que se enquadra a criação pós-republicana de um *Museu escolar de escultura comparada junto da Escola de Belas Artes de Lisboa*, da iniciativa do Ministério da Instrução Pública, em 10 de Março de 1919, para o qual foi nomeado João Barreira (1866-1961), na qualidade de professor de história da arte antiga e medieval (Doc. III.1). Vergílio Correia é o primeiro a aplaudi-lo perante o público, apresentando-o como mais uma manifestação da obra *pro arte* da República, crente de que se tornaria «*um dos elementos basilares da ressurreição artística em que andamos empenhados*»[1319].

Uma outra perspectiva, a da utilização dos gessos como inventário artístico e constituição de uma exposição pública desse património, está desde logo presente nos preparativos para a *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portugueza e Hespanhola*.

Em documento originariamente não publicado, datável do quinquénio 1905-1910, Manuel de Macedo comunicava a sua suposição relativamente às "réplicas" que se encontravam no MNBA, herdadas do espólio da Exposição, de estas poderem ser obra da autoria de Alfredo de Andrade (1839-1915), o português inspector dos monumentos históricos da Ligúria[1320], que «*executara o valioso contingente de reproduções em moldagem dos vários primores da Renascença italiana»*[1321]. Como

[1318] O que de certa forma matiza a ideia da «*vocação omnívora*» da pintura que tem sido atribuída quer às opções académicas pela constituição de uma instituição pública que expusesse a arte/pintura portuguesa, quer à versão demasiado exclusivista de uma «pinacoteca nacional» que estaria implícita na acção de José de Figueiredo no Museu Nacional de Arte Antiga, defendida por José Alberto Seabra de Carvalho (Carvalho e Carvalho 2009: 99).
[1319] Vergílio Correia. "Museu de Escultura Comparada". *Manhã*, 17 de Março 1919, publicado em Correia 1929: 93-96.
[1320] Cf. Costa 1997.
[1321] "Introdução de Manuel de Macedo a um Catálogo, não publicado, da Galeria de Pintura". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. I. Fasc. 3, Janeiro-Dezembro 1946, 117-130, cf. p. 118.

Emília Ferreira esclareceu recentemente[1322], a comissão organizadora previra a realização de reproduções de algumas das peças a expor e Delfim Guedes, em ofício de 20 de Outubro de 1881 dirigido ao governador do distrito de Coimbra, pediu autorização para executar a moldagem do púlpito[1323] e dos baixos-relevos do Claustro do Silêncio do Mosteiro de Santa Cruz.

Terão sido aqueles trabalhos de reprodução - alguns dos quais ainda conservados no Museu de Escultura Comparada de Mafra - a que se referem os recibos assinados pelo italiano Guido Baptista Lipi, em 1884[1324]. Mais tarde, já em 1890, Alfredo de Andrade fará, de facto, chegar mais moldagens de gessos a Portugal, como dá notícia a memória do seu filho[1325].

a

b

Figura 242 a e 14 b - Retábulo do Claustro do Silêncio do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Moldagem de Guido Batista Lipi, assinada e datada, Coimbra 1882, Palácio Nacional de Mafra, Museu de Escultura Comparada © Gabriela Cordeiro

A simultânea ocorrência da exposição de arte ornamental em Lisboa com a abertura, em Maio, do *Musée de Sculpture Comparée* no pavilhão do Trocadero, criado pela comissão *Monuments historiques* sobre o programa concebido por Viollet-le-Duc (1814-1879), não pode passar despercebida. Até 1878, o arquitecto restaurador

[1322] Ferreira 2010: 195-196 e nota 146; Anexo Documental, Doc. 112: MNAA, Arquivo Histórico, Dossier 39. "Exposição de Arte Ornamental em Lisboa". Doc. Nº 132 de Outubro de 1881.
[1323] O púlpito de Santa Cruz já tinha sido objecto de uma reprodução anterior, por encomenda da Associação dos Arquitectos Civis Portugueses, para ser apresentado na Exposição Internacional de Paris, em 1867, e a este se referiu o Abade de Castro e Sousa em artigo publicado no mesmo ano no *Archivo Pittoresco* (Castro 1867: 192). O assunto foi tratado por Souto 2007: 059.
[1324] MNAA, Arquivo Histórico, Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia, Documentação Vária, 1879-1904: « *a) Conde Almedina / O muzeu Nacional de Bellas Artes, Comprova a Guido Baptista Lipi Uma reproducção em gesso do pulpito da igreja de Sta. Cruz de Coimbra, e mais uma reprodução de um baixo relevo da porta latheral da Sé velha de Coimbra, e duas de dois medalhões do Tumulo de D. Affonso Henriques existentes na mesma igreja ____Rs. 270$000 / Lisboa 8 de Maio de 1884*».
[1325] Andrade 1966: 278.

apresentara dois relatórios sobre a matéria[1326], que farão longa escola por toda a Europa, depois de as suas ideias terem sido concretizadas e apresentadas em público em Paris naquele ano de 1882. Nesse discurso museológico original em que subjaz a ideia de que a arte das diferentes civilizações teve fases similares de desenvolvimento, os exemplares mais significativos da escultura francesa dos séculos XII ao XVI, replicados à escala natural, confrontavam-se com os modelos da escultura clássica que eram por então os mais estudados pelos artistas nas escolas e academias, formando-os visualmente, tal como ao público visitante, por comparação.

Roland Recht explica todos estes conceitos correlacionados na ideia do museu de escultura comparada a partir de três modelos de referência mental e artística, e essa interpretação será aplicável à realidade portuguesa até à obra de Diogo de Macedo (Recht 2001: 46). Considerando que para Viollet-le-Duc estava em causa a reabilitação da arte medieval da nação francesa - o que não deixa de ser o caso para a medievalidade portuguesa desde Almeida Garrett (1799-1854), Alexandre Herculano (1810-1877), J. P. Oliveira Martins (1845-1894), Júlio Marques de Vilhena (1845-1928) e, como vimos, do próprio Ernesto de Vilhena (1876-1967) -, portanto uma construção identitária, distinguem-se aqui um modelo epistemológico, um modelo historiográfico e um modelo estético. O modelo epistemológico será forçosamente o das ciências naturais, cruzando comparativismo e evolucionismo; o modelo historiográfico terá como base a teoria de J. J. Winckelmann (1717-1768) expressa na *História da Arte da Antiguidade (Geschichte der Kunst des Alterthums,* 1764) da periodização linear da história da arte [1327]; o modelo estético tem como seu ideal o *museu imaginário* que assim nascia e punha em paralelo as cópias de escultura com o papel da fotografia, da galvanoplastia para as artes do metal, ou com outros métodos reprodutivos da obra de arte, tendo um objectivo final didáctico.

Em Portugal, na primeira metade do século XX, a defesa deste museu de escultura comparada será protagonizada por Joaquim de Vasconcelos (1849-1936),

[1326] Viollet-le-Duc. *Musée de Sculpture Comparée Appartenant Aux Divers Centres D'art et aux Diverses Époques*. Paris: manuscrit, s.d.; *Musée de la Sculpture Comparée: 2e Rapport*. Paris: manuscrit, s.d.

[1327] É notável que Diogo de Macedo na publicação de *Iconografia Tumular Portuguesa. Subsídios para a Formação de um Museu de Arte Comparada*, em 1934, tenha escolhido como mote a seguinte passagem de Ramalho Ortigão: «*A mim, me parece que a escultura é a expressão de arte que em Portugal descreve a mais completa e característica linha de evolução ininterrupta, desde os primeiros monumentos arquitectónicos coevos da fundação da nacionalidade até aos nossos dias.*».

retomando muitos dos seus escritos do século anterior[1328], inesperadamente por José de Figueiredo, mas sobretudo por Diogo de Macedo[1329]. Regista-se, por outro lado, que na pré-República, fazia parte da própria letra da lei dos Monumentos Nacionais, cujo *Plano Organico* data de 1898, a criação do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais ao qual caberia «*Reunir collecções, copias e modelos, que constituam subsidio de estudo e ensino nas escolas e nos museus nacionaes»* (Artº 2º, 9º)[1330].

Vasconcelos não podia dirigir a sua crítica com mais assertividade quando faz a avaliação pessoal da colecção de escultura do Museu das Janelas Verdes, já em 1914: o seu estado embrionário não tinha justificação, «*falta a representação total de estylos importantissimos estrangeiros e na secção nacional a pobreza é ainda mais evidente.»*[1331]. Sobretudo porque seria possível fazê-lo através da escultura comparada e da utilização dos gessos cujo número considera escasso e coleccionados ao acaso. Continua a bater-se pela ideia que já anunciara noutros trabalhos, que um museu de escultura comparada só viria beneficiar a educação artística portuguesa, com grande atraso perante a França que tinha o seu Museu do Trocadero em Paris, e a vizinha Espanha que contava com o *Museu de reproducciones artisticas* no Casón del Retiro. No limite, haveria vantagens em criar o Museu de Escultura Comparada, pois, «*desligando de arte antiga os dois futuros museus* de arte ornamental *e de* esculptura comparada*», isto, é,* fazendo-se *«a separação das artes plasticas e das artes decorativas»* ganhar-se-ia nas Janelas Verdes o espaço necessário para as secções de pintura, dos desenhos e das gravuras[1332].

José de Figueiredo prestou atenção às recomendações de Vasconcelos. Após o encerramento da Exposição de Arte Francesa, realizada na Sociedade Nacional de Belas Artes em 1934 (em parceria com a *Direction des Musées Nationaux Français* com o comissariado conjunto de Andrè Dezarrois), obtém autorização do Governo nacional para comprar as moldagens de escultura, como havia proposto através do Conselho Superior de Belas Artes. Teriam como destino a conservação e mostra na igreja do Convento das Trinas, cuja cedência pede à Direcção Geral da Fazenda Pública,

[1328] Para uma perspectiva mais completa da obra de Joaquim de Vasconcelos cf. Leandro 2008. Sobre o «*Museu de gessos nacional»*: 384-386.
[1329] Para uma perspectiva mais completa da obra de Diogo de Macedo cf. Falcão 1996.
[1330] *Monumentos Nacionaes*. Lisboa: Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes, 1900: 4.
[1331] Vasconcelos 1914: Fascículo Nº 15, "Museu de Arte Antiga".
[1332] Vasconcelos 1914: *idem*.

prevendo obras a serem entregues ao arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade, conforme consentimento da DGEMN, para constituírem o «*núcleo de um futuro museu do género, cuja falta tanto se fazia sentir entre nós*»[1333]. Profissionalmente respondia, assim, à questão colocada pelo *Office international des Musées,* que culminou nas propostas da comissão de peritos reunida por indicação da *Commission internationale de Coopération intelectuelle - Sous-Comission des Lettres et des Arts* da Sociedade das Nações, em Genebra em Janeiro de 1928, e da qual resultou o documento *La Coopération des Ateliers et Musées de Moulages.* Publicado em separata pela revista *Mouseion*, em Abril desse mesmo ano, fez parte da biblioteca de José de Figueiredo e foi posteriormente legado à Biblioteca do MNAA[1334].

Diogo de Macedo será, ao longo de toda a primeira metade do século XX, o mais fiel dos intelectuais fiéis ao conceito da arte comparada e, acima de tudo, à ideia da escultura comparada que sairá em letra de forma na sua produção crítica e historiográfica como verdadeiro manifesto: «*Sonho, talvez por isso, há muito, com a realização de um museu de arte-comparada em Portugal, isto é: um museu-escola, com uma oficina anexa, de moldagens plásticas e reproduções gráficas, um documentário escolhido e necessário para o ensinamento da escultura e para consulta fácil dos artistas que destas coisas vivem e com elas sonham*.»[1335]

Entre os meandros das suas crenças tenazes neste museu de escultura comparada - a que convoca a de outros portugueses mais antigos como Ramalho Ortigão, Joaquim de Vasconcelos e António Augusto Gonçalves - vai emergir a defesa da imaginária nacional. Em estranha coincidência, compõe pelas palavras e no rol de obras que faz desfilar, uma colecção ideal muito próxima do gosto artístico que identificámos na personalidade de Ernesto Vilhena, como aqui coligimos: «*Deve - pelo menos na capital - criar-se êsse museu. Ninguém ignora o valor utilitário, educativo, consultivo e profissional que os museus congéneres têm no estrangeiro. Ali se buscam úteis lições históricas, etnográficas e artísticas. No de Paris estão patentes muitas reproduções de*

[1333] MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 9, Cópias de Correspondência Remetida, Janeiro a Dezembro 1934, Livro 5º, Nº 1.010; *Idem*, Livro 5º, Nº 1020, Proc. Nº 22; *Idem*, Livro 5º, Nº 1.055, Proc. 65/22; *Idem*, Livro 5º, Nº 1057, Proc. 65/22; *Idem*, Livro 5º, Nº 1058; MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 10, Cópias de Correspondência Remetida, Janeiro a Dezembro de 1935, Livro 1º, Nº 129, Proc. Nº 26.
[1334] Biblioteca do Museu Nacional de Arte Antiga, cota M08 4888: *La Coopération Des Ateliers Et Musées De Moulages*. Paris: Société des Nations. Institut International de Coopération Intellectuelle. Office International des Musées / Presses Universitaires de France, 1928.
[1335] Macedo 1934: 7.

escultura portuguesa, que nós os portugueses ignoramos existir na nossa terra. Até como propaganda, têm sua função estas galerias. São bibliotecas que se folheiam sem esfôrço, onde através da simples sensibilidade visual se aprendem e desvendam mil segredos da própria história universal. Incrédulos pessimistas interrogarão aonde iremos nós buscar os originais dêsses moldes para erguer um museu que mereça tanto brado. Respondo: em tôda a terra portuguesa, onde em oito séculos se fabricaram maravilhas plásticas e ornamentais, onde se gravou com vigoroso escopro uma coisa que os míopes eruditos negam, e que nós os artistas asseguramos existir, pela honra da nossa sensibilidade: a imaginária nacional, de caracterizadas feições, que nem as proficiências estrangeiras conseguiram desnaturar. Bem ao contrário do que vemos por aí escrito, foram os estranhos, cá vindos à chamada dos governantes, que em vez de se adaptarem aos seus moldes, (embora nos educassem os sentidos para um aperfeiçoamento técnico) se amoldarão frequentemente ao jeito que cá existia, bárbaro de talhe, mas sensível de expressão.»[1336]

O relatório apresentado por Diogo de Macedo à JNE em 1940[1337], que o artista continua a defender em 1946 face às solicitações apresentadas pela Sociedade Nacional de Belas Artes à Junta (Doc. III.3), apresenta todo o historial do conceito de Escultura Comparada e a respectiva situação portuguesa de um museu desse tipo. Se no fundamento traz ainda a inspiração primeira de Viollet-le-Duc, vai para além dela. Mostra que se mantém atento e actualizado sobre a realidade e as transformações nacionalistas e monumentalizantes do *Musée de Sculpture Compararée* parisiense, rebaptizado em 1927 - protagonizadas primeiro por Camille Enlart[1338] (1862-1927) e em seguida por Paul Deschamps (1884-1974) - quando neste se reafirma a vocação didáctica, quando se aumentam enciclopedicamente os objectos-cópias-fragmentos, o que é possível pela instalação de uma oficina no próprio museu e quando, sobretudo a partir de 1937, o *Musée,* novamente *des Monuments historiques,* se transforma no

[1336] *Idem*: 9.
[1337] ANTT, JNE, Livro 97, Actas da 1ª Subsecção da 6ª Secção, 1939-1946, Acta 46ª, 28/11/1940: fl. 17v *«(...) Depois, foram lidos e discutidos os seguintes pareceres: - Do escultor Diogo de Macedo: -A) Acêrca da montagem em Portugal de um museu de escultura comparada. Foi aprovado. A propósito, o vogal arquitecto Pardal Monteiro propôs a construção dum edifício destinado a este museu. Também o vogal pintor Sousa Lopes propôs a construção dum edifício para o Museu de Arte Contemporânea. Estas duas propostas foram aprovadas e juntas ao relatório do vogal escultor Diogo de Macedo.»*
[1338] Cf. Enlart 1911.

espaço de exaltação dos monumentos da França, cujas moldagens se exibem a partir dessa data como verdadeiros objectos únicos[1339].

Diogo de Macedo solicitava «*urgência na resolução de tão patriótico problema*», pedindo «*lugar próprio para seu salvamento e valorização*». Devia ser a escultura portuguesa e depois a escultura executada por estrangeiros no nosso país - que considera «*aportuguesada, nacionalizada»* - a constituir o acervo desse Museu, onde «*o génio e a tradição da raça ficarão ali arquivados em todas as suas faces, épocas e gostos*», que tem a sua «*conveniência educativa*» e «*deve servir, em especial, como escola auxiliar de alunos das Escolas de Belas Artes e mesmo os das Escolas Industriais*». No reconhecimento de que seria quase impossível em Portugal construir de raiz um museu com características tão específicas, punha como hipótese de localização a «*Cordoaria, em Belém*»...e logo após haver sido definido o local, seria exequível no decorrer de um ano «*abrir as portas ao público, aos estudiosos, aos operários e aos artistas*».

O substrato cultural da defesa do Museu de Escultura Comparada esteve decerto subjacente ao primeiro projecto de Diogo de Macedo para a *Exposição de Moldagens de Escultura Medieval em Portugal* (MNAA 1940), como ele expressa no Catálogo-Guia[1340]. Contudo, esta seria inaugurada em paralelo com a *Exposição dos Primitivos Portugueses*[1341], ambas integradas no programa das Exposições de Arte das Comemorações dos Centenários. Para além de interligar ideologicamente as duas exposições, havia que compaginar com outra realidade mais complexa e politizada, da qual também faziam parte as obras de renovação do Museu Nacional de Arte Antiga, o que explica que tivesse sido dada a palavra ao comissário das Exposições de Arte que seriam realizadas no Edifício Anexo das Janelas Verdes, e não ao director do Museu.

Como Reynaldo dos Santos justificou, na qualidade de Presidente da Secção das Exposições de Arte na carta-sinopse dirigida a Júlio Dantas (Presidente da Comissão Executiva dos Centenários) em 14 de Dezembro de 1939, «*A inclusão duma exposição de moldagens de escultura medieval no programa das exposições de Arte, exposição a*

[1339] *Guide du Musée des Monuments Français à la Citè de l'architecture et du patrimoine*. Paris: 2010.
[1340] *Exposição de Moldagens de Escultura Medieval Portuguesa. Inaugurada em 11 de Junho de 1940. Catálogo-Guia*. Lisboa: Comemoração dos Centenários de 1940, 1940: 9
[1341] MNAA, Arquivo de Secretaria, *Comissão dos Centenários*: Livro de Actas; Dossier de Exposições de Arte Antiga, Procs. I-XVI; Dossier Exposições de Arte Antiga, Procs. XVII-XXVI. Foi orçamentada e liquidadas as respectivas despesas, no valor de 80.000$00, em Dezembro de 1940. Para a exposição foram propositadamente moldadas 21 peças.

realizar ao mesmo tempo que a de Pintura Primitiva no Museu das Janelas Verdes, obedeceu à ideia de que a apresentação de algumas dezenas de reproduções de esculturas, na impossibilidade de virem os originais, feita a-par-das pinturas (que na sua quasi totalidade são de assunto religioso) seria um complemento extremamente elucidativo para a compreensão e apreciação destas últimas não apenas como obras de arte, mas na sua função decorativa e expressão religiosa. (...) Ao mesmo tempo, esta exposição vinha resolver o difícil problema da decoração do átrio do novo edifício do Museu das Janelas Verdes durante a exposição da pintura. Este átrio será ponto de passagem obrigatório para as salas de exposição, visto não ser possível fazer-se o acesso por outro lado, nem tam pouco vedar o referido átrio das vistas do público, em consequência de para ele abrir a galeria do pavimento superior. Por outro lado, os museus não possuem, infelizmente, objectos de arte sacra ou civil dos séculos XV e XVI, de grandes dimensões, que possam apresentar-se, num compartimento das proporções do referido átrio (...). As moldagens de escultura removem tal dificuldade e bastaria esta razão, se outra não houvesse, para se justificar o projecto duma exposição desta natureza no átrio do novo Museu. (...)[1342]».

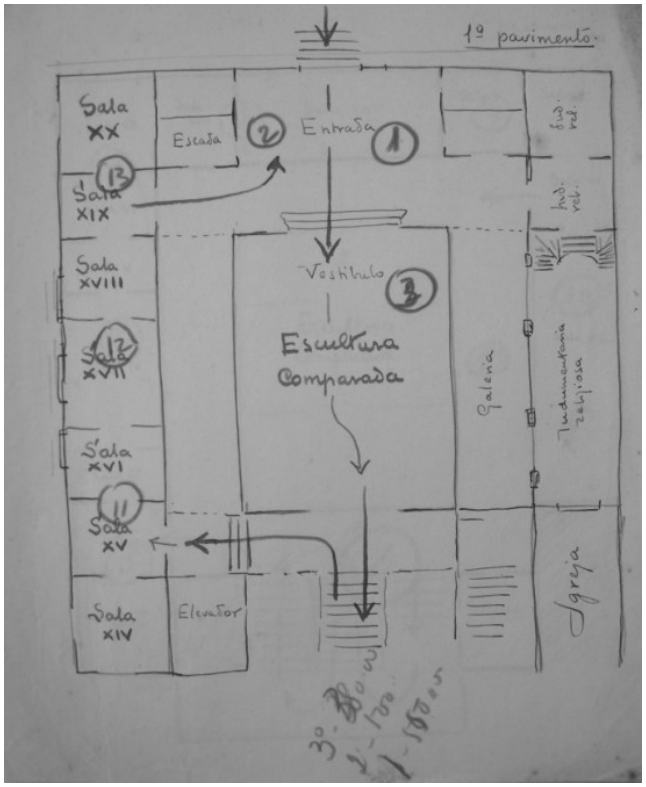


Figura 243 - Croquis da planta do Anexo com anotação sobre as exposições de Moldagens de Escultura Medieval Portuguesa e Primitivos Portugueses, MNAA 1940 © CMRS-IQ, Fundo Reynaldo dos Santos, Cxa. Exposições Centenárias

[1342] MNAA, Arquivo de Secretaria, *Comissão dos Centenários*, Dossier Exposições de Arte Antiga, Procs. XVII-XXVI, Procº 17.

No Museu Nacional de Arte Antiga, o encerramento da exposição de *Moldagens de Escultura Medieval*[1343] acabará por vir a afectar directamente o futuro das peças de gesso. Diogo de Macedo não teria ali as salas do seu museu comparado e a impossibilidade física de manter em espaço de reserva todo o conjunto de obras (a que deviam juntar-se as peças herdadas do antigo MNBAA e as moldagens adquiridas ao Estado francês em 1934) acabará por destinar estes objectos (em número de 174) às dependências de arrecadação do edifício dos Jerónimos, em Belém. Foram para ali transportados definitivamente durante a primeira semana de Março de 1944, sempre com o acompanhamento de Diogo de Macedo, após negociações entre a direcção do MNAA, a DGESBA, a DGEMN e a Direcção-Geral da Fazenda Pública que, afinal, era a sua proprietária[1344]. Ficaram ainda no MNAA 101 moldagens em gesso, entregues à Escola de Belas Artes de Lisboa apenas em 1951[1345].

Vale a pena transcrever as palavras da memória que João Couto, em 1948, tinha de uma visita que fizera em 1907 às salas do MNBA, repletas de moldagens, onde «*nesse tempo se resolveu a aspiração dos artistas portugueses - de terem ao alcance moldagens de obras de arte para servir de orientação a seus estudos. Embora pobre, o recheio dessas salas não estava mal apresentado e constituía óptima lição, ainda hoje não renovada*». Em nota explicará o que vinha praticando com esses objectos, agora na

[1343] Reynaldo dos Santos, na qualidade de Presidente da Comissão das Exposições de Arte apresenta os relatórios relativos a cada uma, sintetizando os trabalhos decorridos. Cf CMRS-IQ, Fundo Reynaldo dos Santos/Estudos de Arte, Cxa. Exposições Centenários, *«Relatório do Presidente da Comissão das Exposições de Arte»*, cópia dactilografada, s.d.: fl. 7-8: *Exposição de Moldagens de Escultura Medieval. Esta exposição efectuou-se no* hall *do mesmo pavilhão, antecedendo a dos Primitivos, como a escultura procedêra a pintura. As paredes foram guarnecidas com seis tapeçarias flamengas pertencentes ao Museu Regional de Lamêgo, visto não ter sido possível obter a cedência das de Pastrana por irem figurar na Secção de Arte espanhola da Exposição do Mundo Português. As moldagens expostas foram em número de 54, como consta do respectivo catálogo. Dirigiu-a com a sua dupla competência de historiador da Escultura nacional e de artista plástico, o escultor Diogo de Macedo, que mostrou com esta realização a existência de um núcleo de técnicos dirigidos por José de Oliveira, capazes de moldar as mais delicadas obras da nossa estatuária medieval. Êste conjunto ficou constituindo um núcleo em torno do qual se podem juntar as moldagens anteriores e constituírem o início de um futuro museu de escultura comparada. Mas como esta aspiração não é ainda uma realidade, as fôrmas e as moldagens ficaram provisoriamente depositadas no Museu das Janelas Verdes. O catálogo, de que se fizeram duas edições sôbre excelentes fotografias de Mário Novaes, fica simultaneamente como documento da Exposição e de alguns aspectos essenciais da escultura portuguesa medieval. Tôdas as provas de gratidão são merecidas para Diogo de Macedo, alma desta Exposição, tanto mais para agradecer que cargo algum oficial o obrigava a trabalhar nela com o desinteresse com que o fez.* (...)*»*.

[1344] MNAA, Arquivo de Secretaria, Dossier 42, Ano 1944, Procº 39. A notícia é publicada no *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. Vol. I, Fasc. 1-2, Janeiro-Dezembro 1944: «MOLDAGENS DE ESCULTURA - *Com destino ao projectado Museu de Escultura Comparada foram removidos deste Museu para o edifício dos Jerónimos, onde ficarão guardados provisoriamente as moldagens de antigas esculturas portuguesas que figuraram na exposição realizada em 1940 e ainda alguns gessos que pertenciam às colecções antigas do Museu*.»

[1345] *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. Vol. II, Fasc. Nº 4, 1953: 84.

qualidade de director: «*Quando em 1936 transformei em arrecadação ordenada o piso térreo do Anexo, ao tempo única parte dele existente, aproveitei uma das salas para ali colocar parte da colecção de moldagens, pois a outra fora entregue à Escola de Belas Artes. Durante as obras posteriormente efectuadas, esse precioso espólio passou a andar de arrecadação em arrecadação, até que, em 1944, foi para Belém, a fim de constituir, com o núcleo da Exposição dos Centenários, o Museu de Reproduções em projecto.*»[1346]

Após um efémero projecto de construção de um Museu de Escultura Comparada na Praça do Império (Doc. III.4)[1347] -, que iria juntar-se ao Museu de Arte Contemporânea, ao Museu de Arte Popular e ao Museu das Comemorações Centenárias - entregue ao arquitecto Luís Cristino da Silva (1896-1976) e cujo programa museológico seria, naturalmente, da autoria de Diogo de Macedo[1348], entre 1943 e 1944, o desejado museu só se concretiza em 1963. Anacronicamente, duas décadas passadas, quando a elevação das moldagens a objectos museológicos se olvidava na Europa, é instalado no Palácio Nacional de Mafra, quando também já tinham desaparecido os seus mais acérrimos e coerentes defensores.

Não se integrando na linha de defesa nos "utópicos" museus de escultura comparada, sonhados, defendidos e só concretizados em contextos ideológica e culturalmente diversos, documenta-se uma proposta distinta. Indo buscar os seus conceitos à protecção do valor patrimonial dos fragmentos e das obras de arte do País, que urgia conservar, consentâneos com as suas múltiplas práticas de historiador da arte, arqueólogo, etnógrafo, inventariante ou museólogo, Vergílio Correia (1888-1944) num apontamento manuscrito, provavelmente destinado a integrar numa proposta mais completa sobre a reforma serviços artísticos, descreve a necessidade da criação de um Museu de Escultura e Epigrafia (Doc. III.2). Não datada, tal nota pode ter sido redigida em Lisboa, ainda na sua qualidade de funcionário do Museu Nacional de Arte Antiga (1916-1921; é nomeado conservador em 1920 ao ocupar o lugar deixado vago por José Queiróz) e antes da sua ida para a Universidade de Coimbra (1921) e para a direcção do

[1346] Couto 1948: 6 e nota 1.
[1347] MNAA, Arquivo do Dr. João Couto, Pasta 92 – Pareceres da Junta Nacional de Educação. Proposta de Diogo de Macedo para um Museu de Escultura Comparada a edificar em Belém, 15 de Março de 1944, dactilografada.
[1348] A questão foi tratada por Almeida 2009: 388-391, com base em fontes diversas daquelas que aqui apresento. O estudo mais completo sobre o projectado Museu de Arte Contemporânea deve consultar-se em Martins (João Paulo) 2012.

Museu Nacional de Machado de Castro (1929). Todavia, será necessário levar em conta a presença no seu espólio, conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, das anotações sobre a «*Reorganização dos Serviços Artísticos em Portugal. Extracto das actas das sessões realizadas pela Comissão, no Ministerio da Instrução, sobre a presidência do Director Geral das Belas Artes, Sr. Dr. Augusto Gil. Primeira redacção de Antonio Arroyo, Dr. Vergilio Correia, Paulino Montez*[1349]. Analisando o teor e fórmula da redacção do apontamento, é de considerar a hipótese deste ser um fragmento da proposta da comissão mandatada para estudar a reorganização dos serviços artísticos, criada perante o movimento crítico suscitado pelo enunciado do Decreto 15.216/1928, de 14 de Março, e que constituiu o primeiro ensaio de reforma legislativa do sector durante o período da Ditadura.

Vergílio Correia parte do reconhecimento de que em vários museus, incluindo o MNAA, existiam colecções de escultura e epigrafia com valor considerável. Mas as recolhas dos últimos anos do património estatuário e de decoração arquitectónica tinham sido quase todas incorporadas no Museu Arqueológico do Carmo, museu privado da Associação dos Arqueólogos Portugueses. O Estado português não possuía, portanto, instituição com a categoria para desempenhar tais funções, o que trazia consigo a venda de bens estatais a particulares, descaminho de obras e destruição de muitas «*páginas dispersas do passado*». Propõe assim que «*sem aumento de despeza para o Estado e aproveitando um edifício do mesmo Estado*» se salvaguardem «*as especies esculturaes e epigráficas que se encontrem abandonadas ou aquelas que de futuro venham a aparecer em resultado de excavações ou demolições*». Poderia este funcionar como uma secção do MNAA, a que acrescenta interrogação, provavelmente

[1349] ANTT, Arquivo Vergílio Correia, Nº 114, "Reforma das Belas Artes Sobre decº 15216", manuscrito, s.d. [1928]. Na mesma pasta, entre o documento mencionado, conserva-se um recorte de jornal que acaba por esclarecer a razão por detrás dos trabalhos da comissão, como lemos em "Artes plasticas e arqueologia artistica". *O Século*, 9 de Junho 1928: «*Pela pasta da Instrucção vai ser publicada a seguinte portaria: «Tendo subido ao Ministerio da Instrução Publica varias reclamações fundamentadas, acêrca do decreto 15:216 de 14 de Março do ano corrente; E convindo aperfeiçoar esse diploma e os demais que com ele estritamente se relacionam e que regulam os serviços oficiais referentes às artes plasticas e à arqueologia artistica, por modo a imprimir-lhes a necessaria coordenação, unidade e eficiencia; Manda o Governo da Republica Portuguesa, pelo Ministro da Instrução Publica, que seja incumbida a seguinte comissão de apresentar, no prazo de quarenta dias, a contar da data desta portaria, as bases da reforma organica dos mencionados serviços: Antonio Augusto Gonçalves, professor e publicista; Antonio Arroio, crítico de arte; Luciano Martins Freire, pintor, professor, presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª Circunscrição; Reynaldo dos Santos, crítico de arte; João Barreira, professor e crítico de arte; D. José Pessanha, professor e crítico de arte, e um artista ou critico de arte, designado conjuntamente pelas Sociedade Nacional de Belas Artes, de Lisboa, e Sociedade de Belas Artes, do Porto*.».

como fruto da discórdia pessoal que mantinha com o director Dr. José de Figueiredo e que acabou por conduzi-lo definitivamente para Coimbra; mas propõe que a gestão ficasse confiada a um dos conservadores do quadro do museu das Janelas Verdes, embora respondendo directamente perante o Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª Circunscrição. Sugere, sem grandes explicações, que fosse escolhida a Igreja do Menino Deus, a solicitar ao Ministério das Finanças (Doc. III.2).

Correia retoma, assim, ideias que circulavam desde o final do século XIX quando, em pleno processo de encerramento dos mosteiros e conventos, os lisboetas eram testemunhas das transformações - espaciais e sociais - que ocorriam na cidade. Fialho de Almeida, em 1892, foi um desses intelectuais. Existindo já um Museu Nacional, perguntava-se como se poderia salvar o Convento da Esperança situado na rua nova que ligava o Aterro ao Palácio das Cortes. O pequeno jardim de ciprestes e buxo recorda-lhe o Museu de Cluny, em Paris e, mais uma vez em letra de forma, atreve-se a propor à Câmara Municipal «*a fundação d'um museu municipal d'archeologia e arte decorativa, arranjado com o que fosse apparecendo em talhas, azulejos, marmores, baixos relevos, quaesquer artigos de ceramica, etc., representantes ou inspiradores da antiga arte nacional.*» Mas...«*localisaram n'este recinto melancholico e sagrado - uma boca d'incendios*.» [1350]... Os três baixos relevos que descreve numa das salas abobadadas do edifício conventual foram, contudo, salvos: a Câmara tinha-os entregue ao Museu Nacional em 1891, onde permanecem até hoje (MNAA Inv. 671, 672 e 673 Esc).

Nunca se concretizou, porém, a ideia de um Museu Nacional de Escultura, nem mesmo o Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra, alcançou esse estatuto, embora albergue desde a sua pré-história uma colecção de escultura que representa um *unicum* na Europa. Nesta cidade, ainda no Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra, António Augusto Gonçalves (1848-1932) pugnou por esse reconhecimento e, desde 1911, reservou a terceira sala em que fazia notar aos visitantes «*os exemplares de esculptura em madeira, dos seculos XVI a XVIII. E o limitado numero de estatuas, que aqui se acham reunidas, representa o esforço para a constituição d'uma longa serie,*

[1350] Almeida. 2ª ed. 1914 [ed. original 1892]: 33.

que seria d'um alto interesse e ensinamento, para o estudo d'esta arte que teve entre nós um desenvolvimento e attingiu uma elevação verdadeiramente gloriosa.»[1351].

A história da escultura em Portugal até aos meados do Século XIX, que é a cronologia que tem correspondência no património do MNAA desde o regulamento de 1916[1352], pode fazer-se nos museus nacionais. As colecções museológicas complementam-se praticamente numa sequência cronológica e numa "quase" distribuição geográfica de Sul para Norte, começando com a Antiguidade do Museu de Faro e do Museu de Évora, subindo até Lisboa, Conímbriga e Coimbra; passando à Idade Média em Lisboa e Coimbra; os séculos XVI a XVIII em Évora, Lisboa - definitivamente macrocéfala - e Coimbra; continuando a subir no tempo para o Porto, onde o percurso fica fechado, tomando como baliza final o início do século XX.

Se essa geografia museal é o fruto da história patrimonial portuguesa, mais do que da história exclusivamente artística, constitui também por si uma natural rede de museus com colecções de referência para a história da escultura, por mais desarticulada que se encontre no que diz respeito às tutelas políticas, meramente circunstanciais. À semelhança do que os museus parisienses criaram em 2005 com o projecto *La Grande Galerie des Sculptures*[1353], Portugal dispõe de uma vasta galeria - territorializada, física, que pode e deve também materializar-se na produção de conhecimento em suportes escritos ou tecnológicos - que tem as portas abertas para os seus visitantes.

No Museu Nacional de Arte Antiga, a história da Colecção de Escultura foi, até 1980, indissociável da história do restante acervo patrimonial e a sua exposição não teve por muitas décadas autonomia espacial, convergindo portanto com as outras colecções para a criação de um museu nacional, cuja identidade está forjada na combinação e convivência das Belas Artes com as Artes Decorativas e é indubitavelmente único na qualidade das diferentes colecções das "artes portuguesas antigas". Como João Couto afirmou há muito, esta é «*a sua razão essencial, aquela que o individualiza e o diferencia de seus semelhantes»* (Couto [1949] ed. 1963: 118).

[1351] Gonçalves 1911: 33.

[1352] Aprovado pelo Decreto nº 2.284-D de 16 de Março de 1916 (DG, Série I, nº 51, 16 Março 1916: 261-D a 262 F) e rectificado em 12 de Abril de 1916 (DG, Série I, nº 71, 12 Abril 1916: 318).

[1353] Dufrêne 2005. O projecto nasceu da parceria estabelecida entre o *Musée du Louvre*, o *Musée d'Orsay* e o *Centre Pompidou/Musée national d'art moderne* e tinha como objectivo propor um percurso cruzado nas colecções nacionais que não resultasse na edição de um guia tradicional, nem numa simples recolha de imagens. A orientação do percurso foi entregue a Thierry Dufrêne, especialista em história da escultura, daqui nascendo também uma frutuosa colaboração entre os museus e a universidade.

III.1.2. José de Figueiredo no Jardim das Janelas Verdes

Não cabendo no âmbito deste trabalho analisar em profundidade as políticas museológica e museográfica de cada um dos directores do Museu Nacional de Arte Antiga, importa, no entanto, equacionar as suas perspectivas pessoais no que toca à Colecção de Escultura.

No que diz respeito a José de Figueiredo (1871-1937), o primeiro director após a implantação da República (exerceu funções efectivas desde 29 de Maio de 1911 até à data da sua morte ocorrida a 18 de Dezembro de 1937) e até nós a figura tutelar do MNAA, todos os temas poderiam ser estudados dada a amplitude da sua acção e o carisma da sua personalidade de historiador da arte, de crítico, de intelectual, de político, de patrimoniologista ou de museólogo [1354].

O que pretendemos entender aqui tem, no entanto, um alcance muito mais restrito e objectivamente reavaliador. Ou seja, perceber de que forma o conceito de museu de José Figueiredo incluía a Escultura e o modo como o aplicou na gestão e na expografia do MNAA, mesmo que para tal reflexão tenhamos de partir de um substracto crítico generalizado que o tem catalogado como o grande impulsionador do Museu-Pinacoteca, menorizando consequentemente a sua intervenção nas colecções não-pictóricas.

O corte mental e cultural com o Museu Académico, isto é, com um museu dependente de uma instituição exógena, foi absoluto, e a cesura pode datar-se logo após a polémica que Figueiredo sustentou publicamente, entre 1910 e 1911, com Carlos Reis que dirigia o MNBA [1355].

[1354] A bibliografia sobre José de Figueiredo é quase tão vasta quanto a do Museu Nacional de Arte Antiga ou a da história do património em Portugal. Destacamos apenas algumas obras específicas e as investigações mais recentes: Gonçalves 1989; Manaças 1991; Pontes 1999; Custódio 2008; Carvalho e Carvalho 2009; Baião 2010; Carvalho 2010; Baião 2011a e 2011b. Note-se ainda que estão em curso as investigações subjacentes às teses de Doutoramento de Joana Baião (FCSH/UNL, IHA/Linha *Museum Studies*), a entregar em 2014, com o título *José de Figueiredo (1872-1937). Sua acção e contributos no panorama historiográfico, museológico e patrimonialista em Portugal* e de José Alberto Seabra de Carvalho (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), sob o título *Os Primitivos Portugueses: Invenção, Representação e Celebração do Núcleo Fundador da Chamada "Escola Portuguesa de Pintura". Novas Interpretações,* a entregar em 2014.

[1355] *Vd.* Gonçalves 1963.

Figura 244 - José de Figueiredo, retrato fotográfico da autoria de Marques de Abreu publicado in *Arte*. Porto: Ano 6º, Nº 6, Junho 1910 - capa.

Por outro lado, o *cursus honorum* de José de Figueiredo no Ministério da Instrução Pública, nas instituições de protecção às artes e dos monumentos desde o início do século XX[1356], o conhecimento prévio da realidade internacional, francesa sobretudo, da vida e actualidade dos museus e do património europeus, faziam dele «*o homem certo no lugar certo*» (Santos 1938: 16; Feyo 1960: 19) para participar na reforma dos Serviços Artísticos que sai, de facto, em letra impressa em Maio de 1911, acabando por guindá-lo à direcção do Museu Nacional de Arte Antiga, da qual toma posse a 21 de Junho.

Mas é o Museu das Janelas Verdes institucionalmente renovado que ele vai dirigir, com uma cronologia e distribuição de colecções bem definidas, pois o decreto com força de Lei Nº 1 de 26 de Maio (DG, nº 124, 29 de Maio 1911) distingue entre os museus nacionais, o Museu Nacional de Arte Antiga do Museu Nacional de Arte Contemporânea e do Museu Nacional dos Coches, o que acabará por conduzir à natural separação dos respectivos acervos. Estava, além do mais, liberto da envelhecida tutela académica, tendo sido extinta a Academia de Belas Artes de Lisboa pelo mesmo acto legislativo.

[1356] Pontes 1999: 28-36.

João Couto caracterizou anos depois a conjuntura cultural da geração de Figueiredo numa lúcida e ainda válida síntese: «*A curiosidade da crítica assume aspectos novos e alarga-se consideravelmente o campo dos estudos das belas artes. Mas é principalmente na melhor arrumação e apresentação das obras e ainda no seu estudo objectivo, trabalho de peritos esclarecidos, que se distingue a era que começa.* (...) *trouxe outras modalidades de trabalho e preparou o terreno para a actual transformação, ampliação e renovação desses estabelecimentos* [os museus]*, dentro das bases de uma ciência nova, cheia de possibilidades e promessas - a museologia*.»[1357] Terão sido estes, afinal, os fundamentos basilares da «*revolução de José de Figueiredo*» (expressão de Santos 1938: 18, retomada por Baião 2011). Isto é, trata-se de realizar e aplicar os novos conhecimentos apurados pela investigação histórico-científica, traduzindo-se num positivismo comparativo que é em simultâneo esteticamente contemplativo, apaixonado e heroico[1358], salvaguardando com todo o pragmatismo as coisas belas do passado para a memória e o futuro da nação[1359].

Na intervenção de Figueiredo na Colecção de Escultura do MNAA levantam-se duas questões que nos são essenciais e foram despoletadas por um excerto publicado por Salvador Barata Feyo (1899-1990), datado do longínquo ano de 1960 e ao qual não foi dado qualquer relevo, fruto sintomático da falta de diálogo crítico sobre as matérias relacionadas com a escultura em museu. O comentário acaba por compendiar as opiniões formadas e mais difundidas sobre a actuação do director que, nessa perspectiva, parecia ter dedicado atenção de monta apenas à Colecção de Pintura do MNAA, o que não deixa de ser um lugar-comum. Outras interpretações são viáveis face às fontes históricas, mas sobretudo ante o conceito global de museu do próprio José de Figueiredo. Para além disso, a crítica de Barata Feyo faz tábua rasa da extraordinária capacidade de moldagem de um conceito - definido à partida como ideal - à particular e agitada realidade vivida no País desde a implantação do regime republicano até à

[1357] Couto 1965: 65.
[1358] É este espírito que perpassa no elogio com que o seu amigo Afonso Lopes Vieira o saúda em 1932: «*José de Figueiredo tornou Portugal maior e mais belo porque o dotou com uma escola nacional de pintura e deu à Pátria mais um grande padroeiro - Nuno Gonçalves*.». Vd. "Discurso do Dr. Afonso Lopes Vieira". In *Homenagem ao Dr. José de Figueiredo*. Lisboa: Edição dos «Amigos do Museu», 1932: 29-33; cf. 31.
[1359] "Discurso do Dr. José de Figueiredo". In *op. cit*: 35- , cf. 40: «*Um e outro* [passado e presente] *devem ser vistos sempre, não só isoladamente, mas também em conjunto. Só dessa maneira se poderá ter sôbre ambos a ideia justa que, para vantagem dos dois, é indispensável ter. Separá-los, como para a arte se tem feito em Portugal, é um êrro que, sem exagêro, se pode classificar de monstruoso*.»

afirmação dos valores político-ideológicos do Estado Novo. Serão essas aptidões e o talento do primeiro dirigente da instituição pós-republicana que notoriamente irão transformar o cargo de director do Museu Nacional de Arte Antiga num lugar político, independentemente dos (des)comprometimentos individuais de cada personalidade que o vier a ocupar no futuro.

Para o escultor Barata Feyo, que fizera o curso de conservador no Museu[1360], o que à partida fazia dele um bom conhecedor dos meandros internos da casa, era de «*lamentar que entregue de todo ao estudo da pintura antiga, o Dr. José de Figueiredo, parecendo um pouco divorciado da escultura, deu oportunidade a que se formasse e enriquecesse, precisamente, durante o período da sua superintendência nos assuntos de arte, a maior colecção particular de esculturas do País - a colecção do Snr. Ernesto Vilhena.*»[1361]. A resposta colhe-se nas próprias opiniões de José de Figueiredo, expressas logo em 1901, quando, em pleno arranque da construção mental de uma teoria da arte portuguesa, se pronuncia sobre o *bric-à-brac.* No fim de contas, esta prática, «*àparte a inconsciencia e futilidade de muito snobismo»,* é regida pelos mesmos princípios que as outras invariantes castiças do modo de ser português: «*não é, encaradas as coisas assim, uma simples archeologia, mas a procura necessaria de objectos que são indispensaveis á visão de quem os procura, como o foram á dos seus antepassados*.»[1362].

Argumentamos neste particular ainda com algumas das palavras empregues pelo comum amigo João Couto, para descrever os tempos decorridos entre 1910-1911 e 1945. Couto reconhece, então, que «*o próprio bric-a-brac, apesar de, sob certos aspectos, ter exercido funesta actividade, revelou e salvou milhares de objectos recolhidos nos mais recônditos cantos do país, aturadamente rebuscados. Criou-se ainda nas últimas décadas entre os particulares, o gosto das velhas e belas obras de arte e esta moda ajudou a valorizar um património esquecido e menosprezado. No campo da arquitectura procedeu-se ao estudo meticuloso dos monumentos e iniciou-se em larga escala uma obra valiosa de restauração que trouxe surpresas e ajudou a conhecer melhor tão valiosos restos de um passado glorioso. (...) Na escultura pôs-se*

[1360] Cf. mais à frente: Parte IV.1.3.
[1361] Feyo 1960: 19.
[1362] Figueiredo 1901a: 11.

em evidência a obra dos mestres nacionais, bastante ensombrada pela dos estrangeiros que entre nós trabalharam (...)»[1363].

João Couto explica o fenómeno do aburguesamento do coleccionismo[1364] - de que Ernesto Vilhena era a personagem mais famosa -, também efeito da educação para a arte e pela arte que a criação e a frequência dos museus havia catalizado. Que José de Figueiredo tenha sido o responsável pela segunda parte da premissa avançada pelo seu sucessor, isto é, pela valorização do património, isso é claro, sem margem para dúvidas. Quanto ao facilitismo da constituição de colecções particulares que rivalizassem com as dos museus, não terá um sentido negativo *per si*, seria antes sintomático desse novo apetite pelas antiguidades que finalmente se instalava em solo nacional e do lento despertar de um mercado interno que trazia consigo o maior conhecimento das riquezas artísticas e, se correctamente orientado, a sua consequente defesa e manutenção em Portugal. Por essa defesa José de Figueiredo sempre se bateu, quer na legislação em que trabalhou, quer no seu empenhamento na criação dos museus regionais, quer nas instâncias de protecção artística e monumental enquanto oficial da Direcção Geral da Instrução Primária do Ministério do Reino (entre 17/1/1901 e 27/05/1911[1365]), membro do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais (desde 1902), Académico de mérito da Academia Real de Belas Artes de Lisboa (1903-1911), Vogal do Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª Circunscrição Artística (1911-1932), Inspector dos Museus Regionais (1915), membro da Comissão de Arrolamento dos Paços Reais[1366] (desde 13 de Outubro de 1910), Vogal do Conselho Superior de Belas-Artes (desde 1932, por inerência do cargo de Director do Museu de Arte Antiga)[1367]; Vogal da Junta Nacional de Educação e Presidente da 6ª Subsecção (1932-1937), Inspector-Geral dos Museus (1932-1937), até ser nomeado Presidente da Academia Nacional de Belas Artes refundada no Estado Novo (1932-1937) [1368].

O que Barata Feyo não conseguiu aceitar, e será esse o alicerce do seu reparo, é que, face ao interesse sempre vivo de Figueiredo e ao verdadeiro pioneirismo que protagonizou enquanto defensor da ideia de uma Escola Nacional de Pintura, este não

[1363] Couto 1945: 66-67.
[1364] Saisselin 1990.
[1365] DG, nº 124, 29 Maio 1911: 2242.
[1366] Monge 2010: 111-116.
[1367] Carneiro e Afonso 2011: 96.
[1368] *Homenagem ao Dr. José de Figueiredo*. Lisboa: Edição dos «Amigos do Museu», 1932. Cf. ainda o *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*. Lisboa: I, 1932.

fosse acompanhado por um idêntico empenho teórico na associação da Escultura à nova matriz de identidade artística que Figueiredo tinha criado. No fundo, mesmo passado o meio do século XX, a força do *paragone* renascentista de competição entre as artes mantém-se, ficando por apurar se esta seria uma realidade vivida dentro da instituição museológica, se correspondia a uma verdadeira situação de facto na arte portuguesa do mesmo período ou se não passava do mero indício de uma opinião pessoal.

Além do *paragone,* ecoa nas palavras de Feyo um ponto capital do imaginário museológico, transposto da realidade francesa e identificado por Dominique Poulot que, deste modo, reconhecemos estar ainda presente nalgumas franjas da cultura museal portuguesa saída da escola do MNAA na década de 1950 mas, como atrás confrontámos directamente, muito à revelia do equilíbrio do magistério e da reflexão de João Couto. Na história do museu público pós-revolucionário e racionalista verificou-se em França, segundo o autor, uma difícil aceitação da sua coexistência com as colecções privadas, submetendo-se estas ao postulado da necessária trasladação para o museu que, ao nacionalizá-las (ou democratizá-las, como é dito no caso francês, termo que seria extemporâneo aplicar ao universo português do período), as transforma em instrumentos de libertação do saber, opondo-se o gozo público das obras ao «*espírito de rapina*» do indivíduo coleccionador (Poulot 1988: 73). O direito ao museu, oferecendo a igualdade de acesso a todos os cidadãos, trará consequentemente para as colecções particulares uma conotação negativa.

No MNAA desenha-se uma realidade muito mais rica do que aquela que Barata Feyo apreciou. José de Figueiredo tinha declarado que o "seu" «*moderno ideal do museu*» era o «*que vemos realizado no 'Bayerisches National-Museum, de Munich, em que a obra de arte é apresentada no seu ambiente próprio, colocada entre as suas contemporâneas e disposta, entre elas, no local que o seu primitivo destino lhes teria presumivelmente dado*»[1369], que tem feito correr muita tinta por ser tomada como a definição do seu modelo pessoal. A passagem consta do artigo publicado na *Atlântida* de 1915, o primeiro ensaio de museologia que simbolicamente encerra o primeiro período de actuação enquanto director e sintetiza o trabalho empreendido até ao momento na modernização do Museu. Aventamos, numa perspectiva crítica, que as leituras se têm pautado por ser demasiado literais, sem acompanhamento do estudo da

[1369] Figueiredo 1915: 152.

sua *praxis* (ou não aplicação) na museografia desses quatro anos. Mais ainda, tem-se tomado a nuvem por Juno e atribuído ao texto um significado de manifesto que não tem em conta a permanente busca de José de Figueiredo de soluções, a pesquisa constante de experiências desenvolvidas pelos mais reputados profissionais dos museus europeus[1370], entre os quais cita desde sempre o alemão W. von Bode (1845-1929), historiador de arte, responsável pelas colecções de arte da Prússia dos museus de Estado de Berlim e o seu sucessor germano-neerlandês Max J. Friedländer (1867-1958), *connaisseur* e director do Kaiser Friedrich Museum[1371].

Figueiredo também trazia permanentemente nos olhos as imagens dos museus parisienses, o que é conhecido através dos textos da sua autoria ou da sua epistolografia. Também a rede de conhecimentos em que se integrou desde a primeira estadia na capital francesa, para onde tantas vezes regressa, o influenciou; assim como a formação que voluntariamente ia procurando: ele próprio o foi narrando ao identificar lugares, intelectuais e artistas que naquele coração artístico da Europa constituíram o seu círculo vital. Salientamos entre os comentários autobiográficos insertos na carta a Alfredo da Cunha, director do *Diário de Notícias*, datada de Lisboa, 3-VI-1911, a menção à permanente frequência dos museus e a manifestação da proximidade com Auguste Rodin, só por si evidência suficiente da riqueza da sua adesão à escultura (1840-1917)[1372]: *(...)* «*eduquei-me nos grandes e pequenos museus europeus e nos ateliers, sobretudo no de Rodin, de quem sou amigo íntimo, e que, em matéria de arte, abriu para a minha visão um amplo e luminoso caminho. Na companhia de outro amigo meu muito querido, Ramborson, meu companheiro de trabalho e hoje membro do Conselho de Artes Decorativas em França, passei muitas tardes no famoso atelier do mestre, então reduzido aos barracões que o Estado lhe cedia na Rue de l'Université, a ouvi-lo descretear sobre variadíssimos problemas artísticos. E eram tão profundas e sugestivas as suas palavras, que, nesses rápidos momentos de expansão que Rodin tinha, nós*

[1370] José de Figueiredo. "O Museu d'Arte Antiga está sofrendo importantissimas modificações. O Sr. José de Figueiredo fala-nos da sua viagem e da influencia que ela terá na organização do museu." *Século*. 19 de Janeiro 1914: «*(...) Estive em França, Belgica, Holanda e Inglaterra e o fim da minha viagem foi o adquirir mais conhecimentos sobre os grandes mestres de pintura do século XVI e ao mesmo tempo verificar as melhores maneiras de apresentar a indumentaria e a pintura. Presentemente posso dizer que conheço todos os museus da Europa e de entre todos justo é consignar que o melhor, o mais bem instalado e onde tudo é mais bem apresentado é por certo o Kaiser Friederich Museum, de Berlim. O edificio foi construido propositadamente para o fim a que está destinado e tanto a decoração como o mobiliario são adequados e proprios a bem acompanhar os trabalhos expostos. (...)*».

[1371] Sheehan 2000.

[1372] Cunha 1938: 18-20.

aprendíamos muito mais do que em longas peregrinações pelas salas do Louvre, ou em continuadas leituras de livros ainda os mais lúcidos e melhores. (...)»[1373].

Acaba por ser através de pequenos apontamentos, de passagens de documentos administrativos, da análise do tipo de recortes de imprensa que pacientemente coligiu em álbuns[1374], das críticas de sua autoria publicadas nos jornais[1375], que se colhe a opinião de José de Figueiredo sobre a escultura e aquela que deveria ser a mais correcta exposição destas obras num tipo de museu nacional como aquele em que ele transformaria o "seu" Museu das Janelas Verdes. Todos esses fragmentos demonstram que Figueiredo tem um interesse real pela arte escultórica. Do museu nacional as esculturas não seriam excluídas, como parte da expressão artística da Nação, tal como ficara consignado nas leis da República e Figueiredo assegura ao público.

Embora contando com poucas referências bibliográficas, dedicou também a sua atenção de historiador de arte, para além da sua actividade de patrimoniologista, à escultura e à iconografia de obras conservadas em Portugal, de que destacamos os artigos publicados no volume III da revista *Lvsitania*, fundada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) e na qual colaborou a nata dos intelectuais nacionalistas

[1373] Fora de Portugal, entre os historiadores, críticos e museólogos que contribuíram para a sua formação, outros que foi conhecendo ao longo das suas peregrinações artísticas e museais, os que consigo trabalharam directamente, os que trouxe ao MNAA e os que lhe admiraram o trabalho, respigam-se a partir da documentação até agora publicada nomes com que pode construir-se uma longa de lista de referências que inclui Fustel de Coulanges (1830-1889), Hyppolyte Taine (1828-1893), Louis Courajod (1841-1896), Salomon Reinach (1858-1932), Émile Molinier (1857-1906), Marcel Dieulafoy (1844-1920), Wilhelm von Bode (1845-1929), Karl Justi (1932-1912), Max Friedländer (1867-1958), Paul Vitry (1872-1941), Pierre du Colombier, Lionello Venturi (1885-1961), Louis Réau (1881-1961), Elias Tormo (1869-1954), Manuel Murguía (1833-1923), Eladio Oviedo y Arce (1864-1918), Georges Demotte ou André Dezarrois. A investigação de Joana Baião, que inclui o tratamento de fundos documentais inéditos, trará decerto um enriquecimento muito alargado sobre os círculos sociais e culturais em que José de Figueiredo se moveu fora de Portugal.

[1374] MNAA, Arquivo de Recortes de Imprensa, Álbuns de José de Figueiredo: 1902-1911; 1910; 1912-1913; 1914-1915: cf. por exemplo "No atelier de Costa Motta". *O Século*. 10/03/1910; "Uma estatua de Augusto". *O Século*. 23/08/1910; "Protecção à escultura nacional". *Mundo*, 02/02/1911; "O escultor Rodin em Roma. A belesa do estilo rococó e um grupo de Miguel Angelo ultimamente descoberto". *República*. 22/02/1912; "O Bronze Eterno. A estatua de António Augusto de Aguiar. Fez-se ontem, na fabrica de canhões, a sua fundição". *República*. 1/03/1912; "O escultor Costa Mota fala-nos dos seus projectos". *República*. 21/03/1912; "Antero de Quental consagrado pelo mármore". *República*. 28/03/1912; "António José, o "Judeu", vae ter uma estatua". *O Século*. s.d., 1912; "O escultor Sousa Pinto obteve em Paris uma honrosa distinção". *Mundo*. 17/11/1912; Claude Cheneval, "Les amateurs de jardins à Bagatelle", de jornal não identificado, datado de 20 de Março de 1913; "Um grande Artista Francês O Escultor Rodin". *Mundo*. 04/11/1914; "O Museu Rodin". *Mundo*. 05/05/1914; "A cadeira de estatuaria da Escola de Belas Artes de Lisboa". *N.* [Diário de Notícias?]. 11/03/1915; "A Cadeira de Estatuaria". *O Século*. 25/03/1915; "A Estatua «Homem ao Leme»". *O Século*. 09/09/1915; "O Concurso para professor de escultura", de jornal não identificado, datado de 22/11/1915.

[1375] Cf. por exemplo Figueiredo 1906.

empenhados em «*recuperar, fixar, sistematizar, interpretar e divulgar todo o património artístico e histórico português*» (Trindade 2008: 211).

José de Figueiredo publicará ali, entre outros artigos, "As Natividades do Baixo-Relêvo de Atouguia da Baleia (Séc. XIII-XIV) e do Tríptico da Colegiada de Guimarães (Séc. XV)" e "A Virgem com o Menino: escultura-tríptico, em marfim, trabalho francês do fim do Séc. XIII ou comêço do Séc. XIV (Tesouro da Sé de Évora)" que antecedem o estudo de "A Natividade no painel de Jorge Afonso (Museu Regional de Viseu) e no de Gaspar Vaz e Vasco Fernandes (Igreja de São João de Tarouca)"[1376]. São dados positivos que ganham outros contornos levando em conta a informação veiculada por Teresa Pontes de que Figueiredo teria a certo momento iniciado uma revisão da sua teoria sobre a escola portuguesa de pintura para a nova edição de *Nuno Gonçalves*, cujo manuscrito original apresenta o subtítulo «*escola mundial de pintura de carácter escultural, do meado do século XV*»[1377].

Figura 245 - Jardim do Museu Nacional de Arte Antiga, fotografia de João Couto, 1953 © Espólio de Carlos M. Couto S. C., Caderno de Fotografias Nº 4.

Será João Couto - continuamente debruçado com admiração sobre a obra do seu antecessor, como perpassa em quase todos os seus escritos - quem devolve a figura de

[1376] *Lvsitania*. Vol. III. Fasc. do Natal (VIII) Dezembro 1925: 161-162; 163-164 e 189-190.
[1377] Pontes 1999: 45.

José de Figueiredo à realidade do museu das Janelas Verdes. Ao publicitar o lançamento de um novo projecto que recomeçava a empreender[1378], em 1962, de reorganização do jardim do Palácio dos Condes de Alvor, reintroduz como sempre Figueiredo, recordando-o em fórmula poética e contemplativa, mas que sugere interpretação. O jardim do Museu das Janelas Verdes, recolhido e calmo, por enquanto desconhecido do público («*de lá se disfruta a mais bela vista que os olhos lisboetas podem enxergar*») servira de amurada de contemplação a José de Figueiredo cujo «*antigo gabinete* (...) *instalado nos mezaninos, ora desaparecidos, da mansão dos Condes de Alvor, tinha janelas sobre o jardim. Dali se via a formosa vila de Almada, alcantilada sobre as colinas da Outra Banda e ornamentada com a sóbria torre da municipalidade. O meu antecessor justificadamente se deleitava com aquela vista em constante mutação de colorido, sempre diferente de Verão e de Inverno e em todas as horas do dia.».* Acrescenta ainda o informe a reter: «*Esta vista sobre Almada foi uma das razões que, em 1937, determinou que o Museu, em via de sofrer uma radical e dispendiosa transformação, se mantivesse no palácio seiscentista das Janelas Verdes*.» (Couto 1962: 236).

Couto dava apenas nessa data destino ao jardim[1379], mas retoma uma ideia oitocentista que circulara ainda antes da fundação oficial do Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia. Conforme *A Arte* dá noticia em Maio de 1879, os termos do contrato de arrendamento do Palácio Alvor davam ao governo «*o direito de comprar o palacio e suas dependencias quando lhe approuver, o de apropriar as salas ao fim a que são destinadas, e o de transformar o jardim de modo que possa servir de exposição archeologica, como o do museu de Cluny, em Paris. (...) tem uma vista sobre o Tejo soberba, o que será certamente um enlevo para os estrangeiros; possue, emfim, se não todas, muitas das principaes condições que se exigem n'uma edificação destinada a servir de museu. Felicitamos, pois o governo que auctorisou o arrendamento, e o sr.*

[1378] As primeiras referências à intenção de João Couto museografar o Jardim do MNAA datam de 1952: cf. MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 33, Cópias de Correspondência Remetida, Janeiro a Dezembro de 1952, 33, Nº 44, Proc. Nº 5-C-II; Idem, Nº 66; Idem, Nº 86.

[1379] Couto 1962: 235 - «*Havia qualquer coisa que faltava no jardim do Museu. Um dia o meu querido amigo Manuel Estevens, director da Biblioteca Nacional, recolheu no edifício das Trinas, onde tanto trabalhara, uma série de estátuas muito decorativas, das quais acabei por ser herdeiro para colocar no jardim do Museu. Juntaram-se-lhes outras duas que adquiri no espólio do palácio pombalino de Oeiras e todas vieram encher e animar o querido e povoado recinto.*»

Delfim Guedes que teve a honra de o assignar, por isso que o seu nome fica d'ora em deante vinculado a um grande melhoramento nacional.».[1380]

O modelo do último quartel de Oitocentos em Portugal era mais uma vez, como acabámos de ler, o Museu de Cluny, isto é, o *Musée des Thermes de Cluny* de Paris, fundado em 1843 e aberto ao público em 1844, implantado sobre as ruínas romanas das Termas ditas de Cluny (no século XIV o terreno era propriedade da ordem dos monges cluniacenses) anexadas ao *Hôtel de Cluny*, espaço edificado para vivência civil construído nos finais do século XV. Votado especialmente à exposição de objectos de arte da Antiguidade galo-romana, da Idade Média e do Renascimento, iniciara-se com a colecção adquirida a Alexandre du Sommerard (1779-1842, conselheiro do Tribunal de Contas) e ficara sob a tutela do Ministério das Belas Artes e a administração da *Commission des Monuments Historiques* que o destinou a museu das antiguidades nacionais[1381].

Em Lisboa, nas ruínas da antiga igreja do Carmo, a Real Associação dos Architectos e Archeologos Portugueses tinha o seu Museu aberto aberto desde 1866. Forçosamente ao ar livre pelas contingências histórico-naturais da própria área de exposição, ali figuravam fragmentos importantes da arquitectura e da escultura portuguesas. Das ilustrações do fim do século XIX colhem-se esclarecedores exemplos de conjugação das artes. O visitante descobria dentro da área de uma janela cantoneira de arquitectura clássica de Quinhentos recuperada de Santarém, colocada sobre um plinto em forma de coluneta fantasiosamente compósita, uma cabeça em terracota que Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896) trouxera de Coimbra, "retirada" de um dos Apóstolos modelados para o refeitório do mosteiro de Santa Cruz por Hodarte entre 1530-1534 (actualmente conservados no MNMC), considerada pelo arquitecto «*producção de artista portuguez, tambem da epoca do Renascimento, e por isso se fez figurar conjunctamente* (...)».

[1380] "Revista Artistica". *A Arte*. Lisboa, Maio 1879: 95.
[1381] Cf. *Musée des Thermes et de l'hôtel de Cluny. Notice historique*. Paris: Imprimerie Charles de Mourgues Frères, s.d. e Sommerard 1881. Da Biblioteca do MNAA constam as edições do Catálogo de Sommerard de 1883 e de 1884, ambas doadas por José de Figueiredo (cotas C 17048 FR; e C 4554 FR).

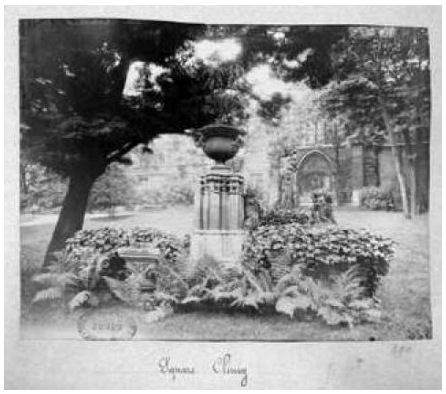
Figura 246 - J. da Silva. "Architectura e esculptura do Renascimento". *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes.* Série 2º. Tomo II, nº 5, 1878, p. 71-72 e estampa nº 25, fotografia de Henrique Nunes.

No Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia de Lisboa a intenção de colocar peças de arquitectura ornamental ou de escultura pétrea no jardim manteve-se, optando-se assim por expor algumas peças *en plein air*, reunidas com o sentido arqueológico de conservação de fragmentos materiais do passado histórico e artístico como acontecia no Museu do Carmo, não necessariamente medieval como em Cluny, mas reunindo todo o tipo de artefactos artísticos de época. Liberato Telles, ao serviço do Ministério das Obras Públicas/Direcção dos Edifícios Públicos, manda trasladar a Fonte

da Samaritana, uma estrutura arquitectónica do tipo retabular ornamentada com baixo-relevo no tímpano que enquadrava a famosa fonte que fora pertença das monjas do mosteiro da Madre de Deus[1382].

Figura 247 - Fonte da Samaritana, Museu da Cidade, Inv. MC.ESC.531 © Museu da Cidade

A Fonte dá entrada no MNBAA em 1897, depois de ter sido objecto de vandalismo na praça pública junto do paço de Xabregas, constituindo a primeira das obras esculpidas a integrar a exposição do Jardim das Janelas Verdes, onde se manteve até 1942, altura em que é depositada definitivamente no Museu da Cidade de Lisboa[1383].



a

b

Figura 2485 a - Musée des Thermes de Cluny, 1900-1927. Foto de Eugène Atget (1857-1927) © Institut National d'Histoire de l'Art, NUM PH 173
Figura 248 b - Palácio dos Condes de Alvor, Jardim, desenho anterior a 1900 © MNAA, Arquivo Fotográfico

A passagem que acima colhemos de João Couto re-inseria simbolicamente José de Figueiredo no espaço e na paisagem das Janelas Verdes, elementos que foram, para Figueiredo, parte dos conceitos fundamentais para a determinação do carácter artístico de um autor, de uma Escola e, por extensão, de uma Nação[1384].

[1382] Telles 1899: 14.
[1383] Sousa 1982: Vol. II, 55-58; Vol. III, 57-63 e *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*. Vol. II. Nº 7, 1942: 151.
[1384] Figueiredo 1901a e 1901b. Em 1901b consultar especialmente a nota 1 inserta na página 52 onde, a par do inventário e da classificação dos monumentos, defende a classificação das paisagens e dos

Considerava a exposição da escultura *en plein air* como a ideal, como defendera pouco antes de ser nomeado director do MNAA, em entrevista ao jornal *República*, no dia 11 de Abril de 1911, questionado sobre a decisão tomada pela Câmara Municipal de Lisboa de canalizar uma verba específica para a aquisição de esculturas destinadas ao embelezamento dos jardins da capital. É um longo excerto que transcrevemos por ser notoriamente significante, quer para o ajustamento da imagem de museu de Figueiredo, quer para a sensibilidade que exprime perante a obra escultórica e as considerações que tece sobre o seu destino preferencial, totalmente dependente do mestrado do seu amigo Rodin[1385]. José de Figueiredo afirmava ali não ser *«contra os museus, antes os julgo necessarios e entendo que alem dos pequenos museus provinciaes, representativos, o mais possivel da arte regional todos os paizes devem ter, nas suas capitaes, grandes museus nacionaes em que se possa fazer o balanço completo da sua arte, ao mesmo tempo que, pela representação das obras dos maiores artistas de todas as escolas, se possa fazer ahi o estudo da arte nacional e mundial. Mas, d'isto até querer que tudo que represente belleza seja encerrado entre quatro paredes, vae immenso. A esculptura quasi sempre ganha em ser exhibida á luz do dia, em pleno ar, multiplicando-se nos seus effeitos pelo reflexo dos effeitos da natureza ambiente que, com a presença d'aquella, tambem tudo tem a lucrar. E não será só a obra d'arte e o «sitio» que ganharão. Ganharemos egualmente nós todos que, para depararmos com a Belleza, não necessitaremos mais de nos irmos encerrar, longe da agitação da rua, entre os muros de um casarão mais ou menos sombrio. De resto, a esculptura deve ter, em geral, esse destino a não ser feita de antemão, como succede quasi sempre, para um ambiente convencional. Como os gregos, devemos procurar dar a maior somma de*

elementos naturais que as compõem: «(...) *Para nós, no catálogo que tivesse de ser feito de tudo o que no paiz revestisse caracter artistico, tanto deveria caber um monumentos ou um quadro ou esculptura de valor, como uma arvore ou um tracto de terreno logo que qualquer d'elles, arvore ou rincão, tivessem um verdadeiro interesse de belleza. Sendo considerados de utilidade geral, e ainda que pertencessem a particulares, o seu corte ou a sua venda não poderia fazer-se sem ser ouvida, por intermédio da respectiva repartição, a commissão ou entidade que sobre elles superintender.»* Na sua argumentação convoca a autoridade de John Ruskin, das comissões defensoras da paisagem de Nuremberga, Berlim, Hamburgo e a personalidade do francês Sully Prud'homme.

[1385] A dependência intelectual de José de Figueiredo relativamente a A. Rodin é total. É curioso confrontar as suas declarações de 1911 aqui transcritas com uma passagem de um artigo posterior publicado no jornal *O Mundo*, de 5 de Maio de 1915, sobre "O Museu Rodin", em que o redactor não identificado cita o escultor: «*(...) Rodin foi sempre muito afeiçoado aos velhos edifícios rodeados de jardins e de arvoredo. Não disse ele: "*A verdura é o scenario mais apropriado á escultura; os artistas gregos amavam tanto a natureza que as suas obras nella se identificaram como no seu proprio elemento?" (...)». O artigo foi coligido por José de Figueiredo no seu álbum de recortes. Cf. MNAA, Arquivo de Recortes de Imprensa, Álbuns de José de Figueiredo, 1914-1915.

belleza á Vida, e a vida de nós todos não pode, de forma alguma, reduzir-se ao ambiente restricto que nos offerecem os interiores de meia duzia de edificios em que se agrupem as collecções d'arte. Não; a arte tem que sair d'ahi, quando esse seja realmente o seu logar, tem de vir tambem cá para fóra, sendo portanto na rua, avenidas, praças, «squares» e jardins, por toda a parte, emfim onde a actividade humana tiver a sua acção, que nós devemos semear a belleza (...)»[1386].

É nesta sequência de ideias que deve enquadrar-se o comentário de Janeiro de 1915 tecido ao primeiro projecto apresentado pelo arquitecto Adães Bermudes (1864-1848) para a ampliação da ala nascente do edifício do MNAA, isto é, da parte correspondente ao Palácio Alvor. José de Figueiredo sugere exactamente o oposto: que se comece a trabalhar na ala poente onde já estava disponível o terreno após a demolição do Convento de Santo Alberto (iniciada em Novembro de 1911). Obter-se-iam múltiplas vantagens: «*(...) dar ao edifício uma fachada principal sobre um bello jardim, aformosiando ao mesmo tempo um dos pontos panorâmicos mais interessantes de Lisboa; fazer uma ampliação de caracter moderno, rigorosamente adequada às verdadeiras necessidades do Museu, e que não pode conseguir-se com o prolongamento da ala leste, que tem de subordinar-se à disposição e estilo do edifício existente; acabar com o indecoroso aspecto de ruinas que actualmente apresenta a egreja das Albertas, que ficará incorporada no novo edifício, constituindo uma das dependencias do museu.(...)*»[1387]. Por manifesta falta de verba a obra não avançará[1388].

A colecção que herdara directamente da Academia, do MNBA e que se vinha enriquecendo com os objectos provenientes das extintas casas religiosas e propriedades diocesanas, não tinha, na maior parte dos casos, as características necessárias para uma exposição exterior.

Para o interior eram excepções os núcleos com relativa consistência como o conjunto de medalhões della Robbianos, a escultura em barro das oficinas de Lisboa, ou a imaginária religiosa barroca e tardo-barroca em madeira estofada que Figueiredo

[1386] "Os Jardins de Lisboa: A Mais Bella Estatua. Varios Artistas Portuguezes Respondem ao Inquerito da «República»." *República*, 11 Abril 1911: Dr. José de Figueiredo.
[1387] Carta de José de Figueiredo ao Secretário-Geral do Ministro da Instrução Pública, de 29/01/1915 - Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª Circunscrição, Correspondência entrada, Vários, Vol. IV, Lº 2, nº 145, parcialmente transcrita em Pontes 1999: Anexo 33.
[1388] Sobre a arquitectura do MNAA a referência fundamental continua a ser o estudo de Manaças 1991.

pretendia incorporar na Capela das Albertas laicizada e perfeita para a mostra como *period room*.

Não havia obras do "génio universal" que evidenciassem de imediato a possibilidade de constituição de uma galeria de escultura. Assim se depreende da leitura de um rol datado de 1912 que sugere estar em curso uma pesquisa de existências passíveis de serem integradas em exposição[1389]. Junto da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª Circunscrição, insta-se pela transferência da estátua de *D. Maria I* da Biblioteca Pública para o Museu Nacional, que não tem consequências[1390]. Circunstâncias materiais impediam também uma definição mais clara dos conteúdos da colecção de escultura em constituição e susceptível de ser mostrada ao público, pois a separação dos acervos não se verifica imediatamente após a chegada de José de Figueiredo ao MNAA. Para o Museu de Arte Contemporânea a transferência de obras ocorre em 1914[1391] - solicitado desde Agosto de 1912, Carlos Reis tenta adiar o

[1389] MNAA, Arquivo Histórico, Caixa 7, Documentação Vária. Obras de Arte. Pasta 3, Doc. 4, Esculptura, 1912, manuscrito: "Apontamentos colligidos por Viegas sobre obras de esculptura, que talvez existam no Museu, e que me foram por elle entregues em Janº de 1912" (título manuscrito com a letra de José de Figueiredo): «*-Lapide com inscripção latina offd pela Camara Alcacer Sal 1877 / -Frontal de altar, de pedra em mosaico, pertencia à Capella da antiga Sachristia do Convento da Graça - foi enviada pelo M. da Guerra em 1876 / -Tres cippos romanos com inscripções, descobertos por Jose Lucio Pereira na sua propriedade em Marim perto de Olhão (Algarve) e offos pelo mesmo em 1876 / -Um baixo relevo em marmore - comprado em 1876 - 13500 /- 2 Jarras de barro, com relevo achadas no pateo de um antigo palacio de Toledo, comprada em 1876. 200.000 / - Estatueta de marmore representando a Virgem Redemptora dos Captivos, obra portuguesa do sec. XVI. Comprada em 1878. /- Estatua em marmore "S. Miguel" obra portuguesa do sec. XV. Comprado 1878 / - Crucifixo de marmore com os braços terminados em flor de liz - obra muito delicada do sec. XV comprada em 1878 / - Um pequeno baixo relevo de pedra representando "A Morte da Virgem" obra portuguesa do sec. XIV comprado em 1878 /- Um baixo relevo de jaspe, representando a "Assumpção da Virgem", obra italiana do sec. XVI comprado em 1878 /- Uma estatua em pedra representando "Um anjo" obra portuguesa do sec. XVI comprada em 1878 / - Uma estatua representando "Illisso" - estatua do Partenon - comprado em 1877 / - Esculptura pertencente ao espolio de Antonio Dimas Delgado Moreira comprada em 1876 / - Baixo relevo em gesso, extrahido do tumulo do pae do Duque de Palmela, obra de Ant. Canova. Offº p. Duque de Palmella 1880 / - Estatua "Hercules e Flora" existia nos telheiros do Palacio Ajuda. /- Modelo para o Monumento de D. Pedro 4º executado por Mr. Mikechine offdo. / - Brasão lavrado em cantaria off. M. Marinha 1884 /- 2 Baixos relevos "Santa Maria Magdalena em marmore tem o dedo minimo da mão direita restaurado, pertenceu a D. Cª Joaquina / - Amor Maternal - grupo em gesso - offº por A. Calmels para a nomeação de Academico 1859 /- D. Pedro V - busto em gesso offº por A. Calmels em 1862 /- 4 Estatuetas de barro modelos originaes de Joaquim Machado de Castro - offº por João Jose Lopes 1864 / - Estatua em gesso de Miguel Angelo representando "Cupido" /- 33 reproduções em gesso de placas de marfim e de metal, antigos. Offº por J. C. Robinson - Consultar o Museu do Louvre. 1866 / - Frontal de marmore em mosaico offº pela Irmandade de S. Jose. 1881 / - Pulpito de S. Cruz de Coimbra - reprodução por Guido B. Lippi - 1883 / - Esculptura offª D. Ermelinda Zea Bermudes, em 1890 / Mosaicos do Oriente remettidos pelo Consul Merci. / - Busto em marmore do gravador B. Comte, legado por D. Virginia Genoveva L. Lavage, em 1895 / - Saudade estatua em gesso comprado 1891 /- Busto em marmore.*»

[1390] ANBA, Actas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia, 1ª Circunscrição, 1911-1917, [ANBA 3-A-SEC-181]: cf. Acta Nº 12, 9 de Março de 1912, fl. 28.

[1391] MNAA, Arquivo de Secretaria, Registo de Correspondência Expedida, 1, 1905-1916, fl. 198-199, 20 Abril 1914, Lº 1º, nº 368-A: «*trata das obras de escultura existentes neste museu, que devem passar para*

mais que pode a sua recepção que condiciona à transformação das salas em São Francisco[1392] - e as esculturas da Antiguidade só serão depositadas a título definitivo no Museu Etnológico Português em 1951.

O *Diário de Notícias* de 19 de Dezembro de 1911 ainda dá conta da presença na «*secção de esculptura*» do busto da *Ingleza* de Soares dos Reis, de *Caim* e de a *Viúva* de Teixeira Lopes[1393], no que coincide com a notícia que o director manda em ofício para o Director da Repartição de Turismo logo a 22 de Janeiro seguinte[1394]. Mas as duas primeiras salas de pintura portuguesa reorganizadas por Figueiredo, inauguradas em 24 de Março de 1912, contavam com a presença de duas imagens de Profetas provenientes da Charola do Convento de Cristo em Tomar, junto com os Painéis de Nuno Gonçalves e do S. Jerónimo de A. Dürer[1395], corporizando o princípio da exposição integrada de obras da mesma época.

---

o Museu de Arte Contemporanea" – Exmo. Senhor. Em resposta ao oficio de V. Exa. de 21 de Fevereiro do corrente ano, Lº 1º nº 40, envio a nota das obras de escultura existentes n'este Museu e que segundo a lei devem dar entrada no Museu de Arte Contemporanea. Saude e Fraternidade. Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª Circunscrição. Lisboa, 20 de Abril de 1914. O Director (a) José de Figueiredo. - Nota das obras de escultura existentes no Museu Nacional de Arte Antiga a que se refere o oficio junto. / A. Soares dos Reis: "Cabeça de preto" – gesso datado de 1843 e bronze reprodução d'aquele; - "Retrato (busto em mármore) da Condessa de Moser"; - "Retrato (busto em mármore) de Senhora Ingleza", conhecido pela "Ingleza"; - "O Desterrado", gesso, datado de 1842; - "Homem lutando", baixo-relevo de gesso, 1866; - A. Teixeira Lopes, "A Viuva" grupo em marmore. - Simões de Almeida – "Jovem desfolhando um malmequer", marmore. – "A Puberdade", bronze, 1877; - "O engeitado", gesso, 1874; - "Retrato de Th. Da Anunciação", medalhão em gesso; - "Retrato de Lupi"; medalhão em gesso. Alberto Nunes; -"Outonno" (?), gesso; - "Filho Prodigo", gesso; - "Grupo", gesso, datado de 1892. Thomaz Costa, "Eva", mármore"; - "A Dança", bronze. Moreira // Rato: "Caimi". –Duquesa de Palmela: - "Fiat Lux", marmore; - dois gessos representando duas cariatides. – Costa Motta; - "Cabeça de Velha", marmore, datada de 1907. – A. M. da Fonseca: "Grupo em bronze" datado de 1869. A. Calmels – "A Caridade". – Victor Bastos: "Retrato do Actor Anastacio da Rosa", gesso; - "Baixo-Relevo", gesso. – Quatro bustos de gesso, retratos de D. Pedro IV, D. Pedro V, D. Luiz e Marquez de Sá da Bandeira. – "Retrato", medalhão em gesso, do comendador Francisco de Borja Freire. Está conforme. Lisbôa. Secretaria do Museu Nacional de Arte Antiga, 20 de Abril de 1914. O Director (a) José de Figueiredo.»

[1392] ANBA, Actas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia, 1ª Circunscrição, 1911-1917, [ANBA 3-A-SEC-181]: cf. Acta Nº 21, 19 Agosto 1912, fl. 57.

[1393] MNAA, Arquivo de Recortes de Imprensa, Álbuns de José de Figueiredo: 1902-1911: "Visita da Academia de Estudos Livres ao Museu Nacional de Bellas Artes". *Diário de Notícias*. 19/12/1911.

[1394] MNAA, Arquivo de Secretaria, Cópias de Correspondência Remetida (12 de Agosto de 1905 a 31 de Dezembro de 1940), Lº 1º, nº 120: «*(...) Dá entrada para esta sala* [sala de cerâmica no rés-do-chão]*, uma outra em que estão patentes reproduções e moldagens contendo varios especimes de arte portuguesa e, simultaneamente alguns productos e obras primas de escultura originais d'esta ultima escola e de outras escolas estrangeiras. E ainda em outra sala deste mesmo pavimento se veem alguns especimes de escultura portuguesa em barro, procedente a maxima parte, de presepios.(...)*».

[1395] "Coisas d'Arte. Principia a transformar-se o museu das Janelas Verdes. Hoje serão inauguradas duas salas - a de Nuno Gonçalves e a da escola de Lisboa". *O Século*. 24/03/1912; "Arte Antiga. No museu das Janellas Verdes inauguram-se duas salas para exibição da escola portugueza do seculo XV e das taboas de Nuno Gonçalves". *A Lucta*. 25/03/1912.

Tal como a mostra então inaugurada, a pesquisa interna nas arrecadações do Museu que apontámos coincide no tempo com a declaração de José de Figueiredo de que o Museu seria sempre um templo para as Belas Artes, «*reconhecido como é já por todos que os quadros e esculturas devem ficar no palácio das Janelas Verdes*»[1396]. Daqui depreende-se ser esta a primeira fase de reestruturação museográfica e o período das originais decisões sobre as obras a expor que, quanto à escultura, temos portanto de considerar circunstancialmente.

Aliás, também nesse ano de 1912, noutra reunião do Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª Circunscrição, Figueiredo sugere algumas trocas de peças entre o Museu a seu cargo e o Museu Etnológico, pedindo nomeadamente estátuas romanas de «*accentuado caracter artistico*», ao que José Leite de Vasconcelos (1858-1941) não se opõe enquanto princípio, mas manifesta-se em absoluto contra a saída das mencionadas estátuas que havia conseguido «*com grande trabalho*» e eram possuidoras de grande valor etnológico. O director das Janelas Verdes argumenta contra, por entender que aquelas peças são «*acima de tudo*, *obras de arte e como taes, devem figurar no Museu de Arte Antiga, cuja secção de escultura é, para mais, em extremo pobre*»[1397].

Em Junho, naquela mesma sede da 1ª Circunscrição, José de Figueiredo comunica que estavam aprovados os estatutos do Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga[1398], instituição absolutamente inédita em Portugal: novas fórmulas de aquisição de obras de arte serão doravante possíveis e de facto efectuadas[1399].

Em 1915 continua a decorrer a reorganização expositiva do MNAA. Em Maio abrem ao público três novas salas, restando apenas outras três por remontar no andar nobre do Palácio. Expõem pintura, mas o redactor de *O Século* completa: «*Para melhor reconstituição das epocas, não se esqueceu o ilustre diretor do Museu de Arte Antiga de guarnecer as respetivas salas com mobiliario proprio e até de mandar aplicar á ultima sala um pavimento egual aos que pisavam ha trezentos anos os nossos avós. Ainda para*

[1396] José de Figueiredo em entrevista ao *Século*. Cf. "Os ex-Paços Reaes Podem Aproveitar-se para Museus?". *Século*. 02/06/1912.
[1397] ANBA, *Actas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia*, 1ª Circunscrição, 1911-1917 [ANBA 3-A-SEC-181], Acta de 26 de Maio de 1912, fl. 35.
[1398] ANBA, Actas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia, 1ª Circunscrição, 1911-1917, [ANBA 3-A-SEC-181]: cf. Acta Nº 18, 13 Junho 1912, fl. 45.
[1399] *De Amicitia. 100 Anos do Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: MNAA, 2012: cf. BASTOS 2012: 40-63.

*mais intensa «*nuance*», para quebrar toda e qualquer monotonia, foram coladas nas paredes uns suaves e brancos Della Robbia.*»[1400]

Do átrio das Janelas Verdes, João Couto menciona que José de Figueiredo retirara rapidamente as esculturas de autores vivos, assim como as reproduções, passando a entrada palaciana a apresentar «*sóbrio arranjo*» (Couto 1948). Continuando a seguir a memória de João Couto, conquistar área expositiva, seleccionar peças, dispô-las em ambiente próprio e em convivência com outras obras do mesmo período, numa montagem rigorosa que oferecesse espaço entre as obras de arte, terão sido os princípios genéricos da museografia por então aplicada (Couto 1948: 8).

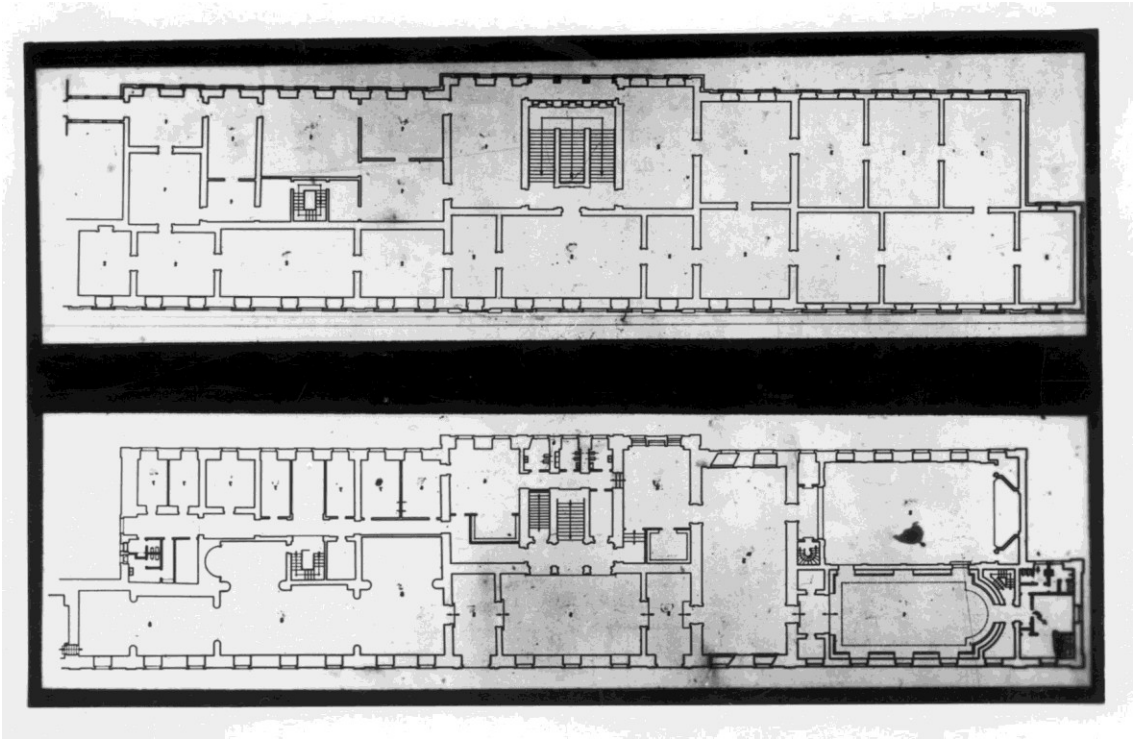


Figura 649 - Planta do Palácio Alvor e capela das Albertas anexa até ao início das obras de 1937 © MNAA, Arquivo fotográfico

O percurso proposto pelo director José de Figueiredo em 1924 podia ser seguido pelo visitante com o *Guia de Portugal* na mão, cujo texto era de sua autoria[1401]. Perante os documentos fotográficos dessa época que se conservam no arquivo do MNAA, torna-se evidente não só a arquitectura de um museu mais luminoso e melhor disposto, como as opções pela mostra de obras de arte "verdadeiras", pertencentes em exclusivo aos domínios da arte antiga. No rés-do-chão do Palácio das Janelas Verdes lá estavam os

[1400] MNAA, Arquivo de Recortes de Imprensa, Álbuns de José de Figueiredo, 1914-1915: "Joias da Pintura. Abrem as novas salas do Museu de Arte Antiga. Motivos historicos e religiosos, por artistas nacionaes e estrangeiros". *O Século*. 11/05/1915.
[1401] Figueiredo 1924: 365-383.

baixos-relevos em terracota embutidos na parede, entregues pela Câmara Municipal de Lisboa ao Museu quando se demoliu o Mosteiro da Esperança para abrir a Avenida D. Carlos I. Depois, a Sala I reunia o fundamental do núcleo della robbiano, incluindo as imagens vindas dos Jerónimos em 1916 (o *São Leonardo* e a *Virgem das Estrelas*), juntamente com um alabastro de Nottingham quatrocentista. À subida, nos topos da escadaria, ainda ali se encontravam os baixos-relevos da Antiguidade, propriedade do Duque de Loulé. Na Sala E e na Sala F, expunham-se as restantes peças da produção dos Della Robbia.

José de Figueiredo cumpria no fim de contas a perspectiva real que tinha sobre o acervo do Museu Nacional de Arte Antiga, que declarava "*ser importantíssimo para a pintura primitiva portuguesa, a ourivesaria, a cerâmica e a tapeçaria*", tornando notórias as lacunas da sua colecção de escultura, incapaz, portanto, de poder ser uma referência no panorama dos Museus da Europa.

Demos atrás uma explicação para um recorte mais justo deste aparente desinteresse pelo investimento num fundo de escultura portuguesa, no qual poderia eventualmente estar também implícita a crítica da sua falta de qualidade segundo os parâmetros de uma estética escultórica construída com base nos valores clássicos da estatuária (ou duma escultura de verve impressionista, mas cujo gosto estava reservado para as obras contemporâneas que não cabiam na cronologia do MNAA), de que a imaginária devocional portuguesa não é propriamente o exemplo adequado para dar entendimento público. A aposta permanente no conjunto Della Robbiano, capaz de emparceirar com os melhores da Europa civilizada e esteticamente educada, parece-nos ser um caso axiomático daquilo que concebia dever ser mostrado, ou seja, apenas aquelas obras que «*tivessem real mérito*» (Couto 1948: 8). A própria investigação pessoal desenvolvida por José de Figueiredo à volta do medalhão com a cabeça de Dario, sobre o qual divulga o facto de ter sido executado com base num desenho do grande Leonardo da Vinci, é mais um apontamento que pode ser entendido neste sentido[1402]. Se quisermos, corresponde no pequeno mundo dos museus portugueses ao objectivo que Calouste Sarkis Gulbenkian declarava, mais ou menos na mesma época, ter para as suas colecções que deveriam reunir «*only the best*».

[1402] Figueiredo 1924. Cf. Carvalho e Franco 2009.

Devemos assinalar, entretanto, desde 1926 e sobretudo na década de 1930, a promoção no Museu de uma série de actividades notáveis para a disciplina da História da Escultura. A abrir um conjunto muito significativo de conferências, Louis Réau (1881-1961) - então editor principal da *Gazette des Beaux Arts* e reconhecido biógrafo de Falconet (1922) - estará no MNAA a falar sobre *Os Grandes Escultores Franceses do século XVIII, Falconet e Houdon*. Em 1931, Paul Vitry (1872-1941), conservador de Escultura do Museu do Louvre e tal como Figueiredo discípulo de Louis Courajod (1841-1896), pronuncia duas conferências nas Janelas Verdes, a primeira dedicada à *Escultura Gótica em França nos Séculos XIII e XIV* e a segunda à *Escultura Gótica Francesa do Século XV*. Em 1932, Dom Elias Tormo (1869-1957) é convidado para vir falar sobre o escultor Manuel Pereira e, depois dele, Pierre du Colombier (1889-1975) realizará duas comunicações sobre o classicismo francês.

Eram dados mais do que suficientes para que André Dezarrois (1890-19?), conservador do *Musée du Luxembourg* e do *Jeu de Paume*, comissário da *Exposição de Arte Francesa* realizada na Sociedade Nacional de Belas Artes de Lisboa em 1934, incluísse elegiacamente José de Figueiredo «*dans le monde international des spécialistes et des amateurs, d'une gloire certaine. (...) Familier de notre Ecole, connaissant nos Maîtres, J. de Figueiredo choisit avec décision et volonté les pièces traduisant le mieux l'évolution des styles de notre sculpture et marquant leurs étapes.*»[1403] As palavras de Dezarrois vão, afinal, de encontro às ideias sobre A(s) Arte(s) e a sua Exposição que José de Figueiredo plasma nessa mesma data, na introdução ao catálogo da mostra *Exposição de Obras de Arte Francesas Existentes em Portugal,* que inaugura quase em simultâneo no MNAA (a 30 de Junho 1934), ao considerar «*Cette exposition ne souffre d'ailleurs pas du manque d'unité que semblait craindre André Dezarrois dans sa belle et affectueuse préface. Toutes les oeuvres d'art exposées ont, en vérité, en même temps que leur valeur propre - que celle-ci soit simplement expressive ou simultanément expressive et intrinsèque - la valeur que leur donne également l'esprit de la race qui les a créees et qui fait qu'une fois toutes réunies elles constituent aussitôt l'ensemble le plus admirable et le plus élévé. Et peu importe d'ailleurs qu'elles proviennent de différentes périodes, aient en vue des objectifs divers et soient constituées des matériaux les plus variés. Citons, par exemple, ce qui se passe dans cette exposition pour les deux belles sculptures de Joseph Bernard:* Femme avec

[1403] Dézarrois 1934: s.p.

enfant *et* Jeune femme à la cruche. *Placées dans la salle où prédomine le XVIII*[e] *siècle, à côté de Gobelins typiques du milieu de cette période, et non loin du célèbre groupe du XVI*[e] *siècle:* Les Trois Gâces*, de Pilon, ces deux bronzes, malgré leur sens moderne très accusé et l'influence asiatique qu'ils révèlent, s'y trouvent mis en valeur d'une façon tout à fait remarquable. Toutes ces pièces sont reliées par leur excellent équilibre et leur admirable harmonie, c'est-à-dire leur bon goût solide et parfait, qualité qui, tout en étant essentiellement latine, est, et a toujours été a travers les siècles, l'apanage suprême de l'Art Français.»*[1404]

Voltemos agora a refazer o percurso interno pelo Museu proposto por José de Figueiredo nos anos finais da sua actuação, mas ainda no velho Museu das Janelas Verdes, antes das obras do Estado Novo, tal como nos é dado pelo *Roteiro* de 1938, para reencontrarmos a escultura exposta e as alterações introduzidas desde 1924.[1405]

Na Entrada das Janelas Verdes, a *Descida da Cruz*, painel em terracota, surgia colocado por cima de um frontal de azulejos policromados do séc. XVII. *Uma teia em pau-santo, do sec. XVII,* servia de anteparo a este conjunto.

No Vestíbulo, outro baixo-relevo em terracota policromada*, Santa Clara e o Exército de Frederico II*: *a face do plinto em que o baixo relevo assenta está coberta por um painel de azulejos polícromos, do séc. XVII*, e como o anterior, tinha como anteparo outra teia de pau preto da mesma época. Aqui ainda se podia ver o *Presépio dos Marqueses de Belas*, por então atribuído a Joaquim Machado de Castro e a Pedro Alexandrino.

Sobre um contador (trabalho português do séc. XVII) encontrava-se *um Grupo em barro, representando Nossa Senhora, Santa Ana, o Menino Jesus e S. João Baptista, obra portuguesa do século XVIII*, e sobre outro pequeno bufete do séc. XVII, mais um *grupo de presépio, também em barro, obra de António Ferreira (sec. XVIII)*. Estas seriam, claramente, esculturas portuguesas admiradas e queridas a Figueiredo. António Augusto Gonçalves, director do Museu Nacional de Machado de Castro, em 1921,

[1404] Figueiredo 1934: XXXVII-XXXVIII.
[1405] Todas as citações que se seguem são feitas a partir do *Catálogo-Guia do Museu das Janelas Verdes*. Lisboa: 1938.

comenta que lhe pedira uma parte da *Cavalgada* de António Ferreira, mas fora-lhe negada: «*custa-lhe separar-se della*»[1406].

Nas Salas de Cerâmica, a Sala IV - as salas agora identificavam-se por números e não pela sequência alfabética - mostrava *duas figuras de vulto em faiança polícroma, no estilo dos Della Robbia,* que *representam Nossa Senhora com o Menino e S. Leonardo*. Faziam-se notar as esculturas de um baixo-relevo em mármore com a representação da *Virgem com o Menino e S. João,* dadas à mão de *Andrea Sansovino*, *com moldura circular de faiança policroma de Luca della Robbia*. Das oficinas dos Della Robbia, *dois medalhões*, o *Pelicano* e a *Cabeça de Condottieri* (o ilustre Dario), um *Pórtico de sacrário* e a *escultura Mater Dolorosa*, *fragmento de um retábulo em faiança do séc. XVI, provavelmente trabalho peninsular*.

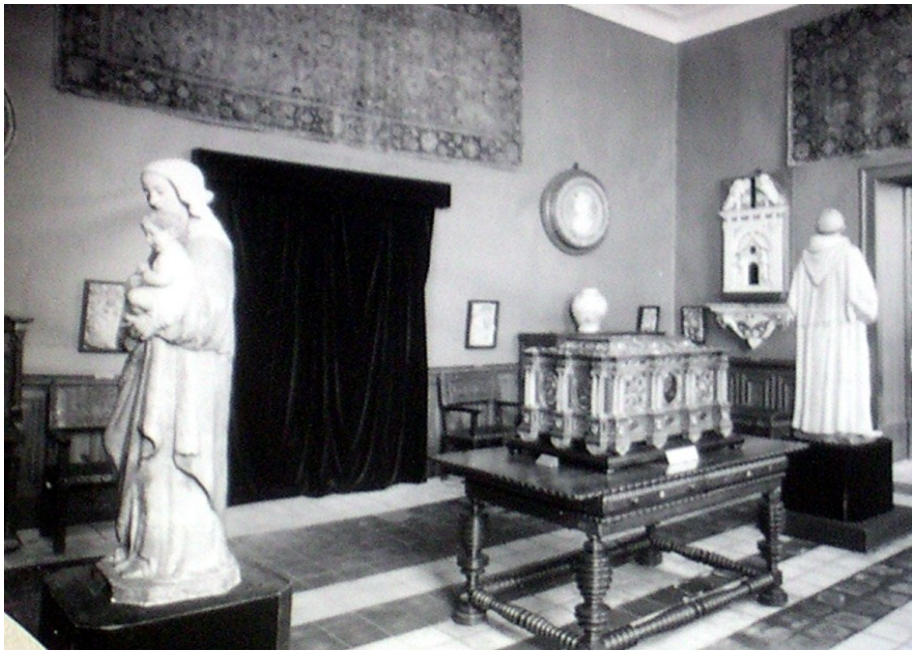


Figura 250 - MNAA, Sala IV © MNAA, Arquivo fotográfico

Da *escola de Nottingham*, ali estavam *sete baixos relevos em alabastro dos secs. XIV e XV, representando* o *Ecce Homo*, o *Enterro de Cristo*, a *Virgem em Glória*, a *Adoração dos Reis Magos*, duas *Trindades*, a *Virgem*, e uma *Santa Face*, para além de uma *Estatueta representando Santa Catarina*, *também executada em alabastro e de idêntico fabrico e época.*

Da "escola portuguesa", salientavam-se uma *Escultura em pedra de Ançã, do começo do sec. XVI, representando um Evangelista*, *e uma Nossa Senhora com o*

[1406] Carta de António Augusto Gonçalves para Luciano Freire, datada de 5 de Setembro de 1921, transcrita por Pontes 1999 (Anexo C-38) a partir do original conservado em MNAA, Arquivo do Dr. José de Figueiredo, Caixa 10, Doc. 13.2.

Menino, imagem de barro policromado, obra dos fins do sec. XV, que dera entrada no Museu durante o processo de execução da Lei de Separação do Estado das Igrejas (1913). Esta última, rara e bela escultura quatrocentista, foi uma escolha que veio a tornar-se parte do imaginário simbólico da "casa das Janelas Verdes" onde amigavelmente se identifica como "a padroeira".

Figura 251 - Virgem com o Menino, MNAA inv. 486 Esc © MNAA, Arquivo fotográfico

Na visita proposta em 1938, a Sala VII dizia-se ainda «*Em organização*», destinada à *Escultura em barro,* com a menção de que viria a receber *as estatuetas de barro policromado pertencentes aos antigos presépios dos conventos da Madre de Deus, do Sacramento, das Albertas, do Desagravo*, *etc*. *Pequenos presépios, em maquinetas, provenientes do antigo paço de São Vicente e do convento do Sacramento*. *Obras de Joaquim Machado de Castro, António Ferreira e de outros barristas do século XVIII*. *Série de estatuetas de barro da antiga escola de Mafra, da autoria de José Joaquim Leitão, discípulo de Giusti, Francisco Leal Garcia, Alexandre Gomes (discípulo de Giusti), Faustino José Rodrigues, Nicolau Vilela e outros*. Também aí figurariam *as Esculturas em barro policromado dos séculos XV e XVI, etc.*. O destino desta sala é confirmado pelo percurso feito por Norberto de Araújo, acompanhado por Martins Barata, nas suas *Peregrinações em Lisboa* (Livro VII, vol. II, cap. VIII: 67), em 1939.

Entre a pintura, e por aqui terminavam as esculturas, na Sala XI, dedicada às *Escolas Portuguesa, italiana, dos Países Baixos e alemã* surgiam os *dois medalhões representando São Lucas e São João, faiança polícroma da escola dos Della Robbia*, sempre nas paredes, encimando os eixos das portas das salas.

Figura 252 - MNAA, Sala XI © MNAA, Arquivo Fotográfico

No exterior, fazendo face ao amplo horizonte do Tejo, o modelo de exposição de esculturas *en plein air* defendido por José de Figueiredo acabará por ser posto em prática por João Couto, como já vimos atrás. O modelo, moderno, já distante do Museu de Cluny oitocentista, colheu-o nas ideias de Louis Hautecoeur (1884-1973) apresentadas na *Conférence Internationale d'experts pour l'étude des problèmes de museógraphie génerale*, realizada em Madrid em 1934 por iniciativa da Sociedade das Nações e do *Office International de Coopération Intellectuelle*[1407]. Hautecoeur retoma os pressupostos da sua conferência de 1933 (*École du Louvre*, 2 de Março), entretanto publicada na revista *Mouseion* sob o título "Architecture et organisation des musées"[1408]. João Couto reconhece que a presença de um jardim em volta do museu cria uma protecção conservativa dos objectos contra as vibrações da rua ou os fumos nocivos. Mas, além disso, «*nos jardins é sempre possível dispôr certos objectos, como estátuas, fragmentos arqueológicos ou arquitectónicos em mistura com tufos de verdura, as flôres e as águas*» (Couto: 1943: 16-17).

[1407] Hautecoeur 1935:12-37 *apud* Peressut 2005: 68-78.
[1408] Hautecoeur 1933 *apud* Peressut 2005: 88.

Estava, por agora, encerrada a discussão sobre a mudança do Museu Nacional de Arte Antiga para outro espaço: a implantação na paisagem passou a ser uma mais-valia mental e simbólica, transformou definitivamente o Museu em «Sítio», ainda que possam e devam continuar a discutir-se *ad infinitum* as vantagens da sua transferência.

III. 1.3. João Couto e a Institucionalização da Secção de Escultura do MNAA

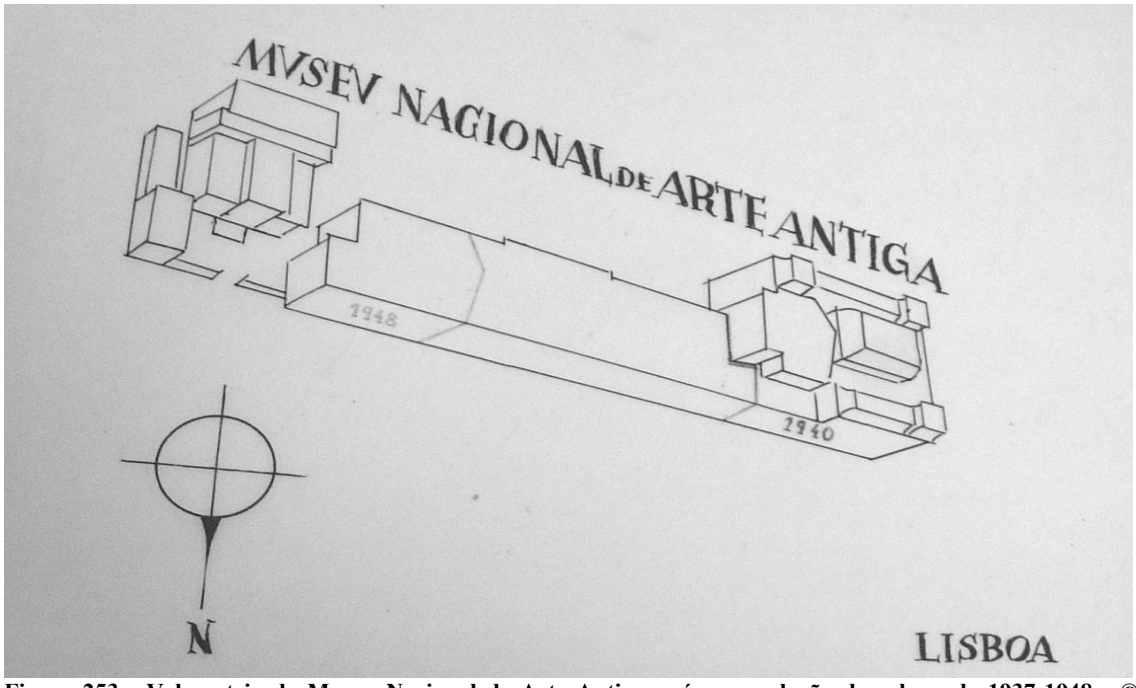


Figura 253 - Volumetria do Museu Nacional de Arte Antiga após a conclusão das obras de 1937-1948 © MNAA, Arquivo fotográfico

O grande corte com o conceito de um Museu-Pinacoteca ambicionado por José de Figueiredo ocorre com a chegada de João Couto (1892-1968) à direcção do Museu das Janelas Verdes, em 1938[1409]. Teve de confrontar-se de imediato com a realidade das obras iniciadas no novo edifício Anexo em Setembro de 1937 (ultimadas em Fevereiro de 1940) «*segundo os planos inicialmente estabelecidos e com muitos dos quais eu não*

[1409] Por então integrado nos Museus Nacionais de Arte Antiga, junto com o Museu dos Coches. O Dec. 26.175 de 31 de Dezembro de 1935 anexa o Museu dos Coches ao Museu das Janelas Verdes, passando ambos a estar sob a denominação de Museus Nacionais de Arte Antiga. Em 1943, o Dec.-Lei nº 33.267 (DG, Série I, nº 256, 24 Novembro 1914) volta de novo a separá-los e o Museu das Janelas Verdes recebe a designação de Museu Nacional de Arte Antiga, que mantém até hoje.

estava inteiramente de acordo» (Couto 1948: 13) e avançar com a necessária remodelação do Palácio Alvor[1410].

Mais ainda, havia que adaptar o conceito de museu que defendia a um espaço que não era para si o ideal e cujo programa começara a delinear há algumas décadas e a procurar actualizar em moldes muito diferentes, tendo por epílogo o desenvolvimento da instituição como *«Centro de Estudos de Arte*» sob o mote da educação pela arte (Couto 1948: 15). Não se tratava já do museu académico oitocentista, mas de uma casa com um objectivo social e respondendo ao interesse colectivo da sua época, aberta a todos os auditórios, ao grande público anónimo, críticos de arte, museólogos, estudantes das escolas de todos os ramos do saber e aos praticantes de todas as artes. Para isso era necessário que o museu dispusesse de serviços técnicos adequados e cientificamente habilitados ao exercício do estudo das obras de arte (histórico e laboratorial): biblioteca, sala de conferências, salas de exposições temporárias, laboratórios, espaços onde fosse possível fazer «*visitas explicadas*»[1411]. Todo o projecto foi executado, incluindo ainda os serviços de extensão escolar mais tarde corporizados no "Serviço Educativo»[1412]. Promoveu-se a publicação da segunda série do *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. Produziram-se contínuas exposições temporárias. Procedeu-se à organização de um Arquivo Museológico[1413]. Realizaram-se conferências, concertos ou sessões de cinema. Editaram-se roteiros (5 edições durante a direcção de João Couto) e catálogos. Fomentou-se o estudo laboratorial das obras de arte. Na década final da sua responsabilidade superior, segundo as palavras do próprio director, em 1960, o Museu obedecia já ao *slogan* - «*Todo o Museu é uma escola; nenhuma escola pode passar sem o Museu*» (Couto 1960, ed. 1962: 5).

[1410] Manaças 1991 e Manaças 1992; Couto 1992; Couto 2002; Couto 2004; Costa 2006 e Costa 2011.
[1411] A expressão surge pela primeira vez publicada no *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. Vol. II, Nº 1, Janeiro-Dezembro 1948: 49.
[1412] Cf. Costa 2011: 16.
[1413] *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. Vol. III, Fasc. Nº 3 (Janeiro-Dezembro 1956), 1957: 57-58: «*Iniciou-se no Museu de Arte Antiga um arquivo destinado a registar tudo quanto diz respeito à vida dos museus, suas actividades, problemas de ventilação e aquecimento, sistemas de apresentação das espécies e sua defesa, etc. O arquivo contém fotografias dos museus existentes no país e dos museus estrangeiros. Bastou que «*Icom News*» (vol. X - Nº 3, pág. 9) desse a notícia da fundação deste arquivo no Museu Nacional de Arte Antiga, para que ele se enriquecesse com documentos, informações e outro material mandados de todo o mundo e todos recorressem ao novo serviço de informação, que está a cargo da Licenciada Belarmina Ribeiro*.». Vd. também Ribeiro (1960) ed. 1962.

a

b

Figura 254 a e 254 b - Hall de entrada do MNAA, após 1943, projecto de Guilherme Rebelo de Andrade e Hall de entrada dos Musées royaux des Beaux-Arts de Belgique, Musée d'art ancien, Bruxelas, projecto de Alphonse Balat, 1887. © MNAA Arquivo fotográfico.

Na topografia da exposição, o Anexo, o grande *hall* de elevado pé direito, desenhado por Guilherme Rebelo de Andrade (1891-1969) à imagem da entrada do Museu de Arte Antiga de Bruxelas, concebido como espaço de distribuição da visita pelas alas seguintes do Museu, estava destinado à Escultura, dando continuidade à ideia original de José de Figueiredo. João Couto é muito claro nessa sua afirmação: «*A grande sala central de entrada figurava no projecto primitivo como destinada à escultura. Todos conhecem o pé direito deste compartimento e todos sabem que não existem no Museu peças escultóricas à escala do seu tamanho. As duas paredes laterais destinavam-se a receber um sonho de José de Figueiredo. Eram duas tapeçarias de Pastrana que o meu eminente antecessor sempre supôs que, um dia, traria para o Museu de Lisboa. Encontrei-me diante dum grave problema. O que ia eu pôr, sem escultura e sem panos de armar, nesta enorme sala? Foram muitos meses de cogitação com noites de grandes preocupações. Por fim arranjou-se uma solução de emergência. As paredes foram revestidas dos grandes e magníficos tapetes persas que o museu possui e outro grande tapete persa se colocou no pavimento. Com esculturas de insuficiente dimensão, os formosos jarrões da China, colocados em magníficas peanhas, excelentes arcas, dois grandes bufetes e os medalhões no estilo Della Robbia, se compôs este grande compartimento. Na galeria superior dispuseram-se móveis e mais tapetes persas. E, se temos de admitir que muitas vezes a escala sofre um tanto, a*

opulência de cor que se desprende das belíssimas alfombras enche este espaço demasiadamente vasto.»[1414]

No Palácio, durante as obras de reforma que decorreram entre o segundo semestre de 1942 e o início de 1945 e «*para não privar o público das obras de arte essenciais que o Museu guarda*»[1415], é organizada *a Exposição Temporária de Algumas Obras de Arte do Museu das Janelas Verdes,* que inaugura a 28 de Setembro de 1942. Não correspondendo, apesar de tudo, às reais necessidades da secção de Escultura, a oportunidade é aproveitada para mostrar obras «*entre as quais figura a curiosa pedra, recentemente adquirida, que constitui a parte superior duma fonte. Outras esculturas se distribuíram pelas várias salas e entre elas o grupo de alabastro de Notthingham do Século XV, também comprado há pouco tempo, representando* Santa Ana e a Virgem.»[1416] Era pela primeira exposta ao público uma das obras icónicas da secção de Escultura, embora seja a peça mais distante da identidade genérica da Colecção, dado o seu carácter civil, e única deste tipo.

Figura 255 - Fonte Bicéfala, MNAA Inv. 644 Esc, Aquisição, 1939 ©MNAA, Arquivo fotográfico

Contudo, era notório para João Couto que a colecção de escultura do MNAA tinha um carácter muito particular, chegando a anunciar um ensaio em que justificaria as razões por que, «*sendo o Museu de Arte Antiga tão rico em pintura, a escultura não ocupa nele uma posição similar.»*[1417] Não tendo concretizado tal intenção, reconhece,

[1414] Couto 1958 a; as ideias expressas já estavam contempladas em artigos publicados em 1939 e em 1948, cf. Couto 1939: 52 e Couto 1948: 12.
[1415] "Exposição Temporária de Algumas Obras de Arte do Museu das Janelas Verdes". *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*. Vol. II, nº 8, 1943: 190-191.
[1416] Idem: 191.
[1417] Couto 1959: 1

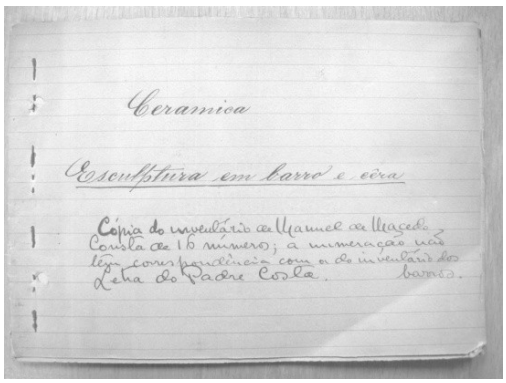
todavia, em 1960, a sua existência orgânica e administrativa ao elencar a Escultura entre os departamentos constituintes do MNAA e ao destacar, entre as artes decorativas, a área da «*arte da madeira*», em que distingue a «*talha*» do «*mobiliário*» (Couto 1960, ed. 1962: 3-4).

É importante assinalar que, em 1941, o escultor Barata Feyo entrara na equipa do Museu de Arte Antiga como conservador-tirocinante[1418]. Certamente pode considerar-se ter havido convergência nos interesses do escultor e do director, que resultará na abertura à escultura manifestada por João Couto. Traduziu-se, nomeadamente, num esforço continuado de aquisição de obras esculpidas que, como curiosamente se designam nas notícias constantes do *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, foram adquiridas a particulares ou "compradas no «*bricabraque*»". Sabemos que Barata Feyo se dedicou durante algum tempo ao inventário da Colecção de Escultura, especialmente ao registo dos alabastros medievais ingleses e da produção em barro, tendo sido sobre este último núcleo que elaborou o seu trabalho de tese profissional[1419]. À sua chegada, o inventário encontrava-se, aliás, em formato muito rudimentar, contando apenas com os verbetes das peças em barro e cera, alguns redigidos ainda por Manuel de Macedo no MNBA, completado por Vergílio Correia

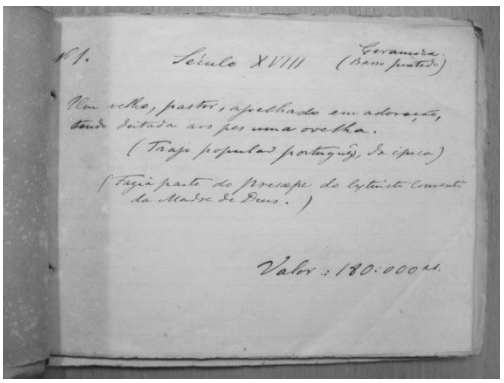
[1418] Salvador Carvão d'Eça Barata Feyo, escultor, nasceu em Mossâmedes a 5 de Dezembro de 1899. Vem muito jovem para Portugal, onde frequenta o Colégio Militar. Em 1918 regressa a Angola, onde permanece até 1920, ano em que volta a Lisboa e se inscreve na Academia de Belas Artes. Termina o curso de escultura em 1929, depois de ter frequentado aulas nos de Arquitectura (1923-1924) e de Pintura (1924-1925). Foi aluno do pintor Condeixa e de Luciano Freire na aula de Desenho; aprendeu pintura com Columbano Bordalo Pinheiro; arquitectura com José Luís Monteiro e Simões de Almeida (sobrinho) será o seu mentor na escultura. Tenta ingressar no atelier de Francisco Franco, mas tal oportunidade é-lhe negada. Entre o final do seu percurso académico e 1933, produz continuamente obra escultórica, grande parte dela modelada em barro, ganhando reconhecimento artístico de relevo que não mais o abandonará. Em 1933, como bolseiro do Instituto de Alta Cultura, viaja para Itália. Na década de 1940, paralelamente à sua criação escultórica que lhe dá renome, exerce actividades na área dos Museus e faz investigação sobre a história da escultura portuguesa. Em 1941, é admitido como conservador-tirocinante, isto é, estagiário, no Museu Nacional de Arte Antiga, autorizado por despacho exarado no DG, nº 94, 2ª série, de 24 de Abril de 1941; em 1944 é nomeado definitivamente conservador dos Museus e Palácios Nacionais. No ano de 1947 edita *A escultura de Alcobaça*. Em 1948, parte para o Porto, onde será professor da Escola de Belas Artes e depois seu subdirector, até 1972. Entre 1950 e 1960 exerce também as funções de director interino do Museu Nacional de Soares dos Reis. Morre em Lisboa em 1990.

[1419] No âmbito das reuniões de estudo bi-mensais dos estagiários para Conservador de Museu, apresentou uma primeira conferência, em 16 de Junho de 1942, com o título *O grupo escultórico «Morte de S. Bernardo da igreja do Mosteiro de Alcobaça.* Cf. *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*. Vol. II, nº 7, 1942: 152. Em 1944, a 22 de Dezembro, no mesmo âmbito, faz a comunicação *O senso estético da escultura do Mosteiro de Alcobaça*. Cf. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. Vol. I, nº 1, 1946: 59.

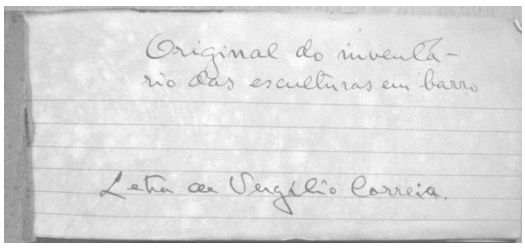
entre 1916 e 1920-21 e sendo retomado apenas pelo escultor[1420]. Em 1939 faltava ainda inventariar os núcleos de escultura em pedra e madeira (Pinto [1939] 1944: 68).



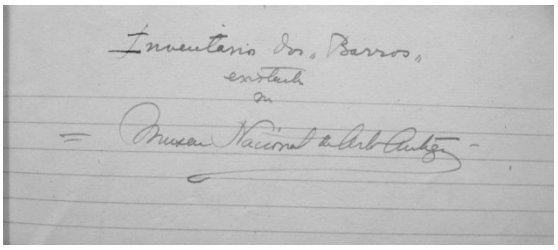
a



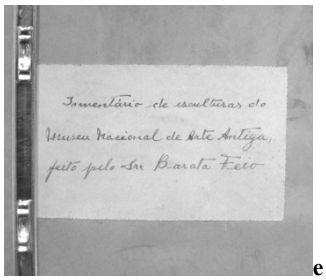
b



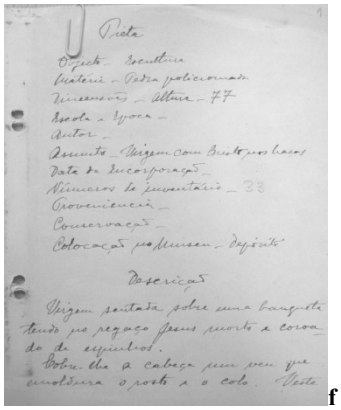
c



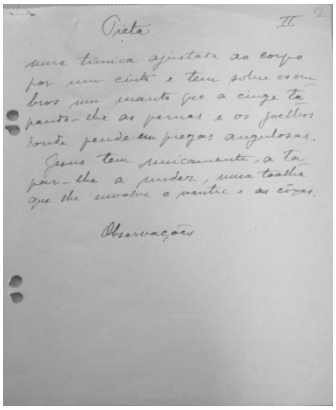
d



e



f



g

Figura 256 - MNAA, Arquivo de Inventário, Inventários antigos da Colecção de Escultura: 256 a e 256 b, Manuel de Macedo; 256 c e 256 d, Vergílio Correia; 256 e, 256 f e 256 g, Barata Feyo

Com João Couto desenhou-se pela primeira vez a trilogia "exposição (espaço) /secção (investigação) / colecção (acervo)" que caracteriza até hoje a orgânica e as práticas de cada área de especialização do Museu Nacional de Arte Antiga.

[1420] "Relatório da Direcção dos Museus Nacionais de Arte Antiga respeitante ao ano de 1941. Museu das Janelas Verdes". *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*. vol. II, Fasc. 7, Janeiro-Junho 1942, 101-107; *vd*. p. 103: «*(...) Ao conservador tirocinante sr. Barata Feio deve o Museu assinalado serviço. Este senhor desempenhou-se com o maior zelo da criação e da organização do inventário da escultura, juntando a cada verbete descritivo fotografia das obras (conjuntos e pormenores) todas da sua autoria*.»

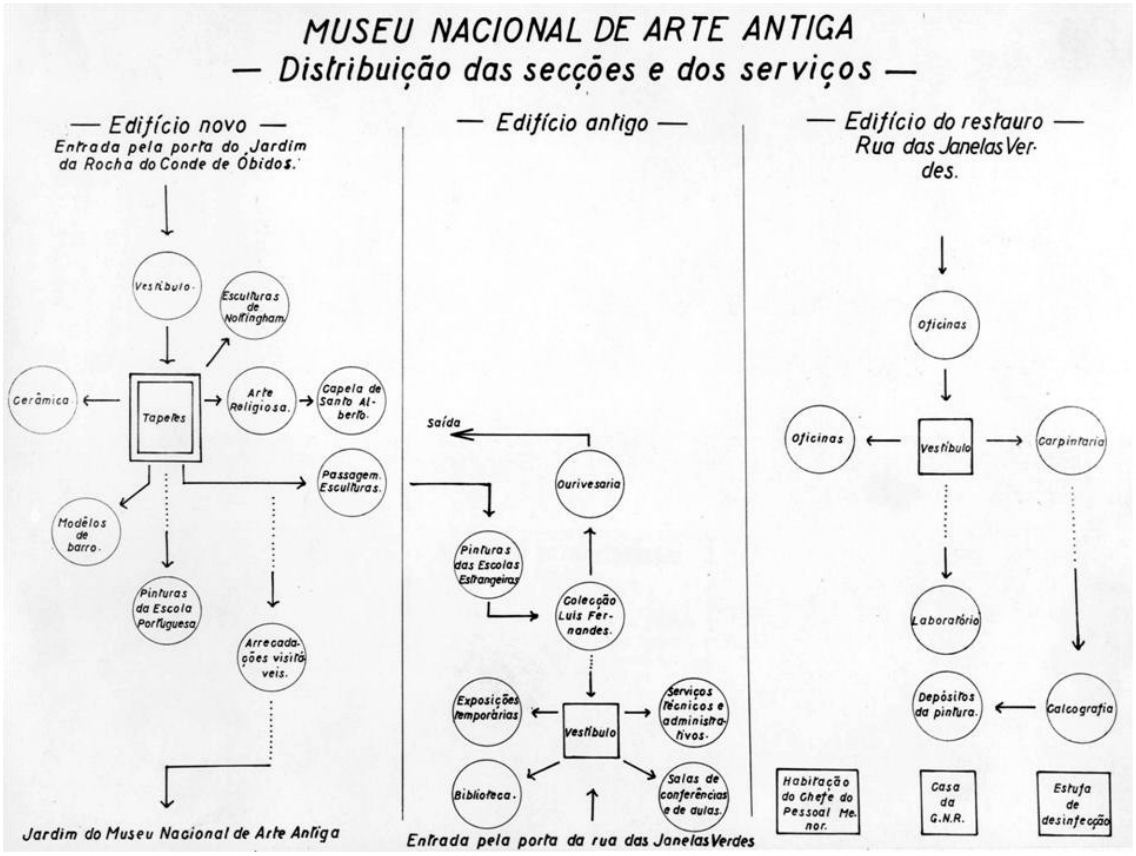


Figura 257 - Organigrama do MNAA segundo o espaço. Direcção de João Couto
© MNAA, Arquivo fotográfico, espólio proveniente do Arquivo Museológico

Exemplar e sintomático da nova linha conceptual introduzida, o estímulo à paulatina profissionalização e valorização científica que era desejável na acção e nas funções do Conservador, suscitará no Museu a reflexão sobre a expografia da Escultura, tanto no âmbito dos estágios, como no âmbito da promoção e do incentivo à investigação que resultaram em conferências, publicações várias ou actividades do Centro de Estudos de Arte e Museologia, dependente do Instituto de Alta Cultura (1943), mas localizado no Museu das Janelas Verdes[1421].

Assim registam-se, desde 1945, os trabalhos de Barata Feyo, Maria José de Mendonça, Manuel Bom (1955-1956), Belarmina Ribeiro (1959, ed. 1960) e Cordeiro de Sousa (1959, ed. 1960), desenvolvidos enquanto teses para a obtenção do grau de Conservador ou enquanto investigações museológicas, ou ainda o de Fernando Russell Cortez na forma de um projecto de exposição complementar à tese (1955)[1422]. A estes junta-se ainda um número significativo de artigos publicados no *Boletim do Museu*

[1421] *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*. Vol. III, nº 9-10, 1944: 70.
[1422] Fernando Augusto de Barros Russell Cortez «O Cristo na escultura de Notthingham do século XV».

Nacional de Arte Antiga especificamente dedicados à Escultura[1423] e ainda outras publicações sobre exposições realizadas no Museu ou sobre peças do seu acervo[1424], tal como uma série de conferências[1425].

Barata Feyo, na proposta de *Organização de uma Galeria de Escultura num Museu do Tipo das Janelas Verdes*[1426], em 1948, virá a caracterizar, por oposição, o papel desempenhado por José de Figueiredo e por João Couto na valorização e exposição da Escultura. Procurava equacionar o problema que considerava fundamental para a mostra desta colecção em função de duas hipóteses, uma que consistia em adaptar no Museu das Janelas Verdes uma Galeria de Escultura, e que se perfilava como a sua solução preferida; ou então, saber se o problema residia unicamente em expor num Museu-Palácio a colecção de escultura, opção que implicava apenas uma exposição das peças que pelas suas qualidades decorativas pudessem servir de adorno às salas e, se assim fosse, deveriam ceder-se as peças a outros Museus do Estado com outras capacidades expositivas e de construção discursiva. Ele mesmo reconhece que as obras do final da década de 30 e década de 1940 acabaram por não apetrechar o Museu com salas adequadas à mostra de esculturas, e remata «*que só é possível dar satisfação a este desejo (...) se assentarmos, em primeiro lugar, que algumas peças desta colecção podem continuar a expor-se, por assim dizer, como adornos decorativos, de salas e passagens, sem que isso de modo algum as humilhe, dependendo o êxito, evidentemente, do critério da escolha; em segundo lugar, adaptando para o fim em vista a sala grande contígua ao vestíbulo do anexo e a galeria do 2º pavimento que devassa a mesma sala (...), embora o espaço destas duas dependências não seja tão*

[1423] Bodkin 1945; Feyo 1945; Mendonça 1946; Estevens 1946; Feyo 1947; Mendonça 1955; Ribeiro (1959) ed. 1960; Sousa (1959) ed. 1960.
[1424] Macedo 1939; Macedo 1940a e 1940b; Felgueiras 1942; Carvalho 1956.
[1425] Destaque para a conferência de Frederico Marés Deuloval que apresentou «Museos de España - El Museo Sentimental», dando ampla projecção ao Museu fundado pela cidade de Barcelona com as colecções doadas por si onde tem destaque especial a Colecção de Escultura. Cf. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. Vol. I, Fasc. Nº 4, Janeiro-Dezembro 1947: 242. Frederic Marés Deulavol regressou em 1949 e faz uma segunda conferência, no dia 28 de Novembro, sobre "El Monasterio Real de Santa Maria de Poblet". Cf. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. II, Fasc. Nº 2, Janeiro-Dezembro 1949: 71-72. Refiram-se ainda outras conferências proferidas por especialistas estrangeiros especialmente dedicadas à Escultura como: Prof. Figueira Valverde «Gregório Hernandez y la Escultura Barroca» (24 Julho 1950); Dr. Georges Gaillard «Le pélérinage de Compostelle et la naissance de la sculpture romane» (26 Outubro 1950); J. M. Cordeiro de Sousa «Os Jacentes da Sé de Lisboa e a sua indumentária» (27 Abril 1951); Mário Tavares Chicó «A Escultura e a Talha nos Monumentos da Índia» (10 Maio 1955).
[1426] Feyo 1948.

grande que nele possa expor-se toda a colecção de escultura, é no entanto suficiente para tornar patente um grande número de peças mais notáveis da colecção»[1427].

Em síntese, a solução preconizada por Barata Feyo para mostrar a escultura passava por limpar os adornos das paredes, apagar o brilho dos mármores das pilastras, colorir as superfícies intercaladas nessas pilastras com tons de pouca intensidade, fluídos e atmosféricos. Era necessário dar à sala e à galeria uma impressão de grandeza, de luminosidade, de espaço, pois luz e espaço eram exigências da moderna museologia para as galerias de escultura[1428], condenando a luz sombria e sem vibração, sugerindo que se empregassem as tonalidades azuladas ou verdes, aplicadas com uma esponja, nunca com o pincel. Quanto à organização, ela seria feita por ordem cronológica e, dentro desta cronologia, agrupando as obras segundo o seu carácter religioso ou profano.

O debate interno no Museu de Arte Antiga, tornado mais premente pelo crescimento contínuo das colecções, continuou durante toda a década de 1950. O próprio director João Couto o comunicava publicamente em Guimarães, em 1953, ao reconhecer que «*já hoje o Museu se mostra acanhado diante do afluxo das obras, especialmente das últimas doações, entre as quais se conta por mais avultada e valiosa a que foi feita pelo generoso Sr. Calouste Gulbenkian. E corajosamente tem de se enfrentar a solução futura para que, quanto a mim, outra não pode ser senão a de dividir as colecções, deixando no edifício das Janelas Verdes as Artes Decorativas, que no velho palácio encontram o ambiente próprio, e encarando-se para o futuro a construção, de raiz, de uma pinacoteca a instalar numa casa racionalmente construída e que encerre toda a pintura portuguesa desde o portentoso políptico de Nuno Gonçalves até às obras dos nossos artistas mais avançados, podendo adicionar-se a esta construção, fundindo-se com ela, uma glipoteca para a qual se vão pacientemente reunindo as peças*.»[1429]

[1427] Idem: 14-15.
[1428] Não refere, porém, as suas fontes. Consideramos, como hipótese operativa, que as suas concepções partem em primeiro lugar do magistério de João Couto no MNAA, mas também de algum conhecimento obtido durante a viagem que fez a Itália em 1933, enquanto bolseiro do Instituto de Alta Cultura, mas cujo relatório não conseguimos até ao momento localizar.
[1429] João Couto, palestra no Museu de Alberto Sampaio em 10 de Maio de 1953, publicada in *Ocidente*, nº 292, 1962 *apud A Obra do Dr. João Couto no Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: MNAA, 1967: "VI/ Conclusão", s.p.

Para João Couto «*Um museu moderno é uma casa em constante movimento*»[1430] e em 1954-1955 regressa à defesa anterior, pois o MNAA continuava a precisar de mais espaço - e de espaço qualificado -, tal como previra no momento do seu acesso à direcção e se tornava para todos cada vez mais evidente.

A formulação de um museu novo continua na vontade do director Couto, que avança com a proposta de divisão dos serviços por dois estabelecimentos diferentes. Manter-se-ia o Museu Nacional de Arte Antiga, transformado num «*grande Museu de Artes Decorativas*» e em nova construção deveria surgir, «*em lugar conveniente, longe da atmosfera nociva das instalações portuárias e no meio de grandes aglomerados de verdura, uma pinacoteca e gliptoteca*»[1431] (...); uma gliptoteca «*onde, um dia, haverá decerto obras de valor para exibir*»[1432]. Esses anos da década de 1950 registavam uma área museológica portuguesa mais enriquecida de gentes, de instituições, de especialistas, que estão a par dos contextos internacionais por via quer da permanente ligação ao ICOM, quer dos contactos pessoais estabelecidos e constantemente alimentados com os técnicos de outros países (basta conferir o elenco dos correspondentes de João Couto conservado no seu espólio pessoal[1433]). A argumentação de João Couto (em que ecoa uma vaga inspiração em Joaquim de Vasconcelos ao sugerir, em 1914, uma possível separação entre o acervo de obras de Belas Artes e o de Artes Decorativas[1434]) seria naturalmente entendida pelos seus pares, mas nunca politicamente atendida.

Na reflexão desenvolvida por Manuel Bom, escultor de formação[1435], entre 1955 e 1956, levado a estudar *a Evolução da Escultura em Portugal analisada através da colecção do Museu Nacional de Arte Antiga*[1436], percebemos que o problema do espaço adequado à exposição de escultura continuava na ordem do dia. Sugeria a transformação da sala situada entre a Sala dos Tapetes e a Sala de Cerâmica numa Galeria de Escultura. A concretizar-se a sua proposta, no Anexo, o percurso expositivo da colecção escultórica passaria a fazer-se pela entrada, passagem à direita por uma pequena sala de

[1430] Couto 1948: 21.
[1431] Couto 1956: 57.
[1432] Couto 1956: 58.
[1433] MNAA, Arquivo do Dr. João Couto, 44 dossiers.
[1434] Vasconcelos 1914. Cf. Parte IV.11. desta tese.
[1435] Manuel da Silva Marques Bom entrara em 1954 no estágio de preparação para ingresso no lugar de Conservador dos Museus, dos Palácios e Monumentos Nacionais.
[1436] Bom 1955-1956.

escultura, frontal a uma galeria, depois continuava, em eixo longitudinal, pelo vestíbulo e corredores de ligação do edifício novo ao Palácio, com a Sala Machado de Castro e, do lado oposto, pela Capela das Albertas e seus espaços adjacentes.

Manuel Bom preconizava uma Galeria iluminada com luz natural a partir do tecto, isto é, com luz zenital a controlar através da colocação de um falso tecto em placa suspensa e opaca, solução que melhor adequaria os elevados pés direitos das salas à escala dos objectos escultóricos. Procurava-se assim minorar a falta de espaço que, à data, obrigava à exposição das peças em vãos de janelas, observadas em contra-luz, defendendo à porfia que não fazia sentido um Museu que ostentava a designação de Museu Nacional de Arte Antiga não possuir uma colecção de escultura que se pudesse colocar em paralelo com a da pintura ou com a das artes decorativas, porque também não lhe era conferida a desejada e correcta dignidade espacial.

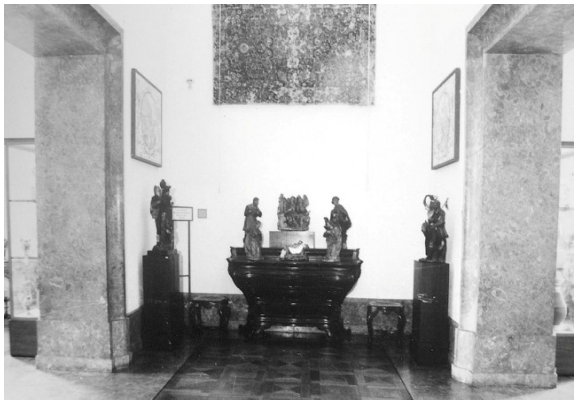
Em sinopse, durante os quase 25 anos da direcção de João Couto, entre 1938 e 1962, foram fundamentalmente cinco as linhas fundamentais de actuação perante a Colecção-Exposição de Escultura, participantes na construção da sua ideia de "Museu Plástico e Didáctico".

Primeiro, promoveu a concretização da uma montagem no edifício Anexo já com algum grau de autonomia, sobretudo no que diz respeito às pequenas bolsas dedicadas exclusivamente à escultura; situou uma mostra de características eminentemente sacras nas áreas relacionadas com a Capela das Albertas; integrou os objectos esculpidos no discurso expositivo das restantes colecções[1437]; autonomizou duas salas com obras de Joaquim Machado de Castro e da sua oficina, juntando ainda uma terceira com obras de barristas portugueses dos séculos XVII, XVIII e princípios do século XIX[1438]. Requalificou também o jardim do Museu, onde expôs estatuária em

[1437] «*Em 10 de Junho* [de 1938] *reabriu a Sala das Porcelanas e inaugurou-se uma sala com figuras de antigos presépios, pertencentes ao fundo do Museu»*. In *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga.* Fasc. I, Vol. I, 1939: 7 e 38-39.

[1438] *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. Vol. III, Fasc. Nº 2 (Janeiro 1954-Dezembro 1955), 1956: 104- «*e na mesma ideia de apresentar o maior número possível de obras desses artistas, expôs-se, na época do Natal, no átrio do Palácio das Janelas Verdes, em instalação provisória, um conjunto de figuras, grupos e elementos arquitectónicos pertencentes ao Presépio do Mosteiro da Madre de Deus.»* No fascículo seguinte do *Boletim* volta-se novamente à questão: «*Presépio do Convento do Sacramento. O problema das esculturas em barro para grupos e figuras de presépio tem merecido a maior atenção do Museu e, em especial, da sua Conservadora Maria José de Mendonça. Em tempo, como se noticiou no número anterior deste Boletim, foi apresentado o Presépio do Mosteiro da Madre de Deus, agora exposto numa galeria deste estabelecimento. Para efeito de estudos comparativos foi agora reconstituído e mostrado ao público o Presépio do Convento do Sacramento, apresentando considerável número de*

pedra e colocou em comunhão mais directa o museu e a paisagem, de acordo com princípios modernos, como Diogo de Macedo ensaiara no Museu de Arte Contemporânea do Chiado e como o arquitecto Paulino António Montês (1897-1988) experimentara numa área mais alargada no Museu de José Malhoa, em 1957, nas Caldas da Rainha[1439].


a

b

c

d

e

f

g

espécies. Todos estes trabalhos serão auxílio para o estudo da obra dos barristas portugueses das oficinas de Lisboa, do século XVIII.» Cf. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga. Vol*. III, Fasc. Nº 3 (Janeiro-Dezembro 1956), 1957: 48.

[1439] Santos 2005: 123-134.

h

i

j

k

Figuras 258 a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k - MNAA, museografia da colecção de Escultura, da autoria de João Couto © MNAA, Arquivo fotográfico

Em segundo lugar, o estímulo à investigação nesta área passou, como já vimos, pelos trabalhos de estágio de alguns conservadores[1440], incidindo na expografia da colecção, na inventariação e no estudo de núcleos de referência que constituem o acervo escultórico como os alabastros medievais ingleses, a obra de Joaquim Machado de Castro[1441], a escultura em barro ou a escultura cerâmica della robbiana. Este desenvolvimento é sintomático da tendência clara para a autonomização de uma Secção de Escultura dentro da orgânica interna do Museu Nacional de Arte Antiga, apontada também nos indícios topográfico-expositivos e do enriquecimento do acervo.

Numa terceira linha evidencia-se o investimento conceptual em mostras temporárias variadíssimas, desenvolvidas nos serviços do Museu e/ou abertas a incontáveis parcerias externas de que lembramos, pela sua vocação especializada na

[1440] Couto [1958] editado em 1959-1960.
[1441] Couto 1956: 59: «*Não fazia também sentido que o mais importante Museu da capital não possuísse dependência ou dependências dedicadas à obra de Joaquim Machado de Castro e dos seus colaboradores. Por isso se organizaram e abriram ao público dois compartimentos com essas espécies - trabalhos em madeira, desenhos, modelos de esculturas, entre eles os da estátua equestre do rei D. José, etc.*».

área da escultura, logo em 1938, a exposição dos *Barristas Portugueses dos Séculos XVII-XVIII*, sob o patrocínio da Academia Nacional de Belas Artes[1442]; a da *Estátua Equestre*, em 1940, em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa (realizada no Palácio Galveias); a exposição de *Moldagens de Escultura Medieval* coincidente com a dos Primitivos Portugueses, comissariada por Diogo de Macedo; ou a dos *Aspectos do Natal na Arte Portuguesa*, de 1947-1948, da iniciativa da Liga Independente Católica Feminina Diocesana que contou com cerca de 300 obras[1443]. Destaque também para *A Virgem na Arte Portuguesa* (Maio 1954), *Obras documentadas de Joaquim Machado de Castro e da sua oficina nas colecções do* Museu (Março 1955), *Alabastros de Nottingham na Colecção do Museu Nacional de Arte Antiga* (Fevereiro 1956), *Reproduções de esculturas e vitrais da Catedral de Chartres pertencentes ao Turismo Francês* (Março 1956) e *Imagens da Virgem no Museu Nacional de Arte Antiga*, realizada em 1960.

Tinham como objectivo anunciado que se destinavam a «*cumprir o programa de expansão cultural do Museu das Janelas Verdes*»[1444].

No seu plano, João Couto sempre atribuíra «*uma importância capital às exposições temporárias que permitem mostrar as obras arrecadadas, as das colecções públicas, nacionais e estrangeiras, e as obras pertencentes a particulares*» (Couto 1948: 17). Voltará de novo a destacar o mesmo conceito na síntese projectual de 1956 (Couto 1956: 61): «*As exposições temporárias constituem sem dúvida, uma das mais úteis, embora mais trabalhosas, actividades do Museu. Nelas se devem mostrar obras de arte provenientes de colecções nacionais e estrangeiras, de colecções particulares e dos objectos guardados nas arrecadações, que não têm cabimento nas salas de exposição permanente. Assim se tem feito*.»

[1442] «*Para instalar a Exposição de barros na Igrejas das Albertas e numa das salas do* anexo poente*, procedeu-se à limpeza da referida igreja, obra que foi custeada pela Academia Nacional de Belas Artes, visto ter sido esta que tomou, por proposta do Director do Museu, a iniciativa de ali instalar a exposição dos barristas.*» (...) *24 de Dezembro - Abriu a Exposição de Barristas Portugueses dos Séculos XVII-XVIII com a assistência de Suas Excelências o Presidente da República e Ministro da Educação Nacional, Sua Eminência o Cardeal Patriarca, "Amigos do Museu" e numerosos convidados».* In *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga.* Fasc. I, Vol. I, 1939: 7.

[1443] "Aspectos do Natal na Arte Portuguesa". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. Vol. I, Fasc. nº 4, Janeiro-Dezembro 1949: 235.

[1444] Idem: 36.

Figura 259 - MNAA, Exposição Barristas Portugueses, 1938 © MNAA, Arquivo fotográfico

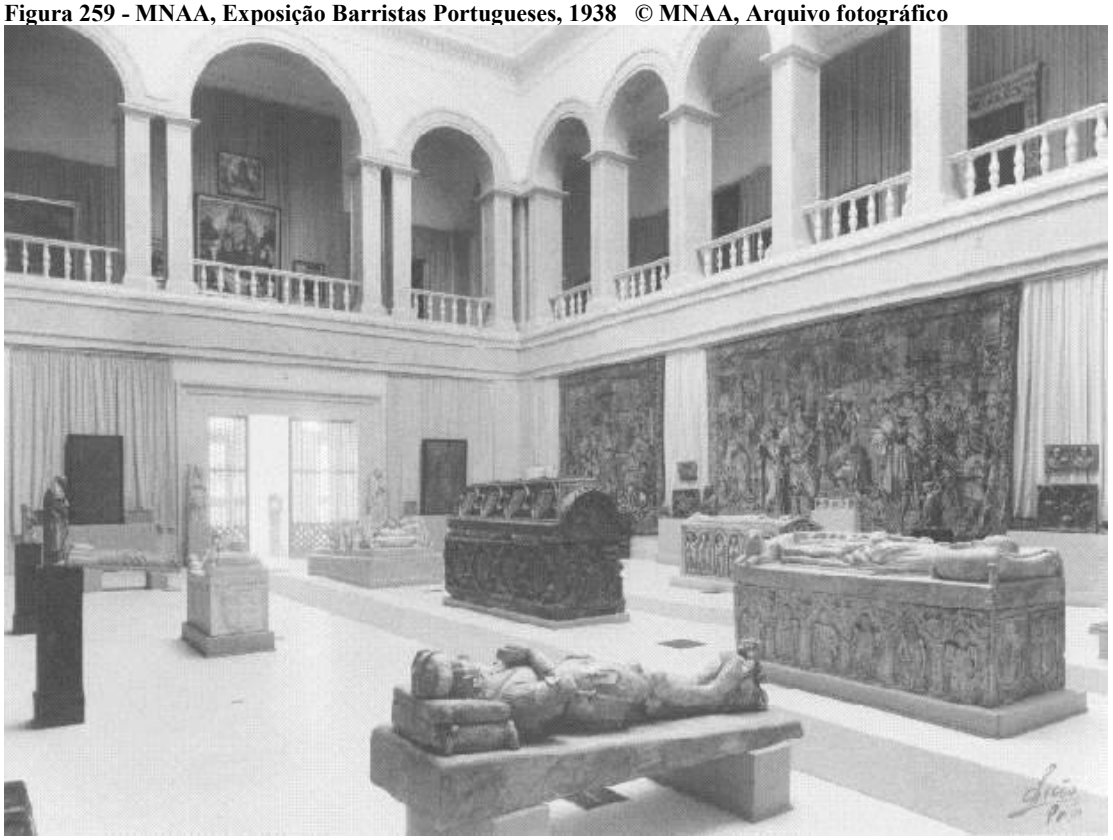


Figura 260 - MNAA, Exposição de Moldagens de Escultura Medieval, Junho 1940
© PT/AMLSB/ALV/I00137, fotografia de Domingos Alvão.

Em quarto lugar, sobressaem as alterações no Museu suscitadas pela exposição da Doação Gulbenkian em duas salas autónomas abertas ao público em 2 de Fevereiro de 1953 (Salas 16 e 17)[1445], na sequência de uma primeira exposição intitulada *Obras de Arte Oferecidas pelo Exmo Sr. Calouste Gulbenkian*, inaugurada em Fevereiro de 1952[1446], logo após a última peça doada pelo magnata ter chegado a Portugal.

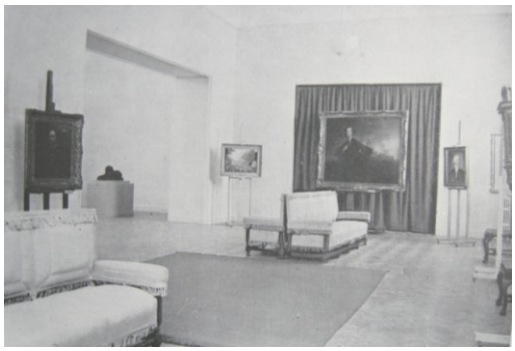


Figura 261 - "Aspecto de uma sala da Exposição das Obras de Arte oferecidas pelo Exmo. Sr. Calouste Gulbenkian". Lisboa, MNAA, 1952. © MNAA, Arquivo fotográfico. Publicada in *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. II, Nº 4, 1953.

a

b

Figuras 262 a e 262 b - MNAA, Salas Gulbenkian, museografia de João Couto © MNAA, Arquivo fotográfico

Figura 263 - MNAA, Galeria do Anexo, Torso, Inv. 745 Esc, Doação Calouste Gulbenkian (1949) © MNAA, Arquivo fotográfico

[1445] "Remodelação de Salas na Galeria de Pintura estrangeira no Museu e Instalação da Doação Calouste Gulbenkian". In *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. Vol. III, Fasc. Nº 1 (Janeiro-Dezembro 1953), 1955: 50-51.

[1446] "1952. Obras de Arte Oferecidas pelo Exmo. Senhor Calouste Gulbenkian". In *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. Vol. II, Fasc. Nº 4, 1953: 53.

Em quinto e último lugar, sem ser este o menos importante, verifica-se o desenvolvimento claro de uma política de aquisição de esculturas que pudesse ir colmatando as reconhecidas falhas na Colecção, de modo a poder apresentá-la com uma linha cronológica mais coerente.

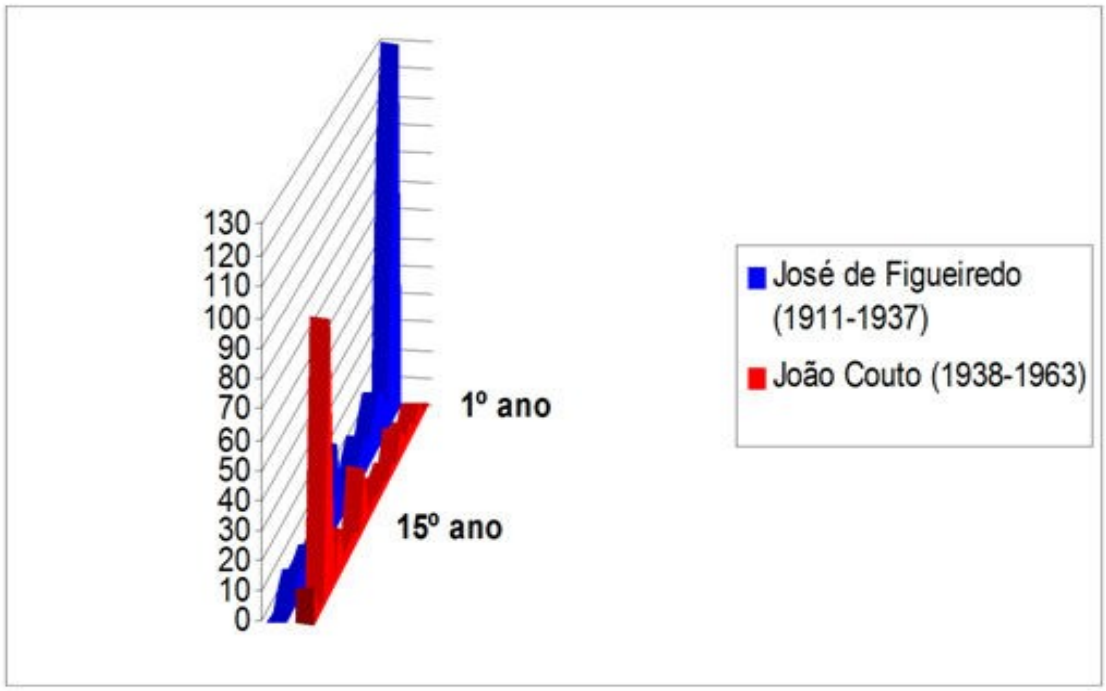


Figura 264: Fonte: Inventário da Colecção de Escultura do MNAA.

Na imagem gráfica das incorporações de escultura empreendidas por José de Figueiredo e por João Couto durante as respectivas direcções, aquela intenção torna-se mais evidente.

Da leitura do gráfico, resultam claros ritmos de entradas construídos em sentido exactamente inverso.

Durante a direcção João Couto, as incorporações têm um ritmo regular, aumentando muito significativamente nos últimos anos, fruto sobretudo de aquisições, de doações e de legados. O crescimento da Colecção de Escultura regista comportamentos e evolução semelhante e paralela ao aumento do número de entradas de obras de arte das restantes colecções que ocorreu neste período no MNAA. Segundo Maria José de Mendonça contabilizou, o acervo total do Museu foi engrandecido com mais 14 300 espécies (Mendonça 1971: 113).

Durante a direcção de José de Figueiredo acontecera exactamente o contrário. Os primeiros anos coincidem com a conjuntura em que as incorporações de esculturas

resultaram sobretudo da entrada de espécies provenientes da extinção de conventos femininos, cujo processo se ia encerrando, e ainda das peças integradas no património do Estado português, e depois no MNAA, na sequência da aplicação da lei republicana de separação das Igrejas do Estado. Esse conjunto contemplou, entre 1911 e 1936, um total de 321 (trezentos e vinte e um) objectos esculpidos, o que dá conta da necessidade permanente de técnicos dedicados ao processo de recolha, selecção e incorporação das peças no Museu, a que o estreito quadro de funcionários respondeu com profissional eficácia; tal como da contínua readaptação de espaços destinados a arrecadação de obras de arte. Depois, no período final da direcção de José de Figueiredo, ressalta com clareza o abrandamento dos ingressos de obras de escultura que passarão doravante a estar dependentes dos legados e das doações e das contingentes verbas para aquisições no mercado de arte.

III.1.4. A impossível concorrência estatal com o coleccionismo privado

O estado da questão do financiamento dos museus em Portugal desde a segunda metade do século XIX até meados do século XX - como das demais instituições do património - e, por oposição, o crescimento sustentado das colecções de arte privadas no mesmo período, pode resumir-se numas quantas palavras e expressões sonantes colhidas entre catálogos, ensaios, documentos administrativos de diferentes categorias, manifestos jornalísticos ou em simples notícias da epistolografia. De um lado, uma permanente insuficiência de verbas, chegando mesmo ao nível da desorçamentação em prol de outros sectores da economia neste século marcado quase sempre pelo défice financeiro ou então grandes investimentos casuísticos por ocasião de momentos celebrativos. Do outro lado, um crescimento nato e bem escorado, fruto das riquezas familiares dos coleccionadores, do entesouramento do burguês capitalista *fin-de-siècle*, do luxo exibido no gosto de muitos que se pretendem inspirados em França, na Inglaterra ou em Itália, numa abastança e fortunas que são de todo estranhas à realidade museológica pública.

Sempre a par ecoam, durante todo o período em análise, as toadas de brados patrióticos, lamentos queixosos, contínuas chamadas de atenção da super-estrutura do Estado para uma pobreza endémica que impede o crescimento e o correcto funcionamento dos museus num sistema de sustentabilidade com as características que o português vem paulatinamente adquirindo e no qual, no caso específico dos museus de arte, apenas as doações e os legados concorrem para que a sociedade civil participe no enriquecimento do património estatal. Com considerável permanência e amplitude, a literatura patrimonialista portuguesa alerta em contínuo para a míngua da disponibilidade financeira, que traz consigo o descaminho das obras de arte, irremediavelmente perdidas quando seguem o trilho do estrangeiro e muito poucas vezes o seu destino natural que deveria ser a incorporação nas colecções museológicas[1447].

[1447] Destaque para o longo e abrangente comentário de Fialho de Almeida sobre a situação e todos os seus contornos publicado em *Os Gatos*. Vol. I: 11-62, *Agosto de 1898*. [Almeida 1927, 6ª edição]

No que diz respeito directamente à proto-história do Museu Nacional de Arte Antiga, as queixas foram publicadas logo nos seus instrumentos de divulgação. No *Catálogo Provisorio da Galeria Nacional de Pintura Existente na Academia Real das Bellas Artes de Lisboa* (1868) não houve meias tintas ao expô-las ao público. Lamentava-se que a Academia não possuísse uma verba anual para aquisição de obras de arte, o que implicou muitas vezes a inacessibilidade a peças que estavam disponíveis no mercado, tal acontecendo apenas por falta de dotação suficiente, apesar de todos os esforços empreendidos no alerta político e institucional. Mesmo no círculo académico, onde não eram estranhos os membros das elites governamentais do Reino, reconhecia-se que «*Para muitos a arte é uma superfluidade da qual não deve cuidar-se emquanto o nosso paiz luctar com* deficit. *Não é aqui occasião de discutir esta opinião, bastará dizer que o sentimento do bello, innato ao homem, póde, quando aproveitado, ser um poderoso elemento de civilisação, a qual para ser bem entendida não deve consistir sómente no desenvolvimento dos interesses materiaes, mas tambem e em grande parte no desenvolvimento harmonico de todas as faculdades humanas. A arte não póde portanto ser considerada luxo; não póde ser uma inutilidade ruinosa a creação de galerias e de museus, que são os archivos das mais elevadas producções do genio do homem.(...)*».[1448]

Uma década depois de aquele texto ser editado, Augusto Filippe Simões (1835-1884) - médico, arqueólogo, um dos intelectuais mais activos na criação do Museu do Instituto de Coimbra[1449] e na redacção do seu catálogo, futuro encarregado da montagem em Lisboa da *Exposição de Arte Ornamental Portugueza e Hespanhola* - introduz uma questão diversa que, por sua vez, afectará não só a escassez de obras destinadas aos museus mas, de imediato, também a realidade do coleccionismo, estando

[1448] *Catálogo Provisorio da Galeria Nacional de Pintura Existente na Academia Real das Bellas Artes de Lisboa*. Lisboa: Academia de Bellas Artes, 1868: 9-11, cf. 11.

[1449] O Instituto de Coimbra foi criado em 1852 no contexto da Regeneração e do fontismo e funcionou inicialmente como um "Clube de Lentes". No ano seguinte obteve autorização para iniciar a publicação de *O Instituto: Revista científica e literária*, que se tornará um periódico de referência para as ciências portuguesas. Em 1859, um decreto de Fontes Pereira de Melo aprova os estatutos da instituição. O desenvolvimento das suas actividades e o envolvimento científico dos seus membros, não só o ligariam profundamente à Universidade de Coimbra, como o tornaram uma das mais reputadas academias portuguesas. A Secção de Arqueologia do Instituto, que sucedeu a uma primeira Classe de Literatura e Belas Artes, promove a fundação de um Museu de Antiguidades, logo em 1873, começando Augusto Filippe Simões por propor a nomeação de uma comissão especializada encarregue de reunir objectos de valor arqueológico e epigráfico, projecto logo acarinhado por Bernardino Machado (1851-1944), professor de Filosofia e de Antropologia, vice-director da Secção entre 1877 e 1880 e depois presidente da Assembleia-Geral. Uma grande parte do acervo do *Museu do Instituto* será incorporada, depois de 1915, no Museu Nacional de Machado de Castro.

na origem de muitas revoltas populares contra a recolha de objectos artísticos pelos proprietários privados, como atrás acompanhámos na história de algumas das aquisições do Comandante Ernesto Vilhena. Numa palavra, «*resistencia*» «*que as terras das provincias oppõem a quem quizer levar d'ellas para Lisboa algumas obras de arte. Deixam-nas estragar, furtar, vender...e sómente não permittem que a nação as conserve onde possam ter verdadeira utilidade publica*» (Simões 1879: 37). No enquadramento do sistema museológico, a solução passou por proteger as obras integrando-as nos museus regionais criados após a implantação da República[1450], evidentemente com uma ligação mais profunda ao território. Noutros casos, como aconteceu em tantas tentativas de incorporação em museus centrais, quando esteve em causa a sua pretensão pelo mercado de arte ou pelos coleccionadores, quando se procurava pedir os bens artísticos temporariamente em empréstimo para mostras públicas, a revolta popular facilmente estalou; tal como continua a estalar. Tal atitude não pode classificar-se de defesa consciente do património cultural, será antes uma protecção bravia do direito à propriedade, mas como Filippe Simões o reconheceu desde logo, constituiu e constituirá[1451] um entrave ao crescimento das colecções.

Em 1900, Sousa Viterbo apresenta os valores precisos do orçamento destinado às Belas Artes, sem timidez pelo facto de as contas portuguesas virem a ser apreciadas em Paris. «*Les frais alloués par le budget général de l'État à l'Académie des beaux-arts de Lisbonne montent à 13.995:000 reis, dont 10.841:000 pour l'École et 3.154:000 pour le Musée. (...) Il ya en outre, de frais divers et variables: 3.223:000 reis pour l'École, et 5.828:000 reis pour le Musée. Le total s'élève à 23.000:000 reis en chiffres ronds. (...)*».[1452] Era claramente muito pouco, o equivalente a cerca de 115 Euros

[1450] ANBA, Actas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia, 1ª Circunscrição, 1911-1917 - Acta Nº 29, 9 de Agosto de 1913, fl. 78-81, cf. fl. 80: *«(...) O Sr. Dr. José de Figueiredo diz que já está auctorisado a depositar nos Museus Regionaes da 1ª circunscripção quadros e outras obras de Arte que não sendo dignas de figurar no Museu a seu cargo, possam contudo ser expostas com aproveitamento para o publico e vantagens para a sua conservação n'esses museus provinciaes. (...)»*.

[1451] AHME, AH351, Conselho d'Arte e Archeologia, 2ª Circunscripção, Coimbra. Livro das Actas, 1911-1923 - 46ª Acta, 23 de Julho de 1916, no Museu Machado de Castro *«(...) leitura da correspondência recebida (...) 4) outro do secretario da Comissão Concelhia de Administração dos bens do Estado em Pombal respondendo ao oficio de 19 de Junho p.p. dizendo que os povos da Redinha, provocados a um levantamento, cometendo varios disturbios, obstaram-se a que se realizasse a praça dos materiaes da Igreja Matriz e só depois de assegurada a ordem seria comunicado a este Conselho o dia em que um delegado daqui poderia ir levantar os objectos dignos de figurarem no Museu.»*.

[1452] Viterbo 1900. Os dados apresentados por Sousa Viterbo estão de acordo com os valores apresentados no *Orçamento da Despeza do Ministerio dos Negocios do Reino para o exercicio de 1900-1901*, disponível em http://badigital.sgmf.pt/OE-1900/1/OE-1900_PDF/OE-1900_0000_0195-0230_t01-B-R0300.pdf [acedido em 09/08/2012].

actuais, verba que se destinava - quanto ao museu - não só ao pagamento dos salários de director, conservador, guardas, serventes, jardineiro, manutenção do edifício, montagens de salas, conservação das obras de arte, despesas permanentes como água, gás, iluminação e... ao aumento das colecções.

Não é de estranhar, portanto, que o mesmo Sousa Viterbo no ano imediato reafirme com tristeza no *Diário de Notícias* que «*É de crer que o Museu de Bellas Artes se conserve por muito tempo estacionário, e isto por dois motivos principaes; o primeiro porque é diminutíssima a verba destinada a acquisição de obras d'arte e nem mesmo o legado do conde de Valmor chegará a preencher essa lacuna; em segundo lugar, porque se esgotou, ou está quasi exaurida a corrente que fornecia o nosso Museu - os espólios dos extinctos conventos*».[1453]

Ou seja, nem o rendimento obtido do legado de setenta contos que o ilustre Visconde de Valmor (Fausto de Queirós Guedes, 2º Visconde de Valmor, 1848-1898) deixou em testamento ao Museu Nacional em 1898[1454], destinado a aquisições de obras de arte, tal como tinha sucedido com as dotações especiais concedidas por D. Fernando II à Academia de Belas Artes de Lisboa, trará solução para a miséria do orçamento. Mais ainda, porque se discute entre académicos se as verbas devem ser aplicadas à compra das obras de "artistas vivos" ou canalizadas para os investimentos em arte antiga.

A discussão continua em debate após a implantação da República, na Comissão Executiva da 1ª Circunscrição do Conselho de Arte e Arqueologia onde José de Figueiredo mantém a polémica aberta com Carlos Reis, este agora na qualidade de

[1453] Viterbo [1901], ed. 1912 - "O Museu de Bellas Artes" [13-8-1901]: 19.

[1454] ANBA, Actas das Sessões da Assembleia Geral Academia Real de Belas Artes, 1883-1910, Acta de 17 de Março 1902: *«(...) Communicou ainda o Sr. Presidente, que, achando-se a Academia em plena posse dos rendimentos do legado Valmôr e cujo texto do testamento registado na Administração do bairro (2º), na parte que se refere a este legado, é do theor seguinte: «Deixo setenta contos ao Museu Nacional, actualmente no palacio das Janellas Verdes, afim de constituir um fundo permanente, com cujos rendimentos se possam adquirir obras d'arte nacional e estrangeira, de incontestavel merecimento artistico. No caso de que estes setenta contos ou qualquer parte d'elles, sejam desviados do destino preciso que aqui lhes dou, o hospital de S. José terá o direito de receber digo reclamar para si as quantias desviadas, pois para isso transmitto ao dito hospital todos os direitos de legatario e propriedade. Deixo mais cincoenta contos de reis à Academia Real de Bellas Artes de Lisboa, para com o rendimento deste fundo, subsidiar estudantes ou artistas de talento provado ou premiados, afim de que possam ir estudar ao estrangeiro e aperfeiçoarem-se em qualquer ramo de Bellas Artes. Rogo à benemerita sociedade das casas de Azylo que queira tornar-se fiscal do cumprimento deste legado e para isso a invisto com todos os direitos de legataria, pois no caso dos rendimentos ou o fundo do legado, serem desviados da applicação que lhes dou, à dita sociedade fica os mais plenos direitos e poderes para reclamar para si o legado como no caso supra (...).».*

director do Museu de Arte Contemporânea. A 9 Agosto de 1913, Figueiredo solicita que lhe seja fornecida uma nota com a discriminação das quantias do Legado Valmor investidas até então em compras de obras de arte, acrescentando que a «*letra do testamento do benemerito titular não distingue entre obras d'arte antiga e moderna, abrangendo umas e outras e exigindo-se só que ellas sejam dignas de figurar no Museu Nacional de Bellas-Artes*».[1455] Defende ainda que, a pretender alterar-se a interpretação do disposto no legado, seria para aplicar-se a verba à aquisição de obras de arte antiga «*visto serem pouquissimas as que ainda existem no Paiz, dignas de figurar no Museu e de ser indeclinavel dever de todos nós garantir a sua conservação em Portugal como a sua entrada ahi*».[1456] A 13 de Agosto estão apurados os valores requeridos, «*verificando-se que o saldo do rendimento do legado destinado a acquisição era em 24 de Maio ultimo de 2.699.939* [reis]*; que a despesa realisada com acquisição de obras d'Arte Antiga, até esta data, sobe a 10.849.165; e que a importancia das obras d'Arte Moderna adquiridas até este dia ascende a 27.421.400 (...)*»[1457]. O diferencial, a favor da Arte Moderna era, portanto, enorme.

A intervenção de José de Figueiredo na 1ª Circunscrição do Conselho de Arte e Arqueologia em prol das compras de arte antiga é concomitante com o início das grandes transformações que opera no MNAA. Em 1912, a criação do Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga[1458] permite alargar estrategicamente a disponibilidade financeira para aquisições através da participação dos amigos-mecenas privados, uma garantia que fica desde logo salvaguardada nos estatutos (artº 2º)[1459].

No funcionamento regular do Museu, sem contar com aquelas dotações generosas e benfeitoras, o director conseguira também inscrever uma verba para compras no orçamento anual de 1912. De acordo com o Regulamento do MNAA de 1916[1460], esse item integrará sempre o orçamento, cabendo ao director a

[1455] ANBA, Actas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia, 1ª Circunscrição, 1911-1917 - Acta Nº 29, 9 de Agosto de 1913, fl. 78-81: 78.
[1456] Idem, *ibidem*.
[1457] ANBA, Actas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia, 1ª Circunscrição, 1911-1917 - Acta Nº 30, 13 de Agosto de 1913, fl. 83-83: 82.
[1458] Bastos e Carvalho 2012. Sobre as contribuições do Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga para o enriquecimento cf. p. 82-85.
[1459] Baião 2012: 28.
[1460] Aprovado pelo Decreto nº 2.284-D de 16 de Março de 1916 (DG, Série I, nº 51, 16 Março 1916: 261-D a 262 F): «Capitulo III - Director do Museu. Art. 10º São atribuições do director: (...) 8º Dar a devida aplicação às *verbas inscritas no orçamento, como dotação do Museu, e assinar as respectivas fôlhas, processadas em conformidade com o disposto nas leis da contabilidade pública em vigor.*».

responsabilidade pela sua gestão. Contudo, a aplicação carece da anuência, pelo menos simbólica, da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª Circunscrição. Na sessão do dia 21 de Agosto de 1913, José de Figueiredo, de partida para o estrangeiro, «*aonde poderá ter occasião de adquirir qualquer objecto que se lhe depare digno de figurar no Museu de que é director, pedia auctorisação ao Conselho para fazer qualquer acquisição que julgasse util pela quantia de 3000 escudos consignada no orçamento para o fim especial de fazer acquisição de Obras d'Arte para o Museu Nacional d'Arte Antiga, auctorisação que julga conveniente, embora a lei a isso o não obrigue. Foi auctorisado (...)*»[1461].

Em 1914, depois da viagem pela Europa onde de facto adquiriu variados objectos nos quais terá despendido cerca de três mil francos entretanto já valorizados pela categoria das peças em doze mil, Figueiredo chama a atenção do Ministro da Instrução Pública (José de Matos Sobral Cid, que ocupou a pasta entre 9 de Fevereiro e 12 de Dezembro de 1914). Havia necessidade de aumentar o item das aquisições de obras de arte a inscrever no orçamento do MNAA pelo menos para dez mil escudos, sem deixar de acrescentar que «*ainda assim o Museu Nacional de Arte Antiga ficará em condições muito inferiores ao Museu Nacional de Arte Contemporanea, ficando-o, egualmente, ainda assim em relação aos pequenos museus municipais da Belgica e Alemanha em que essas verbas são muito superiores.(...)*»[1462]

É dentro do mesmo espírito que se pronuncia, reconhecido, em 1915 sobre o tema tão premente do enriquecimento das colecções: «*A inscrição no orçamento do museu, em 1912, de uma verba anual para aquisição de obras de arte permitiu também que as colecções, bastante aumentadas já com a numerosa cedência do grande poeta Guerra Junqueiro e com as obras de arte recolhidas em virtude da lei de separação e da que extinguiu as congregações religiosas, tenham ido a pouco e pouco engrossando com o preenchimento de lacunas, que não poderão talvez já agora remediar-se de todo, mas que, em subsequentes anos e com o aumento indispensável e successivo d'aquella verba, poderão certamente tornar-se menos evidentes (...).*[1463] Não havia, porém,

[1461] ANBA, Actas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia, 1ª Circunscrição, 1911-1917, Acta Nº 31, 21 Agosto 1913, fl. 84.
[1462] Ofício de José de Figueiredo dirigido ao Ministro da Instrução Pública, em 12-03-1914 *apud* Manaças 1991: II, Doc. 2.
[1463] Figueiredo 1915: 148-149.

margem para a definição de uma política de compras coerente, isto é, que pudesse desenhar-se sem estar à mercê de pontuais e oportunos gestos beneficentes.

Esta realidade torna-se ainda mais evidente quando grandes colecções de referência, valiosas à escala portuguesa, vão à praça. Entre as hastas mais significativas da primeira metade do século XX, realizam-se as das Colecções Foz (1901), Colecção Arroio (1903), Colecção Daupias (1910), Colecção do Conde do Ameal (1921), Colecção de Henry Burnay (1934) ou a mais tardia venda (1944) da Colecção Barros, do Porto, cujo processo de alienação fora iniciado em 1937. A intervenção estatal regeu-se por procedimentos exclusivos a cada uma das situações.

Nesses leilões, aquilo que os processos registam em comum é a obrigatoriedade de uma avaliação prévia executada por um, ou mais, peritos nomeados pelo Estado - entre os quais está quase sempre incluído o nome de José de Figueiredo, durante este período -, a elaboração de um relatório com as referências das peças seleccionadas para os Museus ou para os Palácios Nacionais, que depois carece da autorização da tutela destas instituições e ainda de nova autorização e cabimentações especiais de verbas pelo Ministério da Fazenda (depois Ministério das Finanças) que, por vezes, não chegam a tempo. Em 1933, portanto quase em vésperas do Leilão Burnay, mas já alguns anos passados sobre o Leilão Ameal, realizado em Coimbra, para o qual regressara propositadamente chamado de Paris, o director do MNAA em carta a Oliveira Salazar acaba por apresentar muito claramente ao Presidente do Conselho os meandros do processo e assim lhe descreveu o cenário: «*Por ocasião do leilão Ameal, o governo publicou o Decreto, cuja copia remeto a V. Exª, inclusa, e mandou fazer, entre os objectos que iam a leilão, uma escolha, a que eu procedi com o falecido pintor Columbano, tendo-se este apenas ocupado do que era arte moderna. E a ideia de começo era fazer retirar logo esses objectos do leilão, dando eles entrada nos museus de arte antiga e arte contemporanea, segundo o periodo a que pertencessem. Depois, resolveu-se que eles fossem leiloados, com a condição de que, em cada um, fosse afixada uma etiqueta, declarando-se nela que o objecto não podia ser exportado, declaração que era tambem feita pelo leiloeiro na ocasião em que o objecto era posto em praça. Foi nestas condições e com a verba que o Governo votou para a aquisição,*

que foram comprados por mim (fui eu quem fiz todas as aquisições) os objectos cuja aquisição pelo Estado fôra decidida.»[1464]

Em pleno momento de constituição ideológica do Estado Novo, José de Figueiredo "arriscava", acrescentando mais pedidos de créditos vários, o que denota que a carência de base do orçamento sobrevivera à mudança de regime: «*1º - Que a verba anual para aquisições do museu a meu cargo não fosse diminuida, mas antes aumentada. A ocasião é unica para compra de objectos de arte e seria grave prejuizo não a aproveitar. 2º - Que não deixasse de ser atendido o meu pedido de aumento para a verba destinada a aquisições para a Biblioteca do museu. Nem de longe se tem comprado o que é essencial, e presentemente deve-me a Biblioteca alguns milhares de escudos e cerca de 3.000 ao Dr. Alberto de Oliveira. 3º - Que não deixasse de ser concedida a verba pedida pela Academia Nacional de Belas-Artes para a publicação do respectivo Boletim. A impressão passou a ser gratuita, na Imprensa Nacional de Lisboa, mas a contar com as ilustrações indispensaveis em um Boletim, em que se publicam sobretudo conteudos acerca de obras de arte, incompreensiveis sem a sua reprodução. Finalmente, atrevo-me ainda a dizer a V. Exª que a verba para a aquisição dos objectos de arte em que falei a V. Exª e de que alguns, como a cama do sec. XVI, que foi pertença dos Condes de Obidos, estão hoje na posse da familia Carvalho Monteiro, deveria ser de 200$000$00* [sic]. *Com essa verba, poder-se-iam adquirir todos esses objectos, todos tambem de importancia capital para o patrimonio artistico da Nação. (...)*».[1465]

No caso de José de Figueiredo, foram inúmeras as situações em que avançou com dinheiro do seu bolso, gerando-se tal confusão de contas que inclusivamente o leva a instaurar um processo ao Estado através do Supremo Tribunal Administrativo, em 1923. Como Teresa Pontes publicou, Figueiredo poucos meses antes da sua morte continua a oficiar superiormente com solicitações de reforço de verbas para compras de obras de arte, como acontece no caso em que menciona o Presépio dos Marqueses de Belas. Dirigindo-se ao DGESBA, informa que «*fiz o grande sacrifício de adiantar do meu bolso a quantia de 18.000$00, obtendo do amigo do Museu (...) o adeantamento dos restantes 22.0000$00. Desta forma o presépio encontra-se já no Museu, embora de*

[1464] ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, Educação, 1A. AOS/CO/ED-1A, fls. 153-156v, Carta de José de Figueiredo, Director do Museu Nacional de Arte Antiga, para António de Oliveira Salazar, 28 de Junho 1933, manuscrita.
[1465] Idem.

facto não lhe pertença»[1466]. À sua morte seria pois, com naturalidade, que deixava obras de arte e livros em legado ao MNAA[1467].

Uma década depois, em 1947, no Museu do pós-Guerra sob a orientação superior de João Couto - «*Terminada a guerra não posso mesmo calcular até onde levarão as novas exigências, motivadas por uma curiosidade que se manifesta em todos os países por êste ramo de cultura*» [1468]-, a questão das aquisições de obras de arte continuava a ter os mesmos contornos anteriores e a estar na ordem do dia. Assim se depreende da narrativa da 77ª Sessão de Estudo, realizada no MNAA em 30 de Janeiro desse mesmo ano*: «A propósito da compra pelo Museu de um baixo-relevo existente no Palácio de Monserrate* [no leilão da Colecção Cook]*, discutiu-se largamente o problema da opção pelo Estado em vendas públicas. Salientou-se o auxílio que o Grupo dos Amigos do Museu de Arte Antiga vem prestando a esta instituição*»[1469].

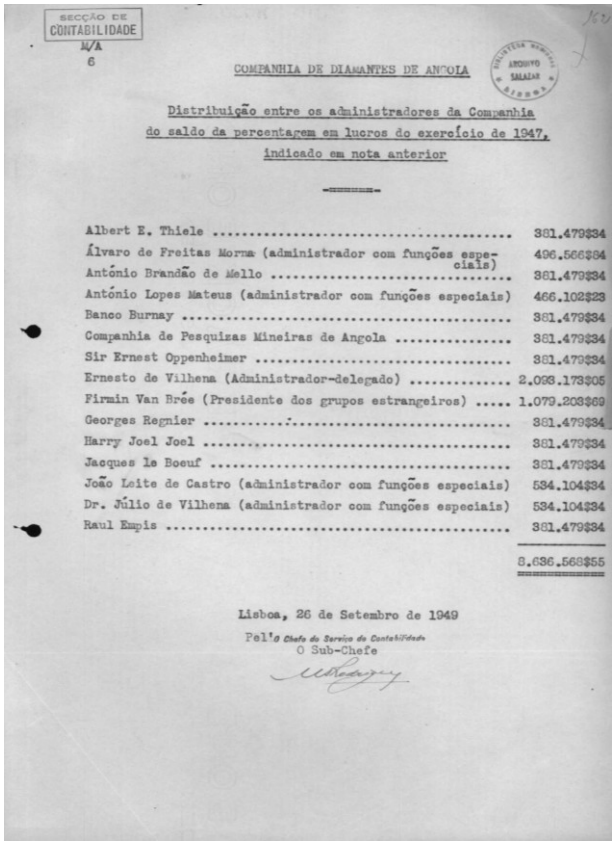
Durante a direcção de João Couto, o processo de gestão do orçamento do MNAA continua, portanto, a ser complexo[1470]. A cabimentação resultava de uma proposta de orçamento privativo apresentada previamente[1471] e que devia contemplar quer as despesas ordinárias, quer as despesas extraordinárias. A verba aprovada era inscrita no Orçamento Geral do Estado. A dotação consignada ao Museu era depois gerida através do sistema de duodécimos mensais repartidos por itens, sendo necessário justificar todas as despesas de funcionamento, serviços ou de aquisições de qualquer espécie e tipo.

A aquisição de obras de arte, por mais calculável que pudesse ser, por melhor conhecimento dos mercados que o director e os conservadores pudessem evidenciar, escapava pelo seu carácter circunstancial, dependente de contingências não previsíveis, a qualquer planificação antecipada. Será face a esta dupla realidade - orçamento de base e respectiva burocratização dos processos de pagamento / créditos especiais para circunstância especiais - que João Couto irá procurar actuar junto das instâncias superiores ao apresentar à Junta Nacional de Educação, em parceria com Diogo de Macedo, a proposta de criação de uma «*Comissão de Compras*» que procederia às

[1466] Pontes 1999: 91 e Anexo O 72.
[1467] Pinto1939: 21-22.
[1468] MNAA, Arquivo de Secretaria, Dossier 48, Ano 1946-2, Proc. nº 23: Orçamento do Estado (dotação do Museu).
[1469] In *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. I, Fasc. Nº 4, Janeiro-Dezembro 1947: 249.
[1470] Sérgio Lira descreveu o processo sumariamente: *Vd.* Lira 2002: 88-89.
[1471] Como determinado pela alínea a), do artigo 7º, do dec. nº 25.538, de 26 de Junho de 1936.

aquisições por «*simples operação da tesouraria e nos prazos a que são obrigados os particulares*», em Maio de 1948 (Doc. III.5)[1472]. A moção não teve consequências.

No projecto de orçamento pedido para o ano económico de 1947, apresentado em Junho do ano anterior, foi solicitada uma verba para aquisição de obras de arte substancialmente mais elevada relativamente aos anos transactos. João Couto justificou-a com a grande disponibilidade de peças registada tanto no mercado português, como nos mercados externos e com a notória concorrência dos particulares que «*teem já hoje o interesse bastante para as adquirir. (...) A dotação de escudos: - 100.000$00, para compra de obras de arte que a este estabelecimento é consignada serve para as pequenas compras do dia a dia, e para estas mesmo é deficiente. (...) Pedindo o aumento da verba de escudos: - 100.000$00 para escudos: - 800.000$00, estamos certos de não nos excedermos e de sermos ainda neste particular olhados com compaixão, pelos nossos colegas do estrangeiro.*» [1473]



SECÇÃO DE CONTABILIDADE
M/A
6

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

Distribuição entre os administradores da Companhia do saldo da percentagem em lucros do exercício de 1947, indicado em nota anterior

Albert E. Thiele	381.479$34
Álvaro de Freitas Morna (administrador com funções especiais)	496.566$84
António Brandão de Mello	381.479$34
António Lopes Mateus (administrador com funções especiais)	466.102$23
Banco Burnay	381.479$34
Companhia de Pesquizas Mineiras de Angola	381.479$34
Sir Ernest Oppenheimer	381.479$34
Ernesto de Vilhena (Administrador-delegado)	2.093.173$05
Firmin Van Brée (Presidente dos grupos estrangeiros)	1.079.203$69
Georges Regnier	381.479$34
Harry Joel Joel	381.479$34
Jacques le Boeuf	381.479$34
João Leite de Castro (administrador com funções especiais)	534.104$34
Dr. Júlio de Vilhena (administrador com funções especiais)	534.104$34
Raul Empis	381.479$34
	8.636.568$55

Lisboa, 26 de Setembro de 1949

Pel'o Chefe do Serviço de Contabilidade
O Sub-Chefe

Figura 265 - ANTT, AOS/CO/UL-22/2: Angola - Diamang - Vencimentos dos Administradores (1949-1953), fl. 162: «*Ernesto de Vilhena (Administrador-delegado).....2.093.173$05*».

[1472] Cf. também ANTT, Livro 98, Actas da 1ª Subsecção da 6ª Secção, 1946-1951, Acta 141ª, 14 de Maio de 1948: fl. 60.
[1473] MNAA, Arquivo de Secretaria, Dossier 48, Ano 1946-2, Proc. nº 23: Orçamento do Estado (dotação do Museu).

Vejamos que o rendimento de Ernesto Jardim de Vilhena obtido exactamente nesse ano de 1947, na sua qualidade de Administrador-delegado da Companhia de Diamantes de Angola (apenas nesta Companhia e não levando em consideração o seu ordenado mensal), atinge o valor de 2.093.173$05 escudos (dois milhões noventa e três mil cento e setenta e três escudos e cinquenta centavos). A concorrência dos museus nacionais nos mercados de arte não tinha, perante a discrepância de valores, qualquer possibilidade de concretização.

Contra essa situação escreve Carlos Bastos (1908-?) em 1953, o que sintomaticamente dá conta de que, apesar dos esforços de aplicação de algumas medidas, continuava a não existir qualquer política concertada para aquisições de obras de arte pelo Estado: «*os museus portugueses carecem de verbas essenciais para desenvolver as suas colecções e, quando fazem o sacrifício de adquirir uma ou outra peça, quase sempre as condições de preço e de pagamento são desvantajosas para o vendedor (...). Enquanto ao Governo for vedado estabelecer um programa geral de trabalhos, alicerçado em dotações condignas e num acordo essencial com a Igreja, não se nos afigura exequível obter progressos definitivos na defesa e no engrandecimento do património artístico da Nação.*»[1474]

Não é de estranhar, por isto, que João Couto, em 1961, deixasse escapar junto dos seus pares e da tutela dos museus nacionais uma esperança que não veria concretizada no seu tempo resultante do «*(...) facto de nos últimos anos se terem organizado grandes colecções particulares como por exemplo, a de escultura do comandante Ernesto de Vilhena, que ele pensa um dia entregar ao Estado*.»[1475]

[1474] Bastos 1953: 88.
[1475] "Relatório apresentado pelo Dr. João Couto ao Senhor Director Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes" sobre a segunda reunião dos Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, realizada no MNAA, entre 16 e 18 de Novembro de 1961 (publicado in *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. Vol. IV, Fasc. Nº 4 (Janeiro a Dezembro de 1961), 1962: 8-21; cf.: 16.

III.2. A Colecção Vilhena no Museu Nacional de Arte Antiga

III.2.1. Os projectos de Maria José de Mendonça (1967-1974)

Durante o período em que Maria José de Mendonça (1905-1984) foi directora do MNAA, entre Setembro de 1967 e Janeiro de 1975[1476], salienta-se a sua sensível abertura e o interesse pela arte da Escultura.

Não pode deixar de se mencionar a ênfase que deu ao enriquecimento do acervo escultórico do Museu por parte de João Couto na Exposição evocativa da sua obra, logo em 1967[1477]. Depois, numa longa lista de iniciativas, são obrigatoriamente de notar a realização da *Exposição Comemorativa do centenário da morte de Auguste Rodin*, em 1968, inteligentemente coincidindo com uma exposição de homenagem a José de Figueiredo no MNAA; a mostra das *Imagens da Virgem*, em 1971; a participação com parte do acervo de peças Vilhena na *Exposição do Salão de Antiguidades da Fil*, em 1972; a colaboração do Museu na *Exposição Iconográfica e Bibliográfica Comemorativa do VIII Centenário da Chegada das Relíquias de São Vicente a Lisboa*, em 1973; a Exposição «comunal», dedicada a *Santo António, São João e São Pedro* e realizada no átrio das Janelas Verdes, em Junho de 1973; ou ainda a mostra da *Arte do Século XVIII no Brasil,* da qual permanece no Museu a reprodução à escala de um dos *Profetas* de Congonhas, do Aleijadinho.

Figura 266 - Maria José de Mendonça. Inauguração da exposição *Santo António, São João e São Pedro*, MNAA Junho 1973 © MNAA, Arquivo fotográfico

[1476] Sobre Maria José de Mendonça e a sua formação de museóloga cf. o estudo pioneiro de Lapa 2012.
[1477] *A obra do Dr. João Couto no MNAA*. Lisboa: 1967.

Na crítica artística, destacam-se as investigações, publicadas em 1946 e 1955, sobre a escultura do Século XVIII e sobre a obra de Joaquim Machado de Castro, tema em que foi pioneira ao reconhecer a importância do Mestre escultor na formação de uma verdadeira escola de estatuária e imaginária em Lisboa, da qual se podiam ver no Museu Nacional de Arte Antiga algumas das obras mais significativas[1478].

Desse seu interesse especial pela escultura barroca e tardo-barroca dá-nos conta um grosso volume que constituiu o seu caderno de apontamentos sobre o tema e as anotações historiográficas coligidas a partir de autores anteriores, conservado no arquivo da Secção de Escultura do MNAA[1479].

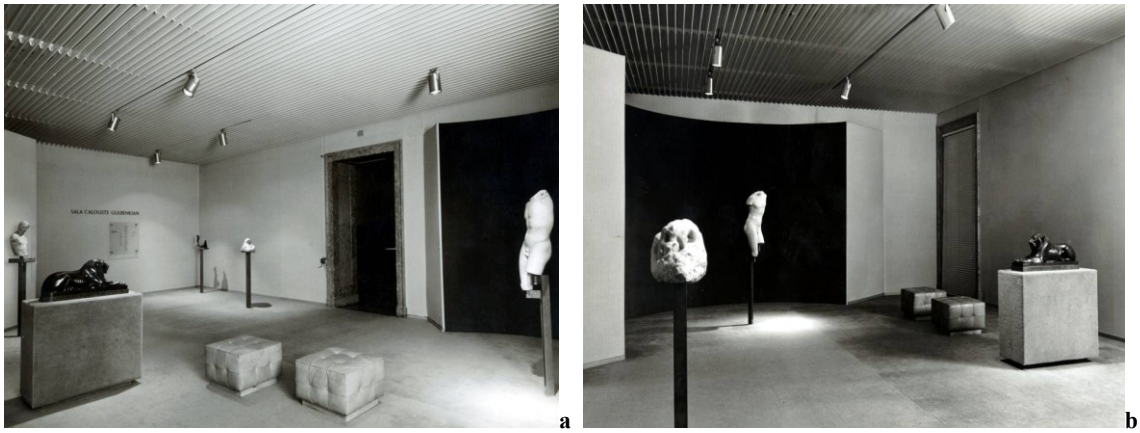
No seio dessa documentação inédita, no índice de uma visita programada para 14 de Maio de 1953 elencam-se, como resumo, os tópicos da sua perspectiva pessoal sobre a colecção e a exposição de Escultura do MNAA em que Machado de Castro assumia, por essa década, a indiscutível primazia: «*O que é a colecção do Museu*»; «*o que vamos ver dentro dessa colecção*»; «*como se faz uma escultura*»; «*colecção de modelos de barro*»; «*gessos de Machado de Castro*»; «*Tópicos da sua vida e da sua obra*»; «*a época de Machado de Castro*»; «*a sua obra no Museu de Lisboa*»; «*explicação das suas obras e dos seus colaboradores*»; «*Referência a outras obras expostas nas mesmas vitrinas*; «*Escada do Anexo»*; «*Galeria do Arcaz*»; «*Santa Ana e a Virgem*»; «*Presépio dos Marqueses de Belas*». Mais à frente refere outras esculturas que integravam igualmente o acervo do Museu, destacando e classificando como tipos, na «*Escultura Clássica*», três peças doadas por Calouste Gulbenkian (*Torso* grego do século V; *Leão* do período Ptolomaico; *Busto de Apolo*, escultura romana «*dos fins da República*»; «*Escultura Oriental*», o *Bodisatwa* em bronze, também oferta de Gulbenkian. Expostas entre a «*Arte europeia estrangeira*», a «*Escultura medieval*» que incluía o «*Núcleo de alabastros de Nottingham dos séculos XIV-XV*», uma «*Virgem com o Menino trabalho francês em madeira, séc. XV*»; entre a «*Escultura do Renascimento»*, um «*Núcleo de peças estrangeiras*», «*Baixos relevos»*, «*Estatuas de barro policromado*», «*faianças dos Della Robbia*», «*conjuntos de bronze*», uma «*Carpideira* [sic] - *trabalho da Escola do Reno*, *séc. XVI*». Em seguida, incluía no «*Século XVIII - o núcleo de 16 estatuetas de prata dourada representando diversos países do mundo, da*

[1478] Mendonça 1946; Mendonça 1955.
[1479] MNAA, Arquivo da Secção de Escultura: Maria José de Mendonça, *Dossier com apontamentos sobre Escultura e Escultura do Século XVIII*, conjunto de folhas manuscritas, s.d.

oficina Antoine Nicolas Cousinet, encomendadas em 1757-58 por D. José de Mascarenhas, Duque de Aveiro» e, por fim, datava já do *«Século XX - "Danaide" escultura em pedra de Paris por A. Rodin*». Nas «*Diversas Esculturas»* tem menção apenas o «*Nucleo de marfins portugueses, alemães e franceses em que ha desde o sec. XIV ao XVIII e trabalhos de influencia portuguesa executados em Africa, na Costa de Benim, na China e na India*».

Na gestão da Colecção de Escultura há a destacar o pioneirismo e modernidade com que renovou o conceito expositivo da Doação Gulbenkian, ao diferenciar os seus núcleos constituintes e a consequente criação de uma sala própria para a mostra das peças de escultura. Em Outubro-Novembro de 1969 - coincidindo com a inauguração do edifício sede da Fundação Calouste Gulbenkian, é remontada a «Sala Museológica» que João Couto autonomizara no MNAA após a conclusão da Doação. O programa museológico agora concebido por Maria José de Mendonça teve o risco museográfico de José Maria da Cruz de Carvalho (n. 1930), pintor e decorador.

Na plasticidade desta novíssima Sala Gulbenkian, com fortes ecos das propostas do italiano Francesco Albini, estavam presentes os valores da obra de arte entendida como *unicum*, na sua essência e no seu contexto de Colecção[1480], exaltados através de uma cenografia, dos suportes dos objectos e da sua iluminação particular e individualizada.



a **b**

Figura 26 7a e 26 7b - MNAA, Sala Calouste Gulbenkian inaugurada em 1969 © MNAA, Arquivo fotográfico

Mas deve-se fundamentalmente à intervenção de Maria José de Mendonça a continuidade do acompanhamento das soluções preconizadas no decorrer do processo da Doação de Escultura Vilhena.

[1480] Kopytoff 2007: 73.

Nos anos seguintes a 1969, a Colecção de Arte Vilhena mantê-la-á permanentemente ocupada: procurou proteger e salvaguardar para o património nacional outros núcleos que estavam a ser alienados, vendidos em leilão, ou directamente aos comerciantes de arte. Deste esforço, há a salientar o resultado positivo que foi a aquisição para o MNAA de parte da preciosa colecção de têxteis (na sua maioria, o núcleo dos fragmentos) à firma Antiquália, Lda., efectivada em 1972.

Tenhamos em conta que, por decisão política superior, apesar de continuar em cima da mesa do responsável pela pasta da Educação no Governo Nacional a pretensão de construir um «*Museu para a Escultura Portuguesa*»[1481], a Colecção de Escultura Vilhena, depois de ser exposta por núcleos na Biblioteca Nacional em Maio e em Junho de 1969, foi entregue e depositada em definitivo à guarda e conservação do Museu Nacional de Arte Antiga a partir de meados do mês de Abril de 1970[1482], transportada nos dias 13, 20, 27 de Abril e no dia 25 de Maio. Somava no total 1490 peças[1483]. O trabalho decorria agora silencioso sob o resguardo do MNAA, o que permitia que Artur de Sandão então comentasse que «*A imaginária, que escasseia nos museus, é frequente nas colecções particulares. Como paradigma a de Ernesto de Vilhena - há pouco desmantelada e recolhida oficialmente, a parcela que acusa o silencioso sentido da*

[1481] Como desde Fevereiro de 1969 transmitiam, em tom de garantia, os meios de comunicação social, já passada a fase de intervencionismo cívico em defesa da Colecção que caracterizou as notícias publicadas durante o ano de 1967, logo após a morte do Comandante Ernesto Vilhena (Cf. Parte II desta tese). Assim se pode enquadrar a informação veiculada, por exemplo, no artigo "Mais de 1300 Esculturas de Todas as Épocas e Estilos da Colecção Ernesto de Vilhena Entraram na Posse do Estado". *Primeiro de Janeiro*. Porto: 23 de Fevereiro 1969: «(...) *As peças de escultura entregues pela família Vilhena ao Estado português (mais de 1300 exemplares de todas as épocas e estilos), já foram contempladas por diversos escritores e críticos. (....) Torna-se realmente difícil apresentar, em condições museológicas recomendáveis, aquele conjunto. Enquanto não se construir um edifício destinado para o Museu da Escultura Portuguesa, só o Palácio de Mafra, entre os nossos palácios e museus, tem capacidade suficiente para recolher e expor em circunstâncias mais adequadas tão excelente colecção, através da qual o grande público e, sobretudo, os estrangeiros, poderão verificar que a escultura portuguesa ocupa um relevante capítulo na história e na crítica de arte.».*

[1482] MNAA, Espólio Sérgio Guimarães de Andrade, Caderno *Lista de Transporte das Esculturas da Colecção Vilhena da Biblioteca Nacional para o Museu Nacional de Arte Antiga*, manuscrito, 1970-1971 - nota manuscrita de Sérgio Guimarães de Andrade inclusa no caderno: «*Consta este livro de 71 páginas, numeradas a vermelho. Nele se registaram (pelos números de inventário) as peças de escultura da colecção Vilhena, aquando seu transporte da Biblioteca Nacional para o Museu Nacional de Arte Antiga. O registo, que foi feito pelos guardas do MNAA destacados para aquele serviço, está dividido em 2 partes: escultura de madeira (págs. 1 a 23) não havendo aqui qualquer correspondência entre os nºs de inventário, e esculturas de pedra (págs. 27 a 71). Baseando-nos nas correspondências indicadas na 2ª parte, elaborámos uma tabela daqueles números de inventário, da qual colámos cópia dactilografada no fim deste livro. Lisboa...»*.

[1483] MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 66, Cópias de Correspondência Remetida, Janeiro a Junho de 1970, Nº 277, Proc. Nº 5-M-2.

escolha, a forma improvisada do seu transporte e a precária exposição na Biblioteca Nacional.»[1484]

Para enfrentar esta nova realidade da explosão do crescimento do número de obras, por sua natureza volumosas e pesadas, que exigiriam ao MNAA muito maior disponibilidade de espaço de reservas do que aquele que tinha anteriormente, impondo por isso um hercúleo redimensionamento/reestruturação das áreas disponíveis, Maria José de Mendonça traça o seu plano, no qual subjaz um programa contemporizador com as propostas da nova museologia europeia. Aplicará toda a sua experiência no projecto pois, desde 1945, fora no MNAA a técnica encarregada de organizar estas áreas especiais.

Está em jogo a preservação/conservação dos objectos e das colecções, função maior do Museu desde a primeira das definições do ICOM, em 1946, reiterada pelas determinações de 1961[1485]. Para além disso, traz subjacente a trilogia "investigação, conservação, preservação" praticada no MNAA de João Couto e modernamente enunciada por Georges Henri Rivière (1897-1985)[1486], o mestre de referência que a conservadora conheceu pessoalmente em 1960, nas reuniões sobre os projectos de museologia e museografia para aplicar no futuro Museu Calouste Gulbenkian[1487]. Mas a própria museóloga se batia por fazer escola[1488], ao defender a ideia segundo a qual no museu subjazem as indeléveis e obrigatórias interligações entre o espaço público de exposição e o espaço de reserva, devendo este último ser simultaneamente concebido como área de estudo e de conservação: «*Para o conservador não deve haver diferença entre reservas de obras de arte e galerias de exposição, a não ser nos processos de apresentar as peças»*[1489]. Sustenta mesmo perante os seus pares conservadores que o termo «*arrecadação»* devia desaparecer das práticas museográficas: «*Traz-nos à ideia*

[1484] Sandão 1970: 13
[1485] ICOM, *Statuts*, novembre 1961, article 3: «*L'ICOM reconnaît la qualité de musée à toute institution qui présente des ensembles de biens culturels à des fins de conservation, d'étude, d'éducation et de délectation.*» [Sublinhado nosso]. In http://museohistoire.blogspot.co.at/2010/11/iii-les-annees-riviere.html [acedido em 05-07-2012].
[1486] Rivière 1993: 267-281
[1487] Lapa 2011: 91 e 95-99.
[1488] Creio que este sentido fica claro na formação que era transmitida e trazida à reflexão no curso de conservadores de museus, se confrontarmos o conceito de "reserva" de Maria José de Mendonça com o de António Manuel Gonçalves, saído dessa "escola do MNAA", que o autor expôs em 1958: «*Nas arrecadações também é museu: o Museu continua, alarga-se, aprofunda-se, enriquece-se. Se a acumulação é forçosa, é porém susceptível de ordenar-se e sistematizar-se ao serviço dos estudiosos*.» (Cf. Gonçalves 1958: 20).
[1489] Mendonça 1963 (comunicação de 1962): 8.

locais onde os objectos se acumulam e raras vezes são limpos, exactamente o contrário do que deve ser uma arrecadação de museu», preferindo-lhe os termos de «*reservas de obras de arte que nos faz pensar em locais onde as peças estão preservadas e convenientemente tratadas*»[1490].

Levando em conta quer o ingresso público, quer a distribuição dos objectos no edifício, o paradigma de Mendonça para a reserva de escultura no Museu Nacional de Arte Antiga previa diferentes níveis, que equivaliam a diversas possibilidades de acessibilidade funcional[1491]. Em primeiro lugar, uma galeria aberta ao público, apresentada no grande vestíbulo e galeria superior do Anexo; depois, uma galeria de estudo, localizada no espaço entre o vestíbulo e a Secção de Cerâmica, no Anexo[1492]; em terceiro e último lugar, um núcleo de Reserva, instalado numa ampla dependência da zona destinada a depósito de obras de arte, no piso térreo do Anexo[1493].

A concepção modelar de Reserva continuará a ser defendida por Maria José de Mendonça, entre 1963-1964, publicada no *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, ao fazer notar que «*foi dada uma diferente arrumação nas arrecadações e depósitos da cave do edifício novo, por se averiguar conveniente a nova disposição das secções ali existentes. (...) Na galeria oposta à do mobiliário foi instalada a secção de escultura e noutras dependências colocaram-se as peças e fragmentos de talha dourada e os metais. A nova disposição permitiu criar uma galeria de estudo com vista à formação prática de Conservadores. No intuito de tornar mais agradável a permanência nestas arrecadações, instalou-se um sistema de ventilação que permite uma constante renovação de ar*»[1494].

[1490] Mendonça 1963 (comunicação de 1962): 6, remetendo para a citação do artigo de Thomas S. Buechner. "The open study-storage gallery". *Museum News*. Vol. 40, nº 9, 1962. T. S. Buechner (1926-2010) foi o fundador do *Corning Museum of Glass,* em 1951, e nomeado director do *Brooklyn Museum* em 1960, onde definiu a reprogramação das práticas de reserva e de exposição ao público, nomeadamente através da criação de um jardim de esculturas para o qual recuperou muita estatuária pública ao abandono por Brooklyn e Manhattan. Cf. Buechner 1964.

[1491] Note-se que estes níveis correspondem a uma topografia interna do Museu Nacional de Arte Antiga que já não existe e foi profundamente alterada nas intervenções arquitectónicas da década de 1980, por ocasião dos preparativos da XVIIª Exposição de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa, e da primeira metade da década de 1990, antecedendo a reabertura ao público de 1994.

[1492] Corresponde actualmente às salas de exposição permanente de Mobiliário Português do MNAA, no piso 1.

[1493] MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 66, Cópias de Correspondência Remetida, Janeiro a Junho 1970, Nº 133, Proc. Nº 5-M-2, 9 de Março de 1970.

[1494] *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. 1963-1964, publicado em 1966: 73.

As experiências antecedentes e o modelo seriam posteriormente apuradas, ao aplicarem-se na disposição das Esculturas Vilhena. Para isso foi necessário solicitar reforço orçamental, pedindo-se a verba extraordinária de 200 000$00 destinada à colocação das peças esculpidas nos diferentes espaços previstos no programa[1495]. Os objectos foram instalados em estruturas metálicas adquiridas à Handy Portuguesa, de tipos já conhecidos e validados noutras áreas de reserva do Museu[1496]. Previa-se que as tarefas de arrumação ficassem concluídas no mês de Agosto de 1970[1497].

Ainda quanto às Esculturas Vilhena, Maria José de Mendonça manifestava a sua concordância com a decisão administrativa superior de, após a transferência da Colecção para o Museu de Arte Antiga, ser aqui feita uma selecção de peças destinadas a outras instituições museológicas: (…) «*conforme foi superiormente determinado, procedendo-se ao inventário e fotografia de todas as espécies, o que se torna urgente fazer.*» [1498]

Contudo, a ideia da distribuição geográfica por núcleos museológicos a criar, lançada por José Hermano Saraiva, foi trabalhada conscienciosamente pela directora do MNAA e por João Manuel Bairrão Oleiro, inspector superior das Belas-Artes (a quem veio juntar-se depois Vítor Pavão dos Santos - n. 1937 -, director geral do Ensino Superior e das Belas-Artes), porque não abdicaram do desenvolvimento de um plano prévio de estudo da Colecção de Escultura doada pelos herdeiros Vilhena.

A saída das peças depositadas no Museu, destinadas a locais específicos de exposição e sempre orientada por programas museográficos ou programas expositivos concebidos com forte coerência interna, será pontualmente realizada por Sérgio Andrade muitos anos mais tarde (Carvalho 2008: 158-162).

[1495] MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 66, Cópias de Correspondência Remetida, Janeiro a Junho 1970, Nº 133, Proc. Nº 5-M-2, 9 de Março de 1970.
[1496] MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 66, Cópias de Correspondência Remetida, Janeiro a Junho 1970, Nº 299, Procº Nº 5-M-2, 5 de Maio de 1970.
[1497] MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 66, Cópias de Correspondência Remetida, Janeiro a Junho 1970, Nº 281, Procº Nº 42-M-2, 5 de Junho de 1970.
[1498] MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 66, Cópias de Correspondência Remetida, Janeiro a Junho 1970, Nº 133, Proc. Nº 5-M-2, 9 de Março de 1970.

a

b

Figura 268 a e 268 b - Estruturas metálicas Handy para arrecadação da Colecção de Escultura © MNAA, Arquivo fotográfico e Arquivo da Secção de Escultura, fotografia de MJVC

Com Mendonça, a estratégia de redistribuição das esculturas delineada foi avante em situação muito pontual. A Doação Vilhena era composta por peças escultóricas desterritorializadas, não só por terem alcançado o seu estatuto museológico nacional, mas também porque o conjunto fora entregue ao Estado sem documentação histórica conexa que facultasse a investigação e exploração museológica integradas no território. Naquela altura e perante este contexto genérico, o desconhecimento da geografia dos actos coleccionistas de Ernesto Vilhena não permitia por si próprio qualquer associação a locais ou a monumentos específicos.

Tal não aconteceu apenas com uma *Virgem com o Menino*, vítima dum recambolesco «*processo de sonegação*»[1499]. Logo iniciado em 1971, viria a ser rematado apenas em finais de 1973, ainda durante a vigência do mandato de Mendonça como directora.

A imagem em causa representa a Virgem Maria sedente com o Menino Jesus no regaço: é uma escultura portuguesa executada em pedra no primeiro quartel do século XVI, policromada. Foi pedida pela paróquia de Nossa Senhora dos Anjos de Alhos Vedros, concelho da Moita, através da Santa Casa da Misericórdia da mesma freguesia, por ter sido alegadamente a imagem orago, segundo notícia supostamente fundamentada[1500]. Cedida de início num processo de empréstimo temporário para figurar nas festas religiosas realizadas em Agosto de 1970, em 1971 acabaria por obter novo despacho ministerial de autorização para saída com destino às celebrações desse ano. Maria José de Mendonça pronunciou-se de imediato contra pois, durante as

[1499] MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 70, Cópias de Correspondência Remetida de Janeiro a Junho de 1973, Processo 230/5-M-2)ª: ofício de Maria José de Mendonça ao Director-Geral dos Assuntos Culturais, datado de 10 de Abril de 1972.
[1500] MNAA, Arquivo de Secretaria, Dossier Processo 5-M-2, documentos de 1970-1971.

primeiras festividades, as necessárias condições de segurança física da escultura tinham sido descuradas, verificando-se, no regresso ao MNAA, marcas de atrito na pedra que macularam a sua grande qualidade artística.

A reclamação da museóloga responsável não veio a surtir efeito[1501]. A imprensa local, regozijando-se pelo pretenso regresso irrevogável da imagem sagrada, contava uma história que nenhuma instância política tinha interesse em contrariar e que classificava como assunto que «*deve ser tratado com todo o cuidado*», incumbindo todas as vias hierárquicas competentes de tomar conhecimento de qualquer diligência[1502].

Figura 269- Virgem com o Menino, Escultura Portuguesa, Século XVI (1501-1525), Alhos Vedros, pertenceu à Colecção do Comandante Ernesto Vilhena © MNAA, Arquivo fotográfico

Pela primeira vez após a doação da Colecção de Escultura de Ernesto Vilhena ao Estado Português eram publicadas e difundidas para um público local as fantásticas e recambolescas estórias ligadas à actividade e às práticas de coleccionista que construíram uma nebulosa de mistério à volta da figura do Comandante (e da Colecção, mesmo quando conservada em território museológico e cientificamente validada), prefácio de uma mitografia que em pleno século XXI continua a perdurar na consideração de alguns círculos. De acordo com umas narrativas, a imagem fora

[1501] Reitera os inconvenientes do empréstimo em causa por diversas vezes: ofício dirigido ao DGESBA em 2 de Novembro de 1971. MNAA, Arquivo de Secretaria, Dossier do Processo 5-M-2, Nº 446; ofício dirigido ao DGESBA em 23 de Março de 1972, Idem, Nº 192;

[1502] MNAA, Arquivo de Secretaria, Dossier Processo 5-M-2, ofício do Director-Geral dos Assuntos Culturais dirigido ao Director do Museu Nacional de Arte Antiga, datado de 8 de Maio de 1972 e recebido a 17 de Maio de 1972.

comprada pelo coleccionador na freguesia, algures no tempo após a implantação da República[1503]. Para outros, um incêndio na década de 1930, provocado por vândalos e assaltantes, tinha destruído a igreja paroquial, aproveitando-se para saquear a escultura que, anos mais tarde, sem que se diga quando ou onde, Ernesto de Vilhena viera supostamente a adquirir em leilão[1504]. Esquecera-se a presença da imagem emprestada «*por especial obséquio*» pelo coleccionador Vilhena em 1964, para figurar nas festas de Nossa Senhora dos Anjos de Alhos Vedros, acontecimento de importância bastante para ser noticiado na rubrica "Diário Sentimental" da Emissora Nacional, que explicara aos ouvintes o historial da imagem. Segundo a fonte, a imagem de «*grande devoção popular e orago da matriz da freguesia*» teria sido comprada em 1917, em leilão público decorrido após o arrolamento pela Comissão dos Bens da Igreja, conservando-se em poder do Comandante Vilhena durante os 47 anos entretanto decorridos[1505].

Contra todos os protestos lançados pelo Museu e pela directora, a escultura jamais regressou ao seu depósito no MNAA.

Toda as restantes espécies escultóricas se mantinham, nessa data, no espaço do Museu Nacional de Arte Antiga que, enquanto instituição depositária, detinha por inerência a incumbência não só de as guardar, como também as funções museológicas de classificar, fotografar, criar um sistema de documentação próprio, estudar, mostrar e conservar. Na gestão da Colecção Vilhena eram aplicadas as mesmas práticas que nas restantes colecções do MNAA.

Para a conservação extraordinária das esculturas de madeira foi imediatamente elaborado um plano de desinfestação (1971) - necessário e indispensável depois de tantas alterações ambientais a que as peças tinham estado sujeitas nos últimos cinco anos -, solicitando-se ao Museu da Fundação Calouste Gulbenkian a colaboração com autorização do acesso às suas estufas de expurgo.[1506] Uma série de circunstâncias em que sobrelevaram idiossincrasias pessoais impediram que tal projecto pudesse ser posto

[1503] Ofício do pároco Pe. Carlos Fernando Póvoa Alves dirigido ao Ministro da Educação Nacional, datado de 10 de Maio de 1971: cópia integrada no Dossier do Processo 5-M-2 do Arquivo do MNAA.
[1504] "Alhos Vedros. Regresso de uma imagem desaparecida há 50 anos". *Época*. Lisboa: 29 de Julho de 1971.
[1505] "Diário Sentimental" [6-8-1964], disponível em http://museu.rtp.pt/app/uploads/dbEmissoraNacional/Lote%2007/00008151.pdf [acedido em 10.11.2013].
[1506] MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 69, Cópias de Correspondência Remetida de Julho a Dezembro de 1971, Processo 417/5-M-2 de 18 de Outubro de 1971; Idem, Processo 474/5-M-2 de 22 de Novembro de 1971; MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 70, Cópias de Correspondência Remetida de Janeiro a Junho 1973, Processo 112/5-M-2; Idem, Processo 124/5-M-2 de 23 de Fevereiro de 1973.

em marcha com a brevidade necessária e esperada. Para além das pontuais desinfestações executadas no Museu, o tratamento de fundo acabará por ser executado pelo Instituto José de Figueiredo, apenas após ter sido concluída a construção, pela DGEMN, da câmara própria, no edifício das Janelas Verdes, em 1973. [1507]

O Estúdio Mário Novaes foi encarregue de iniciar os trabalhos de registo fotográfico de cada uma das espécies. Aos números de inventário da Colecção Vilhena, da DGESBA, somou-se a imprescindível fotografia, com clichés a preto e branco, para identificação e investigação.

A primeira exposição museograficamente concebida nasceu da parceria com os serviços culturais da Câmara Municipal de Lisboa e do empenho de Irisalva Moita (1924-2009). Acordou-se que só seriam apresentadas esculturas em pedra, em bom estado de conservação, com técnicos de restauro do Instituto José de Figueiredo a acompanharem as deslocações, ficando a montagem e desmontagem expositiva a ser da exclusiva responsabilidade daquela Conservadora-Chefe dos Museus Municipais. Inaugurada em Dezembro de 1971[1508] nas salas do Palácio dos Coruchéus, contava com 66 exemplares escultóricos reunidos sob o título *Imagens da Virgem da Colecção Vilhena (Séculos XIV-XV-XVI)*.

Na divulgação jornalística desta exposição reapareceram velhos tópicos já nossos conhecidos e recorrentes sobre o destino da Colecção Vilhena, mas desta vez aventa-se desde logo que os exemplares escultóricos do gótico português se irão manter no MNAA, segundo o redactor «*a única lacuna que ali existia*», enquanto os «*duplicados*» serão distribuídos por outros museus do País: «*Entretanto – ou enquanto não se decide a construção de instalações para um novo Museu Nacional de Arte Antiga, as peças da colecção lá resguardadas, não correrão o risco de se perder nem, tão pouco, de perder o Museu que é pequeno mas…é sólido.*»![1509]

[1507] Idem, Processo 367/5-M-2 e Idem, Livro 73, Cópias de Correspondência Remetida de Julho a Dezembro de 1973, Processo 432/5-M-2 de 24 de Julho de 1973

[1508] MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 69, Cópias de Correspondência Remetida de Julho a Dezembro de 1971, Processo 483/5-M-2)ª de 26 de Novembro de 1971; MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 70, Cópias de Correspondência Remetida de Janeiro a Junho de 1973, Processo 168/38-M-a)5 de 14 de Março de 1972.

[1509] "As Virgens com o Menino. A Colecção Vilhena e a sua instalação no Museu de Arte Antiga." *Diário de Notícias*, 1 Janeiro 1972.

a

b

Figura 270 a e 270 b - Imagens da Virgem da Colecção Vilhena (Séculos XIV-XV-XVI). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1971-1972. Fotografias Armando Serôdio, 1972. © PT/AMLSB/SER/S07740 e PT/AMLSB/SER/S07746.

Na exposição pública externa, Maria José de Mendonça investe em 1972 numa mostra junto dos antiquários. O Museu fez-se representar com um *stand* no *6º Salão de Antiguidades da Fil* (Feira Internacional de Lisboa, 12-23 Abril): o mercado da arte e os coleccionadores poderão ter perto de si algumas das famosas esculturas Vilhena. A selecção de peças coube à própria directora, secundada na montagem pelo pintor José Maria da Cruz de Carvalho, o mesmo autor da encenação da «Sala Museológica Gulbenkian» do MNAA, em colaboração com Tom (Tomás de Mello, 1906-1990) que detinha a responsabilidade geral da exposição. Segundo a organização, resolvera-se nesse ano «*lançar uma nova iniciativa de grande sentido cultural: a revelação sucessiva dos nossos museus. Será uma forma de divulgar o riquíssimo património artístico recolhido nos museus que possuímos e muitos dos quais não são tão visitados como seria de desejar. Esta obra, que o Salão de Antiguidades se propõe levar a efeito e que há-de vir a estender aos museus de todo o território nacional, vai começar este ano por Lisboa* (...)».[1510]

Durante esta primeira fase de execução do projecto global de conservação e investigação, Maria José de Mendonça entra em contacto com o professor Jorge Henrique Pais da Silva (1929-1977) ainda no decurso do ano de 1972, contando com ele para «*colaborar com a Direcção do Museu no programa de organização da galeria de estudo da estatuária da Colecção Vilhena*»[1511]. Nos arquivos do MNAA não se apuram informações complementares que, a existirem, se colherão no espólio pessoal da directora do MNAA, doado ao Museu Nacional do Traje pela família e ainda não

[1510] *6º Salão de Antiguidades 1972. Catálogo Geral*. Lisboa: Feira Internacional de Lisboa, 1972: s.p.
[1511] MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 73, Cópias de Correspondência Remetida de Julho a Dezembro 1973, Processo 392/51-M-6, carta de Maria José de Mendonça dirigida ao Dr. Jorge H. Pais da Silva datada de 9 de Julho de 1973.

tratado arquivisticamente, ou no de J. H. Pais da Silva de acesso muito condicionado a materiais publicados. Naquilo que é possível reconstituir através da história do Museu Nacional de Arte Antiga, é seguro que a directora incluiu o historiador da arte na sua equipa de trabalho; que, através dele, o seu discípulo Sérgio Guimarães de Andrade começou a trabalhar com a Colecção Vilhena; ao mesmo tempo que a sua colaboração intelectual com o MNAA se estendeu a outros projectos em curso, nomeadamente à pesquisa pluridisciplinar sobre o Retábulo de Santa Auta.

No MNAA viviam-se, aliás, tempos de mudança. Rafael Salinas Calado (1937-2006), José Luís Porfírio (n. 1943), Sérgio Guimarães Andrade (1946-1999), antigos alunos do curso de Conservadores ministrado no «*Museu normal*»[1512], a quem se juntou o historiador da arte Dagoberto Markl (1939-2010), com a aprovação de Maria José de Mendonça, integram em definitivo o quadro de pessoal, compondo o grupo dos novíssimos conservadores, no ano de 1973. O moroso processo de especialização das práticas e dos saberes museológicos que se vinha verificando desde a direcção de João Couto, tem agora como corolário a fixação e a estabilidade de um sistema de organização dos serviços internos em Secções que correspondiam às diferentes Colecções. Isto é, um conjunto de objectos da mesma categoria artística era da responsabilidade científica de um conservador. Foi neste contexto que o quadro de profissionais integrou a nova geração que protagonizou a história recente do Museu e que virá a ser depois, *grosso modo*, a responsável pelas renovações expositivas da década de 1990. Apesar de todas as suas diferenças intelectuais e de personalidade, é fundamental reconhecer nesta geração de museólogos a importância do conceito de "interpretação" e a majoração do conceito de objecto museológico que caracterizaram a cultura visual/museológica própria do MNAA da segunda metade do século XX.

Até ao final do seu mandato na direcção do MNAA (Janeiro de 1975), Maria José de Mendonça não cessou de se dedicar à Colecção de Escultura do Comandante Ernesto Vilhena. As peças passaram, desde a primeira experiência de 1972, a integrar o circuito de empréstimos para exposições realizadas fora do Museu, como aconteceu com as *Comemorações do VIII Centenário da Chegada das Relíquias de São Vicente a*

[1512] Museu Normal ou museu de referência habilitado para a formação dos Conservadores dos Museus e dos Palácios Nacionais, assim designado desde a reforma de 1965.

Lisboa (inaugurada em 3 de Dezembro de 1973 no Palácio Pimenta, em Lisboa[1513]). Para integrar as mostras temporárias do MNAA, foi também solicitada autorização para realizar *Obras escolhidas da Colecção Vilhena*[1514]*,* a incluir no programa de actividades culturais de 1974.

No segundo semestre de 1974 imprime-se novo ritmo ao trabalho de investigação, continuando sob a supervisão da directora Maria José de Mendonça. Sérgio Guimarães de Andrade, entretanto nomeado Conservador responsável pela Secção de Escultura, cumpria temporariamente o serviço militar[1515]. Avança, apesar do circunstancialismo, o primeiro estudo laboratorial dos calcários das Esculturas Vilhena, de acordo com o projecto em cuja definição participara também a Chefe do Laboratório do Instituto de José de Figueiredo, Luisa Maria Picciochi Alves. Para além do conhecimento físico e químico dos materiais, estava em causa um programa de conservação geral do núcleo pétreo no qual algumas espécies registavam claros indícios de degradação, intensa sulfatação e grande cristalização de sais. Num vanguardista exemplo de boas práticas, pedia-se a definição das condições ideais para exposição e conservação preventiva das esculturas calcárias. *«A Bem da República»*[1516] os trabalhos terão continuidade após 1975, já sob a nova direcção de Maria Alice Beaumont.

O início do trabalho de Sérgio Guimarães de Andrade foi, assim, concomitante com a nova realidade da colecção que é necessário gerir museologicamente, e que ele virá a transformar, como se verá adiante.

[1513] *Catálogo da Exposição Iconográfica e Bibliográfica Comemorativa do VIII Centenário da Chegada das Relíquias de São Vicente a Lisboa* (Lisboa, Palácio Pimenta, 3 de Dezembro). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1973.

[1514] MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 74, Cópias de Correspondência Remetida, Janeiro a Junho de 1974, Nº 109, Processo 37-M-7, ofício dirigido ao Director Geral dos Assuntos Culturais datado de 13 de Fevereiro de 1974.

[1515] MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 75, Cópias de Correspondência Remetida, Julho a Dezembro de 1974, Nº 694, Processo 26-P, ofício de Maria José de Mendonça ao Director Geral dos Assuntos Culturais datado de 29 de Outubro de 1974: apresenta o currículo resumido de Sérgio Guimarães de Andrade, elencando os trabalhos desenvolvidos no MNAA e reforça a importância da sua participação no «*trabalho de inventariação, investigação e conservação da Colecção Vilhena, bem assim como o da apresentação da galeria de estudo onde ficarão patentes ao público as peças mais importantes desse valioso núcleo do património nacional*». Face ao exposto, solicita autorização para requisitar ao Ministério do Exército os serviços do conservador.

[1516] Após 25 de Abril de 1974, a expressão «*A Bem da Nação*» que rematava as comunicações institucionais e administrativas foi temporariamente substituída por «*A Bem da República*».

III.2.2. 1980: A incorporação definitiva sob direcção de Maria Alice Beaumont

Maria Alice Beaumont (1929-2004) toma posse como directora do Museu Nacional de Arte Antiga em Abril de 1975, sucedendo a Maria José de Mendonça, que se reformara, e ocupa o cargo até Setembro de 1990[1517].

Por sua insistência junto das instituições de tutela, obtém para o MNAA a declaração da propriedade efectiva da doação Vilhena (Herdeiros), como passou a ser designada na proveniência das peças[1518]. O pedido é feito em ofício dirigido à Directora-Geral do Património Cultural na data de 15 de Abril de 1980[1519] e em despacho de resposta a mesma entidade declara que fora autorizado em 2 de Maio desse mesmo ano[1520]. Serão os acontecimentos derradeiros do processo de nacionalização da Colecção de Escultura do Comandante Ernesto de Vilhena.

Projectadas grandes transformações na arquitectura do MNAA com o objectivo de conseguir mais espaço de exposição e arrecadação no edifício Anexo, que a breve trecho iria albergar um dos núcleos da XVIIª Exposição de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa, foram necessárias medidas de re-colocação temporária das obras de arte. A intervenção resultará na construção de um piso intermédio e no preenchimento do gigantesco vão do átrio desenhado por Rebelo de Andrade.

[1517] Porfírio 2004: s.p.

[1518] Em 1979, na exposição *Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga. Séculos XV-XVIII* as peças provenientes da Colecção Vilhena que a integraram foram apresentadas ao público e tabeladas ainda com o número de Inventário Vilhena como referência, como se verifica no São Pedro reproduzido na página 33 do respectivo catálogo.

[1519] MNAA, Arquivo de Secretaria, Cópias de Correspondência Remetida, Janeiro a Junho de 1980-I; Nº 197, Proc. 4-M-5. «*Exma Senhora Directora Geral do Património Cultural. Conforme é do pleno conhecimento de V. Exa. a antiga colecção de escultura Comte. Vilhena encontra-se depositada neste Museu desde 1970, sem que a sua situação esteja clara e inequivocamente definida. Ao tratar-se na presente ocasião da exposição de escultura em Mafra, parecer-nos-ia um momento adequado para resolução desta questão, pelo que proponho a V. Exa. que a dita colecção seja incorporada nas colecções do Museu Nacional de Arte Antiga, aplicando-se-lhe assim os regimes de inventariação e registo que são praticados no Museu, e passando a incluir-se nos seus núcleos em situação museográfica definida. Esta incorporação far-se-ia naturalmente sem prejuízo de futuras resoluções no que respeita a cedência e ou utilização de peças da dita colecção. Apresento a V. Exa. os meus melhores cumprimentos. Museu Nacional de Arte Antiga, 15 de Abril de 1980. A Directora, a) Maria Alice Beaumont.*»

[1520] MNAA, Espólio Sérgio Guimarães de Andrade, Dossier *Mafra 1980*, Ofício Nº 50.42 do Instituto Português do Património Cultural dirigido ao Director do Museu Nacional de Arte Antiga, datado de 14 de Maio de 1980: «*Em referência ao ofício acima mencionado* [197/4-M-5]*, comunico a V. Exa. que, por despacho de 2 do corrente, foi autorizada a incorporação nesse Museu da colecção de escultura "Ernesto de Vilhena". Com os melhores cumprimentos. A Presidente* a) rúbrica ilegível».

a

b

Figura 271 a - MNAA, Obra do piso intermédio do Anexo, início da década de 1980 © MNAA, Arquivo fotográfico e Figura 271 b - MNAA, Escadaria nova do Anexo, década de 1980© MNAA, Arquivo fotográfico

A Colecção de Escultura mantinha-se nos edifícios do MNAA segundo a organização criada por Maria José de Mendonça, estruturadamente e segundo a lógica do programa definido. Foi necessário romper essa unidade e procurar soluções para o depósito/exposição das obras, sendo certo que este teria de ser obrigatoriamente uma área vasta.

Negociado através da Direcção-Geral do Património Cultural, com autorização da Direcção-Geral do Património do Estado, chegou-se a um acordo com o Palácio Nacional de Mafra para a cedência temporária de espaço por um período de três anos renovável, com a contrapartida da realização de exposições que seriam da total responsabilidade do MNAA.[1521] Obtiveram-se dez salas ao nível do piso acima do Museu de Escultura Comparada e o espaço das cisternas situadas por baixo do Torreão Norte.

Sérgio Guimarães de Andrade, em pleno exercício das suas funções de conservador responsável pela Colecção/Secção de Escultura apresenta superiormente o primeiro programa de actividades logo em Maio de 1980, aquele que considerava exequível realizar em tão curto espaço de tempo, com duas propostas de exposição: «*1- Realização da exposição temporária "Coleccionar (a colecção Ernesto de Vilhena), a abrir ao público em meados de Junho próximo. A exposição ocupará as duas primeiras*

[1521] MNAA, Processo 34-M-a)1, Ofício 50.16 do Director-Geral do Património Cultural dirigido à Directora do Museu Nacional de Arte Antiga, recebido em 22 de Fevereiro de 1980.

salas e decorrerá paralelamente ao arranjo, imprescindível, das várias dependências que constituem o espaço cedido, sendo a sua data de encerramento resultante dessa intervenção. 2 - Realização da Exposição "Escultura Medieval", utilizando peças dos vários núcleos do Museu, de acordo com a temática, ocupando todos os espaços possíveis na zona de referência, e a inaugurar em Outubro (data a confirmar), prolongando-se pelo ano de 1981.»[1522] A tutela não deixou passar o facto que tinha significado de monta na revitalização do Palácio Nacional de Mafra[1523].

A primeira exposição abriu ao público nesse mesmo ano de 1980. Não por acaso, na primeira saída da segurança do espaço albergue do MNAA, promove-se a primeira mostra consistente do conjunto Vilhena, exploratória da arte de coleccionar do Comandante. De modo diverso de outras exposições que tinham abordado colecções privadas ou colecções doadas que já haviam sido produzidas nas décadas anteriores pelo Museu Nacional de Arte Antiga, o conceito apresentado em 1980 não teve por base qualquer valor panegírico nem intenção celebratória: a Colecção era *de jure* propriedade do Museu e constituía um dos núcleos da Colecção/Secção de Escultura que agora se desvelava publicamente. Constituiu um estudo expositivo sobre o Coleccionismo em Portugal com um fundo de reflexão sobre a protecção do património cultural, tema quente e de ardentes defesas aberto à discussão e ao envolvimento da sociedade no pós-25 de Abril de 1974.

Na análise do respectivo guião identifica-se a metodologia de trabalho que caracterizou a *praxis* do conservador Sérgio Guimarães de Andrade. Registava esquematicamente por escrito desde a ideia base, isto é, os "Objectivos e o Programa", passando depois à "Planificação" - explicativa dos núcleos ou partes constituintes da exposição -, identificação dos "Textos" e o "Desdobramento" temático; em seguida dedicava-se à "Montagem", aos "Tempos" ou cronograma[1524] seguido do "Programa

[1522] MNAA, Espólio Sérgio Guimarães de Andrade, Dossier *Mafra 1980*, Ofício Nº 269, Processo 34-M-a)1, Ofício de Sérgio Guimarães de Andrade dirigido ao Presidente do Instituto do Património Cultural datado de 13 de Maio de 1980.

[1523] [GUEDES, Natália Correia]. "Relatório Sucinto De Actividades Da Direcção-Geral Do Património Cultural - Instituto Português Do Património Cultural Apresentado a Sua Excelência O Secretário De Estado Da Cultura Pela Presidente Do Instituto Português Do Património Cultural. Dezembro De 1979/Setembro De 1980." Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1980: 11 - «*2.8.7. Reabertura de Museus encerrados há anos - […]"Abertura de salas no Palácio de Mafra com uma exposição de escultura medieval da colecção «Ernesto de Vilhena», apresentando ao público peças até agora em arrecadação no Museu Nacional de Arte Antiga.*»

[1524] Arquivo do Palácio Nacional de Mafra, Coleccionar V. *Vide* também MNAA, Espólio Sérgio Guimarães de Andrade, Dossier Mafra 1980, «Exposição "Coleccionar - A Colecção Ernesto de Vilhena".

[de] Trabalhos" com o descritivo das tarefas a realizar em todas as fases do processo e por cada elemento constituinte da equipa, antecedendo as informações relativas à distribuição das obras no espaço, ao dimensionamento de suportes e dos elementos modulares a utilizar na montagem, só concluindo com uma listagem de verificação do cumprimento do "Programa de Trabalhos" e o registo da respectiva situação à data. Em complemento, projectava a orçamentação total da exposição e a verba específica destinada a cada item.

O objectivo era «*fornecer uma panorâmica de uma das colecções particulares mais importantes do nosso país, do espírito e intenções que a ela presidiram, do seu destino, e de eventuais relações entre a questão colecção particular/defesa do património cultural. A exposição consiste numa utilização de textos, acompanhados de peças da colecção e de documentação fotográfica. No seu programa não segue senão aquele objectivo inicial, pelo que utilizará as peças susceptíveis de melhor servirem os textos, indiferentemente das escolas, épocas, materiais, etc.*»[1525] Os núcleos constariam de uma «Introdução», seguia-se para «A Doação» - com recurso à mostra das reportagens jornalísticas referentes àquela, sem peças -, «O que era a Colecção Vilhena», «A Colecção de Escultura»; «Como se formou a Colecção», rematando com «O Destino da Colecção». Os textos seleccionados eram da autoria de Reynaldo dos Santos, passagem em que o autor faz equivaler a importância das revelações trazidas pelo Inventário Artístico de Portugal promovido pela Academia Nacional de Belas Artes à «*notável colecção do Exmo. Comandante Ernesto de Vilhena, rica de mais de mil espécies, a maior parte das quais do período gótico, e onde estão representadas não só algumas das obras essenciais da imaginária dos séculos XIV e XV, mas numerosas réplicas regionais que revelam a influência e irradiação dos protótipos*» (*A Escultura em Portugal.* Vol. I. 1948: Preâmbulo), verdadeiro texto berço da mitografia da Colecção; de Bernardo Ferrão e ainda pequenos excertos simbólicos recolhidos de documentos administrativos do MNAA.

[1525] Idem, ibidem.

a

b

Figura 272 a e 272 b - *Coleccionar. A Colecção Ernesto de Vilhena*, Mafra, 1980 © MNAA, Arquivo Fotográfico

Na sequência destas actividades de 1980-1981, as peças permanecerão no Palácio Nacional de Mafra, o que por vezes dá azo a algumas confusões com o Museu de Escultura Comparada também ali localizado. Maria Alice Beaumont e Sérgio Guimarães de Andrade[1526] ripostam sempre de molde a destrinçar realidades muito distintas. Todavia, a permanência da escultura continua a gerar trocadilhos e chega inclusivamente, em 1983, ao Decreto Regulamentar nº 62/83 de 5 de Julho que, tantos anos após a fundação daquele museu, seria finalmente exarado pelo Governo presidido por Pinto de Balsemão e do qual Francisco Lucas Pires foi Ministro da Cultura. Em letra de lei foi publicado que «*as salas de exposição foram, entretanto, bastante aumentadas, sendo algumas delas exclusivamente dedicadas à valiosa colecção de escultura medieval «Comandante Ernesto Vilhena», propriedade do Museu Nacional de Arte Antiga.*»

Sem espaço para regressarem ao MNAA, as peças mantiveram-se em depósito e conservaram-se em Mafra, saindo algumas logo no ano seguinte, em 1982, para a exposição *Esculturas do Século XV* comissariada por Sérgio Andrade no Museu-Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha, que marcou o início de um vasto conjunto de iniciativas promovidas pelo conservador à volta das esculturas de Arte Antiga. Os últimos exemplares foram recolhidos em Mafra e deram reentrada definitiva no MNAA no ano de 1997.

[1526] MNAA, Espólio Sérgio Guimarães de Andrade, Dossier *Mafra 1980*, Ofício Nº 282, Processo 34-M-a)1, Ofício de Sérgio Guimarães de Andrade dirigido ao Presidente do Instituto do Património Cultural datado de 19 de Maio de 1980: «(...) [fl. 2] «*a. A relação do Museu Nacional de Arte Antiga verifica-se com um conjunto de dependências inseridas no Palácio de Mafra, cedidas por esse Instituto ao Museu Nacional de Arte Antiga, e não com o Museu de Escultura Comparada*. (...)».

A exposição *Coleccionar. A Colecção de Ernesto Vilhena* teve consequências imediatas que o Museu Nacional de Arte Antiga teve de gerir pela primeira vez. Pedidos de empréstimo regulares e circulação das obras nos circuitos expositivos correntes faziam parte do quotidiano do Museu, mas havia agora que enfrentar uma outra dimensão dos pedidos de empréstimo de carácter temporário, prolongável, ou definitivo, correndo o risco de desmembrar o núcleo Vilhena. A garantia de propriedade obtida com inteligência por Maria Alice Beaumont em 1980, imediatamente antes de as peças deixarem pela primeira vez o MNAA, era e continua a ser o suporte legal para a definição da política de cedências destas esculturas.

Em situação excepcional, porque a associação histórico-artística estava autenticada pela história da arte e do património «*e documentalmente provado*»[1527], foram depositadas definitivamente no Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra, as imagens quinhentistas que se sabia terem pertencido ao Retábulo da Capela do Tesoureiro do Mosteiro de São Domingos (João de Ruão, ca. 1558-1565: Inv. 11223; E 47 e Inv. 11224; E 148), tal como um Santo Amaro (Século XVI, Inv. 10811; E 411) e um São Roque (Século XVI, Inv. 10812; E 412), de indiscutível produção coimbrã. Na sequência do pedido inicial de cedência para uma exposição integrada no simpósio "A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica" onde figuraram oito esculturas do Renascimento provenientes da Colecção Vilhena, as quatro acima mencionadas são entregues em depósito definitivo[1528], acordado entre as duas instituições cinco anos depois. Pelo seu lado, o MNAA assumia o compromisso de manter no «*registo da colecção Vilhena na sua totalidade, que foi feito e se guarda neste Museu, a anotação de essas peças terem sido incorporadas no inventário do Museu Machado de Castro e o respectivo número quando o tiverem*.»[1529]

Os pedidos de depósito temporários/definitivos de esculturas Vilhena noutras instituições aumentaram substancialmente de número na segunda metade da década de 1980, provavelmente resultado da divulgação patrimonial que a sequência muito regular de exposições temporárias comissariadas por Sérgio Guimarães de Andrade, muitas

[1527] MNAA, Arquivo de Secretaria, Procº 33-M-c) 5 de 1981, Ofício da Directora do Museu Nacional de Machado de Castro dirigido à Directora do Museu Nacional de Arte Antiga datado de 29 de Abril de 1981.
[1528] MNAA, Arquivo de Secretaria, Procº 33-M-c) 5 de 1980, 1981 e 1982
[1529] MNAA, Arquivo de Secretaria, Cópias de Correspondência Remetida, Livro 94, Janeiro a Junho de 1985, Nº 71: Ofício da Directora do MNAA dirigido à Dra. Maria Alice Faria do Instituto Português do Património Cultural, s.d.

delas com itinerâncias pelo país, alcançou junto do público. A Colecção de Escultura Vilhena mantinha a sua aura e, para quem antes a desconhecia, era fácil imaginar que integrava incontáveis peças capazes de preencher lacunas em museus municipais, fundações privadas, até mesmo igrejas, embora neste último caso os contornos da questão fossem muito mais complexos e relacionados com a reclamação de uma antiga propriedade, que em certo sentido será simplesmente emocional, e isso parecia servir de motivo bastante para a reclamação, mas que ignorava por completo uma vida intermédia das obras na mão de um coleccionador.

Dos municípios, chegaram pedidos volumosos para o Museu de Cantanhede (1986)[1530] e para o Museu da Bobadela (1986) [1531]; juntam-se os de gentes de São Vicente da Beira (1980)[1532] e de Condeixa-a-Nova (1988)[1533], mas as garantias apresentadas não eram seguras, nem suficientemente fundamentadas de molde a validar a entrega de peças pelo Museu. No MNAA estava definida a política de cedências, como Maria Alice Beaumont repete em resposta aos diferentes requerimentos: «*No entendimento deste Museu, parte das esculturas da numerosa Colecção Vilhena pode ser criteriosamente depositada noutros museus que se reconheçam idóneos para as expôr e conservar.*»[1534] De Oliveira do Hospital chega a solicitação da Fundação Dona Maria Emília Vasconcelos Cabral à Secretária de Estado da Cultura revestida de contornos um pouco mais elaborados, dado apresentar algumas propostas museográficas das peças destinadas ao Solar Cabral Metelo, sede daquela instituição. A administração da Fundação tinha tomado conhecimento da existência da Colecção Vilhena depositada no Convento de Mafra, onde haveria «*elevado número de imagens da Escola de Escultura da Região de Coimbra (Sec. XV e Sec. XVI) que, segundo julga, poderão ser cedidas num depósito para alguns Museus onde possam ficar expostas em boas condições de humidade e segurança.*» Justificava o pedido dado a Fundação ter «*algumas alfaias litúrgicas, o que lhe permite abrir uma secção de Arte Religiosa, mas, lamentavelmente não tem uma só imagem em pedra ou madeira. Também o elevado número de salas permitiria que algumas dessas imagens pudessem ser expostas sobre*

[1530] Arquivo do Palácio Nacional de Mafra, PNM 6.8.85.
[1531] MNAA, Arquivo de Secretaria, Cópias de Correspondência Remetida, Livro 96, Janeiro a Junho de 1986, Nº 144, Procº 4-M-9/86, Ofício da Directora do Museu Nacional de Arte Antiga dirigido à Directora de Serviços de Museus do Instituto Português do Património Cultural.
[1532] MNAA, Espólio Sérgio Guimarães de A ndrade, Dossier Mafra 1980.
[1533] MNAA, Arquivo de Secretaria, Procº 4-M-7 de 1988.
[1534] Idem.

alguma cómoda ou algum arcáz.» Tudo legitimava o requerimento, «*Tendo em conta o papel importante que este Museu terá na História da Cultura desta Região e também o facto da Fundação ter sido declarada Instituição de Utilidade Pública»*, que as imagens «*muito dignamente iriam valorizar»*.[1535] Não teve continuidade.

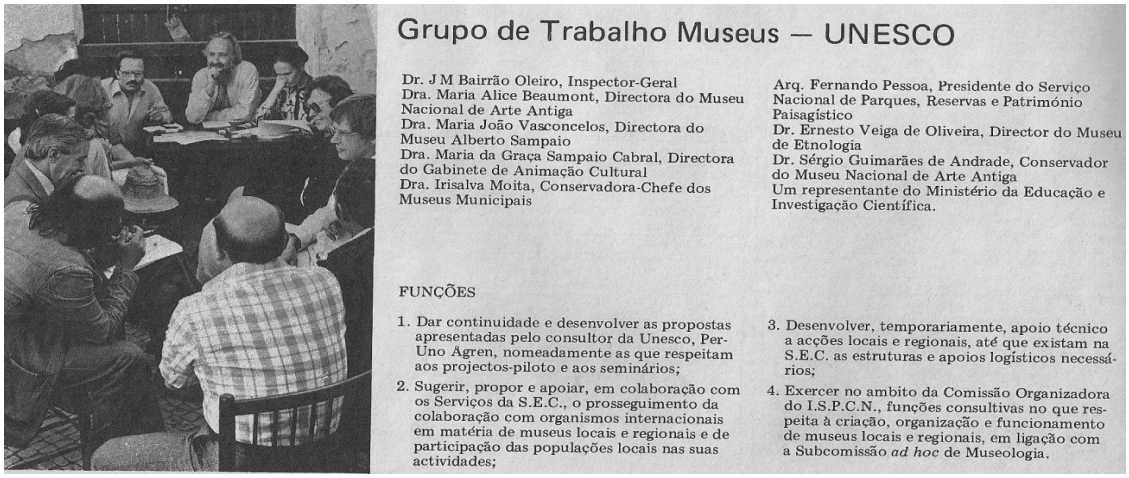
III.3. Sérgio Guimarães de Andrade: o *Sentido das Imagens* como história da escultura portuguesa do século XIV ao século XVIII

[1536]A vitalidade e a institucionalização definitiva da Secção de Escultura devem-se a Sérgio Guimarães Andrade que, num encontro feliz e sintético entre os conceitos pessoais do ofício de museólogo, os do entendimento da arte da escultura e as grandes transformações da Colecção, produziu a primeira exposição permanente de Escultura Portuguesa do Museu Nacional de Arte Antiga, inaugurada em 1994 e que, nas suas linhas fundamentais, se manteve aberta ao público até 2009, encerrada para dar lugar à mostra *Encompassing the Globe*.

Sérgio Guimarães Andrade licenciou-se em História na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, onde é forçoso assinalar a sua aprendizagem com intelectuais tão referentes como Vitorino Nemésio, Pe. Manuel Antunes, Virgínia Rau, Mário Tavares Chicó, Jorge Borges de Macedo, A. H. de Oliveira Marques, Mário de Albuquerque e Fernando de Almeida, para além de Jorge Henrique Pais da Silva.

Frequentou depois o curso de conservador de Museus ministrado no Museu Nacional de Arte Antiga (in. 1972), acerca do qual sempre exaltava a formação recebida de Maria José de Mendonça e de Abel de Moura. Foi particularmente sensível à influência do pensamento e actuação de Madalena Cabral, responsável pelos serviços de educação do MNAA, quanto à filosofia, objectivos e processos de acção nos museus. Na análise que fez do seu próprio amadurecimento, destacava ainda o trabalho com Per-Uno Ägren (1930-2008), museólogo sueco e consultor da Unesco com quem trabalhou directamente entre 1976 e 1981[1537].

[1535] Arquivo do Palácio Nacional de Mafra, IPPC 30.4.86.
[1536] Publiquei uma versão inicial deste subcapítulo em Carvalho 2011: 111-125.
[1537] MNAA, Arquivo de Secretaria, *Pessoal*, Dossier curricular de Sérgio Guimarães Andrade, Curriculum Vitae, 1999.



Grupo de Trabalho Museus — UNESCO

Dr. J M Bairrão Oleiro, Inspector-Geral
Dra. Maria Alice Beaumont, Directora do Museu Nacional de Arte Antiga
Dra. Maria João Vasconcelos, Directora do Museu Alberto Sampaio
Dra. Maria da Graça Sampaio Cabral, Directora do Gabinete de Animação Cultural
Dra. Irisalva Moita, Conservadora-Chefe dos Museus Municipais

Arq. Fernando Pessoa, Presidente do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico
Dr. Ernesto Veiga de Oliveira, Director do Museu de Etnologia
Dr. Sérgio Guimarães de Andrade, Conservador do Museu Nacional de Arte Antiga
Um representante do Ministério da Educação e Investigação Científica.

FUNÇÕES

1. Dar continuidade e desenvolver as propostas apresentadas pelo consultor da Unesco, Per-Uno Agren, nomeadamente as que respeitam aos projectos-piloto e aos seminários;
2. Sugerir, propor e apoiar, em colaboração com os Serviços da S.E.C., o prosseguimento da colaboração com organismos internacionais em matéria de museus locais e regionais e de participação das populações locais nas suas actividades;
3. Desenvolver, temporariamente, apoio técnico a acções locais e regionais, até que existam na S.E.C. as estruturas e apoios logísticos necessários;
4. Exercer no ambito da Comissão Organizadora do I.S.P.C.N., funções consultivas no que respeita à criação, organização e funcionamento de museus locais e regionais, em ligação com a Subcomissão *ad hoc* de Museologia.

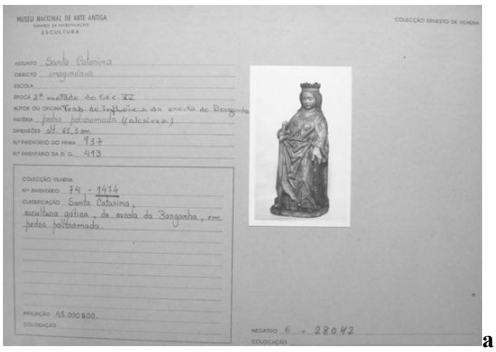
Figura 273 - *O Seringador Novo (Museus e populações locais - Participação e integração.* Seminários: Seia, Faro, Abril-Maio), 1979.

O itinerário profissional de Sérgio Andrade iniciou-se no Museu Nacional de Arte Antiga em Novembro de 1970, ainda com o estatuto de tarefeiro, pelas mãos de Maria José de Mendonça, então directora, e de Jorge Henrique Pais da Silva[1538]. Colaborou no projecto de investigação do *Retábulo de Santa Auta* – com um estudo sobre a representação dos negros[1539] – e na primeira inventariação museológica da colecção de escultura recebida pelo Estado português por doação dos herdeiros do Comandante Ernesto Vilhena que, como temos vindo a acompanhar, se encontrava depositada no espaço do Museu desde 1970.

[1538] MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 72, Cópias de Correspondência Remetida de Janeiro a Junho 1973: Processo 207/1-A: «*Exmo. Senhor Director-Geral dos Assuntos Culturais: Em referência ao requerimento de SÉRGIO AUGUSTO ALBUQUERQUE GUIMARÃES DE ANDRADE para ser provido no lugar de Terceiro-Conservador além do quadro posto a concurso conforme aviso publicado no Diário do Governo, II Série nº 68 de 21 de Março de 1973, cumpre-me prestar a seguinte informação:*
O candidato é discípulo do Professor Jorge Pais da Silva, tendo em preparação a tese de licenciatura sobre um tema de arte. Em Novembro de 1970 o Professor Pais da Silva apresentou-o no Museu de Arte Antiga como sendo um aluno qualificado que desejava vir trabalhar no Museu. Admitido em regime de tarefeiro, Sérgio Andrade mostrou-se interessado pelo estudo da escultura e desde logo o encarreguei de proceder ao inventário de existência da Colecção do Comandante Ernesto de Vilhena, em depósito no Museu. Terminado esse inventário, para o qual Sérgio Andrade estudou um tipo especial de ficha, passou a trabalhar na organização da galeria de estudo da Secção de Escultura do Museu, de que é responsável a Conservadora Maria Alice Beaumont, e colaborou com a conservadora Natália Correia Guedes na reorganização da Biblioteca e respectivos serviços. Em 1972 o candidato matriculou-se no Curso de Conservador de Museu, de que frequenta presentemente o último ano, tendo em preparação a dissertação final do curso sobre o tema "Programa da organização instalação e extensão cultural da Secção de Escultura do Museu Nacional de Arte Antiga". Sérgio Andrade tem revelado, ao longo destes anos de frequência assídua, qualidades de trabalho, disciplina, dedicação, perseverança e entusiasmo, aliadas a qualidades de carácter que, julgo, farão dele um excelente conservador. Por ter sido preparado durante três anos, para se ocupar duma secção deste Museu, e dado as suas qualidades já referidas, solicito a V. Exa. se digne promover que sejam tomadas em consideração as vantagens do ingresso do candidato no Museu Nacional de Arte Antiga. Apresento a V. Exa. os meus atenciosos cumprimentos. A bem da Nação. Museu Nacional de Arte Antiga, 2 de Abril de 1973. A Directora, Maria José de Mendonça.»

[1539] *Retábulo de Santa Auta. Estudo de Investigação*. 1972.

Como breve nota, que é importante pelo que significa de ligação imediata a um núcleo de peças esculpidas que posteriormente integrará a sua colecção de trabalho, retemos que nesse processo de inventário das Esculturas Vilhena, Sérgio Andrade coordenou o levantamento fotográfico levado a cabo pelos Estúdios Novaes e os registos museográficos das peças, que incluíram a concepção de uma ficha de inventário própria, os termos básicos de classificação por matérias, séculos e estilos de produção e também a definição de uma arrumação ordenada dos objectos e do seu estudo (Doc. III.6)[1540]. Criou aquela que seria a primeira fórmula de documentação e classificação da colecção Vilhena em contexto museológico que, anos mais tarde, viria a desenvolver num sistema documental completo que ia desde a atribuição de número de inventário definitivo do MNAA - sempre com a respectiva correspondência com os números do "Inventário Vilhena" e do "Inventário da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes"[1541] -, até ao estudo material e à investigação histórico-artística.



a **b** **c**

Figura 274 a, 274 b e 274c - MNAA, Elementos do sistema de documentação da escultura proveniente da Colecção Vilhena © MNAA, Secção de Escultura

Nesta sequência de trabalhos com as peças doadas, participou no projecto da exposição *Imagens da Virgem da Colecção Vilhena.* Data deste momento e dessa tarefa de inventariação a sua ligação definitiva à escultura. Em 1 de Agosto de 1973, integrou oficialmente o quadro do pessoal do Museu Nacional de Arte Antiga na qualidade de conservador com a responsabilidade pela Secção de Escultura.

No novo contexto institucional da Secção de Escultura do MNAA domina o peso, sublinhamos mais uma vez, da doação Vilhena e da conservação no Museu Nacional de Arte Antiga de cerca de 1500 (mais exactamente 1490) peças.

[1540] MNAA, Espólio Sérgio Guimarães de Andrade, Pasta Colecção Vilhena, "Relatório sobre o trabalho efectuado na Secção de Escultura até 7 de Outubro de 1972. Colecção Comandante Ernesto Vilhena", dactilografado; "Relação ordenada das peças de Escultura da Colecção Vilhena", manuscrito, Fevereiro/Março 1971: *Vd*. Doc. III.6.
[1541] Cf. Parte II desta dissertação.

940 imagens esculpidas em pedra, 510 talhadas em madeira e 40 trabalhadas noutros materiais quase triplicaram os números da Colecção de Escultura e o MNAA, entre os museus nacionais, passou a contar com o conjunto mais completo de obras da imaginária esculpida em Portugal entre os séculos XIII e XVIII, destacando-se as peças dos séculos XIV, XV e XVI pela qualidade de alguns exemplares únicos e, em simultâneo, pelo valor serial que se pode reconhecer na multiplicação imagética desses modelos.

Foi com esta profunda alteração do conteúdo do acervo – a Colecção de Ernesto Vilhena - que a Secção de Escultura se transformou, o que permitiu a Sérgio Andrade enunciar novos objectivos baseados no seu particular conceito do objecto museológico, para si o verdadeiro protagonista do Museu desde o processo da incorporação, passando pela conservação, estudo e investigação, documentação e informação até, finalmente, à interpretação dada a público em exposição. Neste sentido, comungava, aliás, das linhas contemporâneas da Nova Museologia.

Segundo ele, o conservador deve produzir a interpretação do objecto como realizador – no sentido cinematográfico – quer da exposição permanente, (ou «*de base*», como sempre lhe chamava), quer da exposição ou da acção temporária em que esse objecto é sempre o actor. A proposta criativa do museólogo na sua qualidade de produtor é então entendida como uma tradução da linguagem intrínseca dos objectos que se expõem para a linguagem do público[1542].

Assim, para Sérgio Andrade, os seus objectos de trabalho, as imagens esculpidas, não actuariam como meros exemplos ou ilustrações. São propostas materiais de uma re-conceptualização do passado por via da interpretação concebida pelo conservador e sugerida ao visitante através da montagem, cujo objectivo será dar a conhecer, com clareza, um determinado sentido e o significado das peças. O Museu é assumido como um espaço de transfigurações das funcionalidades originais das obras de arte, por via da conceptualização do intermediário do discurso, isto é, do realizador da exposição.

[1542] Teresa Pacheco Pereira em "Evocação" *In Memoriam Sérgio Guimarães Andrade*. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 8 de Janeiro de 2010, expôs já o conceito de objecto de Sérgio Andrade num contexto patrimonial não exclusivamente museográfico, nomeadamente do Monumento-Mosteiro da Batalha (onde Sérgio Andrade foi Presidente da Comissão Instaladora do Museu do Mosteiro de Santa Maria da Vitória - entre 1979 e 1980 -, autor do projecto da sua reutilização museológica e primeiro responsável do Museu/Mosteiro com exercício efectivo da sua direcção - entre 1981 e 1986-) entendido ele próprio como objecto museológico.

Uma ilustrativa passagem de um documento datado de 1979 resume o conteúdo funcional dos primeiros dez anos passados com a responsabilidade pela Secção de Escultura. Elucida com grande transparência o conceito da intervenção do conservador sobre o objecto, ao mesmo tempo que enuncia o que considera ser a diferenciação fundamental entre uma actividade temporária e os princípios definidores de uma exposição permanente, duas realidades com que irá conviver de modo diverso ao longo de toda a vida profissional.

Enquanto museólogo conceptualista, considera naquela data que «*o que se pretende com as exposições não é mostrar peças – mas sim contribuir para uma compreensão e para um conhecimento das coisas, das realidades, das vivências em que essas peças, pretextos, não são senão um testemunho ou um objecto consequente de uma ideia, de uma mentalidade, de uma intenção, de uma maneira de nos assumirmos a nós próprios e perante os outros. Se expôr é, neste contexto, acima de tudo expôr ideias, o objecto, a peça, é o pretexto imediato, exigindo dele uma leitura, uma conversa, que transcende evidentemente os campos de estudo tradicionais a que a peça se encontra limitada nos museus. Crê-se que o desafio que se põe ao conservador (e fala-se de um museu de arte e de um com as características do Museu Nacional de Arte Antiga) não é o de restituir a peça à sua função original, mas sim o de lhe procurar tantas utilizações quantas as que lhe permitem dar-lhe uma rentabilidade contribuindo para aquela compreensão e conhecimento do que nós somos, e do mundo que nos rodeia. (...)*»[1543].

As exposições temporárias são sempre pretextos de investigação interna do Museu e a oportunidade para mostrar parcialmente o acervo ao público. Suprem, por si mesmas, questões de falta de espaço que condicionam à partida uma exposição permanente da Colecção que, além do mais, nas suas características constituintes de base pode não permitir a construção de um discurso da história da arte suficientemente inteligível, argumento em que Sérgio Andrade se mostra atento herdeiro de José de Figueiredo e de João Couto. Acompanhadas por programas de estudo, conservação e tratamento, também eles parcelares relativamente à globalidade do conjunto da colecção, têm uma exiquibilidade superior, flexível: «*revestem-se do aliciante – ou desafio – de apresentarem ao público leituras, ou propostas de leitura, dinâmicas, por*

[1543] MNAA, Arquivo de Secretaria, Relatório de actividades, 1979, dactilografado, "3. Movimento das Colecções. Escultura".

isso mesmo susceptíveis de serem sempre diferentes e de convidarem o visitante a assumir uma intervenção»[1544].

Como contraponto da fluidez da prática das exposições temporárias, pelas quais optou como linha orientadora da Secção de sua responsabilidade, desde 1975, com a mostra *Presépios*, recorta e caracteriza a realidade do conjunto de esculturas expostas no Museu Nacional de Arte Antiga anteriormente à sua intervenção segundo o critério que denomina «*exposição de base*». Presépios, imaginária setecentista em madeira exposta na Capela das Albertas, núcleo Gulbenkian, conjunto de Della Robbia continuam, tal como sempre, disponíveis na visita, mas o percurso para as ver - tal como para as mostrar -, não deixou de ser sinuoso.

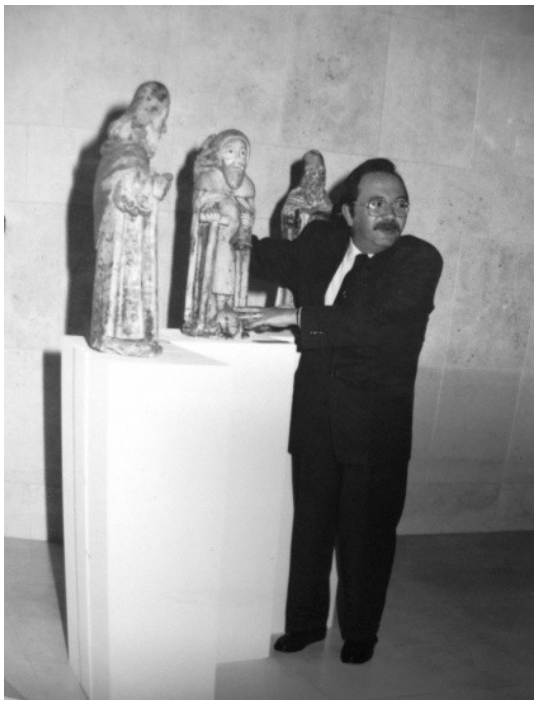


Figura 275 - Sérgio Guimarães de Andrade ©MNAA, Arquivo da Secção de escultura

A relação com os objectos – simultaneamente intelectual, histórica, cultural, antropológica - torna-se física, material e é nesta condição que o conservador age sobre eles, diríamos que "epifanicamente", porque as esculturas também se lhe revelam. Na prática do ofício tal como Sérgio Andrade o executou reconhecemos esta relação, muito concretamente, na compreensão e re-interpretação das qualidades matéricas - formais e físicas - das esculturas que foram o seu suporte de trabalho, como uma fenomenologia. Em primeiro lugar porque pelas suas formas ou pelos atributos que as acompanham, as próprias peças podem ser detonadoras de uma ideia de exposição, como aconteceu com

[1544] *Idem.*

a mostra *S. Thiago Discipulo de Jezus e Fez Guerra contra os Mouros*, promovida em Santiago de Palmela em 1998[1545]; depois, num entendimento muito claro das diferentes expressões dos materiais, da pedra, da madeira, do barro ou dos efeitos que as técnicas de acabamento têm sobre estas[1546]; pela total adequação de dimensões e a articulação dos suportes expositivos que utilizava com a materialidade (volume e dimensões) e os valores plásticos das peças; ou ainda pela total abertura da relação física entre público-espectador do Museu ao objecto que propunha e defendia, distanciando-se estes apenas quanto a segurança de obras de arte únicas o exige.

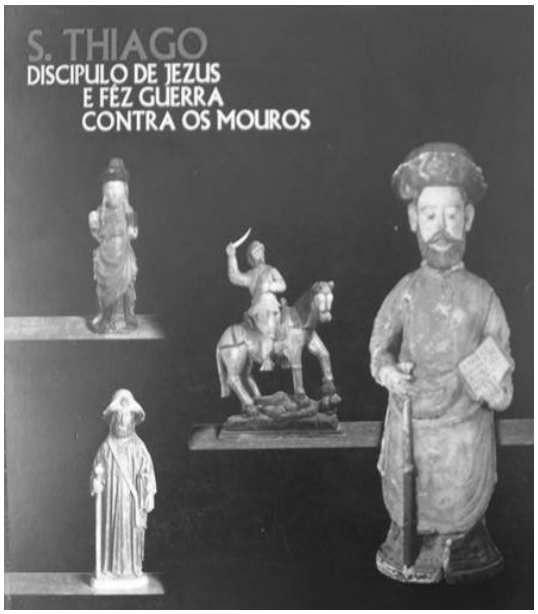


Figura 276 - *S. Thiago Discipulo de Jezus e Fêz Guerra Contra os Mouros*, Palmela (Igreja de Santiago), 1998.

Estes valores conceptuais surgem nas suas palavras e podemos reconhecê-los nas montagens das suas exposições temporárias. Dizia assim que, «*mais importante que ver numa escultura um objecto de história de arte, é senti-la como expressão das vidas que a constituíram e que por ela passaram. É percebê-la como resultado e como síntese de anseios, dúvidas, angústias, de desespero e de alegrias dos Homens que nela concentraram as suas preces, as suas fés os seus desejos, as suas esperanças. Mais importante que analisá-la como volume e como forma em discussões desarticuladas de conteúdo humano, é compreendê-la e sentir ao tocá-la outras mãos e outros olhos que no passado nela deixaram algo de si próprios. De acordo com tal intenção seguiram-se processos de montagem em que as peças são trazidas a um contacto próximo e directo*

[1545] *S. Thiago Discipulo de Jezus e Fês Guerra Contra os Mouros*, Palmela, Igreja de Santiago-Castelo de Palmela, 1998.
[1546] Reencontrando-se empiricamente com o trabalho produzido por Michael Baxandall na História da Arte, no seu *The Limewood Sculptors of the Renaissance Germany*. 1980.

com o público, em que se formam grupos onde elas próprias conversam entre si e com as pessoas, ou então pela sua força se individualizam numa tentativa de diálogo.»[1547]

Figura 277 - MNAA, Galeria Superior do Piso Anexo, *Escultura em Madeira*, 1979 © MNAA, Arquivo fotográfico

As grandes obras realizadas no edifício Anexo na década de 1980 permitiram criar um piso intermédio: o corpo central passa a contar com três pisos. A Galeria com o Claustro, isto é, a área obtida para o 3º piso, que mantinha as arcarias desenhadas por Guilherme Rebelo de Andrade à imagem e semelhança do *Musée d'Art Ancien* de Bruxelas mas que, em simultâneo, mimetizava como permanência a antiga área claustral do Convento das Albertas antes implantado naquele mesmo sítio, será o espaço destinado à Exposição de Escultura Portuguesa.

Antes de concretizada a exposição final, previamente e depois das obras, o local serve de palco a mostras de escultura. As arcarias permitiam uma perspectiva fluída, uma abrangência de visão pelo exterior, obrigavam à circulação axial no interior como num corredor, iluminavam-se lateralmente, acertadas com os conceitos clássicos de exibição da escultura nascidos com o desenvolvimento da tipologia arquitectónica da Galeria. [1548] Se o termo tem as suas origens traçáveis nas galerias francesas de recriação onde o proprietário se mostrava no seu aparato de riqueza, e nelas se passeava, cruza-se com a *loggia* renascentista italiana da morada civil e também com a definição espacial

[1547] *A Escultura em Portugal no Século XV*. Museu-Mosteiro da Batalha, 1983.
[1548] Prinz 1988 [1ª ed. alemã 1970].

do *corridoio* vasariano dos Uffizi de Florença, onde se anda para ver, que marca uma etapa na história da arquitectura museal também transposta para as moradas dos coleccionadores. Nos museus de escultura teve o seu epígono (neo)clássico no *Braccio Nuovo* dos Museus do Vaticano, concebido pelo arquitecto Raffaele Stern, construído entre 1817-22.[1549] Em Portugal, a primeira proposta arquitectónica desta tipologia foi debuxada pelo arquitecto Possidónio da Silva (1806-1896) no "Projet Pour un Musée des Beaux-Arts et d'Antiquités Pour La Ville de Lisbonne" apresentado na Exposição Universal de Viena de 1873 (Silva 1873: 27-31), mas não seria edificada[1550].

Por um acaso do destino, ou por formação (in)consciente de quem decidiu, dado nada surgir registado na documentação do MNAA sobre o tópico, o espaço seleccionado para a Exposição da Colecção de Escultura seria o canónico para uma exposição de obras desta disciplina artística.

A abertura definitiva da exposição permanente - ou «*de base*» -, de escultura portuguesa, em 1994, representou uma ruptura com a história anterior das exposições da Colecção no Museu Nacional de Arte Antiga ou, dito de outro modo mais assertivo, um passo adiante na história da museologia escultórica. Inaugurada inicialmente em Maio de 1991, a realização da mostra *No Tempo das Feitorias* em 1992, que retomou o certame da Europalia 91 em Bruxelas, irá condicionar o seu adiamento até 1994[1551]. João de Almeida seria o autor do projecto de arquitectura quer da primeira iniciativa,

[1549] Marshall 2011: 2.

[1550] Silva 1873: 29 - *«Le plan est composé d'une grande cour centrale entourée de portiques avec 134 colonnes, pour faciliter les communications des galleries où sont les sculptures de différents époques, et celle pour l'épigraphie».*

[1551] Com uma lúcida perspectiva sobre as vicissitudes contínuas que a gestão do museu envolve, informa sobre as implicações que a exposição *Feitorias* teve sobre a exposição de escultura: «*(...) 13. Em Maio de 1991, e depois de um conjunto de situações que estão relacionadas directamente com o pedido de aposentação da Sra. Dra. Maria Alice Beaumont, o 3º piso foi finalmente inaugurado com exposições de base de Pintura e Escultura Portuguesas. Concebidas, organizadas e montadas pelas respectivas secções do Museu. 14. Cerca de 11 meses decorridos o Museu é obrigado, sem possibilidades de reacção ou dela incapacitado, a retirar novamente estas exposições, e a assistir, marginalizado, à alienação dos seus espaços. Onde novamente se fazem adaptações, exclusivamente pensadas em termos da temporária "Feitorias", ignorando claramente a vocação e usos museológicos dessas salas. 15. Quando se concluir as "Feitorias" (três meses?) então irá ser necessário desmontar e retirar as grandes estruturas expositivas, todos os materiais e suportes, mas, sobretudo, e pelo menos, pintar uma vez mais as enormes áreas de paredes das salas da Pintura Portuguesa, totalmente inadequadas a este fim. (...)».* MNAA, Espólio Sérgio Guimarães Andrade, Dossier Informações e Notas de Serviço, "Informação sobre a Exposição Feitorias. 21.05.92".

quer do *layout* e montagem finais de 1994[1552]. Ana Maria Brandão era a directora do Museu (entre 8 de Fevereiro de 1991 e 1 de Fevereiro de 1995).

O arquitecto partilhou construtivamente com o conservador da Colecção o conceito de "encenação das peças". Por outro lado, o desenho expositivo minimalista, que é marca de sua autoria, tinha de ser articulado com a quantidade de peças a expor que o tinham surpreendido nas Reservas, trabalhado num jogo entre a quantidade, a repetição e as esculturas que deviam sobressair pela sua excepcionalidade plástica e/ou histórica. A maturação do plano teve como resultado a distinção entre duas áreas expositivas complementares, uma interior, onde a multiplicação tinha lugar - chegando por vezes ao excesso como na Colecção Privada -, e outra área exterior, comunicantes através da alternância de maciços edificados, entre cheios e vazios, conseguida através da aplicação de painéis entre as arcadas (mais baixos e mais estreitos) que permitiam manter a fluidez espacial. Uma terceira área, rectangular, aprofundava o circuito. Ali inventou-se um espaço mais intimista com vitrines destinadas a peças de dimensões menores e frágeis como os *bozzetti* de estatuária e imaginária ou as figuras de presépio, arquitectonicamente inspirado no *studiolo* e no gabinete[1553]. Paradoxalmente, a frente estava preenchida com peças barrocas de forte impacto lumínico e volumétrico. Os espaços interiores, quer da Galeria interna, quer do gabinete, mantiveram a cor já ensaiada na XVIIª Exposição, um tom de manganês trabalhado artesanalmente, que não deixou de gerar polémica dentro e fora da instituição museal[1554]; em 1994, articular-se-á

[1552] A obra de Remodelação do Museu Nacional de Arte Antiga (empreitada 28/IPPAR/92, co-financiada pelo Estado Português e pela Comunidade Económica Europeia - FEDER/ Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) teve projecto de arquitectura do atelier Arqui III executado pela empresa Teixeira Duarte. Cf. MNAA, Arquivo de Secretaria, Remodelação do Museu. Actas 1-2, 1993-1994. Na reunião de Obra de 1 de Setembro de 1993 (Acta nº 36), no ponto 1.7. a Teixeira Duarte solicita informação sobre quando poderá iniciar os trabalhos no edifício Anexo, pois deviam ter começado no dia 15 de Agosto de 1993. Na reunião de 10 de Novembro de 1993 (Acta nº 46), «*verificou-se que o piso* [Piso 3] *estava disponível para o início dos trabalhos a partir do dia 10/11*».

[1553] Liebenwein 2005 [1ª ed. alemã de 1977].

[1554] Em Informação de Serviço datada de 29 de Abril de 1994, o conservador Sérgio Andrade comunicava que «1. *A Senhora Directora do Museu e a Senhora Arqtª. Andreia transmitiram-me hoje que a Senhora Directora do IPM determinou que os plintos na exposição de escultura portuguesa sejam pintados de vermelho. Pintura idêntica à dos painéis e paredes daquele espaço. 2. Esta determinação superior, que por isso mesmo se cumprirá, está totalmente em desacordo com a minha opinião que oportunamente se fez saber quer à Senhora Directora do IPM e ao Sr. Arqtº João de Almeida quer internamente. 3. É minha opinião que: a. Assim pintados os plintos criarão, com as paredes e os painéis, uma pesada mancha vermelha dificilmente equilibrável pela iluminação; b. A cor dos plintos não valoriza, antes prejudicará a apresentação/leitura das esculturas; c. Toda a área de exposição será marcada quase exclusivamente por esta cor susceptível de a tornar ao fim de algum tempo incómoda para o público, agindo negativamente em termos da sua relação com as peças. 4. A cor dos plintos já tinha sido há meses definida como próxima da dos seus tampos em pedra (travertino). Só no início da presente semana a*

teatralmente com o ocre do espaço externo do Claustro, numa combinação muito forte que marca uma das fases da história da museografia do Museu Nacional de Arte Antiga.[1555]

Essa exposição resultava do particular entendimento dos valores que caracterizaram a nossa imaginária, tal como Sérgio Guimarães de Andrade o foi mostrando ao longo do vasto trabalho de museólogo nas diferentes exposições temporárias que organizou tanto dentro do Museu Nacional de Arte Antiga - entre as quais salientamos *Escultura em Madeira* (1979), *Natal* (1983) ou *Imagens no Tempo* (1988) - como noutros contextos institucionais, fossem eles o Palácio Nacional de Mafra (1980), o Museu/Mosteiro da Batalha, com várias mostras decorridas entre 1982 e 1985[1556], ou em espaços museológicos camarários como aconteceu em Estremoz (1986), nas Caldas da Rainha (1992), em Óbidos (1992), ou em Palmela (1998), ou até, e ainda, em movimentos expositivos itinerantes que se alargaram a numerosos locais como nos casos das exposições dedicadas aos *Alabastros Medievais Ingleses* ou às *Imagens de Malines em Portugal*[1557].

---

questão voltou a ser reposta. A minha opinião, confirmada junto dos outros elementos do Museu, é que deveria ser aquela a utilizar. 5. Tinha sido acordado ontem com o Sr. Arqtº João de Almeida a execução de novos ensaios de cor conforme 4.». (MNAA, Espólio Sérgio Guimarães Andrade, Dossier sem identificação - Vários 1994: Informação de Serviço de 29 de Abril de 1994, dactilografada.).

[1555] Entrevista ao Arquitecto João de Almeida, Lisboa, 29 de Junho 2010.

[1556] Em 1982, quando se iniciaram as obras das instalações do MNAA, foi transferida e provisoriamente arrecadada no Palácio Nacional de Mafra uma quantidade significativa de esculturas, quase todas elas provenientes da Doação Vilhena, aí permanecendo até 1997, momento em que regressaram definitivamente ao Museu. Deste conjunto de esculturas foi feita uma selecção de uma centena e meia de peças do período medieval que, a título de depósito no Museu-Mosteiro da Batalha, foram protagonistas de uma série de exposições concebidas por Sérgio Guimarães Andrade.

[1557] Por ordem cronológica, comissariou as exposições: *Presépios*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1975; *O Natal*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1976; *Imagens de Malines*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1976 (com itinerâncias); *Alabastros Medievais Ingleses*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1977 (com itinerâncias); *Livro de Horas de D. Manuel*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1977 (adaptado a kit e itinerante); *A Rua*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1977; *Escultura em Madeira*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1979-1980; *Coleccionar. A Colecção Ernesto Vilhena*, Mafra, Palácio Nacional de Mafra, 1980; *Alabastros Medievais Ingleses*, Museu-Mosteiro da Batalha, 1981; *Mosteiro da Batalha. Fotografias de Mário Novais*, Museu-Mosteiro da Batalha, 1981; *Esculturas do Século XV*, Museu-Mosteiro da Batalha, 1982; *Música no Século XV. Os Instrumentos Musicais Representados no Mosteiro da Batalha*, Museu-Mosteiro da Batalha, 1982; *A Escultura em Portugal no Século XV*, Museu-Mosteiro da Batalha, 1983; *O Mosteiro da Batalha e a Arquitectura Gótica em Portugal*. Museu-Mosteiro da Batalha, 1983; *Presépios*, Museu Nacional de Arte Antiga, 1983-1984; *Imaginária Medieval*, Museu-Mosteiro da Batalha, 1984; *Arquitectura e escultura góticas*, Museu-Mosteiro da Batalha, 1985; Exposição de base de Escultura, Museu Nacional de Arte Antiga, 1985-1987; *Esculturas em Madeira dos Séculos XIV e XV*, Museu-Mosteiro da Batalha, 1985; *Esculturas dos Séculos XIII e XIV*. *Imaginária do Tempo da Rainha Santa Isabel*. *650º Aniversário da Sua Morte*, Estremoz, 1986; *Imagens no Tempo.*, Lisboa, MNAA, 1988; *Espaços e Imagens. Esculturas Portuguesas dos Séculos XIII ao XVIII*, Óbidos, Museu de Óbidos, 1992; Exposição de base de Escultura Portuguesa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1991-1992; *Expressões Medievais. Escultura em pedra do*

a

b

Figura 278 a e 278 b - *Escultura em Portugal no Século XV* , Museu-Mosteiro da Batalha, 1983 © MNAA, Arquivo Fotográfico

a

b

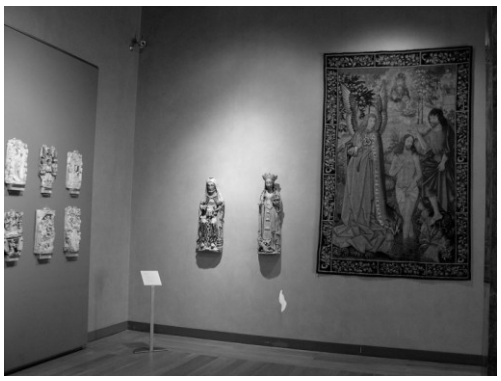
Figura 279 a e 279 b - *Expresssões Medievais*, Caldas da Rainha, 1992-1993 © MNAA, Arquivo Fotográfico

Paralelamente aos acontecimentos temporários e descentralizados, oferecia-se agora ao público no Museu Nacional de Arte Antiga uma exposição coerente da história da imaginária esculpida em Portugal. Mostrava-se muito mais e melhor, num discurso museológico muito coeso na sua arquitectura conceptual.

Na década de 1990, resultado da reestruturação de todo o discurso expositivo do MNAA, a escultura passou a estar presente não só na Exposição de Escultura Portuguesa localizada no espaço do Anexo, mas também integrada no alinhamento dos denominados Núcleos Cronológicos. Patentes no espaço do Palácio dos Condes de Alvor e distribuídos por pequenas "bolsas", a sua lógica era a da leitura integrada das esculturas portuguesas - ou das existentes em Portugal nos contextos das produções europeias, tal como acontecia ainda nos diversos apontamentos escultóricos que se

Museu Nacional de Arte Antiga, Caldas da Rainha, Galeria Municipal, 1992-1993; Exposições de base de Escultura, Museu Nacional de Arte Antiga, 1994-2009; *S. Thiago Discipulo de Jezus e Fês Guerra Contra os Mouros*, Palmela, Igreja de Santiago-Castelo de Palmela, 1998. Foi ainda o autor dos fundamentos de *Ai Confini della Terra. Scultura e arte in Portogallo. 1300-1500*, Rimini, Palazzi dell'Arengo e del Podestà, 2000 - *O Sentido das Imagens. Escultura e Arte em Portugal (1300-1500)*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 2000-2001.

dispersaram e dispersam ao longo das diferentes Exposições de Artes Decorativas e das Artes não europeias, coordenados com as restantes Secções/Colecções.


a

b

Figura 280 a - MNAA, Sala 50, Núcleo Arte Medieval Europeia, 1994-2005 © MNAA, Secção de Escultura e 280b - MNAA, Salão Nobre, Arte Europeia do Século XVI, 1994-2005 © MNAA, Arquivo Fotográfico

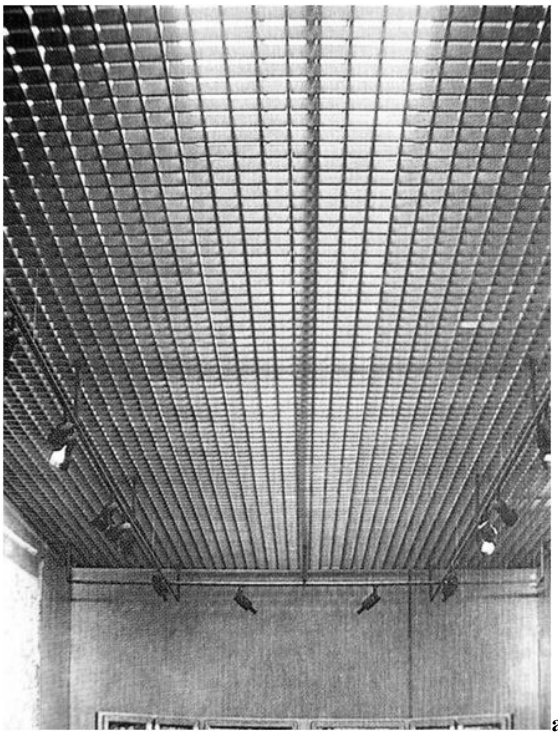
Figura 281 - MNAA, Exposição de Arte Oriental, montagem de 1994 © MNAA, Arquivo Fotográfico

O conceito da mostra permanente de escultura portuguesa no MNAA radicou, por sua vez, nos princípios de base que conciliavam os valores que dão identidade à Colecção de Escultura com as linhas fundamentais da trajectória histórica da escultura em Portugal, segundo os pressupostos considerados pelo conservador no programa que veio a desenvolver no Museu Nacional de Arte Antiga, amadurecido entre 1991 e 1994.

Trazemos o enunciado de realidades mais uma vez pelas suas palavras: «*Quando terminada a XVII[a] foi necessário definir o programa de organização do "Anexo" (dedicado à Arte Portuguesa); destinou-se o seu último piso para a Pintura e Escultura. Agora, com a reabertura deste 3º piso, a colecção de escultura portuguesa do Museu passa a dispor, pela primeira vez, de um espaço próprio e de uma exposição de base. Esta é constituída por cerca de 100 peças, que vão desde o séc. XII a finais do séc. XVIII, em pedra e madeira, na quase totalidade imaginária. Vive-se uma situação importante, consequência da maior dimensão que a colecção ganhou dentro do acervo do Museu de Arte Antiga a partir de 1980/81. Nesta altura foi incorporado o núcleo proveniente da antiga colecção Ernesto de Vilhena (na posse do Estado desde 1969)*

muito heterogéneo na qualidade e interesse, mas constituído por tão elevado número de peças (perto de 1500) que naturalmente se alterou o significado da secção no conjunto do Museu. Secção que até aí era bastante limitada e com reduzido número de esculturas susceptíveis de serem expostas.»[1558]

A perenidade de algumas exposições temporárias continuou patente na arquitectura das Salas do Anexo destinadas à Escultura, e este fenómeno registava-se a vários níveis, actuando como condicionalismos, alguns dos quais continuam a caracterizar o espaço até ao momento presente. Em primeiro lugar, a própria disponibilidade/existência desse espaço, que resultou da construção do piso intermédio concretizada em 1983, após a *XVII[a] Exposição de Arte Ciência e Cultura do Conselho da Europa*.


a

b

Figura 282 a - Grelhas metálicas da montagem da XVII[a] Exposição, 1983 © MNAA, Arquivo Fotográfico e 282 b - grelhas metálicas na cobertura do Claustro do 3º Piso do Anexo, 2010 © MNAA, Secção de Escultura

Depois, nos condicionantes arquitectónicos que resultaram dessa alteração de fundo, e referimo-nos aqui às grelhas metálicas das coberturas das salas que "fecham" as condutas de climatização e as calhas técnicas da iluminação[1559]. A manutenção das

[1558] MNAA, Espólio Sérgio Guimarães Andrade, Dossier Exposição de Base Anexo (Claustro), Maio 91/Abril 92.

[1559] MNAA, Arquivo de Secretaria, Remodelação do Museu. Actas 1-2, 1993-1994 - Acta de 14 de Abril de 1993, Reunião de Obra, Acta nº 9: (...) «*A Arqui III informou que todos os tectos falsos em estafe são para demolir. Ficou decidido aproveitar o tecto falso em quadrícula existente. Onde não existir, demolir*

grelhas pressupôs uma total transformação do sistema luminoso da museografia, agora filtrado, com menor incidência zenital e a quase total eliminação da luz natural.

Em terceiro lugar, nas permanências residuais das arquitecturas de actividades temporárias que marcaram alguns momentos-chave da história institucional do Museu Nacional de Arte Antiga, como sejam as memórias das exposições *Feitorias* que se mantinham nos ângulos formados pelos painéis da ala Norte da Galeria interna, ou ainda a repetição de cor das paredes da *XVII[a] Exposição*, todos actuando como factores altamente determinantes em necessárias reestruturações da área expositiva.

Figura 283 - MNAA, Quadra interna da Galeria, Exposição de Escultura Portuguesa, pormenor do módulo Século XVI-XVII, 1994-2009 © MNAA, Secção de Escultura

Em quarto lugar devemos mencionar mais uma vez outras experiências museográficas cumulativas do Conservador Sérgio Andrade, algumas delas ensaiadas nesse mesmo espaço durante as décadas que antecederam a montagem final da Exposição de Base e onde se reconhecia o seu característico sistema de articulação de plintos, pensado em função de volumetrias, escalas, e direccionamentos de percursos visuais.

---

tecto em estafe e colocar tecto falso metálico novo (o tecto definitivo fica com um pé direito de 4.00 mts.) (...)».

Figura 284 - MNAA, Quadra interna da Galeria, Exposição de Escultura Portuguesa, pormenor do módulo Século XVIII, 1994-2009 © MNAA, Secção de Escultura

Figura 285 - *Escultura em Madeira*, MNAA, 1979 © MNAA, Arquivo Fotográfico

Figura 286 - *XVII[a] Exposição de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa*, Núcleo MNAA, 1983 © MNAA, Arquivo Fotográfico

Figura 287 - *Natal*, MNAA, 1983 © MNAA, Arquivo Fotográfico

Na sua estratégia narrativa original - que data de 25 de Fevereiro de 1991 - a exposição era diacrónica, apresentando a linha da cronologia que enforma a história da imaginária em Portugal: «*procura fornecer ao visitante pistas para um conhecimento do que foi a trajectória da nossa imaginária entre o período de definição da nacionalidade e o séc. XVIII, as suas variadas linguagens de formas e materiais, as convergências e convivências artísticas do período espantoso de D. Manuel. A selecção de peças e a sua montagem procura acompanhar o ritmo de cada um desses tempos, e por isso o visitante encontrará os agrupamentos densos de peças medievais, as esculturas individuais do XVI, as imagens que respiram um ar conventual seiscentista, os grandes volumes barrocos exigindo à sua volta espaços proporcionais. A exposição tem um percurso cronológico. Mas o visitante terá que fazer uma opção – por isso se confronta, quase de chofre, ao desembocar na área da escultura, com um São João tão denso que é ainda românico, e um teatral São Miguel esvoaçante, do séc. XVIII.*»[1560] Na montagem de 1994 concretizará esta mesma ideia.

O MNAA mostrava, fundamentalmente, seguindo mais uma vez as palavras de Sérgio Andrade que continuamos a citar, «*uma grande colecção de escultura religiosa medieval que sobretudo define certa intimidade no culto; um século XVI em que o trabalho de pedra branda acusa ascendências francesas; um caminho conventual pelo*

[1560] Espólio Sérgio Guimarães de Andrade, Dossier Exposição de Base Anexo (Claustro), Maio 91/Abril 92: Documento datado de 25 de Fevereiro de 1991.

barro e madeiras estofadas a ouro [dos séculos XVII e XVIII], até aos presépios palacianos dos fins do século XVIII».[1561]

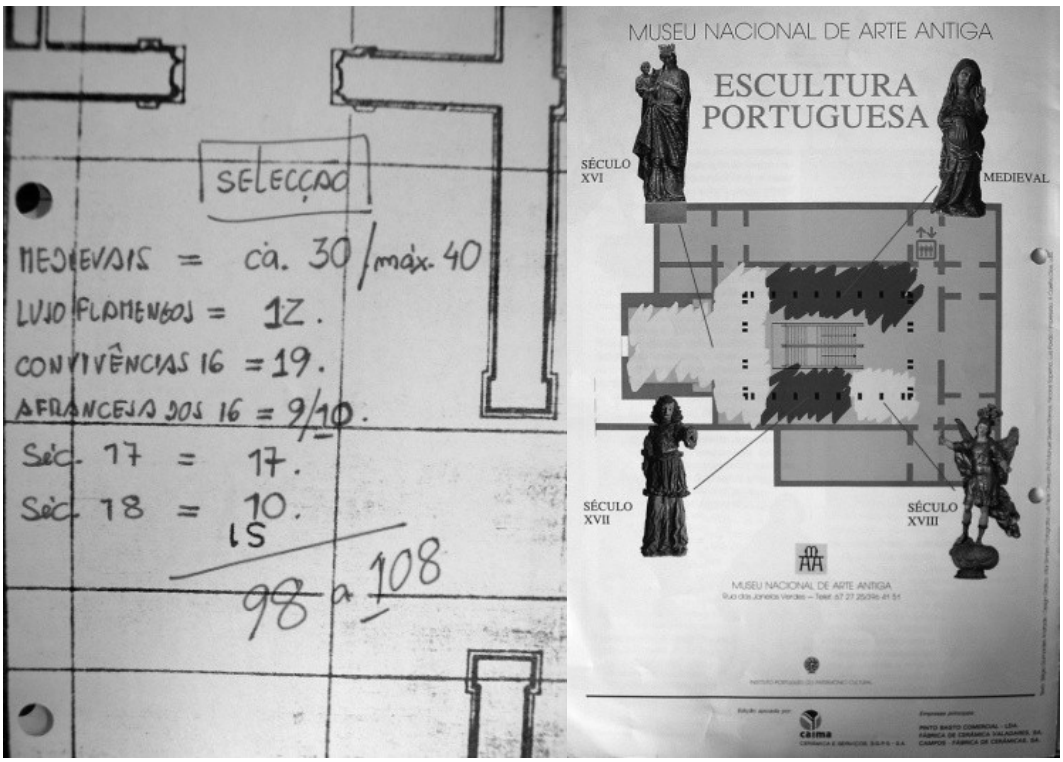
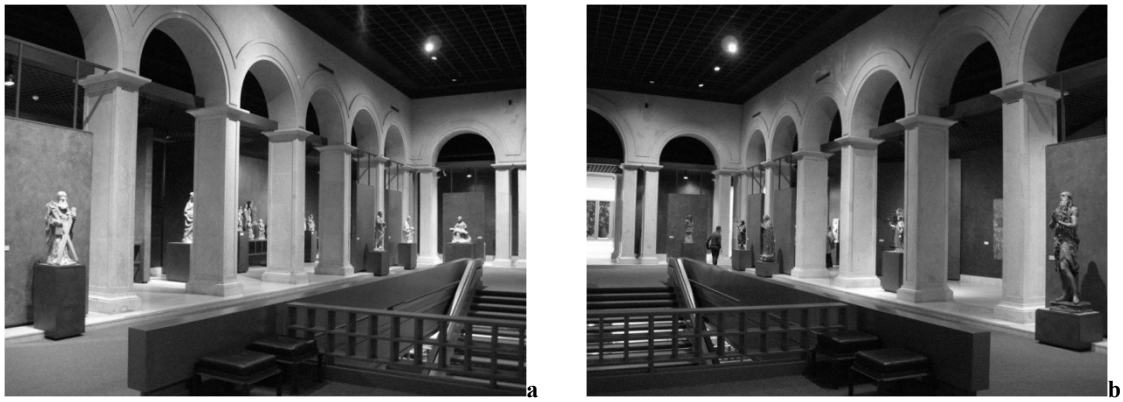


Figura 288 - MNAA, Espólio de Sérgio Guimarães de Andrade: Projecto para a Exposição de Escultura Portuguesa 1991-1992 e 1994 © MNAA, Secção de Escultura

Ocupando cerca de 480m^2 do 3º piso do edifício Anexo, a expografia desenrolava-se num sistema combinado, composto pelas quadras internas, que são as da Galeria, e as exteriores, que são as do Claustro, espaços pré-existentes mas, como vimos, conservados na sua planimetria e assumidos no desenho expositivo.



a **b**

Figura 289 a- MNAA, Edifício Anexo, Piso 3, Exposição de Escultura Portuguesa; a - Vista Oeste, 1994-2005; 289 b - Vista Este, 1994-2009 © MNAA, Arquivo Fotográfico

[1561] Idem, ibidem.

Naquele macro-espaço, a circulação era naturalmente axial, fazendo-se por cada uma das quadras internas e/ou externas, constituindo cada uma delas micro-módulos cronológicos. As duas espacialidades eram articuladas através de paredes-diafragma construídas por painéis que eram mais estreitos e mais baixos do que os vãos das arcadas do Claustro.

Figura 290 - MNAA, Exposição de Escultura Portuguesa, 1994-2005 © MNAA, Secção de Escultura

No exterior, os painéis surgiam também inseridos nas cantoneiras da arcada (que, por sua vez, se mantinha rasgada ao centro), e serviam de enquadramento a imagens - e sublinhamos que eram quase sempre imagens que esta exposição mostrava - imagens que eram exibidas isoladas sobre plintos individualizados. Estas esculturas exteriores propunham-se também como síntese do discurso que se desenrolava cumulativamente na parte interna da Galeria. A escultura única, expressivamente simbólica e significativa dos valores plásticos do período, poderia ser descoberta como "maravilha", actuando pela sua qualidade escultórica/estética na descoberta da história das formas e da sua riqueza de acabamentos (Boldrick, Park e Williamson 2003).

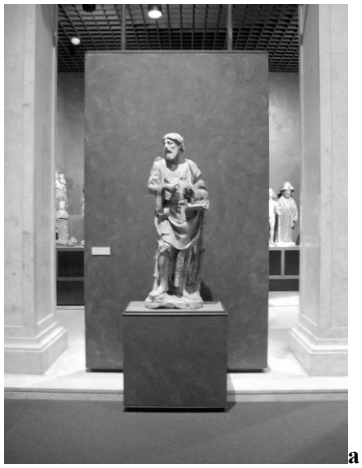
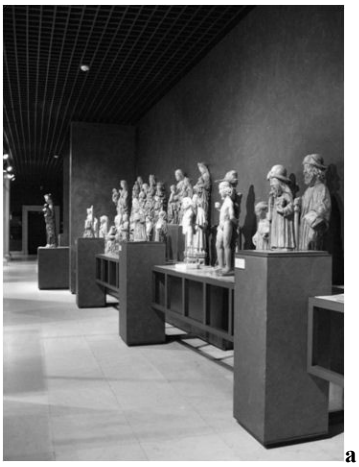
 a b c

Figura 291 a, 291 b e 291 c- MNAA, Claustro, Exposição de Escultura Portuguesa, 1994-2009 © MNAA, Secção de Escultura

Internamente, na Galeria, o discurso despia-se do valor da peça única, trazia as séries ao percurso visual. Na quadra da escultura da Idade Média, impunha-se a bancada de estrutura de ferro aparente com tampos de travertino onde a multidão dos santos em pedra se alinhava e relacionava nas suas diferentes escalas; as imagens estavam dispostas numa hierarquia que também podia ser lida de acordo com a história sagrada, começando pelas representações em pedra de Santíssimas Trindades esculpidas no século XIV e multiplicando-se pela quase totalidade do panteão hagiográfico da Cristandade do Ocidente Medieval. Ficava-lhe sobreposto um segundo andar de bancada, menos extenso, onde as diversas representações das invocações da Virgem Maria, do século XIV ao final do século XV, desfilavam perante os olhos. As peças de pequenas dimensões surgiam sobre blocos paralelepipédicos projectados das linhas horizontais da bancada.

a b

Figura 292a e 292 b - MNAA, Galeria, Exposição de Escultura Portuguesa, módulo-bancada do Século XIV-XV, 1994-2009 © MNAA, Secção de Escultura


a

b

Figura 293 a e 293 b - MNAA, Galeria, Exposição de Escultura Portuguesa, módulo-bancada do Século XV, 1994-2009 © MNAA, Secção de Escultura

Na sua quase totalidade, a quadra medieval era constituída com objectos provenientes da Colecção Vilhena: a memória da acumulação privada coincidia com a abundância da imagem esculpida no Portugal medieval. Podia acompanhar-se igualmente o desenrolar histórico dos centros de produção da imaginária e descobrir as personalidades artísticas mais individualizadas e a par dos seus émulos: Mestre Pero, a escultura produzida em Coimbra e em Évora associada aos grandes empreendimentos religiosos do século XIV, a irradiação das formas dos mestres franceses da Borgonha, a escultura relacionável com o estaleiro do Mosteiro da Batalha, a obra de João Afonso e a escultura dela dependente executada pelas oficinas de Coimbra no século XV, as oficinas activas na Estremadura, até às primeiras décadas do século XVI, peças associadas a Diogo Pires o Velho e outras a Diogo Pires o Moço a fazerem a passagem para a escultura de Coimbra do século de Quinhentos, esta já marcada quer por influências francesas, quer por influências do Norte da Europa.

Figura 294 - MNAA, Exposição de Escultura Portuguesa, *Virgem com o Menino*, Mestre Pero (atrib.), MNAA Inv. 1087 Esc © MNAA, Secção de Escultura

Nas quadras mais à frente, mostrava-se a escultura conventual, contando também com algumas memórias da escultura monumental retabular trazidas através de painéis esculpidos em madeira, dourados e policromados aplicados directamente na parede de fundo, antecedendo a nova dominância da imaginária barroca estofada.

Nas últimas quadras dominavam as oficinas de Lisboa do século XVIII: imaginários anónimos, José de Almeida, Joaquim Machado de Castro, os presepistas com eles relacionados e os discípulos de Machado de Castro estavam presentes de novo através de imagens, de figuras de presépio e também dos modelos/esboços modelados em terracota para estatuária e para imaginária devocional.

Mas esta exposição era igualmente sincrónica. A história plástica era proposta ao visitante através do diálogo visual dos diversos materiais da escultura nas áreas da mostra correspondentes aos períodos medieval e do século XVI, oferecendo ao público o contacto/provocação sensível do olhar face a esculturas materialmente diversas embora produzidas no mesmo tempo. Nas quadras seguintes, dedicadas ao século XVII e XVIII, desaparecia o discurso comparativo de expressões matéricas, com o domínio absoluto da madeira surgindo pontuado apenas pelo barro, perspectivando-se assim os diferentes ciclos/períodos produtivos da escultura portuguesa.

Figura 295 a e 295 b- MNAA, Galeria, Exposição de Escultura Portuguesa, módulo Século XVI © MNAA, Secção de Escultura

A disposição das imagens tinha sempre as paredes como fundo, quer quando colocadas na bancada medieval, quer nos plintos compostos ou simples, dimensionados em função das volumetrias e das alturas de cada um dos objectos. Em Museu, na realidade da sala cúbica, traduzia-se a relação entre a imagem esculpida e a arquitectura, duplamente seu abrigo e seu suporte, que individualiza a escultura portuguesa.

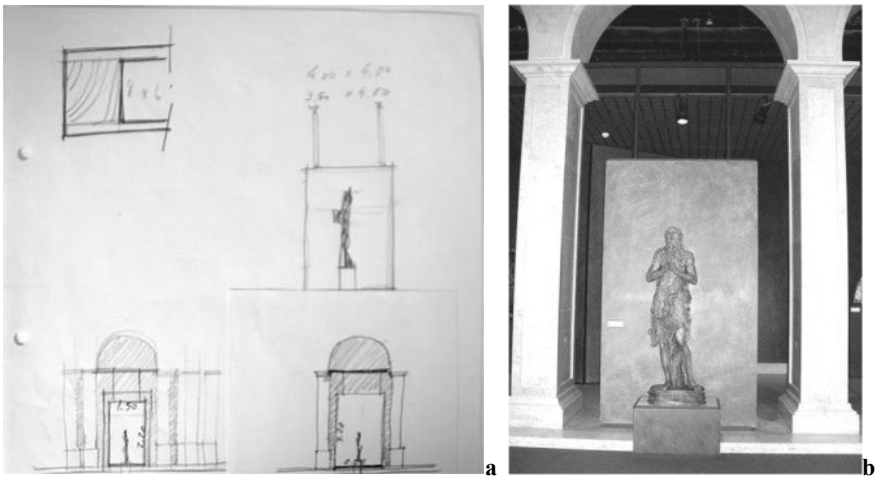


Figura 296 a - MNAA, Espólio de Sérgio Guimarães Andrade, Projecto para a Exposição de Escultura Portuguesa, 1991, Desenho dos painéis do Claustro-Galeria; 296 b - Exposição de Escultura Portuguesa, *Santo Onofre*, Inv. 350 Esc © MNAA, Secção de Escultura

Na maioria dos casos, a observação era frontal. A visão das obras a 180 ou a 360 graus só surgia pontualmente, tal como acontecia ao centro do Claustro. Aqui, neste ponto, a arcada mantinha-se rasgada em espaço correspondente aos módulos de três arcos. Nestes vãos foram implantados plintos soltos com peças de destaque, que sublinhavam a leitura axial da sala quando vista na sua totalidade.

Figura 297 - MNAA, Exposição de Escultura Portuguesa, Claustro-Galeria, perspectiva da bancada de escultura medieval em pedra, 1994-2009 © MNAA, Secção de Escultura

De novo no exterior, a grande sala Claustro era ampliada organicamente por um módulo complementar que formava um rectângulo - fechava o eixo longitudinal do espaço e era marcado por duas obras-paradigma (a *Fonte bicéfala*, Inv. 644 Esc, e a *Custódia do Sacramento*, depósito do Museu Nacional de Machado de Castro), exemplos de peças escultóricas funcionalmente diversas da imaginária restante.

Este rectângulo encerrava o percurso expositivo através da inclusão de uma memória espacial de "gabinete", como o arquitecto João de Almeida desenhara, transposta museograficamente através da inserção de vitrinas encastradas em painéis dispostos na transversal, contentores das peças em barro de pequeno formato.

Figura 298 - MNAA, Exposição de Escultura Portuguesa, Sala a Oeste, 1994-2009 © MNAA, Arquivo Fotográfico

a b

Figura 299 a e 299 b - MNAA, Exposição de Escultura Portuguesa, Sala a Oeste, Vitrines, 1994-2009 © MNAA, Secção de Escultura

A sedimentação da exposição desde 1994 até 2005, data em que alterações na exposição de pintura portuguesa interferiram nesta unidade conceptual, permite afirmar que a sua marca mais forte foi a de uma "acumulação dinâmica", mostrando-se então 245 peças que eram equivalentes a 10% da totalidade da Colecção de Escultura do MNAA.

A acumulação deverá ser aqui entendida não no sentido decorativo dos museus historicistas, mas em função das alterações de constituição do acervo de Escultura e do próprio significado da "Imagem Esculpida" na história artística e devocional portuguesa. Ao número de peças do coleccionador Vilhena equivalia a fortíssima, constante e múltipla presença da imagem esculpida medieval, panteão tangível no quotidiano. Na síntese museológica de Sérgio Guimarães de Andrade, o público percorria visual e materialmente este duplo sentido das acumulações, conciliando com muita clareza as identidades entre história visual, patrimonial e história da colecção.

Nas suas linhas conceptuais, a exposição permanente de escultura portuguesa do Museu Nacional de Arte Antiga pode ser lida como uma história da arte da imaginária esculpida em Portugal do século XIV ao início do século XIX. A validação histórico-artística era a proposta pelo Conservador que, como vemos, desenvolveu o seu próprio método e o exercício de classificação e ordenação na sua montagem. Destaque-se, além do mais, que trabalhava na sua maioria com objectos não documentados, situação que caracterizava a quase totalidade da Colecção Vilhena que foi doada sem qualquer

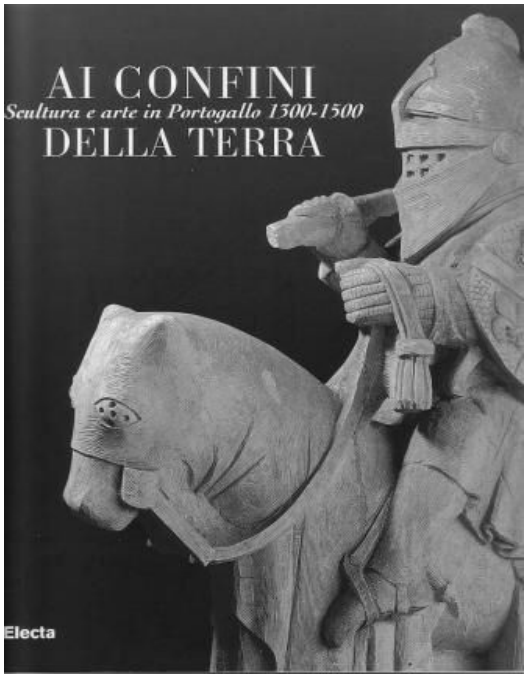
registo informativo, facto que continuou até hoje a impedir o Museu de dispor dos dados macro-históricos sobre as suas peças[1562].

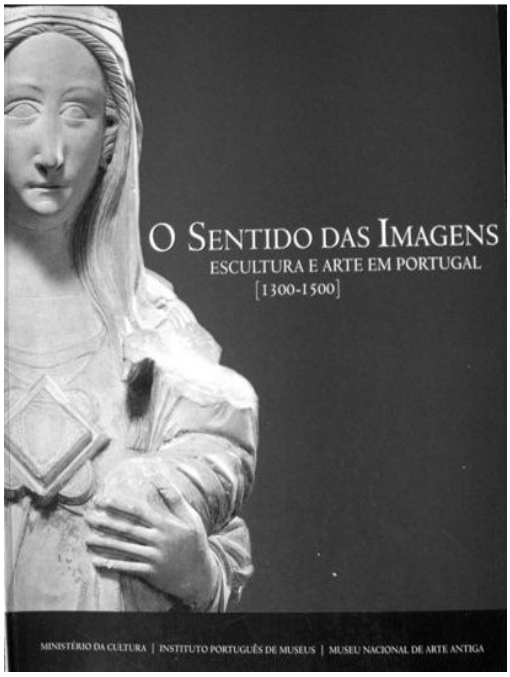
Ao propor materialmente o conceito de imaginária esculpida a públicos muito alargados, divulgando conhecimento, intervindo a nível formativo sobre a cultura, as mentalidades, a cultura visual e a consciência patrimonial, mostrava também ao mundo académico português outras linhas de pesquisa, diversas da investigação dedicada quase exclusivamente aos estudos do património integrado ou *in situ* para os quais a pintura ou a escultura integradas na arquitectura possuem um peso quase auto-fágico e descartam com frequência a biografia dos objectos (na totalidade dos seus sentidos material e histórico) em detrimento das macro-análises de conjunto.

No domínio da divulgação editorial da Colecção, o enunciado da interpretação feito por Sérgio Guimarães de Andrade era coerente com as ideias que aplicou museologicamente e funcionava em complementaridade. Na memória descritiva do projecto de edição dedicado às "Esculturas Medievais", detonado pelo futuro próximo da inauguração da mostra permanente do MNAA mas igualmente pensado para poder acompanhar qualquer outra exposição de escultura medieval, não executado por dificuldades orçamentais, deixou claro que o propósito era a divulgação susceptível de fazer o ponto de situação relativo ao conhecimento sobre algumas peças e sobre questões relativas à escultura medieval portuguesa e propor algumas vias para o conhecimento/compreensão desta escultura. A selecção dos objectos seria feita em função da sua importância relativa enquanto esculturas na colecção do Museu e na produção portuguesa medieval e das suas possibilidades como obras susceptíveis de virem a integrar uma exposição de base. As fotografias conduziriam a organização e a concepção gráfica - «*como tal têm que 'falar' directamente ao observador/leitor e os textos, ordenados pelas imagens, são elementos complementares para a compreensão*

[1562] Situação de que o Conservador era consciente e lamentava em carta a Bernardo Ferrão: MNAA, Arquivo de Secretaria, Livro 76, Cópias de Correspondência Remetida, Janeiro a Junho de 1975; Nº 338, Proc. 4-M-3: «(...) *Não temos conhecimento de nenhum catálogo da colecção Vilhena, excepto é evidente os catálogos de exposições temporárias onde figuraram peças desta colecção. Quando foi doada ao Estado, a então Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Ates procedeu a uma inventariação sumária, de que resultaram listas, de "uso interno", com a indicação, para cada peça, ou grupo de peças da época (em termos de Românico – Gótico – Renascimento), material (pedra ou madeira), assunto (por vezes não concordante) e avaliação monetária. (...) Esta questão é tanto mais grave quanto, quando o Museu recebeu a colecção, recebeu tão só as peças e estas listas – desconhecemos portanto toda a origem das esculturas, de onde são provenientes, onde e quando foram adquiridas, etc., com as más consequências daí advenientes*. (...)»

das esculturas»[1563] -, o que significava a dispensa de textos corridos discursivos e, sendo estes sugeridos pelas imagens, deviam intervir apenas como legendas alargadas de cada uma delas. Sérgio Andrade apresentava assim «*uma grande colecção de escultura portuguesa medieval*», «*onde se sobrepõe os valores da religião e do culto*», «*em que as formas evoluem no sentido de uma definição mais humana e mais realista*», «*na qual se podem detectar centros de produção e oficinas que marcam a escultura medieval portuguesa*» e que «*seguem caminhos próprios, que têm ascendência hispânica, francesa e flamenga*»[1564].





A fortuna da interpretação de Sérgio Guimarães Andrade foi reconhecida internacionalmente em 2000, com a realização em Rimini, Itália, da exposição *Ai Confini della Terra. Scultura e arte in Portogallo (1300-1500),* mostrada nos Palazzi dell'Arengo e del Podestà, concebida a partir do guião original do Conservador e produzida pelo Museu Nacional de Arte Antiga em parceria com o Instituto Português de Museus e a organização não governamental *Meeting per la amicizia fra i popoli*[1565].

[1563] MNAA, Espólio Sérgio Guimarães Andrade, Documento *Esculturas Medievais, 1ª Projecto para a Publicação*, 31 de Julho 1989, manuscrito.
[1564] Idem, ibidem.
[1565] Trazida depois ao público português com o título seleccionado pela equipa do MNAA responsável por aquela mostra, em homenagem ao pensamento original de Sérgio Guimarães de Andrade: *O Sentido das Imagens. Escultura e Arte em Portugal (1300-1500)*. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, Outubro 2000- Janeiro 2001.

Dos "exóticos" confins da Europa, a imaginária esculpida nos séculos de Trezentos e Quatrocentos ofereceu-se, com o *sentido das imagens,* como contraponto à arte da pintura cultivada na Península Itálica mostrando-se nos seus tipos, espaços, funções, formas, centros de produção e mestres, temas e cultos, antes da nova época de Quinhentos.

Em sua homenagem, regressou ao Museu Nacional de Arte Antiga, com o título original e mote de Sérgio Guimarães de Andrade.

CONCLUSÃO

O traçado da história da Colecção de Ernesto de Vilhena, ou a consequente definição da identidade da Colecção Vilhena, desde as suas origens até à dispersão iniciada *post morten* do seu criador, em 1967, constituiu o objecto de exposição narrativa. Partimos, contudo, da circunstância de as fontes directas rastreadas até à redacção presente contemplarem apenas um período fragmentário dos noventa e dois anos da vida do coleccionador, isto é, da informação produzida pelo próprio entre os anos de 1906 e 1956, e como complemento, da epistolografia com António Saraiva Nunes, agente na acção coleccionista durante dez anos. Fundamentalmente a partir do substrato daquelas cinco décadas, o inquérito que conduzimos teve na base questões elementares, mas que a dimensão aurática alcançada pelo personagem coleccionador através da sua colecção, distorcida na memória contemporânea como uma mitologia, transformou em complexidades. Quisemos saber que tipo de coleccionador se revelava na personalidade de Vilhena e que relação estabeleceu com os seus objectos, que intuitos o moveram tal como a quem o acompanhou, fossem os parceiros de interesses estéticos e intelectuais ou os intermediários nas suas aquisições. Entender se existiu um programa mental ou conceptual subjacente ao acto de coleccionar, de coleccionar obras de arte e objectos artísticos em geral, de esculturas em particular, se o coleccionador perseguia um fim concreto, foram as segundas linhas de ordenação do inquérito e do discurso. Encontrar os paradigmas e as razões dos procedimentos, por um lado individuais, por outro lado decorrentes das circunstâncias patrimoniais, políticas e económicas dos territórios onde promoveu as suas recolhas, fundamentaram assim o desvelar das opacidades geradas em torno do Comandante Ernesto de Vilhena. Para essa compreensão recuámos no tempo de modo a encontrar os mundos individuais de Vilhena, aqueles que lhe moldaram a personalidade, os sentimentais e os afectivos, e os de realização pessoal e profissional, entrando nos desafios de auto-representação que ele colocava na intimidade dos seus textos. O enunciado biográfico apresentou respostas, revelou as circunstâncias da vida pública, as pertenças sociais, culturais, políticas e económicas, desenhando o perfil que acabámos por encontrar duplicado enquanto cientista coleccionador.

A especialização no coleccionismo de escultura tem a sua história, confundindo-se tradicionalmente com a antiquofilia e a reunião de peças arqueológicas, ou daquelas que foram criadas à imagem e semelhança destas, pelo menos desde o século XVI em todas as distintas geografias europeias, motivadas pelo interesse em reunir espécies detentoras de valores artísticos consagrados pelo tempo. Coleccionar escultura de cariz nacional, isto é, aquela que dentro do sistema estético do fim do Antigo Regime foi considerada como imbuída da cultura e do espírito das nações, é um fenómeno relativamente tardio na história do gosto europeu, contemporâneo de uma disciplina da história da arte que se interessou pelo estilo, pela escola e pela autoria, de cariz romântico. Vilhena recupera esse sentido no período da pré e da modernidade portuguesa, ainda inspirado por um historicismo ecléctico, mas projectado e conjugado com a procura e a reunião exaustiva de todas as séries de objectos castiços da cultura material escultórica portuguesa, num processo semelhante aos da definição de uma escola portuguesa de pintura ou ao da enunciação das formas tradicionais da arquitectura nacional.

No ponto final desta narrativa biográfica, a Colecção de Escultura reunida por Ernesto de Vilhena com a intenção de criar uma Colecção Nacional figura como um epifenómeno na cultura do património português. Não teve modelos percursores e os pequenos ensaios de colecções que a mimetizaram não alcançaram nem a escala, nem a unidade ideológica constitutivas da sua identidade. Vilhena coleccionou Escultura Portuguesa porque a sua apetência estética assim o ditou, de forma sistemática, abrangente, exaustiva, respeitante a toda a sua história e sempre aquela que foi produzida no seio do país, em contraponto com todas as outros centros pelos quais poderia ter optado, tal como a sua riqueza e o seu cosmopolitismo lhe teriam permitido.

Não obstante o Museu pessoal do património coligido não ter sido concretizado publicamente durante a sua vida, a empresa coleccionista que formou com a família e actuou na ciência da coleccionação segundo normas e métodos idênticos aos que paralelamente o Comandante exercitou primeiro na construção de um modelo de colonização e depois na sua profissão de gestor colonial, veio a perpetuar a memória do coleccionador através da doação ao Estado português. Nesse segmento temporal, ainda sob o domínio do coleccionador, a colecção não se constitui para o museu, mas como um museu, pelas características com que se autonomizou com o fito de edificar a

história icónica da escultura portuguesa da Idade Média ao Século XVIII, portanto da imaginária. Para a acolher, em conjunto com as outras parcelas da Colecção que reunia extensivamente bens da cultura material da nação, foi re-arquitectado o miolo da casa setecentista da Rua de São Bento 183-187.

Do solo nacional onde foi coligida, a escultura passou à Casa Vilhena e dali para o Museu Nacional de Arte Antiga, no decurso de um resgate também ele inédito na história do património cultural português sob tutela do Estado.

Com a doação efectivada pelos herdeiros de Vilhena fechou-se o círculo, completando-se afinal a ambição proclamada pelo coleccionador por um lado, fazendo retornar as esculturas ao domínio público da arte e da história portuguesas, por outro. É a este núcleo que melhor se adapta a classificação de Krystoff Pomian de «*objectos semióforos*» (Pomian 2001), isto é, de conjunto de objectos "sagrados" que participam simultaneamente do visível e do invisível, tanto pelas suas funções originárias e porquanto acabaram por projectar do coleccionador na posteridade da história.

A análise empreendida, orientada pelo conceito de biografia cultural dos objectos, das esculturas Vilhena, contemplou para além do tempo da coleccionação, o segmento de vida decorrido no período da musealização, desde a incorporação até à exposição.

Na exposição permanente de escultura do MNAA não houve uma ruptura com a biografia dos objectos na Colecção Vilhena, embora se tenha verificado um processo de representação da arte escultórica portuguesa no seu sentido global, mas o facto a ressaltar é que tal só foi possível através da alteração da identidade da colecção museológica pré-existente suscitada pela incorporação das esculturas doadas. Apenas a sua entrada no MNAA permitiu tornar pública a síntese histórico-artística promovida pela primeira vez no contexto dos museus nacionais, num quadro territorialmente alargado e não apenas vinculado a uma região determinada, como acontecia no Museu Nacional Machado de Castro ou no Museu de Évora, por mais significante que qualquer uma dessas regiões possa ter sido em termos criativos. Na última das expografias, o conservador-realizador Sérgio Guimarães de Andrade e o arquitecto João de Almeida mostraram na fenomenologia do discurso museográfico a história da imaginária portuguesa, mas na acumulação serial dos objectos e no diálogo permanente dos materiais, muitos dos valores do segmento de vida destas peças no museu acabaram por

transpôr a sua vida anterior no seio da Colecção Vilhena, sintetizando objectivos da museologia com os da acumulação serial da colecção privada.

Em relação aos objectivos iniciais que propusemos à partida, a dimensão avassaladora da Colecção Vilhena acabou por dominar. Ao longo deste trabalho, todavia, muitas linhas de continuidade ficaram abertas. Desde logo, a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre os próprios objectos, pois muitos deles ganharam histórias complementares e proveniências anteriores que vão permitir identificar geografias de produção e de encomenda, circuitos de mobilidade no território, e, desse modo, conduzir a alterações epistemológicas na historiografia da escultura portuguesa, entrecruzar conciliadoramente e com maior solidez os terrenos da investigação académica com os terrenos da museologia.

Os mecanismos, os agentes, os métodos, todo o universo do mercado e do comércio de arte em Portugal na última metade de Oitocentos e na primeira metade do Século XX são-nos praticamente desconhecidos. Quais eram, quem eram, onde operavam, para quem, são questões em aberto, apesar de simples. Determinar mercados referenciais, de proveniência e de destino, apurar a realidade da fuga/dispersão patrimonial para além das fronteiras afigura-se como tarefa ingente de modo a poder compreender os permanentes e contínuos alertas rastreados nas fontes e a redesenhar a resposta (ou a ausência dela) das instituições e das políticas patrimoniais portuguesas. No limite, trata-se de saber se existe, ou se existiu, uma consciência patrimonial, de grupo, da sociedade, do aparelho governativo e de política em diferentes regimes políticos que se sucederam em Portugal nessa cronologia. A investigação sobre o coleccionismo em Portugal terá de considerar todas estas premissas que constituem outras tantas vias de análise.

A Colecção Vilhena foi aqui tratada como epifenómeno. Mas é essencial colocá-la posteriormente em relação. Com as colecções portuguesas, primeiro, apurar quais eram, o que as motivou e fundamentou e quais as características identitárias que permitem uma comparação. Depois com as colecções internacionais, europeias, ibéricas sobretudo, assim como os coleccionadores/criadores nas suas dimensões de personalidade, sociabilidade, cultura e políticas contemporâneas de Vilhena. Avançamos que encontrámos pares de Ernesto de Vilhena na origem e destino de algumas colecções espanholas, ou melhor, em colecções catalãs como a de Frederic

Marés Deulovol e a de Francisco Cambó, criadas nas mesmas cronologias e com idêntico sentido de resgate nacionalista.

Vilhena pretendeu construir algo mais do que aquilo que até aqui foi classificado como "gosto dos portugueses" e como uma devoção pelas artes decorativas, igualmente distante do coligir dos testemunhos da arte internacional. A ideia geradora foi conservar a memória material da história da escultura portuguesa, mesmo que para isso tivesse que proceder ao necessário resgate no terreno.

De modo idêntico ao que procedeu com a Diamang, o Comandante Ernesto de Vilhena criou com a sua colecção de escultura um *«caso novo*» na cultura nacional.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Virgem da Anunciação, MNAA Inv. 1710 Esc. Proveniente da Colecção do Comandante Ernesto de Vilhena (Herdeiros) © MNAA, Arquivo Fotográfico

FONTES

MANUSCRITAS, IMPRESSAS E VISUAIS

Academia Nacional de Belas Artes

- Actas [acessíveis online http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4601727]

Actas das Conferencias da Academia das Belas Artes de Lisboa. Dos Annos de 1836 a 1837. [ANBA 1-A-SEC.006]
Actas da Comissão Nomeada Para Propor a Reforma do Ensino das Bellas Artes, 1875 [ANBA 1-A-SEC.2]
Actas do Conselho de Administração e Aperfeiçoamento, 1879-1881 [ANBA 3-B-SEC. 217]
Actas das Sessões da Assembleia Geral das Academia Real de Belas Artes, 1883-1910 [ANBA 1-A-SEC.018]
Actas do Conselho de Administração e Aperfeiçoamento, 1888-1902 [ANBA 3-B-Sec. 218]
Actas da Assembleia Geral do Conselho de Arte e Arqueologia, 1911-1931 [ANBA 3-A-SEC. 180]
Actas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia, 1ª Circunscrição, 1911-1917 [ANBA 3-A-SEC.181]
Actas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia, 1ª Circunscrição, Livro Nº 2, 1918-1929 [ANBA-3-A-SEC.183]
Livro de Actas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia, 1ª Circunscrição, Livro Nº 3, 1929-1931 [ANBA 3-A-SEC-185]
Actas da Comissão dos Monumentos Nacionais, 1924-1925 [ANBA 3-D-SEC.264]
Correspondência Recebida 1865-1916 [ANBA 1-C-SEC.66]

Arquivo Distrital de Beja

- Fundos Paroquiais

Baptismos de Ferreira do Alentejo, 1876, nº 88.

Arquivo Distrital da Guarda

- Fundo Dr. João Alexandre de Almeida

Cx. 10/01, *Cartão pessoal de Ernesto Vilhena ao Dr. João Alexandre Almeida*, 3/08/1954.
Cx. 16/01, *Carta de Luís Reis Santos ao Dr. João de Almeida*, 24/05/1951.
Cx. 16/01, *Carta de Luís Reis Santos ao Dr. João de Almeida*, 9/10/1952.

Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos

- Fundo do Banco Nacional Ultramarino

Relatórios do Banco Nacional Ultramarino de 1920 a 1960. Lisboa: 1921-1961: Relatório e Contas de 1925; *Relatório e Contas de 1928.*
Actas do Conselho Geral: *Acta de 7/12/1925; Acta de 8/12/1925; Acta de 8/05/1928; Acta de 19/06/1928; Acta de 26/06/1928; Acta de 28/06/1928*.
Circular Nº 554: substituição de José Henriques Mendonça por Ernesto Vilhena como vice-governador.
AG 002.15/110: Sousa Machado & Companhia (Angola): "Dossier organizado pelo executor Ernesto de Vilhena", 1922-1926.
AG 002.04/18: Companhia Agrícola Pecuária de Angola, Correspondência trocada com a Companhia de Diamantes de Angola, 1/7/1932-15/4/1946.

<u>Arquivo Histórico do Igespar</u> (denominação até 2011)

- Fundo IPPAR

DRL.212.1.IPPAR. Divisão de Obras, Conservação e Restauro: Museu Nacional de Arte Antiga, Remodelação dos Tectos do Terceiro Piso do Anexo, Instalação de Tratamento de Ar, 07/03/1988-16/05/1988.

- Fundo IPPC

RPA. 103.1.24. RPA/86: Seguro e transporte de peças de escultura em madeira e pedra da colecção Vilhena para o Museu de Santa Maria da Vitória, 1986.
Processo Nº 3162: Museu de Santa Maria da Vitória - Batalha, 1983.

- Fundo Livros DGAC-DGPC

Livro 7.1.2. MEC/DGAC. Museu Nacional de Arte Antiga: Divulgação e Valorização do Património Artístico Nacional, 1975.

- Fundo DGESBA

Livro 5H/728. Museu Nacional de Arte Antiga: Instalação nas salas da Madre de Deus de um "Museu das Moldagens", 1958-1959.
Livro 5D/442. Museu Nacional de Arte Antiga: Situação dos conservadores, 1955.
Livro 5D/447. Protecção dos bens culturais da Nação em caso de guerra, 1955-1959.
Livro 5K/303. João Jardim de Vilhena: Apresenta uma exposição sobre vários objectos que doou ao Museu machado de Castro, pedindo a restituição deles, uma vez que foram relegados para a arrecadação das coisas inúteis e indesejáveis, 1961-1963.
Livro 6K/2594. Abertura de um Museu de Escultura Comparada no Palácio Nacional de Mafra, 1963-1984.
Livro 7I/760. Museu Nacional de Arte Antiga: Exposição acerca da situação dos conservadores dos serviços do Estado em comparação com os conservadores dos serviços artísticos da Fundação Calouste Gulbenkian, 1959.

<u>Arquivo Histórico Militar</u>

- 1ª Divisão - Portugal e Campanhas na Europa 36ª Secção - 1ª República (2ª fase): 1914-1926

Div/1/36/31/15 - Carta de Ernesto Vilhena para Trindade Coelho sobre um memorando da loja "Solidariedade", 1/3/1913.
Div/1/36/31/17 - Esquema da distribuição da loja "Solidariedade" em Lisboa, 1913.
Div/1/36/31/43 - Carta de José António Jorge Pinto para Ernesto Vilhena em resposta ao pedido deste para lhe ser passado um atestado de quite, 10/3/1913.

<u>Arquivo Histórico do Ministério da Educação</u>

- Comissão dos Monumentos Nacionais

AH 443 – *Actas da Comissão dos Monumentos Nacionaes*, 1932-1932Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

- Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes

- Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª e 3ª Circunscrições:
AH 324 – *Conselho d'Arte e Archeologia da 3ª Circunscripção. Livro de Autos e Termos*, 1914-1932
AH 332 – *Conselho d'Arte e Archeologia 3ª Circunscripção. Copia de Correspondencia (Official) e Particular*, 1916-1920

AH 334 – *Conselho d'Arte e Archeologia da 3ª Circunscripção. Copia de correspondencia (Particular)*
AH 343 - *Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscripção. Coimbra. Correspondência expedida (copiador)*, 1924-1932
AH 351 – *Conselho d'Arte e Archeologia 2ª Circunscripção, Coimbra. Livro das Actas,* 1911-1923
AH 365 – Livro das Actas do Conselho de Arte e Arqueologia, da 2ª Circunscrição, Coimbra, 1924-1932

- Diversos:
DGESBA 2/3/3005; DGESBA 2/3/3006; DGESBA 2/3/3007; DGESBA 2/3/3011; DGESBA 2/3/3030; DGESBA 2/3/3036; DGESBA 2/3/3076; DGESBA 2/3/3082; DGESBA 2/3/3120; DGESBA 3/3027; DGESBA 3/3039; DGESBA 3/3049; DGESBA 3/3054; DGESBA 3/3060; DGESBA 3/3062; DGESBA 3/3085; DGESBA 3/3101; DGESBA 3/3104; DGESBA 3/3105; DGESBA 3/3141; DGESBA 3/3150

- Gabinete do Ministro

4/2833 – *Registo de correspondência, 2ªs cópias*, 1969

- Junta Nacional de Educação

- Actas:
JNE Nº 152 – *Actas da 4ª Subsecção da 2ª Secção*, 1972
JNE Nº 154 – *Actas da 4ª Subsecção da 2ª Secção*, 1972

- Processos:
JNE cx. 288; JNE cx. 292; JNE, cx. 323; JNE, cx. 326; JNE, cx. 328

Arquivo Histórico Parlamentar

- *Livros Políticos*, 1908-1910: Ernesto Jardim de Vilhena.

- Debates Parlamentares [acessíveis online em http://debates.parlamento.pt]

Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, Novembro 1822-1910.
Diário da Câmara dos Pares do Reino de Portugal, 1842-1910.
Diário da Câmara dos Deputados, Agosto 1911 - Maio 1926.
Diário do Congresso da República, Agosto 1911- Maio 1926.
Diário do Senado da República, 1911-1926.
Actas da Câmara Corporativa, 1935-1974.
Diários das Sessões da Assembleia Nacional, 1935-1974.

Arquivo Histórico da Procuradoria Geral da República

Livro de termos de juramento e posse dos Ajudantes do Procurador Geral da Coroa e Fazenda, 1887.

Arquivo Histórico Ultramarino

- Direcção Geral do Ultramar-Direcção Geral das Colónias

Nº 217 - DGU, 2ª R, 1895-1915, Companhia de Moçambique, 1ª S, Procº 15
Nº 222 - DGU, 2ª R, Cx. 48, 1903-1919, Companhia de Moçambique
Nº 236 - DGU, 2ª R, Cx. 39, 1892-1911, Companhia da Zambézia.
Nº 939 - DGU, 2ª R, Cx. 42, 1897-1911, Companhia do Boror, 5; Companhia da Zambézia

Nº 941 - DGU, 2ª R, Cx., 1901-1916, Companhia da Zambézia, Companhia de Caminhos de Ferro da Zambézia (1911-1912), Ofícios 127, 126, 124

- Direcção Geral das Colónias do Ocidente, Repartição de Angola e S. Tomé - Assuntos Diversos

Nº 537 - DGCOcd, RAS, 1921-1936, Proc. Nº 232, Fogerang (Fomento Geral de Angola) e Proc. Nº 153, Nº 153D, Nº 153E, Nº 153K - Companhia de Diamantes de Angola

- Gabinete do Ministro

Nº 018 - GM/GNP/SR, Angola, 1959-1971, E.4.15.3., Companhia de Diamantes de Angola
Nº 140 - GM, Mç. 32, 1948-1953, Companhia de Diamantes de Angola-Correspondência Diversa, Caixa 2

Arquivo da Fundação Mário Soares

- Fundo Documentos Afonso Costa

-Correspondência:
07218.008 - Carta de Afonso Costa para Germano Martins, 22 Janeiro de 1912.
07218.143 - Carta de Afonso Costa para Maria Emília, 5 Novembro 1921.
07219.026 - Carta de Afonso Costa para Maria Emília, 19 Outubro 1925.
07219.169 - Carta de Afonso Costa para Maria Emília, 5 Janeiro 1927.

- Fundo António de Barros Machado

- Relatórios:
05310.001 – "Relatório de uma Missão à Lunda, por António de Barros Machado, Janeiro de 1947.

- Fundo Documentos Manuel Teixeira Gomes

- Correspondência:
08079.040 - Carta de António Macieira para Manuel Teixeira Gomes, 25 Março 1913

- Fundo Documentos Mário e Alice Chicó

- Museus e Exposições. Museus. Estudos:
05441.037 - "Estudo dos programas de museus modernos"
05457.015 - "Breve exposição acerca da localização dos Museus de Arte"
05510.034 - "A iluminação relacionada com o espaço nos museus modernos"
- Correspondência:
05476.029 - Carta de Ernesto de Vilhena dirigida a Mário Chicó, datada de Lisboa, 2 de Janeiro 1956, manuscrita.

Arquivo Municipal de Lisboa

- Núcleo Intermédio

Obra Nº 5587, R. de S. Bento 183-187.

- Núcleo Arco do Cego

Processo nº 104 de 1952: Museu de Rafael Bordalo Pinheiro comunica a oferta de uma aguarela de Rafael Bordalo Pinheiro por Ernesto Vilhena e esposa, 1952 - PT/AMLSB/AL/CMLSB/CULT/01/0702.
Processo nº 755 de 1971: inauguração de uma exposição de imagens da Virgem da colecção de Ernesto Vilhena, no Palácio dos Coruchéus em 22 de Dezembro de 1971, 1971 - PT/AMLSB/AL/CMLSB/ADMG-P/01/1138.

- Núcleo Fotográfico

ALVÃO, Domingos. "Museu Nacional de Arte Antiga", 1940 - PT/AMLSB/ALV/I00137.
AMARAL, Henrique de Sousa. "Inauguração da Biblioteca Nacional", 10/04/1969 - PT/AMLSB/AF/HAS/I000045, 48, 51, 52, 53, 54.
BENOLIEL, Joshua. "Júlio de Vilhena no alpendre da sua casa, Parede, Cascais", para *Ilustração Portuguesa*, 11/11/1907- PT/AMLSB/AF/JBN/004293.
_____, "O Alfarrabista Mano João, Mercado de São Bento", 1907 - PT/AMLSB/JBN/000085.
_____, "O 3º Governo Presidido por Afonso Costa", para *Ilustração Portuguesa*, 7/5/1917 - PT/AMLSB/AF/JBN/001951.
Fotógrafo não identificado. "Rua de São Bento 183 a 187". 1898-1908 - PT-AMLSB-AF-FAN-001228.
SERÔDIO, Armando. Exposição Imagens da Virgem da Colecção Vilhena realizada no Palácio dos Coruchéus, 1972 - PT/AMLSB/AF/SER/SO7740-SO7758.

Arquivo do Museu da Ciência – Escola Politécnica

- Escola Politécnica, Matrículas de Exame*s*, Liv. Nº 16, 1891-1894.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Arquivo António Oliveira Salazar:

AOS/1/55: *Diário*, 1º vol. 1960, 5 Maio.
AOS/1/68: *Diário*, 2º vol. 1966, 21 Setembro.
AOS/CO/ED-1A, fls. 153-156v: *Carta de José de Figueiredo*, Director do Museu Nacional de Arte Antiga, para António de Oliveira Salazar, 28 Junho 1933.
AOS/CO/ED-1D/2, fls. 29-130: *Actividade e funcionamento da Junta de Educação Nacional* ([1930]-1940).
AOS/CO/ED-3, fls. 198-244: *Análise da Situação dos Museus* (1956).
AOS/CO/ED-6, fls. 385-388: *Regulamentação da inventariação de bens artísticos da Nação.*
AOS/CO/FI-17B, fls. 146-499: *Conservação e defesa do património artístico, arqueológico do Estado* (1937); *Valorização do património artístico* (1967).
AOS/CO/PC-71, Pt 22: *Oferta pelo Prof. Doutor A. de Oliveira Salazar, à Biblioteca da Faculdade de Letras de Coimbra, dos dois primeiros volumes da* Ásia*, de Vilhena* (1966).
ANTT, AOS/CO-UL-84A: fls. 63-80, *Relatório Mensal dos Administradores por Parte do Govêrno na Companhia de Diamantes de Angola (Fevereiro de 1949)*; fls. 116-129, *Relatório Mensal dos Administradores por Parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola (Maio de 1949);* fls. 652-701, *Relatório Trimestral dos Administradores por Parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola (Dezembro de 1950)*; fl. 739-742: Carta confidencial de Mário Costa, Representante da Diamang em Luanda, dirigida a Ernesto de Vilhena acerca das opiniões sobre redução de indígenas ao serviço das grandes empresas, emitidas durante a visita particular do Governador-Geral de Angola ao Congo Bela, datada de Luanda, 24 de Outubro de 1950, cópia de original dactilografado.
AOS/CO/UL-20: *Vencimentos dos administradores e directores de estabelecimentos do Estado, de sociedades, companhias ou empresas concessionárias ou arrendatárias* (1948-1954).
AOS/CO/UL-22/2: Angola – *Diamang – Vencimentos dos Administradores* (1949; 1953)
AOS/CP/280, Pt. 7280.16, fls. 553-554: *Cartas de Amélia Vasconcellos Porto de Vilhena* (s.d.).
AOS/CP/280, Pt. 7.280.18, fls. 389-552: *Cartas de Ernesto de Vilhena* (2 Dezembro 1938-15 Outubro 1959).
AOS/CP/281, Pt. 7.281.1, fls. 1-995: *Cartas de Ernesto de Vilhena* (10 Fevereiro 1960-4 Março 1968).

- Arquivo Burnay:

Correspondência: Caixa 35, nº 307; Caixa 39, nº 408; Caixa 40, nº 24; Caixa 46, nº 408; Caixa 47, nº 377; Caixa 48, nº 30 e nº 31.

- Arquivo Distrital de Lisboa:

- 5º Cartório Notarial de Lisboa
Notas, Livro F-82, fls. 87v-89v
Livro de Documentos do Livro de Notas Nº F-82, Caixa 250 [6/41/9/2]
- Registos Paroquiais, Freguesia Mártires, Livro B-8 de Baptismo, fl. 129v-130.

- Arquivo de Feitos Findos:

Justificações de Nobreza, *Autos de Justificação de Nobreza*, Maço. 23, nº 28, *de Luiz Antonio Esteves Freire Comendador da Ordem de Christo e Sargento Mor Reformado*, Lisboa, 1828.

- Arquivo João de Azevedo Coutinho:

Caixa 1, 7 - *Cartas de Ministros, Governadores e Militares*

- Arquivo Marcello Caetano

- Cx. 8, DIAMANG – GABINETE DO MINISTRO, *Correspondência com o Administrador-Delegado em Lisboa*, nº 1-nº 8.
- Cx. 8, DIAMANG – GABINETE DO MINISTRO, *Produção Diamantífera e Empréstimo à Colónia de Angola*, nº 1-nº4.
- Cx. 8, DIAMANG – LISBOA, *Documentação recebida do Administrador-Delegado em Lisboa*, nº 1-nº 11.
- Cx. 8, DIAMANG – LISBOA, *Documentação recebida da Secção de Contabilidade em Lisboa*, nº 1; nº 3.
- Cx. 8, DIAMANG – LISBOA, *Documentação recebida da Secção de Informação e Diligências em Lisboa*, nº 1, nº 2; nº 10-nº14; nº 16.
- Cx. 8, DIAMANG – LISBOA, *Documentação recebida da Secção de Pessoal em Lisboa*, nº 1.
- Cx. 8, DIAMANG – LISBOA, *Documentação recebida da Direcção Administrativa em Angola*, nº 2, nº 4, nº 5.
- Cx. 57, Correspondência / *VILHENA, Ernesto Jardim de*, nº 1-nº 12.

- Arquivo Vergílio Correia:

Nº 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, *Correspondência – diversos*
Nº 17, *Recortes de imprensa*
Nº 18, *Conimbriga* (1936).
Nº 19, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 39, 40, 41, 51, *Diversos*
Nº 50*,* 52, *Coimbra*
Nº 98, *Museus*
Nº 100, *Museus de Portugal*
Nº 114, *Reforma das Belas-Artes*.
Nº 156, *Museu de Arte Antiga*

- Empresa Pública do Jornal *O Século*:

PT/TT/EPJS/SF/001-001/0187/0725AU; PT/TT/EPJS/SF/001-001/0187/0726AU;
PT/TT/EPJS/SF/001-001/0187/0727AU; PT/TT/EPJS/SF/001-001/0187/0728AU;
PT/TT/EPJS/SF/001-001/0187/0729AU; PT/TT/EPJS/SF/001-001/0187/0730AU;
PT/TT/EPJS/SF/001-001/0187/0731AU; PT/TT/EPJS/SF/001-001/0187/0732AU;
PT/TT/EPJS/SF/001-001/0187/0733AU; PT/TT/EPJS/SF/001-001/0187/0734AU
PT/TT/EPJS/SF/001-001/0190/4031AU; PT/TT/EPJS/SF/001-001/0037/1897J

- DIAMANG:

Correspondência entre o Dr. Oliveira Salazar e o Comandante Ernesto Vilhena, administrador da Diamang. Notas e Apontamentos Diversos, Caixas 1-3, Dossiers 1-9, (24.01.1938-28.10.1964):
CDA, Caixa 1, Dossier 1 (24.01.1938-31.12.1956)
CDA, Caixa 1, Dossier 2 (01.01.1957-31.12.1957)
CDA, Caixa 1, Dossier 3 (01.01.1959-31.12.1960)
CDA, Caixa 1, Dossier 4 (01.01.1961-31.12.1961)
CDA, Caixa 1, Dossier 5 (01.01.1962-31.12.1962)
CDA, Caixa 1, Dossier 6 (01.01.1963-20.05.1963)
CDA, Caixa 1, Dossier 7 (21.05.1963-11.12.1963)
CDA, Caixa 1, Dossier 8 (01.01.1964-06.10.1964)
CDA, Caixa 1, Dossier 9 (07.10.1964-28.10.1966)

- Junta Nacional de Educação:

6ª Secção. Registo de Actas, Livros 95-106 (1937-1965)
2ª e 4ª Subsecções da 2ª Secção. *Registo de Actas*, Livro 60 (1966-1971)
3ª Subsecção da 2ª Secção. Registo de Actas, Livro 61 (1967-1971)
Registo Geral da Correspondência Expedida, Livro 34 (1971)

- PIDE/DGS:

Ernesto Jardim de Vilhena:
AC, Del A, Série SR, Processo nº 8095, unidade de investigação 1099
AC, Del P, Série SR, Processo nº 372-S, unidade de investigação 3452

- Registo Geral de Mercês:

D. João VI, Liv. 21, fl. 51v e 52
D. Maria II, Liv. 33, fl. 27v-28v
D. Maria II, Liv. 35, fl. 136-137
D. Pedro V, Liv. 3, fl. 97v
D. Pedro V, Liv. 8, fl. 274v
D. Pedro V, Liv. 10, fl. 70 e fl. 192
D. Pedro V, Liv. 13, fl. 165v
D. Pedro V, Liv. 15, fl. 127v
D. Pedro V, Liv. 23, fl. 227v
D. Luís I, Liv. 1, fl. 122v
D. Luís I, Liv. 12, fl. 236
D. Luís I, Liv. 18, fl. 239
D. Luís I, Liv. 24, fl. 55
D. Luís I, Liv. 29, fl. 134v
D. Luís I, Liv. 49, fl. 46v
D. Luís I, Liv. 54, fl. 146
D. Manuel II, Liv. 1, fl. 134v-135v

- SNI:

"A maior colecção de escultura Medieval religiosa vai ser exposta na Biblioteca Nacional. Membros do governo apreciaram a colecção constituída por mais de 1.700 obras de arte reunidas pelo Comandante Ernesto de Vilhena", 22 de Fevereiro 1969, fotógrafo Olavo: PT/TT/SNI/RP/03-6902/18407; PT/TT/SNI/RP/03-6902/63412; PT/TT/SNI/RP/03-6902/63413; PT/TT/SNI/RP/03-6902/63414; PT/TT/SNI/RP/03-6902/63415; PT/TT/SNI/RP/03-6902/63416; PT/TT/SNI/RP/03-6902/63417; PT/TT/SNI/RP/03-6902/63418; PT/TT/SNI/RP/03-6902/63419; PT/TT/SNI/RP/03-6902/63420; PT/TT/SNI/RP/03-6902/63421; PT/TT/SNI/RP/03-6902/63434; PT/TT/SNI/RP/03-

6902/63435; PT/TT/SNI/RP/03-6902/63436; PT/TT/SNI/RP/03-6902/63437; PT/TT/SNI/RP/03-6902/63438; PT/TT/SNI/RP/03-6902/63439; PT/TT/SNI/RP/03-6902/63440
"Esculturas de Madeira da Colecção Vilhena em exposição temporária na Biblioteca Nacional", 30 de Maio 1969: PT/TT/SNI/RP/03-6902/63539.

Arquivo Nacional de Imagens em Movimento

- Imagens de Portugal

427, 1969 - Apontamento: Os herdeiros de Ernesto Vilhena doam ao Estado português grande parte do espólio.
432, 1969 - Apontamento: inauguração das novas instalações da Biblioteca Nacional de Lisboa - exposição de estatuária do espólio de Ernesto de Vilhena.

Arquivo da Universidade de Coimbra

- Diamang digital - Espólio documental, fotográfico e fonográfico da ex-Diamang - Companhia de Diamantes de Angola em arquivo na Universidade de Coimbra, acessível online em http://diamangdigital.net/index.php
- Fundos Paroquiais:

PAR/CBR14, Paróquia da Lamarosa, Coimbra, Casamentos, 1872.
PAR/CBR14, Paróquia da Lamarosa, Coimbra, Óbitos, 1887.

Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

- Processos dos Académicos:

Ernesto Jardim de Vilhena, Classe de Letras.
Henrique Jardim de Vilhena, Classe de Ciências.

Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico

- Colecção Fotográfica:

VILHENA, Ernesto Jardim de, Álbum de Oficiais nº 2, p. 27, nº ordem 159 (Segundo-tenente).
VILHENA, Ernesto Jardim de, Álbum de Oficiais nº 5, p. 26, nº ordem 540 (Segundo-tenente).
VILHENA, Ernesto Jardim de, Álbum de Oficiais nº 6, p. 24, nº ordem 907 (Primeiro-tenente)
VILHENA, Júlio Jardim de, Álbum de Oficiais nº 3A, p. 9, nº ordem 380 (Aspirante)
VILHENA, Júlio Jardim de, Álbum de Oficiais nº 2, p. 30, nº ordem 177 (Segundo-tenente)
VILHENA, Júlio Jardim de, Álbum de Oficiais nº 6, p. 48, nº ordem 1055 (Primeiro-tenente).

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

- Manuscritos:

Epistolário de Armando Cortesão - Correspondência com Ernesto Vilhena (E.00-E.05)
Espólio Belisário Pimenta - *Memórias* [manuscrito]: *diário ao correr da pena*, 1907-1965. 15 vols. Vol. 8, *1928-1932* (Ms. 3363-5/19).

Casa-Museu Reynaldo dos Santos – Irene Quilhó

- Fundo Reynaldo dos Santos / Correspondência recebida

- Correspondência com Ernesto Vilhena
- Correspondência com João de Vilhena
- Correspondência com Júlio de Vilhena
- Correspondência com José de Figueiredo
- Correspondência com Vergílio Correia

- Fundo Reynaldo dos Santos / Estudos de Arte / Escultura

- Caixa Escultura 2, Pastas nº 1-13
- Caixa Junta Nacional de Educação, 6ª Secção, Correspondência, Pareceres, Expediente
- Caixa Amigos do MNAA
- Caixa Notas de Arte
- Caixa Artigos, Conferências, Discursos I
- Caixa Escritos Vários
- Caixa Academia Nacional de Belas Artes
- Caixa Exposições Centenárias. Comissão Executiva, relatórios, listagens
- Caixa Inventário - Reconstituição do Mosteiro da Batalha
- Caixa Inventário - Coimbra (3)
- Caixa Inventário - Minho, Douro, Trás-os-Montes, Tomar, Aveiro, Arouca, Évora, Alentejo, Olivença.

- Fundo Irene Quilhó / Agendas

- Agenda 1951.

5ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa

- Freguesia de Santa Isabel, Óbitos, Nº 141, 14/02/1967.

6ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa

- Freguesia do Sacramento, Casamentos, Nº 21, 12/10/1907.

Espólio de Carlos M. Couto S. C.

- Álbum de Fotografias de João Couto Nº 4.

Espólio Família Bastos

- Arquivo dos despachantes oficiais da Alfândega António Augusto Viana Bastos e Humberto Viana Bastos, Alfândega: envelope sem identificação contendo fotografias de esculturas.

Espólio da firma Antiquália, Lda (Lisboa)

- Fotografias em formato digital de obras de arte que pertenceram às colecções Vilhena em venda.
- Transparências em formato digital de peças têxteis transaccionadas pela Firma Antiquália desde 1972.

Espólio José Bénard Guedes

- Fichas de inventário pessoais com motivos heráldicos de algumas peças das Colecções Vilhena (Têxteis e Ourivesaria).
- "Inventário de algumas peças de prata, pertencentes à Colecção do Comandante Ernesto Vilhena", dactilografado não datado, não assinado.
- Cópia de relatório sobre peças a serem classificadas e registadas (Cerâmica e Porcelana), dactilografado não datado, não assinado.
- Conjunto de fichas dactilografadas sobre peças de Mobiliário.
- Conjunto de fichas dactilografadas e manuscritas sobre peças de Vidro, 1967.

Espólio particular de José Lopes

- Correspondência de António Saraiva Nunes com a família Porto Jardim Vilhena (Ernesto Jardim de Vilhena, Maria Amélia Porto Jardim de Vilhena e Júlio Porto Jardim de Vilhena), Anos 1924, 1925, 1932, 1933-1943.
- Correspondência de António Pereira Capela com Ernesto de Vilhena, Ano 1946.
- Correspondência de José da Cruz Paz com Ernesto de Vilhena, Ano 1953.

Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros)

- *Agenda Gabinete 1944*, parcialmente manuscrita a partir de 9 de Maio.
- *Agenda Gabinete 1945*, parcialmente manuscrita.
- *Agenda de 1 de Janeiro de 1946 a 4 de Maio de 1947*, caderno manuscrito.
- *Agenda de 5 de Maio de 1947 a 16 de Julho de 1948*, caderno manuscrito.
- *Cadernos de Viagens:* Caderno Nº 2 a Caderno Nº 19, manuscritos, Fevereiro 1906-9 Maio 1944.
- *Diários*, manuscritos:

  17 Julho 1948 - 17 Fevereiro 1949
  18 Fevereiro 1949 - 6 Julho 1949
  7 Julho 1949 - 10 Fevereiro 1950
  13 Fevereiro de 1950 - 14 Agosto 1950
  15 Agosto 1950 - 26 Fevereiro 1951
  28 Setembro 1951 - 18 Fevereiro 1951
  19 Fevereiro 1952 - 26 Agosto 1952
  26 Agosto 1952 - 14 Março 1953
  16 Março 1953 - 21 Outubro 1953
  22 Outubro 1953-31 Maio 1954
  1 Junho 1954 - 14 Março 1955
  15 Março 1955-13 Dezembro 1955
  16 Dezembro 1955 - 18 Novembro 1956
  20 Novembro 1956 - 23 Dezembro 1956.
- Fotografias das famílias Queriol, Vasconcelos Porto, Monte São, Jardim e Vilhena.
- MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS - Comissão de Cartografia. *Atlas Colonial Português.* s.l., 1914: oferecido ao 1º tenente Ernesto Jardim de Vilhena pelo Ministro das Colónias.
- *Notas sobre arte e archeologia*. *Vol. I. E. Vilhena*, caderno manuscrito, 1933-1952.
- *Notas sobre arte e archeologia. Vol. II. E. Vilhena*, caderno manuscrito, 1935-1960.
- *Notas sobre arte e archeologia. Vol. III. E. Vilhena*, caderno manuscrito, 1941-1962.
- *Viagens em España,* caderno manuscrito, 1934-1956.
- Pasta de Seda Azul ERNESTO JARDIM DE VILHENA encimada pelas armas reais, com diplomas e actos de condecoração:

  Ministério da Marinha. Comando Geral da Armada. Oficiais
  Diplomas, condecorações, cartas-patentes.

Fundação Calouste Gulbenkian – Biblioteca de Arte

- Espólio Diogo de Macedo

DM002.148.ic; DM004.026.ic; DM004.055.ic; DM004.079.ic; DM004.080.ic; DM004.182.ic.; DM023.048.ic; DM023.049.ic; DM023.060.ic; DM923.066.ic
DM332.178; DM332.180 e 180.1; DM332.181 e 181.1.; DM332.182 e 182.1; DM332.183; DM332.184 e 184.1; DM332.185 - *Artigos publicados na imprensa sobre museus portugueses.* Compil. de Eva Arruda de Macedo, *Museus,* vol. 3, *1906-1978* - Recortes, sem título publicados entre 16 de Fevereiro de 1967 e 4 de Novembro de 1977.

DM332.188; DM332.190; DM332.191; DM332.192 - *Artigos publicados na imprensa sobre museus portugueses*. Compil. de Eva Arruda de Macedo, *Museus,* vol. 3, *1906-1978* - Recortes, sem título publicados entre 12 de Fevereiro de 1968 e 7 de Junho de 1976.

- Espólio Estúdio Mário Novais

Caixa 1949 - Leiria & Nascimento, Colecção Vilhena / Estúdio Mário Novais, negativos a p&b, 13x18cm.
Caixa 2302 - Pintor Manuel Jardim, colecção Júlio Vilhena / Estúdio Mário Novais, negativos a p&b, 13x18cm.
Caixa 2730 - Comandante Vilhena / Estúdio Mário Novais, negativos a p&b, 13x18cm.

- Espólio Raul Lino

RLDA 354 – [Casa Unifamiliar], Lisboa [Projectos de Arquitectura] – 19 desenhos de arquitectura, s.d.

Instituto de Investigação Científica e Tropical

- Arquivo Científico Tropical Digital Repository [www.http://actd.iict.pt]

Chilomo - Instalações da Companhia do Zambeze, fotógrafo Vilhena (1905). ID 6108
Chilomo - Vista das instalações da Companhia do Zambeze, fotógrafo Vilhena (1905). ID 6095
Chilomo - Instalações da Companhia do Zambeze, fotógrafo Vilhena (1905). ID 6096
Cassipourea vilhenae, recolhida por J. Gossweiler, Lunda, Dundo, Luachimo em 10-09-1946. LISC002388
Mulher com um cântaro, fotógrafo Vilhena (1902-04-15). ID 6129
Mulher com um cântaro, fotógrafo Vilhena (1902-04-15). ID 6128
Homem montado num burro, fotógrafo Vilhena (1902-04-15) ID 6130
Grande Homenagem dos Indios ao Sr. Júlio de Vilhena, fotógrafo Julio Novaes (1909?). ID 15865; ID 15866; ID 15867.

Instituto dos Museus e da Conservação (denominação até 2011)

- Inventário dos Têxteis Vilhena, peças 1-900.
- *Efemérides Artísticas*, 5-7-9-11

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (denominação até 2011)

PT/IPAD/MU/IGM/AT/2386/18948. Processo nº G03/04/132: Diamang De Beers - CONDIAMA.
PT/IPAD/MU/IGM/SDI/2570/19027. Consórcio De Beers-Diamang. 1971.
PT/IPAD/MU/IGM/AT/2386/19537-19540. Processo nº G03/04/030: Companhia de Diamantes de Angola - Diamang. 1947-1974.
PT/IPAD/MU/IGM/AT/2386/18914-18918. Processo nº G03/04/030: Companhia de Diamantes de Angola - Diamang. 1951-1975.
PT/IPAD/MU/IGM/SDI/2524. Angola: Diamang - Companhia de Diamantes de Angola. 1963-1963.
PT/IPAD/MU/ISAU/2789. Angola: Diamang - Companhia de Diamantes de Angola. 1948-1975.

Ministério das Finanças - Arquivo Contemporâneo

- Direcção-Geral da Fazenda Pública:

ACMF/Arquivo/DGFP1/CMB/CMB/CONVF/002 - Conventos de Freiras e Frades, Proc. 1073, L. 3; Proc. 1022, L. 7, Proc. 2469, L. 8; Proc. 1269, L. 9, fl. 10.

- Direcção-Geral dos Impostos:

ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/04164 (Processo) - Acácio Leite Pereira Jardim
ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/07183 (Processo) - Ernesto Jardim de Vilhena
ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/06295 (Processo) - Guilhermina Anjos Jardim (condessa de Valenças)
ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS9B/IS/08938 (Processo) - Henrique Leite Pereira Jardim
ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS5D/IS/13356a (Processo) - Henrique Jardim de Vilhena
ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS9B/IS/06563 (Processo) - João Jardim de Vilhena
ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/14073 (Processo) - Júlio Manuel Porto de Vilhena
ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/09181 (Processo) - Júlio Marques de Vilhena
ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/04173 (Processo) - Luísa Jardim de Vilhena de Abreu Brandão
ACMF/Arquivo/DGCI/LIS/LIS8A/IS/09698 (Processo) - Maria da Piedade Leite Jardim de Vilhena

Ministério das Finanças - Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

- Processo 1-D/PA-O-7-7:

Doação ao Estado da Colecção de Estatuária Portuguesa Medieval e do Renascimento, feita pelo Dr. Júlio Manuel Porto de Vilhena em 1969.

Museu Nacional de Arte Antiga[1566]

- Arquivo Histórico

Caixa 1, Pasta 1, Academia Real de Bellas Artes. Documentação Geral 1838/1864.
Caixa 1, Pasta 2, Academia Real de Bellas Artes. Documentação Geral 1865/1867.
Caixa 1, Pasta 3, Academia Real de Bellas Artes. Documentação Geral 1868/1869.
Caixa 1, Pasta 5, Academia Real de Bellas Artes. Documentação Geral 1870/1875.
Caixa 1, Pasta 6, Academia Real de Bellas Artes. Documentação Geral 1876.
Caixa 1, Pasta 7, Academia Real de Bellas Artes. Documentação Geral 1877/79.
Caixa 1, Pasta 10, Academia Real de Bellas Artes. Documentação Geral 1880/1884.
Caixa 1, Pasta 11, Academia Real de Bellas Artes. Relatórios 1863/1880.
Caixa 1, Pasta 13, Academia Real de Bellas Artes. Inventários. Verbetes.
Caixa 2, Academia Real de Bellas Artes, Pasta 1, Exposição Academia de Bellas Artes 30 de Novembro 1840.
Caixa 4, Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia-Museu Nacional de Arte Antiga, Pasta 2, Entradas Várias.
Caixa 4, Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia-Museu Nacional de Arte Antiga, Pasta 3, Relatórios e Pareceres sobre obras de arte particulares ou existentes nos conventos extintos.
Caixa 4, Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia-Museu Nacional de Arte Antiga, Pasta 4, Conventos Extintos. Relação de peças, 1887-1903.
Caixa 4, Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia-Museu Nacional de Arte Antiga, Pasta 8, Registo de entrada de obras de arte adquiridas para o Museu Nacional de Arte Antiga, por conta do Estado, 1913.
Caixa 4, Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia-Museu Nacional de Arte Antiga, Pasta 13, Relações de objectos entrados no Museu em virtude da lei de separação, 1912-1933.

[1566] Mantemos a designação tradicional dos diferentes fundos que compõem o Arquivo do Museu Nacional de Arte Antiga e as cotas antigas da documentação, por serem as activas no período da nossa investigação. Decorrente do progresso do projecto *Sources for Sources for the History of Art Museums in Portugal* (PTDC/EAT-MUS/101463/2008), o sistema de referenciação do Arquivo Histórico será actualizado, mas a equivalência à arrumação antiga será recuperável a partir dessa cotagem.

Caixa 4, Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia-Museu Nacional de Arte Antiga, Pasta 16, Legado Augusto Rosa.
Caixa 4, Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia-Museu Nacional de Arte Antiga, Pasta 17, Documentos Referentes à Comissão Liquidatária da Herança da Senhora Condessa de Burnay, 1938/39.
Caixa 5, Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia-Museu Nacional de Arte Antiga, Pasta 3, Lista de peças. Inventários.
Caixa 5, Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia-Museu Nacional de Arte Antiga, Pasta 4, Projectos de Roteiros e catálogos.
Caixa 6, Documentação Vária. Obras de Arte, Pasta 1, Pintura (artigos, listas, verbetes, notas, etc),1.1. Artigos e Notas.
Caixa 7, Documentação Vária. Obras de Arte. Pasta 3, Doc. 4, Esculptura, 1912.

- Arquivo do Dr. João Couto:

Álbum de fotografias da autoria de Luís Keil organizado por João Couto
Pasta *História do Museu depois de 1882. Fotografias*.
Pasta 2 – Correspondência Particular. Portugal. Rodrigues a Soares – Santos (Dr. Reynaldo dos).
MNAA, Arquivo do Dr. João Couto, Pasta 3 – Correspondência Particular. Portugal. Espanca a Guedes – FEIO (Barata).
Pasta 44 - *Diversos*: 1-*Relatórios do MNAA* 1938, 1939.
Pasta 58 - *Pareceres da Junta Nacional de Educação:* Assº 6º - Compra e Venda de Obras de Arte: Esculturas.
Pasta 59 - *Pareceres da Junta Nacional de Educação*: Assº 7º - Defesa dos monumentos nacionais. Assº 8º - Diversos.
Pasta 63 - *Pareceres da Junta Nacional de Educação*: Assº 18 – Registo e inventariação de obras de arte.
Pasta 81 – *Junta Nacional de Educação:* Assº 21– Alfândegas.
Cadernos Pretos, Nº 9 - Anotação sobre Ernesto Vilhena

- Arquivo de Inventário:

Pasta Boletim. Maria José Mendonça.
Escola de Belas-Artes de Lisboa – Pintura e Escultura, 1871-1882.

- Arquivo da Secção de Escultura:

Maria José de Mendonça, *Dossier com apontamentos sobre Escultura e Escultura do Século XVIII*, conjunto de folhas manuscritas, s.d.

- Espólio Sérgio Guimarães de Andrade:

Caderno *Lista de Transporte das Esculturas da Colecção Vilhena da Biblioteca Nacional para o Museu Nacional de Arte Antiga*, manuscrito, 1970.
Documento *Esculturas Medievais, 1ª Projecto para a Publicação*, 31 de Julho 1989, manuscrito.
Documento *Expo. Escultura Medieval. 2º Papel*, 26.1.1987, manuscrito.
Documento *A Colecção de Escultura*, 1998, dactilografado.
Dossier *Col. Vilhena. Correspondência de nºs de inventário.*
Dossier *Curso Museus Psicoforma*.
Dossier *Espaços e Imagens. Expo. Temporária. Óbidos/92.*
Dossier *Exposição de Base Anexo (Claustro)*, Maio 91/Abril 92.
Dossier *Expressões Medievais. Expo. Temp. Caldas/92*
Dossier *Informações e Notas de Serviço:*
Secção de Escultura, Nº 5/92, *Memória sobre a secção de escultura do Museu Nacional de Arte Antiga*, 1992
Leilão de peças de escultura da Colecção Vilhena, 2.12.1992.

Leilão de peças da Colecção Vilhena. Interesse para o Museu, 3.12.1992.
Dossier *Interpretação do Património e Museografia*, 1997-1998.
Dossier *Mafra 1980.*
Dossier *Museus em Quebrado*, 1996-1997.
Dossier sem identificação – Vários, 1994.
Extracto *Escultura*. in *Relatório Anual do Museu Nacional de Arte Antiga (1979)*, dactilografado, cópia anotada.
Informações de Serviço de 31 de Março, 17, 28, 29 Abril 1994, dactilografadas.
Pasta *Colecção Vilhena. Diversos*:
Relatório sobre o Trabalho Efectuado na Secção de Escultura até 7 de Outubro de 1972. Colecção Comandante Ernesto de Vilhena, dactilografado.
Relação ordenada das peças de Escultura da Colecção Vilhena, manuscrito, Fevereiro/Março 1971.
Pasta *Mosteiro da Batalha. Museu do Mosteiro de Santa Maria da Vitória*:
Diaporama *Esculturas.* Museu-Mosteiro da Batalha, folheto impresso, 1982
Informação sobre Exposição Temporária "Esculturas do Século XV", dactilografado, 1982
A Escultura em Portugal no Século XV. Museu-Mosteiro da Batalha, folheto policopiado, 1983
Pasta *XVII[a] Exposição*.

- Arquivo de Secretaria:

Cópias de Correspondência Remetida
Livro 1, 12 Agosto 1905 a 31 Dezembro 1940.
Livro 64, Janeiro a Junho de 1969.
Livro 65, Julho a Dezembro de 1969.
Livro 66, Janeiro a Junho de 1970.
Livro 67, Julho a Dezembro de 1970.
Livro 69, Julho a Dezembro de 1971.
Livro 70, Janeiro a Junho 1973.
Livro 71, Julho a Dezembro de 1973.
Livro 73, Julho a Dezembro 1973.
Livro 74, Janeiro a Junho de 1974.
Livro 75, Julho a Dezembro de 1974.
Livro 76, Janeiro a Junho de 1975.
Livro 81, Julho a Dezembro de 1977.
Livro 88, Janeiro a Junho de 1982.
Livro 94, Janeiro a Junho de 1985.
Livro 95, Julho a Dezembro de 1985.
Livro 96, Janeiro a Junho de 1986.
Livro 100, Janeiro a Junho de 1988.
Livro 103, Julho a Dezembro de 1989.
Livro 105, Julho a Dezembro de 1990.
Cópias de Correspondência Remetida, Janeiro a Junho de 1980-I; Nº 117, Proc. 34-M-a)1; Nº 184, Proc. 34-M-a)1; Nº 185, Proc. 34-M-a)1; Nº 197, Proc. 4-M-5; Nº 198, Proc. 34-M-a)1; Nº 224, Proc. 34-M-a)1; Nº 268, Proc. 34-M-a)1; Nº 269, Proc. 34-M-a)1.
Cópias de Correspondência Remetida, Julho a Dezembro de 1980-II; Nº 544, Proc. 19-M-23.
Dossier 11, Ano 1933.
Dossier 42, Ano 1944-3, Processo nº 39.
Dossier 44, Ano 1944-3.
Dossier 48, Ano 1946-2, Processo nº 23.
Dossier *Documentos de aquisição dos objectos da Colecção de Francisco de Castro Pina, Oferta da Sra. D. Dinorah Castro Pina no dia 29.10.2008 no MNAA*
Dossier *Processo 5-M-2*.
Dossier *Processo 1-M-3*.
Dossier *Mafra: Fundo permanente renovável.*

Inspecção Geral dos Museus
Dossier Nº 1 – Processos 1 a 41
Dossier Nº 2 – Processos 42 a 62
Dossier Nº 3 – Processos 63 a 87
Comissão dos Centenários
Livro de Actas
Dossier Exposições de Arte Antiga, Procs. I a XVI
Dossier Exposições de Arte Antiga, Procs. XVII a XXVI
Pessoal, Dossier curricular Sérgio Guimarães de Andrade, Doc. Curriculum Vitae, 1999.
Processo 4-a,
Relatórios de actividades 1968, 1969
Relatório de actividades, 1979, 1980, 1981 e 1982.
Relatório de actividades, 1983, 1984, 1985.
Relatório de actividades, 1985 a 1989 e 1990, 1991.
Relatório de actividades, 1992 e 1993.
Relatório de actividades, 1999 e 2000.
Relatório de actividades 2001.
Remodelação do Museu. *Actas* 1-2, 1993-1994.
Processo 3/M/5-27/M/2, 5, Ano 1975.
Processo 34/M/a)1, Ano de 1980.
Processo 33/M/c) 5, Anos de 1980-1981 e 1988.
Processo 4/M/5, Ano 1990.

- Arquivo de Recortes de Imprensa:

Álbum de Recortes de Jornais 1902-1911
Álbum de Recortes de Jornais 1910
Álbum de Recortes de Jornais 1912-1913
Álbum de Recortes de Jornais 1914-1915
Colecção de Recortes de Jornais, 1938
Diário de Notícias, 28-09-1967
Diário de Notícias, 29-09-1967
Diário de Notícias, 11-10-1967
Primeiro de Janeiro, 23-02-1969
Diário de Notícias, 23-02-1969
Diário de Notícias, 25-02-1969
Diário de Notícias, 9-04-1969
Letras e Artes, 21-04-1069
A Capital, 30-05-1969

<u>Museu Nacional de Arqueologia</u>

- Legado José Leite de Vasconcelos, Correspondência pessoal:

895 – CORREIA, Virgílio (Doc. 5820, 5821, 5822)
973 – COUTO, João Rodrigues da Silva (Doc. 6279, 6280, 6281, 6282)
1276 – FIGUEIREDO, José de (Doc. 8359, 8360, 8361, 8362, 8363, 8364, 8365, 8366, 8367, 8368A-B, 8369, 8370, 8371, 8372, 8373, 20663)
3553 – VIANA, António (Doc. 23320, 23321, 23322)
3586 – VILHENA, Henrique Jardim de (Doc. 23467, 23468, 23469, 23470, 23471, 23472, 23473, 23474)
3587 – VILHENA, João de (Doc. 23475, 23476, 23477, 23478, 23479, 23480, 23481)

Museu Nacional do Azulejo

- Espólio João Miguel dos Santos Simões:

Dossier nº 116, 1948.
Dossier nº 116, "Caderno Colecção Vilhena – Azulejos, Cerâmica", 1967.
Dossier nº 116, "Caderno Casa Ernesto Vilhena", s/d.
Caderno nº 6, "Colecção do Exmo. Comandante Vilhena – Registos Datados", 1958.

Museu Nacional Machado de Castro

Diário. Janeiro 1934-1943.

Relação dos objectos, que não pertencem ao Estado e foram depositados no Museu Machado de Castro por empréstimo voluntario dos seus proprietarios, nos termos do §1º do art. 39 do Decreto Com força de Lei de 26 de Maio de 1911, com a expressa condição de poderem ser retirados, sem embargos de qualquer ordem, quando sejam reclamados. Coimbra, 10 de Setembro de 1914. A. Augusto Gonçalves.

Museu Nacional do Traje

- Espólio Maria José de Mendonça:

Pasta D 17, *Colecção Vilhena*.
Dossier 8, *Vários*.

Museu da RTP

Horizonte. Semanário de Letras & Artes da Emissora Nacional, para o dia 14-9-1967: "Riqueza Bibliográfica Nacional". Disponível em museu.rtp.pt/app/uploads/dbEmissoraNacional/.../00030837.pdf [acedido em 2.06.2013]

Palácio Nacional de Mafra

Coleccionar V.
PNM 6.8.85
PNM 9.5.86
IPPC 30.4.86

The National Archives, Kew

PROB 11/2022/289: Will of Dona Gertrudes Amalia Esteves Freire or Valdez, 1845.

BIBLIOGRAFIA ACTIVA

VILHENA, Ernesto Jardim de,

_____, "De Tete a Quiloa". *Revista Portuguesa Colonial e Maritima*. Lisboa, 1901-02, 2º semestre, p. 1-14; 49-59; 97-107.

"Termo de posse de S. Exa. o Governador dos Territorios da Companhia do Nyassa Ernesto Jardim de Vilhena". *Boletim da Companhia do Nyassa. Africa Oriental Portugueza - Territorios de Cabo Delgado. Anno de 1902*. Nº 58, 31 de Dezembro: 395.

"Decreto confirmando a nomeação do ex.mo sr. 2º tenente da armada Ernesto Jardim de Vilhena para o logar de Governador dos Territorios de Cabo Delgado. Ministerio dos Negocios da Marinha e Ultramar. Direcção Geral do Ultramar. Segunda Repartição - Segunda Secção". *Boletim da Companhia do Nyassa. Africa Oriental Portugueza - Territorios de Cabo Delgado, Anno de 1903*. Nº 59, 31 de Janeiro: 405.

_____, *Territórios da concessão da Companhia do Nyassa,* 1904. Carta elaborada pelo Governador Ernesto Jardim de Vilhena sobre a carta anterior, com as últimas informações. Litografia de M. Diniz em papel. Escala 1:750.000, 66,2 x 99,2 cm. IICT - Centro de Documentação e Informação, 1904, Pasta 38, disponível online http://www.tvciencia.pt/tvccat/tvccat03.asp?codcat=CDI-0338-1904. [Acedido em 20.11.2009].

_____, *Companhia do Nyassa. Relatorios e Memorias sobre os Territorios pelo Governador Ernesto Jardim de Vilhena*. Lisboa: Typographia Da «A Editora», 1905.

_____, *Estudos sobre a Zambézia: de Tete a Quiloa*. Lisboa: Livraria Ferin, 1905.

Ernesto Jardim de Vilhena. Tenente da Armada – Governador da Zambézia. In *Album do «Portugal em África»*. Lisboa, vol. 12, nº 137, 1905, fotografia.

_____, *Maganja da Costa: Itinerarios da Viagem do Exmoº Governador Ernesto de Vilhena, 1906.* Por Arthur de Meyrelles de Vaconcelos, Alf. aju*dan*te. Escala 1: 250 000. Manuscrito colorido sobre tela, 1906.

_____, "Nota-relatório enviada à Secretaria Geral em 12 de Janeiro de 1907". In *Relatorios e Informações, ano de 1910*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1910, p. 350-355.

_____, "Cultura da borracha. Districto de Quelimane. Informações do governador Ernesto Jardim de Vilhena". In *Relatorios e Informações. Annexo ao «Boletim Official»*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1908, p. 17-19.

_____, "Cultura do algodão. Districto de Quelimane. Informações do governador Ernesto Jardim de Vilhena". In *Relatorios e Informações. Annexo ao «Boletim Official»*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1908, p. 38-39.

_____, *A mão d'obra agrícola em Moçambique. Memoria para ser presente ao Congresso Internacional de Agronomia Colonial que se reunirá em Bruxellas em Maio de 1910*. Lisboa: Ministério da Marinha e Ultramar, 1910.

_____, *Questões Coloniaes. Discursos e artigos*. Lisboa: Edição do Autor, 1910.

"A Questão Colonial. Portugal não pode viver sem colonias. Di-lo o sr. Ernesto de Vilhena". In *República*. 12 de Março 1911, p. 1-2

"O Problema Colonial. O sr. Ernesto Vilhena emitte novas opiniões". In *República*. 16 de Março 1911, p. 3

_____, "Deixemos às Colonias os Seus Recursos Proprios". In *O Século*. 22 de Março 1912, p. 2.

"Deixemos às Colonias os Seus Recursos Proprios. O sr. Ezequiel de Campos responde ao artigo do sr. Ernesto de Vilhena, publicado no «Seculo»". In *O Século*. 27 de Março 1912, p. 2.

_____, “A Questão Colonial é uma Questão Nacional. Na preparação de um plano devemos começar por definir principios”. In *O Século*. 29 de Novembro 1912, p. 1-2.
_____, “A Questão Colonial é uma Questão Nacional. Uma constituição cientificamente elaborada deve, na parte relativa às colonias, consignar a delegação do poder legislativo”. In *O Século*. 29 de Dezembro 1912, p. 1.

III Congrès international d’agriculture tropicale. Rapport sur le credit agricole dans les colonies portugaises. Rapporteurs Henrique José Monteiro de Mendonça, José Dionísio C. de Sousa e Faro, Ernesto Jardim de Vilhena. *Londres 1914.* Lisbonne: Imprimerie A "Editora Limitada", 1914.

_____, “Política Sul-Africana – Perigos”. In *O Século*. 18 de Outubro 1915, p. 1.

_____, *Regime dos Prazos da Zambézia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1916.

_____, *Relatórios e informações: do fomento em Cabo Verde, 1911 e1912, do orçamento de Moçambique, 1916-1917, das propostas do govêrno de Angola sobre a divisão administrativa, instrução pública, comunicações, da organização dos serviços de automoveis, abril de 1917, acêrca da produção de trigo na Huíla e Benguela*, *1917*. Ernesto de Vilhena, apresentação. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.

VALE, José do, “«O Mundo» e o Problema Colonial. Entrevista com o sr. Ministro das Colonias. Situação de um problema importante e planos que o podem resolver”. In *O Mundo*. 20 de Novembro 1917.

VALE, José do, “«O Mundo» e o Problema Colonial. Necessidade urgente: Vencer na Europa, Vencer na África – eis o programa do ministro das colonias, sr. Ernesto de Vilhena”. In *O Mundo*. 21 de Novembro 1917.

VALE, José do, “«O Mundo» e o Problema Colonial. Tres assuntos urgentes: Reforma do Ministerio das colonias; Tratar da colonia de Angola; As colonias depois da guerra”. In *O Mundo*. 26 de Novembro 1917.

VALE, José do, “«O Mundo» e o Problema Colonial. E depois da guerra? – A colocação dos produtos coloniais. O trabalho de um ministro”. In *O Mundo*. 6 de Dezembro 1917.

_____, "A questão colonial. XIII". *Atlântida*. Ano V, Vol. XII, nºs 46-47, 1920, p. 267-272.

PAÇO, Adriano do, "Uma Carta. Os Diamantes". In *Diário de Lisboa*. Nº 1392, 22 Outubro 1925, p. 2.

_____, "Os Diamantes. Uma Carta". In *Diário de Lisboa*. Nº 1403, 3 Novembro 1925, p. 2.

_____, *Aventura e rotina: crítica de uma crítica*. Luanda, 1954. [2ª ed.. Lisboa: Império, 1955.

_____, “Regime dos Prazos da Zambézia. Relatório apresentado ao Conselho, em Junho de 1915, pelo vogal representante da Província de Moçambique, Ernesto de Vilhena”. In *Annaes do Conselho Ultramarino*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1967. 35-72.

VILHENA, Henrique Jardim de
_____, *Ensáios de Crítica e Estética*. Lisboa, 1922.
_____, *Novos Ensaios. Colectânea de alguns artigos dispersamente publicados e de escritos inéditos*. Lisboa, 1931.
_____, *O Dr. António dos Santos Rocha (Elogio, Notas, Bibliografia de S.R, Notas de Bibliografia Sôbre S. R.)*. Lisboa, 1937.
_____, "Francisco Gomes Teixeira: Homenagem da Academia ao grande sabio catolico". In *Bazar das Letras – das Ciencias – Das Artes*. 8 de Janeiro 1937, p. 4-7.
_____, *Pelo Caminho (Documentos e notas da minha vida social e pública*. Vol. I. Lisboa: 1939.
_____, *Novos Escritos*. Lisboa: J. Rodrigues & Cª Liv. Edit., 1939.
_____, *Em Memória (J. A. Serrano, A. A. da Costa Ferreira, António A. da S. Martins, A. Rodriguez Cadarso, Adelaide Cabette, A. Bovero, C. Bonvalot, etc)*. Lisboa, 1940.
_____, *A Vida do Pintor Manuel Jardim*. 2 vols. Lisboa: Portugália Editora, 1945-1948.
_____, *Mais Escritos: Algumas Alocuções*. Lisboa, 1947.
_____, *Estudos de Historia e Deontologia da Medicina*. Lisboa, 1950.
_____, *Outros Escritos Em que se inclui o «Passeio Sentimental no* Diário *e nas* Cartas *de Catarina Mansfield»*. Lisboa: 1952.
_____, "A colecção de pintura e desenho de Manuel Jardim doada ao Estado". *Diário de Lisboa*. Nº 10799, 24 Dezembro 1952, p. 11.
_____, *Diversos Escritos*. Lisboa: 1954.
_____, *Cartas que gostei de escrever.* 3 vols. Lisboa: 1956.
_____, *Cartas que fui escrevendo (1954-1955)*. Lisboa: 1957.

VILHENA, João Jardim de
_____, *A 4ª Marquesa de Alorna (Alcipe)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931. (Sep. de *O Instituto*, vol. 81, n 1).
_____, "Uma «Xantippa» Honesta". In *Feira da Ladra.* Tomo I, 1929, p. 35-39.
_____, "Uma carta de Camilo a Júlio de Vilhena". In *Feira da Ladra.* Tomo I, nº 3, 1929, p. 81-82.
_____, "Modas de Ontem, Modas de Hoje". In *Feira da Ladra.* Tomo I, 1929, p. 105-109.
_____, "Teatros de Lisboa". In *Feira da Ladra*. Tomo I, 1929, p. 121-126.
_____, "Marmitas económicas". In *Feira da Ladra*. Tomo I, 1929, p. 163-165.
_____, "Calcografia Musical". In *Feira da Ladra*. Tomo I, 1929, p. 205-207.
_____, "O Demonio de Ouro". In *Feira da Ladra*. Tomo III, 1931, p. 29-31.
[João de Coimbra], "Assunto difícil de resolver". In *Feira da Ladra*. Tomo III, 1931, p. 32-35.
_____, Monte-Pio Original". In *Feira da Ladra*. Tomo III, 1931, p. 66-67.
_____, "Rifa de sola e vira". In *Feira da Ladra*. Tomo III, 1931, p. 114-116.
_____, "Um testamento notavel". In *Feira da Ladra*. Tomo III, 1931, p. 117-124.
_____, "Rescaldo dos Conventos". In *Feira da Ladra*. Tomo III, 1931, p. 157-160.
_____, "Curiosidades e indicações úteis e preciosas extraídas de processos do «Arquivo dos Feitos Findos»". In *Feira da Ladra*. Tomo III, 1931, p. 193-197, p. 260-265.
_____, "O ôlho da providência". In *Feira da Ladra*. Tomo III. 1931, p. 229-233.
_____, "A Véstia do Sargento-Mor". In *Feira da Ladra*, Tomo III. 1931, p. 245-247.
[João de Coimbra], "Testamento da Duquesa de Abrantes". In *Feira da Ladra.* Tomo III, 1931, p. 265-269.
_____, *Duas Páginas da História da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932. (Sep. de *O Instituto.* vols. 82º e 83º).
_____, *As Dívidas de D. Francisco Manuel de Melo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932. (sep. de *O Instituto.* vol. 84º, nº 2).

_____, "Como foi organizada esta Colecção". In MADAHIL, António Gomes da Rocha. *Catálogo da Colecção de Cartas «Jardim de Vilhena» Do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Publicações do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, 1932, p. 9-10.

_____, *Cartas Históricas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933. (Sep. de *O Instituto.* vols. 85º e 86º).
_____, *José Seabra da Silva: a sua política e o seu desterro*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933. (Sep. de *O Instituto.* vol. 85º, nº 2).
_____, *A Martinhada. Uma raridade bibliográfica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1943 (Sep. de *Boletim da Universidade*. vol. XVI)
_____, *Coimbra vista e apreciada pelos estrangeiros*. Coimbra: Coimbra Editora, 1945.
_____, *Para memória do Conselheiro de Estado, Dr. Júlio Marques de Vilhena, natural de Ferreira do Alentejo, seu filho João Jardim de Vilhena escreveu a sua Biografia*. s.l., s.d. [1946].
_____, *Uma colecção de ex-libris*. Coimbra: Coimbra Editora, 1947. (Sep. do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra.,* vol. XVII).
_____, "Há por aí alguém que sirva para Director do Museu Machado de Castro?". In *Gazeta de Coimbra*. 22 de Novembro 1947, p. 1.
_____, "As minhas recordações de Eugénio de Castro". In *Terras do Mondego*. Vol. I, 1948, p. 58-68.
_____, *Uma página das minhas memórias…Amélia Janny*. Coimbra: 1961. (Sep. do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra.* vol. XXV).
_____, "Colecções e Coleccionadores". In *Diário de Lisboa*. 4 de Outubro 1950, p. 10-11.
_____, *Ex-Libris de Rafael Maria Rúdio*. *40 anos no ofício de distribuidor-postal.* [Estremoz]: 1963. (sep. de *Brados do Alentejo* de 5-11-1950).
_____, "As Riquezas do Duque de Wellington". In *Lusíada*. Vol. 3º, nº 9, Dezembro 1956, p. 31-34.
_____, "Uma página das minhas memórias. Um ano no Governo Civil de Beja". *Arquivo de Beja*. vol. XVI, 1959, p. 103-112; vol. XVII, 1960, p. 114-123.
_____, *Recordações de um velho de boa memória (1895-1908)*. Lisboa: 1962. (Sep. de *Revista Municipal.* nº 91).
_____, *Recordações de um velho de boa memória (1895-1908) - Segunda Parte*. Lisboa: 1963. (Sep. de *Revista Municipal*. nº 97).

VILHENA, Júlio Jardim de

_____, "Cultura da borracha. Districto de Inhambane. Informações do governador Julio de Vilhena". In *Relatorios e Informações. Annexo ao «Boletim Official»*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1908, p. 7-11.
_____, "Cultura do algodão. Districto de Inhambane. Informações do governador Julio de Vilhena". In *Relatorios e Informações. Annexo ao «Boletim Official»*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1908, p. 37.

VILHENA, Júlio Marques de

_____, *As Raças Históricas da Península Iberica e a sua influência no Direito Portuguez*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1873. a
_____, "O elemento arabe no direito civil portuguez". *O Instituto*. Ano XVII. 2ª Série, Nº 1, Maio 1873, p. 7-14. b
_____, *Discurso do Senhor Julio de Vilhena Pronunciado na Sessão da Camara dos Srs. Deputados de 8 De Março de 1876*. Lisboa: Lallement Frères, 1876.
_____, *A Questão Colonial. I - A Questão Financeira. Discursos pronunciados nas Sessões de 22 e 25 de Maio de 1888 pelo Deputado Julio de Vilhena*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.

_____, *A Questão Colonial. II. A concordata - O caminho de ferro de Mormugão - Portugal em África - A execução da concordata - O bloqueio - A questão financeira das colonias. Discursos pronunciados nas Sessões de 10 e 16 de Maio de 1887, de 18 de Abril de 1888, de 15 de Janeiro, de 27, 28 e 29 de Maio de 1889 pelo Deputado Julio de Vilhena*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.
_____, *As Segundas Nupcias no Direito Civil Moderno*. 2ª ed. augmentada segundo as leis da Republica. Coimbra: Franca & Armenio - Editores, 1913.
_____, *Antes da República (Notas autobiográficas)*. Volume I. (*1874-1907)*.Volume II. *(1908-1910)*. Coimbra: França & Armenio Editores, 1916.

Carta fechada, lacrada e registada que Manuel de Oliveira Chaves e Castro enviou e mandou entregar ao Exmo. Sr. Conselheiro Julio Marques de Vilhena em resposta a uma carta aberta, escripta, mas não mandada entregar por este áquelle. Coimbra: França & Armenio, 1916.

_____, *Antes da República (Suplemento). Resposta a um livro póstumo*. Coimbra: França & Armenio Editores, 1917.
_____, *D. Pedro V e o seu Reinado.* Vol. I-II-*Suplemento*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921-1922.
_____, *Cartas Inéditas da Rainha D. Estefânia Prefaciadas e Comentadas por Júlio de Vilhena*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.
_____; QUENTAL, Antero de; MARTINS, J. P. Oliveira, *A Idade Média na História da Civilização*. Lisboa: Esfera do Caos Editores, 2006. [ed. original MARTINS, Francisco d'Assis d' Oliveira (Prefácio e Notas). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1925.]
_____, *Ferreira do Alentejo. Documentos para a sua História*. Vol. I-IV. Introdução, Investigação e Leitura Paleográfica de Maria João Pina. Ferreira do Alentejo: Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, 2004-2008.

ENTREVISTAS E REGISTOS DE MEMÓRIA ORAL

Alarcão, Adília. Espinhal: Depoimento escrito, 19 de Junho 2010.
Almeida, João de. Lisboa, 29 de Junho 2010.
Campos, Lourenço. Lisboa, 23 de Março 2011.
———. Lisboa, 1 de Julho 2011.
Couto, Carlos M. [Couto] de S.C. Lisboa, 13 de Junho 2011.
Guedes, José Bénard. Lisboa, 9 de Junho 2011.
———. Lisboa, 24 de Junho 2011.
Lico, José. Lisboa, 8 de Junho 2011.
Lima, Maria da Graça Ribeiro. Lisboa, 5 de Novembro 2009.
Moncada, Miguel Cabral. Lisboa, 5 de Julho 2011.
Pereira, Teresa Pacheco. Lisboa, 4 de Novembro 2009.
Porfírio, José Luís. Lisboa: Depoimento escrito, Janeiro 2010.
———. Lisboa: Depoimento escrito, 4 de Maio 2011.
Serra, José. Lisboa, 2 de Junho 2011.
Teixeira, João. Lisboa, 4 de Julho 2011.
Vilhena, Manuel de. Klagenfurt (Áustria), 3 de Março 2011.
———. Estoril, 27 de Maio 2011.
_____. Estoril, 22 de Fevereiro 2014.
Vilhena, Maria dos Prazeres Teixeira de Sousa de. Klagenfurt (Áustria), 3 de Março 2011.

ARTIGOS DE DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS

ALEXANDRE, Valentim. 1999. "Luso-tropicalismo". In *Dicionário de História de Portugal. Vol. VIII, Suplemento F/O*. Coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica. Porto: Livraria Figueirinhas, 391-394.

ALMEIDA, Pedro Tavares de. "JARDIM, Cipriano Leite Pereira (1841-1913), *2º visconde de Monte São*". In *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910.* Vol. II (D-M). Coord. Maria Filomena Mónica. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2005. p. 450-452.

ALMEIDA, Pedro Tavares de. "JARDIM, Luís Leite Pereira (1842-1910), *1º conde de Valenças*". In *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910.* Vol. II (D-M). Coord. Maria Filomena Mónica. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2005. p. 454-457.

ALMEIDA, Pedro Tavares de. "JARDIM, Manuel dos Santos Pereira (1818-1887), *1º visconde de Monte São*". In *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910.* Vol. II (D-M). Coord. Maria Filomena Mónica. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2005. p. 457-459.

BELEZA, Miguel. 1999. "Banca (1926-45)". In *Dicionário de História de Portugal. Vol. VII. Suplemento A/E.* Coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica. Porto: Livraria Figueirinhas, 161-162.

CARVALHO, Rita Almeida de. "Vilhena, Ernesto Jardim de (1876-1967)". In *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974*. Vol. II (M-Z). Coord. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2005. p. 770-773.

CORDEIRO, António. 1994. "Património Cultural". In *Dicionário Jurídico da Administração Pública*. Coord. José Pedro Fernandes. Lisboa, 279-285.

FERNANDES, José Pedro. 1990. "Classificação das coisas de interesse cultural". In *Dicionário Jurídico da Administração Pública*. Coord José Pedro Fernandes. Lisboa, 436-439.

"JARDIM (António dos Santos Pereira)". In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol.14. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s.d.. p. 172.

"JARDIM (Manuel)". In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. 14. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s.d.. p. 172-173.

LUZIO, Luísa França. "JARDIM, Joaquim Leite Pereira (1858-?)". In *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910.* Vol. II (D-M). Coord. Maria Filomena Mónica. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2005. p. 452.

LUZIO, Luísa França. "JARDIM, José dos Santos Pereira (1862-?). In *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910.* Vol. II (D-M). Coord. Maria Filomena Mónica. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2005. p. 453-454.

MARQUES, A. H. de Oliveira. "Vilhena (Ernesto Jardim de). In *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*. Vol. II. *J-Z*. Lisboa: Editorial Delta, 1986. col. 1495.

MAURÍCIO, D.. "Vilhena (Ernesto Jardim de). In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura.* Vol. 18º. Lisboa: Editorial Verbo, 1976. col. 1217-1218.

"MONTE SÃO (Viscondes de)". In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. 17. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s.d.. p. 764-765.

MOREIRA, Fernando. "Vilhena, Ernesto Jardim de (1876-1967)". In *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910.* Vol. III (N-Z). Coord. Maria Filomena Mónica. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2006. p. 1090-1092.

OLIVEIRA, A. de. "Vilhena (Henrique Jardim de)". In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Vol. 18º. Lisboa: Editorial Verbo, 1976. col. 1218-1219.

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme. "Vilhena (Júlio Marques)". In *Portugal. Diccionario Historico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artístico.* Vol. VII. Lisboa: João Romano Torres & Cª-Editores, 1915. p. 480-482.

"QUERIOL (Nuno de Freitas)". In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. 24. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s.d.. p. 10.

RAMOS, Rui. 1999. "Intelectuais e Estado Novo". In *Dicionário de História de Portugal. Vol. VIII, Suplemento F/O*. Coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica. Porto: Livraria Figueirinhas, 281-289.

REIS, Jaime. "Vilhena, Júlio Marques de (1845-1928)". In *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*. Vol. III (N-Z). Coord. Maria Filomena Mónica. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2006. p. 1093-1096.

SANTOS, Fernando Teixeira dos. 1999. "Banca (1946-74)". In *Dicionário de História de Portugal. Volume VII. Suplemento A/E*. Coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica. Porto: Livraria Figueirinhas, 162-166.

SILVA, Ana Cristina; RODRIGUES, Jorge Sousa. "JARDIM, Joaquim Pereira (1867-1919)". In *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910.* Vol. II (D-M). Coord. Maria Filomena Mónica. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2005. p. 452-453.

SILVA, António Duarte. 1999. "Ministério das Colónias/Ministério do Ultramar". In *Dicionário de História de Portugal. Vol. VIII, Suplemento F/O*. Coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica. Porto: Livraria Figueirinhas, 475-478.
TELO, António José. 1999. "Marinha". In *Dicionário de História de Portugal. Vol. VIII, Suplemento F/O.* Coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica. Porto: Livraria Figueirinhas, 429-433.

TORRES, Rui d'Abreu. "Vilhena, Júlio Marques de (1845-1928)". In *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel Serrão. Vol. VI. Porto: Livraria Figueirinhas, s.d.. p. 311.

"VALENÇAS (Condes de)". In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. 33. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s.d.. p. 881-882.

VALÉRIO, Nuno. 1999. "Banco de Portugal". In *Dicionário de História de Portugal. Vol. VII, Suplemento A/E*. Coord. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Livraria Figueirinhas, 166-167.

"VASCONCELOS PORTO (Nuno Alberto Queriol de)". In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.* Vol. 34. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s.d.. p. 318.

"VASCONCELOS PORTO (Nuno António Coelho de)". In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.* Vol. 34. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s.d.. p. 318.

"VILHENA (Ernesto Jardim de)". In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.* Vol. 36. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s.d.. p. 111-112.

"VILHENA (João Jardim de)". In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. 36. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s.d.. p. 115.

"VILHENA (Júlio Marques de)". In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. 36. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s.d.. p. 115-117.

CATÁLOGOS DE LEILÕES

Catalogue des Tableaux Anciens et Modernes et Des Curiosités Formant la Collection du Vicomte de CARVALHIDO Dont la vente aura lieu Hotel Drouot, Salle N° 1 Les Lundi 14 et Mardi 15 Mars 1870 À Deux Heures. 1870. Paris.

Collection du V.te Daupias. École Moderne. Tableaux - Aquarelles - Sculptures. 1882. Lisbonne: Lallement Frères, Imprimeurs.

Catalogo Dos Quadros Existentes No Real Palacio das Necessidades Pertencentes À Herança de Sua Magestade El-Rei o Sr. D. Fernando E Que Hão De Ser Vendidos Em Leilão. 1892. Lisboa: Typ. e Lith. a vapor da Papelaria Progresso.

Catalogo dos Quadros a Oleo, Aguarellas, Gravuras, Desenhos e Publicações Illustradas De que se compõe a collecção do Exmo. Sr. Conde de Daupias Cujo Leilão Deve Realisar-se Nos Dias 4 de Novembro de 1894 e Seguintes Nas Salas e Galerias de Sua Exa. Rua de Santo Antonio ao Calvario e sob a direcção de José dos Santos Liborio. 1894. Lisboa.

Catalogo do Leilão dos Objectos D'Arte e Mobiliario Antigo, Palacio Foz na Praça dos Restauradores, nºs 28 a 32. 1901. Lisboa: Typographia da Companhia Nacional Editora.

Vente d'objets d'art et de Mobilier ancien. Catalogue. Collection J. Arroyo. Lisbonne - 2, Rue Santo Antonio dos Capuchos. 1903. Lisboa: Imprimerie D'A Editora.

Catalogo do Mobiliario, estofos, adornos, objectos decorativos, pinturas, gravuras e bronzes Que hão de ser vendidos em leilão No dia 1 de Julho e seguintes Às 10 e meia horas da manhã No Palacete que pertenceu ao fallecido Exmo. Snr. Domingos da Silva Balthazar Na Rua de Cedofeita 379 Por Intervenção do Agente de Leilões Antonio Paulino. 1906. Porto: Typographia de Antonio Paulino.

Catalogo de Quadros e objectos d'arte e mobiliario Existentes nas galerias do palacete que pertenceu ao fallecido conde Daupias, e cujo leilão se effectuará no dia 22 de janeiro de 1910 e seguintes. Supplemento. 1910. Lisboa: Typ. do Annuario Commercial.

Catálogo dos quadros, objectos de arte, porcelanas e mobiliário que pertenceram aos 1os. Condes de Burnay e a cujo leilão se procederá no Palácio da Junqueira em 1934. 1934. Comissão Liquidatária da Herança da Sra. Condessa de Burnay.

Aqueduto. 2007. *Leilão I. Leilão de Arte e Antiguidades, 21 de Março*. Lisboa: Aqueduto Avaliadores & Leiloeiros.

———. 2007. *Leilão V. Leilão de Arte e Antiguidades, 19-20 Novembro*. Lisboa: Aqueduto Avaliadores & Leiloeiros.

———. 2008. *Leilão IX. Leilão de Arte e Antiguidades, 10-11-12 Novembro*. Lisboa: Aqueduto Avaliadores & Leiloeiros.

———. 2010. *Leilão XVI. Leilão de Arte e Antiguidades, 17-18-19 Maio*. Lisboa: Aqueduto Avaliadores & Leiloeiros
———. 2011. *Leilão XXVIII. Leilão de Arte e Antiguidades, 21- 22 - 23 Novembro*. Lisboa: Aqueduto Avaliadores & Leiloeiros.
———. 2012. *Leilão LIX. Leilão de Arte e Antiguidades, 17-18 de Dezembro*. Lisboa: Aqueduto Avaliadores e Leiloeiros.

Cabral Moncada, Leilões. 2001. *Leilão 49. Pintura Portuguesa, Antiguidades, Obras de Arte e Pratas, 2, 3, 9, 10 de Abril*. Lisboa: Cabral Moncada Leilões.
———. 2002. *Leilão 56. Pintura Portuguesa, Antiguidades, Obras de Arte, Pratas e Jóias, 9-10, 16-17 Dezembro*. Lisboa: Cabral Moncada Leilões.
———. 2003. *VI Leilão Vista Alegre. Cristais, vidros, porcelanas e biscuits (Palácio Fronteira, 15 de Novembro)*. Lisboa: Vista Alegre - Cabral Moncada, Leilões.
———. 2004. *Leilão 68. Pintura Portuguesa, Antiguidades, Obras de Arte, Moedas e Pratas, 22, 23, 24 e 25 de Novembro*. Lisboa: Cabral Moncada Leilões.
———. 2005. *Leilão 73. Colecção de Loiça das Caldas, Porcelana da Vista Alegre, Faiança Portuguesa, Escultura, 6 e 7 de Junho*. Lisboa: Cabral Moncada, Leilões.
———. 2005. *Leilão 75. Leilão de Pintura Portuguesa, Antiguidades, Obras de Arte e Pratas, 14 de Novembro*. Lisboa: Cabral Moncada, Leilões.
———. 2005. *Leilão 76. Pintura Portuguesam Antiguidades, Obras de Arte e Pratas, 28 e 29 de Novembro e 5 e 6 de Dezembro*. Lisboa: Cabral Moncada Leilões.
———. 2006. *Leilão 77. Pintura, Antiguidades, Obras de Artes, Pratas e Jóias, 23, 24, 25 e 26 de Janeiro*. Lisboa: Cabral Moncada Leilões.
———. 2008. *Leilão de Pintura, Antiguidades, Obras de Arte, Pratas e Jóias, 6,7, 8 e 9 de Outubro*. Lisboa.
———. 2009. *IX Leilão Vista Alegre (Palácio Sotto Mayor, 14 de Novembro)*. Lisboa: Vista Alegre - Cabral Moncada, Leilões.
———. 2009. *Leilão 103. Antiguidades e Obras de Arte. Pintura, Pratas e Jóias, 9 de Fevereiro*. Lisboa: Cabral Moncada Leilões.
———. 2009. *Leilão 107. Antiguidades e Obras de Arte. Pinturas, Pratas e Jóias, 1, 2, 3 Junho*. Lisboa: Cabral Moncada Leilões.
———. 2010. *Leilão 114. Antiguidades e Obras de Arte. Pintura, Pratas e Jóias, 25, 26, 27 e 28 de Janeiro*. Lisboa: Cabral Moncada Leilões.
———. 2010. *Leilão 120. Antiguidades e Obras de Arte. Pintura, Pratas e Jóias, 27 e 28 de Setembro*. Lisboa: Cabral Moncada Leilões.
———. 2011. *Leilão 128. Antiguidades e Obras de Arte, 30, 31 de Maio e 1 de Junho*. Lisboa: Cabral Moncada Leilões.
———. 2011. *Leilão 130. Antiguidades e Obras de Arte, 26 e 27 de Setembro*. Lisboa: Cabral Moncada Leilões.
———. 2011. *Leilão 134. Antiguidades e Obras de Arte, 12 e 13 Dezembro*. Lisboa: Cabral Moncada Leilões.
———. 2012. *Leilão 136. Antiguidades e Obras de Arte, 5 e 6 de Março*. Lisboa: Cabral Moncada Leilões.
———. 2012. *Leilão 144. Antiguidades e Obras de Arte. 10 e 11 de Dezembro*. Lisboa: Cabral Moncada Leilões.
———. 2013. *Leilão 146. Antiguidades e Obras de Arte, 4 e 5 de Março*. Lisboa: Cabral Moncada Leilões.
———. 2013. *Leilão 149. Antiguidades e Obras de Arte, 27 e 28 de Maio*. Lisboa: Cabral Moncada Leilões.
———. 2013. *Leilão 151. Antiguidades e Obras de Arte, 23, 24 e 25 de Setembro*. Lisboa: Cabral Moncada Leilões.
———. 2013. *Leilão 154. Antiguidades e Obras de Arte - Especial, 16 e 17 de Dezembro*. Lisboa: Cabral Moncada Leilões.

Christie's. 2002. *Sale 6672, The Dr. Anton C. R. Dreesmann Collection European Furniture*. London: Christie's.
———. 2003. *Sale 6863, The J. Louis Binder Collection of Chinese Export Art*. London: Christie's.

Correio-Velho, Palácio do. 1996. *Importante Leilão de Colecções Particulares de Antiguidades, 16, 17, 18 e 19 de Dezembro*. Lisboa: Palácio do Correio-Velho.
———. 1996. *Leilão 44. Leilão de Importantes Colecções Particulares de Antiguidades, Pratas Antigas, Faianças e Pintura Portuguesa, 22, 25, 26, 28, 29 de Março e 1 de Abril*. Lisboa: Palácio do Correio-Velho.
———. 1996. *Leilão da Colecção de Faianças do Eng. José Abecassis, 20-21 Março*. Lisboa: Palácio do Correio-Velho.
———. 1998. *Importante Leilão de Antiguidades. 25-26 de Novembro*. Lisboa: Palácio do Correio-Velho.
———. 1999. *Leilão da Colecção de Francisco Hipólito Raposo. Parte I, 27 e 28 Abril*. Lisboa: Palácio do Correio-Velho Sociedade Comercial de Leilões, S.A.
———. 2002. *Colecção Francisco Hipólito Raposo. Parte II, 18 Dezembro*. Lisboa: Palácio do Correio-Velho.
———. 2004. *Colecção Francisco Hipólito Raposo. Parte III, 8 Junho*. Lisboa: Palácio do Correio-Velho.
———. 2004. *Leilão 131. Colecção António Capucho 1º Leilão, 20 e 21 de Julho*. Lisboa: Palácio do Correio Velho Sociedade Comercial de Leilões, S.A.
———. 2005. *Colecção de Faianças António Capucho. Leilão Parte III, 4-5 Abril*. Lisboa: Palácio do Correio-Velho.
———. 2005. *Leilão 150. Especial I, 7 de Junho*. Lisboa: Palácio do Correio-Velho.
———. 2007. *Leilão 175. Antiguidades, 19, 20 e 23 de Julho*. Lisboa: Palácio do Correio-Velho.
———. 2008. *Leilão 201. Antiguidades, 15, 16, 20 e 21 de Outubro*. Lisboa: Palácio do Correio-Velho.
———. 2012. *Leilão 281. Antiguidades, 18 e 19 de Abril*. Lisboa: Palácio do Correio-Velho.
———. 2012. *Leilão 283. Leilão de Antiguidades e Arte Moderna e Contemporânea, 24 e 25 de Maio*. Lisboa: Palácio do Correio-Velho.
———. 2012. *Leilão 284. Colecção de D. Manuel de Souza e Holstein Beck Conde da Póvoa,19 de Junho*. Lisboa: Palácio do Correio Velho Leilões e Antiguidades.
———. 2012. *Leilão 289. Antiguidades e Arte Moderna e Contemporânea, 14-15 e 16 de Novembro*. Lisboa: Palácio do Correio-Velho.
———. 2013. *Leilão 310. Antiguidades e Arte Moderna e Contemporânea, 22 de Outubro*. Lisboa: Palácio do Correio-Velho.
———. 2013. *Leilão 312. Antiguidades Arte Moderna e Contemporânea, 24 de Novembro*. Lisboa: Palácio do Correio-Velho.

Domingos, Leiloeira São. 2012. *Arte Moderna e Contemporânea, 7,8, 9 Março*. Porto: Leiloeira São Domingos.

Leiria & Nascimento, Casa Liquidadora. 1934. *Catálogo dos Objectos de Arte, Quadros, Porcelanas, raras Faianças, Encadernações, Gravuras, Mobiliário e curiosidades que pertenceram à colecção do Dr. João Luiz da Fonseca e que serão vendidos sob a direcção de Leiria & Nascimento, Lda. no dia 7 de Abril de 1934 e dias seguintes às 14 e 21 horas*. Lisboa: Leiria & Nascimento.
———. 1936. *Catálogo dos Principais Objectos de Arte, Quadros, Mobiliário, Faianças, Porcelanas, Pratas e Casquinhas que Guarnecem o Palacete da Quinta de S. João para serem vendidos em leilão a realizar em 25 de Abril de 1936, e dias seguintes às 14 horas sob a direcção de Leiria & Nascimento, Lda.* Lisboa: Leiria & Nascimento.

———. 1947. *Catálogo dos Objectos de Arte, Porcelanas, Faianças, Quadros e Mobiliário que faziam parte da notável Colecção de D. Maria Luiza Lobo d'Avila Ferreira Monteiro Para vender no leilão que terá início em 1 de Novembro de 1947 no Palacete da Rua D. Pedro V, 130, Lisboa*. Lisboa: Leiria & Nascimento, Lda.
———. 1948. *Catálogo de uma colecção de Arte Antiga Para vender em leilão no dia 25 de Novembro de 1948, das 21 às 24 horas nos salões de venda da Casa Liquidadora Leiria & Nascimento*. Lisboa: Casa Liquidadora Leiria & Nascimento.
———. 1950. *Catálogo dos Quadros, Bronzes, Móveis, Relógios, Faianças, Porcelanas e Tecidos que serão vendidos no leilão que terá início em 17 de Junho de 1950*. Lisboa: Leiria & Nascimento.
———. 1958. *Catálogo das Esculturas, Quadros, Cerâmica, Mobiliário e Objectos de Arte que serão vendidos sob a direcção de Leiria & Nascimento, Lda. nos dias 20, 22 e 25 de Março de 1958*. Lisboa: Leiria & Nascimento.

Leiria e Nascimento, Lda. 1990. *Antiguidades, Pintura Moderna e Objectos de Arte, 8 a 10 de Fevereiro*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———. 1992. *Colecção Comandante Ernesto Vilhena e outras proveniências, 4 de Dezembro*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———. 1993. *Antiguidades, Objectos de Arte, Pintura Moderna e Contemporânea. Estatuária do Comandante Ernesto de Vilhena, 29 e 30 de Junho, 1 de Julho*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———. 1993. *Colecção Comandante Ernesto Vilhena, 4 de Novembro* Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———. 1994. *Antiguidades, Objectos de Arte, Pintura Moderna e Contemporânea, 26, 27 e 28 de Janeiro*. Lisboa: Leiria e Nascimento Lda.
———. 1994. *Importante Leilão. Colecção Comandante Ernesto Vilhena, 26 e 27 de Outubro*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———. 1995. *Antiguidades, Objectos de Arte, Pintura Moderna, Pintura Contemporânea e Importante Colecção de Azulejos do Comandante Ernesto Vilhena, 7 e 8 de Março*. Lisboa: Leiria e Nascimento Lda.
———.1995. *Importante Leilão. Colecção Comandante Ernesto Vilhena, 7 e 8 de Novembro*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———.1996. *Importante Leilão. Colecção Particular de Pintura, Móveis e Objectos de Arte, 30 de Outubro*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———. 1997. *Antiguidades, Objectos de Arte, Pintura Moderna e Contemporânea, 11 e 12 Março*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———. 1997. *Importante Biblioteca: Ex-Colecção Comandante Ernesto Vilhena*. 4 vols. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———.1997. *Importante Biblioteca: Ex-Colecção Comandante Ernesto Vilhena. VI Leilão, 25 e 26 de Novembro*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———. 1997. *Importante Biblioteca: Ex-Colecção Comandante Ernesto Vilhena. VII Leilão, 9 de Dezembro*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———. 1997. *Importante Colecção Particular de Antiguidades e Objectos de Arte, 19 de Novembro*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———. 1998. *Importante Biblioteca: Ex-Colecção Comandante Ernesto Vilhena. IX Leilão,15 Abril*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———. 1998. *Importante Biblioteca: Ex-Colecção Comandante Ernesto Vilhena. VIII Leilão, 16 de Fevereiro*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———. 1999. *Antiguidades, Pintura Moderna, Pintura Contemporânea e Objectos de Arte, 15 Junho*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———. *Antiguidades, Objectos de Arte, Pintura Moderna e Contemporânea. Peças provenientes da Colecção Comandante Ernesto Vilhena, 4 e 5 de Julho*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.

———. *Antiguidades, Objectos de Arte, Pintura Moderna e Contemporânea, 16 e 17 de Janeiro 2001*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———. 2001. *Colecção Comandante Ernesto Vilhena. Parte I. 24 de Outubro*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———. 2001. *Colecção Comandante Ernesto Vilhena. Parte II. 27 de Novembro*. Lisboa: Leira e Nascimento Lda.
———. 2003. *Antiguidades, Objectos de Arte, Jóias, Pintura Moderna e Contemporânea, 16 de Dezembro*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda. .
———. 2003. *Antiguidades, Objectos de Arte, Pintura Moderna e Contemporânea, 25 de Novembro*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———. 2003. *Importante Colecção de Antiguidades*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———. 2005. *Comandante Ernesto Vilhena e outras proveniências: Vinhos*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———. 2006. *Importante Leilão de Antiguidades e Pintura Portuguesa*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———. 2008. *Antiguidades e Pintura, 29 Outubro*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.
———.*Antiguidades e Objectos Decorativos, 12 de Fevereiro*. Lisboa: Leiria e Nascimento, Lda.

Pintassilgo & Fernandes, Lda. 1958. *Catálogo de Antiguidades e Objectos de Arte Para Serem Vendidos em Leilão no Palacete da Rua dos Navegantes, 50, Lisboa, com início no dia 12 de Junho de 1958 (quinta-feira)*. Lisboa: Pintassilgo & Fernandes, Lda.
———. 1961. *Catálogo dos Objectos d'Arte de Pedro Nolasco Que Serão Vendidos em Leilão com início no dia 1 de Junho de 1961 nos nossos salões de venda*. Lisboa: Pintassilgo & Fernandes, Lda.

Reiss & Auvermann. 1989. *Catalogue 40. Travel and Exploration. Portugal and Spain. Auction 40*. Königstein im Taunus.

Renascimento. 2008. *Antiguidades, Pinturas e Artes Decorativas. Colecção de Arte Asiática do Embaixador José de Mello Gouveia e Outras Proveniências. 14 e 15 de Outubro*. Lisboa.
———. 2008. *Ex-Colecção Comandante Ernesto Vilhena. Biblioteca Jorge de Brito. I Parte. Leilão 19, 20, 21 de Fevereiro*. Lisboa.
———. 2008. *Ex-Colecção Ernesto Vilhena. Biblioteca Jorge de Brito - II Parte e Outras Proveniências. 21 e 22 de Outubro*. Lisboa.
———. 2009. *Antiguidades, Pinturas e Artes Decorativas, Colecção do Embaixador José de Mello Gouveia e Outras Proveniências. 8 de Abril*. Lisboa.
———. 2009. *Ex-Colecção Ernesto Vilhena Biblioteca Jorge de Brito - III Parte e Outras Proveniências. 17 e 18 de Fevereiro*. Lisboa.
———. 2011. *Antiguidades, Jóias, Pintura e Objectos de Arte: Colecção Jorge de Brito e Outras Proveniências, 7 de Junho*. Lisboa.
———. 2011. *Antiguidades, Pintura e Objectos de Arte: Colecção Jorge de Brito e Outras Proveniências, 17 de Março*. Lisboa.

Soares & Mendonça, Lda. 1967. *Catálogo de Antiguidades, Objectos de Arte e Diversos que Pertenceram ao Conhecido Antiquário António Pedro Nolasco e que serão apresentados para venda em leilão com início no dia 6 de Maio de 1967 nos salões do andar nobre do Antigo Palácio Ficalho*. Lisboa: Soares & Mendonça, Lda.

Trocadero. 2012. *Leilão Nº 18, 19 de Julho*. Lisboa: Trocadero.

Veritas. 2011. *Leilão 2. Antiguidades e Obras de Arte, 29 de Setembro*. Lisboa: Veritas Art Auctioneers.

———. 2011. *Leilão I: Antiguidades e Obras de Arte, Pintura, Pratas e Jóias, 30 de Junho*. Lisboa: Veritas Art Auctioneers.
———. 2013. *Leilão 17. Antiguidades e Obras de Arte, Pratas e Jóias, 25 de Fevereiro*. Lisboa: Veritas Art Auctioneers.
———. 2013. *Leilão 19. Colecção Ficalho e Outras Proveniências, 22 e 23 de Abril*. Lisboa: Veritas Art Auctioneers.
———. 2013. *Leilão 26. Antiguidades e Obras de Arte, Pratas e Jóias, 11 e 12 de Dezembro*. Lisboa: Veritas Art Auctioneers.

World Legend, Leiria e Nascimento. 2012. *Importante Leilão, Antiguidades, Objectos Decorativos e Colecção de Porcelana Chinesa do Século XVIII, 11 de Outubro*. Lisboa: World Legend.
———. 2013. *Antiguidades, Interiores, Arte Contemporânea, 23 de Abril*. Lisboa: World Legend.

BIBLIOGRAFIA

[Obras ordenadas por título, em sequência cronológica]

Constituição das Vereações da Câmara Municipal de Coimbra, 1834-1910. s.d. Coimbra: Arquivo Histórico Municipal de Coimbra. http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=464&Itemid=381 [acedido em 11.10.2012].

Musée des Thermes et de l'Hôtel de Cluny. Notice historique. s.d. Paris: Imprimerie Charles de Mourgues Frères.

Exposição que Luiz Antonio Esteves Freire, e Suas Irmãs Offerecem ao Publico, Dos Termos Capitais do Pleito Que Lhes Moveo Cyprianno Antonio, Pedindo-lhes Restituição da Herança de Seu Tio O Exc$_{mo}$ Cyprianno Ribeiro Freire, Presidente Que Foi da Real Junta do Commercio Com o Fundamento de Ser do Mesmo Filho Natural. 1828. Lisboa: Impressão Regia.

Journal of a Few Months' Residence in Portugal and Glimpses of the South of Spain. 1847. London: Edward Moxon.

"Universidade de Coimbra. Faculdade de Philosophia". 1858-1859. *O Instituto.* Vol. VII:133-134.

Annuario da Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de 1866 para 1867 Comprehendendo a relação e Indice Alphabetico dos Estudantes Matriculados A Folhinha Academica Distribuição do Serviço da Real Capella Pessoal da Reitoria, do Conselho dos Decanos e das Faculdades e Estabelecimentos Academicos Etc. Etc. 1866. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Catalogo Provisorio da Galeria Nacional de Pintura Existente na Academia Real das Bellas Artes de Lisboa. 1868. Lisboa: Academia de Bellas Artes.

"Relatorio". 1868. *O Instituto.* Vol. IX:208-209.

"Instituto de Coimbra: Extracto da acta da sessão da assembléa geral em 16 [e 19 de fevereiro de 1873]". 1873. *O Instituto.* XVI:264.

"Socios do Instituto inscriptos na secção de Archeologia até 31 de janeiro de 1875". 1874-1875. *O Instituto.* Vol. XX:192.

Elementos para a resolução dos problemas coloniais de que trata a proposta da Direcção aprovada em sessão de 11 de Dezembro de 1911. 1875. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

Observações Sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal. A organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Históricos e da Arqueologia Offerecidas à Commissão Nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 por Um Vogal da Mesma Commissão. 1875. Lisboa: Imprensa Nacional.

Relatorio Dirigido ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino Pela Commissão Nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 Para Propor a Reforma do Ensino Artisticvo e a Organisação do Serviço dos Museus, Monumentos Historicos e Archeologia. Primeira Parte: Relatorio e Projectos. 1876. Lisboa: Imprensa Nacional.

Relatorio e Mappas Ácerca dos edificios que devem ser classificados Monumentos Nacionaes Apresentado ao Governo Pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes Em Conformidade Da Portaria do Ministerio das Obras Publicas de 24 de Outubro de 1880. 1881. Lisboa: Lallement Frères Typ.

Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portugueza e Hespanhola. Catalogo da Sala de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Fernando e da Excellentissima Senhora Condessa D'Edla. Sala F. 1882. Lisboa: Imprensa Nacional.

Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portugueza e Hespanhola. Catalogo das Salas A, B, C, H. 1882. Lisboa: Imprensa Nacional.

Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portugueza e Hespanhola. Catalogo das Salas D, E, P, Q, R. 1882. Lisboa: Imprensa Nacional.

Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portugueza e Hespanhola. Catalogo das Salas G, I, J, K, L. 1882. Lisboa: Imprensa Nacional.

Reforma da Academia de Bellas-Artes. 1884. Lisboa: Typ. e Lyt. de Adolpho Modesto & Cª.

Regulamento dos Museus Industriaes e Commerciaes Approvado por Decreto de 19 de Dezembro de 1888. 1889. Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria - Direcção Geral do Commercio e Industria (Ed.). Lisboa: Imprensa Nacional.

As Concessões de Direitos Magestaticos a Emprezas Mercantis para o Ultramar. Representações ao Governo. 1891. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa.

Afrique du Sud-Est. Les Mines D'Or de Manica & Sofala. Notices Historiques, Géographiques et Géologiques. 1892. Paris: Compagnie de Mozambique.

Annuario Diplomatico e Consular Portuguez Relativo Ao Anno de 1891 E Como Appendice ao Publicado em 1890. 1892. Lisboa: Imprensa Nacional.

Lista dos Navios de Guerra e Mercantes da Marinha Portugueza referida ao 1º de Janeiro de 1892 com as respectivas designações para uso do Codigo Internacional de Signaes publicada pela Direcção Geral da Marinha em virtude da Portaria de 21 de Abril de 1869. 1892. Lisboa: Imprensa Nacional.

Catalogo dos Bens Mobiliarios Existentes no Real Palacio das Necessidades pertencentes à herança de Sua Magestade El-Rei o Sr. D. Fernando e Que Hão de Ser Vendidos em Leilão. 1893. Lisboa: Typographia Belenense.

Exposição de Arte Sacra Ornamental Promovida pela Comissão do Centenário de Santo Antonio em Lisboa no anno de 1895. Catalogo da Sala de Sua Magestade El-Rei. 1895. Lisboa: Typographia Castro Irmão.

"Noticiario". 1895. *Arte Portugueza.* Ano I (5, Maio):120.

Exposição de Bellas Artes Contemporanea e Retrospectiva. Plano, Programma e Regulamento Elaborados Pela Secção de Arte da Sociedade de Geographia de Lisboa. 1896. *Quarto Centenario da Descoberta da India*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Lista de sócios para a Assembléa Geral de 1897. 1897. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa.

Catalogo da Collecção de Quadros Offerecida ao Estado Pelo Exmo. Sr. Conde de Carvalhido. 1898. Lisboa: Museu Nacional de Bellas Artes.

Monumentos Nacionaes. 1900. Lisboa: Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes.

Boletim da Companhia do Nyassa. Africa Oriental Portugueza - Territorios de Cabo Delgado. 1902. Nº 58, Quarta-Feira 31 de Dezembro.

Guia do Museu Municipal do Porto. 1902. Porto: Typographia Central.

Boletim da Companhia do Nyassa. Africa Oriental Portugueza - Territorios de Cabo Delgado. 1903. Nº 59, Sabbado 31 de Janeiro.

Boletim da Companhia do Nyassa. Africa Oriental Portugueza - Territorios de Cabo Delgado. 1904. Nº 73, Quinta-Feira, 30 de Março; Nº 74, Sabbado, 30 de Abril; Nº 76, Quinta-Feira, 30 de Junho.

Classificação dos Monumentos Nacionaes. 1909. Commercio e Industria - Conselho dos Monumentos Nacionaes Ministerio das Obras Publicas (Ed.). Lisboa: Imprensa Nacional.

O Regimen do Alcool em Angola. Relatorio e Projecto entregues ao Ministro da Marinha e Ultramar em Agosto de 1909 Elaborados pela Gerencia da Companhia Agricola de Ambaca Séde no Porto. 1909. Porto: Typographia Universal (A Vapor).

In Memoriam. 1910. *Número Especial do Boletim da Sociedade Litteraria "Almeida Garrett": Homenagem de Saudade ao seu Benemerito Presidente O Excmo. Snr. Conde de Valenças Fallecido a 16 de Outubro de 1910.* 8º Ano (11, Lisboa: 16 de Dezembro).

Lista de Socios em 31 de Dezembro de 1909. 1910. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa.

A Questão do Alcool de Angola. Proposta de Lei para ser presente á Camara dos Senhores Deputados pelo Ministro da Marinha e Ultramar João de Azevedo Coutinho. 1910. Lisboa: Imprensa Nacional.

Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa. 1911. 29ª Série, nº 1, Janeiro.

Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa. 1911. 29ª Série, nº 8, Agosto.

Lei da separação do Estado das Egrejas Decretada pelo Governo Provisorio da Republica Portugueza Publicada no Diario do Governo de 21 de Abril de 1911. 1911. Porto.

Museu de Mafra. Inauguração, Maio de 1911. 1911. Lisboa.

"Os Jardins de Lisboa: A mais bella estatua. Varios artistas portuguezes respondem ao inquerito da «República»". 1911. *República*, 11 Abril.

Regimento Interno da Commissão Central de Execução da Lei de Separação e das Comissões Concelhias da Administração dos Bens Pertencentes ao Estado Approvado por Decreto de 22 de Agosto de 1911. 1911. Ministerio da Justiça - Direcção Geral dos Negocios Ecclesiasticos - 4ª Repartição (Ed.). Lisboa: Imprensa Nacional.

Lista Anual de Antiguidades dos Oficiais da Armada e Mais Pessoal em Serviço Dependente do Ministério da Marinha referida a 31 de Dezembro de 1911. Coordenada na Secretaria da Majoria Geral da Armada em Conformidade do Disposto no Nº 8 do Artigo 10º do Decreto de 27 de Junho de 1907. 1912. Lisboa: Imprensa Nacional.

"Parecer redigido pelo Sr. Cândido de Figueiredo ácêrca da candidatura do Sr. Ernesto Jardim de Vilhena a socio correspondente. Sessão de 1 de Julho de 1915". 1914-1915. *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias de Lisboa. Actas e Pareceres, Estudos, Documentos e Noticias.* Vol. IX:318-319.

Documentos Políticos encontrados nos Palácios Reaes Depois da Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910. Edição ordenada pela Assembleia Nacional Constituinte em sessão de 13 de Julho de 1911. 1915. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

Relatorio da Gerencia e Parecer da Comissão de Contas Referido a 31 de Dezembro de 1915. 1915. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

Anuário Colonial de 1916. 1916. Lisboa: Imprensa Nacional.

Conférence Économique des Gouvernements Alliés Tenue à Paris les 14, 15, 16 et 17 juin 1916. Programme. Délégations. Procès-Verbaux des Scéances et Acte de la Conférence. 1916. Paris: Imprimerie National.

Discursos pronunciados no banquete oferecido pelos «Amigos do Mvsev Nacional de Arte Antiga de Lisboa» ao Académico Espanhol Dr. D. Aureliano de Beruete y Moret. 1916. Lisboa: «Amigos do Mvsev».

Colecção de Legislação Portuguesa Pertencente ao Ano de 1917 1917. Coimbra: Redacção da «Revista de Legislação e de Jurisprudência» de Coimbra.

Parecer da Sub-Comissão Acerca da Situação actual de Moçambique. 1917. Parte I e II vols. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, Comissão de Estudo e Propaganda de Moçambique.

"Portugal at War: 1916-1917". 1918. *The Times History and Encyclopaedia of the War.* 17, Fasc. 218.

Questões Coloniais e Económicas. Conclusões e Pareceres. 1913-1919. 1920. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

"Arquitectura portuguesa tradicional. Casa do Exmo. Sr. Julio de Macedo. Na Praia das Maçans. Arquitecto, Tertuliano de Lacerda Marques". 1921. *A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna Colaborada por Arquitectos.* Ano XIV (7, Julho):25-28.

A Augusto Rosa: palavras ditas no dia da inauguração da lápide comemorativa, colocada no prédio da sua residência, aos 10 de Fevereiro de 1921. 1921. Lisboa: Amigos do Museu de Arte Antiga.

Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga. Relação dos Sócios. Contas - Ofertas. 1921. Lisboa.

"O tumulo de pedra da Rainha Santa". 1921. *O Despertar*, 21 de Dezembro.

"Tumulo da Rainha Santa". 1921. *O Despertar*, 30 de Novembro.

"Tumulo da Rainha Santa". 1921. *Gazeta de Coimbra*, 13 de Dezembro.

"Tumulo da Rainha Santa". 1921. *Gazeta de Coimbra*, 22 de Dezembro.

Homenagem a António Augusto Gonçalves. 31 de Julho de 1921. 1923. Coimbra: Imprensa da Universidade.

In Memoriam Luiz Fernandes. Homenagem dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga. 1923. Lisboa.

Província de Angola: providências tomadas pelo general J. M. R. Norton de Matos, como Alto-Comissário da Republica e Governador Geral. Janeiro a Dezembro de 1922 e 1923. Decretos do Alto Comissariado e outros diplomas. 1923. Lisboa.

Centenário da Fundação da Fábrica da Vista Alegre, 1824-1924. Exposição Retrospectiva dos Seus Cristais e Porcelanas no Palácio das Janelas Verdes em Maio de 1924. Catálogo Provisório. 1924. Lisboa: Museu das Janelas Verdes.

A Fábrica da Vista Alegre. Catálogo da Exposição 1824-1924. 1924. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

Catalogue Illustré des Moulages des Ateliers du Louvre. Sculpture de l'Antiquité, du Moyen Age, de la Renaissance et des Temps Modernes. 1925. Paris: Musées Nationaux.

Boletim da Agência Geral das Colónias. 1926. Ano II (Nº 12, Junho).

La Coopération des Ateliers et Musées de Moulages. 1928. Paris: Société des Nations. Institut International de Coopération Intellectuelle. Office International des Musées / Presses Universitaires de France. Separata de *Mouseion,* avril 1928.

Banco Nacional Ultramarino: Legislação e Estatutos. 1929. Lisboa: Banco Nacional Ultramarino.

"Diamantes". 1929. *Luso Colonial. Revista de Defeza e Propaganda.* (18, 30 Abril):292.

Exposition International de Moulages (Athènes, Berlin, Bruxelles, Florence, Londres, Paris). 1929. Paris et Bruxelles: Société des Nations - Office International des Musées de l'Institut International de Coopération Intellectuelle, Les Éditions G. Van Oest.

Portugal em Sevilha. Catálogo da Exposição Cultural Portuguesa da Época dos Descobrimentos. 1929. Lisboa: Pavilhão de Portugal em Sevilha.

Homenagem ao Dr. José de Figueiredo. 1932. Lisboa: Edição dos «Amigos do Mvsev».

"Informações e notícias". 1932. *Boletim da Agência Geral das Colónias.* Ano 8º (84, Junho):120-178.

"A Viagem do sr. Ministro das Colónias à África". 1932. *Boletim da Agência Geral das Colónias.* Ano 8º (83, Maio):125-189.

Catalogo da Exposição de Tecidos e Sirgaria Antigos Promovida pela Revista «O Coleccionador» (Órgão do Club Internacional de Trocas) de acordo com a Sociedade de Propaganda de Portugal. 1933. Lisboa.

Junta de Educação Nacional. Legislação. 1933. Lisboa: Junta de Educação Nacional.

O Império Português na Primeira Exposição Colonial Portuguesa Realizada no Palacio de Cristal do Pôrto (Junho-Setembro 1934). Album - Catálogo Oficial. 1934. Porto: Mário Antunes Leitão e Vitorino Coimbra.

"Obras oferecidas à Biblioteca durante o ano de 1933". 1934. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.* 52ª Série (1 e 2, Janeiro-Fevereiro).

"O Comercio da Avenida da Liberdade. Casa Liquidadora. Antigo Bazar Católico. Importante Agencia de Leilões". 1935. *Diário de Lisboa*, 9 de Janeiro: 8.

"Academia Nacional de Belas Artes". 1937. *Bazar das Letras - das Ciencias - Das Artes.* Ano I (3, 12 de Março):4.

"Coleccionar..." 1937. *Bazar das Letras - das Ciencias - Das Artes.* Ano I (43, 15 de Janeiro):3.

Obras Escolhidas do Museu Nacional de Arte Antiga. 1937. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

Catálogo-Guia do Museu das Janelas Verdes. 1938. Lisboa: Museus Nacionais de Arte Antiga.

Dedicado à viagem de Sua Excelência o Senhor Presidente da República à África acompanhado por Sua Excelência o Senhor Ministro das Colónias. 1938. *Boletim Geral das Colónias.* Ano 14º (Nº 162, Dezembro).

Documentos Relativos à Recolha e Distribuição dos Quadros e Livros Após a Extinção dos Conventos. 1ª - 2ª Partes. 1938-1939. *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes. Documentos.* Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

"As Colónias em Lisboa. O Museu de Arte Indígena será inaugurado em 1940, diz-nos o escultor Diogo de Macedo". 1939. *Diário de Lisboa*, 31 Maio.

"Fala o Dr. Reinaldo dos Santos. O Inventario artistico do país vai começar a fazer-se e deve demorar dez anos". 1939. *Diário de Lisboa.* (2 Maio):5.

"Carlos Reis". 1940. *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga.* I (Fasc. 4, Janeiro-Dezembro):133.

Exposição de Moldagens de Escultura Medieval Portuguesa. Inaugurada em 11 de Junho de 1940. Catálogo-Guia. 1940. Lisboa: Comemoração dos Centenários de 1940.

"Comandante Ernesto de Vilhena". 1942. *O Século*, 12 de Julho:2.

"Relatório da Direcção dos Museus Nacionais de Arte Antiga". 1942. *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga.* II (Fasc. 7, Janeiro-Junho):101-107.

Anuário Académico de 1943. 1943. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

"Moldagens de Escultura". 1944. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* I (Fasc. 1-2, Janeiro-Dezembro).

Os Primeiros Cem Anos da Escola Naval: 23-IV-1845 a 23-IV-1945. 1945. Lisboa: Escola Naval.

Boletim Geral das Colónias Dedicado à Viagem de S. Exa. o Ministro das Colónias a África, em 1945. 1946. *Boletim da Agência Geral das Colónias.* Ano XXII, II série (247, Julho).

Estatutos do Grupo dos "Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa" Aprovados em Sessão da Assembleia Geral de 27 de Abril de 1912 e alterados em 19 de Janeiro de 1946. 1946. Lisboa.

"Introdução de Manuel de Macedo a um Catálogo, não publicado, da Galeria de Pintura". 1946. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. I (Fasc. 3, Janeiro-Dezembro):117-130.

Catálogo da Exposição de Documentos e Obras de Arte Relativos à História de Lisboa. Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa (MNAA, Junho). 1947. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

Exposição Iconográfica e Bibliográfica de Santo António de Lisboa (Sé Patriarcal de Lisboa, 13-23 de Junho). 1947. Lisboa: Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa.

In Memoriam da Reabertura do Museu Municipal Dr. Santos Rocha 1945. 1947. Figueira da Foz: Edição do Grupo dos Amigos do Museu Municipal «Dr. Santos Rocha».

Notes sur une Exposition d'oeuvres d'art et de souvenirs historiques appartenant à Monseigneur le Comte de Paris. 1948. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

Rendas Portuguesas e Estrangeiras dos Séculos XVII a XIX. Catálogo da 8ª Exposição Temporária (Maio). 1948. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

"Bela Obra de Colonização de Uma Empresa Capitalista". 1949. *Portugal em África. Revista de Cultura Missionária.* Ano VI, 2ª Série (35, Setembro-Outubro):257-263.

Catálogo da Exposição das Artes Decorativas dos Séculos XVII e XVIII (Museu Nacional de Soares dos Reis). 1949. Porto: XVI Congresso Internacional de História da Arte.

Exposição das Pinturas de Josefa de Óbidos Promovida pela Junta de Província da Estrematura (Lisboa, Maio-Junho). Catálogo. 1949. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

Exposição de Escultura Medieval. Catálogo-Guia. 1949. Coimbra, Museu de Machado de Castro: XVI Congresso Internacional de História da Arte.

Joaquim de Vasconcelos (1849-1936). No primeiro centenário do seu nascimento. 1949. Porto. Separata de *O Tripeiro*, V Série, vol. IV.

Commemoration du 75e Anniversaire de la Maison Henry Burnay & Cie. et du 25e Anniversaire du Banco Burnay. 1950. Lisboa: Banco Burnay.

"Devemos Fundar em Lisboa Um Museu de Arte Ultramarina - Disse Diogo de Macedo Numa Conferência Sobre Arte Negra". 1951. *Diário Popular*, 10 Setembro: 9 e 11.

Exposição de Arte Missionária. Exposición de Arte Misional de Madrid. Catálogo de la Participación Portuguesa (Mayo). 1951. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Obras Escolhidas do Museu Nacional de Arte Antiga. 1951. 2ª ed. Lisboa: Edição do Grupo dos Amigos do Museu.

Exposição de Arte Sacra Missionária. Edição comemorativa. 1952. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

Estatuto Geral Aprovado pela Assembleia Geral em Sessão de 3 de Junho e sancionado por alvará de 3 de Julho de 1895 (Nova edição). 1953. Porto: Sociedade de Geographia de Lisboa.

A Virgem na Arte Portuguesa. 14ª Exposição Temporária. 1954. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

Exhibition of Portuguese Art 800-1800. 1955. London: Royal Academy of Arts.

Museu de Angola: Colecção Etnográfica. 1955. Luanda: Museu de Angola.

Exposição de Ourivesaria Portuguesa e Francesa. Inaugurada por Suas Excelências O Presidente dos Estados Unidos do Brasil e O Presidente da República Portuguesa, 27 de Abril de 1955. 1955. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva.

Les Trésors de l'Orfèvrerie au Portugal (Paris, Musée des arts décoratifs, exposition). Paris: les Presses Artistiques, 1955.

Mundo Português. Imagens de uma exposição histórica 1940. 1956. Lisboa: Edições SNI.

Álbum Comemorativo da Exposição Têxtil Internacional (Julho-Agosto 1958) Organizada pela Associação Industrial Portuense no Recinto do Palácio de Cristal. 1958. Porto: Associação Industrial Portuense.

Exposição Têxtil Internacional (Julho-Agosto de 1958) Organizada pela Associação Industrial Portuense no Recinto do Palácio de Cristal. Catálogo Geral. 1958. Porto.

"Lisboa na Exposição «L'Age d'Or des Grandes Cités»". 1958. *Revista Municipal.* (77, 2º Trimestre):5-17.

1º Salão de Antiguidades (Pavilhão Principal da Feira Internacional de Lisboa, 1 Março-3 de Abril). Catálogo oficial. 1963. Lisboa: Casa Portuguesa.

Museu de Escultura Comparada. Gipsoteca. 1963. s.l.: Ministério das Obras Públicas - Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - Palácio Nacional de Mafra.

Colóquio Sobre a Influência do Ultramar na Arte. 1965. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar - Centro de Estudos Políticos e Sociais.

Museu de Ovar. Catálogo da Secção Etnográfica. 1965. Ovar.

Os Pratos de Nuremberga da Casa-Museu de Guerra Junqueiro. 1965. Porto: Câmara Municipal do Porto.

"Conservação do Edifício - Salas de Exposição, Capela e Arrecadações". 1966. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* V (2):72-73.

"Faleceu o Comandante Ernesto de Vilhena". 1967. *O Século*, 16 Fevereiro: 10.

"Faleceu o Comandante Ernesto de Vilhena". 1967. *Diário de Lisboa*, 15 de Fevereiro: 1 e 14.

"Faleceu o Comandante Ernesto de Vilhena antigo oficial da Armada e Grande Figura da Vida Ultramarina Portuguesa". 1967. *Diário de Notícias*, 16 Fevereiro.

Legislação: Junta Nacional de Educação. Bibliotecas e Arquivos. Museu de arte, história e arqueologia. Quadro do pessoal da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. 1967. Lisboa: Imprensa Nacional.

"Morreu há meses, um distinto oficial da Marinha Portuguesa". 1967. *Diário do Norte*, 24 Junho: 1 e 5.

"O que vai acontecer às Colecções de Arte do Comandante Vilhena?" 1967. *Diário do Norte*, 24 de Junho: 1 e 5.

A Obra do Dr. João Couto no Museu Nacional de Arte Antiga. Exposição promovida pela Associação Portuguesa de Museologia com a colaboração do Museu Nacional de Arte Antiga e o patrocínio do Grupo dos Amigos do Museu e da Fundação Calouste Gulbenkian. 1967. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

"Onde se fala do espólio artístico que não corre (e nunca correu perigo de ser disperso em leilão". 1967. *Diário Popular*, 29 de Setembro.

"A repercussão dum artigo do "Diário de Notícias". Angola e o espólio de Ernesto de Vilhena"". 1967. *Diário de Notícias*, 11 de Outubro.

Escultura Africana no Museu de Etnologia do Ultramar. 1968. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

"Colecção Ernesto Vilhena". 1969. *Ocidente, Revista Portuguesa Mensal.* 76 (369-374):192.

"Colecção Preciosa". 1969. *Diário de Lisboa*, 23 Fevereiro: 2.

"Esculturas de Madeira da Colecção Vilhena Estão Expostas Desde Hoje na Biblioteca Nacional". 1969. *A Capital*, 30 Maio: 6.

Imaginária de Pedra. 1969. Lamego: Mvsev de Lamego.

"Mais de 1300 Esculturas de Todas as Épocas e Estilos da Colecção Ernesto de Vilhena Entraram na Posse do Estado". 1969. *O Primeiro de Janeiro*, 23 Fevereiro.

"Muito Concorrido o Leilão do Espólio de Ernesto Vilhena". 1969. *O Século*, 18 Outubro: 9.

"Obras de Conservação e Valorização do Edifício do Museu". 1969. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* V (3-4).

Roteiro do Museu Nacional de Arte Antiga. 1969. 6ª ed. Lisboa: Ministério da Educação Nacional - Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes.

"Uma dádiva que não tem preço". 1969. *Diário de Notícias*, 23 Fevereiro: 1 e 6.

Imagens da Virgem da Colecção Vilhena (Séculos XIV-XV-XVI) (Exposição, Dezembro 1971). 1971. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa - Centro de Artes Plásticas dos Coruchéus.

João Couto, in memoriam. 1971. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

6º Salão de Antiguidades 1972. Catálogo Geral. 1972. Lisboa: Feira Internacional de Lisboa.

"As Virgens com o Menino. A Colecção Vilhena e a sua instalação no Museu de Arte Antiga". 1972. *Diário de Notícias*, 1 Janeiro.

Retábulo de Santa Auta. Estudo de Investigação. 1972. Lisboa: Ministério da Educação Nacional - Instituto de Alta Cultura - Centro de Estudos de Arte e Museologia.

Cartas de Joaquim de Vasconcelos. 1973. Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas (Ed.). Porto: Edições Marques Abreu.

Catálogo da Exposição Iconográfica e Bibliográfica Comemorativa do VIII Centenário da Chegada das Relíquias de São Vicente a Lisboa (Lisboa, Palácio Pimenta, 3 de Dezembro) 1973. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

7º Salão de Antiguidades Na Feira Internacional de Lisboa (19 a 28 de Abril de 1974). 1974. Lisboa.

O Trajo Civil em Portugal. Exposição organizada pela Direcção-Geral dos Assuntos Culturais no Museu Nacional de Arte Antiga (Janeiro-Fevereiro). 1974. Lisboa.

"Maria José de Mendonça e a Museografia em Portugal". 1975. *APOM. Informações.* (nº 7-8, Janeiro-Abril).

Imagens de Malines. Colecção do Museu Nacional de Arte Antiga. 1976. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

Escultura Africana. 1977. Porto: Secretaria de Estado de Investigação Científica - Museu de Etnologia.

Museu e Laboratório Antropológico 1772-1978: Exposição Temporária. 1978. Coimbra: Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra.

A selection of remarks presented at a symposium on collecting, 1977. 1978. Madison: Elvehjem Art Center - The Regents of the University of Wisconsin System.

Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga. Séculos XV-XVIII. 1979. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

Le «Gothique» Retrouvé Avant Viollet-le-Duc (Hôtel de Sully, 31 octobre 1979-17 février 1989). 1979. Paris: Caisse Nationale des Monuments Historiques et des Sites.

Mvseo Federico Marés Deulovol. Catálogo. 1979. Barcelona.

Senhores da Terra. Diário de um Agricultor Alentejano (1832-1889). 1982. A. C. Matos; M. C. de Andrade Martins; M. L. Bettencourt (estudo e selecção). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

A Escultura em Portugal no Século XV. 1983. Batalha: Museu-Mosteiro da Batalha.

Manuel Jardim (1884-1923). Exposição comemorativa do 1ª Centenário do seu nascimento. 1984-1985. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro.

"Le Patrimoine".1986. In *Les Lieux de la Mémoire. 2. La Nation*. Pierre Nora (Ed.). Paris Éditions Gallimard, 403-649.

Arquitectura, Pintura, Escultura, Desenho: Património da Escola Superior de Belas Artes do Porto e da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1987. Porto: Universidade do Porto.

O Museu das Janelas Verdes. 1987. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

"Le Musée et l'Histoire". 1988. *Le Débat.* (49):47-83.

"Musées et histoire de l'art. Éditorial". 1988. *Revue de l'Art.* 80 (80):5-7.

Colección Cambó (Museo del Prado, 9 Octubre-31 Diciembre). 1990. Madrid: Ministerio de Cultura.

"En Europe, Les Nations". 1991. *Terrain.* 17, Octobre: 5-134.

De Goa a Lisboa. L'Art Indo-Portugais. XVIe-XVIIIe Siècles. 1991. Bruxelles: Europalia'91 Portugal.

Triomphe du Baroque. 1991. Bruxelles: Europalia'91 Portugal.

Via Orientalis. 1991. Bruxelles: Fundação Oriente-Europalia'91 Portugal.

"Faut-il détruire les moulages?". 1992. *Revue de l'Art.* (95):5-9.

"Collections et collectionneurs". 1993. *Histoire de L'Art.* (21/22).

"Autour du Grand Louvre: Le Musée, L'Art, La Ville". 1994. *Le Débat.* (81):4-77.

Calouste Gulbenkian Coleccionador. Uma doação ao Museu Nacional de Arte Antiga. No 25º aniversário do Museu Calouste Gulbenkian. 1994. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Escultura Angolana. Memorial de Culturas. 1994. Lisboa: Lisboa Capital da Cultura '94 - Electa.

Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva. 1994. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva.

Santa Clara e as Clarissas em Portugal (VIII Centenário do Nascimento de Santa Clara, 1193-1993-1994). 1994. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Um Século de Artes do Fogo (1890-1990) Colecção Pádua Ramos. 1994. Lisboa: Lisboa Capital Europeia da Cultura '94- Electa.

Diamang. Estudo do Património Cultural da Ex-Companhia de Diamantes de Angola. 1995. Coimbra: Museu Antropológico da Universidade de Coimbra - Departamento de Antropologia - Centro de Estudos Africanos.

Um gosto privado Um Olhar Público. Doações D. Luís Bramão, Bustorff Silva, Barros e Sá. 1995. Lisboa: Instituto Português de Museus-Museu Nacional de Arqueologia.

Direito do Património Cultural. 1996. Lisboa: INA.

A Herança de Rauluchantin. 1996. Lisboa: Museu de São Roque-Santa Casa da Misericórdia de Lisboa-Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Le Musée d'Art Ancien Bruxelles. 1996. Musées Royaux des Beaux-Arts de Belgique (Ed.). Bruxelles: Musea Nostra.

Azul e Branco da China. Porcelana ao tempo dos Descobrimentos. Colecção Amaral Cabral. 1997. Lisboa: IPM - Casa-Museu Anastácio Gonçalves.

Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). II - *As Negociações Diplomáticas e a Acção Militar na Europa e em África*. 1997. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

S. Thiago Discipulo de Jezus e Fês Guerra Contra os Mouros (Igreja de Santiago-Castelo de Palmela). 1998. Palmela: Câmara Municipal de Palmela.

Catálogo da Colecção de Códices Cod. 12888-13292. 1999. Introdução, catalogação e índices por Teresa A. S. Duarte Ferreira. Lisboa: Biblioteca Nacional.

D. João VI e o seu tempo. Exposição (Palácio Nacional da Ajuda, Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Maio-Julho 1999). 1999. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Die grossen Sammlungen. VIII. Museu Nacional de Arte Antiga. Lissabon. 1999. Bonn: Kunst und Ausstellungshalle der Bundesrepublik Deutschland.

Epistolário de José Leite de Vasconcelos. 1999. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

Museu Eng. António de Almeida: Mobiliário e Têxteis, Ourivesaria, Relojoaria e Bronzes Dourados, Porcelanas, Pintura, Desenho e Gravura. 1999. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.

O Orientalismo em Portugal [Séculos XVI-XX]. 1999. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses - Edições Inapa.

Ai Confini della Terra. Scultura e Arte in Portogallo (1300-1500). (Cat. mostra Rimini: Palazzi dell'Arengo e del Podestà, aprile-junio). 2000. Milano: Electa.

Biographies. 2000. *Arquivos do Centro Cultural Português.* XXXIX.

"Dossier: enseñanza e investigación de la museología en Portugal". 2000. *Revista de Museología.* (19):72-109.

O Império Africano (Séculos XIX e XX). 2000. Instituto de História Contemporânea Universidade Nova de Lisboa. Valentim Alexandre (Coord.). *Cursos de Verão, 4*. Lisboa: Edições Colibri.

O Sentido das Imagens. Escultura e Arte em Portugal (1300-1500). (Cat. exposição: Outubro 2000-Janeiro 2001). 2000. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

Sigmund Freud Coleccionista. 2000. Ciudad de México: Mandato Antiguo Colegio de San Ildefonso.

Coimbra e Seus Pintores nas Colecções da Cidade (Coimbra, MNMC, 11 Outubro-2 Dezembro 2001). 2001. Lisboa: IPM.

El Coleccionismo de Escultura Clássica en España. Actas del Simposio (21 y 22 de mayo de 2001). 2001. Madrid: Museo Nacional del Prado.

La collezione Borgia, curiosità e tesori da ogni parte del mondo (Velletri, Palazzo Comunale, 31 marzo-3 giugno 2001 / Napoli, Museo Archeologico Nazionale, 23 giugno-16 settembre 2001). 2001. Napoli: Electa Napoli.

L'avenir des musées (Actes du colloque organisé ao musée du Louvre par le Service culturel les 23, 24 et 25 mars 2000). 2001. Jean Galard (Ed.). Paris: Réunion des Musées Nationaux.

Le Musée de Sculpture Comparée: Naissance de l'histoire de l'art moderne (Actes du Colloque «Le Musée de Sculpture Comparée: l'invention d'un modèle au XIXe Siècle», Paris, Musée des Monuments Français, 8-9 décembre 1999). 2001. Paris: Éditions du Patrimoine.

Rouge et Or. Trésors du Portugal Baroque (Musée Jacquemart-André 25 septembre 2001 - 25 février 2002). 2001. Lisboa: Gabinete de Relações Internacionais.

Significance. A guide to assessing the significance of Cultural Heritage objects and collections. 2001. Camberra: Heritage Collections Council.

Da Flandres e do Oriente: escultura importada. Colecção Miguel Pinto. 2002. Lisboa: Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves.

Fragmentos de Tecidos Coptas (*Patamar. Inverno*). 2002. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

A antropologia dos tshokwe e povos aparentados. Colóquio em Homenagem a Marie-Louise Bastin (Porto, 1999). 2003. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

The Art Historian. National Traditions and Institutional Practices. 2003. Michael F. Zimmermann (Ed.). New Haven and London: Yale University Press.

Carlos Relvas e a Casa da Fotografia (Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, Junho). 2003. Lisboa: IPM.

Colecção da Fundação Abel de Lacerda. 2003. Caramulo: Museu do Caramulo - Fundação Abel de Lacerda.

Henri Burnay. de Banqueiro a Coleccionador. 2003. Lisboa: Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves.

Inventário do Museu Nacional de Arte Antiga. Colecção de Metais. Cruzes Processionais. Séculos XII-XVI. 2003. Lisboa: Ministério da Cultura-Instituto Português de Museus-Inventário do Património Cultural.

O Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca. História e Arte. O Brilho de Cister. 2003. Lisboa: Medialivros.

Obra Mafrense / Armando de Lucena. 2003. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

Real Fábrica de Louça ao Rato (Museu Nacional do Azulejo-Museu Nacional de Soares dos Reis, 2003). 2003. Lisboa: IPM.

Ricardo Espírito Santo Silva. Coleccionador e Mecenas. 2003. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva.

Wonder. Painted Sculpture from Medieval England. 2003. Leeds: Henry Moore Institute.

40 Anos do Instituto José de Figueiredo. 2007. Lisboa: Instituto Português de Conservação e Restauro.

A Igreja e o Estado em Portugal: da 1ª República ao limiar do Século XXI (Actas dos Encontros de Outono 21-22 de Novembro 2003). 2004. Vila Nova de Famalicão: Câmara de Vila Nova de Famalicão - Museu Bernardino Machado.

João Miguel dos Santos Simões. 1907-1972 (Exposição evocativa do centenário do nascimento de João Miguel dos Santos Simões e da sua obra de investigador na área do Azulejo e Cerâmica bem como de Museólogo responsável pela fundação do Museu do Azulejo, Lisboa, MNA, 17 Julho-21 Outubro 2007). 2007. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo.

L'Histoire au Musée. Actes du Colloque (Château de Versailles les 10, 11 et 12 décembre 1998). 2004. Versailles: Actes Sud.

Portugal: Encruzilhada de Culturas, das Artes e das Sensibilidades. (Actas do II Congresso Internacional de História da Arte). 2004. Coimbra: Almedina.

Émile Mâle (1862-1954), la construction de l'oeuvre: Rome et l'Italie. 2005. Rome: École française de Rome.

Histoire de l'Art et Musées (Actes du Colloque, École du Louvre 27-28 novembre 2001). 2005. Dominique Viéville (Ed.). Paris: École du Louvre.

Arte, História e Arqueologia - Pretérito (sempre) Presente. Estudos em Homenagem a Jorge H. Pais da Silva. 2006. Pedro Gomes Barbosa (Coord.). Lisboa: Ésquilo.

«Casa dos Livros de Beja»: Doação de Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte. 2006. Biblioteca Nacional (Ed.). Apresent. Jorge Couto. Coord. Manuela D. Domingos. 2ª ed. Lisboa: Biblioteca Nacional.

La Museología y la Historia del Arte. 2006. Cristóbal Belda Navarro; Mª Teresa Marín Torres (Eds.). Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones.

O Gosto do Coleccionador: Calouste Sarkis Gulbenkian (1869-1955). 2006. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Um Tesouro na Cidade. Fundação Medeiros e Almeida. 2006. 2ª ed. Lisboa: Fundação Medeiros e Almeida.

Cerâmica. Normas de Inventário Artes Plásticas e Artes Decorativas. 2007. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.

Colchas de Castelo Branco. Percursos por Terra e Mar. 2008. Castelo Branco: ADRACES - Museu de Francisco Tavares Proença Júnior - Câmara Municipal de Castelo Branco - Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Dar Futuro ao Passado. 1993. Lisboa: SEC-IPPAR-Galeria de Pintura do Rei D. Luís.

"*Le moment du Quai Branly*". 2007. *Le Débat.* (147):1-192.

The Lobckowicz Collections. 2007. London: The Lobckwicz Collections - Scala Publications.

Museologia.pt. 2007. Ano I, nº 1, Maio. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.

O Tapete Oriental em Portugal. Tapete e pintura séculos XV-XVIII. 2007. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

La Desamortización: El Expolio del Patrimonio Artístico y Cultural de la Iglesia en España (Actas del Symposium 6/9-IX-2007). 2007. Estudios Superiores del Escorial - Ediciones Escurialenses (EDES) (Ed.). San Lorenzo del Escorial.

De Pompéi à Malmaison, les Antiques de Joséphine (musée national des châteaux de Malmaison et Bois-Préau, 22 octobre 2008-27 janvier 2009). 2008. Paris: Musée du Louvre et Réunion des musées nationaux.

Histoire de l'histoire de l'art en France au XIXe siècle. Roland Recht, Philippe Sénéchal, Claire Barbillon, François-René Martin (Eds.). 2008. Paris: La Documentation Française - Collège de France/INHA.

Icônes et Idoles. Regards sur l'objet Monument historique. 2008. Paris: Actes Sud.

Le Théâtre de la curiosité. 2008. *Cahiers V. L. Saulinier, 25*. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne.

Gegossenes Licht. Cast Light. 2008. München: Galerie Daniel Blau.

África. Diálogo mestiço. Colecção de Arte Tribal de José de Guimarães. 2009. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa - Sextante Editora.

Alma Africana. Colecção de Arte Africana de José Berardo. 2009. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Colecção António Olmos. 2009. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

Formas e Energias. Colecção de Arte Africana de Eduardo Nery. 2009. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

A Closer Look: Deceptions and Discoveries. 2010. London: The National Gallery.

Coleccionar para a Res Publica. O Legado Dr. Anastácio Gonçalves (1888-1965). 2010. Lisboa: Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves.

Guide du musée des Monuments français à la Cité de l'architecture et du patrimoine. 2010. Paris: Cité de l'architecture et du patrimoine.

Primitivos Portugueses 1450-1550. O Século de Nuno Gonçalves. 2010. Lisboa: MNAA-Athena.

Prince-Eugene General-Philosopher and Art Lover. 2010. Viena: Hirmer Verlag - Belvedere Vienna.

Coleccionar em Portugal. Doação Castro Pina (MNAA, 18 de Maio - 2 de Outubro 2011). 2011. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

Exhibitions. L'invention du sauvage (Musée du quai Branly, 29 novembre 2011-3 juin 2012). 2011. Paris: Actes Sud.

Les territoires du désir ou les métamorphoses d'un musée imaginaire (Catalogue de l' Exposition, Le Havre, Musée d'Art moderne André Malraux, 15 octobre 2011-29 janvier 2012). 2011. Paris - Le Havre: Somogy Éditions d'art - Musée d'Art moderne André Malraux.

O Triunfo de Uma Vida. António de Medeiros e Almeida, 1895-1986 (Exposição). 2011. Lisboa: Casa-Museu Medeiros e Almeida.

De Amicitia. 100 Anos do Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga. 2012. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

**

*

[Obras ordenadas por Autor, em sequência alfabética]

ABOUDRAR, Bruno-Nassim. 2000. *Nous n'irons plus au musée*. Paris: Aubier.

ACCIAIUOLI, Margarida. 1998. *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte.

AFONSO, Luís Urbano. 2005. *Manuelino e Luso-Tropicalismo: a historiografia da arte e a construção da identidade portuguesa durante o Estado Novo (*Separata *do II Congresso Internacional de História da Arte. Actas. 2001)*. Coimbra: Almedina.

AGO, Renata. 2006. *Il gusto delle cose: una storia degli oggetti nella Roma del Seicento*. Roma: Donzelli Editore.

AGOSTI, Giacomo. 1987. "Les oeuvres d'art n'ont pas de prix: l'achat de la galerie Borghèse". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales.* 66 (66-67):91-94.

———. 1987. "Vicissitudes récentes de la monographie de l'art". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales.* 66 (66-67):95-104.

AGRICULTURE, International Association For Tropical.1914. *Proceedings of the Third International Congress of Tropical Agriculture Held at the Imperial Institute, London, S.W., June 23rd to 30th, 1914*. London: John Bale, Sons & Danielsson, Ltd.

AGUIAR, António Augusto de; CORTESÃO, Armando Zuzarte; BARBOSA, Artur Tamagnini; PEREIRA, Carlos d'Almeida; MACHADO, Fernando Utra; MORAIS, Jaime de. 1926. "Projecto de bases para a reorganização do Ministério das Colónias". *Boletim da Agência Geral das Colónias.* Ano II (12, Junho):7-45.

AGUILÓ ALONSO, María Paz. 2003. "La Fortuna de las Colecciones de Artes Decorativas Españolas en Europa y América: Estudios Comparativos. (Actas X Jornadas de Arte, Madrid 18 a 22 de noviembre de 2002)". In *El Arte Español Fuera de España*. Madrid CSIC, 275-290.

AIKEMA, Bernard. 2005. "Collezionismi a Venezia e nel Veneto: resultati e prospettive di ricerca". In *Il collezzionismo a Venezia e nel Veneto ai tempi della Serenissima (Convegno del Kunsthistorisches Institut in Florenz, Venezia 21-25 settembre 2003)*. Bernard Aikema; Rosella Lauber; Max Seidel (Eds.). Venezia: Marsilio Editori, 29-42.

AIKEMA, Bernard; LAUBER, Rosella; SEIDEL, Max (Eds.). 2005. *Il collezionismo a Venezia e nel Veneto ai tempi della Serenissima (Convegno del Kunsthistorisches Institut in Florenz, Venezia 21-25 settembre 2003)*. Venezia: Marsilio Editori.

ALARCÃO, Teresa; CARVALHO, José Alberto Seabra. 1993. *Imagens em Paramentos Bordados. Séculos XIV a XVI.* Lisboa: Instituto Português de Museus.

ALBANO, Caterina. 2007. "Displaying lives: the narrative of objects in biographical exhibitions". *Museum and Society.* 5 (1):15-28.

ALBERTI, Samuel J. M. M. 2005. "Objects and the Museum". *Isis.* (96):559-571.

ALBUQUERQUE, António Maria Seabra de. 1874-1891. *Bibliographia da Imprensa da Universidade de Coimbra 1874-1879*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

ALBUQUERQUE, Maria Amélia Pires. 2003. *Santa Maria de Salzedas: Espaço e Poder. Dissertação de Mestrado em História Regional e Local Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*. 2 vols. Lisboa: Texto policopiado.

ALCOUFFE, Daniel. 1991. "Le destin du musée des Arts décoratifs". *Revue de l'Art.* (92):5-7.

———. 1997. "A quelle époque acquérir les objets d'art?". *Revue de l'Art.* (116):5-6.

ALDEMIRA, Luís Varela. 1937. *Um Ano Trágico. Lisboa em 1836. A Propósito do Centenário da Academia de Belas Artes. Impressões, Comentários, Documentos*. Lisboa: Depositário La Bécarre.

ALEGRIA, António Manuel; CAETANO, Joaquim Oliveira. 2007. "Nascer na convulsão: os primeiros anos do Museu de Évora, 1915-1930 (Comunicação apresentada nas I Jornadas de História Religiosa - A Igreja e a Primeira República (1910-1920), promovidas pelo Instituto Superior de Teologia de Évora, nos dias 4 e 5 de Abril de 2003)". *Cenáculo - Boletim on line do Museu de Évora.* (1, Março):1-13.

ALEXANDER, Edward P. 1997. *The Museum in America: innovators and pioneers*. Walnut Creek: Altamira Press.

ALEXANDRE, Valentim. 1980. "O liberalismo português e as colónias de África (1820-39)". *Análise Social.* Vol. XVI, *O Século XIX em Portugal* (Comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais, Novembro 1979), 2ª série, (61-62):319-340.

———. 1993. "Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo". *Análise Social.* Vol. XXVIII (123-124):1117-1136.

———. 1993. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento.

———. 1995. "A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)". *Penélope.* (15):39-52.

———. 1996. "Questão nacional e questão colonial em Oliveira Martins". *Análise Social.* Vol. XXXI (135, 1º):183-201.

———. 1998. "Nação e Império". In *História da Expansão Portuguesa.* Vol. IV. *Do Brasil para África (1808-1930)*. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Eds.). Lisboa: Círculo de Leitores, 90-142.

———. 2000. *Velho Brasil/Novas Áfricas - Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento.

———. 2006. *O Roubo das Almas: Salazar, a Igreja e os totalitarismos (1930-1939)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

ALEXANDRINO, José de Melo. 2009. *O Conceito de Bem Cultural (lição proferida em 3 de Dezembro de 2009, no Curso de Pós-Graduação em Direito da Cultura e do Património Cultural, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sob a coordenação dos Professores Doutores Carla Amado Gomes e José Luís Bonifácio Ramos)*. Lisboa: policopiado.

ALMAGRO-GORBEA, Martín (Ed.). 1999. *El Gabinete de Antigüedades de la Real Academia de la Historia*. Madrid: Real Academia de la Historia.

ALMEIDA, António Augusto Ferreira d'. 1947. *Colecção de Legislação Colonial*. Porto.

ALMEIDA, Américo Chaves de. 1929. *As companhias magestáticas*. Lisboa.

ALMEIDA, António Manuel Passos. 2006-2007. "Contributos ao Estudo da Museologia Portuense no Século XIX. O Museu do Coleccionador João Allen e o Museu Municipal do Porto". *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Ciência e Técnicas do Património.* I Série, vol. V-VI,:31-35.

ALMEIDA, Fialho de. 1914. *Vida Irónica (Jornal D'Um Vagabundo).* 2ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira. [1ª edição 1892].

———. 1920. *Lisboa Galante. Episódios e Aspectos da Cidade*. 3ª ed. Porto: Livraria Chardron de Lélo & Irmão Editores. [1ª edição: Porto 1890].

———. 1927. *Os Gatos. Publicação Mensal d'Inquérito à Vida Portugueza*. 6ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora. [1ª edição. 1889-1894].

———. 1946. *O País das Uvas*. 10ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora. [1ª edição. 1893].

ALMEIDA, Joana Estorninho de. 2008. *A Cultura Burocrática Ministerial. Repartições, empregados e quotidiano das Secretarias de Estado na primeira metade do século XIX. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Especialidade em Sociologia Histórica, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.* Lisboa: Texto policopiado.

ALMEIDA, João Miguel. 2008. *António Oliveira Salazar - Pedro Teotónio Pereira Correspondência Política, 1945-1968*. Lisboa: Círculo de Leitores - Temas e Debates.

ALMEIDA, Lourenço Chaves de. 2007. *Memórias de um Ferreiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

ALMEIDA, Paulo Duarte de. 2012. *Pedras de Armas nos Cemitérios de Coimbra*. Porto: Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto.

ALMEIDA, Pedro Ramos de. 1978. *Portugal e a escravatura em África. Cronologia do séc. XV ao séc. XX*. Lisboa: Estampa.

ALMEIDA, Pedro Tavares de. 1995. *A Construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na 'Regeneração' (1851-1890). Dissertação de Doutoramento em Sociologia Política Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Noval de Lisboa*. Lisboa: Texto policopiado.

———. 2005. "The Portuguese Administrative Elite, 1851-1910". *Revista de História das Ideias.* Vol. 26, *O Estado*:439-462.

ALMEIDA, Pedro Tavares de; FERNANDES, Paulo Jorge; SANTOS, Marta Carvalho dos. 2006. "Os Deputados da 1ª República Portuguesa: inquérito prosopográfico". *Revista de História das Ideias.* Vol. 27, *República*:399-417.

ALMEIDA, Pedro Tavares de; SOUSA, Paulo Silveira e. 2006. "Ruling the Empire: The Portuguese Colonial Office (1820s-1926)". *Revista de História das Ideias.* Vol. 27, *República*:137-169.

ALMEIDA, Sandra Cristina de Jesus Vaz Costa Marques de. 2009. *O País a Régua e Esquadro. Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco (Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em História, na especialidade de Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)*. Lisboa: Texto policopiado.

ALSOP, Joseph. 1982. *The Rare Art Traditions. The history of art collecting and its linked phenomena wherever these have appeared*. N. York: Harper & Row Publishers.

ÁLVAREZ ÁLVAREZ, José Luis. 1989. *Estudios Sobre el Patrimonio Histórico Español*. Madrid: Civitas.

ALVARINHO, Luís. 1991. *Pemba, sua gente, mitos e a história 1850 a 1960*. Maputo.

ALVES, Alice Nogueira. 2009. *Ramalho Ortigão e o Culto dos Monumentos Nacionais no Século XIX. Tese de Doutoramento em História, na Especialidade de Arte, Património e Restauro Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Texto policopiado.

ALVES, Carlos Teixeira. 1995. "A Biblioteca e o Arquivo de Salazar: notas para um catálogo". *Revista de História das Ideias.* 17, *Do Estado Novo ao 25 de Abril*:263-282.

ALVES, Vera Marques. 2007. *Camponeses estetas no Estado Novo: Arte Popular e Nação na Política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional. Tese de Doutoramento em Antropologia Apresentada no ISCTE*. Lisboa: Texto policopiado.

AMADOR, José Maria da Rocha Machado. 2002. *A gestão do património artístico em Portugal, no século XX: do regime jurídico à realidade prática. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*. Lisboa: texto policopiado.

AMALRIC, Pierre. 1995. "Pourquoi Collectionner". *L'Oeil.* (468, janvier-fevrier):70.

AMORIM, Massano de. 1911. *Relatório sobre a occupação de Angoche. Operação de Campanha e mais serviços realizados. Anno de 1910*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.

ANDRADE, Alberto de. 1953. *O tradicional anti-racismo da acção civilizadora dos portugueses*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

ANDRADE, Manuel Posser de. 2001. "Colecção Ernesto Vilhena a Leilão". *Expresso*, 24 Novembro.

ANDRADE, Ruy de. 1966. *Alfredo de Andrade: vida de um artista português do século XIX em Itália, por seu filho Ruy de Andrade*. Lisboa.

ANDRADE, Sérgio Guimarães de. 1979. "Fora do Museu". *O Seringador Novo*. (Museus e Populações Locais. Participação e Integração):26.

———. 1981. *Alabastros Medievais Ingleses. Dossier de Documentação Nº 1*. Batalha: Museu do Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

———. 1983. "A Escultura dos séculos XV e XVI em Portugal". In *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento. XVIIª Exposição de Arte Ciência e Cultura do Conselho da Europa. Núcleo Arte Antiga I*. Lisboa, 124-126.

———. 1986. *Esculturas dos Sécs. XIII e XIV. Imaginária do Tempo da Rainha Santa Isabel*. Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz.

———. 1986. *O Museu e o Mosteiro de 1981 a 1985. Relatório Final da Acção do Museu/Mosteiro da Batalha, Maio 1986*. Batalha: Museu do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, texto policopiado.

———. 1988. *Imagens no Tempo. Escultura Portuguesa do Museu Nacional de Arte Antiga. Sécs. XIII-XVIII*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

———. 1988. "A Colecção do Museu". In *Imagens no Tempo. Escultura Portuguesa do Museu Nacional de Arte Antiga. Sécs. XIII-XVIII*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga

———. 1992. *Expressões Medievais. Escultura em Pedra da Colecção do Museu Nacional de Arte Antiga*. Caldas da Rainha.

———. 1992. "Um percurso da Escultura Portuguesa". In *Em Belém de Judá*. Lisboa, Convento dos Cardaes

———. 1997. *Escultura Portuguesa*. Lisboa: CTT-Correios de Portugal.

———. s.d. *Visitando: Escultura Portuguesa*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural - Museu Nacional de Arte Antiga.

Angola, Governo Geral. 1910. *Relatorio da Missão de Colonisação no Planalto de Benguella em 1909*. Luanda: Imprensa Nacional.

ANTUNES, José Freire. 1990. *O Factor Africano 1890-1990*. Venda Nova: Bertrand Editora.

———. 1996. *Jorge Jardim Agente Secreto*. 2ª ed. Venda Nova: Bertrand Editora.

ANTUNES, Luís Miguel Loyo Pequito. 2002. *Museus e Documentação: entre a teoria e a prática - uma abordagem da realidade portuguesa (1910/1980). Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Museologia e Património na Universidade Nova de Lisboa/FCSH*. Lisboa: Texto policopiado.

ANTUNES, Mary Espírito Santo Salgado Lobo. 2000. *Porcelanas da China*. Lisboa: Fundação Ricardo de Espírito Santo Silva.

APPADURAI, Arjun. 2007. "Introduction: commodities and the politics of value". In *The Social Life of Things. Commodities in cultural perspective*. Arjun Appadurai (Ed.). 5ª ed. Cambridge - N. York: Cambridge University Press: 3-63. [1ª ed. 1986]

ARAÚJO, António de. 2009. *Sons de Sinos. Estado e Igreja no Advento do Salazarismo*. Coimbra: Edições Tenacitas.

ARAÚJO, António José de. 1900. *Colonies Portugaises d'Afrique. Colonisation, Émigration, Déportation*. Lisbonne: Exposition Universelle de 1900. Section Portugaise.

ARAUJO, F. D. d'Almeida. 1857. "Museus, Gabinetes de Medalhas, Gabinetes de Physica e Jardins Botanicos". *O Panorama.* 4ª Série, vol. I (Dezembro):392.

ARAÚJO, Luís Miguel 1999. "O núcleo egípcio da Colecção Luís Teixeira da Mota". In *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam.* Vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 117-124.

ARAÚJO, Luís Miguel (Com. Científico). 1993. *Antiguidades Egípcias*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura-Instituto Português de Museus-Museu Nacional de Arqueologia.

ARAÚJO, Norberto de. 1939. "Academia de Ciências de Lisboa". In *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, vol. II, Livro IX, p. 14.

———. 1939. "O Museu de Arte Antiga". In *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, vol. II, Livro VII, Capítulo VIII, p. 63-72.

ARAÚJO, Óscar de. 1895. "M. Le Comte de Valenças Ancien Ministre Plenipotentiaire de Portugal à Vienne". *Revue Diplomatique.* 17 Année (49, 8 Décembre):6-7.

ARNOLD, Dana; BENDING, Stephen (Eds.). 2003. *The Aesthetics of Antiquarism*. s.l.: Blackwell Publishing Ltd.

ARNOLD, Ken. 2008. *Cabinets for the Curious. Looking Back at Early English Museums.* 2ª ed. Aldershot: Ashgate. [1ª ed.: 2006.]

ARRUDA, Luisa; HENRIQUES, Paulo; PAIS, Alexandre Nobre; MONTEIRO, João Pedro. 2004. *António Capucho - Retrato do Homem Através da Colecção. Cerâmica portuguesa do século XVI ao século XX*. Porto: Livraria Civilização.

AUDIT, Bernard. 1994. "Le statut des biens culturels en droit international privé français". *Revue Internationale de droit comparée.* 46 (2):405-422.

AZAMBUJA, Sónia Talhé. 2009. *A Linguagem Simbólica da Natureza. A Fauna e a Flora na Pintura Seiscentista Portuguesa*. Lisboa: Nova Vega.

AZCUE BREA, Leticia. 2011. "Cupid". In *Lorenzo Bartolini. Beauty and Truth in Marble (Florence, Galleria dell'Accademia 31 May-6 November 2011)*. Firenze: Ministero per I Beni e le Attivitá Culturali, cat. 62, p. 334.

AZEVEDO, João Maria Cerqueira de. 1958. *Angola, exemplo de trabalho*. Luanda: Ed. do autor.

BABELON, Jean-Pierre. 1987. "D'un fossé à l'autre. Vingt ans de recherches sur le Louvre". *Revue de l'Art.* (78):5-25.

BABO, Francisco de. 1960. "A Igreja em Portugal...A saque no seu património e recheio de arte". *Boletim de Informação Pastoral*, Ano II, nº 8, Junho-Julho: 18.

BADET, Claude; COUTANCIER, Benoît; MAY, Roland (Eds.). 1999. *Musées et patrimoine*. 2ª ed. Paris: Les Éditions du CNFPT.

BAEDEKER, K. 1900. *Espagne et Portugal. Manuel du voyageur*. Leipzig-Paris: Karl Baedeker-Paul Ollendorff.

BAETA, Ricardo Manuel Mendes. 2010. *Coleccionismo privado no Porto. Colecções e coleccionadores de arte na revista Ilustração Moderna (1926-1932). Dissertação de Mestrado em Museologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto: Texto policopiado.

BAIÃO, Joana. 2010. Um museu na 1ª República. O Dr. José de Figueiredo e o Museu Nacional de Arte Antiga. In *Colóquio Os Museus e a República*. Lisboa: MNAA.

———. 2011. "José de Figueiredo, historiador e crítico de arte, director do Museu Nacional de Arte Antiga. A sua contribuição no panorama historiográfico e museológico português". In *Actas do Simpósio «Património em construção - contextos para a sua preservação»*. Lisboa: LNEC

———. 2011. A "revolução de Figueiredo". Museologia e investigação em Portugal. In *III Seminário Iberoamericano em Museologia*. Madrid.

———. 2012. "O Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga. Fundação e primeiros anos". In *De Amicitia. 100 Anos do Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 22-38.

BAIÔA, Manuel (Ed.). 2004. *Elites e Poder: a crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*. Lisboa: Edições Colibri - CIDEHUS/UE.

BAIRRADA, Eduardo Martins. 1983. "A Academia Nacional de Belas-Artes no Cinquentenário da sua Fundação (1932-1982)". *Mundo da Arte.* (14, Junho):49 -53.

BALLART, Josep. 2002. *El Patrimonio Histórico y Arqueológico: valor y uso*. 2ª ed. Barcelona: Editorial Ariel. [1ª edição, 1997.]

BALZANI, Roberto (a cura di). 2007. *Collezioni, Musei, Identità Fra XVIII e XIX Secolo*. Bologna: Società Editrice il Mulino.

BAPTISTA, Paulo Artur Ribeiro. 2010. *A Casa Biel e as suas edições fotográficas no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: Edições Colibri - IHA/Estudos de Arte Contemporânea FCSH-UNL.

BARATA, Paulo J. S. 2003. *Os Livros e o Liberalismo. Da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

BARBEITOS, Arlindo. 1997. "Une Perspective Angolaise sur le Lusotropicalisme". *Lusotopie.* 309-326.

BARKER, Emma (Ed.). 1999. *Contemporary Cultures of Display*. New Haven - London: Yale University Press - The Open University.

BARONAT I TRILL, Maria Josep. 1999. *La Política d'Adquisicions de la Junta de Museus. 1890-1923*. Barcelona: Publicacions de l'Abbadia de Montserrat.

BARRADAS, Carlos. 2009. "Poder ver, poder saber. A fotografia nos meandros do colonialismo e pós-colonialismo". *Arquivos da Memória. Antropologia, Arte e Imagem.* Nova Série (5-6):72-92.

BARREIRA, Catarina Fernandes. No prelo. "João Barreira: da Medicina para a História da Arte". In *Os Médicos e a Cultura: estudo crítico e guia geral dos arquivos de médicos escritores, artistas e pensadores de Portugal e Bahia - Brasil 1808-2000*. Zeny Duarte (Ed.). Baía

BARREIRA, João. 1923. *A Morte do Imaginário*. Lisboa.

———. 1929. *A Escultura. Exposição Portuguesa em Sevilha*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

———. s.d. *Arte Portuguesa. Arquitectura e Escultura*. Lisboa: Edições Excelsior.

BARREIRA, João (Dir.). s.d. *Arte Portuguesa. As Artes Decorativas*. 2 vols. Lisboa: Edições Excelsior.

BARRERA, Heribert. 2011. *Cambó*. Barcelona: Dèria Editors.

BARRETO, João. 1938. *História da Guiné 1418-1918*. Lisboa: Edição do Autor.

BARRETT-LENNARD, J.; D'EÇA, Vicente Almeida. 1903. "The Colonial Congress at Lisbon 1901". *Journal of the Royal African Society.* Vol. 2 (7 (April)): 292-307.

BARROCA, Mário Jorge. 1995. "Contributo para o estudo das epígrafes medievais portuguesas do Museu Nacional Machado de Castro (Séc. XI-XV)". *Portvgalia.* Nova série, vol. XVI:111-201.

———. 2000. *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. 3 Vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e Tecnologia.

———. 2002. "Escultura Gótica". In *História da Arte em Portugal. 2. O Gótico*. Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca (Eds.). Lisboa: Editorial Presença, 157-246.

BARROS, Alexandre Ferreira. 1965. "Medalhas da Real Efígie de D. Miguel ou Reais Efígies". *Nvmmvs*, 25 (Janeiro): 219-222; 26-27 (Dezembro): 113-117.

BARTHE, Christine. 2011. "Le scène ethnographique, rideau de fond et accessoires". In *Exhibitions. L'invention du sauvage (Musée du quai Branly, 29 novembre 2011-3 juin 2012)*. Paris: Actes Sud, 154-157.

BASCHET, Jérôme. 1996. "Inventivité et serialité des images médiévales. Pour un approche iconographique élargie". *Annales. Histoire, Sciences Sociales.* 51 (1):93-133.

BASSANI, Ezio (Dir.). 2008. *Ivoires d'Afrique dans les anciennes collections françaises*. Paris: Acts Sud - Musée du Quai Branly.

BASSEGODA, Bonaventura (Ed.). 2007. *Colleccionistes, colleccions i museus. Episodis de la història del patrimoni artístic de Catalunya*. Bellaterra (Barcelona): Universitat Autònoma de Barcelona - Servei de Publicacions.

BASTO, Artur de Magalhães. 1932. *O Pôrto do Romantismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

BASTOS, Carlos. 1953. "Museus Nacionais". *Lusíada. Revista Ilustrada de Cultura.* I (3, Maio):188-189.

———. 1954. *Subsídios para a História da Arte Ornamental dos Tecidos*. Porto.

BASTOS, Celina 2012. "100 Anos ao Serviço do Museu". In *De Amicitia. 100 Anos do Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: MNAA, 40-63.

BASTOS, Celina; CARVALHO, Marta. 2012. *Por Amor à Arte. Cem Anos do Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga (1912-2012)*. Lisboa: Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga.

BASTOS, Celina; FRANCO, Anísio. 2011. "Coleccionar «Português». A Colecção de Francisco Castro Pina". In *Coleccionar em Portugal. Doação Castro Pina*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 11-24.

———. 2012. "Presépios e Meninos Jesus. A «Harmonia da Razão» em objectos de piedade de conventos femininos do final do Antigo Regime". In *Do Mar e da Terra. Presépios naturalistas. Estudo e Reabilitação*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 6-26.

BASTOS, Celina; SOUSA, Conceição Borges de. no prelo. "O mobiliário do Paço dos Duques [2010]". In *Catálogo do Paço dos Duques*. Guimarães: Paço dos Duques-La Scala

BASTOS, Carlos (Org.). 1945. *Praça de Lisboa. Livro de Ouro do Comércio e Indústria da Capital*. Lisboa: Edição do Organizador.

BATALHA, Fernando. 2006. *Angola Arquitectura e História*. Lisboa: Vega.

BAXANDALL, Michael. 1980. *The Limewood Sculptors of the Renaissance Germany*. New Haven - London: Yale University Press.

BAZIN, Germain. 1963. *Aleijadinho et la sculpture baroque au brésil*. Paris: Les Editions du temps.

BECKER, Howard S. 1986. "Biographie et mosaïque scientifique". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. 62 (62-63):105-110.

BEDOUELLE, Guy; BELIN, Christian; REYFF, Simone de (Eds.). 2007. *La Tradition rassemblée (Journées d'études de l'Université de Fribourg)*. Fribourg: Academic Press Fribourg.

BEHRMAN, S. N. 2003. *Duveen. The story of the most spectacular Art Dealer of all time*. New York: The Little Bookroom.

BELO, Alberto José Grilo. 2012. *A Câmara dos Pares na Época das Grandes Reformas Políticas (1870-1895). Tese de Doutoramento em História, especialidade de História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. Lisboa: Texto policopiado.

BELO, João. 1927. "Discurso de encerramento da «Semana das Colónias», pelo Sr. Comandante João Belo (Ministro das Colónias)". In *Boletim da Agência Geral das Colónias*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 3-31.

BELTING, Hans. 2011. "Arte e religião no museu". In *A Verdadeira Imagem. Entre a fé a suspeita das imagens: cenários históricos*. Porto: Dafne Editora, 42-46.

BELTRÁN FORTES, José; CACCIOTTI, Beatrice; VENETUCCI, Beatrice Palma (Eds.). 2006. *Arqueología, Coleccionismo y Antigüedad. España e Italia en el Siglo XIX*. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla.

BENATI, Daniele; PAGELLA, Enrica; PERUZZI, Lucia. 1996. *Collezionisti Si Nasce. La Galleria di Matteo Campori a Modena (Castello di Vignola, 14 dicembre-29 giugno 1997)*. Modena: Museo Civico d'Arte Medievale e Moderna di Modena - Franco Cosimo Panini Editore.

BENEDICTIS, Cristina de. 1998. *Per la Storia del Collezionismo Italiano. Fonti e documenti con 129 tavole fuori testo*. 2ª ed. Firenze: Ponte Alle Grazie.

BENNETT, Tony. 2009. *The Birth of the Museum. History, theory, politics*. 13ª ed. London-N. York: Routledge. [1ª ed. 1995.]

BENTO, Carina Fabiana Henriques. 2009. *Azulejaria da Colecção Berardo. Estudo, Criação de um Sistema de Inventário e Gestão da Colecção, e Proposta de Museu Virtual. Tese de Mestrado em Museologia e Museografia apresentada à Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa*. 3 Vols. Lisboa: Texto policopiado.

BETTENCOURT, Jácome de Bruges. 2010. "Móveis da Colecção Francisco Bettencourt". *Boletim do Núcleo Cultural da Horta.* (19): 387-441.

BETTONI, Barbara. 2004. "Spazi Riservati allo Studio e Libri Nelle Dimore Delle Famiglie Agiate Bresciane Dell'Etá Moderna". *DSS Papers STO.* (02).

BIASI, Pierre-Marc de. 1980. "Système et déviances de la collection à l'époque romantique (Le Cousin Pons)". *Romantisme.* 10 (27): 77-93.

BIZARRO, Tina Waldeier. 2006. "«The Scattered Limbs of the Giant»: Recollecting Medieval Architectural Revivals". In *A Companion to Medieval Art: Romanesque and Gothic in Northern Europe*, Conrad Rudolph (Ed.). Malden-Oxford-Victoria: Blackwell Publishing, 619-638.

BLADES, Holly Raible. 2010. *D. Luis Bramão A man of Passions*. s.l.: Ed. do autor.

BLANCHARD, Pascal; BOËTSCH, Gilles; SNOEP, Nanette Jacomijn (Dir.). 2011. *Exhibitions. L'invention du sauvage (Catalogue de l'exposition "Exhibitions. L'Invention du Sauvage". Paris: Musée du quai Branly, 29 novembre 2011 - 3 juin 2012)*. Paris: Actes Sud - Musée du quai Branly.

BLOM, Philipp. 2004. *To Have and To Hold. An intimate history of collectors and collecting*. Woodstock-New York: The Overlook Press. [1ª ed. 2002.]

———. 2008. *The Vertigo Years. Europe 1900-1914*. N.York: Basic Books.

BLUNT, Anthony. 1979. "Antoine Seilern Connoisseur in the Grand Tradition". *Apollo.* CIX (1, January):10-23.

BLUTEAU, Raphael. 1712. "Collecçam". In *Vocabulario Portuguez e Latino [...]*. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 373.

———. 1712. "Colligir". In *Vocabulario Portuguez e Latino [...]*. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 375.

———. 1716. "Museo". In *Vocabulario Portuguez e Latino [...]*. Lisboa: Na Officina de Pascoal da Sylva, 649-650.

BODKIN, Thomas. 1945. "Medieval English alabaster-work in Portugal". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. I (2, Janeiro-Dezembro):70-74.

BOIME, Albert. 1979. "Les hommes d'affaires et les arts en France au XIX^{ème} siècle". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales.* Vol. 28 (1):57-75.

BOLAÑOS ATIENZA, María. 2009. "Crónica de un museo". In *Museo Nacional Colegio de San Gregorio. Colección*. s.l.: Ministerio de Cultura - Secretaría General Técnica - Subdirección General de Publicaciones, Información y Documentación, 15-39.

BOLAÑOS, María. 2008. *Historia de los museos en España. Memoria, Cultura, Sociedad*. 2ª revisada y ampliada ed. Gijón: Ediciones Trea. [1ª ed.1998.]

BOLAÑOS, María (Ed.). 2002. *La Memoria del Mundo. Cien Años de Museología [1900-2000]*. Gijón: Ediciones Trea.

BOLZONI, Lina. 2005. "Art de la mémoire et collectionnisme". In *La Chambre de la Mémoire. Modèles littéraires et iconographiques à l'âge de l'imprimerie*. Genève: Librairie Droz, 359-393.

BOM, Manuel. 1955-1956. *Evolução da Escultura em Portugal analizada através da colecção do Museu Nacional de Arte Antiga. Tese de estágio para Conservador de Museus paresentada ao Exmo. Snr. Director do Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: texto dactilografado.

———. 1955-1956. *Subsídios para a Iconografia de Sua Majestade a Rainha D. Maria I de Portugal. Catálogo*. Lisboa: texto dactilografado.

BONATE, Liazzat J. K. 2003. "The Ascendance of Angoche. The Politics of Kingship and Territory in Nineteenth Century Northern Mozambique". *Lusotopie: Violences et contrôle de la violence au Brésil, en Afrique et à Goa.*115-140.

BONAVENTURA, Paul; JONES, Andrew (Eds.). 2011. *Sculpture and Archaelogy*. Farnham-Burlington: Ashgate Publishing Limited.

BONFAIT, Olivier. 1986. "Les Collections des parlementaires parisiens du XVIIIe Siècle". *Revue de l'Art.* Vol. 73 (73):28-42.

BONFAIT, Olivier; HOCHMANN, Michel; SPEZZAFERRO, Luigi; TOSCANO, Bruno (a cura di). 2001. *Geografia del Collezionismo. Italia e Francia Tra il XVI e il XVIII Secolo (Atti delle giornate di studio dedicate a Giuliano Briganti. Roma, 19-21 settembre 1996)*. Roma: École Française de Rome.

BONFAIT, Olivier; POWELL, Véronique Gerard; SÉNÉCHAL, Philippe (Eds.). 1998. *Curiosité. Études d'histoire de l'art en l'honneur d'Antoine Schnapper*. Paris: Flammarion.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. 1999. *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português*. Lisboa: Quetzal Editores.

———. 2007. *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais.

———. 2010. *A Monarquia Constitucional (1807-1910)*. Lisboa: Texto Editores.

BONNEFOUS, Édouard; PEUCHOT, Éric; RICHER, Laurent (Dir.). 1994. *Droit Au Musée Droit Des Musées (Colloque tenu à la Fondation Singer-Polignac le vendredi 30 avril 1993)*. Paris: Fondation Singer-Polignac / Dalloz.

BONNOT, Thierry. 2002. *La Vie des Objets d'Utensiles Banals à Objets de Collection*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de L'homme.

BONYTHON, Elizabeth; BURTON, Anthony. 2003. *The Great Exhibitor: The Life and Work of Henry Cole*. London: V & A Publications.

BORBA, João Botelho Moniz. 1974. *A utilidade das gipsotecas: a gipsoteca do Museu de Setúbal.* Separata de *Actas das II Jornadas Arqueológicas,* volume II. Lisboa.

BORGES, Nelson Correia. 1980. *A Capela do Tesoureiro da Antiga Igreja de São Domingos*. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro.

BORONAT I TRILL, Maria Josep. 1999. *La Política d'adquisicions de la Junta de Museus 1890-1923*. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat-Junta de Museus de Catalunya.

BOSWELL, David; EVANS, Jessica (Eds.). 2007. *Representing the Nation: A Reader. Histories, heritage and museums*. 4ª ed. London-N. York: Routledge - The Open University. [1ª ed. 1999.]

BOTELHO, José Justino Teixeira. 1921. *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique de 1833 aos Nossos Dias*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

BOUIRON, Marc; BOUVRY-POURNOT, Joëlle; DELESTRE, Xavier; NÉGRI, Vincent; THIERY, Sébastien. 2007. *Pérennité des Collections Publiques*. Lyon: Fage éditions - Association générale des conservateurs des collections publiques de France pour la Région Provence-Alpes-Côte d'Azur, Aix-en-Provence.

BOUNIA, Alexandra. 2004. *The Nature of Classical Collecting. Collectors and Collections 100 BCE-100 CE*. Aldershot - Burlington: Ashgate Publishing Company.

BOURDIEU, Pierre. 1975. "L'Invention de la vie d'artiste". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales.* 1 (1-2):67-93.

———. 1979. *La Distinction, critique sociale du jugement*. Paris Minuit.

———. 1986. "L'Illusion Biographique". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales.* 62 (62-63):69-72.

BOURDIEU, Pierre; DE SAINT-MARTIN, Monique. 1976. "Anatomie du Gout". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales.* 2 (5):2-81.

BOUTTIAUX, Anne-Marie. 1999. "Des misei en scène de curiosités aux chefs-d'oeuvre mis en scène. Le Musée royal de l'Afrique à Tervuren: un siècle de collections". *Cahiers d'Études Africaines.* 39 (155-156):595-616.

BRAGA, Paulo Drumond. 2010. "Os Ministros da Educação Nacional (1963-1974). Sociologia de uma Função". *Revista Lusófona de Educação.* (16):23-38.

BRANCO, Hugo de Lacerda Castelo. 1934. *Notícia sôbre os serviços prestados ao País por oficiais da Armada Portuguesa além do que respeita à parte militar marítima. O valor dos serviços de fomento na Marinha*. Lisboa: Imprensa da Armada.

BRANCO, Manoel Bernardes. 1879. *Alfredo d'Andrade Portuguez Restaurador de monumentos antigos na Italia*. Lisboa.

BRANDÃO, Fernando de Castro. 1991. *A I República Portuguesa: uma cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte.

BRANDÃO, Júlio. 1905. "Guerra Junqueiro". *Serões*. 2ª Série, vol. I:181-292.

BRANDÃO, Raul. 1998. *Memórias - Tomo I*. José Carlos Seabra Pereira (Ed.). Vol. I, *Obras Completas*. Lisboa: Relógio d'Água Editores. [1ª ed. 1919.]

———. 1999. *Memórias - Tomo II*. Carlos Seabra Pereira (Ed.). Vol. II, *Obras Completas*. Lisboa: Relógio d'Água Editores. [1ª ed. 1925.]

———. 2000. *Memórias - Tomo III, Vale de Josafat*. José Carlos Seabra Pereira (Ed.). Vol. III, *Obras Completas*. Lisboa: Relógio d'Água Editores. [1ª ed. 1933.]

BRAUDILLARD, Jean. 1994. "The System of Collecting". In *The Cultures of Collecting*. John Elsner e Roger Cardinal (Eds.). London Reaktion Books, 7-24.

BRIGOLA, João Carlos. 2003. *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Edição original: Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora. 2 vols. Évora: texto policopiado, 2000.

———. 2010. *Os viajantes e o 'livro dos museus'. As colecções portuguesas através do olhar dos viajantes estrangeiros (1700-1900)*. Porto: Dafne Editora - Chaia/Universidade de Évora.

BRIGOLA, João Carlos (Coord.). *Coleccionismo no Século XVIII. Textos e Documentos*. 2009. Porto: Porto Editora.

BRIGOLA, João Carlos; TEIXEIRA, Madalena Braz; NABAIS, António; PEREIRA, Fernando António Baptista. 2003. "Perspectiva histórica da evolução do conceito de museu em Portugal (Documento apresentado pelo grupo de trabalho da APOM ao Conselho Consultivo do IPM, no âmbito da elaboração da Lei-Quadro dos Museus, Setembro de 2002)". *Lugar em Aberto. Revista da APOM*. (1, Outubro):32-45.

BRILLIANT, Richard. 2000. *My Laocoön. Alternative claims in the interpretation of artworks*. Berkeley - Los Angeles - London: University of California Press.

BRITO, Manuel de; SILVA, Raquel Henriques da. 1994. *Colecção Manuel de Brito. Imagens da Arte Portuguesa do Século XX*. Lisboa: Museu do Chiado - Lisboa Capital Europeia da Cultura 94 - Electa.

BRITO, Margarida Maria Acciaiuoli Homem de Campos Tavares de. 1991. *Os Anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes. «Restauração» e «Celebração». Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea Apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. 2 Vols. Lisboa: texto policopiado.

BRITO, Ricardo Pinto de Carvalho Paulo de. 2012. *A Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos no Contexto Historiográfico Nacional (1911-1928). Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Texto policopiado.

BROWN, Michelle P. 2006. "The Modern Medieval Museum". In *A Companion to Medieval Art: Romanesque and Gothic in Northern Europe*, Conrad Rudolph (Ed.). Malden-Oxford-Victoria: Blackwell Publishing, 639-655.

BUECHNER, Thomas S. 1964. "Successful Relocation of Important Sculpture". *National Sculpture Review*. Vol. XIII (2).

BURGESS, Robert G. 1997. *A Pesquisa de Terreno. Uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.

BURKE, Peter. 2001. *Visto y no visto. El uso de la imagen como documento histórico*. Barcelona Crítica.

———. 2005. "Qualche Riflessione Sull'Antropologia Storica del Collezionismo". In *Il collezionismo a Venezia e nel Veneto ai tempi della Serenissima (Convegno del Kunsthistorisches Institut in Florenz, Venezia 21-25 settembre 2003)*, Bernard Aikema; Rosella Lauber; Max Seidel (Eds.). Venezia: Marsilio Editore, 51-54.

BURTON, Anthony. 1999. *Vision & Accident. The Story of the Victoria and Albert Museum*. London: V & A Publications.

BUTLER, Beverley. 2007. *Return to Alexandria. An Ethnography of Cultural Heritage, Revivalism, and Museum Memory*. Walnut Creek: Left Coast Press.

CABANNE, Pierre. 2003. *Les Grands Collectionneurs.* Tome I. *Du Moyen-Âge au XIX$_e$ siècle.* Paris: Les Éditions de l'Amateur.

———. 2004. *Les Grands Collectionneurs.* Tome II. *Être collectionneur au XX$_e$ siècle*. Paris: Les Éditions de l'Amateur.

CABRAL, António. 1930. *As minhas memórias políticas. Na Linha de Fogo. Revelações que se fazem. - Mysterios que se desvendam*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco.

CABRAL, Manuel Villaverde. 1982. "O Fascismo Português Numa Perspectiva Comparada". In *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio Realizado na Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 19-30.

———. 1988. *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença.

CACCIOTTI, Beatrice (Ed.). 2011. *El XIV Duque de Alba coleccionista y mecenas de arte antiguo y moderno*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma.

CAETANO, Marcello. 1943. *Do Conselho Ultramarino ao Conselho do Império*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

———. 1946. *Alguns discursos e relatórios*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

———. s.d. [1960]. "A África e o Futuro". In *Ensaios Pouco Políticos*. Lisboa: Editorial Verbo, 39-56.

———. 1967. *O Conselho Ultramarino. Esboço da Sua História*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

———. 1977. *Minhas Memórias de Salazar*. Lisboa: Editorial Verbo.

CALADO, Rafael Salinas. 1947. *Memórias dum Ferro-Velho*. Lisboa: Portugália Editora.

CAMACHO, Brito. 1926. *Moçambique: problemas coloniais*. Lisboa: Guimarães.

CÂMARA, João de Sousa da. 1985. *História do Banco Fonsecas e Burnay*. Lisboa: Banco Fonsecas & Burnay.

———. 1998. *Inocêncio Camacho Governador do Banco de Portugal (1911-1936). Estudos Históricos*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

CAMILLE, Michael. 2000. *El Ídolo Gótico. Ideología y creación de imágenes en el Arte Medieval*.. Madrid: Ediciones Akal. [1ª ed 1989.]

CAMPOS, Correia de. s.d. *Imagens de Cristo em Portugal*. Lisboa: Livraria Bertrand.

CAMPOS, Fernanda Mª Guedes de. 2008. *Estudo de proveniências nas colecções patrimoniais. A experiência da Biblioteca Nacional de Portugal (Colóquio Património bibliográfico e novas tecnologias, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 12 Fevereiro 2008)*. http://ww3.fl.ul.pt//biblioteca/biblioteca_digital/docs/estudosdeproveniencia.pdf ed. Lisboa.

CAMPOS, Peres de. 1969. "As Esculturas da Colecção do Comandante Ernesto Vilhena". *Letras e Artes*, 21 de Abril.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MACHADO, Jónatas. 1995. "Bens culturais, propriedade privada e liberdade religiosa". *Revista do Ministério Público.* (64, Outubro-Dezembro): 11-38.

CANTINHO, Manuela. 2010. *Colecções etnográficas extra-ocidentais em Portugal: passado, presente e futuro (7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, 2010)*. Lisboa.

CAPELA, José. 1974. *Escravatura*. Porto: Afrontamento.

———. 1979. *As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico da escravatura, 1810-1842*. Porto: Afrontamento.

CAPUCHO, Teresa d'Orey. 2001. "Manuel Mendes: lembranças de um amador de escultura". *Arte Teoria.* (nº 2): 60-73.

CARBONELL, Bettina Messias (Ed.). 2004. *Museum Studies. An Anthology of Contexts*. Maldon - Oxford - Victoria: Blackwell Publishing.

CARDOSO, Nuno Catharino. 1935. *Museus Portugueses*, *Arte Portuguesa, III*. Lisboa.

———. 1937. *Museus de Lisboa*, *Arte Portuguesa, XVIII*. Lisboa.

CARMELLO, P. M. Fr. Alexandre do Monte. 1825. *Oração Fúnebre Que Nas Exequias do Illustrissimo E Excellentissimo Senhor Cypriano Ribeiro Freire Recitou [...] No Convento de Nossa Senhora dos Remedios dos Carmellitas Descalços, A 28 de Junho de 1825*. Lisboa: Typ. De Ricardo José de Carvalho

CARNAXIDE, Jorge Humberto Santos. 2010. *O Museu de Escultura Comparada em Mafra: um Projecto Romântico no Estado Novo. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Texto policopiado.

CARNEIRO, Bernardino Joaquim da Silva. 1851. *Duas Palavras em Resposta Ás Breves Reflexões do Sr. Manoel dos Santos Pereira Jardim, Contra o Nosso Compendio de Moral, e Principios de Direito Natural*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

CARRIER, David. 1987. "The Display of Art: an historical perspective". *Leonardo.* Vol. 20 (1): 83-86.

CARRILHO, Maria. 1982. "Origens sociais do corpo de oficiais das Forças Armadas portuguesas ao longo do século XX". *Análise Social.* Vol. XVIII (72-73-74): 1155-1164.

———. 1985. *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CARVALHO, A. Ayres de. 1980. "Reynaldo dos Santos (1880-1970). Três décadas na presidência da Academia Nacional de Belas-Artes (1937-1967)". *Belas Artes. Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes.* 3ª série (2): 5-27.

———. 1982. *A Galeria de Pintura da Ajuda e as Galerias do Século XIX*. Lisboa.

CARVALHO, Clara; CABRAL, João de Pina (Coord.). 2004. *A Persistência da História. Passado e Contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

CARVALHO, Henrique Augusto Dias de. 1890. *Methodo Pratico Para Fallar a Lingua da Lunda Contendo Narrações Historicas dos Diversos Povos*. Lisboa: Imprensa Nacional.

———. 1892. *Expedição Portugueza ao Muatiânvua. Metereologia, Climalogia e Colonisação. Estudos sobre a região percorrida pela expedição comparados com os dos benemeritos exploradores Capello e Ivens e de outros observadores nacionaes e estrangeiros. Modo Practico de Fazer Colonisar com Vantagem as Terras de Angola Pelo Chefe da Expedição*. Lisboa: Typographia do Jornal As Colonias Portuguezas.

CARVALHO, Joaquim Augusto Simões de. 1872. *Memoria Historica da Faculdade de Philosophia*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

CARVALHO, Joaquim Martins de. 1887. "Visconde de Monte-São". *O Conimbricense.* Ano XL (4138-4141, 23 Abril-2 Maio).

CARVALHO, J. M. Teixeira de. 1925. *Arte e Arqueologia*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

———. 1926. *Bric-à-Brac. Notas Históricas e Arqueológicas*. Porto: Livraria Fernando Machado & Cª Lda. Editora.

———. 1926. *Notas de Arte e Crítica*. Porto: Livraria Moreira - Editora.

CARVALHO, José Alberto Seabra; CARVALHO, Marta Barreira. 2009. "Museus e Exposições: Ideias, Formas e Discursos de Representação e Celebração da Arte Portuguesa (Do Liberalismo ao Estado Novo)". In *Arte Portuguesa: da Pré-História ao Século XX*. Porto: Dalila Rodrigues (Ed.). Fubu Editores, 89-142.

CARVALHO, José Alberto Seabra de. 2010. "A Invenção de Uma Identidade para os Primitivos Portugueses". In *Primitivos Portugueses 1450-1550. O Século de Nuno Gonçalves*. Lisboa: MNAA - Athena, 28-41.

CARVALHO, Maria João Vilhena de. 2002. "As esculturas em madeira: apresentação da colecção". In *Da Flandres e do Oriente. Escultura Importada. Colecção Miguel Pinto*. Lisboa: IPM-Casa Museu Anastácio Gonçalves, 47-53.

———. 2003. "Escultura". In *Colecção da Fundação Abel de Lacerda*. Caramulo: Museu do Caramulo - Fundação Abel de Lacerda, 26-41.

———. 2004. *Escultura. Normas de Inventário. Artes Plásticas e Artes Decorativas*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

———. 2008. "O Pólo Museológico da Flor da Rosa. Esculturas em Pedra provenientes da Colecção do Comandante Ernesto de Vilhena do Museu Nacional de Arte Antiga". In *O Mosteiro da Flor da Rosa*. Lisboa: IGESPAR/DRCALEN, 157-215.

———. 2011. "Sérgio Guimarães de Andrade, o conservador e a sua colecção. A imaginária como conceito". *Revista de História da Arte.* (8):111-125.

———. 2012. "Ernesto de Vilhena, um Coleccionador de Escultura na Europa do Século XX". In *El Taller Europeo. Intercambios, influjos y préstamos en la escultura moderna europea (I Encuentro Europeo de museos con colecciones de escultura, Valladolid, Museo Nacional de Escultura, Maio 2010)*. Valladolid: Museo Nacional de Escultura, 199-209.

———. 2014 [no prelo]. "As Esculturas em Madeira da Colecção do Museu Nacional de Arte Antiga. Notas sobre os resultados da identificação anatómica". In *Identificação Anatómica das Madeiras da Colecção de Escultura do Museu Nacional de Arte Antiga e do Museu Grão Vasco*, Cristina Nabais (Coord.). Coimbra: Imprensa da Universidade

CARVALHO, Maria João Vilhena de; FRANCO, Anísio. 2009. "Os Della Robbia da Rainha D. Leonor: Imagens Florentinas do Mosteiro da Madre de Deus de Lisboa". In *Casa Perfeitíssima. 500 Anos do Mosteiro da Madre de Deus*. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, 129-140.

CARVALHO, Maria João Vilhena de; FREIRE, Dulce. 1994. "A Crise do Vinho ou Dar de Comer a um Milhão de Portugueses". *História.* Ano XVII (Nova Série) (3, dezembro):22-31.

CARVALHO, Tito Augusto de. 1902. *As Companhias Portuguesas de Colonização. Memoria apresentada ao Congresso Colonial Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional

CASCÃO, Rui 2011. "Em casa: o quotidiano familiar". In *História da Vida Privada em Portugal. Dir. José Mattoso. A Época Contemporânea.* Irene Vaquinhas (Coord.). Lisboa: Círculo de Leitores, 222-252.

CASCÃO, Rui de Ascensão Ferreira. 1998. *Figueira da Foz e Buarcos Entre 1861 e 1910. Permanência e Mudança em Duas Comunidades do Litoral*. Coimbra: Centro de Estudos do Mar e das Navegações Luís de Albuquerque - Câmara Municipal da Figueira da Foz - Livraria Minerva.

CASTELLUCCIO, Stéphane. 2002. *Les Collections Royales d'Objects d'Art: de François I à la Révolution*. Paris: Les Éditions de l'Amateur.

CASTELO, Cláudia. 1998. *«O Modo Português de Estar no Mundo». O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento. Edição original: *«O Modo Português de Estar no Mundo». O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX (secção séc. XX) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 1996.

———. 2002. "Leituras da Correspondência de Portugueses para Gilberto Freyre". In *Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa. Balanços e Desafios*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 421-444.

———. 2007. *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento.

CASTELO-BRANCO, Fernando. 1975. "«Elogio Académico» do Prof. Doutor Reynaldo dos Santos". *Belas-Artes. Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes.* 2ª Série (28-29): 109-116.

CASTILLO-OLIVARES, Maria Dolores Antiguedad del (Dir.); ALZAGA RUIZ, Amaya (Coord.). 2011. *Colecciones, Expolio, Museos y Mercado Artístico en España en Los Siglos XVIII y XIX*. Madrid: Editorial Universitaria Centro de Estudios Ramón Areces.

CASTRO, Armando Augusto Gonçalves de Morais e. 1927. *As Colónias Portuguesas e alguns dos principais problemas que as interessam*. Porto: Companhia Portuguesa Editora.

CASTRO, Abbade de. 1867. "A Exposição Retrospectiva Portugueza em Paris, III". *Archivo Pittoresco.* X: 192.

CASTRO, Eugénio de. 1926. *Cartas de torna-viagem*. Vol. Primeiro. Lisboa-Porto-Rio de Janeiro: «Lumen» Empresa Internacional Editora.

CASTRO, Leite de. 1929. *Companhia de Diamantes de Angola: noticia succinta sobre a sua constituição, concessões obtidas e trabalhos realizados em Angola*. Lisboa.

CASTRO, Manuel de Oliveira Chaves e. 1916. *Justificação do procedimento da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra nos concursos de 1871 e 1874 para o provimento de substituições ordinarias da mesma Faculdade, em que foram concorrentes os Srs. Drs. Theophilo Braga e o Conselheiro Julio Marques de Vilhena*. Coimbra: França & Arménio.

———. 1918. *Júlio Marques de Vilhena e o seu livro «Antes da República» ou antes Júlio Marques de Vilhena julgado e condemnado em processo instaurado em face do livro «Antes da República»*. Coimbra: Livraria França & Armenio.

CASTRO, Pedro Jorge. 2009. *Salazar e os Milionários*. 2ª ed. Lisboa: Quetzal Editores.

CASTRO, Zília Osório de. 2005. "Sociedade e Estado. Reflexos krausistas". *Revista de História das Ideias.* Vol. 26, *O Estado*:161-197.

CATALANO, Gabriella. 2007. *Musei Invisibili. Idea e forma della collezione nell'opera di Goethe*. Roma: Artemide.

CATARINO, Maria de Lurdes. 1980. *Os ex-libris portugueses da colecção João Jardim de Vilhena da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora. Separata de *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Vol. XXXIV, 3ª parte.

CATERS, Christian de. 1931. "La participation du Portugal à l'Exposition Coloniale Internationale de Paris". *Boletim da Agência Geral das Colónias.* Ano 7º (78, Dezembro):38-49.

CATONI, Maria Luisa (Ed.). 2007. *Il patrimonio culturale in Francia*. Milano: Mondadori Electa.

CATROGA, Fernando. 1977. *A Importância do Positivismo na Consolidação da Ideologia Republicana em Portugal*. Coimbra. Separata de *Biblos*. Vol. LIII, Coimbra, 1977.

———. 1977. *Os Inícios do Positivismo em Portugal. O seu significado político-social*. Coimbra: Universidade de Coimbra-Instituto de História e Teoria das Ideias.

———. 1991. *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*. Coimbra: Faculdade de Letras.

CATROGA, Fernando; ALMEIDA, Pedro Tavares de (Coord.). 2010. *Res Publica. Cidadania e Representação Política em Portugal 1820-1926*. Lisboa: Assembleia da República - Biblioteca Nacional de Portugal.

CAYOLLA, Lourenço. 1912. *Sciencia da Colonisação*. Lisboa: Typographia da Cooperativa Militar.

———. 1928. *Revivendo o Passado*. Lisboa: Imprensa Limitada.

———. 1934. *Cenas Delidas Pelo Tempo... Recordações do Passado*. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia.

CHANEY, Edward (Ed.). 2003. *The Evolution of English Collecting: receptions of Italian Art in the Tudor and Stuart Periods*. New Haven - London: The Paul Mellon Centre for Studies in British Art - The Yale Center for British Art - Yale University Press.

CHANGEUX, Jean-Pierre. 1990. "Le patrimoine en danger: l'espoir des dations". *Revue de l'Art.* 88 (1):5-9.

CHASTEL, André; POMIAN, Krysztof. 1987. "Les intermédiaires". *Revue de l'Art.* 77 (77):5-9.

CHATELAIN, Françoise; TAUGOURDEAU, Pierre. 2011. *Oeuvres d'Art et Objets de Collection en Droit Français*. Paris: LexisNexis.

CHOAY, Françoise. 1996. *L'Allégorie du Patrimoine*. 2ª ed. Paris: Éditions du Seuil.

———. 2009. *Le Patrimoine en Questions. Anthologie pour un combat*. Paris: Éditions du Seuil.

CHURCHILL, Winston S. 2010. *A Minha Viagem por África*. Lisboa: Casa das Letras. [1ª ed. inglesa 1972.]

CIMOLI, Anna Chiara. 2007. *Musei effimeri. Allestimenti di mostre in Italia 1949-1963*. Milano: il Saggiatore.

CLAIR, Jean. 2008. *La crisi dei musei. La globalizzazione della cultura*. Milano: Skira editore. [1ª ed. 2007.]

CLARENCE-SMITH, Clarence. 1985. "Business Empires in Angola under Salazar, 1930-1961". *African Economic History.* (14):1-13.

CLEVELAND, Todd Charles. 2008. *Rock Solid: African Laborers on the Diamond Mines of the Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), 1917-1975 (PH. D. Dissertation, University of Minnesota)*: Texto policopiado.

COELHO, Trindade. 1902. *In Illo Tempore. Estudantes, lentes e futricas*. Lisboa-Paris: Aillaud & Cia.

COIMBRA, Maria Natércia. 1995. "O Arquivo de História Oral no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Entrevistas: conceito, natureza e direitos de uso e

divulgação envolvidos". *Revista de História das Ideias.* Vol. 17, *Do Estado Novo ao 25 de Abril*:513-526.

COITO, Lívia Cristina; CARDOSO, José Luís; MARTINS, Ana Cristina. 2008. *José Leite de Vasconcelos (1858-1941). Fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

COLLIER, Delinda. 2010. *Art in a State of Emergency: Figuring Angolan Nationalism, 1953-2007. A dissertation submitted to the Faculty of the James T. Laney School of Graduate Studies of Emory University in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in Art History*. Emory.

COLTIMAN, Viccy. 2009. *Classical Sculpture and the Culture of Collecting in Britain Since 1760*. Oxford: Oxford University Press.

CORDEIRO, A. Luciano. 1874. *Viagens. Hespanha e França*. Lisboa: Imprensa de J. G. de Sousa Neves.

———. 1875. *Viagens. França, Baviera, Austria e Italia*. Lisboa: Imprensa de J. G. de Sousa Neves.

———. 1876. *Da Arte Nacional (Noite de 8 de Fevereiro, no Salão da Rua do Alecrim, 89)*. Lisboa: Typographia do Jornal O Paiz.

———. 1896. *Museu Colonial e Ethnographico da Sociedade de Geographia de Lisboa. Collecções Especiaes: Collecção Henrique de Carvalho (Expedição à Lunda). Catalogo original*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CORDEIRO, Antonio Xavier Rodrigues. 1876. *Novo Almanach de Lembranças Luzo-Brazileiro Para o Anno de 1876 (Bissexto) Ornado de Gravuras Com o retrato gravado em aço, e o elogio biographico do distincto escriptor J. G. Gomes Coelho (Julio Diniz) Enriquecido com differentes tabellas e materias d'interesse publico*. Lisboa: Lallemant Frères, Typ.

CORDEIRO, Valério Aleixo. 1929. *D. Manuela Jardim de Castro (Nova-Gôa). Esbôço Biográfico*. Lisboa: Au Sacré Coeur.

CORREIA, A. Ferrer. 1994. *A Venda Internacional de Objectos de Arte e a Protecção do Património Cultural*. Coimbra: Coimbra Editora.

CORREIA, José Eduardo Horta. 1974. *Liberalismo e Catolicismo. O problema congreganista (1820-1823)*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

CORREIA, Maximino. 1960-1961. *Elogio Académico do Professor Henrique de Vilhena.* Separata de *«Arquivo de Anatomia e Antropologia»,* vol. XXXI. Lisboa.

CORREIA, Vergílio. 1920. *Arte e Arqueologia. Estudos, Impressões, Críticas & Comentários*. Lisboa.

———. 1920. "Estradas de Coimbra". *Atlântida.* Vol. XII, Ano V (46-47):264-266.

———. 1920. "Um museu de escultura comparada". In *Arte e Arqueologia (Miscelanea)*. Lisboa, 93-96.

———. 1924. *Monumentos e Esculturas (Seculos III-XVI)*. 2ª ed. Lisboa: Livraria Ferin, Editora.

———. 1931. *Batalha - II. Estudo Histórico-Artístico da Escultura do Mosteiro da Batalha*. Porto: Litografia Nacional-Edições.

———. 1937. "A Capela do Tesoureiro e as Estátuas do seu Retábulo". *Diário de Coimbra*, 9 Abril: 1-2.

———. 1937. "Imaginária Gótica Coimbrã". *Diário de Coimbra*, 1 Março.

———. 1940. "Virgens Góticas". *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes.* VI:19-28.

———. 1941. *Santos Rocha Fundador Dum Museu (Conferência proferida, no Teatro do Grande Casino Peninsular, em 14 de Junho de 1936)*. Figueira da Foz. Separata de «*O Académico Figueirense*». Figueira da Foz: Escola Gráfica, 1941.

———. 1942. "Museologia". *Diário de Coimbra*, 12 Janeiro.

———. 1953. *A Arte em Coimbra e Arredores*. Direcção de Alice Correia, ed. póstuma. Coimbra.

———. 1953. *Obras.* Vol. III. *Estudos de História da Arte. Escultura e Pintura*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis.

———. 1978. *Obras*. Vol. V. *Estudos Monográficos*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis.

CORREIA, Vergílio; GONÇALVES, A. Nogueira. 1953. *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

CORTESÃO, Armando. 1935. *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI. Contribuição para um estudo completo*. Lisboa: Seara Nova.

CORTESÃO, Jaime. 1969. *Memórias da Grande Guerra*. Lisboa: Portugália Editora. [1ª ed. 1919.]

COSSÍO, Silvia; ALONSO, Ikella; RICO, Juan Carlos (Eds.). 2009. *La exposición de obras de arte. Reflexiones de una historiadora, un artista y un arquitecto*. Madrid: Sílex Ediciones.

COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da. 2011. *Museologia da Arte Sacra em Portugal (1820-2010). Espaços, Momentos, Museografia (Tese de Doutoramento em Letras, área de Museologia e Património Cultural apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)*. Coimbra: Texto policopiado.

COSTA, Fernando 1998. *Portugal e a Guerra Anglo-Boer. Política externa e opinião pública (1899-1902)*. Lisboa: Edições Cosmos.

COSTA, Fernando; SERÉN, Maria do Carmo. 2004. *Illustração Portugueza*. Porto: Centro Português de Fotografia.

COSTA, Justo da. 1973. *Diamantes de Angola. Nova História de David e Golias*. Lisboa: Edição do autor.

COSTA, Júlio Dias da. 1937. *Camilo e Cipriano Jardim. Duas questões e uma pendência sem duelo*. Lisboa: Livraria Morais.

COSTA, Jorge; FAZENDA, Luís; HONÓRIO, Cecília; LOUÇÃ, Francisco; ROSAS, Fernando. 2010. *Os Donos de Portugal - Cem anos de poder económico (1910-2010)*. Porto: Edições Afrontamento.

COSTA, Lucília Verdelho da. 1997. *Alfredo de Andrade (1839-1915) da Pintura à invenção do Património*. Lisboa: Vega.

COSTA, Mário. 1928. *Como fizeram os portugueses em Moçambique*. Lisboa: J. Rodrigues.

COSTA, Mª Madalena G. F. Cardoso da. 2006. "João Couto de Coimbra a Lisboa. Apontamento Biográfico e Bibliografia (1914/15-1971)". *Arquivo Coimbrão.* Vol. XXXIX:61-93.

———. 2011. "Museus e educação no período do «Estado Novo»: o papel de João Couto (1928-1964)". *Idearte. Revista de Teorias e Ciâncias da Arte.* Ano VII (7):5-34.

COUTINHO, João de Azevedo. 1935. *As Duas Conquistas de Angoche*. Lisboa.

———. 1941. *Memórias de um velho marinheiro e soldado de África*. Lisboa: Livraria Bertrand.

COUTO, Carlos 1992. "Memória branca de João Couto, 1892-1992. Uma história do sentido". *Colóquio Artes*. 2ª série (92, Março):27.

COUTO, Carlos. 2002. "Caderno de Epifanias". In *Caderno de Demónios. Os Últimos Anos de Nietzsche ou a Ilha dos Mortos*. Lisboa: Fenda, 157-166.

COUTO, Carlos 2004. "O caderno de Epifanias presença e memória de João Couto, museólogo e pedagogo". In *Portugal: Encruzilhada de Culturas, das Artes e das Sensibilidades (II Congresso Internacional de História da Arte, Porto, 2001)*. Coimbra: Livraria Almedina, 941-950.

COUTO, João. 1929. *Ourivesaria Portuguesa. Exposição Portuguesa em Sevilha*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

———. 1938. "José de Figueiredo". *Bulletin des Études Portugaises.* Fasc. I:1-11.

———. 1939. "Notas para a história da ampliação do Museu das Janelas Verdes". *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga.* Vol. I, Fasc. (2, Julho):45-54.

———. 1941. *Congressos e Conferências do Pessoal Superior dos Museus de Arte. Tese apresentada ao II Congresso Transmontano*. Lisboa.

———. 1943. *Museus das Cidades. Conferência proferida no salão nobre dos Paços do Concelho em 30 de Abril de 1943*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

———. 1943. *O Dr. Xavier da Costa e o Museu das Janelas Verdes*. Lisboa. Separata de *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, volume VII.

———. 1944. "Como vai ficar o Museu das Janelas Verdes". *Diário da Manhã*, nº 4833, 17 Outubro: 1 e 6.

———. 1945. "No Centenário do Nascimento de Sousa Viterbo". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. I, Fasc.2 (Janeiro-Dezembro):61-69.

———. 1946. *O Professor António Augusto Gonçalves Fundador do Museu de Machado de Castro*. Coimbra. Separata de *O Instituto*, vol. 108º.

———. 1946. "Os habitantes de Lisboa ignoram a existência dos seus museus de arte". *Olisipo.* Ano IX (Nº 34, Abril):82-85.

———. 1948. "Justificação do Arranjo de um Museu (Conferência lida no Museu Nacional de Arte Antiga na tarde de 11 de Dezembro de 1948)". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. II (1):1-22.

———. 1950. *As Exposições de Arte e a Museologia.* Lisboa.

———. 1956. "O Museu Nacional de Arte Antiga, seu alargamento e acção cultural". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. III, (2, Janeiro 1954-Dezembro 1955):57-64.

———. 1956. "A Segurança do Património Nacional Exige Medidas Contra Todos os Incidentes declarou ao Diário do Norte o sr. dr. João Couto, director do Museu Nacional de Arte Antiga". *Diário do Norte*, 4 Novembro, 6.

———. 1957-1958. "I-A Pintura Representada no Museu das Janelas Verdes e o Critério da sua Apresentação na Galeria: A Escola Portuguesa; II-A Pintura Representada no Museu das Janelas Verdes e o Critério da sua Apresentação na Galeria: As Escolas Estrangeiras". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* III (3, Janeiro-Dezembro 1956; 4, Janeiro-Dezembro 1957):1-21; 1-9.

———. 1958. *O Museu Nacional de Arte Antiga, de Lisboa*. Porto: Marques Abreu.

———. 1959. "As obras de arte decorativa representadas no Museu das Janelas Verdes e o critério da sua apresentação na Galeria". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. IV (Fasc. 1, (Janeiro-Dezembro 1958)):1-6.

———. 1959-1960 [1958]. "Estágio de Preparação dos Conservadores dos Museus Palácios e Monumentos Nacionais". In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia Realizado em Lisboa de 15 a 20 de Dezembro de 1958 em Homenagem ao Doutor José Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, vol. 2, 305-310.

———. 1960. "Através das visitas guiadas e dos cursos de extensão escolar o Museu de Arte Antiga procura transformar-se numa instituição dinâmica, declarou-nos o dr. João Couto director daquela pinacoteca". *República*, 5 Janeiro: 1, 6-7.

———. 1960. *Brigadas de Restauradores.* Viseu: Mvsev de Grão Vasco. Separata de *Viriatis*, vol. IV.

———. 1960. "Como se trabalha nas oficinas de restauro do Museu das Janelas Verdes". *Diário da Manhã*, 9 Janeiro: 1 e 6.

———. 1960. *Imagens da Virgem no Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

———. 1960. "José de Figueiredo". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. IV (Fasc. 2, Janeiro-Dezembro 1959):1-6.

———. 1960. *Relatório Enviado Pelo Dr. João Couto ao Exmo. Senhor Director Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes*. Viseu: Mvsev de Grão Vasco. Separata de *Viriatis*, vol. IV.

———. 1960. *Reservas dos Museus*. Viseu: Mvsev de Grão Vasco. Separata de *Viriatis*, vol. IV.

———. 1961. *Extensão Escolar dos Museus*. Porto. Separata da *Revista Mvsev*, Segunda série, nº 2, Maio 1961.

———. 1961. "Os Museus Nacionais e alguns problemas que afectam a sua actividade, Observados pelo Dr. João Couto, director do Museu Nacional de Arte Antiga". *República*, 12 Dezembro: 6-7,9.

———. 1962. "Artes Plásticas - Coisas que passam". *Ocidente.* Vol. LXVII:236-237.

———. 1962. "Artes Plásticas - O Jardim do Museu das Janelas Verdes". *Ocidente, Revista Portuguesa Mensal.* LXII (289, Maio):235-236.

———. 1962. "Dr. João Couto (Museólogo que se retira): «O Museu de Arte Antiga necessita de mais espaço para exercer capazmente a função»". *Diário Ilustrado*, 22 Maio 9-10.

———. 1962. "Justificação do presente número do Boletim". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. IV (3 (Janeiro-Dezembro 1960)):3-5.

———. 1963. "Artes Plásticas - Obras de arte inglesa no Museu Nacional de Arte Antiga (Palestra realizada no Instituto Britânico em 10 de Fevereiro de 1949)". *Ocidente.* (298, Fevereiro):118-131.

———. 1965. *Curso de Museologia a estagiários para conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais.* Separata da *Revista «Ocidente»*. Lisboa: Editorial Império.

COUTO, Monsenhor Gustavo. 1926. *A obra dos Capitães e Missionários Portuguezes nas terras do Ultramar*. Lisboa.

CRANE, Susan A. 2000. *Collecting and Historical Consciousness in Early Nineteenth-Century Germany*. Ithaca-London: Cornell University Press.

CRANE, Susan (Ed.). 2000. *Museums and Memory*. Stanford: Stanford University Press.

CRUZ, António. 1943. *Casa Mvsev de Gverra Jvnqveiro. Gvia do Visitante*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

———. 1950. *Casa Museu de Guerra Junqueiro. Guia do Visitante*. 2ª ed. Porto: Câmara Municipal do Porto.

CRUZ, Manuel Braga da. 1988. *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença.

CULTURA, Ministério da. 1984. *Legislação Sobre Cultura (25 de Abril de 1974 a 31 de Dezembro de 1980). II e III Séries*. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CUNHA, Alfredo da. 1938. *Dr. José de Figueiredo. Discurso proferido em 19 de Fevereiro de 1938, na sessão de homenagem promovida pela Academia Nacional de Belas Artes e pelo Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga, pelo Presidente do Conselho Director do mesmo Grupo*. Lisboa: «Amigos do Museu».

CUNHA, Pedro José da 1937. *A Escola Politécnica de Lisboa.* I. *Breve Notícia Histórica*. Lisboa: Faculdade de Ciências de Lisboa.

CUNHA, Santana Sebastião da. 1934. *Notícias históricas dos trabalhos de evangelização nos territórios de Niassa (hoje divididos em distritos de Cabo Delgado Niassa)*. Bastorá: Tipografia Rangel.

CUNO, James (Ed.). 2012. *Whose Culture? The promise of museums and the dabate over antiquities*. 2ª ed. Princeton-Oxford: Princeton University Press.

CURTO, Diogo Ramada. 1997. "Índices do Catálogo da Ex-Colecção Comandante Ernesto Vilhena". In *Ex-Colecção Comandante Ernesto Vilhena. Índices. Vols. I a IV (Elaborados por José F. Vicente)*. Lisboa: Leiria e Nascimento Lda., 5-6.

———. 2012. "A historiografia do império português na década de 1960: formas de institucionalização e projeções". *História da Historiografia.* (10, Dezembro):111-123.

CURVELO, Alexandra. 2003. "O núcleo de marfins luso-orientais: apresentação e metodologia de estudo". In *da Flandres e do Oriente. Escultura Importada. Colecção Miguel Pinto.* Lisboa: Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 55-59.

CUSTÓDIO, Jorge. 2011. *"Renascença" Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal Durante a I República.* Vol. I. *Fundamentos e Antecedentes.* Vol. II. *Património da Nação*. Lisboa: Caleidoscópio. Edição original: CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo. 2008. *"Renascença" Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, Durante a 1ª República. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Évora*. 2 Vols. Évora: Texto policopiado.

CUSTÓDIO, Jorge (Coord. científica). 2010. *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa: IGESPAR.

D. 1925. "Inventário das obras d'arte e peças arqueologicas". *Gazeta de Coimbra*, nº 1892, 29 de Setembro: 1-2.

DACOSTA, Fernando. 2006. *Máscaras de Salazar*. 24ª ed. Lisboa: Casa das Letras. [1ª ed. 1997.]

DAMASCENO, Joana. 2010. *Museus para o Povo Português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

DARWIN, Charles. 2009. *A Origem das Espécies Por Meio de Selecção Natural ou a Preservação das Variedades Favorecidas na Luta pela Vida*. Lisboa: Guimarães Editores.

DAVENNE, Christine; FLEURENT, Christine. 2011. *Cabinets de Curiosités. La passion de la collection*. Paris: Éditions de La Martinière.

DAVIDSON, Basil. 1955. *The African Awakening*. London: Jonathan Cape.

DEACON, Richard; LINDLEY, Philip. 2001. *Image and Idol: Medieval Sculpture*. London: Tate Trustees.

DELICADO, Ana. 2009. *A Musealização da Ciência em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e Tecnologia

DERLON, Brigitte; JEUDY-BALLINI, Monique. 2008. *La Passion de L'Art Primitif. Enquête sur les collectionneurs*. Paris: Gallimard.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Dir.). 2011. *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie*. Paris: Armand Colin.

DEZARROIS, André. 1934. *Introdução ao Catálogo da Exposição de Arte Francesa, Tapeçarias, Bronzes, Moldagens de Esculturas, Reimpressões de Gravuras e Livros llustrados*. Lisboa.

DI DIO, Kelley Helmstutler; COPPEL, Rosario. 2013. *Sculpture Collections in Early Modern Spain*. Farnham: Ashgate Publishing Company.

DIAMANG. 1925. *Estatutos da Companhia dos Diamantes de Angola. Diplomas de Concessão*. Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola.

———. 1954. *Breve Notícia Sobre a Representação da Companhia de Diamantes de Angola na Feira das Indústrias Portuguesas Luanda - Maio de 1954*. Luanda. Separata de Jornal "*A Província de Angola*", 1 Junho 1954.

———. 1955. *Suplemento à compilação dos Estatutos e Diplomas de Concessão da Companhia de Diamantes de Angola, contendo novo frontespício e índice, Estatutos actualizado, Decreto-Lei Nº 39.920 e Contrato celebrado com o Governo em 10 de Fevereiro de 1955*. s.l. [Lisboa].

———. 1958. *Flagrantes da Vida na Lunda*. Lisboa: Publicações Culturais da Companhia de Diamantes de Angola, nº 37.

———. 1959. *Acta da 54ª Reunião da Assembleia Geral (Ordinária) dos Accionistas da Companhia de Diamantes de Angola, realizada no dia 30 de Junho de 1959 (Terça-Feira). Comentários do Administrador-Delegado da Mesma Companhia ao Volume que o Accionista Sr. Cunha Leal Acaba de Publicar, Criticando os Actos da Sua Administração, Seguidamente à Realização da Referida Assembleia Geral*. Lisboa.

———. 1960. *Actas da 55ª Reunião da Assembleia Geral (Ordinária) dos Accionistas da Companhia de Diamantes de Angola, Realizada no Dia 30 de Maio de 1960 (Segunda-Feira)*. Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola.

———. s.d. [1960]. *Estatutos da Companhia de Diamantes de Angola*. Lisboa.

———. 1963. *Acta da 58ª Reunião da Assembleia Geral (Ordinária) dos Accionistas da Companhia de Diamantes de Angola, Realizada no Dia 28 de Junho de 1963 (Sexta-Feira)*. Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola.

———. 1963. *Breve Notícia sobre o Museu do Dundo*. 4ª ed. Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola - Serviços Culturais.

———. 1963. *Companhia de Diamantes de Angola*. Lisboa.

———. 1964. *Acta da 59ª Reunião da Assembleia Geral (Ordinária) dos Accionistas da Companhia de Diamantes de Angola, Realizada no dia 30 de Junho de 1964 (Terça-Feira)*. Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola.

———. 1965. *Acta da 60ª Reunião da Assembleia Geral (Ordinária) dos Accionistas da Companhia de Diamantes de Angola, Realizada no dia 30 de Junho de 1965 (Quarta-Feira)*. Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola.

———. 1965. *O romance de Luachimo - Lunda, terra de diamantes: argumento do filme* s.l.: Companhia de Diamantes de Angola, exemplar dactilografado.

———. 1968. *Legislação Penal Respeitante à Exploração de Diamantes na Província de Angola e Disposições Contratuais Com Ela Conexas (Edição actualizada)*. s.l. [Lisboa]: Companhia de Diamantes de Angola.

———. s.d. [1970]. *Discursos proferidos pelo Sr. Administrador-Delegado, em 21 de Setembro de 1969, na Lunda, Por Ocasião das Solenidades em Memória do Comandante Ernesto de Vilhena, Coronel Brandão de Melo e Engenheiro Quirino da Fonseca, bem como algumas palavras dirigidas a Sua Excelência o Governador-Geral de Angola*. s.l. [Lisboa].

———. 1971. *50 Anos de Serviços, Alicerce do Futuro (Exposição feita à Assembleia Geral Ordinária de 28-V-1971 pelo Presidente do Conselho de Administração Engº Carlos Krus Abecasis)*. Lisboa.

———. 1972. *Rumo e Horizontes (Exposição feita à Assembleia Geral Ordinária de 9-VI-72 pelo Presidente do Conselho de Administração Engº Carlos Krus Abecasis)*. Lisboa.

———. 1979. *Relatório e projecto de cisão dos bens situados em Portugal que pertenceram à Companhia de Diamantes de Angola, SARL*. Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola.

———. s.d. *Proposta Para Ser Submetida À Assembleia Geral Extraordinária a Reunir, Em Segunda Convocação, no Dia 30 de Junho do Corrente Ano, E Sujeita a Ulterior Apreciação E Acordo do Governo*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

DIAS, Carlos Malheiro. 1903-1906. *Cartas de Lisboa*. I-III vols. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira & C_{ia}.

———. 1905. *Cartas de Lisboa. Primeira Serie (1904)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira.

———. 1912-1913. *Cartas de Portugal*. s.l.

———. 1912. *Do Desafio à Debandada*. I-II vols. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C_{ia}.

———. 1912. *Em Redor de um Grande Drama. Subsidios para uma Historia da Sociedade Portuguesa (1908-1911)*. Lisboa-Rio de Janeiro: Livraria Aillaud & Bertrand - Livraria Francisco Alves.

DIAS, Pedro. 2004. *A Arte do Marfim. O mundo onde os portugueses chegaram*. Porto: VOC.

DIXON, William D. 2005. "Medieval Sculpture at the Metropolitan 800 to 1400". *The Metropolitan Museum of Art Bulletin.* (Spring).

DORLÉAC, Laurence Bertrand. 1995. "L'histoire de l'art et les cannibales". *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire.* 45 (45):99-108.

DUARTE, José Bento. 1999. *Senhores do Sol e do Vento. Histórias Verídicas de Portugueses, Angolanos e Outros Africanos*. Lisboa: Editorial Estampa.

DUARTE, José Matusse. 2000. *A Companhia de Moçambique 1888-1942. Tese de Mestrado em Economia e Sociologia históricas apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. Lisboa: Texto policopiado.

DUARTE, Sofia Pinto Bastos; ALBUQUERQUE, João Sousa de. s.d. *A Protecção dos Bens Culturais Móveis Contra Furto e Exportação Ilícita*. Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito.

DUDLEY, Sandra H. (Ed.). 2010. *Museum Materialities. Objects, Engagements, Interpretations*. London-N. York: Routledge.

DUFFY, James. 1959. *Portuguese Africa*. Cambridge: Harvard University.

DUFRÊNE, Thierry. 2005. *La Grande Galerie des Sculptures. Musée du Louvre, Musée d'Orsay, Centre Pompidou / Musée national d'art moderne. Itinéraires dans les collections*. Paris: Éditions du Centre Pompidou/Musée du Louvre/Musée d'Orsay.

DUFRÊNE, Thierry; TAYLOR, Anne-Christine (Eds.). 2010. *Cannibalismes Disciplinaires. Quand l'Histoire de L'Art et L'Anthropologie se rencontrent (Coloque Histoire de l'art et anthropologie, Paris, 21-23 juin 2007)*. Paris: Institut National d'Histoire de l'Art - Musée du Quai Branly.

DUQUE, A. A. de Lima. 1935. *Recordando o passado...através das minhas lunetas (Selecção de alguns trechos literários)*. Lisboa: Livraria Central Editora.

EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. 1953-1954. *História das Guerras no Zambeze. Chicoa e Massangano (1807-1888)*. 2 vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

EÇA, Vicente Almeida de (Tradução de J. Barrett-Lennard). 1903. "The Colonial Congress at Lisbon 1901". *Journal of the Royal African Society.* Vol. 2 (7, April):292-307.

EDDY, M. D. 2008. "Essay Review: The Dark Side of Collecting - Early Modern Chemistry, Humanism and Classification". *Ambix.* Vol. 55 (3, November):283-292.

EGERTON, F. Clement C. 1957. *Angola in perspective: endeavour and achievement in Portuguese West Africa*. London: Routledge & Kegow Paul.

ELIAS, Margarida Maria Almeida de Campos Rodrigues de Moura. 2011. *Columbano no seu Tempo (1857-1929). (Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História da Arte Contemporânea (Séculos XIX-XX) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. Lisboa: Texto policopiado.

ELLIOT, T. S. 1962. *Notes Towards the Definition of Culture*. 2ª ed. London: Faber and Faber. [1ª ed. 1948.]

ELSNER, John; CARDINAL, Roger (Eds.). 1994. *The Cultures of Collecting*. London: Reaktion Books.

EMERY, Elizabeth; MOROWITZ, Laura. 2003. *Consuming the Past. The Medieval Revival in fin-de-siècle France*. Aldershot: Ashgate.

ENES, António. 1901-1903. "De Lisboa a Moçambique". *Serões.* I-IV. I: 17-34; 81-97; 145-158; 209-227; 273-280; 342-346; II: 17- 24; 88-93; 157-162; 205-208; 270-276; 364-372; III: 41-44; 77-80; 131-140; 203-209; 259-270; 321-326; IV: 30-35; 70-73; 141-146.

ENLART, Camille. 1911. *Le Musée de Sculpture Comparée du Trocadéro*. Paris: Librairie Renouard-H. Laurens, Éditeur.

ESTEBAN CHAPAPRÍA, Julián. 2007. *La conservación del patrimonio español durante la II República (1931-1939)*. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos.

ESTEVENS, Manuel Santos. 1946. "Sant'Ana e a Virgem, de Joaquim Machado de Castro". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. I (3, Janeiro-Dezembro):156-160.

FALCÃO, Armando de Sacadura. 1987. *A Família Pereira Jardim*. Lisboa. Separata de *Armas e Troféus*, 5ª Série, Tomo 6, 1985-1986.

FALCÃO, Maria Isabel Noronha. 1996. *Diogo de Macedo. O Escultor (Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)*. 2 vols. Lisboa: Texto policopiado.

FALGUIÈRES, Patricia. 2010. "Qu'est-ce qu'une Kunst-und Wunderkammer? Régimes d'objets, chronologie et problèmes de méthode". In *Le Trésor au Moyen Âge. Discours, pratiques et objets*. s.l.: Edizioni del Galluzo, 241-262.

FARIA, Miguel Figueira de. 2009. *Alfredo da Silva e Salazar*. Lisboa: Bertrand Editora.

FARINHA, Luís Manuel do Carmo. 2003. *Francisco Pinto Cunha Leal Intelectual e Político. Estudo Biográfico (1888-1970). Dissertação de Doutoramento em História Política e Institucional (séc. XX) apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. 2 vols. Lisboa: texto policopiado.

FEIGEN, Richard. 2000. *Tales from the Art Crypt. The Painters, The Museums, The Curators, The Collectors, The Auctions, The Art*. N. York: Alfred A. Knopf.

FEILCHENFELDT, Walter. 2006. *By Appointment Only. Cèzanne, Van Gogh and some secrets of art dealing. Essays and lectures*. London: Thames & Hudson. [1ª ed. 2005.]

FEIO, Alberto. 1925. "Dois Sepulcros Medievais e Seus Artistas". *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.* Vol. I:438-445.

FELGUEIRAS, Guilherme. 1942. "Indústrias Artísticas - Escultura em madeira e seus profissionais". *Ocidente.* XVII (50, Junho).

FELNER, Alfredo de Albuquerque. 1933. *Angola: apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela extraídos de documentos históricos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

FERGUSON, James. 1988. "Cultural Exchange: new Developments in the Anthropology of Commodities". *Cultural Antrophology.* Vol. 3 (4, Nov.):488-513.

FERNANDES, Alexandra; AFONSO, Luís U. (Eds.). 2012. *Os Leilões e o Mercado da Arte em Portugal. Estrutura, História, Tendências*. Lisboa: Scribe.

FERNANDES, Filipe S. 2003. *Fortunas & Negócios. Empresários portugueses do século XX*. Lisboa: Oficina do Livro.

FERNANDES, Filipe S.; VILLALOBOS. 2008. *Negócios Vigiados. As Ligações das Empresas e dos Empresários à PIDE*. Lisboa: Oficina do Livro.

FERNANDES, Maria Amélia Bizarro Leitão. 2001. *A Exposição de Arte Portuguesa em Londres 1955/1956: "A Personalidade Artística do País". Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*. 2 vols. Lisboa: texto policopiado.

FERNANDES, Paulo Jorge. 2010. *Mouzinho de Albuquerque. Um Soldado ao Serviço do Império. Biografia*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

———. 2011. "A súbita vocação "africanista" de um ex-ministro: A viagem de Mariano de Carvalho a Moçambique em 1890". *Africana Studia.* (17):85-107.

FERNANDES, Vasco. 1960. "Barbaridades que por aí se fazem...Venda, Troca e Restauro de Imagens". *Boletim de Informação Pastoral.* Ano II (7, Março-Abril-Maio):34-35.

FERNÁNDEZ, Luis Alonso. 1993. *Museología. Introducción a la Teoría y Práctica del Museo*. Madrid: Ediciones Istmo.

FERNANDO, Manzambi Vuvu. 2010. "Diamang, Museu e o Conhecimento do "Outro". A pesquisa em duas épocas distintas no Museu do Dundo". In *Arte Cokwe. A Arte na Sociedade Cokwe e nas Comunidades Circunvizinhas* Luanda: Fundação Escom e Ministério da Cultura de Angola

FERRÃO, António. 1926. "Discurso de António Ferrão na Sessão de 9 de Novembro de 1922". *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias de Lisboa. Actas e Pareceres, Estudos, Documentos e Noticias. 1921.* Vol. XVI:190-192.

FERRÃO, Bernardo [cf. TÁVORA]. 1969. "Imaginária Indo-Portuguesa de Marfim". *Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo.* IV Série (32, Dezembro):77-83.

———. 1970. "Notas sobre a Arte Indo-Portuguesa. 5 - A Arte Indo-Portuguesa na «Exposição de Ambientes Portugueses dos Sécs. XVI a XIX» realizada no Porto". *Colóquio.* (57, Fevereiro):34-38.

———. 1990. *Mobiliário Português. A Centúria de Quinhentos*. 4 vols. Vol. II. Porto: Lello & Irmão Editores.

———. 1990. *Mobiliário Português. Anexos*. 4 vols. Vol. 4. Porto: Lello & Irmão Editores.

FERRÃO, Pedro Miguel. 2013. *Manuel Jardim - Memória de um percurso inacabado. 1884-1923*. Montemor-o-Velho: Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.

FERREIRA, David. 1973. *História Política da Primeira República Portuguesa (1910-1915). Volume I. Parte I e Parte II*. 2 vols. Lisboa: Livros Horizonte.

FERREIRA, H. Amorim. 1937. *Escola Politécnica de Lisboa. VII. A 5ª Cadeira e os Seus Professores (Física Experimental e Matemática)*. Lisboa: Faculdade de Ciências de Lisboa.

FERREIRA, José Medeiros. 2001. *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa. [1ª ed., Lisboa: 1992.]

FERREIRA, Maria Emília de Oliveira. 2001. *História dos Museus Públicos de Arte no Portugal de Oitocentos: 1833-1884. Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. 2 vols. Lisboa: Texto policopiado.

FERREIRA, [Maria] Emília [de Oliveira]. 2007. "Expor para salvaguardar: a importância da Exposição de Arte Ornamental para a história do restauro e da conservação do património móvel em Portugal". In *40 Anos do Instituto José de Figueiredo*. Lisboa: Instituto Português de Conservação e Restauro, 041-055.

FERREIRA, Maria Emília de Oliveira. 2010. *Lisboa em Festa: A Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola 1882. Antecedentes e materialização (Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)*. Lisboa: Texto policopiado.

FERREIRA, Maria João Pacheco. 2011. *Os Têxteis Chineses em Portugal nas Opções Decorativas Sacras de Aparato (Séculos XVI-XVIII). Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 2 vols. Porto: Texto policopiado.

FERREIRA, M. Portugal. 1990. "O Museu de História Natural da Universidade de Coimbra (Secção de Mineralogia e Geologia) desde a Reforma Pombalina (1772) até à República (1910)". *Memórias e Notícias. Publicações do Museu e Laboratório de Mineralogia e Geologia da Universidade de Coimbra.* (110):53-76.

FERREIRA, Martim R. Portugal Vasconcelos. 1998. *200 Anos de Mineralogia e Arte de Minas: Desde a Faculdade de Filosofia (1772) Até à Faculdade de Ciências e Tecnologia (1972)*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

FERREIRA, Maria Teresa. 1993. "Património Artístico e Cultural da Igreja (Artigo VI, § 3)". In *A Concordata de 1940 Portugal-Santa Sé*. Lisboa: Didaskalia, 153-165.

FERREIRA, Vicente. 1932. *A Política Colonial Portuguesa em Angola. Conferência realizada na Sala dos Capêlos da Universidade de Coimbra em 20 de Maio de 1932*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

FERREIRINHA, Paula. 1992. "O tesouro do Comandante. Restos da Colecção Vilhena na Tapada da Ajuda". *Diário de Notícias*, 4 de Dezembro: 38-39.

FERRO, António. 1986. "O Século nas Termas e Praias". In *António Ferro. 1. Intervenção Modernista. Teoria do Gosto*. Lisboa: Editorial Verbo, 281-314. [Edição original in *O Século* (ed. da noite, 14.9.1921)]

———. 2007. *Entrevistas a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira Livraria Editora.

FEYO, Salvador Barata. 1945. "A Colecção de Esculturas de Nottingham do Museu Nacional de Arte Antiga". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. I (Fasc. 2, Janeiro-Dezembro):75-79.

———. 1947. "Organização da Ficha do Grupo dos Anjos Músicos, de Alcobaça". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. I (4, Janeiro-Dezembro):223-227.

———. 1960. "A Escultura e o Museu Nacional de Arte Antiga. Na Passagem do Ano 75º da Instalação da Antiga Galeria Nacional de Pintura da Academia Real de Bellas-Artes de Lisboa no Palácio das Janelas Verdes". *Mvsev.* 2ª série (1):17-23.

FEYO, Salvador Carvão da Silva d'Eça Barata. 1948. *Organização de uma Galeria de Escultura num Museu do tipo do Museu das Janelas Verdes. Tese de Estágio para Conservador de Museus apresentada ao Exmo. Snr. Director do Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: texto dactilografado.

FIGUEIREDO, Cândido de. 1915. "Parecer redigido pelo Sr. Cândido de Figueiredo ácêrca da candidatura do Sr. Ernesto Jardim de Vilhena a sócio correspondente. Sessão de 1 de Julho de 1915". In *Boletim da Segunda Classe. Actas e Pareceres. Estudos, Documentos e Notícias.* Lisboa: Academia das Sciências de Lisboa, 318-319.

FIGUEIREDO, Fidelino de. 1953. *Um Coleccionador de Angústias*. Lisboa: Guimarães & Cª Editores.

FIGUEIREDO, José de. 1901. *O Legado Valmor e a Reforma dos Serviços de Bellas-Artes*. Lisboa: M. Gomes Editor.

———. 1901. *Portugal na Exposição de Paris*. Lisboa: Empresa da Historia de Portugal.

———. 1906. "A esculptura na Exposição". *Novidades*, 16 de Maio 1.

———. 1908. *Algumas Palavras Sobre a Evolução da Arte em Portugal*. Lisboa: Livraria Ferreira.

———. 1914. "O Museu d'Arte Antiga está sofrendo importantissimas modificações. O sr. José de Figueiredo fala-nos da sua viagem e da influencia que ela terá na organização do museu". *Século,* 19 de Janeiro.

———. 1915. "O museu nacional de arte antiga, de Lisboa". *Atlântida. Mensario Artístico Literário e Social para Portugal e Brazil.* Vol. I:142-153.

———. 1921. "Ao Leitor". *Boletim de Arte e Arqueologia* (Fascículo I):7-8.

———. 1921. "A Colecção Ameal". *Boletim de Arte e Arqueologia.* (Fascículo I):101.

———. 1921. "Introdução a um estudo sobre a pintura quinhentista em Portugal". *Boletim de Arte e Arqueologia* (Fascículo I):9-18.

———. 1924. "Museu de Arte Antiga". In *Guia de Portugal. I. Generalidades. Lisboa e Arredores*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 365-383.

———. 1925. "As Natividades do Baixo-Relêvo de Atouguia da Baleia (Séc. XIII-XIV) e do Tríptico da Colegiada de Guimarães (Séc. XV); A Virgem com o Menino: escultura-tríptico, em marfim, trabalho francês do fim do Séc. XIII ou comêço do Séc. XIV (Tesouro da Sé de Évora); A Natividade no painel de Jorge Afonso (Museu Regional de Viseu) e no de Gaspar Vaz e Vasco Fernandes (Igreja de São João de Tarouca)". *Lvsitania.* III, Fasc. do Natal (VIII) (Dezembro):161-162; 163-164; 189-190.

———. 1927. *Arte Portuguesa Primitiva. Gregório Lopes e a Infanta D. Maria*. Lisboa. Separata de *Lvsitania Revista de Estvdos Portvgveses.*

———. 1931. "As Tapeçarias da Tomada de Arzila e da Ocupação de Tanger". *O Noticias Ilustrado.* Série II (184, 29 de Dezembro).

———. 1934. *Introduction au Catalogue de l'Exposition d'Art Français, Spécialement Orfévrerie du XVIII$_e$ Siècle Organisée au Musée National d'Art Ancien de Lisbonne à partir du 30 juin 1934*. Lisboa.

———. 1935. *Introduction au Recueil de Documents Publiés par L'Académie Nationale des Beaux-Arts Concernant, Spécialement, Les Pièces d'Orfèvrerie Commandées en France Pour le Portugal*. Lisbonne: Academia Nacional das Belas Artes.

FIGUEIREDO, João de Castro Maia Veiga. 2009. "«Feitiço do Homem Branco»: Ruptura e continuidade na concepção de «Feitiço» nos diários de viagem de António Brandão de Mello (1909-1915)". *Mneme. Revista de Humanidades.* Vol. 10 (26, Jul.-Dez.):73-90.

FLEMING, Stuart J. 1975. *Authenticity in Art: the scientific detection of forgery*. London: The Institute of Physics.

FLORES, António João. 1888-1889. "Antonio dos Sanctos Pereira Jardim". *O Instituto.* Vol. XXXVI:799-802.

FOCILLON, Henri. 1934. *Vie des Formes*. Paris: Presses Universitaires de France.

FOLIN, Marco. 2004. "Studioli, vie coperte, gallerie: genealogia di un spazio del potere". In *Il Camerino di alabastro. Antonio Lombardo e la scultura all'antica (Castello di Ferrara, 14 marzo-13 giugno 2004)*. Milano: Silvana Editoriale, 97-109.

FONSECA, Augusto d'Oliveira Cardoso. 1911. *Outros Tempos ou Velharias de Coimbra 1850 a 1880*. Lisboa: Livraria Tabuense.

FONSECA, Helder Adegar; REIS, Jaime. 1987. "José Maria de Almeida, um capitalista da Regeneração". *Análise Social.* 3ª série, vol. XXIII (99):865-904.

FOULON, Charles-Louis. 1990. "Des Beaux-Arts aux Affaires Culturelles (1959-1969). Les entourages d'André Malraux et les structures du Ministère". *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire.* 28 (28):29-40.

FOULQUIER, Laura. 2010. "La métamorphose des pierres. Les remplois, entre rebut et souvenir". In *Cannibalismes Disciplinaires. Quand l'Histoire de L'Art et L'Anthropologie se rencontrent (Coloque Histoire de l'art et anthropologie, Paris, 21-23 juin 2007).* Tierry Dufrêne e Anne-Christine Taylor (Eds.). Paris: Institut National d'Histoire de l'Art - Musée du Quai Branly, 335-345.

FRANÇA, José-Augusto. 1964. "L'Art dans la société portugaise du XIX siècle". *Annales. Histoire, Sciences Sociales.* 19 (3):433-448.

———. 1977. "A Arte Medieval Portuguesa na Visão de Herculano". In *Alexandre Herculano à Luz do Nosso Tempo. Ciclo de Conferências*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 49-67.

———. 1997 [1974]. "O «facto artístico» na Sociologia da Arte". In *(In)definições de Cultura. Textos de Cultura e História, Artes e Letras*. Lisboa: Editorial Presença, 102-108. Edição original: «O "facto artístico" na sociologia da arte», comunicação ao colóquio «La sociologie de

l'art et sa vocation interdisciplinaire», Centre Pierre Francastel, École Pratique des Hautes Études. Paris: avril 1974; in *Francastel et après*. Paris, 1976.

———. 1981. *O Retrato na Arte Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

———. 1980. "Perspectiva artística do século XIX português". *Análise Social.* Vol. XVI, *O Século XIX em Portugal* (Comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais, Novembro 1979), 2ª série, (61-62):9-27.

———. 1984. *Quinhentos Folhetins*. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

———. 1984 [1968]. "Sobre os «marchands»". In *Quinhentos Folhetins*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 183-185. Edição original: *Diário de Lisboa*, 6-9-1968.

———. 1990. *A Arte em Portugal no Século XIX*. 3ª ed. 2 vols. Venda Nova: Bertrand Editora. [1ª edição. 1966.]

———. 1997. *(In)definições de Cultura. Textos de Cultura e História, Artes e Letras*. Lisboa: Editorial Presença.

———. 2001. *Monte Olivete minha aldeia*. Lisboa: Livros Horizonte.

———. 2002. *Lisboa 1898. Estudo de Factos Socioculturais*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte. [1ª ed. 1998.]

———. 2008. *Lisboa - História Física e Moral*. Lisboa: Livros Horizonte.

———. 2010. *O «Ano X», Lisboa, 1936 - Estudo de Factos Socioculturais*. Lisboa: Editorial Presença.

FRANCE, Peter; ST. CLAIR, William (Eds.). 2004. *Mapping Lives. The Uses of Biography*. Oxford-N.York: The British Academy by Oxford University Press. [1ª edição: 2002]

FRANCO, Anísio. 2000. "O Carneiro da Póvoa. História de Um Grande Esperto". *Arte Ibérica.* (36, Junho):46-47.

———. 2003. "Cruzes Processionais dos Séculos XI a XVI". In *Inventário do Museu Nacional de Arte Antiga. Colecção de Metais. Cruzes Processionais. Séculos XII-XVI*. 2003. Lisboa: Ministério da Cultura-Instituto Português de Museus-Inventário do Património Cultural, 16-21.

———. 2003. "Pintura, Desenho e Gravura". In *Colecção da Fundação Abel de Lacerda*. Caramulo: Museu do Caramulo - Fundação Abel de Lacerda, 92-129.

FRANCO, Anísio; VILAÇA, Teresa. 2008. *Realidade e Capricho. A pintura Flamenga e Holandesa da Fundação Medeiros e Almeida*. Lisboa: Fundação Medeiros e Almeida.

FRANCO, Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa. 1984. *Quatro Anos na Direcção do Museu Nacional de Machado de Castro*. Coimbra: Texto policopiado.

FREDERIKSEN, Rune; MARCHAND, Eckart (Eds.). 2010. *Plaster Casts. Making, Collecting and Displaying from Classical Antiquity to the Present*. Berlim-New York: Walter de Gruyter.

FREIRE, João. 2009. "Militares e intervenção política: Correntes ideológicas e contextos de época". *Revista Crítica de Ciências Sociais.* (86):3-23.

———. 2010. *A Marinha e o Poder Político em Portugal no Século XX*. Lisboa: Edições Colibri.

FREIRE, João Paulo (Mário). 1931-1938. *Lisboa do Meu Tempo e do Passado. Do Rocio à Rotunda*. 2 vols. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

FREYRE, Gilberto. 1954. *Aventura e Rotina*. Lisboa: Livros do Brasil.

GABET, Olivier. 2011. *Un marchand entre deux Empires - Élie Fabius et le monde de l'art*. Paris: Skira Flammarion.

GÁLDY, André M. 2006. "The *Scrittoio della Calliope* in the *Palazzo Vecchio*: a Tuscan Museum". In *The biography of the object in Late Medieval and Renaissance Italy*. Patricia L. Reilly Roberta J. M. Olson, Rupert Sheperd (Eds.). Malden-Oxford-Victoria: Blackwell Publishing, 119-129.

GARCIA, Arnaldo Cardoso Ressano. 1937. *Escola Politécnica de Lisboa. X. A Cadeira de Desenho e os Seus Professores*. Lisboa: Faculdade de Ciências de Lisboa.

GARCÍA CUETOS, María Pilar. 2009. *Humilde Condición. El patrimonio cultural y la conservación de su autenticidad*. Gijón: Ediciones Trea.

GARCIA, Maria Madalena. 1992. *Arquivo Salazar: Inventário e Índices*. Lisboa: Editorial Estampa - Biblioteca Nacional.

GARCIA, Prudêncio Quintino. 1913. *João de Ruão. Documentos para a Biographia de um Artista*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

———. 1923. *Documentos para as biografias dos artistas de Coimbra*. Coimbra.

GARNEL, Maria Rita Lino. 2004. *A República de Sebastião de Magalhães Lima*. Lisboa: Livros Horizonte.

GARRADAS, Cláudia. 2005. "A Gestão da Colecção de Escultura do Museu da FBAUP". In *Encontro de Escultura*. Porto: Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, 191-222.

GASPAR LERA, Silvia. 2005. *La Venta en Subasta de Obras de Arte y Otros Objetos de Valor*. Cizur Menor: Editorial Aranzadi.

GAUGUE, Anne. 1999. "Musées et colonisation en Afrique tropicale". *Cahiers d'Études Africaines.* 39 (155-156):727-745.

GAUSSERON, Thierry; MENTRÉ, Gilles. 2012. *Aimer les Musées une passion à partager*. Paris: Éditions Du Mesnil.

GÉAL, Pierre. 2005. *La naissance des Musées d'Art en Espagne (XVIII$_e$ - XIX$_e$ siècles)*. Madrid: Casa de Velázquez.

GEARY, Patrick J. 1990. *Furta Sacra: Thefts of relics in the Central Middle Ages*. 2ª ed. Princeton: Princeton University Press. [1ª ed. 1978.]

———. 2008. *O Mito das Nações. A Invenção do Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva. [1ª ed. 2002.]

GELLNER, Ernest. 1997. *Nationalism*. London: Phoenix.

———. 2001. *Naciones y nacionalismo*. Madrid: Alianza Editorial. [1ª ed. 1983.]

GILL, Anton. 2001. *Peggy Guggenheim. The Life of an Art Addict*. London: Harper Collins Publishers.

GIMPEL, René. 2011. *Journal d'un Collectionneur. Marchand de tableaux*. 2ª ed. Paris: Hermann Éditeurs. [1ª ed. 1963.]

GLICENSTEIN, Jérôme. 2009. *L'Art: Une Histoire des Expositions*. Paris: Presses Universitaires de France.

GOMBRICH, Ernst H. 1977. "The Museum: Past, Present and Future". *Critical Inquiry.* Vol. 3 (3, Spring):449-470.

———. 1987. *Reflections on the History of Art. Views and reviews*. Oxford: Phaidon.

———. 2004. *La Préférence pour le primitif. Épisodes d'une histoire du goût et de l'art en Occident*. 2ª ed. Paris: Phaidon. [1ª ed. 2002]

GOMBRICH, Ernst H.; HOCHBERG, Julian; BLACK, Max. 2007. *Arte, percepción y realidad: conferencias en memoria de Alvin y Fanny Blaustein Thalheimer, 1970*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica. [1ª ed. 1972.]

GOMES, Maria Emília Jacinto Vaz. 2007. *Desenvolvimento do ensino da Física Experimental em Portugal 1780-1870 (Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprir os requisitos necessários à obtenção do grau de Foutor em Física)*. Aveiro: Texto policopiado.

GOMES, Marques; VASCONCELLOS, Joaquim de. 1883. *Exposição Districtal de Aveiro em 1882. Reliquias da Arte Nacional. Phototypias Inalteraveis de E. Biel & Cª.* Aveiro: Gremio Moderno.

GOMES, Sérgio Alexandre da R. 2006-2007. "As identidades nacionais nos regimes ditatoriais: o caso da *romanità* na Itália fascista e o reaportuguesamento salazarista". *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Ciências e Técnicas do Património.* Série I, vol. V-VI:189-224.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Javier. 2006. *Dos Museologías. Las tradiciones anglosajona y mediterránea: diferencias y contactos*. Gijón: Ediciones Trea.

GONÇALVES, A. 1911. *Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra. Notas*. Coimbra.

———. 1923. *Estatuária Lapidar no Mudru Machado de Castro. Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

———. 1924. "A Capela do Tesoureiro". *Defesa*, 26 de Dezembro.

———. 1925. "A Capela do Tesoureiro". *Defesa*, 2 de Janeiro.

GONÇALVES, António Manuel. 1957. *As Origens do «Museu Nacional de Bellas Artes». Dissertação para o Estágio de Conservador dos Museus e dos Palácios e Monumentos Nacionais, apresentada ao Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: texto dactilografado.

———. 1958. "Arrecadações nos Museus". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. IV (1):19-26.

———. 1959-1960 [1958]. "O Museólogo José Leite de Vasconcelos". In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia Realizado em Lisboa de 15 a 20 de Dezembro de 1958 em Homenagem ao Doutor José Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, vol. I, 45-61.

———. 1960. "A Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola de 1882". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. IV (2 (Janeiro-Dezembro 1959)):23-28.

———. 1962. "Historiografia da Arte em Portugal". *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra.* Vol. XXV:1-64.

———. 1963. "Carlos Reis Director de Museus Nacionais". *Nova Augusta. Revista torrejana de Cultura.* (2, comemorativo do I Centenário do Nascimento de Carlos Reis):1-24.

———. 1987. *O Dr. José de Figueiredo e o Museu de Aveiro*. Lisboa.

———. 1989. "Centenário do Museu das Janelas Verdes". *Anais da Academia Portuguesa da História.* IIª série. Vol. 32, Tomo II:79-104.

GONÇALVES, Flávio. 1986. "A «Árvore de Jessé» na Arte Portuguesa". *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História.* III:213-238.

GONÇALVES, Paula; FIGUEIREDO, Dulce; DOMINGOS, Manuela D.; FRANCO, Luís Farinha; CURTO, Diogo Ramada (Coord.). 2003. *Bibliografia da História do Livro em Portugal: séculos XV a XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio. 1999. *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, historia, principios y normas*. Madrid: Ediciones Cátedra.

GOSDEN, Chris; MARSHALL, Yvonne. 1999. "The Cultural Biography of Objects". *The World Archaeology*. Vol. 31 (2, *The Cultural Biography of Objects* (Oct.)):169-178.

GOUVEIA, Henrique Coutinho. 1980. *Museus de Coimbra. Da I Exposição Distrital À Organização do Museu Machado de Castro*. Coimbra. Separata das *Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*.

———. 1983. *As colecções etnológicas de origem ultramarina no contexto de uma política do património cultural*. Coimbra: Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra.

———. 1984. *Para a História dos Museus Locais em Portugal. A propósito da criação do Museu de Lorvão*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Etnologia.

———. 1997. *Museologia e etnologia em Portugal. Instituições e personalidades. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Doutor em Antropologia, área da Museologia*. 2 vols. Lisboa: texto policopiado.

GRILO, Fernando. 2012. "A Constituição de Uma Colecção de Arte no Início do Século XX em Portugal. José Relvas e o Mercado da Arte Peninsular". In *Os Leilões e o Mercado da Arte em Portugal. Estrutura, História, Tendências*. Luís Urbano Afonso; Alexandra Fernandes (Eds.). Lisboa: Scribe, 60-84.

[GUEDES, Natália Correia]. 1980. *Relatório sucinto de actividades da Direcção-Geral do Património Cultural - Instituto Português do Património Cultural apresentado a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura pela Presidente do Instituto Português do Património Cultural. Dezembro de 1979/Setembro de 1980*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.

GUEVARA, Gisela. 2006. *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África. Finais do Século XIX e Inícios do Século XX*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros - Instituto Diplomático.

GUICHARD, Charlotte 2008. *Les Amateurs d'Art à Paris au XVIII^e Siècle*. Seyssel: Champ Vallon.

GUIDIERI, Remo. 1997. *El museo y sus fetiches. Crónica de lo neutro y de la aureola*. Madrid: Editorial Tecnos. [1ª ed. 1992.]

GUIMARÃES, Ângela. 1984. *Uma Corrente do Colonialismo Português. A Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875-1895*. Lisboa: Livros Horizonte.

GUIMARÃES, Luís. 2002. *José Hermano Saraiva Percorre...os Labirintos da Memória*. Alpiarça: Garrido Editores.

GUNNING, Lucia Patrizio. 2009. *The British Consular Service in the Aegean and the Collection of Antiquities for the British Museum*. Farnham: Ashgate.

GUSMÃO, Adriano de. 1946. *Inquérito Museológico em Espanha*, *Cadernos do Centro de Estudos de Arte e Museologia*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.

HABSBURG, Géza von. 1997. *Tesori dei Principi*. Pavia: Silvana Editoriale.

HALBWACHS, Maurice. 1950. *La Mémoire Collective*. Paris: Presses Universitaires de France.

HALE, John. 2005. *England and the Italian Renaissance. The Growth of Interest in its History and Art*. 4ª ed. Maldon - Oxford - Victoria: Blackwell Publishing.

HALL, Michael. 2004. "Collecting: private pleasure, public virtue". *Apollo.* (June).

HAMILAKIS, Yannis. 1999. "Stories from Exile: Fragments from the Cultural Biography of The Parthenon (or 'Elgin') Marbles". *World Archaeology.* Vol. 31 (2, *The Cultural Biography of Objects* (Oct.)):303-320.

HAMON, Françoise. 2001. "Collections: ce que disent les dictionnaires". *Romantisme.* (112):55-70.

HARGREAVES, Manuela. 2012. *Coleccionismo de Arte Moderna e Contemporânea em Portugal - 17+1 Perspectivas, Uma Reflexão em Construção. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.* Porto: Texto policopiado.

HASKELL, Francis. 1976. *Rediscoveries in Art: some aspects of taste, fashion and collecting in England and France*. London: Phaidon.

———. 1989. *De l'Art et du Goût Jadis et Naguère*. Paris: Gallimard.

———. 1993. *La Norme et le Caprice redécouvertes en art. Aspects du goût, de la mode et de la collection en France et en Angleterre, 1789-1914*. Paris: Flammarion.

———. 1997. *L'Amateur d'art*. Paris: Librairie Génerale Française - Le Livre de Poche.

———. 2002. *El museo efímero. Los maestros antiguos y el auge de las exposiciones artísticas*. Barcelona: Editorial Crítica.

HASKELL, Francis; PENNY, Nicholas. 1999. *Pour l'Amour de l'Antique. La statuaire gréco-romaine et le gout européen 1500-1900*. Paris: Hachette.

HASTINGS, Adrian. 2000. *La construcción de las nacionalidades. Etnicidad, religión y nacionalismo*. Cambridge: Cambridge University Press.

HAUTECOEUR, Louis. 1935. "Le programme architectural du musée. Principes généraux". In *Muséographie. Architecture et aménagement des musées d'art. Conférence Internationale d'Études (Madrid, 1934)*. Paris: Société des Nations - Office International des Musées - Institut International de Coopération Intellectuelle, 12-37.

HAXTHAUSEN, Charles W. (Ed.). 2002. *The Two Art Histories: the Museum and the University*. New Haven - London: Yale University Press.

HEINICH, Nathalie. 2009. *La fabrique du patrimoine «De la cathédrale à la petite cuillère»*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme.

HENRIQUES, Julio Augusto. 1876. *O Jardim Botanico da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

HENRIQUES, João Aníbal. 2011. *Turismo do Estoril. Apontamentos para uma visita ao Estoril*. Monte Estoril: Academia de Letras e Artes.

HENRIQUES, Paulo. 2011. "O Museu Nacional de Arte Antiga: necessidade da visão de um século". *Museologia.pt.* (5):122-133.

HENRIQUES, Paulo (Coord.). 1995. *Carlos Bonvalot 1893-1934*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

HENRIQUES, Raquel Pereira. 1990. *António Ferro - Estudo e Antologia*. Lisboa: Publicações Alfa.

HERNÀNDEZ I MARTÍ, Gil-Manuel; SANTAMARINA CAMPOS, Beatriz; MONCUSÍ FERRÉ, Albert; ALBERT RODRIGO, Maria. 2005. *La Memoria Construida. Patrimonio Cultural y Modernidad*. Valencia: Tirant lo Blanch.

HERNANDO GARRIDO, José Luis. 2009. *Patrimonio Histórico e Ideología. Sobre vandalismo e iconoclastia en España: del siglo XIX al XXI*. s.l.: Nausícaä.

HERRMANN, Frank. 2002. *The English as Collectors. A Documentary Sourcebook*. 2ª ed. Nottingham: The Plough Press.

HESPANHA, António Manuel. 2002. "O género biográfico em curso". *História.* Ano XXIV, 3ª série, (Nº 41, Janeiro):16-17.

HOCHSCHILD, Adam. 2002. *O Fantasma do Rei Leopoldo. Uma história de voracidade, terror e heroísmo na África colonial*. Lisboa: Editorial Caminho. [1ª ed. 1998.]

HOLROYD, Michael. 2002. *Works on Paper. The Craft of Biography and Autobiography*. Washington D.C.: Counterpoint.

HOMEM, Amadeu Carvalho. 1981. "Do «Iluminismo» ao Positivismo. Joaquim António da Silva Cordeiro e a a sua obra". *Revista de História das Ideias.* Vol. 3:37-76.

HOMOLLE, Théophile. 1892. "Deux bas-reliefs néo-attiques du Musée de Lisbonne (VIII-IX)". *Bulletin de correspondance hellénique.* Vol. 16:325-343.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. 1992. *Museums and the Shaping of Knowledge*. N.York-London: Routledge.

———. 2007. *Museums and the interpretation of visual culture*. 8ª ed. London-N. York: Routledge. [1ª ed. 2000.]

HOSKINS, Janet. 1998. *Biographical Objects. How Things Tell the Stories of People's Lives*. N. York - London: Routledge.

HOVING, Thomas. 2006. *Master Pieces. The Curator's Game*. N. York - London: W. W. Norton & Company.

HOWE, Stephen. 2002. *Empire. A Very Short Introduction*. Oxford-N. York: Oxford University Press.

JANEIRA, Ana Luísa. 2005. "Configurações Epistémicas do Coleccionismo". *Episteme.* (20, suplemento especial Jan.-Jun.):229-245.

———. 2006. "Primórdios do coleccionismo moderno em espaços de produção do saber e do gosto". *Memorandum.* (10):65-70.

JANEIRA, Ana Luísa; PINTO, Paulo Mendes. 2005. "Andarilhos, comerciantes, espiões naturalistas e outros cientistas em saques, expedições e exposições". *Episteme.* Suplemento especial (20, Jan.-Jun.):59-72.

JARDIM, Antonio dos Santos Pereira. 1855. *Dissertação Inaugural para o Acto de Conclusões Magnas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

JARDIM, Antonio dos Sanctos Pereira. 1873. *Principios de Finanças Segundo as Prelecções Feitas No Anno Lectivo de 1868-1869 Pelo Lente da Faculdade de Direito*. 2ª (melhorada) ed. Coimbra: Imprensa da Universidade. [1ª ed. 1868-1869.]

———. 1884-1885. "Oração academica do doutor Antonio dos Sanctos Pereira Jardim, servindo de decano da Faculdade de Direito nos doutoramentos de 1 de Novembro de 1884". *O Instituto.* XXXII, 2ª série:646-655.

———. 1884-1885. "Sciencias Moraes e Sociaes. Parecer do Dr. Antonio dos Sanctos Pereira Jardim, Vogal do Conselho da Faculdade de Direito da Universidade, Ácerca da Reforma dos Estudos da Mesma Faculdade". *O Instituto.* Vol. XXXII, 2ª série:121-129.

JARDIM, Antonio dos Santos Pereira. 1887-1888; 1889-1890. "Relação dos Voluntários do Batalhão Academico de Coimbra, que serviu ás ordens das Juntas Revolucionarias nos annos de 1846 e 1847, e destino que tiveram". *O Instituto.* Vols. XXXV; XXXVII:620-628, 689-696; 184-187.

JARDIM, Cypriano [Leite Pereira]. 1880. *Camões: drama histórico em 5 actos. Representado pela primeira vez nas festas do tricentenário no Theatro D. Maria II*. Porto: Imprensa Portuguesa.

———. 1883. *Serões Honestos. Contos Portuguezes*. Lisboa: Typographia Universal.

———. 1887-1888. "Projecto de Aerostato Dirigivel Inventado por Cypriano Jardim". *Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes.* Tomo 12 (XLVIII):247-268.

———. 1897. *Fomento Militar-Agricola. Projecto de Lei Apresentado na Camara dos Pares em julho de 1897 pelo Par do Reino*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand - José Bastos.

———. 1898. *De Portugal à Índia: drama histórico*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva.

———. 1902. *Os poetas do lar*. 2ª ed. Nova Goa: Imprensa Nacional.

———. 1912. *A Senhora da Paz. Comedia original em 1 acto*. Lisboa: Ed. Arnaldo Bordalo.

JARDIM, João. 1880. *Discurso Recitado no Dia 9 de Junho de 1880 Por Occasião das Festas do Tricentenario de Camões No Collegio de Maria Santissima Imaculada em Campolide pelo Alumno Numero 100 de 14 Annos de Edade*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

JARDIM, Luiz [Leite Pereira]. 1866. *Estudos Sobre Organisação Judiciaria. Dissertação Inaugural para o Acto de Conclusões Magnas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

———. 1871. *Do Regimen das Sucessões. Inconvenientes da Liberdade Testamentaria. A conservação obrigatoria dos bens. A partilha forçada. Liberdade testamentaria. Regimen de successão estabelecido no Codigo Civil Portuguez*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

———. 1877. *Reforma do Processo Civil. As magistraturas populares. I - Os Juizes Ordinarios*. Lisboa: Typ. de Christovão Augusto Rodrigues.

———. 1885. *O tumulo de Gambetta em Nice. Memorias*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão.

———. 1893. *Arbitragem internacional. Memoria que o auctor apresentou pelo quarto centenário de Christovão Colombo*. Lisboa: Christovão Augusto Rodrigues.

———. 1901. *Concessões de terrenos no Ultramar. Discurso proferido na Camara dos Dignos Pares do Reino, sessão de 8 de Abril de 1901*. Lisboa: Imprensa Nacional.

JARDIM, Manuel dos Santos Pereira. 1848. "Relatorio da Terceira Secção do Conselho Superior de Instrucção. Lido em sessão publica do mesmo conselho no dia 25 de novembro de 1847, pelo oppositor da faculdade de philosophia Manoel dos Santos Pereira Jardim, para este fim nomeado no dia 22 do mesmo mez". *Revista Universal Lisbonense.* (5, 6 de Janeiro):53-55.

———. 1851. *Breves Reflexões Ácerca do Compendio de Moral do Senhor Bernardino Joaquim da Silva Carneiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

———. 1851. *Relatorio e programma para a reforma da Philosophia racional e moral*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

———. 1851. *Resposta de Manoel dos Santos Pereira Jardim Ás Duas Palavras do Sr. Bernardino Joaquim da Silva Carneiro, e ao artigo do Observador Estampado no numero 418 de 12 do mez de Julho, e continuado no numero 420 do dia 19 do mesmo mez; o qual artigo é em defesa do Compendio de moral do Sr. Carneiro e contra as nossas Breves Reflexões*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

———. 1858-1859. "Discurso d'abertura da aula do primeiro anno da faculdade de philosophia pelo respectivo lente". *O Instituto.* Vol. VII:181-184.

———. 1858-1859. "Psychologia. Intelligencia e instinctos". *O Instituto.* Vol. VII:28-30, 42-44.

———. 1859-1860. "Chimica. Acido sulphurico ordinario ou acido inglez". *O Instituto*. Vol. VIII:70-71, 92-94.

JARDIM, Manuel dos Santos Pereira; NAZARETH, Custodio d'Oliveira; SILVA, Francisco Pedro da; SOUSA, David de; PINTO, José de Figueiredo; VIEIRA, Antonio Canaes de Campos. 1866. *Vantagens da construção da linha férrea da Beira Alta: argumentação de um grupo de parlamentares*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira. 2010. *Livros Brancos, Almas Negras: A «Missão Civilizadora» do Colonialismo Português (c. 1870-1930)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

JIMÉNEZ-BLANCO, María Dolores; MACK, Cindy. 2007. *Buscadores de belleza. Historias de los grandes coleccionistas de arte*. Barcelona: Editorial Ariel.

JOÃO, Maria Isabel. 2002. *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e Tecnologia.

JODIDIO, Philip. 1991. "Un collectionneur discret". *Connaissance des arts.* (468, février):70-77.

JORDAN, Annemarie. 1985. *Portuguese Royal Collections (1505-1580). A Bibliographic and Documentary Survey (Master Thesis presented to the George Washington University)*. Ann Arbor, Michigan: UMI Dissertation Services.

———. 1994. *The Development of Catherine of Austria's Collection in the Queen's Household. Its character and cost (Ph. D. Thesis presented to Brown University)*. Ann Arbor, Michigan: UMI Dissertation Services.

———. 2012. *A rainha coleccionadora. Catarina de Áustria*. Lisboa: Círculo de Leitores.

KARP, Ivan; LAVINE, Steven D. (Eds.). 1991. *Exhibiting Cultures*. Washington-London: Smithsonian Institution Press.

KAVANAGH, Gaynor (Ed.). 1991. *The Museums Profession: Internal and External Relations*. Leicester-London-New York: Leicester University Press.

KEESE, Alexander. 2003. ""Proteger os Pretos": havia uma mentalidade reformista na administração portuguesa na África Tropical (1926-1961)". *Africana Studia.* (6):97-125.

KEIL, Alfredo. 1905. *Collecções e Museus de Arte em Lisboa*. Lisboa: Livraria Ferreira & Oliveira.

KEIL, Luís. 1940. "Uma Ficha do Inventário Artístico de Portugal". *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes.* VI:37-42.

———. 1943. *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*. Vol. I. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.

KINNEY, Dale. 2006. "The Concept of *Spolia*". In *A Companion to Medieval Art: Romanesque and Gothic in Northern Europe*. Conrad Rudolph (Ed.). Malden-Oxford-Victoria: Blackwell Publishing, 233-252.

KLONK, Charlotte. 2000. "Mounting Vision: Charles Eastlake and the National Gallery of London". *The Art Bulletin.* Vol. 82 (2, Jun.):331-347.

KNOX, Tim. 2008. *Sir John Soane's Museum London*. London-N. York: Merrel.

KOPYTOFF, Igor. 2007. "The cultural biography of things: commoditization as process". In *The social life of things. Commodities in cultural perspective*. Arjun Appadurai (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 64-91 [1ª ed. 1986.]

KUBLER, George; SORIA, Martin. 1959. *Art and Architecture in Spain and Portugal and their American dominions, 1500 to 1800*. Harmondsworth: Penguin Books.

KULMACZ, Maria Clara Loureiro Borges Paulino. 2001. *Arte e Património em Portugal: olhares norte-europeus (da segunda metade do século XVIII a meados do século XIX). Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 2 vols vols. Porto: Texto policopiado.

LACERDA, F. Gavicho de. s.d. [1939]. *Cartas da Zambézia: assuntos coloniais*. 3ª ed. Lisboa: Livraria Rodrigues.

LAFFAN, William. 2004. "Ireland's collectors: a historical perspective". *Apollo.* (September).

LAFOND, Jean. 1986. "La notion de modèle". In *Le Modèle A La Renaissance.* P. Laurens C. Balavoine; J. Lafond (Eds.). Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 5-19.

LAINS, Pedro. 1998. "Causas do colonialismo português em África, 1822-1975". *Análise Social.* Vol. XXXIII (146-147):463-496.

———. 2008. *História da Caixa Geral de Depósitos, 1910-1974: política, finanças e economia na República e no Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

LAPA, Sofia. 2008. *Para que (nos) serve o Museu? A génese do Museu Calouste Gulbenkian. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. Lisboa: Texto policopiado.

———. 2011. "Georges-Henri Rivière na génese do Museu Calouste Gulbenkian. Contributos para o estudo da colaboração entre o museológo francês e a Fundação Calouste Gulbenkian". *Revista de História da Arte.* (8: *Museus e Investigação*):89-109.

———. 2012. "Como se forma uma museóloga? Contributos para o estudo de Maria José de Mendonça (Museu Nacional de Arte Antiga, 1933-1938). (Comunicação ao IV CHAP-JAF: Sessão Simultânea 8 - Exposições, Colecções e Museus, Lisboa, FCG, 22 de Novembro 2012)". In *IV Congresso de História da Arte Portuguesa - Homenagem a José-Augusto França*. Lisboa: CD- texto em pdf, 216-227.

LARA, António de Sousa. 1984. *Vilhenas Freires de Andrade de Beja*. s.l. [Cascais].

LARSON, Frances. 2009. *An Infinity of Things. How Sir Henry Wellcome Collected the World*. Oxford: Oxford University Press.

LAURENS, Annie-France; POMIAN, Krzystof (Eds.). 1992. *L'Anticomanie. La collection d'antiquités aux 18$_e$ et 19$_e$ siècles*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.

LAVRADIO, Marquês do. 1936. *Portugal em África Depois de 1851. Subsídios para a História*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

LE CLÉZIO, J. M. G. 2011. *Les musées sont des mondes*. Paris: Gallimard - Musée du Louvre éditions.

LE FEUVRE, Lisa. 2011. "Subject/Object: New Studies in Sculpture". In *Sculpture and the Museum*. Christopher R. Marshall (Ed.). Farnhan - Burlington: Ashgate Publishing Company, xvii-xviii.

LEAL, Cunha. 1957. *Coisas do Tempo Presente. I. Coisas da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang). (Com a colaboração jurídica do Dr. Artur da Cunha Leal)*. Lisboa: Edição do autor.

———. 1959. *Coisas do Tempo Presente. II. Novas Coisas da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang)*. Lisboa: Edição do autor.

LEAL, Ernesto Castro. 1999. *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*. Lisboa: Edições Cosmos.

———. 2008. *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

LEAL, João. 2002. "Metamorfoses da Arte Popular: Joaquim de Vasconcelos, Vergílio Correia e Ernesto de Sousa". *Etnografica.* VI (2):251-280.

———. 2006. *Antropologia em Portugal. Mestres, percursos, transições*. Lisboa: Livros Horizonte.

LEAL, José Joaquim. 1825. *Exposição das Exequias do Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Cypriano Ribeiro Freire, Do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, Commendador da Commenda de Santa Maria de Castello Rodrigo, da Ordem de Christo, Prezidente da Real Junta do Commercio, Socio da Real Academia das Sciencias de Lisboa; e da Real, da dos Antiquarios, da do Commercio, e Manufacturas de Londres; e da Filosofica de Filadelfia. Mandadas celebrar no dia 23 de Junho do presente anno, no Convento de N. Senhora dos Remedios dos Carmelitas Descalços desta Cidade, por espontanea, e unanime disposição de seus Illustrissimos Sobrinhos O Senhor Luiz Antonio Esteves Freire, e Suas Irmãas as Illustrissimas Senhoras D. Leonarda Thereza Esteves Leite, e D. Gertrudes Amalia Esteves Freire; Dedicada á Memoria de tão Distincto, e Respeitavel Varão, e Offerecida aos sobreditos Illustrissimos Senhores por Hum respeituoso Venerador do Excellentissimo Fallecido, e Amigo íntimo do Illustrissimo Sobrinho*. Lisboa: Typ. de Ricardo José de Carvalho.

LEANDRO, Sandra. 1997. *A Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola 1882. A encenação de um espaço (trabalho curricular apresentado no Mestrado de História da Arte, 1996-1997)*. 2 vols. Lisboa: Texto policopiado.

———. 1999. *Teoria e Crítica de Arte em Portugal (1871-1900). Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. 2 vols. Lisboa: texto policopiado.

LEANDRO, Sandra Maria Fonseca. 2008. *Joaquim de Vasconcelos (1849-1936). Historiador, crítico de arte e museólogo (Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)*. Lisboa: Texto policopiado.

LEBRUN, Jean-Baptiste-Pierre. 1793. *Observations sur le Muséum National par le Citoyen Le Brun, Peintre, et Marchand de Tableaux, Pour servir de suite aux RÉFLEXIONS qu'il a déjà publiées sur le même objet*. Paris: Chez Charon, Libraire, Galerie du Théâtre et Chez les Marchands de Nouveautés.

LEITÃO, Armando F. 1963. *O Mosteiro de Salzedas*. Salzedas.

LEITE, Carolina. 2000. "A Linguagem dos Objectos e a Criação de Significado no Espaço Doméstico: um repertório de afectos". *Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação.* Vol. 14 (1-2):205-216.

LENOIR, Magalie. 2002. "Naissance d'une conscience et d'une politique de patrimoine sous l'Ancien Régime". *Livraisons d'Histoire de l'Architecture.* 3 (3):27-35.

LÉON, Aurora. 1988. *El Museo. Teoría, praxis y utopia*. 4ª ed. Madrid: Cátedra.

LÉONARD, Yves. 1999. "Le Portugal et ses «sentinelles de pierre». L'exposition du monde portugais en 1940". *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire.* Vol. 62 (1):27-38.

L'ESTOILE, Benoît de 2007. *Le Goût des Autres. De l'Exposition coloniale aux Arts premiers*. Paris: Flammarion

LEUILLIOT, Paul. 1966. "Problèmes de la Recherche: IV. Le Gaspillage des Archives Privées". *Annales. Histoire, Sciences Sociales.* 21 (5):1078-1081.

LEWIS, Paul H. 1978. "Salazar's Ministerial Elite, 1932-1968". *The Journal of Politics.* 40 (3 (Aug.)):622-647.

LIEBENWEIN, Wolfgang. 2005. *Studiolo. Storia e tipologia di un spazio culturale*. Modena: Franco Cosimo Panini Editore. [1ª ed. 1977.]

LIMA, J. da Costa. 1937. *O Artista Alfredo de Andrade*. Lisboa. Separata de *Brotéria*, 1937.

———. 1948. "Esculturas e Rendas". *Brotéria.* Vol. XLVII:46-64.

LIMA, José Lobo d'Ávila. 1906. "Meio Século de Vida Coimbrã". *Illustração Portugueza.* IIª Série (22, 23 de Julho):685-695.

LIMA, Nuno Miguel. 2009. "Henry Burnay no contexto das fortunas da Lisboa oitocentista". *Análise Social.* Vol. XLIV (192):565-588.

LINO, Maria do Carmo Pimenta de Vasconcelos e Sousa. 1999. *As Artes Decorativas na Obra de Raul Lino. Dissertação de Mestrado em História da Arte Apresentada à Universidade Lusíada*. 5 vols. Lisboa: Texto policopiado.

LINO, Raul. 1950. "O Problema da Localização dos Monumentos. Estátuas exiladas". *Diário Popular*, 2 de Maio: 1 e p. 3.

———. 1967. "Coleccionar". *Diário de Notícias*, 5 Novembro 1-2.

LIRA, Sérgio. 1997. "O Nacionalismo Português e o discurso museográfico: linhas de investigação". In *Actas do III Congresso de Historia da Antropoloxía Aplicada*. Santiago de Compostela, 237-246.

———. 1998. "Linhas de força da legislação portuguesa relativa a museus para os meados do século XX: os museus e o discurso político". In *Actas do V Colóquio Galego de Museus (Melide, 20-22 Novembro 1997)*. Melide: Consello Galego de Museus, 69-98.

———. 1999. "Exposições temporárias no Portugal do Estado Novo: Alguns exemplos de usos políticos e ideológicos". In *Colóquio Nacional da APOM "Balanço do Século"*. Lisboa, Museu de Farmácia.

———. 1999. "Museus e Instituição Universitária: um exemplo de Cooperação". *Antropológicas.* (3).

———. 1999. "Políticas museológicas e definição do conceito de Património: Da norma legislativa à prática dos museus". In *Encontro de História Local*. Museu de Alberto Sampaio, Guimarães.

———. 1999. "Portuguese legislation on museums during the *Estado Novo*: from the First Republic inheritance to the changes of the sixties". *Museological Review.* 6.

———. 2000. "Colecções Etnográficas e Museus Etnográficos: objectos e memórias da Cultura Popular". In *Actas do Congresso de Cultura Popular*. Maia: Câmara Municipal da Maia

———. 2000. "Do museu de elite ao museu para todos: públicos e acessibilidades em alguns dos museus portugueses". In *Actas do Seminário Museus Arquitectura e o Público*. Braga: APOM

———. 2000. "Função ideológica dos museus portugueses: uma herança cultural". In *VI Congresso de Cultura Europeia (Secção Interdisciplinar nº 8 - La función de los museos y otras instituciones culturales)*. Pamplona.

———. 2000. "Identidade territorial portuguesa sob o nacionalismo do *Estado Novo* - mensagens ideológicas nos museus e exposições temporárias". In *Jornadas da Cultura Salaio*. Museu de Cerâmica de Sacavém.

———. 2001. "O *Estado Novo* de 1945 a 1974. A ditadura nacionalista e a prática legislativa relativa aos museus: cristalização e mudança". In *Ditaduras Europeias*. Porto, Universidade Fernando Pessoa.

———. 2001. "Politics and Propaganda in Portuguese Museums and Temporary Exhibitions During the *Estado Novo*". *Museological Review*. 7:42-55.

———. 2001. "Programas Culturais e Agenda Política dos Museus: estratégias de influência". In *A Cultura em Acção (conferência internacional)*.

———. 2002. *Museums and Temporary Exhibitions as means of propaganda: the Portuguese case during the Estado Novo. PhD thesis submitted at the Department of Museum Studies-University of Leicester*. Leicester.

———. 2003. "O Sistema de Inventário e Gestão de Colecções do Museu da Indústria de Chapelaria de S. João da Madeira". *Antropológicas*. (7).

LISBOA, Maria Helena. 2007. *As Academias e Escolas de Belas Artes e o Ensino Artístico (1836-1910)*. Lisboa: Edições Colibri - IHA/Estudos de Arte Contemporânea FCSH.

LITTRÉ, Émile. 1883. *Études sur les barbares et le Moyen Âge*. 4eme ed. Paris: Didier et Cie.

LOBATO, Alexandre. 1962. *Colonização Senhorial da Zambézia e outros estudos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

LOBATO, Manuel. 2008. "Da *Commissão de Cartographia* ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1883-1983)". In *Saber Tropical: 125 Anos*. Teresa Pacheco Albino (Ed.). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 11-69.

LOFF, Manuel. 2008. *O Nosso Século é Fascista! O Mundo Visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras.

LONG, Véronique. 2001. "Les collectionneurs d'eouvres d'art et la donation au musée à la fin du XIX siècle: l'exemple du musée du Louvre". *Romantisme.* (112):45-54.

LOPES, Bruno. 2009. *Contributos para a História dos Tapetes de Arraiolos*. Lisboa: Apenas Livros - Terramar.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito. 2004. *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.

LOPES, Fernando Farelo. 1993. *Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*. Lisboa: Estampa.

LOPES, Manuel. 2009. *No interior do Museu de Marinha: um olhar aprofundado sobre um dos museus mais antigos de Portugal. Dissertação de Mestrado em Ciências da Cultura Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Texto policopiado.

LOPES, Maria Antónia. 2002-2003. "Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1910. Elites e fontes de poder". *Revista Portuguesa de História.* T. XXXVI, vol. 2:203-274.

LÓPEZ TRUJILLO, Miguel Ángel. 2006. *Patrimonio: La lucha por los bienes culturales españoles (1500-1939)*. Gijón: Ediciones Trea.

LOURENÇO, José Pires. 1957. *A exploração dos diamantes em Angola (*separata de *Economica Lusitania, Revista dos Estudantes do ISCEF. Nº 7-8, Abril 1956-Junho 1957)*. Lisboa: Instituto Superior Técnico.

LUCAS, Rémy. 1997. "Aventura e Rotina: Gilberto Freyre et l'Afrique". *Lusotopie.*237-245.

LUCENA, Armando de. 1945. *Aspectos da Arte em Portugal. Colectânea de alguns artigos publicados no «Diário de Notícias»*. Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições.

LUNA, Maria Isabel Soares de. 2011. *Incorporação e Desincorporação em Museus. História, realidade e perspectivas futuras (Dissertação em Estudos Museológicos submetida ao Mestrado de Museologia: Conteúdos Expositivos do ISCTE-IUL - Escola de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Antropologia)*. Lisboa: Texto policopiado.

LUPI, Eduardo do Couto. 1907. *Angoche. Breve memoria sobre uma das capitanias-móres do Districto de Moçambique*. Lisboa: Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar - Direcção Geral do Ultramar.

———. 1907. *Districto de Quelimane: relatório do Governador 1906-1907*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.

LUPI, Miguel Angelo. 1879. *Indicações Para a Reforma da Academia Real de Bellas Artes de Lisboa Dirigidas ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Vice-Inspector da Mesma Academia*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MACDONALD, Sharon (Ed.). 2006. *A Companion to Museum Studies*. Maldon - Oxford - Victoria: Blackwell Publishing.

MACEDO, Diogo de. 1934. "A Escultura em Portugal, XIII, A arte românica". *Seara Nova.* (403, Agosto):295-298.

———. 1934. *Iconografia Tumular Portuguesa. Subsídios para a Formação de um Museu de Arte Comparada*. Lisboa: Olissipo.

———. 1940. "Notas de Arte - Machado de Castro, simbólico exemplo". *Ocidente.* (33, Janeiro).

———. 1940. "Notas de Arte - Esculturas em alabastro". *Ocidente.* (35, Março).

———. 1946. "Peço a Palavra – Falando de Colecções de Arte". *Diário Popular*, 27 Maio: 1 e 9.

———. 1946. "Sobre Arrolamentos e Patriotismo". *Diário Popular*, 3 de Junho: 1 e p. 9.

———. 1946. "Peço a palavra - Doações de Arte". *Diário Popular*, 15 Julho: 1 e 9.

———. 1946. "Consciência Nacional na Arte". *O Século*, 25 Outubro: 1.

———. 1947. "Peço a Palavra - Museus às Moscas". *Diário Popular*, 12 Setembro: 1 e 9.

———. 1949. "Peço a Palavra - Faz falta Em Lisboa Um Novo Museu de Arte". *Diário Popular*, 28 Outubro: 1 e 9.

M[ACEDO], D[iogo de]. 1938. "Ainda o pseudo catálogo das Janelas Verdes". *O Diabo*, 6 Março.

[MACEDO, Diogo de]. 1939. "As opiniões do Sr. Bonsenso. Inventários de Arte". *Diário de Lisboa*, 6 Junho: 1.

MACEDO, Diogo de; MONTALVOR, Luiz de. 1934. *Arte Indígena Portuguesa*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

MACEDO, Francisco Pato de. 2006. *Santa Clara-a-Velha de Coimbra Singular Mosteiro Mendicante. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras na área de História, especialidade de História da Arte*. Coimbra: Texto policopiado.

MACEDO, João Carlos da Costa e Sousa de. 1937. *Escola Politécnica de Lisboa. II. A 1ª Cadeira (Álgebra Superior, Geometria Analítica e Trigonometria Esférica)*. Lisboa: Faculdade de Ciências de Lisboa.

MACEDO, José Pinto de. 1916. *O conflito internacional sob o ponto de vista português. Estudo político e económico*. Porto: Renascença Portuguesa.

[MACEDO, Manuel de]. 1892. *O Muzeu Nacional de Bellas Artes. Apontamentos*. Coimbra: Imprensa da Universidade. [Edição original: *Congresso Pedagógico Hispano-Portuguez-Americano. Secção Portugueza.*]

MACEDO, Manuel de. 1911. "Uma collecção original". *Serões.* 2ª Série, vol. XIII:265-270.

MACHADO, António. 1945. *Bernardino Machado. Memórias*. Porto: Livraria Figueirinhas.

MACHADO, Aida de Guimarães Guedes Pinto (Condessa de Almedina). 1954. *O Conde de Almedina e a Arte em Portugal no Século XIX*. Lisboa.

MACHADO, Cyrillo Volkmar. 1922. *Collecção de Memorias Relativas às Vidas dos Pintores, e Escultores, Architetos, e Gravadores Portuguezes, e dos Estrangeiros que Estiverão em Portugal. Recolhidas e ordenadas por Cyrillo Volkmar Machado Seguidas de notas pelos Dr. J. M. Teixeira de Carvalho e Dr. Vergílio Correia*. Coimbra: Imprensa da Universidade. [Lisboa: Na Imp. de Victorino Rodrigues da Silva, 1823]

MACHADO, José Alberto Gomes. 1987. *Um coleccionador português do século das Luzes: D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, Arcebispo de Évora*. Évora: Publicações Ciência e Vida.

MACHADO, Saavedra. 1945. "Alguns Subsídios Para o Estudo do Pintor Carlos Bonvalot". *Arquivo de Anatomia e Antropologia.* Vol. XXIII, 1943-1945:211-223.

MADAHIL, António Gomes da Rocha. 1932. *Catálogo da Colecção de Cartas «Jardim de Vilhena» Do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Publicações do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra. Separata de *Biblos*. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. VIII.

MADAHIL, A. G. da Rocha. 1934. *Etnografia e História. Bases para a organização do Museu Municipal de Ílhavo*. Ílhavo.

———. 1947. *Tentativa de Bibliografia de Mestre António Augusto Gonçalves, insigne escritor e artista conimbrigense*. Coimbra: Coimbra Editora. Separata de *O Instituto*, vol. 108.

MADUREIRA, Arnaldo. 2003. *A Questão Religiosa na I República. Contribuições para uma autópsia*. Lisboa: Livros Horizonte.

———. 2006. *A Igreja Católica na Origem do Estado Novo*. Lisboa: Livros Horizonte.

———. 2008. *Salazar e a Igreja (1928-1932)*. Lisboa: Livros Horizonte.

———. 2010. *Salazar. A instauração da ordem*. Lisboa: Livros Horizonte.

MADUREIRA, Nuno Luís. 2002. *A Economia dos Interesses. Portugal entre as Guerras*. Lisboa: Livros Horizonte.

———. 2003. "A estatística do Corpo: Antropologia Física e Antropometria na Alvorada do Século XX". *Etnográfica.* Vol. VII (2):283-303.

MAGALHÃES, António de Assis Teixeira de. 1887-1888. "Sciencias Moraes e Sociaes. Antonio dos Sanctos Pereira Jardim". *O Instituto.* Vol. XXXV:397-403.

MAGALHÃES, João. 2005. "O Tesouro do Comandante". *L+Arte.* (10, Março):58-60.

———. 2005. "O Leilão da Colecção Barros". *Mvsev.* IV Série (14):163-218.

———. 2008. "Portugal". In *The International Markets: The Essential Guide for Collectors and Investors*, edited by James Goodwin. London: Kogan Page

MAGALHÃES, Joaquim Romero 2009. *Vem aí a República! 1906-1910*. Coimbra: Edições Almedina.

MAHUMANE, José Jorge. 2001. *Subsídio para a história do Ibo: arranjo dos fundos arquivísticos de Cabo Delgado, 1891-1975. Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane*. Maputo: Texto policopiado.

MAIA, Maria Helena. 2007. *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*. Lisboa: Edições Colibri-IHA/Estudos de Arte Contemporânea, FCSH - Universidade Nova de Lisboa.

MALHEIRO, Lourenço. 1881. *Explorações Geologicas e Mineiras nas Colonias Portuguezas. Conferencia feita na Sociedade de Geographia de Lisboa na noite de 17 de Janeiro de 1881*. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa.

MALRAUX, André. 2000. *O Museu Imaginário*. Lisboa: Edições 70.

MAMEDE, Eduardo Proença. 2012. *O Morgadio de São Silvestre* (http://odespertar.com/jornal/index.php?option=com_content&view=article&id=945:-o-morgadio-de-ssilvestre&catid=29:opiniao&Itemid=136) 2012 [acedido em 25.09. 2012].

MANAÇAS, Vítor Manuel Teixeira. 1991. *Museu Nacional de Arte Antiga, uma leitura da sua história, 1911-1962. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. 3 vols. Lisboa: Texto policopiado.

MANAÇAS, Vítor. 1992. "João Couto e o Museu Nacional de Arte Antiga". *Colóquio Artes*. 2ª série (92, Março):28-25.

MÂNTUA, Ana Anjos. 2010. "As proveniências da colecção e o mercado de arte em Portugal, 1925 a 1965". In *Coleccionar para a Res Publica. O Legado Dr. Anastácio Gonçalves (1888-1965)*. Lisboa: Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 71-87.

MANUPPELLA, Giacinto. 1966. *Dantesca Luso-Brasileira. Subsídios para uma Bibliografia da Obra e do Pensamento de Dante Alighieri*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

MARÉS DEULOVOL, Frederic. 2000. *El mundo fascinante del coleccionismo y de las antigüedades. Memorias de la vida de un coleccionista*. Barcelona: Museu Frederic Marès de Barcelona.

MARIANO, José Gabriel. 1990. "O Tribunal Privativo dos Chinas de Macau". *O Direito*, nº 5, Novembro.

MARIAUX, Pierre Alain. 2006. "Collecting (and Display)". In *A Companion to Medieval Art: Romanesque and Gothic in Northern Europe*. Conrad Rudolph (Ed.). Malden-Oxford-Victoria: Blackwell Publishing, 213-232.

MARÍN TORRES, Maria Teresa. 2002. *Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística*. Gijón: Ediciones Trea.

———. 2004. "Los visionarios de la gestión de la memoria artística". *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Ciências e Técnicas do Património.* Iª Série, vol. III:271-291.

MARINAS, José Miguel; SANTAMARINA, Cristina. 1993. *La Historia Oral: Métodos y Experiencias*. Madrid: Editorial Debate.

MARINHA, Ministério da. 1913. *Anuário da Escola Naval e da Escola Auxiliar de Marinha Ano Lectivo de 1912-1913*. Lisboa: Imprensa Nacional.

———. 1914. *Anuário da Escola Naval e da Escola Auxiliar de Marinha Ano lectivo de 1913-1914*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MARQUES, A. H. de Oliveira. 1972. *Afonso Costa*. Lisboa: Editora Arcádia.

———. 1977. *O Terceiro Governo Afonso Costa - 1917 (Actas dos Conselhos de Ministros)*. Lisboa: Livros Horizonte.

MARQUES, A. H. de Oliveira et. al. 1991. *Portugal da Monarquia para a República*. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (Eds.). Vol. 11, *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). 2001. *Nova História da Expansão Portuguesa*. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (Eds.). Vol. XI, *O Império Africano (1890-1930)*. Lisboa: Editorial Estampa.

MARQUES, A. H. de Oliveira. 2003. "História genealógica do homem comum: *micro-história* ou *macro-história*?" *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História.* III Série, Vol. 4:173-186.

MARQUES, Jorge Adolfo M.; EUSÉBIO, Maria de Fátima. 2007. *Distrito de Viseu Tesouros de Arte e Arqueologia*: Governo Civil do Distrito de Viseu.

MARQUES, João Pedro. 2004. *Portugal e a Escravatura dos Africanos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

MARSHALL, Christopher R. (Ed.). 2011. *Sculpture and the Museum*. Farnham-Burlington: Ashgate Publishing Limited.

MARTHA, M. Cardoso. 1909. "Os ex-libris". *Serões.* 2ª Série, vol. VIII (2):206-210.

MARTIN GONZÁLEZ, Juan José. 1961. *La Huella Española en la Escultura Portuguesa (Renacimiento y Barroco)*. Valladolid: Universidad de Santiago. Secretaria de Publicaciones.

MARTIN, Paul. 1999. *Popular Collecting and the everyday self. The reinvention of Museums?* London - New York: Leicester University Press.

MARTINÓ, António M. 2002. *João de Azevedo Coutinho Marinheiro e Soldado de Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.

MARTINS, Ana Cristina. 2003. *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória. Um percurso na Arqueologia de Oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

MARTINS, Ana Cristina; ALBINO, Teresa (Coord.). 2010. *Viagens e missões científicas nos trópicos: 1883-2010*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

MARTINS, Fernando. 2000. "A Política Colonial na Política Externa Portuguesa: 1926-1975". In *O Império Africano (Séculos XIX-XX)*. Lisboa: Edições Colibri, 137-165.

MARTINS, Fernando (Ed.). 2001. *Diplomacia & Guerra. Política Externa e Política de Defesa em Portugal do final da Monarquia ao Marcelismo (Actas do 1º Ciclo de Conferências, Évora, 2000)*. Lisboa: Edições Colibri - CIDEHUS-UE.

MARTINS, João Paulo. 2012. "Projecto Adiado: O Museu de Arte Contemporânea, em Lisboa. 1834-1943. (Comunicação ao IV CHAP-JAF: sesão simultânea 8 - Exposições, Colecções e Museus, Lisboa, FCG, 22 de Novembro 2012)". In *IV Congresso de História da Arte Portuguesa - Homenagem a José-Augusto França*. Lisboa: CD-texto em pdf, 201-207.

MARTINS, J. P. Oliveira. 1895. *Portugal Contemporaneo*. 3ª edição (póstuma) e com as alterações e additamentos deixados pelo auctor ed. I-II vols. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira - Editor.

MARTINS, João Vicente. 2005. *De Bragança à Lunda dos Diamantes. A vida errante de um transmontano aventureiro*. Lisboa: Universitária Editora.

MARTINS, J. V. de Pina. 1988. "De como identifiquei o «Tratado de Confissom»". *Revista ICALP*. Vol. 14 (Março):119-130.

MARTINS, Leonor Pires. 2012. *Um Império de Papel. Imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875-1940)*. Lisboa: Edições 70.

MARTINS, Maria do Rosário; AMARAL, Ana Rita. 2011. *História e Atualidade das Coleções de Timor na Universidade de Coimbra (Atas do Colóquio Timor: Missões Ciêntíficas e Antropologia Cultural, AHU, 24-25 de maio 2011)*. Lisboa: IICT-ICS.

MARTINS, Pedro. 2009. "Evolucionismo em Portugal na segunda metade do século XIX: problemas de conceptualização e recepção". *Diacrítica. Série Filosofia/Cultura.* (23/2):399-431.

MATA, Luís. 2010. "O Inventário Artístico de Portugal (1943-1995) - consonantes e dissonantes de um «dicionário da língua plástica portuguesa»". In *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010.* Jorge Custódio (Coord.). Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P., 181-186.

MATA, Maria Eugénia. 2004. *Institutions and business: Henry Burnay a case study*. Paper read at European Business History Association 2004 Conference: *From Industry to Services*, at Barcelona, Universidad Pompeu Fabra, Department of Economics and Business.

MATOS, Alexandre Manuel Ribeiro. 2007. *Os sistemas de informação na gestão de colecções museológicas. Contribuições para a certificação de museus. Dissertação de mestrado apresentada no Mestrado de Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto: texto policopiado.

MATOS, Leonor Correia de. 1989. "As Companhias Majestáticas de Moçambique Uma Etapa no Processo Colonial". *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.* Série 107ª (7-12, Julho-Dezembro):71-79.

MATOS, Maria Antónia Pinto de (Coord.). 1996. *A Casa das Porcelanas. Cerâmica Chinesa da Casa-Museu Dra. Anastácio Gonçalves*. Lisboa: IPM - Philip Wilson Publishers.

———. 1998. *Pintura na colecção Amaral Cabral*. Lisboa: IPM-Casa Museu Anastácio Gonçalves.

MATOS, Maria Antónia Pinto de; SALGADO, Mary. 2002. *Porcelana Chinesa da Fundação Carmona e Costa*. Lisboa: Assírio e Alvim.

MATOS, Patrícia Ferraz de. 2006. *As «Côres»do Império. Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: ICS-Imprensa de Ciências Sociais.

———. 2009. "Projectos Coloniais e seus efeitos: o caso do trabalho de José Redinha desenvolvido no Museu do Dundo". *Poiésis.* Vol. 2 (2, Jul.-Dez):42-61.

MATOS, Sérgio Campos. 1992. "História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Séc. XIX". *Penélope.* (8):51-71.

———. 2008. *Consciência Histórica e Nacionalismo. (Portugal - Séculos XIX e XX)*. Lisboa: Livros Horizonte.

———. 2008. "A Marinha e a Cultura Histórica em Portugal: Entre Tradição e Modernidade (Séculos XIX e XX)". *Revista de História das Ideias.* Vol. 29, *Tradição e Revolução. Homenagem a Luís Reis Torgal*:431-468.

———. 2013. *Finis Patriae e consciência de crise no Portugal contemporâneo*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

MATOS, Victor M. d'Albuquerque. 2005. "Ocupação Pecuária de Angola". *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias.* 100 (555-556):115-124.

MATTHAES, G. 2000. *The Art Collector's Ilustrated Handbook. How to tell authentic antiques from fakes*. 3 vols. Milan: Museo del Collezionista d'Arte- Gottfried Matthaes Foundation.

MATTOS, Norton de. 1944. *Memórias e Trabalhos da Minha Vida. Factos, acontecimentos e episódios que a minha memória guardou. Conferências, discursos e artigos e suas raízes no passado*. 2ª ed. 4 vols. Lisboa: Editora Marítimo Colonial Lda.

MAURÍCIO, Carlos. 2005. *A Invenção de Oliveira Martins. Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MAURIÈS, Patrick. 2011. *Cabinets de curiosités*. Paris: Gallimard. [1ª ed. 2002.]

McCLELLAN, Andrew (Ed.). 2003. *Art and its publics. Museum Studies in the Millenium*. Oxford: Blackwell Publishing.

MEDINA, João. 1990. *«Oh! a República!...». Estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa.

MELLO, António Brandão de. 1936. *Delegação de Angola à primeira conferência económica do império colonial português. Trabalho apresentado pelo presidente coronel António Brandão de Melo Mimoso*. Luanda: Imprensa Nacional.

1945. *O Sub-solo do Império na unidade económica do Império e nas relações com a economia nacional. Estudo apresentado ao II Congresso da União Nacional, em Maio de 1944*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

———. s.d. [1925]. *Os Diamantes de Angola. Artigos publicados no jornal «A Província de Angola» em Março e Abril de 1925*. s.l.

MELO, António. 1994. "Espólio do comandante Vilhena em leilão na Tapada da Ajuda. Mais rico que Crésus". *Público*, 22 Outubro.

MELO, Daniel. 2001. *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

MENDES, H. Gabriel. 1982. *As origens da Comissão de Cartografia e a acção determinante de José Júlio Rodrigues, Luciano Cordeiro e Francisco António de Brito Limpo*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

MENDES, José Amado. 1992. "O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos". *Análise Social.* Vol. XXVII (116-117):357-365.

MENDES, José Luís Sul. 1973. *Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América. Contribuição para o estudo do seu início (1776-1799). Tese de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Texto policopiado.

MENDES, Manuel. 1959. *Diogo de Macedo*. Lisboa: Artis.

MENDONÇA, Maria José de. 1946. "Uma estátua desaparecida de Joaquim Machado de Castro". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. I (3, Janeiro-Dezembro):152-155.

———. 1949. "Alguns Tipos de Colchas Indo-Portuguesas na Colecção do Museu de Arte Antiga". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. II (2, Janeiro-Dezembro):1-21.

———. 1955. "Catálogo da obra documentada de Joaquim Machado de Castro e da sua oficina no Museu Nacional de Arte Antiga". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. III (1):22-29.

———. 1962. "A Oficina de Conservação de Têxteis de Lisboa". *Ocidente, Revista Portuguesa Mensal.* LXII:241-248.

———. 1963. "As Arrecadações de Arte Ornamental e de Escultura do Museu Nacional de Arte Antiga. (Comunicação apresentada à 3ª Reunião dos Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, Porto, Setembro 1962)". *Mvsev.* 2ª Série (5):32-45.

———. 1971. "O Dr. João Couto e o Museu de Arte Antiga". In *João Couto, in Memoriam*. Lisboa, 109-120.

MENESES, Filipe Ribeiro de. 2009. "A União Sagrada". In *História da Primeira República Portuguesa.* Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (Coord.). Lisboa: Tinta-da-China, 277-286.

———. 2010. *Afonso Costa*. Lisboa: Texto Editores.

———. 2010. *Salazar - Uma Biografia Política*. Lisboa: Publicações D. Quixote. Edição original: *Salazar. A Political Biography*.

MENESES, Filipe Ribeiro de; OLIVEIRA, Pedro Aires de (Coord.). 2011. *A Primeira República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*. Lisboa: Tinta-Da-China.

MERRIMAN, Nick. 1991. *Beyond the Glass Case. The Past, the Heritage and the Public in Britain*. Leicester: Leicester University Press.

MEYER, Karl. 1975. *Main basse sur le passé. Pillards et collectionneurs*. Paris: Éditions du Seuil.

MICHELET, Jules. 1974. *Le Peuple*. Paris: Flammarion. [1ª ed. 1846.]

MILLS, C. Wright. 2000. *The Power Elite*. 2ª ed..Oxford-N. York: Oxford University Press. [1ª ed. 1956.]

MINISSI, Franco; RANELLUCI, Sandro. 1992. *Museografia*. Roma: Bonsignori Editore.

MIRA, Ana (Ed.). 2002. *Actas das Sessões Secretas da Câmara dos Deputados e do Senado da República sobre a participação de Portugal na I Grande Guerra*. Lisboa: Assembleia da República/Afrontamento.

MOITA, Irisalva. *Rafael Bordalo Pinheiro na Sociedade do Seu Tempo.* http://www.citi.pt/cultura/artes_plasticas/caricatura/bordalo_pinheiro/moita.html [acedido em 19.04.2012].

MOLFINO, Francesca; MOLFINO, Alessandra Mottola. 1997. *Il Possesso della Bellezza. Dialogo sui collezionisti d'arte*. Torino: Umberto Allemandi & C.

MONGE, Maria de Jesus. 2010. "A República e os Paços Reais". In *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P., 111-116.

MONGE, Maria de Jesus Vitorino Soares. 2003. *Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: de Paço a Museu. Dissertação de Mestrado em Museologia apresentada ao Departamento de História da Arte da Universidade de Évora.* Évora: Texto policopiado.

MÓNICA, Maria Filomena. 1994. "A lenta morte da Câmara dos Pares (1878-1896)". *Análise Social.* Vol. XXIX (125-126 (1º-2º)):121-152.

MONTALVOR, Luís de (Dir.). 1930. *História do Regime Republicano em Portugal*. Vol. I. Lisboa.

MONTEIRO, Armindo. 1931. "O País dos Quatro Impérios". *Boletim da Agência Geral das Colónias.* Ano 7º (78, Dezembro):7-26.

———. 1933. *Os Portugueses na colonização contemporânea. Nobreza colonial (Discurso proferido pelo sr. Ministro das Colónias na sessão de inauguração da XXII Reunião do Instituto Colonial Internacional em 18 de Abril de 1933)*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca da Agência Geral das Colónias.

———. 1940. "As grandes directrizes da governação ultramarina portuguesa no período que decorreu entre as duas guerras mundiais". In *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Hernâni Cidade António Baião, Manuel Múrias (Eds.). Lisboa: Editorial Ática, 431-454.

MONTEIRO, Hernani. 1936. *A Junta de Educação Nacional Sua História; Seus Fins; Suas Realizações Principais*. Porto: Imprensa Portuguesa. Separata de *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Tomo XX.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. 1997. "Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime". *Análise Social.* Vol. XXXII (141 (2º)):335-368.

———. 2003. *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*. 2ª ed. revista. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

———. 2007. *Elites e Poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais.

MONTELLA, Massimo. 2005. *Musei e beni culturali. Verso un modello di governance*. Milano: Electa. [1ª ed. 2003.]

MONTE-SÃO, Visconde de. 1873. "Oração Academica Recitada Na Sala Grande dos Actos da Universidade Pelo Visconde de Monte-São Lente de Prima, Decano e Director da Faculdade de Philosophia no Dia 16 de Outubro de 1873". In *Annuario da Universidade de Coimbra No Anno Lectivo de 1873 a 1874*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 11-32.

———. s.d. [1875]. *Resposta do Visconde de Monte-São Ás Considerações do Sr. Doutor Julio Augusto Henriques Acerca dos RR Lançados nos Actos de Botanica*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

———. 1877. "Noticia dos Gabinetes de Mineralogia, Geologia e Paleonthologia, da Universidade de Coimbra". In *Exposição Succinta da Organisação Actual da Universidade de Coimbra Precedida de Uma Breve Noticia Historica D'Este Estabelecimento Pelo Visconde de Villa-Maior*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 300-311.

MORÁN, J. Miguel; CHECA, Fernando. 1985. *El coleccionismo en España. De la cámara de maravillas a la galería de pinturas*. Madrid: Cátedra.

MORANDOTTI, Alessandro. 2008. *Il Collezionismo in Lombardia. Studi e ricerche tra '600 e '800*. Milano: Officina Libraria.

MOREIRA, Adriano. 2009. *A Espuma do Tempo. Memórias do Tempo de Vésperas*. Coimbra: Edições Almedina.

MOREIRA, Adriano; VENÂNCIO, José Carlos (Org.). 2000. *Luso-Tropicalismo: uma teoria social em questão*. Lisboa: Vega.

MOREIRA, Fernando. 2006. "As dinastias liberais. Relações de parentesco entre os membros do parlamento no período da monarquia constitucional (1834-1910)". *Análise Social.* Vol. XLI (178):125-143.

MOREIRA, Rafael. 2002. "A importação de obras de arte em Portugal no Século XVI". In *Da Flandres e do Oriente: escultura importada. Colecção Miguel Pinto*. Lisboa: Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 11-21.

MOREIRA, Rafael [de Faria Domingues]. 1991. *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A Encomenda Régia entre o MODERNO e o ROMANO. Dissertação de Doutoramento em História da Arte Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. 2 Vols. Lisboa: Texto policopiado.

MORSELLI, Raffaella (a cura di). 2002. *Gonzaga. La Celeste Galeria. Le raccolte (Mantova, Palazzo Te - Palazzo Ducale, 2 settembre - 8 dicembre 2002)*. Milano: Skira.

MOSER, Fernando de Mello. 1994. "O Homem Português nos Trópicos: *Casa Grande e Senzala* e a Lusotropicologia". In *Discurso Inacabado: Ensaios de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 397-410.

MOTA, Guilhermina. 1988. "Estruturas Familiares no Mundo Rural. Grupos Domésticos no Bispado de Coimbra em 1801". *Revista Portuguesa de História.*1-66.

———. 2010. "Famílias em Coimbra nos séculos XVIII e XIX". *Revista de História da Sociedade e da Cultura.* (10, Tomo II):354-385.

MOTA, Maria Manuela de Oliveira. 2000. *Porcelanas Orientais da Colecção do Museu Condes de Castro Guimarães*. Lisboa: Fundação Oriente - Câmara Municipal de Cascais.

MOURA, Maria Lúcia de Brito e. 2004. *A Guerra Religiosa na Primeira República. Crenças e mitos num tempo de utopias*. Cruz Quebrada: Editorial Notícias.

MOUTINHO, Mário Canova. 1982. "A Etnologia Portuguesa e o Estado Novo". In *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio Realizado na Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 415-442.

MUNÕZ COSME, Alfonso. 2007. *Los espacios de la mirada. Historia de la arquitectura de museos*. Gijón: Ediciones Trea.

MURALHA, Pedro. s.d. [1924]. *Terras de África: S. Tomé e Angola*. s.l. [Lisboa].

MURPHY, Paula. 1999. "Bristish Sculpture at the Early Universal Exhibitions: Ireland Sustaining Britain". *The Sculpture Journal.* III:64-73.

NAHON, Pierre. 1998. *Les Marchands d'art en France XIX$_e$ et XX$_e$ Siècles*. Paris: Éditions de la Différence.

NASCIMENTO, J. F. da Silva. 1950. *Leitos e Camilhas Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Edição do Autor.

NASCIMENTO, J. Pereira; MATTOS, J. Alexandre. 1912. *A Colonisação de Angola*. Lisboa: Typographia Mendonça.

NEIL-TOMLINSON, Barry. 1977. "The Nyassa Chartered Company: 1891-1929". *The Journal of African History.* Vol. 18 (1):109-128.

NEIL-TOMLINSON, Barry; VAIL, Leroy. 1977. "The Mozambique Company". *The Journal of African History.* Vol. 18 (2):283-286.

NETO, Maria da Conceição. 1997. "Ideologias, Contradições e Mistificações da Colonização de Angola no Século XX". *Lusotopie.*327-359.

NETO, Maria João Baptista. 2001. *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

———. 2007. "Coleccionadores e Connaisseurs de obras de arte: Francis Cook (1817-1901) e John Charles Robinson (1824-1913) em Portugal". *Artis.* (6):403-442.

NETO, Vítor. 2006. "A Sociabilidade Cultural Durante a 1ª República. O Caso de Coimbra". *Revista de História das Ideias.* Vol. 27, *República*:419-444.

NETO, Vítor Manuel Parreira. 1996. *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal 1832-1911. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Coimbra: texto policopiado.

NEVES, Álvaro. 1918. *Notícia dos Quadros e Esculturas Existentes na Academia das Sciencias de Lisboa em 1834 e em 1917*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

NEVES, José. 2010. *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no Século XX*. Lisboa: Tinta-da-China.

NIASSA, Companhia do. 1903. *Mining Regulations of the Companhia do Nyassa (translation)*. London: C.N.

———. 1912. *Sobre a situação da Companhia do Nyassa em Dezembro de 1911*. Lisboa: Typ. da A Editora.

NOGUEIRA, Franco. 1977. *Salazar*. Vol. II. *Os Tempos Áureos (1928-1936)*. Coimbra: Atlântida Editora.

NOGUEIRA, José Manuel Freire; BORGES, João Vieira (Org.). 2006. *O Pensamento Estratégico Nacional*. Lisboa: Edições Cosmos - Instituto da Defesa Nacional.

NORA, Pierre. 2011. *Présent, nation, mémoire*. Paris: Gallimard.

NOREEN, Kirstin. 2006. "The icon of Santa Maria Maggiore, Rome: an image and its afterlife". In *The Biography of the object in Late Medieval and Renaissance Italy*. Patricia L. Reilly Roberta J. M. Olson, Rupert Sheperd (Eds.). Malden-Oxford-Victoria: Blackwell Publishing, 80-92.

NORONHA, Eduardo de. s.d. *Augusto de Castilho. O Oficial de Marinha - O Administrador Colonial - O Diplomata - O Filantropo - O Político*. Lisboa: Editorial Cosmos.

———. 1915. *Em Redor de Africa. Narrativa succinta de factos verdadeiros e de impressões colhidas em flagrante. Ornada com Trinta e Quatro Reproducções Photographicas*. Porto: Typographia da Empreza Litterária e Typographica.

NORTON, Thomas E. 1984. *100 Anni di Collezionismo. La storia di Sotheby Parke Bernet*. Milano: Silvana Editoriale.

NOVAES, Sylvia Caiuby. 2009. "Entre a harmonia e a tensão: as relações entre Antropologia e imagem". *Revista ANTHROPOLÓGICAS.* Ano 13, vol. 20 (1-2):9-26.

NOVAIS, Isabel Cadete. 2002. *José Régio. Itinerário Fotobiográfico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

NOWELL, Charles E. 1947. "Portugal and the Partition of Africa". *The Journal of Modern History.* Vol. 19 (1, Mar.):1-17.

NUNES, Carlos Manuel de Freitas Almeida. 2009. *Figueira da Foz (1930-1960). Apontamentos sobre o Turismo Balnear (Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)*. Coimbra: Texto policopiado.

NUNES, Maria Leonor. 2008. "Por amor à Arte". *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, nº 975, 13-16 Fevereiro.

NUNES, Marta Marinho. 2010. *Uma visão sobre o mercado leiloeiro lisboeta e a sua importância no conhecimento da produção de mobiliário civil português no século XVIII (Tese de Mestrado em Gestão de Mercados de arte apresentada ao ISCTE)*. Lisboa: Texto policopiado.

Ó, Jorge Ramos do. 1990. *O Lugar de Salazar. Estudo e antologia*. Lisboa: Publicações Alfa.

———. 1999. *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" 1933-1949. Ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa.

O'DOHERTY, Brian. 1999. *Inside the White Cube. The Ideology of the Gallery Space*. Expanded ed. [4ª]. Berkeley-Los Angeles-London: University of California Press. [1ª ed. 1976].

OLIVEIRA, Carlos de. 1914. *Lei da Separação do Estado das Igrejas Anotada. Com um prefácio do Dr. Afonso Costa*. Porto: Companhia Portuguesa Editora.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de. 1966. "D. Sebastião Pessanha". *Revista de Etnografia.* VII, Tomo 1 (Julho):248-250.

———. 1971. *Apontamentos sobre Museologia: Museus Etnológicos. Lições dadas no Museu de Etnologia do Ultramar*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar - Centro de Estudos de Antropologia Cultural.

———. 1971. "Museus e Colecções de Etnografia de Angola". *Garcia de Orta. Revista da Junta de Investigações do Ultramar.* 19 (1-4):25-36.

OLIVEIRA, José Osório de. 1944. *Exame da Vida Portuguesa*. s.l.: Edições Ultramar.

———. 1954. *Uma acção cultural em África*. Lisboa.

OLIVEIRA, Maurício de. 1973. *Diário de um jornalista 1926-1930*. Lisboa: Edição Póstuma do Autor.

OLIVEIRA, Maria Gabriela Gomes de. 1974. *Diogo de Macedo: subsídios para uma biografia crítica*. Gaia: Biblioteca Pública.

OLIVEIRA, Pedro Aires. 2007. *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1945-1975*. Lisboa: Tinta-da-China.

OLIVEIRA, Paulo Alexandre Martins. 2004. *A arte do Renascimento e o renascimento da Arte no pensamento teórico e na obra historiográfica de Reynaldo dos Santos (1880-1970). Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. 2 Vols. Lisboa: Texto policopiado.

OLSON, Roberta J. M.; REILLY, Patricia L.; SHEPERD, Rupert (Eds.). 2006. *The biography of the object in Late Medieval and Renaissance Italy*. Malden-Oxford-Victoria: Blackwell Publishing.

OREY, Leonor de. 1998. *Ourivesaria*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva - Museu Escola de Artes Decorativas Portuguesas.

ORTIGÃO, Ramalho. 1882. "Visconde Daupias". *Diario Illustrado.* (Nº 3161, 27 Fevereiro):1.

———. 1896. *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa: Antonio Maria Pereira, Livreiro-Editor.

———. 1944. *Costumes e Perfis*, *Obras Completas de Ramalho Ortigão*. Lisboa: Livraria Clássica Editora. [Edição póstuma.]

OSÓRIO, João de Castro. 1956. *Cancioneiro de Lisboa (Séculos XIII-XX)*. Vol. III. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

OSÓRIO, Paulo. 1908. *Lisboa - Chronicas*. Porto: Empresa Litteraria e Typographica - Editora.

OSTERGARD, Derek E.; HEWAT-JABOR, Philip; McLEOD, Bet (Eds.). 2002. *William Beckford, 1760-1844: An eye for the magnificent*. New Haven - London: Yale University Press for the Bard Graduate Center for Studies in the Decorative Arts, Design and Culture.

PAÇO, Afonso do. 1958. "A Academia Real da História Portuguesa e a sua lei de protecção a monumentos arqueológicos". *Anais da Academia Portuguesa da História.* Série II, vol. 8:29-40.

PAÇO D'ARCOS, Joaquim. 1976. *Memórias da Minha Vida e do Meu Tempo*. 3 Vols. Vol. 2. Lisboa: Guimarães & Cª Editores.

———. 1979. *Memórias da minha Vida e do meu Tempo*. 3 Vols. Vol. 3. Lisboa: Guimarães & Cª Editores.

PAÇO D'ARCOS, Joaquim; PAÇO D'ARCOS, João Filipe e PAÇO D'ARCOS, Maria do Carmo (Selecção, organização e notas). 2008. *Joaquim Paço d'Arcos Correspondência e Textos Dispersos,1942-1979*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

PAIS, Alexandre Nobre; MONTEIRO, João Pedro. 2003. *Faiança Portuguesa da Fundação Carmona e Costa*. Lisboa: Assírio e Alvim.

PAIXÃO, Braga. 1966. *Oficiais da Armada, no Alto Comando e Governação do País*, *Anais do Clube Militar Naval: Separata do Número Especial Comemorativo do 1º Centenário do Clube Militar Naval 1866-1966*. Lisboa: Clube Militar Naval.

PALOUZIÉ, Hélène, ed. 1999. *De la collection au lieu de la mémoire. Le patrimoine mobilier privé (Actes du colloque tenu à Montpellier du 1er au 3 octobre 1998)*. Arles: Actes Sud.

PAMPLONA, Fernando de. 1970. "Reynaldo dos Santos Mestre da Sensibilidade". *Belas-Artes. Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes.* 2ª série (24-26):3-21.

———. 1980. "Da Academia de Belas-Artes de D. Maria II e Passos Manuel (1836) à Academia Real de Belas-Artes (1862) e à Academia Nacional de Belas Artes (1932)". *Belas-Artes. Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes.* 3ª série (2):45-51.

PANOFSKY, Erwin. 1987. "Galilée critique d'art". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales.* 66 (66-67):2-24.

PAUL, Carole. 2008. *The Borghese Collections and the Display of Art in the Age of the Grand Tour*. Aldershot: Ashgate.

PAULINO, Maria Clara Loureiro Borges. 2009. *Olhares de Europeus e Norte-Americanos Em Viagem por Portugal. Fontes para Estudos de Arte e Património (ca. 1750-1850). Tese de Doutoramento em História da Arte Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 2 Vols. Porto: Texto policopiado.

PAXECO, Oscar (Fausto Fontes). 1964. *El-Rei D. Carlos O Grande Caluniado*. Lisboa.

PEARCE, Justin. 2004. "War, peace and diamonds in Angola. Popular perceptions of the diamond industry in the Lundas". *African Security Review.* Vol. 13 (2).

PEARCE, Susan. 1992. *Museums, Objects and Collections. A Cultural Study*. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press.

———. 1995. *On Collecting. An investigation into collecting in the European tradition*. London-N. York: Routledge.

PEARCE, Susan (Ed.). 1994. *Interpreting Objects and Collections*. London - New York: Routledge.

PEARCE, Susan (Ed.). 1994. *Museums and the appropriation of culture*. London: The Athlone Press.

PEARCE, Susan; FLANDERS, Mark Hall; MORTON, Fiona (Eds). 2002. *The Collector's Voice: Critical Readings in the Practice of Collecting*. Vol. 3, *Imperial Voices*. Aldershot - Burlington: Ashgate Publishing Company.

PEARCE, Susan; MARTIN, Paul (Eds.). 2002. *The Collector's Voice: Critical Readings in the Practice of Collecting*. Vol. 4, *Contemporary Voices*. Aldershot - Burlington: Ashgate Publishing Company.

PEARCE, Susan; ARNOLD, Ken (Eds.). 2000. *The Collector's Voice: Critical Readings in the Practice of Collecting*. Vol. 2, *Early Voices*. Aldershot - Burlington: Ashgate Publishing Company.

PEARCE, Susan; BOUNIA, Alexandra (Eds.). 2000. *The Collector's Voice: Critical Readings in the Practice of Collecting.* Vol. 1, *Ancient Voices*. Aldershot - Burlington: Ashgate Publishing Company.

PEDREIRA, Jorge M. 1998. "Imperialismo e Economia". In *História da Expansão Portuguesa.* Vol. IV. *Do Brasil para África (1808-1930)*. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Eds.). Lisboa: Círculo de Leitores, 268-301.

PEGADO, Luiz Porfirio da Motta. 1887-1888. "Parecer apresentado á Primeira Classe da Academia Real das Sciencias, ácerca de uma memoria do sr. Cypriano Jardim intitulada «Projecto de Aerostato Dirigivel», com um supplemento e additamento". *Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes.* Tomo 12 (XLVIII):269-273.

PÉLISSIER, René. 1969. "Campagnes militaires au Sud-Angola (1885-1915)". *Cahiers d'Études Africaines.* 9 (33):54-123.

———. 1979. *Le Naufrage des Caravelles. Études sur la fim de l'Empire Portugais, 1961-1975*. Montamets.

———. 1986. *História das Campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)*. 2 Vols. Lisboa: Editorial Estampa.

———. 2006. *As Campanhas Coloniais de Portugal, 1844-1941*. Lisboa: Editorial Estampa.

PELLERIN, Agnès. 2009. *Les Portugais à Paris au fil des siècles & des arrondissements*. Paris: Éditions Chandeigne & Librairie Portugaise.

PENNY, Nicholas. 2008. "The Evolution of the Plinth, Pedestal, and Socle"". In *Collecting Sculpture in Early Modern Europe*. Nicholas Penny e Eike D. Schmidt (Eds.). New-Haven-London: National Gallery of Art, Washington, 461-481.

PEÑUELAS I REIXACH, Lluís. 2001. *El pago de impuestos mediante obras de arte y bienes culturales. La dación de bienes del Patrimonio Histórico Español*. Madrid - Barcelona: Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, S.A.

PEREIRA, Elisabete; LOPES, Margaret; NUNES, Maria de Fátima. 2011. "O desenvolvimento científico e o coleccionismo privado: redes intelectuais e circulação do conhecimento científico (Arqueologia e Antropologia em Portugal - Finais do Séc. XIX e primeira metade do Séc. XX)". In *Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências (Coimbra, 26-29 de Outubro 2011)*. Coimbra: Imprensa da Universidade

PEREIRA, Gabriel. 1890. *Exposições de Arte Ornamental*, *Estudos Eborenses*. Évora: Minerva Eborense.

———. 1895. "Recheio da Casa". *Arte Portugueza.* Ano I (4, Abril):73-74.

———. 1900. *O Museu Archeologico do Carmo*. Lisboa.

———. 1903. *Museu Nacional de Bellas-Artes. Aspecto Geral*. Lisboa.

———. 1908. *Museu Nacional de Bellas-Artes. Aspecto Geral*. 5ª ed. Lisboa.

PEREIRA, Helena Maria Martins Costa. 2012. *Biografia(s) da colecção de vidro do Museu Nacional de Machado de Castro ou sobre o claro-escuro das coisas. Dissertação de Mestrado em Museologia Apresentada à Universidade do Porto*. Porto.

PEREIRA, Henrique Manuel S. 2005. "Colecção de Faianças Peninsulares de Guerra Junqueiro: cartas ao Conde do Ameal - 62 documentos inéditos". *Mvsev.* IV Série (14):89-162.

PEREIRA, Henrique Manuel S. (Coord.). 2010. "[Entrevista a] Anísio Franco". In *À volta de Junqueiro vida, obra e pensamento*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 57-69.

PEREIRA, José Carlos Francisco. 2009. *As Doutrinas Estéticas em Portugal. Do Romantismo à Presença. Tese de Doutoramento em Belas Artes, especialidade de Ciências da Arte, apresentado à Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Texto policopiado.

PEREIRA, José Fernandes. 2001. "Reflexões sobre as teorias da escultura portuguesa". *Arte Teoria.* (2):6-19.

PEREIRA, Joaquim Tomás Miguel; SOUSA, Maria Armanda de Almeida e. 2004. *A ex-librística portuguesa dos Descobrimentos nas Colecções «J. Jardim de Vilhena» e «Ferreira de Lima» da Universidade de Coimbra*. Coimbra.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha (Coord. científica). 2007. *Vasos Gregos em Portugal. Aquém das Colunas de Hércules*. Lisboa: IPM - Museu Nacional de Arqueologia.

PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. 2005. *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: modernidade, colonização e alteridade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e Tecnologia.

PEREIRA, Michel Toussaint Alves. 2009. *Da Arquitectura à Teoria e o Universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX. Dissertação de Doutoramento*

emTeoria da Arquitectura Apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: Texto policopiado.

PEREIRA, Pilar. 2009. "École Polytechique de Paris *versus* École Polytechnique de Lisbonne". In *XXIII$_e$ Congrès International d'Histoire des Sciences et des Techniques (Budapest, 28 juillet-2 août 2009)*, 1-27.

PEREIRA, Pedro Theotonio. 1972. *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*. Vol. I. Lisboa: Verbo.

PEREIRA, Teresa Matos. 2010. "Desenhos de África, Desígnios Coloniais, Desejos Suspensos: artes plásticas e colonialidade". In *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*. Lisboa, 1-22.

PEREIRA, Teresa Pacheco. 1991. *Tapetes de Arraiolos*. Lisboa: Fundo Vip.

———. 2010. "Evocação". In *In Memoriam Sérgio Guimarães de Andrade*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 8 de Janeiro

PERES, Augusto Rodrigues. 1902. *Synopse de Todos os Diplomas Officiaes Publicados no Bolet. Milit. do Ultramar, Bolet. Official e Ord. á Força Armada Referida ao Anno de 1901*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.

PERESSUT, Luca Basso. 2005. *Il Museo Moderno. Architettura e museografia da Auguste Perret a Louis I. Kahn*. Milano: Edizioni Lybra Immagine.

PÉREZ MULET, Fernando; SOCIAS BATET, Immaculada (Eds.). 2011. *La dispersión de objetos de arte fuera de España en los siglos XIX y XX*. Barcelona - Cádiz: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona - Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.

PERINET-MARQUET, Hugues. 1990. "La protection publique des biens culturels en droit franças". *Revue Internationale de droit comparée.* 42 (2):789-804.

PERKS, Robert; THOMSON, Alistair, ed. 2006. *The Oral History Reader*. 2ª ed. London-New York: Routledge.

PESSANHA, D. Sebastião. 1918-1919. *Um Nucleo de Tecidos. Catalogo da Colecção do Autor*. 2 vols. Lisboa.

———. 1923. "Os primeiros tecidos portuguezes". *Contemporânea.* Vol. III (7):40-42.

———. 1960. *Preciosidades da Nossa Terra. Uma Colecção em Estremoz (Separata "com a devida vénia" de «Brados do Alentejo» de 4-4-1954. Ano XXIV, Nº 1188)*. Estremoz.

———. 1960. *As Colecções Rúdio*. Estremoz. Separata de *"Brados do Alentejo"*. Ano XXX, Nº 1500, 27-3-1960.

———. 1961. "Coleccionismo e Cultura". *Brados do Alentejo.*, 29 de Janeiro.

PETY, Dominique. 2001. "Le personnage du collectionneur au XIXe siècle: de l'excentrique à l'amateur distingué". *Romantisme.* (112):71-81.

PIERRAT, Emmanuel. 2011. *Faut-il Rendre Les Oeuvres d'Art?* Paris: CNRS Éditions.

———. 2011. *La Collectionnite*. Paris-N.York: Le Passage.

PIMENTA, Belisário. 1968. *António Augusto Gonçalves Polemista*. Coimbra. Separata de *Arquivo Coimbrão*, Vol. XXIV, 1968.

PIMENTEL, Alberto. 1893. *Manhãs de Cascaes*. Lisboa: Livraria Ferin.

PIMENTEL, Cristina. 2005. *O Sistema Museológico Português (1833-1991). Em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e Tecnologia.

PIMENTEL, Irene Flunser. 2010. *Cardeal Cerejeira O Príncipe da Igreja*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

PINA, Maria João. 1998. *Júlio de Vilhena: notas biográficas*. Vol. I. Ferreira do Alentejo: Câmara Municipal.

PINHAL, Teresa. 2011. *O Coleccionismo em José Régio. Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre em Museologia Apresentada ao Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto: Texto policopiado.

PINHEIRO, Magda; VAZ, Maria João. 2009. "Lisboa entre a Regeneração e a República: saberes, profissões e desafios". *Politheia: História e Sociedade.* Vol. 9, *Vitória da Conquista* (1):83-106.

PINHO, Elsa Garrett. 2011. *Património Cultural da Nação. Bens Culturais Móveis Classsificados, Inventariados ou Arrolados*. 2ª ed. Lisboa: IPM/IMC.

PINTO, Augusto Cardoso. 1939. "Os legados do Dr. José de Figueiredo e de D. Tília Dulce Machado Martins". *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga.* Fasc. I, vol. I:21-25.

———. 1941. "Ainda a propósito do Palácio das Janelas Verdes e das Suas Obras". *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga.* II (Fasc. 5, Janeiro-Junho):13-22.

———. 1942. "Ainda a Propósito do Palácio das Janelas Verdes e das Suas Obras. 2". *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga.* II (Fasc. 8, Julho-Dezembro):179-188.

———. 1943. *Notas para a História do Palácio das Janelas Verdes*. Lisboa. Separata *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, vol. I-II- Fasc. 3,5 e 8.

———. 1944. "Relatório Acerca dos Inventários do Museu das Janelas Verdes (1939)". *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga.* Vol. III:46-68.

———. 1952. *Cadeiras Portuguesas*. Lisboa.

PINTO, António Costa. 1999. "Le salazarisme et le fascisme européen". *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire.* Vol. 62 (1):15-26.

———. 2001. *Elites, Single Parties and Political Decision-Making in Fascist Era Dictatorships*. Vol. WP 4-01, *Instituto de Ciências Sociais Working Papers*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

———. 2001. *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte.

———. 2000-2001. "O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)". *Análise Social.* Vol. XXXV (157 (Inverno)):1055-1076.

PINTO, Albano da Silveira; BAÊNA, Visconde de Sanches de. 1890. *Resenha das Familias Titulares de Portugal*. Tomo II. Lisboa: Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva.

PINTO, António de Souza Madeira. 1908. "Cousas de Coimbra". *Serões.* 2ª Série, vol. VI:155-168.

PINTO, Carla Alferes. 1998. *A infanta Dona Maria de Portugal (1521-1577): o mecenato de uma princesa renascentista*. Lisboa: Fundação Oriente. Edição original: *O mecenato da Infanta Dona Maria de Portugal*. Tese de Mestrado em História da Arte Moderna Apresentada à FCSH da UNL. Lisboa: texto policopiado, 1996.

———. 2011. "À volta de três personagens e um inventário: a história do Inventário Artístico do Patriarcado de Lisboa". *Lusitania Sacra.* 2ª Série, Tomo XXIV, Julho-Dezembro:213-234.

———. 2014. *Colecção de Arte Colonial do Patriarcado de Lisboa. Proposta de estudo e musealização*. *Dissertação de Doutoramento em História da Arte Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. Lisboa: Texto policopiado.

PINTO, João Alberto da Costa. 2009. "Gilberto Freyre e a *intelligentsia* salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951-1974)". *HISTÓRIA*. 28 (1):445-482.

PINTO, Júlio Ferreira. 1926. *Angola: notas e comentários dum colono*. Lisboa: Museu Comercial.

PINTO, Maria Helena Mendes. 1974. *Doação Antenor Patiño*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

PINTO, Nuno Tiago. 2010-2011. "O contador que (não) valia 250 mil euros". *Sábado*. (348, 29 Dez-5 Jan):70-71.

PIRES, Ana Paula. 2009. "A economia de guerra: a frente interna". In *História Da Primeira República Portuguesa*, Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (Coord.). Lisboa: Tinta-da-China, 319-347.

PLANTIER, Carlos. 1969. "João Nascimento: «A maioria dos leilões são autênticas vigarices»". *Século Ilustrado*, 26 de Junho.

POIRIER, Jean; CLAPIER-VALLADON, Simone; RAYBAUT, Paul. 1995. *Histórias de vida. Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora. [1ª ed. 1983.]

POIRRIER, Philippe. 2007. "Le politiche del patrimonio in Francia sotto la Quinta Repubblica: da una politica statale a una politica nazionale, 1959-2005". In *Il Patrimonio Culturale in Francia*, Maria Luisa Catoni (a cura di). Milano: Electa, 101-120.

POLLAK, Michael. 1986. "La gestion de l'indicible". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. 62 (62-63):30-53.

POMIAN, Krzysztof. 1987. *Collectionneurs, amateurs et curieux. Paris, Venise: XVI$_e$-XVIII$_e$ siècle*. Paris: Éditions Gallimard.

———. 1993. "Collections et Musées (note critique)". *Annales. Économies Sociétés Civilisations*. Année 48º, novembre-décembre (6):1381-1401.

———. 2001. "Collection: une typologie historique". *Romantisme*. Vol. 31 (112):9-22.

———. 2005. "Les Collections à Venise et dans la Vénétie au temps de la Sérénissime. Une introduction historique". In *Il collezionismo a Venezia e nel Veneto ai tempi della Serenissima (Convegno del Kunsthistorisches Institut in Florenz, Venezia 21-25 settembre 2003)*. Bernard Aikema; Rosella Lauber; Max Seidel (Eds.). Venezia: Marsilio Editore, 43-50.

POMMIER, Édouard (Ed.) 1995. *Les Musées en Europe à la veille de l'ouverture du Louvre. Actes du colloque (organisé par le Service culturel du musée du Louvre à l'occasion de la commémoration du bicentenaire de l'ouverture du Louvre les 3, 4 et 5 juin 1993)*. Paris: Musée du Louvre - Klincksieck.

———, 1997. *Histoire de l'Histoire de l'art. Tome II. XVIII$_e$ et XIX$_e$ Siècles (Service Culturel du musée du Louvre. 24 janvier-7 mars 1994 et 23 janvier-6 mars 1995)*.Paris: Musée du Louvre - Klincksieck.

PONTE, Carmo Salazar. 1998. *Oliveira Martins - A História como Tragédia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

PONTES, Teresa. 1999. *Museologia da Arte. Conceitos e Práticas de José de Figueiredo. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa - Departamento de Antropologia*. 2 Vols. Lisboa: Texto policopiado.

PORFÍRIO, José Luís. 1987. *O Museu das Janelas Verdes*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

———. 1999. "Fragmentos em Torno de um Perfumador Árabe. Orientalismos nas Artes Plásticas em Portugal (1800-1918)". In *O Orientalismo em Portugal [Séculos XVI-XX]*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses - Edições Inapa, 127-135.

———. 1999. "O Museu Nacional de Arte Antiga: o edifício e as suas exposições". In *A Arte no Ocidente da Europa. O Museu Nacional de Arte Antiga. Lisboa*. Lisboa: Inapa, 36-43.

———. 2004. "Homenagem: Maria Alice Beaumont (1929-2004)". *Informação ICOM. Boletim Semestral da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM.* (4, Março):s.p.

PORTO, Nuno. 1999. "Manageable Past: Time and Native Culture at the Dundo Museum in Colonial Angola". *Cahiers d'Études Africaines.* 39 (1555-156):767-787.

———. 2001. "O corpo nas colónias: A comunidade colonial na margem do Império - o caso da Companhia de Diamantes de Angola". In *Entre Ser e Estar - Raízes, percursos e discursos da identidade*. Maria Irene Ribeiro e António Sousa Ramalho (Orgs.). Porto: Edições Afrontamento, 213-252.

———. 2002. "The Spectre of Art". *Etnografica.* VI (1):113-125.

———. 2003. "Le musée en tant que technologie d'enchantement: le travail muséal à la Compagnie des Diamants d'Angola". *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian.* XLV:123-132.

———. 2008. "Artes da Nação. Colonialidade, políticas e mercados das artes em Angola e Cabo Verde". In *Comunidades Imaginadas. Nação e Nacionalismos em África*. Fernando Tavares Pimenta, Luís Reis Torgal, Julião Soares Sousa (Coord.). Coimbra: Imprensa da Universidade, 87-100.

———. *Modos de Objectificação da dominação colonial: o caso do Museu do Dundo, 1940-1970* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Edição original: PORTO, Nuno Manuel de Azevedo Andrade. *Modos de Objectificação da dominação colonial: o caso do Museu do Dundo, 1940-1970*. Dissertação de Doutoramento para a obtenção do grau de Doutor em Antropologia apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra: texto policopiado, 2002.

———. 2010. Arte e Etnografia Cokwe: antes e depois de Marie-Louise Bastin. In *A Arte na Sociedade Cokwe e nas Comunidades Circunvizinhas*. Luanda, 9-10 Novembro: Fundação Escom e Ministério da Cultura de Angola.

PORTO, Nuno (Coord.). 1999. *Angola a Preto e Branco. Fotografia e Ciência no Museu do Dundo, 1940-1970*. Coimbra: Museu Antropológico da Universidade de Coimbra.

Portugueza, União Colonial. 1914. *Appello aos Habitantes das Colonias Para Que Com Ella Cooperem Activamente*. Lisboa.

POULOT, Dominique. 1986. "Musée et société dans l'Europe moderne". *Mélanges de l'École Française de Rome. Moyen-Age, Temps modernes.* 98 (98-2):991-1096.

———. 1988. "Le musée entre l'histoire et ses légendes". *Le Débat.* (49):69-83.

———. 2006. *Une histoire du patrimoine en Occident, XVIII$_e$-XXI$_e$ siècle. Du monument aux valeurs*. Paris: Presses Universitaires de France.

———. 2007. *Patrimoine et musées: l'institution de la culture*. 2ª ed.. Paris: Hachette. [1ª ed. 2001]

———. 2008. *Une histoire des musées de France XVIIIe-XXe siècle*. 2ª ed.. Paris: La Découverte. [1ª ed. 2005.]

———. 2009. *Musée et muséologie*. 2ª ed.. Paris: La Découverte. [1ª ed. 2005.]

POZZOLO, Enrico Maria; TEDOLDI, Leonida (a cura di). 2003. *Tra Committenza e Collezionismo. Studi sul mercato dell'arte nell'Italia settentrionale durante l'età moderna*. Vicenza: Terra Ferma.

PRESCOTT, Vera Lúcia dos Santos Rocha. 2009. *A Decadência Nacional de Fim-de-Século. Estudo sobre Guerra Junqueiro. Dissertação de Mestrado em Estudos Românicos, Especialização Cultura Portuguesa Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Texto policopiado.

PREZIOSI, Donald. 2006. *In the Aftermath of Art. Ethics, aesthetics, politics*. Oxon - New York: Routledge.

PRINZ, Wolfram. 1988. *Galleria. Storia e tipologia di uno spazio architettonico*. Modena: Edizioni Panini. [1ª ed. 1977.]

PROENÇA, Maria Cândida. 2008. *A Questão Colonial no Parlamento. Volume II, 1910-1926*. Lisboa: Divisão de Publicações da Assembleia da República e Publicações Dom Quixote.

———. 2009. "A questão colonial". In *História da I República Portuguesa*. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (Coord.). Lisboa: Tinta-da-China, 205-228.

QUEIRÓS, António José. 2008. *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República* Lisboa: Livros Horizonte.

QUEMIN, Alain; MOULIN, Raymonde. 1993. "La certification de la valeur de l'art. Experts et expertises". *Annales. Économies Sociétés Civilisations.* 48 (6):1421-1445.

QUERIOL, Nuno. 1897. "Governos Ultramarinos". *Revista Portugueza Colonial e Marítima.* Primeiro Anno 1897-1898, Primeiro Semestre, 92-99.

QUILHÓ, Irene. 1970. "Mobiliário". In *Oito Séculos de Arte Portuguesa. História e Espíirito*. Dir. Reynaldo dos Santos. Vol. III. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 417-480.

QUINTAS, Sofia de Ruival Ferreira Franklin. 2007. *Salva de Aparato "Judite e Holofernes".* Lisboa.[https://archive.org/stream/SalvajuditeEHolofernes/SalvaJuditeEHolofernesSofiaRuival_djvu.tx]

QUIROSA GARCÍA, Victoria. 2008. *Evolución de la Tutela de los Bienes Culturas Muebles en España: S. XVIII-S. XXI*. Granada: Universidad de Granada.

RAGGIO, Olga. 1991. "New Galleries for French and Italian Sculpture at the Metropolitan Museum of Art". *Gazette des Beaux-Arts.* Per. 6, an. 133, t. 118 (décembre):231-252.

RAMOS, Luís Filipe Redes Palma. 1988. "Estado Novo e discurso colonial. O exemplo de Armindo Monteiro". *Vértice.* II Série (3, Junho):53-64.

RAMOS, Paulo Oliveira. 1993. "Breve História do Museu em Portugal". In *Iniciação à Museologia.* Maria Beatriz Rocha-Trindade (Coord.). Lisboa: Universidade Aberta, 19-62.

RAMOS, Rui. 1992. "A formação da *intelligentsia* portuguesa (1860-1880)". *Análise Social.* Vol. XXVII (116-117):483-528.

———. 1994. *A Segunda Fundação (1890-1926)*. José Mattoso (Dir.). *História de Portugal. Sexto Volume*. Lisboa: Círculo de Leitores.

———. 2006. *D. Carlos 1863-1908*. Lisboa: Círculo de Leitores.

———. 2006. "Oligarquia e caciquismo em Oliveira Martins, Joaquín Costa e Gaetano Mosca (c. 1880-c.1900)". *Análise Social.* Vol. XLI (178):31-53.

———. 2009. "Idade Contemporânea (Séculos XIX-XXI)". In *História de Portugal*. Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro (Coord.). Lisboa: A Esfera dos Livros, 439-777.

———. 2011. "Aparências e realidades: os republicanos perante a Aliança Inglesa até à Primeira Guerra Mundial". In *A Primeira República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*. Pedro Aires de Oliveira, Filipe Ribeiro de Meneses (Coord.). Lisboa: Tinta-da-China, 81-109.

RANELLUCI, Sandro. 2005. *Allestimento Museale in Edifici Monumentali*. Roma: Edizioni Kappa.

RAPOSO, Luís. 1995. "Património Cultural, poder político e aparelho de Estado". *Vértice.* (64, Janeiro-Fevereiro):14-18.

RAU, Virgínia. 1956. "Prefácio". In *O «Livro de Rezão» de António Coelho Guerreiro*. Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola

REBELO, Horácio de Sá Viana. 1961. "A Companhia dos Diamantes de Angola (Diamang)". In *Angola Na África Deste Tempo. Pensamento e Acção no Governo da Província*. Lisboa, 95-103.

RECHT, Roland. 1994. "Considérations sur la destination de l'espace muséal. À propos de la sculpture au Grand Louvre". *Le Débat.* (81, septembre-octobre):38-48.

———. 2001. "Le moulage et la naissance de l'histoire de l'art". In *Le Musée de Sculpture Comparée: Naissance de l'Histoire de l'Art Moderne (Actes du colloque «Le Musée de Sculpture Comparée: l'invention d'un modèle au XIXe Siècle, Paris, Musée des Monuments Français 8-9 décembre 1999)*. Paris: Éditions du Patrimoine, 46-53.

———. 2008. *Penser le Patrimoine. Mise en scène en ordre de l'art*. 2ª ed.. Paris: Éditions Hazan. [1ª ed. 1999.]

RECHT, Roland (Ed.). 1998. *Le Text de l'Oeuvre d'Art: La Description*. Colmar: Presses Universitaires de Strasbourg-Musée d'Unterlinden.

REGO, A. da Silva. 1967. "Centenário da Congregação do Espírito Santo em Portugal (1867-1967)". *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.* Série 85 (10-12, Outubro-Dezembro):329-337.

REINACH, Salomon. 1927. "Éloge funèbre de M. Camille Enlart, membre de l'Académie". *Comptes-rendues des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres.* Année 71e (1):39-41.

REINGOLD, Nathan; ROTHENBERG, Marc (Eds.). 1987. *Scientific Colonialism. A Cross-Cultural Comparison (Papers from a Conference at Melbourne, Australia, 25-30 May 1981)*. Washington D.C.-London: Smithsonian Institution Press.

REIS, António 2000. *Raúl Proença: biografia de um intelectual político republicano. Dissertação de Doutoramento em História Cultural e das Mentalidades Contemporâneas apresentada por António Fernando Marques Ribeiro Reis na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. 2 Vols. Lisboa: Texto policopiado.

REIS, António (Coord. científica). 2002. *A República Ontem e Hoje (III Curso Livre de História Contemporânea. Lisboa, 20-25 Novembro 2000)*. Lisboa: Edições Colibri-Fundação Mário Soares-Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

REIS, Pe. Jacinto dos. 1962. *Nossa Senhora do Fètal envolvida num Processo de Registo Civil*. Leiria.

———. 1967. *Invocações de Nossa Senhora em Portugal d'Aquém e d'Além-Mar e seu Padroado*. Lisboa.

RELIQUET, Philippe; RELIQUET, Scarlett. 1999. *Henri-Pierre Roché, l'enchanteur collectionneur*. Paris: Ramsay.

REYERO, Carlos. 2008. *Observadores. Estudiosos, aficionados y turistas dentro del cuadro*. Bellaterra-Barcelona-Girona-Lleida-Tarragona: Universitat Autonoma de Barcelona -

Universitat de Girona - Universitat de Lleida - Universitat Rovira i Virgili - Museu Nacional d'Art de Catalunya.

RHEIMS, Maurice. 1979. *L'Enfer de la Curiosité. Du Marat au bain au petit pan de mur jaune*. Paris: Albin Michel.

———. 1980. *The Glorious Obsession*. N. York: St. Martin's Press. [1ª ed. 1975.]

———. 1981. *Les Collectionneurs. De la Curiosité, de la beauté, du goût, de la mode et de la spéculation*. Paris Editions Ramsay.

———. 1987. *Les greniers de Sienne*. Paris: Gallimard.

———. 1990. *Les Fortunes d'Apollon. L'Art, l'argent, les curieux, de Créssus aux Médicis*. Paris: Éditions du Seuil.

———. 1992. *Apollon à Wall Street*. Paris: Éditions du Seuil.

———. 1997. *Une mémoire vagabonde. La préhistoire que nous vivons*. Paris: Gallimard.

———. 2000. *Nouveau voyage autour de ma chambre. Essai et autres récits*. Paris: Gallimard.

RIBAULT, J.-Y. (Ed.). 1999. *Mécènes et Collectionneurs. Les variantes d'une passion (Congrés national des sociétés historiques et scientifiques 121e, Nice, 26-31 octobre 1996)*. Paris: Éditions du CTHS.

RIBEIRO, Aquilino. 1940. *O Pintor Manuel Jardim*, *Por Obra e Graça. Estudos.* Lisboa: Livraria Bertrand.

———. 2008. *Um Escritor Confessa-se. Seguido de Lances da Minha Vida. Memórias*. Lisboa: Bertrand Editora. [1ª ed. 1972.]

RIBEIRO, Artur R. de de Almeida. 1917. *Administração financeira das províncias ultramarinas, proposta de lei orgânica e relatórios apresentados ao Congresso pelo Ministro das Colónias Artur R. de Almeida Ribeiro, e leis nº 277 e 278*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

———. 1946. "Descentralização na Legislação e na Administração das Colónias". In *Antologia Colonial Portuguesa*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 153 e ss.

RIBEIRO, Belarmina. 1960. "A Escultura no Museu Nacional de Arte Antiga (1/Esquema de duas visitas guiadas)". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* IV (2, (Janeiro-Dezembro 1959)):29-34.

RIBEIRO, Belarmina A. Ferreira. 1962. "O Arquivo Museológico. Sua Fundação e História". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* IV (3 (Janeiro a Dezembro 1960)):29-31.

RIBEIRO, José Alberto. 2005. *A Colecção Champalimaud*. Lisboa: Fundação Champalimaud - Aletheia Editores -FMR.

———. 2009. "Um coleccionador exigente: António Anastácio Gonçalves (1888-1965)". *Revista de Artes Decorativas* (2):289-303.

RIBEIRO, Jorge Manuel Martins Ribeiro. 1997. *Comércio e Diplomacia nas Relações Luso-Americanas (1776-1822). Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 2 Vols. Porto: Texto policopiado.

RIBEIRO, Maria Manuel Velásquez. 2012. *Coleccionar na periferia. Manuel Coelho Baptista de Lima e a construção da memória açoriana (1920-1996). Dissertação de Mestrado em Museologia, Desenvolvimento e Património Apresentada ao Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores*. Ponta Delgada: Texto policopiado.

RIBEIRO, Orlando. 1962. *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar - Centro de Estudos Políticos e Sociais.

RIFKIN, Adrian (Ed.). 2005. *About Michael Baxandall*. 2ª ed. Oxford: Blackwell Publishers.

RIONNET, Florence. 1994. "Un instrument de propagande artistique: l'atelier de moulage du Louvre". *Revue de l'Art.* (104):49-50.

RITA-FERREIRA, A. 1982. *Fixação Portuguesa e História Pré-Colonial de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

RIVIÈRE, Georges Henri. 1993. *La Museologia. Curso de Museología / Textos y testimonios*. Madrid: Ediciones Akal.

ROBINSON, J. C. , ed. 1881. *Catalogue of The Special Loan Exhibition of Spanish and Portuguese Ornamental Art (South Kensington Museum, 1881)*. London: Comittee of Council on Education, by R. Clay, Sons and Taylor, And Published by Chapman & Hall, Limited.

ROCHA, Antonio dos Santos. 1905. *O Museu Municipal da Figueira da Foz - Catalogo Geral*. Figueira: Imprensa Lusitana.

ROCHA, Ema Ramalheira. 2013. *O Estágio/Curso de Conservadores do Museu Nacional de Arte Antiga - O papel educativo do MNAA na Museologia Portuguesa. Dissertação de Mestrado em Museologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. Lisboa: Texto policopiado.

RODRIGUES, Casimiro Jorge Simões. 2007. *As Vicissitudes do Sistema Escolar em Moçambique na 2ª Metade do Século XIX - Hesitações, Equilíbrios e Precariedades. Tese de Doutoramento em História, História de África Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Texto policopiado.

RODRIGUES, Fátima da Cruz. 2006. Mapas: (Re)Cortes Coloniais. Review of Reviewed Item. *O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC*,
http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/documentos/200611_mapas_recortes_coloniais.

RODRIGUES, Paulo Simões. 1998. *Património, Identidade e História. O Valor e o Significado dos Monumentos Nacionais no Portugal de Oitocentos. Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea (secs. XVIII-XX) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. 2 Vols. Lisboa: Texto policopiado

———. 2007. "Da História da Conservação e Restauro: Das Origens ao Portugal Oitocentista". In *40 Anos do Instituto José de Figueiredo*. Lisboa: Instituto Português de Conservação e Restauro, 017-039.

RODRIGUES, Sofia Leal. 2003. "O pensamento artístico de Joaquim de Vasconcelos". *Arte Teoria.* (4):44-57.

ROGERS, Malcolm. 2005. "Mutual passions a public museum and private collectors". *Apollo.* (June).

ROLLAND, Anne-Solène; MURAUSKAYA, Hanna (Dir.). 2008. *Les Musées de la Nation. Créations, transpositions, renouveaux. Europe, XIXe-XXIe siècles*. Paris: L'Harmattan.

RONZON-BÉLOT, Chantal. 2003. "Banquiers de la Belle Époque". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales.* 146 (146-147):8-20.

ROQUE, Ana Cristina; FERRÃO, Lívia. 2006. "Reconhecimentos Hidrográficos na Cartografia Portuguesa da Costa Centro e Sul de Moçambique no Século XIX". *Africana Studia.* (9):187-203.

ROQUE, Maria Isabel Rocha. 2005. *Musealização do sagrado: práticas museológicas em torno de objectos do culto católico. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa*. 2 Vols. Lisboa: Texto policopiado.

ROQUE, Maria Isabel [Rocha]. 2010. "Museologia oitocentista do património religioso em Portugal". *Idearte. Revista de Teorias e Ciâncias da Arte.* Vol. VI (6):117-145.

ROQUE, Ricardo. 2003. "The Razor's Edge: Portuguese Imperial Vulnerability in Colonial Moxico, Angola". *The International Journal of African Historical Studies.* Vol. 36 (1, Special Issue: *Colonial Encounters between Africa and Portugal*):105-204.

ROSA, Frederico Delgado; VERDE, Filipe. 2013. *Exploradores Portugueses e Reis Africanos. Viagens ao coração de África no século XIX*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

ROSA, João. 1940. *Alentejo à Janela do Passado. Breves notícias de Arte, Etnografia e História*. Lisboa.

ROSA, Maria Margarida Ivo. 2005. *O Bordado de Castelo Branco: História, Arte, Coleccionismo e Musealização. Dissertação de Mestrado em Museologia Apresentada ao Departamento de História da Universidade de Évora*. 2 vols. Évora: Texto policopiado.

ROSAS, Fernando. 1986. *O Estado Novo nos Anos Trinta. Elementos para o estudo da natureza económica e social do Salazarismo (1928-1938)*. Lisboa: Editorial Estampa.

———. 1990. *Portugal Entre a Paz e a Guerra. Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*. Lisboa: Editorial Estampa.

———. 1994. *O Estado Novo (1926-1974)*. José Mattoso (Dir.). *História de Portugal. Sétimo Volume*. Lisboa: Círculo de Leitores.

———. 1995. "Estado Novo, Império e Ideologia Imperial". *Revista de História das Ideias.* Vol. 17: *Do Estado Novo ao 25 de Abril*:19-32.

———. 2001. "O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo". *Análise Social.* Vol. XXXV (157):1031-1054.

———. 2012. *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-Da-China.

ROSAS, Fernando (Coord.). 1992. *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (Eds.). Vol. XII, *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.

ROSAS, Fernando; BARROS, Júlia Leitão de; OLIVEIRA, Pedro de. 1996. *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar. Correspondência política 1926-1955*. Lisboa: Editorial Estampa.

ROSAS, FERNANDO; BRITO, J. M. Brandão de (Eds.). 1996. *Dicionário de História do Estado Novo*. 2 Vols. Venda Nova: Bertrand Editora.

ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires de (Eds.). 2006. *As ditaduras contemporâneas*. Lisboa: Edições Colibri - Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (Coord.). 2009. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China.

ROSAS, João Dias. 1958. *A Luta pelos Mercados Africanos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

ROSAS, Lúcia 2009. "Joaquim de Vasconcelos e a valorização das artes industriais". In *Rodrigues de Freitas: a obra e os contextos. Actas do Colóquio*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 229-240.

ROSAS, Lúcia. 2009. "O Restauro da Sé Velha de Coimbra: António Augusto Gonçalves entre o rigor da História e o rigor do Desenho". In *Artistas e Artífices e a Sua Mobilidade no Mundo*

de Expressão Portuguesa. Actas. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 257-263.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso; PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. 1991. "Arte e Nacionalidade - Uma proposta de Yriarte a propósito da Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola de 1882". *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.* Série II, vol. VIII: 327-338.

RÖSCHENTHALER, Ute. 1999. "Of Objects and Contexts: *Biographies of Etnographica*". *Journal des Africanistes.* 69 (1):81-103.

ROSMANINHO, Nuno. 1995. "A Historiografia Artística de Vergílio Correia (1888-1944)". *Revista da Universidade de Aveiro. Letras* 12:161-185.

RUDOLPH, Conrad (Ed.). 2006. *A Companion to Medieval Art: Romanesque and Gothic in Northern Europe*. Malden-Oxford-Victoria: Blackwell Publishing.

RYKWERT, Joseph. 2001. "Why Collect?" *History Today.* (December).

SÁ, Manoel José Maria da Costa e. 1842. *Elogio Historico do Illmo. e Exmo. Sñr. Cypriano Ribeiro Freire. Recitado na Assembléa Publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa de 15 de Maio de 1838*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias.

SAINT MARTIN, Vivien de. 1875. "562 - Julio de Vilhena". *L'Année Géographique.* T. XII (Janvier):356-357.

SAINT-LÉGER, Vicomte de. 1902. "Une Nouvelle Orchidée. Odontoglossum Valençasianum (O. - Comte de Valenças)". *La Revue Diplomatique.* 25 Année (43, 26 Octobre):6-7.

SAINT-PULGENT, Maryvonne. 1993. "Sujétions et privilèges de l'Etat collectionneur: de la loi de 1913 sur les monuments historiques à la loi de 1992 sur la circulation des biens culturels". *Revue de l'Art.* (101):63-66.

SAISSELIN, Rémy. 1990. *Le bourgeois et le bibelot*. Paris: Albin Michel.

SALAZAR, Oliveira. 1937. *Discursos e Notas Políticas. II. 1935-1937*. Coimbra: Coimbra Editora.

———. 1962. *Defesa de Angola - Defesa da Europa. Discurso Pronunciado Por Sua Excelência O Presidente do Conselho e Ministro da Defesa Nacional, Na Cerimónia Efectuada no Palácio da Cova da Moura, em 4 de Dezembro de 1962*. Lisboa: Secretariado Nacional da Informação.

———. 1963. *Declaração Sobre Política Ultramarina Feita Por Sua Excelência O Presidente do Conselho, No dia 12 de Agosto de 1963*. Lisboa: Secretariado Nacional da Informação.

SALDANHA, Nuno. 1989. "O restauro e a conservação da pintura em Portugal do séc. XVII. Contributos para o seu estudo". *AEDIFICIORVM.* Ano 2, Jan./Jul:79-82.

SALGADO, José Bénard Guedes. s.d. *À Margem de Um Inventário Artístico*. [Lisboa]: Mobil.

SALMON, Pierre. 1958. *De la Collection au Musée*. Neuchâtel: A La Baconnière.

SAMARA, Maria Alice. 2009. "Sidonismo e restauração da República. Uma «encruzilhada de paixões contraditórias»". In *História Da Primeira República Portuguesa.* Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (Coord.). Lisboa: Tinta-da-China, 371-395.

SANDÃO, Arthur de. 1970. *Livros e Colecções de Arte*. Porto. Separata de *Notícias Editoriais*, nº 1, Setembro 1970.

———. 1976. *Faiança Portuguesa. Séculos XVIII-XIX*. Porto: Livraria Civilização Editora.

SANTA-RITA, José Gonçalo. 1959. *A África nas Relações Internacionais depois de 1870*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar - Centro de Estudos Políticos e Sociais.

SANTILHANA. 1888. "Chronica". *A Illustração Portugueza.* 4º Ano (41, 23 de Abril):1-2.

SANTO, Sílvia Espírito. 2003. *Adeus, até ao Teu Regresso. O Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974)*. Lisboa: Livros Horizonte.

SANTOS, António Guilherme da Silva. 2011. *Relações, Dinâmicas e Tomadas de Decisão da Associação Industrial Portuguesa entre 1860 e 1910. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, especialidade de Relações Internacionais apresentada no Departamento de História do ISCTE*. Lisboa: Texto policopiado.

SANTOS, Dóris Joana Simões dos. 2005. *Museu de José Malhoa. Como se faz um museu de arte: imagem e discurso(s). Dissertação de Mestrado em Museologia e Património apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. 2 Vols. Lisboa: Texto policopiado.

SANTOS, Gonçalo. 2012. "The Birth of Physical Anthropology in Late Imperial Portugal". *Current Anthropology*. Vol. 53 (S5, April):33-45.

SANTOS, Gonçalo Duro dos. 2005. *A Escola de Antropologia de Coimbra, 1885-1950. O que significa seguir uma regra científica?* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

SANTOS, Luiz Reis. 1934. *Queluz. A documentação e conservação do nosso património artístico. Acuso José de Figueiredo!* Lisboa. Separata de *O Diabo*, 28 de Outubro 1934.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. s.d. *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*. Lisboa: Editorial Presença - Instituto de Ciências Sociais.

SANTOS, Maria Emília Madeira. 2006. *Projecto "Cartografia Política e Territórios Coloniais. Comissão de Cartografia (1883-1936): Um Registo Patrimonial Para a a Compreensão Histórica dos Problema Actuais". Relatório Final*. Lisboa: policopiado.

SANTOS, Nuno Valdez dos. 2012. *História da Biblioteca do Ministério da Guerra (Comunicação apresentada à Academia de Marinha em 11 de Abril 1995*). www.exercito.pt/sites/BiblEx/.../HistoriaBibExemFEV2011.doc [acedido em 27.09 2012].

SANTOS, Paula Cristina. 2006. "As missões geográficas (1883-1940). Construção de um Documento Cartográfico". *Africana Studia.* (9):17-40.

SANTOS, Paula Maria Mesquita Leite. 1996. *João Allen (1781-1848) - Coleccionador e Fundador de um Museu. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. 2 Vols. Lisboa: Texto policopiado.

———. 2005. *João Allen (1781-1848). Um coleccionador do Porto Romântico*. Porto.

SANTOS, Reynaldo dos. 1938. "Homenagem à Memória do Dr. José de Figueiredo no Museu das Janelas Verdes em 19 de Fevereiro de 1938 pelo Presidente da Academia Dr. Reinaldo dos Santos". *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes.* (III):9-29.

———. 1940. *Comemorações Nacionais. Palavras pronunciadas na inauguração das Exposições de Arte e Monumento a Pedro Álvares Cabral*. Lisboa.

———. 1940. "Inventário Artístico de Portugal". *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes.* VI:5-11.

———. 1943. *Conferências de Arte*. Lisboa: Livraria Sá da Costa - Editor.

———. 1948. *A Escultura em Portugal.* Vol. I. *Séculos XII a XV*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

———. 1949. *L'Art Portugais (XVIe Congrès International d'Histoire de l'Art, Lisbonne-Porto)*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

———. 1950. *A escultura em Portugal.* Vol. II. *Séculos XVI a XVIII*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

———. 1952. *O Estilo Manuelino*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes de Lisboa.

———. 1953. *L'Art Portugais. Architecture, Sculpture et Peinture*. Paris: Éditions D'Histoire et D'Art - Librairie Plon.

———. 1957. *Exposição de Arte Portuguesa em Londres (800-1800), Royal Academy of Arts Outubro-Março 1956*. Lisboa.

———. 1958. *Os Primitivos Portugueses 1450-1550*. 3ª corrigida e aumentada ed. Lisboa.

———. 1960. *Faiança Portuguesa. Séc. XVI e XVII*. Porto: Livraria Galaica.

———. s.d. [1970]. *Oito Séculos de Arte Portuguesa. História e Espírito*. 3 vols. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

SANTOS, Reynaldo dos; QUILHÓ, Irene. 1959-1960. *Ourivesaria Portuguesa nas Colecções Particulares*. 2 Vols. Lisboa: Edição dos Autores.

SAPEGA, Ellen W. 2008. *Consensus and Debate in Salazar's Portugal. Visual and Literary Negotiations of the National Text, 1933-1948*. Pensylvania University Park: The Pensylvania State University Press.

SARAIVA, José Hermano. 2007. *Álbum de Memórias. 5ª Década (Anos 60). II Parte: Passagem pelo Governo*. Lisboa: O Sol.

SARDICA, José Miguel. 1997. "A política e os partidos entre 1851 e 1861". *Análise Social.* Vol. XXXII (141 (2º)):279-333.

SARMENTO, Olga de Moraes. 1948. *As Minhas Memórias (Tempo Passato, Tempo Amato...)*. Lisboa: Portugália Editora.

SCHAER, Roland. 2007. *L'Invention des Musées*. 2ª ed. Paris: Gallimard - Réunion des Musées Nationaux. [1ª ed. 1993.]

SCHLOSSER, Julius von. 1988. *Las cámaras artísticas y maravillosas del renacimento tardio*. 2ª ed. Madrid: Akal.

SCHNAPPER, Antoine. 1988. *Le Géant, la licorne et la tulipe. Collections et collectionneurs dans la France du XVII$_e$ siècle. I - Histoire et histoire naturelle*. Paris: Flammarion.

———. 2005. *Curieux du Grand Siècle. Collections et Collectionneurs dans la France du XVII$_e$ Siècle. II - OEuvres d'Art. 2ª ed. revue et mise à jour à partir des notes de l'auteur par Mickäel Szanto et Sophie Mouquin*. Paris: Flammarion.

SCHWALBACH, Eduardo. 1944. *À Lareira do Passado. Memórias*. Lisboa: Edição do Autor.

SEGURADO, Jorge. 1980. "Reynaldo dos Santos e a Arte do «Manuelino». No centenário do seu nascimento 1980 (Sumárias apreciações). Oração proferida em Lisboa, na Academia Portuguesa de História". *Belas-Artes. Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes.* 3ª Série (2):37-44.

SEMEDO, Alice. 2004. "Da invenção do museu público: tecnologias e contextos". *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto Ciências e Técnicas do Património.* Iª Série, vol. III:129-136.

SEMEDO, Alice; LOPES, J. Teixeira (Coord.). 2005. *Museus, Discursos e Representações*. Lisboa: Edições Afrontamento.

SÊNA, Camilo. 1927. *Marinha de Guerra Portuguesa. Apontamentos para a sua história*. Lisboa.

SEQUEIRA, [Gustavo de] Matos. 1917. *Depois do Terremoto. Subsídios para a história dos Bairros Ocidentais de Lisboa*. Vol. II. Lisboa: Academia das Sciencias de Lisboa.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos. 1922. "Discurso pronunciado pelo socio Gustavo de Matos Sequeira na Associação dos Arqueologos Portugueses por ocasião da sessão inaugural do Museu da Cidade". *Arqueologia e História.* Vol. I:89-94.

———.1924. *No Leilão Ameal. Crónicas amenas de uma livraria a menos*. Lisboa: A. Peninsular.

S[EQUEIRA], M[atos]. 1941. "A iconografia de Santo António". *O Século*, 12 de Janeiro.

———. 1949. *Inventário Artístico de Portugal.* Vol. III. *Distrito de Santarém*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

SEQUEIRA, [Gustavo de] Matos. 1961. "As Colecções de Pedro Nolasco". In *Catálogo dos Objectos d'Arte de Pedro Nolasco Que Serão Vendidos em Leilão com início no dia 1 de Junho de 1961 nos nossos salões de venda*. Lisboa: Pintassilgo & Fernandes, Lda.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos; MACEDO, Luiz Pastor de s.d. *A Nossa Lisboa*. Lisboa: Portugália Editora.

SERRA, Carlos Manuel Santos. 2002. *António Augusto Gonçalves. O percurso museológico*. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património Cultural Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: Texto policopiado.

SERRÃO, Vítor. 1993. "O Património Histórico-Artístico Português e os equívocos de um «inventário» programado à escala nacional. Cinco breves notas para um debate necessário". *Vértice.* (54, 2ª série, Maio-Junho):69-74.

SETTIS, Salvatore. 1993. "Des ruines au musée. La destinée de la sculpture classique". *Annales. Économies Sociétés Civilisations.* Année 48º, novembre-décembre (6):1347-1380.

———. 2004. *Futuro del «classico»*. Torino: Giulio Einaudi editore.

———. 2005. *Battaglie senza eroi. I beni culturali tra istituzioni e profitto*. Milano: Electa.

SHEEHAN, James J. 2000. *Museums in the German Art World from the End of the Old Regime to the Rise of Modernism*. Oxford - N. York: Oxford University Press.

SHELTON, Anthony (Ed.). 2001. *Collectors. Expressions of Self and Other*. London-Coimbra: The Hornimam Museum and Gardens - Museu Antropológico da Universidade de Coimbra.

SICARD, Monique. 1990. "L'inventaire". In *La Fabrique du Regard. Images de Science et appareils de vision (XV^e^-XX^e^ Siècle)*. Paris: Éditions Odile Jacob, 51-59.

SIEGEL, Jonah (Ed.). 2008. *The Emergence of the Modern Museum. An Anthology of Nineteenth-Century Sources*. Oxford: Oxford University Press.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da. 1989. "Breve sondagem à iconografia de D. Miguel I". *Póvoa do Varzim Boletim Cultural.* Vol. XXVI*, Homenagem ao Dr. Flávio Gonçalves* (2):717-739.

SILVA, Armando B. Malheiro da; GARCIA, José Luís Lima. 1995. "Norton de Matos e a Oposição à Política Colonial de Salazar". *Revista de História das Ideias.* 17, *Do Estado Novo ao 25 de Abril*:349-404.

SILVA, Armando B. Malheiro da. 2003. "General Norton de Matos (1867-1955). Aspectos maiores de um perfil histórico-biográfico - o militar, o colonialista e o democrata". *Africana Studia.* (6):173-200.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da; SEMEDO, Alice (Coord.). 2005. *Colecções de Ciências Físicas e Tecnológicas em Museus Universitários: Homenagem a Fernando Bragança Gil*.

Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Secção de Museologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património.

SILVA, Ana Cristina Fonseca Nogueira da. 2009. "Fotografando o mundo colonial africano. Moçambique, 1929". *Vária História.* Vol. 25 (41, Jan.-Jun.):107-128.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da. 2010. *Constitucionalismo e Império. A Cidadania no Ultramar Português*. Coimbra: Almedina.

SILVA, António Martins da. 1981. "A Venda dos Bens Nacionais: A Carta de Lei de 15 de Abril de 1835". *Revista Portuguesa de História.* Tomo XX:59-115.

———. 1989. *Desamortização e Venda dos Bens Nacionais em Portugal na Primeira Metade do Século XIX. Tese de Doutoramento em História Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Texto policopiado.

SILVA, Fernando Emygdio da. 1963-1975. *Conferências e Mais Dizeres*. 5 vols. Lisboa.

SILVA, Fernando Malheiro da. 2006. *Sidónio e Sidonismo. 1 - História de uma vida. 2 - História de um caso político*. 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

SILVA, Innocêncio Francisco da; ARANHA, Brito. 1973. *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos Applicaveis a Portugal e ao Brazil*. Facsimile da edição de Lisboa 1858. I-24 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

SILVA, J. da. 1878. "Architectura e esculptura do Renascimento". *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes.* Série 2ª, Tomo II (5):71-72, estampa nº 25.

SILVA, Jorge Henrique Pais da. 1986. *Estudos Sobre o Maneirismo*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa. [1ª ed. 1983.]

———. 1986. *Páginas de História da Arte. I. Artistas e Monumentos*. Lisboa: Editorial Estampa.

———. 1986. *Páginas de História da Arte. II. Estudos e Ensaios*. Lisboa: Editorial Estampa.

SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da Silva. 2007. "Cypriano Ribeiro Freire e a América Federalista (1794-1799)". *Revista Negócios Estrangeiros.* (10, Fevereiro):379-399.

SILVA, Joana Judite Gonçalves da. 2009. *Análise do "Arquivo Histórico" do Museu Nacional de Soares dos Reis: percursos narrativos. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 2 Vols. Porto: Texto policopiado.

SILVA, Jorge Manuel Bastos da. 1997. *Sociedade de Geografia de Lisboa: Discurso colonial (1910-1926). Dissertação de Mestrado em História Ibero-Americana apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique*. Porto: Texto policopiado.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da. 1873. *Notice Historique et Artistique des Principaux Édifices Religieux du Portugal Avec la Description des Plans de Leurs Églises et Du Projet D'Un Musée des Beaux-Arts et D'Antiquités Pour La Ville de Lisbonne*. Lisbonne: Imprimerie Nationale.

SILVA, Maria Alice Duarte. 1997. *Colecções e Antropologia. Uma Relação Variável Segundo as Estratégias de Objectivação do Saber. Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Cultural e Social*. Braga: Texto policopiado.

SILVA, Manuel Emygdio da [L. Mano]. 1958. "Museu sem catálogo quadros sem tinta". In *Cousas & Lousas. Crónicas (1903-1910)*. Lisboa: Edição Comemorativa do Centenário do Nascimento do Autor, 355-361.

SILVA, Maria Madalena de Cagigal e. 1959-1960 [1958]. "José Leite de Vasconcelos e a arte popular portuguesa". In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia Realizado*

em Lisboa de 15 a 20 de Dezembro de 1958 em Homenagem ao Doutor José Leite de Vasconcelos. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, vol. I, 63-79.

———. 1964. "A Arte Religiosa Indo-Portuguesa e os Crucifixos em Colecções Alentejanas". *A Cidade de Évora.* XXI (47, Janeiro-Dezembro):5-7.

———. 1966. *A Arte Indo-Portuguesa*. Lisboa: Edições Excelsior.

———. 1972. *Obras de Arte Indo-Portuguesa de Carácter Mongólico*. Lisboa. Separata de *Garcia de Orta, Revista da Junta de Investigações do Ultramar*, Nº especial comemorativo do IV Centenário da publicação de Os Lusíadas (1972).

SILVA, Nuno Vassallo e. 2003. *As Colecções de D. João IV no Paço da Ribeira*. Lisboa: Livros Horizonte.

SILVA, Ruy Burity da. 1969. "«Akishi» Máscaras dos Quiocos da Lunda tema de uma exposição". *Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo.* Série IV (30, Junho):53-56.

———. 1970. "Significado do Museu do Dundo entre os povos da Lunda - Algumas considerações". *Ocidente, Revista Portuguesa Mensal.* LXXVIII (381, Janeiro):13-19.

SILVA, Raquel Henriques da. 1997. *Lisboa Romântica Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874. Dissertação de Doutoramento em História da Arte Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. 2 Vols. Lisboa: Texto policopiado.

———. 2001. "Os Museus: história e prospectiva". In *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*. Porto: Edições Afrontamento - Porto 2001 - Fundação de Serralves, 63-108.

———. 2003. "Coleccionismo de Arte no Portugal de Oitocentos". In *Henri Burnay. De Banqueiro a Coleccionador*. Lisboa: Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 11-22.

———. 2003. "A Casa de S. Bento na Cidade". In *Os Espaços do Parlamento. Da Livraria das Necessidades ao Andar Nobre do Palácio das Cortes 1821-1903 (Comemorações do Centenário da Sala das Sessões, Exposição - 9 de Outubro a 30 de Dezembro 2003)*. Lisboa: Assembleia da República, 73-96.

———. 2005. "Os tempos republicanos: da gestão das heranças ao coleccionismo próprio". In *Do Palácio de Belém*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 50-63.

SILVA, Vasco Pereira da. 1993. "Património e Regime Fiscal da Igreja na Concordata (Artigos V-VIII)". In *A Concordata de 1940 Portugal-Santa Sé*. Lisboa: Didaskalia, 133-153.

SILVEIRA, Luís Espinha da. 1980. "A venda dos bens nacionais (1834-43): uma primeira abordagem". *Análise Social.* Vol. XVI, *O Século XIX em Portugal* (Comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais, Novembro 1979), 2ª série, (61-62):87-110.

SILVEIRA, Olga Moraes Sarmento da. 1909. *Arte, Litteratura & Viagens*. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, Editor.

SIMÕES, A. Filippe. 1869. *Relatorio Àcerca da Renovação do Museu Cenaculo Dirigido ao Exmo. Sr. Visconde da Esperança, Presidente da Camara Municipal de Evora*. Evora: Typographia da Folha do Sul.

———. 1879. "Recordações de uma missão archeologica. Montemor-o-Novo, Setubal, Alcacer do Sal". *A Arte.* (Março):34-37.

———. 1882. *A Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portugueza e Hespanhola em Lisboa. Cartas ao Director do «Correio da Noite». Com uma carta do Sr. Fernando Palha ao auctor ácerca da collecção de ceramica*. Lisboa: Typographia Universal.

[SIMÕES, Augusto Filippe]. 1888. *Escriptos Diversos de Augusto Filippe Simões Colligidos por Ordem da Secção de Archeologia do Instituto de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

SIMÕES, João Miguel. 2004. *O Convento das Trinas do Mocambo. Estudo Histórico-Artístico*. Lisboa: Instituto Hidrográfico.

SIMÕES, J. M. dos Santos. 1990. *Azulejaria em Portugal nos Séculos XV e XVI. Introdução Geral*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. [1ª ed. 1969.]

———. 1997. *Azulejaria em Portugal no Século XVII*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gullbenkian. [1ª ed. 1969.]

SIMOND, Charles. 1901. *Les Français en Afrique au XIXe Siècle. Ouvrage orné de 43 cartes et de 247 photographies*. Paris: H.- E. Martin, Libraire-Éditeur.

SMITH, Alan K. 1991. "The Idea of Mozambique and Its Enemies, c. 1890-1930". *Journal of Southern African Studies.* 17 (3, September):496-524.

SMITH, Charles W. 1989. *Auctions. The Social Construction of Value*. N. York-London: The Free Press-Collier Macmillan Publishers.

SMITH, Elizabeth Bradford. 1996. *Medieval Art in America. Patterns of Collecting 1800-1940*. Pennsylvania: Palmer Museum of Art and The Pennsylvania State University.

SMITH, Richard Cándida. 2001. "The Other Side of Meaning: George Kubler on the Object as Historical Source". *Intellectual History Newsletter.* Vol. 23:1-25.

———. 2002. "Circuitos de subjectividade: história oral e o objecto de arte". *Estudos Históricos. Arte e História*, nº 30, 2.

SOALHEIRO, João (Ed.). 2000. *Inventário, Que Futuro?* Porto: Câmara de Vila Nova de Foz Côa.

SOARES, Luís Ribeiro. 1978. *O Conceito de Idade Média na Historiografia Portuguesa Posterior a Herculano*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

SOBRAL, José Manuel. 1999. "Da Casa à Nação: Passado, Memória, Identidade". *Etnográfica.* Vol. III (1):71-86.

———. 2003. "A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português". *Análise Social.* Vol. XXXVII (165):1093-1126.

SOMMERARD, E. du. 1881. *Musée des Thermes et de l'Hotel de Cluny. Catalogue et description des objets d'art de l'Antiquite, du Moyen Age et de la Renaissance exposés au Musée*. Paris: Hotel de Cluny.

SORÂ, Gustave. 1999. "La maison et l'entreprise". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales.* 126 (126-127):90-102.

SORENSEN, Marie Louise Stig; CARMAN, John (Eds.). 2009. *Heritage Studies. Methods and Approaches*. London-N. York: Routledge.

SOROMENHO, Miguel. 2011. "Novos documentos sobre as encomendas artísticas do 1º marquês de Fronteira, D. João de Mascarenhas. Decoração, colecções e arquitectura nos palácios de Lisboa na 2ª metade do século XVII". *Revista de Artes Decorativas.* (5):39-56.

SOUSA, Cordeiro de. 1982. *Colectânea Olissiponense. Artigos publicados em revistas e jornais*. 2ª ed. III vols. Lisboa: Publicações da Câmara Municipal de Lisboa. [1ª ed.1966.]

SOUSA, Francisco Clode de; PAIS, Teresa Azeredo (Coord.). 2005. *Um Olhar do Porto. Uma colecção de artes decorativas*. Funchal: Museu da Quinta das Cruzes.

SOUSA, Fernando de. 2004. *A Fundação Dr. António Cupertino de Miranda*. Porto: Fundação Dr. António Cupertino de Miranda.

SOUSA, J. M. Cordeiro de. 1936. *Luciano Cordeiro*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

———. 1960. "Os Medalhões Della Robbia do Museu das Janelas Verdes". *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Vol. IV (2, (Janeiro-Dezembro 1959):35-36.

SOUSA, Pedro Miguel. 2008. *O Colonialismo de Salazar*. s.l.: Via Occidentalis Editora.

SOUTO, Maria Manuela. 2007. "Do levantamento e apresentação de Arte Ornamental portuguesa em Exposições Internacionais. Dois casos de estudo: Paris (1867) e Madrid (1892)". In *40 Anos do Instituto José de Figueiredo*. Lisboa: Instituto Português de Conservação e Restauro, 057-063.

SPENCER, Ronald D. (Ed.). 2004. *The expert versus the object. Judging fakes and false attributions in the visual arts*. Oxford: Oxford University Press.

STOCKWING (Jr.), George W. (Eds.). 1985. *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture*, *History of Anthropology, Volume 3*. Madison - London: The University of Wisconsin Press.

TARDY, Cécile (Dir.). 2009. *Culture et Musées. L'Écriture du Patrimoine*. Avignon Actes Sud.

TÁVORA, Bernardo Ferrão de Tavares e. 1975. *Imagens de Malines em Portugal*. Porto. Separata da *Revista Mvsev*, segunda série, nº 16/17, Julho 1975.

———. 1981. "Mrs. Jack e o seu cofre *namban*". *Boletim de Trabalhos Históricos.* XXXII:121-153.

TAYLOR, Francis Henry. 1948. *The Taste of Angels. A History of Art Collecting from Rameses to Napoleon*. Boston: Little, Brown and Company.

TEIXEIRA, António Braz. 1983. *O Pensamento Filosófico-Jurídico Português*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

TEIXEIRA, José. 1986. *D. Fernando II Rei Artista Artista-Rei*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.

TEIXEIRA, Madalena Braz. 2000. "Los comienzos de la investigación y de la actividad museológica en Portugal / Primórdios da investigação e da actividade museológica em Portugal". *Revista de Museología [monografías]*. Museos y museología en Portugal: *Una ruta ibérica para el futuro* (01, febrero): Separata.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. 1987. "Política externa e política interna no Portugal de 1890: O Ultimatum Inglês". *Análise Social.* Vol. XXIII (98):687-719.

———. 1996. *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.

———. 1999. "La participation du Portugal à la grande guerre". *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire.* Vol. 62 (1):5-14.

———. 2011. "A República e a política externa". In *A Primeira República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*. Filipe Ribeiro de Meneses, Pedro Aires de Oliveira (Coord.). Lisboa: Tinta-da-China, 23-33.

TELLES, Liberato. 1899. *Mosteiro e Egreja da Madre de Deus*. Lisboa: Imprensa Moderna.

TELO, António José. 1978. *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa: Ulmeiro.

———. 1991. *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*. 2 Vols. Lisboa: Vega.

———. 1994. *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmos.

———. 2010. *Primeira República I - Do Sonho à Realidade*. Lisboa: Editorial Presença.

THURMAN, Christa C. Mayer. 2001. *The Robert Lehman Collection. XIV. European Textiles*. N. York-Princeton: The Metropolitan Museum of Art - Princeton University Press.

TORGAL, Luís Reis. 2009. *Estados Novos Estado Novo. Ensaios de História Política e Cultural*. 2 Vols. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando. 1998. *História da História de Portugal. Séculos XIX-XX*. Vol. II, *Da Historiografia à Memória Histórica*. Lisboa: Temas & Debates.

———. 1998. *História da História de Portugal. Séculos XIX-XX*. Vol. I, *A História Através da História*. Lisboa: Temas & Debates.

TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (Coord.). 2008. *Comunidades Imaginadas. Nações e Nacionalismos em África (Actas do Seminário Internacional realizado em Coimbra no Arquivo da Universidade nos dias 18 e 19 de Fevereiro de 2008. Encontro organizado no contexto da X Semana Cultural da Universidade de Coimbra, Tema: "Imaginação")*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

TORGAL, Luís Reis; PAULO, Heloísa (coord.). 2008. *Estados autoritários e totalitários e suas representações. Propaganda, Ideologia, Historiografia e Memória (Actas do Seminário Internacional realizado em Coimbra no Arquivo da Universidade nos dias 28, 29 e 30 de Novembro de 2008)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

TORRES, Adelino. 2000. "A Economia do Império (Séculos XIX-XX)". In *O Império Africano (Séculos XIX-XX)*. Lisboa: Edições Colibri, 55-67.

TORRES, Flausino. 1965. *História Contemporânea do Povo Português*. Vol. II. Lisboa: Prelo.

TORRES, Maria Teresa; TORRES, Isabel. 2004. *Uma Colecção*. Lisboa.

TOSCANO, Francisco; QUINTINHA, Julião. 1930. *A Derrocada do Império Vátua e Mousinho de Albuquerque*. 2ª ed. Lisboa: Editora Portugal Ultramar Lda.

TRIGUEIROS, Luís Forjaz. 1963. *Antologia da Terra Portuguesa. Moçambique*. Lisboa: Livraria Bertrand.

TRINDADE, Luís. 2008. *O estranho caso do nacionalismo português: o nacionalismo entre a literatura e a política*. Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais.

TROILO, Simona. 2005. *La patria e la memoria. Tutela e patrimonio culturale nell'Italia unita*. Milano: Electa.

URFALINO, Philippe. 1993. "La philosophie de l'Etat esthétique". *Politix*. Vol. 6, (24):20-35.

VAIL, Leroy. 1976. "Mozambique's Chartered Companies: The Rule of the Feeble". *The Journal of African History*. Vol. 17 (3):389-416.

VAIRO, Giulia Rossi. 2000-2001. *La Collezione Burnay nel Museu Nacional de Arte Antiga di Lisboa. Tesi di Diploma di Specializzazione in Storia dell'Arte Moderna alla Universitá degli Studi di Roma "La Sapienza", Facultá di Lettere, Scuola di Specializzazione in Storia dell'Arte Medioevale e Moderna*. Roma: testo policopiatto.

———. 2003. "Henry Burnay: o homem público e o homem privado"; "Origem e formação da Colecção Burnay"; "Crónica de um evento mundano: o leilão Burnay": "Breve introdução ao catálogo das obras de arte". In *Henri Burnay. De Banqueiro a Coleccionador*. Lisboa: Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 29-80.

VALDEMAR, António. 1967. "Ameaça e Expectativa. O Maior Espólio Artístico e a Maior Biblioteca do País Correm o Risco da Saída Para o Estrangeiro". *Diário de Notícias*, 28 Setembro.

———. 1967. "O caso do Espólio Artístico de Ernesto de Vilhena. Está em curso o arrolamento – Esclarece o Ministério da Educação Nacional. Um alvitre: A futura instalação da Colecção Vilhena". *Diário de Notícias*, 29 Setembro: 1 e 5.

VALE, Teresa Leonor M. 2008. *Um Português em Roma, Um Italiano em Lisboa. Os escultores setecentistas José de Almeida e João António Bellini*. Lisboa: Livros Horizonte.

———. 2010. "Les acquisitions d'oeuvres d'art du premier marquis de Fronteira, João de Mascarenhas (1633-1670), pour sa demeure des environs de Lisbonne". *Studiolo.* (8):89-102.

VALENÇAS, Conde de. 1889. *Discursos Políticos e Literários*. Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

VALENTE, Vasco. 1949. *Porcelana Artística Portuguesa*. Porto.

———. 1950. *O Vidro em Portugal*. Porto: Portucalense Editora.

VALENTE, Vasco Pulido. 2002. *Marcello Caetano. As desventuras da razão*. Lisboa: Gótica.

———. 2009. *Portugal - Ensaios de História e de Política*. Lisboa: Aletheia Editores.

———. 2010. *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*. 6ª ed. Lisboa: Alêtheia Editores.

———. 2010. *A «República Velha» (1910-1917)*. Lisboa: Alêtheia Editores.

VALENTIM, Carlos Manuel. 2010. *A Marinha no Movimento Revolucionário Republicano. O Relatório das Unidades que Participaram na Revolução de 4 e 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.

VAQUINHAS, Irene. 2010-2011. "Apontamentos Para a História do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho da Figueira da Foz (1888-1895)". *Arquipélago. Históra.* 2ª Série, vol. XIV-XV:115-141.

VARANDA, Jorge. 2004. "A saúde e a Companhia de Diamantes de Angola". *História, Ciência, Saúde - Manguinhos.* Vol. 11 (suplemento 1):261-268.

———. 2007. "O biombo de fotos". In *Missão Botânica: Transnatural - Angola 1927-1937*. Paulo Barnachina e Alexandre Ramires (Eds.). Coimbra: Artez, 7-41.

VASCONCELLOS, Joaquim de. 1875. *Conde Raczynski (ATHANASIVS). Esboço Biographico*. Porto: Imprensa Portugueza.

———. 1877. *A Reforma das Bellas-Artes (Analyse do Relatorio e Projectos da Commissão Official Nomeada em 10 de Novembro de 1875.)*. Porto: Imprensa Litterario-Commercial.

———. 1909. *Museu Municipal do Porto: Catalogo da Ceramica Portugueza (Antiga Colecção A. M. Cabral) Organisado de Ordem da Exma. Camara*. Porto.

———. 1914. *Arte Religiosa em Portugal. Pintura. Esculptura. Ourivesaria. Esmaltes. Bronzes. Mobiliario. Tecidos. Bordados. Rendas. Ceramica. Vidros e Crystaes*. Porto: Emilio Biel & Cª.

VASCONCELOS, J. Leite de. 1915. *Historia do Museu Etnologico Português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VAZ, Francisco A. Lourenço; CALIXTO, José António (Coord.), ed. 2006. *Frei Manuel do Cenáculo Construtor de Bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio_Edições e Artes Gráficas.

VÁZQUEZ, Oscar E. 2001. *Inventing the Art Collection. Patrons, markets, and the state in the nineteenth-century Spain*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.

VENETUCCI, Beatrice Palma. 2007. *Dallo Scavo al Collezionismo. Un viaggio nel passato dal Medioevo all'Ottocento*. Roma: De Luca Editori D'Arte.

VENTURA, António (Introdução e Notas). 2010. *Correspondência Familiar. Cartas a seus pais de José Régio*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

VENTURA, Maria da Graça A. Mateus (Coord.). 2010. *Manuel Teixeira Gomes. Ofício de Viver*. Lisboa: Tinta-da-China.

VERGO, Peter (Ed.). *The New Museology*. 1989. London: Reaktion Books.

VERÍSSIMO, José Manuel da Silva. 1999. *A Sociedade de Geografia e as Expedições Africanas de Portugal a Sul do Equador entre 1875 e 1926*. Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em História e Filosofia da Ciência. Lisboa: Texto policopiado.

VIANA, Abel. 1946. *Museu Regional de Beja: Secção Lapidar*. Beja.

VIEIRA, Ernesto. 1905. "O Museu de Alfredo Keil. Instrumentos de musica". *Serões.* 2ª Série (2):93-99.

VILAÇA, Alberto. 1972. *Diamantes de Angola mas não para Angola*. Coimbra.

VILLA-MAIOR, Visconde de. 1877. *Exposição Succinta da Organisação Actual da Universidade de Coimbra Prevedida de Uma Breve Noticia Historica d'Este Estabelecimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

VILLELA, Sá. 1876. *As Ruinas do Carmo (Breves Considerações)*. Lisboa: Typographia Universal.

VINCENT, Odile (Dir.). 2011. *Collectionner? Territoires, Objets, Destins*. Paris: Creaphis Editions.

VIOLLET-le-DUC, Eugène-Emmanuel. s.d. *Musée de la Sculpture Comparée: 2e Rapport*. Paris: manuscrit.

———. s.d. *Musée de Sculpture comparée appartenant aux divers Centres d'Art et aux diverses époques*: manuscrit.

VITERBO, [Francisco Marques de] Sousa. 1883. *A Exposição d'Arte Ornamental. Notas ao Catalogo*. Lisboa: Imprensa Nacional.

———. 1892. *Artes e Artistas em Portugal. Contribuições para a historia das artes e industrias portuguezas*. Lisboa: Livraria Ferreira.

———. 1900. *L'Enseignement des Beaux-Arts en Portugal [Exposition Universelle de 1900. Section Portugaise. Instruction publique en Portugal]*. Lisbonne.

———. 1900. *Notícia de alguns esculptores portuguezes ou que exerceram a sua arte em Portugal*. Lisboa: Typ. Lallemant. Separata *Extrahida do Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueologos Portuguezes*.

———.1912. *Annotações Artisticas e Archeologicas*. Lisboa. Separata do *Boletim da Associação dos Archeologos Portugueses*.

———. 1912. *Cem Artigos de Jornal. Insertos no Diário de Notícias de Lisboa e pela empresa deste jornal publicados em homenagem ao seu extinto colaborador*. Lisboa: Tipografia Universal.

———. 1988. *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. I-III. Reprodução em fac-símil do exemplar com data de 1899 da Biblioteca da INCM*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

VITORINO, Pedro. 1930. *Os Museus de Arte do Pôrto (Notas Históricas)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

———. 1937. "O Mosteiro de Arouca. III. O Museu". *Arquivo do Distrito de Aveiro.* III (9):11-28.

VOUILLOUX, Bernard. 2001. "Le discurs sur la collection". *Romantisme.* Vol. 31 (112):95-108.

VRDOLJAK, Ana Filipa. 2008. *International Law, Museums and the Return of Cultural Objects*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press. [1ª ed. 2006.]

WAAL, Edmund de. 2011. *La Mémoire Retrouvée*. Paris: Albin Michel. [1ª ed. 2010.]

WATKIN, David; HEWAT-JABOOR, Philip (Eds.). 2008. *Thomas Hope Regency Designer*. N. York - New Haven, London: The Bard Graduate Center for Studies in the Decorative Arts, Design and Culture - Yale University Press.

WENTZEL, Volkmar. 1961. "Angola, Unknown Africa". *National Geographic.* Vol. 120 (3, September):347-383.

WHEELER, Douglas L. 1980. "Joaquim Mouzinho de Albuquerque (1855-1902) e a política do colonialismo". *Análise Social.* Vol. XVI, *O Século XIX em Portugal* (Comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais, Novembro 1979), 2ª série, (61-62):295-318.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. 2013. *História de Angola*. Lisboa: Tinta-da-China.

WHITEHEAD, Christopher. 2009. *Museums and the Construction of Disciplines. Art and Archaeology in Nineteenth-Century Britain*. London: Duckworth.

WHITELEY, Linda. 1983. "Art et commerce d'art en France avant l'époque impressioniste". *Romantisme.* Vol. 13 (40):65-76.

WILDENSTEIN, Daniel; STAVRIDÉS, Yves. 1999. *Marchands d'art*. Paris: Librairie Plon.

WILENSKY, Héctor. 1968. *Tendencias de la legislacion ultramarina portuguesa en África*. Braga: Editora Pax.

WILK, Christopher; HUMPHREY, Nick, ed. 2004. *Creating the British Galleries at the Victoria and Albert Museum*. London: V & A Publications in association with Laboratorio museotecnico Goppion.

WIRTH, Jean. 2010. *L'Image à l'Époque Gothique (1140-1280)*. Paris: Les Éditions du Cerf.

WÖLFFLIN, Heinrich. 2008. *Comment photographier les sculptures 1896, 1897, 1915*. Présentation, traduction et notes suivies du fac-similé des textes en allemand de Heinrich Wölfflin par Jean-Claude Chirolet. Paris: L'Harmattan.

WONG, Bárbara; SALEMA, Isabel. 1997. "Biblioteca raríssima em leilão: Leiria & Nascimento leva hoje e amanhã à praça antiga colecção Ernesto Vilhena". *Público*, 25 Março.

WOOD, Christopher S. 2008. *Forgery Replica Fiction. Temporalities of German Renaissance Art*. Chicago-London: University of Chicago Press.

WORTH, Sarah E. 2004. "The Ethics of Exhibition: On the Presentation of Religious Art". *The Journal of Aesthitics and Art Criticism.* Vol. 62 (3, Summer):277-284.

XAVIER, Hugo. 2005. "Os Tempos Monárquicos: dos faustos joaninos ao ateliê de D. Carlos". In *Do Palácio de Belém*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 14-49.

———. 2009. *Galeria de Pintura no Real Paço da Ajuda. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. Lisboa: Texto policopiado.

YOUNT, Sylvia. 2001. "Braving (and Bridging) the Great Divide: The Academy and the Museum". *American Art.* Vol. 15 (3, Autumn):2-7.

ZANARDI, Bruno. 1999. *Conservazione, restauro e tutela. 24 dialoghi*. Milano: Skira Editore.

ZONTA, Diego. 2011. *"Moçambique" e o Comércio Internacional das Oleaginosas (1855 c. - 1890 c.). Dissertação de Mestrado em História de África Apresentada à Faculdade de Letras, Departamento de História, da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Texto policopiado.